

LOULÉ

TERRITÓRIOS,
MEMÓRIAS,
IDENTIDADES



MUSEU
MUNICIPAL
LOULÉ

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

LOULÉ

TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS, IDENTIDADES

TERRITORY, MEMORY, IDENTITY

TERRITOIRES, MÉMOIRES, IDENTITÉS

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

LISBOA, 2017



PARCEIRO EDITORIAL



ÍNDICE

- 9 APRESENTAÇÃO
- 14 RAZÕES DE SER DE UMA EXPOSIÇÃO
- 24 LOULÉ. O LUGAR
- 26 À NOSSA PASSAGEM. TERRAS DE LOULÉ
Lídia Jorge
- 28 LOULÉ EM VISTA RASANTE. DAS ORIGENS A 1950
Joaquim Romero Magalhães
- 34 PARA A HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA DE LOULÉ
Carlos Fabião
- 42 I. TERRITÓRIO
- 50 TERRITÓRIOS DE LOULÉ
Ana Ramos-Pereira
- 58 II. PRÉ-HISTÓRIA: AS ANTIGAS SOCIEDADES CAMPONESAS
- 60 SERRA E MAR. AS ANTIGAS SOCIEDADES CAMPONESAS EM LOULÉ (ALGARVE)
Victor S. Gonçalves e Ana Catarina Sousa
- 148 FICHAS DE CATÁLOGO
- 198 III. PROTO-HISTÓRIA O MUNDO PROTO-HISTÓRICO E O ADVENTO DA ESCRITA
- 200 A IDADE DO BRONZE NO CONCELHO DE LOULÉ
Carlos Oliveira, Pedro Barros, Samuel Melro e Susana Estrela
- 210 FICHAS DE CATÁLOGO
- 220 A IDADE DO FERRO NO CONCELHO DE LOULÉ (FARO, ALGARVE, PORTUGAL)
Ana Margarida Arruda
- 226 NAS ORIGENS DA ESCRITA: OS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS COM ESCRITA DO SUDOESTE
Amílcar Guerra
- 238 NA DESCOBERTA DAS ESTELAS EPIGRAFADAS DE LOULÉ
Pedro Barros, Samuel Melro e Susana Estrela
- 246 AS ENTIDADES ÉTNICAS DO MUNDO PRÉ-ROMANO
Amílcar Guerra
- 252 FICHAS DE CATÁLOGO

- 264** IV. ÉPOCA ROMANA
O MUNDO ROMANO. UM TERRITÓRIO ENTRE CIDADES
- 266 LOULÉ ROMANA: UM TERRITÓRIO ENTRE CIDADES
Catarina Viegas
- 278 O ESTABELECIMENTO PORTUÁRIO DO CERRO DA VILA (VILAMOURA): DE AGLOMERADO ROMANO A ALDEIA ISLÂMICA
Felix Teichner
- 292 AS OCUPAÇÕES ANTIGAS DA QUINTA DO LAGO (ALMANSIL, LOULÉ)
Ana Margarida Arruda
- 302 MUNDO FUNERÁRIO ROMANO NO TERRITÓRIO DE LOULÉ
Carlos Pereira
- 312 DOS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS ROMANOS DE LOULÉ
José d'Encarnação
- 318 APROXIMACIÓN A LA CIRCULACIÓN MONETARIA DEL CONCEJO DE LOULÉ EN ÉPOCA ROMANA
Noé Conejo Delgado
- 324 A FAUNA MALACOLÓGICA DO CERRO DA VILA
Filipe Henriques e Ana Pratas
- 328 FICHAS DE CATÁLOGO
- 410** V. ANTIGUIDADE TARDIA
DA AFIRMAÇÃO DO CRISTIANISMO À UNIFICAÇÃO VISIGODA
- 412 LOULÉ NA ANTIGUIDADE TARDIA: A CRISTIANIZAÇÃO E O MUNDO RURAL ROMANO EM TRANSFORMAÇÃO
João Pedro Bernardes
- 418 O MUNDO FUNERÁRIO VISIGÓTICO NO TERRITÓRIO LOULETANO: SÍTIOS, PRÁTICAS E MATERIAIS
Andreia Arezes
- 428 FICHAS DE CATÁLOGO
- 448** VI. ÉPOCA ISLÂMICA
DO GHARB AO ALGARVE: CINCO SÉCULOS DE ISLÃO
- 450 O ATUAL TERRITÓRIO DE LOULÉ NO PERÍODO ISLÂMICO
Helena Catarino
- 464 *AL-'ULYÀ*, A CIDADE ISLÂMICA
Isabel Luzia e Alexandra Pires
- 480 O CASTELO DE SALIR: UM DISTRITO RURAL (*HISN E QARYA*) ISLÂMICO DE *OCSONOBA*
Helena Catarino
- 494 AS NECRÓPOLES ISLÂMICAS DE LOULÉ
Alexandra Pires e Isabel Luzia
- 504 FICHAS DE CATÁLOGO
- 572** VII. ÉPOCA MEDIEVAL
DO ISLÃO À CRISTANDADE
- 574 A CONQUISTA E A SOBERANIA DO ALGARVE
Luís Filipe Oliveira
- 582 UM ESPAÇO ENTRE PODERES: O REI, O CONCELHO, A IGREJA
João Luís Fontes e Gonçalo Melo da Silva
- 590 ORDENAR O POVOAMENTO E A VIZINHANÇA: MUÇULMANOS, CRISTÃOS E JUDEUS
Maria Filomena Lopes de Barros
- 598 FIGOS DA TERRA E TRIGO DO MAR
Luís Miguel Duarte
- 608 FICHAS DE CATÁLOGO
- 628** IDENTIDADES
- 630 A FELICIDADE DE CONHECER OS GUARDIÕES DA IDENTIDADE DE LOULÉ
Pedro Barros
- 650** ANTES DO HOMEM
- 652 LOULÉ HÁ MAIS DE 220 MILHÕES DE ANOS: OS VERTEBRADOS FÓSSEIS DO ALGARVE TRIÁSICO
Octávio Mateus e Hugo Campos





A Direção-Geral do Património Cultural acarinhou desde o início o repto do Museu Nacional de Arqueologia à Câmara Municipal de Loulé para realizar uma exposição em Lisboa que apresentasse um estado da arte da investigação arqueológica do seu concelho. Foi constituída uma equipa executiva com elementos das instituições envolvidas, e convidados cinco comissários científicos que realizaram vários projetos de investigação no concelho de Loulé em diferentes momentos, entre o último quartel do século xx e a atualidade, além de algumas dezenas de investigadores e técnicos que aceitaram o nosso convite para participar neste projeto expositivo.

O *corpus* constituído para apresentar na exposição *LOULÉ. Territórios, Memórias, Identidades* mais de meio milhar de bens culturais selecionados é proveniente de várias coleções públicas, fundamentalmente do acervo do Museu Municipal de Loulé e do Museu Nacional de Arqueologia, mas também dos Museus Municipais de Faro, Figueira da Foz, Albufeira e Silves, bem como património nacional exposto no Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila (Vilamoura) e gerido pela empresa Vilamoura World.

A definição do *corpus* implicou a realização de um trabalho prévio e imprescindível com o Departamento de Bens Culturais desta Direção-Geral, o registo e a atualização da informação dos atuais 153 sítios arqueológicos identificados no concelho de Loulé na Base de Dados Endovélico, bem como dos acervos provenientes de Loulé depositados em diferentes instituições. O processo de construção de uma exposição desta importância e com esta ambição não poderia deixar de contemplar este nível de ação.

Os serviços centrais e regionais que têm competência na gestão do património arqueológico, a comunidade arqueológica, bem como a autarquia, dispõem agora de um nível de conhecimento e de uma ferramenta de gestão que importa manter ativa e atualizada.

Este conjunto de bens culturais foi também objeto de um programa de conservação e restauro que garante a sua apresentação e preservação para o futuro em excelentes condições, bem como de uma campanha de registo fotográfico exaustivo e descritivo.

O conceito foi materializado num projeto expositivo com a qualidade a que o Museu Nacional de Arqueologia nos habituou e que nos permite também, interna e paulatinamente, fazer uma caminhada para a sua desejada renovação museológica, desígnio partilhado por todos os que trabalham, visitam ou se preocupam com o Museu.

A exposição, o catálogo e o roteiro preparados para a acompanhar constituem excelentes documentos que nos permitem apresentar em detalhe a arqueologia do concelho de Loulé. Ao aceitar este desafio, o Município catapultou a arqueologia louletana para um plano nacional.

Um cumprimento muito especial gostaria de expressar ao Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Vítor Aleixo, a que junto os meus agradecimentos, bem como a todos os elementos da equipa que o Diretor do Museu Nacional de Arqueologia, António Carvalho, e, no início deste projeto, a então Diretora do Departamento de Desenvolvimento Humano e Coesão da Câmara Municipal de Loulé, Dália Paulo, entenderam juntar para concretizar este objetivo.

Desejo que a repercussão que este projeto tenha a nível local contribua para uma reformulação do discurso do Museu Municipal de Loulé, no sentido da sua afirmação sustentada no panorama museológico algarvio, designadamente no quadro da Rede de Museus do Algarve, mas também no da Rede Portuguesa de Museus.

Lisboa, 21 de maio de 2017

Paula Araújo da Silva

Diretora-Geral do Património Cultural

A Cultura é para o executivo que lidero uma marca distintiva da nossa gestão e do legado que queremos deixar aos nossos. Como pilar essencial no governo do território de Loulé, definimos a Cultura, onde incluímos o Património Cultural, como uma das áreas estratégicas do desenvolvimento do concelho, trabalhada de forma integrada e transversal. Esta forma de atuação inspirou-se na Convenção de Faro 2005, assinada pelos ministros da Cultura europeus na Quinta do Lago, especificamente no enunciado sobre o papel do património cultural «na edificação de uma sociedade pacífica e democrática, bem como no processo de desenvolvimento sustentável e de promoção da diversidade cultural». Num território como Loulé, a promoção da diversidade cultural está na base da nossa atuação, uma vez que estamos num lugar que historicamente alicerça a sua existência numa convivência entre os diferentes grupos étnicos, religiosos e sociais. As *Atas de Vereação do Concelho de Loulé*, a primeira de 1384 e a mais antiga do país, atestam esta multiculturalidade que se tem vindo a consolidar ao longo dos tempos, vivendo hoje no concelho pessoas de mais de cem nacionalidades diferentes.

Numa visão holística, definiram-se as linhas orientadoras para a Cultura tendo como foco as pessoas e o território, na sua interação diacrónica e numa simbiose entre tradição e contemporâneo. Esta definição contou com a escuta ativa das pessoas, para uma ação mais concertada com a realidade e com a ambição dos louletanos. Uma das linhas orientadoras foi a do conhecimento, quer na sua vertente de construção de conhecimento quer na de fundamentação de projetos. O laborioso trabalho de candidatura para a credenciação do Museu Municipal de Loulé na Rede Portuguesa de Museus foi o aglutinador de todas as linhas de atuação que se abriram na ação desenvolvida sobre o Património Cultural do concelho. Importa que fiquem gravadas, para memória futura, várias áreas de intervenção e trabalho, para que se possa perceber a exposição *LOULÉ. Territórios, Memórias, Identidades* como parte integrante de um processo de desenvolvimento de Loulé baseado na identidade do lugar. Neste *modus faciendi* estruturado e integrado podemos referir algumas iniciativas mais significativas na área do Património Cultural, sempre na sua relação com o Loulé de hoje, como sejam: a assinatura de um protocolo com o Campo Arqueológico de Mértola para a reativação das escavações dos Banhos Islâmicos; a reabertura do Pólo Museológico dos Frutos Secos, a realização da primeira exposição de Loulé na Praça do Império (entrada do Museu Nacional de Arqueologia), em 2015, «Quem nos escreve desde a Serra?» e que deu início ao processo de materialização desta exposição; a efetivação da inscrição da manifestação religiosa *Mãe Soberana* no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial; a edição de vários livros de que se destaca o *Roteiro da Arquitetura Religiosa do Concelho de Loulé*; o restauro do Portal do Convento da Graça e a criação do projeto *Loulé Criativo*.

Por outro lado, numa visão assumidamente estratégica, estamos a desenvolver ações que permitam a criação do quarteirão cultural que funcione como âncora para a visita ao Património Cultural do concelho, e que inclui uma reorganização do Museu Municipal, dotando-o de novas valências expositivas, reforçando alguns períodos históricos e incluindo o conhecimento do território antes do homem, de acessibilidade, educativas e de laboratórios, assim como a musealização dos Banhos Islâmicos e a reorganização da visita ao castelo.

No âmbito da exposição *LOULÉ. Territórios, Memórias, Identidades*, destaco como mais-valias para o Património Cultural de Loulé o restauro da *Ata de Vereação* mais antiga conhecida em território nacional (1384), a inserção no acervo do Museu Municipal de Loulé do espólio do sítio arqueológico de Corte João Marques, a realocização de vários sítios arqueológicos na base de dados *Endóvelico – Sistema de Informação e Gestão Arqueológica*, a releitura de sítios e documentação, o restauro de vários objetos e as novas pistas de investigação que esta síntese apresenta, assim como a exposição, pela primeira vez, do *Metoposaurus algarvensis*, fóssil de um anfíbio gigante, com cerca de 220 milhões de anos, encontrado na aldeia da Penina.

Este catálogo e a exposição *LOULÉ. Territórios, Memórias, Identidades* só são possíveis graças ao trabalho de uma vasta equipa, e, muito especialmente, dos seus comissários científicos – Victor S. Gonçalves, Amílcar Guerra, Catarina Viegas, Helena Catarino e Luís Filipe Oliveira – a quem estou profundamente agradecido, uma vez que, com o seu conhecimento e incomensurável trabalho, nos contam a história de Loulé desde a pré-história até à época moderna. História que se completa com a colaboração preciosa dos 42 autores de textos deste catálogo, um volume síntese e que abre pistas para novos caminhos de investigação.

Agradeço a todas as instituições que cederam peças para a exposição e expressei um bem-haja por preservarem o Património Cultural de Loulé. Merecem, igualmente, uma palavra de reconhecimento todos aqueles que ao longo de décadas foram doando espólio ao Museu Municipal de Loulé, assim como aqueles que devido a esta exposição ofereceram objetos para integrar o acervo museológico.

Quero expressar a minha gratidão à diretora-geral do Património Cultural, Paula Silva, que desde a primeira hora acolheu com grande entusiasmo a ideia da realização de uma exposição sobre Loulé no Museu Nacional de Arqueologia e ao diretor do Museu Nacional de Arqueologia, António Carvalho, pela sua sabedoria, paixão e labor incansável. Às arquitetas Manuela Fernandes e Mónica Cruz pelo desenho cuidado da exposição que nos ajuda a mais facilmente compreender a ocupação do território. À Amélia Fernandes, que com a sua experiência e atenção aos detalhes foi essencial para a qualidade do resultado da exposição. Ao Rui Almeida, que desempenhou um papel fundamental de articulação entre equipas internas e externas. À Clara Mineiro, especialista em acessibilidades, que nos permite ter uma exposição que queremos acessível para todos.

Do lado do Município, quero agradecer à Dália Paulo, que, conjuntamente com António Carvalho, coordenou os trabalhos, pela sua entrega e exigência, ao diretor municipal, Júlio Sousa, por ter sabiamente conduzido o processo internamente e à Patrícia Batista, coordenadora municipal, que com o seu trabalho dedicado e invisível contribuiu para o sucesso da iniciativa. À Isabel Luzia pelo conhecimento profundo do património arqueológico do concelho e o cuidado colocado no transporte do material arqueológico.

À Ana Rosa Sousa, que foi discretamente, a cada momento, possibilitando que os diversos serviços museológicos fossem realizando as tarefas necessárias.

Estou grato a todos os técnicos das equipas do Museu Municipal de Loulé e do Museu Nacional de Arqueologia, que com a sua dedicação e sabedoria concorreram para que a exposição *LOULÉ. Territórios, Memórias, Identidades* fosse hoje uma realidade e que a todos orgulhasse!

Um agradecimento muito sentido à ilustre escritora e querida amiga Lídia Jorge, que nos brinda com um belíssimo texto sobre este nosso ser louletano.

A minha última palavra vai para os louletanos para que possam desfrutar desta oportunidade de conhecer melhor quem somos e como ocupamos o território, para aumentar o nosso amor à terra e com maior conhecimento definir, conjuntamente, os caminhos do futuro!

Loulé, 25 de maio de 2017

Vítor Aleixo

Presidente da Câmara Municipal de Loulé

Na segunda metade da década de 90 do século xx, mais concretamente em 1997, no Museu Nacional de Arqueologia, instituiu-se uma linha de trabalho que se viria a revelar estratégica no âmbito da programação do museu nos últimos vinte anos. Tratava-se então de instituir e progressivamente consolidar um modelo de trabalho de parceria com os municípios com o objetivo de dar a conhecer o estado da arte em matéria arqueológica, revelando ao público, sob a forma de exposições monográficas, sítios arqueológicos bem estudados, atualizando questões conceptuais merecedoras de especial atenção por parte da comunidade científica, ou mesmo caracterizando o povoamento, em diversas épocas, em territórios mais ou menos amplos.

Esta assinalável dinâmica materializou-se em mais de vinte mostras e permitiu, enquanto se forja o momento da desejada exposição permanente, mostrar a Arqueologia de Norte a Sul do país, na casa mãe da Arqueologia portuguesa e museu mais local de todos os museus nacionais, se atendermos ao facto de os vestígios da ocupação humana, datados de há cerca de meio milhão de anos e provenientes de mais de três mil sítios arqueológicos de todos os pontos do país, estarem representados nas coleções de referência do Museu Nacional de Arqueologia. Com a exposição *LOULÉ. Territórios, Memórias, Identidades*, chegou, pois, a vez de Loulé, presente na coleção fundacional do Museu Nacional de Arqueologia, por via da incorporação, em 1894, do acervo do Museu do Algarve recolhido por Estácio da Veiga, mas nunca mostrado como tema.

Há muitas razões de ser¹ para esta exposição que abarca mais de sete milénios de história da ocupação humana do concelho de Loulé, concebida e produzida durante os dois últimos anos. Após a estabilização da ideia e da celebração de um protocolo de colaboração entre a Direção-Geral do Património Cultural e a Câmara Municipal de Loulé, que enquadra a exposição, foi definida uma equipa executiva e convidada uma equipa eclética de cinco comissários científicos, que representam várias gerações e décadas de trabalho continuado, distintas perspetivas metodológicas e três das mais importantes universidades portuguesas, assegurando a indispensável multiplicidade de olhares que o tempo longo que nos propusemos tratar assim exige.

Aos comissários agregaram-se mais de quarenta autores que redigiram os textos do catálogo, e também outros colaboradores que se dedicaram a muitas das etapas deste projeto expositivo.

A tarefa seguinte consistiu em definir um guião e um *corpus* de materiais arqueológicos a estudar e a expor. Ao fixar-se a lista de mais de 500 bens culturais selecionados a partir dos milhares recolhidos no concelho de Loulé e à disposição da equipa, foi realizado simultaneamente um trabalho de localização ou realocação na base de dados Endovélico dos sítios arqueológicos conhecidos, que atingiu a cifra de 153, estando 141 dos quais situados no arco temporal da exposição. Trabalho só escassamente visível na exposição, constitui uma ferramenta crucial de gestão do património arqueológico no terreno, por parte dos organismos da Administração Pública e da comunidade arqueológica em particular.

Este processo permitiu conferir ainda valor museológico a espólios exumados no concelho de Loulé, considerados apenas pela investigação arqueológica de gabinete, e que a partir de agora poderão integrar projetos expositivos no respetivo Museu Municipal.

Os bens culturais móveis selecionados integram muitas e diversas categorias e tipologias. Com estes objetos, que constituem memórias vivas, conta-se a história do concelho de Loulé entre a Pré-História e a Idade Média, um território heterógeno e único que liga a serra ao mar, dotado de uma identidade própria. Selecionado um *corpus* a partir dos inventários gerais dos bens conservados em nove instituições, foi necessário prosseguir simultaneamente três importantes ações: um programa de conservação preventiva e de restauro dos bens, a criação de uma base de dados de inventário analítico e descritivo assente em parâmetros contemporâneos, e o registo por imagem do conjunto, que passou a integrar o inventário fotográfico nacional.

Esta exposição apresenta, pela primeira vez ao público, o acervo de trinta e cinco sítios arqueológicos conhecidos, vantajosamente integrados no contexto territorial do município. Museus de quatro outros concelhos – Faro, Figueira da Foz, Albufeira e Silves – disponibilizaram para esta exposição peças que são oriundas de Loulé. Assim como a UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, de onde proveio o espólio do Cerro do Castelo de Corte João Marques, Quinta do Lago e Tejo do Praio. Significativa cedência, a do Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila, propriedade da empresa Vilamoura World. E, claro, o conjunto artefactual mais numeroso é o que procede do Museu Municipal de Loulé e que se junta ao do Museu Nacional. Do Arquivo Histórico Municipal de Loulé provém a documentação que encerra a história que contamos, nomeadamente as icónicas *Atas da Vereação de Loulé* (1384), as mais antigas conhecidas em Portugal. Num concelho fisicamente heterógeno – e que nos oferece uma paisagem de serra, barrocal e litoral – apresentar, inclusive de forma tridimensional, esses «territórios» foi essencial, como fundamental era reter os olhares dos proprietários das áreas do concelho onde se localizam os sítios arqueológicos, que se apresentam como verdadeiros guardiães das «Memórias». Pois assim se constroem também as «Identities» de um lugar.

O olhar poético e a escrita de Lídia Jorge foram convocados. Dão-nos ambos uma outra imagem do seu Loulé, que partilhamos com os visitantes.

Do diálogo entre os responsáveis pelas instituições envolvidas com os cientistas, resultou uma ousadia que decerto não deixará de surpreender e agradar ao visitante. Oferece-nos a Paleontologia, neste início do século XXI, algumas novidades sobre o território de Loulé há mais de 220 milhões de anos, ao realizar a descoberta de fósseis de *Metoposaurus algarvensis* e fitossauros. Uma janela temporal foi assim construída para podermos ver esta terra, numa época remotíssima. Muito antes do Homem.

Os mais de 500 bens culturais selecionados, segurados pelo nosso mecenas institucional e tão especial – a Lusitania Seguros –, são mostrados no Museu Nacional de Arqueologia numa intervenção arrojada que implicou uma alteração estrutural na galeria de exposições temporárias, o que contribuiu para oferecer, uma vez mais, uma cenografia apelativa, que valoriza ainda mais o lugar.

O catálogo geral da exposição é publicado no âmbito da insubstituível parceria editorial com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, sempre presente no nosso quotidiano.

O trabalho prosseguirá diariamente, estruturado num intenso programa de dinamização da exposição, preparado conjuntamente pelas equipas do setor educativo do Museu de Loulé e do Museu Nacional de Arqueologia, em estreita colaboração com os comissários científicos da mostra.

Um «mar de gente», que representa as diferentes instituições envolvidas neste projeto, tem os seus nomes gravados na ficha técnica deste catálogo. A todos cumpre agradecer.

Uma palavra de gratidão é especialmente devida à Câmara Municipal de Loulé e ao seu presidente, Dr. Vítor Aleixo, bem como à equipa do Município, parceiros desta exposição que se souberam fundir numa equipa coesa com os técnicos da Direção-Geral do Património Cultural e do Museu Nacional de Arqueologia.

Lisboa, 23 de maio de 2017

António Carvalho

Diretor do Museu Nacional de Arqueologia

1. Título tomado de empréstimo. Constitui uma forma de homenagem ao génio da cientista portuguesa Maria de Sousa.

RAZÕES DE SER DE UMA EXPOSIÇÃO

Loulé, no sul de Portugal, é o mais extenso concelho do Algarve, que cruza de norte a sul e da serra ao mar. Dotado de bons recursos naturais, foi habitado pelo Homem ao longo dos tempos.

A história da Arqueologia de Loulé remonta ao trabalho pioneiro de Estácio da Veiga (1828-1891), que reuniu uma coleção para constituir o Museu Arqueológico do Algarve, mas que foi incorporada no então Museu Etnográfico Português em 1894. Assim, o património de Loulé ficou para sempre ligado ao Museu Nacional de Arqueologia.

Entre o século xx e o presente, a arqueologia foi uma prática amadurecida no território louletano e no seu museu, pela ação de vários arqueólogos envolvidos nesta exposição. São estas as razões que unem o Museu Nacional de Arqueologia e o Museu Municipal de Loulé na organização desta mostra, inscrita numa linha de colaboração prosseguida pelo Museu Nacional com as autarquias há duas décadas.

Esta exposição assume-se como o estado da arte da investigação arqueológica do concelho de Loulé e conta a história das comunidades que o constituíram entre a Pré-História e a Idade Média, assente nos vestígios arqueológicos e nas fontes documentais conservados nas instituições que laboriosamente constroem as memórias e as identidades de Loulé.



A exposição *LOULÉ. Territórios, Memórias, Identidades* proporciona ao visitante um percurso através de um importante conjunto de artefactos arqueológicos provenientes de diversas coleções algarvias, uma viagem pelo território louletano, invocando memórias e vincando os traços identitários da região e das pessoas desta terra.

O primeiro núcleo apresenta o território, lembrando que para além da faixa litoral existe uma outra região, um «mar de cerros», cuja ocupação se encontra testemunhada pelos 500 objetos expostos e humanizada pelas fotografias dos louletanos que guardam e transmitem este património. No espaço amplo da nave, os suportes expositivos distribuem-se longitudinalmente, enfatizando o seu efeito perspético e ampliando a sua escala monumental. Os objetos são expostos, nas vitrinas verticais, em composições ondulantes e dinâmicas, cronologicamente ordenados e associados por tipologias.

As mesas centrais complementam esta apresentação e constituem o suporte para um outro nível de informação. Através de filmes de curta duração e peças para serem tocadas estabelece-se uma ponte entre o visitante e o «objeto visitado», viabilizando uma experiência mais sensorial de visita à exposição. Pretende-se que esta exposição seja, tal como toda a faixa algarvia é desde há muitos séculos, um território aberto a todos. Assim, no desenvolvimento do projeto houve uma forte aposta em proporcionar a TODOS os visitantes, independentemente do seu grau de literacia, idade, género, grau de mobilidade ou qualquer outro tipo de limitação física ou intelectual, uma oportunidade de ter acesso à informação sobre o importante legado deixado por inúmeras gerações no território de Loulé.

Lisboa, 31 de maio de 2017

Maria Manuela Fernandes

Arquiteta, Direção-Geral do Património Cultural

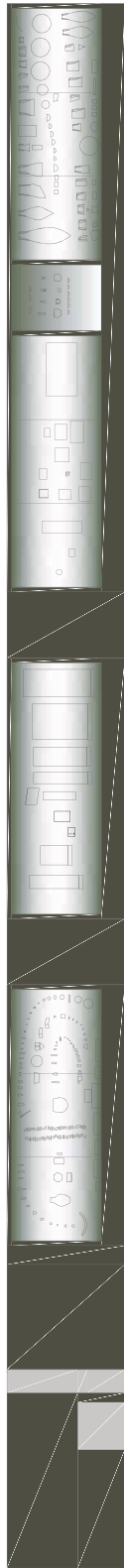
Na exposição, os acervos são introduzidos segundo vários critérios de ordenação: primeiro, pelas respetivas balizas temporais definidas para cada um dos grandes períodos históricos; segundo, através do enquadramento numa temática comum e/ou subordinados a categorias funcionais; terceiro, através da sua ordenação tipológica e cronológica, de preferência obedecendo a uma ordem decrescente de antiguidade.

Nas tabelas dos objetos a informação é ordenada do seguinte modo: número de catálogo; denominação, com descrição sucinta; proveniência; cronologia; dimensões; proprietário; número de inventário.

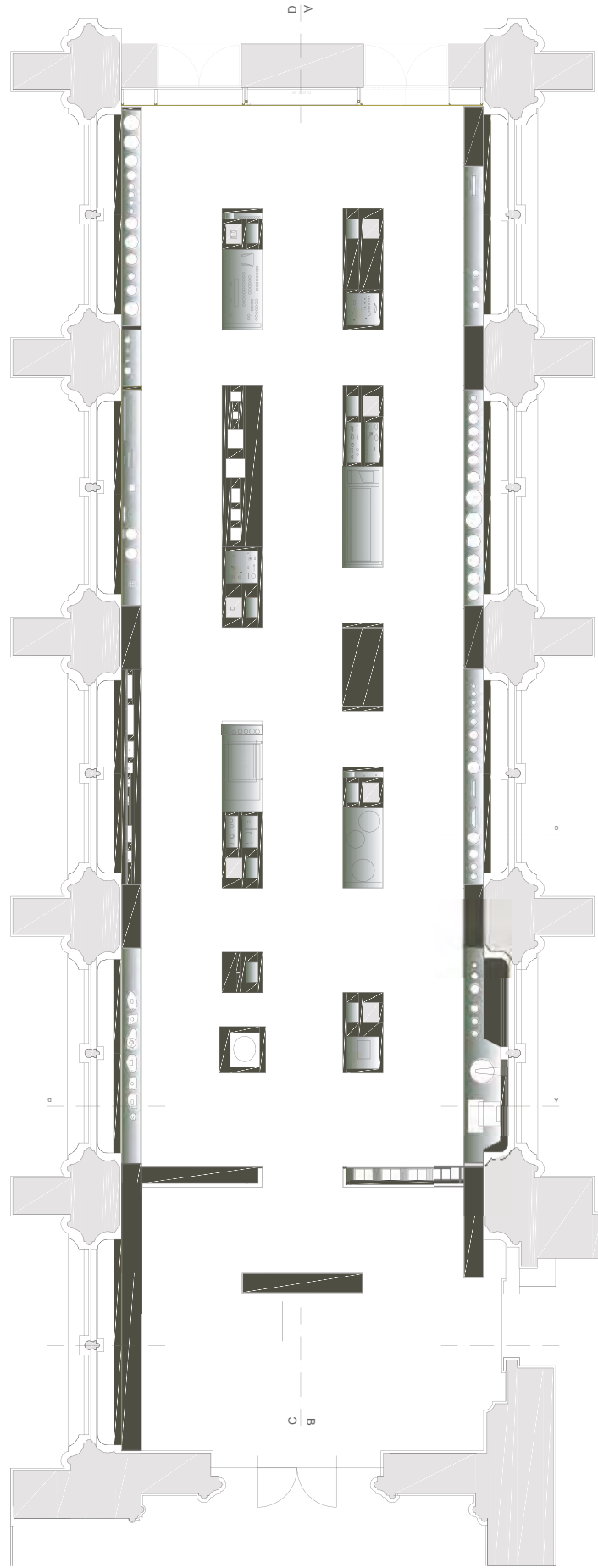
Na medição dos objetos consideram-se sempre as dimensões máximas, exceto quando indicado em contrário. A ordem de apresentação das dimensões corresponde à altura x largura para objetos bidimensionais, e para objetos tridimensionais comprimento x largura x altura/espessura, ocasionalmente x peso, seguindo-se a unidade de medida.



CORTE AB



CORTE CD



PLANTA DA GALERIA











**LOULÉ.
O LUGAR**



À NOSSA PASSAGEM TERRAS DE LOULÉ

LÍDIA JORGE

Aqui, a terra é boa, o sol brilhante, as praias amplas, a ria imensa, o mar tranquilo. Os montes são uma ondulação suave que a norte se transforma numa serra feita de infindáveis punhos fechados. Seios de terra. Um oceano de dunas antigas abandonadas pelo mar, no tempo das primeiras conchas e dos primeiros arbustos ainda sem flores. Aqui, tudo fala de um tempo antes da História, em que a África estava unida à Europa, e ao mesmo tempo tudo o esconde. Depois, muito mais tarde, quando as ervas deram flores, e já existiam homens para colhê-las,avas sucessivas de povos do mundo pré-histórico aqui vieram fixar-se, porque ali havia terra boa, sol brilhante e mar tranquilo, e era após era, foram deixando o rasto das suas mãos fabricadoras no solo generoso que habitaram. Hoje, passados milhares de anos, o movimento é semelhante. As Terras de Loulé continuam a ser um lugar pacífico, um lugar mãe, um lugar de receber todo aquele que vier por bem. Que outras palavras usar?

São sempre banais as palavras de quem ama. Ridículas, as declarações de amor a uma paisagem. Mas não conheço outra forma de dizer quanto este campo, estendido entre o Atlântico e o Mediterrâneo, continua a ser um lugar anfitrião. A subsistência no presente constrói-se tirando proveito dele, enquanto um dos lugares mais acolhedores da Terra. A própria natureza da terra determinou a sua indústria. Estradas, hotéis, aviões, casinhas recolhidas pelos montes, bares, estâncias de descanso e de lazer, villas sumptuosas como no tempo dos romanos. É a pele da terra enfeitada de progresso. Zunido e rapidez, ambição e projeto, espelho eletrônico na algibeira onde, à mesma hora, em toda a parte, se reflete a batalha do mundo

contemporâneo em brasa. Sentados na varanda do hotel, ligados por ondas invisíveis, nenhum movimento parece vir de trás. O presente é o nosso começo e a nossa eternidade. O futuro, uma seta disparada para diante. Qualquer passado, um sudário demasiado comprido que não permitindo soltar a velocidade requerida, sempre atrapalha o passo do ousado. Contemporâneos nossos, nada de sudário, nada de memória, nada do que se possa dizer antigamente. Quanto mais livres estivermos dessas palavras, mais rápidos chegaremos à meta desejada.

Mas não pensa assim o arqueólogo.

Pelo contrário, o arqueólogo não tem receio de encarar com vagar o mistério do tempo, e por isso esgaravata na terra à procura dos sinais da passagem. O arqueólogo procura no meio da poeira os rastros concretos de como se viveu, e como se desapareceu, e por isso a sua função é feita de coragem e a sua sabedoria dirige-se a veteranos. O arqueólogo sabe que ao confrontar-se com os restos que provêm da morte está buscando a natureza da vida, e para isso dirige-se àqueles que estão dispostos a questionar-se, com alegria, sobre a origem do pó. O arqueólogo escuta nos dois sentidos. Sabe que as vozes que nos falam a partir do passado são as mesmas que nos chamam na direção do futuro. Sabe que esta é a vez de usufruirmos do breve intervalo iluminado que nos cabe em sorte aproveitar para conhecer. Caminhamos entre duas penumbras demasiado densas, e sabê-lo dói e engradece. Por isso, a ciência do arqueólogo, feita de ossos, espinhas, conchas e lucernas, costuma ser apresentada como um jogo de relação entre grandezas. O arqueólogo ensina

sobre o salto no saber, a razão da semelhança, a razão da diferença, e a atração imparável pelo desconhecido.

Sabe que entre a mó do movimento de vaivém, e a mó de movimento circular, no Calcolítico, operou-se um salto na mecânica tão importante quanto entre o girar de uma manivela e o motor de propulsão. Por certo que, um dia, no passado, quando já se fundiam os metais, houve alguém que tomou um pedaço de madeira, introduziu-o no orifício de uma pedra e fez dela a mó girante. Um Steve Jobs que desapareceu na escuridão da Pré-História, de quem nunca ninguém conhecerá o nome, se é que alguma vez o teve. Mas o arqueólogo convida-nos a reconhecer a cadeia de infinitas invenções anónimas, e a saudá-las. Deslumbrase com o recipiente crivado de orifícios, achado em Igrejinha dos Soidos, uma forma que servia para a mulher fazer o queijo, pousando-a sobre uma pedra, e sabe que esse é o gesto que ele mesmo ainda hoje faz ao montar a sua queijeira sobre o tampo de fórmica da cozinha. Um gesto que se repete ao longo de seis mil anos. Examina o vaso lacrimal em forma de lágrima, do tempo da ocupação romana nas Terras de Loulé, e não pode deixar de invocar a dissemelhança que existe entre essa medida concreta do desgosto, e a nossa prática de enxugar as lágrimas às escondidas num *kleenex*, ou mesmo deixá-las retidas, invisíveis, no fundo do coração. No entanto, para além da ritualização diferente da perda e do desgosto, as lágrimas são as mesmas. E por certo que ama profundamente as estelas, placas pétreas da Idade dos Metais, cobertas de configurações gráficas moderníssimas. São letras, talvez versos dos turdetanos, talvez epitáfios ou éditos. Mas o que elas dizem, e o que contam, ainda

não se sabe. Indecifrável, cada estela misteriosa dança e zune na nossa frente, tanto quanto o monólito de 2001, Odisseia no Espaço, e a curiosidade insatisfeita mostra como a nossa missão na Terra consiste em levantar a mão diante do desconhecido e inquiri-lo até ao fim. Que semelhantes somos aos que foram, que irmãos somos dos que existiram e dos que hão de vir.

Assim com as pulseiras, os alfinetes e os brincos, o escopro e as facas, e os punhais de bronze. E a loiça de *terra sigillata*, e as candeias que eram postas junto dos mortos para lhes alumiar as almas. Tudo tão próximo de nós, tão nosso contemporâneo, tão contínuo, que se percebe que o futuro, ao munir-se das regras do passado, apenas está a alimentar-se do conhecimento salvador da espécie. Levantar do chão pedacinhos de cerâmica, ganchos, pedras, ossos, e erguê-los à luz do dia nomeando-os, equivale a reiniciar a nossa narrativa coletiva de modo a evitar o fim da Humanidade. É um conforto saber que as Terras de Loulé, onde os arqueólogos fizeram estes achados, se junta aos milhares de outros lugares assinalados no Globo Terrestre como campos de memória, símbolos de parceria que nos hão de ajudar a manter o entendimento no mundo. E mesmo a paz. Um conforto para quem não encontra as palavras necessárias para exprimir a sua gratidão à vida ali vivida.

LOULÉ EM VISTA RASANTE. DAS ORIGENS A 1950

JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES

Vem de oliveira, vem de loureiro, vem de outeiro? Quem sabe, quem acerta? Há sempre enigmas para entreter os decifradores e quantos gostam de charadas e de destapar verdades escondidas. Também há os que inventam, e muitas vezes não se sabe distinguir o falso do verdadeiro. Não sei escolher, mas se me dessem ao meu gosto ir em busca e fixar um nome para esta terra, procurava acertar em qualquer coisa que tivesse a ver com água. Sim, água, porque a povoação de Loulé assenta em água, já assentou mesmo em mar – e por isso as minas de sal. Mas em tempos mais próximos, apenas uns séculos para trás, a água seria o elemento decisivo para a escolha pelos habitantes primitivos. Água que escorre nos ribeirinhos e eventualmente nas linhas de água que há em volta, nos poços que antigamente todas as casas tinham, sim, era essa uma característica que se apreciava. E que permitia – e suscitava – uma horticultura rica em espécies, e ainda especialmente as frutas que depois caracterizaram a região Algarve para exportação. Excelência e abundância de águas que sempre surgem nas descrições, mais ou menos rigorosas que os tempos conservaram.

Água que atraiu os mouros que aí pelo século XI escolheram o sítio e a posição para estabelecer um povoado. Que se terá desenvolvido nas centúrias seguintes nos tempos de impérios almorávidas e almôhades passageiros e de taifas breves. Gente do deserto e de oásis – pelo menos os poderosos – que

tinham desenvolvido técnicas de irrigação que lhes davam bons produtos. Por isso a água ser sempre o elemento determinante para escolha por esses habitantes das regiões dominadas por extensas áreas secas. Terra de trabalho, de agarrado amor à terra, de gente orgulhosa do seu, capaz de pegar num cacete na defesa dos seus interesses coletivos, e por isso *caceteiros* como tal qualificados e ditos sem rebuço – até pelos próprios. Mas gente que não deu à terra a monumentalidade que se poderia esperar com a riqueza agrícola das suas redondezas e depois do seu concelho. Porque não há muito para ver se se quer procurar antiqualhas arquitetónicas. Em uma história cheia de muitos e bons bocados.

Fundação de mouros, ao que tudo indica, talvez um milénio apenas antes de nós. Não parece ter havido uma vila romana e menos ainda algum castro pré-histórico na raiz do povoado. E mesmo de agarenos, ainda não são muitos os vestígios atestados, que se tenham posto a descoberto. Mas já há algumas certezas, que mais não seja no traçado do núcleo urbano mais antigo, ao abrigo das primitivas muralhas, e de alguns achados que os arqueólogos vão procurando interpretar.

De mouros são as muralhas primitivas, algumas de resistente taipa, que mais tarde irão sendo destruídas parcialmente, dado que a vila não tinha uma posição no conjunto regional que implicasse uma atenção especial à defesa. Pequena povoação, que já então a

proximidade ligava a Faro, com outra dimensão e outra importância. Porque centro de comunicações importantes na região há que considerar que Loulé fosse: não por acaso a muralha tinha aberturas em direção a Portugal, a Silves, a Tavira e a Faro. Portas em cotovelo, ao jeito da arquitetura defensiva islâmica, onde passavam homens e animais, depois destruídas para permitir a passagem de carros. Junto de uma delas (a porta de Faro), situava-se a mesquita principal da cidade, ladeada por um minarete de que ficou vestígio na torre da igreja matriz. Importantes restos do século XII ficaram em banhos públicos, que a civilização agarena não dispensa. Encontraram-se também dois cemitérios, fora de portas como devia ser, para além de um espaço aberto junto da muralha norte que seria o futuro rosário ou praça medieval – que dita praça permaneceria.

Em meados do século XIII muita coisa vai mudar no Algarve: é o tempo de a reconquista cristã avançar pelo vale do Guadiana, tomar Ayamonte e por Castro Marim avançar na ocupação de todo o novo reino do Algarve d'aquém. A Loulé terão as hostes de Afonso III e de Paio Peres Correia, este à frente dos Espatários, chegado e conquistado a povoação a 23 de novembro de 1249. 23 de novembro porque é dia de S. Clemente, que outra razão não pode haver para ser tal santo papa o orago da igreja matriz que se vai sobrepor à mesquita islâmica decerto reaproveitada. Não há testemunhos de perseguições ou violências contra as populações

mouras ou islamizadas que viveriam na cidade e seus arrabaldes. Pelo que teriam continuado as suas trabalhosas vidas, sendo pouco a pouco absorvidas pela dominante civilização que se impunha – ou emigrado para Além, os que se desagradaram dos novos senhores.

A dominação cristã naturalmente vai mudando as coisas na terra e no concelho, que recebe o seu primeiro foral em 1266. Mas que ainda precisa crescer e organizar-se para que haja riqueza disponível para construções novas em novo estilo. O que vai tardar e além da igreja matriz não terá muitas mais expressões que valham sob o ponto de vista artístico. A matriz de S. Clemente é um templo que possivelmente recobre a mesquita muçulmana, mas que lhe não deixou visíveis restos. Datará de cerca de 1280, do período de D. Dinis. De um simples e austero gótico de tipo franciscano, é uma igreja muito ampla, o que permite imaginar que a população medieval era bastante numerosa. Ou que se esperava que passasse a ser. Além do portal de Nossa Senhora dos Pobres (a que muitos mais tarde chamavam os Grilos), hoje Misericórdia, da porta gótica da Graça e da capelinha da Senhora da Conceição com os seus azulejos do século XVIII, não há muito para referir.

Os séculos XV e XVI foram tempos de aperfeiçoamento dos regimes agrários, em especial dos aspetos comunitários que se foram instalando. E que eram regidos pelas vereações que iam conseguindo melhorar as regulamentações de pastagens dos gados e ao mesmo tempo de defesa dos campos semeados e das terras com árvores de fruto. Atuações das vereações do Algarve que trouxeram um peculiar ordenamento coletivo ao honorário reino. Algarve do figo, da amêndoa, da alfarroba, mas também da vinha e das hortas para abastecimento das populações urbanas. Mas terra de gado, aproveitando e articulando as diferenças de culturas da serra e do litoral, criando espaços coutados e reservados para os bois que lavravam, como o Almargem de Quarteira.

A estrutura da vila ir-se-á alterando, naturalmente, com a civilização cristã medieval primeiro, depois com as modificações que a vida comercial vai impondo. Porque a época moderna, com as relações através do mar com Marrocos e por terra e por mar com a Baixa Andaluzia marítima vão alterando o viver das gentes. Implicado, quisessem ou não, na defesa das conquistas de Além-Mar em África. Acorrendo aos sustos que os cercos não anunciados traziam de Ceuta, Tânger e Mazagão, sobretudo. Que do urbano crescente da vida na vila nos séculos XV e XVI, se vai depois nos séculos XVII e XVIII entrar num processo de ruralização. Em que, apesar disso, os artesãos louletanos, da empreita

ao calçado, continuam a trabalhar para satisfazer as necessidades das pessoas – só muito mais tarde há que contar com os cobres.

Mas na vila também o centro de convívio e de comércio principal transita para a Praça, ao fundo da qual se constrói um alpendre, dito por vezes da vendagem, onde os provimentos diários se adquiriam. O que vai dar à praça uma centralidade que a cidade moura e que depois a Idade Média lhe não tinham conferido. Dos Inocentes ao fundo da Praça onde se instalam também Bicas Novas será a vila de Loulé rearrumada nas suas vivências coletivas. A que mais tarde, já no século XIX, com algum enobrecimento se instalará a Câmara junto à torre do relógio e mais tarde ainda o mercado (já no século XX). Casas nobres, de algum aparato, apenas dois casarões, assinalável o dos Gama Lobo (em Sant’Ana) e menos aparatoso o dos Azevedo e Silva (na Rua Ancha). E não muito mais que se elevasse de uma mediania, por vezes só-lida, mas não muito bem desenhada. Porque também não houve titulares, alcaides-mores ou outros dignitários que tivessem empregado os seus dinheiros – e os dinheiros que o povo lhes pagava – em construções de valia. Nem mesmo no século XV e XVI, quando os Marialva eram também condes de Loulé, quando a condessa de Loulé D. Guiomar Coutinho casou com o infante D. Fernando, filho de D. Manuel I, nem mesmo então em Loulé esses aristocratas residiram ou em Loulé quiseram deixar uma marca visível do seu poderio. Passando a vila para a Coroa por morte da condessa titular (em 1534), também não investe a realza nesta sua próspera e rica terra. Não admira, pois, que os louletanos nunca tivessem sido e menos sentido muito chegados aos poderes públicos. Pelo que não admira vê-los amotinarem-se contra uma fiscalidade impiedosa em setembro de 1637, aquando das revoltas populares que abalaram o domínio dos Felipes de Espanha em Portugal. Os marqueses de Loulé, antes condes de Vale de Reis, depois ainda duques de Loulé, que grandes rendimentos teriam do Morgado de Quarteira, também não estanciam na vila onde não teriam aposentos, nem alguma vez os terão querido ter. Quanto aos comendadores de Santiago, que levavam metade dos dízimos pagos à igreja também não há sinais de que alguma coisa tivessem deixado na terra...

Claro que há que referir ainda os restos do castelo e da alcaidaria, mas não seria tudo e os poderes públicos não parece terem ligado ao aparato das construções, nem ao que podia interessar à comunidade urbana para se afirmar na região. Ainda por cima, e bem

recentemente, têm-se encarregado de destruir o que encontram a jeito – foi a casa do alcaide-mor Gonçalo Nunes Barreto no Largo do Chafariz, foi o lagar do Rossio, para dar lugar a um parque de estacionamento de meia-dúzia de automóveis. E por que destruir a Escola do Conde Ferreira mesmo na Praça? Incomodava alguém o local onde os louletanos se alfabetizaram?

O que foi válido em Loulé não foi o que as entidades públicas promoveram ou as iniciativas que tiveram, mas o que os cidadãos empreenderam. Nem parece que os louletanos tenham sempre tido grande confiança nas autoridades. Pelo menos não esperam delas tudo. Nem elas o mereceram. Por isso resolvem a seu jeito e modo algumas questões e ultrapassam carências pelos seus próprios meios. Alguns bem engenhosos.

Tardou a que Loulé tivesse estabelecimentos de ensino secundários. Para os rapazes a deslocação para a próxima cidade de Faro seria talvez fácil, no entanto dispendiosa por implicar estar fora de casa. Isto muito embora haja notícia de que o liceu teria um internato no princípio do século XX. Para as raparigas não havia nada e raríssimas teriam frequentado o ensino oficial secundário – e já nas primeiras décadas do século se sentia a necessidade de as educar para além dos ensinamentos que podiam receber em casa. Pelo que tardaram a afirmar-se profissionalmente. A primeira formada, em Farmácia, só o foi nos anos 30 do século XX. Para o mais, bastava a instrução primária, lecionada pela D. Quita Passarinho ou pelas senhoras Mecancas. A solução, encontrada por volta de 1922, foi a de contratar uma professora que viesse instalar-se na vila e ensinasse às moças aquilo que se achava preciso saberem: piano, bordados, costura, e outras artes domésticas. E algumas disciplinas que se achavam úteis para meninas prendadas – francês, história, geografia. Para isso se cotizaram os pais de meninas em idade e condições de serem assim instruídas. Puseram anúncio em jornais de Lisboa. A primeira dessas mestras, uma D. Beatriz, pouco ficou em Loulé, cerca de um ano. A segunda, D. Umbelina Felgueiras, boa professora de piano, discípula de Alexandre Rey Colaço, soube fazer alunas e amigas. A sua filha Lubélia manteve relações toda a vida com conhecidas dos anos em que viveu em Loulé. Desse ensino seguiram para o Conservatório Nacional de Lisboa Maria Campina, Célia Formosinho Romero e, provavelmente, Isabel Dourado. Claro que os pais de meninas que não queriam aprender nada disso (nem coisa alguma além de esperarem pelo casamento) achavam que esses pais não podiam com uma gata pelo rabo e queriam que as filhas estu-

dassem! Isso disseram de um tal Santiago Formosinho Romero. Daquele modo e à sua custa os burgueses louletanos acharam meio de tornear uma dificuldade, que só a camionagem depois em definitivo resolveu, quando rapazes e raparigas passaram a poder frequentar o Liceu de Faro sem precisarem de instalação na cidade. Só nos anos 40 se estabelecerá um colégio com ensino secundário, o colégio da D. Arlinda, com competente pessoal docente, que terá mesmo instalações próprias propositadamente construídas. Senhora que não era licenciada, mas competentíssima gestora do seu colégio – cujos alunos obtinham excelentes resultados nos exames anónimos que obrigatoriamente iam fazer ao Liceu de Faro.

Não se pode esquecer que os primeiros rudimentos de música foram ensinados por um famoso mestre Joaquim Pires, que pôs a solfejar várias gerações de louletanos. Mestre de banda que sabia muita música. E bandas havia duas, rivais inconciliáveis, do tempo da monarquia: a mais antiga, dita Música Velha, a União Filarmónica Marçal Pacheco, ligada com o partido regenerador; a Música Nova estaria relacionada com os progressistas e ainda se chama Sociedade Filarmónica Artistas de Minerva. Composta sobretudo por artesãos e operários. Bandas sustentadas pelos sócios e pelo que cobravam em exibições, procissões, despiques, funerais.

A mesma gente que procurava avançar nos melhoramentos da terra, mas a mais endinheirada, iria contribuir para a construção do teatro, que seria marcada por um penoso drama. Os acionistas confiaram na pessoa do gerente do Banco de Portugal, Dr. Frutuoso da Silva, apaixonado por teatro, para obter o financiamento da obra. O qual concedeu um empréstimo indevido para esse financiamento. Descoberto por uma denúncia maldosa, foi julgado e condenado a pena de cadeia. Pessoa muito respeitada e estimada, deu a Câmara Municipal o seu nome à rua que ladeia o teatro, mas não lhe podia restituir o que passou com o sofrimento e a vergonha que do caso decorreram. E pouco durou depois desse desgraçado acontecimento. Mas o teatro ainda lá está e que a sua memória se não desvaneça porque foi um amante da sua terra. Loulé fazia gosto em dispor de uma sala de espetáculos, pois tinha grupos de amadores teatrais que se esmeravam. Até ensaiavam peças para que depois contratavam a figura principal em Lisboa. Era «a atriz» que vinha abrilhantar o elenco amador e garantir o bom desempenho – e o correspondente êxito. Chegaram a levar à cena operetas, com os talentos locais devidamente treinados. O Pinheirinho da Botica e

o Joaquim Coelho tinham fama de belas vozes. Pelo teatro passaram muitos e bons artistas profissionais em *tournée*, como Vasco Santana.

A classe média alta louletana também fundou e estabeleceu o Ateneu Comercial e Industrial no Largo dos Inocentes, onde se jogava, bailava e convivia. A classe média baixa estava associada no Sporting Clube Atlético da Rua das Lojas. Ambas procuravam satisfazer os seus sócios com a melhor programação, que incluía conferências e outras manifestações culturais, por vezes bem a contragosto de associados e familiares. Pobres meninas, preparadas com vaporosos vestidos para bailar e que tinham de ouvir algum convidado dissertar sobre literatura, história ou qualquer outra desconhecida matéria...

Tudo iniciativa dos cidadãos, nada de oficial ou oficioso. Também o carnaval, esse carnaval bem sucedido que se queria bem comportado, foi obra dos cidadãos. Grupos, famílias, amigos organizavam-se e preparavam um carro no qual percorriam o espaço marcado para o cortejo – primeiro na Praça, depois na Avenida. Fechava-se o recinto para que quem quisesse assistir pagasse, e a Misericórdia recebia uma quantia razoável para as suas obras. A Câmara entraria com alguma parte das despesas, mas eram os particulares, e às suas custas, que se esmeravam para apresentar o mais original e o mais interessante carro no curso. O que era feito muito em segredo para conseguir um efeito de surpresa que merecesse o pasmo e o aplauso dos concidadãos. Um modestíssimo filho de padeiro – o Manel Padeiro – caprichava em apresentar com a sua numerosa família um carro sempre de muito bom gosto, «muito fino» no seu dizer. E outros assim faziam – enquanto um oleiro alcoólico não faltava com um carrinho de bebé onde instalava um cão a que também ia dando de beber por um biberão... E outros patuscos, como o grupo de «espanholas» que em trem aberto, cara pintada e longas cabeleiras, exibindo fundos decotes, não faltavam na diversão. Voltas que acabavam bem bebidos. Se os humildes se apresentavam, não faltavam os abastados, em carros de mais exigente decoração e mais pretensões – mas era tudo pela fantasia (não sem alguma ostentação) e a bem dos pobres que a Misericórdia depois socorria com o que a batalha de flores e os bailes rendessem.

Tanto quanto o carnaval, chamavam gente à vila as festas da Senhora da Piedade, a Mãe Soberana dos crentes louletanos. Que no domingo de Páscoa descia da sua ermida nos arredores e vinha passar uma quinzena na matriz, a partir de fins do século XIX na

igreja que fora da Ordem Terceira de S. Francisco e passou a ser a sede da paróquia de S. Sebastião em 1890. Duas semanas passadas de devoções e novenas, a imagem regressava à sua ermida, entre vivas e gritos, em arrancada corrida de um andor pesadíssimo. Para ser recebida lá no alto por um sermão encomendado a um dos oradores sagrados famosos do país. Que a santa era rica e podia pagar esses luxos. Na Avenida iluminava-se o que diziam ser um arraial, quase sempre sem ninguém que as noites de abril muitas vezes são ventosas e muitas vezes também chuvosas. Mas nunca faltavam os milagres e os que se achavam miraculados. Os louletanos bairristas achavam que a Senhora da Piedade era sem dúvida a mais importante da Corte Celestial. E por isso, quando em 47 a imagem peregrina da Senhora de Fátima veio a Loulé, fizeram-na acompanhar em procissão pelas imagens de Senhoras existentes na terra – Pilar, Conceição, Portas do Céu, Carmo, Pobres e outras – com a Senhora da Piedade em lugar de honra... Nem para a religião o bairrismo se dispensava de agir...

Ao domingo, sim, precisamente ao domingo, era o mercado semanal e enchia-se a praça de gente a vender e a comprar: das empreitas e das canas aos frutos e legumes. Todo o comércio permanecia aberto, comércio ainda bem vivo e com numerosas lojas. A segunda-feira era o dia de folga, exceto para os funcionários públicos, que não podiam estar de descanso em simultâneo com os empregados da atividade comercial.

Esta, mais coisa, menos coisa, uma vila que viveu um tempo a seu jeito até meados do século xx. Depois as coisas mudaram, modernizaram-se, atualizaram-se, não sei dizer se em absoluto melhoraram. Mas muitas coisas más e mesmo terríveis talvez já não sejam possíveis. Há miséria – e miséria há, infelizmente ainda – mas não é tão assustadora. Havia um desgraçado, muito habilidoso em trabalhos de barro, que vendia chaminés miniaturas e bonecos à entrada da praça. Estava tuberculoso e vivia num casebre onde até chovia! E outras desgraças que estavam patentes a quem quisesse ver. O que era o acampamento de ciganos no convento de Santo António! E outros muitos horrores que uma vista rasante não pode querer transmitir.



PARA A HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA DE LOULÉ

CARLOS FABIÃO

Presentemente, o concelho de Loulé tem 153 registos no Portal Endovélico da DGPC, onde se inscrevem os sítios com interesse arqueológico do país, correspondendo, portanto, a outras tantas ocorrências, numerosas e diversificadas, documentadas na sua região. A riqueza e diversidade de Loulé em vestígios de antigas ocupações humanas advêm em boa parte da configuração do concelho, que se estende pelas três grandes unidades de paisagem do antigo Reino do Algarve (atual distrito de Faro), a saber, a *serra*, de ásperos relevos xistosos, cortados por profundos barrancos, o *barrocal*, de terrenos calcários, de bom potencial agrícola, e a plataforma litoral, profundamente alterada, por fenómenos de erosão da antiga linha de costa e forte sedimentação dos seus paleoestuários e lagunas. Esta quase equitativa distribuição do espaço atual do concelho por tão distintas paisagens explicará em parte a diversidade dos vestígios, correspondendo afinal às diferentes estratégias de ocupação do espaço pelas sociedades humanas, ao longo do tempo.

O conhecimento concreto da arqueologia local resulta de dinâmicas várias, que se inscrevem na história da investigação arqueológica do país.

Conheceu a região alguns registos saídos das penas de eruditos locais que nos deixaram apontamentos corográficos interessantes. Mas foi sobretudo no século XIX que Estácio da Veiga realizou a sua gigantesca tarefa de levantamento da *Carta Arqueológica do Algarve* (fig. 1), numa época em que davam os primeiros passos os esforços similares em outras paragens europeias. Pela mão de Veiga, o Algarve entrou não somente nos anais da Arqueologia portuguesa, mas também na própria história da disciplina na Europa.

Os seus esforços orientaram-se para toda a região do antigo reino, sem privilegiar particularmente o território louletano, mas este não deixou de estar contemplado, na primeira visão de conjunto a que o autor chamou a *Carta*, com os respetivos vestígios monumentais da Antiguidade. Se a cartografia estaciana ficou estabelecida no século XIX, sob a forma de dois notáveis mapas, o dedicado aos vestígios pré-históricos e o relativo aos de épocas históricas, desenhados e registados em uma época onde não havia ainda uma cartografia de pormenor do território nacional, e sem privilegiar informação de nenhuma época em particular, desde a Pré-História ao período medieval islâmico. De fora das suas indagações ficaram somente as cavernas, para o estudo das quais não recebeu autorização governamental, como amargamente lamentou, mas não deixou de as inventariar, legando à posteridade uma relação de cavidades cársicas ainda hoje de inegável utilidade.

A obra de Estácio da Veiga sinalizou de um modo notório a riqueza arqueológica da mais meridional região portuguesa, atraindo ao longo do tempo muitos outros investigadores que, partindo da informação divulgada, desenvolveram novas pesquisas na região. Loulé não foi particularmente eleito como território de estudo, mas a informação sobre vestígios arqueológicos locais não deixou de ir crescendo ao longo do tempo. Diga-se, porém, em abono da obra pioneira, que poucos serão os vestígios algarvios que não se encontravam já, no mínimo, vagamente referenciados na cartografia de Estácio da Veiga.

Por morte do autor, a sua vasta obra *Antiguidades Monumentaes do Algarve* não chegou a ser concluída, tendo ficado porém o conjunto de apontamentos e

informações que, mais tarde, nos finais da década de sessenta do século xx, a sua bisneta Maria Luísa Estácio da Veiga Santos resgatou para a composição da sua tese de licenciatura, *Arqueologia Romana do Algarve*, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e mais tarde publicada em dois volumes, dedicados, respetivamente, à zona litoral e ao interior algarvios. Esta partição geográfica, em parte compreensível, uma vez que se tratava de inventariar os vestígios de época romana de toda a região, criou segmentações nos atuais concelhos que obrigam o leitor a um esforço de (re)composição geográfica, se pretender conhecer o que cabe a cada município.

Por essa mesma época, e uma vez mais na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, surgiu uma nova estratégia de elaboração dos trabalhos de final de curso da Licenciatura em História: as cartas arqueológicas concelhias. Neste particular, Loulé foi justamente o primeiro escolhido, por uma sua natural, Isilda Periquito (mais tarde, Pires Martins), que nos finais da década de sessenta do século xx apresentou *Arqueologia de Loulé*, como dissertação de licenciatura. A obra veio a conhecer uma segunda edição, por iniciativa do município.

Assim, as primeiras obras de referência à arqueologia de Loulé assumem carácter geral, integrando o espaço municipal no âmbito do território algarvio, pela mão de Estácio da Veiga e de sua bisneta, ou fixam-se no espaço concelhio propriamente dito, pela ação de Isilda Martins. Este binómio compõe, pode dizer-se, o tradicional ciclo da investigação arqueológica: a atenção focada no local, com a desejável minúcia e rigor, sem perder de vista mais amplos enquadramentos regionais, ainda que no caso vertente se tenha partido

do geral para o particular, ou seja, a perspetiva ampla antecedeu a focagem em território mais concreto.

Não vem ao caso tratar aqui de vários outros contributos de carácter mais monográfico, centrado no estudo deste ou daquele aspeto da arqueologia local, que sempre foram surgindo, pela iniciativa de variados investigadores, mas apenas traçar grandes linhas. O leitor interessado poderá consultar o grande repertório da bibliografia arqueológica algarvia reunido por Mário e Rosa Varela Gomes, se desejar alguma informação mais concreta.

Um novo aspeto saliente da arqueologia louletana foi (e é) o projeto desenvolvido em torno da *villa* romana de Cerro da Vila, Quarteira. De início, o local foi identificado e estudado como mais um sítio romano do litoral algarvio, um dos muitos já identificados por Estácio da Veiga. Contudo, a sua posse por uma entidade privada de vocação turística levou a que as extensas escavações que ao longo do tempo se foram promovendo fossem acompanhadas de igual cuidado na conservação das ruínas e pela criação de um museu monográfico local, onde se expõe uma amostra dos espólios ali recolhidos. Um sítio investigado, com conservação e consolidação das suas ruínas, associado a um museu monográfico aberto ao público constitui o modelo ideal de apresentação e fruição do património arqueológico, plenamente justificado em região de forte presença turística. O dever-se à iniciativa privada constitui também assinalável inovação no contexto português. Infelizmente, o modelo não frutificou, constituindo ainda hoje uma singularidade no panorama da relação entre operadores turísticos privados e sítios arqueológicos devidamente preservados e expostos ao público, facto tanto mais estranho quanto seria de esperar outros casos na região algarvia que tem no turismo uma das suas mais dinâmicas atividades.

Na década de setenta do século xx, uma nova linha de investigação foi tomando corpo, por iniciativa de Caetano de Melo Beirão e colaboradores, a identificação e estudo das estelas com escrita do Sudoeste registadas no concelho de Loulé. A novidade desta iniciativa residiu em estabelecer ligações entre a região serrana e as suas congêneres próximas dos concelhos do Baixo Alentejo, abrindo uma nova perspetiva regional, voltada para o interior, bem distinta da que tradicionalmente se desenhou, desde os trabalhos de Estácio da Veiga, de articulação entre litoral e serra, tomando esta última como fronteira setentrional. Presentemente, esta estratégia de abordagem foi retomada com o Projecto Estela, que procurou reavivar o

estudo deste fenómeno epigráfico, cuja investigação não tem merecido a devida valorização, já que se trata de um dos mais antigos registos de escrita da Antiguidade, que floresceu em improváveis paragens ocidentais, bem distantes dos focos originais do Mediterrâneo oriental.

Nas últimas décadas do século xx, o concelho de Loulé voltou a enquadrar-se em novos projetos de maior fôlego e mais ampla perspetiva. De entre eles, merece destaque o Projecto CAALG, um retorno à Carta Arqueológica do Algarve, desenvolvido uma vez mais no âmbito da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, de tão fortes tradições no estudo da Arqueologia algarvia. De entre os autores que se distinguiram no quadro deste projeto, devem salientar-se os nomes de Victor S. Gonçalves, iniciador e diretor do mesmo, que centrou a sua atenção na investigação Pré-Histórica, Ana Margarida Arruda, particularmente dedicada à Idade do Ferro e Período Romano, Helena Catarino, centrada no estudo do período medieval islâmico. Os diversos trabalhos desenvolvidos por estes investigadores podem considerar-se representativos do regresso à perspetiva de Estácio da Veiga, de valorizar os diferentes períodos da ocupação humana da região, agora sob a forma de equipa com distintas especializações, uma vez que não fazia já sentido a abordagem «enciclopédica» desenvolvida por um único investigador.

Finalmente, nesta breve síntese da história da investigação arqueológica no concelho de Loulé, deve destacar-se a nova etapa intimamente ligada à consolidação do Poder Local democrático. Nas últimas

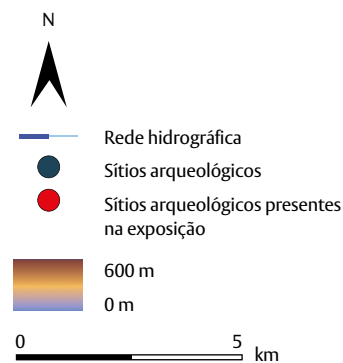
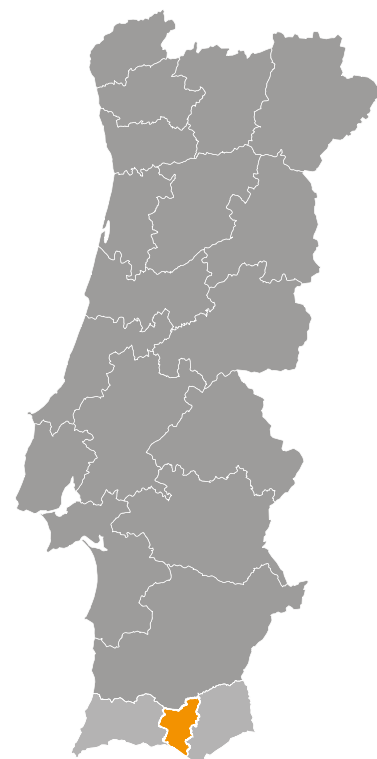
décadas, o município assumiu a iniciativa de cuidar do património arqueológico local, de um modo direto, através dos seus técnicos e serviços e apoiando ativamente os trabalhos que outros estudiosos continuam a fazer na região. Este conjunto de iniciativas tem sido regularmente divulgado em revista municipal de regular publicação: *Al-'Ulyà* – a riqueza e diversidade dos temas tratados pode apreciar-se nos volumes já publicados, presentemente acessíveis em <http://www.cm-loule.pt/pt/menu/1289/revista-al-ulya.aspx>

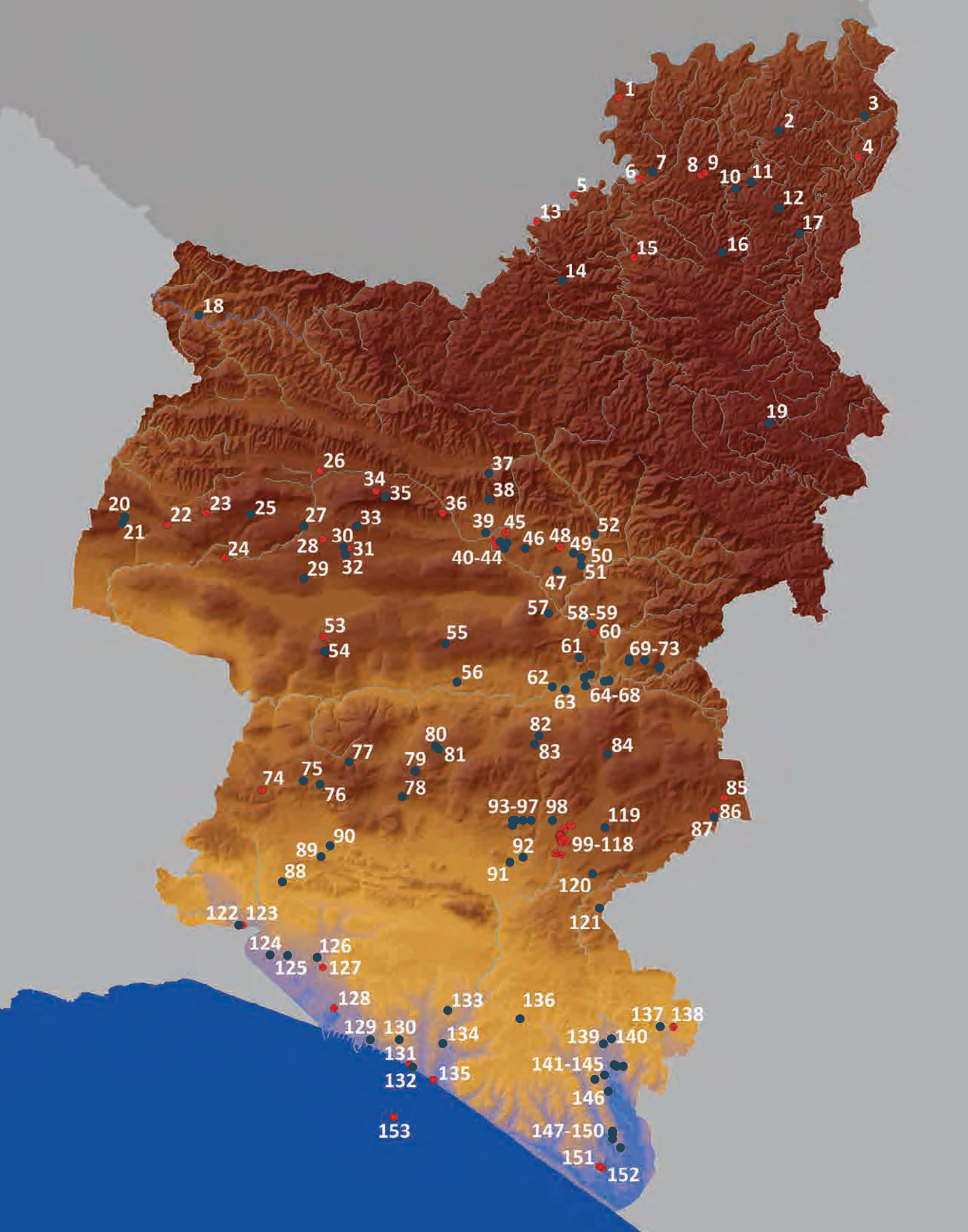
Em suma, a arqueologia da região em apreço nasceu literalmente com a *Carta Arqueológica do Algarve*, de Estácio da Veiga, não como realidade singular, mas como parte das dinâmicas do povoamento antigo de um todo mais vasto que constitui o atual distrito de Faro. Foi ganhando autonomia, com a elaboração de estudos mais centrados no seu território, acompanhando a normal atividade concelhia. Contudo, foi sabendo conservar o natural equilíbrio entre a sua singularidade de concelho igualmente repartido por distintas unidades de paisagem, com conexões de geografia variável. Se numa primeira fase, a construção do conhecimento sobre o passado local dependeu essencialmente dos esforços e atenção de distintos investigadores, com o tempo, as autoridades municipais chamaram a si a responsabilidade não só de promover e apoiar os esforços de estudiosos externos, mas de ir construindo de um modo continuado e firme as histórias locais, de que a presente exposição constitui eloquente exemplo.

BIBLIOGRAFIA

- GOMES, M. V.; Gomes, R. V. (1988) – *Levantamento arqueológico-bibliográfico do Algarve*. Faro: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura.
- GONÇALVES, V. dos S. (1979) – A Carta Arqueológica do Algarve Estratégia e Perspectivas. *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa. 1, p. 99-140.
- MARTINS, I. M.^a P. (1998) – *Arqueologia do Concelho de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé. 1.^a edição de 1968.
- PERIQUITO, I. M.^a (1968) – *Arqueologia do Concelho de Loulé*. Lisboa. Tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mimeografado.
- SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1969) – *Subsídios para o estudo da arqueologia romana do Algarve*. Lisboa. Tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mimeografado. 2 vol.
- SANTOS, M. L. E. da V. A. (1971-1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2 vol.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1886-1891) – *Paleoethnologia. Antiguidades Monumentaes do Algarve Tempos Prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 4 vol.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1904) – Antiguidades monumentaes do Algarve. Capítulo V Tempos históricos. *O Archeólogo Português*. Lisboa. S. 1, 9, p. 202-210.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1905) – Antiguidades monumentaes do Algarve. Capítulo V Tempos históricos. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 10, p. 6-14.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1910) – Antiguidades monumentaes do Algarve. Capítulo V Tempos históricos. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 15, p. 209-233.
- VEIGA, S. P. M. E. da (2006) – *Paleoethnologia Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos históricos. Volume V. Apresentação, fixação do texto, notas e comentários de Cardoso, J. L. e Gradim, A. Silves: Câmara Municipal de Silves; Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.*

- | | | | | | |
|-------|--|--------|--|---------|--|
| 1 | Tavilhão | 53 | Espargal (<i>villa</i>) | 99-118 | Loulé – Largo Dom Pedro I, n.º 5 |
| 2 | Vale da Moita | 54 | Espargal (povoado) | 99-118 | Loulé – Travessa de Martim Farto, n.º 10 |
| 3 | Estouriz | 55 | Algarão da Figueira | 99-118 | Loulé – «Oficina do Sr. Carrilho» |
| 4 | Corte João Marques | 56 | Milhanes | 99-118 | Loulé – Casa das Bicas |
| 5 | Corte Pinheiro 1 | 57 | Corte Neto | 99-118 | Loulé – Horta d'El Rei/Rossio |
| 6 | Azinhão dos Mouros (necrópole) | 58-59 | Salustreira Menor | 99-118 | Loulé – Igreja de Nossa Senhora da Conceição |
| 7 | Azinhão dos Mouros (<i>habitat</i>) | 58-59 | Salustreira Maior | 99-118 | Loulé – Rua da Barbacã, n.º 31 |
| 8 | Ameixial | 60 | Fonte da Benémola | 99-118 | Loulé – Antiga Entrada da Alcaidaria |
| 9 | Necrópole de Ameixial | 61 | Vendinha do Esteval | 99-118 | Loulé – Largo da Igreja Matriz |
| 10 | Casinhas | 62 | Ponte Romana de Tor ou Athor | 99-118 | Loulé – Igreja de São Clemente |
| 11 | Cerca da Francisquinha / Pedra do Alagar | 63 | Ponte de Tôr | 99-118 | Loulé – Largo Prof. Cabrita da Silva, n.º 8 a 11 / Rua 1.º de Dezembro |
| 12 | Corte de Ouro | 64-68 | Quinta da Passagem 1 | 99-118 | Loulé – Novo Mercado Municipal |
| 13 | Vale dos Vermelhos/Monte dos Vermelhos | 64-68 | Sítio da Várzea 2 | 119 | Barreiras Brancas |
| 14 | Estrada Velha | 64-68 | Sítio do Cerro da Ombria | 120 | Gruta da Quinta do Ribeiro |
| 15 | Monte da Portela | 64-68 | Sítio da Várzea 3 | 121 | Alfarrobeira |
| 16 | Lameiro | 64-68 | Sítio da Várzea 1 | 122 | Ponte de Barão da Quarteira ou da Retorta |
| 17 | Beringel / Cumiada | 69-73 | Calçada de Querença | 123 | Retorta |
| 18 | Águas Frias | 69-73 | Querença | 124 | Vala dos Marmeleiros |
| 19 | Cortiçadas | 69-73 | Cerro de Santa Maria | 125 | Fonte do Ulmo |
| 20 | Fonte Santa (necrópole) | 69-73 | Portela (calçada) | 126 | Vale Tesnado |
| 21 | Fonte Santa (vestígios diversos) | 69-73 | Portela (casal rústico) | 127 | Vinha do Casão (Monte da Vinha ?) |
| 22 | Santa Margarida | 74 | Alcarias/Monte dos Besteiros | 128 | Cerro da Vila |
| 23 | Atalaia de Alte | 75 | Alcaria | 129 | Quarteira (vestígios diversos) |
| 24 | Mortórios/Monte Júlia | 76 | Corga | 130 | Quarteira (estação de ar livre) |
| 25 | Gruta da Igrejainha dos Soidos | 77 | São Faustino | 131 | Praia do Forte Novo |
| 26 | Quinta do Freixo | 78 | Caverna do Barrocalinho | 132 | Forte Novo |
| 27 | Paniachos | 79 | Cerro | 133 | Terraços de Quarteira |
| 28 | Barradas | 80 | Gruta da Figueira | 134 | Trafal |
| 29 | Benafim | 81 | Gruta da Areia/Varjota | 135 | Loulé Velho |
| 30 | Cerro do Espargal | 82 | Gruta de Vale Telheiro 2 | 136 | Terraços de Almancil |
| 31 | Almargem | 83 | Gruta de Vale Telheiro | 137 | São João da Venda (estação de ar livre) |
| 32 | Almarge/Almarção | 84 | Gruta do Barrocal do Esguicho | 138 | São João da Venda (vestígios diversos) |
| 33 | Rocha da Pena 1 | 85 | Apra (vestígios diversos) | 139 | Quinta do Ludo 4 |
| 34 | Rocha da Pena 2 | 86 | Apra / Torres de Apra | 140 | Quinta do Ludo 1 |
| 35 | Algar da Rocha da Pena | 87 | Apra (povoado) | 141-145 | Quinta do Ludo 2 |
| 36 | Cerro das Pedras | 88 | Maritenda | 141-145 | Porto das Vacas 2 |
| 37 | Serro dos Negros | 89 | Gruta do Vale Covo | 141-145 | Quinta do Ludo 3 |
| 38 | Torrinha (necrópole) | 90 | Algar do Cerro da Atalaia | 141-145 | Salgados |
| 39 | Torrinha (<i>villa</i>) | 91 | Piedade | 141-145 | Casas Velhas |
| 40-44 | Salir | 92 | Espraguinas | 146 | Porto das Vacas 1 |
| 40-44 | Pontes | 93-97 | Espraguinas 1 | 147-150 | Gondra 1 |
| 40-44 | Boavista/Bela Vista | 93-97 | Vale de Boi | 147-150 | Ludo |
| 40-44 | Fonte da Rata 1 | 93-97 | Piedade 1 | 147-150 | Gondra 2 |
| 40-44 | Fonte da Rata 2 | 93-97 | Poço do Pez | 147-150 | Gondra 3 |
| 45 | Castelo de Salir | 93-97 | Bemposta | 151 | Quinta do Lago/Tejo do Praio |
| 46 | Monte do Carrascal | 98 | Quinta da Marroquina | 152 | Quinta do Lago |
| 47 | Palmeiros | 99-118 | Castelo de Loulé | 153 | Mar de Quarteira |
| 48 | Fazendas das Alagoas / Alagoas | 99-118 | Álamos | | |
| 49 | Viameiro | 99-118 | Fazenda do Cotovio | | |
| 50 | Alto das Alagoas | 99-118 | Loulé – Cerca do Convento/Convento do Espírito Santo | | |
| 51 | Alagoas | 99-118 | Loulé – Quinta da Boavista | | |
| 52 | Cerro das Pedras Ruivas | 99-118 | Loulé – Rua das Bicas Velhas, n.º 3 | | |
| | | 99-118 | Central de Camionagem | | |





I. TERRITÓRIO

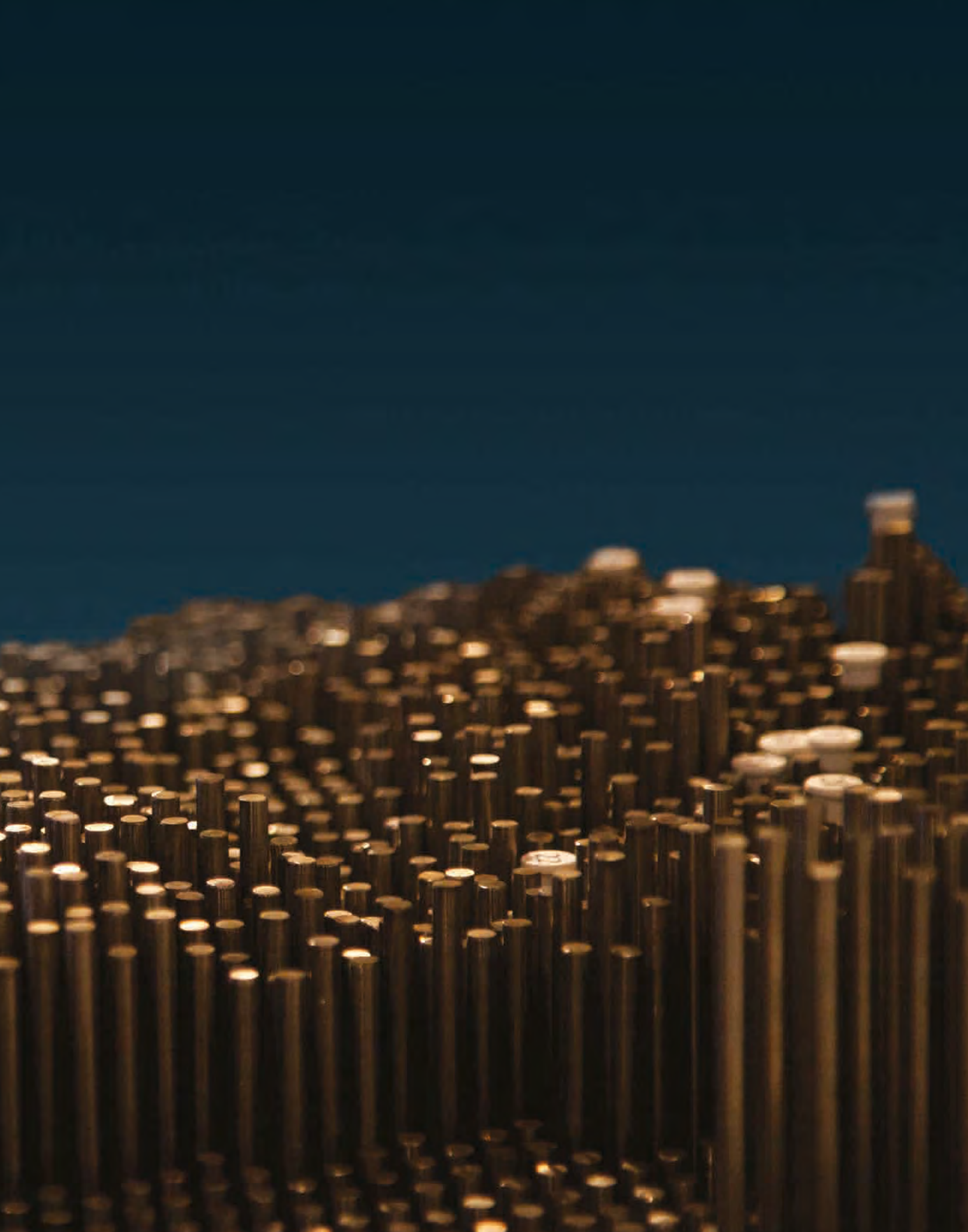
No concelho de Loulé distinguem-se três territórios: a Serra, o Barrocal e o Litoral.

A Serra domina 45% do concelho. É constituída por rochas de xisto com grandes declives e barrancos, cobertos de vegetação espontânea onde o sobreiro é um recurso importante. Os solos são pobres e de difícil acesso, por isso a exploração florestal, a silvicultura e a pastorícia são o principal modo de vida da população.

O Barrocal ocupa 40% do concelho. É uma zona calcária com relevo em bandas na direção Este-Oeste. Tem bons solos agrícolas, com citrinos e hortícolas. Daqui se extrai 17% da produção de sal-gema do país.

O Litoral corresponde a 15% do concelho. Tem um relevo mais regular, suavemente inclinado para o mar. Sempre atraiu população, primeiro pelos seus recursos marinhos e mais recentemente pelo gosto de sol, praia e lazer. As modificações mais visíveis devem-se à muita construção de alojamento turístico, mas também ao recuo da linha de costa. Há 2000 anos, o mar estaria cerca de 700 m mais distante.

















TERRITÓRIOS DE LOULÉ

ANA RAMOS-PEREIRA

O concelho de Loulé, com 763,67 km² de área, constitui um bom exemplo da diversidade de territórios do Algarve. Tradicionalmente consideram-se três territórios maiores: a Serra, o Barrocal e o Litoral (fig. 1).

1. A SERRA

A Serra, «que lembra montículos de toupeira ou tendas de um campo de nômadas» no dizer de Feio (1952, p. 83), é a unidade mais bem delimitada e ocupa 45% da área do concelho. Deve a sua homogeneidade à erosão incessante de rios e barrancos (designação regional de cursos de água curtos e encaixados), que, aproximadamente nos últimos 2 milhões de anos (Ma), têm desgastado as rochas impermeáveis.

A Serra algarvia, que no território de Loulé atinge 588 metros, no vértice geodésico de Pelados, é um território de fortes declives, cujo limite é eminentemente morfológico, ou por outras palavras, não é um simples contacto entre rochas de natureza e idade distintas, mas sim entre um relevo muito dissecado pela rede hidrográfica e um relevo de planalto (o barrocal; fig. 1). É essencialmente constituída por xistos e grauvaques (turbiditos paleozóicos) do denominado Maciço Antigo ou Maciço Hespérico, com mais de 300 Ma, mas onde se intercalaram, no seu bordo meridional, rochas mais recentes cerca de 100 Ma (o denominado «Grés» de Silves, de idade triásica). Estas últimas são detríticas e mais porosas, presa fácil da erosão fluvial, dando origem a depressões alongadas e estreitas no seio da Serra, como a que se estende de Assumadas a Freixo Seco (fig. 1).

O limite deste território é complexo, sinuoso, resultante da combinação quer dos esforços tectónicos a que foi sujeito quer da diferente resistência das rochas à erosão (especialmente fluvial).

O clima mediterrâneo, marcado pela secura estival, pode ter, ainda que de forma irregular, períodos de fortes precipitações, que animam os fundos de vale (frequentemente secos) com caudais consideráveis. Em todo o Algarve, entre os anos mais chuvosos e os mais secos chega a haver um coeficiente de flutuação de 100 (Ramos, 2005), o que significa que o caudal pode ser 100 vezes superior num ano húmido.

A posição sobranceira do território serrano faz dele uma presa fácil da erosão hídrica, destruindo os solos peliculares e tornando este território, onde se praticou a agricultura de sequeiro, de subsistência, apto para a ocupação florestal. O sobreiro, pela cortiça de alta qualidade que fornece, constitui um recurso importante da Serra. A silvo-pastorícia é, ainda hoje, uma importante atividade na Serra algarvia.

Nos terrenos da Serra, de difícil acesso e com poucos recursos naturais, a população é escassa e aglomerada em pequenos núcleos, à semelhança do que se verifica há séculos.

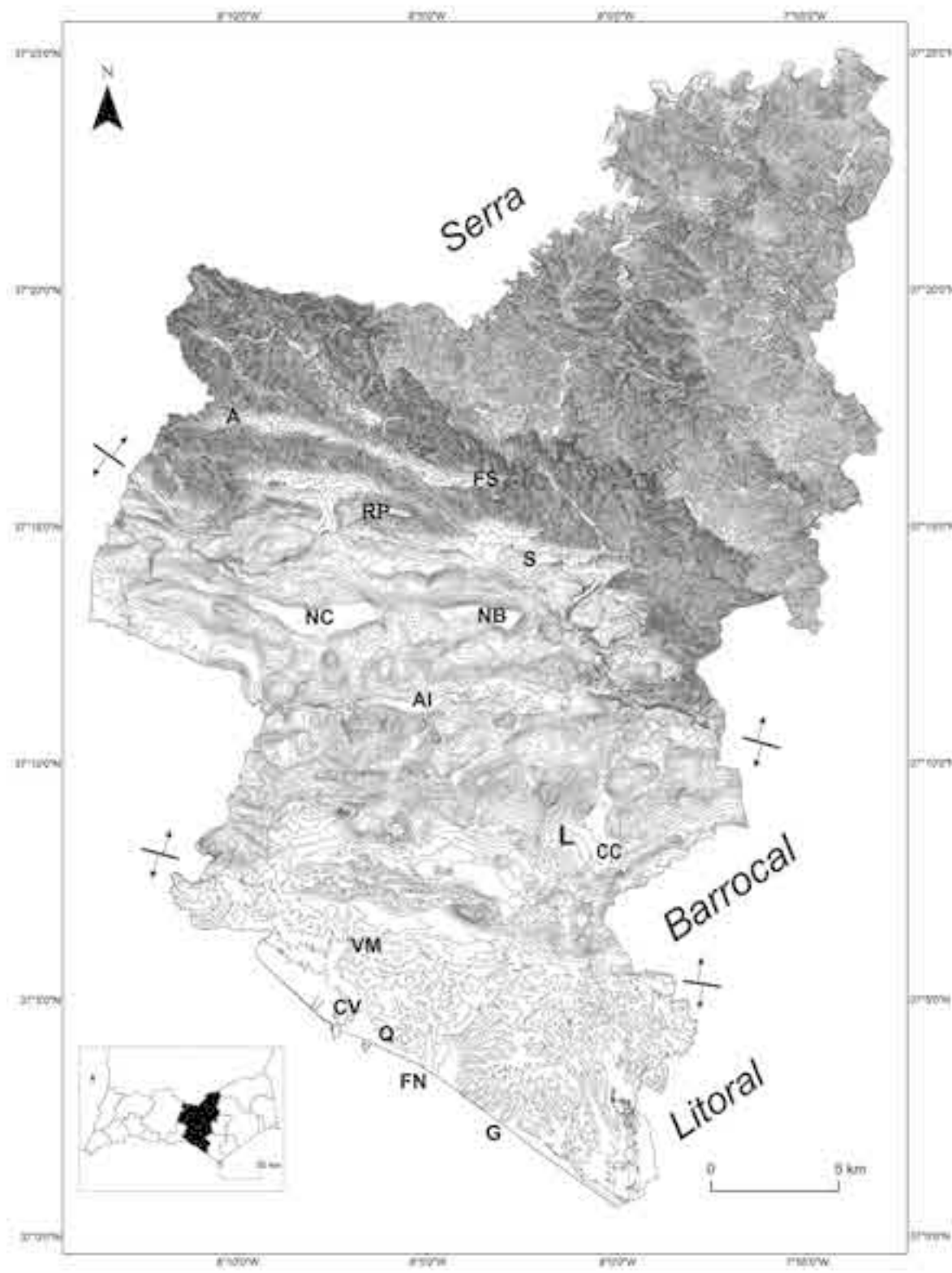


Fig. 1 – Os territórios de Loulé: Serra, Barrocal e Litoral. A variação do tom de cinzento evidencia a maior ou menor concentração de curvas de nível que, por sua vez, demonstram um relevo mais ou menos acidentado.

- A – Assumadas;
- AI – Algibre;
- CC – Campina de Cima;
- CV – Cerro da Vila;
- FN – Forte Novo;
- FS – Freixo Seco;
- G – Garrão;
- NB – Nave do Barão;
- NC – Nave dos Cordeiros;
- Q – Quarteira;
- RP – Rocha da Pena;
- S – Salir;
- VM – Vilamoura.

2. O BARROCAL

O Barrocal, que constitui 40% do concelho, é um território bem delimitado pela Serra, a norte, mas cujo limite meridional nem sempre é fácil de definir. A sua constituição geológica é muito distinta. É constituído predominantemente por calcários, com intercalações detríticas, com idades compreendidas entre cerca de 200 Ma e 72 Ma, da Orla Sedimentar Meridional, que se dispõem em estrutura monoclinial com pendente para sul. No contacto com a Serra, encontram-se ainda pelitos e rochas vulcânicas (Complexo Margoso-Carbonatado-Evaporítico de Silves e Complexo Vulcano Sedimentar, do Triásico e Jurássico inferior), testemunhos da complexidade tectónica que afetou o contacto destas duas unidades morfo-estruturais – o Maciço Antigo e a Orla Sedimentar. A disposição das rochas, em bandas sensivelmente E-W, e a alternância de calcários, mais ou menos margosos, e dolomitos (jurássicos), rochas com diferente resistência à erosão física e química, origina bandas de relevos dispostos, *grosso modo*, E-W. Estes relevos têm o topo aplanado, cuja altitude diminui suavemente para sul, mais bem conservado nos calcários e dolomitos, como sucede em Rocha da Pena (480 m; fig. 1), nas proximidades da Serra. Trata-se de elementos de um planalto que foi dissecado no passado pela rede hidrográfica que se instalou em rochas mais margosas ou mais fraturadas por acidentes tectónicos.

Não pode deixar de referir-se os dois grandes acidentes tectónicos, dispostos também sensivelmente E-W: a flexura de Sagres – Algoz (flexura de Algibre) e a flexura de Albufeira – Guilhim – Luz de Tavira (Oliveira, 1982 e 1984). Estes dois grandes acidentes e o seu rejogo tectónico são responsáveis pelo aspeto bandeado da litologia e do relevo destes territórios.

A natureza predominantemente calcária das rochas deste território confere-lhe ainda um cariz particular, resultado da dissolução do carbonato de cálcio que constitui as rochas e que é exportado pela água sob a forma de bicarbonato. O calcário é então corroído, podendo gerar apenas superfícies runíformes – os lapiás, ou depressões mais ou menos extensas – dolinas ou *polje* –, como a Nave do Barão, este último orientado por uma falha, e a Nave dos Cordeiros (fig. 1 e 2). Existe ainda uma outra consequência da descarbonatação do calcário: a formação de buracos cársicos – os algares (designados regionalmente por algarrões), onde a circulação de água superficial se perde. Hoje quase não existe circulação superficial da água, destacando-se

apenas as Ribeiras de Carcavai e de Algibre, na metade meridional deste território (fig. 2). São vários os cursos de água superficiais que se perdem nos algares presentes nas dolinas, gerando padrões de drenagem típicos das áreas cársicas (desorganizado e centrípeto; fig. 2).

As rochas do substrato de natureza margosa e detrítica a que se deve adicionar a *terra rossa* (argila de descalcificação do calcário) constituem bons solos para a prática agrícola, nomeadamente a produção de citrinos, primores e hortícolas.

No Barrocal, merece ainda referência, pelos recursos que proporciona ao concelho, a presença de sal-gema, que parece já ser explorado há 2000 anos (Bernardes, 2015). Em Campina de Cima existe a única mina de sal-gema do Algarve, em laboração desde 1965, com a extração de aproximadamente 100 mil toneladas/ano (17% da produção do país; LNEG, 2010). A exploração faz-se entre 250 e 300 metros de profundidade e constitui uma importante atração do concelho, ainda insuficientemente explorada. Segundo Manuppela (1988) e Terrinha (1989), trata-se de um domo salino que ascendeu preferencialmente ao longo das falhas de direção E-W.

Nesta unidade podem encontrar-se dois territórios de hierarquia inferior: a depressão marginal, desenvolvida nos «Grês» de Silves e os planaltos calcários. O critério para esta subdivisão reside não só na diferente natureza das rochas em que o relevo está moldado, mas também na diferente funcionalidade social e económica que exibem.

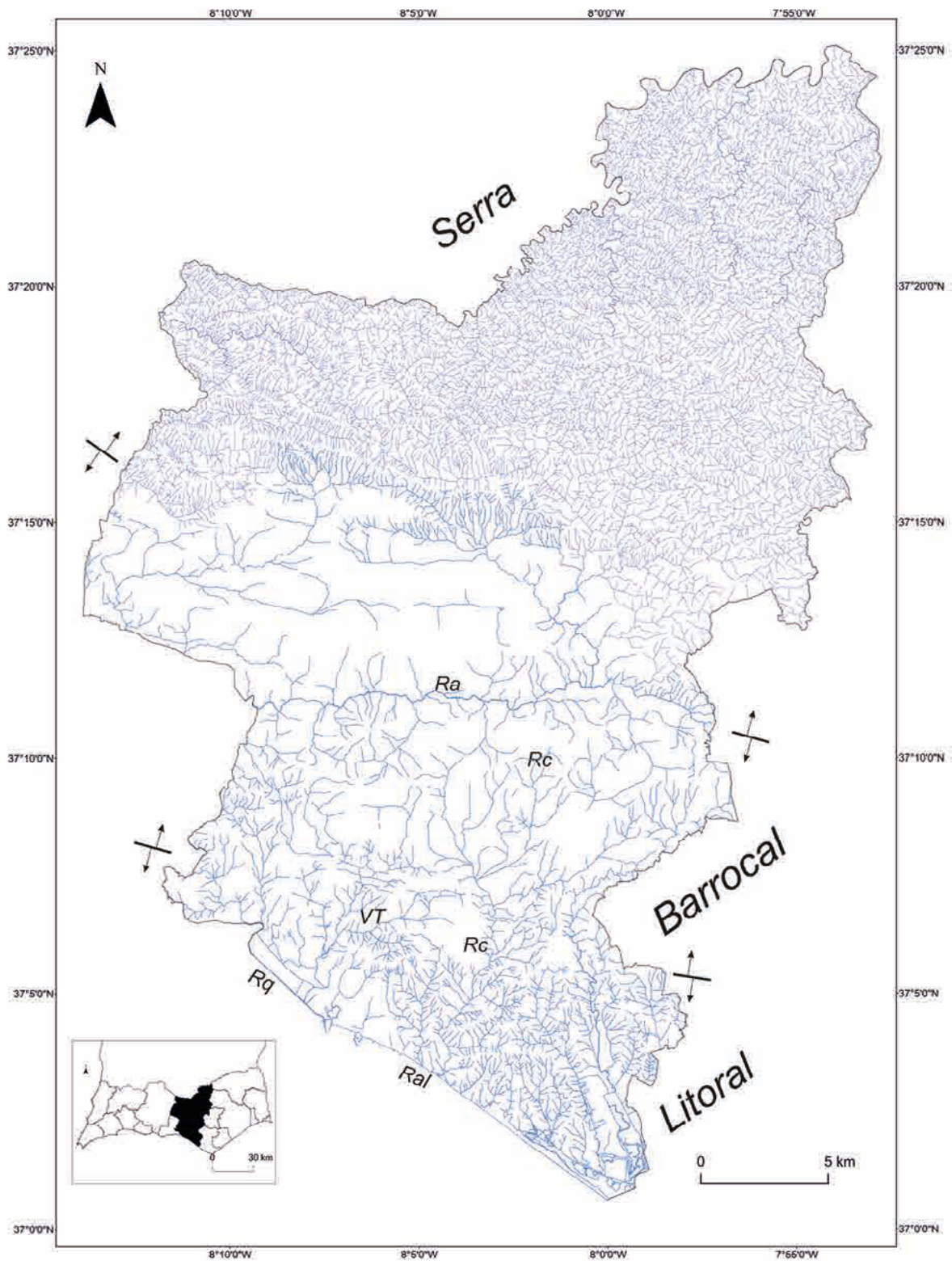


Fig. 2 – A rede hidrográfica nos territórios de Loulé. Ra – Ribeira de Algibre; Ral – Ribeira de Almargem; Rc – Ribeira de Carcavai; Rq – Ribeira da Quarteira; Vt – Vale Tesnado.

2.1. A DEPRESSÃO MARGINAL

A depressão marginal é uma forma de relevo alongada que bordeja a Serra, dominada por esta e pelos planaltos calcários. A sua constituição detrítica («Grés» de Silves) e rica em nutrientes permitiu o desenvolvimento de bons solos que proporcionam a prática de uma agricultura rentável e onde se situam os mais importantes pomares, especialmente de citrinos, culturas de primores e hortícolas.

Salir constitui um exemplo de uma povoação num local de fronteira entre a serra e os planaltos calcários, que aproveitava os recursos de ambos (fig. 1). Da Serra aproveitava frutos silvestres, os matos e charnecas para o pastoreio, mas também a água que dela provém, ou extraída dos aquíferos, como testemunham engenhos de tradição muçulmana em Salir (Catarino, 1997/98). Do Barrocal calcário aproveitava sobretudo a rocha para a extração de cal, como atestam os fornos de cal de tradição romana.

Nesta subunidade são também conhecidas diversas minas de cobre, hoje inexploradas, mas cuja fundição encontrada no Castelo de Salir, atribuída ao Calcolítico final (Catarino, 1997/98), é disso testemunho.

2.2. OS PLANALTOS CALCÁRIOS

Esta subunidade é formada por um conjunto de elementos planos que parecem constituir uma extensa superfície de aplanamento, ainda reconhecida na Serra, levemente inclinada para sul. No Barrocal, estes elementos do planalto estão mais bem conservados próximos da depressão periférica, de que a Rocha da Pena (477 m) constitui um exemplo. Este elemento de planalto é uma forma de relevo desenvolvida em rochas com uma estrutura em sinclinal aberto, individualizada por escarpas de falha bem conservadas, e onde se reconhecem formas cársicas – dolinas e algarrões (fig. 1). Constitui hoje 637 ha de Paisagem Protegida (DL n.º 142/2008 de 24 de junho).

A rocha calcária é também explorada em extensas pedreiras a ocidente de Loulé. Segundo a CIMPOR (2012), o centro de produção cobre uma área total de 221 ha, dos quais 120 ha correspondem à pedreira principal que tem capacidade licenciada para a produção de 750 000 toneladas/ano de cimento. Apesar de a empresa afirmar aplicar as boas práticas de gestão ambiental, as pedreiras constituem feridas na paisagem do Barrocal.

Neste relevo ondulado dos planaltos calcários alternam matos mediterrâneos nos topos e, nas baixas, a agricultura resiste à ocupação humana crescente. É ainda possível encontrar povoaamentos mistos de amendoeira, figueira, oliveira e alfarrobeira, que constituem o sistema agrário tradicional em terrenos calcários, que após declínio, se encontram hoje em reconversão (PROTALGARVE, 2007).

3. O LITORAL

A faixa litoral corresponde a 15% do concelho de Loulé. O seu relevo é mais regular e marcado por uma superfície suavemente inclinada para o mar – a denominada plataforma litoral. Esta superfície é talhada em materiais cretácicos (de litologia variada, de calcários, margas e arenitos), parcialmente cobertos por materiais detríticos quaternários (Plistocénico). Esta área sempre atraiu população, primeiro pelos seus recursos, nomeadamente os provenientes do mar, e mais recentemente pelo gosto do turismo de sol e lazer, que promoveu a construção de aldeamentos turísticos, como Vilamoura, Vale do Lobo e Vale Garrão, ou pela densificação urbana mal ordenada de pequenos núcleos, como a Quarteira. Esta unidade modificou-se muito por razões antrópicas, com a implantação, não só de numerosas infraestruturas turísticas, mas também por razões naturais, mais ou menos influenciadas pelo uso do território. Essas modificações traduziram-se sobretudo nas características dos fundos de vale e no recuo da linha de costa.

Os vales, apesar de pouco encaixados, tinham fundos largos e de fraco declive longitudinal. Os cursos de água não tinham capacidade permanente de romper as barreiras arenosas depositadas pelo mar na sua foz. Neste ambiente mediterrânico em que as chuvas são escassas, mas quando ocorrem são abundantes e em curtos períodos de tempo, os rios ativam-se nestes episódios de chuvas intensas e apresentam um escoamento de cariz torrencial. Esse escoamento, com grande capacidade de transporte, trazia até ao sector jusante dos rios grande quantidade de material que se depositava a montante da barreira arenosa da praia. Este fenómeno foi produzindo, ao longo do tempo, o assoreamento progressivo dos fundos de vale.

Este assoreamento também afetou os estuários, como se verifica ainda a oriente de Quarteira, onde o mar só entrava em épocas de galgamento oceânico. Existia então na foz das ribeiras um ambiente de sapal.

É neste ambiente que se encontra o complexo romano de Cerro da Vila (séc. I), cartografado nos mapas topográficos do século passado (folha n.º 606 de Loulé, de 1951) como uma área entre a Quinta de S. Romão e a Ribeira de Vale Tesnado, afluente da Ribeira da Quarteira, onde existiu e funcionou um porto durante cerca de 1000 anos, de acordo com Matos (1996, p. 25). É certo que o assoreamento não era tão intenso na altura em que este complexo funcionava, uma vez que os restos da estrutura portuária se situam a cerca de 500 metros para o interior da atual linha de costa artificializada. A irregularidade do regime pluviométrico conduziu também à construção pelos romanos da barragem de Vale do Tesnado, cerca de 1,5 km a NE de Cerro da Vila (fig. 2), com «um conjunto complexo de canalizações [...] com muros de suporte e canais de escoamento» (Matos, 1996, p. 26), mais tarde identificadas e tipificadas por Quintela et al. (1988). Esta barragem fica a jusante de um aquífero constituído por calcários e calcários dolomíticos (no Barrocal), que juntamente com as águas fornecidas pelo aquífero poroso de Quarteira abasteciam este complexo romano.

Hoje a rede hidrográfica original está irreconhecível por ter sido canalizada em valas ao ar livre, como se verifica a ocidente de Vilamoura, ou subterraneamente, subsistindo ainda lagoas mais ou menos artificializadas.

No que respeita à linha de costa, a sua evolução natural é de recuo. O aquecimento do Planeta tem vindo a ocorrer desde o último máximo glaciário, há cerca de 18 000 anos, e o aquecimento atual é um episódio marcante nesta evolução. Este fenómeno promove a expansão térmica do oceano e a subida do nível do mar. A linha de costa atual é parcialmente artificializada por diques e esporões, mas, nas áreas naturais, os materiais cortados em arriba são pouco resistentes e presa fácil da abrasão marinha.

Não é, por isso, de estranhar, as muitas referências a vestígios arqueológicos submersos. Paço e Farrajota (1966) admitiam a possível existência de ruínas de um povoado em frente de Quarteira. Varela Gomes et al. (2008), a propósito de Loulé Velho (Quarteira), dão testemunho de uma *villa* do Período Romano Republicano e Alto Imperial ligada à indústria conserveira de peixe e moluscos marinhos, vestígios de uma basílica paleocristã (desaparecida em 1997), a ocidente da foz da Ribeira de Carcavai (fig. 2), cujas datações de valvas de amêijoas indicaram idades 2100 ± 70 BP (data com correção do efeito reservatório oceânico).

É conhecido o recuo da linha de costa em Forte Novo (o forte hoje está testemunhado apenas na toponímia),

cujos restos eram ainda visíveis na segunda metade do século passado. Também aí foi reconhecido um sítio neolítico na praia (Rocha, 2004), numa altura em que, segundo S. Teixeira (1999 e 2000, citado em Rocha, 2004), a linha de costa se situaria cerca de um quilómetro para o largo.

São muitos os autores que se têm debruçado sobre o recuo da linha de costa no concelho de Loulé (por exemplo, Correia et al., 1994; Ramos-Pereira, 1996; Marques, 1997; Oliveira et al., 2008). Da investigação desenvolvida pode-se concluir que (i) em regime natural, até à década de 1970 (não artificializado) a linha de costa teve um recuo médio que variou, entre 0,2 m/ano e 0,8 m/ano; (ii) entre 1991 e 2001, o recuo foi de 22,7 m em Forte Novo, a uma taxa de 2,27 m/ano, e em Garrão a 1 m/ano. Estes dados mostram que não se pode generalizar um valor para toda a extensão da linha de costa e que desde que esta começou a ser artificializada o recuo é muito mais rápido. O conhecimento que se possui da evolução climática do Planeta mostra que houve pequenas flutuações, pelo que o nível do mar não terá subido sempre ao mesmo ritmo. Porém, um ritmo de subida a uma taxa média de 0,35 m/ano (ainda que muito impreciso), em regime natural, colocaria a linha de costa, há 2000 anos, a cerca de 700 m largo da atual.

O concelho de Loulé, extenso e com disposição meridiana, espelha a diversidade dos territórios algarvios, dos diferentes ritmos evolutivos naturais e socioeconómicos.

BIBLIOGRAFIA

- BERNARDES, J. P. (2015) – Da Terra e do mar: viver em Loulé há 2000 anos. *Al-'Ulyã*. Loulé. 15, p. 15-24.
- CATARINO, H. (1997/98) – O Algarve oriental durante a ocupação islâmica. *Al-'Ulyã*. Loulé. 6, p. 15-517.
- CIMPOR (2012) – *Declaração ambiental 2012*. Centro de produção de Loulé. [Em linha]. [Consult. Março 1, 2017]. Disponível em WWW:<URL: http://www.cimpor-portugal.pt/cache/binImagens/Declaracao_Ambiental_2012_-_CP_Loule-1460.pdf
- CORREIA, F., DIAS, J. M. A.; BOSKI, T. (1994) – The Retreat of Eastern Quarteira Cliffed Coast and its Possible Causes (Preliminary Results). *Gaia*, 9, p. 405-411.
- FEIO, M. (1952) – *A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve. Estudo de Geomorfologia*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 186 p.
- LNEG (2010) – *Recursos Minerais. O potencial de Portugal. Laboratório Nacional de Energia e Geologia*. 74 p. [Em linha]. [Consult. Março 1, 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.lneg.pt/download/11608>>.
- MANUPPELLA, G. (1988) – Litoestratigrafia e tectónica da Bacia Algarvia. *Geonovas*. Lisboa. 10, p. 67-71.
- MARQUES, F. M. S. F. (1997) – *As Arribas do Litoral do Algarve: Dinâmica, processos e mecanismos*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa.
- MATOS, J. L. (1996) – Cerro da Vila. *Al-'Ulyã*. Loulé. 4, p. 23-28.
- OLIVEIRA, S. C.; CATALÃO, J.; FERREIRA, Ó.; DIAS, J. A. (2008) – Evaluation of Cliff Retreat and Beach Nourishment in Southern Portugal Using Photogrammetric Techniques. *Journal of Coastal Research*. Coconut Creek, Florida. 24:4c, p. 184-193.
- OLIVEIRA, T., coord. (1982) – *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 8, escala 1/200000*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. 91 p.
- OLIVEIRA, T., coord. (1984) – *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 7, escala 1/200000*. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 77 p.
- PAÇO, A. e FARRAJOTA, J. (1966) – Subsídios para uma carta arqueológica do concelho de Loulé. *Arqueologia e História*. Lisboa. 8.ª Série, vol. XII, p. 76-79.
- PROTALGARVE (2007) – *Programa Regional de Ordenamento do Território*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Ministério de Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (versão aprovada e publicada em 3 de agosto de 2007, retificado em dezembro desse ano).
- QUINTELA, A. C.; CARDOSO, J. L.; Mascarenhas, J. M. (1988) – Barragens romanas do Algarve. In *Congresso do Algarve*, 5, Albufeira. Lisboa: Fundação Mário Soares. p. 19-27.
- RAMOS, C. (2005) – Os recursos hídricos. In MEDEIROS, C. A., coord. – *Geografia de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. vol. 1: O ambiente físico, p. 387-415.
- RAMOS-PEREIRA, A. (1996) – The Beach-Cliff System of Vale do Lobo. In FERREIRA, A. Brum; VIEIRA, G. T., ed. lit. – *European Course on Applied Geomorphology: Mediterranean and Urban Areas*, 5, Lisbon. p. 235-239.
- ROCHA, L. (2004) – O sítio neolítico da praia do Forte Novo (Quarteira, Loulé). *Al-'Ulyã*. Loulé. 10, p. 9-42.
- TERRINHA, P. A. G. (1989) – *Structural Geology and Tectonic Evolution of the Algarve Basin, South Portugal*. PhD thesis, Department of Geology, Imperial College of Science, Technology and Medicine, University of London. 425 p.
- GOMES, M. V. e SERRA, M. P. (1996) – Loulé Velho (Quarteira, Loulé). Resultado da primeira campanha de escavações arqueológicas (1960). *Al-'Ulyã*. Loulé. 5, p. 29-49.

II. PRÉ-HISTÓRIA: AS ANTIGAS SOCIEDADES CAMPONESAS

Quem vivia, entre 6000 e 2000 antes da nossa Era, no concelho de Loulé?

Se marcássemos num mapa os lugares da Serra, do Barrocal e do Litoral de Loulé onde viveram as antigas sociedades camponesas, veríamos uma nuvem de pontos mais ou menos densa, como se fosse poeira de gente desaparecida.

A grande maioria desses sítios nunca foi escavada. Sabemos pouco sobre os seus habitantes, mas descobertas como a bilha da Retorta, os menires do Serro das Pedras, o sítio do Forte Novo, as antas e os *tholoi* mostram-nos caminhos e contam-nos histórias das várias fases da evolução dessas comunidades.

O povoado do Cerro do Castelo de Corte João Marques era um verdadeiro ninho de metalurgistas. Fazia parte de uma rede de povoamento ligada à exploração do cobre, que começa no Sul de Espanha e não sabemos onde termina em Portugal.



SERRA E MAR. AS ANTIGAS SOCIEDADES CAMPONESAS EM LOULÉ (ALGARVE)

VICTOR S. GONÇALVES E ANA CATARINA SOUSA

*I am forgetting things, which scares me.
I am loosing words, although I am not loosing concepts. I hope that
I am not loosing concepts. If I am loosing concepts,
I am not aware of it.
If I am loosing concepts, how would I know?
Which is funny, because my memory was always so good. Everything was in there.
Sometimes my memory was so good that I even thought that I could remember things
I didn't know yet. Remembering forward...*

Neil Gaiman, *Trigger Warning*, p. 135

ABRINDO

Uma poalha de monumentos e sítios (fig. 1), a maioria por escavar. Muitos achados dispersos. Dezenas de artefactos grupados artificialmente em coleções privadas, com peças importantes sem registo de origem fiável. As diversas fases evolutivas das antigas sociedades camponesas quase todas representadas por testemunhos isolados contextualmente, ainda que muito significativos. A grande bilha do Neolítico antigo da Retorta. Os «menires» do Serro das Pedras. A (im)provável salga do Neolítico final do Forte Novo. As antas e *tholoi* da Serra. A queijeira da Gruta da Igreja dos Soidos. O Cerro do Castelo de Corte João Marques e a metalurgia do cobre...

A leitura que hoje propomos escolhe sítios, os únicos atribuíveis às antigas sociedades camponesas que foram publicados, como o Cerro do Castelo de Corte João Marques ou Forte Novo. No primeiro, retoma-se texto anterior de uma forma que se crê bem diferente. No segundo, abordado com o espírito crítico que nos

pareceu adequado nesta circunstância, fala-se de sal e de outras coisas a propósito. Também artefactos tão diferentes como a bilha da Retorta, o betilo de Fonte Benémola, os menires do Serro das Pedras ou a notável placa de xisto gravada de Salir, esta última um verdadeiro desafio mesmo para um Sherlock Holmes ajudado por um *airedale terrier*. Mas também se comentam achados isolados, provenientes de contextos perdidos, talvez irremediavelmente. Um glossário fecha o todo, este dedicado a um público mais amplo que o habitual.

Faltam datações de radiocarbono, mas, desde meados do sexto milénio a finais do terceiro antes da nossa era, multiplicam-se no litoral, no Barrocal e na Serra, sinais de uma intensa ocupação, prolongada no milénio seguinte.

De todos estes lugares arqueológicos, salienta-se naturalmente o Cerro do Castelo de Corte João Marques, um povoado de metalurgistas do cobre, parte de uma rede de povoamento que vem desde o Sul de Espanha, se entrosa na Ribeira da Foupana e não sabemos se termina aqui. Provavelmente não... Apesar de parecer ser um pequeno povoado, a presença de todas as fases da

Fig. 1 – Cartografia de monumentos e sítios confirmados como sendo das antigas sociedades camponesas na atual área administrativa de Loulé (DGPC).



metalurgia do cobre, detetadas em 1978, e as imagens obtidas pela geofísica em 2016, mostram um lugar da maior importância para a exploração e o trabalho do metal e o apogeu, cerca de 2500 antes da nossa era, das sociedades de metalurgistas e agricultores.

ADVERTÊNCIA QUE, NESTE CONTEXTO, PARECE INDISPENSÁVEL

Parece certo que várias realidades dificultam hoje ainda, irreversivelmente, o estudo das antigas sociedades camponesas em Loulé. A primeira teria que ser a raridade de monumentos e sítios corretamente escavados, com referências seguras a artefactos ou estruturas. A segunda tem várias vertentes, todas elas convergindo para os mesmos vales: não há certezas sobre as origens da maior parte dos artefactos incluídos nas «coleções» e a sua dispersão é desconhecida na sua integralidade. A «coleção Rosa Madeira» é disso exemplo claro, mas também a do Dr. Aschemann Palhinha, de que se publicou um artefacto de pedra polida de grandes dimensões, proveniente de Almodôvar (Gonçalves, 1983-84)... e um «ídolo tipo Moncarapacho» recolhido em Salir (Gonçalves, 1978). Normalmente, as coleções guardam artefactos por vezes muito interessantes, mas raramente existem registos de entrada ou fichas que indiquem proveniências precisas. Isto acontece também com as coleções do Prior de Salir ou do padre Semedo Azevedo, estas últimas dispersas e hoje incompletas.

Como exemplo, o conjunto de três artefactos metálicos, depositados no Museu de Faro, provenientes da integração da coleção de José Rosa Madeira, justifica grandes reservas de associação contextual. Com efeito, existem poucos elementos sobre os contextos de recolha do louletano José Rosa Madeira (Ameixial, 1890 – Lisboa, 1940).

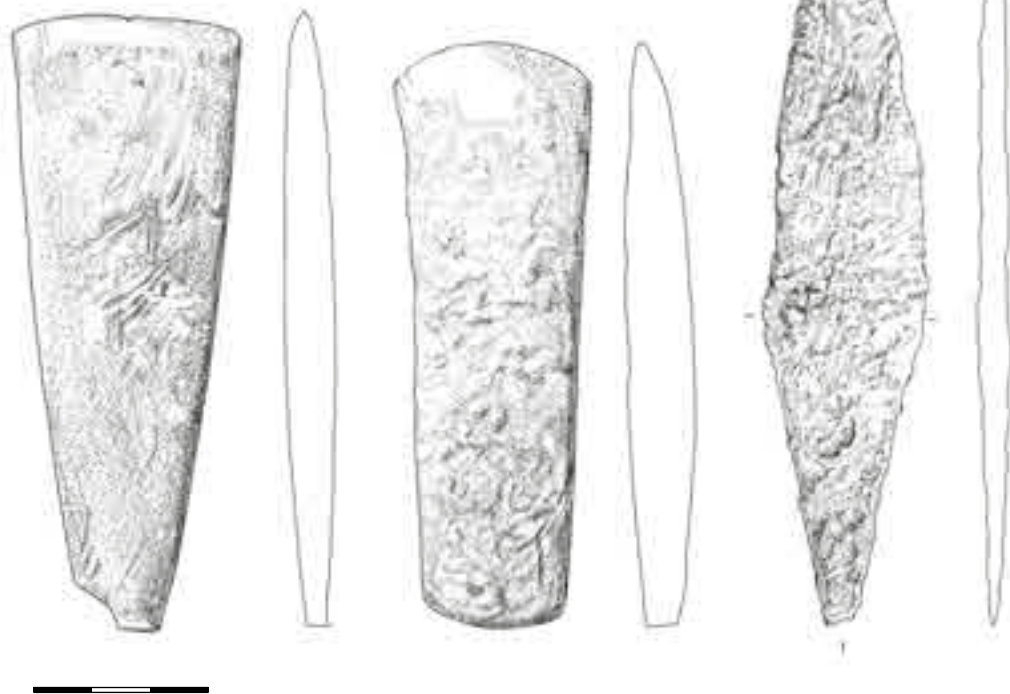
O artigo de Lyster Franco e Abel Viana (1945) não apresenta qualquer indicação, referindo-se genericamente que estas peças são de proveniência desconhecida e grupadas na «coleção Rosa Madeira». No referido artigo, são apontados diversos locais da serra algarvia, nomeadamente Ameixial, mas a maior parte dos materiais não é acompanhada por qualquer microtopónimo. Os autores da publicação póstuma desta coleção referem mesmo a dificuldade em contextualizar estes achados: «A sua morte prematura [de Rosa Madeira], inesperada e inesperável em pleno vigor da idade, levou para o túmulo preciosos informes que não era pródigo em fornecer» (Franco e Viana, 1945, p. 386). Apesar de esta lacuna, vários autores têm vindo sistematicamente

a atribuir estes artefactos metálicos ao Ameixial, nomeadamente H. Schubart (1971) e, posteriormente, S. Junghans, Sangmeister e Schröder (1974).

Atendendo a que José Rosa Madeira era natural do Ameixial, e que grande parte das peças com proveniência são desta região, é plausível, mas não seguro, que possam ser associadas a esta freguesia, ainda que não saibamos se se trata de achados isolados, dispersos, ou de um conjunto. No entanto, em termos de composição química, estas peças apresentam uma grande homogeneidade. No âmbito do grande *corpus* SAM, *Studien zu den Anfängen der Metallurgie* (1974), estes artefactos foram alvo de análises com recolha de amostra, permitindo uma caracterização segura da sua composição química. As três peças apresentam uma composição de quase 100 % de cobre, típica do Calcolítico. Estas análises permitem fazer uma comparação eficaz com o conjunto de Corte João Marques e Santa Justa. Com efeito, apesar de as técnicas de análise serem diferentes (os artefactos e restos de fundição de Corte João Marques e Santa Justa foram analisadas por fluorescência de raios X, cf. Gonçalves, 1989), também aí se verifica uma elevadíssima percentagem de cobre praticamente «puro».

A ponta de cobre, incluída por H. Schubart no seu estudo sobre o «Horizonte de Ferradeira», apresenta efetivamente composição química que a aproxima mais dos conjuntos do Calcolítico inicial e pleno que dos atribuídos ao Calcolítico final, os quais têm, usualmente, um teor de arsénio mais elevado (Valério et al., 2016). A inserção por H. Schubart desta ponta no denominado «conjunto de Ferradeira» baseou-se assim exclusivamente na tipologia da peça, sendo o contexto desconhecido. Na verdade, à exceção das «armas» (punhais e pontas de projétil tipo Palmela), os utensílios do Calcolítico final e do Bronze antigo são tipologicamente semelhantes aos do Calcolítico, com poucas variações, como Fernando Bragança Gil sempre defendeu.

A enxó de cobre da coleção reunida por Rosa Madeira apresenta notáveis semelhanças com o exemplar L.12-62 recolhido em Corte João Marques (fig. 2 e 3), rigorosamente a mesma morfologia, ainda que uma espessura maior, evidenciando uma normalização da produção. Provavelmente, saíram ambas do mesmo molde e do mesmo bloco de fusão, tendo o molde sido mais cheio numa vez e menos outra. Mas se para a peça do Cerro do Castelo de Corte João Marques sabemos a proveniência e mesmo as coordenadas tridimensionais, a enxó do Ameixial... bem podia ser também de Corte João Marques, que fica naquela atual freguesia...



1. TRAÇOS DA OCUPAÇÃO MAIS ANTIGA CONHECIDA PARA AS ANTIGAS SOCIEDADES CAMPONESAS EM LOULÉ (FINS DO 6.º A 5.º MILÉNIO A.N.E.): A BILHA DA RETORTA

Bilha ou cântaro, em português, «cántaro» em espanhol, «jug» em inglês, «cruche» em francês.

Bilha, «vaso bojudo de barro com gargalo curto e estreito». Priberam.pt

Tantas vezes vai o cântaro à fonte, que algum dia lá deixa a asa...

Tantas vezes vai o cântaro ao poço, até que lá fica o pescoço...
Ditos populares

N.º de inventário no Museu de Albufeira: MA 13/02

Um sólido vaso em forma de bilha, com quatro asas verticais. Decorado com um cordão na base do gargalo e outro junto ao topo de inserção das asas. Cor dominante após restauro: MUNSELL 7.5YR 6/3 (*light brown*), castanho claro.

Altura total: 42 cm.

Altura do colo estrangulado: 8 cm.

Altura do corpo do vaso: 34 cm.

Altura do bordo até ao cordão: 9,5 cm.

Altura do bordo até ao topo superior das asas: 15 cm.

Espessura no bordo: 1,59 cm.

Espessura das asas: em média, 1,5 cm.

Ø externo da abertura de topo: 15 cm.

Ø à altura do 1.º cordão: 37 cm.

Ø à altura do 2.º cordão (= ao topo da inserção das asas): 54 cm.

Estas medidas ganhariam em ser confrontadas com outros vasos do Neolítico antigo exatamente com a mesma morfologia, encontrados isolados, até porque a singularidade do vaso da Retorta sobressai curiosamente pelas suas grandes dimensões, apenas igualadas pelo vaso de Casével, sendo idêntica a sua morfologia.

Fig. 2 – Artefactos de cobre da coleção Rosa Madeira, atualmente no Museu de Faro: da esquerda para a direita, n.ºs 00147, 00145 e 00146. Desenho de Paula Bívar.

Fig. 3 – Enxós L.12-62 e exemplar da coleção Rosa Madeira (00146), sobrepostas (a de CJM em baixo). Fotografia de Víctor S. Gonçalves.

Sítio	Altura total em cm	Altura do colo	Ø do bordo	Ø do bojo	Asas	Espessura no bordo	Decoração
Retorta (Loulé) (fig. 6 e 7)	42	8	15	54	4	1,59	2 cordões. Lisos. Asas lisas.
Alto da Toupeira (Loures) (fig. 10b)	45	12,6	15	39	2	0,68	Cordão plástico decorado com incisões em espinha. 2 + 2 mamilos.
Cartaxo (fig. 10a)	26	6,2	8,4	20,5	3	1,1	Incisa e impressa.
Casével (Condeixa a Nova) (fig. 10c)	43	ND	11,8	35	3	ND	Impressa, a pente ? e incisa.
Monte da Vinha (Santiago do Cacém) (fig. 8 e 9)	24	7	9,29	16,5	3	7,13	Guirlandas impressas. Asas não decoradas.
Pego da Mangra (Santiago do Cacém) (fig. 9)	28	10	10	à altura do 1.º cordão: 37 cm	4	1,59	Decoração incisa no colo e no espaço entre asas (zigzagues verticais com quatro componentes). Asas lisas.
Santarém (fig. 8)	26,5	6,2	10,3	18,9	1 conservada. Provavelmente 2 ? ou 3.*	0,97	Impressa cardinal. Asas decoradas.

* devido ao restauro, apenas uma asa é visível, mas poderia ter tido mais, talvez duas no total.

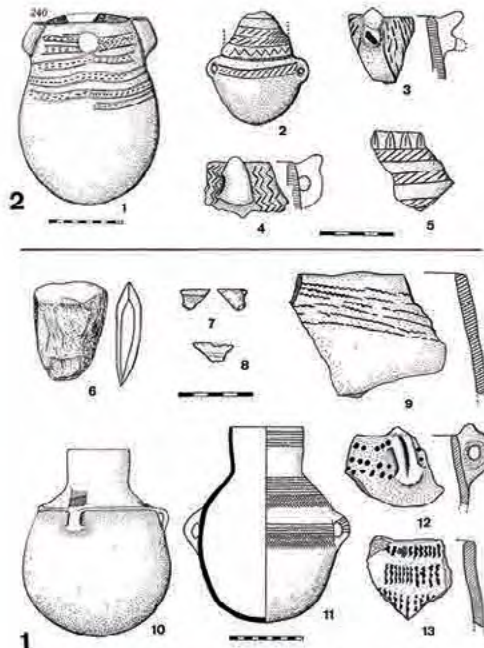


Figura 20. Evolução do Neolítico antigo em Portugal. 1. Neolítico antigo usual. 2. Grupo de Furninha, Peniche. 1 à 5. Grupo de Furninha. 6, 13. Pinar de Sagres. 7 à 9. Grotas d'Escoural. 10. Carraxo. 11. Santarém. 12. Forno da Cal.

Bulletin de la Société préhistorique française, tome 57, 1958, Eblava et Traversot, fasc. 1

Fig. 4 – Jean Guilaine e o Neolítico antigo em Portugal. O artigo de 1970 e o livro de 1976. Vaso do Cerro de la Virgen (Alicante). Ambos os trabalhos representam o primeiro contributo para o arranque dos estudos do Neolítico antigo em Portugal. O vaso do Cerro de la Virgen vem chamar a atenção para a presença das bilhas na região valenciana, no que se viria a provar ser uma questão fundamental para o processo de neolitização da Península Ibérica.

Le Néolithique ancien au Portugal

par Jean GuILAINE et Octavio DA VEIGA FERREIRA



Résumé. — Les auteurs font un état d'historique des problèmes du Néolithique ancien au Portugal. Ils présentent d'abord une série de documents inédits ou peu connus, appartenant au Néolithique ancien dans la répartition en Lusitanie passée au caractère maritime et s'étend sur l'Atlantique depuis la Péninsule de Sagres jusqu'à hauteur du Cabo Mondego.

Le matériel céramique de la grotte Furninha à Peniche est ensuite considéré comme un ensemble type de la culture des grottes-pont cardiales, levrées dans la longueur au Portugal au nord, par suite du détroit. Sont ensuite brièvement examinés les problèmes posés par les stations néolithiques du Nord de pays, à chronologie peu claire, ainsi que les recoupements entre les dernières populations à céramiques imprimées et les premières groupes néolithiques à cordons.

Le but de cette étude est d'attirer l'attention sur un certain nombre de documents relevant d'une phase encore mal connue de la Préhistoire portugaise : le Néolithique ancien (1).

Cette période a été encore fort peu étudiée à ce jour si l'on compare les recherches dont elle a fait l'objet aux importants travaux consacrés au Mésolithique (escargotières de Muge) ou aux cultures mégalithiques. Aussi la présente note voudrait-elle avant tout faire prendre conscience de l'intérêt qu'il y aurait à reprendre la prospection des sites de cette phase et à consacrer à quelques-uns d'entre eux des fouilles méthodiques comme cela s'est fait, ces dernières années, dans le Midi de la France ou en Espagne. Certes, comme on le verra ci-après, les préhistoriens disposent déjà d'un certain nombre de documents, principalement céramiques, qui relèvent du Néolithique primitif. Mais ils sont encore quantitativement peu nombreux. De plus, dans le domaine de l'interprétation ils ont souvent été confondus par les archéologues portugais ou étrangers avec les vestiges de cultures postérieures, précisément par manque de grands

sites de référence ou de comparaison. Enfin le grand nombre et l'importance de sites et de documents du Néolithique récent et du Chalcolithique ont souvent fait douter de l'existence de civilisations à céramiques plus anciennes. Aussi s'est-on longuement cantonné, comme en bien d'autres pays, dans des chronologies basses, sans admettre la présence d'un Néolithique inférieur bien personnalisé et dont l'apparition présente, par rapport aux autres groupes néolithiques, un caractère primaire non équivoque.



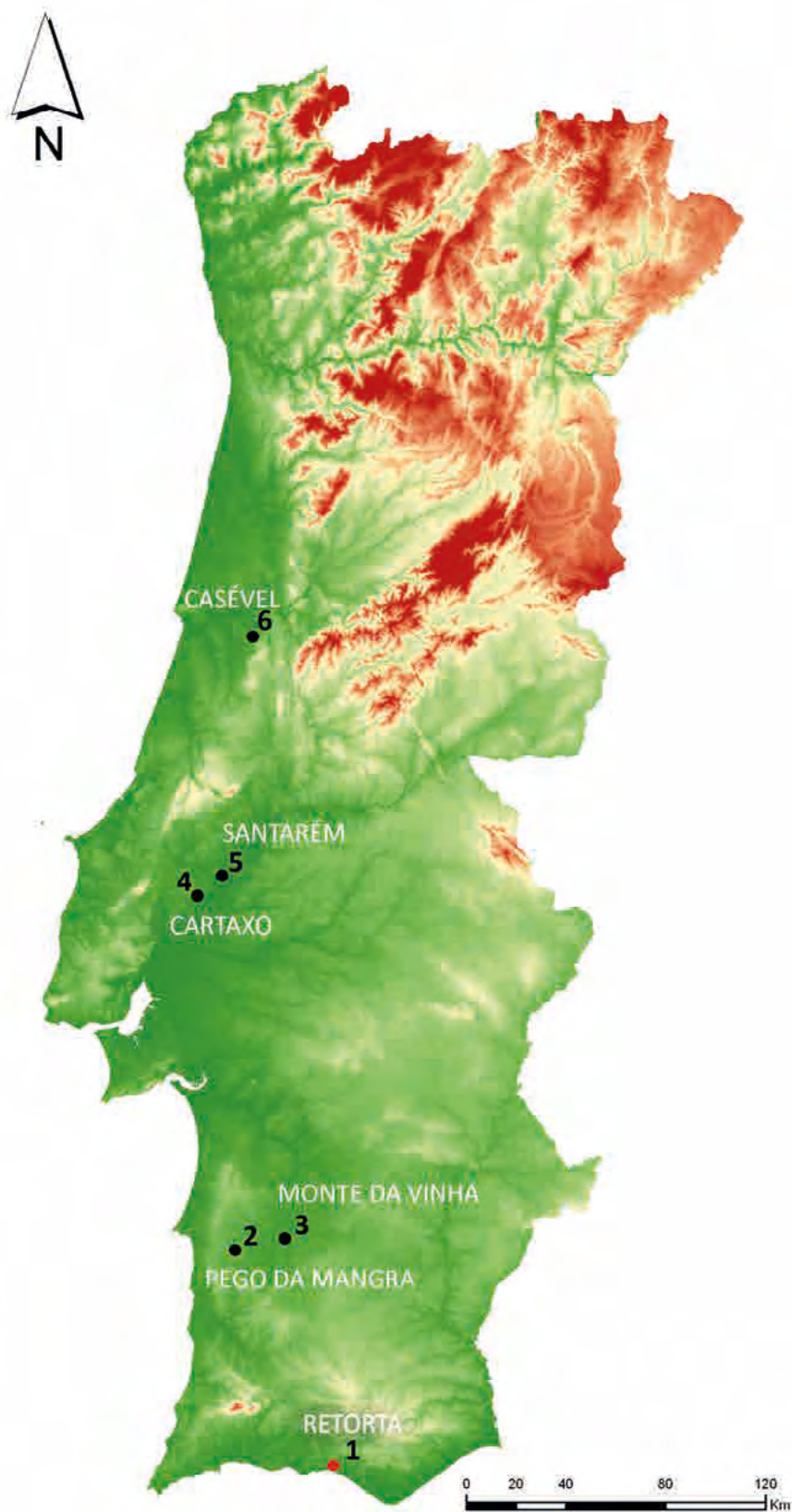
Nous ne ferons pas ici l'historique de ce Néolithique ancien à céramique cardiale ou imprimée dans l'ordre duquel le Portugal se trouve, tout au moins en ce qui concerne sa moitié sud. Nous renvoyons à ce sujet aux quelques monographies fondamentales ou aux études de synthèse qui ont démontré, en Méditerranée occidentale, son caractère primaire par rapport à d'autres groupes du Néolithique. Cette anteriorité, déjà fixée depuis de longues années par la méthode stratigraphique, a été confirmée avec brio ces dernières années par toute une série de datations absolues : ces dernières paraissent indiquer une néolithisation en marche dès le VI^e millénaire (Sud de l'Italie, Corse, Provence), un grand développement marqué par une forte évolution interne selon les groupes géographiques, au cours du V^e millénaire, enfin au IV^e millénaire une phase de décadence marquée soit

(1) Les auteurs adressent leurs plus vifs remerciements aux personnes grâce à qui cette étude a pu voir le jour : Monsieur l'ingénieur José de Almeida, Directeur des Services Géologiques du Portugal; Lúcia Lima, Monsieur le Préfector F. de Almeida, Directeur du Museu Archéologique National et Président de la Société des Archéologues portugais; Monsieur les Docteurs M. Furtado dos Santos, G. de Almeida; à Lisbonne : Monsieur le Préfector Vasco Pereira, Directeur du Musée de l'Épave de Pin; Monsieur l'ingénieur Vasco Nóbrega, à Alentejo; Monsieur le Colonel Mário Jardim, à Guimarães; Monsieur le Docteur António Boleiro, au Laboratório e Museu Carraxo, de l'Université de Évora.

Fig. 5 – Distribuição em Portugal das bilhas, ainda que a de Casével justifique uma análise mais aprofundada, aproximando-se o seu perfil do registado pelo grande vaso do Alto da Toupeira.

Fig. 6 – Bilha da Retorta. Fotografia de Victor S. Gonçalves.

Fig. 7 – Bilha da Retorta. Desenho de Guida Casella.



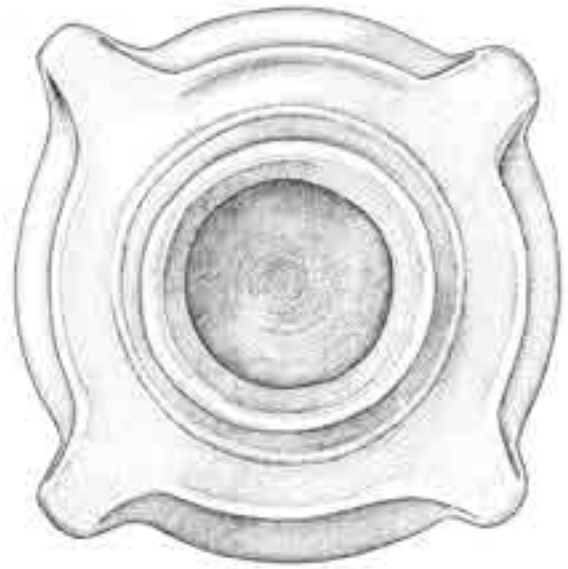




Fig. 8 – À esquerda, vaso de Santarém. À direita, vaso do Monte da Vinha. Desenhos de Guida Casella.



Fig. 9 – À esquerda, vaso do Pego da Mangra. À direita, vaso do Monte da Vinha. Fotografias de Victor S. Gonçalves.

Fig.10a – Vaso do Cartaxo, em exposição no Museu Arqueológico do Carmo/Associação dos Arqueólogos Portugueses, e detalhe da decoração circunscrita ao topo superior do arranque das asas. Altura total: 25 cm. Fotografia de José Pessoa, DGPC/ADF.



No quadro apresentado impressiona também a proximidade das alturas totais das restantes bilhas, entre 24 e 27 cm. Haveria um uso individual para os recipientes do relativamente pequeno grupo de exemplares de Santarém, Cartaxo, Pego da Mangra e Monte da Vinha e outro, coletivo, para as bilhas da Retorta e de Casével? É o que parece provável, verificadas as capacidades dos exemplares que ainda hoje se fabricam em barro, como ao tempo das antigas sociedades camponesas.

Como infelizmente é também o caso de outros vasos genericamente morfológicamente semelhantes a este (Pego da Mangra, com quatro asas verticais, Cartaxo, com três, Monte da Vinha, também três, Alto da Toupeira com duas, Santarém com uma... a não ser que o restauro lhe tenha cortado a outra ou as outras...), decorados por impressão ou incisão, ou não, desconhece-se qualquer contexto arqueológico que permita um seu enquadramento rigoroso.

A bilha da Retorta foi recolhida, em data indeterminada, pelo padre Semedo Azevedo, junto à sepultura 16 da necrópole romana da Retorta e oferecida posteriormente (1997), pela paróquia, ao Museu de Albufeira.

Vasos como este são muito provavelmente «bilhas» ou «cântaros», com a função de armazenamento e transporte de água, sendo as asas verticais uma forma de permitir a sua suspensão ou mais fácil manipulação. O seu uso em campo aberto, durante atividades agrícolas, como as sementeiras e as colheitas, poderia explicar o facto de aparecerem isolados. Isto na região que viria a ser Portugal, uma vez que no futuro território espanhol estes vasos são também conhecidos em povoados.

Quanto ao contexto de uso e abandono, a leitura é naturalmente limitada pela ausência de contextualização estratigráfica. Consideram-se estes achados como isolados, uma vez que não dispomos de mais nenhuma evidência de ocupação pré-histórica nos locais de descoberta, quando conhecidos. A curta lista integra achados antigos, com pouca ou nenhuma informação, e inclui algumas recolhas mais recentes, melhor informadas. Nas últimas décadas, vários autores têm vindo a analisar estas ocorrências, quer derivadas de trabalhos arqueológicos quer de achados fortuitos.

A primeira referência a vasos isolados remonta, de algum modo, a 1970, à síntese pioneira efetuada por



Fig. 10b – Vaso do Alto da Toupeira, em exposição no Museu Geológico, e detalhe da sua decoração circunscrita à area interrompida pela carena, também marcada por mamilos horizontais e pelas três asas verticais. Altura total: 45 cm. Fotografia de Ana Catarina Sousa. O vaso do Alto da Toupeira apresenta uma forma e proporções diferentes das que designamos por «bilhas», sendo o seu fundo «em bico» uma particularidade aproximável a exemplares andaluzes e valencianos. A própria decoração recorda o vaso do Pego da Mangra, com o qual o vaso do Cartaxo partilha ainda a graciosidade do colo, e o do Monte da Vinha. Fotografia de Ana Catarina Sousa.

Fig.10c – Vaso de Casével. Em cima, fotografia do Instituto Arqueológico Alemão, cortesia de Miguel Kunst. Em baixo, desenho de Miguel Pessoa.



Jean Guilaine, com a colaboração de Veiga Ferreira. E, no entanto, Guilaine publicaria seis anos depois uma imagem de um vaso de formato similar, contextualizado, proveniente de um povoado valenciano, Arenal de la Virgen (Guilaine, 1976, Estampa 11, 1), uma peça também com 24 cm de altura...

Outros autores efetuaram listagens de vasos isolados e avançaram interpretações avulsas. Mas o papel histórico do vaso de Santarém, e da sua decoração cardial, é tão raro, ou equivalente, como o da placa de xisto gravada de S. Torpes, Sines.

Um achado interessante é o do vaso da Ponte da Azambuja 2 (Martins et al., 1999). Geologicamente falando, poderia tratar-se do único exemplar aparentemente com enquadramento estratigráfico, ainda que a interpretação da sequência, se é que ela existiu, seja dificilmente compreensível. Os autores avançam, no entanto, que «podemos afirmar que, num determinado momento da Pré-História recente, foi colocado intencionalmente um pote, próximo do leito de uma ribeira, sem qualquer outro tipo de material ou nível arqueológico associado. Não foi aferido se foi realizada uma cova para o manter de pé ou se continha no seu interior qualquer tipo de material, independentemente da sua natureza. Posteriormente, processos de deposição fluvial levaram a que ficasse coberto por diversas camadas de sedimentos de matriz aluvionar, estéreis do ponto de vista arqueológico.» (Martins et al., 2009, p. 109). Mas, em verdade, a peça parece muito fragmentada, não é sequer objetivamente um «pote», tem outros paralelos europeus. E não se entende uma sua «colocação intencional» num aparente vazio arqueológico. Ao mesmo tempo, os «processos de deposição fluvial» nunca são pacíficos, pelo que dificilmente se aceita que o vaso estivesse realmente *in situ*. Aqui, como em outras situações, parece estarmos perante um fenómeno de abandono, nada indicando uma deposição votiva.

Em 2011, A. Faustino de Carvalho efetuou uma atualização do inventário dos vasos isolados. Inclui na lista os achados de Casével, Santarém, Cartaxo, Monte da Vinha (Santiago do Cacém), Ponte da Azambuja (Portel). Acrescenta ocorrências registadas no Algarve para vasos do Neolítico antigo: Barranco das Mós (Vila do Bispo), Pinheiro/Sobreira (Lagoa) e cita rapidamente o vaso da Retorta, reproduzindo dele apenas a sua localização geográfica (fig. 11 B). Não é incluído nesta listagem, e bem, o vaso de São Julião, de diferente morfologia e significado distinto (Carvalho, 2011, p. 247).

A propósito do vaso completo recolhido no Castelo dos Mouros (Sintra), voltou-se a colocar a questão, ainda

que se trate de uma forma completamente diferente das bilhas a que nos referimos, próxima de outras, provenientes do Abrigo 1 das Bocas (Gonçalves et al., 1987) e da Gruta da Sra. da Luz. Atendendo à sua integração num contexto de *habitat*, a interpretação simbólica foi recusada pelos escavadores, referindo-se como hipótese que o vaso seria semienterrado para funções de armazenamento, o que parece lógico (Sousa e Carvalho, 2015, p. 282-283).

Por outro lado, também deve ser salientado que, apesar de nos últimos anos se ter alargado o número de escavações em sítios do Neolítico antigo, é muito rara a presença de recipientes completos, circunstância que parece reforçar o carácter algo excepcional da bilha da Retorta, ainda que esta tenha sido objeto de restauro «pesado».

Até hoje, em Portugal, a tipologia «bilha» surge exclusivamente entre os vasos encontrados isolados.

As «bilhas» apresentam pelo menos duas volumetrias diferentes, estando o exemplar da Retorta entre os recipientes de maiores dimensões.

As designações para este tipo cerâmico são muito distintas: «vasos de colo» (Diniz, 2007); «vaso liso de corpo globular e colo estrangulado (vaso de provisões)» (Cardoso et al., 2001); «garrafas» (Carvalho, 2001). Preferimos a expressão «bilha», pela sua morfologia geral e provável função, idêntica ou muito próxima do «cântaro». Basicamente, uma bilha neolítica seria uma forma mista, onde se funde um cilindro ou hiperboloide (=gargalo, =colo estrangulado...), por onde se bebe ou verte a água, e uma forma de secção ovoide ou em forma de enxame de abelhas, onde a água é contida. O grau de espessura das paredes varia conforme os exemplares, sendo o vaso da Retorta de todos o mais robusto.

A ausência de decoração (incisa ou impressa) do exemplar da Retorta não encontra paralelos até mesmo no vaso do Alto da Toupeira (Castro e Ferreira, 1959), pertencendo este a uma outra forma. Todos os restantes exemplares apresentam decoração incisa ou impressa, incluindo cardial (Casével, Santarém, Pego da Mangra...).

Na verdade, a ausência de decoração não pode ser indicadora *per se* de uma cronologia mais avançada. A cerâmica lisa é normalmente escassamente referida no estudo da cerâmica do Neolítico antigo, mas deveria corresponder a uma parte significativa, anormalmente não quantificada, dos conjuntos. Na Valada do Mato, onde se recolheu um número significativo de fragmentos cerâmicos (9867), 37 % das peças classificáveis são lisas (Diniz, 2007, p. 133). Para o caso da Retorta, na ausência de decoração incisa ou impressa,

apenas podemos genericamente integrar este vaso no Neolítico antigo, num intervalo cronológico amplo compreendido entre finais do 6.º e meados do 5.º milénio.

O presumível enquadramento contextual do vaso da Retorta é ainda mais complexo, por escassearem as evidências de ocupação do Neolítico antigo no Sotavento algarvio. Quanto ao Barlavento, os trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas têm vindo a permitir a identificação de novos sítios, para além da situação específica da Cabranosa, conhecida desde 1970 (Ferreira, 1970): Castelejo; Vale Santo, Rocha das Gaivotas; Padrão; Vale Boi; Alcalar; Castelo Belinho; *Ibn Amar* (grande vaso contentor decorado observado em 1978 por V. S. Gonçalves numa coleção particular em Lagos); Caramujeira, Areias das Almas, Ribeira de Alcantarilha, Castelo Belinho. Assumindo o modelo de difusão dêmica proposto, Faustino de Carvalho coloca ênfase na descontinuidade da cultura material e do povoamento entre os contextos mesolíticos e neolíticos (Carvalho, 2008). Mas uns e outros são ainda insuficientemente conhecidos.

A bilha da Retorta, pela sua forma específica e similar em regiões tão diversas, faz parte de um fenómeno estrutural presente nas antigas sociedades camponesas, que liga água e terra, trabalho e sociedade. De onde a sua importância ser maior que um mero artefacto de uso comum.

2. O 3.º MILÉNIO AQUI E ALI

*Wonder – is not precisely Knowing
And not precisely Knowing not –
A beautiful but bleak condition –
He has not lived who has not felt –*

*Suspense – is his mature Sister –
Whether Adult Delight is Pain
Or of itself a new misgiving –
This is the Gnat that mangles men –*

Emily Dickinson, c. 1874, pub. 1945

As antigas sociedades camponesas não são um bloco único, homogéneo. Ainda que o seu crescimento permita falar numa subdivisão entre as mais antigas e as que traduzem já o complexo triunfo da arqueometalurgia do cobre, o que verdadeiramente interessa é o seu crescimento dendriforme. Para Loulé, alguns exemplos mostram bem os resultados da dispersão pós-deposicional e

da prudência como devem ser encaradas situações sem contextos explícitos. A propósito das diferentes categorias, teremos alguns exemplos de peças soltas:

Pedra lascada: o núcleo de lamelas de Monte da Vinha não tem ambiente conhecido, mas estaria eventualmente associado a um pequeno seixo de quartzito com levantamentos regulares. O espectro de tempo que contém o momento e o enquadramento cronológico real é impossível de determinar, há núcleos assim no Neolítico antigo e médio e até mesmo no Calcolítico, do 6.º ao 3.º milénio...

Pedra polida: machados e enxós perdem-se facilmente, partem-se também e ficam espalhados pelos campos. Nem sempre a sua presença se explica por contextos funerários ou lugares de habitação destruídos. Várias peças importantes provenientes do atual concelho de Loulé não têm condições de origem seguras e as coleções que integraram não dispõem de registos de entrada suficientemente esclarecedores. Os machados de anfibolite de Tavilhão, Ameixial (fig. 11) e Salir são disto outro exemplo. O martelo do Ameixial pode ter que ver com a arqueometalurgia (do Cerro do Castelo de Corte João Marques?).

Cerâmica: as cerâmicas com contextos específicos são exemplificativas, ainda que raras. Os achados isolados são típicos para algumas formas do Neolítico antigo, como se tem visto um pouco por toda a parte, com os grandes recipientes fechados para conter líquidos, as bilhas. Mas também no 3.º milénio isto acontece.

Arqueometalurgia (do cobre): a enxó de cobre da coleção Rosa Madeira é dada como proveniente do Ameixial, mas a sua extraordinária semelhança com o exemplar recolhido em Corte João Marques leva a crer que ambas saíram do mesmo molde e que a fusão foi feita no povoado em questão. Ameixial, como referência de origem, é designação demasiado ampla, de freguesia, e não implica um lugar preciso dentro dela...

Artefactos relacionados com o sagrado: o betilo de Fonte Benémola teria sido obtido cerca de um pequeno machado votivo de basalto filoniano alterado. Se a associação fosse verdadeira, estaríamos provavelmente perante um monumento funerário destruído ou violado. O betilo da coleção Aschemann Palhinha veio mesmo de Salir, não sendo assim impossível que pertença a um mesmo conjunto.

Fragmentos de realidades perdidas, cujo contexto certamente existiu muito antes de agora, mas se perdeu. No entanto, há excelentes indicadores desse mundo complexo, de vida e morte, das antigas sociedades camponesas do 3.º milénio a.n.e.

Fig. 11 – Martelo do Ameixial e machado do Tavilhão, Ameixial (coleção Rosa Madeira). Desenhos de Paula Bivar.

3. EM FINS DO 4.º MILÉNIO, INÍCIOS DO 3.º, ANTES E DEPOIS: O SÍTIO DA PRAIA DO FORTE NOVO

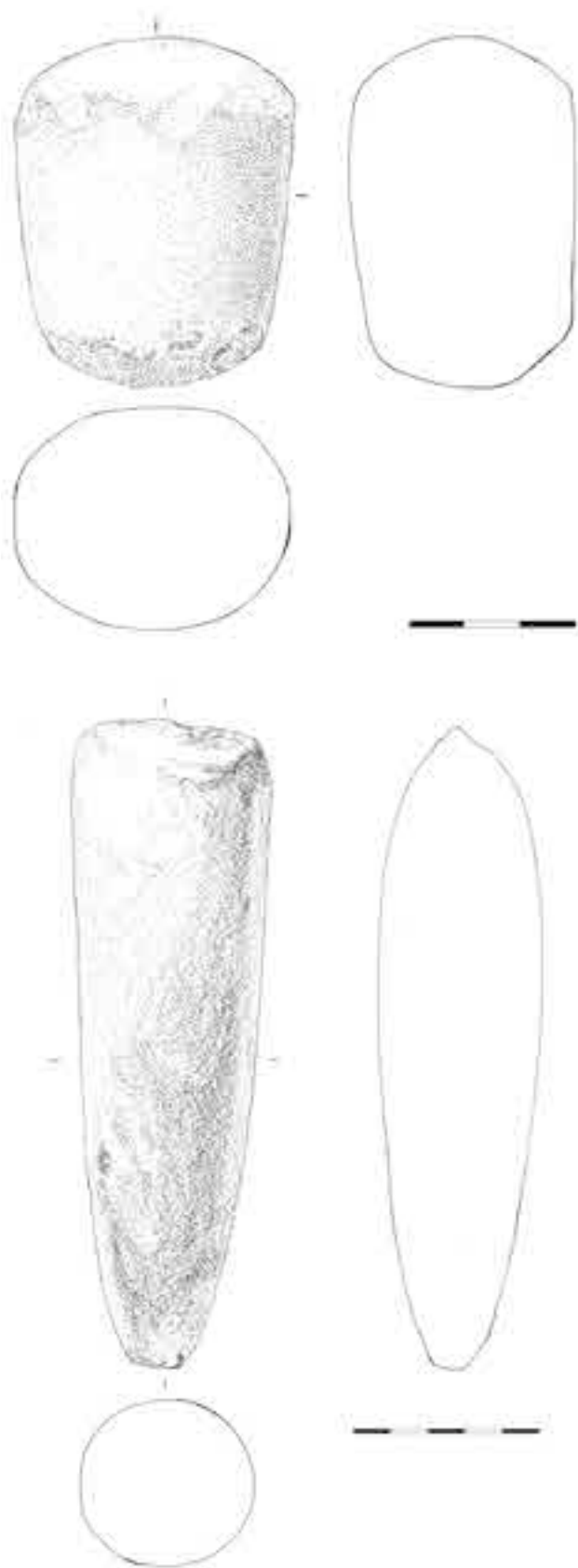
*Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!*

Fernando Pessoa, *Mensagem*

Não sendo tão escassos como poderia parecer, os sítios estuarinos, à beira-rio, ou junto ao mar, sobressaindo entre eles todos a notável área de obtenção de sal da Ponta da Passadeira (Barreiro), traduzem, direta ou indiretamente, uma específica exploração dos recursos marítimos. Esta exploração pode traduzir um abastecimento específico em sal, para troca, e é bem conhecida em Espanha, particularmente em Marismilla (Escacena Carrasco, 1994, 1996), visando abastecer o interior de um produto imprescindível. A pesca, como fonte importante de alimentação, faz-se tanto em rio como no mar, mas exige sempre a preservação garantida pelo sal, pelo que a sua obtenção a montante é indispensável para os grupos de pescadores. O sal pode ser conseguido por mineração, como em Rio Maior ou Loulé, ou pelo tratamento térmico da água salgada ou salobra, como na Ponta da Passadeira e em outros sítios recentemente identificados.

O sítio de Forte Novo (fig. 12) foi interpretado basicamente como uma área de produção de sal, ainda que algumas reservas se imponham desde já.

Com efeito, seria sedutor uma praia ser ocupada por um grupo de saleiros durante uma época determinada, neste caso anterior a meados do 3.º milénio a.n.e. Só que em Forte Novo não há a mais pequena indicação de que se trate sequer de um sítio homogéneo do Neolítico final, e não uma mistura desconjuntada de épocas ao sabor das marés. Nem há qualquer certeza de que exista localmente uma exploração específica do sal marinho, a tal ponto as condições provocadas pelo movimento das linhas de maré podem ser decisivas na destruição de contextos claros. Como acontece sempre em situações como esta, aquilo em que queremos acreditar não é necessariamente o mesmo que o que realmente se passou. Todos o sabemos. E Leonor Rocha avisadamente o reconhece, nos dois últimos parágrafos do seu texto de 2013 (p. 230). Neste sítio, nenhuma estrutura é garantidamente segura quanto ao seu significado e conexões espaciais e as cerâmicas diferem muito entre si. É certo que os autores da escavação alertam para a dimensão reduzida da sondagem, mas o excelente trabalho feito por Julia Roussot-Larroque



na Aquitânia mostra bem que escavações nestes contextos podem e devem ser mais extensas e os resultados cuidadosamente ponderados.

Aqui, apenas a cerâmica (fig. 13) justifica uma discussão alargada. Marismilla (Escacena Carrasco, 1994, 1996), primeiro, a Ponta da Passadeira a seguir (Soares, 2000, 2001, 2008, 2013), consagram um tipo de recipiente como o ideal para a obtenção de sal por evaporação forçada. As taças carenadas apresentam ao fogo uma larga superfície de fundo para aquecimento e uma boca larga para evaporação. Ambas existem nos dois sítios (Soares, 2013; Rocha, 2013), mas a presença de outras cerâmicas é perturbadora no Forte Novo, nomeadamente mais antigas que as taças carenadas, ou possivelmente mais recentes, como os dois vasos já restaurados daí provenientes. Ora uma tão longa permanência no tempo de um mesmo significado de um sítio é, no mínimo, pouco comum. Não é impossível, mas é pouco provável, salvo nas cidades ou em lugares sagrados. Forte Novo é tudo o que se quiser, mas não um sítio coerente, cronológica e culturalmente.

Apesar de não ter sido efetuado um catálogo de formas, e respetiva quantificação, o repertório de formas cerâmicas de Forte Novo parece ser muito similar ao panorama global para os povoados alentejanos de finais do 4.º milénio. Merece destaque, para comparação, o sítio da Sala n.º 1, com estratigrafia datada cronometricamente (Gonçalves, 1987; Rendeiro, 2014).

A importância das formas carenadas e das formas com mamilos, e a ausência de pratos, são indicadores de uma cronologia do Neolítico final, leitura confirmada pelas datações absolutas obtidas para a lareira de Forte Novo:

SAC-1606 – madeira – 4150±80 BP – 2901-2495 cal BC a dois sigmas;

SAC-1637 – madeira – 4570±90 BP – 3702-3356 cal BC a dois sigmas;

SAC-1700 – madeira – 4430±120 BP – 3531-2761 cal BC a dois sigmas.

(Rocha, 2013, aqui recalibrado com Calib 7.0).

Não foi indicada a espécie da madeira das amostras datadas, mas refere-se a presença no local de um bosque antigo de *Pinus*, sendo plausível que fosse esse o combustível usado. As três datações obtidas indicam um período entre o segundo quartel do 4.º e meados do 3.º milénios, com o limite superior do intervalo em 3702 e o inferior em 2495 cal BC (Rocha, 2013, p. 228), o que é largamente excessivo para datar uma situação, seja ela qual for, salvo no caso do Paleolítico...

Assim, apenas se pode sublinhar as suas características maioritariamente pré-calcolíticas.

Em síntese realizada para os contextos de povoado do Sul de Portugal (Mataloto e Boaventura, 2009), a análise bayesiana indica um balizamento das formas carenadas bem definido: «é deveras interessante verificar a fase seguinte com recipientes carenados situar-se nos finais do terceiro quartel do IV milénio a.n.e., esvaindo-se no último quartel deste.» (Mataloto e Boaventura, 2009, p. 64). Nesta síntese, incluiu-se também Forte Novo (apenas uma data da lareira), integrando-se na fase 2 sítios com formas carenadas, mas sem bordos espessados, comparáveis ao Neolítico III da Comporta (Possanco), Juromenha e São Jorge (*idem*, p. 63).

A ausência, em Forte Novo, dos pratos de bordo espessado é particularmente relevante, mas também desinteressante, se considerarmos a sua (deles) datação, tipicamente calcolítica, como se sabe para o Centro e Sul de Portugal. Em Monte da Quinta 2 (Valera et al., 2008) e Ponta da Passadeira (Soares, 2013), o prato está também ausente. Poderíamos considerar que esta ausência tem origem na funcionalidade específica da forma, atendendo a que estes sítios assumem um carácter especializado, com ausência ou escassez de outros itens artefactuais normais em povoados permanentes, como os elementos de mó ou a pedra polida. Porém, pode também levantar-se a hipótese de se tratar antes de um momento relativamente recuado no Neolítico final, com paralelos em Possanco (que poderá ter funcionado entre cerca de 3300 e 2800 cal BC, 2 sigmas, ver quadro 1 em Soares e Silva, 2013) e também em Xarez 12 (Gonçalves et al., 2013), onde se regista a quase ausência de pratos (apenas cinco exemplares e recolhidos em estratos superiores). Apesar da ausência de datações absolutas para Xarez 12, o repertório cerâmico parece indicar, para alguns momentos finais do sítio, uma fase antiga no Neolítico final, anterior ao prato e aos bordos espessados, tal como parece ser o caso de Forte Novo.

Na Sala n.º 1, com uma sequência de ocupação extensa, verifica-se a continuidade dos conjuntos, com decréscimo de formas carenadas na transição do 4.º para o 3.º milénio. A partir de fins do 1.º quartel do 3.º milénio, as taças carenadas praticamente desaparecem, e mesmo antes nem sempre estão presentes. No Porto das Carretas, as formas carenadas estão quase ausentes, correspondendo a 1 % dos recipientes cerâmicos na Fase I (1.ª metade do 3.º milénio) e a 0,4 % da totalidade da amostra de recipientes cerâmicos da Fase II, 3.º quartel do 3.º milénio (Soares, 2013a, p. 279, 281).

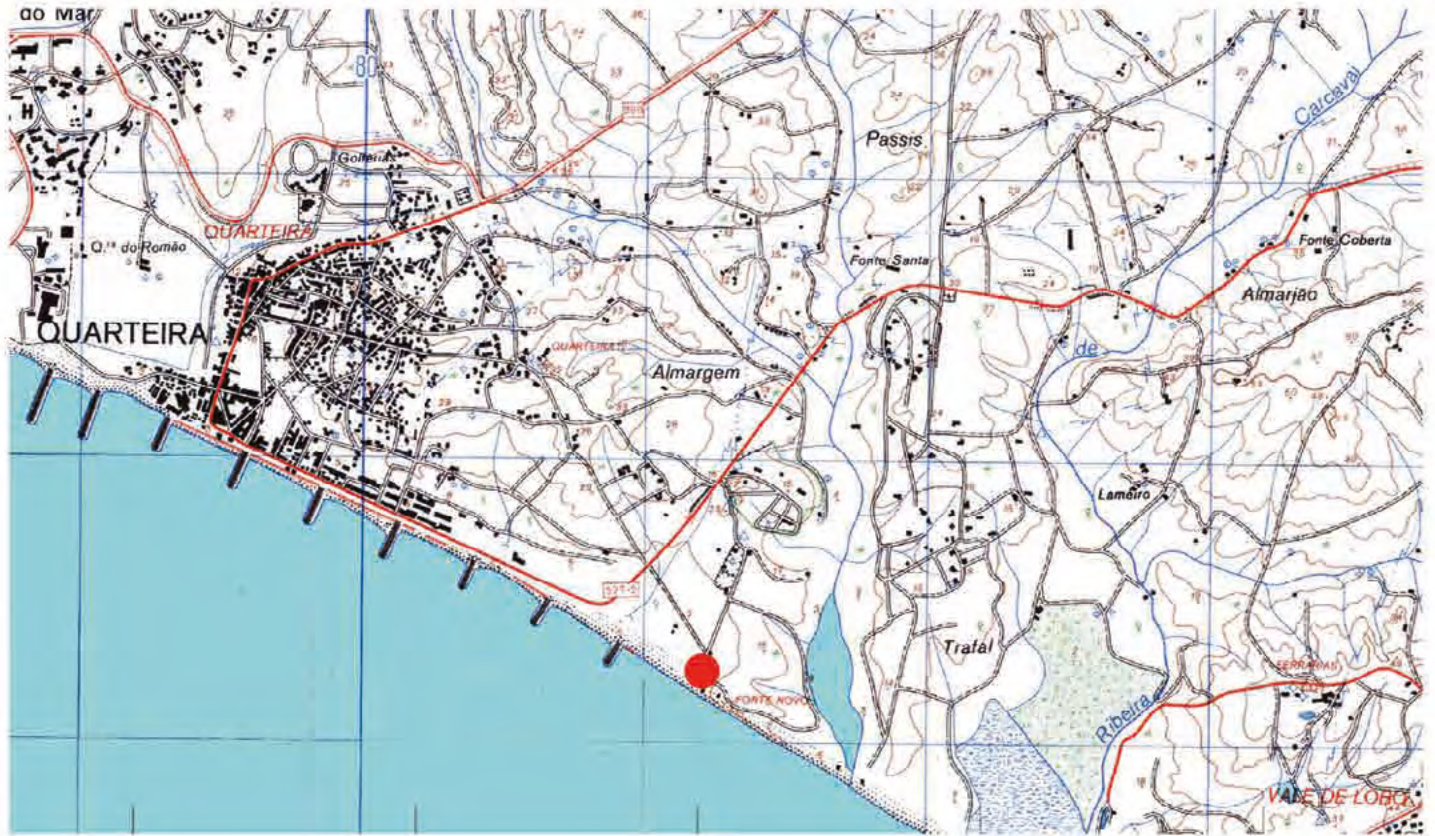


Fig. 12 – A localização do sítio de ocupação múltipla do Forte Novo.



Fig. 13 – Recipientes cerâmicos (Calcolítico, Idade do Bronze) reconstituídos de Forte Novo MLA0405 [CE] e MLA0409. Desenhos de Paula Bivar.

Também no Cerro do Castelo de Corte João Marques (como em Santa Justa) as taças carenadas estão ausentes, indicando que elas pertencem muito provavelmente a uma fase anterior ou a outro complexo cerâmico, não representado naqueles povoados. Tal como acontece na grande torre do Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1988-89)...

Não foi efetuado, para Forte Novo, um estudo morfológico das taças carenadas, mas a sua presença é significativa, ascendendo a 99 registos (Rocha, 2013, quadro 2), incluindo exemplares com mamilos. As taças carenadas de Forte Novo revelam substanciais diferenças em comparação com as de outros conjuntos cerâmicos do Neolítico final, quanto à dimensão, espessura, posicionamento da carena e acabamento. Apresentam uma dimensão inferior à média dos exemplares alentejanos, nomeadamente da Sala n.º 1, onde os recipientes carenados têm um diâmetro de abertura médio de 40 cm. O excelente tratamento de superfície, com polimento e engobe, encontra paralelos em La Marismilla, Possanco e na Ponta da Passadeira (Soares, 2013), mas neste último sítio a presença de cerâmica carenada é residual. Pode parecer difícil compreender qual o papel de recipientes de elaboração cuidada num sítio de exploração de sal. Mas basta ver a situação encontrada por Escacena Carrasco e colaboradores (1996) em La Marismilla, onde cerâmicas que se destinavam de origem a serem quebradas, para extração do bolo de sal, foram, ainda assim, decoradas. Quanto ao pequeno pote de colo estrangulado (ver fig. 13, 1), não parece obviamente integrar-se num modelo de exploração de sal, mas outras explicações alternativas podem ser encontradas para o seu uso.

Contrariamente ao que se regista na Ponta da Passadeira, ou no Monte da Quinta 2, as formas quase troncocónicas, que também serviriam para a produção de sal, estão ausentes em Forte Novo. A ausência destes vasos deve ser minimizada, se tomarmos em conta a escassa área escavada e a dificuldade em identificar este tipo de recipiente quando não se encontram os seus fundos. No caso da Comporta, por exemplo, foi só após a escavação de Ponta da Passadeira que foi possível rever o conjunto cerâmico e identificar formas deste tipo na Barrosinha e no Possanco (Silva e Soares, 2013).

O estudo do conjunto da Ponta da Passadeira permitiu a Joaquina Soares avançar com uma proposta de cadeia operatória, com diferentes formas cerâmicas associadas: «Podemos estar perante uma cadeia operatória que começa pela produção de salmoura nos grandes vasos troncocónicos, aquecidos nos fornos, e que prossegue

através da concentração da salmoura e cristalização do sal em taças em calote (moldes de pães de sal), aquecidas nas lareiras em fossa.» (Soares, 2013, p. 180).

Em termos da cultura material, deve referir-se que a indústria lítica de Forte Novo é muito reduzida, restringindo-se a três elementos para 7562 fragmentos de cerâmica (Rocha, 2013). Esta quase ausência não encontra paralelos em Moinho da Quinta 2 (Benavente) ou Ponta da Passadeira (Barreiro), onde se regista abundância de indústria lítica macrolítica expedita (Valera et al., 2008; Soares, 2013).

Parece-nos assim que, nesta perspetiva, não é possível associar com segurança, e em exclusividade, Forte Novo à exploração do sal.

É certo que podem ser referidos vários indicadores que parecem apontar para essa possibilidade, tais como a presença de uma entulheira de cerâmica, com formas carenadas; a presença de uma lareira e, possivelmente, de uma estrutura de argila desmantelada (forno?) e condições naturais propícias (extensa zona húmida). Mas merece ainda destaque a ausência de itens artefactuais usuais em contextos de povoado, como a pedra lascada, polida e afeiçãoada. A disponibilidade próxima de madeira, evidenciada pela presença de madeira fóssil na área envolvente, também seria importante num modelo de exploração de sal, como sucede em Ponta da Passadeira. E as datações disponíveis para a «floresta fóssil» de Forte Novo indicam uma cronologia prévia à ocupação do Neolítico final, uma presença (vegetal?) da transição 6.º/ 5.º milénio a.n.e., tal como verificado na Ponta da Passadeira (Soares, 2013, fig. 4). O que explica a divergência cronológica entre os dados obtidos através do combustível e da leitura dos contextos artefactuais.

Por outro lado, estão ausentes alguns dos indicadores conhecidos, como os chamados «ídolos de cornos» e corniformes e os vasos para sal quase troncocónicos, abundantes em Monte da Quinta 2 e Ponta da Passadeira. Leonor Rocha refere que a realização de análises laboratoriais para determinação de concentrações de cloreto de sódio foi impossibilitada pelas ações de dessalinização que o restauro provocou nestas cerâmicas (mas então deveriam elas ter sido mesmo dessalinizadas? E os traços de sal nelas eventualmente contido seriam discerníveis dos que a água do mar deixou durante a submersão?).

Em Monte da Quinta 2, as análises realizadas não foram conclusivas, referindo-se, como explicação, a pouca profundidade a que estava o conjunto (Valera et al., 2008).

Face à dimensão escassa da amostra escavada em Forte Novo quaisquer generalizações resultam redutoras. Atendendo à sua localização e à ausência de evidências de atividades produtivas, tudo indica tratar-se de um sítio especializado. No caso da Comporta, onde a componente faunística se conservou, foi proposta uma funcionalidade mista, de marisqueio, exploração de sal e agricultura, componentes de «economias agro-marítimas».

Atualmente, não se conhecem no Algarve povoados integráveis no Neolítico final que permitam compreender eficazmente a dinâmica de povoamento em que se insere Forte Novo. Seria no entanto expectável encontrar indícios da sua conexão em rede com o interior. Ou, mais uma vez, estaremos perante uma diacronia de uso tão grande que se misturam datas, culturas e significados que podem nada ter que ver uns com os outros?

4. O MISTÉRIO DO SERRO DAS PEDRAS E UM MENIR COMO MARCA DE TERRITÓRIOS

It has occasionally been remarked upon that is an easy to overlook something large and obvious as it to overlook something small and niggling, and that the large things one overlooks can often cause problems.

Neil Gaiman, *Stardust*, ed. 2012, p. 229

A publicação, em 1886, por Estácio da Veiga, do primeiro volume das *Antiguidades Monumentaes do Algarve* abre uma verdadeira rutura na Arqueologia portuguesa, em cujo topo da cadeia alimentar já não estava Carlos Ribeiro, mas de onde José Leite de Vasconcelos, um predador implacável, se aproximava rapidamente.

Eram tempos dominados por incertezas e nem a linguagem tinha sequer estabilizado. De onde parte das dificuldades que hoje temos em entender situações como a do Serro das Pedras. Neste caso, anta desmantelada ou conjunto de menires arrastados de vários sítios? Ou de um só? Correspondendo ao arraste de componentes de um cromeleque desmantelado? Ou a conjugação de duas situações, anta e cromeleque? Como nos parece mais provável...

Estácio da Veiga, em 1886, no vol. 1 das *Antiguidades Monumentaes do Algarve* (p. 244-246, Estampas IX e X) (fig. 14), refere o que lhe pareceu ser uma anta destruída perto de Salir, referindo os «menires»

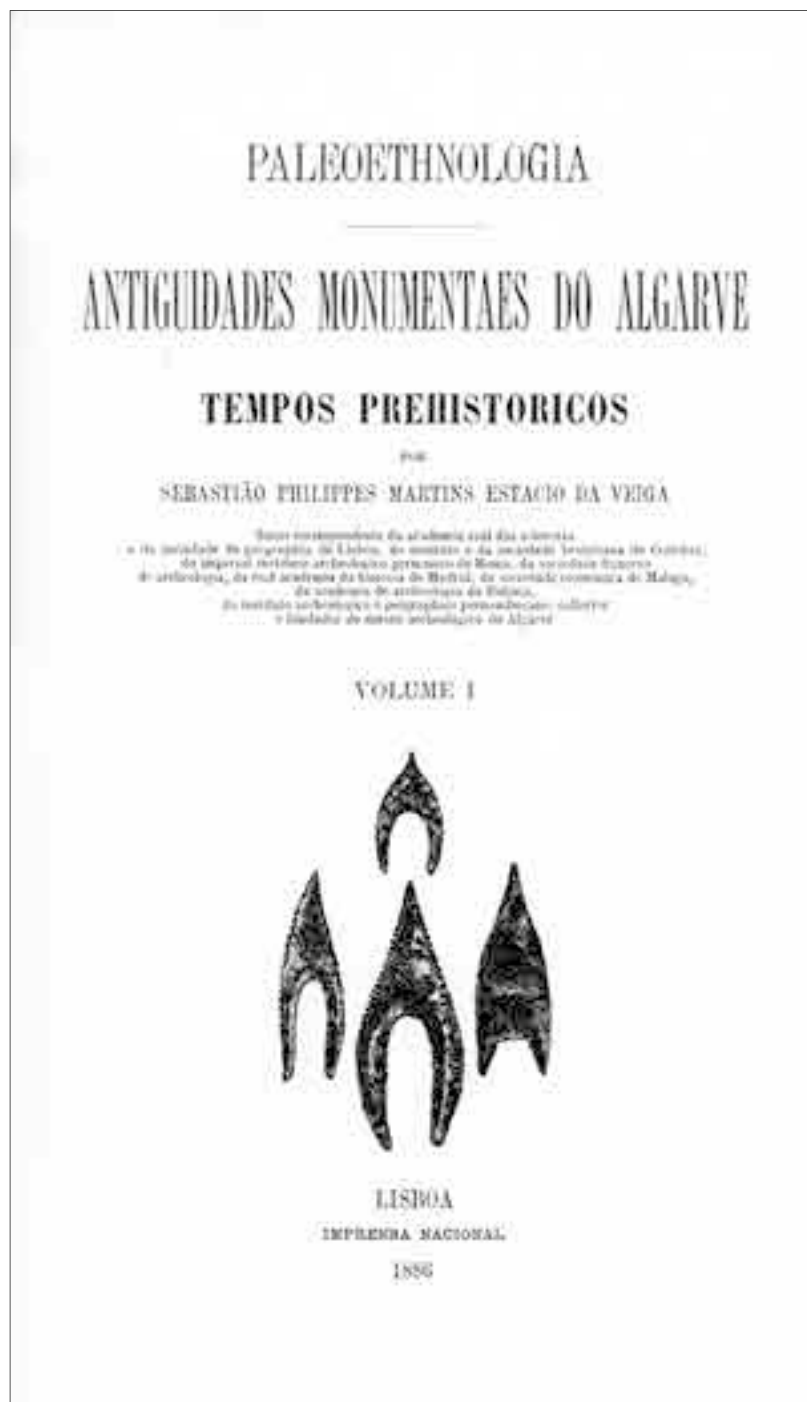
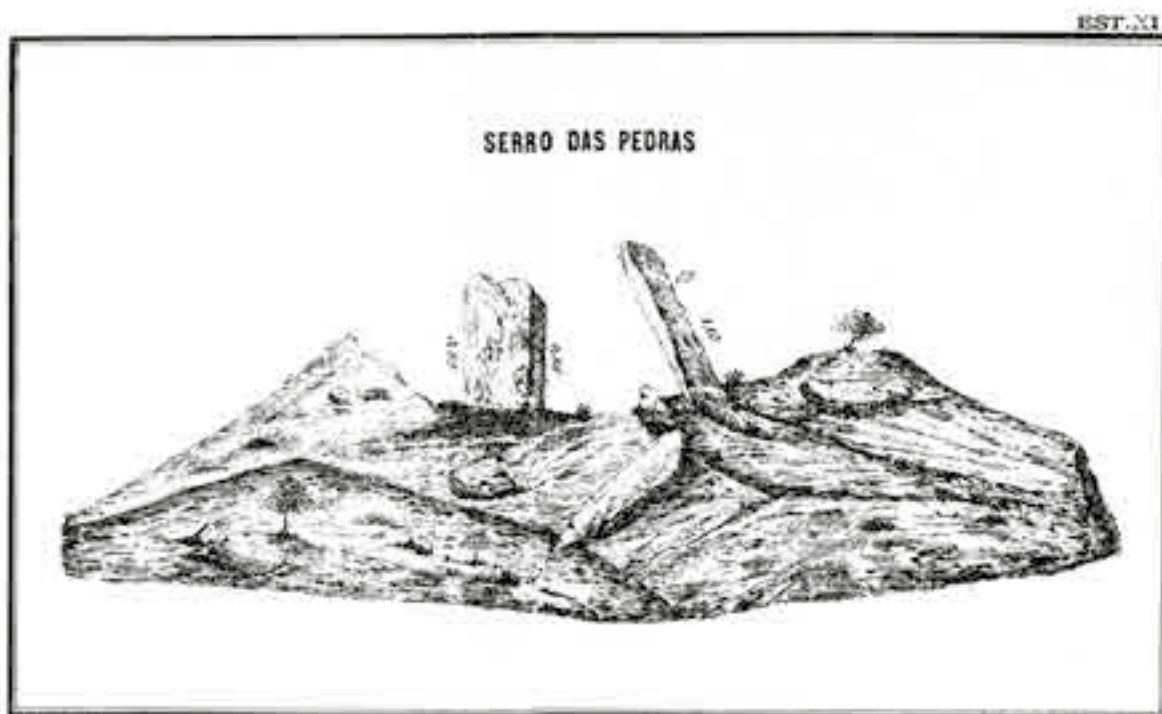


Fig. 14 – Frontispício do primeiro volume das *Antiguidades Monumentaes do Algarve*.

Fig. 15 – O Serro das Pedras, segundo Estácio da Veiga, 1886 e o mesmo em 1968. Fotografia atualmente no Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Loulé. No verso, a seguinte legenda atribuída ao Sr. José Viegas Gregório, antigo presidente da Junta de Freguesia de Salir, já falecido: «O Dolmem do Cerro das Pedras foi demolido pelo proprietário do terreno em 1973 e a pedra vista nesta fotografia foi conduzida para a porta da sede da Junta no dia 1 de Setembro 1974». O verso regista também duas marcas de fotógrafo, impressas: [símbolo desconhecido] 759A e 24.12.68. Na base, e escrito com caligrafia diferente: «Dolmem – Serro das Pedras Dezembro de 1968».



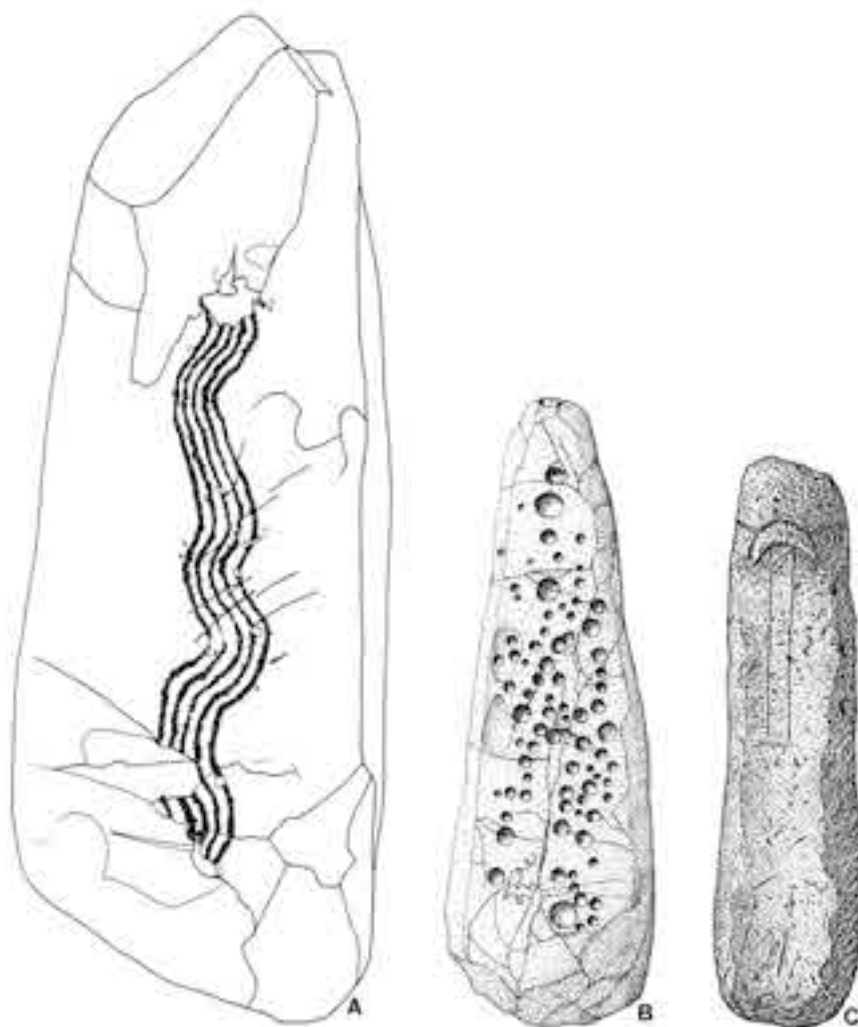


Fig. 16 – A Face 2 do menir do Serro das Pedras (segundo Gomes, 1997, fig. 15, p. 163), a única até agora conhecida, representada entre o menir de Abrutiais, Silves (com um serpentina similar ao da Face 3 do Serro das Pedras) e o de Alfarrobeira (Silves), este último recuperado como estela na Idade do Bronze. Em baixo: o menir do Serro das Pedras junto à Sede da Junta de Freguesia de Salir. A face exposta, a mais importante, está hoje muito mais degradada. Fotografia atualmente no Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Loulé. Data, segundo informação do Museu Municipal de Loulé, de 1993.



sobreviventes: «No concelho de Loulé, a noroeste do castello de Salir e distante uns 1:800 metros, está situado o Serro/ da Pedra, ou das Pedras, como promiscuamente o denominam./ É logar que foi habitado por antigas nacionalidades, attestadas/ por numerosos vestígios, começando desde tempos remotissimos,/ como bem mostra um outeiro ou monticulo artificial que co-/ briu um *dolmen* actualmente destruído, mas de que ainda restam/ de pé dois *menhirs* ou esteios descobertos, um com 0^m,89 de/ altura aparente e o outro com 1^m,10./

Perto d'este mais saliente ha algumas grandes pedras pro-/ stradas, que parece terem feito parte do monumento, e consta que/ muitas outras de grandes dimensões d'alli têm sido levadas...» (Estácio da Veiga, 1886, p. 244) (fig. 15 e 16).

Não deveremos, no entanto, esquecer que, em fins do século XIX, *menir* era o nome atribuído aos esteios das antas e não tinha necessariamente que ver com o sentido exclusivo que posteriormente se generalizaria. Estácio da Veiga, que identificou os primeiros «verdadeiros» menires do Algarve, sabia-o e se fez uma «ligeira excavação» na suposta estrutura tumular (*idem*, p. 244), foi para averiguar o tamanho real dos esteios semienterrados. Foi essa a origem do escasso material arqueológico recolhido, que inclui peças irrelevantes, mas também um geométrico (trapézio) e fragmentos de placa de xisto gravada (*idem*, p. 244-246), entretanto desaparecidos. Porque, a terminar, o sábio algarvio referia ainda que «com os objectos indicados estavam alguns fragmentos de placa de schisto com gravura e uma rodella de schisto ardosiano», o que parece indicar claramente uma anta.

Se o atual «menir de Salir» (fig. 17 a 20) vem do Serro das Pedras, ou não, é hoje impossível saber com absoluta certeza, se considerarmos as diferenças morfológicas detetadas na imagem da figura 16 ainda que seja provável, se tomarmos em conta Estácio da Veiga e M. V. Gomes, mas o que a fotografia da figura 16 mostra é uma peça de cabeça para baixo ou um menir completamente diferente... ou um esteio de anta (sendo visíveis as múltiplas covinhas). Em Gomes, 1997, são

referidas três ocorrências de menires em Loulé: Cerro das Alagoas, Serro das Pedras e Pedras Ruivas (*idem*, p. 157), mas a informação está incompleta, porque não é impossível que o menir tenha integrado de origem um pequeno cromeleque cerca da anta, mas sem nada que ver com ela. Do Cerro das Alagoas restam apenas dois fragmentos. Não parecem ser esteios reaproveitados, mas verdadeiros restos de um menir.

Marcadores de território? Em caso afirmativo, de dois territórios, o nosso e o dos outros. A ideia de território no singular é incompreensível: é preciso separar o mundo domesticado do selvagem, mas sobretudo marcar o início (ou o fim) do nosso próprio território, eventualmente reconstruído por fases de crescimento, não de retração.

As «pierres levées», ou menires, surgem também nas paisagens horizontais como ruturas verticais, ligando os mundos inferior e superior. Na sua base de inserção no solo, as gravuras ou picotados assinalam o mundo invisível, subterrâneo, e, por isso mesmo, oculto. Nas faces dos menires, a descoberto, gravuras de sentido desconhecido alternam com bâculos, figurações solares, serpentes e armas...

Desde a altura de 21 metros do *Grand menhir brisé* de Locmariaquer, na Bretanha, o que lhe daria uma excelente visibilidade a partir do mar, aos 7,52 m do menir de Póvoa e Meadas, em Castelo de Vide, há toda uma série de dimensões possíveis. E alguns dos menires do Xarez, em Reguengos, não ultrapassavam sequer um metro. Fazem parte de uma outra categoria e, provavelmente, de uma outra história. O menir de Salir ronda 1,95 m a descoberto, contando a parte enterrada para o manter de pé, o que pode parecer escasso, mas a magnífica gravura de um Sol faz esquecer estas pequenas dimensões. Loulé, da Serra ao Mar, terra de Sol, sempre...

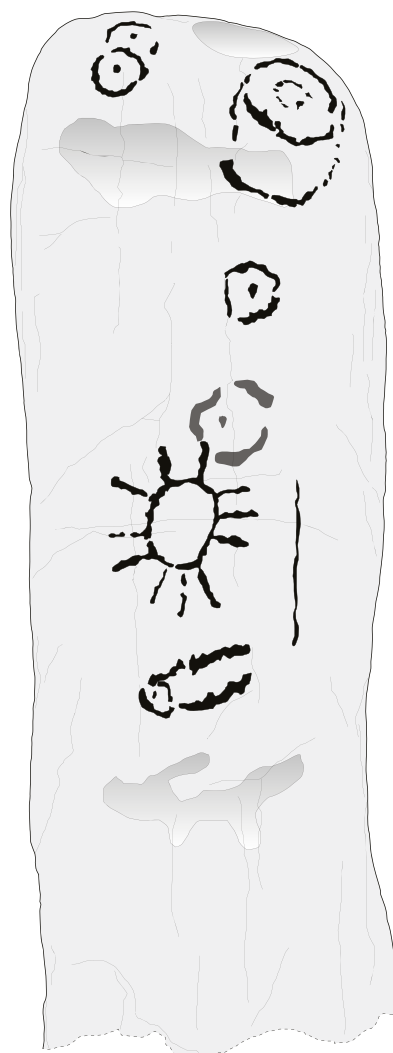


Fig. 17 – Em cima, à esquerda, o menir no polo museológico de Salir do Museu Municipal de Loulé. À direita, hipótese de leitura em que o possível escudo chanfrado é interpretado como sendo um círculo com um ponto central. Em baixo, imagens do topo do menir em fotografia de Hugo Pires e em desenho posterior.

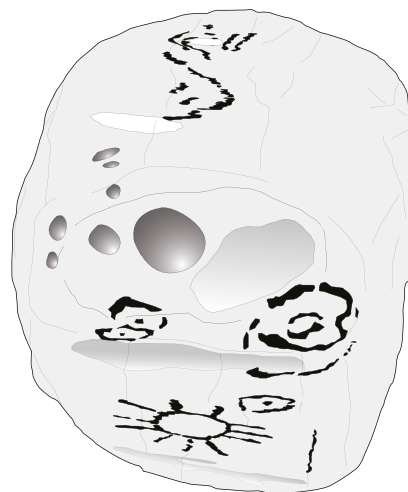
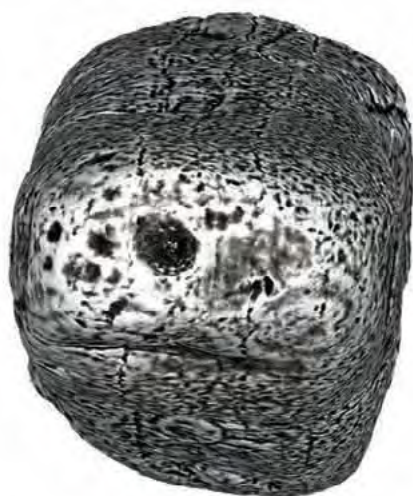


Fig. 18 – Levantamento fotográfico das quatro faces do menir de Salir já no MNA. DGPC/ADF, José Paulo Ruas.



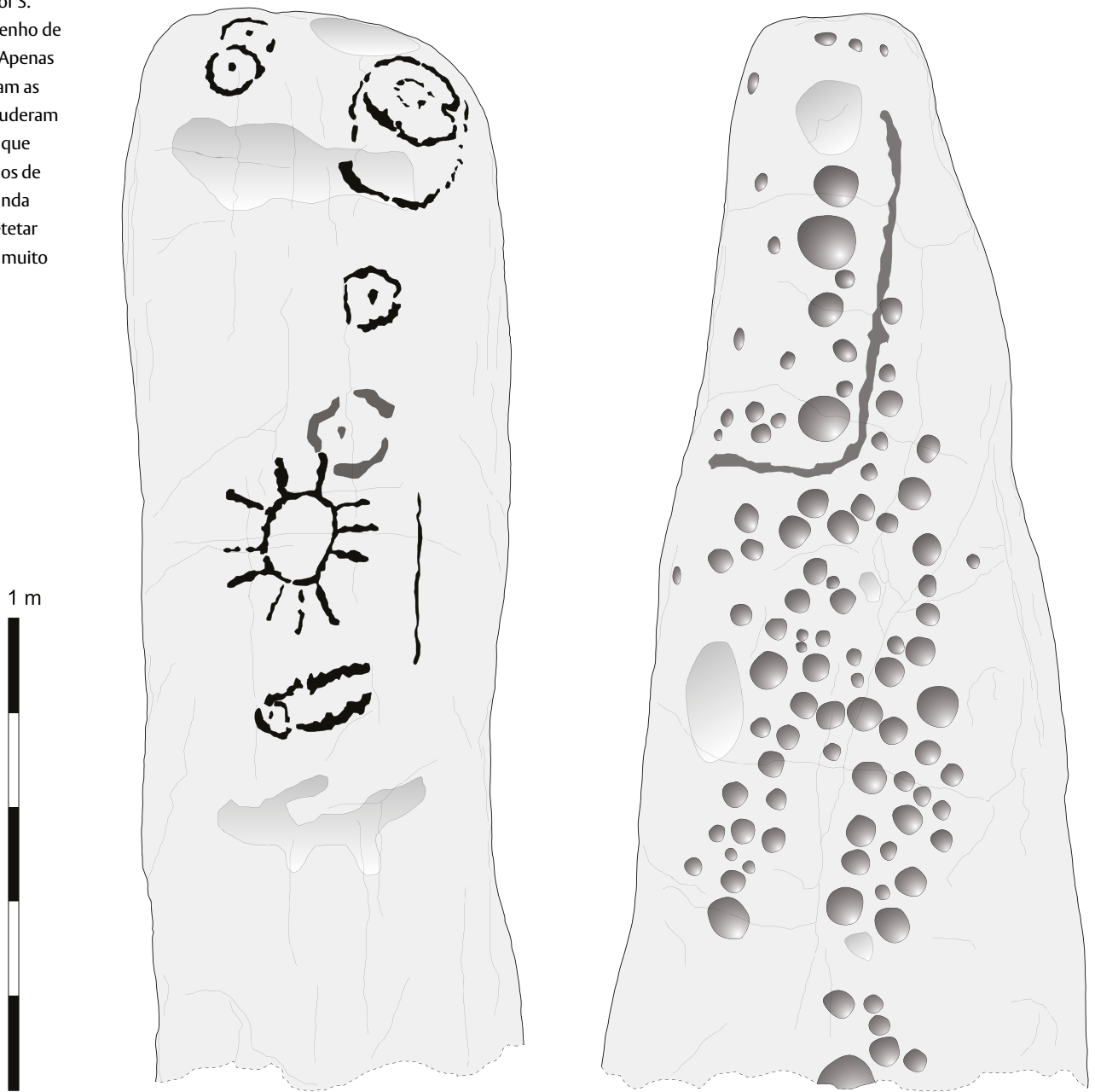


1 m



Fig. 19 – Modelo residual morfológico do menir (imagens de Hugo Pires). Em cima, Face 1 e 2. Em baixo, Faces 3 e 4.

Fig. 20 – Desenho das faces, de acordo com as fotos de Hugo Pires, as nossas e a observação direta da peça, fotografias prévias de Victor S. Gonçalves, desenho de André Pereira. Apenas se representaram as gravuras que puderam ser lidas, ainda que restos destruídos de outras sejam ainda possíveis de detetar nas superfícies muito afetadas.





4.1. RETRATO RÁPIDO DO MENIR DO SERRO DAS PEDRAS (SALIR)

Morfologia geral: fálca, ainda que globalmente prismática, de onde se falar em quatro faces. Glande mais sugerida que indicada e canal deferente profundo. Matéria-prima: rocha metamórfica, calcário/mármore.

Esta peça está muito fissurada, no sentido vertical, mas também no horizontal e na oblíqua. Muito danificada, requer trabalhos de conservação em laboratório, transporte cuidado e estabilização em área sombria. Iluminação fria, por LED, parece uma boa solução, mas não chega. O estado das gravuras não é famoso e, antes de o olhar se adaptar às circunstâncias, só eram mesmo visíveis o Sol maior e algumas das gravuras do topo direito da Face 1.

As primeiras séries de fotografias disponíveis revelavam muito pouco sobre as gravuras pelo que se recorreu à técnica do modelo residual morfológico aplicado por Hugo Pires. Apesar de várias dúvidas persistirem, as imagens sobre que trabalhamos são agora bastante mais informativas.

Altura total do menir: 1,95* m (1,65 + 0,30* m, a primeira medida é direta, da parte visível do menir. Devido a não se ter conseguido escavar integralmente o *cache-pot* em que o menir foi colocado em Salir, para uma manutenção segura na vertical, a segunda medida é uma estimativa).

Perímetro na base da glande: 0,68 m.

Perímetro na base atualmente visível: 1,98 m.

Largura da Face 1, na base atualmente visível: 0,35 m.

Largura da Face 2, na base atualmente visível: 0,64 m.

Largura da Face 3, na base atualmente visível: 0,39 m.

Largura da Face 4, na base atualmente visível: 0,58 m.

Decoração principal do corpo (fig. 21 a 24):

FACE 1:

Grande Sol com raios como figuração central. Nesta face há algumas gravuras posteriores, da Idade do Bronze final.

No topo direito do menir, dois círculos quase sobrepostos, constituindo pequenos sóis sem raios ou olhos (círculos com ponto central), diâmetros 7,67 x 7,8 cm. No topo esquerdo da peça, uma elipse ligeiramente oblíqua (18,6 x 23,4 cm) foi parcialmente sobreposta pelo que parece ser um escudo chanfrado com um ponto central (13,2 x 12,9 cm). Pouco abaixo (12 cm), sol com raios muito destruídos, com ponto central. Outro sol logo abaixo está muito mal conservado.

Há também uma área côncava, de 30 x 12 cm, com polimento largo.

A meia altura, grande sol de traçado elipsoidal ao alto, diâmetros 11 x 13,8 cm, gravado sensivelmente a meia altura do menir, com 11 raios de tamanho médio. Os raios ainda visíveis medem todos 5,22 cm.

É pena o estado de conservação da peça não permitir ver melhor a cena representada, e outras gravuras que a acompanhariam, até porque o único planeta com três sóis mais perto de nós (apenas a 320 anos-luz...) só mesmo HD 131399 Ab, na constelação do Centauro...

Outra gravura, abaixo do sol, parece representar um alfinete-fíbula incluindo o que é provavelmente a mola ou um sol sem raios anterior, mas o próprio entrosamento das imagens parece indicar a primeira hipótese. Há uma linha vertical à esquerda do sol raiado e da fíbula.

As depressões abaixo da fíbula recordam um ou dois zoomorfos na imagem de Hugo Pires, mas não é impossível que se trate de um fenómeno natural.

FACE 2:

Grande concentração de «cavinhas», de diferentes dimensões: diâmetros de 5, 7, 8, 9, 12 cm.

Enfiamento vertical de quatro grandes depressões cupuliformes, e outras mais pequenas, aparentemente enquadrado por uma meia moldura na vertical, traçada a picotado com impactos tão próximos uns dos outros que parece, à distância, uma longa incisão (25 x 45 cm).

FACE 3:

Motivo representando muito provavelmente uma grande serpente, semelhante à de Abrutiais, convergindo para um círculo (natural, devido à composição do calcário), semelhante a uma lua-cheia. Outro círculo irregular, também de origem natural, em baixo, de onde partiria a serpente. No topo esquerdo desta face, regista-se uma covinha isolada, com 7 cm de diâmetro e outras duas, mais pequenas, em cima.

FACE 4:

Na base visível atual, covinha com 6 cm de diâmetro, profunda (4 cm), possivelmente de origem muito recente, traduzindo talvez uma primeira tentativa de fixar o menir a uma base especificamente construída para ele. Registam-se outras sete cavinhas e uma área central oval, picotada (9,5 x 7 cm).

TOPO:

Na margem do canal deferente da glande, três cavinhas e um círculo com um ponto no meio.

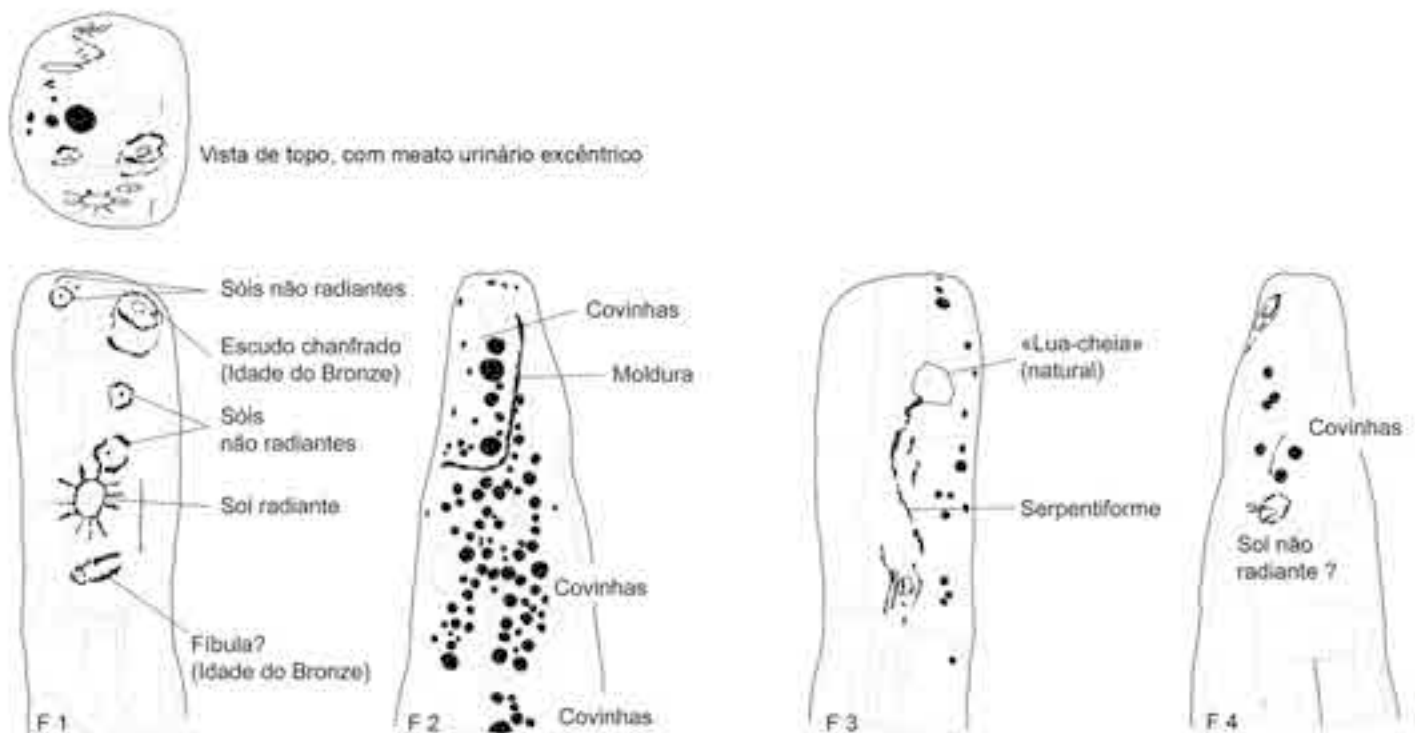


Fig. 21 – As quatro faces do menir do Serro das Pedras apresentam cada uma a sua particularidade, ainda que o desgaste das superfícies originais levante muitas questões em relação a gravações ou pseudo-gravações que optámos por não registar. Assim, a Face 1 é dominada pela presença de um grande Sol radiante. Não parece haver quaisquer dúvidas sobre os sóis não radiantes, salvo sobre

o que se encontra mesmo junto ao grande Sol. Alguns pequenos traços poderiam indicar tratar-se também de um sol radiante, anterior ao outro, com os raios parcialmente destruídos. Mas não é certo e o ponto central parece indicar um sol não radiante, de que o ponto central é um componente associado, no Alentejo e Algarve. As duas gravações atribuídas à Idade do Bronze são, naturalmente, discutíveis. Para

alguns «astrónomos» imaginativos, a «fíbula» poderia mesmo ser um cometa... Quanto ao escudo chanfrado, mesmo não correspondendo às versões mais comuns, em que o círculo chanfrado é envolvido por outro completamente curvilíneo, a única reserva reside apenas no mau estado da gravação. A Face 2 é a «Face das covinhas», distinguindo-se três grandes grupos. O de cima, delimitado

por uma moldura incompleta. O do meio, agrupando a maioria das covinhas. O da base, reunindo apenas seis. A Face 3, morfologicamente oposta à Face 1, é a «Face da Serpente e da Lua». Reúne dois círculos naturais devidos à degradação natural da rocha. Para o maior deles, a «Lua-Cheia», e partindo do menor (em baixo), temos um serpentiforme, motivo bem conhecido nos menires «algarvios», mas também nos

alentejanos. É uma face com poucas covinhas. A Face 4, se excluirmos o que eventualmente poderá ter sido um sol não radiante, apresenta apenas seis covinhas na metade superior. Na atual base, a profunda «covinha» registada nas fotografias foi eliminada neste desenho, por acreditarmos ser de origem recente, provavelmente para a exibição do menir seguro por uma estrutura metálica, no polo de Salir do Museu Municipal de Loulé.

Fig. 22 – Imagens de pormenores das gravuras. Em cima, grande Sol da Face 1. Em baixo, «Lua-cheia», degradação natural do calcário na Face 3, para onde converge o desenho do serpentiforme. Fotografia de Victor S. Gonçalves.





Fig. 23 – Imagens de pormenores das gravuras. Detalhe das covinhas da Face 2 (em cima) e de duas covinhas dentro da moldura parcial. Fotografia de Victor S. Gonçalves.



Fig. 24 – Imagens de pormenores da face 1. Fotografia de Victor S. Gonçalves.



Antes de se discutir o que é possível, talvez já uma conclusão: o menir do Serro das Pedras foi ereto em período incerto, mas os seus sóis são claramente, se não da sua primeira fase, antigos, similares, no caso dos não raiados, aos dos menires alentejanos. E o maior deles não é improvável que seja já do 3.º milénio. A existir, uma segunda grande fase de uso do menir é certamente da Idade do Bronze, período em que teria sido gravado o escudo chanfrado, o alfinete-fíbula e, se é que o são, um ou dois zoomorfos. Falta o guerreiro, a espada, a lança e outros adereços, mas figuras parciais de um todo não são desconhecidas quer nestes contextos quer noutros mais antigos...

Sobre o sol grande, os sóis pequenos, a serpente e as «covichas»:

Trata-se sem dúvida de um Sol, no caso do maior, mas teria ele sido gravado aquando da origem do monumento? Na verdade, o sol com raios curtos e médios surge também em betilos e em suportes cerâmicos do 3.º milénio a.n.e. Não parece tão antigo como o menir poderia eventualmente ser, mas cronologias absolutas para matérias não orgânicas são, para esta época e material, impossíveis. Os sóis mais pequenos não têm raios, mas círculos com um ponto no meio. Mesmo assim podem ser como tal considerados (nas placas de xisto gravadas há representações oculadas não radiantes). O mesmo acontece na estela-menir do Monte da Ribeira (Gonçalves, 1999, p. 61-69).

Após as sínteses de Almagro Gorbea (1977), Celestino Pérez (2001) e Varela Gomes (2010), as representações de escudos chanfrados, atribuíveis com segurança aos finais da Idade do Bronze, passaram a ser entendidas como uma realidade mais diversificada do que inicialmente se supusera. A representação de Salir não foge a esta regra.

Outras figuras são mais difíceis de interpretar, algumas pseudoimagens, sobre as quais é complicado fazer propostas, a tal ponto o rolamento e a fissuração do calcário/mármore as afetaram. O mesmo, ainda que em menor escala, acontece com a grande serpente da Face 3, sabendo-se como os serpentiformes (e as serpentes) aparecem com frequência nos menires. Pareceu-nos ver outras gravuras, mas o seu estado de conservação é muito deficiente, pelo que se optou por não as representar. Novas tecnologias poderão talvez processar integralmente o menir.

E as «covichas» são o quê?

Quer em afloramentos naturais (caso de Santa Margarida, em Reguengos de Monsaraz), em esteios de antas (caso dos primeiros dois do Corredor de

Olival da Pega 2, também em Reguengos), quer em menires (caso do Serro das Pedras, em Loulé) aparecem depressões cupuliformes de origem antrópica, as «covichas», *fossettes* em francês e *cup marks*, em inglês. Algumas parecem organizadas, mas a grande maioria tem uma distribuição perfeitamente aleatória. Em rigor, não sabemos para que serviam, mas na verdade há situações semelhantes em S. João de Alporão (Santarém), com os dois elefantes indo-portugueses que estavam no exterior, junto à entrada. Eram depressões inicialmente feitas com martelos, mas, em tempos recentes, os berbequins de pilhas recarregáveis substituíram-nos e os dados patrimoniais tornaram-se inaceitáveis, pelo que os dois proboscídeos foram guardados no interior.

É muito provável que, na Pré-História, se recolhesse também pó de pedra para transportar o «espírito do lugar» sagrado para ambientes domésticos. As muitas covinhas registadas no menir do Serro das Pedras podem resultar de uma situação semelhante. No entanto, há que registar ainda algumas observações:

1. A forma das covinhas, no caso das maiores, faz lembrar meias esferas de Dyson e KIC 8462852, tal como acontece, com maior probabilidade, com os círculos com um ponto no meio a que já se fez referência. Mas, para desgosto de alguns, estamos muito longe da constelação do Cisne...

2. Notável e inédito é o enquadramento, por uma moldura inacabada, da série de covinhas dispostas quase na vertical da Face 2.

3. Coloca-se assim, pela primeira vez, uma questão: a distribuição das covinhas pode não ser sempre aleatória e haver uma correlação entre a sua dimensão, a sua localização e compartimentação e um dado estatuto social do seu gravador? Nesse caso, a moldura, desconhecida em outros menires (ou não registada graficamente pelos seus investigadores...), teria um significado espacial implícito e traduziria uma situação externa à própria peça, mas transferindo para ela o próprio mundo dos desenhadores de universos.

Quando falamos de menires como marcas de territórios há ainda uma questão, não menos importante, não sobre o objeto, mas sobre o seu objetivo: que territórios necessitam marcação? Horizontal ou vertical? E como se explica a sua distribuição?

Se os menires tivessem sido concebidos como ligações específicas entre o Mundo Inferior e o Superior, estaria também resolvida a questão da arte invisível, aquela que se enterra na base de sustentação dos menires, como em Carnac, na Bretanha, ou no Monte da Ribeira,

5. A DEUSA DAS SOMBRAS E DO SOL: A EXTRAORDINÁRIA PLACA DE XISTO GRAVADA DA COLEÇÃO DO PRIOR DE SALIR

*Apaga-lhe a memória,
mas não completamente,
para que se lembre, ainda que vagamente,
do que realmente foi.*

*Crónicas de Sarnath, volume 111,
Instruções para o Grande Executor*

em Reguengos. E também a escolha de determinados motivos na parte visível.

Se os menires se referem à posse das terras, num campo evidentemente horizontal, os neolíticos não seriam os últimos a usá-los. Ou não seriam os padrões que os portugueses ergueram em África o mesmo (ou quase) que parte dos menires da Pré-História? Marcas de orientação, referência e posse? Ou as várias pedras meniriformes que alguns proprietários de montes alentejanos colocaram recentemente, à porta de acesso das herdades (década de 90 do século xx)? Ou o extraordinário menir da Caramujeira (Lagoa), hoje no Museu Nacional de Arqueologia, cujas duas metades marcavam a entrada da herdade?

Possivelmente, o significado dos menires não foi sempre o mesmo e, desde o Neolítico antigo até inícios do 3.º milénio, os sentidos foram mudando ou foram mesmo sempre diferentes. Integrados em santuários ou isolados, sendo visíveis de uns para outros, ou mutuamente invisíveis, o papel que desempenharam justificou logicamente o esforço despendido para os afeiçoar, gravar e erguer.

Os menires de Salir permanecem numa espessa bruma quanto à sua verdadeira origem: viriam mesmo do Serro das Pedras? Teriam sido sempre esteios de uma anta do Serro das Pedras ou um reaproveitamento usado na sua construção? Neste caso, sem qualquer significado ritual, como acontece com as rochas gravadas reutilizadas em povoados ou as inscrições funerárias incorporadas nas muralhas romanas? Como sabê-lo?

De entre a coleção arqueológica reunida pelo prior de Salir há referência a uma placa de xisto gravada (fig. 25 a 28). Apesar de ter estado acessível no Museu Nacional de Arqueologia e, a partir de 1995, no Museu Municipal de Loulé, nunca tinha sido descrita e muito menos estudada. Estranhamente, porque é, a vários títulos, uma peça muito interessante. Para já, porque placas de xisto gravadas há muitas (no Alentejo), mas relativamente poucas no Algarve. Tirando os núcleos importantes de Aljezur (Estácio da Veiga, 1886, 1887; Leisner e Leisner, 1959, 1965; Gonçalves, 2004, 2005) e Monte Canelas (Parreira, 2010), no extremo Sul, as placas de xisto gravadas são muito escassas e possuem gramáticas decorativas nem sempre exatamente idênticas às dos seus modelos.

Registo: Museu Nacional de Arqueologia – 1.9.73
Proveniência: Salir (?)

Largura máxima: 12,35 cm
Altura máxima: 20,38 cm
Espessura num ponto central: 1,41 cm

Cronologia: desconhecida para a primeira gravação; última gravação, ou reaproveitamento, na primeira metade do 3.º milénio a.n.e.

Proveniente da incorporação no Museu Nacional de Arqueologia, atualmente depositada no Museu Municipal de Loulé

N.º antigo do MNA: 8360, E4928

Número de depósito: Dep. A0027

A placa foi comprada por José Leite de Vasconcelos a Pedro Teixeira, irmão do seu proprietário original, o prior de Salir, com a coleção restante (sobretudo materiais islâmicos e portugueses). Em vida, o prior recusara por duas vezes vender a coleção. O registo da aquisição refere a data como 29 de junho de 1913 e a importância paga (40 000 réis).



Fig. 25 e 26 – Face e verso da placa de Salir. Fotografia de Victor S. Gonçalves.

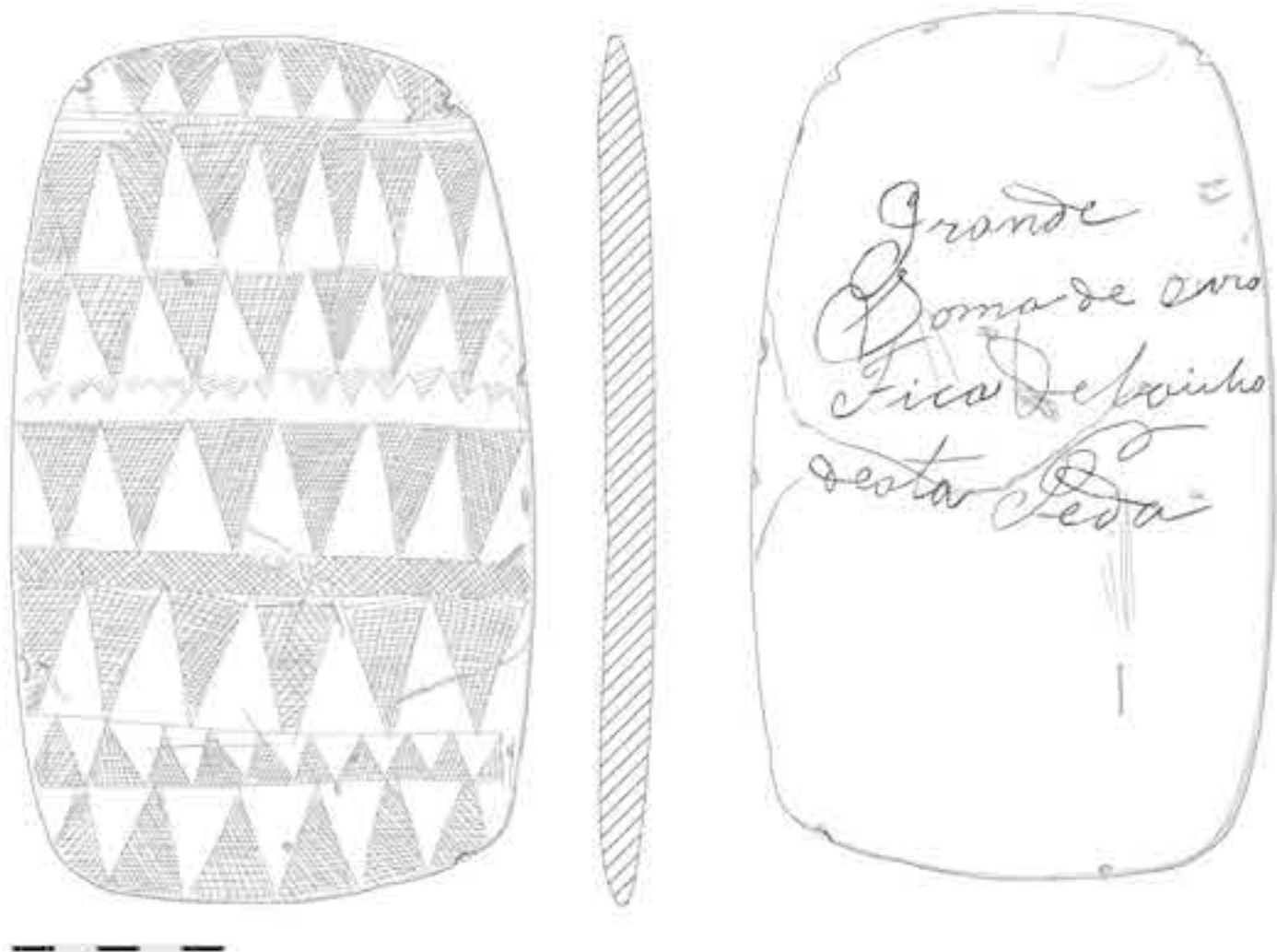


Fig. 27 e 28 – Face e verso da placa de Salir. Desenhos de André Pereira («PLACA NOSTRA»).

5.1. ANATOMIA DE UMA PLACA DE XISTO GRAVADA, O CASO DA PLACA DE SALIR

Após a exaustiva descrição da placa J.8-667 da Anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Gonçalves, 2003a, p. 178-196), sobreviveu da experiência a convicção de não ser possível fazer o mesmo em todas as outras situações, salvo nas verdadeiramente excepcionais. O que é o caso da placa de Salir, ainda que, devido ao apagamento quase integral da sua primeira gravação, seja evidentemente impossível recuperar todos os seus componentes e entender adequadamente quais foram as suas sequências de gravação.

Esta placa, com os seus quatro bordos convexos, quase poderia entrar na categoria das placas com tendências elipsoidais. Apresenta características que apontam para o eventual reaproveitamento de uma placa anterior, com uma paginação multifásica que altera em vários pontos a gravação original. Isso é particularmente visível na separação da Cabeça e da primeira banda do Corpo.

Também na disposição da terceira e quarta bandas da placa existem sinais de deficiente enquadramento da parte superior dos triângulos e de uma situação específica na base da terceira banda. Nota-se que, contrariamente à esmagadora maioria das placas conhecidas, algumas das bandas com triângulos não são definidas por traços contínuos parecendo a gravação ser quase aleatória, triângulo a triângulo, sem linhas de contenção.

A parte correspondente à Cabeça é integralmente preenchida por triângulos com o vértice para baixo, apresentando-se as extremidades perfuradas. Esta placa, de grandes dimensões, foi reaproveitada, pelo que as perfurações para suspensão, ambas periféricas e amputadas, lhe emprestam um perfil recortado que certamente não tinha na origem.

Em termos formais, a placa encontra-se organizada, no seu formato atual, em 10 Bandas, de arrumação e significado diverso:

1. A primeira (Banda 1) corresponde ao antigo espaço da Cabeça, contendo, ainda que mutiladas pelo reaproveitamento da placa, as perfurações para suspensão;
2. A Banda 2 representa o que resta da separação original entre a Cabeça e o Corpo da placa;
3. As Bandas 3, 4, 6, 8 são componentes do Corpo da placa na sua versão definitiva;
4. A Banda 5 é o que resta de um antigo Separador de Corpo de placa;
5. A Banda 7 é um Separador interno do Corpo;

6. As Bandas 9 e 10 compõem o chamado *Indicador de fim de placa*, aqui com dois componentes.

Temos assim uma gravação distribuída pelo menos por duas fases distintas. A primeira inclui as perfurações para suspensão, a Banda 2 e a 5. A segunda fase inclui a restante decoração, após novo recorte e repolimento da placa. Situação que não é incomum, mas mais rara do que se supõe (Gonçalves, Pereira e Andrade, 2003).

Sobre a primeira gravação, a de origem, muito pouco sabemos, a não ser os escassos restos sobreviventes, todos eles mais ou menos alterados. Sobre a segunda, há algumas pistas interessantes e duas questões a abrir:

1. Quando teve lugar?
2. Porque teve lugar?

Bem, parece ter sido após a chegada da primeira vaga de arqueometalurgistas do cobre andaluzes que se pode datar, segundo um de nós (VSG), em intervalos de tempo de anos de calendário, de 2900 a 2800 para o seu parâmetro mais elevado. Os mecanismos de aculturação podem explicar fenómenos «andaluzes», como o recorte dos ombros, que remete também para a figuração do Jovem Deus, uma figura mediterrânica a que alguns autores chamavam «ídolo chato» ou «almeriense». É também nesta fase, em que as figurações das placas de xisto gravadas traduzem esta aculturação do divino, que surge o uso de triângulos preenchidos com o vértice para baixo, o triângulo púbico da Deusa, também comum em suportes de osso ou cerâmica e, ainda que menos, em pedra. Relativamente raro em placas, mas comum nas cerâmicas simbólicas.

À segunda questão é mais fácil responder: tirando as placas de Aljezur e Alcalar e Monte Canelas (Portimão) ou, aparentemente, as de Santa Rita (Vila Real de Santo António), estas últimas ainda inéditas, as placas de xisto gravadas são basicamente de origem alentejana, mais propriamente do Alentejo médio, traduzindo artefactos ideotécnicos que acompanham rotas de exploração ou comércio. O reaproveitamento de placas preexistentes decorre assim com a mesma naturalidade com que os portadores de vasos campaniformes as reutilizariam, mais tarde, na última fase do uso funerário do monumento da Pedra Branca (Montum, Melides). Provavelmente, nem sabendo sequer o que elas representavam, completamente perdidos que estavam os seus contextos originais.

O Corpo desta placa integra atualmente quatro bandas com triângulos preenchidos com retícula, de vértice para baixo, um Separador reticulado em banda, outra banda idêntica às três superiores, um Separador com triângulos com o vértice para cima e uma

banda dupla em fim de placa, com triângulos maiores, também com o vértice para cima. Entre as bandas 2 e 3 do Corpo permanecem traços de uma antiga gravação da placa, sendo atualmente visíveis os vértices inferiores de triângulos preenchidos com linhas oblíquas paralelas.

Neste caso da placa de Saliir, como noutros, e de cima para baixo, uma visão simplificada resume a sua anatomia, organização e paginação da face, de acordo com os seus componentes, algumas medidas (e ainda o seu peso atual): Placa de xisto gravada de Saliir: peso atual, 696,37* g.

Bandas e Unidades de referência	Área Funcional	Fase Categoria	Motivos	N.º de Δ s	Medidas em mm
BANDA 1	Cabeça	Fase 1	TPVB	6	Altura no eixo central 19,35
BANDA 1 1, 8	Cabeça	Fase 1 Perfurações mutiladas	Perfurações troncocónicas efetuadas da face para o verso da placa	NA	Ø LDF: 4,13; Ø LDV: 2,85; Ø LEF: 2,34; Ø LEV: 1,95
BANDA 1 7	Cabeça	Fase 2 6.º triângulo da Banda 1 ou remate de fim de banda	TPVB+?	NA	
BANDA 2 1, 2	Separador antigo, parcialmente sobreposto pelos Δ s de Fase 2.	Fase 1: vestígios lineares do antigo Separador Cabeça / Corpo	Banda com três faixas horizontais vazias	NA	Alt. no lado dir.: 6,57; no esq.: 4,37
BANDA 3 1	Corpo	Fase 2	Triângulo no início de banda «erradamente» preenchido	NA	Alt. p. m.: 31,02
BANDA 3 1 a 8	Corpo	Fase 2 Banda 3, não delimitada na base	TPVB	7	
BANDA 4 1 a 7	Corpo	Fase 2 Banda 4	TPVB não delimitados em banda quer no topo quer na base	7	Alt. p. m.: 26,88
BANDA 5**	Corpo	Fase 1 Banda 5: vestígios de gravação anterior	PTPVB não delimitados em banda quer no topo quer na base	18	Alt. p. m.: 11,25
BANDA 6 1 a 6	Corpo	Fase 2	TPVB sem delimitações	6	Alt. p. m.: 32,26
BANDA 7	Corpo (Separador interno)	Fase 2 Banda 7: Separador de Corpo	BR	Única	Alt. p. m.: 9,81
BANDA 8 1 a 6	Corpo	Fase 2 Banda 8	TPVB cuja delimitação no topo é a base da B7	6	Alt. p. m.: 32,65
BANDA 9 1 a 10	Indicador duplo de fim de placa, Banda superior	Fase 2 Banda 9: Separador Corpo e base	PTVC, lado d.º 5.º Δ ultrapassa delimitação e entra em B8	10	Alt. p. m.: 12,57
BANDA 10 1 a 6	Indicador duplo de fim de placa, Banda inferior	Fase 2 Banda 10: indicadora de fim de placa	TPVC	6	Alt. p. m.: 28,39

Δs: triângulos; Ø: diâmetro; Alt.: altura; Alt. p. m: altura num ponto médio; BR: banda reticulada; LDF: lado direito da face; LDV: lado direito do verso; LEV: lado esquerdo do verso; NA: não aplicável; PTPVC: pequenos triângulos preenchidos com vértice para cima; TPVB: triângulos preenchidos com vértice para baixo; TPVC: triângulos preenchidos com vértice para cima;

* Peso atual, uma vez que o original é impossível de determinar.

** Não restam dúvidas sobre a anterioridade desta banda, uma vez que alguns dos seus pequenos triângulos

são cortados pelos triângulos da Banda 4 (ver fig. 25 e 27). Com efeito, trata-se claramente de uma espécie de Separador dentro do Corpo original da placa e não de uma Banda da segunda fase.

Nesta autópsia, a desmontagem dos componentes mais interessantes da placa, distribuídos pelas dez bandas, é ilustrada na figura 29 legendada, por referências numéricas dentro de cada Banda. Assim, B4-7 é o sétimo elemento da Banda 4, B9-3, o terceiro da Banda 9. A numeração faz-se da direita para a esquerda da placa (da esquerda para a direita do observador):

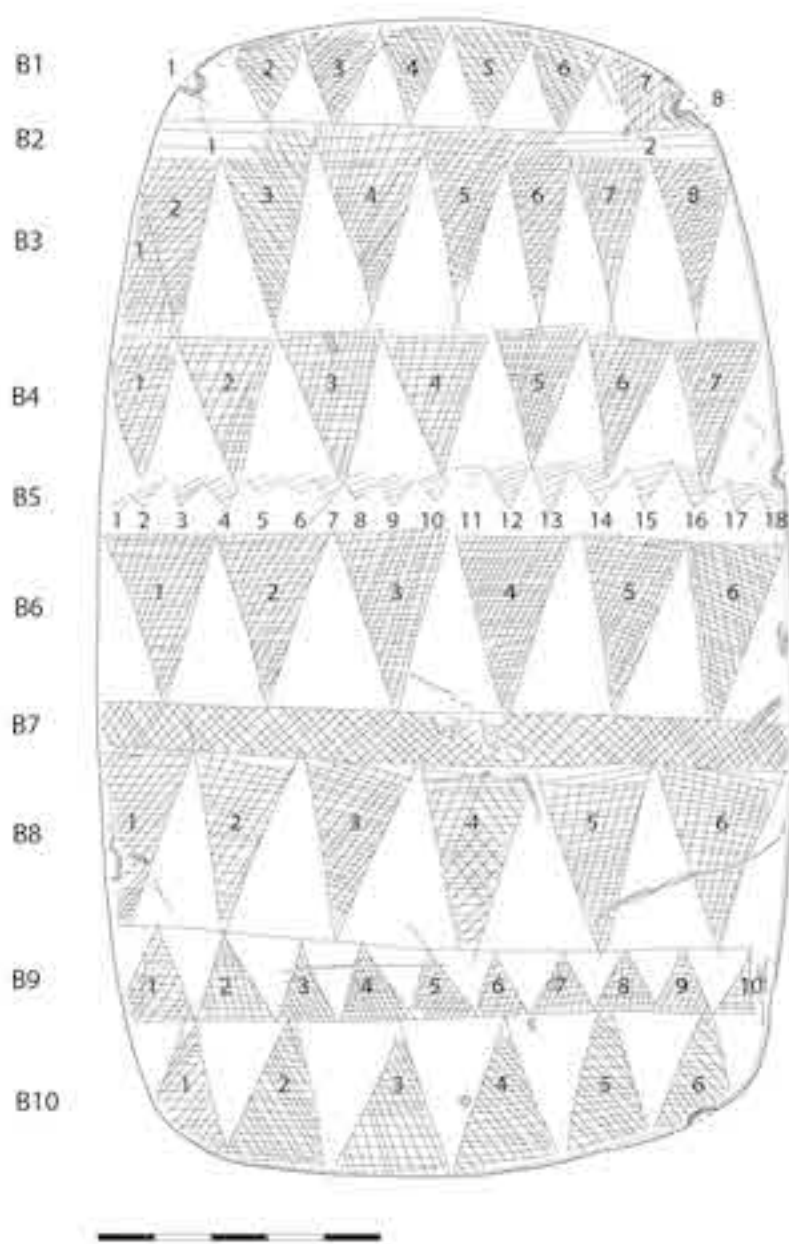


Fig. 29 – Decomposição analítica da face da placa, com os componentes assinalados. Victor S. Gonçalves.

BANDA 1:

B1-1,- 8 – Perfurações para suspensão, amputadas pela recuperação da placa (fig. 32, 1 a 4, a, b: perfuração do lado direito da placa, frente e verso; c, d, perfuração do lado esquerdo da placa, frente e verso);

B1-7 – O sétimo triângulo mais que um triângulo completo parece ser antes um remate de fim de banda, mas a destruição desta pequena área, ou o corte radical da extremidade, pode ter afetado o nosso entendimento do que ela realmente foi. (Na fig. 33, 2 vê-se um aceitável emparelhamento dos triângulos centrais).

BANDA 2:

B2-1, -2 – As duas extremidades desta banda apresentam restos do que pode ter sido o Separador Cabeça – Corpo da versão original da placa, ao que se teriam sobreposto os triângulos de segunda fase (fig. 32, 5 e 6, lado direito da placa, 1; lado esquerdo da placa, 2).

BANDA 3:

B1-1 – Completamente desnecessário, uma vez que não tem funções como remate de início de banda, indicia muito provavelmente um erro de gravador, conhecido aliás em outras placas exemplos de triângulos em que os lados são mal paginados e executados, sendo o vértice inferior ultrapassado;

B3-4, -5, -6 – Estes três triângulos têm o topo perfeitamente delimitado e adossado ao limite inferior de B2, tal como acontece aliás com 7.

BANDA 4:

B4-3, -4, -6, -7 – Além de o vértice se sobrepor aos pequenos triângulos da Banda 5, os topos dos triângulos 3, 4, 5, 6 terminam num plano acima dos dois primeiros e dos dois últimos da Banda a que pertencem.

BANDA 5:

B5 – O preenchimento destes pequenos triângulos faz-se por oblíquas paralelas e não por retícula, como nos restantes da placa ou na Banda 7. A sobreposição destes pequenos triângulos pelos maiores da segunda fase de gravação é bem visível, particularmente nos casos de B5-7, -10, -14, -16. Observe-se o estado de apagamento extremo de B5-1, -2, -11.

BANDA 7:

Nesta Banda, a retícula não é perfeita, mas quase...

BANDA 8:

B8-1 – Na placa original, seria possivelmente o primeiro triângulo da Banda, completo. Como está, parece uma simples colmatação de espaço, por má paginação, do início de Banda, o que não é o caso, considerado o repolimento dos bordos da placa.

B8-2, -3, -4, -5, -6 – Exemplos de triângulos em que a retícula foi incompletamente executada, com falhas menores ou maiores no topo.

BANDA 9:

B9-5 – Triângulo em que a mão «fugiu» ao gravador e um dos lados passou largamente para a Banda superior (fig. 34). O mesmo que em B8-2 e, ainda que em menor dimensão, em B4-4.

BANDA 10:

B10-2, -3, -4 – Os triângulos mesiais da Banda 10 são os únicos desta Banda que obedecem à linha que é o seu limite de topo. Os primeiros e os dois últimos da Banda, B10-1, -5, -6 têm os vértices ultrapassando esse limite e entrando na Banda 9.

Recuperando e organizando as pistas possíveis:

1.ª FASE DA PLACA

Muito pouco sobreviveu intacto.

Banda 1, restos da antiga Cabeça da placa, incluindo, antes de mutiladas, as perfurações para suspensão originais. Banda 2, antigo Separador Cabeça/Corpo, reformulado e parcialmente sobreposto pelos triângulos *h-k* e, totalmente, pelos *i, j* da banda.

Banda 5, antigo Separador de Corpo de placa, parcialmente apagado.

2.ª FASE DA PLACA

Após recorte e repolimento, a imagem final da face da placa é a de um contorno quase elipsoidal, com as perfurações inusáveis, pelo que poderia ter como destino acompanhar um pacote de ossos renumados (em que a suspensão ao pescoço do morto, comum nas primeiras inumações, seria impossível) e uma série de bandas com triângulos com o vértice para baixo, tal como nas placas de xisto gravadas com representações explícitas do código simbólico da Deusa calcólica. As duas bandas finais (9 e 10) compõem o indicador de fim de placa e a orientação diversa dos triângulos torna explícito o seu diferente significado – puramente ornamental, como em todos os Separadores.

De notar também que a gravura da placa, tecnicamente falando, é muito semelhante em qualquer parte dela, bem definida e incisa de uma forma firme, à exceção do alinhamento horizontal dos pequenos triângulos, que aparecem como que semiapagados. No entanto, o facto de estarem adossados uns aos outros aponta para a impossibilidade de estarem de origem incompletos. Seriam assim, na gravação original, como se disse, parte de um Separador efetivo.

No Verso da placa (terço inferior), escrito com tinta-da-china:

– Des[enhado] F[rancisco] V[alença]. Francisco Valença (1882-1962) foi, além de um notável caricaturista, um excelente desenhador do Museu Nacional de Arqueologia. Habitualmente, marcava com esta abreviatura o verso das placas de xisto gravadas que desenhava.

– Dep. A0027, n.º do depósito no Museu Municipal de Loulé.

– 1.9.73, n.º de inventário no MNA.

– Salir (?).

– 1.9.73, repetido.

No terço superior e médio do verso da placa, há uma inscrição moderna, feita com instrumento metálico afiado, dizendo:

Grande

Soma de ouro

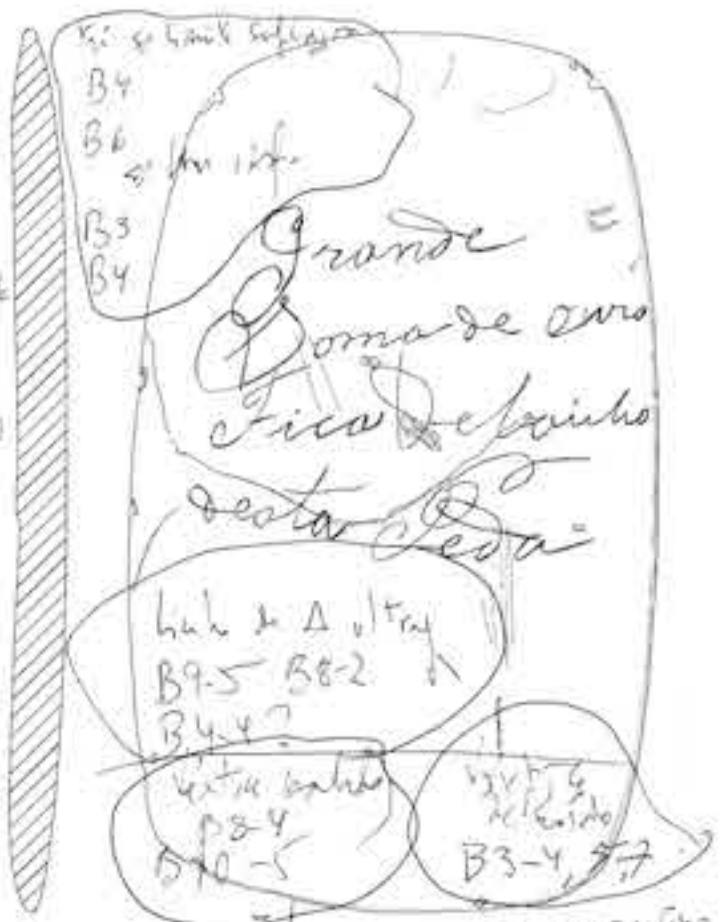
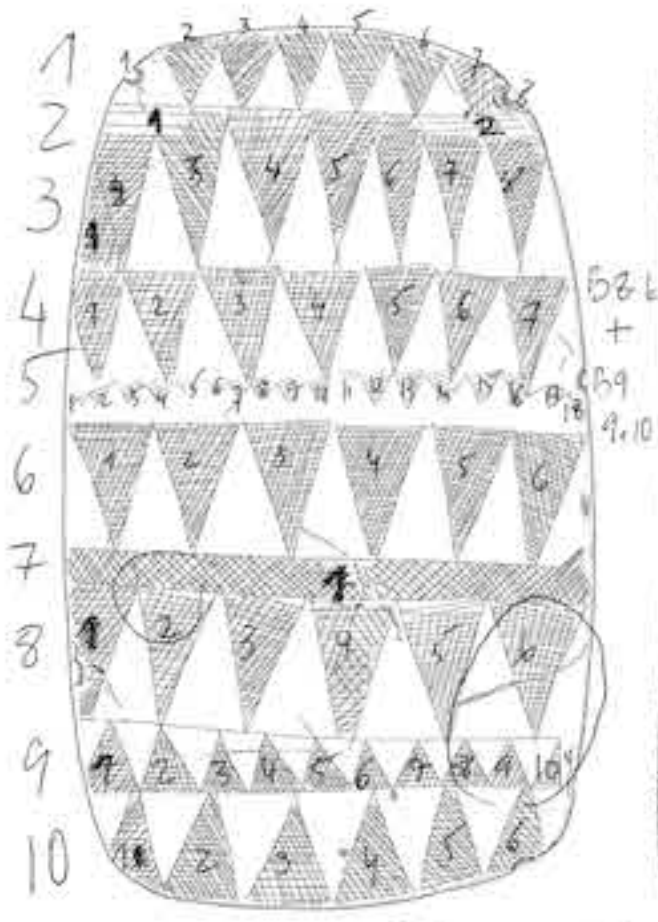
Fica Debaicho

Desta Ped[r]a

A letra desta inscrição, razoavelmente desenhada e paginada, parece indicar alguém letrado (provavelmente escrevendo em fins do século XIX, quem sabe se o achador ou se o próprio prior de Salir?).

A referência a ouro por encontrar, os míticos «tesouros escondidos», é generalizável a todo o território hoje português, assumindo várias formas, desde o «bezerro de ouro» até à simples alusão ao valioso metal. Desde a tomada de Ceuta, e pelos violentos impostos a que os camponeses estavam sujeitos, que há um movimento de assalto às antas no Centro e Sul de Portugal. Com resultados desastrosos para os autores, aliás, uma vez que várias vezes se detetaram ceitis nas Câmaras ou Corretores dos monumentos, perdidos durante as violações. Outro momento de assaltos deste tipo de monumentos decorre após a segunda grande guerra, e também nessa altura caíram moedas do bolso dos violadores. Por exemplo, uma cunhada em 1946, na Anta 1 da Herdade do Xarez (Gonçalves, 2013, p. 22). Tal como um ceitel, na Anta 1 da Brita. Também os populares guardaram, por vezes, em casa, alguns artefactos pré-históricos saqueados, como na Mealha, no caso da Anta das Pedras Altas (contas de pedra verde).

O que é particularmente importante nesta placa de Salir, além das suas grandes dimensões atuais, e por força de razões, das suas dimensões de origem, reside na orientação dos triângulos preenchidos, nas Bandas. Com efeito, tudo indica que a simbologia original das placas é reforçada no 3.º milénio, quando se usam componentes especificamente antropomórficos anteriormente desconhecidos ou usados de forma tão abstratizada que só eram conhecidos de iniciados, como é o caso do «colar da Deusa», com ou sem o seu elemento central, ou mesmo o triângulo púbico.



reticulatum new shell base B3-7, 4, 5, 6 B4-5 B2 2, 3, 4, 5, 6 Topo
 B3-1 Topo Topo B10-1, 2, 3, 4, 5, 6 B8 Salir (Loulé) Dep. A0027 1.8.73

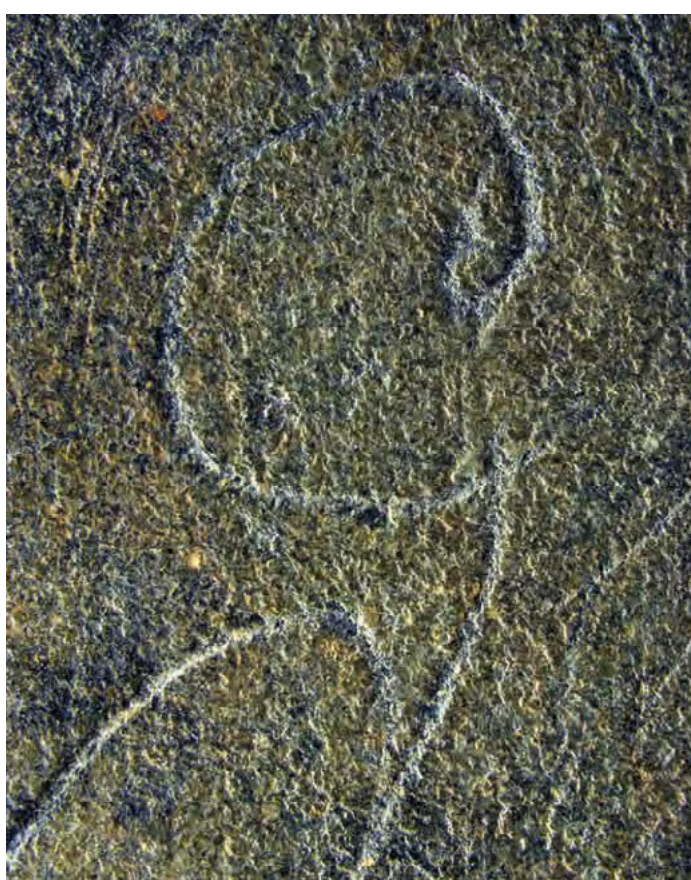




Fig. 30 – Preparação do levantamento da placa para descrição (em cima). Em baixo, macrofotografias da inscrição moderna no verso da placa.

Fig. 31 – Fotografia da face da placa. Imagem invertida. Victor S. Gonçalves.

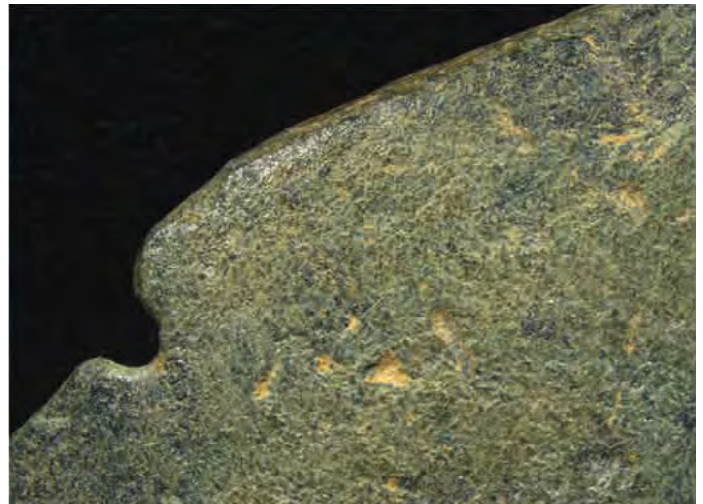
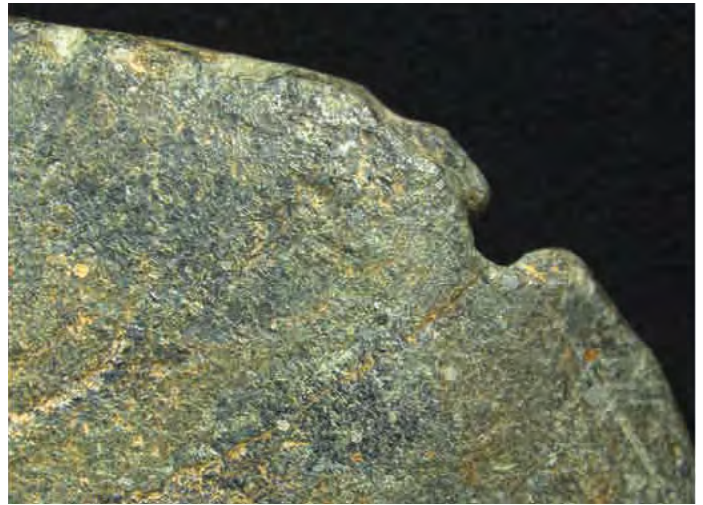




Fig. 32 – Detalhe da perfuração direita, face e verso (1, 2), detalhe da perfuração esquerda, face e verso (3, 4), detalhes da Banda 2 (5, 6). As Bandas 2 e 5 são os dois sobreviventes da gravura original da placa, então funcionando como Separador Cabeça – Corpo e Separador dentro do Corpo. Fotografia de Victor S. Gonçalves.

Fig. 33 – 1 – Banda 2, componentes 1 e 2, ambos preenchidos por reticulado, sendo o primeiro um erro por mau planeamento do gravador. 2 – Banda 3, componentes 4 e 5, com erro no desenho do triângulo, cujo vértice inferior ficou mal desenhado. Ver também em B3-4, a irregularidade do reticulado na parte superior.

3 e 4 – Bandas 4, 5 e 6, n.º 3 e 4 da figura: triângulos da Banda 4 sobrepondo-se aos da Banda 5, que lhes são manifestamente anteriores, e ausência de esquadria no topo das Bandas, contra todas as normas das placas de xisto gravadas. Fotografias de Victor S. Gonçalves.



Fig. 34 – Banda 8-4, com vértice de triângulo a cortar a Banda 9 e Banda 9-5, com o lado direito do triângulo a ultrapassar a Banda 2. Banda 8-2, com o mesmo erro no lado esquerdo. 3: o mesmo, na Banda 4-4, também com delimitação incompleta da Banda, originando topos de triângulo descertados. Fotografia de Victor S. Gonçalves.



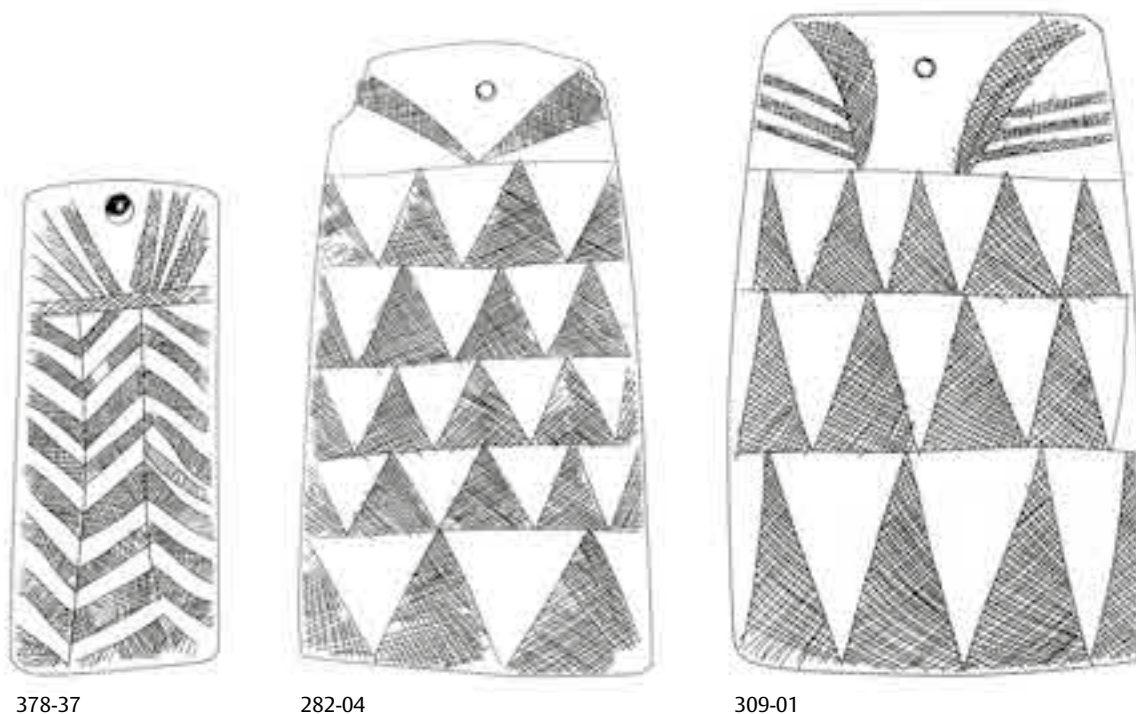


Fig. 35 – Placas mal executadas do hipogeu de Monte Canelas. Da esquerda para a direita: na 378-37, nota-se o erro de gravação na 3.ª coluna e a irregularidade do traçado das linhas-guia; na 282-04, as «Orelhas de Coelho» têm formatos diferentes; na 309-01, a desproporção das faixas laterais da Cabeça e as «Orelhas de Coelho», a esquerda corrigida (Parreira, 2010, p. 407, 415, 408, respetivamente). 1:2.

Qual é assim o balanço geral e a diagnose da autópsia? Duas fases de formação na construção da placa são garantidas. A má qualidade do artesão que a gravou é mais difícil de explicar: estaria copiando outra placa? Teria pouca prática?

Num território em que as placas não abundam, é talvez a melhor explicação... Mas não está só, o pouco dotado artesão: no caso de Monte Canelas (Portimão), a gravação inábil domina, até mesmo nas placas com «Orelhas de Coelho», em princípio tão fáceis de desenhar e gravar (Placa 282-94, Parreira, 2010, fig. 12, p. 415, também a Placa 309-01, Id., *ibid.*, fig. 6, p. 408)... (fig. 35)

Bem, onde há placas de xisto gravadas há antas (ou *tholoi* ou grutas...). E onde elas estão, tirando o Serro das Pedras, se é que uma anta foi?

Tanto a Anta da Cerca da Francisquinha como o monumento da Cumeada estão em plena Serra, numa área de influência do Baixo Alentejo. Não é impossível que haja outras, uma vez que as condições de acesso impediram ou dificultaram, em fins dos anos 70, a continuação das prospeções. Mas o reaproveitamento da placa original pode ter tido como objeto um *tholos*, monumento funerário de falsa cúpula de que se conhece um exemplar não longe do Ameixial.

Em Loulé, e no terreno, há muito por fazer. E, talvez, mais placas por recolher.

6. OS OLHOS DE SOL DA DEUSA: OS BETILOS TIPO MONCARAPACHO DE FONTE BENÉMOLA, DE SALIR E DA LEZÍRIA

*Olhos de Sol ou Olhos de Fogo?
Pequena dúvida existencial*

Em termos genéricos, o betilo de Fonte Benémola (Querença) (fig. 36 a 38) pode ser incluído no grupo dos betilos (ou ídolos cilíndricos) tipo Moncarapacho, em que foi englobada uma peça também achada avulsa em Salir (Coleção Aschemann Palhinha) (fig. 39). Entre ambas, há grandes semelhanças, particularmente no traçado dos Olhos solares e mesmo nas «pinturas» ou «tatuagens» faciais. O mesmo se pode dizer do artefacto recolhido na Lezíria, Castro Marim (fig. 39) (para ambos, Gonçalves, 1978), ainda que este não apresente uma forma troncocónica alongada, mas a morfologia de uma pequena estela menir.

De um modo geral, estas figuras reúnem os componentes de uma das variantes da representação da Deusa, na sua versão plástica de meados do 3.º milénio, cujas variantes regionais não ocultam a unidade estrutural do conjunto.

Com o n.º de inventário 8359 do Museu de Faro, o pequeno betilo de Fonte Benémola merece descrição e comentário.

Fig. 36 – Betilo de Fonte Benémola (Loulé). Fotografia de Victor S. Gonçalves.

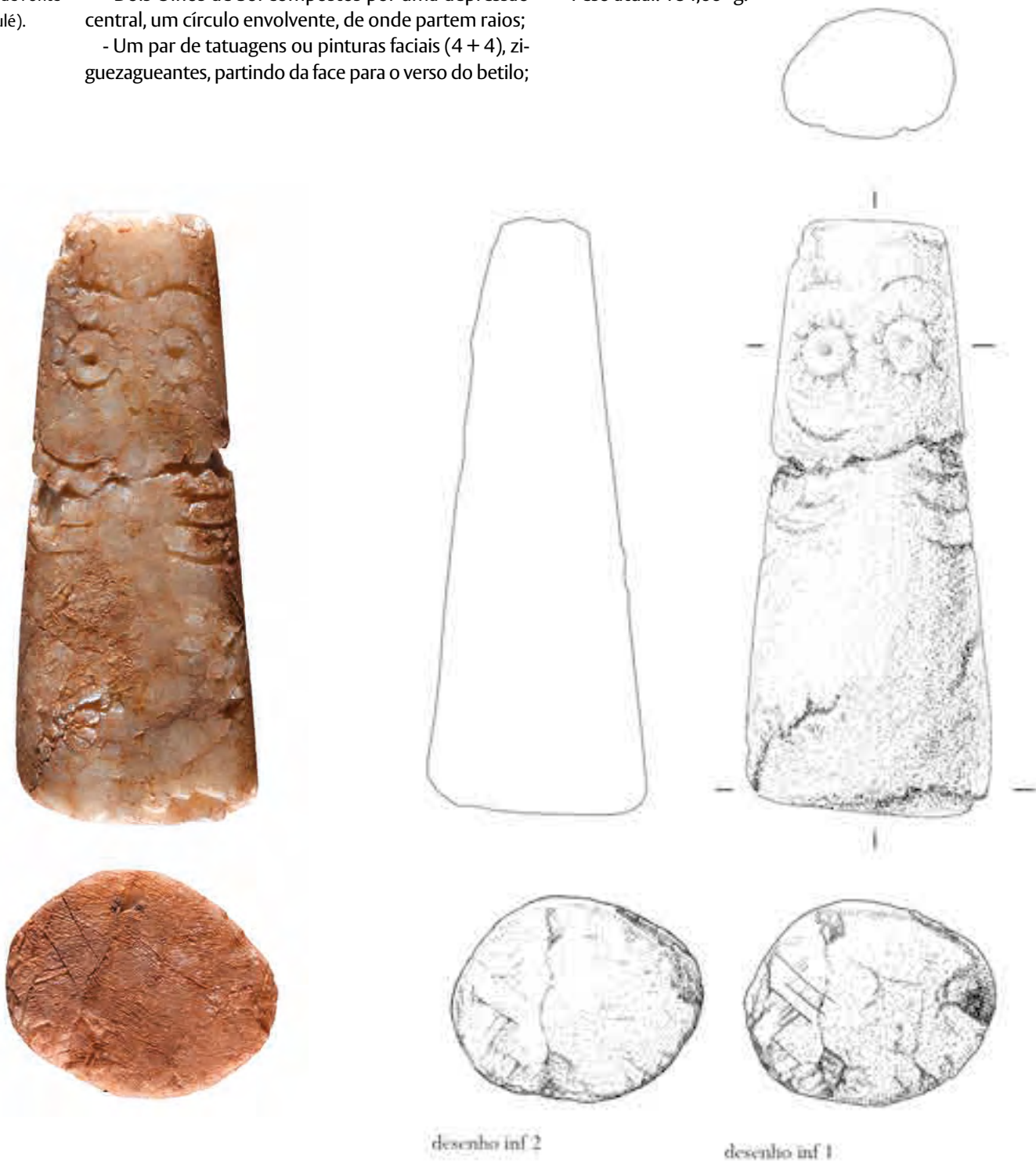
Fig. 37 – Betilo de Fonte Benémola (Loulé). Planificação.

Em termos morfológicos, é um volume troncocónico achado, o que produz base e topo elipsoidais. Esculpido não em calcário, mas sobre calcite, à semelhança do exemplar da Parede (Gonçalves, 1995, 2003). Em termos da simbólica, reúne:

- Duas sobranceiras radiantes;
- Dois Olhos de Sol compostos por uma depressão central, um círculo envolvente, de onde partem raios;
- Um par de tatuagens ou pinturas faciais (4 + 4), zigzagueantes, partindo da face para o verso do betilo;

- Na base do betilo existe, muito apagada, uma pequena banda incompleta, o que parece ser, até agora, caso único neste tipo de artefactos.

Altura num eixo central: 3,35 cm
 Base, Ø > 4,06 cm Ø < 3,35 cm
 Topo, Ø > 2,37 cm Ø < 1,48 cm
 Peso atual: 184,66* g.

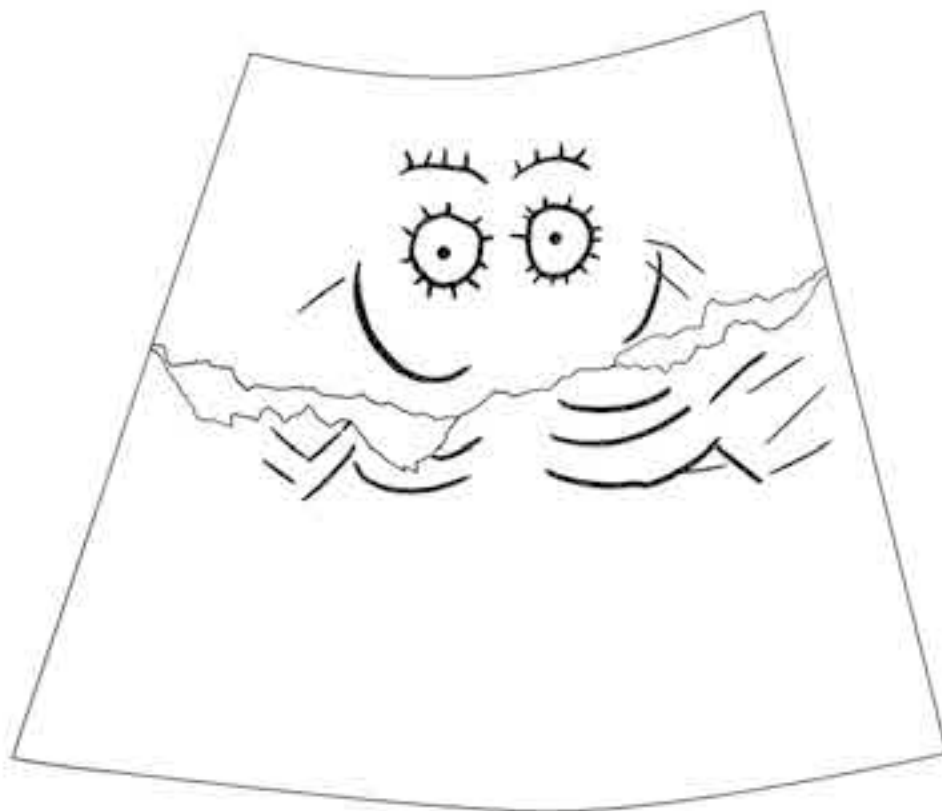


* As reservas quanto ao peso, expressas pelo asterisco, residem no facto de a fratura qua a peça apresenta registar alguma perda de massa, o que, associado à cola, impede a determinação rigorosa do seu peso original.

Os AVC (artefactos votivos de calcário) estão concentrados nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal e no Extremo Sul peninsular, *lato sensu*, desde os betilos isolados aos pequenos santuários (Gonçalves, 2003, 2008). No Algarve e Alentejo são conhecidos em necrópoles e povoados e também por achados dispersos (eventualmente, monumentos destruídos, mas não necessariamente). Entre os achados de peças soltas, sublinha-se o exemplar da Lezíria, Castro Marim (Gonçalves, 1978), e a concentração de Pera (Cardoso, 2012). Na Andaluzia,

a extraordinária situação de Seminario (Vera, 2010) ou Montelirio (Flores et al., 2016) evidenciam as características coletivas destas deposições fúnebres, ou a encenação do sagrado na Gruta do Correio-Mor (Gonçalves, 2008), ainda que os achados ditos isolados também possam representar, eventualmente, santuários portáteis.

Uma cronologia rigorosa é difícil de conciliar, uma vez que sendo certo tratar-se de peças de um complexo mágico-religioso do 3.º milénio a.n.e. (Gonçalves, 2008), a verdade é que os Olhos de Sol incisos sobre cerâmica apontam preferencialmente meados do milénio. Mas as impressionantes datações do *tholos* de Montelirio reforçam a necessária flexibilidade das cronologias, mesmo quando absolutas, e um segundo quartel do 3.º milénio que tem de ser melhor entendido.



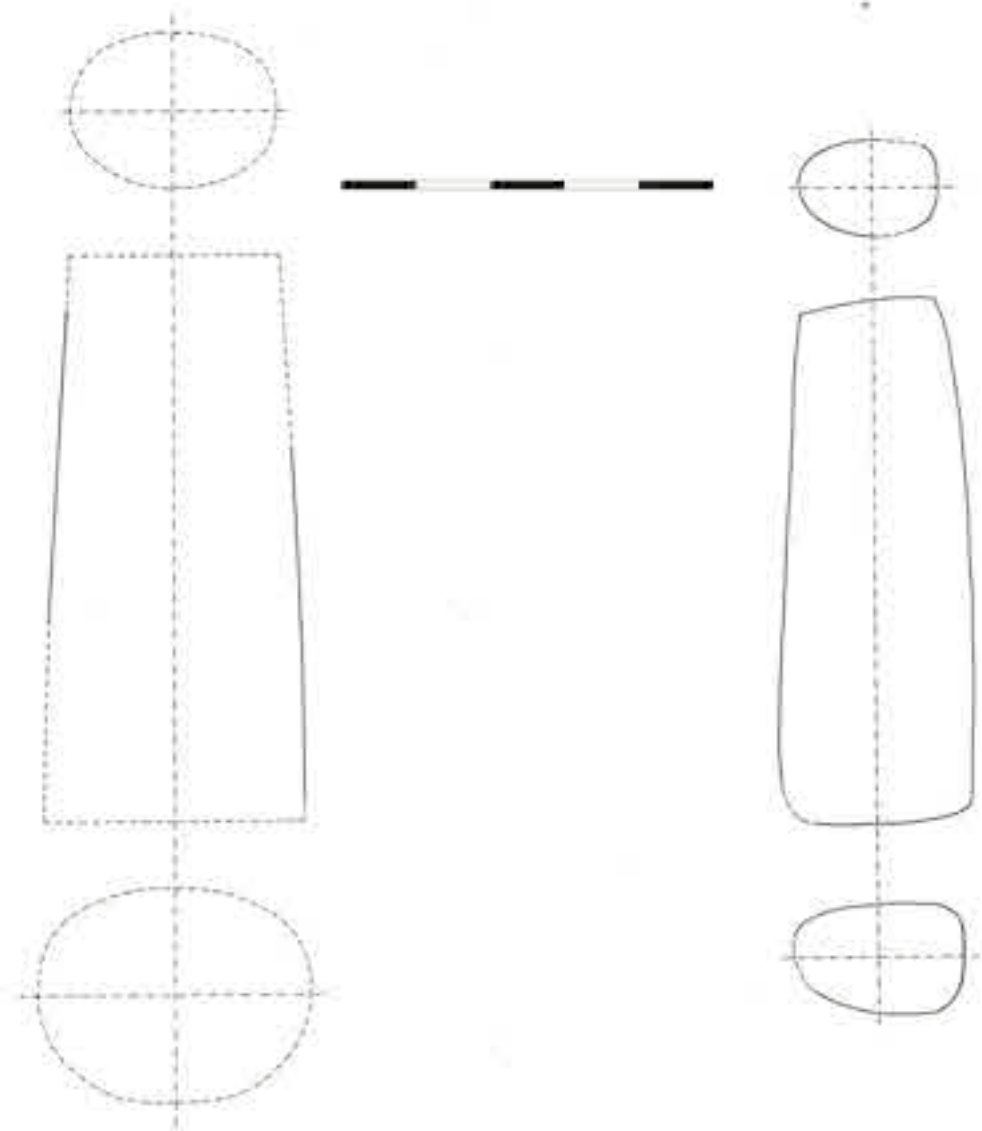
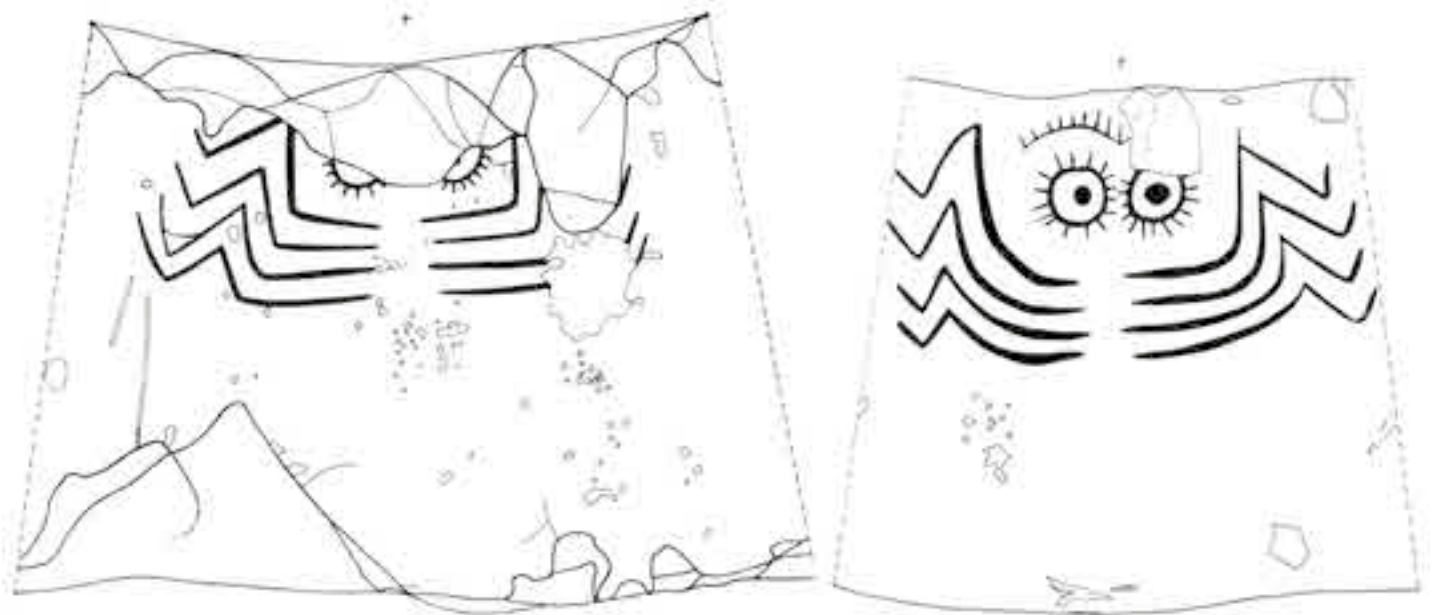


Fig. 38 – À esquerda, Beto de Salir da coleção Aschemann Palhinha (Gonçalves, 1978). À direita, Beto da Lezíria de Castro Marim, localização atualmente desconhecida (Gonçalves, 1978).

7. O CERRO DO CASTELO DE CORTE JOÃO MARQUES, UM NINHO DE ARQUEOMETALURGISTAS DO COBRE

*Devagar subiam a Serra
Com olhos agudos e arcos tensos
Procuravam pedras com laivos brilhantes
Que o fogo transformaria
Em fulvo metal (...)*

Caderno de Campo, 1978-79

7.1. O SÍTIO E A SUA HISTÓRIA

Em 1978, decorriam trabalhos na Anta das Pedras Altas (Mealha) quando um pastor errante falou a um de nós (VSG) de um sítio antigo, o Cerro do Castelo, em Corte João Marques (fig. 39 e 40), onde, à superfície, se encontravam bocados pequenos «de tijolos». O topónimo era claro e a primeira visita mostrou tratar-se mesmo de um povoado, inédito, do 3.º milénio. Os trabalhos efetuados evidenciaram uma área, na encosta sul de um cerro muito destacado na paisagem e de acesso difícil,

plena de vestígios de arqueometalurgia do cobre. As escavações foram concluídas no ano seguinte e suspensas, por falta de financiamento.

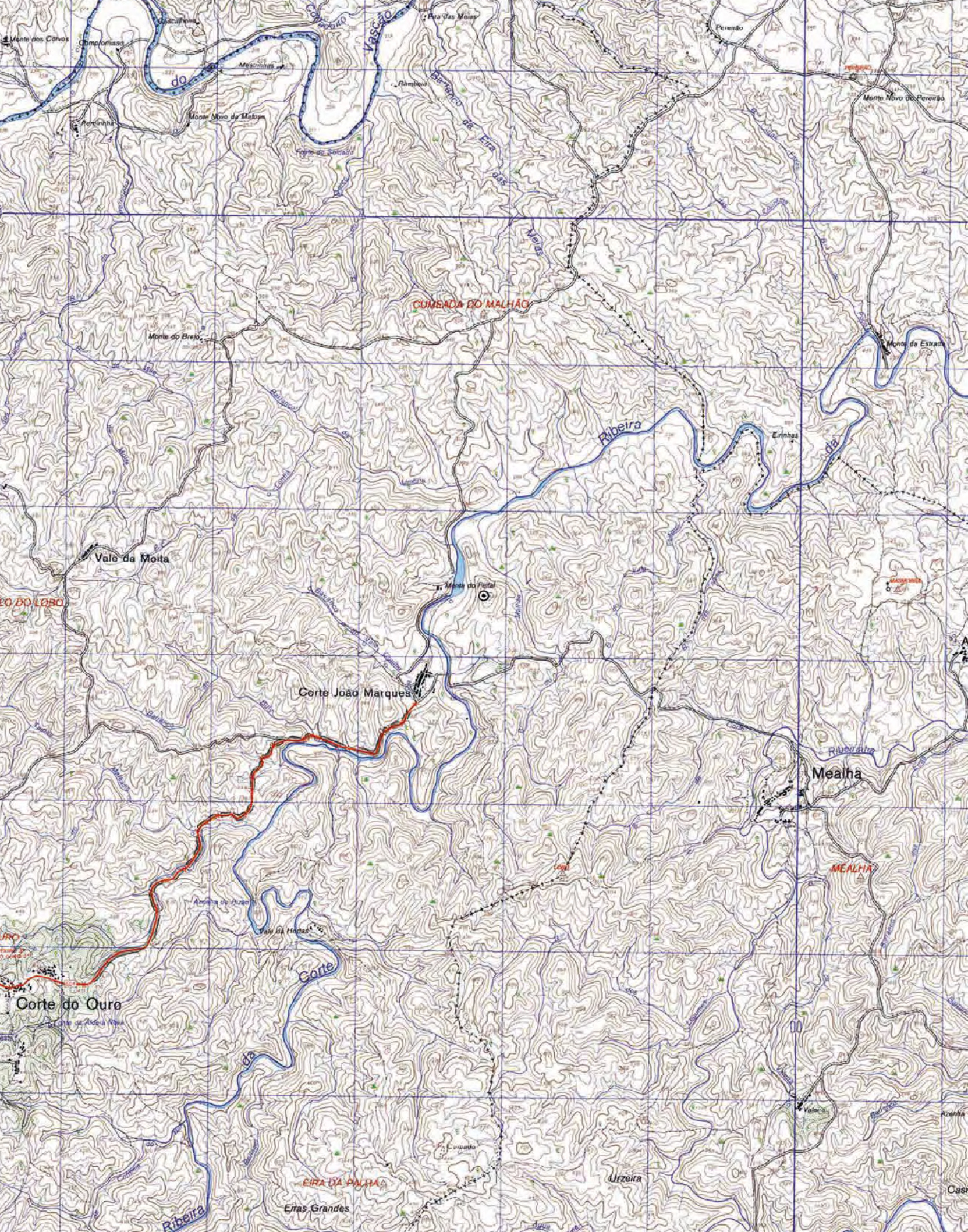
A primeira observação de se tratar de um sítio de povoamento antigo decorreu de alguns poucos fragmentos de cadinhos e escórias provenientes de remeximentos superficiais de terras, misturados com barro de cabanas, apesar de não haver traços e apenas vagas memórias de trabalhos agrícolas recentes. Conversas com habitantes de Corte João Marques confirmaram posteriormente que os únicos cultivos de que se lembravam tinham sido efetuados há muito tempo, exclusivamente na encosta norte, onde, por ser a mais «umbrosa», se tinham plantado favas. O acesso, muito difícil, ao cimo do cerro fazia que ele fosse frequentado exclusivamente por pastores e seus rebanhos de ovelhas.

Para as sondagens foram escolhidas três áreas: o topo do cerro (quadrícula 2 x 2 m), a encosta norte (quadrícula 4 x 4 m) e a encosta nordeste (quadrícula 2 x 2 m). Foram assim escavados 528 m².

Os trabalhos evidenciaram, na encosta norte, muito escassos materiais arqueológicos e, no topo do cerro, uma reduzida espessura de terras e também poucos materiais. A encosta nordeste estava plena de informação, com um forno de cobre, artefactos relacionados



Fig. 39 – O Cerro do Castelo de Corte João Marques em setembro de 2016. Fotografia de Ana Catarina Sousa.



com a arqueometalurgia (ganga, pingos de fundição, cadinhos, machado, enxó, lâminas e furadores de cobre). Sobre estes planos havia ainda solos de abandono e alguma cerâmica simbólica.

A segunda campanha teve lugar em 1979 e foi uma curta intervenção, confirmando dados anteriormente obtidos.

7.2. A PEDRA LASCADA NO CERRO DO CASTELO DE CORTE JOÃO MARQUES

A escassez do conjunto de materiais de pedra lascada recolhido em Corte João Marques (22 registos) encontra paralelos em outros povoados calcolíticos, tais como Areias 15, Sala n.º 1, Moreiros 2... E, tal como aí, é difícil de explicar.

Comparativamente, o conjunto recolhido em Santa Justa é bastante mais numeroso, num total de 139 registos. Aparentemente, o talhe não foi efetuado *in situ*, verificando-se também que existem diversas matérias-primas para os diferentes tipos artefactuais.

No que se refere aos suportes alongados, verifica-se a utilização dominante do *chert*. A maior parte dos exemplares foi talhada através de percussão indireta, embora alguns exemplares mais robustos possam ter sido talhados através de pressão. As nove lâminas foram usadas com suporte de utensilagem, quatro das quais sem retoque, duas com retoque marginal de uso indeterminado, duas possivelmente usadas como foices (uma delas com lustre de cereal) e um furador sobre lâmina. Apesar das dimensões reduzidas do conjunto, verifica-se a presença do leque de utensilagem comum nos contextos domésticos do 3.º milénio a.n.e. Deve também destacar-se a presença de sinais de combustão. Em Cabezo Juré, foi proposta uma utilização secundária das lâminas como «pinças» para auxiliar a manusear os cadinhos, o que não nos parece fazer sentido.

As seis pontas de seta, três de base côncava, três de base reta, recolhidas em Corte João Marques foram exclusivamente talhadas em xisto, incluindo xisto jaspoide (cat. 36). Contrariamente a outros contextos domésticos, não existe qualquer evidência de talhe *in situ*. O talhe de pontas de seta corresponde à única cadeia operatória que surge habitualmente em contextos de povoado, com a cadeia operatória completa. Esta situação surge quer na debitage do sílex, como nos povoados fortificados do Penedo do Lexim (Sousa, 2010) e Outeiro de São Mamede (Jordão, 2010), na

Estremadura, quer em talhe do xisto, como no Cabeço do Pé da Erra (Gonçalves e Sousa, no prelo) ou em Cabezo Juré (Nocete et al., 2004).

Apesar de o conjunto de Corte João Marques ser muito pequeno, verifica-se que praticamente cada uma das seis pontas de seta apresenta tipos e dimensões distintas. Comparativamente com Santa Justa, verifica-se uma grande semelhança morfológica, ainda que neste povoado fortificado o contingente seja muito superior, ascendendo a 84 exemplares.

A publicação completa dos conjuntos de pontas de seta do Alto Algarve Oriental tem sido recorrentemente usada para estudos comparativos, nomeadamente no caso dos Perdigões (Carvalho, F. In Lago et al., 1998).

7.3. OS «PESOS DE PESCA»

A presença de seixos talhados para obtenção de lascas ou como núcleos-utensílios prolonga-se por uma larga diacronia. Entre esta indústria macrolítica destacam-se os pesos de pesca (fig. 43). Trata-se de seixos achatados (grauvaque ou quartzito, com rolado de ribeira), com dois pequenos entalhes laterais obtidos por percussão perpendicular ao eixo maior da peça e destinados a fixar a corda de suspensão. Estes artefactos estão presentes em vários contextos junto ao Guadiana, tais como Xarez 12 (Gonçalves et al., 2013), Sala n.º 1 (Gonçalves, 1987) e Porto das Carretas (Soares, 2013). É particularmente interessante o conjunto de 25 pesos de rede sobrepostos identificados em Porto das Carretas no interior da Torre M13, que permitiram a Joaquina Soares propor um modelo de funcionamento: «Estes artefactos, por analogia com o registo etnográfico, destinavam-se a manter a rede em posição vertical, equilibrada por flutuadores, muito provavelmente de cortiça. (...) A provável rede da Torre M13 teria um comprimento de 40/50 m.» (Soares, 2013, p. 194).

Outro artefacto do quotidiano, em pedra afeiçoada ou lascada, são as *Tampas de xisto* (fig. 44). Com diâmetros diferenciados, são artefactos produzidos a partir de um espesso bloco de xisto laminar, desbastado com golpes abruptos. Abundantes em Santa Justa, foram interpretados como tampas de recipientes cerâmicos. A ausência de paralelos para estes artefactos em contextos calcolíticos poderá estar relacionada com lacunas na recolha e publicação da pedra afeiçoada, usualmente negligenciada em escavações (Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 145; vol. 2, p. 17).

Fig. 40 – Localização do Cerro do Castelo de Corte João Marques no «Mar» do Alto Algarve, como dizia Orlando Ribeiro. CMP 581.

Fig. 41 – Pedra polida.
Na fila de cima: Encosta
W, M.7-s/n, M.7 -s/n e
M.7-12. Na fila de baixo:
L.11-153, L.8-43, N.7-2.
Gonçalves 1989, vol. 2,
est. 3 e 4. Desenho
de Pedro Saraiva.

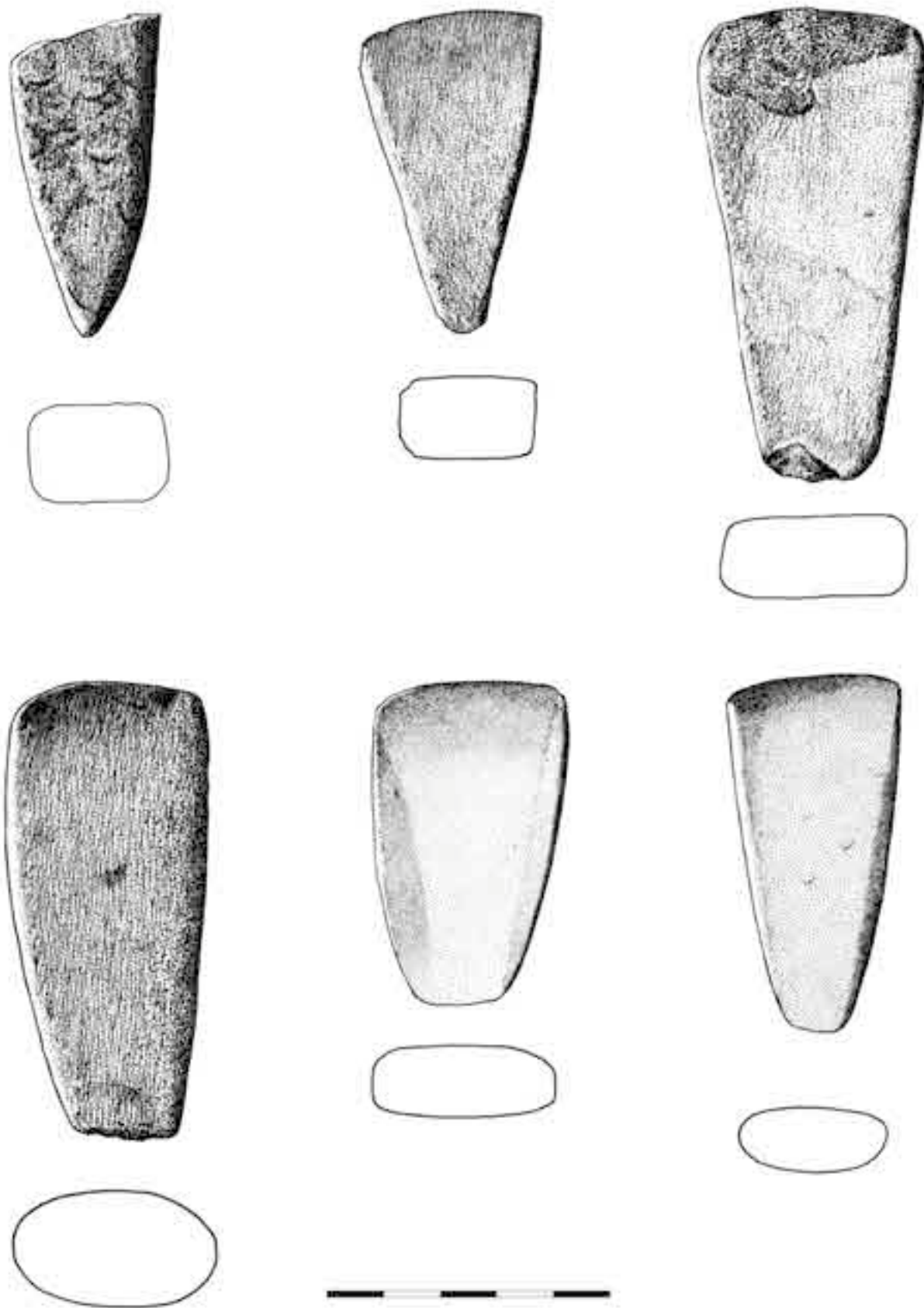
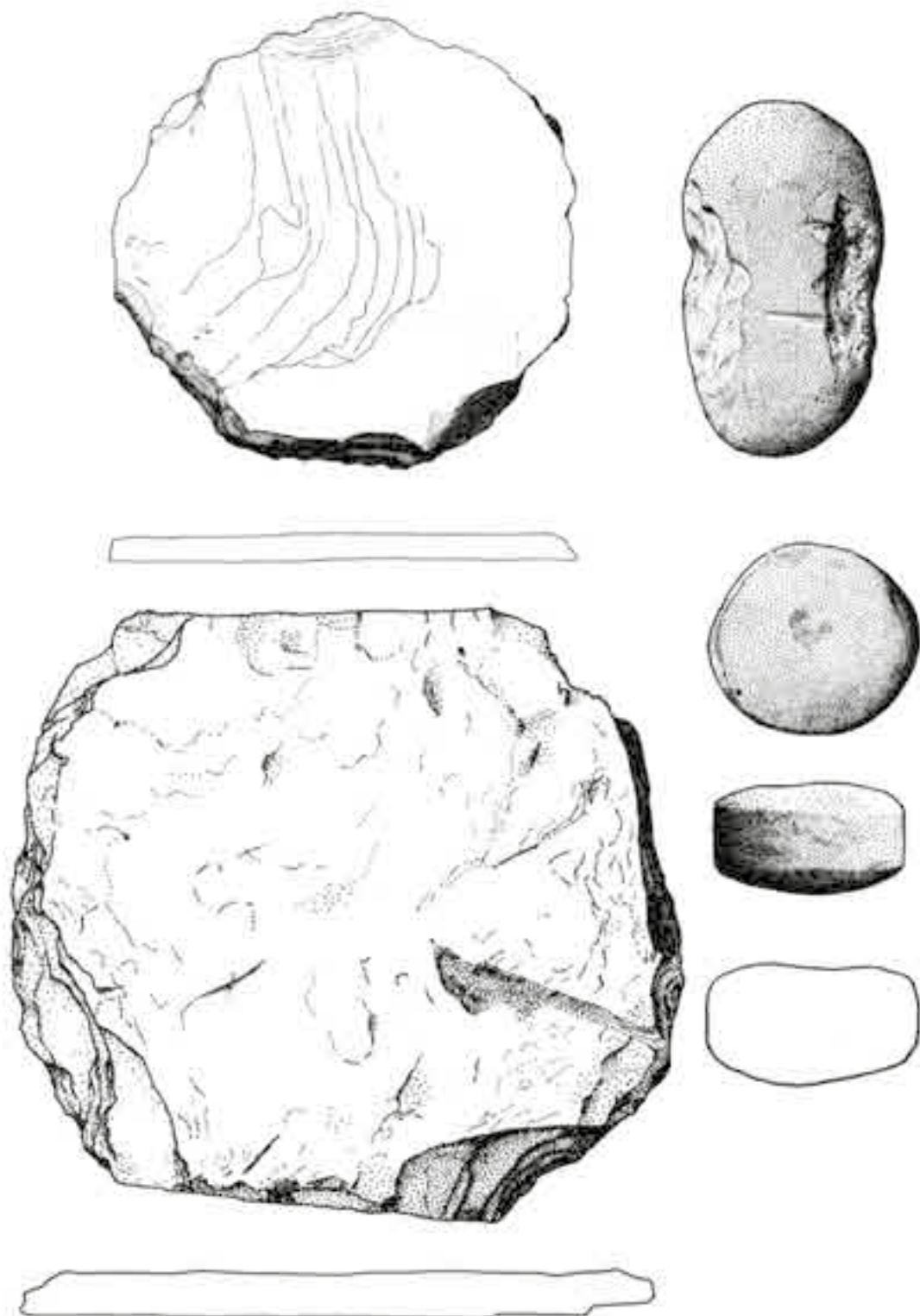


Fig. 42 – Pedra afeiçoada: coluna da esquerda, tampas de xisto para recipientes culinários (M.6-32 e M.7-14); coluna da direita, peso de pesca D.9-s/n, percutor queijiforme E-277. Gonçalves 1989, vol. 2, Est. 6 e 7. Desenho de Pedro Saraiva.



7.4. TRAÇOS DA VIDA ECONÓMICA: O CASO DOS MOINHOS DE MÃO



Fig. 43 – Reconstituição de moagem manual. A partir de imagens do antigo Egipto e de registos etnográficos. Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 131. Desenho de Pedro Saraiva.

Nos povoados do Alto Algarve Oriental, Corte João Marques e Cerro do Castelo de Santa Justa, a frequência e dimensão dos artefactos de pedra afeiçoada associáveis à moagem é verdadeiramente excepcional no panorama dos povoados do 3.º milénio da Península Ibérica.

Basicamente, um moinho de mão é constituído por uma parte que assenta na terra (o dormente) e outra, de dimensões variáveis (o movente), que esmaga o cereal colocado na primeira. Só no último quartel do século xx foram objeto de estudo sistemático (Gonçalves, 1989).

O desvio dos números entre os conjuntos exumados no Alto Algarve Oriental e outras regiões pode ser explicado pela pouca atenção dada pelos arqueólogos tradicionalistas, e, naturalmente, por muitos ditos «pós-modernos», a estes artefactos de uso quotidiano, de grandes dimensões, difícil transporte e armazenamento complicado.

É, contudo, inegável a desproporção existente, mesmo considerando escavações recentes, com critérios de recolha mais finos.

Em Corte João Marques, foram recolhidos em 1978 e 1979 um total de 76 dormentes e 100 moventes, provenientes de prospeção e escavação (Gonçalves, 1989, p. 140). Em 2016, aquando da realização de trabalhos de geofísica, foi possível constatar a existência de um elevado número de dormentes e moventes à superfície, alguns intactos, possivelmente resultantes de recentes trabalhos agrícolas. No Cerro do Castelo de Santa Justa, Alcoutim, o número de dormentes ascendeu a 59 e o de moventes a 211, mas encontram-se em melhor estado de preservação que o conjunto de Corte João Marques: cerca de 50% encontravam-se completos enquanto que, em Corte João Marques, apenas 45% dos moventes e 2,36% dos dormentes se encontravam nesse estado. O contraste é especialmente grande em relação à Estremadura, onde são escassos os elementos de moagem em povoados fortificados como Rotura ou Liceia (Gonçalves, 1971, Cardoso, 1989, p. 107) ou no Penedo do Lexim, onde apenas se recolheram 11 dormentes e 8 moventes (Sousa, 2010). No entanto, no Cabeço do Pé da Erra, recentemente escavado, os números de dormentes atingem os 105 e os de moventes os 44.

No Alentejo, em geral, os dormentes e moventes são abundantes à superfície, mas escasseiam os conjuntos publicados em contextos fechados. No povoado fortificado do Porto das Carretas, Mourão, foram quantificados 30 dormentes e 96 moventes (Soares, 2013, p. 227), mas apenas 8 moventes e 9 dormentes permitiram a mensuração do comprimento máximo, evidenciando

o seu elevado grau de fragmentação. Em contraste, noutros povoados calcolíticos situados nas proximidades, na margem esquerda do Guadiana, escasseiam os elementos de moagem: segundo Valera, 2013, no Mercador (quatro moventes e quatro dormentes), Moinho de Valadares (oito moventes e 10 dormentes), Monte do Tosco (quatro moventes e dois dormentes).

Comparando com os povoados do Sudeste espanhol, onde recentemente foram efetuados estudos tipológicos e traceológicos sistemáticos para os elementos de moagem, registaram-se valores relativamente escassos para povoados do 3.º milénio: em Almizaraque, recolheram-se 34 dormentes e 17 moventes, em Cerro de la Virgen, 39 dormentes e 49 moventes, e em Cabezo del Plomo, 22 dormentes (Risch, 2008). Em contraste, nos povoados argáricos do 2.º milénio, os dormentes são muito abundantes, especialmente nos povoados fortificados de altura como Gatas, com 350, ou Fuente Álamo, com mais de 2000 (Menansach, 2002, p. 82). Este aumento exponencial foi associado a outros indicadores, nomeadamente aos dados paleobotânicos, referindo-se a normalização e concentração destes meios de produção para moagem de cevada que depois seria redistribuída regionalmente, num modelo pristino de hierarquização social intra-sítio e inter-regional: «Estos valores son aproximativos, pero ponem de manifesto que la capacidad productiva de estos instrumentos supera en tal medida las necesidades locales que resulta imposible admitir que hubiera estado en funcionamiento a tenor de la población estimada para estos asentamientos» (Menansach, 2002, p. 107).

Em Corte João Marques, tal como na generalidade dos contextos calcolíticos conhecidos, a matéria-prima usada era de captação local, o que pode também explicar a sua abundância. Noutros casos, existiu um esforço apreciável na captação de matéria-prima para configurar dormentes e moventes: no Penedo do Lexim (Mafra) onde abundava o basalto, surgem dormentes de granito provenientes da Serra de Sintra, a cerca de 20 quilómetros (Sousa, 2010) e no Cabeço do Pé da Erra (Coruche), implantado em terrenos aluvionais, o raio de captação de granito também ascendia a mais de 10 quilómetros (Gonçalves e Sousa, no prelo).

Para o Sudeste espanhol foram efetuados estudos sistemáticos de traceologia para contextos do 3.º e 2.º milénio, verificando-se que indicam exclusivamente funcionalidades relacionadas com o processamento de cereal (Menansach, 2002). Naturalmente que podem ser aventadas outras funções de moagem de outros materiais além do cereal. Por exemplo, em Valencina de

la Concepción, no «bairro metalúrgico», regista-se a presença de mós com depressão em «bigorna», propondo-se que serviriam para triturar minério (Nocete et al., 2008). Curiosamente, do povoado metalúrgico de La Junta de Los Rios, em plena faixa piritosa, não se publicaram quaisquer mós com estas características (Nocete, 2004). Em Santa Justa, regista-se a presença de um dormente com uma depressão (Gonçalves, 1989, p. 247) e no Porto das Carretas surgem também alguns dormentes com estas características (Soares, 2013, p. 264).

E no Cerro do Castelo de Corte João Marques, ainda no Alto Algarve Oriental? Que função e que explicação para esta concentração de elementos de moagem?

Apesar de não existirem estudos traceológicos, a tipologia e a analogia com os conjuntos do Sudeste Espanhol parecem indicar que possivelmente estes dormentes seriam efetivamente destinados ao processamento de cereais. No Cerro do Castelo de Santa Justa, identificaram-se, junto às pequenas lareiras estruturadas, centenas de sementes tostadas quando estavam já em germinação. Aparentemente, existiria uma grande concentração dos elementos de moagem dentro do povoado, tal como em Corte João Marques, podendo refletir especificidades do povoamento nesta ampla área da serra algarvia. Dois dos maiores dormentes de Santa Justa conservavam ainda os respetivos moventes associados, o que é muito raro (Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 279, Est. 201).

A forma e a dimensão também fornecem alguns indicadores relevantes. O facto de os bordos e as extremidades estarem quase sempre bojudados (95 %) parece indicar que existiu uma intencionalidade de configurar uma forma. Em Corte João Marques, os dormentes apresentam forma elipsoide (36,26 %), ovoide (36,26 %) e 27,27 % têm forma retangular ou subretangular (Gonçalves, 1989, p. 143). No Cerro do Castelo de Santa Justa, a situação é diversa, 46 % tem forma ovoide, 33,33 % com forma geral retangular e 21 % elipsoide (Gonçalves, 1989, p. 239). No volume 1 de *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*, interpretava-se esta situação da seguinte forma: «Esta situação, ligeiramente diferente da registada em Corte João Marques, confirma dados da etnoarqueologia para os dormentes usados no tratamento dos cereais, em que a extremidade mais estreita do artefacto fica presa entre os joelhos do operador» (*idem, ibidem*, p. 243-244).

Os dormentes mensuráveis da serra algarvia apresentam grandes dimensões. Em valores médios, os dormentes do Cerro do Castelo de Santa Justa ascendem a $49,06 \pm 1,18$ cm (Gonçalves, 1989) e os do Porto das

Carretas a $24,3 \pm 1,06$ cm (Soares, 2013, p. 227). Apesar do estado de maior fragmentação do conjunto de Corte João Marques, podemos considerar que a dimensão será similar a Santa Justa. Os dormentes dos contextos argáricos do Sudeste espanhol aproximam-se dos valores da serra algarvia, com valores entre 30 e 45 cm (Menasanch et al., 2002, p. 83).

Em relação aos moventes, foi proposta a classificação funcional de duas grandes categorias: moventes de uma e de duas mãos. A presença de moventes de grande dimensão está patente nos valores médios destes artefactos: em Corte João Marques ascendem a $13,67 \pm 3,41$ cm (Gonçalves, 1989, p. 136), e em Santa Justa, a $18 \pm 6,03$ cm (Gonçalves, 1989, p. 239). A maior parte dos moventes apresenta índices de alongamento médio (93 %), correspondendo a moventes de uma mão, mais 7 % são longos, podendo ter sido usados com ambas mãos.

Em Corte João Marques, não foram identificadas estruturas domésticas e a escavação realizada em 1978 e 1979, bem como o levantamento geofísico, parecem indicar a importância da atividade metalúrgica. Não sobreviveram vestígios orgânicos de restos animais e vegetais que nos possam esclarecer do modo de subsistência neste sítio. É a abundância de dormentes e moventes o melhor e mais significativo indicador da presença de um povoado em funcionamento durante alguns séculos do 3.º milénio.

Na mesma categoria da pedra afeiçoada estão os percutores e afins. O Cerro do Castelo de Corte João Marques revelou um conjunto muito significativo destes utensílios, habitualmente esquecidos pelo registo arqueológico. Alguns casos justificam, porém, atenção particular.

Temos um típico percutor queijiforme, com as duas superfícies maiores normalmente não utilizadas e traços homogêneos de percussão periférica. A distribuição dos impactos resultantes da percussão é muito regular, como em E-277, antigo registo da encosta norte, cujo diâmetro oscila entre 4,8 e 9,1 cm contra uma espessura de 2,88 cm. No extremo oposto, quanto a dimensões, temos o exemplar publicado em Gonçalves, 1979, vol. 2, Est. 5, topo, esferoidal, com um diâmetro máximo de 7,58 cm. Um terceiro tipo foi reconhecido no Cerro do Castelo de Santa Justa, Gonçalves, 1979, 2, Est. 41, base, com as faces maiores trapezoidais e uma dimensão máxima de 1,24 cm.

Em Corte João Marques, o peso dos percutores varia entre 70,24 g e 1180 g. Para os 36 exemplares inteiros, o peso total foi de 30,571 kg.

No Cerro do Castelo de Santa Justa, o peso dos 33 exemplares inteiros varia entre 219,15 e 1065 gramas e o peso do conjunto é de 13,530 kg.

Se atentarmos às dimensões de ambos os sítios, o Cerro do Castelo de Corte João Marques, com uma área ocupada presumivelmente muito mais pequena, regista uma maior quantidade e peso. Talvez se deva recolocar a questão do verdadeiro significado do sítio. E, perante os dados da pedra lascada, outra questão base: seria um sítio de povoamento completo ou segmentar, uma parte de um grupo maior?

7.5. A CERÂMICA

Atualmente, possuímos uma base documental e cronométrica muito maior do que se dispunha aquando do estudo inicial dedicado ao Cerro do Castelo de Corte João Marques (Gonçalves, 1989). Nas últimas três décadas, foram escavados muitos sítios no sul do atual território português, mas apenas alguns deles apresentam dados sistematizados, publicados, que permitam a integração do conjunto cerâmico de Corte João Marques.

No que se refere ao universo dos povoados fortificados, estão disponíveis os dados de Porto das Carretas, Mourão (Soares, 2013), Monte da Tumba (Silva e Soares, 1987) e, pontualmente, de São Pedro (Mataloto, 2010; Mataloto e Costeira, 2016), ambos no Alentejo médio. Para os recintos de fossos do 3.º milénio, existem dados parciais para Perdigões, Reguengos (Lago et al., 1998), Bela Vista, Serpa (Valera, 2014) e Alcalar, Portimão (Morán, 2014). Outros contextos «abertos» foram também estudados como Sala n.º 1 (Gonçalves, 1987; Rendeiro, 2014) ou os povoados da margem esquerda do Guadiana, Mourão (Valera, 2013). Igualmente relevantes são os dados de contextos situados em território espanhol, nomeadamente os da área de Andévalo (Huelva), os quais apresentam grandes afinidades com a realidade da serra algarvia (Nocete et al., 2004; Inácio, 2015).

Apesar deste acréscimo de informação, que permite leituras mais finas, deve ser referido que o estudo dos conjuntos cerâmicos provenientes de povoados pré-históricos se reveste sempre de grande complexidade.

Os recipientes cerâmicos em contextos de *habitat* apresentam frequentemente elevados graus de fragmentação, o que dificulta o seu estudo morfológico e funcional. São muito raros os casos como o do Cabeço do Pé da Erra, junto ao Sorraia, que regista um elevado número de recipientes completos (Gonçalves e Sousa, 2014).

O panorama encontrado em Corte João Marques é comum à maior parte dos povoados do 3.º milénio. Aqui, onde foram recolhidos 1079 fragmentos, foram selecionados apenas 147 para estudo estatístico (Gonçalves, 1989). Mas só sete permitiram reconstituição integral e segura da forma. A «síndrome de lixeira doméstica» dificilmente permite a conservação de recipientes completos, optando alguns autores por, sem justificação aparente, interpretar a presença pontual de recipientes cerâmicos completos, ou quase, como evidências de deposições intencionais e rituais (Mataloto e Costeira, 2016). No caso das peças de Corte João Marques, apenas os pequenos recipientes se encontram completos, estando sempre os restantes parcialmente representados. O estado de fragmentação é, aliás, comum no espólio de Corte João Marques, sendo especialmente representativa, no caso da pedra afeioada, a fragmentação de dormentes e moventes.

Face ao estado fragmentário dos conjuntos, torna-se difícil aplicar sistemas de classificação de cerâmica baseados no cálculo dos índices de profundidade e abertura, base dos sistemas de classificação «clássicos» dos 4.º e 3.º milénios (Silva e Soares, 1974-76; Gonçalves, 1989). Outras propostas, baseadas em graus de inclinação dos bordos (Calado, 2001), parecem igualmente muito redutoras, dificultando a comparação entre conjuntos. Ainda assim, apesar de todas as limitações, partindo dos quadros de referência (Silva e Soares, 1974-76, e Gonçalves, 1989) tem vindo a construir-se um catálogo de formas com matizes cronológicos e regionais.

Desde cedo que se identificaram características formais associáveis ao Neolítico final (taças carenadas, esféricas mamiladas), com gradual desaparecimento desde fins do 4.º milénio. Os números de formas como os pratos aumentam exponencialmente ao longo do 3.º milénio. Esta sequência encontra-se bem documentada no sítio da Sala n.º 1, onde uma estratigrafia fina está associada a datações de radiocarbono e a conjuntos cerâmicos representativos da transição 4.º/3.º milénio (Gonçalves, 1987, Rendeiro, 2014). Para a sequência Calcolítico pleno/final, a sequência do Porto das Carretas oferece alguns indicadores importantes: além do advento pontual das cerâmicas campaniformes, registam-se algumas diferenças na morfologia dos bordos dos pratos (Soares, 2013, p. 283).

Face à ausência de datações absolutas sobre contextos indiscutíveis, ou de claros «fósseis diretores», não é possível identificar fases de ocupação em Corte João Marques, sendo o acervo interpretado de forma global, comprimindo certamente várias centenas de

anos, entre o 2.º e o 3.º quartel do 3.º milénio a.n.e. Além desta limitação, deve ser referido que o catálogo de formas cerâmicas do Sul apresenta, durante o 3.º milénio, uma certa monotonia formal e de continuidade.

Apesar de, genericamente, no 3.º milénio e no Centro e Sul de Portugal, dominarem as cerâmicas abertas, existem alguns matizes. Em termos globais, o conjunto cerâmico do Cerro do Castelo de Corte João Marques apresenta uma presença dominante de formas abertas (68 %). No conjunto do Cerro do Castelo de Santa Justa (amostra 1) encontram-se valores mais equilibrados entre formas abertas e fechadas, numa proporção de 49/51 %, dominando ligeiramente as últimas (Gonçalves, 1989).

Em outra área regional, no nível 3 de Sala n.º 1, Vidigueira, temos 52,4 % de formas abertas (Rendeiro, 2014, p. 81). Já no Monte do Tosco, Mourão (fase 1), as formas fechadas são quase residuais, 13 % (Valera, 2013).

Não podemos assim interpretar a proporção de cerâmicas abertas/fechadas exclusivamente por critérios cronológicos, podendo ser consideradas variáveis relacionadas com a função dos sítios. Para La Junta de los Ríos, Huelva, destaca-se a presença quase exclusiva

de formas associadas ao consumo e preparação para consumo, com ausência sistemática de grandes contentores de armazenamento (Inácio, 2015, p. 274). As formas abertas são essencialmente ligadas ao consumo direto e por isso poderíamos efetuar uma analogia com os valores de Corte João Marques, procurando a especificidade da ocupação deste povoado.

Por outro lado, também se deve considerar a existência de áreas funcionais, com distintas proporções de tipos de recipiente. Quer em La Junta quer em Cabezo Juré, os recipientes de armazenamento conservavam-se em áreas específicas (*idem, ibidem*).

Quanto às formas, em Corte João Marques (fig. 44) foram identificados oito grandes tipos, com variáveis: A1. prato (19 %); A2. taça (31 %); A4. taça em calote (14 %) (fig. 45); F1. esferoidal (7 %); F2. esférico (12 %); F3. esférico alto achatado (1 %); F4. pequeno esférico (1 %); F5. pote de bordo espessado externamente (1 %); F6. taça em calote fechada (8 %); F7. paredes retas (5 %) e F8. vaso carena média (2 %).

As presenças e as ausências na cerâmica de Corte João Marques são muito significativas para a sua caracterização cronológica e cultural. Estão completamente

Fig. 44 – Formas cerâmicas mais comuns no Cerro do Castelo de Corte João Marques. Desenho de Paula Bivar. Seleção dos autores.



ausentes as taças carenadas, evidenciando que a ocupação deste povoado aparentemente se iniciou apenas no 3.º milénio, não existindo quaisquer evidências de uma ocupação prévia do Neolítico final. Em Santa Justa, verifica-se também a ausência das taças carenadas, reforçando a relação cronológica e cultural entre estes dois povoados (Gonçalves, 1989). Noutros povoados com cronologia exclusivamente do 3.º milénio também se regista a ausência ou escassez de formas carenadas, como no Porto das Carretas (Soares, 2013, p. 281) ou no Cabeço do Pé da Erra (Gonçalves e Sousa, no prelo).

Quanto aos pratos, Corte João Marques regista a presença dominante de pratos de bordo espessado internamente (50%), seguida de pratos de bordos espessados interna e externamente (almendrados, 39%), com presença residual de bordos não espessados (11%). Estes valores são similares aos registados no Cerro do Castelo de Santa Justa. A presença discreta dos pratos de bordo almendrado contrasta, por exemplo, com Sala n.º 1, onde os pratos de bordo almendrado ocupam 21,1% do total de formas abertas (Rendeiro, 2014). No povoado do Porto das Carretas (Soares, 2013, p. 283), verifica-se um decréscimo de pratos de bordo almendrado da fase 1 (21%) para a fase 2 (9%).

Em termos de dimensão, em Corte João Marques verifica-se a presença de alguns pequenos pratos, com diâmetros máximos de cerca de 20 cm, mas a maior parte dos pratos apresenta maiores dimensões, entre 35 e 40 cm. A normalização dos pratos em termos de dimensões e de características dos bordos tem levado alguns autores a propor uma manufatura com o recurso a moldes (Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 299, Est. 221: 4; Inácio, 2015, p. 498). Para o caso de Valencina de la Concepción, a normalização dos pratos e o recurso a argila extraída a mais de 10 quilómetros, evidencia um modelo social sem paralelo no Sul Peninsular (*idem, ibidem*). Em Corte João Marques, apesar de não dispormos ainda de estudos petrográficos, é admissível um modelo de exploração local, não especializada.

As formas simples, baseadas na semiesfera (taças, taças em calote (fig. 45) abertas e fechadas) constituem o maior conjunto de Corte João Marques, situação próxima da verificada na generalidade dos povoados do 3.º milénio e mesmo do 2.º. Efetivamente, não existem muitas diferenças na base formal com os catálogos cerâmicos do Neolítico e os da Idade do Bronze.

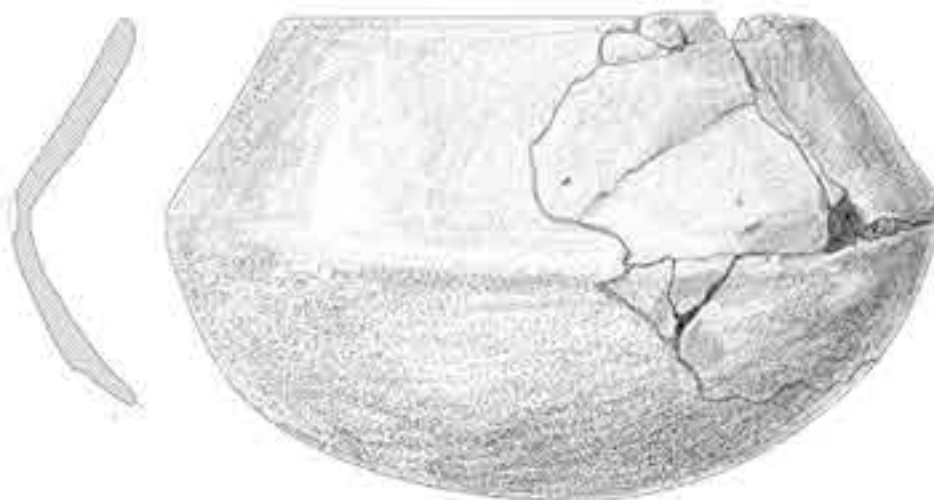
Como referido, a presença dos recipientes fechados é restrita e, entre estes, dominam os esféricos altos. A funcionalidade destes recipientes pode estar relacionada com o armazenamento ou com o consumo, dependendo do índice de abertura de boca. Muitos dos esféricos têm grandes aberturas e dificilmente seriam usados como recipientes de armazenagem. Alguns escassos exemplares de potes de bordo espessado poderiam ter sido cobertos com tampas de xisto como as identificadas em Corte João Marques, ainda que estas possam ter sido maioritariamente usadas durante o processamento culinário.

A presença de recipientes de carena média, com fundo interno côncavo e paredes tendencialmente retas, é bastante mais rara no repertório do Sul de Portugal. Esta forma (F.8) está representada por dois recipientes em razoável estado de conservação, um dos quais foi integralmente reconstituído (K.7.-s/n -CJM-031) (fig. 46). Estes vasos apresentam um índice de altura de carena de 49, correspondendo ao intervalo estabelecido por Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva como «carena média» (Silva e Soares, 1976-1977, p. 182). A carena é suave, pouco marcada, quase um ponto de inflexão, e, noutras situações, o bordo pode ter espessamento externo. Em geral, estes recipientes apresentam um bom acabamento. Sendo uma peça apenas ligeiramente fechada, seria difícil que fossem usadas para armazenamento, pois apresentam 30 cm de abertura.

Fig. 45 – Taça em calote
s/n, pratos D.3-85,
D.2-57-58-59 e taça
D.1-32-34. Desenho
de Paula Bivar.



Fig. 46 – Grandes vasos lisos, carenados K.9-4. e K.7. s/n. Desenho de Paula Bívar.



Estes recipientes surgem pontualmente em diversos contextos do Calcolítico pleno do Sul Peninsular. Em Cabezo Juré, estão documentados a partir de 2600 na fase 2 (Nocete, 2004), surgindo também em La Junta (Inácio, 2015). Em Valencina de la Concepción, estes vasos de carena média apresentam bom tratamento de superfície e bordo reto, não espessado (*idem, ibidem*). No Monte do Tosco, foram classificados como forma 10: «Tijela de carena média/baixa. Recipiente de fundo em calote, separado de um corpo troncocónico por uma carena, de localização média/baixa. Distinguem-se claramente das taças carenadas pelo seu maior índice de profundidade ($Ip > 40$)» (Valera, 2013, p. 186, 163).

Se esta forma aponta para um momento avançado no Calcolítico, de meados do 3.º milénio, deve ser realçada a completa ausência de cerâmica campaniforme, circunstância que também se regista no Cerro do Castelo de Santa Justa. Sabemos hoje que não existe um verdadeiro «horizonte campaniforme», pois a presença desta cerâmica não se verifica em todos os contextos, como é patente em recentes escavações na margem esquerda do Tejo, junto ao Sorraia (Gonçalves e Sousa, no prelo). Também nos povoados do Andévalo a cerâmica campaniforme é escassa. Apesar do destaque dado ao vaso campaniforme marítimo de Cabezo Juré, este é o único exemplar em todo o sítio (Nocete et al., 2005; Inácio, 2015). Esta situação está também documentada em Alcalar, onde apenas se recolheram seis fragmentos, entre os monumentos funerários e o povoado (Morán, 2015).

A decoração da cerâmica, usada como indicador para faseamentos noutras áreas peninsulares, como a Estremadura portuguesa, limita-se a cinco fragmentos de cerâmica simbólica. Estes recipientes, de pequena dimensão, destacam-se do conjunto de Corte João Marques no que se refere à sua forma, quando reconhecível (pequeno esférico, esférico achatado ou troncocónico de pequenas dimensões) e ao tratamento de superfície, apresentando as incisões preenchimento com pasta branca. É pouco, mas no Cerro do Castelo de Santa Justa nenhum fragmento deste tipo foi recolhido, sendo a área escavada muito maior.

A ausência de taças carenadas, o tipo de pratos, a presença das formas de carena média, permite colocar o Cerro do Castelo de Corte João Marques entre o 2.º e 3.º quartel do 3.º milénio a.n.e.

7.6. A METALURGIA DO COBRE

A questão da génese do aparecimento da metalurgia do cobre é debatida desde o século XIX, sucedendo-se os modelos interpretativos quanto à origem desta inovação tecnológica, às rotas e tempos da sua propagação e aos significados sociais e económicos que lhes estão associados.

Podemos contudo considerar duas variáveis essenciais na compreensão destes fenómenos: a determinante geológica (áreas de aprovisionamento de cobre) e a evidência arqueográfica das práticas metalúrgicas.

No Sul de Portugal, existem três grandes unidades geológicas com recursos cupríferos abundantes: Ossa-Morena, Faixa Piritosa Ibérica e Zona Portuguesa do Sul do Maciço Ibérico (Müller et al., 2007).

Durante os anos 70, os modelos interpretativos para as fortificações da Estremadura portuguesa preconizavam que as mesmas constituíam colónias de arqueometalurgistas, mas posteriormente verificou-se que esta região não tem quaisquer recursos em cobre. Recentes estudos isotópicos parecem indicar rotas cruzadas de exploração de recursos cupríferos: na Estremadura, os povoados de Liceia e Vila Nova de São Pedro teriam minério da região de Ossa-Morena, enquanto Cabezo Juré (Huelva) e Aljustrel teriam explorado a faixa piritosa ibérica (Valério et al., 2013).

Na área de Ossa-Morena, foi recentemente efetuado um programa de levantamento das possíveis áreas de exploração cuprífera, mas os dados ainda são preliminares e sem suporte cronométrico seguro (Muller et al., 2007).

Em plena área cuprífera (Zona Portuguesa Sul – ZPS), Corte João Marques localiza-se numa paisagem onde se encontram documentadas áreas recentes de exploração do cobre. Estácio da Veiga reporta a presença de exploração «pré-histórica» em Cortes Pereiras e Daroeira, Cova dos Mouros ou Vaqueiros (Veiga, 1889, p. 68-70). A identificação de povoamento calcolítico em plena serra algarvia, área com pouca aptidão agrícola, mas com acesso direto a recursos cupríferos, era só por si uma evidência clara da metalurgia para estas comunidades, comprovada pelos dados de campo durante as escavações do Cerro do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa.

Em 1978, os trabalhos em Corte João Marques permitiram a identificação, no local, de todas as fases da metalurgia do cobre, com a recolha de um bloco de pirite, escórias e pingos de fundição, cadinhos, um provável molde e diversos artefactos. Escavou-se também um forno (Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 160, fig. 4.54, e vol. 2, p. 213-215, Est. 136-138).

A presença das várias etapas da cadeia operatória da exploração metalúrgica não é comum no panorama peninsular. Recentemente, Miguel Kunst efetuou o inventário peninsular dos sítios calcolíticos com evidências de metalurgia do cobre, elencando os diferentes tipos de evidências: escórias, pingos, nódulos, cadinhos, moldes, fornalha, vasilhas metalúrgicas, algaravizes, punções, fragmentos, instrumentos (Kunst, 2013). Mesmo em áreas sem recursos cupríferos, como a Estremadura, identificaram-se, até em sítios de pequena dimensão, algumas atividades da cadeia operatória metalúrgica. Por outro lado, regista-se esta presença não apenas nos povoados fortificados, mas em outros contextos: sítios abertos, de altura, com fossos (*idem, ibidem*). Deve ser realçado que, num universo de 109 sítios, apenas oito apresentavam mais do que seis dos indicadores da prática de arqueometalurgia acima indicados. Entre eles, Corte João Marques.

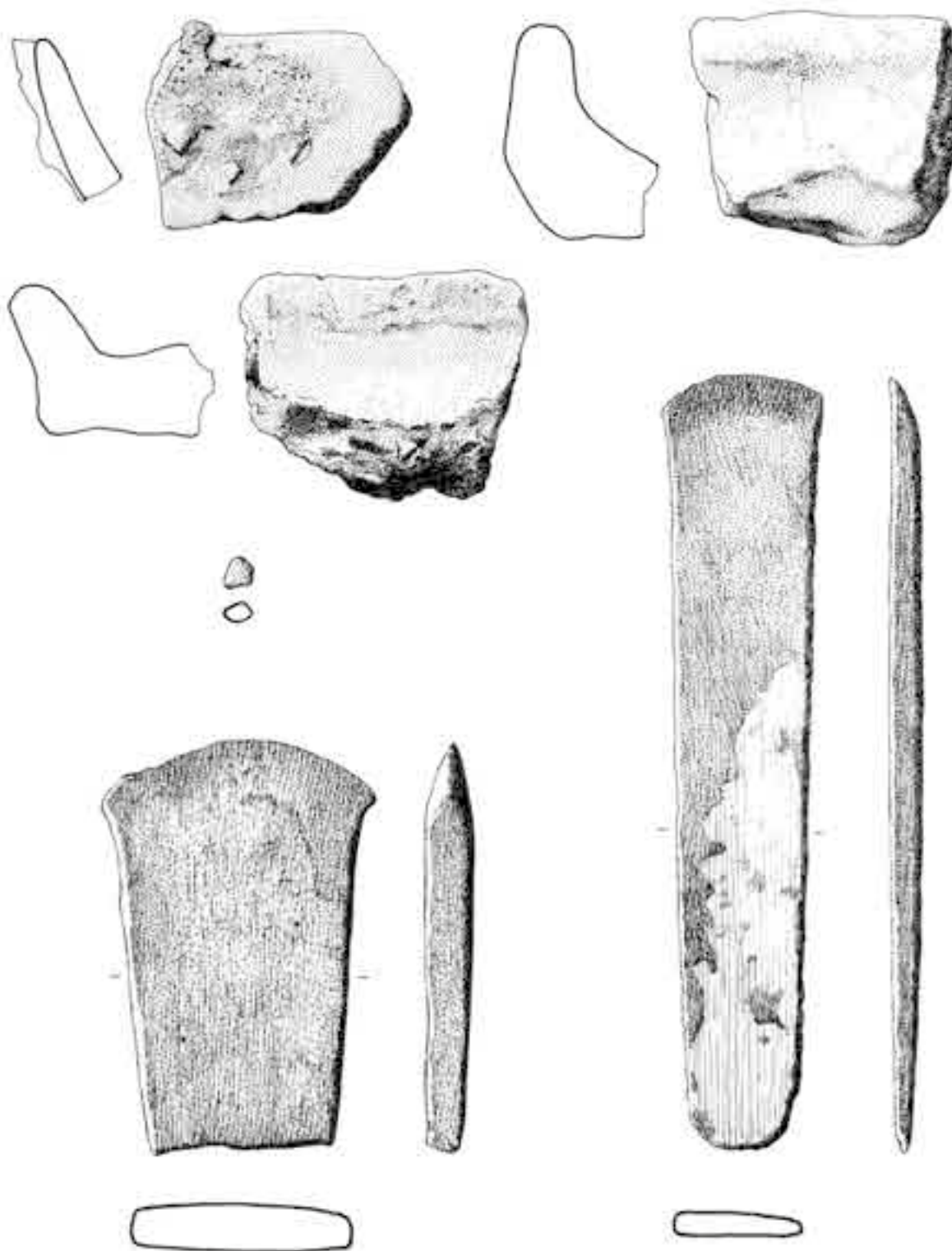
A nível peninsular, são relativamente escassas as estruturas de transformação metalúrgicas preservadas. Detetaram-se vários tipos de estruturas: lareiras ou fossas pequenas, estruturas de argila em forma de anel, em Zambujal e Los Millares, fossas com base em pedra em San Blás, estruturas de argila e pedra registadas em Cabezo Juré e em Valencina de la Concepción (Hanningen et al., 2010), estas últimas possivelmente similares às estruturas de Corte João Marques e de Santa Justa (Gonçalves, 1989).

Em Corte João Marques, foi escavada uma estrutura de barro cozido e lajes de xisto, interpretada como local de fusão do cobre. Em associação direta a esta estrutura foram recolhidos dois fragmentos de cerâmica com cobre aderente, numerosos fragmentos de argila com sinais de altas temperaturas, um dos quais com sinais de uso como possível molde de furadores (Gonçalves, 1989). O mau estado de preservação registado nos contextos de Corte João Marques dificultou o levantamento e interpretação desta estrutura que poderia ser análoga à integralmente escavada em Santa Justa, Alcoutim. A estrutura I.25 configura um forno multiusos com base de pedra e cúpula em argila (Gonçalves, 1989, p. 194), apresentando abundantes vestígios domésticos associados.

Os recentes trabalhos dirigidos por Francisco Nocete em Huelva e em Valencina de la Concepción vieram fornecer importantes elementos para interpretar estes contextos de combustão metalúrgica (Nocete et al., 2004; 2008). Em Cabezo Juré, foi identificada uma segmentação espacial da produção metalúrgica extra-muralhas, registando-se dois tipos de estruturas que se integravam na cadeia operatória (Nocete et al., 2004). A redução seria efetuada em fornos metalúrgicos com o recurso a algaravizes e foles, usando combustível de alto poder calorífero, conseguindo-se temperaturas superiores a 1200°C. Uma segunda fase de refinação seria efetuada em cadinhos cerâmicos, com temperaturas inferiores, cerca de 1000°C (Inácio, 2015, p. 201). La Junta evidencia uma realidade distinta, apenas com o trabalho final de produção e reciclagem de produtos metálicos, com a presença de cadinhos e algaravizes (*idem, ibidem*, p. 264).

Esta especialização da atividade metalúrgica veio a ser confirmada pelas descobertas do chamado «bairro metalúrgico» de Valencina de la Concepción (Nocete et al., 2008). Durante anos, escassearam os vestígios de instrumentos de produção metalúrgica neste «macro-sítio», mas a intervenção em 2003 e 2004 na zona da Nova Valencina, em área periférica, permitiu identificar um sector com cerca de 198 estruturas, das quais 84 % teriam uma funcionalidade relacionada com a metalurgia. Detetaram-se dois tipos de estruturas. As mais frequentes são as fossas (ovais, circulares ou geminadas) com diâmetros entre 0,9 e 1,3 m e profundidade de 0,4 - 0,6 m, apresentando fortes sinais de combustão e de numerosos vestígios de atividade metalúrgica (algaravizes, cadinhos, percutores, mós, artefactos metálicos...). Em meados do 3.º milénio, surgem em Valencina estruturas mais complexas com diâmetros similares: «These were constructed with adobes, thermal alteration residues of which enable us to infer the construction of pyrotechnical sites destined to a greater efficacy and duration» (Nocete et al., 2008).

Fig. 47 – A metalurgia no Cerro do Castelo de Corte João Marques. 1: pequena taça usada na fundição, com cobre aderente no exterior. 2 e 3: cadinhos L.11-s/n e N.7-12, 4: pingo de fundição L.8-s/n. Machado D.9-s/n e enxó L.12-62. Gonçalves, 1989, vol. 2, Estampas 23 e 25. Desenho de Pedro Saraiva.



Sabemos da existência de complexas estruturas metalúrgicas em Porto Torrão, identificadas nas recentes intervenções de arqueologia preventiva, mas os dados não foram publicados nem sequer analisados. Existe também escassa informação sobre a arqueometalurgia do cobre nos Perdigões, referida genericamente no estudo inicial (Lago et al., 1998) e objeto de um projeto plurianual.

Face a este novo quadro empírico identificado na última década, e atendendo à reduzida amostra escavada em Corte João Marques, entendeu-se essencial

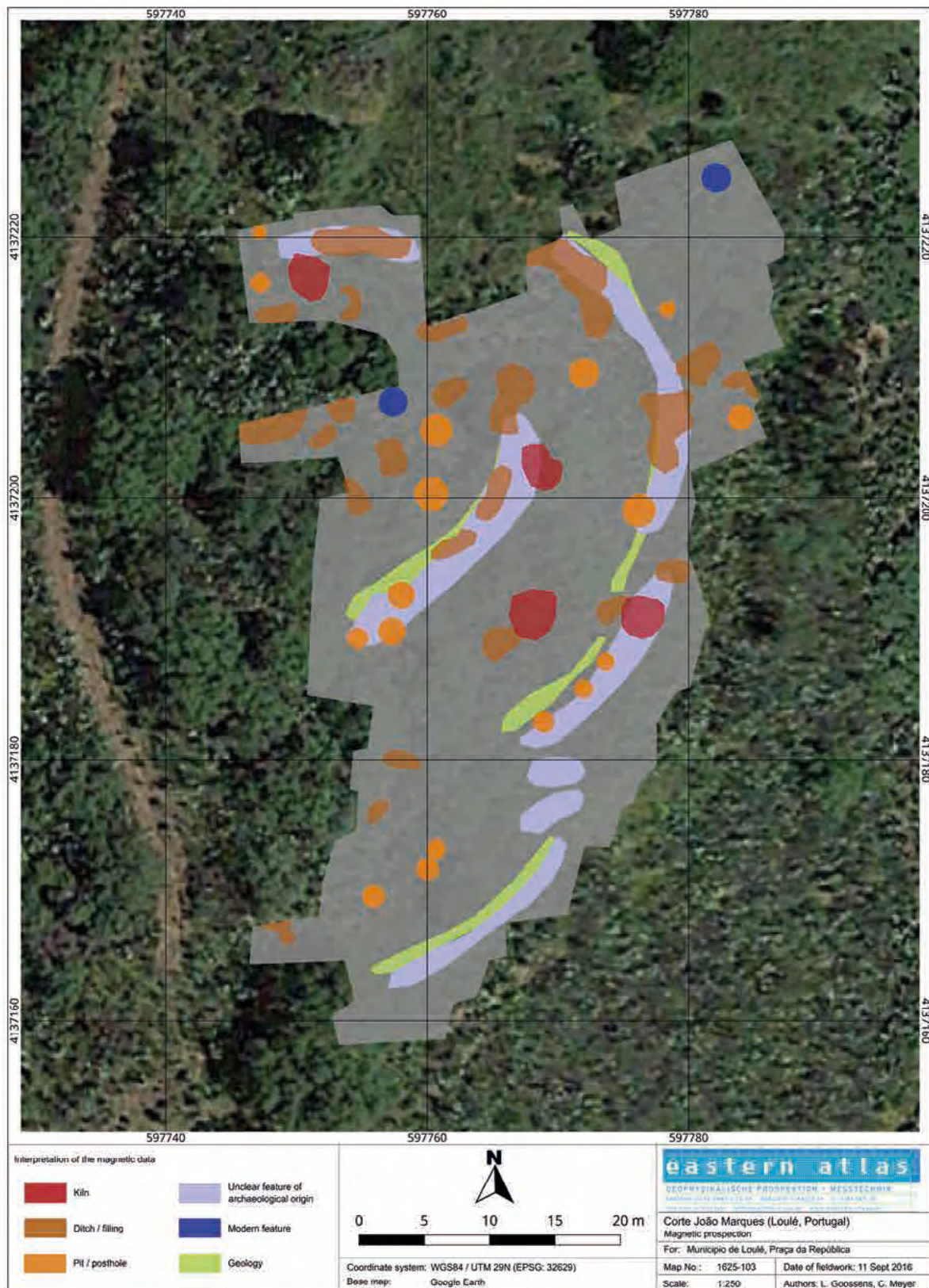
alargar a base documental. Em 2016, com o financiamento da Câmara Municipal de Loulé, foi possível contratar a empresa alemã Eastern Atlas GmbH & Co. para um primeiro levantamento geofísico do Cerro do Castelo da Corte João Marques (levantamento geomagnético com o sistema de gradiómetros fluxgate LEA MAX).

Corte João Marques apresenta um denso coberto vegetal, impedindo o levantamento integral desta elevação, tendo-se optado por efetuar o levantamento na área escavada nos anos 70 e área envolvente, num total de 1640 m².

Fig. 48 – Levantamento geofísico do Cerro do Castelo de Corte João Marques, encosta a Sul.



Fig. 49 – Interpretação do levantamento geofísico do Cerro do Castelo de Corte João Marques, encosta a Sul.



O Relatório não foi surpreendente (Grossman e Meyer, 2016), por confirmar os dados avançados em 1989, mas sim pela extensão da área afeta à atividade metalúrgica, ocupando grande parte da área de encosta. Neste aspeto, e em outros, a conclusão do Relatório é significativa:

«Na perspetiva do proposto objetivo, pode dizer-se que, na generalidade, a investigação geofísica, consistindo na mensuração magnética, forneceu resultados satisfatórios, contribuindo em absoluto para a compreensão deste povoado calcolítico de altura.

1. A área investigada evidenciou desafiantes situações de superfície, na sua maioria provocadas por árvores, arbustos e vertentes íngremes. Apesar disso, com uma ínfima presença de perturbações modernas, os dados obtidos permitem uma interpretação detalhada.

2. Cinco longas anomalias, positivas e negativas, podem ser relacionadas com estruturas arqueológicas incorporadas na rocha-mãe. Ainda que seja necessária uma verificação, isto pode indicar a existência de estruturas defensivas.

3. Uma concentração de pelo menos três fornos (ou depósitos de escórias), incluindo restos de uma área de fusão do cobre já escavada, consubstanciando a atividade metalúrgica no sítio. Estão associados a estruturas negativas que podem ser buracos de poste, bem como pequenos fossos ou áreas de colmatação.

4. Com base nos resultados prometedores, encoraja-se vivamente futuras investigações para um melhor conhecimento da estrutura do povoado.» (Grossman e Meyer, 2016).

O levantamento geofísico abre novas perspetivas sobre a distribuição e intensidade da atividade metalúrgica em Corte João Marques.

Em Huelva, em contextos com grandes semelhanças com o povoamento da serra algarvia, verificou-se que existiam diferenças no tipo e localização das atividades metalúrgicas, com a sequência completa em Cabezo Juré, fora da área muralhada, e apenas com fases secundárias em La Junta, na área intramuralhas. Desconhecemos se existiu uma situação similar na serra algarvia. Em Santa Justa, apenas foi detetado um forno «doméstico» multiusos, mas seria necessário proceder a levantamentos nas áreas exteriores às muralhas. Para Corte João Marques, é evidente a intensidade das atividades metalúrgicas em várias fases da cadeia operatória sendo necessário proceder à caracterização das evidências detetadas no levantamento.

A presença de anomalias que podem configurar a presença de linhas de muralha ou de plataformas

estruturadas apenas pode ser atestada através de escavação. A implantação de altura evidencia preocupações defensivas, mas as escavações dos anos 70 não evidenciaram qualquer vestígio do «castelo» denunciado pelo microtopónimo. Atendendo ao seu posicionamento na vertente e à sua configuração, pode tratar-se de uma combinatória de afloramentos naturais e estruturas construídas, como sucede em outros contextos desta época noutras regiões (caso do Penedo do Lexim).

A interpretação da morfologia da ocupação de Corte João Marques está assim em aberto. Confirma-se a importância da metalurgia do cobre, mas a estrutura do povoado parece mais complexa do que inicialmente proposto.

Apesar da reduzida área escavada, foi recolhido em Corte João Marques um conjunto importante de artefactos de produção metalúrgica (molde, cadinhos, algaraviz, escória, pingos, minério). Num universo de 31 registos relacionados com a prática metalúrgica, a maioria (68%) está relacionada com utensílios de produção e apenas 32% com artefactos metálicos. Esta proporção é perfeitamente plausível num quadro de reutilização do metal e do descarte dos utensílios de produção metalúrgica.

Os artefactos cerâmicos relacionados revestem-se de especial importância. Em Corte João Marques, foram identificados 10 cadinhos, dois recipientes com cobre aderente e um possível algaraviz. Estes valores são equivalentes aos registados em Santa Justa, onde foram recolhidos 17 cadinhos, e La Junta, com 19 cadinhos e um possível algaraviz. As presenças em Cabezo Juré e Valencina de La Concepción revelam uma maior intensidade: no povoado fortificado, foram recolhidos 60 cadinhos e quatro vasos de redução e em Valencina um conjunto impressionante de 200 cadinhos e 30 algaravizes (Nocete et al., 2008).

A utilização de cadinhos para a fundição seria essencial para evitar perdas de minério de cobre durante a combustão (Hanning et al., 2010). Atendendo ao estado desmantelado das estruturas de produção metalúrgica, a reconstituição do processo metalúrgico apenas pode ser efetuada através de arqueologia experimental (Hanning et al., 2010) e com indicadores fornecidos pela análise dos referidos artefactos.

A análise por espectrometria de Mossbauer de um cadinho de São Brás 1, por exemplo, fundamenta a reconstituição proposta para o funcionamento destes utensílios: «o cadinho tinha sido colocado no fundo da fogueira, em ambiente redutor, com o ou os algaravizes

colocados em plano superior ao do cadinho» (Soares e Valério, 2016, p. 347).

Existe ainda uma diferenciação de funções entre os cadinhos e os vasos de paredes mais finas usados para atividades metalúrgicas: «In Chalcolithic settlements of southern Spain, it was demonstrated that heavily vitrified, plate-like vessels were used primarily for smelting, while the thick-walled ones presumably were used for re-melting the metal (Muller et al., 2007).

No Zambujal, são mais frequentes os cadinhos para refundição. Os vasos com vitrificação de fundição são menos frequentes e estão associados à Casa V do Zambujal (Muller et al., 2007). Em Cabezo Juré os vasos de redução só surgem na fase final, com menor intensidade de exploração. Para Corte João Marques, em associação com a estrutura de forno metalúrgico, temos também apenas vasos com cobre aderente. Os cadinhos, até pela sua pequena dimensão, surgem disseminados pela área de povoamento.

A intensidade da combustão seria também diferenciada entre os vários tipos de recipientes cerâmicos utilizados, enquanto os vasos finos seriam expostos a 700-1000°C, os cadinhos espessos foram sujeitos a temperaturas superiores de 1100-1200°C, em operações de *smelting* (Valério et al., 2016, p. 35).

Apesar de não existirem análises para as cerâmicas metalúrgicas do Alto Algarve Oriental, podemos considerar que existem semelhanças morfológicas entre estas, as de Huelva (La Junta e Cabezo Juré), Valencina de la Concepción e Amarguillo (Inácio, 2015). Trata-se de recipientes de base plana, de forma subretangular. Em Valencina, surgem também cadinhos circulares (Inácio, 2015). Na área da Estremadura surgem diferenças nos tipos de cadinho, surgindo aqui com quatro pés, numa tipologia ausente dos conjuntos algarvios e andaluzes. Os cadinhos de Cabezo Juré, La Junta e Valencina apresentam espessuras médias de $1,2 \pm 0,8$ cm e profundidades médias de $1,9 \pm 0,8$ cm (Inácio, 2015, p. 235), valores similares aos registados para os exemplares algarvios. No que se refere ao pequeno conjunto de Corte João Marques, verifica-se uma grande regularidade nas espessuras dos cadinhos, evidenciando uma normalização da sua produção.

O estudo destas cerâmicas metalúrgicas evidenciou a presença de uma produção com características técnicas específicas que permitiam aumentar a porosidade e a resistência térmica através da incorporação de matéria orgânica vegetal, chamota, conchas e quartzo (Inácio, 2015, p. 252). Pelo contrário, nas cerâmicas com resíduos de cobre não se verifica qualquer diferenciação com os restantes vasos cerâmicos.

Também os algarvizes não registam especificidades de resistência térmica, possivelmente porque teriam menor exposição térmica. O exemplar de Corte João Marques apresenta-se fragmentado, com um comprimento conservado de 7 cm. A sua espessura de 1,7 cm é similar às registadas na Andaluzia: em La Junta apresentam espessuras de 1,5 cm e os exemplares de Valencina de la Concepción registam uma espessura média de 1,6 cm (Inácio, 2016).

O conjunto de utensílios metálicos recolhidos em Corte João Marques é relativamente restrito, com 11 artefactos que perfazem 429,47 g. Encontra-se, no entanto, a generalidade do repertório usualmente presente em contextos calcolíticos: furadores (3), lâminas (2), machado (1), enxó (1), cunha (1), escopro (1), ponta (1). Comparativamente com Santa Justa, o leque de tipos artefactuais é mais restrito e menos numeroso, estando em Loulé ausentes as espátulas, cinzéis, escopros e serras. Pode colocar-se, no entanto, a hipótese da possibilidade da corrosão dos artefactos mais delgados, como os furadores ou as lâminas.

A panóplia artefactual presente em Corte João Marques, e na generalidade dos povoados calcolíticos, remete claramente para funcionalidades domésticas, o que parece contrariar modelos que defendem um significado de exceção e distinção social para a primeira metalurgia do cobre, referida por vezes como exclusiva produtora de «bens de prestígio».

Os utensílios e os pingos de fundição foram também analisados por fluorescência de raios X (Gonçalves et al., 1989), numa iniciativa pioneira de análises arqueométricas em Portugal. Nas análises efetuadas pelo Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa, então dirigido por Fernando Bragança Gil, usaram-se métodos não destrutivos mas que, ainda assim, permitiram uma classificação da composição química deste conjunto.

Recentemente, a equipa do ITN tem vindo a implementar um projeto integrado de leituras regionais da arqueometalurgia do cobre, especialmente em contextos de arqueologia preventiva do Baixo Alentejo (Soares e Valério, 2016). Além das análises superficiais, foram realizadas análises com limpeza de microáreas de superfície (1-3 mm) e secções nos artefactos fragmentados, recorrendo a vários tipos de análise, nomeadamente espectrometria de fluorescência de raios X, dispersiva de energias (EDXRF), μ -EDXRF, μ -PIXE (composição elementar dos metais e ligas metálicas), da microscopia ótica (MO) (caracterização microestrutural), microscopia eletrónica de

varrimento com microanálise por raios X (SEM-EDS). R. Muller/Gauss tem efetuado igualmente estudos isotópicos para conjuntos de Liceia, Zambujal, Vila Nova de São Pedro e São Pedro (Muller et al., 2007).

Apesar de os métodos de análise serem diferentes, podemos genericamente salientar que a grande maioria dos materiais de Corte João Marques corresponde a cobre quase puro, com valores muito residuais de ferro, arsénio e ouro. Apenas em três peças se registam valores mais elevados de arsénio (>2 %): enxó L.12-62 (8,9%), lâmina (3,4%) e ponta (3,5%).

A interpretação destes valores deve considerar diversas variáveis. Por um lado, em povoados como São Pedro e Outeiro Redondo existem também contextos com presença de arsénio muito variável (Valério et al., 2016), interpretando-se o facto como adições não intencionais. Para o espólio de Moita da Ladra, refere-se a exploração de vários minérios provenientes de diferentes fontes (Pereira et al., 2016). Por outro lado, existe também uma presença superior de arsénio nos artefactos «que se têm considerado como armas ou objetos de prestígio (punhais, pontas de seta, lâminas) [...] Este facto indicia que teria havido uma «selecção pelo metalurgista» (Soares e Valério, 2016).

Além de todos os indicadores de atividades metalúrgicas em Corte João Marques, a sua localização em plena serra, numa área com reduzido potencial agrícola e relevo inóspito, constitui a evidência mais eloquente da importância dos recursos metalúrgicos para estas comunidades. Até ao momento, ainda não foram identificados vestígios «neolíticos» de ocupação prévia na serra algarvia, o que parece confirmar o modelo calcolítico de enxameamento para as áreas marginais (Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 460-466), com menores aptidões agrícolas, mas com outros recursos abióticos.

7.7. A PRESENÇA DOS DEUSES: A CERÂMICA COM DECORAÇÃO SIMBÓLICA

O único suporte que sobreviveu no Cerro do Castelo de Corte João Marques incluindo componentes da simbólica mais comum em meados do 3.^o milénio a.n.e. é o cerâmico (fig. 50). Nenhum fragmento de placa de xisto gravada foi identificado até ao momento e os artefactos de osso polido, esculpido como representações da Deusa, se alguma vez existiram, foram certamente destruídos pela acidez do solo.

Cinco fragmentos de «cerâmica simbólica» foram identificados:

D.9.-cs1 (CJM_015)

Recipiente cerâmico (esférico achatado) com decoração simbólica.

Fragmento de recipiente, forma fechada, indeterminável com precisão, mas muito provavelmente um esférico achatado, ou uma forma compósita, como as que suportam, na Andaluzia, as decorações pintadas, tipo Los Millares 40, Tarajal ou Rambla de Huéchar 2.

Está decorado com incisões largas. A partir das representações incisivas, é possível reconstituir parte considerável do motivo: olhos solares, logo abaixo dos quais existiriam quatro linhas encurvadas, paralelas entre si (as «pinturas» ou «tatuagens faciais»). Abaixo dos olhos, e no espaço entre a incisão superior de cada bloco de «pinturas faciais», um ponto. Conhecendo-se o tipo de «compressão espacial» que estas representações registam, e a importância da representação do sexo nestas figuras da Deusa-Mãe mediterrânica, tanto poderíamos estar perante um «umbigo», como já se escreveu, como perante uma representação simbólica do sexo em alternativa ao triângulo púbico (de notar que no «ídolo de cornos» do Monte da Ribeira, Redondo, existe exatamente um ponto semelhante, em vez da habitual perfuração «vaginal» (Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 452, fig. 8.19).

As incisões apresentam sinais de preenchimento com pasta branca, pelo que a peça deveria ter tido um acabamento particularmente cuidado, tal como aliás as restantes cerâmicas com motivos simbólicos.

D.9.-cs2 (CJM_016)

Recipiente cerâmico (truncocónico?) com decoração simbólica.

Fragmento de recipiente de forma fechada, indeterminável com precisão, talvez um truncocónico como o vaso do Monte do Outeiro (Aljustrel). No fragmento, distinguem-se dois componentes da simbólica calcolítica: o triângulo preenchido com pontos incisivos e as linhas quebradas zigzagueantes, aqui dispostas verticalmente. Também essas linhas, interpretadas frequentemente como sendo indicação da cabeleira da Deusa, estavam preenchidas com pasta branca. Uma análise com microscópio permitiu sugerir que os ínfimos vestígios de pasta branca detetados nos pontos do triângulo se explicam por eles estarem igualmente preenchidos. O triângulo poderia fazer parte de um friso semelhante ao do vaso do Monte do Outeiro (Schubart, 1965), sendo portanto diverso, na composição, dos triângulos de D.9.-cs3.

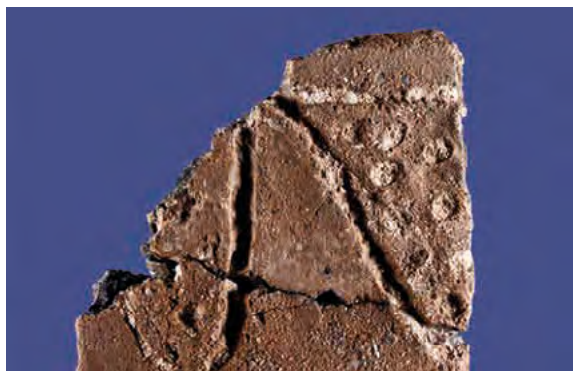
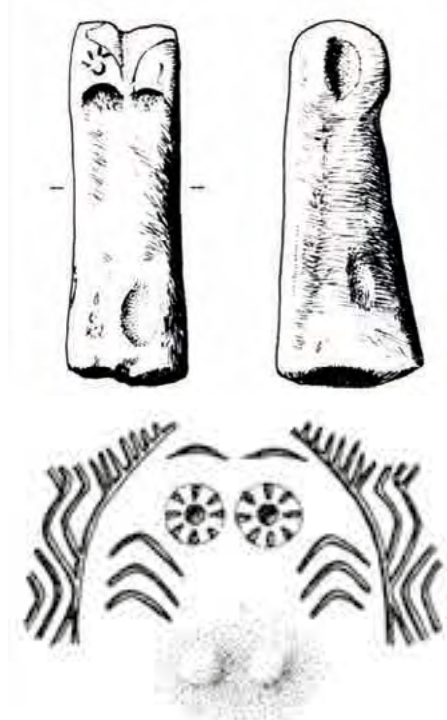


Fig. 50 – A cerâmica simbólica em Corte João Marques. Coluna da esquerda, D.9 cs 2, D.9 cs 3, D.9. cs 1. Coluna da direita, betilo de Ervidel, atualmente no Museu de Sines, sendo visível o traçado do cabelo, idêntico ao de D.9 cs 2, de Corte João Marques. A mesma situação se verificando com a falange decorada do Cerro do Castelo de Santa Justa J.15-39. Fotografias de Victor S. Gonçalves.



D.9.-cs3 (CJM_017)

Recipiente cerâmico com decoração simbólica.

Fragmento de recipiente (bordo), de forma fechada indeterminável, 0,45 cm abaixo do bordo, desenha-se uma faixa com cerca de 4,3 cm, decorada com triângulos irregulares arrancando de cada um dos traços da faixa, e opondo-se pelos vértices, ainda que sem se juntarem. Tanto os dois traços da faixa como os triângulos foram preenchidos com aplicações de pasta branca. É uma decoração similar à do vaso de S. Pedro, Redondo (Costeira, Mataloto e Roque, 2013, p. 405, fig. 4, SPD [694] [969] [971]), ainda que, no fragmento do povoado alentejano, os triângulos afrontados se encontrem em posição inversa, com a fileira superior com os vértices para cima... Também no Monte do Tosco (Valera, 2013, p. 163, fig. 8-19: 3 e 4) temos decorações de este tipo, desta vez com a mesma orientação dos triângulos que no Cerro do Castelo de Corte João Marques.

C.1.-2 (CJM_018)

2 x 2,5 x 0,8 cm

Fragmento de recipiente (bojo), forma indeterminável. Este pequeno fragmento encontra-se integralmente decorado com três linhas oblíquas de pequenas impressões circulares (0,24 cm). O tipo e a dimensão das impressões e a sua disposição oblíqua parecem indicar que se se trataria de um fragmento de um triângulo, como o que surge em D.9.-cs-1 e em D.9.-cs2. Não apresenta traços de pasta branca.

6/1-s/n (CJM_014)

4 x 2,5 x 1 cm

Fragmento de recipiente (bojo), forma indeterminável. O pequeno fragmento apresenta na superfície externa três linhas incisadas que poderiam integrar um motivo ziguezagueante similar ao que surge em Monte da Tumba, São Pedro, Cabeço do Pé da Erra ou Barranco do Farinheiro.

A propósito dos primeiros três fragmentos, haverá que sublinhar o seguinte:

1. As formas destas cerâmicas são raras (ou mesmo únicas) em Corte João Marques, não existindo qualquer fragmento de forma reconstituível que se possa aproximar dos perfis de D.9.-cs1 e 2. Se não se assume atitude tão peremptória em relação a D.9.-cs3, tal se deve a se tratar de um fragmento de um pequeno vaso e não haver certeza de alguns bojos e fundos recolhidos nas sondagens não pertencerem a forma similar;
2. As cores e os tipos de cozedura são idênticos, mais uma vez ressaltando-se uma alteração para D.9.-cs3, com arrefecimento redutor;
3. Em Corte João Marques, a cozedura oxidante não ultrapassa os 22,07 % dos casos, mas a oxidante com arrefecimento redutor atinge 45,52 %, pelo que constituem conjuntamente 67,59 % da amostra;
4. As pastas são, a nível dos componentes não plásticos, idênticas às reconhecidas como dominantes no povoado;
5. As superfícies, particularmente no caso de D.9.-cs1 e 2, apresentam-se cuidadas.

Recordando os componentes ou unidades da gramática simbólica presentes neste pequeno conjunto, temos assim:

1. Uma associação significativa de olhos solares, tatuagens ou pinturas faciais, estas últimas em dois pares de quatro traços em linha quebrada, tal como nos betilos tipo Moncarapacho (D.9.-cs1);
2. Triângulo com vértice para cima, preenchido por pontos, associado a linhas ziguezagueantes verticais com pasta branca, tal como no cabelo das figurinhas de osso do Cerro do Castelo de Santa Justa (D.9.-cs2, Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 172, Est. 106);
3. Banda com triângulos com pontos preenchidos por pasta branca e afrontando-se pelos vértices (D.9.-cs3).

Tudo isto apreciado, não restam quaisquer dúvidas sobre a homogeneidade do conjunto, confirmado a nível da pedra como suporte, pelas representações patentes nos betilos ou «ídeos cilindro tipo Moncarapacho» e, a nível do osso polido, pelas falanges decoradas com olhos solares, tatuagens ou pinturas faciais, cabelo e, em Santa Justa, incluindo, por vezes, os seios em relevo.



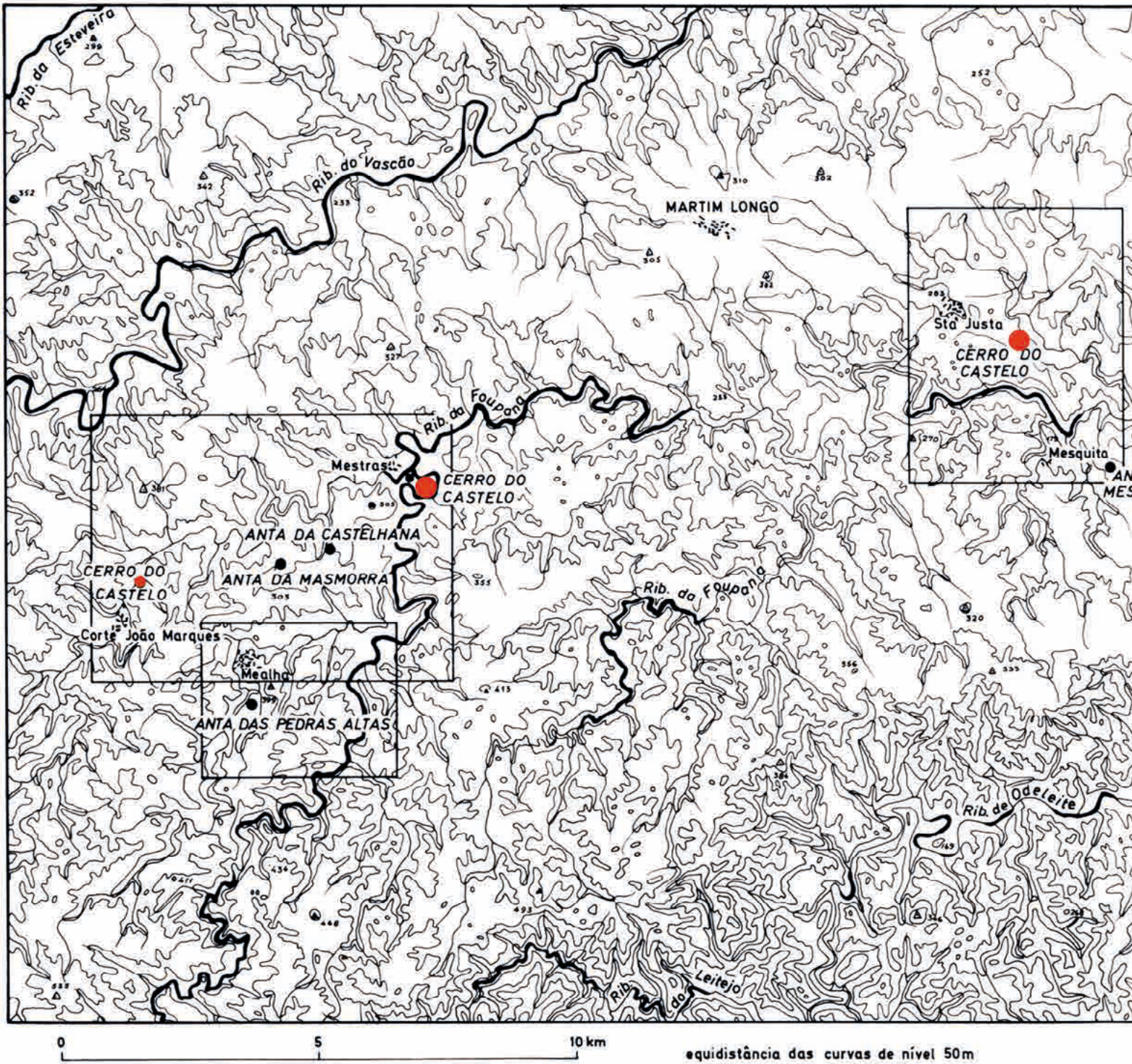
Fig. 51 – «Barro de cabana», usado na construção das habitações e dos fornos metalúrgicos. Os dois com pontos vermelhos são provenientes do Cerro do Castelo de Santa Justa. Fotografia de Victor S. Gonçalves.

7.8. RESUMINDO

O Cerro do Castelo de Corte João Marques foi um lugar de trabalho de um pequeno grupo de metalurgistas do cobre, com raízes no sul peninsular. Faz parte de uma rede de povoamento (fig. 52) que atravessa o Guadiana e se instala na serra algarvia, com pequenos lugares de habitação, normalmente fortificados. A esta linha corresponde uma outra, que passa a foz do Guadiana e se dirige pelo menos até Alcalar; e uma

terceira, que sobe o Grande Rio e se dirige, através do Alentejo, para as terras férteis e para os estuários do Sado e do Tejo. Esta penetração está também documentada nas placas de xisto gravadas que registam a figura do Jovem Deus ou nas que possuem olhos solares radiantes.

O aparecimento de pelo menos três fornos no local e a possibilidade da existência de estruturas habitacionais e defensivas são apontados pelo levantamento geofísico, mas devem ser confirmados por escavação.



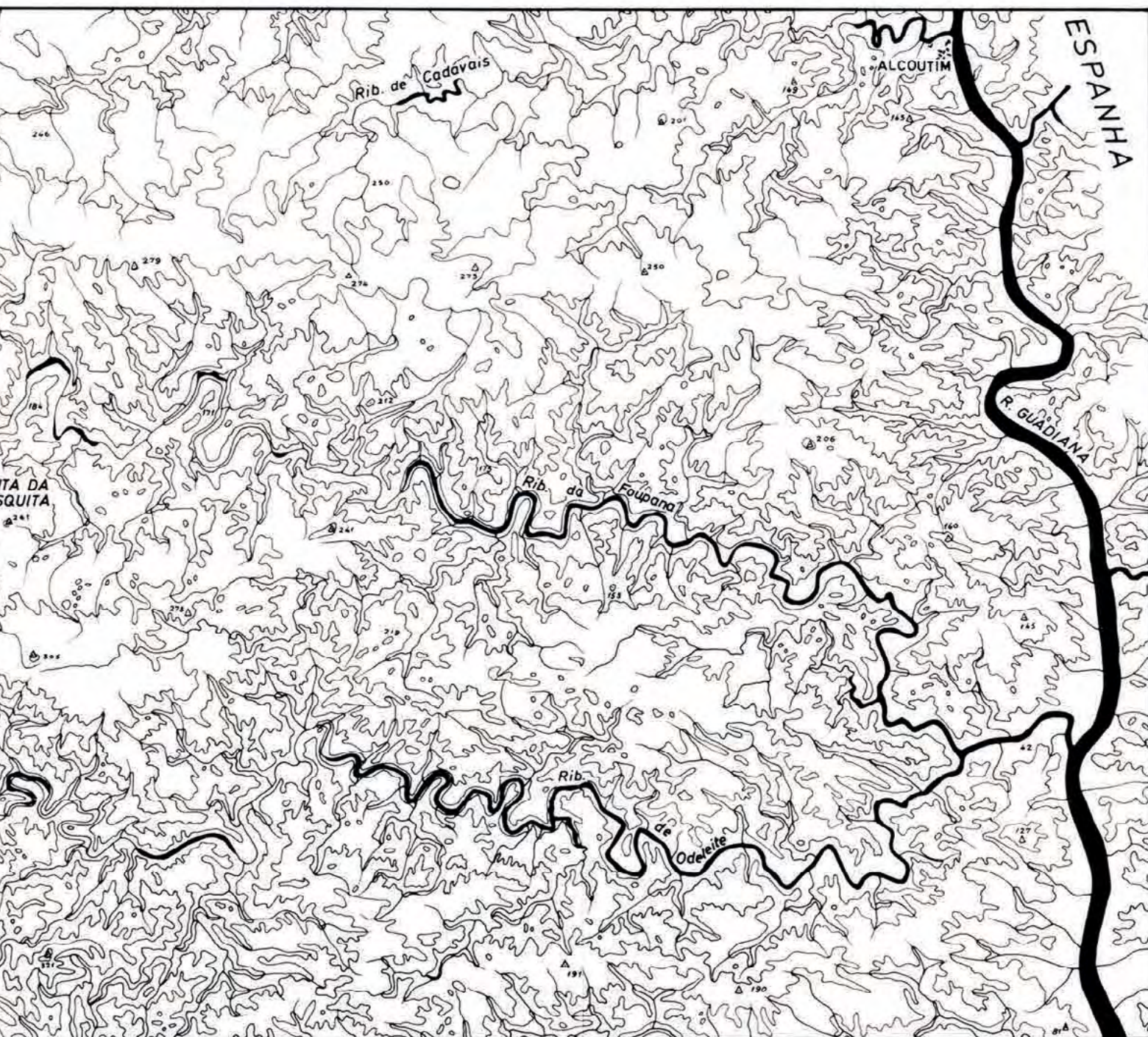


Fig. 52 – Rede de povoamento do calcolítico do Alto Algarve Oriental. Falta identificar um provável sítio entre Santa Justa e as Mestras e dois a montante de Santa Justa (Gonçalves, 1989).

O número muito elevado de componentes de mó (76 dormentes e 100 moventes) poderia reforçar a ideia de uma população residente muito ativa em trabalhos agrícolas, mas não é impossível que alguns destes moinhos de mão tenham sido usados no esmagamento do mineral.

A presença de uma queijeira tipo manga, quase completa (fig. 53) (Gonçalves, 1989, 2, Est. 8.1, p. 18, e Est. 145, p. 222), e de mais quatro fragmentos, evidencia a prática da queijaria, própria, no Centro e Sul do território hoje português, de meados do 3.º milénio a.n.e.

Os pesos de pesca (Gonçalves, 1989, 2, Est. 6.1, 3 e 5, p. 16) confirmam o óbvio, o aproveitamento de recursos oferecidos pela ribeira próxima.

Os pesos de tear, em muito mau estado de conservação, resumem-se a oito fragmentos, muito rolados, mas o simples facto de existirem confirma a prática local da tecelagem. São todos idênticos aos do Cerro

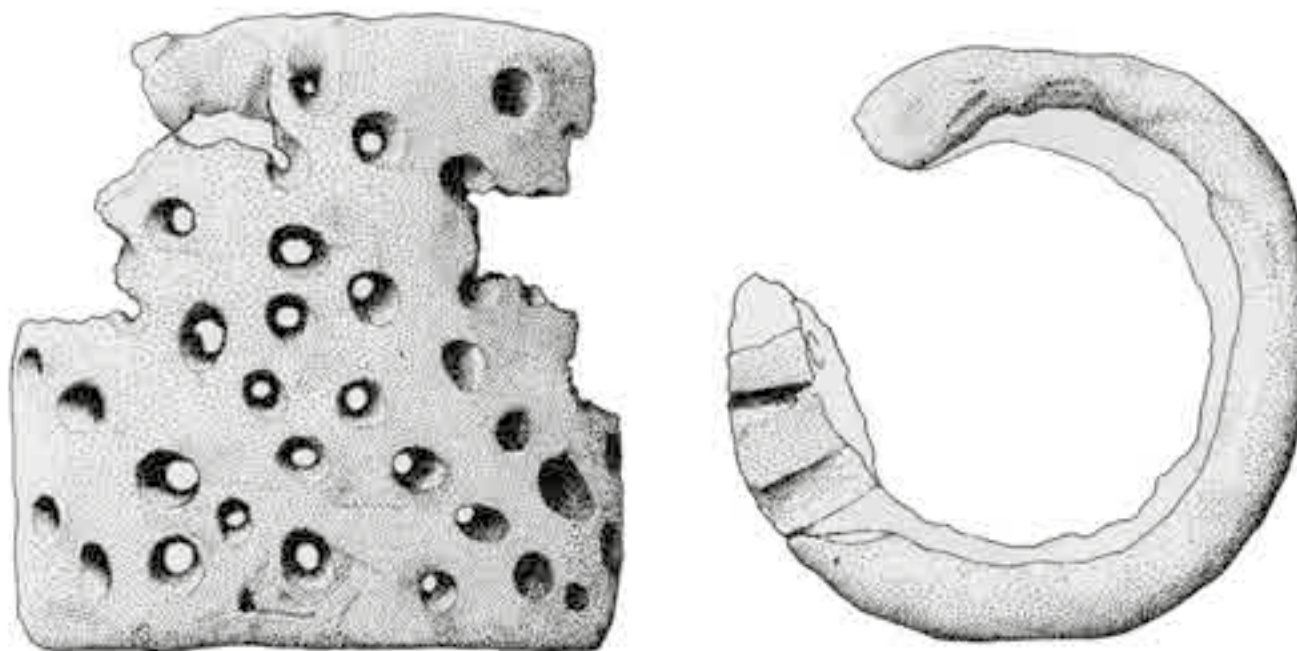
do Castelo de Santa Justa, em forma de crescente, ou, mais prosaicamente, de linguça.

Contrariamente ao verificado no Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim), no Cerro do Castelo de Corte João Marques não parece haver mais que uma grande fase de ocupação. Se atentarmos à cerâmica simbólica e à metalurgia evoluída, poderíamos avançar uma data de referência para essa fase única?

2500 antes da nossa Era, mais século menos século. À poalha do início, registada por Estácio da Veiga e, sob reserva, nas «coleções» particulares, é agora possível uma leitura mais precisa de uma fixação de grupos armados, concentrados em pequenos sítios, por onde escorre o fluxo do fulvo metal que, a longa distância, abre os caminhos do que hoje somos.

Fig. 53 – Queijeira L.8-4.
Desenho de Pedro Saraiva.

Lisboa, primavera de 2017



8. BREVE GLOSSÁRIO, COM ALGUMAS REFLEXÕES À MISTURA, NATURALMENTE DESTINADO A NÃO INICIADOS

J'aime que ce ne soit pas gagné d'avance, que ça ne tienne pas tout seul, que l'écriture des mots, l'écriture du texte ne disent pas tout. Que tout ne soit pas joué d'avance. Parce que, dans le fond, mes histoires sont aussi des prétextes à révéler de la présence, la présence qui est à la fois mystère et concret.

Joël Pommerat, fim da apresentação da ópera de Philippe Boesmans, *Au Monde*, 2015, Cyprès CYP4643.

Alcalar (Portimão) – Uma notável e extensa necrópole e um importante povoado, parecendo o conjunto relativamente tardio dentro do 3.º milénio. Além de uma anta, temos *tholoi* e hipogeus parcialmente escavados na rocha e um povoado «central». A associação de espaços de Vida com espaços da Morte é relativamente rara no Centro e Sul de Portugal: Santa Justa, Vila Nova de S. Pedro, Zambujal, Monte da Tumba e Monte Novo dos Albardeiros não revelaram grandes necrópoles na sua imediata vizinhança, o que apenas, até hoje, só se verificou em Alcalar (Portimão) e Perdigões (Reguengos de Monsaraz). Na área de influência de Alcalar, o hipogeu de Monte Canelas revelou um conjunto de 10 placas de xisto gravadas de grande interesse, por traduzirem também influências alentejanas, como as placas com «Orelhas de Coelho» revelam, mesmo que reproduzam desastrosamente paginações em outros monumentos normalizadas.

Aljezur – Sítio publicado inicialmente por Estácio da Veiga, republicado pelo casal Leisner, o desenho integral das placas de xisto gravadas foi recentemente divulgado, primeiro em *O Arqueólogo Português*, depois, revisto, sob a forma de livro, pela autarquia. Nos hipogeus escavados, a presença e a morfologia das placas votivas refere como provável proveniência a área Montemor-o-Novo – Évora, mas pontos intermédios podem ser evocados, como Pedra Branca (Montum, Melides), e outros, mais a sul.

Anta – Monumento funerário constituído por uma Câmara construída com grandes pedras afeiçoadas (esteios ou ortóstatos) e, na maioria dos casos, por um Corredor de acesso, o todo coberto por camadas de terra formando uma meia-laranja designada *tumulus*. Os mortos eram depositados na Câmara e,

quando esta estava cheia, no Corredor. As antas, ou monumentos ortostáticos, são escassas no Algarve e, em geral, estão hoje muito danificadas, salvo o monumento Alcalar 9.

Antigas sociedades camponesas – Jean Guilaine foi o pioneiro, com o seu centro de investigação sobre as sociedades rurais e com o volume seminal sobre *Les premiers bergers et paysans de la Méditerranée occidentale*. Não abandonando o conceito de neolítico, Guilaine chamou a atenção para a importância das sociedades baseadas complementarmente na agricultura e na pastorícia. O uso de duas novas expressões, *Pré-História antiga* e *Pré-História recente*, compartimentada, com exclusividade no tempo, realidades muito distintas, cujas fronteiras passam a ser apenas temporais. Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, usámos a expressão *Antigas Sociedades Camponesas* para registar uma situação socioeconómica completamente nova e fala-se de Antigas Sociedades Camponesas, na Segunda fase das quais emergem os grupos de arqueometalurgistas que iniciam o complexo processo... da complexidade social.

Antiguidades Monumentaes do Algarve – Quatro volumes, publicados em 1886, 1887, 1888, 1891, registam a mais ampla ação de prospeção jamais efetuada em Portugal numa região individualizada geográfica e culturalmente. Se em termos absolutos fazer a carta arqueológica de um concelho atual é uma opção metodológica que só faz sentido do ponto de vista administrativo ou para aquisição de fundos que subvençionem o trabalho, Estácio da Veiga propõe uma solução coerente para um espaço coerente. Mais alguns como ele (e Santos Rocha) e tudo teria sido bem diferente.

Betilo – Parte da grande família dos AVC (artefactos votivos de calcário). A forma geral mais comum é cilíndrica ou cilindroide, romboide ou hiperboloide, mas temos também formas cilindroides achatadas, como no caso do betilo de Fonte Benémola ou da Lezíria. Pode ter dimensões relativamente grandes ou minúsculas. Poderiam parecer figuras masculinas, mas alguns têm representações explícitas do sexo feminino, o triângulo púbico da Deusa (Liceia) ou mesmo seios (Pera).

Cadinho – Instrumento indispensável na sequência funcional da arqueometalurgia, ainda hoje existente. No Calcolítico, são pequenos recipientes de corpo ovalado ou retangular, alguns com quatro pés, onde se coloca o metal até à fusão, sendo depois vertidos em moldes. Mas também se registaram situações em que foram usadas para o efeito pequenas taças. Com as altas temperaturas a que são sujeitos, os elementos

voláteis passam ao estado gasoso, a peça fica mais leve e a cor da cerâmica passa a cinzento claro, tornando estes artefactos cerâmicos facilmente reconhecíveis. Até porque, muitas vezes, guardam pingos de cobre aderentes ao bordo e superfícies interiores...

Calcolítico – O mesmo que «Idade do Cobre» ou «Antigas Sociedades Camponesas de segunda fase». Em Portugal, corresponde, *grosso modo*, ao 3.º milénio, tendo talvez começado cerca de 2900 ou 2800 antes da nossa Era, e atingido o seu pico cerca de 2500 a.n.e. A segunda metade do 3.º milénio é assinalada pela presença dos portadores ou comerciantes de cerâmicas campaniformes e de novos artefactos de cobre.

Cerâmica simbólica – Chama-se assim a cerâmica portadora de símbolos, isolados ou associados, que constituem componentes identificativos de uma divindade feminina. De cima para baixo: cabelo, sobrancelhas, olhos, solares ou não, «tatuagens» ou pinturas faciais, o nariz, com as narinas indicadas ou não, a boca, o queixo, os seios, o triângulo púbico. Em algumas poucas placas de xisto gravadas há ainda a representação de tranças, no verso e, nos betilos, a indicação de penteados, por vezes complexos.

Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim) – Identificado ainda durante as escavações de Corte João Marques, este notável sítio da Idade do Cobre estava, apesar de tudo, muito bem preservado. Protegido por uma muralha de grauvaque, reforçada por um muro de xisto, o espaço habitacional incluía cabanas, uma área de estruturas de combustão, um forno multiusos (incluindo a preparação de alimentos e a fusão do cobre), dois teares e uma área extramuros, com três cabanas.

Covinhas – Resultam basicamente da escavação de uma «pedra sagrada», afloramentos rochosos, menires, esteios de antas, produzindo-se na matriz original depressões cupuliformes. Presume-se que o pó de rocha assim obtido fosse posteriormente usado como amuleto.

Enxó – Artefacto de pedra polida ou metal cuja função seria limpar os troncos das árvores cortadas, removendo os pequenos ramos adjacentes, mas que também poderia ser usado na remoção da casca.

Estácio da Veiga (1828-1891) – Um taviense entre os «pais» fundadores da Arqueologia Portuguesa. Truculento, escrevendo com tinta escura não diluída, é certamente uma figura muito interessante, anos-luz à frente de outros seus contemporâneos. O conceito de «Carta Arqueológica» que aplica ao Algarve está muito distante dos que recentemente foram ativados,

com meios maiores e os resultados que se conhecem. E, bem ou mal, melhor ou pior, atravessou todo o Algarve, Loulé incluído, claro.

Machado – Artefacto de pedra polida ou metal cuja função seria cortar, nomeadamente árvores, mas que também poderia ser usado em combate.

Menir – Os franceses preferem agora chamar-lhes «pedras levantadas», uma vez que parte destas pedras alongadas nem sequer foi talhada. Outras foram e apresentam motivos decorativos muito curiosos. O Algarve e o Alentejo médio apresentam grande quantidade de menires, gravados. No caso do Algarve ocidental, as constantes na simbólica são tão numerosas que se pode talvez falar de uma unidade étnica e civilizacional, parecendo efetivamente anterior à alentejana.

Moinho de mão – Composto por duas partes, o dormente, que assenta na terra e onde se coloca o cereal em grão, e o movente, usado para o esmagar e transformar em farinha. Ambos, quando o atrito diminui pelo desgaste das suas superfícies, são recuperados pelo método do picotado, usando-se um percutor duro.

Monte Canelas (Portimão) – Raro exemplo de um hipogeu da transição do 4.º para o 3.º milénio bem escavado e registado. Monte Canelas destaca-se do grande conjunto de Alcalar (Portimão) por uma intervenção rigorosa. As dez placas de xisto gravadas, já publicadas, ilustram exemplarmente várias influências, se não foram mesmo trazidas de outras áreas produtoras.

Núcleo de lamelas – Herança dos nossos queridos antepassados neandertalenses, o núcleo de plano preparado, em que se prefigura num calhau informe o futuro artefacto, lasca, lâmina ou lamela, é um grande passo em frente na tecnologia do talhe da pedra. Com as antigas sociedades camponesas, toda a tecnologia está adquirida e as cadeias operatórias estabilizadas. O pequeno núcleo de lamelas de Monte da Vinha é disso exemplo.

Olhos de Sol – Em algumas placas de xisto gravadas, sobre osso ou cerâmica, Olhos de Sol evocam a Deusa. Ainda assim, a sua morfologia difere. Teoricamente, apenas deveriam ser designadas desta maneira as figurações em que o círculo representando os olhos apresenta raios. Mas trata-se de diferentes maneiras de tratar um mesmo símbolo e os próprios raios variam de forma.

Placas de xisto gravadas – Se há um artefacto pré-histórico genuinamente «português» ele é sem dúvida o impressionante conjunto das placas de xisto gravadas. Colocadas ao pescoço dos mortos, ou sobre as ossadas das segundas inumações, os milhares

conhecidos evidenciam o nascimento, muito provavelmente no Alentejo médio, de um importante complexo mágico-religioso. As redes de troca levam-nas até ao Baixo Alentejo e ao Algarve ocidental, com os mesmos motivos gravados que na região da sua proveniência. No Algarve, há pequenas variações na paginação e na decoração, mas em número insuficiente para que se possa falar de placas «algarvias». No Algarve oriental, conhecem-se poucas, mas, entre as publicadas, a placa de Salir é talvez a mais interessante.

O Corpo das placas de xisto gravadas apresenta quatro motivos principais: triângulos preenchidos com retícula, faixas zigzagueantes preenchidas com retícula, xadrez e faixas verticais preenchidas. Há ainda placas híbridas, que misturam dois motivos principais, a «síndrome das placas loucas», em que são esquecidas as regras da simetria ou ainda as raras placas com simetria radial. A cabeça das placas tem ainda maior diversidade e, em alguns casos, mais evoluídos, é mesmo recortada, configurando ombros, oblíquos ou retos.

A cronologia das placas de xisto gravadas está atualmente estimada entre 3200 e 2500 antes da nossa Era.

Prato de bordo espessado – Muito abundante no 2.º quartel do 3.º milénio, indicia uma mudança radical na dieta, correspondendo culinariamente a guisados ou papas de cereais. Prato de grandes dimensões, para uso de grupos, corresponde a uma importante mudança na sociedade. De algum modo, é assim, funcionalmente, mais uma «travessa» que um «prato»... Quando o espessamento do bordo é interno e externo, diz-se geralmente que é «almendrado».

Queijeira – Mais propriamente um cincho. Separa o soro e é indispensável para o fabrico de queijos frescos. Em Portugal, é relativamente frequente a partir de meados do 3.º milénio.

Taça carenada – Esta forma cerâmica, normalmente de grande capacidade, é anterior ao prato de bordo espessado, correspondendo, em termos de periodização, ao que se designa habitualmente por «Neolítico final». É relativamente comum nos dois últimos séculos do 4.º milénio e nos dois primeiros do 3.º. É usada em vários contextos, até mesmo na produção de sal por evaporação térmica.

Tholos (plural: *tholoi*) – Monumento funerário constituído por uma Câmara, na maioria coberta por um sistema de falsa cúpula, e provida com Corredor de acesso longo. São geralmente espaços coletivos, contando-se, por vezes, muitas dezenas de deposições funerárias, mas também os há com escassa ocupação.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO GORBEA, M. J. (1973) – *Los ídolos del Bronce I hispano*. Biblioteca Praehistorica Hispana. Madrid. 12.
- ALMAGRO, M.; ARRIBAS, A. (1963) – *El poblado y la necrópolis megalíticos de Los Millares*. Biblioteca Praehistorica Hispana. Madrid. 3.
- CACHO, C.; MAICAS, R.; GALÁN, E.; MARTOS, J. A. (2010) – *Ojos que nunca se cierran. Ídolos en las primeras sociedades campesinas*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional.
- CALADO, M. (2001) – *Da Serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2001. (Trabalhos de Arqueologia; 19).
- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia: resultados das escavações realizadas: 1983-1988*. Oeiras: Câmara Municipal, 1989.
- CARDOSO, J. L. (2002) – Sobre os ídolos de calcário de Pera (Silves) e o seu significado no quadro do calcolítico do sul peninsular. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 20, p. 61-76.
- CARVALHO, A. F. (2005) – As mais antigas sociedades camponesas da Península de Lisboa (c. 5200-4500 cal BC). In Gonçalves, V. S., ed. lit. (2005) – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal. p. 33-43.
- CARVALHO, A. F. (2011) – Produção cerâmica no início do neolítico de Portugal. In BERNABEU AUBÁN, J.; ROJO GUERRA, M.; MOLINA BALAGUER, L., coord. – *Las primeras producciones cerámicas: el VI milenio cal aC en la Península Ibérica*. Valencia: Universidad de Valencia, p. 237-252. (*Şagvntvm*. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia; extra-12).
- CARVALHO, A. F.; VERÍSSIMO, H. (2016) – Gruta da Igreja dos Soidos (Alte, Loulé): contribuição para o estudo do final da Pré-História no Algarve. In *Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, 9, Troia, Setúbal, 2016. Poster. Artigo com o mesmo título entregue para publicação. Manuscrito para consulta antecipada cedido pelo primeiro autor.
- CARVALHO, A. F. (2008) – *A neolitização do Portugal meridional. Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve ocidental*. Promontoria Monográfica. Faro. 12.
- CASTRO, L. A.; FERREIRA, O. V. (1959) – Vaso de tipo – neolítico do Alto da Toupeira – Lousa. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. vol. 1, p. 109-110.
- CELESTINO PÉREZ, S. (2001) – *Estelas de guerreiro y estelas diademadas. La precolonización y formación del mundo tartésico*. Barcelona: Edicions Bellaterra. 495 p.
- COSTEIRA, C., MATALOTO, R., ROQUE, C. (2013) – Uma primeira abordagem à cerâmica decorada do 4.º/3.º milénio a.n.e. dos povoados de S. Pedro (Redondo). In *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 397-406.
- DICKINSON, E. (1961) – *The complete poems of Emily Dickinson*. New York: Back Bay Books.
- DINIZ, M. (2007) – *O sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no Interior Sul de Portugal*. Lisboa: IPA. (Trabalhos de Arqueologia; 48).
- ESCACENA CARRASCO, J. L. (1994) – Acerca de la producción de sal en el Neolítico andaluz. In *Encuentro Internacional de Arqueología del suroeste*, Huelva y Niebla, 1993. *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva: Universidad. p. 91-118.
- ESCACENA CARRASCO, J. L.; RODRÍGUEZ DE ZULOAGA, M.; LADRÓN DE GUEVARA, I. (1996) – *Guadalquivir Salobre. Elaboración Prehistórica de Sal Marina en las Antiguas Bocas del Río*. Sevilla: Confederación Hidrográfica del Guadalquivir.
- FERNÁNDEZ FLORES, A.; GARCÍA SANJUÁN, L.; ZORITA BONILLA, M. D. (2016) – *Montelirio. Un gran monumento megalítico de la Edad del Cobre*. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura.
- FERRAZ, A. L. (2016) – *Iconographie des sociétés néolithiques: entre Atlantique et Méditerranée, les stèles décorées de l'Alentejo Central*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Jean Jaurés (Toulouse). 2 vols. policopiados, com base de dados sobre suporte digital anexa.
- FERREIRA, O. da V. (1970) – A estação com cerâmica cardial da Ponta de Sagres, Algarve. *Arqueologia e História*. Lisboa. S. IX, 2, p. 347-359.
- FORENBAHER, S. (1999) – *Production and Exchange of Bifacial Flaked Stone Artifacts during the Portuguese Chalcolithic*. Oxford: Archaeopress, 1999. (BAR International Series; 756).
- FRANCO, L.; VIANA, A. (1945) – O espólio arqueológico de José Rosa Madeira. *Brotéria*. Lisboa. 41:5, p. 386-419.
- GAIMAN, N. (1999/2012) – *Stardust, anniversary edition*. New York: HarperCollins Publishers.

- GAIMAN, N. (2015) – *Trigger warning*. New York: HarperCollins.
- GOMES, M. V. (1997) – Megalitismo do Barlavento algarvio – breve síntese. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 11-12, p. 147-190.
- GOMES, M. V. (2006) – Pólo museológico de Salir: Objectivos, conceitos e propostas. *Al-'Ulyà*. Loulé. 11, p. 143-150.
- GOMES, M. V. (2007) – Nés à l'extrême sud-ouest de l'Europe: les menhirs de l'Algarve et l'avènement de l'idéologie mégalithique. In *Les expressions intellectuelles et spirituelles des peuples sans écriture. Colloque UISPP – CISENP de l'Union International des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques*, Paris, 2007. Capo di Ponte: Edizioni del Centro. p. 147-157.
- GOMES, M. V. (2010) – *Arte rupestre do Vale do Tejo. Um ciclo artístico-cultural pré e proto-histórico*. Dissertação de doutoramento em História, especialidade de Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1988) – *Levantamento arqueológico-bibliográfico do Algarve*. Faro: Secretaria de Estado da Cultura, Delegação Regional do Sul.
- GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P. (1978) – Os menires do Algarve. In *Congresso Nacional de Arqueologia de Lugo*, 15, Lugo, 1977. Saragoza: Secretaría General de los Congresos Arqueológicos Nacionales. p. 355-374.
- GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P.; SERRÃO, E. C. (1978) – A estação pré-histórica da Caramujeira. *Trabalhos de 1975/76. In Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 3, Lisboa, 1977. Lisboa: A. A. P. vol. 1, p. 35-72.
- GONÇALVES, V. S. (1971) – *O Castro da Rotura e o Vaso Campaniforme*. Setúbal: Junta Distrital.
- GONÇALVES, V. S. (1978) – Dois novos ídolos tipo Moncarapacho. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 4, p. 47-60.
- GONÇALVES, V. S. (1980) – Carta Arqueológica do Algarve (CAALG). In *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. p. 19-22.
- GONÇALVES, V. S. (1983-84) – Artefacto de pedra polida de grandes dimensões proveniente de Almodôvar (Beja). *CLIO/ARQUEOLOGIA*. Lisboa. 1. p. 197-199.
- GONÇALVES, V. S. (1987) – O povoado pré-histórico da Sala n.º 1 (Pedrogão, Vidigueira): notas sobre a campanha 1(88). *Portvgália*. Porto. N. Série, VIII, p. 7-16.
- GONÇALVES, V. S. (1988) – Sobre a estratégia de povoamento calcolítico do Alto Algarve Oriental. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. vol. II. p. 29-40.
- GONÇALVES, V. S. (1988-89) – A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). *Portvgalia*. Porto. N. Série, IX-X, p. 49-82.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma perspectiva integrada*. Lisboa: INIC/UNIARQ. 2 vols. 1.º vol., 566 p., incluindo mapas, figuras e outras ilustrações, além de extra-textos; 2.º vol., 252 estampas.
- GONÇALVES, V. S. (1992) – Ler o Tempo no Espaço. In *Livro de Homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: CAH. p. 17-25.
- GONÇALVES, V. S. (1995) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 2. A propósito dos artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho. In *Jornadas de Arqueologia do Sudoeste Alentejano*, 1, Sagres, 1991. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 11-12, p. 199-216.
- GONÇALVES, V. S. (1995) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais: Câmara Municipal. 308 p.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa: MNA; Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal.
- GONÇALVES, V. S. (2003a) – *STAM-3, A anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: IPA. 472 p.
- GONÇALVES, V. S. (2003b) – *Sítios, «Horizontes» e artefactos. Estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal*. 2.ª ed. revista e aumentada com dois novos textos. Cascais: Câmara Municipal. 380 p.
- GONÇALVES, V. S. (2004a) – As placas de xisto gravadas dos monumentos colectivos de Aljezur. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 22, p. 163-318.
- GONÇALVES, V. S. (2004b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 5. O explícito e o implícito. Breve dissertação, invocando os limites fluidos do figurativo, a propósito do significado das placas de xisto gravadas do terceiro milénio a.n.e. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 165-183.
- GONÇALVES, V. S. (2005a) – *As placas de xisto gravadas dos monumentos colectivos de Aljezur*. Aljezur: Câmara Municipal, 168 p. Edição com um estudo introdutório inédito.
- GONÇALVES, V. S. (2005b) – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal. 219 p.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – Na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., dois subsistemas mágico-religiosos no Centro e Sul de Portugal. In HERNÁNDEZ PÉREZ, M.; SOLER DÍAZ, J.; LÓPEZ PADILLA, J., ed. lit. – *Congreso del Neolítico Peninsular*, 4, Alicante, 2006. Alicante: MARQ. Tomo II, p. 112-120.
- GONÇALVES, V. S. (2013) – *No limite oriental do Grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz*. Évora: DRCALEN. 521 p.
- GONÇALVES, V. S. (2016) – O Cerro do Castelo de Corte João Marques, um povoado aberto da Idade do cobre. *Al-'Ulyà*. Loulé. 16, p. 19-24. Este microtexto foi escrito antes do levantamento geofísico levado a efeito em setembro de 2016.
- GONÇALVES, V. S.; BALBÍN-BEHRMANN, R.; BUENO, P. (1997) – A estela menir do Monte da Ribeira (Reguengos de Monsaraz, Alentejo, Portugal). *Brigantium*. La Coruña. 10, p. 235-254.

- GONÇALVES, V. S.; GIL, F. B.; SERUYA, A. I. (1989) – A metalurgia nos Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa. In GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC/UNIARQ, p. 479-481.
- GONÇALVES, V. S.; GUILAINE, J.; ARRUDA, A. M.; BARBAZA, M.; COLAROU, J.; GEDDES, D. (1987) – Le Néolithique ancien de l'Abri de Bocas 1 (Rio Maior, Portugal). In *Premières Communautés Paysannes en Méditerranée Occidentale*. Paris: CNRS. p. 673-680.
- GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A.; ANDRADE, M. (2003) – A propósito do reaproveitamento de algumas placas de xisto gravadas da região de Évora. *Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 21, p. 209-244.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2014) – Coruche e as antigas sociedades camponesas. In *Coruche, o céu, a terra e os homens*. Coruche: Câmara Municipal, p. 39-67.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (no prelo) – The Shadows of the Rivers and the Colour of Copper. Some Reflexions on the Chalcolithic Farm of Cabeço do Pé da Erra (Coruche, Portugal) and its Resources. In BARTELHEIM, M.; BUENO, P., ed. lit. – *Key Resources and Socio-cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*, 2015, Alcalá de Henares. Madrid: Universidad de Alcalá de Henares, Deutsches Archäologisches Institut Madrid.
- GOOSSENS, L.; MEYER, C. (2016) – *Report 1625/2016. Magnetic measurements at the Chalcolithic site of Cerro do Castelo de Corte João Marques (Loulé, Portugal)*. Eastern Atlas.
- GUILAINE, J.; FERREIRA, O. V. (1970) – Le Néolithique ancien du Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 67:1, p. 304-322.
- GUILAINE, J. (1976) – *Les premiers bergers et paysans de la Méditerranée*. Paris: Mouton.
- HANNING, E.; GAUB, R.; GOLDENBERG, G.; (2010) – Metal for Zambujal: experimentally reconstructing a 5000-year-old technology. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 67: 2, p. 287-304.
- INÁCIO, N. (2015) – *Alfarería y Metalurgia: Contribución del análisis arqueométrico para el estudio de los patrones de producción, distribución y consumo de cerámica en el Suroeste de la Península Ibérica durante el III Milenio A.N.E.* Doutoramento na área de especialização em Pré-História e Arqueologia, Universidade de Huelva.
- JORDÃO, P. (2010) – *Análise de proveniência de matérias-primas líticas da indústria de pedra lascada do povoado calcólico de S. Mamede (Bombarral)*. Tese de Mestrado em Geoarqueologia. 229 p.
- JUNGHANS, S.; SANGMEISTER, E.; SCHRÖDER, M. (1974) – *Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europa. Studien zu den Anfängen der Metallurgie* 4. Berlin.
- KUNST, M. (2013) – The Innovation of Copper Metallurgy on the Iberian Peninsula: Its Significance for the Development of Social Complexity in the 3rd Millennium BC. In BURMEISTER, S.; HANSEN, S.; KUNST, M.; MÜLLER-SCHAESEL, N., ed. lit. – *Metal Matters; Innovative Technologies and Social Change in Prehistory and Antiquity*. Rahden/Westf.: Leidorf (Menschen – Kulturen – Traditionen. Forschungs Cluster 2; Bd. 12).
- LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F.; CARVALHO, A. F. (1998) – Povoado dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 45-151.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. 2. Lieferung. Berlin: Walter de Gruyter.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. 3. Lieferung. Berlin: Walter de Gruyter.
- MARTINS, A.; NEVES, C.; CARDOSO, M. (2004-2005) – Fragmentos da paisagem: o pote isolado da Ponte da Azambuja 3. *Arqueologia e História*. Lisboa. 56-57, p. 103-110.
- MARTINS, I. M. P. (1988) – *Arqueologia do Concelho de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal. 215 p.
- MATALOTO, R. (2010) – O 4.º/3.º milénio a. C. no povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central): fortificação e povoamento na planície centro alentejana. In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C., ed. lit. – *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e.* Actas do Colóquio Internacional. Cascais: Câmara Municipal, p. 263-296.
- MATALOTO, R.; COSTEIRA, C. (2016) – Gestos do simbólico II – recipientes fragmentados em conexão do 4.º / 3.º milénios a.n.e. de São Pedro (Redondo). In SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., ed. lit. – *Terra e água, escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos de Homenagem Victor S. Gonçalves*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- MOLINA, F.; CÁMARA, J. A. (2005) – *Los Millares: guía del yacimiento arqueológico*. [Sevilla]: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 2005.
- MORÁN, E. (2014) – *Alcalar, organização do território e processo de formação de um estado prístino IV-III milénio a.n.e.* Tese de doutoramento apresentada no Departamento de Pré-História e Arqueologia, Faculdade de Geografia e História, da Universidade de Sevilha.
- MÜLLER, R.; GOLDENBERG, G.; BARTELHEIM, M.; KUNST, M.; PERNICKA, E. (2007) – Zambujal and the Beginings of Metallurgy in Southern Portugal. In NIECE, S. L.; HOOK, D.; CRADDOCK, P., ed. lit. – *Metal and mines: studies Archaometallurgy*. London: Archetype Publications, 2007. p. 15-25.
- MUNSELL SOIL COLOR CHARTS. Revised edition. New Winsor: GretagMacbeth, 2000.
- NOCETE, F.; QUEIPO, G.; SAEZ, R.; NIETO, J. M.; INÁCIO, N.; BAYONA, M. R.; PERAMO, A.; VARGAS, J. M.; CRUZ-AUÑÓN, R.; GIL-IBARGUCHI, J. I.; SANTOS, J. F. (2008) – The Smelting Quarter of Valencina de la Concepción (Seville, Spain): the Specialized Copper Industry in a Political Center of the Guadalquivir Valley During the Third millenium BC (2750-2500 NC). *Journal of Archaeological Science*. London. 35, p. 717-732.
- NOCETE, F., ed. lit. (2004) – *Odiel: proyecto de investigación arqueológica para el análisis el origen de la desigualdad social en el suroeste de la Península Ibérica*. [Sevilla]: Dirección General de Bienes Culturales, [2004]. (Arqueología. Monografías; 19).
- PAÇO, A.; FRANCO, G. L. (1958-1959) – Ídolo cilíndrico de calcário, oculado, do Algarve. Actas e memórias do 1.º Congresso Nacional de Arqueologia, Lisboa. Lisboa: Instituto de alta Cultura. p. 361-368.

- PARREIRA, R. (2010) – O Hipogeu I de Monte Canelas – as placas de xisto gravadas. In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C., ed. lit. (2010) – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e. Colóquio Internacional*, Cascais, 2005. Cascais: Câmara Municipal, p. 399-420.
- PEREIRA, F.; SILVA, R.; SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; CARDOSO, J. L. (2016) – Metallurgical Production from the Chalcolithic Settlement of Moita da Ladra, Portugal. *Materials and Manufacturing Processes*. DOI: 10.1080/10426914.2016.1244839.
- PESSOA, M. (1983) – Vaso neolítico de Casével. *Arqueologia*. Porto, 7, p. 16-23.
- RENDEIRO, L. C. (2014) – *O repertório cerâmico da sala n.º 1 (Vidigueira), na sequência Neolítico final-Calcolítico do Alentejo médio*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.
- RISCH, R. (2008) – Techniques de broyage et organisation socioéconomique: le cas des sites chalcolithiques du sud-est de la Péninsule ibérique. *The Arkeotek Journal*. vol. 2: 2. www.thearkeotekjournal.org.
- ROCHA, L.; BARROS, P. (1999-2000) – Escavações de emergência no povoado da Praia do Forte Novo, Quarteira (Loulé). Al-'Ulyà. Loulé. 7. p. 9-25.
- ROCHA, L.; BARROS, P. (1999) – *Praia do Forte Novo, Querença (Loulé). Relatório dos trabalhos arqueológicos de emergência efetuados em 1999*. DGPC: Arquivo da Arqueologia Portuguesa.
- ROCHA, L. (2013) – A Praia do Forte Novo. Um sítio de produção de sal na costa algarvia. In SOARES, J., ed. lit. – *Pré-História das zonas húmidas. Conferência Internacional, Setúbal, 2011. Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 14. p. 225-231.
- SCHUBART, H. (1965) – As duas fases de ocupação do túmulo de cúpula do Monte do Outeiro, nos arredores de Aljustrel. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 51, p. 247-260.
- SCHUBART, H. (1971) – O Horizonte de Ferradeira. Sepulturas do Eneolítico Final do Sudoeste da Península Ibérica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. LXXXI: 3-4.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1976-77) – Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 179-272.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba: I: escavações arqueológicas de 1982-86: resultados preliminares. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 16-43.
- SIMÕES, T. (1999) – *O sítio neolítico de S. Pedro de Canaferrim, Sintra. Contribuições para o estudo da neolitização da Península de Lisboa*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 12).
- SOARES, A. M.; VALÉRIO, P. (2016) – A evolução da metalurgia durante a Pré-História no Sudoeste Português. In SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., ed. lit. (2016) – *Água e Terra, Colher Sementes, Invocar a Deusa. Livro em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: UNIARQ. p. 341-356.
- SOARES, J. (2000) – A Ponta da Passadeira e a diversidade do registo arqueológico dos IV/III milénios a. C. In *Jornadas Arqueológicas e do Património da Corda Ribeirinha Sul, 1*, Barreiro, 1999. Barreiro: Câmara Municipal. p. 88-109.
- SOARES, J. (2001) – O povoado pré-histórico da Ponta da Passadeira: economia ribeirinha dos IV/III milénios a. C. In *Arqueologia e História regional da Península de Setúbal*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares da Universidade Aberta. p. 101-127.
- SOARES, J. (2008) – Economias anfíbias na costa sudoeste ibérica. IV-III milénios BC. O caso da Ponta da Passadeira (estuário do Tejo). In *Congresso del Neolítico peninsular, 4*, Alicante, 2006. Alicante: MARQ. vol. 2, p. 356-364.
- SOARES, J. (2013) – Sal e conchas na Pré-História portuguesa. O povoado da Ponta da Passadeira (estuário do Tejo). In SOARES, J., ed. lit. – *Pré-História das zonas húmidas. Conferência Internacional, Setúbal, 2011. Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 14. p. 171-196.
- SOARES, J. (2013) – *Transformações sociais durante o III Milénio AC no Sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas*. [Évora]: EDIA. (Memórias d'Odiana; 2.ª. S., 5).
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (2013) – Economia agro-marítima na Pré-história do estuário do Sado. Novos dados sobre o Neolítico da Comporta. In SOARES, J., ed. lit. – *Pré-História das zonas húmidas. Conferência Internacional, Setúbal, 2011. Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 14, p. 13-56.
- SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., ed. lit. (2016) – *Água e Terra, Colher Sementes, Invocar a Deusa. Livro em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: UNIARQ.
- SOUSA, A. C.; SOARES, A. M. (2016) – Continuity or Discontinuity? Aquatic Exploitation in the Portuguese Estremadura During the Atlantic Period: São Julião and Magoito Shell Middens as Case Studies. In *Sea people 2014 – Colloque Rennes*. Paris: *Société Préhistorique Française*. p. 191-212.
- SOUSA, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim (Mafra) na sequência do Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Tese de doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/3480>.
- SOUSA, M. J.; CARVALHO, A. F.; (2015) – Campo de investigação arqueológica do Castelo dos Mouros, Sintra (Portugal): achado de um vaso neolítico inteiro. In GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C., ed. lit. – *Congresso do Neolítico Peninsular, 5*, Lisboa, 2011. Lisboa: UNIARQ, p. 280-283.
- STRAUS, L. G.; ALTUNA, J.; FORD, D.; MARAMBAT, L.; RHINE, J. S.; SCHWARZ, H. P.; VERNET, J.-L. (1992) – Early Farming in the Algarve (Southern Portugal): a Preliminary View from Two Cave Excavations Near Faro. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. XXXII, p. 141-161.
- VALERA, A. C.; TERESO, J. P.; REBUGE, J. (2008) – O Monte da Quinta 2 (Benavente) e a produção de sal no Neolítico Final/ Calcolítico do estuário do Tejo. In *Congresso de Arqueologia Peninsular, 4*, Faro, 2004. Faro: Universidade do Algarve, p. 291-305.

- VALERA, A. C., coord. (2014) – Bela Vista 5. Um recinto do final do 3.º milénio a.n.e. (Mombeja, Beja). (ERA Monográfica; 2).
- VALERA, A. C. (2013) – *As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana – 2.ª metade do IV aos inícios do II milénio AC*. [Évora]: EDIA. (Memórias d'Odiana; 2.ª. S., 6).
- VALERA, A. C. – E.T.A.R. de Vila Nova de Mil Fontes. In *Atlas do Sudoeste Português*. [Em linha]. CIMAL; MAEDS. [Consult. 13 de março 2017]. Disponível em <http://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/318>.
- VALÉRIO, P.; SOARES, A. M.; ARAÚJO, F. (2016) – An Overview of Chalcolithic Copper Metallurgy from Southern Portugal. *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía*. Sevilla. 07, p. 31-50.
- VASCONCELOS, J. L. (1903) – *Analecta Archeologica* 19. Antiquidades do Museu de Faro. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 8, p. 171-172.
- VEIGA, S. Ph. M. E. da (1886, 1887) – *Paleoethnologia. Antiquidades Monumentaes do Algarve, Tempos Prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. vol. I e II.
- VERA, J. C.; LINARES, J. A.; ARMENTEROS LOJO, M.ª; GONZÁLEZ, D. B. (2010a) – Depósitos de ídolos en el poblado de La Orden – Seminario de Huelva: Espacios rituales en contexto habitacional. In CACHO, C.; MAICAS, R.; GALÁN, E.; MARTOS, J. A. – *Ojos que nunca se cierran. Ídolos en las primeras sociedades campesinas*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional. p. 250.
- VERA, J. C.; LINARES, J. A. y GONZÁLEZ, D. B. (2010b) – Los ídolos oculados de Huelva. *Andalucía en la Historia*. Sevilla. 28, p. 42-45.
- VICENTE, E. P.; MARTINS, A. S. (1979) – Menires de Portugal. *Ethnos*. Lisboa. 8, p. 107-138.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J. (1981) – Nouvelles données sur le Néolithique ancien de la station à céramique cardiale de Sagres, Algarve. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 67:2, p. 301-311.
- ZILHÃO, J. (2000) – From the Mesolithic to the Neolithic in the Iberian Peninsula. In PRICE, T.D., ed. lit. – *Europe's First Farmers*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 144-182.



Dos finais do 6.º ao 3.º milénio a.n.e., aqui e ali

1. Raspador sobre seixo talhado de quartzito

Monte da Vinha (Vinha do Casão?),

Quarteira

Pré-História

5,35 x 4,77 x 1,17 cm; 50,91 g

Museu Municipal de Loulé

MLA0793

Tratando-se de um achado isolado, não é possível fazer uma atribuição cronológica fina.

Com a designação genérica de «Monte da Vinha» conservam-se várias peças no Museu Municipal de Loulé, incluindo uma lasca, não selecionada para a exposição. Não existe documentação sobre o contexto destas recolhas, sendo provável que se trate do sítio do Monte da Vinha (freguesia de Quarteira), situado na proximidade da necrópole da Vinha do Casão (Gomes et al., 1986).

Tratando-se de achados isolados, é difícil fazer uma análise como um conjunto. Enquanto que o núcleo de lamelas indica possivelmente uma cronologia neolítica, o seixo núcleo e a lasca poderiam ser integrados em cronologias mais antigas, plistocénicas.

O entorno da Vinha do Casão inclui «formações plio-plistocénicas» (Gomes et al., 1986, p. 11), referindo-se os autores à presença de alguns artefactos de pedra lascada com cronologia paleolítica, nomeadamente uma raspadeira sobre lascada recolhida na lareira 5 (op. cit., p. 54) e um seixo núcleo da lareira 1 (op. cit., p. 49).

Sabemos hoje que as indústrias macrolíticas de tipo «languedocense» apresentam uma longa diacronia, evidente nas intervenções efetuadas na Baixa do Xarez, no sítio epónimo do Xarez de Baixo, Xarez 11 (Gonçalves et al., 2013).

É escassa a informação sobre as ocupações humanas mais antigas do Algarve. A informação disponível reporta-se essencialmente na arriba costeira, no Barlavento, associada a uma leitura geológica estrita



e muito redutora a vários níveis. Por um lado, a leitura estratigráfica clássica, recolhida exhaustivamente nas arribas por G. Zbyszewski e Abel Viana evidencia uma perspetiva «simplista da geomorfologia local», em área com «clara actividade neotectónica» (Bicho, 2006, p. 14), (*idem, ibidem*, p. 13). Por outro lado, deve ser referido que nestes terraços coexistem vestígios holocénicos. Alguns dos materiais recolhidos nestes locais oferecem muitas reservas, alguns deles sem qualquer indício antrópico e a sua maior parte corresponde a artefactos macrolíticos de longa diacronia.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gomes et al., 1986; Gonçalves et al., 2013; Bicho, 2006.

2. Núcleo prismático de lamelas

Monte da Vinha (Vinha do Casão?),
Quarteira
Neolítico
4,31 x 4,89 x 4,07 cm; 102,63 g
Museu Municipal de Loulé
MLA0384

Núcleo prismático de lamelas, com plataforma facetada, com cornija facetada. Grau de utilização: abandono. Córtex de alteração. Sílex com ressaltos. Apresenta múltiplos planos de extração de direção ortogonal. A atribuição cronológica é ampla no quadro das indústrias líticas holocénicas, podendo corresponder a uma fase antiga do Neolítico.

VSG/ACS



3. Furador sob lasca de sílex

Praia do Forte Novo, Quarteira
Neolítico final (final do 4.º/início do 3.º milénio a.n.e.)
1,8 x 3,51 x 0,6 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA2074

Apresenta orientação de eixo perpendicular, com secção losânguica. Sinais de tratamento térmico. Apresenta paralelos com exemplares em xisto jaspóide do Cerro do Castelo de Santa Justa (Gonçalves, 1989, p. 176). A indústria lítica de Forte Novo é muito escassa (três exemplares), contrastando com a abundância de cerâmica, o que é indicador do carácter especializado deste sítio.

VSG/ACS

Bibliografia:

Rocha, 2013; Gonçalves, 1989.



4. Pequeno vaso de pedra

Proveniência desconhecida, Ameixial (?)
Neolítico final/Calcolítico (finais do 4.º/
3.º milénios a.n.e.)
4,75 x 4,58 x 2,06 cm; 57,63 g
Museu Municipal de Faro
Arq-00165

Pequeno vaso de pedra, representando, em miniatura, uma forma de vaso cerâmico de tipo «lucerna». Apresenta uma depressão com Ø interno de 2,63 cm.

VSG/ACS

Bibliografia:

Franco, Viana, 1945.



5. Martelo, sobre seixo de quartzito

Proveniência desconhecida, Ameixial (?)
Neolítico final/Calcolítico (finais do 4.º/
3.º milénios a.n.e.)
4,93 x 6,24 x 3,88 cm; 196,22 g
Museu Municipal de Faro
Arq-00163

Martelo, sobre seixo de quartzito. Apresenta vestígios de utilização em ambas as extremidades. Integra a coleção Rosa Madeira.

ACS/VSG

Bibliografia:

Franco, Viana, 1945.



6. Machado de pedra polida

Salir, Salir

Neolítico final/Calcolítico (finais do 4.º/
3.º milénios a.n.e.)

5,44 x 7,19 x 3,08 cm; 206,90 g

Museu Nacional de Arqueologia

8588 (1.8.87)

Machado com intensos sinais de uso, inteiro. Bordos divergentes planos. Gume com geometria convexa, bisel duplo completamente usado, apresentando superfície plana. Talão arredondado. Faces convexas. Secção sub-retangular.

A presença de artefactos de pedra polida dispersos pelo território recolhidos desde fases antigas é frequente em toda a Europa. As chamadas «pedras de raio» cedo foram recolhidas e guardadas, sendo algumas encaminhadas para museus locais e regionais. Com efeito, regista-se a presença de alguns machados adquiridos por José Leite de Vasconcelos para o Museu Nacional de Arqueologia (1912), destacando-se o número de exemplares do Ameixial (12) e de Salir (8), registando-se ainda a presença de machados de Alte (1), Lameiro. Entre estes machados de pedra polida de proveniência desconhecida, refira-se os exemplares recolhidos por José Rosa Madeira (Franco, Viana, 1945).

ACS/VSG

Bibliografia:

Franco, Viana, 1945.



7. Machadinho votivo de pedra polida

Fonte Benémola, Querença, Tôr e Benafim
Neolítico final/Calcolítico (finais do 4.º/
3.º milénios a.n.e.)
4,2 x 5,8 x 1,4 cm; 47,20 g
Museu Municipal de Loulé
MLA2076

Machadinho votivo, inteiro. Bordos divergentes planos. Gume com geometria convexa, bisel duplo, sem quaisquer sinais de uso. Talão pontiagudo. Faces convexas. Secção sub-retangular. Em basalto filoniano alterado, a dimensão, o polimento e a ausência de sinais de uso indicam tratar-se de uma peça votiva, possivelmente associada ao ídolo betilo cilíndrico.

Este artefacto foi recolhido casualmente junto da Ribeira de Menalva. Deve ser salientada a presença de grutas nas imediações (Salustreira 1 e 2) que apresentam sinais de ocupação doméstica datável do 4.º/3.º milénio. A peça não apresenta sinais de rolamento.

VSG/ACS



8. Enxó de pedra polida

Ameixial, Ameixial
Neolítico final/Calcolítico (finais do 4.º/
3.º milénios a.n.e.)
4,29 x 8,93 x 1,49 cm; 128,91 g
Museu Nacional de Arqueologia
2012.74.8

Enxó, inteira. Apresenta bordos divergentes retos. Gume com geometria convexa, bisel duplo, apresenta intensos sinais de uso, ligeiro golpe de enxó. Talão fraturado. Faces convexas. Secção oval. Matéria-prima possivelmente fibrolite. Resultante de recolhas antigas, a sua proveniência é genericamente associada a Ameixial, desconhecendo-se se se trata da freguesia ou da localidade.

ACS / VSG



9. Machado de anfibolito

Tavilhão, Ameixial
Neolítico final/Calcolítico (finais do 4.º/
3.º milénios a.n.e.)
5,24 x 18 x 4,42 cm; 648,37 g
Museu Municipal de Faro
Arq-00104

Machado de anfibolito, inteiro. Bordos divergentes convexos. Gume com geometria convexa, bisel duplo, apresenta intensos sinais de uso. Talão pontiagudo. Faces convexas. Secção subcircular. Integra a coleção Rosa Madeira.

VSG/ACS

Bibliografia:
Franco, Viana, 1945.



10. Machado plano de cobre

Proveniência desconhecida, Ameixial (?)
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
4 x 10,42 x 0,85 cm; 168,64 g
Museu Municipal de Faro
Arq-00145

Machado plano de cobre, inteiro. Bordos divergentes planos. Gume com geometria convexa, bisel simples, sem sinais de uso. Talão plano, parcialmente fragmentado. Faces planas. Secção retangular.

Análise: Cu (99,985%), Sn (0), Pb (0), Sb (0), Ag (>0,015), Ni (0), Bi (0), Au (0), Co (0), Fe (0)

ACS/VSG

Bibliografia:
Franco, Viana, 1945; Junghans, Sangmeister, Schröder, 1974.



11. Enxó de cobre

Proveniência desconhecida, Ameixial (?)

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

3,40 x 9,90 x 0,99 cm

Museu Municipal de Faro

Arq-00146

Enxó de cobre, inteira. Bordos divergentes planos, ligeiramente exvertidos. Gume com geometria convexa, bisel simples, apresenta ligeiros sinais de uso. Talão plano, convexo. Faces planas. Secção retangular. Apresenta grande semelhança formal com a enxó L.12.-62 de Corte João Marques, exatamente a mesma configuração e dimensões quanto ao gume e bordos, embora esta seja mais curta. Poder-se-ia tratar de uma enxó segmentada.

Análise: Cu (99,99 %), Sn (0), Pb (0), Sb (0), Ag (>0,01), Ni (0), Bi (0), Au (0), Co (0), Fe (0)

VSG/ACS

Bibliografia:

Franco, Viana, 1945; Junghans, Sangmeister, Schröder, 1974.



12. Ponta de cobre de lingueta alongada

Proveniência desconhecida, Ameixial

Calcolítico (2.ª metade do 3.º milénio a.n.e.)

2,8 x 11,94 x 0,42 cm; 48,66 g

Museu Municipal de Faro

Arq-00147

Ponta de cobre de lingueta alongada. Foi integrada por H. Schubart na sua publicação sobre o «Horizonte da Ferradeira», fazendo parte do conjunto Rosa Madeira, que apresenta proveniência desconhecida.

Análise: Cu (99,924 %), Sn (0), Pb (0), Sb (0), Ag (>0,046), Ni (vest), Bi (0,03), Au (0), Co (0), Fe (0)

VSG/ACS

Bibliografia:

Franco, Viana, 1945; Junghans, Sangmeister, Schröder, 1974.



13. Bilha

Retorta, Boliqeime

Neolítico antigo (6.º/5.º milénio a.n.e.)

Diâmetro externo da abertura: 15 x
altura: 42 x altura do colo estrangulado:
8 cm x espessura no bordo:

1,59 x espessura das asas: 1,5 cm

Museu Municipal de Arqueologia
de Albufeira

M.A.13/02

Recipiente completo, objeto de restauro
no Museu Municipal de Loulé. Apresenta
colo alto e base convexa, com quatro asas
verticais e dois cordões plásticos. Superfície
polida. Cor dominante após restauro:

7.5YR 6/3 (*light brown*).

VSG/ACS

Bibliografia:

Carvalho, 2011; Gomes, 2007.



14. Pote de colo estrangulado

Praia do Forte Novo, Quarteira

Neolítico final ou Calcolítico

(3.º milénio a.n.e.)

Diâmetro externo: 11,2 x altura total: 15,2 x

diâmetro máximo: 17 x espessura: 1 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0405

Trata-se de um pequeno recipiente fechado. Encontrava-se fragmentado, tendo sido alvo de restauro com recomposição integral de cor, como pode ser observado na publicação efetuada em 2013. Apresenta superfície alisada, com coloração 10YR 5/1 (*gray*).

VSG/ACS

Bibliografia:

Rocha, 2013, p. 231.



15. Vaso carenado

Praia do Forte Novo, Quarteira

Idade do Bronze (?) (2.º milénio a.n.e.)

Diâmetro externo de abertura: 18,2 x altura

total: 9,7 x altura da carena: 8,2 x espessura:

0,6 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0409

Recipiente de carena baixa, excelente tratamento de superfície (polimento), pouco usual em contextos domésticos, com coloração Munsell 2.5YR 4/3 (*reddish brown*). A carena bem marcada separa a parte superior de forma hiperbolóide e a parte inferior em calote de esfera. O recipiente apresenta uma dimensão inferior ao padrão usual em contextos do Neolítico final. As formas carenadas são abundantes em Forte Novo, como usual em contextos deste tipo e cronologia.

VSG/ACS

Bibliografia:

Rocha, 2013, p. 231.





16. Placa de xisto gravada

Proveniência desconhecida, Salir
Calcolítico (primeira metade do
3.º milénio a.n.e.)

Altura máxima: 20,38 x largura máxima:
12,35 x espessura num ponto central: 1,41 cm
Museu Nacional de Arqueologia
8360

Notável artefacto que integrava uma coleção
privada do Prior de Salir, desconhecendo-se
a sua proveniência exata. Adquirida para o
Museu Nacional de Arqueologia por Leite de
Vasconcelos. Apresenta uma grande dimen-
são, considerado o universo das placas de
xisto gravadas (Gonçalves, 2004b), registan-
do-se nela duas fases de gravação.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 2004b.

17. Betilo de calcite

Fonte Benémola, Querença, Tôr e Benafim
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Largura de base: 4,06 x largura de topo:
2,37 x altura: 9,81 cm; 184,66 g

Museu Municipal de Faro
Arq-08359

Integra-se no universo dos AVC (artefactos votivos de calcário), ídolos presentes na Estremadura, Extremo Sul e Andaluzia. Apresenta duas sobranceiras radiantes, olhos de Sol compostos por uma depressão central, um círculo envolvente, de onde partem raios; um par de tatuagens ou pinturas faciais (4+4), ziguezagueantes, partindo da face para o verso do betilo. Na base parece ter tido bandas, uma delas desgastada, mas ainda visível, com triângulos preenchidos por linhas oblíquas paralelas.
VSG/ACS



18. Mó (dormente)

Almargem, Benafim

Idade do Bronze (2.º milénio a.n.e.)

47,1 x 16,5 x 13,1 cm; desgaste de uso: 7,13 cm

Museu Municipal de Loulé
MLA0399

Dormente, muito fragmentado. De forma geral indeterminada (fraturado), apresenta os bordos e extremidades boleados. Regista intensos sinais de uso, com picotado circunscrito junto das extremidades. Rocha granitoide. A configuração em sela parece indicar uma cronologia mais tardia, talvez da Idade do Bronze.

ACS/VSG



Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial: um ninho de metalurgistas



19. Fragmentos de argila de revestimento (barro de cabanas)

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Museu Municipal de Loulé

MLA3109 (89 fragmentos: B.1, B.2, B.3, B.8, C.1, C.2, C.3, C.8, D.1, D.2, D.3, D.8, D.9, E.3, E.8, E.9, E.1, E.2, Q.2, Q.4, Q.5)

Os trabalhos de escavação efetuados no Cerro do Castelo de Corte João Marques em 1978 e 1979 por Victor S. Gonçalves evidenciaram a grande perturbação pós deposicional que afetou as estruturas arqueológicas. «A única cabana identificada no Cerro do Castelo de Corte João Marques é uma estrutura pouco comum, de planta aproximadamente retangular. Tornando a sua interpretação ainda mais complexa, detetaram-se vários buracos de poste acompanhando o seu traçado interior» (Gonçalves, 1989, p. 113). Os fragmentos de argila de revestimento encontram-se muito fragmentados, surgindo praticamente em todos os setores intervencionados, especialmente na Sondagem 1.

No Cerro do Castelo de Santa Justa, a argila encontra-se muito melhor preservada, permitindo uma caracterização mais rigorosa.

Tal como em Corte João Marques, os negativos de caules indicam ramagem de pequena dimensão, revelando que «(1) se tratava de uma estrutura de suporte ligeiro; (2) foi maciçamente revestida com densa camada de argila» (Gonçalves, 1989, p. 289). Atendendo à presença de fragmentos de argila com restos de cobre, é também possível que algumas concentrações dos componentes de argila correspondessem a fornos metalúrgicos. Numa recente análise das arquiteturas de terra do sul peninsular, foi avançada a hipótese de alguma desta argila poder ser usada na compartimentação interna de cabanas de maiores dimensões ou da possibilidade de utilização em paredes maciças de argila portantes.

Bibliografia:

Gonçalves, 1989; Bruno, 2010.

20. – 24. Machados de pedra polida



20. Machado de grauvaque

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
5,79 x 12,46 x 2,70 cm; 260,32 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3128 (M.7.-21)

Machado de grauvaque, inteiro. Bordos divergentes planos. Gume com geometria retilínea, bisel duplo, com intensos sinais de uso. Talão pontiagudo, com sinais de uso. Faces planas. Secção retangular. Possivelmente será um bloco de grauvaque, cuja forma natural foi aproveitada.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 124; vol. 2, p. 13.

21. Machado de gume plano em anfibolito

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
Museu Municipal de Loulé
5,66 x 11,89 x 3,36 cm; 350,71 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3126 (L.11.-153)

Machado de gume plano em anfibolito, inteiro. Bordos divergentes planos. Gume com geometria convexa com superfície plana, bisel duplo, apresenta ligeiros sinais de uso. Talão plano, fraturado. Faces convexas. Secção oval. A presença de machados com o gume plano está documentada em vários sítios da Estremadura portuguesa, nomeadamente nos povoados fortificados

de Liceia (Cardoso, 1999-2000), Zambujal (Sangmeister, Schubart, 1981) e Penedo do Lexim (Sousa, 2010). Surge também em contextos funerários nomeadamente no Poço Velho (Gonçalves, 2009). Estes utensílios poderiam ter sido usados na martelagem, mas nunca foi efetuado qualquer estudo traceológico ou análise da presença de resíduos nos gumes.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 124; vol. 2, p. 13;
Sousa, 2010; Gonçalves, 2009.



22. Machado de anfibolito

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
4,55 x 9,48 x 1,87 cm; 125,82 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3127 (N.7.-2)

Machado de anfibolito, inteiro. Bordos divergentes planos. Gume com geometria convexa, bisel duplo assimétrico, sem sinais de uso. Talão pontiagudo, sem sinais de uso. Faces planas. Secção sub-retangular. **VSG/ACS**

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 124; vol. 2, p. 13.



23. Machado de anfibolito

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
5,01 x 8,48 x 2,04 cm; 154,07 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3129 (L.8.-43)

Machado de anfibolito, inteiro. Bordos divergentes planos. Gume com geometria convexa, bisel duplo assimétrico, apresenta ligeiros sinais de uso. Talão pontiagudo, com alguns sinais de uso. Faces planas. Secção retangular. **VSG/ACS**

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 124; vol. 2, 13.



24. Machado assimétrico de anfibolito

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
4,78 x 8,58 x 2,18 cm; 141,69 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3130 (M.7.-s/n)

Machado assimétrico de anfibolito, inteiro. Bordos divergentes assimétricos. Gume com geometria convexa assimétrica, bisel duplo assimétrico, sem sinais de uso. Talão pontiagudo, ligeiros sinais de uso. Faces planas. Secção sub-retangular. Polimento integral. **VSG/ACS**

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 124; vol. 2, p. 14.



25. Lamela com retoque marginal

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

0,8 x 3,3 x 0,4 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3114 (L.11.-1)

Lamela com retoque marginal. Estado: distal. Secção: triangular. Retoque: ambos os bordos, muito oblíquo; interrompido, unifacial. Matéria-prima: sílex. Córtex ausente. Possível tratamento térmico e uso de pressão.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 115-117; vol. 2, est. 1, p. 11; p. 216.

26. Lâmina com retoque marginal

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

3,4 x 5,1 x 1 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3116 (D.9.-1)

Lâmina com retoque marginal. Estado: proximal. Talão: diédrico. Secção: triangular. Retoque: ambos os bordos, muito oblíquo; interrompido, bifacial. Matéria-prima: *chert*. Córtex ausente. Pressão por alavanca, fratura por percussão.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 115-117; vol. 2, est. 1, p. 11.

27. Lâmina com sinais de utilização

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

0,8 x 4,3 x 0,4 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3117 (K.7.-1)

Lâmina com sinais de utilização. Estado: proximal. Secção: trapezoidal. Talão: diédrico, bolbo: ausente. Matéria-prima: *chert*. Córtex ausente. Apresenta sinais de uso em ambos os bordos, percussão direta; fratura por flexão.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 115-117; vol. 2, est. 1, p. 11.

28. Lâmina com sinais de utilização

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

2,1 x 4,4 x 0,7 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3120 (K.9.-280)

Lâmina com sinais de uso. Estado: proximal. Secção: trapezoidal. Talão: facetado, bolbo ausente. Matéria-prima: *chert*. Córtex ausente. Possíveis alterações térmicas, observáveis na presença de *potlid* e na fratura térmica.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 115-117.

29. Lâmina com sinais de utilização

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

2,22 x 7,35 x 0,75 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3119 (D.9.-2)

Lâmina com sinais de uso. Estado: distal. Secção: triangular. Matéria-prima: sílex. Córtex ausente. Percussão indireta, fratura por flexão.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 115-117; vol. 2, p. 216.



30.

30. Lâmina com sinais de utilização

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

2,4 x 10,23 x 0,7 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3121 (J.10.-s/n)

Lâmina com sinais de uso. Estado: todas as medidas (fragmentada). Secção: trapezoidal. Talão: plano; bolbo: ausente. Matéria-prima: *chert*. Córtex ausente. Apresenta sinais de combustão.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 115-117; vol. 2, p. 216.

31. Foice sobre lâmina

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

1,3 x 3,8 x 0,6 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3115 (M.7-25)

31.

Foice sobre lâmina. Estado: proximal. Secção: triangular. Retoque: ambos os bordos, muito oblíquo, descontínuo, bifacial. Matéria-prima: *chert*. Córtex ausente. Percussão indireta, retoque denticulado, possivelmente com lustre de cereal.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 115-117.

32. Foice sobre lâmina

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

1,8 x 5,8 x 0,5 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3122 (L.12.-58)

Foice sobre lâmina. Estado: mesial. Secção: trapezoidal. Retoque: ambos os bordos, muito oblíquo, denticulado, contínuo, bifacial. Matéria-prima: *chert*. Apresenta lustre de cereal, fratura por flexão.

VSG/ACS

32.

33.



Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 115-117; vol. 2, est. 1, p. 11, p. 216.

33. Furador sobre lâmina com retoque marginal denticulado

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

2,7 x 6,7 x 0,7 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3118 (L.9.-1)

Furador sobre lâmina com retoque marginal denticulado. Estado: distal. Secção: trapezoidal. Retoque: ambos os bordos, muito oblíquo, denticulado contínuo, bifacial. Matéria-prima: *chert*. Pressão, sinais de combustão, fratura por flexão, córtex ausente.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 115-117; vol. 2, est. 1, p. 11.



34.



35.



36.



37.



38.



39.

34. Ponta de seta de base côncava

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
2,43 x 4,15 x 0,48 cm; 3,08 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3159 (K.7.-21)

Ponta de seta de base côncava. Estado: inteira. Suporte: indeterminado. Estádio de produção: final. Perfil: ligeiramente plano-convexo. Retoque: rasante, bifacial, superfície total, cobridor. Forma: tipo Forenbaher: 2a – base côncava (20-B0). Geometria dos bordos: retilíneos. Geometria da base: côncava. Extremidade: simples. Secção: biconvexa. Matéria-prima: xisto silicioso. Observações: tratamento térmico, sinais de combustão. Concavidade da base: 0,97 cm.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 119-121; vol. 2, est. 1, p. 11, p. 216.

35. Ponta de seta de base côncava

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
0,89 x 2,98 x 0,15 cm; 0,57 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3158 (D.9.-s/n)

Ponta de seta com base ligeiramente côncava. Estado: todas as medidas possíveis (inteira). Estádio de produção: final. Perfil: simétrico plano. Retoque: muito oblíquo, face anterior, ambos os bordos e base, extensão curta. Forma: tipo Forenbaher 1.0/B.0. Geometria dos bordos: concâvos. Geometria da base: convexa. Extremidade: simples. Aletas: ausentes. Secção: trapezoidal. Matéria-prima: xisto. Observações: retoque muito tênue, reduzida dimensão do projétil. Concavidade da base: 1,29;

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 119-121; vol. 2, est. 1, p. 11, p. 216.

36. Ponta de seta de base côncava

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
2,03 x 3,55 x 0,22 cm; 1,74 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3154 (L.11.-2)

Ponta de seta de base côncava. Estado: inteira. Suporte: lasca. Estádio de produção: final. Perfil: simétrico plano. Retoque: muito oblíquo, bifacial, ambos os bordos e base, curto. Forma Forenbaher: 2.0/B.0. Geometria dos bordos: convexos. Geometria da base: côncava. Extremidade: simples. Secção: trapezoidal. Matéria-prima: xisto jaspóide. Concavidade da base: 0,41 cm.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1: p. 119-121; vol. 2: est. 1, p. 11, p. 216

37. Ponta de seta de base plana

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
2,03 x 3,81 x 0,31 cm; 3,19 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3156 (M.7.-26)

Ponta de seta de base plana. Estado: todas as medidas possíveis (ligeiramente fragmentada na extremidade). Suporte: lasca. Estádio de produção: final. Perfil: simétrico plano. Retoque: muito oblíquo, bifacial, bordos e base, curto. Forma: tipo Forenbaher 1.0/A.0. Geometria dos bordos: côncava. Geometria da base: plana. Extremidade: simples. Secção: trapezoidal. Matéria-prima: lidito.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 119-121; vol. 2, p. 216.

38. Ponta de seta de base plana

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
2,02 x 5,22 x 0,46 cm; Peso: 4,25 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3157 (L.7.-19)

Ponta de seta alongada de base plana. Estado: todas as medidas possíveis (ligeiramente fragmentada na extremidade). Suporte: indeterminado. Estádio de produção: final. Perfil: simétrico, plano. Retoque: muito oblíquo e rasante, bifacial, ambos os bordos e base, invasor. Forma: tipo Forenbaher 2.0/A.0. Geometria dos bordos: planos. Geometria da base: plana. Extremidade: simples. Secção: plano-convexo. Matéria-prima: xisto cinzento. Observações: extremidade fragmentada por flexão.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 119-121; vol. 2, p. 216.

39. Ponta de seta de base plana

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
1,75 x 2,7 x 0,37 cm; 1,92 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3155 (M.8.-37)

Ponta de seta de base plana. Estado: todas as medidas possíveis. Suporte: lasca. Estádio de produção: final. Perfil: plano-convexo. Retoque: muito oblíquo, bifacial, bordos e base, curto e invasor. Forma: tipo Forenbaher: 1.0/A.0. Geometria dos bordos: convexos. Geometria da base: irregular plana. Extremidade: simples. Secção: plano-convexa. Matéria-prima: xisto.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 119-121; vol. 2, p. 216.



40. Percutor

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
4,42 x 4,89 x 2,88 cm; 99,23 g
Museu Municipal de Loulé
ML.A3143 (E.-277)

Percutor. Apresenta forma «queijiforme». Seixo com intensos sinais de uso. De pequena dimensão, apresenta sinais de combustão.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 126; vol. 2: 16.

41. Percutor

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
6,52 x 6,56 x 5,11 cm; 380,20 g
Museu Municipal de Loulé
ML.A3142 (L.8.-47)

Percutor. Apresenta forma «queijiforme». Matéria-prima de grauvaque. Intensos sinais de uso, incluindo áreas polidas e com pigmentação ocre. Poderia ter sido usada em tarefas de esmagamento do cobre, hipótese a confirmar ainda por análises.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 126; vol. 2, p. 16.

42. Peso de pesca

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
5,44 x 8,16 x 2,18 cm; 93,10 g
Museu Municipal de Loulé
ML.A3144 (7/8-2)

Peso de pesca. Seixo de forma alongada, com pequenos entalhes laterais.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 16.



43. Peso de pesca

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
8,39 x 10,37 x 1,56 cm; 216,16 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3145 (D.9.-s/n)

Peso de pesca. Seixo de forma oval, com pequenos entalhes laterais.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 16.

44. Mão de almofariz

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
2,74 x 15,38 x 3,15 cm; 239,33 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3132 (C.3.-31)

Mão de almofariz. Bloco de grauvaque afeiçoado, apresentando forma paralelepipedica alongada, secção quadrangular. Regista sinais de combustão em ambas as extremidades.

VSG/ACS



45. Tampa em laje de xisto

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

13,65 x 13,82 x 0,84 cm

Museu Municipal de Loulé

ML.A3104 (M.6.-32)

Tampa recortada em laje de xisto. Com forma subquadrangular e superfícies talhadas.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 145; vol. 2, 17.

46. Tampa em laje de xisto

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

19 x 20,4 x 1,69 cm

Museu Municipal de Loulé

ML.A3105 (M.7.-14)

Tampa recortada em laje de xisto. Apresenta forma subcircular. Possivelmente seria utilizada para tapar recipientes de cozinha.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 17.



47. Grande vaso, com dois pontos de inflexão

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Diâmetro externo de abertura: 27,3 x diâmetro máximo (carena): 30,9 x altura: 28 cm x espessura máxima: 1,17 cm

Museu Municipal de Loulé
MLA3113 (K.7.-s/n)

Vaso de grande capacidade, proveniente do Quadrado L.7, restaurado pelo IPPC (Évora). A carena apresenta-se a 11,42 cm, posicionando-se sensivelmente no terço superior da peça. O bordo apresenta-se ligeiramente exvertido, com perfil aplanado. Apresenta paralelos com vasos do Monte do Tosco (Valera, 2013), Cabezo Juré e La Junta (Inácio, 2015). Corresponde à Forma 8 do catálogo de formas de Cerro do Castelo de Corte João Marques.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta compacta; raros componentes não plásticos, de pequenas dimensões, quartzo, mica e biotite. Cor dominante 5YR 5/1 (*gray*), superfície interna e externa alisada. Índice de profundidade: 8,9 cm; índice de carena: 4,9 cm.
VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 223; Gonçalves, 2016; Valera, 2013; Inácio, 2016.



48. Taça em calote

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Diâmetro máximo: 21 x altura: 11,8 x
espessura: 0,57 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3162 (s/n)

Recipiente de dimensão média, apresentando o bordo direção introvertida e secção aplanada. Integra-se na forma A4.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta compacta; componentes não plásticos abundantes, de dimensões pequenas e médias, feldspato, quartzo, cor dominante, 2.5YR 5/4 (*reddish brown*), superfície interna e externa rugosa; cozedura redutora.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 223.



49. Prato de bordo espessado internamente

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Diâmetro externo de abertura: 24,5 x altura:

4,5 x espessura máxima: 2,21 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3160 (D.3.-85)

Prato fragmentado apresentando parte conservada de todo o perfil da peça. Peça restaurada por Ivone Beirão, então funcionária do IPPC (Évora). O lábio do bordo apresenta uma espessura de 2,21 cm. Integra-se na forma A11.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta compacta; componentes não plásticos abundantes, de dimensões pequenas e médias, feldspato, quartzo, cor dominante, 7.5YR 5/1 (gray), superfície interna e externa rugosa; cozedura redutora.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 223.



50. Recipiente de carena média

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Diâmetro de abertura externa: 21 x
diâmetro máximo: 28,2 x altura: 18 x
espessura máxima: 0,7 cm

Museu Municipal de Loulé
MLA3091 (K.9.-4)

Recipiente de carena média. Conservam-se fragmentos de todo o perfil do recipiente. Recipiente fechado, com carena alta (8,9 cm), bordo arredondado ligeiramente exvertido (0,69 cm). A carena não é marcada, apresentando-se apenas na superfície externa. Corresponde à Forma 8 do catálogo de formas de Cerro do Castelo de Corte João Marques.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta semicomcompacta; componentes não plásticos abundantes, de dimensões pequenas e médias, feldspato e mica, cor dominante 7.5YR 6/3 (*light brown*), superfície interna e externa alisada, cozedura oxidante; vestígios de combustão em parte do recipiente.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 22, est. 11.



51. Taça de bordo espessado interna e externamente

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Diâmetro externo de abertura: 32,4 x altura
conservada: 8,2 x espessura máxima: 2,23 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3090 (D.1.-32-34)

Taça de bordo espessado interna e externamente. Parte do recipiente constituído por três fragmentos (diferentes registos de escavação), permitindo a reconstituição de 2/3 do perfil da peça. Bordo arredondado (2,23 cm), vincado internamente, fundo ligeiramente aplanado. Bojo com espessura média de 1,66 cm. Corresponde à forma A2 do catálogo de Cerro do Castelo de Corte João Marques.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta compacta; componentes não plásticos abundantes, de dimensões pequenas e médias, feldspato, quartzo e biotite, cor dominante, 5YR 5/6 (*yellowish red*), superfície interna alisada com aguada, superfície externa rugosa; cozedura oxidante; vestígios de combustão em parte do recipiente.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 41, est. 20: 4.

52. Prato de bordo espessado internamente

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
Diâmetro externo de abertura: 32 x altura conservada: 7 x espessura: 3,9 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA3092 (D.2-57-58-59)

Prato de bordo espessado internamente. Parte de recipiente constituído por três fragmentos (diferentes registos de escavação). Bordo ligeiramente espessado internamente (lábio com 2,57 cm de largura) e bojo com 0,12 cm de espessura (extremidade conservada). Integra-se na forma A11.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta compacta; componentes não plásticos escassos, de dimensões pequenas, feldspato, quartzo, cor dominante, 7.5YR 4/1 (*dark gray*), superfície interna alisada com aguada, superfície externa alisada; cozedura redutora.

VSG/ACS

Bibliografia:
Gonçalves, 1989.



53. Pequeno vaso esférico

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
Diâmetro externo de abertura: 4,5 x diâmetro máximo: 4,9 x altura: 3,88 x espessura: 0,6 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA3141 (s/n)

Recipiente ligeiramente fragmentado. Inclui-se na categoria dos pequenos vasos, forma F4 do catálogo de Cerro do Castelo de Corte João Marques.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta compacta; raros componentes não plásticos, de dimensões pequenas, quartzo e biotite; cor dominante 7.5YR 6/4 (*yellow brown*); superfície interna e externa alisada; cozedura oxidante; vestígios de combustão em área delimitada no exterior da superfície do recipiente.

VSG/ACS

Bibliografia:
Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 18.



54. Queijeira

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Diâmetro externo de abertura: 7,71 x altura:
8,28 x espessura média: 1,2 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3161 (Sondagem 1 s/n)

Queijeira, peça quase completa, perfil integralmente reconstituível. Apresenta uma morfologia de tipo manga, com forma de cilindro oco. Perfurações de tipo cilindroide e troncocónica, registando diâmetro variável (máximo 0,5 cm). A superfície externa está alisada e a interna não apresenta qualquer tratamento, encontrando-se rugosa e muito irregular, pois as perfurações terão sido efetuadas do exterior para o interior. Cozedura oxidante. Coloração 5YR 6/5 (*reddish yellow*).

A recolha de exemplares de queijeira inteiros é relativamente rara. Em Cerro do Castelo de Corte João Marques, do total de quatro registos, apenas um se encontrava com o perfil completo, tendo sido recolhido na camada de abandono. No Penedo do Lexim, em Mafra, são abundantes os fragmentos de queijeira, mas o único exemplar de perfil completo foi recolhido à superfície (Sousa, 2010). Recentemente, em trabalhos arqueológicos no Cabeço do Pé da Erra (Coruche), foi recolhida uma queijeira completa, localizada *in situ*, no interior de uma cabana (Gonçalves e Sousa, no prelo).

Admite-se que seria usada para a produção de queijo, enquadrando-se numa fase avançada da chamada Revolução dos Produtos Secundários, conceito proposto por Andrew Sherratt (1983), preconizando a intensificação dos usos secundários dos recursos pastoris no final do Neolítico.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 146; vol. 2, est. 8 e est. 145; Sousa, 2010; Gonçalves e Sousa, no prelo; Sherratt, 1983.





55. Fragmento de peso de tear em crescente

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Largura: 1,13 x altura: 4,36 x espessura: 1,15 cm

Museu Municipal de Loulé

ML.A3148 (D.9.-s/n)

Peso de tear crescente. Estado: mesial. Secção: circular. N.º de perfurações: possivelmente duas (não conservadas). Superfície alisada, componentes não plásticos raros. Cozedura redutora com arrefecimento oxidante.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 146.

56. Fragmento de peso de tear em crescente

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Largura: 1,16 x altura: 3,6 x espessura: 0,96 cm

Museu Municipal de Loulé

ML.A3147 (D.2.-27)

Peso de tear crescente. Estado: mesial. Secção: circular. N.º de perfurações: possivelmente duas (não conservadas). Superfície alisada, componentes não plásticos raros. Cozedura redutora com arrefecimento oxidante.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 146.

57. Fragmento de peso de tear em crescente

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Largura: 1,23 m x altura: 5,01 x espessura: 1,02 cm

Museu Municipal de Loulé

ML.A3146 (E.1.-s/n)

Peso de tear crescente. Estado: mesial. Secção: circular. N.º de perfurações: possivelmente duas (não conservada). Superfície alisada, componentes não plásticos raros. Cozedura redutora com arrefecimento oxidante.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 146.



58. Fragmento cerâmico com decoração simbólica

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
2 x 2,5 x 0,8 cm
Museu Municipal de Loulé
ML.A3102 (C.1.-2)

Fragmento de recipiente (bojo), forma indeterminável. As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta semicompacta; abundantes componentes não plásticos, de dimensões pequenas, de quartzo, feldspato e mica; cor dominante: 7.5YR 5/4 (*brown*, castanho); superfície interna e externa alisada; cozedura: redutora com arrefecimento oxidante.

VSG/ACS



59. Fragmento cerâmico com decoração simbólica

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
2,5 x 4 x 1 cm
Museu Municipal de Loulé
ML.A3101 (6/1-s/n)

Fragmento de recipiente (bojo), forma indeterminável. O pequeno fragmento apresenta na superfície interna três linhas incisivas que poderiam integrar um motivo ziguezagueante.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta semicompacta; presença regular de componentes não plásticos, de dimensões pequenas, de quartzo, feldspato e mica; cor dominante, 10YR 5/3 (*brown*), cor secundária 7,5YR 5/2 (*brown*); superfície interna e externa alisadas e com aguada (mais clara na superfície interna); cozedura: redutora.

VSG/ACS



60. Fragmento cerâmico com decoração simbólica

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
3,8 x 5 x 0,7 cm
Museu Municipal de Loulé
ML.A3099 (D.9.-cs2)

Fragmento de recipiente de forma fechada, indeterminável com precisão, talvez um troncocónico.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta compacta; raros componentes não plásticos de dimensões pequenas e médias, de xisto; cor dominante, 5YR 6/6 (*reddish yellow*); superfície externa alisada e interna engobada; cozedura oxidante; espessura no topo do fragmento: 0,74 cm e, no ponto de inflexão, 1,04 cm.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 160-161; vol. 2, p. 51.



61. Fragmento cerâmico com decoração simbólica

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
5,4 x 5,6 x 1,4 cm
Museu Municipal de Loulé
ML.A3100 (D.9.-cs3)

Fragmento de recipiente (bordo), de forma fechada indeterminável, 0,45 cm, abaixo do bordo, com decoração preenchida pasta branca.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta semicomcompacta; abundantes componentes não plásticos, de dimensões pequenas e médias, de quartzo e mica; cor dominante, 10YR 5/3 (*brown*), cor secundária 10 YR 3/2 (*very dark grayish brown*, castanho acinzentado muito escuro); superfície interna e externa alisadas; cozedura: redutora com arrefecimento oxidante; espessura no bordo (não espessado), 0,45 cm, e na extremidade inferior do fragmento, 0,63 cm.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 160-161; vol. 2, p. 51.



62. Fragmento cerâmico com decoração simbólica

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
16,2 x 12,2 x 2,4 cm
Museu Municipal de Loulé
ML.A3098 (D.9.-cs1)

Recipiente cerâmico (esférico achatado) com decoração simbólica. Fragmento de recipiente de forma fechada, muito provavelmente um esférico achatado. Está decorado com componentes simbólicas (tatuagens ou pinturas faciais, parte dos raios solares e umbigo). Decorado com caneluras largas preenchidas por pasta branca.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta compacta; raros componentes não plásticos, de dimensões médias, quartzo e xisto. Cor dominante, 5YR 7/8 (*reddish yellow*), cor secundária, 2.5Y 4/0 (*dark gray*), muito provavelmente uma mancha de cozedura; superfície externa alisada; superfície interna engobada; cozedura oxidante; espessura na parte superior do fragmento: 0,83 cm, na inferior, 1,31 cm; a peça corresponde ao bojo do recipiente.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 160-161; vol. 2, p. 51.

63. Disco de xisto com perfuração

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
4,2 x 4,37 x 0,4 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA3106 (L.8.-4)

Disco de xisto. Com forma circular achatada, apresenta uma perfuração central (ligeiramente excêntrica), de perfil bicónico (0,4 cm de largura). Ambas as superfícies apresentam traços de abrasão. Face à ausência de qualquer componente de adorno em Cerro do Castelo de Corte João Marques, admite-se a hipótese de se poder incluir nessa categoria, ainda que existam escassos paralelos para esta peça.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 146; vol. 2, p. 18.



64. Cerâmica de revestimento com vestígios de cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
8,43 x 8,51 x 2,74 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA3184 (C.3.-s/n)

Cerâmica de revestimento com vestígios de cobre, poderá fazer parte do forno metalúrgico. As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta semicompa; escassos componentes não plásticos. Cor dominante 7.5YR 6/4 (*light brown*).

VSG/ACS



65. Molde de furador

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
2,86 x 8,12 x 2,88 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA3185 (AFC.-2)

Molde de furador, proveniente da área de fundição de cobre. As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta semicompacta; escassos componentes não plásticos. Cor dominante 7.5YR 6/3 (*light brown*).

VSG/ACS

Bibliografia:
Gonçalves, 1989,
vol. 2, p. 47.



66. Recipiente cerâmico com traços de operações metalúrgicas

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial
Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
4 x 5 x 0,95 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA3186 (Q.5-s/n)

Recipiente cerâmico com traços de operações metalúrgicas, fragmento de bordo em bisel (0,67 cm), possivelmente de taça em calote. Apresenta sinais de cobre aderente no exterior do recipiente.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta semicompacta; componentes não plásticos de dimensões pequenas e médias, quartzo e feldspato. Cor dominante: 7.5YR5/1 (*gray*), cor secundária, 7.5YR6/2 (*pinkish gray*). Superfície interna e externa alisadas, cozedura redutora; intensos vestígios de combustão.

VSG/ACS



67. Fragmento de algaraviz de forja

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

4,72 x 7,62 x 1,74 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3089 (F.-s/n)

Algaraviz de forja, fragmento de bordo, sinais de combustão no exterior. As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta compacta; componentes não plásticos de dimensões pequenas e médias, quartzo, biotite e feldspato. Cor dominante, 7.5YR 5/3 (*brown*), superfície interna e externa rugosas, cozedura oxidante com arrefecimento redutor. Seria integrada no sistema de produção metalúrgica: « a ceramic tube used at the end of an instrument to blow air into the furnace or smelting pot during the reduction process.» (Kunst, 2013). Relativamente raros em Portugal, encontram-se em abundância em Cabezo Juré e em Valencina de la Concepción (Inácio, 2015).

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 224; Kunst, 2013;
Inácio, 2015.



68. Escória de cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

4,92 x 7,14 x 5,9 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3164 (D.8.-s/n)

Escória de cobre, apresentando intensos sinais de combustão.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 229.





69. Fragmento de cadinho (recipiente metalúrgico)

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

2,63 x 2,16 x 1,65 cm

Museu Municipal de Loulé

ML.A3163 (D.9.-s/n)

Cadinho, fragmento de bordo arredondado, possivelmente de recipiente de boca sub-retangular. Apresenta sinais de combustão e um pingo de cobre no bordo.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta compacta; componentes não plásticos de dimensões grandes e médias, quartzo e feldspato. Cor dominante: 10YR 7/1 (*white grey*). Apresenta superfície interna e externa rugosas, cozedura redutora; vestígios de combustão.

Os vasos cerâmicos designados como cadinhos constituem recipientes cerâmicos com formas e fabricos específicos, usados em processos de fusão, surgindo em praticamente todos os povoados do 3.º milénio.

VSG/ACS

Bibliografia:

Inácio, 2015; Kunst, 2013.

70. Fragmento de cadinho (recipiente metalúrgico)

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

3,55 x 5,35 x 1,82 cm

Museu Municipal de Loulé

ML.A3093 (N.7.-12)

Cadinho, fragmento de bordo, possivelmente de recipiente de boca sub-retangular com parede exvertida e inflexão bem marcada. Apresenta sinais de cobre aderente no bordo, na parede interna e externa.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta semcompacta; componentes não plásticos de dimensões grandes e médias, quartzo e feldspato. Cor dominante: 7.5YR 6/3 (*light brown*), cor superfície interna: 10YR 5/1 (*gray*). Superfície interna e externa rugosas, cozedura oxidante; vestígios de combustão em área delimitada no exterior da superfície do recipiente.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 47.

71. Fragmento de cadinho (recipiente metalúrgico)

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

4,09 x 5,08 x 1,87 cm

Museu Municipal de Loulé

ML.A3097 (L.11.-s/n)

Cadinho, fragmento de bordo (1,08 cm), possivelmente de recipiente de boca sub-retangular. Apresenta intensos sinais de combustão e um pingo de cobre no bordo.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta compacta; componentes não plásticos de dimensões grandes e médias, quartzo e feldspato. Cor dominante: 7.5YR 5/1 (*gray*), cor secundária: 10YR3/1 (*very dark gray*). Superfície interna e externa rugosas, cozedura oxidante; vestígios de combustão pós fratura.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 47.

72. Fragmento de cadinho (recipiente metalúrgico)

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

4,09 x 5,27 x 1,85 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3095 (C.3.-40)

Cadinho, fragmento de bordo, possivelmente de recipiente de boca sub-retangular com parede ligeiramente exvertida. Apresenta sinais de cobre aderente na parede interna.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta semicompacta; componentes não plásticos de dimensões grandes e médias, dominando o quartzo. Cor dominante, 5YR 7/8 (*reddish yellow*, amarelo avermelhado), cor secundária, 2.5Y 4/0 (*dark gray*, cinzento escuro), superfície interna e externa rugosas, cozedura oxidante; vestígios de combustão em área delimitada no exterior da superfície do recipiente.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 47.

73. Fragmento de cadinho (recipiente metalúrgico)

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

0,34 x 2,79 x 1,87 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3096 (L.7.-26)

Cadinho, fragmento de bordo, possivelmente de recipiente de boca sub-retangular com bordo plano (espessura de 1,62 cm). Vestígios de cobre aderente no bordo e na parede interna.

As características técnicas deste fragmento são as seguintes: pasta semicompacta; componentes não plásticos de dimensões médias e finas. Cor dominante: 7.5YR5/1 (*gray*), cor secundária, 2.5Y 4/0 (*dark gray*). Superfície interna e externa rugosas, cozedura redutora.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 47.

74. Pingo de fundição em cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

0,84 x 0,92 x 0,58 cm; 1,57 g

Museu Municipal de Loulé

MLA3152 (E.9.-s/n)

Pingo de cobre, forma subcircular, secção ovalada.

Alguns autores fazem a diferenciação entre pingos (*droplets*) e grânulos (*prills*): «...droplets are very small fragments of copper separated during melting activities, whereas prills are very small, round copper spheres that are the product of smelting activities in so-called reduction pots or smelting pots» (Kunst, 2013). Em Corte João Marques apenas surgem pingos.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 229; Kunst, 2013.

75. Pingo de fundição em cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

0,67 x 1,49 x 0,8 cm; 3,21 g

Museu Municipal de Loulé

MLA3151 (L.8.-s/n)

Pingo de cobre, forma irregular, secção subquadrangular.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 229.

76. Pingo de fundição em cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

1,13 x 1,59 x 1,1 cm; 0,22 g



Museu Municipal de Loulé
MLA3150 (C.8.-s/n)

Pingo de cobre, forma ovalada, secção oval.
VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 229.

77. Pingo de fundição em cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques, Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

0,93 x 1,19 x 0,55 cm; 6,65 g

Museu Municipal de Loulé

MLA3149 (L.12.-60)

Pingo de cobre, forma trapezoidal achatada.
VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 229.



78. Cunha de Cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
0,74 x 5,82 x 0,59 cm; 4,39 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3103 (D.9.-s/n)

Cunha de cobre, inteira, gume convexo em bisel simples, bordos paralelos, secção quadrangular, talão linear (0,59 cm).

Análise – Cu: 100; Sn: vest.; Fe: -; As: -; Ag: -; Sb: -.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 157, 480; vol. 2, p. 50.

79. Furador duplo de cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
0,58 x 6,02 x 0,3 cm; 3,98 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3112 (K.7.-78)

Furador de cobre duplo, inteiro, com ambas as extremidades já boleadas, secção sub-quadrangular.

Análise – Cu: 100; Sn: vest.; Fe: -; As: -; Ag: -; Sb: -.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 157, 480; vol. 2, p. 50.

80. Furador duplo de cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
0,36 x 6,37 x 0,38 cm; 4,64 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3111 (M.8.-7)

Furador de cobre duplo, inteiro, com ambas as extremidades ainda aguçadas, secção subcircular.

Análise – Cu: 99,9; Sn: vest.; Fe: -; As: -; Ag: -; Sb: -.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 157, 480; vol. 2, p. 49.



81. Furador duplo de cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

0,26 x 3,69 x 0,3 cm; 0,81 g

Museu Municipal de Loulé

MLA3110 (I.18.-3)

Pequeno furador duplo de cobre, inteiro, com ambas as extremidades ainda aguçadas, secção subcircular.

Análise – Cu: 94,3; Sn: vest.; Fe: -; As: 5,7; Ag: -; Sb: -.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 157, 480; vol. 2: p. 49.



82. Ponta de cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

1,49 x 5,26 x 0,26 cm; 7,3 g

Museu Municipal de Loulé

MLA3153 (L.12.-59)

Ponta de cobre, inteira. Apresenta forma ovalada apontada com pequeno estreitamento na base, perfil direito, secção linear.

Análise – Cu: 95,8 (0,5); Sn: vest.; Fe: 1,1 (0,0); As: 3,5 (0,1); Ag: -; Sb: vest.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 157, 480; vol. 2, p. 49.



83. Escopro de cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

0,59 x 5,88 x 0,54 cm; 14,68 g

Museu Municipal de Loulé

MLA3108 (D.9.-s/n)

Escopro de cobre, inteiro, gume convexo em bisel simples, bordos paralelos, talão plano (0,55 cm).

Análise – Cu: 98,8 (0,4); Sn: vest.; Fe: 0,6; As: 0,6; Ag: -; Sb: -.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 157, 480; vol. 2, p. 49.



84. Utensílio indeterminado de cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
1,15 x 6,20 x 0,49 cm; 10,54 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3125 (B.8.-s/n)

Utensílio indeterminado, de cobre, apresenta-se fragmentado longitudinalmente podendo constituir parte de uma lâmina fragmentada ou um gume de machado.

Análise – Cu: 98,1; Sn: vest.; Fe: 0,6 (0,4);
As: 1,3 (0,4); Ag: -; Sb: vest.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 157, 481; vol. 2,
p. 50.

85. Lâmina de cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
2,61 x 11,4 x 0,21 cm; 22,29 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3123 (I.16.-3)

Lâmina de cobre, inteira com extremidade dobrada. Apresenta forma de bordos côncavos convergentes, com extremidade de 0,43 cm e base de 1,99 cm. Regista a presença de dois encaixes semicirculares (c. 0,7 x 0,6 cm) junto aos bordos, implantados de forma desigual: no bordo direito o rebite localiza-se a 1,82 cm da base e no bordo esquerdo situa-se a 3,12 cm. Estes encaixes deveriam estar associados a rebites para fixação de manga ou punho.

Análise – Cu: 99,4; Sn: vest.; Fe: 0,6; As: -;
Ag: -; Sb: -.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 157, 480; vol. 2,
p. 229.

86. Lâmina de cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)
3,29 x 9,38 x 0,16 cm; 13,17 g
Museu Municipal de Loulé
MLA3124 (L.7.-s/n)

Lâmina de cobre, inteira. Apresenta intensos sinais de combustão, alterando completamente a superfície da peça. Bordos côncavos convergentes, com a extremidade de forma arredondada (largura conservada de 1,4 cm) e a base muito deteriorada (apresenta uma largura de 3,12 cm).

Análise – Cu: 95,2/98,4; Sn: -; Fe: -; As: 1,6;
Ag: -; Sb: -.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 157, 480; vol. 2,
p. 231.



87. Machado de cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

5,24 x 7,98 x 1,1 cm; 230,53 g

Museu Municipal de Loulé

MLA3131 (D.9.-s/n)

Machado de cobre, inteiro, ligeiramente fragmentado no gume. Bordos divergentes planos. Gume com geometria convexa, bisel simples, apresenta ligeiros sinais de uso. Talão plano, intacto. Faces planas. Secção retangular.

Análise – Cu: 97,8; Sn: vest.; Fe: 1,1; As: 1,1; Ag: -; Sb: vest.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 157, 480; vol. 2, p. 49.



88. Enxó de cobre

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

3,01 x 14,99 x 0,59; 134,51 g

Museu Municipal de Loulé

MLA3107 (L.12.-62)

Enxó de cobre, inteira. Bordos divergentes planos. Gume com geometria convexa, bisel simples. Talão pontiagudo, intacto. Faces planas. Secção retangular.

Análise – Cu: 91,0; Sn: vest.; Fe: -; As: 8,9; Ag: 0,3; Sb: vest.

VSG/ACS

Bibliografia:

Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 157, 480; vol. 2, p. 49.

89. Conjunto de movente e dormente de mó

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Dormente: 18,5 x 14 x 6 x desgaste de uso
1,34 cm + Movente: 11 x 7,93 x 4,81 cm

MLA3134 (SUP-s/n + C.2.-13)

Dormente, fragmentado, recolhido à superfície. Apresenta extremidades e bordos boleados. Picotado circunscrito. Possível reuso das duas faces. Grauvaque.

Movente, inteiro. Apresenta picotado circunscrito. Bloco de arenito com forma sub-retangular. Grauvaque.

VSG/ACS



90. Conjunto de movente e dormente de mó

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Dormente: 37,4 x 24,5 x 10 x desgaste de uso:
0,53 cm + Movente: 13,6 x 8,71 x 4,49 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3133 (SUP-s/n + SUP-s/n)

Dormente, muito fragmentado. De forma geral indeterminada (fraturado), apresenta os bordos boleados e as extremidades fraturadas. Regista picotado circunscrito. Grande dimensão. Grauvaque.

Movente, inteiro. Apresenta forma trapezoidal. Picotado circunscrito. Dimensão média (1 a 2 mãos). Grauvaque.

VSG/ACS

91. Conjunto de movente e dormente de mó

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Dormente: 33,4 x 23,1 x 7,2 cm + Movente:
11,7 x 7,64 x 4,94 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3137 (s/n + B.3.-82)

Dormente, inteiro. Com forma geral elipsoidal, apresenta extremidades e bordos boleados, polimento circunscrito. Grauvaque.

Movente, inteiro. Apresenta forma ovalada. Dimensão pequena. Grauvaque.

VSG/ACS



92. Conjunto de movente e dormente de mó

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Dormente: 45,5 x 28,6 x 8,7 cm + Movente:
18 x 8,92 x 4,64 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3135 (SUP-s/n + SUP-s/n)

Dormente, fragmentado, recolhido à superfície. De forma elipsoidal (fraturada). Grauvaque.

Movente, inteiro, recolhido à superfície. Apresenta forma ovalada e vestígios circunscritos de picotado. Grande dimensão (movente de duas mãos). Grauvaque.

VSG/ACS



93. Conjunto de movente e dormente de mó

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Dormente: 53,8 x 25,1 x 12,6 x desgaste de
uso 2,61 cm + Movente: 29,6 x 20 x 14,2 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3139 (SUP-s/n) + MLA3136 (SUP-s/n)

Dormente, fragmentado, recolhido à superfície. Apresenta forma retangular, com bordos e extremidades fraturadas. Regista picotado circunscrito. Grauvaque.

Movente, inteiro, recolhido à superfície. Com forma sub-retangular, apresenta picotado. Dimensão média (movente de uma ou duas mãos). Grauvaque.

VSG/ACS



94. Conjunto de movente e dormente de mó

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

Dormente: 26,2 x 25,3 x 5 x desgaste de uso
1 cm + Movente: 13,91 x 12,78 x 3,84 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3136 (SUP-s/n) + MLA3138 (SUP-200)

Dormente, fragmentado, recolhido à superfície. Apresenta forma sub-retangular, com intenso reuso. As extremidades e os bordos encontram-se boleados. Picotado circunscrito. Grauvaque.

Movente, inteiro, recolhido à superfície. Apresenta forma subquadrangular. O bloco apresenta intensos sinais de combustão. Grauvaque.

VSG/ACS



95. Pedra afeiçãoada, polidor de machados

Cerro do Castelo de Corte João Marques,
Ameixial

Calcolítico (3.º milénio a.n.e.)

46,5 x 26 x 5,5 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3140 (SUP-s/n)

Polidor, inteiro. Com forma elipsoidal, apresenta extremidades e bordos boleados. Picotado e reuso ausente. Possível polidor de machados. Matéria-prima: Grauvaque.

VSG/ACS



96. Menir

Serro das Pedras, Salir
Neolítico / Idade do Bronze
195 x 63 x 55 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA1985

Menir de rocha metamórfica, de secção subquadrangular, com tipologia cilíndrica. Este menir esteve integrado numa estrutura megalítica complexa, o Serro das Pedras, identificada por Estácio da Veiga em fins do século XIX e destruída em 1973.

Apresenta gravações em três das quatro faces e no topo arredondado. Inclui covinhas e diversos motivos gravados. A iconografia e a disposição dos motivos parece indicar a presença de duas distintas fases decorativas. A primeira fase, possivelmente de origem, integra-se na simbólica do Neolítico final e Calcolítico, destacando-se as várias representações solares. A segunda fase, integra-se no Bronze final, sendo significativa a presença de um escutiforme chanfrado no topo esquerdo da Face 1.

VSG/ACS

Bibliografia:

Veiga, 1886; Gomes, 1997; Gonçalves e Sousa, 2017.











BIBLIOGRAFIA

- BICHO, N. (2006) – *A Pré-história do Algarve*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar; CEIPHAR.
- CARVALHO, A. F. (2011) – Produção cerâmica no início do neolítico de Portugal. In BERNABEU AUBÁN, J.; ROJO GUERRA, M.; MOLINA BALAGUER, L., coord. – *Las primeras producciones cerámicas: el VI milenio cal aC en la Península Ibérica*. Valencia: Universidad de Valencia, p. 237-252. (Sagvntvm. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia; extra-12).
- FRANCO, L.; VIANA, A. (1945) – O espólio arqueológico de José Rosa Madeira. *Brotéria*. Lisboa. 41:5, p. 386-419.
- GOMES, M. V.; GOMES, R.; BEIRÃO, C. M.; MATOS, J. L. (1986) – A necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 2, 139 p.
- GOMES, M. V. (2007) – Nés à l'extrême sud-ouest de l'Europe: les menhirs de l'Algarve et l'avènement de l'idéologie mégalithique. In *Les expressions intellectuelles et spirituelles des peuples sans écriture*. Colloque UISPP – CISENP de l'Union International des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques, Paris, 2007. Capo di Ponte: Edizioni del Centro. p. 147-157.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma perspectiva integrada*. Lisboa: INIC; UNIARQ. 2 vols.
- GONÇALVES, V. S. (2016) – O Cerro do Castelo de Corte João Marques, um povoado aberto da Idade do cobre. *Al-'Ulyâ*. Loulé. 16, p. 19-24. Este microtexto foi escrito antes do levantamento geofísico levado a efeito em setembro de 2016.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (no prelo) – The Shadows of the Rivers and the Colour of Copper. Some Reflexions on the Chalcolithic Farm of Cabeço do Pé da Erra (Coruche, Portugal) and its Resources. In BARTELHEIM, M.; BUENO, P., ed. lit. – *Key Resources and Socio-cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*, 2015, Alcalá de Henares. Madrid: Universidad de Alcalá de Henares; Deutsches Archäologisches Institut Madrid.
- JUNGHANS, S.; SANGMEISTER, E.; SCHRÖDER, M. (1974) – Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europa. *Studien zu den Anfängen der Metallurgie*. 4. Berlin.
- KUNST, M. (2013) – The Innovation of Copper Metallurgy on the Iberian Peninsula: It's Significance for the Development of Social Complexity in the 3rd Millennium BC. In BURMEISTER, S.; HANSEN, S.; KUNST, M.; MÜLLER-SCHEESSEL, N., ed. lit. – *Metal Matters; Innovative Technologies and Social Change in Prehistory and Antiquity*. Rahden, Westf.: Leidorf. (Menschen – Kulturen – Traditionen. Forschungs Cluster 2; Bd. 12).
- SHERRATT, A. (1983) – The Secondary Exploitation of animals in the Old World. *World Archaeology*. London. 15:1, p. 90-104.
- SOUSA, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim (Maфра) na sequência do Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Tese de doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/3480>.
- VALERA, A. C. (2013) – *As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana – 2.ª metade do IV aos inícios do II milénio a. C.* [Évora]: EDIA. (Memórias d'Odiana; 2.ª S., 6).

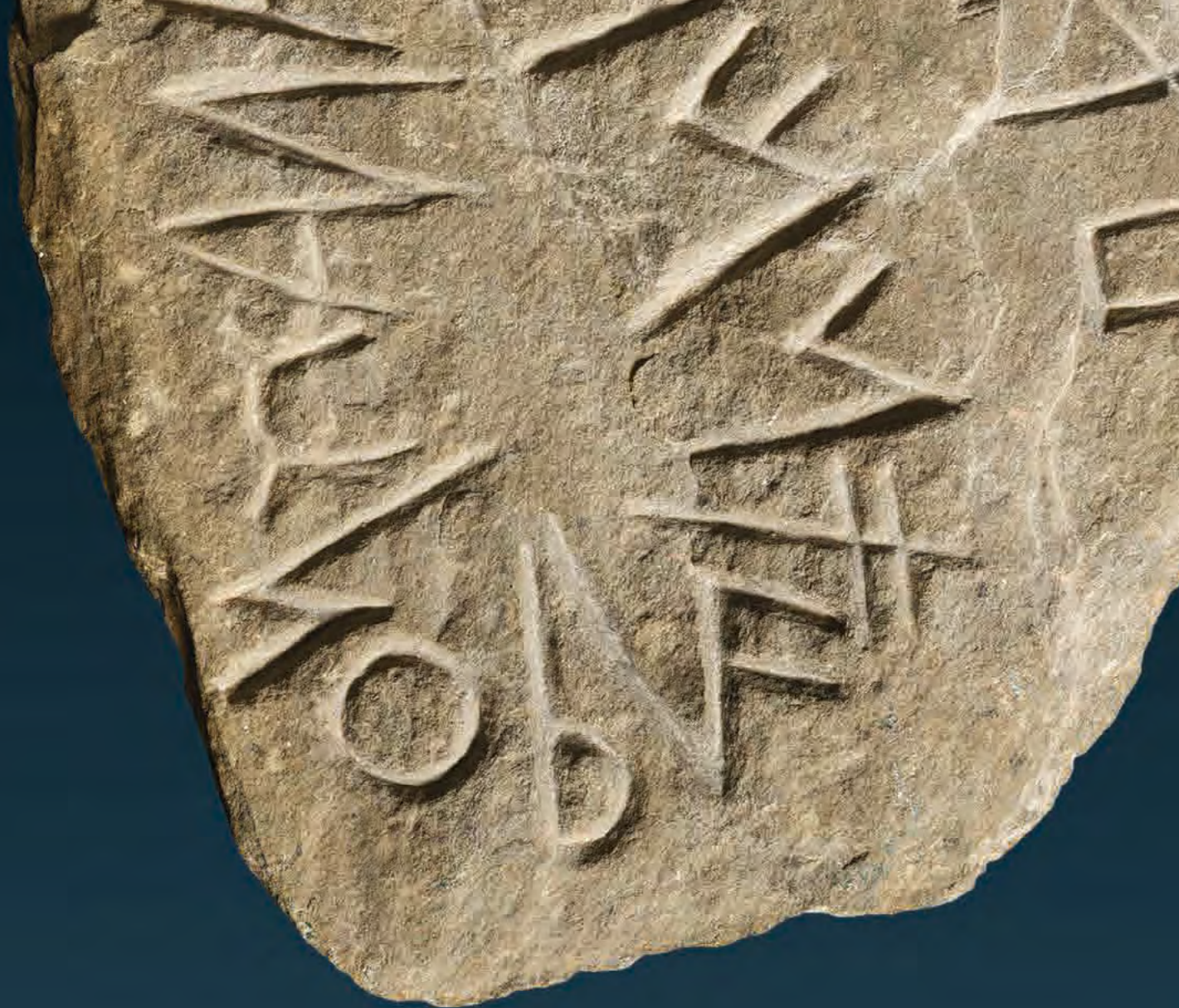
III. PROTO-HISTÓRIA O MUNDO PROTO-HISTÓRICO E O ADVENTO DA ESCRITA

VIVER E MORRER NA IDADE DO BRONZE

Da Idade do Bronze (2.º milénio a. C.), são poucos os achados no território louletano. Com tão raros dados para caracterizar o povoamento, são de enorme importância os que dizem respeito às necrópoles, isto é, ao «mundo dos mortos».

O melhor exemplo é a necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura), escavada na década de 1980 e amplamente estudada. Incluía 11 sepulturas em cista com os restos osteológicos humanos e respetivas oferendas: cerâmicas, artefactos metálicos e de pedra.

Contamos ainda com achados isolados de outros sítios do concelho, geralmente associados a necrópoles, entre eles adornos, armas e instrumentos/ferramentas, todos eles de bronze.



LÁ ONDE NASCE UMA ESCRITA

Na Idade do Ferro (1.º milénio a. C.), conhecemos, especialmente na área serrana, os vestígios de uma cultura que possuía uma forma de escrita gravada sobre estelas, que marcavam o túmulo das personagens mais distintas.

A escrita do Sudoeste, que deve o seu nome ao facto de ser uma realidade típica do Sudoeste hispânico, é considerada a mais antiga da Península Ibérica. Remonta pelo menos ao século VI a. C. e deriva do alfabeto fenício.

Subsistem dúvidas sobre alguns caracteres desta escrita, mas é possível transcrever no nosso alfabeto a maioria das sequências. Todavia, a língua é enigmática, constituindo um desafio à investigação.

Entre os raros objetos encontrados nos sítios onde a escrita ocorre, destacam-se os de adorno e os recipientes de uso quotidiano.

A IDADE DO BRONZE NO CONCELHO DE LOULÉ

CARLOS OLIVEIRA, PEDRO BARROS, SAMUEL MELRO E SUSANA ESTRELA

Abordar a Idade do Bronze no atual concelho de Loulé não é tarefa fácil, uma vez que o conhecimento sobre este período cronológico está incondicionalmente limitado pela escassez de vestígios arqueológicos, assim como pela quantidade e qualidade da informação relativa aos mesmos, que surgem sem contextos arqueológicos conhecidos ou fruto de achados isolados. Com efeito, atendendo ao panorama arqueológico algarvio, seria de esperar que, também na Serra do Caldeirão e no Barrocal fosse conhecido um maior número de necrópoles de cistas atribuíveis ao Bronze Pleno, conforme sucede nos concelhos limítrofes, excetuando no de São Brás de Alportel. Todavia, os dados hoje em dia disponíveis são ainda e sobretudo os coletados, em finais do século XIX (Parreira e Barros 2007, p. 91-92), pelo arqueólogo pioneiro Estácio da Veiga (1889 e 1891), verdadeiro recordista na identificação de monumentos deste tipo no Algarve (fig. 1).

Para o período e para a área em análise, este arqueólogo de raízes algarvias apenas menciona os sítios de Fonte Santa (Alte) e Vendinha do Esteval (Querença), nenhum deles alvo de trabalhos arqueológicos. O primeiro sítio é descrito como uma necrópole composta por muitas sepulturas de forma quadrangular mas sem uniformidade de orientação onde, segundo as suas fontes, se teriam encontrado poucos fragmentos de ossos, geralmente acompanhados por um ou mais recipientes cerâmicos e, em raros casos, instrumentos de metal ou de pedra. Apesar desta promissora descrição, quando em 1878, Estácio da Veiga visita o local desiste das escavações que havia planeado, desiludido pela notícia de que as cistas haviam sido destruídas e o respetivo espólio vendido para refundição. Cinco anos após esta visita, relata ter sido contactado pelo geólogo P. Choffat com o intuito de este lhe mostrar alguns materiais encontrados naquele local, os quais haviam sido comprados, em 1879, pelo ba-

irão Hermann Maltzan e, que à data já se encontravam nas reservas da universidade de Freiburg (Veiga, 1891, vol. IV, p. 85-88 e Est. IX). Apesar das circunstâncias adversas, foi publicado um esboço destes materiais no vol. IV das *Antiguidades Monumentais do Algarve*, sendo possível observar que se trata de um conjunto de quatro instrumentos de pedra polida e de um fragmento distal eventualmente pertencente a um escopro forjado com cobre, de acordo com as análises mineralógicas então efetuadas pelo museu da mesma cidade alemã onde este espólio estava depositado.

Do sítio da Vendinha do Esteval também muito pouco se sabe. Estácio da Veiga (1891, p. 91-93) apenas refere que se trata de uma jazida mineira descoberta em 1862 pelo engenheiro Ferreira Braga que ali terá reconhecido vestígios de trabalhos de mineração antigos, numa galeria parcialmente soterrada em cujos entulhos se encontravam ainda pedaços de cobre nativo de elevada pureza. Informado por alguns trabalhadores de que nos arredores da mina tinham sido exumadas várias ferramentas metálicas, entre as quais dois machados «planos sólidos, com uma extremidade larga» (Veiga, 1889, p. 56), bem como de que na envolvente haveria «escoriaes antigos», supôs que, durante a Idade do Bronze, associado à exploração dos recursos mineralógicos tivesse existido, nas proximidades, um povoado e respetiva necrópole.

Outros contextos, identificados em cavidades cársicas, podem ser chamados à colação. A Gruta da Igreja dos Soidos (Alte) foi alvo da intervenção de Charles Bonnet em meados do século XIX (Oliveira 1898, p. 123), daqui foram comprados ao Prior de Salir, duas campainhas de bronze (Machado, 1919/1920, p. 243). Trabalhos realizados nos anos 80 do século passado referem uma ocupação «esporádica como refúgio» do final da Idade do Bronze ou mesmo da Idade do Ferro, atendendo à presença de um «vaso de carena baixa quase completo



Fig. 1 – Sítios arqueológicos da Idade do Bronze no concelho de Loulé (DGPC):

1. Ameixial
2. Corte de Ouro
3. Fonte Santa
4. Gruta da Igreja dos Soidos
5. Rocha da Pena 2
6. Almargem
7. Vendinha do Esteval
8. Corga
9. Gruta de Vale Covo
10. Vinha do Casão



Fig. 2 – Vista da estrutura «amuralhada» da Rocha da Pena.

(...) semelhante aos da necrópole da Atalaia (Bronze Médio/Final)» (Straus e Arnaud, 1988, p. 5 e 7). Mais recentemente, foram dadas a conhecer cerâmicas «esféricas e hemisféricas, por vezes brunidas», o referido vaso, cerâmicas com decoração denteada nos bordos, entre outras (Carvalho e Veríssimo, n. p.).

Os dados das Grutas da Salustreira Maior e/ou Menor (Querença), referidos por Hans Gadow (1883) e Estácio da Veiga (1891, p. 91), merecem uma menção, ainda que os seus vestígios possam ser atribuídos a outras cronologias, mais antigas e mais recentes que as da Idade do Bronze. Não temos pois como contextualizar o conjunto de cerâmica mamilada (um deles perfurado) associado a dormentes que Manuel Viegas Guerreiro doou ao Museu Nacional de Arqueologia. O mesmo problema se aplica à cerâmica manual da Gruta de Vale do Covo que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia e estas reservas são reforçadas para a Gruta de Paniachos, onde a associação é por premonição (Veiga, 1886, p. 78). Bem como o Algar do Cerro da Atalaia, que segundo Frederico Tatá Regala tem material osteológico associado à cerâmica, um dos exemplares uma taça em calote com superfícies brunidas.

De particular interesse são os dados relativos ao sítio de cumeada da Rocha da Pena (fig. 2), situado no Barrocal junto da transição para a Serra. Uma situação de excepcionalidade, por um lado, atendendo aos poucos paralelos conhecidos no panorama regional dos povoados da Idade do Bronze e, por outro, por ser de cumeada. As primeiras referências falam-nos apenas de machados de pedra polida pré-históricos (Vasconcelos, 1899-

-1900, p. 41). Quase cem anos mais tarde, há a notícia de «cerâmicas (...) da Idade do Bronze, tendo este cabeço sido possivelmente ocupado também na Idade do Ferro» e destaca-se o facto de este ser fortificado, de forma natural e antrópica, pois «podem observar-se restos de alinhamentos de muralhas» (Catarino, 1997-1998, p. 261 e 453) com estruturas lineares e circulares. De referir ainda que, na década de 80 e 90 do século XX, foram recolhidos vários fragmentos cerâmicos, alguns dotados com mamilos e outros com decoração incisa sobre o bordo, destacando-se do conjunto uma taça de carena alta com decoração quadriculada, recolhida por Helena Catarino.

As descobertas descontextualizadas e isoladas de vestígios metálicos relativizam a sua informação, mas são merecedoras de menção. Da coleção de materiais arqueológicos do prior de Salir, provenientes de um ou mais locais imprecisos, possivelmente da freguesia epónima ou região envolvente, Ataíde de Oliveira referiu inúmeras peças, nomeadamente «um pente e um anzol de bronze, dois escopros de cobre, duas pontas de lança» (Oliveira, 1905, p. 166). As mesmas peças tinham sido antes referidas pelo então diretor do Museu Nacional de Arqueologia, José Leite Vasconcelos, conforme nos informa mais recentemente Hermanfrid Schubart enunciando ainda um punhal de cobre com três rebites e lâmina ligeiramente curva e secção transversal (Schubart, 1975, p. 194). Este conjunto de Salir deve ainda incluir mais um machado e um fragmento de metal (Martins, 1988, p. 90).

Na transição entre o Barrocal e a Serra, existem testemunhos da exploração dos recursos mineralógicos numa faixa com mais de 30 quilómetros que se estende ao concelho de Silves. Na bibliografia mais precoce sempre se assumiu, embora sem fundamentos suficientemente sólidos, que esta atividade se teria iniciado durante a época aqui tratada, certamente pela extrapolação da informação indireta mais precisa que existia para as minas já aqui referidas. Assim, em Alte também terão sido identificados *machados* e «outros diversos objectos» de cobre (Veiga, 1887, p. 382; Veiga, 1889, p. 37 e 112; Veiga, 1891, p. 84 e 85), assim como duas barras de cobre (Vasconcelos, 1905, p. 48). Outras referências são as das antigas explorações de cobre de Alagoas (Martins, 1988, p. 102) também entendida como necrópole (Gomes et al., 2006, p. 11); a de Corte Neto (Martins, 1988, p. 1074), a do Cerro das Ferrarias (Veiga, 1889, p. 61-64) ou a de Santa Margarida (Martins, 1988, p. 107).

Posteriores referências à Idade do Bronze na área serrana são as dadas por Mário Lyster Franco e Abel

Viana que, em meados dos anos 40 do século passado, publicam a coleção de José Rosa Madeira, natural do Ameixial (Franco e Viana, 1945). A este respeito importa alertar que muitos dos vestígios que foram associados à Idade do Bronze, pela natureza do material, não correspondem de todo a esta cronologia e a menção de «proveniência desconhecida» do Ameixial, deverá ser entendida genericamente como tendo origem em mais do que um local impreciso na Serra do Caldeirão, possivelmente em torno do Ameixial (Barros, Melro e Estrela, 2014, p. 15), a área de residência de Rosa Madeira, um «curioso de assuntos arqueológicos», como o designou Manuel Heleno (Barros e Melro, n. p.). Tendo estes pressupostos em consideração, a coleção tem dois machados de cobre planos e uma ponta de seta «do tipo argárico» (Franco e Viana, 1945, p. 22-26). Na área do Ameixial há ainda referência de Helena Catarino para uma necrópole de cistas atribuídas à Idade do Bronze na envolvente ao Azinhal dos Mouros (Ameixial) bem como outra destruída em Corte do Ouro (Catarino, 1997-1998, p. 262 e 1021).

Mais recente, é a notícia da descoberta, na sequência de trabalhos agrícolas, de um bracelete no sítio de Almargem (Benafim), oferecido em 1991 pelo escultor Vítor Borges ao Museu Municipal de Loulé e posteriormente publicado (Gomes et al., 2006). Trata-se de um fino bracelete de cobre quase puro, desenhando um contorno ovalado com secção circular e rematada por extremidades aplanadas. Tipologicamente, mostra-se bastante semelhante a um outro da necrópole de Almadeninha, Vila do Bispo (Formosinho et al., 1953, p.164, 166), facto que sugeriu uma cronologia antiga dentro da Idade do Bronze, balizada entre 1800 e 1500 a. C. (Gomes et al., 2006, p. 11), enquadrando-se portanto na denominada I Idade do Bronze na proposta sistematização preconizada por Hermanfrid Schubart (1975).

Em zona mais próxima da sede de concelho, no lugar da Corga, há referência a uma outra necrópole de cistas (fig. 3), constituída por mais de 16 sepulturas, 15 das quais destruídas havendo, no entanto, notícia de espólio cerâmico associado. Uma das cistas foi intervencionada, tendo aparecido restos osteológicos. Refere-se ainda que a área de necrópole se prolongaria pois subsistiam algumas sepulturas conservadas nos cortes (Martins, 1988, p. 98-100).

Como facilmente se deduz pela fragilidade dos dados até aqui enunciados, tentar percecionar eventuais modelos de ocupação do território na zona da Serra e no Barrocal do atual concelho de Loulé durante o Bronze



Fig. 3 – Cista da Corga intervencionada por Isilda Martins (1988, p. 100).

Pleno, é um exercício que, à partida, está condenado a ser uma construção meramente teórica, sem o mínimo de adesão à realidade. Na verdade, no estado atual dos conhecimentos, qualquer modelo conciliável com a realidade arqueográfica teria de supor uma incipiente exploração do território e, conseqüentemente, uma baixíssima densidade populacional, tal é a escassez de sítios conhecidos para o período e para região em análise.

Todavia, parece-nos óbvio que a hipótese de um povoamento residual é demasiado redutora, sustentada em fundamentos débeis e que dificilmente podem ser contrastáveis, como prenunciam as coleções do Ameixial, Salir e restantes achados isolados, motivos pelos quais não a subscrevemos. Pelo contrário, é nossa convicção que futuros trabalhos de campo alterem profundamente esta panorâmica, como aliás tem vindo a acontecer relativamente à Idade do Ferro com as prospeções desenvolvidas no âmbito do Projecto Estela (Barros, Melro e Santos, 2010; Barros, Melro e Estrela, 2014).

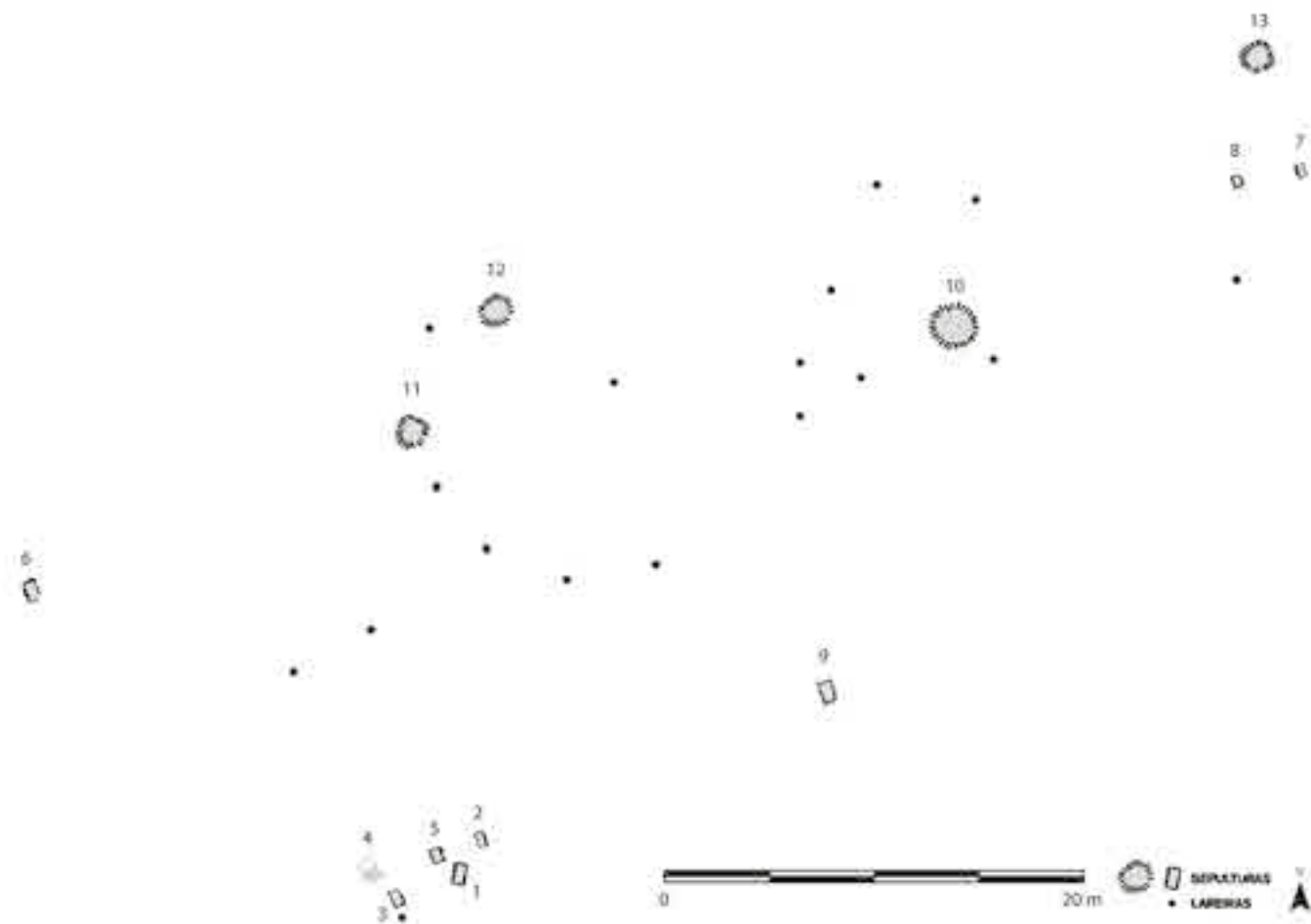


Fig. 4 – Planta da necrópole da Vinha do Casão (a partir Gomes et al., 1986, p. 10, e Matos).

No que concerne à região litoral, o cenário é igualmente pobre, embora com a atenuante de o único sítio conhecido – Vinha do Casão (Quarteira) (fig. 4), ter sido alvo de escavações e de se encontrar publicado, aumentando exponencialmente a qualidade da informação disponível (Gomes et al., 1986). Ainda assim, este sítio também não está isento de problemáticas, a começar pela própria intervenção arqueológica, que decorreu de forma intermitente durante o processo de construção do complexo urbanístico conhecido como Barca do Lago. Com efeito, apesar de entre 1977 a 1981 José Luís de Matos aí ter explorado em fase de obra nove sepulturas, apenas nesse último ano o sítio foi alvo de campanhas de escavação em extensão que incidiram apenas no espaço interior definido pelos edifícios da citada urbanização (excluindo a área ocupada pelos quintais adjacentes). O facto de, durante essas campanhas de escavação (então já dirigidas em colaboração com o casal Mário e Rosa Varela Gomes e com Caetano de Melo Beirão), ter sido possível reconhecer mais três

monumentos funerários de tipo cista, quer através de escassos vestígios arqueológicos (sepultura 10), quer através de relatos orais (sepulturas 12 e 13), deixa antever que algumas mais poderiam existir, sobretudo na área já edificada, ficando assim por determinar a verdadeira dimensão e configuração desta importante necrópole.

O sítio da Vinha do Casão implanta-se hoje a escassos dois quilómetros da linha de costa, numa encosta com declive suave e de baixa altitude, atingindo, no ponto mais elevado, uma cota de apenas 17 metros. Ocupa uma extensa área virada a sul e circunscrita a poente por um pequeno curso de água pertencente à rede hidrográfica da ribeira de Quarteira onde, provavelmente, durante a Idade do Bronze, ainda se fariam sentir os efeitos da maré (Gomes et al., 1986, p. 9-10). No total dos 2900 m² da área explorada foi reconhecida a existência de 13 sepulturas, das quais apenas uma não corresponde a uma construção do tipo cista, tratando-se de um enterramento em fossa de contorno ovalado (sepultura 10). Das 12 cistas identificadas, só é

conhecida a planta de nove (sepulturas 1 a 9), sendo que as restantes já se encontravam destruídas aquando da intervenção arqueológica, facto que impossibilitou à partida a sua associação a qualquer tipo de espólio.

Do ponto de vista arquitetónico, estas nove sepulturas apresentavam uma conceção e configuração similar, embora com pequenas variantes, as quais são facilmente relacionáveis com a matéria-prima disponível, na medida em que a utilização de blocos e lajes de calcário conquífero nem sempre terá permitido definir uma planta regular, sendo que em alguns dos monumentos se verificou a substituição dos habituais esteios e coberturas de tradição megalítica por aglomerados de pedras de menor dimensão, por vezes argamassadas com barro. Não obstante, o processo construtivo respeita os mesmos preceitos gerais também já conhecidos em outras necrópoles congêneres: o espaço sepulcral é definido através de um corte de contornos ortogonais no terreno, onde depois se encaixavam verticalmente as lajes e os blocos calcários que definiam as paredes (Gomes et al., 1986, p. 63). A colocação destes esteios obedeceu, na maioria dos casos, a uma técnica construtiva amiúde documentada em outros monumentos similares, segundo a qual o travamento dos esteios laterais (de maiores dimensões) era assegurado pelas pedras colocadas nos topos, prevenindo assim o seu colapso para o interior. A cobertura dos monumentos era assegurada por uma ou mais lajes, exceto para as sepulturas 3 e 6, não existindo vestígios de qualquer tipo de recinto tumular adjacente que lhe confira monumentalidade. Uma relativa padronização dos aspetos arquitetónicos e rituais é ainda evidente pela implantação das próprias cistas, maioritariamente orientadas no sentido N-S (sepulturas 2, 3, 5, 7 e 8), o mesmo eixo também respeitado pela inumação em fossa correspondente à sepultura 11. A distribuição dos monumentos pelo terreno remete para dois cenários distintos pois, se por um lado, as cistas de 1 a 5 parecem configurar um conjunto estruturado devido à sua proximidade intrínseca, por outro lado, as restantes oito sepulturas encontravam-se isoladas e em, alguns casos, bastante afastadas umas das outras.

A análise do ritual funerário praticado nesta necrópole está, em grande medida, facilitada pela inusitada preservação dos restos osteológicos associados a cada uma das sepulturas escavadas, apenas possível devido à pouca acidez dos solos. Assim, foi possível observar que, em todos os casos, se trata de indivíduos depositados em decúbito lateral e posição fetal, com os

membros inferiores e superiores fletidos, mais que não fosse, porque a isso obrigava a exiguidade das câmaras funerárias. As cabeças ocupavam sempre o topo norte das respetivas sepulturas podendo, no entanto, apresentar a face virada tanto para poente como para nascente, embora a primeira posição seja claramente maioritária (Gomes et al., 1986, p. 84). O relativo bom estado de conservação dos esqueletos permitiu também verificar que, em três das cistas escavadas (sepulturas 7, 8 e 9), a câmara funerária foi sucessivamente reutilizada, contendo cada uma delas restos de três inumações distintas. Como resulta óbvio, desde logo pelas reduzidas dimensões do espaço sepulcral, sempre que sucedia uma nova inumação, teria de se proceder a uma «arrumação» das ossadas mais antigas que, por vezes, se encontraram amontoadas num dos cantos.

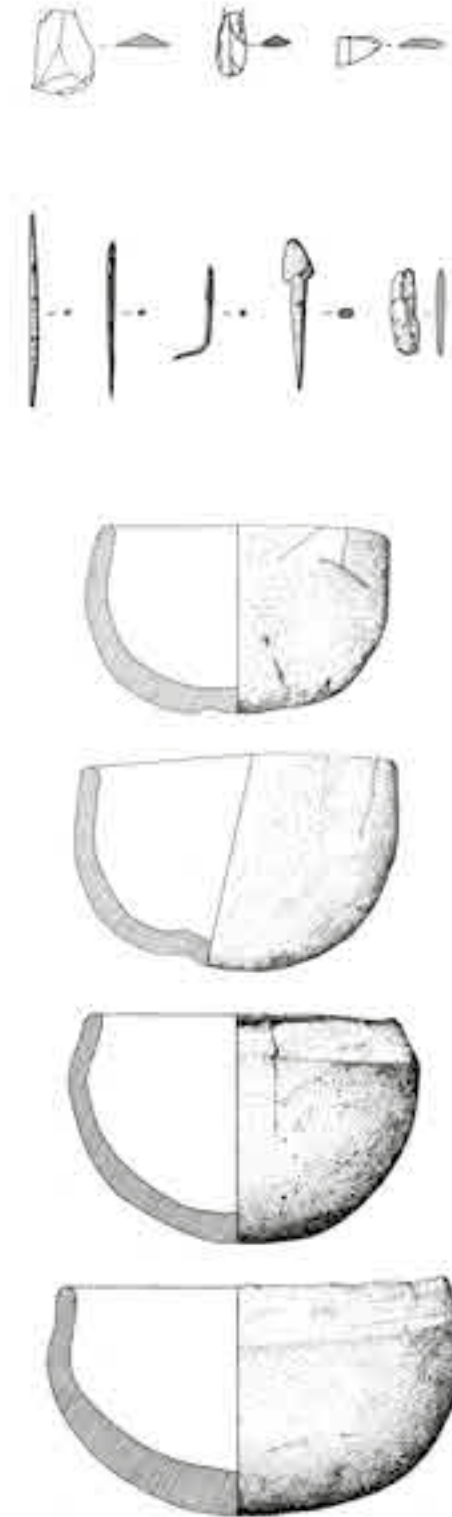
Parte importante do ritual seria também a deposição de oferendas junto ao indivíduo exumado. Esta prática foi documentada em praticamente todas as sepulturas escavadas, variando apenas em função da tipologia e da quantidade do espólio ofertado, sendo este normalmente composto por um ou dois recipientes cerâmicos, por vezes colocados junto às mãos e/ou à cabeça, acompanhado, em alguns casos, por um pequeno instrumento de cobre (fig. 5). Nos monumentos tipo cista, todas as três ferramentas metálicas identificadas (sepulturas 3, 7 e 9) foram interpretadas como agulhas ou pequenos punções, enquanto na tumulação em fossa (sepultura 11) um fragmento de cobre descoberto parece ter sido utilizado como lâmina (Gomes et al., 1986, p. 73), estando ainda possivelmente associado a uma outra lâmina e lamela, mas de sílex, que corresponde ao único artefacto lítico documentado entre o espólio funerário da necrópole, e uma ponta de seta de cobre, mas que foram encontradas à superfície (Gomes et al., 1986, p. 61). Outro elemento singular é a grande concha perfurada recolhida na cista 9, cujas características intrínsecas sugerem que possa ter sido usada como adorno de suspensão pelo segundo indivíduo aí sepultado (Gomes et al., 1986, p. 43-44). A relevância da oferta de pelo menos um recipiente cerâmico durante a celebração do ritual fúnebre tem uma óbvia tradução na realidade arqueográfica da Vinha do Casão, onde se verificou a presença desse elemento em praticamente todos os casos. A única exceção são os três enterramentos que preenchem a sepultura 8, facto que, segundo os autores da monografia do sítio, pode ser explicado pela jovialidade dos indivíduos aí sepultados (Gomes et al., 1986, p. 39), um fator que se julga influir no reconhecimento da importância social

atribuída pela comunidade a cada um dos seus membros, refletindo-se, no caso em apreço, pela ausência de oferendas que os possam acompanhar no *post mortem*.

Tipologicamente, o conjunto cerâmico integra formas bastante comuns no denominado Bronze do Sudoeste, com amplos paralelos na própria região assim como no Baixo Alentejo e também na Andaluzia. A forma melhor representada corresponde às pequenas taças ditas de tipo Atalaia, que perfazem quase metade da amostra, a qual, na totalidade, é composta por 17 recipientes (Gomes et al., 1986, p. 73). A este respeito importa também salientar o predomínio das formas carenadas (10 exemplares) relativamente aos recipientes de perfil esférico e hemisférico. Entre estes, cabe destacar as pequenas taças em calote semiesférica e alguns vasos com corpo de tendência globular, podendo o colo ser mais ou menos definido e/ou alongado, dos quais merece particular destaque o recipiente encontrado na sepultura 2, por ser o único dotado de asa e decorado com mamilos (Gomes et al., 1986, p. 18, fig. 12). A análise tipológica do espólio conjugada com dados estratigráficos, assim como de outros de índole arquitetónica e ritual, permitiu aos investigadores balizar a ocupação da Vinha do Casão entre 1200-1000 a. C. (Gomes et al., 1986, p. 92), correspondendo ao período de transição entre a I e a II Idade do Bronze do Sudoeste, conforme foi definida por Hermanfrid Schubart (1975).

As intervenções realizadas em 1981 revestiram-se da maior importância, não tanto pela escavação de novas sepulturas mas, sobretudo por terem revelado um conjunto de 16 estruturas não funerárias que, segundo os dados estratigráficos apresentados, coexistiram com as cistas desde o início da utilização daquele espaço como necrópole. A evidência de vestígios de combustão em todas elas impeliu os autores da respetiva monografia a interpretarem-nas como lareiras, apesar das notórias diferenças tipológicas que os próprios reconheceram.

Estas estruturas tanto podem ser agrupadas em pequenos núcleos como isoladas e dispersas um pouco por toda a área intervencionada, podendo algumas serem constituídas por pequenas manchas de barro cozido e cinzas (por vezes rodeadas por pequenas pedras) e outras apresentavam uma arquitetura um pouco mais complexa, como aquelas que implicaram a abertura de um covacho pouco profundo de forma circular ou oval e revestido com seixos, os quais surgiam preenchidos por cinzas. Um terceiro tipo é também descrito como uma fossa em forma de poço, de planta circular e paredes retilíneas, as quais se encontravam revestidas por uma camada de barro cozido. Foi precisamente



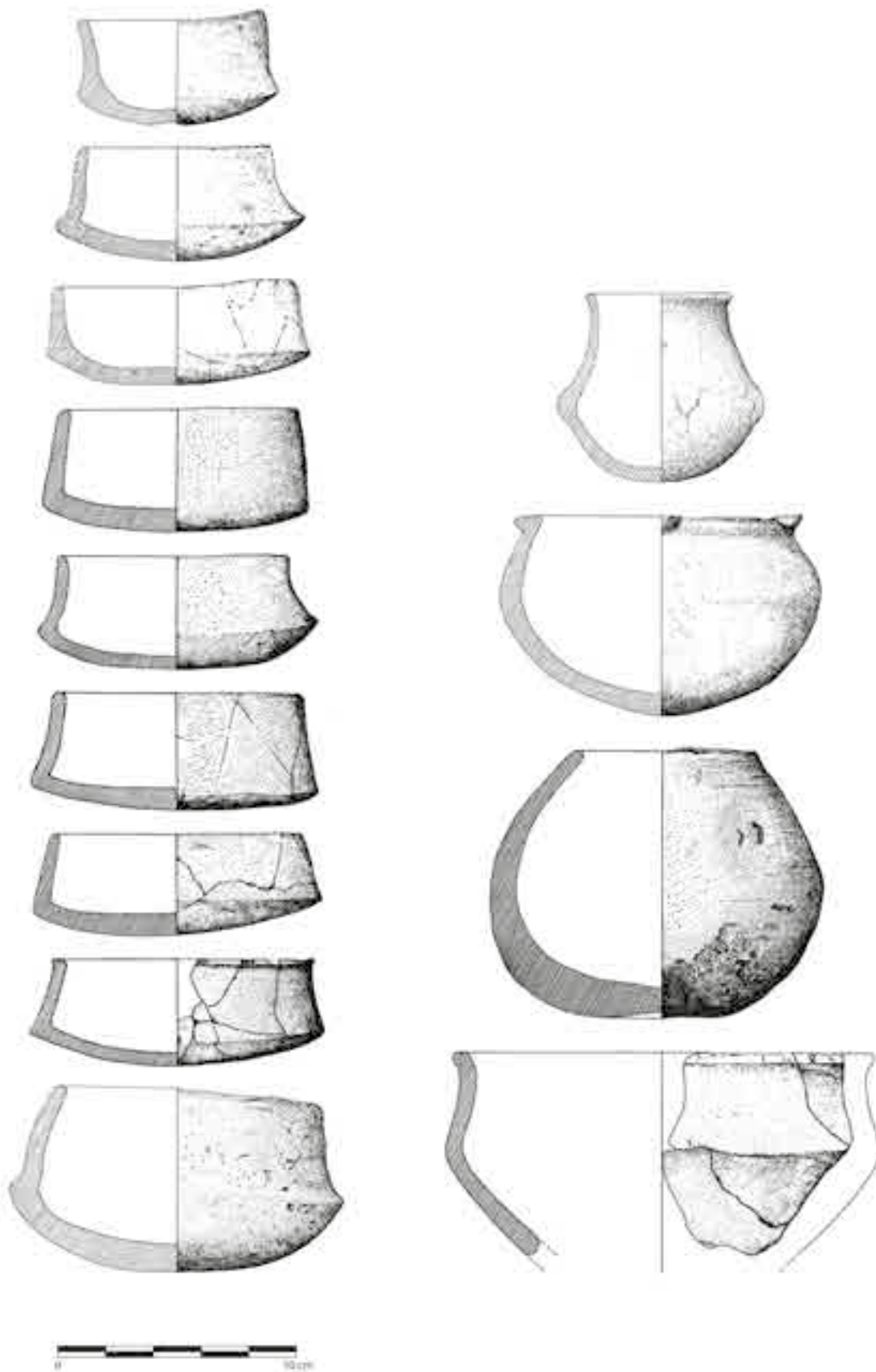


Fig. 5 – Espólio encontrado na Vinha do Casão (a partir de Gomes et al., 1986).

nestas últimas onde se registou maior quantidade de restos alimentares, sobretudo malacofauna, mas também alguns ossos de bovídeos e caprídeos. Segundo a opinião dos autores, devido à sua relativa escassez, a presença destes restos faunísticos deve ser interpretada como testemunhos de carácter ritual, constituindo, neste contexto, as oferendas consumidas durante as cerimónias fúnebres (Gomes et al., 1986, p. 89). Tal interpretação, que à época se revelou inovadora, foi entretanto confirmada em diferentes contextos funerários da Idade do Bronze do Sul peninsular, nomeadamente nos hipogeus identificados no âmbito do empreendimento de Alqueva, assumindo-se atualmente como um elemento da maior relevância na prática dos rituais fúnebres nas comunidades da Idade do Bronze (Porfírio e Serra, 2016, p. 70).

Não obstante a validade da interpretação dos autores da publicação da Vinha do Casão, a verdade é que os mesmos dados arqueológicos também não excluem outras possibilidades, designadamente a utilização em contextos de âmbito doméstico. Tal equação é especialmente relevante para o enquadramento do aparente paradoxo já sublinhado por vários autores, que notaram a ausência de sítios interpretáveis como povoados face à proliferação de necrópoles de cistas do Bronze Pleno que se conhecem no território algarvio. Assim, a propósito desta dualidade necrópole/povoado, parece interessante explorar novas alternativas, nomeadamente a hipótese de, em alguns casos, as áreas de *habitat* e monumentos fúnebres podem coexistir no mesmo espaço, facto que não resulta demasiado estranho se tivermos em consideração o panorama da área do Sudeste Peninsular, dominada pelo horizonte da cultura «argárica», onde os espaços de vida e de morte coexistem indiscutivelmente.

Na sua essência, o trabalho aqui apresentado teve a ambição de constituir uma situação de referência para o estudo da Idade do Bronze no concelho de Loulé, procurando compilar todas as informações que, de algum modo, concorram para uma melhor caracterização desta época na região em apreço. Como facilmente se constata pelo acima exposto, o panorama geral é bastante pobre, resumindo-se ao povoado da Rocha da Pena, ocupado pelo menos durante o final da Idade do Bronze e cuja monumentalidade sugere que possa ter funcionado como um lugar central. Nesta época eventualmente também poderão ter ocorrido as ocupações em gruta de Igrejinha dos Soidos (Alte), Salustreiras e Paniachos (Querença), Vale do Covo e Algar do Cerro da Atalaia (Boliquireime), ainda

que a funcionalidade (necrópoles, abrigos ou lugares sacralizados) e uma cronologia mais precisa sejam difíceis de comprovar, atendendo aos escassos materiais conhecidos, os quais não permitiram uma atribuição cronológica categórica. Com efeito, estes espólios são maioritariamente compostos por fragmentos de recipientes cerâmicos que abrangem um largo espectro cronológico, entre o final da pré-história e os inícios da proto-história, podendo ser mais antigos ou mais recentes do que a Idade do Bronze sendo que, em alguns casos, revelam indubitavelmente ocupações noutras épocas. No que respeita ao Bronze Pleno, à exceção da Vinha do Casão, todas as outras necrópoles referidas carecem de mais e de melhor informação antes de poderem ser enquadradas na Idade do Bronze, quer sejam aquelas reveladas pela sua arquitetura (Azinhal dos Mouros ou Corga), as apenas mencionadas (Corte de Ouro, Fonte Santa e Alagoas) ou as deduzidas pelos materiais (Almargem e Algar do Cerro da Atalaia). A simples enunciação dos dados revela um quadro incerto, que não esquece que as soluções cistoides também ocorreram durante a Idade do Ferro (Parreira e Barros, 2007), não sendo de excluir que alguns desses sítios possam corresponder a ocupações de época sidérica.

Por norma, a sistematização da informação abre espaço para uma análise diacrónica de eventuais sistemas de povoamento e formas de organização económica e social. Todavia, no caso em apreço, esse debate esbarra continuamente nas limitações inerentes à escassez e à qualidade dos dados disponíveis. Assim, a respeito da organização do povoamento pouco mais se poderá constatar do que a existência de diversas estratégias de ocupação do território, consubstanciadas nos vários tipos de implantação reconhecidos. Esta diversidade obedece a pressupostos económicos e sociais de ordem distinta, relacionáveis com a gama de recursos disponíveis no seu *hinterland*. Tal circunstância revela-se particularmente óbvia se atendermos à existência de sítios junto ao litoral, onde tinham à disposição toda a vasta gama de recursos que o ecossistema marítimo oferece, a par de sítios implantados em plena Serra, onde, além de outros importantes recursos, usufruíam de uma área com reconhecidas potencialidades mineiras.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, P.; MELRO, S. (no prelo) – Cômoros da Portela (Silves): apontamentos de Manuel Heleno sobre a escrita do Sudoeste. In *Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, 9, Troia-Setúbal, 2016.
- BARROS, P.; MELRO, S.; ESTRELA, S. (2014) – As estelas com escrita do Sudoeste do concelho de Loulé. *Al-'Ulyà*. Loulé. 14, p. 7-23.
- BARROS, P.; MELRO, S.; SANTOS, P. J. (2010) – Projecto ESTELA: Primeiros resultados dos trabalhos nas serras de Mú e Caldeirão. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 7, Silves, 2009. *Actas. Xelb. Silves*. 10, p. 115-128.
- CARVALHO, A. F. de; VERÍSSIMO, H. (no prelo) – Gruta da Igreja dos Soidos (Alte, Loulé). Contribuição para o estudo do final da pré-história no Algarve. In *Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, 9, Troia-Setúbal, 2016.
- CATARINO, H. (1997-1998) – O Algarve oriental durante a ocupação islâmica. *Al-'Ulyà*. Loulé. 6. 3 vols.
- FORMOSINHO, J.; VIANA, A.; FERREIRA, O. da V. (1953) – Algumas notas sobre o Bronze Mediterrânico do Museu Regional de Lagos. *Zephyrus*. Salamanca. 4, p. 97-117.
- FRANCO, M. L.; VIANA, A. (1945) – *O espólio arqueológico de José Rosa Madeira*. Separata de Brotéria XLI.
- GADOW, H. (1883) – On Some Caves in Portugal. *Proceedings of the Cambridge Philosophical Society*. Cambridge. V, p. 381-391.
- GOMES, M. V.; CALADO, D.; SERRA, P. M.; NIETO, J. M. (2006) – Bracelete, da Idade do Bronze, de Almargem (Benafim, Loulé). *Al-'Ulyà*. Loulé. 11, p. 9-14.
- GOMES, M. V., GOMES, R. V., BEIRÃO, C. de M., MATOS, J. L. de (1986) – *A necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve), no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste peninsular*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. (Trabalhos de Arqueologia; 2).
- GOMES, M. V.; SERRA, M. P. (2004) – *Museu Municipal de Arqueologia*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.
- MACHADO, L. S. (1919/1920) – Aquisições do Museu Etnológico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 24, p. 241-270.
- MATOS, J. L. (1981) – *Relatório preliminar das escavações arqueológicas do grupo 100 – Necrópole de Cistas do Casão, Vilamoura, Quarteira, Loulé*. Policopiado.
- MARTINS, I. M. P. (1988) – *Arqueologia do concelho de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.
- OLIVEIRA, F. X. d'A. (1905) – *Monografia do concelho de Loulé*. 4.^a ed. fac-similada. Porto: Typographia Universal; Faro: Algarve em Foco Editora.
- PARREIRA, R.; BARROS, P. (2007) – Necrópoles do Algarve no 2.^o e 1.^o milénio a.n.e. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 4, Silves, 2006. *Actas. Percursos de Estácio da Veiga. Xelb. Silves*. 7, p. 89-102.
- PORFÍRIO, E.; SERRA, M. (2016) – Bronze Age Commensality in the Southwest of the Iberian Peninsula. A Perspective from Torre Velha 3 and other Hipogea Sites Found in the Portuguese Left Bank of the Guadiana River. In VILAÇA, R.; SERRA, M., ed. lit. – *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades*. *Alimentação e comensalidade nas sociedades pré e proto-históricas*. Coimbra: Instituto de Arqueologia; Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta; Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural. p. 55-83.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- STRAUS, L. G.; ARNAUD, J. M. (1988) – *Relatório dos trabalhos efectuados em 1988 na gruta da Igreja dos Soidos (Alte, Loulé)*. Policopiado.
- VASCONCELOS, J. L. de (1899-1900) – Novas inscrições ibéricas do Sul de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 5, p. 40-42.
- VASCONCELOS, J. L. de (1905) – Aquisições do Museu Etnológico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 10, p. 44-48.
- VASCONCELOS, J. L. de (1927-1929) – Novas inscrições ibéricas do Sul de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 28, p. 205-208.
- VEIGA, S. Ph. M. E. da (1886-1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 1-4.

Viver e morrer na Idade do Bronze

97. Fragmento de taça carenada decorada de cerâmica

Rocha da Pena, Salir
Idade do Bronze
2,8 x 3 x 1 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA2667

Fragmento de cerâmica com uma ligeira carena e decoração incisa bastante cuidada.
PB



98. a 99. Taças carenadas de cerâmica

98. Taça carenada

Vinha do Casão, Quarteira
Séculos XII-X a. C.
8 x 14 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
1.6.59



99. Taça carenada

Vinha do Casão, Quarteira
Séculos XII-X a. C.
4,2 x 8,2 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
1.6.57

Esta pequena taça tem uma carena baixa com fundo hemisférico-achatado, podendo ser um ônfalo, e parede ligeiramente côncava. A taça maior (cat. 98) tem uma carena a meia altura com fundo hemisférico e paredes reentrantes. Estas peças foram encontradas dentro da sepultura 5 da Vinha do Casão, em forma de cista, a mais pequena de «tipo Atalaia» sobre os ossos das mãos e a maior sobre a cabeça. O enterramento que estaria em decúbito lateral voltado para poente, possivelmente seria de um jovem ou um indivíduo de baixa estatura.
PB



Bibliografia:
Gomes et al., 1986.

**100. Pequeno vaso de cerâmica,
com decoração mamilada**

Vinha do Casão, Quarteira

Séculos XII-X a. C.

7,3 x 7,2 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

1.6.58

Pequeno vaso com corpo globular e com fundo hemisférico, colo alto e reentrante e bordo extrovertido, tem dois mamilos a meio e poderá ter tido uma asa. Esta peça foi encontrada dentro da sepultura 2 da Vinha do Casão, em forma de cista, sobre os ossos das mãos de um esqueleto em decúbito lateral voltado para poente que possivelmente corresponderia a uma jovem.

PB

Bibliografia:

Gomes et al., 1986.



101. Ponta de seta de bronze

Vinha do Casão, Quarteira

Séculos XII-X a. C.

5,5 x 1 x 0,3 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

VC/77-81/2

Ponta de seta em liga de cobre com folha triangular, aletas quase horizontais e vértices arredondados, com um pedúnculo longo de secção retangular. A peça foi encontrada à superfície perto da sepultura 11 da Vinha do Casão.

PB

Bibliografia:

Gomes et al., 1986.



102. Agulha de bronze

Vinha do Casão, Quarteira

Séculos XII-X a. C.

3,2 x 0,3 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

VC/77-81/4

Pequena agulha ou punção em liga de cobre, com secção circular. Uma das extremidades está afilada e a outra parece ter um entalhe para fixação de um fio, após martelagem. Esta peça foi encontrada dentro da sepultura 7 da Vinha do Casão, em forma de cista, correspondente ao enterramento intermédio de uma sepultura coletiva onde foram identificados três momentos diferentes. A agulha encontrava-se perto de uma taça carenada e dos ossos das mãos de um esqueleto de um adulto em decúbito lateral voltado para poente.

PB

Bibliografia:

Gomes et al., 1986.



103. Punhal de lingueta

Salir, Salir

Séculos XVI-XI a. C. (?)

12,8 x 4,8 x 0,26 cm

Museu Nacional de Arqueologia

10211

Punhal de cobre arsenical com lâmina de secção transversal plana com um sistema de fixação de três rebites com secção quadrada. A forma deste punhal é bastante peculiar no contexto dos exemplares conhecidos no Bronze do Sudoeste.

PB

Bibliografia:

Vasconcelos, 1900; Junghans, Sangmeister,

Schröder, 1968; Schubart, 1975;

Martins, 1988.



104. a 105. Escopros

104. Escopro

Salir, Salir

Séculos XXI-XV a. C. (?)

18,8 x 1,8 x 1,3 cm

Museu Nacional de Arqueologia

10213

105. Escopro

Alte, Salir

Idade do Bronze

7,2 x 0,94 x 1,2 cm

Museu Nacional de Arqueologia

10214 / 2016.041

Dois escopros em liga de cobre de secção quadrangular com o gume em bisel. Estas peças arqueológicas, entre outras, foram oferecidas em 1904 a José Leite de Vasconcelos pelo engenheiro Carlos Van Zeller.

PB

Bibliografia:

Vasconcelos, 1905; Martins, 1988.



106. Pulseira

Almargem, Querença, Tôr e Benafim

Séculos XVIII-XV a. C.

7,2 x 7,2 x 0,4 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0386

Pulseira em liga de cobre, com contorno oval fino, secção circular e extremidades planas. Encontrada de forma fortuita, as suas características são pouco comuns no Sudoeste Peninsular. Os braceletes são muitas vezes associados a funções apotropaicas ou como elementos utilizados para diferenciar o estatuto social de quem os usava.

PB

Bibliografia:

Gomes et al., 2006.



107. Enterramentos da sepultura 9 da Vinha do Casão

Vinha do Casão, Quarteira

Séculos XII-X a. C.

105 x 70 x 32 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
VC/77-81/12

Esta é uma das três sepulturas coletivas que foram identificadas na Vinha do Casão. Pela disposição dos ossos percebemos que aqui foram enterrados três indivíduos em momentos diferentes. Dentro deste monumento de tipo cista apenas no último enterramento, localizado ao centro, percebemos que o corpo foi enterrado na posição fetal em decúbito lateral, voltado para nascente. O primeiro enterramento está «amontoado» do lado nascente e o segundo, onde ainda se pode ver o crânio, está arrumado no lado poente. Estes enterramentos coletivos, reutilizando sucessivamente uma mesma cista, era um dos rituais funerários utilizados naquela época, prática que para alguns autores poderia corresponder a pessoas de uma mesma família, perpetuando assim os laços quebrados pela morte.

PB

Bibliografia:

Gomes et al., 1986.



108. Cista da sepultura 3 da Vinha do Casão

Vinha do Casão, Quarteira

Séculos XII-X a. C.

138 x 66 x 61 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila VC/77-81/9

Monumento de tipo cista construído com esteios de calcário com uma orientação Norte/Sul. Depois de aberta uma fossa no terreno, foram colocadas ao alto quatro pedras afeiçoadas e, entre elas, os cantos foram preenchidos com pedras mais pequenas e argamassa de barro. Neste caso, não apresentava as habituais lajes de cobertura, pelo que se supõe ter sido tapada com uma camada de terra.

PB

Bibliografia:

Gomes et al., 1986; Parreira, Barros, 2007.



109. a 114. Espólio da sepultura 9 da Vinha do Casão, Quarteira



109.

110.

111.

109. Agulha de bronze

Vinha do Casão, Quarteira
Séculos XII-X a. C.

5 x 0,2 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
VC/77-81/3

110. Concha

Vinha do Casão, Quarteira
Séculos XII-X a. C.

10 x 7 x 3 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
VC/77-81/30

111. Taça carenada de cerâmica.

Vinha do Casão, Quarteira
Séculos XII-X a. C.

4,5 x 10,2 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
VC/77-81/33

112. Taça carenada de cerâmica

Vinha do Casão, Quarteira
Séculos XII-X a. C.

11,8 x 14 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
VC/77-81/32

113. Taça carenada de cerâmica

Vinha do Casão, Quarteira
Séculos XII-X a. C.

4,5 x 11,8 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
VC/77-81/31

114. Vaso globular de cerâmica

Vinha do Casão, Quarteira
Séculos XII-X a. C.

4,5 x 11,2 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
VC/77-81/34



112.



113.

Apesar de ser entendido aqui como um conjunto, o espólio encontrado na sepultura 9 pertence a três momentos diferentes, ou seja, relativo a cada um dos três indivíduos encontrados na sepultura. Assim, num dos lados, devem pertencer ao enterramento mais antigo, o vaso globular (cat. 114), com fundo plano e boca ovalada, uma das taças (cat. 113), de «tipo Atalaia» com carena baixa e fundo quase plano, bem como uma pequena agulha ou punção em liga de cobre (cat. 109), com secção circular, em que uma das extremidades está afiada e a outra parece ter alguns entalhes para fixação de um fio. No outro lado, o segundo enterramento parece que teria associado uma outra taça de «tipo Atalaia» (cat. 111), com carena, fundo convexo e paredes polidas, nesta refere-se que tinha dentro uma valva de Castanhola (*Glycimeris Glycimeris*) perfurada no ápice (cat. 110). Por fim, uma última taça (cat. 112), com carena baixa e fundo quase plano, possivelmente colocada sobre os ossos das mãos, deve pertencer ao enterramento mais recente.

PB



114.

BIBLIOGRAFIA

GOMES, M. V., GOMES, R. V., BEIRÃO, C. de M., MATOS, J. L. de (1986) – A necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve), no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste peninsular. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 2.

GOMES, M. V.; CALADO, D.; SERRA, P. M.; NIETO, J. M. (2006) – Bracelete, da Idade do Bronze, de Almargem (Benafim, Loulé). *Al-'Ulyà*. Loulé. 11, p. 9-14.

JUNGHANS, S.; SANGMEISTER, E.; SCHRÖDER, M. (1968) – *Studien zu den Anfängen der Metallurgie*. Römisch-Germanisches Zentralmuseum. Berlin: Gebr. Mann Verlag.

MARTINS, I. M. P. (1988) – *Arqueologia do concelho de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.

PARREIRA, R.; BARROS, P. (2007) – Necrópoles do Algarve no 2.º e 1.º milénio a.n.e. *Xelb*. Silves. 7, p. 89-102. *Encontro de Arqueologia do Algarve*. *Percursos de Estácio da Veiga*, 4, Silves, 2006. Actas.

SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.

VASCONCELOS, J. L. de (1905) – Acquisições do Museu Ethnológico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 10, p. 44-48.



A IDADE DO FERRO NO CONCELHO DE LOULÉ (FARO, ALGARVE, PORTUGAL)

ANA MARGARIDA ARRUDA

Na área abrangida pelo concelho de Loulé, os dados sobre a Idade do Ferro são muito escassos e localizam-se, maioritariamente, na Serra e no Barrocal (fig. 1). Trata-se, sobretudo, de estelas epigrafadas com escrita do Sudoeste, associadas, ou não, às respetivas necrópoles. Neste mesmo volume, outros investigadores abordam estes elementos integrando-os devidamente nos seus contextos, pelo que se torna dispensável a sua apreciação neste texto. As três contas de colar de vidro azul, decoradas a branco, duas esféricas com «olhos» e uma tubular, cujo contexto concreto se desconhece, mas que sabemos serem oriundas da freguesia do Ameixial, serão muito provavelmente destas necrópoles.

Outros sítios deste mesmo espaço geográfico têm vindo a ser relacionados com ocupações sidéricas. Porém, na maioria destes casos concretos, a informação disponível é quase sempre muito escassa, o que dificulta a interpretação e leituras mais amplas, havendo situações em que há mesmo motivos para duvidar do próprio enquadramento cronológico que foi proposto.

O pequeno pote encontrado no Cerro da Vila, por exemplo, poderia ser de facto da Idade do Ferro, atendendo quer à forma, quer ao tratamento da superfície externa, decorada com bandas e linhas pintadas de vermelho. Contudo, a ausência de contexto e, sobretudo, de outros espólios desta cronologia no referido sítio obrigam a alguma prudência nesta atribuição.

A estrutura defensiva, de forma elipsoidal, da Rocha da Pena rodeia um sítio onde Leite de Vasconcelos recolheu apenas machados de pedra polida (Vasconcelos, 1900), sendo, portanto, difícil o seu enquadramento numa cronologia do primeiro milénio a. C.

Da Gruta da Igreja dos Soidos, na freguesia de Alte, nada se sabe, apesar de haver referência à recolha recente de cerâmicas do Bronze Final/Idade do Ferro no seu interior.

A situação de Benafim, Querença, é, apesar de tudo, distinta. Refira-se, contudo, que o sítio era, até há pouco tempo, conhecido apenas pela sua ocupação romana, cronologia que se depreende do espólio recuperado numa sepultura escavada nos inícios do século passado, concretamente uma moeda de ouro e uma pedra de anel (Vasconcelos, 1907). Trabalhos de prospeção efetuados há poucos anos permitiram recolher fragmentos cerâmicos enquadrados cronologicamente na Idade do Ferro. Entre estes, destacam-se as ânforas, concretamente as de tipo B/C de Pellicer, algumas importadas da área turdetana, a avaliar pelas características físicas das pastas. Outras, de morfologia idêntica, parecem, porém, ser de produção local. Relativamente a Benafim, deve ressaltar-se a sua proximidade à estela de Barradas (Barros, Melro, Estrela, 2014), o que pode traduzir uma associação, mais ou menos direta, ao mundo funerário conectado com a escrita do Sudoeste, que, como já se referiu antes, será tratado, neste mesmo volume, em apartado próprio, por outros autores.

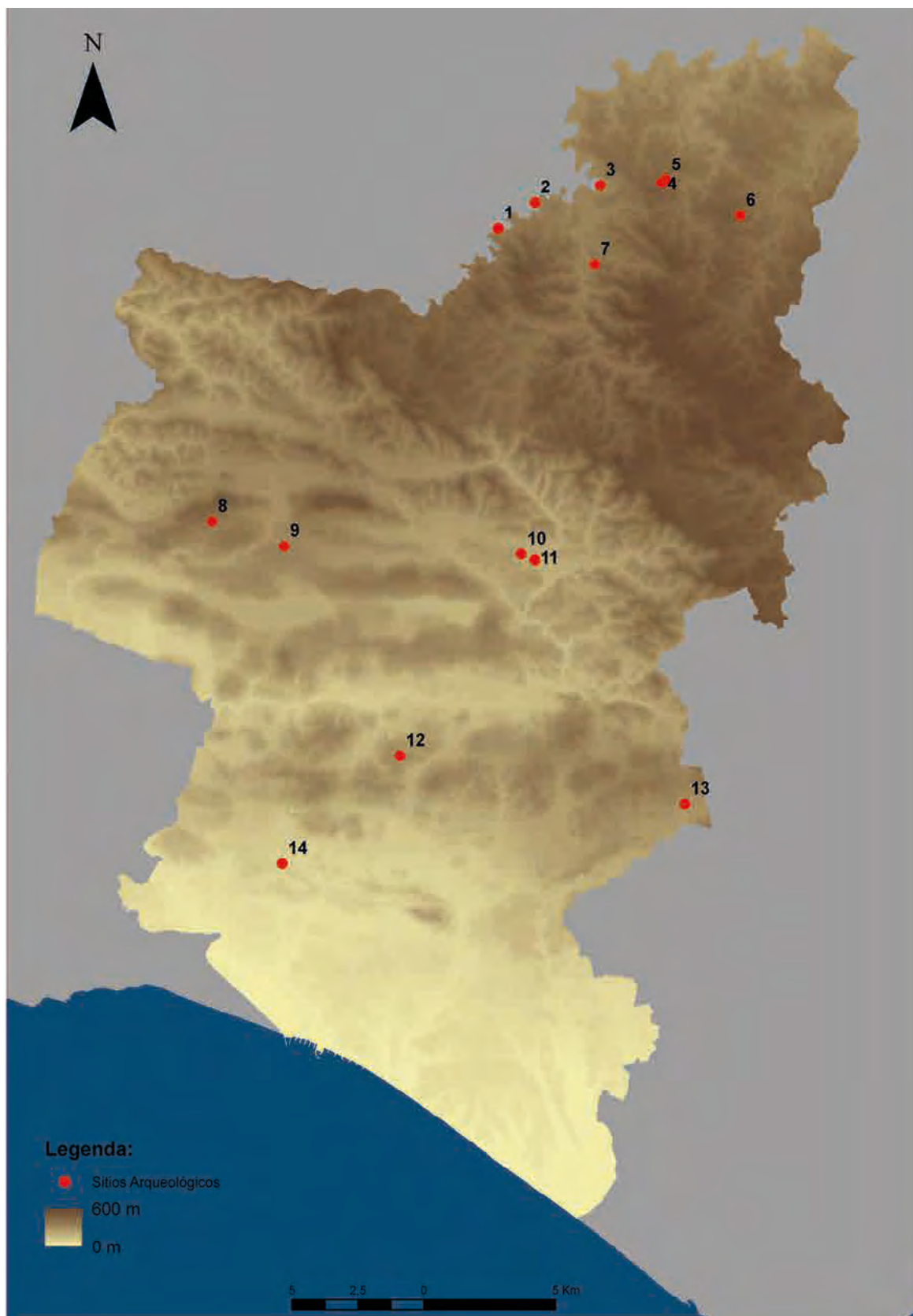


Fig. 1 – Sítios arqueológicos da Idade do Ferro no concelho de Loulé (DGPC):

1. Monte ou Vale dos Vermelhos
2. Corte Pinheiro
3. Azinhal dos Mouros
- 4 e 5. Ameixial
6. Corte de Ouro
7. Monte da Portela
8. Gruta da Igreja dos Soidos
9. Barradas
10. Fazenda das Alagoas
11. Viameiro;
12. Gruta da Areia/Varjota;
13. Apra;
14. Gruta do Vale Covo

Na mesma categoria, cabe Apra, sítio que até há pouco tempo era conhecido apenas pela sua ocupação romana. Com efeito, os materiais que Estácio da Veiga recolheu no local, associados a outros dados, nomeadamente os epigráficos, e que foram recentemente compilados (Pereira, 2014), apontam no sentido de ter havido no local uma necrópole romana relativamente tardia (*Ibidem*), que, muito provavelmente, estaria associada a um núcleo de povoamento de tipo *villa*.

Em trabalhos recentes de escavação no âmbito de trabalhos de minimização de impactos negativos sobre o património arqueológico, surgiram espólios cerâmicos e metálicos que se inserem no período que aqui me propus tratar (Resende, 2015). Infelizmente, as dimensões da área intervencionada foram muito diminutas, não tendo sido possível averiguar a existência de quaisquer estruturas associadas a esta ocupação. Ainda assim, os materiais recolhidos, por serem, apesar de tudo, mais numerosos e mais diversificados, merecem uma discussão detalhada que não se tornou possível para os casos anteriores. Entre eles, destacam-se desde logo duas fíbulas anulares hispânicas. Uma cronologia dos séculos v/iv a. C. é geralmente atribuída a este tipo de adorno, o que se adapta na perfeição à datação dos fragmentos de ânfora (bordos, paredes e asas) de tipo B/C também recolhidos nesta intervenção. Estas últimas são relativamente numerosas, parecendo algumas importadas e outras de produção local. Importantes são igualmente os grafitos que alguns destes fragmentos ostentam. Não se tratando de grafemas, poderão interpretar-se como marca de propriedade ou de controlo da produção. Uma taça de cerâmica cinzenta, com as superfícies polidas, não destoa no conjunto de materiais, sendo coerente do ponto de vista cronológico com os restantes espólios já mencionados (fibula e ânforas B/C). Estas mesmas associações de materiais foram detetadas em outros sítios da costa algarvia, em cronologias dos finais do século v/primeira metade do iv a. C., como é o caso de Castro Marim ou do Cerro da Rocha Branca (Silves), por exemplo (Arruda, 2005, 2007a e b).

O conjunto de materiais recolhidos na Gruta da Varjota são idênticos, quer nos fabricos quer na morfologia, aos dos restantes sítios citados anteriormente. Uma vez mais, os bordos e as asas de ânforas de tipo B/C estão presentes, também em produções locais/regionais e nas importadas.

No entanto, o facto de estes materiais terem sido recolhidos no interior de uma gruta merece destaque. Esta realidade, a que se poderá eventualmente

acrescentar a da Gruta da Igrejinha dos Soidos reveste-se de um especial significado e pode relacionar-se com a matriz mediterrânea da Idade do Ferro do concelho de Loulé, em particular, e do Algarve, em geral.

De facto, as «ocupações» em gruta durante a Idade do Ferro, e concretamente da que se relaciona com essa matriz, não são desconhecidas no território atualmente português, como ficou demonstrado na Lapa do Fumo (Arruda e Cardoso, 2013), onde as categorias cerâmicas representadas, o seu estado de conservação e a própria localização e implantação permitiram relacionar o espaço com a prática de atividades de carácter ritual (*Ibidem*, p. 748), situação que também se defendeu para os casos da Lapa da Cova e da Lapa das Janelas (*Ibidem*), na Serra da Arrábida (Soares, 2013). A gruta artificial neolítica de São Paulo, em Almada, foi também ocupada durante a Idade do Ferro, não parecendo desadequado propor-lhe idêntica função.

Todas estas cavidades apresentam algumas características semelhantes às de Loulé, distanciando-se da situação verificada na Rua da Judiaria, em Lisboa, para a qual se pode, todavia, defender uma utilização semelhante. As primeiras estão isoladas e não inseridas em áreas habitadas, e os seus materiais ou são de exceção, como no caso da Lapa da Cova (*Ibidem*) e da Lapa das Janelas (*Ibidem*), ou encontram-se em excelente estado de conservação. A «Gruta» da Rua da Judiaria, em Lisboa, está implantada em área onde a densidade de ocupação da Idade do Ferro de tipo habitacional é muito elevada, ao longo de uma ampla diacronia, sendo os espólios variados quer na morfologia quer, naturalmente, na funcionalidade (Calado et al., 2013). Por outro lado, estes não estão particularmente bem conservados (*Ibidem*). Contudo, um uso religioso não é também de excluir para este caso concreto, podendo aqui admitir-se que se trata de um lugar de culto, em ambiente urbano.

As grutas de Loulé estão aparentemente desconectadas de sítios habitacionais. Atendendo ao facto de não ter havido trabalhos arqueológicos de escavação, não sabemos o estado de conservação dos espólios, nem naturalmente a forma como se depositaram. Porém, a presença de materiais da Idade do Ferro em grutas permite admitir igualmente uma função religiosa, com a prática de atividades litúrgicas.

Lembre-se a este propósito que a utilização de grutas com este fim é habitual no quadro das religiões mediterrâneas, e não só, sendo abundantes os testemunhos de práticas religiosas em sítios deste tipo, sendo o fenómeno muito vasto do ponto de vista geográfico,

documentando-se em território fenício, mas também em Chipre, Malta, Sicília e Sardenha e no norte de África. No território atualmente espanhol, cite-se a título de exemplo os casos de Ibiza, de Gibraltar, de Villaricos e de Múrcia, a que se podia acrescentar a referência de Avieno (305-317) sobre a existência de um santuário em gruta dedicado a Astarté (Vénus marítima) em Cádiz.

Os dados sobre a ocupação da Idade do Ferro no concelho de Loulé, sendo escassos, e estando maioritariamente desconectados dos respetivos contextos arqueológicos, são ainda assim muito importantes, porque acrescentam novos elementos aos modelos que foram já propostos para a ocupação do primeiro milénio a. C. na área meridional portuguesa, sobretudo para a sua segunda metade (Arruda, 1999/2000; 2005; 2007a; 2007b).

Assim, tudo indica que apenas a partir do século v a. C. essa ocupação foi efetiva, não havendo dados que remetam para uma outra anterior, da primeira metade do milénio. Esta circunstância não causa uma particular estranheza, sobretudo quando é comum à grande maioria do território meridional português, concretamente na sua área central e ocidental. De facto, no litoral oriental do Algarve, Castro Marim e Tavira destacam-se pela importância que assumem entre o século VIII e os meados do v a. C., parecendo clara, através das arquiteturas domésticas, defensivas e funerárias, das técnicas construtivas, dos rituais funerários e dos materiais, a sua inclusão na *Koiné* orientalizante de raízes fenícias a que pertencia quase toda a Andaluzia costeira. A ocidente de Tavira, porém, essa realidade não foi ainda detetada, e apenas a partir do final do século v a. C. existe uma efetiva ocupação dos territórios do litoral central e ocidental, bem como de outros já integrados no barrocal e até mesmo na serra.

Até há pouco tempo, as evidências para o concelho de Loulé desta ocupação da segunda metade do primeiro milénio a. C. eram inexistentes. Contudo, e apesar de escassos, os dados entretanto coligidos permitem integrar este território numa vasta área do Algarve, que engloba, até ao momento em que escrevo, os concelhos de Faro, Silves, Portimão e Lagos, mas também os de Alcoutim, Castro Marim e Tavira. Nos dois últimos, e muito concretamente na sede dos respetivos municípios (castelo; centro histórico), assistiu-se, nos finais do século v e inícios do iv a. C., a uma reorganização do espaço urbano e a um aumento exponencial das importações mediterrâneas (Arruda, 1999/2000; 2005, 2007a e b). Por outro lado, e ainda no Algarve oriental, mas nos territórios do interior verificou-se, nesta mesma cronologia, a fundação

ex-nihilo de sítios com idênticas importações, ainda que em menor número.

No Algarve central e oriental, outros núcleos habitacionais são constituídos nesta mesma época, como é o caso de Faro, Cerro da Rocha Branca (Silves), Vila Velha de Alvor (Portimão) e Monte Molião (Lagos) (*Ibidem*). A dependência, do ponto de vista económico, de todos eles, em relação ao baixo Guadalquivir e a Cádiz é fortíssima (Sousa e Arruda, 2010), e está evidenciada por um importante e significativo consumo de produtos manufaturados (cerâmicas de mesa e de cozinha) e alimentares (azeite, preparados de peixe) envasados em ânforas com origem em Gadir (Mañá Pascual A4) e na área turdetana (B/C de Pellicer). Estes dados permitem admitir que a revitalização e a extensão territorial da ocupação sentida no litoral do SO peninsular a partir dos finais do século v a. C. poderiam ficar a dever-se não só ao alargamento, para ocidente, dos mercados gaditanos e turdetanos, mas inclusivamente a um fenómeno de «colonização» protagonizado por agentes «púnicos», com origem na baía de Cádiz. De qualquer modo, a dependência ou pelo menos a relação do Algarve com os territórios da Andaluzia ocidental é muito forte.

As mesmas realidades são agora evidentes também no concelho de Loulé. E, ainda que os dados sejam, por enquanto, muito escassos, a verdade é que o que existe completa um quadro cada vez mais nítido e mais bem definido. Ainda assim, só trabalhos arqueológicos extensos e em área nos sítios agora reconhecidos poderão caracterizar, de forma conveniente, as realidades sidéricas desta região concreta.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, A. M. (1999/2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; 5-6).
- ARRUDA, A. M. (2005) – O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4, 23, p. 9-156.
- ARRUDA, A. M. (2007a) – A Idade do Ferro no Algarve: velhos dados (e outros mais recentes) e novas histórias. *Xelb. Silves*. 7, p. 116-130.
- ARRUDA, A. M. (2007b) – A Idade do Ferro do Sul de Portugal. Estado da investigação. *Madrider Mitteilungen*. Madrid. 42, p. 114-139.
- ARRUDA, A. M.; CARDOSO, J. L. (2013) – A ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 735-754.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2010) – A gaditanização do Algarve. *Mainaké*. Málaga. 32 (2), p. 951-974.
- BARROS, P.; MELRO, S.; ESTRELA, S. (2014) – As estelas com escrita do Sudoeste do Concelho de Loulé. *Al-'Ulyà*. Loulé. 4, p. 7-23.
- CALADO, M.; ALMEIDA, L.; LEITÃO, V.; LEITÃO, M. (2013) – Cronologias absolutas para a I.ª Idade do Ferro em Olisipo: O exemplo de uma ocupação em ambiente cársico na actual Rua da Judiaria em Alfama. *Cira*. Vila Franca de Xira. 2, p. 118-132.
- PEREIRA, C. (2014) – *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo Sul da Lusitânia*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.
- RESENDE, A. (2015) – *Centrais fotovoltaicas de Para 6MW e 4MW. Relatório final de estudo de materiais arqueológicos*.
- SOARES, R. (2012) – *A Arrábida no bronze final: a paisagem e o homem*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VASCONCELOS, J. L. (1900) – Antiquidades do Sul de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5, p. 247-248.
- VASCONCELOS, J. L. (1907) – Sepultura romana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 12, p. 367.



115

NAS ORIGENS DA ESCRITA: OS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS COM ESCRITA DO SUDOESTE

AMÍLCAR GUERRA

1. PREÂMBULO

Provavelmente não deixará de causar alguma surpresa à maioria dos visitantes desta exposição que uma das manifestações mais antigas de escritas peninsulares, utilizada há cerca de 2500 anos, se documente, de forma substancial, no sul de Portugal, com uma significativa expressão no Algarve e em particular no concelho de Loulé (Barros; Melro; Estrela, 2014). A raridade deste tipo de documentos e os problemas da sua divulgação a um público mais amplo fazem com que esta informação circule em particular num âmbito restrito. Mas certamente que muitos foram já os que puderam tomar contacto com esta realidade, visitando alguns museus onde estas coleções se encontram ou encontraram temporária ou permanentemente expostas. Além do Museu de Loulé, que divulga agora num âmbito mais amplo estes vestígios, também os de Silves, Faro, Lagos, Beja e Almodôvar, entre outros, mostram aos visitantes alguns dos monumentos da sua área. Nesta última localidade existe uma unidade museológica dedicada exclusivamente a esta escrita, o Museu da Escrita do Sudoeste, que tem contribuído para que este conjunto muito peculiar de inscrições seja cada vez mais conhecido. A estes se soma o Museu Nacional de Arqueologia, que ao longo do tempo reuniu o maior repositório deste tipo de monumentos originários do Algarve e do Baixo Alentejo.

Apesar de ainda não se encontrar amplamente divulgada, no âmbito científico a escrita neles aposta tem suscitado nas últimas décadas uma considerável atenção, debatendo-se com frequência as questões que estes vestígios colocam. Mas, ao mesmo tempo, os progressos do nosso conhecimento permitem já compreender aspetos da sua natureza e do processo histórico em que se inserem. São as linhas gerais dessa investigação que aqui se traçam de forma muito breve, tendo como objetivo imediato compreender o contexto em que se inserem os achados pertencentes ao concelho de Loulé, mas também todos os vestígios similares.

2. OS MONUMENTOS EPIGRAFADOS E O SEU CONTEXTO

A escrita aposta nestes monumentos que se difundem no sul do Alentejo, no Algarve e também, com menor concentração, na Andaluzia e Extremadura espanhola recebe mais habitualmente o nome de «escrita do Sudoeste», mas também se lhes atribuem outras designações, especialmente a de «tartéssica», sugerindo-se, deste modo, a sua relação com um fabuloso reino de Tartessos, no sul da Hispânia, o qual, segundo os autores clássicos, possuiria já uma precoce cultura letrada.

Considerada habitualmente a mais antiga das escritas pré-romanas da Península Ibérica, distingue-se

especialmente pelo seu sistema de signos, mas também pela configuração das inscrições, pela natureza dos monumentos e outras particularidades. De uma forma geral, os vestígios materiais respeitantes a esta realidade epigráfica correspondem a estelas funerárias. Ainda que em muitos casos não seja possível confirmá-lo, o achado de alguns destes memoriais em contextos de necrópoles da Idade do Ferro (v. Arruda, *A Idade do Ferro em Loulé*, neste catálogo) e algumas das suas especificidades formais permitem aceitar esta dedução com bastante segurança.

Na realidade, os mais bem conservados vestígios, além de possuírem uma forma de placas alongadas, põem em evidência que uma parte do monumento, a que não ostenta inscrição, se destinaria a ser fixada no solo. Nesta exposição esta circunstância é especialmente ilustrada pelos monumentos de Ameixial I (MLH J.7.8, cat. 137), Azinhal dos Mouros (MLH J.7.10, cat. 141) e Corte Pinheiro (Guerra, 2009, p. 329-331, cat. 143). Destas observações se deduziu que estaríamos perante monumentos que se encontrariam originariamente em posição ereta, assinalando-se, desta forma, a sepultura de algumas personagens relevantes das comunidades locais.

Apesar disso, o número significativo de achados, muitos dos quais se encontram em estado fragmentário, não permite garantir inequivocamente que todos corresponderiam a estelas. De uma maneira geral, não

se contesta esta classificação na grande maioria dos casos. Ficam, no entanto, de fora, além dos eventuais vestígios que não usam o suporte de pedra, os achados da Folha do Ranjão, em Baleizão, Beja (Faria; Soares; Soares, 2014) e de Espanca, de que adiante falaremos.

Por regra, estas inscrições usaram como suporte o xisto que existe na maioria das áreas em que o fenómeno está presente, como acontece também no interior do concelho de Loulé. Há, todavia, algumas exceções, sendo a mais notória a que se verifica na região de Silves, onde domina o grés local. A preferência pelo xisto deve-se ao facto de este ser muito abundante na área e de apresentar uma estrutura laminar, proporcionando extensas superfícies planas e naturalmente alisadas, adequadas aos fins epigráficos. Por se tratar de uma pedra pouco dura, é fácil a sua gravação, quase sempre obtida por abrasão e só raramente com a ajuda de cinzel, uma vez que este instrumento não permite uma definição precisa do traçado das letras.

Deste modo, os artífices especializados associavam o conhecimento da escrita, reservado a muito poucos e passado de mestre do ofício a aprendiz, ao domínio de uma técnica de gravação simples e que não necessitava normalmente de instrumentos especiais.

3. A ESCRITA

3.1. O SISTEMA DE SIGNOS

Naturalmente, a vertente mais relevante destes monumentos consiste no próprio sistema de signos que neles se atesta. Dispomos hoje de um importante documento para o seu estudo, dada a circunstância de em Espanca (Castro Verde) ter sido encontrada uma pequena placa com um exercício de aprendizagem em que o mestre gravou todos os caracteres que o compõem e o aprendiz os imitou (de entre a ampla bibliografia sobre o signário v. Correa 1989b; 1993; Hoz, 1990, 238-243; 2010, p. 488-504; Untermann, 1997, p. 127-150, 155, 327-329). Tendo em conta o que aí se regista, o sistema completo corresponderia a 27 caracteres, cuja forma e ordenação reproduzia em boa parte o alfabeto fenício. Uma vez que este não respondia a todas as necessidades, foi preciso criar novos signos, que naturalmente se vieram a colocar na parte final do signário.

A análise de todas as inscrições permite facilmente constatar que o número de caracteres diferentes é muito superior ao número que se regista em Espanca. Nalguns casos poderemos falar apenas de variantes

gráficas, mas em muitos outros trata-se mesmo de signos completamente distintos, de tal modo que a lista de caracteres diferenciados é muito superior a 27 (v. Quadro I). O número de grafemas muito raros ou únicos em todo o repositório é bastante elevado, pelo que se admite que alguns deles são alógrafos, isto é, diferentes formas de grafar o mesmo fonema. São precisamente estes que mais problemas suscitam quando se trata de estabelecer o seu valor fonético.

Assume-se também que o sistema usado na escrita do Sudoeste, como nas restantes realidades hispânicas, constitui um semi-silabário, uma vez que uma parte dos caracteres (12) corresponderia a fonemas e uma outra parte (15) representava conjuntos silábicos. Aos primeiros pertenciam cinco vogais (**a, e, i, o, u**) e alguns fonemas isolados (entre estes são consensuais **l, n, m, s, ś, r**); enquanto o grupo dos signos silábicos resultava da conjugação de três oclusivas (dental, labial e gutural) com as cinco vogais referidas (**ta, te, ti,...**; **ka, ke, ki,...**; **pa, pe, pi,...** como se mostra no Quadro II).

Além do seu repositório de caracteres, a escrita do Sudoeste distingue-se por outra particularidade: a circunstância de apresentar uma vogal redundante a seguir aos caracteres de natureza silábica. Por exemplo, se ocorre um signo de valor silábico, como **ka**, este deve vir seguido de um **a**; e depois de **po** deve vir sempre um **o** redundante, isto é, não necessário à transcrição do texto. Na representação gráfica desta particularidade adotaram-se vários critérios de transcrição para esta realidade: Correa (1996) e Untermann (1997) sobrealçam a componente vocálica do signo silábico (p. ex., **p^aare; b^aare**) e a de J. de Hoz (2010) coloca-a entre parêntesis (p. ex., **p(a)are**).

Embora se possa constatar a existência de uma ou outra exceção a esta regra (por exemplo, na estela de Corte Pinheiro, onde ocorre a sequência **p(a)re**, em vez de **p(a)are**), aquela peculiaridade assume-se como um fator decisivo para a identificação desta escrita.

3.2. A QUESTÃO DAS EQUIVALÊNCIAS FONÉTICAS

A origem fenícia desta escrita, reconhecida já no séc. XVIII por Frei Manuel do Cenáculo, deve constituir um pressuposto da investigação, fundado não apenas na semelhança formal de boa parte dos signos ou na sua ordenação no signário de Espanca, mas também em argumentos de natureza histórica e arqueológica. Naturalmente, este ponto de partida serviu de base

às propostas sobre o valor fonético dos signos. Não deixaram de se considerar, igualmente, algumas soluções encontradas em outros sistemas com a mesma origem, como o alfabeto grego. Por exemplo, no facto de o correspondente ao *aleph* fenício se ter aí usado para transcrever a vogal **a**.

No caso específico da escrita do Sudoeste, a circunstância de ela se identificar como redundante, ajudou a determinar muitos dos seus valores silábicos: se um signo se usava em fenício para transcrever uma oclusiva gutural e esta vinha seguida, nas estelas do Sudoeste, da vogal **a**, então isso significava que equivaleria a **ka** ou **ga**. Deste modo se estabeleceram com bastante consenso, os correspondentes fonéticos dos caracteres de origem fenícia. No entanto, persiste a dúvida sobre uma boa parte dos signos introduzidos pelo criador deste sistema (v. Quadro I).

Além disso, dispomos de um conjunto substancial de caracteres de ocorrência rara ou única que não figuram, por exemplo, no signário de Espanca e que trazem problemas acrescidos, difíceis de superar. Deste modo, na situação atual, o número de grafemas cujo valor fonético é controverso ou desconhecido é significativo, o que limita a transcrição de muitos textos.

3.3. GRAVAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS TEXTOS

Ao contrário das nossas sociedades, em que o domínio da escrita e da leitura se generalizou, no mundo antigo esse conhecimento era dominado por poucos. Ser escriba era um ofício de técnicos especializados, não sendo de modo nenhum necessário que as elites soubessem ler ou escrever. Prezavam, naturalmente, esse saber e as competências a ele associadas, mas era uma tarefa de amanuense, executada por pessoas que não tinham uma elevada condição.

Quem se industriava nesta função seguia uma tradição e um conjunto de regras mais ou menos rígidas. Escrever tinha muitos preceitos e estes transmitiam-se como em qualquer outro ofício: quem tinha experiência formava um aprendiz, que por sua vez viria mais tarde a ser também ele, um mestre.

No caso da escrita, um dos primeiros preceitos tinha que ver com a orientação da escrita. Ao contrário da escrita latina, que atualmente se usa em boa parte do mundo, as inscrições de que aqui falamos desenvolviam-se da direita para a esquerda, tal como algumas escritas do Oriente antigo e como ainda hoje acontece, por exemplo, com a escrita árabe. Dizemos, por

isso, que estamos perante uma escrita sinistrorsa. A estela de Vale dos Vermelhos III, por exemplo, apresenta duas linhas verticais paralelas, ambas sinistrorsas. Na de Vale dos Vermelhos II (cat. 137) o texto descreve uma espiral numa única sequência, também ela sinistrorsa. Todavia, esta regra não se aplica em todos os casos: na de Barradas, o artífice concebeu um esquema mais complexo que se iniciou com a primeira linha orientada da direita para a esquerda, mas a seguinte é já dextrorsa, seguindo-se mais duas linhas, com a mesma disposição da primeira. Constatou-se, portanto, que sendo a norma mais comum a escrita sinistrorsa, por vezes assume a direção contrária.

Além disso, os textos enquadram-se, com alguma frequência, em cartelas (como acontece com o de Barradas), mas outras vezes não se utiliza qualquer linha para limitar ou orientar a escrita (v. estelas de Alagoas (cat. 144), Vale dos Vermelhos II (cat. 147)), ganhando formas geralmente ditadas pela própria configuração do suporte pétreo.

Quanto ao próprio processo de gravação, utilizam-se várias técnicas, duas delas documentadas no conjunto originário de Loulé: geralmente desenham-se as letras riscando sucessivas vezes, com um objeto duro e pontiagudo, a superfície da pedra. Esta técnica é sem dúvida a mais amplamente utilizada e bastante adequada ao xisto. No entanto, mais raramente, como sucede na estela de Alagoa I (cat. 144) utilizou-se a técnica da picotagem. E em outros casos muito raros, utilizava-se o cinzel e escopro, o que provoca, nos suportes de xisto, uma gravação profunda das letras, mas de contornos irregulares.

Enfim, este ofício assentava num saber transmitido de pessoa a pessoa, obedecendo a regras transmitidas pela tradição, mas não existe uma normalização que se compare aos nossos hábitos (ou aos romanos) de escrita funerária ou monumental. Trata-se de um outro mundo. Há maior flexibilidade, deixa-se mais liberdade para a escolha de soluções concretas na organização do texto. Por isso os textos têm configurações muito distintas.

As inscrições dispõem-se em sequências de extensão variável, mas quase todas elas transmitem uma ideia de continuidade. Não se utilizam habitualmente separadores de palavras, ainda que estes se registem em casos excepcionais, correspondendo a um traço único vertical que liga as duas linhas de uma cartela. Confrontamo-nos, por isso, com o problema de não sabermos, normalmente, onde começa e termina cada uma das palavras.

Dispomos, todavia, de um outro indicador que pode ajudar nesta tarefa. A análise dos textos permitiu detetar sequências várias vezes repetidas, por vezes com pequenas alterações, quase sempre nos seus elementos terminais. A mais conhecida de todas elas é **p(a)are naWk(e)enii**. Estas observações ajudaram a estabelecer como seguros alguns inícios e fins de palavras.

4. O PROBLEMA DA LÍNGUA

A vertente linguística das inscrições constitui uma das questões mais problemáticas do estudo sobre a escrita do Sudoeste. Além dos problemas de equivalência fonética de alguns signos, o número relativamente reduzido de inscrições, o estado fragmentário da maioria delas, a pequena extensão dos textos e a ausência quase sistemática de separadores de palavras constituem fortes condicionantes iniciais para uma compreensão destas inscrições. Por isso, embora as possamos transcrever, não estamos ainda em condições de estabelecer o seu sentido, uma vez que não sabemos sequer que língua nelas se encontrava plasmada.

Esta situação de desconhecimento tem suscitado muitas tentativas de tradução, desde uma das mais antigas e abstrusas – como a de João Bonança, que assegurava que o que lá se grafava era, na realidade, português – até a propostas mais recentes. Não creio que haja condições, neste momento, para se determinar a verdadeira natureza da língua. Podem apresentar-se hipóteses mais ou menos viáveis de explicação de algumas sequências ou palavras isoladas, mas estas nunca perderão a sua condição de conjeturas dependentes de uma validação que ainda não há condições para realizar.

Várias hipóteses se têm colocado, desde a mais antiga de todas elas, que via em todas estas manifestações de escrita pré-romana os vestígios de uma primitiva língua ibérica, a qual, na ideia inicial, teria sido uma realidade comum a todo o território hispânico. No estado atual dos nossos conhecimentos colocam-se essencialmente duas possibilidades:

1) Tratar-se-ia, eventualmente, de uma língua meridional não indo-europeia, que para alguns autores poderia chamar-se, à falta de melhor termo, «tartéssica», e da qual pouco se conhece. Dispomos, apenas, de alguns elementos pontuais de sequências que correspondem a termos bem conhecidos, ainda que as dificuldades em comprovar a correta segmentação das palavras obrigue a manter essas propostas sob reserva. O único caso que

ofereceria alguma garantia encontrar-se-ia no segmento *ooWoir* (Hoz, 2010, p. 402), que não tendo aparência nem de ibérico nem de indo-europeu poderia corresponder a um elemento típico desta área meridional.

2) Seria uma língua indo-europeia, provavelmente céltica (inicialmente em Wikander, 1966) ou com afinidades com este grupo linguístico, que se revelaria num conjunto – para alguns autores já substancial¹ – de nomes pessoais que se integrariam nesse âmbito e que se encontram atestados especialmente nos repositórios, mais tardios, da epigrafia latina da Hispânia.

No plano flexional, alguns segmentos conjeturalmente terminados em *-p(o)o*, chegaram por vezes a ser interpretados como equivalentes a *-bo*, terminação típica do dativo e ablativo do plural em várias línguas indo-europeias do Ocidente.

Além disso, o repositório de inscrições permitiu identificar sequências similares ou repetidas com alguma frequência, entre elas um grupo que chegou a ser interpretado como uma fórmula funerária e onde se pretenderam ver algumas terminações que corresponderiam a elementos flexionais de formas verbais.

5. QUESTÕES DE CRONOLOGIA

Embora o conjunto epigráfico seja mais conhecido pelas incertezas a respeito da interpretação dos textos, muitas das restantes particularidades que lhe dizem respeito continuam a suscitar problemas em boa parte inultrapassados. Um deles concerne ao feixe de questões que se prende com a sua cronologia. Mais propriamente, as dúvidas mais persistentes situam da delimitação temporal do fenómeno, isto é, a data da criação deste sistema de signos e o momento em que se situaria o seu desaparecimento. A sua primeira vertente constitui um dos aspetos menos consensuais destes estudos e também um dos temas mais abordados.

O assunto é geralmente encarado sob duas perspectivas distintas: uma de natureza arqueológica; outra que concerne ao próprio sistema de escrita, ao signário e à forma dos caracteres.

O contributo da arqueologia foi sempre assumido como decisivo para a fixação de uma cronologia para a escrita do Sudoeste. O facto de algumas estelas terem sido encontradas no decurso de trabalhos arqueológicos tem servido de base ao debate sobre esta questão (uma ampla análise deste tópico pode encontrar-se em Arruda, 2002, e Jiménez Ávila, 2002-2003). De facto, conhecem-se com maior ou menor rigor a proveniência

destas, desde os achados algarvios de Estácio da Veiga (1891, p. 285-293), mas também, posteriormente, as descobertas feitas por Caetano Beirão e seus colaboradores (Dias; Beirão; Coelho, 1970; Beirão, 1986; Beirão, 1990), até algumas intervenções (Guerra, 2009; Barros; Melro; Gonçalves, 2013). No entanto, a interpretação dos dados que poderiam responder a esta dúvida essencial está longe de ser consensual.

A atribuição de uma cronologia à escrita baseia-se, desde logo, num pressuposto que se revela problemático: que um determinado elemento datável recolhido num sítio da Idade do Ferro (mobiliário arqueológico ou matéria orgânica de que resultou uma data obtida numa análise de radiocarbono²) se pode aplicar aos monumentos epigráficos nele identificados.

Com base nestes critérios se chegou a sustentar a grande precocidade desta escrita, que poderia remontar ao séc. VIII a. C. (Gomes, 1993, p. 163), ainda que a maioria dos autores centre as estelas entre os séc. VII e V a. C. (Hoz, 2010, p. 259). No entanto, creio serem muito pertinentes as considerações de Javier Jiménez Ávila (2002-2003, p. 90-93) sobre o assunto, questionando boa parte das propostas cronológicas mais recuadas e apontando-as geralmente para um período que parte do séc. VI e se centra especialmente no V a. C. Por isso, parece ser recomendável uma posição cautelosa sobre este assunto.

Também não constitui uma alternativa consistente deduzir uma cronologia através da análise do próprio processo de criação, evolução e transmissão das escritas hispânicas, tendo em conta o que sabemos das presenças fenícia e grega e do seu impacto na Península Ibérica. Esta vertente levou Jürgen Untermann a assumir uma posição divergente, sustentando que o fenómeno não deveria ser anterior ao séc. V a. C. (Untermann, 1997, p. 136). As limitações dos nossos conhecimentos neste domínio não permitem, no entanto, afastar liminarmente esta possibilidade, tanto mais que essa datação mais avançada não é incompatível com muitos dos dados arqueológicos (v. especialmente Jiménez Ávila, 2002-2003, p. 90-93).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões concernentes a este núcleo epigráfico precoce e o interesse por este domínio da antiguidade pré-romana reemergiram claramente nos últimos anos. Em boa parte, esse facto deveu-se ao aparecimento de alguns monumentos com textos extensos,

como a estela de S. Martinho (Guerra, 2002) ou a de Mesas do Castelinho (Guerra, 2009), mas também a outros vestígios, como o que apareceu na Corte Pinheiro (Loulé), em Sabóia (Ourique) ou Monte Gordo (Almodôvar), os quais, pelas suas características, podem dar um especial contributo para o estudo desta manifestação epigráfica. Por outro lado, a própria dimensão do conjunto de achados recentes constituiu-se como um estímulo para continuar esta investigação de campo. No conjunto dos «acontecimentos» em torno do tema, não podem esquecer-se as iniciativas que se têm tomado no sentido de se divulgar amplamente a existência destes vestígios: a inauguração do Museu da Escrita do Sudoeste; o Projeto Estela (Melro; Barros; Guerra, 2008; Melro et al., 2009; Barros; Melro; Santos, 2010); as várias ações realizadas em torno dos monumentos de Loulé, como as atividades subordinadas ao título «Quem nos Escreve desde a Serra», em diversos locais, a que se associaram expressões artísticas atuais, e a exposição a cujo catálogo se destina este texto.

Os percursos futuros devem, naturalmente, conjugar a divulgação dos resultados da investigação a um público mais amplo com a pertinência em pesquisar as várias vertentes que o tema encerra: escrita, língua, enquadramento histórico e arqueológico desta realidade.

NOTAS

1. Uma lista destes antropónimos pode encontrar-se, por exemplo, em Correa, 1989a e Untermann, 1997, p. 168.
2. Recorde-se que uma análise deste tipo proporciona uma datação que consiste numa probabilidade estatística com intervalos geralmente bastante largos, de tal modo que, na maioria dos casos vertentes, o seu contributo não é de grande utilidade.


















BIBLIOGRAFIA



















- ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro pós-orientalizante no sudoeste peninsular: geografias e cronologias. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:2, p. 207-291.
- BARROS, P.; MELRO, S.; SANTOS, P. J. (2010) – Projecto ESTELA: primeiros resultados dos trabalhos nas serras de Mú e Caldeirão. *Xelb. Silves*. 10, p. 115-128.
- BARROS, P.; MELRO, S.; GONÇALVES, D. (2013) – A necrópole da Idade do Ferro da Abóbada (Almodôvar). In *Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, 6, Villafranca de los Barros, 2012. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento. p. 1157-1178.
- BARROS, P.; MELRO, S.; ESTRELA, S. (2014) – As estelas com escrita do Sudoeste do concelho de Loulé. *Al-'Ulyà*. Loulé. 14, p. 7-23.
- BEIRÃO, C. de M. (1986) – *Une civilisation protohistorique du sud du Portugal (1.º Âge du Fer)*. Paris: Diffusion De Boccard.
- BEIRÃO, C. de M. (1990) – Epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica: Novos dados arqueológicos. *Estudos Orientais, I. Presenças orientalizantes em Portugal*. Lisboa, p. 107-118.
- BEIRÃO, C. de M.; CORREIA, V. H. (1991) – A cronologia do povoado de Fernão Vaz (Ourique, Beja). *Conímbriga*. Coimbra 30: 5-11.
- CORREA, J. A. (1989a) – Posibles antropónimos en las inscripciones en escritura del S.O. (o tartesia). *Veleia*. Vitoria / Gasteiz. 6, p. 243-252.
- CORREA, J. A. (1989b) – El origen de la escritura paleohispánica. In GONZÁLEZ, J., ed. lit. – *Estudios sobre Urso*: Colonia Iulia Genitiva. Sevilla: Ed. Alfar. p. 281-302.
- CORREA, J. A. (1993) – El signario de Espanca (Castro Verde) y la escritura tartesia. In *Lengua y cultura en la Hispania prerromana. Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*, 5, Colonia, 1989. Salamanca, p. 521-562.
- CORREA, J. A. (1996) – La epigrafia del Sudoeste. Estado de la cuestión. In *La Hispania Prerromana. Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*, 6, Coimbra, 1984. Salamanca: Universidad. p. 65-76.
- CORREIA, V. H. (1996) – A Epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Porto: Ed. Etnos.
- CORREIA, V. H. (1997) – As necrópoles algarvias da Idade do Ferro e a escrita do Sudoeste. In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: IPPAR. p. 265-279.
- DIAS, M. M. A.; BEIRÃO, C. de M.; COELHO, L. (1970) – Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo Alentejo: Ourique (notícia preliminar). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 3, p. 175-219.
- DIAS, M. M. A.; COELHO, L. (1971) – Notável lápide proto-histórica da Herdade da Abóbada – Almodôvar (primeira notícia). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 7-9, p. 262-275.

- FARIA, A. M. DE; SOARES, R. M. G. M.; SOARES, A. M. M. (2014) – Novo fragmento da inscrição em caracteres do Sudoeste proveniente da Folha do Ranjão (Baleizão, Beja). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 159-166.
- GOMES, M. V. (1992) – Proto-História do Sul de Portugal. In *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta. p. 99-185.
- GOMES, M. V. (1996) – Estela epigrafada e necrópole da I.^a Idade do Ferro, de Barradas, Benafim (Loulé). *Al-'Ulyà*. Loulé. 5, p. 9-22.
- GUERRA, A. (2002) – Novos monumentos epigrafados com escrita do Sudoeste da vertente setentrional da Serra do Caldeirão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:2, p. 219-231.
- GUERRA, A. (2009) – Novidades no âmbito da epigrafia pré-romana do Sudoeste hispânico. *Palaeohispanica*. Zaragoza. 9, p. 323-338.
- HOZ, J. de (1990) – El origen oriental de las antiguas escrituras y el desarrollo de la escritura del Algarve. *Estudios orientais*. Lisboa. 1, p. 219-246. Presenças orientalizantes em Portugal.
- HOZ, J. de (2010) – *Historia Lingüística de la Península Ibérica, I. Preliminares y mundo meridional prerromano*. Madrid: C. S. I. C.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2013) – Estructuras tumulares en el Suroeste ibérico. En torno al fenómeno tumular en la protohistoria peninsular. Homenaje a la Dra. Dña. Encarnación Ruano Ruiz. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de Arqueología*. Madrid. 42, p. 81-118.
- KOCH, J. T. (2009) – *Tartessian: Celtic in the South-west at the Dawn of History*. Aberystwyth: Celtic Studies Publications.
- MELRO, S.; BARROS, P.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2009) – O Projecto Estela: primeiros resultados e perspectivas. *Palaeohispanica*. Zaragoza. 9, p. 353-359.
- RODRÍGUEZ RAMOS, J. (2000) – La lectura de las inscripciones sudlucitano-tartessianas. *Faventia*. Barcelona. 22:1, p. 21-48.
- RODRÍGUEZ RAMOS, J. (2002) – El origen de la escritura sudlucitano-tartesia y la formación de alfabetos a partir de alefatos. *Rivista di Studi Fenici*. Firenze. 32:2, p. 187-222.
- UNTERMANN, J. (1997) – *Monumenta Linguarum Hispanicarum, Band IV: Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*. Wiesbaden (=MLH IV).
- WIKANDER, S. (1966) – Sur la langue des inscriptions sud-hispaniques. *Studia Linguistica*. Lund. 20, p. 1-8.

Quadro I – Repositório de signos e as suas equivalências fonéticas

	Identificação dos signos			Valor fonético			
	Espanca	Correa (1996)	De Hoz (2010)	Correa	MLH IV	RodRamos*	De Hoz
A	1	1	G1	a	a	a	a
○	15	4	G2	e	e	e	e
∩	5	2	G3	i	i	i	i
≠	24	5	G4	o	o	o	o
∪	14	3	G5	u	u	u	u
∩	7	6	G6	l	l	l	l
∩		7	G7	r	r	r	r
∩	9	9	G9	n	n	n	n
≠	10	10	G12	s	s	s	s
M	12	11	G13	ś	ś	ś	ś
∧	3	14	G14	k ^a	k ^a	k ^a	k(a)
∩	6	18	G15	k ^e	k ^e	k ^e	k(e)
∩	21	20	G16' / S46	k ⁱ	-i	k ⁱ	k(i)
⊗	27	23	G17	k ^o	k ^o	k ^o	k(o)
X	13	13	G19	t ^a	t ^a	t ^a	t(a)
≠	18	17	G20 / S47f	t ^e	t ^e /b ^o /k ^u	t ^e / p ^u	t(e)
⊕	17	19	G21'	t ⁱ	t ⁱ	t ⁱ	t(i)

	Identificação dos signos			Valor fonético			
	Espanca	Correa (1996)	De Hoz (2010)	Correa	MLH IV	RodRamos*	De Hoz
	4	25	G23	t ^u	t ^u	t ^u	t(u)
	8	12	G24 / S42	p ^a	b ^a	p ^a	p(a)
	2	16	G25/ S84	p ^e	b ^e	p ^e	p(e)
	16	15	S41	- ^a	- ^a	h?	E
	23	28	S44	?	- ⁱ	p ⁱ	p(i)
	25	35	S45	?	- ⁱ	p ⁱ ?	ki?
	19	21	S47a	p ^o	b ^o	p ^o / t ^a / t ^e	PU
			S47b				H
		17	S47c	t ^e	t ^e / b ^o	t ^e / p ^o / p ^u	H
		17	S47d	t ^e	t ^e	t ^e / p ^o	H
		31	S47e	?	t ^e	t ^a	H
		26	S47g	k ^u	k ^u	p ^u	H
		32	S47h	?	k ^u	p ^o	H
		31	S47i	?	k ^u / b ^o	t ^e / p ^u	H
		33	S47j	?			H
		37	S86	?	?	t ^a	H
	22	47	S48	?	?		TI

	Identificação dos signos			Valor fonético			
	Espanca	Correa (1996)	De Hoz (2010)	Correa	MLH IV	RodRamos*	De Hoz
	20		S51	?	?		?
	26	45	S52	?	?		?
	(11)	8	S56	í	í	í	W
		22	S57	tº	tº	tº	TU
		24	S58	p ^u	b ^u	k ^u	PO
		27	S80	-u	m	m	ś
		34	S83	m?	?	m	M
		36	S85	?	tº	tº	V
		39	S88	r?	r		k(i)
		48	S92	?	?	p ⁱ ?	?
			S50		k ^e ?		?
		29	S81	?	?	k ^e ?	D
		40	S82	?	?		?
		38	S87	?	?	p ⁱ ?	?
		41	S89	?	r		?
		43	S90	?			?
		49	S91	?	?		E
			S93				?

QUADRO II – O sistema básico de signos da escrita do Sudoeste.

		oclusivas + vogais*			l	1
vogais		k+vogal	t+vogal	p+vogal	m	Ṃ
a	Λ	Λ	X	Ξ	n	Υ
e	○	∪	≠	⊖	r	ϑ
i	Υ	⊙	⊕	↑	ř	κ
o	≠	⊗	Λ	□	s	≠
u	4	≡	Δ	⊗	ś	Ṃ

Signos de valor problemático ou discutido a azul

* Os valores fonéticos das oclusivas podem corresponder também às respectivas consoantes surdas (**g, d, b**), uma vez que o sistema não diferenciava oclusivas surdas de sonoras.

NA DESCOBERTA DAS ESTELAS EPIGRAFADAS DE LOULÉ

PEDRO BARROS, SAMUEL MELRO E SUSANA ESTRELA

Corresponde 1897 ao ano do achado da primeira estela com escrita do Sudoeste no concelho de Loulé ocorrida na Fazenda das Alagoas, Salir (cat. 121). Pouco tempo passara desde que o interesse sobre esta manifestação epigráfica havia sido posto na ordem do dia da então emergente disciplina arqueológica por via dos achados das estelas de Fonte Velha de Bensafrim, Lagos, publicados por Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga nas *Antiguidades Monumentaes do Algarve* em 1891.

Fonte Velha de Bensafrim representara um ponto de viragem na investigação de uma temática que tivera o seu início nos finais do século XVIII com Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, responsável pelos primeiros desenhos (Vilas-Boas, 1791, 1813; Delgado, 1946, 1947, 1948, 1949), do que chamava «pedras Phenicias», conservados no chamado *Álbum de Cenáculo* da Biblioteca Pública de Évora. Sem registos das necrópoles de onde vieram aquelas estelas em Ourique, Fonte Velha de Bensafrim por Estácio da Veiga em março de 1878 e posteriormente por Santos Rocha (1896) e nos anos 30 do século XX por José Formosinho (Viana, Formosinho e Ferreira, 1953, p. 114 e 117) correspondeu à primeira e ainda hoje a uma das maiores necrópoles escavadas com epigrafia do Sudoeste.

Por via destes achados resultou a adjetivação da escrita como «do Algarve», pese por regra ser antes designada de escrita «ibérica». Estas «inscrições ibéricas do Algarve» (Machado, 1964, p. 69) constaram no primeiro repositório de inscrições, *Monumenta Linguae Ibericae*, de Emil Hübner (1893), investigador alemão que Estácio da Veiga conhecera na sua visita a Portugal em 1861. A perspetiva «ibérica» refletia a ideia da época de uma única e primitiva língua de

toda a Península Ibérica pré-romana, numa terminologia que se prolongará pela primeira metade do século XX nas notícias das estelas recolhidas pelos dois primeiros diretores do Museu Nacional de Arqueologia, José Leite de Vasconcelos (entre 1893 e 1929) e Manuel Heleno (entre 1930 e 1964). A partir da segunda metade do século passado impera a designação de «escrita tartéssica», à qual porém – e na atualidade – ganha peso o conceito de «escrita do Sudoeste». Menos comprometida, assenta numa definição geográfica genérica, válida para todas as épocas e que abarca com propriedade a distribuição de todos os vestígios epigráficos, evitando desta forma problemas de ligações étnicas e culturais.

Quem noticia a estela de Alagoas, registando-a em visita que faz a Pedro Teixeira Ramos, Prior de Salir, é essa figura de vulto que foi José Leite de Vasconcelos. Relata como uma escavação ocasional dera a conhecer «(...) uma sepultura rectangular, feita de pedras postas em cutello, a qual tinha a pino em um dos topos, certamente à cabeceira, uma lápide que foi quebrada, mas que parte, que eu vi em poder do Rev. Prior de Salir (...)» (Vasconcelos, 1899-1900, p. 40-41; Vasconcelos, 1913, p. 8; Machado, 1919/1920, p. 243). À estela I de Alagoas (J.6.1) somar-se-ão um século adiante outros dois achados, mas já sem um contexto claro: a estela II (J.6.2) (Beirão e Gomes, 1980, p. 4, 15, 17 e 33) e III de Alagoas (Beirão, 1986, p. 134 e 146, n.º 66), sendo que esta última não revela consenso na sua classificação como testemunho de escrita do Sudoeste (Correia, 1996, p. 136, e Untermann, 1997, p. 100) tal como parece ocorrer para a «presumível inscrição proto-histórica» identificada por Isilda Martins em 1968 (Beirão e Gomes, 1980, p. 4, e Martins, 1988, p. 112-113).

Sudoeste que no atual concelho de Loulé se localizam nos limites meridionais dos xistos, na transição da serra para o barrocal (Barros, Melro e Estrela, 2014).

Haverá ainda a considerar no atual território deste concelho um outro conjunto, mais interior e partilhando as suas magníficas paisagens com Almodôvar: o grupo de estelas do Ameixial (J.7) associado a um mundo de identidade própria, nem alentejana, nem algarvia, mas «serana». Assumimos assim este grupo em conjunto com o grupo de Almodôvar (J.11), nomeadamente das estelas de Tavilhão II (J.11.1) e Monte Mealho, (J.7.4), em diversas necrópoles nas margens do Vascão e afluentes (Barros, Melro, Santos, 2010, p. 123; Santos, Barros e Melro, n. p.). No geral, o território da serra de Mú e Caldeirão, nos concelhos de Loulé e Almodôvar com extensão aos concelhos de Silves e Alcoutim, assume uma centralidade quando se analisa a dispersão das estelas epigrafadas. Trata-se de uma área coerente, de montanhas recônditas e acidentadas cujas linhas de água são o eixo de um povoamento que se cruza com os tradicionais caminhos entre o Algarve e o Alentejo (fig. 1).

Foi igualmente o fundador do Museu Nacional de Arqueologia quem deu as primeiras notícias sobre este conjunto, referindo-se à estela de Vale de Vermelhos I – J.7.3., (Vasconcelos, 1927-1929, p. 208) e à estela I do Tavilhão – J.11.2 (Vasconcelos, 1934, p. 43 e 44). Fora também o Prior de Salir que recolhera a primeira das estelas, mas por detrás da estela do Tavilhão está a

Fig. 1 – Localização das estelas com escrita do Sudoeste no concelho de Loulé.

Ao achado inaugural está associado o Prior de Salir que Ataíde de Oliveira refere ter «(...) um pequeno museu onde se encontram ânforas, machados de pedra polida, enchó de pedra, um pente e um anzol de bronze, dois escopros de cobre, duas pontas de lança e outros muitos objectos como moedas, etc.» (Oliveira, 1898, p. 166) e que alguns peças foram sendo adquiridas (Machado, 1919/1920, p. 243) antes da sua compra na totalidade. Foi na verdade Francisco Xavier de Ataíde Oliveira que sobressaiu como a primeira grande figura da história local algarvia, embora as indicações arqueológicas constantes na *Monografia do Concelho de Loulé* não sejam mais do que pistas vagas (Oliveira, 1905).

Às duas estelas e necrópole de Alagoas virá a integrar-se a estela do Viameiro (J.6.3), um achado ocasional nas proximidades (Beirão, 1990, p. 62-65), e a estela de Barradas (J.5, cat. 125) encontrada num amontoado de pedras, interpretado como parte de estruturas funerárias, mas sem evidência direta de ter feito parte «(...) das câmaras de sepulturas como dos *tumuli* que, em geral, as cobriam (...)» (Gomes, 1996, p. 10). Este conjunto de estelas louletanas de Benafim/Salir dispõe-se ao longo de um corredor natural de circulação este-oeste, entre Salir e a já mencionada necrópole de Fonte Velha de Bensafrim, tendo entre ambas as estelas da área de São Bartolomeu de Messines, Silves, nos Cômoros da Portela (Beirão, 1986; Barros e Melro, n. p.), Benaciate (Beirão, 1986; Correia, 2009), Vale de Águia (Gomes e Cabrita, 2006/2007), bem como as necrópoles de Gregórios (Barros, Branco e Duarte, 2003), Vale Romeira (Correia, Paulo e Cabrita, n. p.) e Passadeiras (Beirão, 1986). Todas estas marcam o eixo mais a sul da dispersão da epigrafia da escrita do

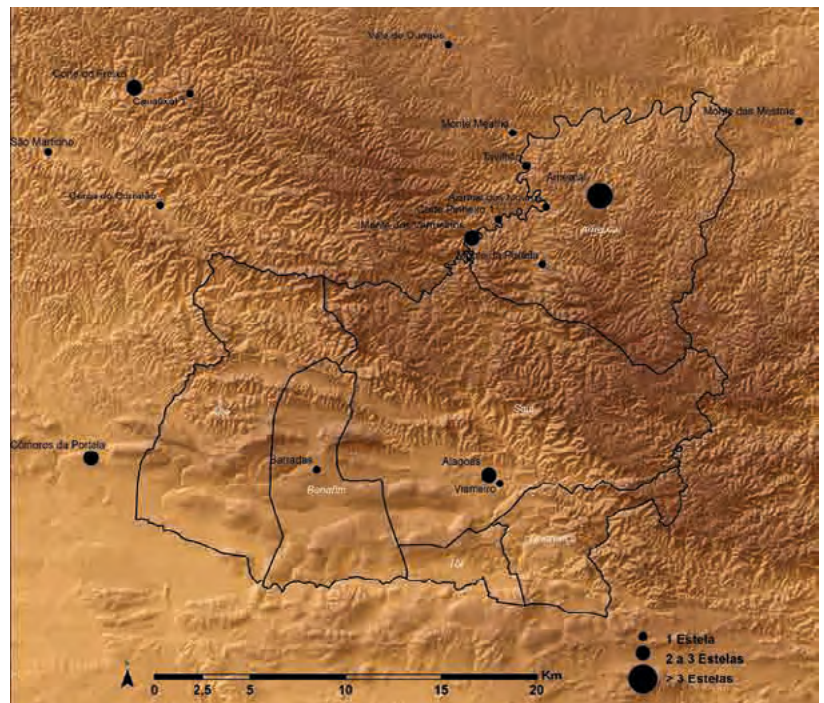


figura principal para a arqueologia louletana na primeira metade do século xx. José Rosa Madeira (1890-1941), natural do Ameixial, reconhecido relojoeiro e ativo homem de cultura, doou a museus diversas peças arqueológicas, numa coleção apresentada postumamente por Mário Lyster Franco e Abel Viana, que lamentaram terem sido levados «(...) para o túmulo preciosos informes que não era pródigo em fornecer (...)» (Franco e Viana, 1945, p. 5). A sistematização destas estelas, na sua maioria doadas ao Museu de Belém (Machado, 1964, p. 92) será feita pela primeira vez por Gómez-Moreno (1961, p. 900-907). Hoje, temos conhecimento de que pelo menos quatro destas estelas, possivelmente as referidas como sendo do Ameixial (Martins, 1988, p. 109), devem fazer parte do conjunto que Manuel Heleno refere num dos seus cadernos, assinalando que obteve «para o Museu várias lápides ibéricas (5) do Ameixial (Loulé)». A quinta é a do Tavilhão II (J.11.1). Esta aquisição é sumariamente mencionada (Franco e Viana, 1945, p. 5; Heleno, 1956, p. 231, e Martins, 1988, p. 112) e deve ter ocorrido na visita que o diretor do Museu Nacional de Arqueologia fez a Loulé em dezembro de 1939, onde terá certamente conhecido José Rosa Madeira, então descrito como «conhecedor da região e curioso dos assuntos arqueológicos» (Barros e Melro, n. p.).

A estela exposta no Museu de Faro como de Tavilhão, Almodôvar (J.11.2), foi mais recentemente realocada como sendo do Monte da Portela (cat. 118), Loulé (Barros, Melro e Estrela, 2014), tal como se havia referido a ela originalmente José Leite de Vasconcelos (1934, p. 43-44) ou Mário Lyster Franco e Abel Viana (1945, p. 37).

As outras estelas que José Rosa Madeira faz chegar ao Museu Nacional de Arqueologia correspondem às epígrafes do Ameixial I a IV (J.7.8, cat. 123; J.7.6; J.7.5 e J.7.7, cat. 120). A referência de proveniência é assumidamente genérica e deverão provir de diversos sítios. Apesar de Jürgen Untermann referir que a necrópole está localizada a 500 metros a nordeste do centro do Ameixial num pequeno afluente da Ribeira do Vascãozinho (Untermann, 1997, p. 235), não aferimos em visita ao terreno qualquer vestígio que a confirme. A coleção de José Rosa Madeira apresenta ainda outros vestígios com eventual associação aos contextos das estelas com escrita do Sudoeste como três contas de colar, duas delas oculadas (Franco e Viana 1945, p. 19 e 27).

Efetivamente há na área vários contextos funerários atestados, como a necrópole de cistas do Azinhal dos Mouros (cat. 122), que tem com esse mesmo topónimo, sem grande precisão, uma estela (J.7.9) encontrada em 1961 por Manuel Gomez de Sosa (Barros, Melro n. p.),

assim como, veremos adiante, as necrópoles associadas à estela de Vale de Vermelhos I (J.7.2, cat. 119), ainda que recolhida numa «(...) parede de uma córte (...)» do monte (Vasconcelos, 1927-1929, p. 208) e à necrópole e estela de Corte Pinheiro 1 (cat. 124) (Melro et al., 2009, p. 353-359; Guerra, 2009, p. 329-331).

São ainda associadas ao conjunto elencado por Mário Lyster Franco e Abel Viana algumas inscrições duvidosas (1945, p. 27, fig. 11, n.º 67) ou mesmo claramente descartáveis (1945, p. 25, fig. 10, n.º 70, e p. 27, fig. 11, n.º 69). Sem confirmação posterior, nos finais do século XIX Ataíde de Oliveira referira ainda na área do Ameixial haver notícias de eventuais estelas em Braganções e Vale da Moita, esta última descrita como «(...) uma grande pedra com uma inscrição em letras completamente desconhecidas» (Oliveira, 1898, p. 128).

A partir da segunda metade do século xx reside no Ameixial outro importante ator da arqueologia de Loulé: Manuel Gómez de Sosa, curiosa personagem que ainda hoje subiste na memória das gentes mais idosas da serra envolvente, recordado como o «espanhol» que recolhia as coisas antigas ou lembrado pelo papagaio que trazia ao ombro. É apresentado como «(...) um grande benemérito» do Museu Nacional de Arqueologia (Heleno, 1956, p. 230; Machado 1964, p. 93), por ter oferecido entre as décadas de 50 e 70 do século xx as estelas do Azinhal dos Mouros (J.7.9, cat. 122), Monte do Touril, em Castro Verde, e a das Mestras, em Alcoutim (Beirão e Gomes, 1980, p. 4), entre outras peças arqueológicas. Já a partir dos inícios dos anos 70, Manuel Gómez de Sosa cruza-se com Caetano de Mello Beirão e leva-o a algumas das «estruturas tumulares das necrópoles» de onde provinham as estelas epigrafadas (Beirão, 1986, p. 40). Porém, nem todos os locais terão sido visitados. No local de Ximeno, bem perto do Monte da Portela, obtivemos a informação de uma segunda estela, retirada da soleira da porta de uma das casas do monte, mas cujo paradeiro se perdeu (Barros, Melro e Estrela, 2014, p. 17). Será pois em concreto ao sítio do Tavilhão, em Almodôvar, e a Vale dos Vermelhos, Loulé, que Manuel Gómez de Sosa conduz Caetano de Mello Beirão, daí resultando um conjunto de breves sondagens e decapagens superficiais.

A somar à primeira estela recolhida pelo Prior de Salir, acresciam agora mais duas estelas do Monte/Vale dos Vermelhos (fig. 2), a I (J.7.2, cat. 119) e a III (J.7.1, cat. 126), referida por José Leite de Vasconcelos no primeiro livro de entradas do Museu Nacional de Arqueologia em 1927. A necrópole situa-se no estreito ponto

de acesso à grande várzea com o mesmo nome sob o leito de cheia da Ribeira do Vascanito e num caminho vicinal. A monumentalidade do sítio revela-se pela sua extensão, numa área de cerca de 210 m², na qual após decapagem, ficaram visíveis túmulos quadrangulares e outras sepulturas menos evidentes (Barros, Melro e Estrela, 2014, p. 18). Já a designada estela de Vale dos Vermelhos IV (J.7.4) foi entretanto esclarecido corresponder à estela retirada do edificado do Monte Mealho, Almodôvar, a noroeste do Tavilhão (Guerra, 2007). Neste local não há referência a outros materiais recolhidos, mas anotemos a sua proximidade à Várzea do Mendes, Almodôvar, sítio com diversas cronologias, incluindo materiais da Idade do Ferro como um recipiente com asa em ferradura, remetendo para cronologias dos séculos VI a IV a. C. (Valente e Moura, 2008).

Por fim, confirmando a particular concentração da epigrafia com escrita do Sudoeste do Ameixial, identificámos em 2008, depois de informados de «uma pedra que não se dá conta de ler», uma nova estela e necrópole, localizada na margem de Loulé da Ribeira do Vascanito, na confluência com uma pequena linha de água junto de Corte Pinheiro (Melro et al., 2009, p. 353-359; Guerra, 2009, p. 329-331). A estela (cat. 124) encontrava-se deslocada a escassos metros de uma concentração de pedras, delimitada por alguns alinhamentos e pedras em cutelo, perfazendo uma área com cerca de 345 m² (15 x 23 m). Interpretada com a necrópole associada, tal como é regra, também aqui são raros e incomuns os materiais de superfície, nomeadamente os fragmentos cerâmicos. Mas na sua envolvente há a considerar o sítio de Corte Pinheiro 2, num pequeno cerro sobranceiro, composto por uma estrutura quadrangular pétreia que poderá ser um outro monumento funerário. Cautelas quanto ao enquadramento nesta época são extensíveis a Moinho da Marmeleira 1 (informação de uma sepultura onde são visíveis duas concentrações circulares pétreas) e Corte Pinheiro 3 (notícia de uma sepultura coberta por lajes, sem qualquer espólio referenciado fora um fragmento de mó de sela), além do possível local de *habitat* de Corte Pinheiro 4, com escassa presença de algumas cerâmicas toscas e manuais (Barros, Melro, Santos, 2010; Barros, Melro e Estrela, 2014, p. 18-20) (fig. 3).

Regressando à notícia de 1897 do achado da primeira estela com escrita do Sudoeste de Alagoas I, constatamos que no fim de contas apenas esta terá sido observada no seu contexto original. Todas as outras resultam ora de estelas reaproveitadas em edificadros modernos, cortes e montes, ora recolhidas avulso e sem indicação



Fig. 2 – Vista geral da Ribeira do Vascanito junto de Vale dos Vermelhos.



Fig. 3 – Local onde se encontrava a estela de Corte do Pinheiro 1 (cat. 124).

precisa a não ser a sua proximidade a necrópoles a que inevitavelmente são associadas. Quando José Leite de Vasconcelos regressa à estela da Fazenda de Alagoas em 1913, no terceiro volume da sua obra *Religiões da Lusitânia* (Vasconcelos, 1913, p. 8-13), fá-lo em resposta a Estácio da Veiga, discutindo de forma pertinente o enquadramento das estelas epigrafadas nas necrópoles. A questão que levanta mantém-se em aberto, 120 anos depois. Reproduzindo o relato indireto da sepultura de Alagoas cuja estela estaria «(...) a pino em um dos topos, certamente à cabeceira (...)», José Leite de Vasconcelos relativiza-a perante os dados da necrópole de Fonte Velha de Bensafirim, questionando a disposição primária das estelas. Na verdade, em todo o conjunto de pouco mais de uma centena de estelas com escrita do Sudoeste conhecidas desde então, apenas Alagoas I e mais tarde as estelas de Mealha-a-Nova, Ourique (Dias, Beirão e Coelho, 1970; Beirão, 1986, p. 61-63), foram dadas como estando *in situ*, contra a esmagadora evidência do reaproveitamento das epígrafes nos empedrados tumulares.

O então diretor do Museu Nacional de Arqueologia refuta Estácio da Veiga considerando que «(...) Cenáculo não diz expressamente (...) que se relacionassem com as sepulturas (...)». Mais considerava que a posição das estelas de Bensafirim, «(...) voltadas para o interior das sepulturas (...)», era evidência de «(...) não pertencem originalmente às sepulturas de que se trata (embora possam ser da mesma civilização, o que não nego, nem afirmo), mas pertencem a outras sepulturas mais antigas, e que foram apenas aproveitadas para a construção d'aquellas (...)» (Vasconcelos, 1913, p. 6, 7 e 10).

Apesar da pertinência destas considerações de José Leite de Vasconcelos, é tomado como consensual que os vestígios epigráficos pertençam a contextos funerários. É neste tipo de locais que surgem, como comprovadamente demonstrado em Fazenda de Alagoas, Vale dos Vermelhos ou Corte Pinheiro 1. Contudo, também é evidente a reutilização ou abandono dos monumentos epigráficos nesses espaços funerários, e o contexto de identificação da estela I de Alagoas não é uma observação direta, o que impede afirmar categoricamente que a estela é contemporânea da sepultura. Esta é pois uma das problemáticas da escrita do Sudoeste: o implícito desencontro temporal – ainda que possa ocorrer num limitado horizonte – entre a utilização primária das estelas com as necrópoles onde ocorrem, um facto que até ao momento levanta sérias reservas na associação direta tradicionalmente estabelecida.

Ainda que não fossem necessariamente diferenciáveis de uma função funerária, a interpretação não

deve ainda excluir liminarmente outras hipóteses. Como bem demonstrado em Loulé, os achados de estelas ocorrem em lugares que são rotas naturais e referências territoriais desde época pré-histórica (linhas de feito, portelas, zonas de planalto, princípio/fim de vales abertos, entre outros). Tal sugere que, mais do que algumas terem funcionado como marcos delimitadores territoriais, poderiam, enquanto monumentos de funcionalidade funerária, constituir-se simultaneamente como marcos essenciais da paisagem, dispostas em locais chave no trânsito pelo território e com a particularidade de os locais das estelas não terem visibilidade entre si (Santos, Barros e Melro, n. p.).

Tendo em conta o âmbito mais alargado da epigrafia do Sudoeste, os contextos secundários de que falamos remetem para necrópoles com uma cultura material de meados do século VI até ao século IV a. C., pelo que a escrita e os seus contextos primários teriam tido lugar afinal num anterior e curto intervalo de tempo. Sendo um hiato de uma ou poucas gerações suficientes para que os elementos funerários sejam reutilizados, entendemos tal como Javier Jiménez Ávila (2002-2003, p. 90-93) que o fenómeno da escrita do Sudoeste é distribuído essencialmente pelos séculos VI e V a. C.

Por outro lado, estes significativos conjuntos de estelas do concelho de Loulé, de Bensafirim-Salir e do Ameixial, contrastam com os escassos dados quanto ao povoamento da Idade do Ferro (fig. 4). Faltam-nos os locais de *habitat*, ou descortinar os mesmos sob as ocupações posteriores. E mesmo o proclamado mundo funerário associado é praticamente desconhecido, panorama que se estende um pouco pelo Algarve (Arruda, 2004, p. 474), como em Gregórios, Cabeço da Vaca 1, Quinta Queimada, Tavira, Passadeiras e Vale Romeira; ou mesmo em Fonte Velha de Bensafirim, Corte de Pére Jacques, Alagoas, Cômoros da Portela, Benaciate, Mestras onde o registo muitas vezes não é suficientemente rigoroso. Faltam escavações arqueológicas nas necrópoles conhecidas, onde o esperado cenário de superfície é pautado pela ausência de vestígios materiais. Torna-se necessário uma caracterização pormenorizada dos sítios com vista ao esclarecimento dos contextos de origem das estelas.

Fora a decapada necrópole de Vale dos Vermelhos, somos ainda obrigados a cautelas na aferição dos empedrados tumulares da Idade do Ferro, quando vem já detrás uma arquitetura funerária marcada na paisagem por pequenos montes de terra sobrelevados, assinalados por anéis ou «couraças» pétreas. O modelo arquitetónico piriforme do megalitismo prossegue em modos muito semelhantes na Idade do Bronze e na

Idade do Ferro, nomeadamente na tradição tumular, partilhando o mesmo tipo de visibilidade final em *tumuli* de terra e pedra. A disposição horizontal e ortogonal das estruturas tumulares de Vale dos Vermelhos é o elemento diferenciador, mas também aqui há que não perder de vista outras disposições funerárias como o uso continuado da solução cistoide em necrópoles da Idade do Ferro (Parreira e Barros, 2007), não excluindo assim cistas como a de Azinhal dos Mouros desse possível enquadramento.

Insistindo o olhar sobre a distribuição das estelas e necrópoles é evidente como estes coincidem com lugares de referência territorial, em portelas ou pontos de passagem situados à entrada dos vales e na passagem de importantes cursos de água como o Vascão e seus afluentes. Assim é o caso das estelas do conjunto do Ameixial e do conjunto de Benafim/Salir, onde serão elementos de referência de um espaço e do tempo, na continuação da paisagem tumular e megalítica precedente. Um parêntesis importa, porém, assinalar para as fases iniciais da Idade do Ferro, por desconhecer-se ainda o eventual significado e duração do povoado fortificado e de altura da Rocha da Pena cuja ocupação parece chegar ao final da Idade do Bronze.

As próprias condicionantes orográficas da serra conduzem-nos enfim e logicamente à identificação de um povoamento milenar, em torno das linhas de água e nas vias naturais de passagem, que se traduzirá em pequenos aglomerados rurais dispersos na paisagem, mantendo o tradicional binómio povoado/necrópole para a Idade do Ferro e no qual se regista a continuidade dos circuitos e da dinâmica de interações culturais que inscreveram a escrita do Sudoeste na paisagem interior e serrana do Algarve.

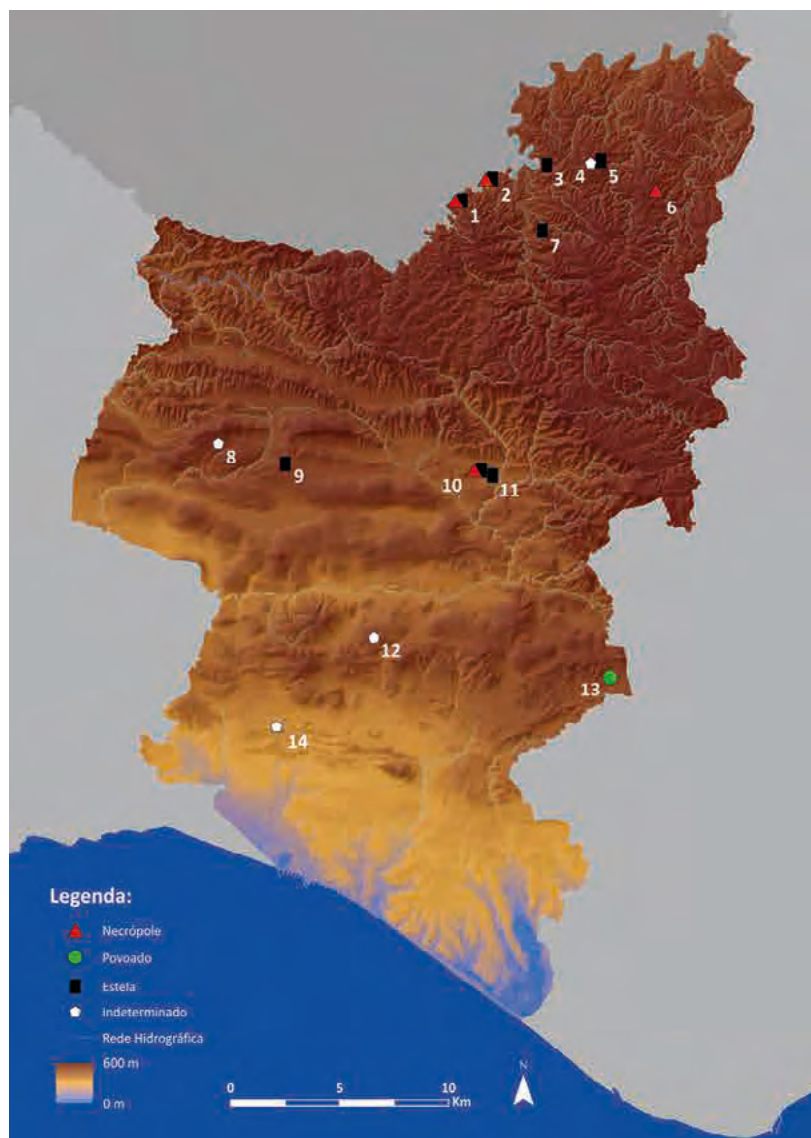


Fig. 4 – Sítios arqueológicos da Idade do Ferro no concelho de Loulé (DGPC):

1. Monte ou Vale dos Vermelhos	7 - Monte da Portela
2. Corte Pinheiro 1	8 - Gruta da Igreja dos Soidos
3. Azinhal dos Mouros	9 - Barradas
4 e 5. Ameixial	10 - Fazenda das Alagoas
6. Corte de Ouro	11. Viameiro
	12. Gruta da Areia/Varjota
	13. Apra
	14. Gruta do Vale Covo

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, A. M. (2005) – Necrópoles proto-históricas do Sul de Portugal: o mundo oriental e orientalizante. In *El Mundo Funerario. Actas del Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*, 3, *Guardamar del Segura*, 2002. *Homenagem a M. Pellicer Catalán*. Alicante: Diputación Provincial; Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert. p. 457-494.
- BARROS, P.; BRANCO, G.; DUARTE, C. (2003) – A cista dos Gregórios. *Al-Madan*. Almada. 2.ª Série, 12, p. 182-183.
- BARROS, P.; MELRO, S.; ESTRELA, S. (2014) – As estelas com escrita do Sudoeste do concelho de Loulé. *Al-'Ulyâ*. Loulé. 14. p. 7-23.
- BARROS, P.; MELRO, S.; SANTOS, P. J. (2010) – Projecto Estela: uma revisão dos dados e primeiros resultados dos trabalhos nas serras de Mú e Caldeirão. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 7, Silves, 2009. *Actas. Xelb*. Silves. 10, p. 115-128.
- BARROS, P.; MELRO, S. (no prelo) – Cômoros da Portela (Silves): apontamentos de Manuel Heleno sobre a escrita do Sudoeste. In *Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, 9, Troia-Setúbal, 2016.
- BEIRÃO, C. M. (1986) – *Une civilization protohistorique du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)*. Paris: Ed. De Boccard.
- BEIRÃO, C. M. (1990) – A Idade do Ferro no Algarve. *Boletim Informativo. Encontro de Arqueologia do Algarve*. Faro: Delegação Regional do Sul Secretaria de Estado da Cultura, p. 37-77.
- BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V. (1980) – *A Idade do Ferro do Sul de Portugal. Epigrafia e cultura*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.
- CORREIA, V. H. (1996) – *A Epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica*. Porto: Ed. Ethnos.
- CORREIA, V. H. (2009) – A escrita do Sudoeste: uma visão retrospectiva e prospectiva. In *Acta Palaeohispanica X*, Salamanca, 2009. *Palaeohispanica*. Zaragoza. 9, p. 309-321.
- CORREIA, J. E.; PAULO, L. C.; CABRITA, L.M. (no prelo) – Vale Romeira: uma necrópole da Idade do Ferro. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 9, Silves, 2011.
- DELGADO, M. J. (1946-1947-1948-1949) – Sisenando Mártir e Beja sua Pátria. Transcrição integral. *Arquivo de Beja*. Beja. vol. III (1946); vol. IV (1947); vol. V, 1948; vol. VI (1949).
- DIAS, M. M. A.; BEIRÃO, C. M.; COELHO, L. (1970) – Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo Alentejo. Ourique (notícia preliminar). *O Arqueólogo Português*. S. 3, 4, p. 184-189.
- FRANCO, M. L.; VIANA, A. (1945) – O espólio arqueológico de José Rosa Madeira. *Separata de Brotéria*, XLI.
- GOMES, M. V. (1996) – Estela epigrafada e necrópole, da I.ª Idade do Ferro, de Barradas, Benafim (Loulé). *Al-'Ulyâ*. Loulé. 5, p. 9-22.
- GOMES, M. V. e CABRITA, L. M. (2006-2007) – Inscrição na escrita do sudoeste do Vale de Águia, São Bartolomeu de Messines, Silves. *Arqueologia e História*. Lisboa. p. 58-59, 79-82.
- GÓMEZ-MORENO, M. (1961) – La escritura bastulo-turdetana (primitiva hispânica). *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*. Madrid. LXIX, p. 879-970.
- GUERRA, A. (2007) – *Museu da Escrita do Sudoeste Almodôvar*. Almodôvar: Câmara Municipal.
- GUERRA, A. (2009) – Novidades no âmbito da epigrafia pré-romana do sudoeste hispânico. In *Acta Palaeohispanica X*, Salamanca, 2009. *Palaeohispanica*. Zaragoza. 9, p. 323-338.
- HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 2, 3, p. 221-237.
- HÜBNER, E. (1893) – *Monumenta Linguae Ibericae*. Berlin.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2013) – Estructuras tumulares en el Suroeste ibérico. En torno al fenómeno tumular en la protohistoria peninsular. Homenaje a la Dra. Dña. Encarnación Ruano Ruiz. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de Arqueología*. Madrid. 42, p. 81-118.
- MACHADO, L. S. (1919/1920) – Aquisições do Museu Etnológico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 24, p. 241-270.

- MACHADO, J. L. S. (1964) – Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, S. 2, 5, p. 51-448.
- MELRO, S.; BARROS, P.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2009) – O Projecto Estela: primeiros resultados e perspectivas. In *Acta Paleohispanica X, Salamanca, 2009. Paleohispanica*. Salamanca. 9, p. 353-359.
- OLIVEIRA, F. X. d'A. (1898) – *As mouras encantadas e os encantamentos no Algarve*. 2.ª Ed. fac-símile de 1996. Loulé: Notícias de Loulé.
- PARREIRA, R.; BARROS, P. (2007) – Necrópoles do Algarve no 2.º e 1.º milénio a.n.e. In *Encontro de Arqueologia do Algarve, 4, Silves, 2006. Actas. Percursos de Estácio da Veiga*. Xelb. Silves. 7, p. 89-102.
- ROCHA, A. dos S. (1896) – A necrópole protohistorica da Fonte Velha, em Bensafrim, no concelho de Lagos. *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes*. Porto. 4, p. 129-145.
- RUANO RUIZ, E. (1995) – Cuentas policromas prerromanas decoradas con «ojos». *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid. II, t. 8, p. 255-286.
- RUANO RUIZ, E. (1996) – Las cuentas de vidrio prerromanas del Museo Arqueologico de Ibiza y Formentera. *Traballs del Museo Arqueològic d'Eivissa i Formentera*. Ibiza. 36.
- SANTOS, P.; BARROS, P.; MELRO, S. (no prelo) – ESTELA Project: Initial Assessment to the Landscape of the SW Script (Iron Age, South of Portugal). In *Table ronde L'analyse spatiale appliquée aux sites archéologiques de la protohistoire à l'époque romaine*, Ghent, 2010.
- UNTERMANN, J. (1997) – *Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band IV. Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*. Wiesbaden: Dr. Ludwig Reichert Verlag.
- VALENTE, M.; MOURA, L. (2008) – *Parque Eólico da Serra de Mú. Relatório Final do Acompanhamento Arqueológico de 30 de Outubro de 2007 e 15 de Maio de 2008*. Policopiado.
- VASCONCELOS, J. L. de (1899-1900) – Novas inscrições ibéricas do Sul de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 5, p. 40-42.
- VASCONCELOS, J. L. de (1913) – Religiões da Lusitania. Lisboa: Imprensa Nacional. vol. III, p. 8.
- VASCONCELOS, J. L. de (1927-1929) – Novas inscrições ibéricas do Sul de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 28, p. 208-208.
- VASCONCELOS, J. L. de (1934) – Inscrição ibérica do Algarve. *Revista de Arqueologia*. Lisboa. II, p. 43-44.
- VEIGA, S. F. M. E. da (1891) – *Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos préhistóricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. vol. IV.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. V. (1953) – De lo preromano a lo arabe en el Museo Regional de Lagos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 26, p. 113-138.
- VILAS-BOAS, D. F. M. do C. (1791) – *Cuidados literarios do prelado de Beja em graça do seu Bispado*. Lisboa: na officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- VILAS-BOAS, D. F. M. do C. (1813) – *Graças concedidas por Christo no campo de Ourique acontecidas em outros tempos e repetidas no actual conforme aos desenhos de sua idade*. Lisboa: na Impressão Regia.

AS ENTIDADES ÉTNICAS DO MUNDO PRÉ-ROMANO

AMÍLCAR GUERRA

1. PREÂMBULO

Com o termo Proto-História designamos um período «de transição» para o que chamamos «História», isto é, para os tempos em que possuímos documentos escritos, em que podemos «dar os nomes às coisas» – ao território, aos lugares, aos povos e indivíduos que neles habitam. De facto, no ocidente peninsular, contamos, em primeiro lugar, com inscrições que cronologicamente se situam na Idade do Ferro e que são de natureza diversificada. Dispomos de inscrições fenícias – recordem-se em particular os achados de Tavira (Guzzo; Zamora, 2008) e de Lisboa (Neto et al., 2016) –, mas especialmente de textos em escritas locais, como se explica noutro lugar (v. Guerra, Nas origens da escrita, neste catálogo). Infelizmente, a informação que se pode retirar destes últimos documentos é muito limitada, porque não é ainda possível interpretá-los.

Ao contrário, são extensos e muito ricos de informação os textos dos autores clássicos, gregos e latinos, os quais, apesar de constituírem uma pequena parte de toda a produção escrita dessas culturas, constituem elementos essenciais para a caracterização do mundo pré-romano do ocidente hispânico (Plácido Suarez, 2004). As primeiras referências ao extremo ocidental do mundo conhecido andam associadas a narrativas míticas criadas pelos gregos, particularmente às que envolvem alguns dos trabalhos de Hércules (v., em geral, Blázquez Martínez, 1983). A ligação entre o famoso semideus e a estreita passagem que liga o Mediterrâneo ao Atlântico ficou consagrada no nome que se atribui às «colunas» que a ladeavam.

Enquanto que eventuais relatos das antigas viagens empreendidas pelos fenícios não chegaram até nós, o

interesse dos gregos por este espaço reflectiu-se numa série de obras de natureza muito diversificada, mas onde assumem relevo as que se associam à descrição de viagens marítimas ou de realidades geográficas que nelas se identificavam. Infelizmente uma boa parte dessas obras mais antigas chegou-nos em estado muito fragmentário e não isenta de problemas de interpretação.

Por outro lado, o mundo de Roma, especialmente a partir do século III a. C., altura em que se inicia a sua intervenção na Península Ibérica, passa a olhar com muita atenção para este território. Nos seus horizontes não se encontram apenas as realidades coetâneas, mas atendem igualmente ao passado deste território e das suas gentes, recuperando uma parte da informação que a antiga literatura grega continha.

Deste modo, com base nos textos de autores gregos e latinos, podemos delinear um breve panorama geográfico do mundo pré-romano do ocidente peninsular, em especial no que corresponde ao extremo sul do território atualmente português, sendo naturalmente impossível isolar o que especificamente diz respeito ao concelho de Loulé.

2. ENTRE O MITO E A REALIDADE: DE TARTESSOS AOS TURDETANOS

As mais antigas referências na literatura clássica à Hispânia e às suas gentes ocorrem, como se disse, num contexto mítico, em particular no âmbito das narrativas do ciclo de Hércules e dos seus trabalhos. Não pode esquecer-se, todavia, que uma forte corrente interpretativa com longa tradição (v. González Blanco, 1977;

população autóctone com gentes exógenas originárias do Mediterrâneo, em especial de origem fenícia.

Reúne igualmente um considerável consenso a ideia de que os Turdetanos são, de certo modo, herdeiros dessa tradição cultural tartéssia. Essa continuidade e afinidade, poderia inclusivamente atestar-se no próprio nome das duas entidades, linguisticamente relacionadas¹. Como todas as definições territoriais dos antigos povos peninsulares, também esta se apresenta de forma muito diversa, tanto nas fontes antigas, como na historiografia moderna. De qualquer modo, a sua relação com o Baixo Vale do Guadalquivir e uma parte da costa andaluza não suscita controvérsia. A sua extensão para Ocidente resulta, como se verá, num texto de Ptolomeu.

Koch, 1984) admite que as várias referências bíblicas a Tarsis se reportam ao que nas fontes clássicas se designa como Tartessos. Apesar de algumas recusas pontuais desta hipótese, ela tem sido geralmente admitida e há mesmo propostas, naturalmente problemáticas, para identificar Tarsis com algumas áreas ou locais concretos (p. ex. na região de Huelva, como se propõe em González; Serrano; Llompert, 2008).

As alusões a Tartessos na literatura grega são também bastante antigas e confundem-se com o mito (ultimamente em Celestino; López-Ruiz, 2016, p. 24-49). Segundo um passo de Estrabão (3.2.11), Estesícoro, um poeta do séc. VII a. C., teria já relacionado esse nome com o episódio do roubo dos bois de Géron, afirmando que este personagem teria nascido na ilha de Eriteia, situada junto da foz do rio que deu o nome a esse mesmo reino, onde abundava a prata.

Vários autores gregos e romanos continuam esta tradição, situando um reino, um território, uma cidade ou mesmo um rio Tartessos na Hispânia, mas destas informações não resulta uma atribuição inequívoca. Com mais frequência a historiografia moderna relaciona esta realidade com a zona de Gades (Pérez Rojas, 1969; Cintas, 1970 e outros posteriormente) ou mais genericamente com o extremo sul da Península Ibérica. No entanto, a definição de um âmbito territorial para o mundo tartéssico suscita problemas, não resolvidos, na sua identificação concreta.

Portanto, a questão tartéssica, mais do que incidir numa definição territorial específica, assenta numa caracterização cultural e na compreensão de um processo de transformação que ocorre num determinado espaço, resultante da confluência de uma

3. OS POVOS CÉLTICOS NO SUDOESTE

Entre os tópicos mais comentados pela investigação sobre os povos do Sudoeste peninsular encontra-se a referência de Heródoto (2.33.3 e 4, 49) aos Celtas da Hispânia, informando que estes «habitam para lá das Colunas de Hércules» e que são vizinhos de *Kynesiói*, o mais ocidental dos povos da Europa².

Embora se discuta a interpretação exata desta notícia, ela é apoiada, de uma maneira geral, pelos elementos que proporcionados por outras fontes literárias, não são incompatíveis com os dados da Arqueologia. A discussão centra-se, por vezes, numa questão de cronologia: se seria aceitável que num período anterior ao séc. V a. C. os Celtas ocupassem uma parte do território banhado pelo Atlântico.

Mais documentada se encontra a realidade mais próxima da conquista romana, período no qual se identificam Célticos na Bética e no sul da Lusitânia, admitindo como verdadeira a informação pliniana segundo a qual os primeiros seriam «originários da Celtibéria e vieram da Lusitânia» (Plin. H.N. 3.13). A informação de Ptolomeu associa a estes Célticos da Bética também os da área meridional da Lusitânia, que teriam, naturalmente, que ver com o Alentejo e Algarve.

Para a caracterização desta entidade se tem recorrido, além dos dados proporcionados pelas fontes clássicas, à análise dos elementos de natureza linguística e arqueológica. No primeiro caso, é possível reconhecer essencialmente um conjunto de nomes pessoais e de topónimos que se podem apresentar como elementos típicos desse mundo. Embora estes se identifiquem especialmente na epigrafia latina, alguns casos raros se documentariam já

nas estelas do Sudoeste. No âmbito dos topónimos sobressairiam os nomes em *-briga*, uma das marcas mais características desta realidade céltica que se atestariam em nomes da região como *Mirobriga* ou *Laccobriga*.

Na vertente arqueológica, embora o tópico da carentia de dados se aplique também a este domínio, analisaram-se os elementos disponíveis e ensaiou-se uma caracterização da cultura material dos Célticos do Sudoeste, analisando-se as dinâmicas culturais e as questões territoriais relativas a esta entidade (sobre a questão v. Berrocal, 1992).

4. CEMPSOS, SEFES E CINETES E A ORLA MARÍTIMA DE AVIENO

As controvérsias e incertezas, frequentes no tratamento de questões de etnologia antiga, revelam-se particularmente na interpretação dos dados transmitidos no poema *Orla marítima*, de Avieno. Esta obra, redigida em período tardo romano, descrevendo o território de determinado ponto da costa ocidental da Hispânia que se identifica com o centro de Portugal, enuncia duas entidades não atestadas em outras fontes: os Sefes e os Cempsos. Esta e outras circunstâncias afins foram geralmente interpretadas, seguindo especialmente uma ideia de Schulten, como uma consequência da grande antiguidade das suas fontes de informação, aspeto que o próprio Avieno sublinha na introdução da obra. O erudito alemão baseou as suas interpretações no pressuposto de que a informação da *Orla marítima* teria sido colhida num remoto périplo massiliota que dataria por volta de 530 a. C. (Schulten, 1922, p. 4-11). Esta cronologia e a fiabilidade da informação de Avieno foram, no entanto, bastante questionadas, especialmente, no caso das ocorrências de nomes únicos, como é o caso das entidades dos *Saefes* e dos *Cempsí*.

Apesar das dúvidas a respeito da fiabilidade dos nomes referidos, a maioria dos autores inclui os Sefes e os Cempsos no quadro dos povos do extremo ocidente, tecendo considerações sobre o território que ocupariam e a sua natureza, a sua integração ou não no conjunto das populações célticas da Hispânia (v. Alarcão, 1992, p. 339-343). Estas considerações, todavia, assentam em bases pouco sólidas e por isso parece-me preferível manter uma reserva sobre elas.

Em situação distinta se encontram os Cinetes, cujo território seria, segundo o poema, delimitado pelo rio Ana («é aqui o limite do povo dos Cinetes», diz Avieno, O.M. 223). O étnico, como informa Estêvão de Bizâncio

(s. v. *Kynetikon*), aparece sob as formas *Kynetes* (Cinetes), como em Heródoto (4.49), ou *Kynesioi* (Cinésios), em Herodoro (31.12a). Aceita-se geralmente que estas versões dos nomes correspondem igualmente às formas *Konioi / Koneoi* de Políbio (10.7.4) e Apiano (Hisp. 57, 58b e 68), as quais se deveriam a uma versão latina desse apelativo, *Conii*. Este, por sua vez, relacionar-se-ia com as realidades do *Cuneus ager* (Mela 3.7) e do *promontorium* homónimo (Plin. H.N. 4.116), que a investigação situa habitualmente no extremo sul de Portugal. Por fim, documenta-se uma cidade com o nome de *Conistorgis* (Str. 3.2.2; App. Hisp. 57 e 58; Sall. Hist. 1.119), de incerta localização, que se incluiu no âmbito desta entidade étnica e se apresenta mesmo como a sua capital (*contra* Estrabão, que a coloca entre os Célticos).

O território dos Cónios fez-se corresponder, por vezes, ao Algarve (Vasconcelos, 1905, p. 8-16), mas esta equivalência deve-se mais a uma tendência para simplificar ou projetar as atuais divisões político-administrativas para a antiguidade. Não subsistem dúvidas sobre o facto de, pelo menos em parte, se verificar essa correspondência e da sua extensão para o sul do Alentejo (Tovar, 1976, p. 209), mas a questão reside precisamente na sua extensão para além deste marco geográfico³. De resto, tentar estabelecer de forma genérica as fronteiras das realidades pré-romanas é uma tarefa condenada ao fracasso, não só pela escassez de dados, mas especialmente pela amplitude cronológica abrangida e instabilidade territorial desse mundo.

5. O QUADRO GEOGRÁFICO DELINEADO POR PTOLOMEU

No séc. II d. C., em plena fase do domínio romano na Hispânia, o geógrafo alexandrino Ptolomeu compilou informação de diferentes fontes, com a qual elaborou uma lista de coordenadas, que servem de base a uma espécie de mapa deste território. O texto inclui igualmente outros elementos importantes (tais como a divisão provincial romana, alguns pontos essenciais da costa ou a indicação da foz dos principais rios), procedendo ao agrupamento das cidades de acordo com a sua atribuição a determinados povos. Esta é a razão pela qual se recorre a esta obra quando se pretende apresentar o quadro étnico do mundo antigo.

A realidade respeitante ao sul da Lusitânia (Ptol. 2.4) é aí sumariamente dividida em duas entidades: os Turdetanos (em cujo âmbito inclui *Ossonoba*, *Balsa*, *Pax Iulia*, *Myrtilis*, *Salacia* e *Caetobrix*) e os Célticos

(com as cidades de *Laccobriga*, *Arandis*, *Mirobriga*, *Arcobriga* e *Caepiana*, entre outras), depois dos quais se apresentam os Lusitanos (entre estes se regista, por exemplo, a cidade de *Ebora*). Um dos aspetos mais significativos deste panorama reside numa separação étnico-cultural que parece não assentar tanto num quadro geográfico contínuo. Se *Laccobriga* e *Mirobriga* correspondem, como habitualmente se aceita, a Lagos ou Monte Molião (TIR J-29, p. 96) e Santiago do Cacém (TIR J-29, p. 109-111), estes territórios intrinsecam-se entre o núcleo turdetano do Algarve oriental (*Ossonoba* e *Balsa*) e o do Sado (*Salacia* e *Caetobrix*).

Também é sugestiva a ausência de qualquer referência aos Cónios, a qual se tem atribuído ao facto de estes se englobarem nos Turdetanos, os quais não se limitariam à área da Andaluzia, mas se estenderiam, segundo o geógrafo, até à foz do Sado. Esta presença turdetana no extremo ocidente em fase pré-romana não suscita dificuldades, uma vez que também a linguística e a cultura material apoiam em certa medida esta hipótese e prolongam mesmo o seu âmbito. No que diz respeito às questões de língua, refere-se especialmente a ocorrência de dois grupos de topónimos característicos do mundo turdetano no Ocidente peninsular: os nomes em *-oba* / *-uba* (nos quais se inclui precisamente *Ossonoba*, atual Faro); mas especialmente os nomes em *-ipo*, representados em *Olisipo* (Lisboa), *Collipo* (S. Sebastião do Freixo, Batalha) e em *Calipo* (neste caso o hidrónimo antigo que corresponde ao Sado). No que concerne aos dados arqueológicos, não subsiste qualquer dúvida sobre o desenvolvimento, a partir do séc. VIII a. C., de um processo de «orientalização», no extremo ocidente, especialmente nos baixos vales do Tejo e Sado⁴ (v. ultimamente, Arruda, 2014, p. 516-532).

Em suma, se tivermos em conta a existência de designações de povos que podem ser equivalentes, o espaço correspondente ao Algarve atual parece evidenciar, no plano étnico e na sua generalidade, uma dicotomia essencial: teria sido território dos Cónios (ou dos Turdetanos, na terminologia de Ptolomeu); por outro lado, nele se identificariam igualmente populações indo-europeias, que designamos genericamente como célticas. Deve ter-se em conta que esta situação simplificada não é territorialmente estável no tempo, e, por isso, não faz sentido apresentar um quadro geográfico concreto que possa manter-se inalterado ao longo de toda a Idade do Ferro.

NOTAS

1. Já Schulten (numa obra cuja primeira edição, em alemão, remonta a 1922) identificara essa relação etimológica e dela retirara algumas ilações (em edição mais recente Schulten, 1985, p. 50-53); sobre o assunto v. também Villar, 1995.
2. A questão dos celtas hispânicos foi ultimamente tratada por A. J. Lorrio (2011), o qual, além de uma rica síntese sobre o tema, apresenta uma amplíssima bibliografia. Sobre os Celtas no Ocidente e a sua presença nas fontes antigas v. Tovar, 1977, p. 163-170 e Lorrio, 2011, p. 46-53.
3. Uma proposta que acarreta uma amplíssima extensão territorial dos Cónios é sustentada por Alarcão (2001, p. 311, 337), que identifica *Conisturgis* com Medellín, ideia corroborada por Almagro Gorbea 2008, p. 92-94).
4. Para a hipótese de uma colonização turdetana nesta área v. Torres Ortíz, 2005.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1992) – Etnografia da fachada Atlântica Ocidental da Península Ibérica. In ALMAGRO-GORBEA, M. y RUIZ ZAPATERO, G., ed. lit. – Paleoehtnología de la Península Ibérica. *Complutum*. Madrid. 2-3, p. 339-345.
- ALARCÃO, J. de (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2, p. 293-349.
- ALMAGRO GORBEA, M. (2008) – Medellín-Conisturgis: reinterpretación geográfica del Suroeste de Iberia. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. S. 126, 1-12, p. 84-115.
- ARRUDA, A. M. (2014) – A Ocidente, tudo de novo. In *Fenícios e púnicos, por terra e mar, Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, 6, Lisboa. Lisboa: UNIARQ. vol. 2, p. 512-535.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (1983) – Gerión y otros mitos griegos en Occidente. *Gerión*. Madrid. 1, p. 21-38.
- BERROCAL RANGEL, L. (1992) – *Los pueblos célticos del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Editorial Complutense.
- CELESTINO, S.; LÓPEZ-RUIZ, C. (2016) – *Tartessos and the Phoenicians in Iberia*. Oxford: Oxford University Press.
- CINTAS, P. (1970) – Tarsis, Tartessos, Gades. In *Manuel d'archéologie punique*. Paris: Picard. vol. 1. p. 274-282.
- GONZÁLEZ BLANCO, A. (1977) – ¿Tarsis = Tartessos? Origen, desarrollo y fundamentos de la adecuación historiográfica. *Hispania Antiqua*. Valladolid. 7, p. 123-145.
- GONZÁLEZ DE CANALES, F.; SERRANO, F.; LLOMPART, J. (2008) – Tarsis y la monarquía unificada de Israel. *Gerión*. Madrid. 26:1, p. 61-88.
- GUZZO, M. G. A.; ZAMORA, J. A. (2008) – Un ostracon fenicio de Tavira (Portugal). *Vicino Oriente*. Roma. 14, p. 231-240.
- LORRIO, A. J. (2011) – Los Celtas en el Occidente de Iberia. In RUIZ ZAPATERO, G.; ÁLVAREZ-SANCHÍS, J., ed. lit. – *Castros y verracos: Las gentes de la Edad del Hierro en el Occidente de Iberia*. Ávila: Diputación de Ávila. p. 45-100.
- NETO, N. M.; REBELO, P. M.; RIBEIRO, R. A.; ROCHA, M.; ZAMORA LÓPEZ, J. Á. (2016) – Uma inscrição lapidar fenícia em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 19, p. 123-128.
- PÉREZ ROJAS, M. (1969) – El nombre de Tartessos. In *Tartessos y sus problemas. Symposium de Prehistoria Peninsular*, 5, Jerez de la Frontera, 1968. Barcelona: Universidad. p. 369-378.
- PLÁCIDO SUÁREZ, D. (2004) – La configuración étnica del Occidente peninsular en la perspectiva de los escritores grecorromanos. *Studia Historica: Historia Antigua*. Salamanca. 22, p. 15-42.
- SCHULTEN, A. (1922) – *Fontes Hispaniae Antiquae I: Avieno, Ora*. Barcelona: Livraria Universitaria; Berlin: Weidmann.
- SCHULTEN, A. (1985) – *Tartessos*. 2.^a ed. Madrid: Espasa-Calpe. 1.^a ed. em espanhol, Madrid, 1924.
- TIR J-29 = *Tabula imperii Romani, Hoja J-29: Lisboa, Emerita, Scallabis, Pax Iulia, Gades*. Madrid: CSIC.
- TORRES ORTIZ, M. (2014) – ¿Una colonización tartésica en el interfluvio Tajo-Sado durante la Primera Edad del Hierro?. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:2, p. 193-213.
- TOVAR, A. (1976) – *Iberische Landeskunde, II-2. Lusitanien*. Baden-Baden: V. Koerner.
- TOVAR, A. (1977) – El nombre de celtas en España. *Revista de la Universidad Complutense*. Madrid. 26, p. 163-178.
- VASCONCELOS, J. L. de (1905) – *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: INCM. vol. II.
- VILLAR, F. (1995) – Los nombres de Tartessos. *Habis*. Sevilla. 26, p. 243-270.



Lá onde nasce uma escrita

115. – 117. Contas de colar de pasta vítrea



115. Conta de colar bicolor de pasta vítrea, oculada

Desconhecido, Ameixial, Loulé
Séculos VI-V a. C.
2,4 x 2,4 x 2,4 cm
Museu Municipal de Faro
Arq-00168

116. Conta de colar bicolor de pasta vítrea, oculada

Desconhecido, Ameixial, Loulé
Séculos VI-V a. C.
2,2 x 2,2 x 2,2 cm
Museu Municipal de Faro
Arq-00169

117. Conta de colar bicolor de pasta vítrea

Desconhecido, Ameixial, Loulé
Séculos VI-V a. C.
2,7 x 1 x 0,7 cm
Museu Municipal de Faro
Arq-00170

Conjunto de três contas, duas esféricas de grandes dimensões, ligeiramente achatadas nos extremos, com ocluações estratificadas pretas e pretas esverdeadas oculadas a branco, com seis «olhos» em cada uma e com três anéis de cor branca (cat. 115 e 116). A terceira é uma conta tubular também de cor preta com onze estratificações a branco, numa linha contínua ziguezagueante e paralela (cat. 117).

Este pequeno conjunto de contas de colar, recolhido por José Rosa Madeira foi dado a conhecer por Abel Viana e Mário Lyster Franco. Estes adornos em pasta vítrea são abundantes nas necrópoles e povoados da Idade do Ferro e com frequência associados a sítios onde se registam estelas com

escrita do Sudoeste (Fernão Vaz, Fonte Santa, Mealha Nova, Chada).

Estas peças poderiam ser usadas tanto por homens como por mulheres no seu quotidiano por causa da sua estética a que poderiam acumular uma funcionalidade espiritual de proteção apotropaica e/ou com uma componente social de distinção hierárquica. O desconhecimento exato de como foram encontradas não nos permite saber se fariam parte de um única peça, por exemplo um colar.

AG/PB

Bibliografia:

Franco, Viana, 1945, p. 400; Ruano Ruiz, 1996; Barros, Melro, Estrela, 2014, p. 15.

118. Fragmento de estela com inscrição periférica

Monte da Portela, Ameixial
Séculos VI-V a. C.
100,5 x 28 x 10 cm
Museu Municipal de Faro
Arq-00092

Parte lateral de uma estela com a chamada escrita do Sudoeste, correspondendo, muito provavelmente, ao lado esquerdo do monumento. O texto, gravado com elegância, elevada qualidade e muita clareza, é enquadrado numa cartela delimitada por duas linhas aproximadamente paralelas. A disposição do texto e da respetiva cartela acompanha os contornos do bloco de xisto, como é habitual nestes vestígios epigráficos. Tendo em conta a investigação atual, a transcrição dos caracteres seria a seguinte: **Jonlinp(o)orenanp(a)a**]. Tratando-se de uma língua desconhecida, não é possível determinar o significado desta sequência.

AG

Bibliografia:

Vasconcelos, 1934; Franco, Viana, 1945, p. 417-418; Gómez Moreno, 1962, p. 28-29, n.º XIII; Schmoll, 1962, p. 89, n.º 25; Lejeune, 1963, p. 26, n.º 13; Maluquer, 1965, p. 146, n.º 312; Periquito, 1968, p. 112; Anderson, 1975, p. 32, 75; Beirão, Gomes, 1980, p. 15, n.º 82; Beirão, 1986, p. 129, 140, n.º 21; Rodríguez Ramos, 1992, p. 37; Correia, 1996, p. 91, n.º 21; MLH IV J.11.2; Koch, 2009, p. 46; Koch, 2011, p. 95; Barros, Melro, Estrela, 2014, p. 12.



119. Fragmento de estela com inscrição em espiral

Vale dos Vermelhos/Monte dos Vermelhos,
Ameixial

Séculos VI-V a. C.

58 x 41 x 11 cm

Museu Nacional de Arqueologia

E 4930

Fragmento de estela em xisto local, que se encontra reduzida à parte central do monumento: perdeu a base, que serviria para se implantar o bloco no solo; falta também a parte superior da laje, em que se encontraria um segmento do texto. Este desenvolve-se em forma de espiral concêntrica, sendo esta uma estrutura bem representada neste âmbito epigráfico. Na peça não há qualquer vestígio de linhas auxiliares, como é frequente em outros casos. A gravação, obtida pelo processo de abrasão, é muito clara, pelo que a leitura (PUoTUoEar[---]jaak(a)Wnerionire) suscita apenas dúvidas no caso em que se discute ainda o valor fonético dos signos. No estado atual dos nossos conhecimentos, nada se pode dizer a respeito do conteúdo desta inscrição.

AG

Bibliografia:

Vasconcelos, 1927-29, p. 208; Gómez Moreno, 1962, p. 32-33, n.º XVIII; Schmoll, 1962, p. 89, n.º 16; Lejeune, 1963, p. 26, n.º 18; Maluquer, 1965, p. 146, n.º 310; Beltrán, 1973, p. 106; Anderson, 1975, p. 32, 78; Beirão, Gomes, 1980, p. 17, n.º 102; Beirão, 1986, p. 129, 140, n.º 22; De Hoz, 1989, p. 538; RR P-54; Correia, 1996, p. 89 n.º 19; MLH IV J.7.2; Koch, 2009, p. 18-19; Koch, 2011, p. 95; Barros, Melro, Estrela, 2014, p. 17-18.



120. Fragmento de estela com inscrição de duas linhas

Necrópole de Ameixial, Ameixial

Séculos VI-V a. C.

34 x 22 x 3,5 cm

Museu Nacional de Arqueologia

998.65.1

Parte intermédia de um monumento em xisto, que apresenta vestígios de duas linhas: uma ascendente e outra descendente, separadas por um traço vertical. A gravação não é muito profunda, mas revela-se bastante clara, excetuando um segmento da linha 2. De qualquer modo, a leitura do texto conservado não suscita questões. Ao contrário, não dispomos de qualquer elemento que contribua para a interpretação do texto, que se transcreve como]ninok(o)oro [/]iark(o).

AG

Bibliografia:

Gómez Moreno, 1962, p. 28, n.º XII;
Schmoll, 1962, p. 89; Lejeune, 1963, p. 26,
n.º 12; Maluquer, 1965, p. 148, n.º 317;
Beltrán, 1973, p. 106; Anderson, 1975,
p. 32, 72; Beirão, Gomes, 1980, p. 17,
n.º 104; Beirão, 1986, p. 130, 141, n.º 29;
RR P-43; Correia, 1996, p. 99, n.º 29; MLH IV
J.7.7; Koch, 2009, p. 41; Barros, Melro,
Estrela, 2014, p. 16.



121. Fragmento de estela com inscrição

Fazenda das Alagoas ou Alagoas I, Salir
Séculos VI-V a. C.
29 x 35 x 5 cm
Museu Nacional de Arqueologia
E 4929

Fragmento intermédio de uma estela em xisto local. A sua configuração seria alongada, tendo-se perdido o segmento da base do monumento, destinado à sua fixação no solo. Esta inscrição apresenta a rara particularidade de ter sido gravada por picotagem, o que confere ao texto uma clara leitura, acentuada pelo contraste entre a superfície escura do xisto e a coloração mais clara do seu interior. É possível que uma parte do texto perdido se possa reconstituir, dada a circunstância de, com boa probabilidade, se encontrar, parcialmente conservada, a sequência muito repetida, que aqui se apresentaria sob a forma **..p(a)are n[aWk(e)e]nii**.

AG

Bibliografia:

Vasconcelos, 1900, p. 40-41; Gómez Moreno, 1962, p. 29, n.º xiv; Schmoll, 1962, p. 89, n.º 19; Lejeune, 1963, p. 26, n.º 14; Ribeiro, 1963, Est. XXXI, 3; Maluquer, 1965, p. 148, n.º 316; Anderson, 1975, p. 32, 65; Beirão, Gomes, 1980, p. 15, n.º 76; Beirão, 1986, p. 129, 138, n.º 16; RR P-48; Correia, 1996, p. 86, n.º 16; MLH IV J.6.1; Koch, 2009, p. 36-37; Barros, Melro, Estrela, 2014, p. 13-14.



122. Fragmento de estela com inscrição

Azinhal dos Mouros, Ameixial, Loulé
Séculos VI-V a. C.
69,5 x 18 x 7,6 cm
Museu Nacional de Arqueologia
2000.28.1

Parte lateral de um monumento epigráfico que conserva uma sequência textual. É impossível, dada a sua configuração atual, determinar a que lado da estela pertenceria. Apresenta uma gravação tênue, como é frequente, mas que não suscita dúvidas, de uma maneira geral. O texto conservado corresponde a uma sequência de considerável dimensão, sem separador de palavras, como é habitual nesta escrita. Na sua transcrição, **Jirup(a)aruainonp(a)a**, não é possível identificar nenhum segmento conhecido.

AG

Bibliografia:

Anderson, 1975, p.32, 79; Beirão, Gomes, 1980, p. 15, n. 89; Beirão, 1986, p. 130, 141, n.º 30; RR P-39; Correia, 1996, p. 100, n.º 30; MLH IV J.7.9; Koch, 2009, p. 42; Koch, 2011, p. 95; Barros, Melro, Estrela, 2014, p. 17.



123. Fragmento de estela com inscrição de três linhas

Necrópole de Ameixial, Ameixial
Séculos VI-V a. C.
115 x 24 x 13 cm
Museu Nacional de Arqueologia
E 7391

Monumento constituído por um bloco de xisto alongado, que sofreu fortes danos, especialmente do lado direito, o que provocou a perda quase total da primeira das três linhas conservadas. O texto, de alinhamento vertical, é enquadrado por linhas que definem vagamente cartelas: na primeira e terceira a orientação é ascendente e na segunda é de sentido contrário, mantendo-se sempre a tradicional escrita da esquerda para a direita. Tratar-se-ia de um texto relativamente longo para este tipo de vestígios, uma vez que originalmente teria mais de 40 caracteres. É provável que a sequência **p(a)ere naWk(e)**, no final da segunda linha, corresponda ao que se considera uma «fórmula funerária», ainda que apresente algumas anomalias.

AG

Bibliografia:

Gómez Moreno, 1962, p. n.º IX; Schmoll, 1962, p. 89; Beirão, Gomes, 1980, p. 15, n.º 88; Beirão, 1986, p. 130, 141, n.º 26; RR P-40; Correia, 1996, p. 96, n.º 26; MLH IV J.7.8; Koch, 2009, p. 41; Koch, 2011, p. 95; Barros, Melro, Estrela, 2014, p. 16.



124. Fragmento de estela com inscrição periférica

Corte Pinheiro 1, Ameixial

Séculos VI-V a. C.

113 x 40 x 15 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2070

Estela em razoável estado de conservação, embora uma fratura na parte superior, do lado direito, tenha afetado a parte intermédia do texto. O bloco de xisto apresenta uma superfície naturalmente alisada, propícia à gravação, na qual se identifica um texto de leitura fácil. A parte inferior, destinada a ser fixada no solo, é mais larga. Na área exposta desenvolvía-se uma inscrição que acompanhava os contornos do monólito, numa única linha, sendo este limitado por um traço, do lado interior, mais fino do que o usado nos caracteres. Também aqui parece identificar-se, apesar das anomalias que apresenta, a mais conhecida sequência registada nestas epígrafes: **p(a)re (na)Wk(e)eni.**

AG

Bibliografia:

Guerra, 2009, p. 329-331, 337, 338; Koch, 2011, p. 98; Barros, Melro, Estrela, 2014, p. 18-20.



125. Estela com inscrição em quatro linhas

Barradas, Querença, Tôr e Benafim

Séculos VI-V a. C.

117 x 75 x 15 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0421

Monumento que ostenta um texto que possuía uma particularidade menos habitual neste tipo de vestígios epigráficos: o facto de se desenvolver em quatro linhas horizontais. Três alinham-se da direita para a esquerda, mas a segunda linha contraria esta prática habitual, orientando-se da esquerda para a direita, seguindo o modelo bustroféδιο. A gravação é bastante ténue, o que acarreta pontualmente alguns problemas de leitura. Também a identificação de eventuais sequências conhecidas suscita muitas dúvidas: na linha 2 repete-se **nak(e)**, onde hipoteticamente se poderia ver algo afim da conhecida fórmula **naWk(e)ent(i)i**.

AG

Bibliografia:

Gomes, 1996; MLH IV J.5.1; Koch, 2009, p. 35-36; Koch, 2011, p. 94; Barros, Melro, Estrela, 2014, p. 15.



126. Estela com inscrição em duas linhas verticais

Vale dos Vermelhos/Monte dos Vermelhos,
Ameixial

Séculos VI-V a. C.

144 x 58 x 12 cm

Museu Nacional de Arqueologia

E 6958

Monumento em xisto, de superfície algo irregular e algumas escoriações, que já poderiam estar presentes no bloco original, uma vez que o texto procurou evitar essas zonas afetadas. A primeira linha desvia-se substancialmente da margem do monumento e segue um traço retilíneo, mas a segunda descreve uma curva, provavelmente para evitar o canto esquerdo, onde a superfície é bastante irregular. A gravação é ténue e, por isso, a leitura oferece algumas dificuldades. Do texto destaca-se a sequência final da linha 1, **naWk(e)enai**, que deve corresponder a uma variante da «fórmula» que ocorre habitualmente como **naWk(e)eni** e **nark(e)enti**.

AG

Bibliografia:

Cómez Moreno, 1962, p. 25, n.º vii; Schmoll, 1962, p. 89, n.º 24; Maluquer, 1965, p. 146, 148, n.º 308; Beirão, Gomes, 1980, p. 15, n.º 96; Beirão, 1986, p. 129, 140, n.º 23; RR P-46; Correa, 1989, p. 247; Correia, 1996, p. 93, n.º 23; MLH IV J.7.1; Koch, 2009, p. 41; Koch, 2011, p. 94; Barros, Melro, Estrela, 2014, p. 16.



BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, J. M. (1975) – *Ancient Hispanic Inscriptions*. [Calgary]: University of Calgary.
- BARROS, P.; MELRO, S.; ESTRELA, S. (2014) – As estelas com escrita do Sudoeste do concelho de Loulé. *Al-'Ulyà*. Loulé. 14, p. 7-23.
- BEIRÃO, C. de M. (1986) – *Une civilisation Protohistorique du sud du Portugal (1er Âge du Fer)*. Paris: De Boccard.
- BEIRÃO, C. de M.; GOMES, M.; MONTEIRO, J. P. (1979) – *As estelas epigrafadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnologia do Distrito de Setúbal.
- CORREA, J. A. (1989) – El origen de la escritura paleohispánica. In GONZÁLEZ, J., ed. lit. – *Estudios sobre Urso Colonia Iulia Genitiva*. Sevilla: Ediciones Alfar. p. 281-302.
- CORREIA, V. H. (1996) – *A epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica*. Porto: Ethnos.
- FRANCO, M. L.; VIANA, A. (1945) – O espólio arqueológico de José Rosa Madeira. *Brotéria*. Lisboa. 41:5, p. 386-419.
- GOMES, M. V. (1996) – Estela epigrafada e necrópole, da I.ª Idade do Ferro, de Barradas, Benafim (Loulé). *Al-'Ulyà*. Loulé. 5, p. 9-22.
- GÓMEZ-MORENO, M. (1962) – *La escritura bástulo-turdetana (primitiva hispánica)*. Madrid. Separata da *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*. Madrid. 69, 1961, p. 879-948.
- GUERRA, A. (2009) – Novidades no âmbito da epigrafia pré-romana do Sudoeste hispânico. *Palaeohispanica*. Zaragoza. 9, p. 323-338.
- KOCH, J. T. (2009) – *Tartessian: Celtic in the South-west at the Dawn of History*. Aberystwyth: Celtic Studies Publications.
- KOCH, J. T. (2011) – *Tartessian 2: The inscription of Mesas do Castelinho*. Aberystwyth: Celtic Studies Publications.
- LEJEUNE, M. (1963) – *Épigraphie sud-hispanique. Revue des Études Anciennes*. Bordeaux. 65, p. 5-32.
- MALUQUER, J. (1968) – *Epigrafia prelatina de la Península Ibérica*. Barcelona: Universidad.
- MLH IV = UNTERMANN, J. (1997) – *Monumenta Linguarum Hispanicarum, Band IV: Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*. Wiesbaden: Dr. Ludwig Reichert.
- PERIQUITO, I. M. R. (1969) – *Arqueologia do concelho de Loulé*. Dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- RIBEIRO, F. N. (1965) – *O Bronze meridional português*. Beja: Minerva Comercial.
- RODRÍGUEZ RAMOS, J. (1992) – *Análisis de epigrafía sudlusitana*. Tese de licenciatura apresentada na Universidad de Barcelona. Inédita.
- RUANO RUIZ, E. (1996) – Las Cuentas de vidrio prerromanas del Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera. *Traballs del Museo Arqueològic d'Eivissa i Formentera*. Ibiza. 36.
- SCHMOLL, U. (1961) – *Die sudlusitanischen Inschriften*. Wiesbaden: Harrassowitz.
- VASCONCELOS, J. L. de (1899-1900) – Novas inscrições ibéricas do Sul de Portugal, 2. Inscrição de Salir. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 5, p. 40-41.
- VASCONCELOS, J. L. de (1927-1929) – Novas inscrições ibéricas do Sul de Portugal. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 28, p. 205-208.
- VASCONCELOS, J. L. de (1934) – Inscrição ibérica do Algarve. *Revista de Arqueología*. Madrid. 2, p. 43-44.

IV. ÉPOCA ROMANA O MUNDO ROMANO. UM TERRITÓRIO ENTRE CIDADES

Em finais do séc. II a. C. o Algarve integrou o Império romano. Com a criação da província da *Lusitania* (16-13 a. C.) reforçou-se a estrutura política e administrativa, baseada em capitais de *civitates* como *Balsa* (Torre de Ares, Tavira) e *Ossonoba* (Faro). O concelho de Loulé inclui-se no território desta última. A via romana, que ligava os principais núcleos urbanos, teve uma função estruturante.

Pontuavam a região casais agrícolas, casas rurais de maiores dimensões (*villae*) ou aldeias (*vicus*), muitas das quais exploravam recursos marinhos. O seu desenvolvimento intensificou-se sobretudo a partir do século III, e sítios como Cerro da Vila (Vilamoura) chegaram a transformar-se em pequenas «cidades».

Além da exploração dos recursos marinhos, de que os preparados piscícolas transportados em ânforas são um excelente exemplo, desenvolveram-se outras atividades, como a agricultura e a mineração, ou a produção artesanal, como a tecelagem.

O território de Loulé integrava-se plenamente na vasta rede comercial do Império Romano, como comprovam as ânforas, que transportavam alimentos, e outras cerâmicas provenientes da vizinha Bética (atual Andaluzia), da Península Itálica, da Gália, mas também do Norte de África ou do Mediterrâneo oriental.



LOULÉ ROMANA: UM TERRITÓRIO ENTRE CIDADES

CATARINA VIEGAS

1. NOTA PRÉVIA

Para compreender a dinâmica de ocupação do território do concelho de Loulé durante o período romano (do século II a. C. até ao século IV-V d. C.) torna-se essencial o conhecimento acerca de transformações que ocorreram no litoral. Os fenómenos de assoreamento das bacias das ribeiras aí existentes, por um lado, e o recuo da linha da costa associado ao processo de erosão das arribas, por outro (Teixeira, 2005; Teixeira, Gaspar, Rosa, 2005), condicionaram fortemente as estratégias de utilização do solo e das áreas litorais, por parte das populações do Algarve. Efetivamente, os estudos que têm vindo a ser realizados revelam que toda a faixa litoral seria mais recortada, com áreas de estuário associadas às bacias das ribeiras. A área atual do concelho de Loulé não escapou a esta realidade (Teichner et al., 2014) (fig. 1).

Parte integrante da província da Lusitânia, a área do atual concelho de Loulé encontrava-se, durante o período romano, no território da *civitas* de *Ossonoba* (atual cidade de Faro) o que torna essencial a referência a sítios e dados exteriores ao concelho (fig. 2).

Por outro lado, o território dentro dos atuais limites concelhios comporta as principais componentes da paisagem algarvia: o litoral, o barrocal e a serra, permitindo leituras integradas, essenciais para a compreensão da complementaridade de exploração dos distintos recursos naturais disponíveis durante a antiguidade.

A dificuldade na abordagem a esta complexa realidade prende-se também com as poucas referências existentes nas fontes literárias. Na verdade, o território

algarvio não parece ter despertado especial atenção por parte dos autores antigos que preferiram dirigir o seu olhar sobretudo para a vizinha província da Bética.

Assim, será sobretudo tendo por base os resultados dos trabalhos arqueológicos que poderemos procurar reconstituir o modo como as populações habitaram este território durante a época romana.

Para tal foi necessário conjugar dados muito distintos, provenientes sobretudo de trabalhos arqueológicos de natureza muito diversificada que têm vindo a ser realizados no Algarve: investigação resultante de projetos plurianuais; trabalhos de arqueologia preventiva (escavações e prospeções no quadro da arqueologia de contrato e no âmbito de estudos de impacto ambiental), escavações de emergência, achados isolados recolhidos em museus, prospeção de superfície, sendo naturalmente obrigatória a referência à arqueologia subaquática com enorme potencial ainda por explorar. Desde o séc. XIX que se reconhece a importância da região em época romana, tendo as estações arqueológicas atraído inúmeros estudiosos que recolheram, com as «explorações» que realizaram nestes sítios, materiais para os seus museus regionais. Exponente máximo desta realidade, os trabalhos de Estácio da Veiga constituem ainda hoje elementos essenciais para quem se dedica ao estudo desta região.

Desigual surge também a informação sobre o território que abordamos, pois apenas recentemente se começou a alargar a pesquisa e prospeção arqueológica às áreas do Barrocal e da Serra, permanecendo muito maior o volume e qualidade de informação acerca das áreas costeiras do que a dos territórios do interior.

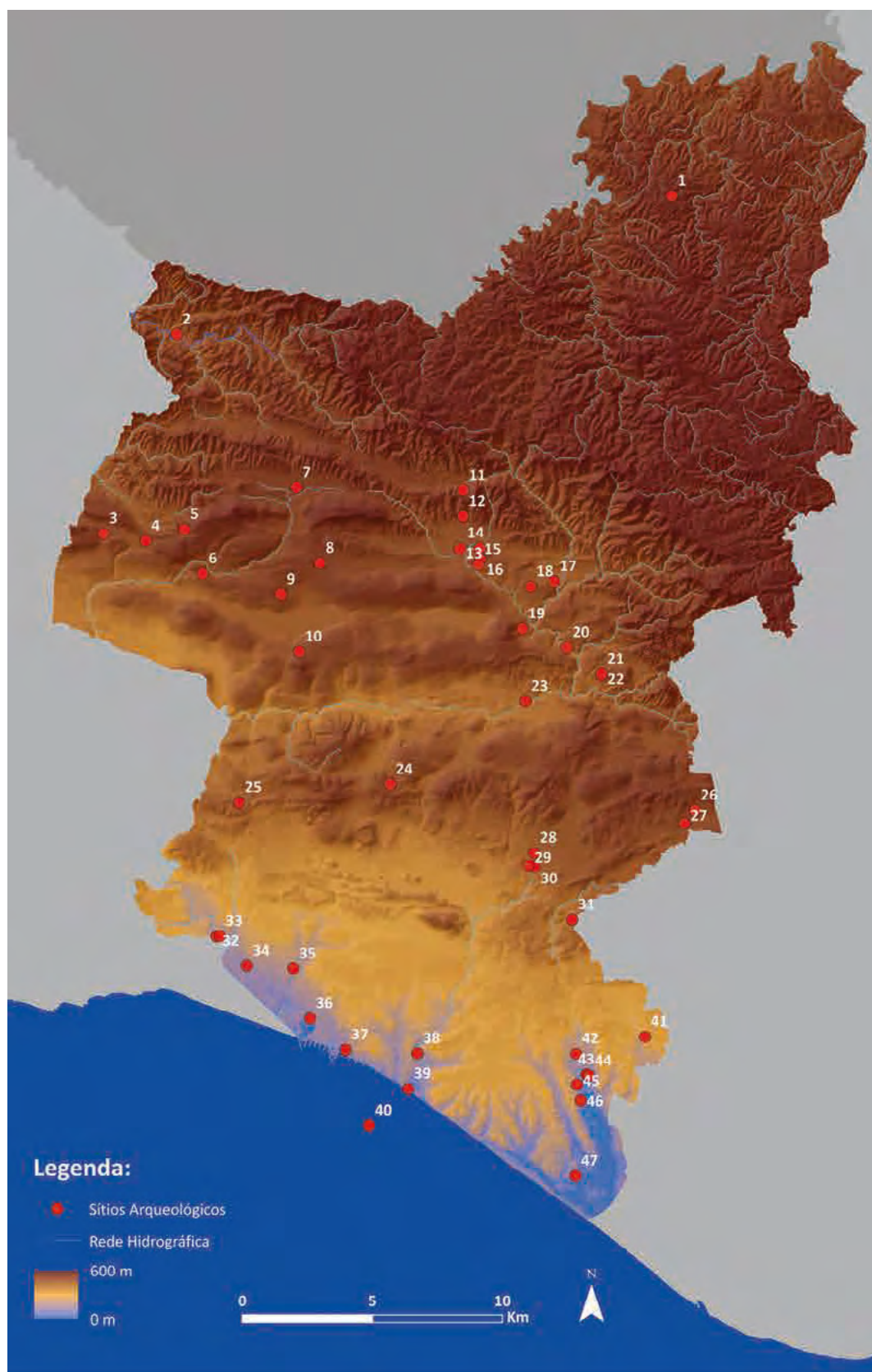


Fig. 1 – Mapa com sítios romanos do concelho de Loulé (DGPC):

1. Ameixial
2. Águas Frias
3. Fonte Santa
4. Santa Margarida
5. Atalaia de Alte
6. Mortórios
7. Quinta do Freixo
8. Cerro do Espargal
9. Benafim
10. Espargal
11. Serro dos Negros
12. Torrinha
13. Torrinha
14. Castelo de Salir
15. Salir
16. Boavista/Bela Vista
17. Alagoas
18. Palmeiros
19. Corte Neto
20. Fonte da Benémola
21. Portela
22. Portela
23. Ponte Romana de Tor ou Athor
24. Cerro
25. Alcarias
26. Apra
27. Apra/Torres de Apra
28. Loulé – Igreja de São Clemente
29. Fazenda do Cotovio
30. Álamos
31. Alfarrobeira
32. Ponte de Barão da Quarteira ou da Retorta
33. Retorta
34. Vala dos Marmeleiros
35. Vale Tesnado
36. Cerro da Vila
37. Quarteira
38. Trafal
39. Loulé Velho
40. Mar de Vilamoura – Quarteira
41. São João da Venda
42. Quinta do Ludo 4
43. Salgados
44. Quinta do Ludo 2
45. Casas Velhas
46. Porto das Vacas 1
47. Quinta do Lago

Fig. 2 – Mapa do Algarve com as *civitas* e a rede viária.



- Capital de *civitas* ★ Marco miliário
- Vias do *Itinerário de Antonino*
- - - Outras vias
- - - Fronteiras conjeturais das *civitates* do território algarvio (segundo Alarcão, 1990)
- Traçado aproximado das vias romanas do Algarve (segundo Mantas, 1997)

2. OS PRIMEIROS CONTACTOS E A INTEGRAÇÃO NO IMPÉRIO

Apesar do elevado número de dados arqueológicos existentes e do conhecimento que os mesmos geraram, não é possível compreender completamente a forma como se processou a integração do território algarvio na esfera romana. Sem ser possível identificar claramente contextos de cariz militar no atual Algarve, são frequentemente os testemunhos trazidos pelas primeiras importações itálicas que possibilitam lançar um olhar sobre esta realidade, permitindo afirmar que estes primeiros contactos terão tido lugar em meados/finais do séc. II a. C.

A informação recolhida na área urbana de Faro, nomeadamente na área do Museu Municipal (nas intervenções realizadas por Dália Paulo e Nuno Beja) mostrou que esta região participava, nos finais do séc. II a. C., nos circuitos comerciais à escala do Mediterrâneo com

forte presença das cerâmicas de mesa itálicas (cerâmica campaniense A da Campânia e B de Cales), ânforas de transporte de vinho (itálicas do tipo Dressel 1A) e de preparados piscícolas (*gaditanas*) (Paulo e Beja 2002, 2003; Viegas, 2011).

O território do atual concelho de Loulé não deverá ter ficado à margem deste processo, mas desconhecem-se os dados concretos que permitem entender o modo como se realizou a sua integração. Até ao momento são muito escassos os materiais republicanos identificados na área do concelho. Também não pertencem ao seu território nenhum dos sítios que neste período cunharam moeda e que têm sido identificados com os núcleos urbanos nos alvares da romanidade, que são: *Baesuri* (Castro Marim); *Balsa* (Quinta de Torre de Ares/Tavira); *Ossonoba* (Faro); *Cilpes* (Silves), *Ipses* (Alvor), (Faria, 1995, 1997). Recorde-se ainda que das cidades algarvias Estrabão apenas refere *Ossonoba*, ao indicar a localização preferencial das cidades

costeiras junto aos esteiros dos rios (III, 2, 5). Mais recentemente, foi possível identificar¹ alguns achados com proveniência precisa desconhecida, mas claramente originários no concelho, resultado de recolhas fortuitas realizadas por pescadores, que trouxeram ao nosso conhecimento a existência de ânforas de origem itálica (da forma Lamboglia 2) do período tardo republicano. Estes contentores, que abasteceram a costa algarvia de vinho e/ou azeite, tiveram a sua origem na costa Adriática no século II-I a. C.

3. LOULÉ: UM TERRITÓRIO ENTRE CIDADES

Com a criação da província da Lusitânia e o reordenamento territorial operado por Augusto assistiu-se a um reforço da estrutura político-administrativa baseada num programa de urbanização das capitais de *civitates*, como *Balsa* e *Ossonoba*, e à intensificação do povoamento litoral, tendo como eixo estruturante de toda a região algarvia, a via que ligava *Baesuri* a *Laccobriga*.

Tendo em conta a organização administrativa da época, parte significativa do concelho de Loulé encontrava-se na área de influência da *civitas* de *Ossonoba*, o centro urbano que mais relevância teve durante o período romano no Algarve.

Neste território, destaca-se desde logo Cerro da Vila, com início da ocupação datada ainda do período tardo republicano/augustano, com uma construção de planimetria simples, em bloco, designada de Casa A (Teichner, 2006, 2008, p. 281). As excelentes condições que sua localização proporcionava, com uma bacia rica em recursos marinhos e a facilidade das condições de ancoradouro, constituíram certamente fatores que favoreceram a sua implantação. Enquadrado na mesma cronologia, o sítio de Marmeleiros corresponde a um edifício de planta simples, linear, que pela sua proximidade da costa poderá estar relacionado com a pesca (Teichner, 2008, p. 413 e ss). O local foi posteriormente abandonado, no período Flávio, reflexo do progressivo processo de colmatagem do paleo-estuário da ribeira de Quarteira, podendo ter tido igualmente relevância neste processo, o progressivo protagonismo de Cerro da Vila (Teichner et al., 2014, fig. 10).

Apesar de estes primeiros estabelecimentos terem tido lugar ainda nos finais do período republicano e nos inícios da época imperial, foi sobretudo a partir do período compreendido entre o reinado de Cláudio e os finais do séc. I que assistimos ao verdadeiro desenvolvimento da região. Vários agentes podem ser

chamados a explicar esta situação. Por um lado, tem-se atribuído um papel relevante do sul da Lusitânia, e particularmente à *civitas ossonobensis*, na pacificação das tribos Mauras, podendo o Algarve ter servido de plataforma de abastecimento aos exércitos romanos deslocados em Marrocos. Não esqueçamos neste contexto que a ascensão de *Baelo Claudia* à categoria de município data exatamente de Cláudio. Por outro lado, é inegável a relevância que adquiriu toda a fachada Atlântica no quadro da dinâmica do Império romano, a partir deste momento, marcado pela conquista da *Britannia* (Fabião, 2009).

A intensificação do povoamento, fortemente vocacionado para a exploração dos recursos marinhos, mas não só, ocorreu sobretudo a partir dos meados do séc. I, sendo esta a cronologia apontada para a fundação de sítios como Loulé Velho, Salgados, Retorta, Apra, ou mesmo a Quinta do Lago. A presença de importações de cerâmicas finas da península itálica e do sul da Gália (*terra sigillata*) é disso testemunho mesmo quando somos forçados a reconhecer a dificuldade na definição e caracterização destes estabelecimentos iniciais, que poderão corresponder a casais, a pequenas quintas ou a estabelecimentos do tipo *villa*. Tanto quanto sabemos, a exploração dos recursos marinhos, nomeadamente através da produção de preparados piscícolas, seria já uma realidade neste período, mas ainda não deveria ter alcançado o volume de produção suficiente que justificasse a sua exportação. Assim se explicaria, pelo menos em parte, que tenha sido apenas a partir do século III que encontramos a produção oleira de contentores anfóricos disseminada por vários sítios, destacando-se especialmente S. João da Venda (Rocha, 1975; Fabião, Arruda, 1990) e a Quinta do Lago (Arruda, Fabião, 1990), mas também Salgados (Bernardes et al., 2007).

Numa primeira etapa, que se desenvolveu entre o século I e o século III, a produção de preparados piscícolas terá tido o seu arranque, embora sejam relativamente escassas as evidências de produção anfórica (reveladas apenas em S. Bartolomeu de Castro Marim (Alves et al., 1990; Maia, 1978) e na Manta Rota (Viegas, 2006). A presença de produtos béticos nesta fase é esmagadora. De facto, dominam em *Ossonoba*, as importações de produtos alimentares oriundos da área gaditana (preparados piscícolas), sendo igualmente relevantes o azeite e o vinho provenientes do vale do Guadalquivir. Destas regiões chegam igualmente cerâmicas de uso doméstico (almofarizes para preparação de alimentos a frio, tigelas e jarros de utilização à mesa, potes para armazenamento, etc.). Esta forte integração

económica e cultural do sul da Lusitânia na Bética corresponde a uma realidade observável desde fases anteriores (Idade do Ferro e período republicano), que pode ser notada em vários sítios algarvios tanto da vertente oriental e central, como *Baesuri* (Castro Marim), Torre de Ares (*Balsa*) e Faro (*Ossonoba*) (Viegas, 2011), mas também no ocidente como sucede em Monte Molião (Sousa e Arruda, 2010, p. 951-974; Viegas e Arruda, 2014; Arruda e Viegas, 2016).

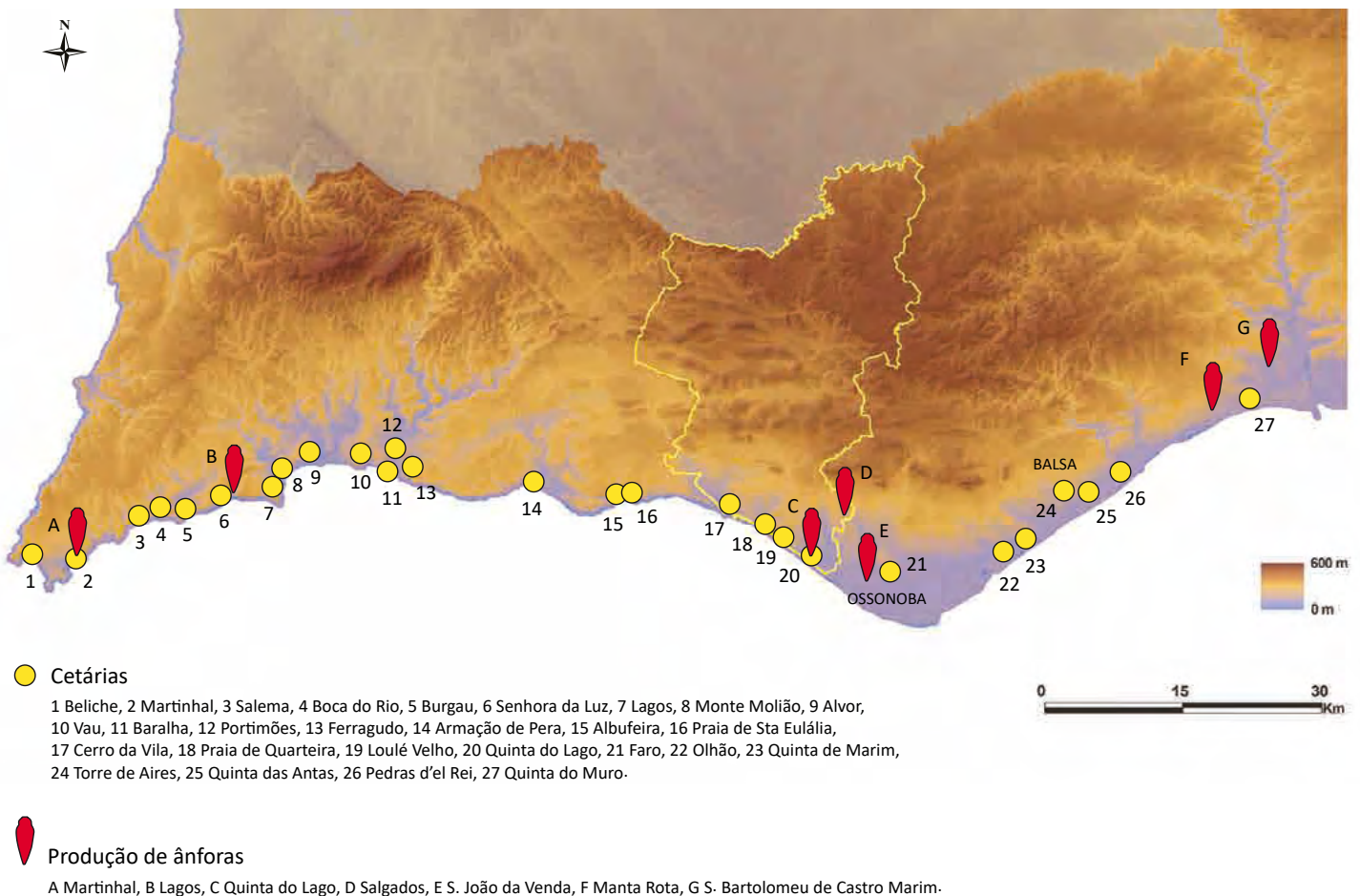
Foi também no século II que se iniciou a produção de vinho ou azeite nas *villae* do interior, como é testemunho o sítio de Espargal, que adiante desenvolveremos.

Terá sido sobretudo a partir do séc. III que assistimos à intensificação/densificação deste povoamento litoral, fortemente direcionado para exploração dos recursos marinhos e para a sua exportação. Nesta fase, toda a costa algarvia se encontra «salpicada» de unidades de produção de preparados piscícolas (cetárias), sendo igualmente significativa a associação a olarias onde se produziram os recipientes anfóricos destinados à exportação destes produtos.

Não resulta fácil estabelecer um modelo interpretativo único para enquadrar esta realidade, uma vez que encontramos cetárias em áreas urbanas (como parece ser o caso de *Balsa*), outras encontram-se integradas em estabelecimentos do tipo *villa* (ou em outros tipos de estabelecimentos costeiros), podendo associar-se ou não a centros produtores de ânforas (Bernardes e Viegas, 2016) (fig. 2).

Do ponto de vista do consumo, assinala-se uma alteração significativa no abastecimento de produtos alimentares aos núcleos urbanos do Algarve oriental e central com o reforço dos produtos piscícolas lusitanos e das importações africanas (azeite e peixe), em detrimento dos produtos béticos anteriormente preponderantes (Viegas, 2011). As cerâmicas de mesa norte-africanas (da atual Tunísia) já haviam iniciado o seu domínio nos mercados, desde os finais do séc. I/inícios do séc. II e ainda com maior intensidade a partir de meados dessa centúria, trazendo igualmente consigo outros produtos como a cerâmica de cozinha africana, muito frequente nos sítios algarvios (Viegas, 2007, 2012; Viegas e Arruda, 2014).

Fig. 3 – Mapa com as cetárias e a produção de ânforas no Algarve (segundo Bernardes e Viegas, 2016, fig. 1, p. 82; adaptado).



Nalgumas *villae* marítimas do Algarve assiste-se ao desenvolvimento da produção agrícola e à exploração dos recursos marinhos. O carácter complementar destas atividades encontra-se testemunhado em sítios como Loulé Velho ou Quinta do Lago. Neste último, associou-se, no mesmo estabelecimento do tipo *villa*, não só a produção de preparados piscícolas e transformação de produtos alimentares (lagar de azeite) mas também a produção de ânforas destinadas ao envase e exportação da produção (Arruda e Fabião, 1990). Mais uma vez, pouco ou nada sabemos acerca das fases iniciais destes sítios cujos materiais mais antigos remontam aos inícios do séc. I d. C. Das estruturas domésticas pouco ou nada se conhece mas da unidade de produção de preparados piscícolas conservaram-se cinco tanques, que laboraram até ao seu abandono ainda em meados do séc. III. Outros dois tanques, isolados e localizados a norte desta unidade terão sido construídos nessa altura, tendo o sítio sido abandonado em meados do século V ou mesmo já no século seguinte (Arruda e Fabião, 1990). Deste sítio destaca-se a evidência da produção anfórica, com restos de barro sobrecozido e uma enorme quantidade de fragmentos de ânforas pertencentes sobretudo ao tipo Almagro 51c (embora a forma Almagro 51 a-b se encontrasse igualmente representada) (Arruda e Fabião, 1990). A dinâmica produtiva deste sítio manifesta-se ainda na transformação de produtos alimentares como a produção de azeite, que é testemunhada por tanques e pesos de lagar (ver texto de Ana Margarida Arruda neste catálogo).

A produção anfórica encontra-se igualmente testemunhada em S. João da Venda. Resultante das «explorações» arqueológicas de A. Santos Rocha, deve-se a este autor a escavação de um centro produtor de ânforas, no local que terá reconhecido como uma *cella vinaria* e áreas de armazenamento com *dolia* (Rocha, 1975; Fabião e Arruda, 1990; Fabião, 1994). As ânforas aí produzidas, recolhidas em grande número para o Museu da Figueira da Foz, correspondem ao tipo Algarve 1 (Fabião et al., 2017), assim designadas pelas características morfológicas específicas que apresentam.

A leitura da implantação de sítios como a Quinta do Lago, S. João da Venda, Quinta do Ludo ou o sítio de Salgados deve fazer-se no contexto do antigo estuário da Ribeira de São Lourenço, hoje assoreado, mas que na antiguidade formava uma baía com acesso direto ao mar (Bernardes et al., 2007; Teichner et al., 2014) (fig. 1). No sítio de Salgados, encontra-se evidência de produção de ânforas que poderiam complementar

as restantes produções já conhecidas. Os restos de ânforas (da forma Almagro 51c e, mais raramente, Almagro 51 a-b) e de cerâmica comum, recozidos e deformados, associados a um cinzeiro são disso testemunho (Bernardes et al., 2007).

O sítio de Cerro da Vila destaca-se, naturalmente, pela sua extensão e complexidade. Identificado ainda no séc. XIX por Estácio da Veiga (1910), os trabalhos arqueológicos desencadeados nos anos 60 do séc. XX pelo Eng.º J. Farrajota (Farrajota e Viana, 1966), e nas décadas seguintes por J. L. de Matos permitiram reconhecer um conjunto composto por vários edifícios e com ocupação desde a época romana até ao período islâmico (Matos, 1971, 1997). Mais recentemente, foram os trabalhos de F. Teichner que permitiram identificar o momento de edificação da *domus* com peristilo central, ainda em época flávia, e reconstituir a posterior dinâmica de ocupação com um faseamento que se prolonga até ao séc. VI. Reconhecido como um aglomerado secundário a partir do séc. II, portanto uma aldeia (*vicus*) ou uma pequena cidade (aglomeração secundária), Cerro da Vila terá adquirido importância devido a uma exploração diversificada de recursos marinhos, entre os quais podemos incluir a produção de púrpura (Teichner, 2006, 2008, p. 282, fig. 150). Em Cerro da Vila, conhece-se relativamente bem a arquitetura das áreas residenciais (com uma *domus* principal e outras menores), o edifício das termas públicas ou semipúblicas, necrópole, além das estruturas portuárias e industriais.

A arquitetura e os programas decorativos mostram o requinte dos seus habitantes, particularmente das suas elites, patente não só nas composições decorativas dos pavimentos em mosaico, como nos vestígios de *sectilia*, (pavimentos construídos com placas de mármore importados formando composições geométricas), assim como nos restantes elementos decorativos em mármore (frisos, pilastras, etc.), ou mesmo nos fragmentos de escultura.

O mosaico a preto e branco, visível no pavimento do átrio da casa principal (casa A), no frigidário (sala tépida) das termas contíguas à casa, assim como na representação da cena marinha no pequeno tanque junto às termas, encontra-se datado dos inícios do séc. IV. No entanto, as distintas composições remetem para um certo revivalismo de matriz itálica por parte dos seus proprietários (Lancha e Oliveira, 2013, p. 424) (fig. 4). Por outro lado, as composições e os motivos decorativos policromos que se encontram no peristilo da casa (pátio central) ou no *triclinium* (sala de refeições) apontam para uma clara filiação norte-africana, patente também em



Fig. 4 – Cerro da Vila.
Mosaico a preto e
branco do *frigidarium*.



Fig. 5 – Cerro da Vila.
Mosaicos policromos de
filiação norte-africana.

algumas das opções arquitetónicas da casa (*Ibidem*, p. 421-473) (fig. 5). É nestes pavimentos de mosaico que mais facilmente encontramos a «mão» de Eduardo Arsénio, guarda e restaurador das ruínas de Cerro da Vila, como sucede, por exemplo, no fragmento de mosaico proveniente da sala de refeições (*triclinium*) (Lancha e Oliveira, 2013, p. 449). A utilização do mármore no revestimento de pavimentos e paredes de tanques encontra-se igualmente bem atestada, em distintos elementos arquitetónicos como pilastras ou placas molduradas para sancas ou rodapés. O sítio ofereceu ainda um conjunto notável de placas de mármore de diferentes proveniências, com formas geométricas que compunham *opus sectile* que infelizmente não se conservou *in situ* (Lancha e Oliveira, 2013, p. 470-473). Incontestáveis sinais de *status* pela presença de importações como o

pórfiro e a serpentina, os mármore lusitanos foram também utilizados (de Estremoz, Trigaches, S. Brissos) revelando «(...) uma atitude comum na aristocracia romana cujo modelo remonta aos faustosos palácios imperiais (...)» (Lancha e Oliveira, 2013, p. 473). Particularmente relevante, neste contexto, o fragmento de uma escultura de grande porte de que apenas se conservou a mão e que M. L. Merchán associou a um eventual retrato do proprietário (cat. 128).

A fragilidade do património arqueológico romano do Algarve costeiro, e mais concretamente das unidades de produção de preparados piscícolas com as suas cetárias, encontra a expressão maior no sítio de Loulé Velho (Quarteira) (fig. 6). De facto, esta *villa* romana, situada na margem direita da Ribeira de Carcavi tem sido alvo de destruição sucessiva devido à sua localização litoral e ao recuo da linha de costa. As intervenções arqueológicas aí realizadas, na sua maioria com carácter de emergência, têm procurado minimizar o avanço das águas. As primeiras referências de Estácio da Veiga, ainda no séc. XIX, mencionam uma «povoação extinta ou arrasada», expressão habitual do autor para as ruínas que identificou no quadro da Carta Arqueológica do Algarve (Veiga, 1910). É através de referências diretas ou indiretas aos seus trabalhos que tomamos conhecimento da existência de uma unidade de produção de preparados piscícolas que teria mais de duas dezenas de cetárias. Infelizmente, não se conservou a planta destas estruturas mencionada por L. Chaves (1959). Teixeira de Aragão menciona um «edifício de banhos» a que se tem associado os fragmentos de mosaicos recolhidos no local. Infelizmente, são desprovidos de qualquer contextualização e consequentemente a sua cronologia é desconhecida (Lancha e Oliveira, 2013). Por outro lado, um peso de lagar remete diretamente para a produção de vinho ou azeite neste local (Luzia, 2004). Pela sua tipologia, este elemento parece corresponder a um contrapeso de forma cilíndrica, não sendo possível saber qual dos produtos (da uva ou da azeitona) seria aqui transformado (Peña Cervantes, 2010, p. 98). Os materiais conhecidos resultam essencialmente de recolhidas de superfície, tendo sido elencados por M. L. A. dos Santos (Santos, 1972, p. 151-164). Mais recentemente I. Luzia atualizou a informação disponível sobre o sítio e acerca dos materiais entretanto recolhidos no Museu de Loulé (2004). Os trabalhos realizados na década de noventa do séc. XX por M. V. Gomes correspondem às primeiras escavações feitas no local, tendo identificado uma estrutura absidiada que interpretou como sendo uma

basílica paleocristã, construída após o abandono das cetárias (Gomes, Serra, 1996, p. 29-49). A identificação desta estrutura como edifício religioso dos primórdios do Cristianismo, foi fortalecida pelo reconhecimento de ossos humanos de sepulturas de inumação a que se podem associar dois jarros e um conjunto de cerâmica tardia (*Ibidem*, 1996; Bernardes, 2009). Outras sepulturas tardias foram posteriormente identificadas, já em 2006, na sequência de trabalhos de emergência realizados por J. P. Bernardes (2008). O conjunto de espólio recolhido reúne, além de cerâmicas de mesa tardias provenientes da Gália (DSP – derivadas de *sigilatta* paleocristã), e do Norte de África, um conjunto de cerâmica de uso doméstico (alguma também oriunda da atual Tunísia), assim como ânforas (lusitanas e importadas) (Luzia, 2004).

Nesta área, mas no âmbito da arqueologia subaquática, deve referir-se ainda o projeto «Quarteira submersa», que possibilitou a identificação de um conjunto de estruturas muito destruídas de época romana (Simplicio e Barros, 1999-2000, p. 55-76). A sua localização e a percepção de que já não se encontrariam na sua posição original levou os autores a colocarem a hipótese de se tratar de vestígios que podem ter tido a sua origem na costa e que resultaram da alteração e da dinâmica litoral a que toda a costa algarvia esteve sujeita (Simplicio e Barros, 1999-2000).

Parte integrante do território da *civitas* de *Ossonoba*, a exploração agrícola e a produção de vinho e azeite constituem atividades de que algumas *villae* da região algarvia são excelente exemplo, como é o caso de Milreu (Teichner, 2008). Os testemunhos desta produção encontram-se também em Loulé Velho, na Quinta do Lago e no Espargal, como já houve oportunidade de referir.

A informação de que dispomos sobre o povoamento rural, sobretudo na área do Barrocal, é significativamente menor e não reflete certamente a realidade do que poderá ter ocorrido no passado. No balanço que realizou sobre a investigação arqueológica do período romano no Algarve, J. P. Bernardes já havia alertado: «A escassez de dados conhecidos não nos permitem, pois, conhecer as dinâmicas existentes entre o litoral e a serra algarvia, pelo que se encaramos a arqueologia romana de toda a região algarvia como um todo teremos de concluir pela existência de enormes lacunas do conhecimento, resultantes, antes de mais, do gritante desequilíbrio de informação, já aludido, entre a orla costeira e o interior» (Bernardes, 2010, p. 12). Felizmente, a investigação levada a cabo nos anos mais recentes no concelho de Loulé (Graen et



al., 2014), Silves e S. Bartolomeu de Messines (Graen et al., 2010), permitiu identificar outras estratégias de exploração de recursos naturais em regiões que até há poucos anos permaneciam no «esquecimento» dos arqueólogos. Esta linha de investigação constitui atualmente uma das mais promissoras e que permitirá certamente ajudar a colmatar as lacunas existentes.

A título de exemplo, no sítio do Espargal havia sido recolhida para o Museu de Loulé uma mó. Trabalhos arqueológicos realizados no local permitiram identificar um conjunto de estruturas que os autores dos trabalhos acreditam ter pertencido à *pars rustica* de uma *villa* (Graen et al., 2010). Inicialmente, a intervenção incidiu sobre uma área relativamente reduzida, mas, posteriormente, o alargamento da área escavada nos trabalhos realizados em 2011 e 2012 colocaram a descoberto um conjunto de estruturas que foram interpretadas como pertencentes a um lagar de vinho ou azeite (Graen et al., 2010b).

Os recursos mineiros mereceriam igualmente a atenção de futuros trabalhos, pois só assim se poderia comprovar os elementos identificados em Alte, por M. L. A. dos Santos, que aponta para a existência de uma mina com cerâmica romana (Santos, 1972, p. 143). É natural que nestas áreas mais interiores do concelho dominem sítios de distintas tipologias (casais agrícolas, pequenas quintas, mas também *villae*), em que as atividades agropecuárias associadas, por exemplo, à exploração da lã para atividade têxtil ou à exploração mineira seriam predominantes.

Do sítio de Apra ou da Retorta, embora sem contexto arqueológico, provêm documentos epigráficos da maior

Fig. 6 – Loulé Velho. Fotografia das cetárias na praia nos anos 70 do séc. xx (segundo Luzia, 2004).

relevância. Efetivamente, este *hinterland* revela-se rico também do ponto de vista da epigrafia, que estranhámos ser tão escassa na costa, evidenciando a plena integração dos habitantes desta região na cultura e religião romana (v. Encarnação neste catálogo). É ainda a epigrafia que nos fala destas populações com forte ligação aos principais núcleos urbanos da região *Ossonoba* e *Balsa*.

4. UM FUTURO PARA O PASSADO ROMANO DE LOULÉ

Estes exemplos de *villae* do território de Loulé parecem configurar uma estrutura económica baseada em *villae* marítimas, na definição de Vasco Mantas (1999), *villae* estas que a par da exploração do seu *fundus*, se dedicavam igualmente à exploração de preparados piscícolas. Nalguns casos essa exploração adquiriu escala suficiente para que se desenvolvesse igualmente a produção de ânforas para a distribuição dos excedentes criados. Assim, e atendendo a esta situação, podemos imaginar uma atividade que seria liderada por uma elite senhorial proprietária de domínios fundiários e que se ocuparia direta ou indiretamente, através dos seus libertos, da produção e exportação de preparados piscícolas.

Assim, além da exploração do campo e da vinha ou do olival, associa-se agora de forma direta a produção de preparados piscícolas e nalguns casos também a manufatura de ânforas destinadas à sua exportação.

Estas unidades de exploração parecem configurar uma estrutura mais complexa do que inicialmente se poderia pensar, mas por outro lado a ligação da exploração dos recursos marinhos à produção anfórica constitui uma atividade complementar da exploração do *fundus*. Desta forma encontrava-se garantida a obtenção das argilas para a produção oleira e assegurava-se também o acesso ao combustível essencial à laboração dos fornos.

O legado do período romano no território que ocupa o concelho de Loulé encontra-se hoje bem visível aos olhos de quem visita o concelho. Moldou o seu território de forma indelével e forjou a identidade das populações que aí habitam até aos dias de hoje.

NOTAS

1. Agradecemos ao Dr. Pedro Barros a recolha desta importante informação.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1990) – Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios. In GORGES, J. G., ed. lit. – *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires*. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique, Talence, 1988. Paris: CNRS. p. 21-34. (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42).
- ALVES, F. J. S.; DIOGO, A. D.; REINER, F. (1990) – A propósito dos fornos de cerâmica lusitano-romanos de S. Bartolomeu do Mar. In ALARCÃO, A.; MAYET, F., ed. lit. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio local*. Actas das Jornadas de estudo, Conimbriga, 1988. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga; Paris. p. 193-198.
- ARRUDA, A. M.; GONÇALVES, L. J. (1993) – Sobre a romanização do Algarve. In *Congresso peninsular de História Antiga*, 2, 1990. Actas. Coimbra: Universidade. p. 455-465.
- ARRUDA, A. M.; FABIÃO, C. (1990) – Ânforas da Quinta do Lago (Loulé). In ALARCÃO, A.; MAYET, F., ed. lit. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio local*. Actas das Jornadas de estudo, Conimbriga, 1988. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga; Paris. p. 199-213.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2016) – As ânforas alto imperiais de Monte Molião (Lagos). In JÁRREGA DOMÍNGUEZ, R.; BERNI MILLET, P., ed. lit. – *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo*. Congreso Internacional de la SECAH, 3, Tarragona, 2014. Tarragona, p. 446-463. (Monografías Ex Officina Hispana; III).
- BERNARDES, J. P.; DIAS, F.; SANTOS, M.; CARRUSCA, S.; MENDONÇA, V. (2007) – Salgados. Um sítio com produção de ânforas. Contributo para o estudo da ocupação romana no estuário da Ribeira de São Lourenço (Almancil, Loulé, Faro). *Promontoria*. Faro. A. 5, n.º 5, p. 227-244.
- BERNARDES, J. P. (2009) – As transformações no fim do mundo rural romano no sudoeste peninsular: evidências e problemas arqueológicos. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Cordoba. 20, p. 323-348.
- BERNARDES, J. P. (2010) – A investigação arqueológica do período Romano no Algarve: balanço e perspectivas de investigação. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 7, Silves, 2009. Actas. Xelb. Silves. 10, p. 385-398.
- BERNARDES, J. P.; VIEGAS, C. (2016) – Roman Amphora Production in the Algarve (Southern Portugal). In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R.; MARTIN, A., ed. lit. – *RLAMP*. 10. p. 81-92.
- DIOGO, A. D. (2001) – Escavação de uma unidade de processamento de berbigão, na estação romana do Cerro da Vila, Loulé. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:1, p. 109-115.
- FABIÃO, C.; ARRUDA, A. M. (1990) – Ânforas de S. João da Venda (Loulé). In ALARCÃO, A.; MAYET, F., ed. lit. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio local*. Actas das Jornadas de estudo, Conimbriga, 1988. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga; Paris. p. 215-224.
- FABIÃO, C. (1992-1993) – Garum na Lusitânia rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve. *Studia Historica. Historia Antigua*, Salamanca. 10-11, p. 227-252.
- FABIÃO, C. (2004) – Centros Oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L., ed. lit. – *Actas del Congreso Internacional FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana* (ss. II a. C. - VII d. C.), Cádiz, 2003. Oxford: Archaeopress. p. 379-410. (BAR International Series; 1266).
- FABIÃO, C.; ALMEIDA, R. R.; BRAZUNA, S. e FILIPE, I. (2017) – Produção de ânforas em Lagos na Antiguidade Tardia. Ensaio de caracterização de um novo tipo: Algarve 1. In FABIÃO, C.; RAPOSO, J.; GUERRA, A.; SILVA, F., ed. lit. – *A Olaria Romana: seminário e ateliê de arqueologia experimental = Roman Pottery Works: international seminar and experimental archaeological workshop*. p. 175-194.
- FABIÃO, C. (2009) – A dimensão atlântica da Lusitânia: periferia ou charneira no Império Romano? In GORGES, J.-G., et al., ed. lit. – *Lusitânia romana: entre o mito e a realidade. Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana*, 6, Cascais, 2009. Actas. p. 53-74
- FARIA, A. M. (1995) – Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português. In GARCÍA Y BELLIDO, M. P.; CENTENO, R. M. S., ed. lit. – *La moneda hispánica. Ciudad y territorio*. Madrid: CSIC. p. 143-153. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XIV).

- FARIA, A. M. (1997) – Moedas da época romana cunhadas no actual território algarvio. In BARATA, F.; PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. p. 361-371.
- PAÇO, A.; FARRAJOTA, J. (1966) – *Subsídios para uma carta arqueológica do Concelho de Loulé*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Sep.
- GOMES, M. V.; SERRA, M. P. (1996) – Loulé Velho (Quarteira-Loulé). Resultados da primeira campanha de escavações arqueológicas (1996). *Al-'Ulyâ*. Loulé. 5, p. 29-49.
- GRAEN, D.; CORREIA, J.; RIND, M.; WABERSICH, H. (2010a) – Roman rural settlements in the Algarve hinterland: results of the first fieldworks around S. Bartolomeu de Messines in 2009. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 7, Silves, 2009. *Actas. Xelb. Silves*. 10, p. 735-746.
- GRAEN, D.; RIND, M.; WABERSICH, H. (2010b) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos. Espargal (Loulé)*. Dactilografado, disponível no arquivo da DGPC.
- GRAEN, D.; RIND, M.; WABERSICH, H.; PIRES, A. (2014) – Assentamentos rurais romanos no Barrocal; os primeiros trabalhos no sítio romano de Espargal (Benafim, Loulé). *Al-'Ulyâ*. Loulé. 14, p. 27-32.
- LANCHA, J.; OLIVEIRA, C., ed. lit. – *Corpus dos mosaicos romanos de Portugal, II. Conventus Pacensis, 2, Algarve este*. Faro: Universidade do Algarve; Missão Luso-Francesa «Mosaïques du sud du Portugal».
- LUZIA, I. (2004) – O sítio arqueológico de Loulé. *Al-'Ulyâ*. Loulé. 10, p. 43-131.
- MAIA, M. G. P. (1979) – As ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim. *Clio*. Lisboa. 1, p. 141-144.
- MANTAS, V.G. (1999) – As *villae* marítimas e o problema do povoamento do litoral português na época romana. In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, G., ed. lit. – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Vélazquez. p.135-156.
- MATOS, J. L. (1996) – Cerro da Vila. *Al-'Ulyâ*. Loulé. 5, p. 23-28.
- Mantas, V. (1997) – Os caminhos da serra e do mar. In Barata, F.; PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 311-325.
- MANTAS, V. (2012) – *As Vias Romanas da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. (Série Studia Lusitana; 7).
- PAULO, D.; BEJA, N. (2002) – *Relatório de Progresso 2001 – Sondagens no Museu de Faro*. Policopiado. Disponível na DGPC.
- PAULO, D.; BEJA, N. (2003) – *Relatório de Progresso 2002 – Sondagens no Museu de Faro*. Policopiado. Disponível na DGPC.
- PEÑA CERVANTES, Y. (2010) – *Torcularia. La producción de vino y aceite en Hispania*. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica (Documenta; 14).
- SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. vol. 2.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2010) – A gaditanização do Algarve. *Mainake*. Malaga. XXXII:II, p. 951-974.
- SÍMPLICIO, M. C.; BARROS, P. (1999-2000) – Quarteira submersa. *Al-'Ulyâ*. Loulé. 7, p. 55-76.
- TEICHNER, F. (2006) – Cerro da Vila: paleo-estuário, aglomeração secundária e centro de transformação de recursos marítimos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 69-82. Simpósio Internacional «Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet», Setúbal, Maio 2004.
- TEICHNER, F. (2008) – *Entre tierra y mar – Zwischen Land und Meer*. Arquitectura económica en el sur de la Lusitania romana – Architektur und Wirtschaftweise im Süden der römischen Provinz Lusitanien. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. (Studia Lusitania; 3).
- TEICHNER, F.; MÄUSBACHER, R.; DAUT, G.; HÖFER, D.; SCHNEIDER, H.; TROG, C. (2014) – Investigações geo-arqueológicas sobre a configuração do litoral algarvio durante o Holoceno. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 141-158.
- TEIXEIRA, S. B., GASPAR, P.; ROSA, M. (2005) – Holocene sea-level index points on the Quarteira Coast, (Algarve, Portugal). In FREITAS, M. F.; DRAGO, T., ed. lit. – *Iberian Coastal Holocene Paleoenvironmental Evolution – Coastal Hope 2005 – Proceedings*. Lisboa: Faculdade de Ciências. p. 125-127.
- TEIXEIRA, S. B. (2005) – Evolução holocénica do litoral em regime transgressivo: o caso da costa de Quarteira (Algarve, Portugal). In FREITAS, M. F.; DRAGO, T., ed. lit. – *Iberian Coastal Holocene Paleoenvironmental Evolution – Coastal Hope 2005 – Proceedings*. Lisboa: Faculdade de Ciências. p. 121-124.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1910) – Antiquidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. *O Archeologo Português*. S. 1. XV. Lisboa, p. 209-233.
- VIEGAS, C. (2007a) – Les céramiques tardives dans les sites du sud-ouest de la Péninsule Ibérique (Algarve – Portugal). In BONIFAY, M. e TRÉGLIA, J.-C., ed. lit. – *LRCW2 Late Roman Coarse wares, cooking wares and amphorae in the Mediterranean. Archaeology and Archaeometry*. Oxford: Archaeopress. vol. 1. p. 71-83. (BAR Int. series; 1662.1).
- VIEGAS, C. (2012a) – Imports and local production: common ware from urban sites in southern Lusitania (Algarve). In *Rei Cretariae Romanae Fautores Acta*, Belgrado, 2010. p. 407-417.
- VIEGAS, C. (2011a) – *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: UNIARQ-Universidade de Lisboa. (Estudos e Memórias; 3).
- VIEGAS, C. (2011b) – Ritmos do povoamento e da economia do Algarve romano: entre o Mediterrâneo e o Atlântico. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 5, vol. 1, p. 15-204.



O ESTABELECIMENTO PORTUÁRIO DO CERRO DA VILA (VILAMOURA): DE AGLOMERADO ROMANO A ALDEIA ISLÂMICA

FELIX TEICHNER

Dedicado a Eduardo Correia Arsénio, José Luís de Matos e Diana Twist

1. INTRODUÇÃO

Numa faixa da costa algarvia, entre Albufeira e Faro, encontra-se uma zona litoral aberta, sujeita à ondulação do Atlântico, denominada *Barlavento litoral*, na qual se verifica uma invulgar concentração de sítios arqueológicos, no território que vai da Ribeira de Quarteira à Ribeira de Carcavai (Teichner, 2008, p. 276, fig. 144). Com a exceção da necrópole neolítica da Vinha do Casão, estes achados pertencem exclusivamente ao período romano, no qual se integram povoações como Loulé Velho, situada sobre o Atlântico, a *villa* romana da Retorta, localizada na bacia da Ribeira de Quarteira, a estrutura de apoio de pescadores de Marmeleiros e o Cerro da Vila, o mais conhecido destes sítios.

Este último encontra-se a cerca de dois quilómetros para oeste da antiga vila piscatória da Quarteira, que hoje se encontra rodeada pelo cosmopolita complexo turístico de Vilamoura. No entanto, a elevação epónima atinge uma altitude de apenas 6 metros acima da antiga laguna da Ribeira de Quarteira, atualmente assoreada. A vertente ocidental da área onde se encontra o sítio arqueológico (fig. 1) está separada da popular Praia da Falésia por um canavial com cerca de 400 metros de largura, que se estende ao longo do percurso da ribeira, o qual sofreu alterações artificiais.

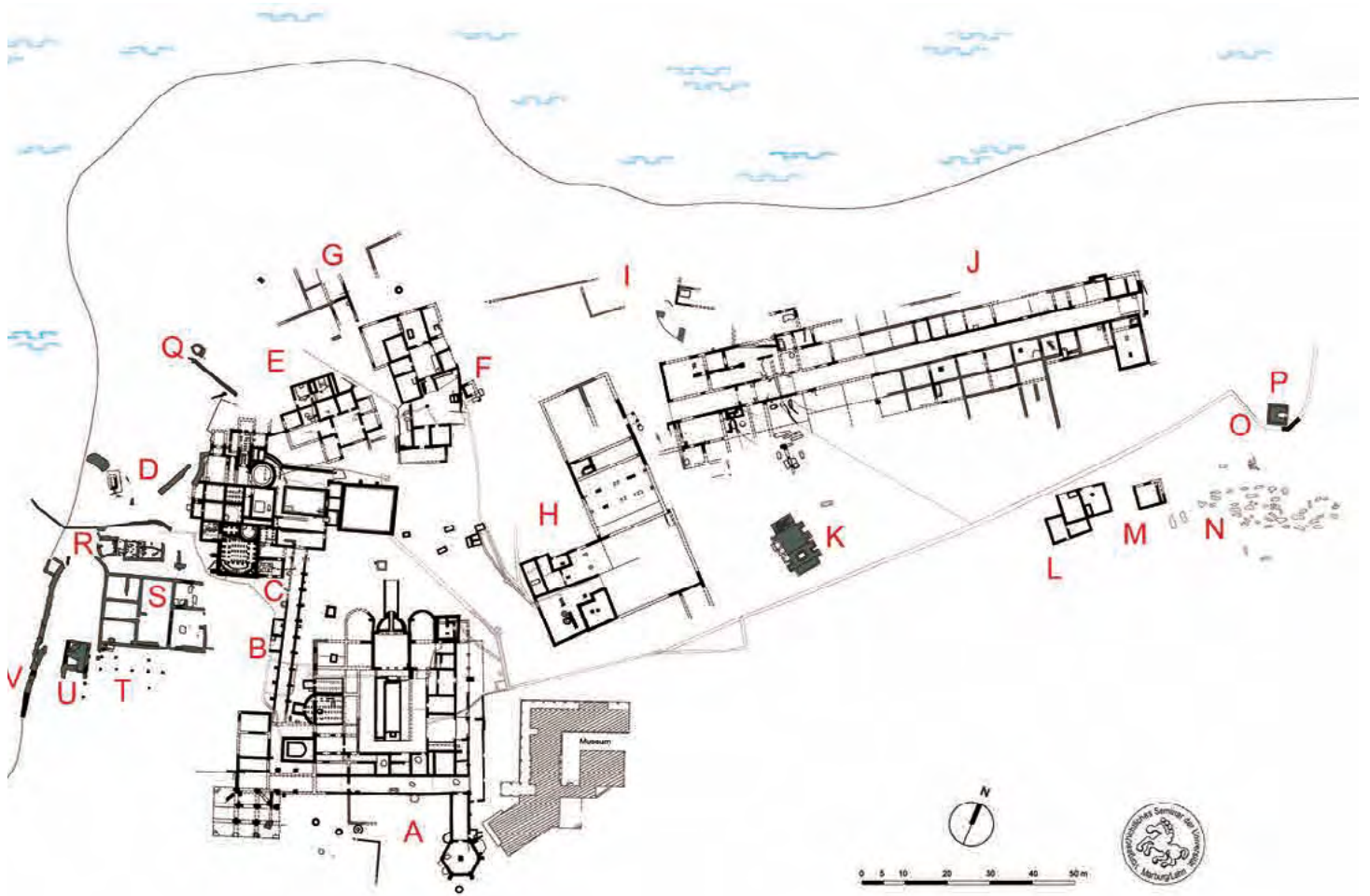


Fig. 1 – O estabelecimento portuário do Cerro da Vila, com o paleoestuário da Ribeira da Quarteira a envolvê-la a norte e oeste.

A. zona residencial/ edifício com peristilo («villa»)
 B. *porticus*
 C. *thermae*
 D. *triclinium/nymphaeum*
 E–G e L/M. alojamentos e casas mais antigos e mais recentes, com espaços habitacionais e industriais
 H–J. *fabricae* para o processamento de recursos marinhos
 K. mausoléu templiforme
 O. mausoléu turriforme
 N. necrópole
 P. aqueduto
 Q e U. *Nymphaea* 2 e 3
 R–T. estruturas portuárias (*horrea/fabricae*)
 V. cais (segundo Teichner 2008, fig. 147 e Teichner no prelo, fig. 5).

2. UM SÉCULO DE INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA NO CERRO DA VILA

A investigação arqueológica do Cerro da Vila já dura há mais de meio século, constituindo um valioso testemunho do desenvolvimento da arqueologia romana e islâmica no sul de Portugal. Os primeiros indícios que apontavam para a presença de uma povoação da época romana foram recolhidos por S. P. M. Estácio da Veiga, o precursor da arqueologia do Algarve, já no ano de 1910 (p. 233 «...povoação extinta ou arrazada...»). Mas foi só em 1963 que se passou a conhecer toda a extensão do sítio, através das observações de José Farrajota. Com o aumento descontrolado da construção, tornou-se imperioso realizar uma prospeção abrangente da área, até então utilizada unicamente para fins agrícolas, uma vez que estes terrenos privados começavam a ser ameaçados por novas construções.

Em conjunto com o arqueólogo lisboeta Afonso do Paço, a 11 de outubro de 1963, realizou-se uma prospeção oficial do terreno. No decorrer da mesma concluiu-se que «só estava presente o tractorista com a sua máquina, que apressadamente abria sulcos sobre sulcos, trazendo à superfície [...] pedras ou tijolos que o potente ferro arrancava impiedosamente, talvez as últimas raízes de um passado grandioso» (Paço e Farrajota, 1966, p. 68). Porém, os investigadores conseguiram descobrir na pá da dita máquina «...fragmentos de ânforas, de tégulas, de tijolos, de mármore, de terra sigillata e mesmo de mosaico arrancado nas últimas lavras...» (ibid.). Graças às negociações com o proprietário, conseguiu-se isolar esta área, de forma a que fosse poupada à exploração agrícola. Como resultado, foi possível conservar *in situ* duas grandes superfícies de mosaicos. O levantamento dos achados à superfície, que decorreria em paralelo, permitiu estimar a extensão desta área em pelo menos 3 ha. Em particular na área central deste complexo arquitetónico, que cada vez mais aparentava ter sido uma *villa* (fig. 1 A), foram encontrados numerosos artefactos antigos. Existem múltiplos registos de elementos em mármore, revestimento de estuque pintado, fragmentos de mosaico e moedas de Constantino, o Grande. Já então o acervo dos achados permitia concluir que este povoado teria sobrevivido ao declínio do Império Romano, mantendo-se ativo até ao período islâmico, ou nas palavras do autor «...se deve ter prolongado para além da queda de Roma...» (Ibid., p. 74). Além disso, ainda nos anos sessenta viriam a ser identificados os resquícios de uma

barragem romana em Vale de Tesnado, a cerca de dois quilómetros, a partir da qual se assegurava o fornecimento de água doce ao Cerro da Vila, através de um aqueduto (fig. 1 P).

Em 1971, o arqueólogo lisboeta José Luís de Matos encetou uma extensa campanha de escavações no Cerro da Vila. Ao longo de mais de 20 anos, Matos realizou várias campanhas na área comumente designada como «zona central», a última das quais em 1991. A cerâmica encontrada ao longo dos trabalhos, concretamente a dos períodos romano, visigótico e islâmico, veio comprovar a existência de uma prolongada ocupação ao longo de todo o primeiro milénio d. C. Contudo, este arqueólogo teve de reconhecer que por outro lado «...longos períodos de habitação no local dificultam a interpretação deste conjunto...» (Matos, 1971, p. 204).

Corria ainda o ano 1971, quando Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos publicou, no âmbito do seu livro sobre a *Arqueologia Romana do Algarve*, uma primeira síntese dos trabalhos no Cerro da Vila. Nesse texto, a autora fazia uma menção explícita à existência de um «...estabelecimento de salga de peixe...» (Santos, 1971, p. 143). Este consistia, segundo a autora, em dois tanques retangulares, ambos revestidos com *opus signinum*, o que permite supor que a atividade piscatória assim como a produção de molhos de peixe constituiria o sustento económico da *villa* do Cerro da Vila: «...estamos em presença de mais um estabelecimento industrial de salga...» (Santos, 1971, p. 144). Baseando-se em J. Farrajota, M. L. Affonso dos Santos conjectura que «a construção dos tanques deve ser mais tardia que a da villa...».

Em 1972, J. Luís de Matos havia já realizado a sua segunda campanha de trabalhos de campo no Cerro da Vila. Tal como no ano anterior, o objetivo traçado era o de documentar e proteger as ruínas escavadas durante os trabalhos de José Farrajota e Afonso do Paço, em particular na unidade arquitetónica central A (*villa*, fig. 1 A). Ao mesmo tempo, as atenções centrar-se-iam igualmente nas instalações balneares situadas para norte (fig. 1 C e fig. 2). J. Luís de Matos, que no seu relatório se expressa sempre contrário a uma interpretação prematura dos resultados obtidos nas escavações, conseguiu assegurar a proteção do Cerro da Vila, enquanto sítio arqueológico. No ano seguinte, Maria P. G. Maia publicaria um artigo sobre a distribuição da *sigillata* da antiguidade tardia em Portugal. Neste contexto, Vilamoura volta a assumir papel de destaque, tendo sido encontrados na área da *villa* 23 fragmentos de *terra sigillata lucente* e um fragmento de *Late Roman C-Ware*.



Após um interregno devido à Revolução dos Cravos em 1974, J. Luís de Matos, agora trabalhando em Lisboa na área do património arqueológico, começa a realizar em 1979 campanhas anuais de escavação, as quais vieram a revelar a estrutura arquitetónica hoje visível. Em 1982, registou-se ainda a descoberta de um forno de cerâmica característico da época islâmica («...um forno de cerâmica contendo materiais de época árabe e datável desse período...», Matos, 1985, p. 77), dentro da zona turística de Vilamoura, a qual, à medida que crescia, se aproximava cada vez mais do Cerro da Vila, encontrando-se imediatamente a sul do atual museu. Apesar do seu excelente estado de conservação, que permitiu identificar uma câmara de combustão com 80 cm de altura, a respetiva grelha com 170 cm de diâmetro, bem como os restos da cúpula do forno, este complexo arquitetónico acabou por ser sacrificado em prol da construção da Marina de Vilamoura. A cerâmica vidrada encontrada na área do forno não terá sido produzida antes do século x d. C.

Em 1984, J. Luís de Matos publicaria o primeiro resumo dos seus trabalhos no Cerro da Vila. Com base nas suas observações relativas à área de construção já escavada, com uma extensão de 2-3 ha, produziram-se várias

reflexões, que até hoje se mantêm válidas: dada a descoberta do pequeno ninfeu D², a localização do porto pertencente à *villa* parecia-lhe indiscutível (fig. 1 D). No entanto, permanecia por explicar a invulgar dimensão do complexo termal C, o «balneário grande» e várias unidades habitacionais autónomas (fig. 1 A, E, F). Para J. Luís de Matos, a estrutura encontrava-se claramente marcada por uma diversidade de técnicas de processamento de peixe e produtos marinhos, denominados tanques de salga. Consequentemente, corrobora as informações anteriores que apontavam para uma ocupação contínua, desde o período tardo-romano, passando pelo visigótico e até à fase islâmica, mantendo-se inalterada não só a área do povoado, mas também o funcionamento de alguns dos edifícios.

Em 1988, o arqueólogo publicou um artigo sobre os dois túmulos anteriormente identificados por Afonso do Paço e José Farrajota. Um deles é precisamente o grande mausoléu K, cujos nichos de *columbarium* dispunham de capacidade para pelo menos 10 urnas (fig. 3). Em relação ao outro, J. Luís de Matos descreve a base de forma quadrangular da torre do mausoléu O (fig. 1 O), descrevendo pormenorizadamente um núcleo construído em *opus caementicium*.

Fig. 2 – Vista aérea das termas públicas do Cerro da Vila (fig. 1, C). A oeste (direita) encontra-se o grande tanque de água (*castellum aquae*), no centro, a piscina a céu aberto, e a leste (esquerda), as salas aquecidas. Segundo Teichner, 2008, est. 69.

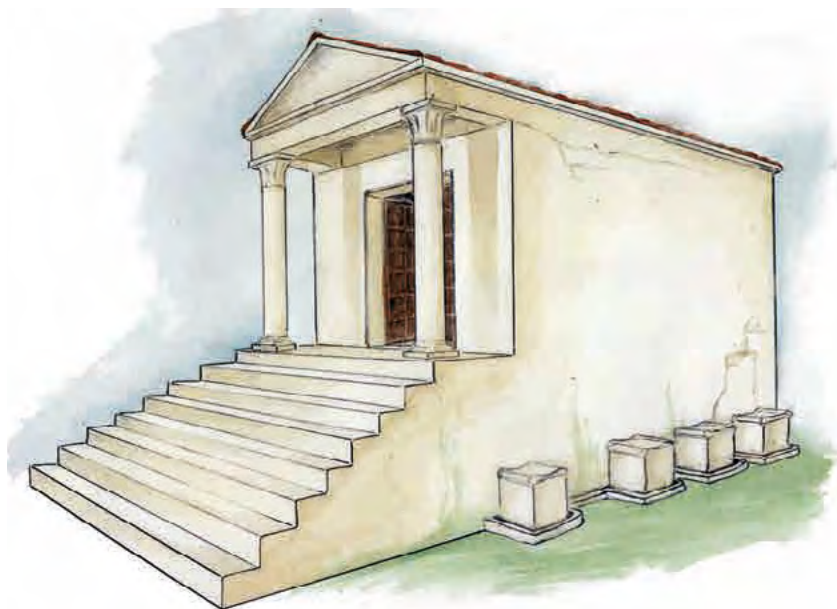


Fig. 3 – Reconstituição hipotética do mausoléu templiforme K do Cerro da Vila. Segundo Teichner, 2008, fig. 230.

Na obra de Jorge Alarcão, publicada em 1988, sobre o legado romano em Portugal, o Cerro da Vila foi descrito como «...uma das villae mais ricas de Portugal, residência de alguma família ossonobense cujo nome desconhecemos...» (Alarcão, 1988, Il. 3, p. 206). Pertenceria portanto a uma família sediada na localidade vizinha de *Ossonoba*, cujo nome porém permanece um mistério.

Por ocasião de um congresso internacional em Lisboa dedicado à cerâmica medieval na zona mediterrânica, corria o ano de 1987, J. Luís de Matos apresentou em primeira mão uma seleção representativa de 68 peças pertencentes ao acervo de cerâmica islâmica. Era para esta arqueologia islâmica que J. Luís de Matos pretendia dirigir o foco da sua futura investigação. Nesse sentido, em 1991 publicaria um artigo sobre as influências orientais da decoração patente numa malga islâmica encontrada no Cerro da Vila. Este artigo tinha já como base alguns trabalhos por ele desenvolvidos anteriormente, os quais haviam sido publicados em 1983 sob o título *Malgas Árabes do Cerro da Vila*, trazendo consigo um novo impulso para a investigação da cerâmica medieval em Portugal, marcando-a de forma decisiva.

Por sugestão de J. Luís de Matos, nos anos 1990 e 1991 viriam a realizar-se as primeiras escavações na necrópole N (fig. 1 N). No âmbito dos trabalhos levados a cabo pelo Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, foram identificados pelo menos 8 túmulos individuais e 5 duplos. As sepulturas de inumação, na sua maioria cobertas por tijolos, apresentavam claramente disposições bem diferentes. Além de 17 corpos

colocados em decúbito dorsal, encontrou-se ainda o túmulo de um indivíduo do sexo feminino e um feto.

Na coletânea de 1997 intitulada *Noventa séculos entre a serra e o mar*, que oferece uma visão alargada sobre a investigação arqueológica do Algarve, encontram-se as últimas publicações da autoria de J. Luís de Matos, então já aposentado. Logo no primeiro artigo aborda-se a planta das ruínas do Cerro da Vila, já há muito conhecida, sublinhando-se a necessidade de dar continuidade às escavações na necrópole e no porto. Em seguida, J. Luís de Matos vira-se para a importante época de ocupação islâmica. Não tendo logrado identificar concretamente qualquer estrutura arquitetónica posterior ao período romano, ou da Idade Média, volta a reiterar a sua tese, agora refutada por novas escavações, de que os habitantes desses períodos mais recentes teriam continuado a utilizar os edifícios romanos, sem proceder a alterações de relevo «... o que leva a concluir que as populações desta época utilizaram, sem as modificar, as estruturas romanas, facto raro no contexto da civilização hispano-muçulmana...» (Matos, 1997b, p. 460).

Ainda na sequência das investigações arqueológicas dirigidas por J. Luís de Matos no Cerro da Vila, A. M. Dias Diogo viria a publicar em 2001 um pequeno artigo sobre uma campanha com duas semanas de duração, realizada em 1990. Nesse texto, o tanque da fonte J52.5 é erroneamente descrito como uma estrutura dedicada ao processamento em larga escala de berbigão¹ (Diogo, 2001).

Depois de um longo interregno nas escavações, em 1997-1998, por ocasião do início da construção do edifício do atual museu, foram efetuadas algumas sondagens a este da unidade arquitetónica central A (*villa*, fig. 1 A). Estes trabalhos, dirigidos pela arqueóloga Ana Gonçalves e realizados pela empresa Arkhaios, forneceram pela primeira vez sequências estratigráficas coerentes dos contextos culturais, relativas ao período entre o século I e o V d. C. É de realçar a delimitação de uma camada de nivelamento pertencente à segunda metade do século I d. C., a leste da unidade arquitetónica A.

Os trabalhos conduzidos pelo autor entre 1999 e 2003, assim como o projeto de investigação universitária luso-irlandês-alemão financiado pela Fritz-Thyssen-Stiftung, teve início sob a forma de prospeções geofísicas preliminares em quase todas as áreas por investigar do Cerro da Vila. O resultado mais significativo terá sido a descoberta da estrutura básica de um imponente edifício industrial com 114 metros de comprimento, até então desconhecido, situado a este das



ruínas até agora conhecidas (fig. 1 J). De seguida foram efetuadas 133 sondagens arqueológicas de diagnóstico, distribuídas por todas as unidades arquitetónicas conhecidas do Cerro da Vila, com exceção da área da necrópole N e das estruturas tumulares K e O.

Alguns anos mais tarde, deu-se a possibilidade de investigar a fundo a problemática já identificada por J. Luís de Matos, relativamente ao porto do Cerro da Vila, o que se viria a concretizar em 2007 e 2008. A construção prevista de uma nova urbanização, denominada «Vilamoura 2 – Cidade Lacustre», a cargo da imobiliária Lusort (antiga Lusotur), tornou imperativo proceder a prospeções geofísicas de grande extensão, seguidas de escavações tradicionais, na área adjacente às ruínas conhecidas, situadas no antigo estuário da Ribeira de Quarteira, hoje assoreado (fig. 4). Estes trabalhos permitiram localizar um braço da laguna, que na época romana se encontraria aberto, bem como o antigo porto nele situado (fig. 1 V) e diversas estruturas de armazenamento e comércio (fig. 1 R-T). Em combinação com as investigações geo-arqueológicas realizadas paralelamente, as quais permitiram reconstruir o paleoambiente, os resultados obtidos revelam uma perspetiva totalmente diferente do espaço habitado, em particular da sua estrutura interior, da sua cronologia e das suas bases económicas (fig. 1).

3. INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DAS INVESTIGAÇÕES EFETUADAS ATÉ À DATA

Devido ao facto de a documentação ter sido obtida de forma algo precipitada ou incompleta ou, por vezes, se encontrar totalmente ausente das escavações antigas em várias áreas do Cerro da Vila, perderam-se importantes elementos para a diferenciação estratigráfica das fases de ocupação do sítio. A espessura dos estratos arqueológicos que foram encontrados intactos é bastante reduzida, o mesmo se aplicando à maioria das novas sondagens realizadas nos últimos 20 anos. Em vez de se apoiar em observações estratigráficas, o estabelecimento da cronologia relativa baseou-se maioritariamente na avaliação das características da construção, em particular das técnicas nela utilizadas. Graças a este procedimento, foi possível identificar em cada unidade arquitetónica individual até sete fases de construção, entre as quais se encontram, por fim, as dos períodos pós-romano, visigótico e islâmico. O caso mais evidente manifesta-se na construção central A, denominada *villa* na literatura mais antiga, embora este seja o edifício habitacional de maior dimensão e com o melhor mobiliário arqueológico em todo o povoado do Cerro da Vila (fig. 5). Em concreto, registam-se os seguintes elementos: uma construção compacta, correspondente a uma primeira quinta (fase I, fig. 6 A), o esboço com eixos simétricos de uma casa com peristilo (fase II, fig. 6 B), uma continuação deste edifício, ao qual se juntou

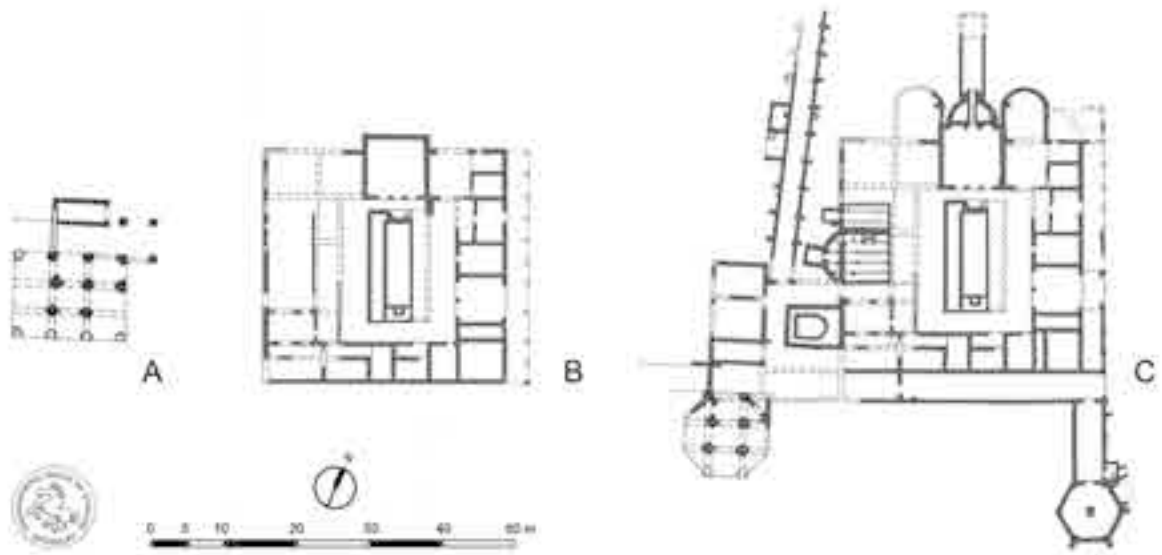
Fig. 4 – Vista de oeste sobre as escavações do porto romano do Cerro da Vila. Em primeiro plano veem-se os sedimentos cinzentos do paleoestuário. No centro da imagem encontra-se o muro de duas fases do cais (fig. 1 V) e no fundo alguns edifícios industriais (*horrea, fabricae*). Segundo Teichner, 2017, fig. 4.

uma estrutura balnear autónoma (fase IIIa), a extensão do edifício nuclear do período imperial intermédio com o acrescento de um corpo avançado e o estabelecimento de um longo corredor de ligação com o lado sul (fase IIIb, fig. 6 C), outros complementos da fachada este (fase IIIc), a remodelação do edifício habitacional com introdução da torre (fase IV) e, por último, uma reestruturação funcional, marcada pelos reservatórios e tanques de produção (fase V)².



Fig. 5 – Fotografia aérea da zona central do Cerro da Vila com a zona residencial A («villa») e o pórtico que ligava ao *balneum* (à direita). Segundo Teichner, 2008, est. 60.

Fig. 6 – Evolução arquitetónica do edifício residencial A do Cerro da Vila («villa»). A. edifício compacto do início da época romana (fase de ocupação A). B. edifício com peristilo (fase de ocupação B). C. expansão luxuosa da zona residencial (fase de ocupação C). Segundo Teichner, 2008, fig. 150, 153 e 154.



Ainda assim, subsiste um problema central, nomeadamente o da relação estratigráfica das fases de construção das diferentes edificações entre si. Neste contexto, revela-se preponderante a presença, presumivelmente contemporânea, de certas técnicas de construção de muros, tais como a utilização de *opus caementicium*. Mas foram os espólios recuperados em contextos estratigráficos (Teichner 2008, II, p. 94-131, lam. 172-202) com os seus marcadores cronológicos absolutos que se revelaram de importância fulcral para a elaboração de um historial da evolução da ocupação, de que é exemplo a identificação de uma extensa camada de nivelamento de época flávia tardia, ou mesmo pós-flávia. O sistema de abastecimento de água P (aqueduto) apresentava-se igualmente como um elo de ligação entre as diferentes unidades arquitetónicas. A sua existência era um pré-requisito para a construção posterior das termas C, caracterizadas pelo elevado consumo de água. Por outro lado, a instalação das redes de abastecimento teve em consideração edifícios já existentes, tais como o mausoléu O e a necrópole N (fig. 1). Devido a um alargamento do edifício H, tornou-se necessário reajustar também o aqueduto P.

3.1. FASE DE OCUPAÇÃO A (DO FINAL DA REPÚBLICA ROMANA ATÉ AO INÍCIO DA DINASTIA FLÁVIA)

As condições naturais e ambientais do estuário de um rio local, situado numa costa atlântica marcadamente agitada, forçaram os habitantes da faixa litoral a adaptar-se continuamente a novas circunstâncias. Os estudos geoarqueológicos realizados no *hinterland* do Cerro da Vila demonstram que a colmatação do largo estuário da Ribeira de Quarteira, originalmente de influência marítima, começara já na Idade do Bronze (com o preenchimento gradual dos estuários inundados com sedimentos marinhos), chegando o mesmo a penetrar cinco quilómetros pelo *hinterland* adentro e atingindo dois quilómetros de largura. Devido à intensificação da utilização antropogénica do terreno e da paisagem durante o período imperial romano, estes processos atingiram o seu auge durante essa época. Pode igualmente assumir-se que, por altura da mudança de Era, uma parte considerável do estuário ainda seria navegável. Os canais e braços que sobreviveram à passagem da época imperial foram assumindo um carácter cada vez mais fluvial, continuando a ser claramente possível proceder ao transporte de cargas na zona do Cerro da Vila (Teichner, 2016b; Teichner et al., 2014).

A avaliar pela cerâmica encontrada, em concreto alguns fragmentos de cerâmica campaniense B, o povoamento do Cerro da Vila terá começado ainda no período tardo-republicano. O primeiro conjunto arquitetónico compacto A59 (fase I) na vertente ocidental da elevação epónima é interpretado como uma simples quinta dos primeiros habitantes. Sob um edifício anexo (A60) mais recente, conservaram-se as colunas de tijolo, construídas em *opus testaceum*, pertencentes a esta primeira estrutura de forma retangular com 11,5 m x 15,5 m (fig. 6 A). A sua disposição simétrica, assim como as suas proporções, remetem inequivocamente para as estruturas denominadas na investigação como *castela*, *casas fuertes* (ou «Wehrgehöfte» em alemão), pertencentes à fase de ocupação romana republicana. O entorno natural privilegiado, enquanto zona portuária e ancoradouro situado numa zona lagunar rica em peixe, viria a revelar-se preponderante no desenvolvimento do povoado.

A dispersão da população do Cerro da Vila ainda durante a primeira metade do século I d. C. por todo o topo da colina é corroborada por uma ampla camada de nivelamento, presente na frente oriental da mais recente casa de peristilo A (fig. 6 B, fase II). Devido à dispersão do espólio, pode atestar-se ainda

em meados do século I d. C. a existência de atividades industriais e de ocupação nas áreas H e J, o mesmo se aplicando à unidade arquitetónica F. A presença de elementos produtivos (tanques e peso de lagar em pedra) nos edifícios industriais L/M permite-nos deduzir que o processamento de recursos marinhos já era uma realidade durante a primeira fase de ocupação.

3.2. FASE DE OCUPAÇÃO B (ÉPOCA FLÁVIA ATÉ FINAIS DO SÉCULO II)

A camada de nivelamento já mencionada, relativa à segunda metade do século I d. C., aponta, portanto, para uma reestruturação intencional da área ocupada em determinado momento. Aparentemente, a colmatação do estuário já teria chegado a tal estado que estruturas de apoio dos pescadores, como em Marmeleiros, no extremo norte, tiveram de ser abandonadas, fixando-se então a população no Cerro da Vila num processo de concentração. Neste contexto, o sistema de canalização P e a respetiva barragem no Vale do Tesnado constituem uma premissa decisiva para a fase de ocupação B, com as suas impressionantes estruturas industriais H e J, assim como as imponentes termas C. De acordo com as análises estratigráficas, a instalação de uma rede abrangente de distribuição de água não poderia ter ocorrido antes do início do século II d. C., tendo a mesma possibilitado o crescimento subsequente daquela que era até então uma modesta povoação piscatória do Cerro da Vila, dando lugar a um importante porto e ancoradouro nas vizinhanças da antiga *Ossonoba* (Faro).

No ponto mais alto da elevação, erigiu-se o edifício central A, assemelhando-se a uma *villa* ou casa de peristilo, com *piscina* ao centro, o *porticus* a circundá-la e uma sala de jantar (*biclinium*) retangular (fig. 7) virada para norte (fig. 5 e 6B). Claramente afastada desta casa, encontrou-se, nas margens da laguna, a primeira estrutura termal (fig. 2). Ao passo que as estruturas arquitetónicas do edifício F apontam para uma utilização mista, com funções tanto produtivas como habitacionais («multifunctional buildings»), a área do edifício E parece dedicada exclusivamente à atividade industrial.

Esta atividade parece particularmente centrada no processamento de recursos marinhos oriundos do Atlântico, assim como também do paleoestuário, obtidos já nas áreas lagunares (molhos de peixe, conservas de peixe e corantes). Contrastando com os edifícios até então marcadamente modestos, começaram a surgir estruturas e complexos arquitetónicos bem

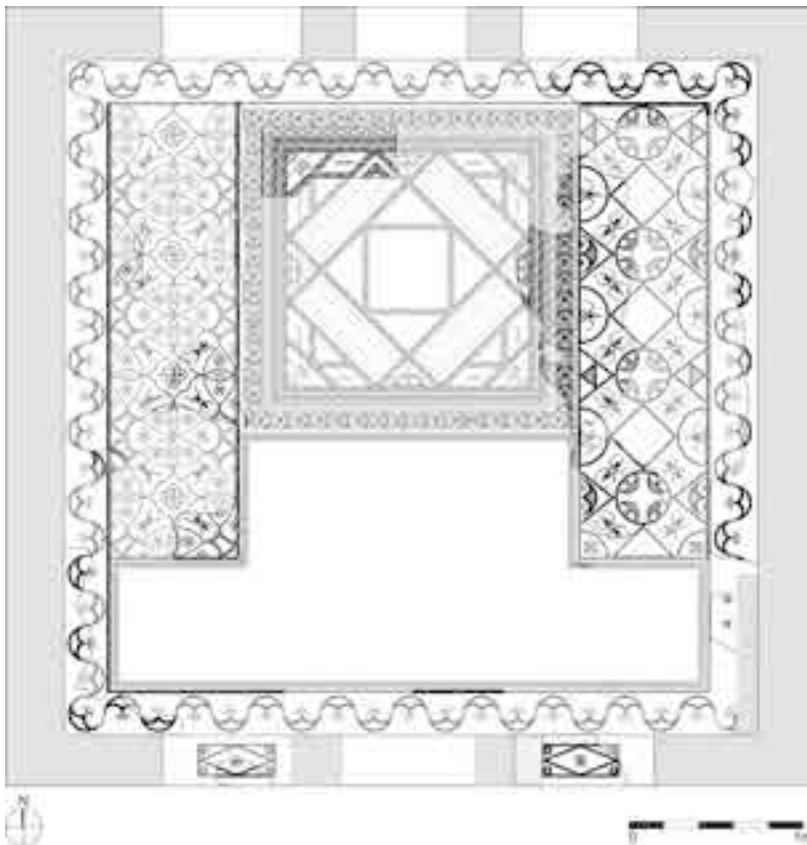


Fig. 7 – Reconstituição do pavimento do mosaico da sala de jantar (*biclinium*: A37) do edifício residencial A («villa») do Cerro da Vila. Entrada tripartida a sul. A vista, para norte, através das três janelas aqui localizadas, contemplava a imponente Serra do Caldeirão. (Elementos a preto = conservados, elementos a cinzento = reconstituição). Segundo Teichner, 2008, fig. 162.

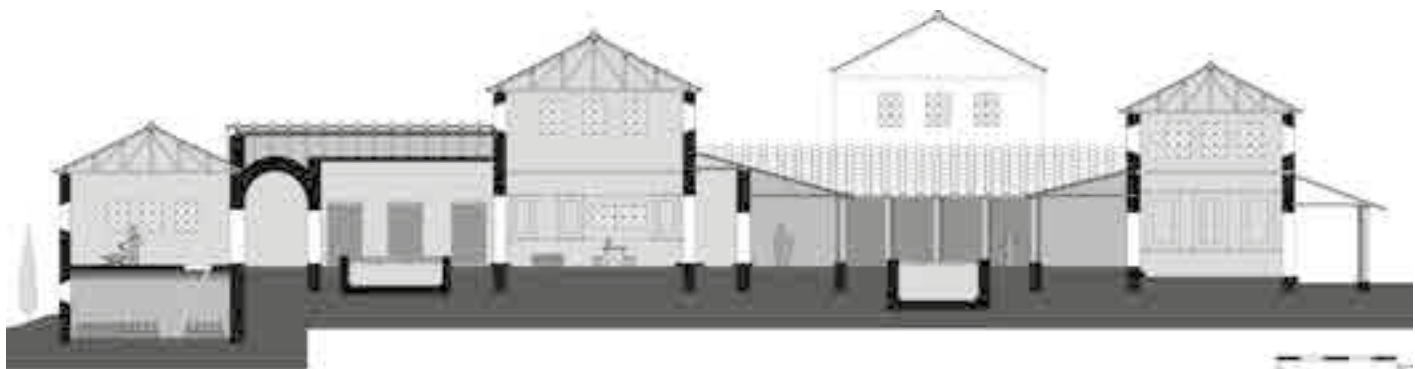
mais extensos em H, J e L (*fabricae*), dotados de várias alas. Destaca-se entre elas a *fabrica* J, situada a este da estação, junto à margem de um braço do paleoestuário, com uma extensão de 114 metros. Esta continha um corredor com 450 cm de largura, que se encontrava encerrado dos dois lados por portões. Dos dois lados desta passagem sucediam-se divisórias retangulares. Estas áreas de largura irregular encontravam-se alinhadas de norte a sul, umas atrás das outras, tendo até três linhas de compartimentos, perfazendo no total uma extensão de pelo menos 40 metros. Com uma área de 223 m², a unidade de produção J5, dotada de duas alas, no canto noroeste do edifício J, constitui a maior área identificada. No lado oposto da *fabrica*, na ponta este, encontrava-se outro espaço com 53,5 m² (J29), também sustentado por dois pilares. Entre ambos os armazéns estabeleceu-se um padrão base muito regular, com áreas de trabalho retangulares uma a seguir à outra, em cada unidade. Dentro das mesmas foram frequentemente encontrados tanques de produção isolados, retangulares, mas de menor dimensão que as bem conhecidas *cetariae* de *garum* (Teichner, 2007). Estes tinham um comprimento entre 190 e 245 cm e uma largura entre 75 e 175 cm, com as escavações a

apontarem para uma profundidade mínima de 60 cm. A presença de algumas escadas deixa antever a existência de um primeiro andar. Esta produção em larga escala era complementada por unidades artesanais menores, nomeadamente por uma hipotética olaria na área do edifício comercial I.

Na encosta oeste do Cerro da Vila encontravam-se outras áreas de armazenamento e produção, por detrás do muro do cais. Em princípio, a doca fora construída com camadas de pedras de calcário, assente em estacas de pinheiro enterradas no chão, em argamassa romana sólida para garantir maior estabilidade. Numa segunda fase, a construção é em argamassa de *opus caementicium*. Por outro lado, refira-se que as dimensões de um pequeno edifício retangular, construído junto ao cais, correspondem às medidas das torres descritas por Estrabão, como apoios dos pescadores, utilizadas para «observar os atuns» (Θυννοσχορτείων: Estrabão V 2, 6. 8; XVII 3,16).

3.3. FASE DE OCUPAÇÃO C (SÉCULO III-IV D. C.)

Com o avançar do século II, este povoado, que corresponde já a uma «agglomération secondaire», tornara-se cada vez mais marcado pelo seu porto, beneficiando de forma sustentada das relações comerciais estáveis que se estabeleceram devido à rede de estradas romanas, então já bem organizadas, e ainda por força da ligação direta com as rotas de navegação que através das «Colunas de Hércules» (Estreito de Gibraltar) a ligavam com o Ocidente mediterrânico. Tal situação fica patente na evolução e expansão contínua do conjunto arquitetónico inicial, que se registou nos séculos seguintes. Um exemplo marcante desta realidade seria a evolução da unidade arquitetónica A, originalmente um edifício habitacional com peristilo do período imperial, que seria transformada numa residência requintada e representativa da Antiguidade tardia, sendo dotada de ricos pavimentos em mosaico, dois imponentes compartimentos anexos de forma poligonal, fontes luxuosas e jogos de água e a sua própria instalação de banhos privados (*balneum*: fig. 5 e 6 C). O crescimento da população e o aumento do número de viajantes podem ser inferidos com base na expansão das vizinhas termas públicas C, que passaram a estender-se por uma área de cerca de 1100 m² (fig. 2). A nova fachada ocidental destas termas, constituída por blocos regulares de calcário, era bem visível de qualquer parte da laguna ao passo que na frente sul sobressaía a presença de uma espetacular sala de banhos aquecida, com mais de 11 metros



de largura, 85 m² de área e duas fornalhas criadas para o efeito. Posteriormente, estas termas públicas viriam a ser ligadas à unidade arquitetónica A através de um corredor próprio (com a respetiva latrina). A crescente densidade de construções habitacionais na área de construção E-F-G, que se estendia paralelamente às margens da lagoa, a norte das termas, também aponta no mesmo sentido. Os edifícios, na sua maioria com dois pisos, possuem um assinalável nível de conforto, ostentando pavimentos em mosaico e fontes. Um triclinio ao ar livre (*triclini all'aperto*, fig. 1 D), assim como um pequeno ninfeu-fonte em forma de ferradura (fig. 1 Q) serviam de delimitação a oeste entre a habitação e o braço da laguna.

O processamento dos recursos marítimos em grande escala, ou antes, a atividade piscatória, tinha então sido totalmente desalojado desta área residencial, concentrando-se agora nas *fabricae* H e J, cuja capacidade de produção seria constantemente aumentada. Na zona este da povoação portuária seria erigido o equivalente ao antigo mausoléu O, em forma de torre («sepulcro

turriforme»), o mausoléu K com a respetiva câmara funerária para a deposição das urnas (*columbarium*), situado na margem ocidental da necrópole de inumação N, vindo este a tornar-se um imponente edifício de culto, com o posterior acrescento de uma estrutura em forma de templo (fig. 3).

Devido às contingências relativas à localização dos achados acima mencionados, torna-se impossível proceder a uma maior diferenciação do desenvolvimento ocupacional entre o período imperial e baixo imperial (fases de ocupação B e C). Tanto no interior da *fabrica* J como junto ao muro do cais Q encontram-se vestígios de destruição e uma camada de invasão de sedimentos marinhos, apontando assim para uma inundação de grandes dimensões, ou até mesmo um tsunami. Tanto os achados de cerâmica como as datações carbono ¹⁴C situam este acontecimento na segunda metade do século III d. C. Ambas as estruturas viriam a ser reconstruídas com as dimensões anteriores, agora utilizando a argamassa de *opus caementicium*.

Fig. 8 – Reconstrução do corte transversal no sentido este/oeste do edifício residencial A («villa») do Cerro da Vila durante a fase de ocupação C. Segundo Teichner, 2008, fig. 155.

Fig. 9 – Proposta de reconstituição do setor ocidental da grande *fabrica* J do Cerro da Vila durante a fase de ocupação C. À esquerda (norte) um braço do paleoestuário da Ribeira de Quarteira, junto ao mesmo, grandes armazéns e salas de produção, que se agrupavam ao longo de um corredor intermédio. O controlo da entrada fazia-se através de um portal. No pátio aberto, a sul (à direita), vários tanques de produção, para o processamento de produtos marinhos. Segundo Teichner, 2008, fig. 311.



3.4. FASE DE OCUPAÇÃO D (SÉCULO V-X)

Foi já no decorrer do século v, ao que parece depois de outros acontecimentos violentos provocados pelo mar (inundações), que se verificaram alterações profundas na estrutura ocupacional. Infelizmente, os níveis de construção em causa viriam a ser destruídos devido a escavações anteriores, o que dificulta a atribuição de cronologias exactas. Ainda assim, o aumento da dimensão dos muros, a redução do tamanho dos vãos das portas, assim como a introdução de reforços sólidos nas construções da unidade habitacional A («redução»), E e F demonstram uma maior preocupação com a segurança, bem como um decréscimo na qualidade da habitação. O que sobrou dos edifícios industriais H

e J, que ficaram em ruína, foi então aproveitado para outros fins. Aqui se ergueram espaços residenciais modestos, mas também edifícios industriais de pequenas dimensões, dedicados a atividades simples, pouco mais complexas que os trabalhos artesanais domésticos (p. ex. transformação de metais). Neste contexto, os resultados das escavações na casa F afiguram-se muito esclarecedores ao revelarem que nela se processava peixe ou marisco ainda durante o século vi. É impossível precisar até que ponto o sistema de abastecimento de água P do período imperial se manteve em funcionamento durante a fase de ocupação D (século v-x).

A recuperação sustentada desta antiga zona portuária e piscatória foi dificultada não somente pela redução das trocas comerciais durante essa época de transição, mas também devido ao crescente assoreamento da lagoa. Entre o mausoléu K do período imperial e a antiga *fabrica* J situa-se uma necrópole de inumação (fig. 1), contendo peças de cerâmica do período visigótico. As sepulturas, que se encontram dispostas tanto na direção este/oeste como norte/sul, correspondem a simples caixas de tijolo (fig. 10), ou a estruturas mais elaboradas, que se distinguem devido à sua cobertura de *opus signinum* (tipo *mensa*). A presença dos elementos arquitetónicos, como um conjunto de colunas, aponta para a provável existência de uma igreja basilical com várias alas, a qual constituiria o centro de culto de uma nova comunidade cristã.

Acresce que na área entre as unidades arquitetónicas H e J também é possível descrever com maior pormenor a fase de ocupação E, a qual já pertence à época islâmica. Nas ruínas dos armazéns imperiais foram erguidas simples construções de um único compartimento, algumas das quais dotadas de pátio. Foi precisamente no interior de um desses armazéns da antiga *fabrica* H que se encontrou um pátio com forno, um edifício de divisória única e um silo, assim como uma sepultura de inumação.

No sentido oposto, a construção que nasceu por cima da antiga área residencial A, com um nível de ocupação claramente mais elevado, raramente aproveitou as paredes já existentes. Por todo o Cerro da Vila predominam os edifícios de muro de pedra seca característicos dessa época, com silos escavados no solo. Um tesouro contendo 239 moedas de prata (*dirhams*), a maioria das quais cunhadas na capital do Emirado de Córdoba, é, por um lado, testemunho dos tempos conturbados que o Cerro da Vila também conheceu na segunda metade do século ix (fig. 11). Este tesouro, recuperado no fundo de um silo (J56.7), tem a sua data final atribuída ao ano de 270/883-4, que corresponde a um período de agitação e

Fig. 10 – Uma das sepulturas de inumação da Antiguidade tardia («época visigótica») na área do antigo complexo industrial J (*fabrica*) do Cerro da Vila. Segundo Teichner, 2008, lam. 96D.



violência no sul, do Emirato Omíada. Trata-se do período de insurreição de *Umar ibn Ḥafṣūn* (†305H/918 d. C), um muladi de origem visigoda. Este período, especialmente nas décadas de 260 e 270 (Hégira), viu aparecerem numerosos tesouros numismáticos semelhantes provavelmente devido à violência generalizada na época (Teichner et al., no prelo).

Por outro lado, este valioso tesouro em prata pode ser interpretado como um testemunho de que, também no período islâmico (ou seja, durante a época emiral e califal), a vida económica do Cerro da Vila continuava a prosperar, o que se viria a verificar, de acordo com numerosos achados de cerâmica, até ao final do século xi, ou até mesmo ao início do século xii.

4. CONCLUSÃO

O surgimento de um povoado romano no Cerro da Vila antecede ligeiramente ou coincide mesmo com o estabelecimento da província da Lusitânia durante o período augustano e a respetiva reorganização do território. A primeira construção dos colonos no ancoradouro natural do estuário da Ribeira de Quarteira visava claramente a sua própria defesa. A subsistência económica do estabelecimento era assegurada pelas excelentes condições naturais da envolvente lagunar, enquanto zona de pesca e ancoradouro. A alteração verificada nestas condições naturais, nomeadamente o crescente assoreamento da laguna no lado ocidental, mais afastado do mar, levaram ao abandono de outras estações como Marmeleiros e a uma concentração da população e da respetiva mão-de-obra no Cerro da Vila. Durante o período imperial, a povoação registou um crescimento assinalável, continuando a ser acessível por mar. O número e a dimensão das estruturas produtivas (*fabricae*) escavadas no Cerro da Vila pressupõem igualmente um elevado número de trabalhadores no local. No entanto, as áreas residenciais já escavadas constituíam o alojamento básico para trabalhadores assalariados. As formas arquitetónicas clássicas em que se baseou a sua estrutura, em conjunto com o pavimento em mosaico, realçam o carácter peculiar da conceção destes edifícios. Ao contrário dos outros centros de produção de preparados piscícolas conhecidos, encontraram-se aqui poucos tanques de grandes dimensões, predominando os tanques mais pequenos em grandes compartimentos de produção. Assim sendo, os detalhes arquitetónicos das *fabricae* apontam para a existência de uma produção



altamente complexa de especialidades marinhas, assim como corantes (economia de prestígio), a qual requeria pessoal altamente especializado.

Por outro lado, a aglomeração de unidades de produção em grandes *fabricae*, bem estruturadas, revela a existência de uma organização de poder centralizado. A presença destacada do monumento sepulcral K, a lembrar um templo, e da magnífica unidade residencial central A, reforça igualmente a ideia da existência de uma estrutura social organizada. Apesar do cada vez maior assoreamento da ribeira, a pesca e o processamento de produtos marinhos continuaram a constituir a base económica do povoado do Cerro da Vila até ao final da Antiguidade e à subsequente fase ocupacional visigótica. Tendo em conta o número de tanques posteriormente acrescentados, verifica-se que o volume de produção suplantava claramente as necessidades de consumo próprio.

No decorrer das mais recentes escavações foram identificados vestígios de uma comunidade cristã local. O estatuto destacado desta comunidade portuária do Cerro da Vila na época islâmica fica igualmente patente na produção local de cerâmica altamente especializada, com revestimento vidrado e num tesouro constituído por moedas de prata. Perto do final do século xi, ou já mesmo no início do século xii, os últimos braços do rio navegáveis no antigo estuário acabariam por ceder ao processo de colmatação do mesmo, levando assim ao abandono desta localidade portuária com um historial de ocupação de mais de 1000 anos.

Fig. 11 – *Dirham*, moeda árabe (*al-Andalus*, 248 h, peso: 2,36 g, diâmetro: 26 mm), proveniente de um tesouro encontrado na área do antigo complexo industrial J (*fabrica*) do Cerro da Vila. Segundo Teichner et al., 2017, cat. 17.

NOTAS

1. As letras A-V (ver fig. 1) referem-se às unidades arquitetónicas de acordo com Teichner, 2008. Nesse trabalho encontram-se as descrições individuais de todos os elementos arquitetónicos, pertencendo este tanque à unidade arquitetónica J, situada dentro do espaço 52 (= J52.5).
2. As fases de construção correspondentes, assim como o acervo dos achados que permitiu a sua datação, foram alvo de extensa análise em Teichner, 2008. Para facilitar a orientação, encontram-se aí tabelas que enumeram as fases de forma concisa.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1988) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips.
- DIOGO, A. M. D. (2001) – Escavação de uma unidade de processamento de berbigão, na estação romana do Cerro da Vila, Loulé. *Revista Portuguesa Arqueologia*. Lisboa. 4:1, p. 109-115.
- MAIA, M. P. G. (1978) – Contributos para as cartas de distribuição em Portugal da «Sigillata Luzente» e de «Late Roman C Ware». In *Actas das Jornadas Arqueologia*, 3, Lisboa. Lisboa: Associação dos Arqueólogos. vol. 1, p. 293-307.
- MATOS, J. L. de (1971) – Cerro da Vila. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3. 5, p. 201-214.
- MATOS, J. L. de (1972) – Cerro da Vila – Campanha de trabalhos de 1972. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3. 6, p. 251-262.
- MATOS, J. L. de (1978) – *Cerro da Vila (Vilamoura): roteiro da estação arqueológica*. Vilamoura.
- MATOS, J. L. de (1983) – Malgas árabes do Cerro da Vila. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4. 1, p. 375-390.
- MATOS, J. L. de (1984) – Estações e monumentos – Cerro da Vila (Algarve). *Arqueologia*. Porto. 10, p. 137-142.
- MATOS, J. L. de (1984/88) – Mausoléus do Cerro da Vila. *Arqueologia e Historia*. Lisboa S. 10. 1/2, p. 119-120.
- MATOS, J. L. de (1985) – Loulé – Forno de cerâmica (Cerro da Vila) – 1982. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 5, p. 77.
- MATOS, J. L. de (1991) – Influências orientais na cerâmica muçulmana do sul de Portugal. In *Estudos Orientais*. Lisboa 2. O legado cultural de judeus e mouros. p. 75-83.
- MATOS, J. L. de (1992) – Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental. Congresso Internacional*, 4, Lisboa, 1987. Mértola: Campo Arqueológico. p. 429-456.
- MATOS, J. L. de (1994a) – Cerro da Vila. In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana. Encuentro Internacional de Arqueologia del Suroeste*, Huelva y Niebla, 1993. Huelva: Universidad. p. 521-525.
- MATOS, J. L. de (1994b) – Cerro da Vila. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 9, p. 119.
- MATOS, J. L. de (1997a) – Cerro de Vila. In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: IPPAR. p. 387-394.
- MATOS, J. L. de (1997b) – O período islâmico no Cerro de Vila. In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: IPPAR. p. 459-467.
- PAÇO, A. de; FARRAJOTA, J. (1966) – Subsídios para uma carta arqueológica do concelho de Loulé. *Arqueologia e História*. Lisboa. S. 2. 12, p. 65-97.
- SANTOS, M. L. Estácio da Veiga Affonso dos (1971) – *Arqueologia romana do Algarve* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. vol. 1.

- TEICHNER, F. (2005a) – Cerro da Vila – Aglomeração secundária e centro de produção de tinturaria no sul da província Lusitânia. *Xelb*. Silves. 5, p. 85-100. Actas 2.º Encontro Arqueologia do Algarve.
- TEICHNER, F. (2005b) – Arquitectura doméstica romana no litoral algarvio: Cerro da Vila (Quarteira). *Estudos IPPAR*. Lisboa. 7, p. 206-211.
- TEICHNER, F. (2006a) – De lo romano a lo árabe. La transición del sur de la provincia de Lusitania al *Gharb al-Andalus*. Nuevas investigaciones en los yacimientos de Milreu y Cerro da Vila. *Anejos Archivo Español Arqueología*. Madrid. 38, p. 207-220.
- TEICHNER, F. (2006b) – Cerro da Vila: paleo-estuário, aglomeração secundária e centro de transformação de recursos marítimos. *Setúbal Arqueologia*. Setúbal. 13, p. 69-82 Homenagem a F. Mayet.
- TEICHNER, F. (2007) – Casais Velho (Cascais), Cerro da Vila (Quarteira) y Torreblanca del Sol (Fuengirola): ¿Factorias de transformación de salsas y salazones de pescado o de tintes? In *CETARIAE 2005. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Congreso internacional, Cádiz, 2005. Oxford: Archeopress. p. 117-125. (BAR International Series; 1686).
- TEICHNER, F. (2008) – *Zwischen Land und Meer – Entre tierra y mar. Studien zur Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungen im Süden der römischen Provinz Lusitanien*. Merida: Museo Nacional de Arte Romano. (Studia Lvsitana; 3).
- TEICHNER, F. (2013) – El territorium de Ossonoba (Lusitania): economía agrícola (oleum et vinum) y «no-agrícola» (garum et purpura). In FICHES, J.-L.; PLANA MALLART, R.; REVILLA CALVO, V., ed. lit. – *Paysages ruraux et territoires dans les cités de l'Occident romain*. Gallia et Hispania. *Paisajes rurales y territorios en las ciudades del Occidente romano*. Gallia e Hispania, actes du colloque international AGER IX, Barcelone, 2010. Montpellier: Presses Universitaires. p. 131-142.
- TEICHNER, F. (2016a) – *Loci sepulcri in agro* – La evidencia del Proyecto VRB. In HIDALGO, R., ed. lit. – *Las villas romanas de la Bética I*, Sevilla, 2014. p. 544-566.
- TEICHNER, F. (2016b) – A Multi-Disciplinary Approach to the Maritime Economy and Palaeo-Environment of Southern Roman Lusitania. In PINTO, I. Vaz; ALMEIDA, R. R. de; ARCHER, M., ed. lit. – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10. Oxford. p. 243-257.
- TEICHNER, F. (no prelo) – Cerro da Vila: A rural comercial harbour beyond the Pillars of Hercules. In CAMPOS CARRASCO, J. M., ed. lit. – *Los puertos romanos del Atlantico* – Actas Huelva 2016.
- TEICHNER, F.; SCHIERL, Th. (2006) – Cerro da Vila (Algarve, Portugal). Aldeia do mar na época islâmica. In *Al-Ândalus. Espaço de mudança*. Mértola: Campo Arqueológico. p. 123-139. Homenagem a Juan Zozaya.
- TEICHNER, F.; SCHNEIDER, H.; HÖFER, D.; MÄUSCHBACHER, R.; DAUT, G. (2014) – Investigações geo-arqueológicas sobre a configuração do litoral algarvio durante o Holoceno – Resultados preliminares. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 141-158.
- TEICHNER, F.; SCHIERL, Th.; HEIDEMANN, S. (no prelo) – Coins from the seaside. An Emiral Silver Coin Hoard From a Multi-Period Harbour Settlement on the Cerro da Vila (Vilamoura, Algarve, Portugal). *Al-Qantara*. Madrid. 38:2 (2017).

AS OCUPAÇÕES ANTIGAS DA QUINTA DO LAGO (ALMANSIL, LOULÉ)

ANA MARGARIDA ARRUDA

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico da Quinta do Lago, por vezes também designado por Tejo do Praio, localiza-se na freguesia de Almansil, no Concelho de Loulé. Foi identificado em 1984 por Victor S. Gonçalves e pela signatária, na sequência de uma visita ao local a convite da empresa Planal SA, que então geria a propriedade. A construção do Campo de Golfe de São Lourenço, implantado nos terrenos da Quinta do Lago, tinha posto a descoberto e, em parte, destruído, vestígios de uma ocupação antiga. A intenção de prosseguir os trabalhos de construção na área anexa, que aliás tinha também sido já alvo de terraplanagens, aconselhava a realização de trabalhos arqueológicos que não só minorassem os impactos negativos sobre o património arqueológico, mas que também avaliassem o estado de conservação dos espaços que ladeavam o campo de golfe, permitindo a concretização de um diagnóstico igualmente no que se referia à própria cronologia da ocupação.

As escavações foram longas e extensas, tendo decorrido entre 1984 e 1986, tendo sido retomadas em 1998 e em 2001, quando o loteamento de São Lourenço prosseguiu.

Os trabalhos de campo evidenciaram que o local se dividia em dois núcleos distintos separados pelo campo de golfe de São Lourenço, distando entre si cerca de 120 metros. Ainda assim, é evidente que se trata do mesmo sítio arqueológico, tendo-se infelizmente perdido a relação entre as duas áreas, relação que se perdeu com as obras destinadas à construção do campo de golfe.

O núcleo romano implanta-se em área mais baixa (3 metros) e mais próxima da ria, neste caso o Esteiro do Ancão, e localiza-se a sudeste do campo de golfe. Convém desde já referir que a ocupação romana se estendia muito para lá dos limites da Quinta do Lago, prolongando-se para os terrenos da vizinha Quinta do Ludo, onde não se efetuaram quaisquer trabalhos arqueológicos.

O segundo, de época islâmica, possui cota mais elevada (9 metros), implantando-se a noroeste. As ocupações nunca se sobrepõem.

2. A ÁREA ROMANA

A ocupação romana da Quinta do Lago prolonga-se, como se referiu na introdução, para os terrenos da Quinta do Ludo, pelo que a área escavada em 1985 e 1986 foi relativamente restrita, sobretudo se atendermos à sua real extensão. Ainda assim, foi possível escavar dois equipamentos relacionados com atividades produtivas, sobre os quais nos deteremos, mais pormenorizadamente, nas páginas seguintes.

Os dados recuperados nos trabalhos de campo permitem situar a fundação do sítio ainda no século I, muito provavelmente em torno dos seus meados. De facto, e apesar de não ter sido possível escavar níveis desta época, a verdade é que em valas e aterros diversos surgiram espólios que apontam para esta cronologia. É o caso, por exemplo, de fragmentos de cerâmicas de transporte (ânforas) e de mesa. Entre os primeiros, destacam-se três exemplares de Dressel 2/4, de produção itálica, que terão transportado vinho para este sítio

algarvio. Também da península itálica chegou cerâmica de mesa, importações que, contudo, estão documentadas por um único vaso. Trata-se de uma taça (forma *Conspectus* 23) que pode datar-se do segundo e terceiro quartel do século I. Sendo muito escassos, estes materiais testemunham, todavia, uma ocupação antiga do Alto Império e uma relativa capacidade aquisitiva da população que fundou e habitou a Quinta do Lago.

As importações de cerâmicas destinadas ao serviço de mesa e de produtos alimentares, envasados em ânforas, cresceram e diversificaram-se ao longo da segunda metade do século I e em toda a centúria seguinte.

A *terra sigillata* chegou sobretudo do sul da Gália, mas também da Hispânia e do norte de África. As primeiras totalizam 47 fragmentos. São todas oriundas do centro produtor de La Graufesenque, sendo maioritariamente lisas. Estão representadas por pratos (formas 15/17 e 18/31 de Dragendorff) e por taças lisas e decoradas (forma 27, 35, 36 e 37 de Dragendorff). Estas importações podem ser datadas, de forma genérica, entre o reinado de Tibério e os finais do século II.

A cerâmica destinada ao serviço de mesa oriunda do atual território espanhol é mais rara, havendo peças (15) com origem em Andújar, centro oleiro de grande dimensão localizado na província de Jaén (Andaluzia), e em Peñaflo (dois vasos), também na Andaluzia, mas na província de Sevilha. A importação destes materiais (taças e pratos) aconteceu entre a segunda metade do século I e os finais do século II.

As importações norte africanas de cerâmica de mesa (*terra sigillata* clara) iniciaram-se ainda nesta fase antiga da ocupação romana da Quinta do Lago, com cerca de três dezenas de vasos de Clara A, correspondentes

às formas 3, 6, 8 e 9 de Hayes, a tipologia mais utilizada para classificar este tipo de produtos. Trata-se, uma vez mais, de pratos e taças destinados a serem usados à mesa, para comer, e terão começado a chegar a este sítio do litoral algarvio nos finais do século I, perdurando até aos finais do século II.

Os produtos alimentares importados podem ser analisados com base nas ânforas que os transportavam. No conjunto das ânforas da Quinta do Lago, cujo estudo está em curso pela signatária em colaboração com Rui Roberto de Almeida, destacam-se os preparados de peixe oriundos da baía de Cádiz, cuja presença se confirmou pelas ânforas que se classificaram como Beltrán II. O azeite produzido nas margens do Guadalquivir, envasado em ânforas de tipo Dressel 20, veio também da Bética e o vinho gaulês chegou dentro das ânforas designadas Gauloise 4.

Além destes produtos manufacturados e alimentares, outras importações podem ser referidas. É o caso da cerâmica comum, de cozinha, que foi fabricada no norte de África, muito concretamente na área da atual Tunísia, e que a população que habitou na Quinta do Lago durante os séculos I e II usou para confeccionar os seus alimentos. Esta acompanhava certamente as cerâmicas de mesa já anteriormente referidas (*Sigillata* Clara A) nas mesmas embarcações, sendo transportadas simultaneamente.

Também da atual Andaluzia chegaram cerâmicas ditas comuns, destinadas à preparação de alimentos, como é o caso dos almofarizes e das tigelas e alguidares.

Do conjunto numismático encontrado no sítio, apenas duas moedas, neste caso do século II, podem ser associadas a esta ocupação.

Como se comentou atrás, este momento está, apesar de tudo, mal documentado, sobretudo se comparado com o que se desenvolve a partir do terceiro quartel do século III. Infelizmente não foi possível associar estruturas habitacionais ou de outro tipo ao conjunto de materiais que aqui se apresentou de forma sumária, apesar de se saber, através de alguns artefactos recuperados durante os trabalhos de campo, que a pesca, a produção de vidro, a fição e outras atividades artesanais tiveram lugar no sítio, além, naturalmente, da agricultura e da criação de gado.

Pode, contudo, dizer-se que as áreas residenciais terão existido, estendendo-se certamente para a vizinha Quinta do Ludo.

As realidades alto-imperiais da Quinta do Lago, sendo escassas, traduzem uma relativa, mas significativa, pujança da sua ocupação nesta época, atestada sobretudo pelas importações, diversas nos produtos e nas origens.



Fig. 1 – Quatro tanques da fábrica de salga de peixe da Quinta do Lago.

Fig. 2 – Um dos tanques da fábrica de salga de peixe da Quinta do Lago, revestido por *opus signinum*, sendo visível o remate em «meia-cana» no fundo.



A partir dos finais do terceiro quartel do século III, a ocupação romana da Quinta do Lago ganha uma considerável dimensão e dinamismo. Destes são testemunho a produção de salgas de peixe (fig. 1) e dos respetivos envases. Uma porção considerável da «fábrica» permitiu compreender que a sua planta era retangular e que tinha uma orientação E/O, possuindo 14,20 metros de comprimento. Os cinco tanques foram escavados na rocha e estavam revestidos por *opus signinum*, com os ângulos internos em meia cana convexa (fig. 2). O espaço produtivo organizava-se em dois grupos de dois tanques cada, a que se soma um outro de maiores dimensões. Este núcleo de cinco tanques, que se constituía em unidade produtiva, estava delimitado por uma parede espessa, e estaria coberto por um telhado de *tegulae* e *imbrices*, cujos restos entulhavam as camadas inferiores dos tanques.

Nas áreas que circundavam esta unidade «fabril» e mesmo nos níveis de entulhamento dos tanques, foram recolhidos abundantes materiais que testemunham a associação direta desta produção ao fabrico de ânforas destinadas ao envase e transporte do produto obtido nestas *caetariae*. Trata-se de blocos informes de bordos, fundos e paredes de ânforas colados, por refusão, uns aos outros, bem como de fragmentos destas mesmas ânforas, sobrecozidos e, por vezes, vitrificados, que atestam circunstâncias de cozeduras não conseguidas, concretamente acidentes de cocção, o que por sua vez certifica a existência de um ou de vários fornos nas proximidades imediatas. Note-se ainda que estes blocos e os fragmentos deformados foram recolhidos, na maior parte dos casos, próximos uns dos outros. Infelizmente, estes fornos localizavam-se em área onde não foi possível escavar, concretamente na propriedade vizinha, a Quinta do Ludo. De qualquer forma, quero insistir no facto de a associação das duas produções, a de preparados de peixe e a anfórica, ser óbvia e evidente. Refira-se ainda que as ânforas que foram fabricadas na Quinta do Lago durante a época romana cabem todas nos tipos Almagro 50 e, muito especialmente, 51C, ao contrário do que foi defendido no início dos anos 90 do século passado (Arruda e Fabião, 1990), uma vez que o que foi então classificado como Dressel 14 eram afinal suportes destinados a apoiar as peças no interior dos fornos, como, aliás, Françoise Mayet teve já oportunidade de chamar a atenção (Mayet, 1990). Assim, a cronologia da própria fábrica de salga de peixe, diretamente associada à produção anfórica, deve avançar para os meados/finais do século III.



A produção de azeite foi também documentada na Quinta do Lago. Está atestada por dois pequenos tanques, pouco profundos, revestidos por *opus signinum*, junto dos quais se encontrou uma prensa ainda *in situ*, constituída por dois grandes pesos paralelepípedicos (fig. 3a e 3b).

Estas atividades foram particularmente importantes e evidenciam um considerável dinamismo assumido pelo sítio entre a segunda metade do século III e a segunda metade do século IV. Esta relevância está atestada por um numeroso conjunto de importações de produtos alimentares e manufaturados. De facto, e ao contrário do que se verificou nos séculos I e II, as cerâmicas de mesa abundam no sítio, reconhecendo-se grandes quantidades de *terra sigillata* clara, concretamente A, C e D, com origem no norte de África. Entre as primeiras, mais escassas, dominam as formas Hayes 3C, 8B, 14/17, 15 e 33, e nas segundas as 50 e 58 da mesma tipologia. Nas importações de Clara D, muito abundantes, dominam claramente os grandes pratos, mais ou menos profundos, das formas Hayes 60, 61A, 67, 68, alguns dos quais atingiram o século V.

Além da cerâmica destinada ao serviço de mesa, chegaram à Quinta do Lago abundantes vasos destinados à confeção de alimentos, produzidos nas mesmas oficinas, como é o caso, sobretudo das caçoilas, dos tachos e das respetivas tampas (formas 23, 197 e 196 de Hayes).

Esta cerâmica de mesa e de cozinha foi, muito provavelmente, transportada nas mesmas embarcações que o azeite envasado em ânforas também de produção norte-africana, que são consideravelmente abundantes, integrando-se nos tipos Africana II e III,

de acordo com o estudo que, como se disse acima, está a ser concretizado.

Não pode deixar de impressionar o conjunto das importações da Quinta do Lago, durante esta época, sobretudo se se pensar que os trabalhos decorreram numa área relativamente reduzida, que não ultrapassou os 300 m², e cuja potência estratigráfica era reduzida (50/60 cm, com exceção dos tanques de salga). Por outro lado, trata-se de uma ocupação de tipo *villa*, em que a exploração dos recursos locais, nomeadamente marítimos, mas também certamente agrícolas, foi quase exclusiva. Mas a verdade é que o conjunto numismático, atualmente em estudo por Noé Conejo, evidencia uma notável concentração de numismas com cronologias que concordam com as obtidas para a grande maioria das cerâmicas (260/360). Adianta-se aqui, sumariamente, que se trata, sobretudo, de imitações, que parecem corresponder à necessidade de numerário que terá servido para fazer face às necessidades de abastecimento de produtos importados.

Outros materiais, cerâmicos, vítreos, metálicos fazem parte do espólio recolhido na Quinta do Lago associado a esta fase de ocupação, mostrando atividades de natureza variada, como a pesca (anzóis, agulhas de rede, pesos de rede), a exploração agrícola (foices) (fig. 4), o fabrico de peças de vidro (escória e espuma de vidro) e a produção metalúrgica (pingos de fundição, escórias). Outros artefactos, cerâmicos, de vidro, de osso, de bronze e ferro, relacionam-se também com o quotidiano das populações, como é, por exemplo, o caso das lucernas, dos vidros e dos artefactos de adorno (contas de colar de vidro e de osso, os anéis, alfinetes de cabelo) (fig. 5).

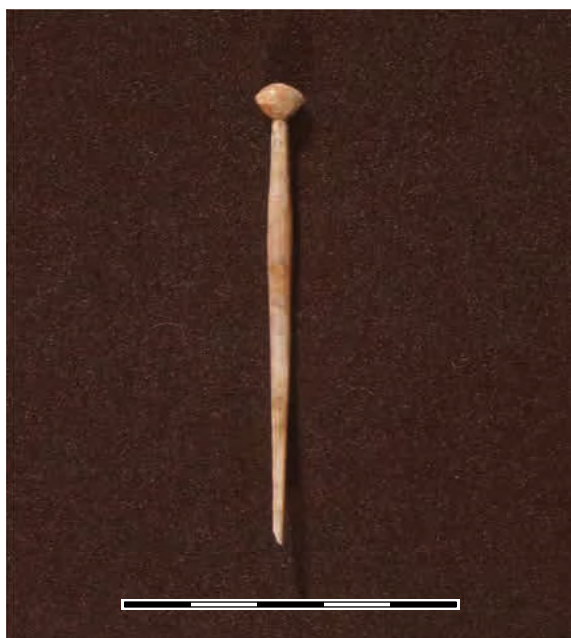
Fig. 3a – Pequeno tanque, revestido por *opus signinum*, ao fundo à esquerda, e, à direita um dos pesos da prensa de azeite, em fase de escavação.

Fig. 3b – As estruturas da prensa de azeite da Quinta do Lago.



Fig. 4 – Podoa *in situ*, de época romana.

Fig. 5 – Alfinete de cabelo de osso romano.



As escavações incidiram na área «industrial» do aglomerado urbano, tendo sido descobertas as estruturas relacionadas com a produção de azeite e de preparados de peixe, e intuídas as da produção anfórica.

Parece evidente que a *pars urbana* se desenvolvia para sudeste. O aparecimento de numerosas *tecelae* e mesmo de fragmentos de mosaicos, bem como de placas de mármore comprovam a sua existência, de acordo com os parâmetros conhecidos e habituais para a área e para a cronologia.

Em meados/finais do século IV, a ocupação da Quinta do Lago acusa alguma decadência. A produção de

preparados de peixe e de ânforas cessa e as importações diminuem. Todavia, algumas cerâmicas de mesa, com origem exógena chegaram ainda durante o século V à Quinta do Lago, mas a sua presença já é mais rara. Além de alguma *terra sigillata* africana (Clara D), já atrás referida, podem recuperar-se alguns fragmentos de tigelas (forma 1/3 de Lamboglia) produzidas no sudoeste da Gália, uma produção que é habitualmente designada por *sigillata luzente*. De acordo com os dados que Noé Conejo já coligiu, das 166 moedas romanas encontradas durante as escavações, apenas 13 integram o século V, pouco ultrapassando os seus meados.

Por último, convém fazer notar que certas importações indiciam que a ocupação pode ter-se prolongado até aos inícios do segundo quartel do século VI. De facto, alguns vasos de *terra sigillata* Clara D, como a taça da forma 91 de Hayes, por exemplo, e mesmo alguns fragmentos do que a comunidade científica conhece por *Derivada das Sigillatas Paleocristãs* (DPS) podem ter atingido esta cronologia. Trata-se, contudo, de importações muito escassas e sem qualquer peso percentual no conjunto das importações, evidenciando uma clara retração demográfica e uma acentuada decadência, que culminou no abandono total do sítio.

As realidades referentes à ocupação romana imperial da Quinta do Lago não se diferenciam substancialmente de outras já conhecidas para o Algarve. De facto, observa-se, no geral, a mesma evolução reconhecida em *Ossonoba* e *Balsa* (Viegas, 2011), por exemplo, salvaguardando, naturalmente, as devidas distâncias em termos de quantidades de espólios recolhidos, explicáveis pela diversidade funcional dos dois tipos de sítios (urbano/rural). Assim, quer em termos de centros abastecedores, seja de produtos manufacturados seja dos alimentares, quer no que se refere à dinâmica evolutiva não se registam dissemelhanças substanciais, apesar de, pelo menos em *Balsa*, a ocupação se ter prolongado até aos inícios do século VII (*Ibidem*, p. 401), situação que, como vimos anteriormente, não ocorreu na Quinta do Lago. Aparentemente, os ataques suevos do século V terão tido um impacto consideravelmente maior nos sítios rurais do que nos urbanos, implicando o seu abandono na centúria seguinte. Ainda assim, recorde-se que mesmo em Faro o núcleo urbano se retrai, como se depreende do «...abandono do núcleo oeste, exterior às muralhas, em meados/terceiro quartel do século V.» (*Ibidem*, p. 258).

Deve por fim acrescentar-se que o momento de maior pujança da Quinta do Lago, que se situa, *grosso modo*, entre 260 e 370, corresponde aqui ao desenvolvimento de um modelo de ocupação e de exploração

que se ajusta a uma «trilogia» constituída por «uma villa, uma «fábrica» de salga, um forno de ânforas», modelo muito característico do Algarve, ainda que não

exclusivo, como os casos do Martinhal e de Lagos, no Barlavento, e de Cerro da Vila e de Balsa, no Algarve central e oriental, respetivamente, evidenciam claramente.

3. O NÚCLEO ISLÂMICO



Fig. 6 – Planta composta da área islâmica da Quinta do Lago (segundo Arruda, Almeida e Freitas, 2003).



Os vestígios de época islâmica implantavam-se numa área suavemente declivosa, estando atualmente separada do núcleo de época romana pelo campo de golfe de São Lourenço. Foram escavados 1.670 m², no decorrer das várias campanhas de trabalhos arqueológicos que tiveram lugar no sítio, nos anos 80 e 90 do século xx e em 2001.

Foram identificados cinco núcleos habitacionais distintos, que estavam separados entre si por áreas de dimensão variável e se distribuíam aleatoriamente pelo terreno (Arruda, Almeida e Freitas, 2003). Não parece ter havido qualquer arruamento nos espaços não edificados, tendo estes sido utilizados como áreas de descarte de lixos domésticos (*Ibidem*) (fig. 6).

As habitações, com cerca de 13 m², eram constituídas por várias células (duas, três ou cinco), de planta retangular, que formavam, em conjunto um L ou um U, enquadrando um pátio descoberto. As paredes seriam de taipa, alçadas sobre um alicerce composto por pedras de média dimensão ligadas por argila (fig. 7 e 8), e as coberturas eram formadas exclusivamente por *imbrices*. Estes telhados, cujos derrubes, em alguns casos, permaneceram *in situ*, seriam suportados por traves e por postes, tendo sido possível identificar os buracos de alguns destes últimos no interior dos compartimentos (*Ibidem*).

A área ocupada durante a época islâmica não seria, certamente, mais extensa do que a que foi identificada nos trabalhos de campo. De facto, a ampla dimensão da escavação permitiu delimitar esta ocupação de forma rigorosa. Trata-se, assim, de um pequeno núcleo habitacional, sem grande expressão arquitetónica, apesar de os materiais arqueológicos, sobretudo os cerâmicos, estarem representados.

Nas proximidades do espaço doméstico foi identificada uma necrópole (fig. 9), composta por 72 sepulturas que correspondem a 75 indivíduos, uma vez que algumas são duplas (dois adultos, um adulto + uma criança). Uma outra sepultura foi encontrada isolada, na área habitacional propriamente dita. Trata-se de inumações, sendo os corpos depositados em decúbito dorsal direito, em fossas de contornos ovalados abertas no substrato geológico. Algumas eram cobertas por telhas e outras estavam tapadas por pedras. Todas as sepulturas tinham a mesma orientação (sudoeste/nordeste), com a cabeça a sudoeste, e não continham qualquer espólio (*Ibidem*). Seguiram-se portanto de perto as prescrições corânicas.

Os materiais encontrados no núcleo islâmico da Quinta do Lago não são particularmente abundantes e no seu conjunto dominam as cerâmicas. Apesar



Fig. 7 – Habitação de época islâmica da Quinta do Lago.

Fig. 8 – Vaso fragmentado *in situ*, no interior de um compartimento de época islâmica da Quinta do Lago.

de algumas destas poderem datar ainda do século IX, a grande maioria integra-se entre os séculos X e XII, cronologia que pode aferir-se através das cerâmicas vidradas monócromas, meladas, ou com decoração a verde e manganês que englobam taças e tigelas, mas também garrafas e pequenas bilhas. Destinavam-se, muito provavelmente ao serviço de mesa. As panelas, as jarrinhas e os púcaros cabem na categoria da cerâmica comum, e foram usadas na cozinha, para preparar e confeccionar alimentos (*Ibidem*).

Além da cerâmica, o espólio engloba artefactos metálicos, sobretudo de bronze (*Ibidem*). É o caso das pontas de fuso, que indicam a prática da fição no local. Com esta atividade pode também relacionar-se o que parece ser um cossoiro, igualmente metálico. As agulhas de coser e o dedal associam-se ainda também aos tecidos, neste caso à sua costura.

Os chamados espevitadores de candil estão bem conservados e apresentam-se decorados. Os pregos e as cavilhas fariam parte do mobiliário, tal como o puxador, e ao adorno pessoal pertenceria a presilha de cinturão (*Ibidem*).

Os artefactos de osso são bastante raros, estando relacionados com atividades de manufatura e confeção de tecidos, que podiam ser de lã ou de linho (*Ibidem*).

A dieta alimentar da comunidade que habitou a Quinta do Lago assentou, em grande parte, nos recursos disponíveis a nível local, nomeadamente nos moluscos marinhos. As grandes concentrações de restos de bivalves que se documentaram no sítio, e que se depositavam em fossas de dimensões diversas, são testemunho dessa realidade. Entre estes, destaca-se uma maioria clara de amêijoia (*ruditapes decussatus*), seguida de perto pelos berbigões (*cerastoderma edule*) (Branco, Valente e Arruda, 2016). As outras espécies de bivalves são irrelevantes do ponto de vista numérico, mas podem assinalar-se os lingueirões (*solen marginatus*), os mexilhões (*mytilus galloprovincialis*) e as ostras (*ostrea edulis*) (*Ibidem*). Relativamente aos gastrópodes, muito menos expressivos, destacam-se os búzios (*hexaplex trunculus*) e os chamados caracóis do mar (*Cerithium vulgatum*) (*Ibidem*).

A arquitetura e a organização do espaço habitado do sítio da Quinta do Lago durante a época islâmica traduzem uma ocupação de âmbito rural, com fraca densidade populacional, que não deveria ultrapassar os 20 indivíduos em simultâneo. Estaria certamente integrada numa rede de povoamento rural que se iniciou no século X e que incluía outros sítios referenciados por Helena Catarino (1999), maioritariamente alcarias.



Fig. 9 – Enterramentos de época islâmica da Quinta do Lago.

Contudo, esta última classificação não se adapta às características da ocupação do sítio que aqui tratamos. De facto, e ainda que as habitações se distribuam por núcleos distintos, estes não parecem organizar-se em função de qualquer espaço estruturante, como ruas, parecendo não obedecer a qualquer plano pré-concebido. Por outro lado, os elementos constituintes dos espaços habitacionais, os compartimentos, são polyvalentes em termos funcionais, tudo indicando que as atividades artesanais decorriam no pátio, que desempenharia um importante papel no quotidiano dos grupos humanos que aqui habitavam.

A ocupação islâmica da Quinta do Lago decorreu entre os séculos X e XII, fazendo sentido recordar que é justamente a partir do primeiro que o território de *Ossonoba* recupera parte do poder económico que detinha em época romana, o que justificou a fundação destes centros de exploração rural.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, A. M.; FABIÃO, C. (1990) – Ânforas da Quinta do Lago (Loulé). In ALARCÃO, A.; MAYET, F., ed. lit. – *Ânforas Lusitanas: Tipologia, produção, comércio local*. Conímbriga: Museu Monográfico de Conímbriga; Paris: Mission Archéologique Française au Portugal. p. 199-213.

ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R.; FREITAS, V. (2003) – O sítio islâmico do Tejo do Praio, Quinta do Lago, Loulé: uma primeira análise e caracterização. *Xelb. Silves*. 4, p. 254-270.

BRANCO, R.; VALENTE, M. J.; ARRUDA, M. J. (2016) – *Unravel the Medieval Islamic Diet: Preliminary Data from the Malacofauna of Tejo do Praio (Portugal)*. Poster apresentado ao 22nd Annual Meeting of European Association of Archaeologists. Vilnius.

CATARINO, H. (1997/98) – *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados*. *Al-'Ulyà*. Loulé. 6. 3 vol.

MAYET, F. (1990) – Typologie et chronologie des amphores lusitaniennes. In ALARCÃO, A.; MAYET, F., ed. lit. – *Ânforas Lusitanas: Tipologia, produção, comércio local*. Conímbriga: Museu Monográfico de Conímbriga; Paris: Mission Archéologique Française au Portugal. p. 29-35.

VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve – estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: UNIARQ. (Série Estudos e Memórias; 3).

213



214



MUNDO FUNERÁRIO ROMANO NO TERRITÓRIO DE LOULÉ

CARLOS PEREIRA

1. INTRODUÇÃO

Embora tenhamos conhecimento de um considerável número de sítios arqueológicos com evidências de contextos funerários romanos no concelho de Loulé, o volume de informação que estes aportam à leitura e interpretação dos espaços da morte de época romana é demasiado limitado. Se, por um lado, a maioria das informações correspondem a compilações antigas, sobretudo resultantes dos trabalhos que Estácio da Veiga desenvolveu por todo o Algarve há mais de um século, mais tarde recompilados pela sua descendente – Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos –, por outro, a quantidade de dados contextuais e materiais fica muito aquém do necessário para uma aproximação fidedigna à Arqueologia da Morte em época romana nesta área, necessitando, forçosamente, de ser inseridos em uma análise mais ampla que permita o seu entendimento.

Apesar disso, sítios como o Cerro da Vila ou a Retorta podem dar um positivo contributo para a compreensão dos contextos funerários romanos do concelho, sobretudo o primeiro. A quantidade de informação compilada ao longo de, pelo menos, uma década deverá ser volumosa e os registos permitirão uma análise temporal e espacial da necrópole.

Os dados disponíveis são, portanto, consideravelmente desiguais, da mesma forma que é notória a falta de investimento que se tem dado aos contextos funerários. Em consequência, não é possível obter a mesma leitura daquela que foi a paisagem funerária, urbana e/ou rural, nesta parte do império romano, à parte, claro está, dos dados que podem ser obtidos do estudo e análise dos contextos de Cerro da Vila.

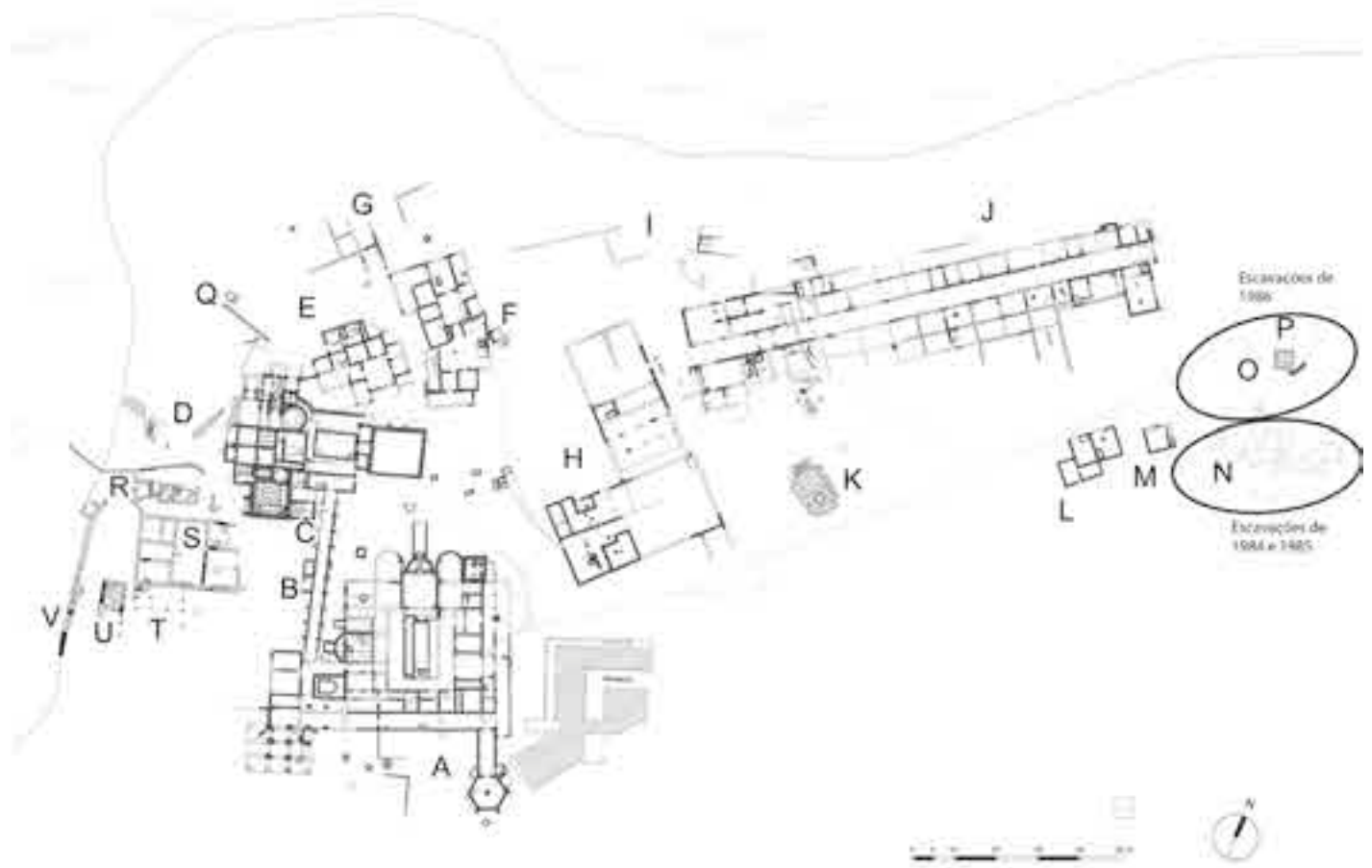
Assim, as considerações sobre a arquitetura funerária ou o espólio fúnebre são igualmente limitadas, mas, apesar de tudo, permitem algumas reflexões.

A arquitetura funerária romana não estava apenas representada em positivo, ou seja, acima do nível do solo. Era maioritariamente no subsolo que os cadáveres eram acomodados, envolvidos, quase sempre, por estruturas diversas. Da mesma forma que os rituais praticados durante o *funus* eram manifestações de poder e diferenciação social, as estruturas subterráneas também têm sido entendidas como ferramentas para uma distinção social e cultural entre os indivíduos sepultados. Nesta diferenciação ganha igualmente peso a qualidade, quantidade e tipo de espólio contido nas sepulturas.

Os memoriais pretendiam, acima de tudo, comunicar com os vivos. A epigrafia dá-nos abundantes exemplos dessa realidade perpetuada em poucas linhas que, embora não nos deem pistas históricas, dão-nos dados relevantes sobre a sociedade e organização dos sepulcros. Porém, estas e outras questões foram já abordadas (Encarnação, 1984, p. 810-817) recentemente atualizadas (Encarnação, 2008), pelo que nos privamos de voltar a elas.

Em Loulé encontra-se contudo, uma das mais apreciadas formas de ostentação – os mausoléus. No Algarve, esta monumentalização está de momento apenas atestada em Quinta de Marim, Milreu e Cerro da Vila, que, apesar da sua adscrição rural, devemos considerar como exemplos dessa monumentalização nas áreas funerárias urbanas, posteriormente reproduzida no campo (Bernardes, 2005, p. 35; Pereira et al., 2013).

Falar de espaços da morte em época romana implica, obrigatoriamente, abordar o tipo de tratamento dado



ao cadáver. Os sítios que serão abordados forneceram dados que indicam tratar-se de espaços destinados quase exclusivamente à inumação, intuição que advém sobretudo das informações transmitidas e dos materiais reconhecidos. O único caso que parece contrariar este padrão é, precisamente, o mausoléu do Cerro da Vila, tendo em conta a presença, no seu interior, de nichos que estariam destinados a receber urnas cinerárias.

2. *NECROPOLIS ET FUNUS.* O MUNDO FUNERÁRIO ROMANO E AS SUAS EVIDÊNCIAS NO TERRITÓRIO DE LOULÉ

Ao tratar o mundo funerário romano de Loulé é incontornável a referência a Cerro da Vila, dada a conhecer à comunidade no ano de 1963, quando José Farrajota iniciou as escavações no local. Seria, porém, José Luís de Matos que mais tarde viria a identificar e intervir a principal necrópole. No ano de 1984, não só é identificado e escavado o principal mausoléu, como também se localiza um numeroso conjunto de sepulturas romanas de inumação (fig. 1), cerca de três dezenas, provavelmente aquelas que estavam mais próximas do mausoléu (Matos, 1984).

Nos anos seguintes, em 1985 (Matos, 1985) e 1986 (Matos, 1987), foi colocado a descoberto um número considerável de sepulturas, 26 e 13 respetivamente, o que permitiu identificar, até então, 69 sepulcros. No último ano, outra estrutura maciça, de planta quadrangular, também interpretada como mausoléu, foi encontrada (Matos, 1984-88, p. 120). Em 1987, a área anexa ao mausoléu foi alargada, tendo sido reconhecido mais um conjunto de quatro sepulturas (Matos, 1988), mas num estado de conservação bastante deficitário, o que pressagiava que, nessa área, a necrópole não se conservaria ou se estava já próximo de um dos seus limites. A partir deste momento, as intervenções efetuadas em áreas funerárias parecem abrandar consideravelmente.

Ainda que os trabalhos arqueológicos realizados nos espaços funerários desta *villa* se resumam em poucas linhas, permitem, ainda assim, reparar que a tipologia das sepulturas é idêntica àquela que vem sendo reconhecida nos restantes sítios algarvios (Pereira, 2015) e que é transversal ao mundo romano. Uma arquitetura acima de tudo simples, que parece ser característica comum nos limites do Império (Chioffi, 2005). Todavia, é uma arquitetura que, se for associada à aparente ausência de mobiliário funerário, remete para uma

Fig. 1 – Necrópole e mausoléu do Cerro da Vila escavados até 1987 (Teichner, 2016, fig. 5, adaptado).

realidade consideravelmente tardia, concretamente dos séculos II a IV, quiçá V se se considerar a existência de sepulturas efetuadas com lajes de pedra e seladas com o mesmo material, que são, ainda assim, aparentemente raras. Porém, o silêncio dos relatórios das intervenções no que se refere ao mobiliário funerário pode ser ilusório.

A evolução dos espaços da morte nesta *villa*, embora se possa assemelhar ao de outras do Algarve (Pereira, 2015), apresenta alguns factos interessantes. Desde logo, sobressai a presença de edifícios monumentais funerários, os mausoléus (Matos, 1984-88), que deveriam estar destinados aos proprietários da *villa*. Um destes, de tipo Templo (fig. 2), é em tudo idêntico àquele conhecido na *villa* romana de Milreu. Trata-se de uma edificação maciça, de planta retangular, com elevados alçados e um *podium*, sendo o acesso possível através de escadaria localizada no lado oeste e que ocupa todo o alçado. A maioria destes edifícios ostenta uma planta quadrada, mais frequentemente retangular, e sem qualquer abertura (Ruiz Osuna, 2009, p. 287), sendo geralmente considerados monumentos eminentemente honoríficos (Hesberg, 1994, p. 93).

No entanto, parece que este mausoléu em forma de templo deverá ter correspondido inicialmente a outra tipologia. Efetivamente, José Luís de Matos alertou para o facto de a estratigrafia da arquitetura denunciar uma profunda alteração desde o primitivo edifício até àquele que hoje é visível. Ainda assim, não parece adequar-se à função de *columbarium*, pois, embora coletivo, deveria estar destinado unicamente

aos membros da *gens* proprietária da *villa*. Não é fácil perceber qual seria a sua tipologia antes de assumir uma clara forma de templo. Embora retendo a definição de *columbarium* atribuída por José Luís de Matos, também poderia corresponder a um mausoléu de tipo torre em forma de edícula, idêntico a um dos identificados na *villa* romana de Pisões (Pereira et al., 2013). Quiçá a transformação do edifício tenha sido potenciada pelo facto de, enquanto edifício em forma de edícula, estar destinado apenas a um enterramento, enquanto a nova tipologia lhe permitia a acomodação de um número mais elevado de urnas cinerárias, colocadas nos vários nichos identificados.

A relação deste edifício com a necrópole é, aparentemente, de fácil entendimento. Enquanto este mausoléu monumental era utilizado pela elite proprietária da *villa*, a restante comunidade fazia-se sepultar a nordeste, em área mais afastada (v. fig. 1). A aparente inexistência de sepulturas de incineração nesta necrópole obriga, contudo, a ponderar acerca dos ritos utilizados enquanto prática de diferenciação social ou de vontades. Independentemente dos motivos que potenciaram esta diferenciação, é sobretudo evidente entre elites e plebe, pelo menos em âmbito rural. Nas cidades a dinâmica ritual funerária seria bastante mais complexa.

Embora se possa considerar que a necrópole estava destinada à plebe que vivia e trabalhava na *villa*, certamente que entre os seus membros também haveria quem se destacasse social ou economicamente. Talvez por este motivo, no limite norte da necrópole, tenha sido construído outro mausoléu. Contrariamente ao edifício antes tratado, localizado fora da necrópole e mais próximo às edificações residenciais da *villa*, este parecia estar destinado apenas a um único indivíduo (Matos, 1984-88, p. 120).

Esta necrópole deverá ter estado em funcionamento até ao século IV ou V, o que é comprovado pela existência, densa, de sepulturas com tipologias extensíveis até à última centúria, mas que também ofereceu sepulturas de tipologias várias construídas com *tegulae* (Matos, 1987), tijolos e outros materiais. Saliente-se ainda que esta é uma das necrópoles algarvias onde está atestada a existência de enterramentos infantis em contentores anfóricos (Pereira e Albuquerque, no prelo). A partir do século V, a realidade funerária parece mudar substancialmente, culminando no aparente abandono, ainda que paulatino, da necrópole Nordeste, formando-se outra, mais próxima da *villa*, implantada sobre uma anterior zona industrial (Bernardes, 2009, p. 338).

Fig. 2 – Mausoléu da vila romana do Cerro da Vila, Vilamoura (fotografia do autor).



Não obstante o que se pode aferir dos contextos funerários de Cerro da Vila, um estudo pormenorizado dos materiais, sepulturas e organização interna da necrópole pode vir a dar outros contornos à leitura dos espaços funerários da *villa*.

Embora Loulé Velho seja conhecido desde há muito, concretamente desde Frei Vicente Salgado (1796), nunca inspirou uma demorada e metódica investigação, além de algumas passagens de Estácio da Veiga (Santos, 1971, p. 151), Teixeira de Aragão (notícia do Diário de Lisboa de 1868) e Ataíde de Oliveira (1898). No ano de 1966, Afonso do Paço e José Farrajota visitam o local, de que resultou a descoberta de novos vestígios (1966). No entanto, a primeira intervenção arqueológica somente viria a acontecer algum tempo mais tarde, sob a direção de Manuela de Sousa (1971), que escavou o canto de uma das *cetariae* que estava a ser «engolida» pela maré. Mais tarde, Mário Varela Gomes e Manuel Pedro Serra intervieram no local (Gomes e Serra, 1996), colocando a descoberto estruturas que interpretaram como pertencentes a uma basílica que estaria associada a um enterramento e vestígios de outro. Mais recentes são duas intervenções efetuadas com o objetivo de minimizar o impacto da maré, em áreas com vestígios em risco (Bernardes, 2008), das quais uma foi realizada sobre uma sepultura romana (fig. 3).



As intervenções no local resumem-se, pois, em poucas palavras que não espelham a importância do sítio na Antiguidade, além de que os contextos funerários registados não apontam a existência de uma necrópole extensa. A localização da necrópole de Loulé Velho poderá estar ligeiramente mais para o interior, como aconteceu em outros sítios romanos litorais do Algarve, nomeadamente em Cerro da Vila (Matos, 1985; 1987; 1988 e 1991). Casos diferentes poderão ser as sepulturas identificadas durante a intervenção efetuada por Mário Varela Gomes e Manuel Pedro Serra (1996, p. 38) que, a serem mais tardias, espelham uma realidade habitual durante a Antiguidade Tardia, a apropriação do interior dos núcleos habitacionais por parte das áreas funerárias.

Infelizmente também para este sítio os dados atualmente disponíveis não são suficientes para que possamos dissertar mais e com maior segurança acerca dos espaços da morte. Na realidade os restantes sítios que forneceram dados sobre contextos funerários tampouco apresentam um panorama animador, como é o caso do sítio da Retorta. Sobre a localização deste sítio arqueológico não parece haver atualmente qualquer dúvida (Cadete, 2007, p. 396-397). Importa, contudo, remeter para os materiais da coleção de Estácio da Veiga, que podem ser inseridos num quadro cronocultural preciso e que são abordados neste mesmo volume por Andreia Arezes.

Após a passagem de Estácio da Veiga por este local, foi o padre Manuel Semedo Azevedo quem se interessou pelos vestígios aí existentes, informado pela *Monografia de Loulé*, de Ataíde de Oliveira (1905). O pároco referiu que também José Formosinho explorou algumas sepulturas no sítio da Retorta, das quais não temos, contudo, qualquer informação. Estes dados apontam para um momento avançado dentro do período da Antiguidade Tardia. Já havíamos visto que a placa de cinturão e a foíce (fig. 4) indicam uma cronologia posterior ao século VI, e os poucos materiais que Semedo Azevedo descreveu parecem corroborar, em certa medida, tal datação, ainda que admitamos

Fig. 3 – Sepultura aparecida no sítio de Loulé Velho no ano de 2010 (fotografia cedida pelo Museu Municipal de Loulé).

Fig. 4 – Lâmina de foíce proveniente da necrópole da Retorta, Loulé (Museu Nacional de Arqueologia, n.º 15125).



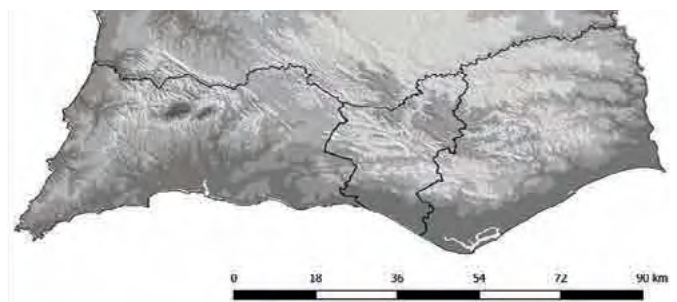
que possa recuar ligeiramente. Os referidos materiais, também abordados neste volume, restringem-se a artefactos metálicos de uso pessoal, concretamente braceletes e brincos. A tipologia dos túmulos, sucintamente descrita pelo pároco (1959, p. 119-120), também não permite supor uma utilização anterior ao referido período, já que se trata de sepulturas maioritariamente escavadas no solo, revestidas com lajes de pedra ou tijolo e com coberturas nos mesmos materiais.

O sítio da Quinta de Apra, também conhecido como Torres de Apra, foi originalmente divulgado por Estácio da Veiga. Os vestígios aí localizados têm permitido classificar o local como uma *villa* romana, associada à respectiva necrópole (Santos, 1972, p. 155-157; Marques et al., 1992, p. 237). Todavia, as informações compiladas são ainda bastante deficitárias e insuficientes para que possamos compreender, devidamente, o espaço da morte e a sua evolução. Dos contextos funerários de Apra é proveniente um conjunto de dez peças metálicas (Veiga, 1885), todas de bronze, particularmente objetos de uso pessoal (anéis e um brinco do tipo xi de Facsády (2009, p. 83-84)), que permitiram apontar uma cronologia que ronda o século v d. C. (Pereira, 2014, p. 331).

Outros sítios do concelho permitiram a recolha de dados sobre eventuais contextos funerários de época romana (fig. 5), como é o caso de Salir (Santos, 1972, p. 145; Pereira, 2014, p. 341) ou de Mata-Lobos (Alarcão, 1988, p. 208; Pereira, 2014, p. 338). Todavia, em ambos os casos trata-se somente de parcas notícias transmitidas de formas também díspares que impossibilitam qualquer dedução, ainda que daquele estejam depositados no Museu Nacional de Arqueologia um pequeno conjunto de materiais (Pereira, 2014, p. 341-342).

Mais problemáticos ainda são sítios como a Quinta do Freixo (Marques et al., 1992, p. 209), da qual se conhece um monumento funerário (Encarnação, 2008, p. 26), Torrinha (Saa, 1963, p. 138), Benafim (Vasconcelos, 1907, p. 367), onde o proprietário escavou uma sepultura mas da qual se desconhece o paradeiro do espólio recolhido, Alcarias (Oliveira, 1898, p. 102), Cerro (Oliveira, 1905, p. 149; Santos, 1972, p. 144), Quinta do Ludo (Pereira, 2014, p. 339) ou Mortórios (Oliveira, 1898, p. 87). Conquanto estes tenham sido dados a conhecer também por eventuais vestígios funerários e tenham sido classificados como tal, na verdade, é demasiado arriscado considerá-los necrópoles romanas sem outros argumentos.

Fig. 5 – Localização das necrópoles romanas no concelho de Loulé (do autor).



3. OS ESPAÇOS DA MORTE DE LOULÉ NO ÂMBITO ALGARVIO

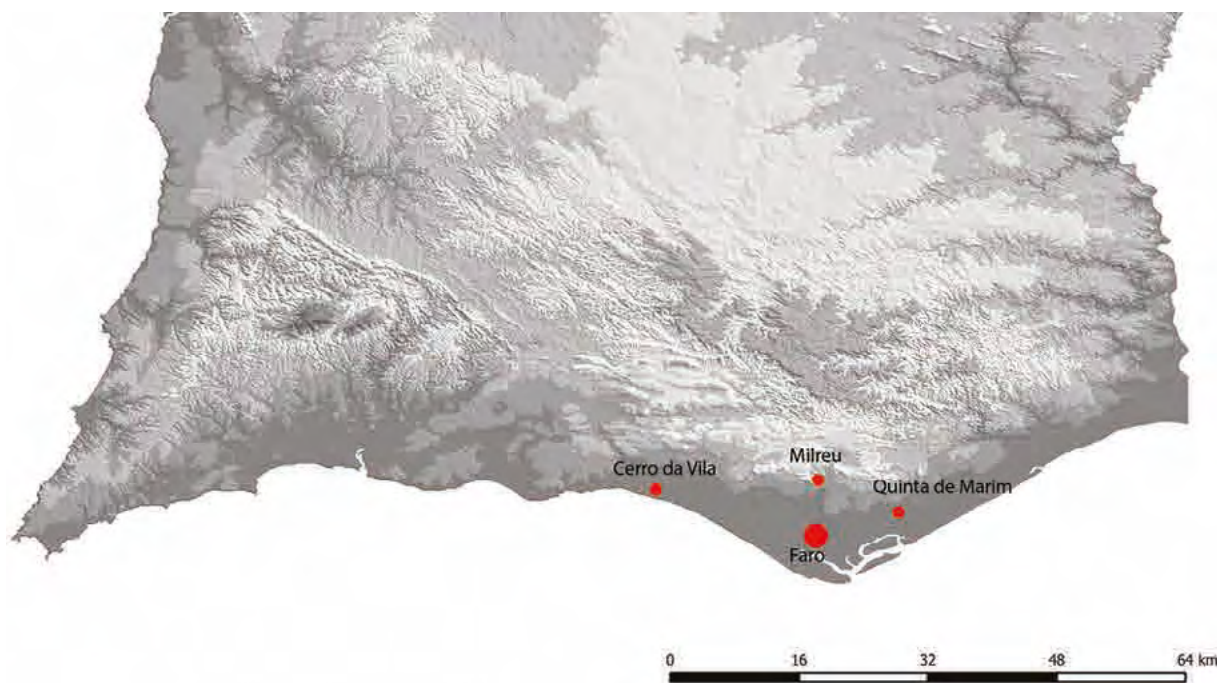
Como referimos antes, não é fácil entender os espaços da morte romanos identificados no concelho de Loulé sem que se insiram em uma área mais ampla, concretamente no território algarvio. Aliás, é esta análise, comparativa e ampla, que permite muitas vezes detetar padrões ou singularidades dos e/ou nos espaços da morte em época romana.

O concelho de Loulé deveria ter uma posição relativamente privilegiada na Antiguidade. Localiza-se na área central do atual Algarve, muito próximo de *Ossonoba*, o que lhe terá permitido o acesso a uma fluidez considerável de produtos, ideias e tendências. Este acesso era ainda potenciado pela proximidade ao mar. Com efeito, é evidente que a grande maioria dos sítios conhecidos de época romana se localize na faixa litoral, delimitada a norte pela serra algarvia. Evidentemente que esta realidade pode ser resultado de um menor investimento da investigação na área serrana, mas que, ainda assim, indica um certo padrão que justifica a uniformidade com que as tendências funerárias

circularam nessa área. Sabemos, a título de exemplo, que o momento em que se dá a transição do rito de incineração para o de inumação é praticamente homogêneo por todo o território algarvio e terá ocorrido durante o século II (Pereira, 2014, p. 433-436). Todavia, a esmagadora maioria de dados relativos a este concelho reportam informações que delatam o rito inumatório, desconhecendo-se, por ora, contextos funerários que ofereçam dados sobre aquele.

Ossonoba foi, sem dúvida alguma, o centro político-administrativo da atual região algarvia, auxiliado por outros centros como *Balsa*. Esta capitalidade fomentou a instalação de *villae* em seu redor que, embora as mais próximas se pudessem destinar sobretudo à produção e abastecimento do principal núcleo urbano, aquelas que se encontram a uma distância maior apresentam características que obrigam a considerá-las *villae* áulicas (fig. 6). No que respeita a contextos e estruturas funerárias, esta situação é delatada também pela presença de mausoléus, geralmente afastados das necrópoles comuns e destinados aos proprietários da *villa*, embora, como acontece no Cerro da Vila, alguns mausoléus possam ter sido edificados dentro dos limites das necrópoles.

Fig. 6 – *Ossonoba* e a localização das *villae* com mausoléus identificados (do autor).



De facto, os seus proprietários imitavam o modo de vida urbano e era no mundo rural que podiam expressar, de forma mais exuberante, a monumentalidade funerária. Todavia, contrasta com esta monumentalidade funerária dos proprietários a simplicidade com que os seus dependentes eram muitas vezes sepultados, em áreas distintas e mais afastados da zona habitada. Aliás, a dita separação contrasta inclusive com a realidade dos espaços funerários urbanos, onde geralmente os mausoléus eram edificados dentro dos limites da necrópole e próximos das vias de acesso à cidade (fig. 7). Não obstante, devemos ter também em conta que nos meios urbanos a acumulação cada-vérica era maior, o que obrigaria a uma maior contenção e concentração da área funerária.

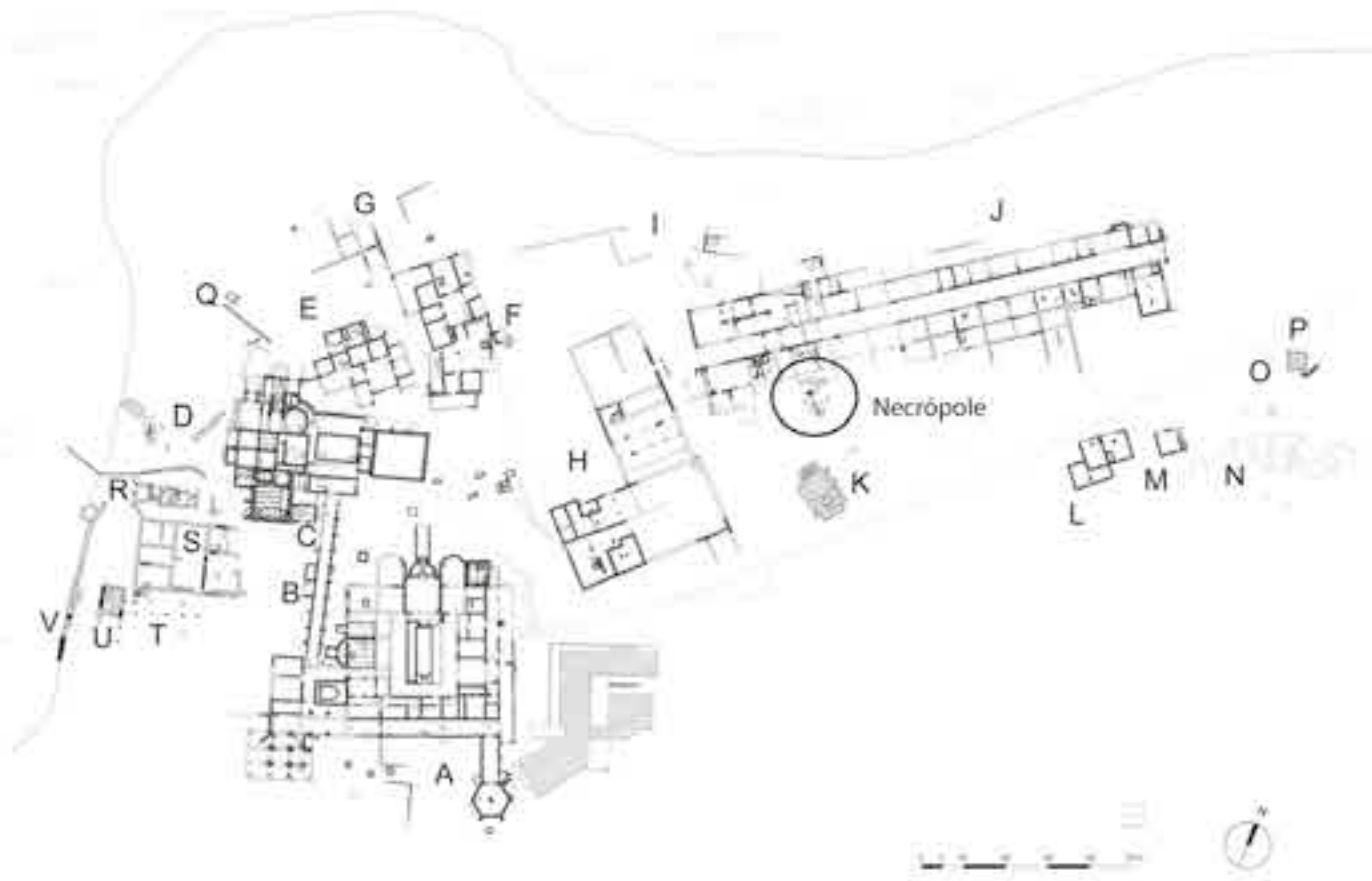
A arquitetura funerária não era apenas edificada em positivo, também no subsolo construían complexas sepulturas, utilizando materiais de construção, geralmente, de fabrico local/regional. Infelizmente, os casos conhecidos do concelho de Loulé não permitem grandes ilações. Sabemos que alguns dos espaços citados contiveram sepulturas construídas com tégulas, telhas

de meia-cana ou tijolos (maioritariamente formando caixas retangulares ou coberturas em forma de telhado de duas águas), por vezes convivendo com outras, realizadas com lajes de pedra. Conquanto a arquitetura funerária se mantenha relativamente inalterada, a partir do século III, especialmente nos *suburbia*, o Algarve deixa transparecer uma população cada vez mais preocupada com a simplicidade na morte, sobretudo no que respeita ao mobiliário funerário. Nas cidades o panorama alto-imperial de ostentação parece ter permanecido durante mais tempo, como acontece em Faro, protagonizado pelas elites que teimavam em continuar a usar as práticas tradicionais (Pereira, 2015).

Não é fácil garantir qual ou quais os motivos que estão por detrás deste fenómeno, porém, sabemos que é coincidente com dois acontecimentos sensivelmente coetâneos: a presença das primeiras comunidades cristãs no Algarve (Pereira, 2014, p. 449) e a chamada crise do século III (Remondon, 1967; Fernández Ubiña, 1982; Chic García, 2005), sendo mesmo admissível que ambos tenham responsabilidade compartida na ausência de espólio funerário a partir desse momento.

Fig. 7 – Uma das vias de acesso a Pompeia ladeada por várias edificações funerárias (antigo postal de Stengel, retirado de <http://pompeiiinpictures.com>).





É igualmente nesta altura que começam a aparecer no Algarve, nomeadamente na necrópole do Cerro da Vila, os primeiros enterramentos infantis em ânfora, rito sobre o qual também o Cristianismo tem seguramente responsabilidade na sua expansão (Pereira e Albuquerque, no prelo). Por outro lado, o fácil acesso a estes recipientes terá fomentado a sua utilização enquanto féretro, independentemente de ser utilizado *ex novo* ou reutilizado, pois a proximidade de *figlinae* seguramente permitia uma rápida e barata aquisição destes contentores.

Mas os espaços da morte de época romana em Loulé demonstram que as grandes transformações se dão sobretudo a partir do século V. No caso concreto de Cerro da Vila estas alterações terão culminado no aparente abandono, ainda que paulatino,

da necrópole Nordeste, formando-se outra, mais próxima da *villa* (fig. 8), implantada sobre uma anterior zona industrial (Bernardes, 2009, p. 338). Desconhecemos quais os motivos que terão justificado esta alteração das áreas funerárias. Tendo em consideração o momento em que se dá esta transformação, mais uma vez devemos forçosamente ponderar uma forte influência do Cristianismo, que, a partir do século V, clamava por uma desvinculação dos espaços da morte pagãos. Por outro lado, não é inédita esta implantação de espaços funerários em áreas antes ocupadas por estruturas industriais, que, num claro momento de retração populacional e habitacional nos principais núcleos, se aproximaram dos espaços domésticos ou industriais, inclusive sobrepondo-se a esses edifícios.

Fig. 8 – Planta do Cerro da Vila com localização dos contextos da Antiguidade Tardia (Teichner, 2016, fig. 5, adaptado).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1988) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Philips. Vol. II, fasc. 3. Gazetteer. 6. Évora, 7. Lagos, 8. Faro.
- ALMEIDA, F. (1962) – Arte visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 2, 4, p. 6-278.
- AZEVEDO, J. (1959) – Retorta. Antiga Carteia? In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. vol. II, p. 113-124.
- BERNARDES, J. (2005) – A relação entre campo/cidade. Os casos de Milreu e Ossonoba. In *Caminhos do Algarve Romano*. Faro: Câmara Municipal. p. 35-42. Catálogo.
- BERNARDES, J. (2008) – Intervenção arqueológica de emergência no sítio romano de Loulé-Velho (Quarteira). *Al-'Ulyà*. Loulé. 12. Separata.
- BERNARDES, J. (2009) – As transformações no fim do mundo rural romano no sudoeste peninsular: evidências e problemas arqueológicos (sécs. v-vii). *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 20, p. 323-348.
- CADETE, M.^a (2007) – Espólio da coleção de Estácio da Veiga, recolhido na estação lusitano-romana da Retorta, depositado no Museu Arqueológico do Algarve. *Xelb*. Silves. 7, p. 391-406.
- CATARINO, H. (2007) – Arqueologia da antiguidade tardia e do período islâmico do Algarve na época de Estácio da Veiga. *Xelb*. Silves. 7, p. 179-194.
- CHIC GARCÍA, G. (2005) – Marco Aurelio y Cómodo. El hundimiento de un sistema económico. *Annaeus: anales de la tradición romanística*. Madrid. 2, p. 45-66.
- CHIOFFI, L. (2005) – *Sepulchra in extremis finibus... etiam in mediis possessionibus sepulchra faciunt*. In SANTILLO FRIZELL, B. e KLYNNE, A., ed. lit. – *Roman Villas Around the Urbs. Interaction with Landscape and Environment*. Roma: The Swedish Institute in Rome. p. 125-133.
- ENCARNAÇÃO, J. (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Dissertação em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra para obtenção do grau de Doutor.
- ENCARNAÇÃO, J. (2008) – Epígrafes romanas de Loulé. Histórias antigas por desvendar! *Revista do Arquivo Municipal de Loulé*. Loulé. 12, p. 25-33.
- FACSÁDY, A. (2009) – *Jewellery in Aquincum*. Budapest: Az Aquincumi Múzeum Gyűjteménye 1.
- FERNÁNDEZ UBIÑA, J. (1982) – *La crisis del siglo III y el fin del Mundo Antiguo*. Madrid: Akal.
- GOMES, M. e SERRA, P. (1996) – Loulé Velho (Quarteira, Loulé). Resultados da Primeira Campanha de Escavações Arqueológicas. *Al-'Ulyà*. Loulé. 5, p. 29-49.
- HESBERG, H. von (1994) – *Monumenta. I sepulcri romani e la loro architettura*. Milán: Longanesi.
- MARQUES, M., coord. – ARAÚJO, A.; FARIA, A.; NUNO, C.; PINHEIRO, D. e LOURENÇO, F. (1992) – *Carta Arqueológica de Portugal, concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé e São Brás de Alportel*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- MATOS, J. de (1971) – Cerro da Vila. Escavações em 1971. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 5, p. 201-214.
- MATOS, J. de (1972) – Cerro da Vila. Campanha de trabalhos de 1972. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 6, p. 251-262.
- MATOS, J. de (1984-88) – Mausoléus do Cerro da Vila. *Arqueologia e História*. Lisboa. S. X, I/II, p. 118-122.
- OLIVEIRA, A. d' (1898) – *As mouras encantadas e os encantamentos no Algarve, com algumas notas elucidativas*. Tavira: Typographia Burocratica.
- OLIVEIRA, A. d' (1905) – *Monografia do concelho de Loulé*. Faro: Algarve em Foco Ed.
- PAÇO, A. do e FARRAJOTA, J. (1966) – Subsídios para uma carta arqueológica do concelho de Loulé. *Arqueologia e História*. Lisboa. S. 8, 12, p. 65-91.
- PEREIRA, C. (2014) – *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no Extremo Sul da Lusitânia*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Doutor.
- PEREIRA, C. (2015) – The Roman necropolis of Algarve (Portugal). About the spaces of death in the South of Lusitania. *Archaeopress Digital*.
- PEREIRA, C.; ALBUQUERQUE, P. (no prelo) – Inumações infantis em ânfora na Península Ibérica durante a época romana: a prática e o rito. *SPAL*. Sevilla.
- PEREIRA, C., SOARES, M. e SOARES, R. (2013) – Os mausoléus da villa romana de Pisões: a morte no mundo rural romano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 305-323.

REMONDON, R. (1967) – *La crisis del Imperio Romano: de Marco Aurélio hasta Anastacio*. Barcelona: Labor.

RUIZ OSUNA, A. (2009) – *Topografía y monumentalización funeraria en Baetica: conventus Cordubensis y Astigitanus*. Tesis Doctoral presentada a la Universidad de Córdoba para optar al grado de Doctor. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba.

SAA, M. de (1963) – *As grandes vias da Lusitânia: o itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: Soc. Astória. tomo IV.

SALGADO, V., Fr. (1786) – *Memórias ecclesiasticas do Reino do Algarve. Offerecidas ao EXC. mo e VER. mo Senhor Bispo de Béja*. Lisboa: Regia Officina Typográfica.

SANTOS, M.^a L. (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. vol. I.

SANTOS, M.^a L. (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. vol. II.

TEICHNER, F. (2016) – A Multi-Disciplinary Approach to the Maritime Economy and Paleo-Environment of Southern Roman Lusitania. In PINTO, I.; ALMEIDA, R.; MARTIN, A. – *Lusitanian Amphorae: production and Distribution*. Archaeopress. p. 241-255. (RLAMP; 10.)

VASCONCELOS, J. (1907) – *Sepultura Romana. O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 12, p. 367.

VEIGA, E. da (1885) – *Inventário do Museu Archeológico do Algarve, fundado em 1880 na Academia Real de Bellas Artes de Lisboa*.

DOS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS ROMANOS DE LOULÉ

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Mesmo que atribuamos a Apra os dois altares identificados em reutilização na igreja de São Romão, de S. Brás de Alportel, não chegam à dezena e são, na sua maioria, fragmentários os monumentos epigráficos romanos identificados no território do atual município de Loulé.

Explicarão os arqueólogos, melhor que eu, as razões dessa escassez. Em todo o caso, na recente mesa-redonda sobre a Lusitânia romana, realizada em Madrid (29/30-09-2016), o Doutor João Pedro Bernardes explicou, na síntese que teve a gentileza de me enviar, que, após um período longo em que o litoral mereceu maior atenção – tal como aconteceu com o fenómeno turístico –, agora também o Barrocal e, até, a Serra estão a ser percorridos com outros olhares. Cito:

«Apresentam-se dados estatísticos desde o século XIX até 2016 relativos aos sítios romanos, destacando-se o *boom* a partir da segunda metade da década de 90 do século passado até 2016 (de 240 para 570 sítios) ainda que a partir de 2006 o ritmo de crescimento tenha abrandado (456 em 2006 para os tais 570 em 2016).

Este ritmo foi sendo acompanhado pelo crescimento do número de arqueólogos municipais nos 14 concelhos do Algarve que os têm (de 4 em 1995 para 23 nos dias de hoje), que trabalham frequentemente em rede no quadro da mais ou menos informal rede de museus do Algarve.

Realçou-se a importância de exposições de arqueologia, de encontros científicos, como os Encontros de Arqueologia do Algarve, e ainda dos catálogos e publicações associadas, para mitigar os efeitos de arqueologia de contrato, dando a conhecer através

desses eventos muita da realidade arqueológica que foi sendo exumada e guardada nos depósitos».

O fator geográfico terá, sem dúvida, exercido também primordial importância: a Serra não se prestava à fixação humana: a estreita planície (aliás, fértil) que vem desde S. Brás, encaixada entre dois serros, seria mais local de passagem que de permanência. E, atendendo a que mais de metade das epígrafes (5 num total de 8) são votivas, seríamos até tentados a pensar que por ali interessava mais invocar os deuses que estabelecer moradia – escassos eram os recursos e não particularmente convidativas as condições climatéricas ao longo do ano. Apra terá sido – e a Arqueologia demonstrá-lo-á, decerto – o local propício para uma instalação mais duradoura. O topónimo Torre d'Apra, sabe-se, pode radicar em *turris*, designação comum para *villa*. Foi por ausência de significativos vestígios da ocupação romana no território da minha terra natal que, embora a contragosto, aventei a hipótese de terem ido de Apra para a construção da igreja de S. Romão os dois imponentes altares funerários (IRCP 64 e 67), sabido, como é, que, sendo de mui antiga tradição o culto a este santo, ainda haveria construções de pé na *villa* d'Apra quando o templo começou a construir-se. Foi Borges de Figueiredo quem os deu a conhecer, atribuindo-os, porém, ao lugar de S. Martinho, do concelho de Faro. Em informação a Hübner, Estácio da Veiga confirmaria, no entanto, o local de identificação, quando disse que um deles servira de «pedestal do púlpito da ermida». Dessa eventual proveniência «alheia» não resultará desdouro para S. Brás nem particular regalia para Loulé, cientes – como estamos – de que todo esse território estaria integrado no *ager Ossonobensis*. Estranhar-se-á, porventura, que os descendentes de *Caecilia Marina*, ao

2. QUE DIVINDADES?

Fonteius Philomusus mandou erigir dois altares. Num, a divindade vem identificada pelas siglas D · S · seguidas de um segundo S, que não vejo motivo para não se desdobrar em *S(acrum)*, como é hábito: a consagração confere ao monumento, por mais insignificante que seja, e ao local onde se ergue, um carácter sagrado, a impor respeito e a cominar de sacrílego quem o violar.

A dúvida – nossa, atual, que não a de então – prende-se com o significado das siglas, para que já houve propostas diversas, sempre tendo em conta ser dos raros monumentos que ostentam lateralmente símbolos atribuíveis a uma divindade guerreira ou, preferentemente, caçadora (o arco de um lado e a aljava do outro). Assim, de imediato nos surge a hipótese de o D significar *D(ianae)*, «à Diana». Não seria possibilidade descabida:

1.º) Porque a caça sempre foi bom complemento para a dieta alimentar e, concomitantemente, excelente exercício para testar a agilidade de homens e de animais. Não admira, por isso, que cenas de caça estejam representadas em mosaicos e, até, em baixos-relevos funerários (Encarnação, 2012), um tema vívido desde os tempos das gravuras rupestres paleolíticas aos azulejos palacianos do século XIX.

2.º) Porque, embora não seja uma divindade com muitos testemunhos na Lusitânia (Castelo Branco, 1959), é sintomática a sua presença algures nos arredores de Silves, numa modestíssima árula, onde apenas se lê *Dianae sacrum* (IRCP 57); e, por outro lado, natural se tornaria a sua invocação antes de se partir para uma caçada ou, no regresso dela, a oferta duma libação em ação de graças pelos troféus obtidos.

3.º) Porque o S seguinte é, mui verosimilmente, passível de se desdobrar em *S(anctae)* ou *S(ilvestri)*.

Do ponto de vista estritamente epigráfico – e dado que estamos em ambiente culto e ilustrado – afigura-se-me haver mais probabilidades de o D ser a sigla de *D(eae)* ou *D(eo)*, atributo amiúde usado para acentuar o carácter divino do nome seguinte. Nessa ordem de ideias, S deveria ser a sigla de uma divindade relacionável com as artes venatórias; por isso, a proposta *S(ilvano)*, divindade dos bosques, teria sentido: *D(eo) S(ilvano) S(acrum)*, inclusive porque se registam, na epigrafia peninsular, cerca de uma vintena de ex-votos a Silvano, amiúde precedido do atributo *deo* e – importa frisá-lo – na árula achada em Serros Altos, Albufeira (IRCP 61), volta a surgir a divindade identificada por uma sigla, o S precisamente, e, aí, a hipótese de se ler *S(ilvano)* ganha consistência, inclusive

pensarem no texto do epitáfio da sua avó (Marina faleceu aos 85 anos), tivessem querido acentuar que da cidade de *Ossonoba* era originária a sua família. Precusores de um olhar, finalmente, para as potencialidades do Barrocal, quando, até aí, os *Caecilii* se teriam preocupado mais com a atividade comercial e, para a subsistência diária, lhes houvessem bastado as várzeas que da ria se estendem para o interior, fáceis de agricultar até aos primeiros contrafortes das colinas, onde se fixaram os senhores de Milreu? Não me custa acreditar que sim, até porque o requinte do seu altar funerário, clássica e modelarmente decorado por rebaixamento com pátera, vaso de libações e crescente lunar, denuncia não escondida abastança.

Desses dois altares achados em S. Romão, também por ao sítio me ligarem as (sempre fundas) raízes do nascimento, já tive ocasião de sobejamente escrever (Encarnação, 2006).

Do fragmento para que propus a leitura TROPHIME acabei por gizar uma história (Encarnação, 2001-2002), forma que encontrei de englobar esta porção do Barrocal na influência de *Ossonoba*.

Como deu a entender João Pedro Bernardes, é bem natural que mais epígrafes nos ajudem a penetrar no âmago dos romanos aqui instalados. Das famílias conhecemos um *Fonteius*, um *Paccius*... De eventual onomástica indígena nem rasto até agora e os três *cognomina* de leitura garantida – *Philomusus*, *Trophime* e *Fronto* – sugerem uma população ilustrada, que conhece a mitologia, que faz gala em exhibir a graciosidade da nomenclatura oriental, não porque necessariamente de lá tenha provindo, mas por razões de moda em ambientes de certa cultura, aqui demonstrada também pelo uso correto dos formulários latinos correntes.

devido à decoração lateral do monumento: dum lado, um punhal e, do outro, uma cabra.

Esta é, porém, conceda-se, uma discussão meramente académica:

1.º) Porque só se poderá chegar a uma conclusão se, nas proximidades, vier a ser descoberta outra ara em que o nome da divindade venha por extenso ou, pelo menos, mais compreensível;

2.º) Nada muda de significativo, de ponto de vista histórico-cultural, uma vez que, de certo modo, se equivalem os atributos de Diana e Silvano;

3.º) Porque, quer num caso quer noutra, estamos perante a manifestação de culto a uma divindade romana – e este, sim, é um aspeto relevante, por nos dar conta de uma população de onomástica etimologicamente latina a prestar culto a divindades romanas.

E, neste ponto, importará referir que a inscrição onde *Paccius Fronto* figura como dedicante (IRCP 62) poderá ter sido consagrada (SACRVM lê-se claramente na linha 2) ao deus Marte ou aos Lares: [M]AR[TI] vel [L]AR[IBVS]. Anote-se que é um texto gracioso e de grande regularidade, de caracteres mui bem delineados, a denotar um lapicida sabedor, que, inclusive, delimitou inferiormente o campo epigráfico com um filete, não nos sendo possível, devido aos maus tratos que a pedra aí sofreu, sugerir a hipótese de a fórmula votiva final ter sido gravada sob esse filete.

3. A «OUTRA» EPÍGRAFE

Fonteius Philomusus mandou gravar outra epígrafe, que se achou no sítio da Retorta, Boliquire, enquanto a primeira se reaproveitara na torre da igreja matriz de S. Clemente.

Só que – não sabemos, por enquanto, em que época, mas poderia ter sido nos primórdios da monarquia portuguesa, após a conquista do Algarve aos Mouros – alguém martelou as duas primeiras linhas e aí escreveu HIC / ALFON, cujo verdadeiro significado também se desconhece.

Não creio, francamente, que tenha havido uma reutilização como lápide funerária: «Aqui (jaz) Afonso». Inegável é que se conhecia o latim (aproveitou-se a sílaba final de *Philomusus* para escrever *Alfonusus*) e se sabia que *hic* era um advérbio e não um pronome demonstrativo. Não se ignorou, todavia, o resto do texto, ao que parece, porque, para o segundo utilizador da lápide, poderia haver um novo sentido: «Aqui Afonso, por voto, pôs de livre vontade». Terá com-

preendido que o formulário se enquadrava num âmbito religioso? Não grafou *Alphonsus* – com Ph – mas talvez percebesse um pouco de latim, uma vez que em latim ainda se escrevia nos séculos XII e XIII.

E se se tratar da reutilização da pedra como marco delimitativo de propriedade? Viável, esta interpretação? Teoricamente, sim; na prática, para a comprovar seria preciso conhecer exatamente o local onde a ara, de 64 cm de altura, foi encontrada e em que posição (se marco, deveria estar na vertical) e, seguidamente, lograr, em mui laboriosa – e eu diria impossível... – pesquisa nos registos prediais, sem, no entanto, termos a menor ideia de em que época terá vivido este Afonso proprietário (entre tantos que em Loulé existiriam), que, para nosso sossego, bem podia ter mandado gravar o seu nome na face posterior da epígrafe e não nos causaria tantos problemas assim!...

Pela total equivalência paleográfica, não se tem posto em dúvida a identidade do primitivo dedicante, *Fonteius Philomusus*, nem que ambos os monumentos saíram da mesma oficina. Perguntar-se-á, no entanto, se o ex-voto teria sido colocado à mesma divindade. Ainda que se registre no mundo romano repetição de ex-votos, no mesmo local ou em locais diferentes, o mais normal é o mesmo dedicante prestar culto a mais do que uma divindade. Veja-se o bem conhecido exemplo de *Caius Cantius Modestinus*, eventual cidadão igaeditano, que mandou erigir templetas a Marte, a Vénus, a Vitória e ao Génio do Município (Mantas, 1992 e 2002). Sintomático é igualmente o caso de *C. Caesius Sabinus* que, em Sarsina (Itália), mandou lavar, pelo menos, seis estátuas para serem colocadas no santuário urbano que ele próprio certamente mandou edificar e só numa base – a consagrada *Deis Publicis* – se identifica por extenso; nas outras, dedicadas a Apolo, Júpiter Ótimo Máximo, Minerva e *Spes* (na sexta desapareceu o nome da divindade), o seu nome vem em siglas C · C · S (Susini, 1985, p. 40-43).

4. AS PESSOAS

O que de muito aliciente, do ponto de vista histórico, nos trazem as epígrafes romanas é a identificação dos personagens nelas intervenientes. E o epigrafista não resiste, por conseguinte, a tentar saber algo mais.

No caso, por exemplo, do *Fonteius Philomusus*: haverá muitos *Fontei* na Hispânia romana? Claro que não poderemos, sem mais, admitir relações de parentesco, ainda que, em determinadas circunstâncias, tal hipóte-

se se possa arriscar. E *Philomusus*? *Philomusus* é nome pessoal; libertos, mui provavelmente de uma *gens Fonteia*, manteve o nome de escravo: φιλόμουσος, em grego. Dele, haja muitas ou haja poucas pessoas com esse nome (e há muitas!), somente se poderá dizer que patenteia o bom gosto dos seus senhores (*domini*), uma vez que significa, à letra, «o amante das musas», «o culto». E se o nome foi dado expressamente pelas qualidades que o escravo demonstrara, seríamos tentados a afirmar que poderíamos estar, de facto, perante um homem ilustrado, quiçá um poeta ou músico ou preceptor das crianças da família.

A pesquisa sobre a ocorrência de *Fontei* na Hispânia aponta, neste momento, para a seguinte conclusão, com base nos dados colhidos em HÉPOL: dos 14 testemunhos, sobressai a presença de quatro notáveis em Tarragona, um deles, *L. Fonteius Maternus Novatianus*, com duas homenagens, chegou a ser flâmine da Província da Hispânia Citerior e foi galardoado com a ordem dos cavaleiros (*exornatus equo publico*); e de outros quatro em Valência, predominantemente libertos.

Torna-se, por isso, aliciante sublinhar, com mais este argumento, a conhecida ligação da costa meridional da Lusitânia (atlântica) com a orla marítima da Hispânia Citerior, mediterrânica (Mantas, 1998 e 2005). No conjunto dos testemunhos epigráficos do Império Romano, haverá cerca de 3000 testemunhos da ocorrência de *Fontei*, um pouco por todo o lado.

Quanto a *Paccius*, além dos outros dois exemplos do *conventus Pacensis* – *Lucius Paccius Marcianus*, que foi um dos curadores da homenagem a Tito Rutilio Tusciliano, da vizinha Balsa (IRCP 80), e *Paccia Lepidina*, de Tróia (IRCP 219) – há apenas uma dezena de exemplos peninsulares, não significativos.

Apenas nos falta falar do *cognomen Fronto*: é de origem latina e extremamente frequente (mais de mil testemunhos), porque detém um significado concreto: «o de testa grande».

5. CONCLUSÃO

Já tive ocasião de salientar o significativo grau de cultura que, apesar de mui escassas, as epígrafes romanas achadas no território de Loulé denunciam.

E, nesse aspeto, o levantamento fotogramétrico e cálculo do MRM, realizado por Hugo Pires, da Universidade do Porto, ao permitir avançar numa nova proposta de leitura do notável texto tão desgastado da Quinta do Freixo (Benafim), confirma cabalmente essa afirmação (fig. 1).



Assim, é-nos agora possível propor uma nova leitura – ainda que assaz provisória e problemática – com base, de modo especial, na figura que se apresenta:

[...] [?] / ODA [?] [...] RIAE [...] / QVAE VIXIT ANNIS XXI
(*uno et viginti*) MEN/SIB(us) · II (*duobus*) DIEB(us) XI
(*undecim*) POSTVMVS [?] / VXORI MERENTISS(*imae*)
PRIMAE / ⁵ IVVENTVTIS FORMA DECOR(A) / AD-
Q(ue) PRAECELLENS POST[...] [?] / [...]COS PERIT [...] /
PVELLAM QVA[...] [...] / SIBI SIMILEM PRO{N} NOMEN //
H(ic) · S(ita) · E(st) · S(it) · T(ibi) · T(erra) · L(evis) ·

A [...], que viveu 21 anos, 2 meses, 11 dias – Póstumo (?) à esposa de elevado mérito. Ornada com a forma da primeira juventude e eminente [...] menina [...] semelhante a si. [?]. Aqui jaz. Que a terra te seja leve.

Fig. 1 – Inscrição da Quinta do Freixo (Benafim) cat. 176. Levantamento fotogramétrico e cálculo do MRM realizado por Hugo Pires (Universidade do Porto).

Compreende-se a dor de Póstumo perante a morte prematura de sua mulher, cujo nome figurava nas linhas superiores destruídas e cuja idade vem, por isso, especificada em anos, meses e dias, um tópico que é, aliás, corrente na epigrafia da vizinha Quinta de Marim (Olhão). Pode ser que o lamento em relação a essa dolorosa precocidade esteja também exarado a seguir a *praecellens*, atendendo ao facto de nos parecer ler *perit* [?] – por *perit* [?], «pereceu» (?) – e à ocorrência da palavra *puella*, considerando-a, portanto, uma jovem. A seguir à indicação do nome, idade e parentesco da defunta, e a dedicatória (*uxori merentissimae*) começa outra oração, que contém um elogio fúnebre com os tópicos habituais para a mulher: *primae iuventutis forma decora, praecellens...* Por outro lado, *sibi similem* parece vir na sequência de *puellam* e seria tentador ler aí algo como «não existiu jovem semelhante a ela». Contudo, Rocío Carande tem uma outra sugestão: «La *puellam sibi similem* de l. 8-9 creo que es una hija que dejó la difunta», que, por conseguinte, seria a imagem da mãe.

A convicção – desde logo afastada por Gómez Pallarés – de que não se trata de um poema funerário volta agora a ser considerada pela Professora Rocío Carande, que escreveu:

«La expresión *primae iuventutis formae... praecellens* es bastante rebuscada, lo que hace sospechar que pueda haber versos. Hay una inscripción de Túnez, CLE 1240, con una secuencia parecida, aunque elogiando a un hombre: *studi(i)s praecellens forma[q(ue)] / decorus*.

Creo que lo que se aprecia es susceptible de encajar en hexámetros dactílicos, aunque con algunos problemas de prosodia (abreviación de *ae*) que no son raros en los ss. II-III, y desde luego sin separación alguna del texto anterior en prosa. La parte métrica comenzaría en *primae*.»

O final PRONNOMEN resulta estranho e de difícil explicação. C. Fernández sugere uma leitura *pro{n} nomen*, eliminando um dos NN, podendo assim estabelecer-se uma relação entre o nome da defunta e o do marido («parecida a ele pelo seu nome»). Não há, contudo, paralelos que validem essa proposta. Por isso – e atendendo sobretudo à presença dos dois NN), em AE 2008, 637, se opta por colocar a hipótese de se tratar de uma regravação, o que, tendo em conta que as características paleográficas das letras são, em tudo, semelhantes às do resto da epígrafe, não me parece aceitável.

Nem tudo ficou esclarecido, como se desejaria, na interpretação desta invulgar epígrafe. Uma conclusão, no entanto, é segura: a sua extensão e estrutura extravasam o epitáfio habitual e permitem pô-lo em paralelo com outros em que o marido tece múltiplos elogios à esposa falecida¹. E tal característica não deixa de ser verdadeiramente invulgar. E confirma-se, pelo menos no que aos monumentos epigráficos diz respeito, o elevado grau de cultura dos romanos que viveram no território do atual concelho de Loulé.

O tipo de letra utilizado e a abundância de adjetivos levam-me a sugerir que este monumento deva datar-se da segunda metade do século II da nossa era².

NOTAS

1. A Prof.^a Concha Fernández recordou, a título de exemplo, a inscrição de África CIL VIII 11 294, em que o marido diz de *Postumia Matronilla* que ela teve, entre outras qualidades, as de ser *incomparabilis coniux, mater bona, avia piissima, pudica, religiosa, laboriosa...*
2. Tive ocasião de recorrer, por sugestão do Prof. Juan Manuel Abascal, a Concha Fernández, professora catedrática de Latim da Universidade de Sevilha, que, por sua vez, entrou em contacto com uma sua colega, Rocío Carande, da mesma universidade. Ambas se entusiasmaram com o texto e me deram preciosas sugestões, de tal modo que, na realidade, posso considerar a leitura e interpretação ora apresentadas, ainda que, com algum carácter provisório, como fruto da troca de impressões entre nós os três. Às professoras Concha e Rocío devo, pois, os meus maiores agradecimentos: sem o seu apoio, não teria conseguido chegar aqui; e também por isso lhes lancei o repto de, com mais tempo, virem a preparar por escrito a reflexão pormenorizada que o texto merece, na certeza de que o resultado dessa reflexão terá pronta aceitação nas páginas do Boletim Cultural da Câmara Municipal de Loulé, a prestigiada revista *Al-'Ulyà*. Agradeço também a Hugo Pires as fotografias que nos proporcionou, sem as quais não poderíamos ter chegado sequer a esta proposta de interpretação, mais fundamentada.

BIBLIOGRAFIA

- BERNARDES, J. P. (no prelo) – O Sul da Lusitânia Romana nos últimos 25 anos: avanços e novas perspectivas de investigação. In *Lusitania Romana: del pasado al presente de la investigación*. Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana, 9, Madrid, 2016.
- CASTELO BRANCO, F. (1959) – Vestígios do culto de Diana em Portugal. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 69, p. 5-18.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2001-2002) – A história de uma escrava romana. *Al-'Ulyà*. Loulé. 8, p. 23-33.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2006) – *Cecília Marina, Ossonobense*. Lisboa: Apenas Livros.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2008) – Epígrafes romanas de Loulé – histórias antigas por desvendar! *Al-'Ulyà*. Loulé. 12, p. 23-33.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2012) – O singular monumento funerário romano de Soure (*Conventus Scallabitanus*). *Espacio, Tiempo y Forma*. [Em linha]. S. II, 25, p. 245-260. Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/10316/21674 >.
- ENCARNAÇÃO, J. d' e GONÇALVES, M. J. (2008) – Ara funerária da Quinta do Freixo (Benafirim, Loulé) [Em linha]. *Xelb*. Silves: Câmara Municipal. 8, vol. II, p. 109-115. Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/10316/10508 >.
- HEpOL [*Hispania Epigraphica on line*] – <http://eda-bea.es/>.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, J. d' (2013) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/10316/578 >.
- MANTAS, V. (1992) – Evergetismo e culto oficial: O construtor de templos C. *Cantius Modestinus*. *Religio Deorum*. Barcelona. p. 239-249.
- MANTAS, V. (1998) – Navegação, economia e relações interprovinciais: Lusitânia e Bética. *Humanitas*. Coimbra. 50, p. 199-239.
- MANTAS, V. (2002) – C. *Cantius Modestinus* e os seus templos. In RIBEIRO, J. C., com. cient. – *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 231-234. Catálogo.
- MANTAS, V. (2005) – A Lusitânia e o Mediterrâneo: identidade e diversidade numa província romana. In *Jornadas / Congresso da Revista Arquivo de Beja*, 3, Beja, 2000: *culturas, identidades e globalização*. Beja. vol. 1, p. 151-167.
- SUSINI, G. C. (1985) – Scrittura e produzione culturale: dal dossier romano di Sarsina. In *Cultura epigrafica dell'Appennino: Sarsina, Mevaniola e altri studi*. Faenza: Fratelli Lega Editori. p. 71-139.

APROXIMACIÓN A LA CIRCULACIÓN MONETARIA DEL CONCEJO DE LOULÉ EN ÉPOCA ROMANA

NOÉ CONEJO DELGADO

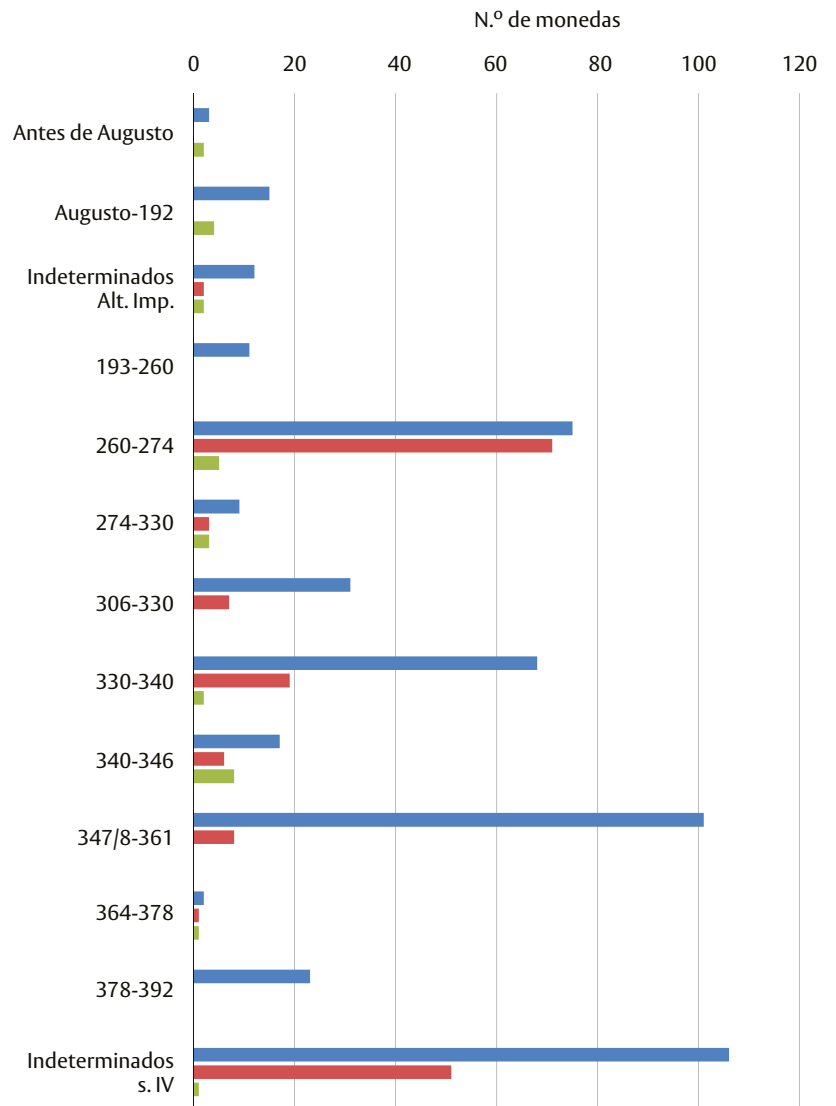
La moneda como objeto arqueológico proporciona al historiador un amplio bagaje crono-cultural digno de ser estudiado. Iconografía, leyendas, toponimias, titulaturas y evidencias de una economía y sociedad prertéritas son en resumen su esencia. Conociéndose de la existencia de un gran número de evidencias numismáticas en las zonas rurales del concejo de Loulé, no se dudó en realizar una revisión y una selección de piezas, con las cuales poder ilustrar los diferentes momentos de la economía del Imperio Romano en este territorio, y a su vez, ponerlo en relación con otros cercanos.

El yacimiento que más moneda ha aportado, y de donde proceden la mayoría de las piezas expuestas, es Cerro da Vila. Un lugar situado a escasos metros de la población de Quarteira, que es interpretado recientemente como una aglomeración secundaria surgida en torno a un puerto, donde se observan tanto zonas residenciales con opulentas decoraciones como lugares destinados a la producción y almacenamiento de procesados marinos (Teichner, 2007, p. 122). La amplitud cronológica de los restos y su dinámica económica justifican el descubrimiento de más de 450 piezas diseminadas por toda la extensión del yacimiento, con una antigüedad que comienza en el siglo II a. C. y

termina en el siglo V d. C. A pesar de haberse excavado recientemente, el registro monetario no fue documentado con exactitud, es decir, no se conoce actualmente la ubicación exacta del hallazgo de cada moneda, por lo que la lectura que vamos a efectuar, tanto de estas piezas como de otras, será con un carácter aproximado. Por su parte, el yacimiento de Quinta do Lago es el segundo lugar que más moneda ha aportado, con un total de 170 piezas. Con una cronología situada entre los siglos I d. C. y el V d. C., esta factoría de salazones tiene un amplio desarrollo durante el siglo III d. C., ya que es el periodo que más registro arqueológico ha aportado (Arruda, Fabião, 1990). Por ende, las monedas que hemos revisado de este lugar se encuentran acotadas a ese mismo siglo, hecho que nos permite realizar una comparativa entre éste y Cerro da Vila. Por último, con un número muy inferior de piezas, 26, se encontraría Loulé Velho. Un pequeño yacimiento situado también cerca de Quarteira donde se documentaron restos de mosaicos, termas y prensas de aceite (Alarcão, 2009, p. 637: 8/300). Las monedas que hemos estudiado se encuentran tanto en el Museu Nacional de Arqueología, el Museu Municipal de Loulé y el Museu Municipal de Faro.

Con un total de 667 piezas, más del 90% de ellas son acuñaciones en bronce, existiendo escasas monedas de plata u oro. Por tanto, podemos afirmar que la moneda hallada en los tres yacimientos está compuesta principalmente por piezas de uso cotidiano, siendo estos hallazgos aislados ejemplos de progresivas pérdidas, algunas de ellas motivadas por el escaso valor de la acuñación. No obstante, atendiendo al registro monetario podemos observar una dinámica muy similar entre ambos yacimientos, e incluso con otros situados en la misma costa, que a pesar de presentar una cantidad de moneda inferior, muestran un mismo patrón, como también se ha podido advertir en una comparativa realizada entre estos lugares y otros lusitanos, donde se aprecian casi los mismos valores a lo largo de los diferentes periodos históricos.

Cronología	Cerro da Vila	Quinta do Lago	Loulé Velho
Antes de Augusto	3	0	2
Augusto – 192	15	0	4
Indeterminados Alto Imperio	12	2	2
193 – 260	11	0	0
260 – 274	75	71	5
274 – 306	9	3	3
306 – 330	31	7	0
330 – 340	68	19	2
340 – 346	17	6	0
347/8 – 361	101	8	8
364 – 378	2	1	0
378 – 392 AE2	23	0	1
378 – 392 AE3/4	2	0	0
Indeterminados	106	51	1
Total	473	168	26



Las monedas más antiguas son anteriores al reinado de Augusto (27 a. C. – 14 d. C.). De entre ellas resalta una pieza griega de época imperial romana de bronce acuñada en Tesalónica entre el 31 a. C. y el 269 d. C. y una moneda de plomo emitida por la vecina Ossonoba en el siglo I a. C. Se ha decidido escoger ambos ejemplares no sólo por la antigüedad de su emisión, sino también por ilustrar en cierta medida cómo las zonas rurales del Algarve se encuentran inmersas en los diferentes círculos comerciales del momento. Es lógico que las monedas de Ossonoba aparezcan en contextos rurales cercanos a la ciudad emisora, debido principalmente a la proximidad, pues también se han documentado en la villa romana de Milreu (Teichner, 1997, p. 155). En lo que concierne al bronce griego su hallazgo en Cerro da Vila puede estar relacionado con otros aspectos no tan económicos. Sin contar con datos relativos a su hallazgo, atendiendo al desgaste, se puede observar una circulación muy prolongada debido a su dilatada fecha de emisión. Su llegada al territorio algarvío podría estar también relacionada con importaciones mediterráneas, ejemplo de ello puede resultar las evidencias de vino itálico que se han documentado en varios yacimientos del Algarve, y próximos a los situados en el concejo de Loulé (Arruda y Almeida, 1999, p. 331; Viegas, 2011, p. 581).

Por lo que respecta a la moneda de época imperial (desde Augusto hasta el 235 d. C.) tan sólo se han identificado un total de 26 ejemplares, los cuales representan un 3,89% sobre el total. Con una ausencia de monedas emitidas por las cecas hispanas, no son pocas las piezas de imitación a nombre de Claudio I, las cuales tienen una presencia generalizada en la Península Ibérica (Ripollès, 2002, p. 200) y en yacimientos cercanos como Belo (Bost et al., 1987, p. 55). El resto de monedas corresponden a emisiones de época antonina donde se ha destacado un denario de Antonino Pio procedente de Loulé Velho y un sestercio de Marco Aurelio hallado en Cerro da Vila. La elección de un sestercio y un denario como monedas representativas de este periodo no es baladí, ya que Arias Ferrer (2012, p. 201) ha identificado ambos tipos como los valores más representados en la circulación monetaria de las áreas rurales de la Lusitania. La presencia de altos valores del bronce durante el siglo II d. C. se ha interpretado como una subida de la moneda circulante y una paulatina subida de precios (Ripollès, 2002, p. 204). En cuanto a la moneda de plata, ésta crece considerablemente durante el siglo II, siendo justificado este hecho por un aumento de la cantidad de riqueza (Ripollès,

2002, p. 204) y la prosperidad y tranquilidad que está viviendo el Imperio por estas fechas. En cuanto a la dinastía severa (193-235 d. C.) tan sólo se han documentado dos piezas, una emitida por Septimio Severo y otra por Julia Mammea. Esta cantidad ínfima de monedas es también observada en otras zonas lusitanas (Arias Ferrer, 2012, p. 198). Resulta llamativa la ausencia de monedas acuñadas por Alejandro Severo, siendo éste uno de los más documentados por toda la provincia romana (Ruivo, 2008, p. 276).

La primera mitad del siglo III d. C. está marcada también por escasas monedas, de donde sobre salen emisiones de Gordiano III, Trajano Decio y una sola pieza de Treboniano Gallo. Estos bronceos son la prueba de la renovación monetaria que vive las provincias hispanas hasta el reinado de Valeriano (Bost et al., 1992, p. 105, 115; Ruivo, 2008, p. 278). Se ha tomado de referencia un sestercio de Gordiano III procedente de Cerro da Vila, al ser según los autores anteriores, uno de los valores más circulados durante su reinado y años posteriores.

A partir del 260 d. C. la situación cambia considerablemente a causa de la paulatina reducción del contenido de plata del antoniniano, generando así un aumento significativo de la masa circulante y una consecuente inflación, sobre todo entre los años 260-275 d. C. (Ripollès, 2002, p. 2008). De hecho, como en el resto peninsular, en la Lusitania este es el periodo que más moneda ha aportado durante el siglo III (Ruivo, 2008, p. 281), como también sucede en las áreas rurales de Loulé, donde se han documentado un total de 151 piezas, un 22,63% con respecto al total. Las monedas emitidas por Galieno, Claudio II y las imitaciones acuñadas a la muerte de éste último con el título de *Divo Claudio* componen el grueso de este periodo. Monedas que han perdido su escaso porcentaje en plata y que a simple vista pueden ser consideradas emisiones de bronce, como la pieza de Galieno con reverso de *Marti Pacifero* que ha sido tomada para esta exposición y que procede de Cerro da Vila. Las emisiones tanto de Galieno como de Claudio II son numerosas en todos los yacimientos estudiados, pero, sin duda, son las imitaciones de Claudio II las más representadas. Éstas son emitidas a partir del 270 d. C. y presentan módulos irregulares y no muy buenas conservaciones, debido principalmente al carácter no oficial de su emisión. De entre las aparecidas en los yacimientos del Concejo de Loulé, se ha decidido tomar una de las documentadas en Cerro da Vila por su buen estado de conservación. La aparición y difusión de estas piezas es hoy un misterio

(Ripollès, 2002, p. 209), los hallazgos en los diversos yacimientos de la Lusitania no pasan desapercibidos, bien por el volumen, bien por su dilatada circulación. Ruivo ha documentado piezas de Divo Claudio en contextos de finales el siglo IV (Ruivo, 2008, p. 282, 283). Para este autor, estas elevadas cantidades se deben a una depreciación de la moneda a causa de su ínfimo valor, no propiciándose su recuperación en caso de pérdida (Ruivo, 2008, p. 283).

El último tercio del siglo III d. C. es escasamente representado, pues solo se han documentado algunas piezas que son herencia de la reforma monetaria establecida por Diocleciano. La escasez de moneda no solo se observa en las áreas rurales de Loulé, sino también en el resto de la Península Ibérica, interpretándose este hecho como el exiguo impacto que tuvo esta reforma en la economía monetaria hispana (Ripollès, 2002, p. 210).

Por lo que respecta al siglo IV, es el periodo que más moneda ha aportado sobre todo el conjunto. De hecho, la moneda de esta época documentada en el yacimiento de Cerro da Vila corresponde con casi la mitad de su numerario. Se observan tres periodos bien diferenciados en el conjunto de monedas estudiadas: la primera mitad de siglo, la década de los años 50's y el último tercio de siglo.

En el primero de ellos se aprecian las diferentes reformas efectuadas por el emperador Constantino, de ahí que se hayan documentado piezas en Cerro da Vila emitidas por este mismo entre el 313 d. C. y 318 d. C. Los *folles* acuñados presentan en el reverso la leyenda de *Soli Invicto Comiti* y van acompañados por una alegoría del dios Sol que porta clámide en su hombro izquierdo, globo en su mano izquierda y su mano derecha levantada. La reforma del bronce argentífero del 318 d. C. generará monedas de menor peso, llamadas a partir de ahora *nummus*, con gran variedad de tipos monetarios, destacándose el *Beata Tranquilitas* (Altar con la inscripción VO/TIS/XX, sobre él un globo con decoración de líneas, Encima tres estrellas) y los *Vota* (inscripción dentro de corona), además de otros emitidos por tetrarca orientales como el de *Iovi Conservatori* (Júpiter a izquierda, porta victoria sobre globo, a sus pies un águila con una corona en el pico, y un cautivo en la parte derecha) (San Vicente, 1999, p. 70; Ripollès, 2002, p. 211). La pieza elegida para esta fecha es un *nummus* emitido por Constantino en la ceca de Ticinum (actual Pavía, Italia) en el año 320. En su anverso se hace referencia al tipo *Vota* que acabamos de mencionar. En la década de los años 30's de este siglo ocupa gran protagonismo las emi-

siones de Constantino y sus hijos con el reverso *Gloria Exercitus* caracterizado por dos soldados, de frente, que portan lanzas y escudos. En medio de ambos hay o bien dos estandartes o uno solo (San Vicente, 1999, p. 76, 77). Estas piezas también son numerosas en Cerro da Vila, donde no se ha decidido escoger ningún ejemplar para esta exposición debido a su mala conservación.

La mitad del siglo IV d. C. está caracterizada por un segundo periodo inflacionario (desde el 348 al 361 d. C.) donde entran en juego las monedas con reversos del tipo *Fel Temp Reparatio* sobre todo a partir de la reforma monetaria establecida por Constancio II a partir del 354 (San Vicente, 1999, p. 81, 82). Tanto en Cerro da Vila (superando la centena de ejemplares) como en Quinta do Lago y Loulé Velho, las piezas con esta leyenda y el tipo de soldado lanceando a jinete caído son las más frecuentes, de ahí que se hayan elegido tres piezas como más representativas. También es cierto que gran parte de las monedas identificadas pueden ser consideradas imitaciones, debido a la tosquedad de sus tipos y la irregularidad de los pesos. Varios autores consideran que la existencia de este tipo de monedas está relacionada con una necesidad de numerario promovido por un aumento de actividades comerciales (Ripollès, 2002, p. 212). En esta misma década aparecen también representadas en Cerro da Vila algunas emisiones de los usurpadores Magnencio y Decencio. Pequeños bronce que portan en el reverso el tipo *Vict dd nn avg et cae*: Dos victorias, frente a frente, sostienen una corona en la que está escrito VOT/V/MULT/X. Encima un crismón.

El último tercio del siglo IV d. C. está condicionado por nuevas reformas monetarias. En primer lugar la acuñación del AE2 dentro de la dinastía valentiniana (Graciano, Valentiniano II y Teodosio I serán los emisores). Una nueva moneda, más grande y de mayor calidad, que se caracteriza por el tipo *Reparatio Reipvb*: Emperador a izquierda, sostiene victoria en mano y levanta a mujer arrodillada con corona torreada (San Vicente, 1999, p. 87). Estas piezas serán emitidas desde el 378 hasta el 383 y su difusión será bastante amplia por todo el imperio. Se ha tomado de ejemplo una pieza acuñada por Graciano en la ceca de Arelate (actual Arlés, Francia) y que procede de Cerro da Vila. También está presente en los yacimientos de Loulé las monedas emitidas entre el 383 y el 388 d. C. por el usurpador Magno Máximo. Este acuña el mismo tipo anterior produciendo una masiva cantidad de moneda en cecas occidentales. Por último, a partir del 392 se produce una nueva reforma monetaria impulsada por

la dinastía teodosiana. El AE2 se mantiene pero ahora con un nuevo tipo, el *Gloria Romanorum* representado por el emperador de frente con globo y lábaro. Esta pieza, emitida tanto por Teodosio como por sus hijos adquiere gran importancia por la reactivación comercial mediterránea (Ripollès, 2002, p. 212) por lo que los hallazgos de este tipo de ejemplares son frecuentes en zonas costeras o cercanas a importantes vías de comunicación. Como ejemplo de ello se ha elegido para la exposición un AE2 procedente de Cerro da Vila, emitido por Teodosio en la ceca de Constantinopla, una moneda que muestra los contactos comerciales entre occidente y oriente a finales del siglo IV d. C.

A partir del 395 d. C. no se ha documentado ninguna pieza, por lo que consideramos que, al igual que en el

resto peninsular (Ripollès, 2002, p. 212) los AE2 de la dinastía teodosiana se convertirán durante gran parte del siglo V d. C. en la moneda circulante de los últimos momentos del Imperio Romano.

A modo de consideración, se puede observar cómo los tres yacimientos citados se encontraban perfectamente incluidos en las redes comerciales del Imperio, recibiendo casi al mismo tiempo que las ciudades, los mismos flujos monetarios. Este alto grado de monetización, motivado en suma por su carácter costero, industrial, y en casos como Cerro da Vila también comercial, demuestra lo dinámico que podían resultar los yacimientos de tipo rural, sobre todo si se encontraban cerca de elementos que los pudieran condicionar, como la costa o importantes vías de comunicación.

Yacimientos	Total Moneda	Alto Imperio		193-306		Siglo IV	
		Total	%	Total	%	Total	%
Contextos Urbanos							
Conimbriga	6858	569	8,30	1753	25,56	4536	66,14
Contextos Rurales							
Torre de Palma	1239	77	6,21	314	25,34	848	68,44
São Cucufate	224	32	14,28	48	21,13	144	64,28
Áreas rurales de Loulé							
Cerro da Vila	473	30	6,34	95	20,08	350	73,99
Quinta do Lago	168	2	1,19	74	43,78	92	54,63
Loulé Velho	26	10	38,46	8	30,76	12	46,15

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de. (2009) – *L'Antiquité romaine au Portugal. Inventaire des sites*. Paris: Pluvia Nocturna.
- ARIAS FERRER, L. (2012) – *Hispania en el siglo II d. C. Circulación y perduración de la moneda*. Oxford: BAR.
- ARRUDA, A.; ALMEIDA, R. R. (1999) – As importações de vinho itálico para o território actualmente português: Contextos, cronologias e significado. In RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. y GORGES, J.-G., coord. – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez. p. 307-337.
- ARRUDA, A.; FABIÃO, C. (1990) – Ânforas da Quinta do Lago (Loulé). In *Ânforas da Lusitânia*. Conímbriga: Museu Monográfico de Conímbriga; Paris: Mission Archéologique Française au Portugal. p. 199-213.
- BOST, J.-P. [et al.] (1987) – *BELO IV. Les monnaies*. Madrid: Casa de Velázquez. (Serie Archeologie; IV).
- BOST, J.-P. [et al.] (1992) – *L'épave Cabrera III (Majorque): échanges commerciaux et circuits monétaires au milieu du III^e siècle après Jésus-Christ*. Paris: Centre Pierre Paris.
- CNH = VILLARONGA, L. (1994) – *Corpus Nummorum Hispaniae ante Augusti Aetatem*. Madrid: José Herrero.
- RIC III = MATTINGLY, H y SYDENHAM, M. E. A. (1930) – *The Roman Imperial Coinage. Antoninus Pius to Commodus*. London: Spink and Son Ltd.
- RIC IV-III = MATTINGLY, H. [et al.] (1949) – *The Roman Imperial Coinage, Gordian III – Uranus Antoninus*. London: Spink and Son Ltd.
- RIC V-I: WEBB, P. H. (1933) – *The Roman Imperial Coinage, Valerian to Florian*. London: Spink and Son Ltd.
- RIC VII = BRUUN, P. M. (1966) – *The Roman Imperial Coinage, Constantine and Licinius A. D. 313-337*. London: Spink and Son Ltd.
- RIC VIII: KENT, J. P.C. (1981) – *The Roman Imperial Coinage: The Family of Constantine I*. London: Spink and Son Ltd.
- RIC IX: PEARCE, J.W.E (1933) – *The Roman Imperial Coinage, from Valentinian I to Theodosius I*. London: Spink and Son Ltd.
- RIPOLLÈS, Pere Pau (2002) – La moneda romana imperial y su circulación en Hispania. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 75. p. 195-214.
- RUIVO, J. da Silva (2009) – *Circulação monetária na Lusitânia do século III*. Dissertação de Doutoramento defendida en la Universidade do Porto. Texto Inédito.
- SAN VICENTE, J. I. (1999) – *Circulación monetaria en Hispania durante el siglo IV d. C*. Madrid: Casa de la Moneda.
- TEICHNER, F. (1997) – Die römischen villen von Milreu (Algarve/Portugal). Ein Beitrag zur romanisierung der südlichen provinz Lusitania. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid. 38, p. 106-162.
- TEICHNER, F. (2007) – Casais Velhos (Cascais), Cerro da Vila (Quarteira) y Torreblanca del sol (Fuengirola): ¿Factorías de transformación de salsas y salazones de pescado o de tintes? In *Actas del Congreso Internacional CETARIE 2005: Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*, Cádiz, 2005. Oxford: BAR. p. 117-125.
- VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. (Estudos & Memórias; 3).
- WAGGONER, N. (1987) – *Sylloge Nummorum Graecorum from The Collection of the American Numismatic Society. Part 7 (SNG ANS 7) Macedonia 1: Cities, Thracio-Macedonian Tribes*. New York: American Numismatic Society.

A FAUNA MALACOLÓGICA DO CERRO DA VILA

FILIFE HENRIQUES E ANA PRATAS

O paleoestuário da Ribeira de Quarteira foi um recurso natural intensamente explorado durante a época romana pelos mariscadores dos arqueossítios implantados nas proximidades das suas margens, como o vicus portuário do Cerro da Vila e as villae da Retorta e Marmeleiros. O paleovale da Ribeira de Quarteira entre o século I-II d. C. apresentava-se já em processo de assoreamento, a paisagem constituía-se por áreas pantanosas alagadas esporadicamente por influência das marés e este ambiente propiciava as condições ideais para o crescimento de diversa fauna malacológica. A intensa exploração dos recursos marinhos levou à construção de diversos complexos piscícolas no Cerro da Vila para fabrico de preparados piscícolas e da célebre púrpura (Teichner, 2008, p. 271-410).

O acervo conquífero estudado exumou-se em entulhos derivados da demolição/remodelação arquitetónica da Fábrica I e, possivelmente, do Edifício Habitacional I (Gonçalves, Mórán, 1998), abarcando os últimos anos do principado de Augusto e meados do século II d. C., cronologia atestada, igualmente, nos níveis internos da grande cisterna localizada no interior desta unidade de processamento de marisco e escavada durante a campanha de 2004 (Teichner, 2008, p. 271-410).

A fauna malacológica recuperada nas imediações da Fábrica I é constituída por 478 restos conquíferos (318 indivíduos), com predomínio da classe *Bivalvia* (amêijoia cristã, berbigão, berbigão burro e lustroso, castanholas, lingueirão, madrepérola corninho, mexilhão, ostra fêmea, pente, vieira), em relação à classe *Gastropoda* (búzio, canilha, púrpura), situação também documentada nas coleções das escavações luso-alemãs (Benecke, 2008, p. 239-244).

O domínio percentual de ostra fêmea (*Ostrea edulis*) permite avançar com a hipótese de uma eventual produção desta espécie entre os séculos I-II d. C. no Cerro da Vila. As alterações arquitetónicas testemunhadas em meados do século II d. C. na Fábrica I podem significar, provavelmente, uma mudança na estratégia produtiva voltada para o processamento de outros moluscos, como o berbigão (*Cerastoderma edule*), espécie maioritária no acervo malacológico estudado por Benecke (*ibidem*, p. 239-244).

As características geomorfológicas da costa permitiam o acesso pedonal ou com pequena embarcação, aos habitats da generalidade das famílias identificadas que habitam em fundos areno-argilosos (amêijoia cristã, berbigão, ostra) e em substratos rochosos (mexilhão) do sul lusitano. As capturas direcionaram-se fundamentalmente para a *Ostrea edulis* (ostra fêmea), *Ruditapes decussatus* (amêijoia cristã), *Pecten maximus* (vieira), e *Mytilus* (mexilhão). As demais espécies são, na maioria dos casos, capturas ocasionais ou acompanhadoras de outros moluscos.

O rastreio biométrico indica a captura não seletiva de moluscos que seriam certamente mantidos vivos em *cetariae*, como no caso da Fábrica I, até ao processo de extração do animal, efetuado no interior das unidades industriais, como poderão comprovar as marcas intencionais de origem antrópica, com recurso a estilete pontiagudo, verificadas em algumas valvas de castanholas, ou do processo de corte transversal evidenciado num exemplar de *Stramonita haemastoma* (púrpura) e pela existência maioritária de valvas inferiores de algumas espécies, como vieiras e ostras.

Se a exploração de ostras é uma realidade em período alto-imperial, poder-se-á colocar a hipótese so-

bre a existência de um *ostreum vivaria* nas instalações da Fábrica I. Este fenómeno encontra paralelos em diversos complexos produtivos, com destaque para os testemunhos estruturais e malacológicos exumados no conjunto industrial I-III de Algeciras (García Vargas, Bernal Casasola, 2009, p. 133-181; Vasquez, Rosales, 2007, p. 123-170). Neste arqueossítio registou-se uma fábrica apetrechada com uma quantidade considerável de *cetariae*, vocacionadas para a produção e comércio de ostras (Bernal Casasola, 2011, p. 137-159). A datação apontada para o século V-VI testemunha a longevidade produtiva deste bivalve e o sucesso obtido junto da sociedade romana. Ressalve-se que a ostreicultura, além de ser uma atividade rentável, também desempenhou funções decorativas e de ostentação social, atestando-se *ostreum vivaria na domus de Giulio Polibio*, Pompeia, Nápoles (Genovese, Cocca, Russo, 2001, p. 192-193), e numa *domus* na periferia da cidade de Conimbriga, Condeixa-a-Velha (Étienne, 2008, p. 470), lembrando Cícero que os *piscinarii nobiles* se preocupavam mais com os seus peixes que com os assuntos do estado. A maioria da literatura clássica também menciona o consumo de ostras cruas, mas Plínio alude igualmente à conserva destes bivalves, considerando-os o pedaço mais delicado do mar, referindo mesmo que a *ostreum vivaria* foi inventada em época republicana por *Caius Sergius Silius Orata*. Apício no decorrer do século I d. C. lega duas receitas: a primeira refere-se à salsa de cominhos que servia para enfeitar as ostras, a segunda explica a forma como se deviam conservar, lavando-as com vinagre ou o recipiente onde se depositavam. Além destas fontes, o registo de restos de *Ostrea edulis* em centros de consumo

como Monte da Nora (Terrugem, Elvas), Milreu (Estói, Faro) (Benecke, 2008, p. 239-244) e Quinta das Longas (Elvas) (Cardoso, Detry, 2005, p. 369-386) demonstra a eficácia da máquina comercial romana na produção e transporte deste produto para regiões interiores da província romana da Lusitânia.

A percentagem residual de gastrópodes nas coleções do Cerro da Vila para a manufatura de púrpura, a ausência de concheiros nas imediações ou no interior das fábricas, tendo em consideração que são necessários cerca de doze mil indivíduos para se obter 1,4 g de tinta pura (Jacoby, 2004, p. 197-240), apontam para capturas ocasionais durante a mariscagem para consumo alimentar. O suposto transporte deste produto em recipientes cerâmicos a partir do Cerro da Vila torna-se igualmente efêmero (Teichner, 2006, p. 69-82), quando o precioso líquido é comercializado a longo curso embebido em fibra de lã (Alfaro Giner, Tébar Megias, 2004, p. 195-210).

A manipulação de recursos malacológicos na Fábrica I, e nos restantes complexos fabris, teria como objetivo a produção de preparados piscícolas, não só para abastecer a elite local e regional, mas também para o transporte a longa distância. A quantidade de *cetariae* existentes no Cerro da Vila sugere uma indústria focada, essencialmente, na atividade conserveira, a apanha de moluscos ocuparia uma boa parte da população local, em paralelo com outras atividades agromarinhas.

BIBLIOGRAFIA

- ALFARO GINER, C.; TÉBAR MEGÍAS, E. (2004) – Aspectos históricos y técnicos de la producción de púrpura en la Ibiza romana. In *PURPUREAE VESTES: Symposium International sobre textiles y tintes del Mediterráneo en época romana*, 1, Ibiza, 2002: actas. Ibiza: Govern de les Illes Balears, Conselleria d'Educació i Cultura. p. 195-210.
- BENECKE, N. (2008) – Die Tierreste aus den römischen Siedlungen von Milreu, Monte da Nora und Cerro da Vila: Ergebnisse der archäozoologischen Untersuchungen. In TEICHNER, F. – *Zwischen Land und Meer – Entre tierra y mar. Studien zur Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungen im Süden der römischen Provinz Lusitanien*. Merida: Museo Nacional de Arte Romano de Mérida. vol. 2, p. 239-244. (Stvdia Lvsitana; 3).
- BERNAL CASASOLA, D. (2011) – Piscicultura y ostricultura en *Baetica*. Nuevos tiempos, nuevas costumbres. In *Pescar con Arte: Fenicios y romanos en el origen de los aparejos andaluces*. Cádiz: Universidade de Cádiz. p. 137-159. (Monografías del Proyecto Sagena; 3).
- CARDOSO, J. L.; DETRY, C. (2005) – A lixeira baixo-imperial da *villa* da Quinta das Longas (Elvas): análise zooarqueológica e significado económico-social. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, p. 369-386.
- ÉTIENNE, R. (2008) – Des viviers: *De vivaribus piscium*. In NAPOLI, J., ed. lit. – *Ressources et activités maritimes des peuples de l'Antiquité*. Colloque International, Boulogne-sur-Mer, 2005. vol. 2, p. 467-472. (Les Cahiers du Littoral; 6).
- GARCIA VARGAS, E.; BERNAL CASASOLA, D. (2009) – Roma y la producción de garum y salsamenta en la costa meridional de hispania: estado actual de la investigación. In BERNAL CASASOLA, D., ed. lit. – *Arqueología de la pesca en el Estrecho de Gibraltar: de la prehistoria al fin del mundo antiguo*. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 133-181. (Monografías del Proyecto Sagena; 1).
- GENOVESE, A.; COCCA, T.; RUSSO, G. F. (2001) – Studdio zooarcheologico. In CIARALLO, A. M.; CAROLIS, E., ed. lit. – *La casa di Giulio Polibio: Studi interdisciplinari. Pompeia: Soprintendenza*. p. 189-211.
- GONÇALVES, A.; MÓRAN, E. (1998) – Relatório de trabalhos realizados: sondagens arqueológicas preventivas, Segunda Fase, Villa Romana do Cerro da Vila, Vilamoura, Loulé. Évora: Arkhaios.
- JACOBY, D. (2004) – Silk economics and cross-cultural artistic interaction: Byzantium, the Muslim world and the Christian west. *Dumbarton Oaks papers*. Harvard. 58. p. 197-240.
- TEICHNER, F. (2006) – Cerro da Vila: paleoestuário, aglomeração secundária e centro de fabricação de recursos marítimos. In *Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica: Simpósio Internacional, 2004: Actas. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 69-82.
- TEICHNER, F. (2008) – *Zwischen Land und Meer – Entre tierra y mar. Studien zur Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungen im Süden der römischen Provinz Lusitanien*. Merida: Museo Nacional de Arte Romano de Mérida. vol. 1, p. 271-410. (Stvdia Lvsitana; 3).
- VASQUEZ, V.; ROSALES, T. (2007) – Análises de la malacofauna de algunos contextos de los conjuntos industriales I y II. In BERNAL, D., ed. lit. – *Las factorías de salazón de Tructa: primeros resultados de las excavaciones arqueológicas en la c/ San Nicolás (Algeciras, Cádiz)*. Cádiz: Universidad de Cádiz y Ayuntamiento de Algeciras. p. 123-170.



Arte e arquitetura. Viver à romana

127. Escultura. Cabeça feminina de mármore

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos II-III d. C.

12,7 x 10,4 x 11 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/78/1

Cabeza femenina de tamaño menor que el natural. Representa a una mujer joven que se peina con raya al medio y recoge su cabello alrededor de un cintillo, de tal forma que orla su cabeza, excepto la frente, formando un moño en la nuca. En los ojos, profundos y almendrados, no se observan restos del trabajo de la pupila. Los labios dibujan una característica forma de corazón en una boca cerrada y pequeña. Dos golpes de trépano a ambos lados marcan las comisuras. Su estado de conservación es relativamente bueno, aunque ha perdido la nariz, el labio superior derecho y parte de la barbilla. Presenta, además, un tajo profundo que va desde las inmediaciones del ojo izquierdo hasta la oreja y pequeños golpes y erosión por toda su superficie. Se aprecia una reparación moderna en el cabello. En la parte posterior tiene un orificio, por lo que quizá fuera pieza para aplicar en una superficie plana.

Todo en ella nos hace pensar en una escultura de carácter ideal. Podría tratarse de una diosa (Venus como opción más plausible, por guardar grandes similitudes con la de Quinta das Longas); una musa, por llevar un peinado similar al de Urania¹ o una ninfa. Si estuviéramos ante el fragmento del que habla Teichner, podría ponerse en relación con un *nymphaeum* dedicado a una diosa desconocida que se encontró en una de las puertas del complejo denominado con la letra J. Se trataría, así, bien de la diosa bajo cuya advocación se construye, bien de una de las ninfas del cortejo. Aunque según los datos recogidos por Lancha y Oliveira, que es



la publicación que más en extenso se dedica al estudio de la pieza, su hallazgo se produjo cerca de un muro de las termas mayores o en el sector N7 de Matos. En ambos casos, las autoras creen que sería una pieza de acarreo, aunque nosotros consideramos factible que la pieza pudiera haberse encontrado *in situ* ya que, dada su iconografía, cuadraría perfectamente en un recinto termal.

Estamos ante un trabajo de muy buena factura realizada en un mármol blanco de una cierta calidad.

MJM

Bibliografía:

Teichner, 2005, p. 98; Lancha, Oliveira, 2013, p. 167.

1. Ver la de Málaga, como caso más cercano. Esta tipología presenta un giro muy pronunciado del cuello hacia la derecha. Quizá esta sería la explicación para que aparezca un orificio para un pendiente en la oreja izquierda, que es la que se vería, pero en la derecha no. La fragmentariedad de la pieza nos impide llevar esta hipótesis más allá.

128. Escultura. Fragmento de mão de mármore

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos II-III d. C.

17,2 x 12,5 x 7,5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila CV/60/5

Mano izquierda completa y parte del arranque del antebrazo. A pesar de que tendones y venas no han sido trabajados, la anatomía y la forma de las uñas parecen indicar que se trata de un personaje masculino. Por sus dimensiones, además, podemos decir que pertenecería a una estatua de tamaño ligeramente mayor del natural. Los dedos, que se conservan completamente, se cierran en un puño alrededor de un objeto tubular de sección ovalada roto en ambos extremos, estando el corazón más sobresaliente que el resto. La naturaleza de este objeto nos es desconocida. En la publicación de Lancha y Oliveira se propone la posibilidad de que fuera un volumen o un trozo de tela. Lo que sí parece es que es un objeto más flexible que rígido (lo que excluiría otras opciones, como la de que se tratase de un cetro, asta de lanza, etc.), aunque no podemos descartar que eso se debiera a la impericia del escultor.

Respecto a la adscripción que pudiera darse a un fragmento como éste, dada la escasez de lo conservado es difícil apuntar a una tipología concreta, más aún si tenemos en cuenta que la temática utilizada en la estatuaria ornamental de las *villae* en el occidente romano era muy variada. Así, ésta podía estar relacionada con el culto doméstico, con la exaltación a los patronos, con el mundo intelectual o con la representación de divinidades, siendo este grupo el más numeroso. Únicamente, pues, y dando alas a la más pura especulación, podríamos apuntar que, dado el ambiente en el que nos movemos y la suntuosidad del lugar en la



época de mayor esplendor, pudiéramos encontrarnos ante una estatua del propietario.

El hecho de que los dedos no se hayan independizado de la palma, que ésta no esté trabajada y la desproporcionada longitud del dedo pulgar nos hablan de un trabajo de mediana calidad sobre un mármol blanco de probable procedencia local.

MJM/CV

Bibliografía:

Lancha, Oliveira, 2013, p. 167; Baena, 2007.

129. Fragmento de coluna de mármore

Loulé Velho, Quarteira

Época romana

84 x 26 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3055

Fuste de coluna em calcário proveniente de Loulé Velho. Desconhecendo-se o contexto concreto da sua descoberta, este elemento arquitetónico remete-nos para uma utilização, muito possivelmente, em espaço residencial.

CV

Bibliografia:

Luzia, 2004.



130. Fragmento de pilastra de mármore

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

18,9 x 17,8 x 7 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/60/8

Fragmento de pilastra de revestimento. Conserva un relieve decorativo en el que se observan dos elementos curvos y, en el extremo distal, dos listeles paralelos que podrían estar marcando el fin de la pieza por ese lado. El elemento central está compuesto por lo que parecen una serie de hojas irregulares y de factura poco naturalista (palmeta?), que orlarían un elemento central, hoy perdido. Paralelo a él, se desarrolla un arco de círculo compuesto por el mismo elemento foliáceo anterior, aunque más alargado, que termina en un botón floral de cuatro pétalos.

La pieza presenta una potente pátina y concreciones terrosas. Aun así, parece un mármol blanco de procedencia local que ha recibido un trabajo de mediana calidad.

MJM



131. Fragmento de pilastra de mármore

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

15,6 x 22,4 x 5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/60/7

Fragmento de pilastra de revestimiento muy similar en motivos al anterior, aunque parece de mejor factura. Conserva un relieve decorativo vegetal en el que se observa el final de una palmeta, con un elemento ovoide coronando la ramificación central, así como dos elementos florales de cuatro pétalos, el mayor de ellos flanqueado por tres hojas alargadas y el menor circunscrito, como en la pieza precedente. En ambos, los pétalos se ordenan alrededor de un profundo y bien marcado golpe de trépano. En la parte distal, una doble franja marca el límite de la pieza. Realizado en un mármol blanco de grano grueso (posible procedencia local), conserva en las intersecciones entre los distintos planos unos restos que bien podrían considerarse deposiciones, o bien restos de la preparación para aplicar policromía.

MJM



132. Friso de mármore

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

25 x 22 x 3 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/60/6

Fragmento de una placa relivaria en la que se han distinguido cinco franjas separadas por otros tantos listeles de distinta factura y ancho. Haría las veces de friso de revestimiento para decorar una estancia. El mármol blanco en el que se elaboró presenta unas marcadas vetas negras de corto recorrido.

MJM



133. – 135. Pregos de cobre e de ferro

133. Prego

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

9,4 x 1,6 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/464

134. Prego

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

10 x 3 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/742

135. Prego

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

6,6 x 2 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/641



Conjunto de três pregos (de cobre e ferro) de cabeça cônica achatada e secção quadrangular.

CV

136. Telha plana (*tegula*) romana

Loulé Velho, Quarteira

Época romana

30,4 x 25,9 x 6,6 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2249

Telha plana romana (*tegula*) com marcas de pegadas de um caprídeo. Estas marcas são relativamente frequentes e devem-se ao facto de estas telhas se encontrarem a secar ao ar livre antes de serem cozidas.

CV



137. Tijolo (*later*) com marca de produção L·S·P·

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

36 x 23 x 7 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila CV/362

Fragmento de tijolo (*later*) com marca de oleiro onde se pode ler: L·S·P· Se o desdobramento de L no antropônimo *Lucius* parece pacífico, as restantes letras S e P, podem colocar diferentes possibilidades tornando mais difícil a proposta de desdobramento total, do que será certamente um *tria nomina*. Até ao momento esta marca não constava do *corpus* conhecido de oleiros que colocaram a sua marca em material anfórico ou em cerâmica de construção.

CV



138. Coluna revestida a estuque pintado

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

30,7 x 29,4 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila CV/797

Coluna formada por tijolos de quadrante com revestimento a estuque pintado. Observa-se faixa vermelha horizontal na parte superior, que delimita decoração vegetal formada por «...caules castanhos, enrolados em volutas, e folhas verdes, dispersas.» (Nunes, 2013, p. 166, n.º 10). A arquitetura e o programa decorativo que foi desenvolvido na casa principal de Cerro da Vila, aliava o mosaico e os revestimentos a mármore à decoração parietal a fresco, de que hoje infelizmente nada se conserva *in situ*. No Museu de Cerro da Vila conservam-se alguns fragmentos que mostram que além das composições formadas por motivos vegetais e geométricos, a decoração figurativa seria também uma realidade. Na reserva do Museu de Cerro da Vila permanecem ainda por estudar centenas de fragmentos de estuque provenientes das diferentes campanhas de escavação que decorreram no local.

CV

Bibliografia:

Nunes, 2013, p. 166, n.º 10.



139. Fragmento de mosaico policromático com decoração figurativa

Loulé Velho, Quarteira

Época romana

19 x 11,5 x 6 cm

Museu Nacional de Arqueologia

15117A/D

Fragmento de mosaico policromático com decoração figurativa. A composição é impossível de reconstituir mas seria, certamente, de elevada qualidade dada a reduzida dimensão das tesselas e pela paleta de cores diversificada que utiliza. Infelizmente, desconhece-se o contexto da sua descoberta.

CV

Bibliografia:

Lancha, Oliveira, 2013, n.º 105, p. 520;

Luzia, 2004.



140. Fragmento de mosaico geométrico

Loulé Velho, Quarteira

Época romana

32,5 x 26 x 1,8 cm

Museu Nacional de Arqueologia

18679

Fragmento de mosaico geométrico cuja composição é impossível de reconstituir. Apresenta círculo de cor ocre e vermelho (formado por filetes de 4 tesselas), enquadrado por círculos concêntricos simples negros, sobre fundo branco.

CV

Bibliografia:

Aragão, 1868, p. 12; Lancha, Oliveira, 2013,

n.º 106, p. 518-519.





141. Fragmento de mosaico geométrico

Retorta, Boliqueime

Época romana

47 x 27,5 x 2,3 cm

Museu Nacional de Arqueologia

18755

Fragmento de mosaico geométrico bicolor. A composição, de que se conservam dois quadrados marcados por filetes duplos de tesselas negras, poderá ter correspondido a uma quadrícula.

CV

Bibliografia:

Machado, 1970; Lancha, Oliveira, 2013, n.º 107, p. 521.



142. Fragmento de mosaico policromático

Cerro da Vila, Quarteira
Época romana
110 x 66 x 4 cm
Museu Cerro da Vila
CV/88/4

Fragmento de mosaico proveniente da sala de refeições (*triclinium*) da casa principal de Cerro da Vila. Objeto de restauro por parte de Eduardo Arsénio, uma análise cuidada permitiu detetar o «espírito inventivo do restaurador», que chegou mesmo a transformar um esquema decorativo à base de octógonos numa composição de estrelas de oito pontas (Lancha, Oliveira, 2013, p. 449).

O estudo efetuado aos mosaicos de Cerro da Vila, tendo por base, entre muitos aspetos, a análise da composição decorativa, a paleta de cores utilizada, a dimensão das

tesselas (densidade de tesselas) e a sua integração arqueológica e arquitetónica, permitiu perceber que este é um mosaico singular. Efetivamente, estamos perante a composição que exigiu o maior investimento de tempo e perícia por parte dos mosaístas responsáveis pelo conjunto de pavimentos de Cerro da Vila.

CV

Bibliografia:

Lancha, Oliveira, 2013, n.º 6, painel B, p. 446-453.

Mundo funerário

143. – 144. Tigelas de cerâmica comum

143. Tigela de cerâmica

Loulé Velho, Quarteira

Época romana

5,7 x 13,8 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0537



144. Tigela de cerâmica

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

4,5 x 13,7 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/72/13



Tigelas de cerâmica comum de pasta calcária, habitualmente atribuídas à Bética (atual Andaluzia). Nas necrópoles de *Balsa* estes recipientes foram utilizados como tampas das urnas como o refere Estácio da Veiga. Correspondem aos «pratos de argila alvacenta, que serviam de opérculos de urnas cinerarias no cemitério da Torre d’Ares». CV

Bibliografia:

Veiga, 1877 e 1878; Luzia, 2004, p. 119.

145. Taça de cerâmica, *sigillata* sudgálica Drag. 24/25

Cerro da Vila, Quarteira

Século I d. C.

10,6 x 10,6 x 4,6 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/97/42.1/1



Pequena tigela de *terra sigillata* da forma Drag. 24/25, proveniente do Sul da Gália. CV

Bibliografia:

Teichner, 2008, n.º 3, p. 103, 177: tafel 177.

146. Unguentário de cerâmica

Proveniência desconhecida, Loulé
Final do século I a. C.-início do I d. C.
16,5 x 3,8 cm
Museu Nacional de Arqueologia
15043

Unguentário fusiforme de cerâmica. Esta peça corresponde a um recipiente habitual nos conjuntos funerários não apenas do território algarvio. Apresenta um colo alto com bordo de lábio semicircular e perfil alongado ou fusiforme. As características da sua forma e do seu fabrico (pasta fina bem depurada) remetem-nos para uma produção com muito provável origem na península itálica, datada entre os finais do século I a. C. e os inícios do século seguinte. Destinava-se a conter líquidos ou unguentos. Nos conjuntos funerários de cidades romanas algarvias, como *Balsa*, encontram-se peças idênticas.

CV

Bibliografia:
Nolen, 1994.



147. Unguentário de vidro translúcido

Cerro da Vila, Quarteira
Século I d. C.
11,5 x 6,2 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/372

Unguentário de vidro translúcido de cor verde água com o corpo piriforme alongado e gargalo cilíndrico (forma Isings 8) de perfil irregular.

CV

Bibliografia:
Isings, 1957.



148. Jarro de vidro de bocal trilobado

Ameixial, Ameixial
Séculos II-III d. C.
9,7 x 6,2 x 7,4 cm
Museu Nacional de Arqueologia
2012.74.26

Jarro de bocal trilobado. Apenas se conservou o bordo com o colo curto e asa de fita, podendo intuir-se que teria o corpo de perfil globular (forma Isings 88b). Trata-se, muito provavelmente, de uma produção lusitana encontrando-se excelente paralelo para esta peça entre o material da cidade de *Ammaia* (coleção Maçãs).

CV

Bibliografia:
Cruz, 2015, n.º 22, p. 197.



149. Gargalo de garrafa de vidro prismática

Cerro da Vila, Quarteira
Meados do século I-III d. C.
6,9 x 7 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/795

Fragmento de gargalo pertencente a garrafa prismática do tipo Isings 50, soprada em molde, de tonalidade translúcida esverdeada, característica que distingue as variantes da tipologia de Isings. Este tipo de garrafas possui geralmente um gargalo de perfil triangular ou horizontal redobrado para dentro e base praticamente plana, principalmente a variante «b». São ainda portadoras de uma asa em forma de «V» invertido, que arranca do colo e termina no ombro da peça.

CP

Bibliografia:
Isings, 1957.



150. Panela ou pote de cerâmica

Loulé Velho, Quarteira

Época romana

14 x 18,8 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0381

Panela ou pote de cerâmica comum de bordo simples de perfil semicircular, colo curto e corpo ovoide. Não apresenta qualquer tratamento da superfície registando sinais de ter sido exposta ao fogo. Poderá ter tido a função de urna, em contexto funerário.
CV



151. Púcaro de cerâmica

Loulé Velho, Quarteira

Meados do século II-IV d. C.

10 x 13,5 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0458

Púcaro de duas asas com bordo voltado para o exterior e corpo ovoide. Ostenta decoração brunida formada por linhas oblíquas, colocadas na parte superior do recipiente. Estes púcaros são comuns nos conjuntos funerários romanos, podendo datar de meados do século II até ao século IV.
CV

Bibliografia:

Luzia, 2004, p. 91.



152. Copo de cerâmica

Loulé Velho, Quarteira

Séculos I-II d. C.

5,1 x 7,9 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0534

Pequeno copo de cerâmica comum com bordo voltado para o exterior e corpo cilíndrico. Esta forma parece corresponder a uma imitação local de uma forma de cerâmica de paredes finas importada.

CV

Bibliografia:

Luzia, 2004, p. 119.



153. Pequeno pote de cerâmica com superfície polida

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

15 x 13,5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/70-91/35

Pote de cerâmica comum com a superfície exterior com polimento de bandas horizontais. Desconhece-se a sua origem, mas dado o seu estado de conservação não se exclui a possibilidade de ter proveniência num contexto funerário.

CV



154. – 159. Lucernas

154. Lucerna bética de cerâmica, tipo Dressel/Lamboglia 11

Cerro da Vila, Quarteira

Meados a finais do século I d. C.

9,8 x 7,2 x 2,6 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVR/5/2

Lucerna do tipo Dressel/Lamboglia 11, de bico redondo com volutas duplas, orla convexa e disco pouco profundo delimitado por uma moldura. Base plana e lisa delimitada por uma moldura. No disco está representado um veado em corrida.

A pasta é de tonalidade bege amarelada com características técnicas que permitem intuir uma importação da costa Bética (área litoral da atual Andaluzia).

Engobe relativamente bem conservado, heterogéneo, de tonalidade que varia entre o negro e o castanho.

Em Faro existem dois exemplares exatamente iguais e com a mesma decoração, o que pode indicar serem provenientes da mesma oficina.

CP

Bibliografia:

Dressel, 1899; Lamboglia, 1952; Pereira, 2012.



155. Lucerna bética de cerâmica, tipo Riotinto-Aljustrel

Cerro da Vila, Quarteira

Final do século I-início do II d. C.

11,4 x 6,8 x 5,4 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVR/5/8

Lucerna de cerâmica tipo Riotinto-Aljustrel, de volutas estilizadas de bico de tendência triangular. Nas extremidades das volutas apresenta círculos impressos. Orla convexa com uma moldura e decorada com óvulos em relevo, disco pouco profundo e liso, base lisa. Conserva ainda o arranque da asa.

A pasta é de tonalidade bege amarelada com características técnicas e inclusões que permitem intuir uma importação, como o próprio nome indica, da área de Riotinto ou Aljustrel. Aí terá existido um conhecido oleiro *Lucius Iulius Reburinus*, do qual se encontrou a lápide funerária.

Sem vestígios de engobe.

CP

Bibliografia:

Luzón Nogué, 1967; Ribeiro, 2015.



156. Lucerna bética de cerâmica, tipo Dressel/Lamboglia 20

Loulé Velho, Quarteira

Século II d. C.

10,4 x 7,8 x 3,5 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0390

Lucerna do tipo Dressel/Lamboglia 20, de bico redondo, provavelmente teria duas depressões circulares a ladear o disco, orla convexa e disco pouco profundo delimitado por duas molduras. Na parte oposta ao bico conserva a asa de perfil triangular.

No disco ostenta um escravo a tapar uma ânfora. Esta cena está bem atestada em lucernas deste tipo, abrangendo um período cronológico centrado, sobretudo, na primeira metade do século II.

A pasta é de tonalidade bege acastanhada com características técnicas que permitem intuir uma importação da costa Bética (área litoral da atual Andaluzia).

Engobe relativamente bem conservado, homogêneo, de tonalidade vermelha.

CP

Bibliografia:

Dressel, 1899; Lamboglia, 1952; Casas i Genover, Soler-Fusté, 2006, p. 44, Lámina LX, G946; Gomes e Serra, 2004, p. 11; Luzia, 2004, p. 94.



157. Lucerna bética de cerâmica, tipo Deneauve VIIIIC

Cerro da Vila, Quarteira

Final do século II-III d. C.

10,7 x 7,6 x 4,8 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVR/5/3

Lucerna do tipo Deneauve VIIIIC, da série de disco de bico redondo e com asa. Disco pouco profundo com decoração em forma de pérolas em redor do orifício de alimentação, orla aplanada com uma moldura e decorada com cachos de uvas, a parte inferior da asa está decorada com uma espiga e a base está delimitada por uma moldura decorada com círculos impressos.

A pasta é de tonalidade acastanhada clara com características técnicas e inclusões que permitem intuir uma importação da costa da Bética (área litoral da atual Andaluzia).

CP

Bibliografia:

Deneauve, 1969.



158. Lucerna bética de cerâmica, tipo Riotinto-Aljustrel

Loulé Velho, Quarteira
Final do século I-início do III d. C.
9,3 x 6,3 x 5,2 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0389

Lucerna de volutas estilizadas. Entre as volutas está um grande óvulo. Orla convexa decorada com grandes óvulos em relevo e com uma moldura decorada com sulcos. Disco pouco profundo, base côncava. Vestígios do arranque da asa. Apresenta vestígios de uso.

A pasta é de tonalidade bege amarelada com características técnicas e inclusões que permitem intuir uma importação, como o próprio nome indica, da área de Riotinto ou Aljustrel. Aí terá existido um conhecido oleiro *Lucius Iulius Reburinus*, do qual se encontrou a lápide funerária. Sem vestígios de engobe.

CP

Bibliografia:

Luzón Nogué, 1967; Ribeiro, 2015; Gomes e Serra, 2004, p. 11; Luzia, 2004, p. 94.



159. Lucerna de cerâmica, tipo «Derivada de disco»

Cerro da Vila, Quarteira
Século III - início do IV d. C.
10,1 x 8,1 x 5,2 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVR/5/1

Lucerna de cerâmica de tipo «Derivada de disco». Disco de pequenas dimensões, orla alargada e decorada com nervuras em relevo, como que formando uma coroa de espinhos em redor do disco.

A pasta é de tonalidade acastanhada com características técnicas e inclusões que permitem intuir tratar-se de uma produção hispânica. Sem vestígios de engobe.

CP

Bibliografia:

Morillo Cerdán, Rodríguez Martín, 2008.



As lucernas

As primeiras lucernas consideradas genuinamente romanas são as que foram importadas durante o período romano-republicano. A maioria destes artefactos está associada a ocupações militares ou a aglomerados de elevada romanidade. Claro que aqui deve ter-se também em conta a localização dos sítios, aqueles situados junto à costa ou em estuários tinham um acesso facilitado a produtos importados. A maioria foi importada diretamente da península itálica, acompanhando outros produtos consumidos pelos exércitos, mas também é possível encontrar exemplares fabricados localmente, sobretudo quando os contingentes estavam estacionados durante bastante tempo, como aconteceu em Cáceres el Viejo. Ainda assim, trata-se de produções esporádicas destinadas a abastecer uma área limitada e, portanto, próprias de cada região. As lucernas importadas pertencentes a este período encontram-se ausentes do conjunto da região de Loulé, embora possamos encontrá-las noutros contextos no Algarve, nomeadamente em Monte Molião ou Castro Marim. Embora constatemos a sua existência em alguns sítios algarvios, a quantidade é consideravelmente inferior à expectável, tendo em conta a precoce presença romana na região.

O gosto pelas cerâmicas de iluminação incrementou-se consideravelmente durante o Alto-Império, reclamando-se ainda os produtos itálicos até, pelo menos, meados do século I d. C. Paralelamente, começaram a surgir as primeiras produções especializadas que imitavam os produtos itálicos (cat. 154), algumas inclusive estabelecidas em centros urbanos, como a que foi documentada em Sevilha. As produções hispânicas acabariam por substituir os produtos itálicos, já que os custos de produção e transporte seriam menores chegando ao consumidor final a um preço mais acessível. Ainda assim, nem sempre é fácil determinar se algumas destas produções pretendiam falsificar ou apenas

imitar os produtos itálicos. A considerável produção de cerâmicas de iluminação em território hispânico acabaria por fomentar a criação de modelos «ibéricos» que derivaram dos exemplares antes imitados, como é o caso das lucernas de tipo Riotinto-Aljustrel (cat. 155 e 158), modelo que evoluiu das lucernas da série de volutas de bico triangular, ou das lucernas derivadas de disco (cat. 159). Porém, as produções hispânicas que tentaram ganhar uma identidade própria são uma realidade muito limitada e próprias de regiões concretas, sendo massiva a existência das produções que se limitavam à imitação dos produtos que iam chegando.

Apesar do sucesso que as produções hispânicas gozaram durante o Alto-Império, em determinado momento o seu consumo reduz-se consideravelmente, sintoma de que os motivos que justificavam a sua compra mudaram. A segunda metade do século III d. C. representa o início de profundas mudanças no panorama comercial e de consumo destas cerâmicas. Não é fácil justificar esta realidade e não se deveu, seguramente, a um único motivo, contudo, devemos ter em conta a expansão do Cristianismo, que aclamava outros produtos e renunciava àqueles que expusessem imagens de paganismo, como é o caso das lucernas. De facto, a partir deste momento notamos claramente uma quebra nas representações em geral, mas sobretudo nas de divindades.

A renúncia aos produtos consumidos até então, as lucernas das séries de volutas e de disco (cat. 156 e 157), é mais evidente a partir do século IV d. C., quando a sociedade deixa de ser maioritariamente «*cultus deorum*» para passar a ser maioritariamente «*cultus dei*». Este momento marca uma mudança radical no repertório das lucernas, morfológico, iconográfico e também produtivo. Embora já durante o século anterior se assista a uma mudança, convertendo-se as lucernas em produtos menos cuidados, com decorações mais toscas e

decentralizando-se as produções em pequenas oficinas de âmbito familiar ou, inclusive, de autoconsumo, agora o aspecto das cerâmicas de iluminação sofre uma mudança drástica, influenciado pelas produções norte-africanas que, pouco a pouco, foram inundando o mercado hispânico.

Estas produções correspondem à última grande série de produtos de iluminação romanos. As lucernas tardo-antigas de produção africana (vide cat. 270 e 271), também conhecidas como lucernas paleocristãs, são o resultado de experimentações por parte dos artesãos norte-africanos em satisfazer uma sociedade em mudança. É nessa área geográfica que se pode averiguar essa evolução, sendo apenas importado para a Península Ibérica o produto final. As complexas figurações mitológicas ou do quotidiano dão lugar a cenas maioritariamente geométricas, vegetais ou figurações de animais. No entanto, os motivos que mais se fazem representar nesta série são as figuras e símbolos cristãos, é o caso do *crismón* ou da cruz monogramática. Esta nova série desvincula-se, assim, dos seus antecedentes, quiçá, com o objetivo de satisfazer uma sociedade cada vez mais cristianizada e preocupada com a concretização das práticas cristãs, acabando por se impor e suprimir os produtos antes comercializados.

CP

Quotidiano. Adornos

160. – 163. Alfinetes de cabelo (*acus crinalis*)

160. Alfinete de cabelo (*acus crinalis*) de osso

Loulé Velho, Quarteira
Época romana
8,8 x 0,6 x 0,6 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0387

Acus crinalis de cabeza diferenciada ovalada y de sección oval, se presenta facetada lisa, sin decoración. El fuste es fusiforme de sección oval, apuntado y sin decoración. Realizado en hueso pulido con unas medidas de 8,8 cm de longitud y 0,6 cm de anchura.

El fuste presenta una terminación mucho más cuidada y delicada que la cabeza que se muestra con un acabado mucho más tosco, utilizándose la técnica del tallado para su elaboración dando como resultado una ejecución algo imperfecta, observándose una serie de caras dejadas por el facetado al igual que una serie de finas líneas que se cruzan unas con otras tanto transversal como horizontalmente. Este facetado también ha dejado visible en la superficie ósea unas líneas horizontales junto con unas finas aristas repartidas por toda la superficie de la cabeza. El cuello que da paso a la cabeza también presenta un acabado tosco y algo facetado. En cuanto al fuste muestra una serie de finas líneas transversales paralelas entre sí que la utilización del pulido para obtener un acabado más fino ha provocado su desaparición. El ejemplar se conserva completo con una preservación que podemos considerar como muy buena.

APP

161. Alfinete de cabelo (*acus crinalis*) de osso

Loulé Velho, Quarteira
Época romana
7,1 x 0,5 x 0,3 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0392

Acus crinalis de cabeza diferenciada esférica y de sección oval, facetada lisa, sin decoración. El fuste es fusiforme y de sección oval, apuntado y sin decoración. Realizado en hueso pulido con unas medidas de 7,1 cm de longitud y 0,5 cm de anchura. El fuste presenta una terminación más cuidada y delicada que la cabeza que se muestra con un acabado algo más grosero siendo confeccionada mediante el tallado mostrando una serie de caras suaves dejadas por el facetado, al igual que una serie de finas líneas transversales. El cuello ha sido realizado mediante un suave rebaje. El fuste muestra una serie de finas líneas transversales paralelas entre sí, aunque el que se haya acudido al pulido para obtener un acabado más delicado han provocado la desaparición de estas marcas fruto del proceso de fabricación. Se observan algunas marcas radiculares provocadas por la acción de las raíces. Se muestra el ejemplar completo con una preservación buena.

APP

162. Alfinete de cabelo (*acus crinalis*) de osso

Loulé Velho, Quarteira
Época romana
7 x 0,5 cm x 0,3 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0546

Acus crinalis de cabeza diferenciada esférica y de sección circular, facetada lisa, sin decoración. El fuste es fusiforme y de sección circular, apuntado y sin decoración. Realizado en hueso pulido y con unas medidas de 7,1 cm de longitud y 0,5 cm de anchura. El fuste presenta una terminación algo más cuidada que la cabeza, la cual ha sido realizada mediante tallado dejando una serie de caras muy suaves producto del facetado. El cuello que da paso a la cabeza se ha realizado mediante un suave rebaje. En el fuste se observa una serie de

finas líneas transversales y horizontales paralelas entre sí, las cuales han desaparecido en gran parte de la superficie debido al empleo del pulido. El ejemplar se encuentra fragmentado en la zona distal o punta, aunque su conservación es buena.

APP

163. Alfinete de cabelo (*acus crinalis*) de osso, decorado

Cerro da Vila, Quarteira
Época romana
8 x 0,8 x 0,6 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/70-91/22

Acus crinalis de cabeza diferenciada fusiforme y de sección circular. Elaborada mediante torneado y con una ejecución cuidada, presenta una decoración de líneas incisas circulares paralelas consistente en 14 círculos incisos. Los centrales presentan un grosor similar entre ellos, mientras que se estrechan un poco los situados en los extremos, a excepción del último proximal que presenta un grosor mayor. El fuste es fusiforme, apuntado y de sección circular. Presenta el cuello decorado con la misma decoración que la cabeza; en este caso, esta decoración incisa consiste en 6 círculos incisos paralelos con un grosor similar.

Realizado en hueso pulido presenta unas medidas de 8 cm de longitud y 1,5 cm de anchura. Tanto el fuste como la cabeza presentan una terminación muy cuidada y delicada con un intenso trabajo de pulimento que ha provocado la casi completa desaparición de las marcas fruto del proceso de su fabricación. En su superficie son palpables las marcas radiculares originadas por la acción de las raíces. Se presenta fragmentado en el extremo distal o punta con una conservación media.

APP



Se trata de un conjunto de cuatro *aci crinalis* pertenecientes a dos yacimientos de Loulé, en el que se observa una clara diferencia de fabricación del primer conjunto de tres ejemplares, los cuales presentan una elaboración más tosca y rudimentaria, en donde se emplea la técnica del facetado y no se encuentran decorados; mientras que el cuarto ejemplar, presenta una factura mucho más cuidada y delicada realizada mediante el torneado además de presentar decoración.

En cuanto a la funcionalidad de este tipo de producto óseo, suelen ser utensilios relacionados con el mundo femenino (*mundus muliebris*) destinados a la sustentación del cabello en la elaboración de los diferentes peinados, como elemento para su

ornamento, cuidado y arreglo. El engrosamiento que presentan en la zona superior todos los ejemplares estaría relacionado con la finalidad de sujetar con mayor firmeza el cabello. Aunque del mismo modo pudieron tener otras funcionalidades como sujetar indumentarias o para aplicación de perfumes y cosméticos.

Los encontramos siempre relacionados con la práctica del aseo, adorno y cuidado personal. Representarían objetos de tocador para el realce y cuidado de la belleza femenina. Aunque no cabe duda que también nos transmiten información relacionada con el tipo de relaciones sociales que se establecían en el entorno de la mujer en el mundo romano y en el cual la presencia,

boato y adorno exterior indicaba también su pertenencia y estatus social. Las diferencias de tratamiento y acabado en alguno de los ejemplares de este conjunto vendrían a reflejar del mismo modo esta diferencia de estatus o pertenencia a una determinada clase social, en el que algunos estarían destinados o serían adquiridos por una clase social más destacada, mientras que los otros, estarían reservados para unas clases inferiores.

APP

Bibliografía:

Freitas, 1995; Gomes, Serra, 1996; Martins, 1988; Matos, 1972; 1994; 1996; Pajuelo Pando, López Aldana, 2008; Teichner, 2008.

164. – 165. Disco e cabo de espelho circular de bronze

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos I-II d. C.

Disco: 6,7 x 8,8 x 0,4 cm / Cabo: 8,8 x 3,7 x 1 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/98/147(1)/1 e CV/98/14/1

Espelho circular decorado com orifícios em redor. Geralmente, no interior, apresentam circunferências em relevo com uma finalidade meramente estética.

Relativamente ao cabo, é de secção igualmente circular, decorado em forma de balaústre, com três anéis em relevo. A parte que estava soldada ao espelho tem forma de meia-lua e conserva o encaixe ao disco do espelho. Na parte inferior ostenta duas saliências que se podem definir como volutas estilizadas e a meio ostenta uma fratura de uma protuberância decorativa.

CP

Bibliografia:

França, 1971.



166. Fibula de bronze

Cerro da Vila, Quarteira
Meados do século I a. C.-I d. C.
6,3 x 2,8 x 1 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/794

Fíbula tipo Alésia/Pré-Aucissa (Ponte 41), de arco semicircular decorado no centro a punção, com a articulação da cabeça em charneira e com eixo e fuzilhão reto e moldura longitudinal relevada. Arco de secção retangular decorado, pé terminado em botão cónico e descanso em forma de retângulo. Corresponde, portanto, ao conjunto de duas peças, arco/pé e fuzilhão, unidas mediante um eixo de bronze.

Junto à articulação, do lado de fora, ostenta a marca do fabricante. Não é fácil propor uma leitura adequada dos caracteres existentes, ainda assim, atendendo à presença de uma letra «R» que se repete, pode tratar-se da marca de MARVIRVS. CP

Bibliografia:
Ponte, 2006.



167. Pulseira de bronze ou cobre

Loulé Velho, Quarteira
Época romana
6,2 x 6 x 0,5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0543

Pulseira circular simples de secção retangular, pouco espessa, decorada na parte externa em linhas oblíquas em punção. Foi unida pelas extremidades mediante enroscamento sobre si mesma.

CP

Bibliografia:
França, 1969; Luzia, 2004, p. 95.



168. Conta de colar de vidro

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

1,6 x 1,6 x 0,7 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/637

Conta de colar de vidro, de secção em forma de D, de tonalidade translúcida amarelada. Olhal circular bicónico obtido ainda com a peça a quente.

CP



Quotidiano. Objetos metálicos

169. Instrumento cirúrgico

(*cyathiscomele*)

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos I-II d. C.

12,7 x 0,5 x 0,5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/781

Ciatiscomele (*cyathiscomele*) composto por um cabo de secção circular terminando na extremidade distal em forma de gota invertida e apresentando na extremidade proximal a colher oval alongada de secção em U, com forma de folha de oliveira, separada do cabo por uma esfera.

CP

Bibliografia:

Monteagudo García, 2000.



170. Tranca de fechadura

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos I-II d. C.

6,5 x 2 x 0,5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/640

Tranca de bronze (elemento de fechadura) com espigão alongado, em forma de L horizontal, e com sete orifícios nos quais encaixava a chave que acionava o sistema de segurança. Um dos orifícios, ao contrário dos restantes que são circulares, é ovalado. CP

Bibliografia:

Fernández Ibañez, 2007.



171. Recipiente de bronze

Loulé Velho, Quarteira

Época romana

11,1 x 10 x 2,4 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2353

Prato raso de bronze, de paredes ligeiramente oblíquas e fundo aplanado.

CP



172. Colher ou espátula de ferro

Espargal, Querença, Tôr e Benafim

Época romana, Baixo-Império?

8,3 x 2,2 x 0,4 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2234

Colher ou espátula, constituída por um cabo, curto, de secção subcircular que termina em bico, parecendo não estar completo, e por uma concha de forma oval assimétrica e com a concavidade pouco pronunciada.

CP



173. Armela figurativa de asa de sítula de bronze

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

6,4 x 10 x 3 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/475

Armela figurativa de asa de sítula, de espelho circular e em forma de mascarão estilizado. Rosto esquemático, aplanado, apresentando o nariz e os olhos quase impercetíveis. Está delimitado por uma coroa ou orla radiada, de sulcos pouco profundos e constantes. Travessão largo, com perfil em L, ligeiramente encurvado, denunciando um diâmetro do recipiente de 19 cm. Anel de suspensão circular e olhal em forma de gota, resultante do uso da peça.

CP

Bibliografia:

Delgado, 1970.



174. Armela de sítula de bronze

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

6,9 x 3,5 x 2 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/383

Armela simples de asa de sítula, de espelho triangular. Anel de suspensão circular obtido por enrolamento.

CP

Bibliografia:

Delgado, 1970.



175. Caixa ou cápsula de selo de bronze

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos I-III d. C.

3,4 x 1,6 x 0,6 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/790

Caixa ou cápsula de selo de bronze. Corpo duplo de tipo foliáceo alongado, perfurações no «corpo» inferior. Enquadra no Grupo 2 definido por Javier Alonso (2013) sendo peças comuns na Hispânia romana entre os séculos I e III d. C. O exemplar do Cerro da Vila está publicado por este investigador.

CV

Bibliografia:

Alonso, 2013, p. 218, 221, fig. 8.26.



A qualidade produtiva e mesmo artística dos artífices na Antiguidade demonstra uma admirável habilidade de pessoas que dominavam por completo as técnicas da metaloplastia, sem esquecer que, em última análise, os artefactos e elementos metálicos têm que ser práticos. Para que possamos entender adequadamente alguns desses artefactos devemos enquadrá-los em um âmbito crono-cultural específico que nos permita a categorização de um vasto número de elementos. Nesta exposição estão patentes algumas dessas categorias, nomeadamente a doméstica, a pessoal, a econômica e a funerária.

No mundo doméstico, alguns dos artefactos mais frequentes são aqueles que integram a baixela metálica (cat. 171). Trata-se de recipientes destinados ao consumo e/ou confecção de alimentos. Todavia, na maior parte dos casos, destes recipientes apenas nos chegam alguns dos seus componentes, como é o caso das armelas de sítula (cat. 173 e 174). Estes elementos estavam soldados aos recipientes, junto ao bordo, e neles eram articuladas as asas, também metálicas.

Idêntica categoria integram os elementos de sistemas de segurança. Os ferrolhos e as trancas de elevação ou deslizamento (cat. 170), assim como as respetivas chaves, deveriam ser os sistemas mais comuns. Correspondem a sistemas em que a chave permitia acionar os mecanismos de determinado sistema de segurança, possibilitando a libertação de um passador, vertical ou horizontal.

Alguns dos mais frequentes artefactos metálicos são os que compõem o grupo de uso pessoal. Estes podem corresponder a artefactos de *toilette* ou higiene pessoal, apliques de vestuário ou adornos. Ao primeiro correspondem, a título de exemplo, os espelhos circulares que, geralmente, eram de dimensões reduzidas, permitindo uma cómoda portabilidade, ainda que tenhamos conhecimento de alguns exemplares de grandes dimensões. Formalmente, assumiam aparência circular de evidente tradição etrusca, substituindo as

complexas representações da face oposta ao espelho por simples caneluras concêntricas. Os mais comuns são, de facto, os espelhos circulares decorados com círculos e com orifícios (cat. 164), por vezes entalhados em redor, e com pega abalastrada (cat. 165).

Mais comuns ainda deveriam ser os adornos de uso pessoal, elementos que eram aplicados diretamente no corpo e que podiam demonstrar o estatuto social ou profissional do seu utilizador, embora a sua função hegemônica fosse a ostentação. Os anéis, os brincos ou as pulseiras (cat. 167) são os mais frequentes elementos deste tipo e, geralmente, são reconhecidos em todos os sítios com uma cronologia romana. Durante o Alto-Império a variedade tecno-morfológica destes artefactos deverá ter-se multiplicado consideravelmente. Aliás, é durante este período que notamos uma maior complexidade na joalheria, o que é sintomático de uma sociedade altamente complexificada e hierarquizada.

Os elementos de adorno não se limitavam àqueles que eram aplicados diretamente no corpo, também o vestuário foi utilizado como forma de ostentação pública e privada. Os mais conhecidos são as fíbulas, destinadas a fixar peças de roupa. Entre este conjunto podemos encontrar um exemplar de fíbula do tipo Aucissa (cat. 166). Corresponde à peça alto-imperial por excelência e aquela que mais se terá difundido pelo Império entre os reinados de Augusto e Cláudio.

Outros artefactos podem ser atribuídos, direta ou indiretamente, ao mundo econômico na Antiguidade, nomeadamente alguns utensílios e ferramentas. Muitos destes artefactos estão frequentemente associados a profissões específicas, como é o caso da medicina e/ou farmacêutica. Desse instrumental seguramente fariam parte as colheres sonda (*specillus cyathiscomele*) (cat. 169), mas ainda que estes instrumentos possam ser utilizados na exploração e na unção durante uma intervenção, eram também úteis no serviço farmacêutico.

Igualmente do domínio econômico serão aqueles artefactos que se relacionam com

a metalurgia. Os lingotes (*vide* cat. 240) são o expoente máximo dessas atividades no Algarve, realidade que vem sendo cada vez mais identificada. Porém, os indícios dessas atividades não denunciam uma atividade massiva ou especializada, senão que apontam para pequenas produções de âmbito local/regional. Outros utensílios podem ser atribuídos a atividades agrícolas ou afins (*vide* cat. 239). Todavia, o número destes é consideravelmente inferior ao que seria expectável.

Se a grande maioria dos materiais expostos se relacionam inequivocamente com o dia-a-dia na Antiguidade, o contexto de recolha de muitos deles é o funerário. Esta situação não significa que tiveram algum simbolismo ritual ou profilático, senão que correspondem simplesmente a artefactos utilizados durante o *funus* ou a deposições funerárias que acompanharam aquele que utilizou tais artefactos em vida. Esse é o caso, por exemplo, dos utensílios ou ferramentas, frequentemente denunciadoras da profissão do finado, mas principalmente dos objetos de uso pessoal, como é o caso dos adornos ou dos apliques de vestuário.

CP

Aras funerárias ou votivas

176. Ara funerária

Quinta do Freixo, Querença, Tôr e Benafim
2.ª metade do século II d. C.

42,8 x 33 x 26 cm

Museu Municipal de Arqueologia de Silves
MMAS-00487

Ara funerária romana, de calcário da região, a que, para eventual reutilização, foi amputado o capitel e as primeiras linhas de uma longa inscrição, onde – apesar do desgaste sofrido pela superfície – o levantamento fotogramétrico e cálculo do MRM realizado por Hugo Pires acabou por facilitar a leitura, que não fora possível na primeira abordagem: vislumbra-se amplo elogio do marido à esposa falecida ainda nova.

Note-se o requinte da múltipla molduração e o cuidado posto na paginação, ainda que as fórmulas finais tenham ficado na moldura da base. Trata-se, sem dúvida, de um dos mais notáveis monumentos do seu género na epigrafia romana do Algarve.

Leitura:

[...] [?] / ODA [?] [...] RIAE [...] / QVAE VI-
XIT ANNIS XXI (*uno et viginti*) MEN/SIB(us)
• II (*duobus*) DIEB(us) XI POSTVMVS [?]
/ VXORI MERENTISS(*imae*) PRIMAE / IV-
VENTVTIS FORMA DECOR(A) / ADQ(ue)
PRAECELLENS POST[...] [?] / [...]COS PERIT
[...] / PVELLAM QVA[...] [...] / SIBI SIMILEM
PRO{N} NOMEN // H(ic) • S(ita) • E(st) • S(it) •
T(ibi) • T(erra) • L(evis) •

Tradução:

A [...], que viveu 21 anos, 2 meses, 11 dias
– *Postumus* (?) à esposa de elevado mérito.
Ornada com a forma da primeira juventude
e eminente [...] menina [...] semelhan-
te a si. [?]. Aqui jaz. Que a terra te seja leve.
Jd'E

Bibliografia:

Encarnação, Gonçalves, 2008, p. 109-115.



177. Ara votiva

Apra/Torres de Apra, São Clemente

Século II d. C.

55 x 29 x 24 cm

Museu Nacional de Arqueologia

E 6418

Desconhece-se, ao certo, qual poderá ser a divindade a que a ara foi consagrada, porque apenas restam, do teónimo, as letras AR, podendo a palavra reconstituir-se [L]AR(*ibus*), «aos Lares», ou mesmo [M]AR(*ti*), «a Marte». O nome do dedicante é etimologicamente latino, faltando-lhe o *praenomen*: *Paccius Fronto*. Nada sabemos adiantar acerca do seu estatuto social, porque tanto pode ser um indígena romanizado, por ter os *tria nomina* (três nomes), ou um liberto da *gens Paccia*, que se documenta na vizinha Tavira.

Leitura:

[M]AR(*ti*) [?] vel [L]AR(*ib*)V(s)·[?] / SACR-
VM / [...] PACCIVS / [F]RONTO / [L(*ibens*)
A(*nimo*)V(*otum*)S(*olvit*)] [?]

Tradução:

Consagrado a *Marte* (?) ou aos *Lares* (?).
Paccius Fronto [fez o voto de livre vontade]?

Jd'E

Bibliografia:

Figueiredo, 1889, p. 120, n.º 4; IRCP 62.



178. Ara funerária ou votiva

Cerro da Vila, Quarteira

Época romana

50 x 37 x 21 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/08/3/1

Anepígrafa.

Apenas o fuste se apresenta intacto e alisado, dando a impressão, à primeira vista, de ser monumento ainda na oficina do canteiro, pronto a receber a inscrição, terminando-se também então, de acordo com o gosto do cliente, o capitel e a base. Mais natural é, no entanto, pelos grandes estragos verificados na base, a atingir a moldura, que capitel e base hajam sido partidos para reutilização como material arquitetónico. O monumento não chegou, porém, a ser epigrafado. Uma terceira hipótese: por se ter partido durante a preparação, o canteiro pô-lo de parte. Em qualquer dos casos, o seu achamento prova a existência de uma oficina no local.

Jd'E





Leitura:

D(is) · M(anibus) · S(acrum) / CAECILIAE / L(ucii) ·
FIL(iae) · MARI/NAE · OSSO/NOB(ensi) · AN/NORVM /
LXXXV (octoginta quinque) / H(ic) · S(ita) · E(st) · S(it) ·
T(ibi) · T(erra) · L(evis)

Tradução:

Consagrado aos deuses *Manes*. A *Cecília Marina*, filha
de *Lucius*, ossonobense, de oitenta e cinco anos. Aqui
jaz. Que a terra te seja leve.

Jd'E

Bibliografia:

Figueiredo, 1889, p. 120, n.º 9. IRCP 59.
Encarnação, 2015, p. 34-45.



180. Ara funerária

Capela de São Romão, São Brás de Alportel
Século II d. C.

82 x 47 x 38,5 cm

Museu Nacional de Arqueologia

E 6388

Leitura:

D(is) M(anibus) S(acrum) / LICINIA /
[L(ucii) FIL(ia) · ?][ATA?]/ [...][SMA...IS?]/
[ANN(orum)?] [LXV(?)] (sexaginta quin-
que?) / [H(ic) · S(ita) · E(st) · S(it) · T(ibi) ·
T(erra) · L(evis)]

Bibliografia:

Figueiredo, 1889, p. 120, n.º 10. IRCP 67.

Epitáfio de reconstituição difícil devido ao mau estado da superfície epigrafada. Deveria ter sido muito trabalhado, pois ostenta ainda, na face lateral esquerda, em relevo, uma coroa de folhas com fitas e corolas. Presume-se, pelo que se consegue ler, que a defunta pertenceria à família romana dos *Licini*, que estão documentados em *Ossonoba* e em *Balsa*. Poderia ter sido, tal como *Caecilia*, uma das representantes dessa família que decidiu vir viver para o Barrocal.

Tradução:

Consagrado aos deuses *Manes*. Aqui jaz *Licinia ...*, natural de (?)... filha de *Lucius* (?), de sessenta e cinco anos (?). Que a terra te seja leve.

Jd'E

181. Ara votiva

Retorta, Boliquiteime

Século II d. C.

64 x 24 x 17 cm

Museu Nacional de Arqueologia

E 6406

Segundo Estácio da Veiga, as três primeiras linhas, onde estava identificada a divindade à qual a árula fora consagrada, terão sido substituídas «por um pintor que pretendeu adaptá-las à sepultura de seu filho», escrevendo lá HIC / ALPHON, que, juntando às letras seguintes, daria o nome de *Alphonsus*, Afonso. Certo é que – baseando-nos em critérios paleográficos – o monumento saiu da mesma oficina do que *Fonteius Philomusus* mandara fazer, pelo que se não tem posto qualquer objeção à reconstituição, aí, do nome desse mesmo dedicante, que utilizou, de resto, a mesma fórmula votiva final. O mais provável é que a divindade honrada não seja a mesma, porque os exemplos que temos apontam mais no sentido de a mesma pessoa manifestar a sua devoção a deuses diferentes.

Leitura:

[...] / [FONTEIVS / PHILOMV] / SVS EX VO / TO ANIMO / LIBENS / POSVIT

Tradução:

(...) *Fonteius Philomusus* colocou de boa vontade, por voto.

Jd'E

Bibliografia:

Figueiredo, 1889, p. 120, n.º 3; IRCP 59.





182. Ara votiva

Loulé – Igreja de São Clemente,
São Clemente
Século II d. C.
78 x 23 x 24 cm
Museu Nacional de Arqueologia
E 6423 / 994.46.1

Deve ter sido altar colocado inicialmente num local de culto bem conhecido, dado que a identificação da divindade a que foi consagrado vem indicada em siglas, o que dificulta a interpretação: uns autores preferem *D(ianae) S(ilvestri)*, outros *D(eo) S(ilvano)*. A inclinação por qualquer destas divindades justifica-se por a ara ter representada,

do lado esquerdo, em relevo, uma aljava pormenorizadamente delineada (com tampa e alça); e, do lado direito, também em relevo, o arco de caça.

O dedicante – *Fonteius Philomusus* – foi, mui provavelmente, um liberto da *gens Fonteia*, de que é este o único testemunho no Sul da Lusitânia.



Leitura:

D(ianae) S(ilvestri) [vel D(eo) S(ilvano)]
S(acrum) / FONTEIVS PHILOMV/SVS EX VO/
TV ANIMO / LIBENS / POSVIT

Bibliografia:

Figueiredo, 1889, p. 120, n.º 2; IRCP 58.

Tradução:

Consagrado a *Diana Silvestre* (ou ao deus *Silvano*). *Fonteivs Philomvs* colocou de boa vontade, por voto [este monumento].
Jd'E

Comércio. Importação de alimentos e produtos manufaturados

183. Ânfora bética Beltrán IIB

Cerro da Vila, Quarteira

Meados do século I-II d. C.

109,4 x 32 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/08/110/1

Ânfora completa do tipo Beltrán IIB/Variante B. Apresenta bordo exvertido, de perfil triangular. O colo hiperboloide funde-se num corpo piriforme, rematado por bico fundeiro alto, cônico e oco, com a extremidade em botão. As asas altas arrancam imediatamente abaixo do bordo, são curvilíneas, em secção ovalada com vestígios de suaves sulcos longitudinais e terminam no início do corpo. A pasta cerâmica, compacta e ocre amarelada, formada maioritariamente por grãos pequenos de quartzo e calcário, quartzo branco e incolor, mica dourada e nódulos ferruginosos, permite atribuir este exemplar aos centros oleiros da Bética, concretamente à região da baía gaditana. Trata-se de um contentor manufaturado para o comércio de preparados piscícolas, como *muria* ou *liquamen*, mas também para o transporte de produtos vinícolas.

FH/AP

Bibliografia:

Peacock, Williams, 1986; García Vargas, 1998; Bernal Casasola, 2000; García Vargas, 2000; Morais, 2004; Viegas, 2011; García Vargas, Bernal Casasola, Díaz Rodríguez, 2016.



184. Ânfora bética Dressel 14

Cerro da Vila, Quarteira
Meados do século I-II d. C.

74 x 33 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/08/507C/1

Ânfora do tipo Dressel 14, de produção bética mediterrânica, destinada ao transporte de preparados piscícolas como *muria* ou *liquamen*. Apresenta bordo moldurado de perfil semicircular com espessamento externo, colo alto bitroncocónico, ombro arredondado com canelura pouco demarcada e corpo cilíndrico. As asas altas arrancam sob o bordo, ligeiramente remontantes curvilíneas, seguem verticais até repousarem no ombro em secção, são ovaladas e ostentam vestígios de sulco longitudinal no centro. No exterior apresenta engobe bege, delgado e pouco aderente. A matriz cerâmica avermelhada com inclusões heterométricas, maioritariamente metamórficas, apontam para uma produção dos centros oleiros da bética mediterrânica, distribuídos pelas costas de Málaga e Granada.

FH/AP

Bibliografia:

Corrales Aguilar et al., 2011; García Vargas, 1998; García Vargas, 2000; Liou, 2000; Mateo Corredor, 2015; Ruiz Montes, Serrano Arnáez, 2009; Viegas, 2011.



185. Ânfora bética Dressel 10B

Mar Vilamoura – Quarteira, Quarteira
Segundo e terceiro quartel do século I d. C.
51 x 30 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVD/3

Metade superior de ânfora proveniente de uma recolha marítima, em ponto incerto ao largo de Vilamoura-Quarteira, que costuma ser genericamente enquadrada nos tipos 7 a 11 definidos por H. Dressel, destinados ao transporte de preparados piscícolas. Contudo, o tamanho do presente exemplar e a observação conjunta das suas várias partes permitem uma atribuição mais precisa e a sua classificação como Dressel 10. Apresenta apenas metade do bordo conservado, uma das asas e o arranque da outra, mas com a totalidade do colo, ombro e início do corpo; a sua superfície, bastante erodida e coberta de conchas e concreções marinhas várias, bem como a sua pasta permitem constatar que se trata de uma produção da costa ocidental da Bética, concretamente da região da Baía de Cádiz.

Admite-se atualmente que este contentor sofreu um considerável desenvolvimento e mudanças morfológicas ao longo do seu longo período de produção/uso (aproximadamente um século), que se manifestam sobretudo na forma do bordo e do corpo. Segundo as propostas e sínteses mais recentes, os exemplares que apresentam bordo com uma secção de tendência triangular muito exvasada, similar ao das ânforas do tipo Beltrán IIB, mas com uma moldura marcada que o separa do colo, aliada a umas asas compridas, de perfil reto e secção sub-retangular larga, que arrancam da parte superior do colo, comprido e cilíndrico, desenvolvendo-se de forma paralela ao mesmo, e um corpo de forma tendencialmente ovoide com um fundo cilíndrico e maciço, pertencem à variante B do tipo Dressel 10, datável do final da época júlio-cláudia e época flávia (c. 50-90 d. C.).



Os tipos Dressel 7 a 11, designadamente o tipo Dressel 10, das ânforas béticas de preparados piscícolas, são dos melhores representados em achados marítimos e naufrágios ao largo do litoral algarvio (Diogo, Cardoso, 2000) e dos mais importados nos sítios romanos do Algarve durante o século I d. C.

RRA

Bibliografia:

García Vargas, 1998; 2001; 2010; Viegas, 2011; García Vargas, Martín-Arroyo, Lagóstena Barrios, 2016.

186. Ânfora lusitana Dressel 14

Loulé Velho, Quarteira

Segunda metade do século I-final do II/início do III d. C.

49 x 29,2 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2124

Ânfora lusitana do tipo Dressel 14 à qual falta a parte inferior do corpo e o fundo. É o tipo lusitano mais produzido entre a segunda metade do século I e o final do II/início do III d. C., e o melhor indicador do comércio dos produtos piscícolas manufaturados na Lusitânia, quer para outros pontos da província e da Hispânia, quer para inúmeros sítios de consumo localizados em praticamente todas as províncias do Império Romano.

Esta forma foi fabricada sobretudo nas olarias do Baixo Vale do Tejo e do Sado e em muito menor número na região do atual Algarve, onde apenas se conhece a sua produção em dois locais, até ao momento, concretamente em Manta Rota e Olhos de São Bartolomeu de Castro Marim. O presente exemplar apresenta uma pasta cerâmica compatível com a dos produzidos nas olarias dos Vales do Tejo/Sado, representando um testemunho direto da importação, relações e eixos comerciais existentes entre os sítios do Algarve central com os principais centros da Lusitânia atlântica ocidental, situação aliás já constatada também no rio Arade (Portimão) e nas cidades de *Ossonoba* (Faro), *Balsa* (Luz de Tavira) e *Baesuris* (Castro Marim).

RRA

Bibliografia:

Vasconcelos, 1898; Alarcão, Mayet, 1990;

Fabião, 2004, p. 400-401; Viegas, 2011;

Pinto, Almeida, Martin, 2016.



187. Ânfora bética Dressel 20

Santa Margarida, Alte
Flávios-Trajano (c. 70-115 d. C.)
22,5 x 15 cm
Museu Municipal de Loulé
Dep.A0045

Fragmento de bordo com colo e arranque das duas asas de ânfora do tipo Dressel 20. Esta ânfora destinada à exportação do azeite produzido na província da Bética (atual Andaluzia, Espanha) foi fabricada massivamente nos vales do Guadalquivir e do Genil, contando-se atualmente em mais de uma centena as olarias que a produziram no triângulo de Sevilha, Córdova e Écija. Trata-se do tipo bético melhor conhecido a nível epigráfico e tipológico e um dos recipientes comerciais mais difundidos no Império Romano entre meados do século I e meados do III d. C.

O presente fragmento apresenta como características formais as que foram definidas e consideradas típicas do período flaviano-trajano (c. 70-110 d. C.): o bordo é espessado e de secção subtriangular, com um marcado achatamento na sua parte superior, desenvolvendo-se a sua parte exterior como uma carena. Tem ainda uma ligeira inclinação para o interior, rematada por um espessamento que adquire a forma de uma aba, sob a qual se forma uma concavidade acentuada. O colo, por sua vez, é aparentemente comprido e de tendência cilíndrica e da sua parte superior arrancam ambas as asas que, embora não estejam presentes, sabe-se que se desenvolvem de forma reta e caem verticalmente sobre a pança.

Particularmente relevante e interessante é a sua petrografia. A pasta cerâmica do fragmento proveniente de Santa Margarida não é, como seria de esperar, a típica e de referência da região do Médio e Alto Vale do Guadalquivir, mas antes a do curso inferior desse rio, talvez já na área próxima do estuário conhecida como *Marismas*, tal como se pode deduzir pela sua matriz amarelada e algo pulverulenta, semelhante às pastas da Baía de Cádiz, mas na qual



se destaca a presença de hematites, cuja origem se atribui à primeira destas zonas.

O achado de ânforas de azeite béticas Dressel 20 em sítios interiores do território de Loulé, como Santa Margarida ou Torrinha, mas também em relevantes sítios litorais, como Cerro da Vila ou Loulé Velho, e ainda de forma recorrente em praticamente todos os sítios com ocupação romana do Algarve, com destaque para *Ossonoba*, *Balsa* ou Lagos, permitem confirmar a importância do seu comércio e consumo para o Ocidente peninsular, especialmente nos séculos I-II d. C., destruindo categoricamente anteriores leituras da hipotética escassez.

RRA

Bibliografia:

Martin-Kilcher, 1987; Berni Millet, 1998; Carreras Monfort, 2001; Berni Millet, 2008; Berni Millet, García Vargas, 2016.

188. Fragmento de ânfora bética Keay XVI, com marca IVNIOR

Loulé Velho, Quarteira
Século III-meados do V d. C.
22 x 12,5 x 11 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0363

Fragmento de bordo, com início de colo e asa de ânfora do tipo Keay XVI. Este tipo de ânfora foi durante muito tempo atribuído à produção lusitana, mas é hoje comumente aceite que é um tipo produzido na costa ocidental da Bética (talvez na macro-área da Baía de Cádiz ou na imediata bacia do Guadalquivir). As características deste fragmento (cor castanha clara, muito depurada, com pequenos vâcuolos alongados e escassos e.n.p. de reduzido calibre, muitos dos quais de origem micéica) permitem confirmar a dita proveniência. Ao mesmo tempo, trata-se de um dos contentores béticos destinados ao transporte de *garum* e *salsamenta* que maior êxito comercial teve em época média e baixo imperial, concretamente entre os inícios do século III e o século V d. C., com uma ampla difusão por todo o Império Romano, desde a longínqua área Síria-Palestina ao Oceano Atlântico.

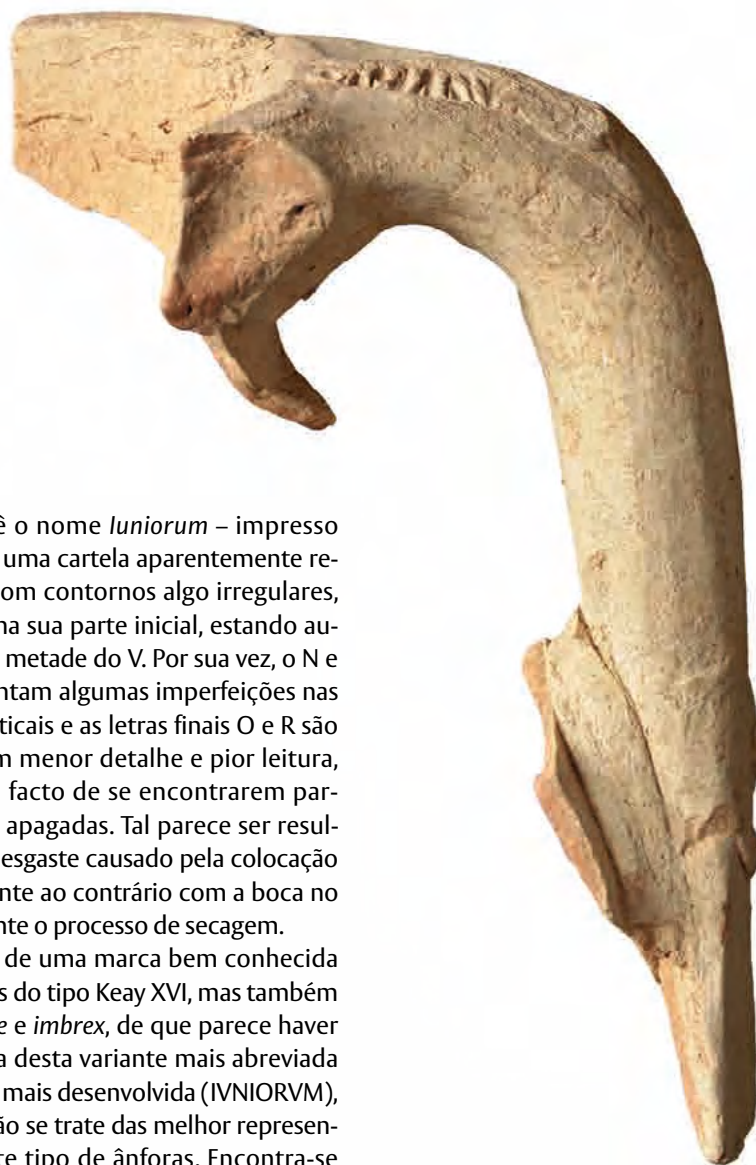
O bordo deste exemplar recuperado em Loulé Velho, que assenta sobre um colo curto e estrangulado, apresenta um diâmetro estimado em cerca de 16 cm e um perfil com secção triangular projetado para o exterior, do qual arranca a asa; esta tem na sua parte inicial um desenvolvimento praticamente horizontal, local onde está colocada a marca, desenhando depois um ângulo reto e descendo de forma vertical até se apoiar diretamente na parte superior do corpo.

A marca parece ter sido feita com o punção já desgastado ou sujo, ao mesmo tempo que a impressão foi realizada de forma pouco profunda, tal como se pode observar pela reduzida definição e nitidez das arestas e das letras em relevo (*litt. extantibus.*) Ainda assim, é possível constatar que se trata de um exemplar da marca IVNIOR – que tradicionalmente se desenvolve e

onde se lê o nome *Iuniorum* – impresso dentro de uma cartela aparentemente retangular com contornos algo irregulares, truncada na sua parte inicial, estando ausente o I e metade do V. Por sua vez, o N e o I apresentam algumas imperfeições nas hastes verticais e as letras finais O e R são as que têm menor detalhe e pior leitura, devido ao facto de se encontrarem parcialmente apagadas. Tal parece ser resultante do desgaste causado pela colocação do recipiente ao contrário com a boca no solo, durante o processo de secagem.

Trata-se de uma marca bem conhecida em ânforas do tipo Keay XVI, mas também em *tegulae* e *imbrex*, de que parece haver constância desta variante mais abreviada e de outra mais desenvolvida (IVNIORVM), embora não se trate das melhor representadas neste tipo de ânforas. Encontra-se atestada no naufrágio Cabrera III (Maiorca), datado dos meados do século III d. C. (Bost et al. 1992) e na Lusitânia, concretamente no território do atual Algarve. Ao presente exemplar de Loulé Velho juntam-se outros três exemplares das escavações modernas realizadas na Quinta de Marim (Silva, Soares, Coelho-Soares, 1992) e ainda outro exemplar, também deste sítio, mas fruto de recolhas mais antigas, que se conserva no Museu Nacional de Arqueologia.

RRA



Bibliografia:

Bost et al., 1992; Silva, Soares, Coelho-Soares, 1992; Fabião et al., 2016; Lagóstena Barrios, 2001; Bernal Casasola, 2001; Bernal Casasola, García Vargas, Gener Basallote, 2014.

189. Ânfora bética Beltrán 72

Loulé Velho, Quarteira
Século III-meados do V d. C.
37,5 x 24 x 18 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0364

Parte superior con el borde y las dos asas completas que ha de ser atribuida a un ánfora Beltrán 72, aparentemente destinada al transporte y exportación de salazones y/u otros productos piscícolas. En este caso se trata de un ejemplar de módulo normal y no de pequeño tamaño, que presenta bastantes similitudes formales con piezas documentadas en el pecio de Cabrera III, datado en la segunda mitad del siglo III d. C., si bien como acabamos de presentar en un reciente artículo, continúa siendo problemático poder relacionar las diferencias formales de las Beltrán 72 con un momento determinado de su producción, y es posible que ciertas características formales simplemente estén en función de los diferentes talleres donde se produjeron.

En cuanto a la zona de producción de estos envases, parece hoy por hoy indiscutible que se trata de una producción mayoritaria de la costa occidental de la Bética, siendo el foco principal de la misma la Bahía de Cádiz u otras zonas más al sur, si bien su producción y la de formas similares también está documentada en talleres de las actuales provincias andaluzas de Málaga y Granada. Por otra parte, en los talleres occidentales de Lusitania y la Gallaecia se han documentado formas semejantes o relacionadas, tal como ocurre para otros tipos de ánforas tardorromanas, que fueron producidas con algunas pequeñas diferencias formales en distintos puntos de la Península Ibérica.

La difusión de este tipo de ánfora y de formas similares fue más o menos importante a nivel geográfico, ya que se encuentran en una gran cantidad de yacimientos peninsulares, en puntos importantes de Italia, o en norte de África, sin que se hayan documentado de momento en el Mediterráneo Oriental, donde sí que existen formas similares como las Majuelo I.



En el caso de la Lusitania, y en particular la región meridional correspondiente al actual Algarve, el tipo Beltrán 72 no se trata de un ánfora particularmente abundante; no obstante, es muy probable que tal se deba más a evidentes dificultades en la identificación del tipo, sobre todo ante la presencia de pequeños fragmentos, que a una «real» inexistencia de importaciones.

HGC/RRA

Bibliografía:

Bost et al., 1992; Bernal Casasola, 2001; 2016; Almeida, 2014, 2016; González Cesteros, Almeida, Curbera, 2016; Sáez et al., 2016.

190. Ânfora bética Dressel 23

Mar Vilamoura – Quarteira, Quarteira
Final do século III-primeira metade do VI d. C.
26,5 x 36 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVD/4

Fragmento de ânfora proveniente de uma recolha marítima, em ponto incerto ao largo de Vilamoura-Quarteira, atribuível ao tipo Dressel 23 (= Keay XIII). Conserva apenas metade do bordo, uma das asas e o arranque inferior da outra, mas com a totalidade do colo e a metade superior do corpo. A sua superfície apresenta-se bastante erodida, coberta de conchas e concreções marinhas várias, como resultado da sua prolongada imersão em meio marinho; não obstante, a sua pasta permite constatar que se trata de uma produção típica do Médio/Alto rio Guadalquivir ou do rio Genil, conhecidas regiões produtoras no interior da Província romana da Bética.

É atualmente unanimemente aceite que a ânfora Dressel 23 corresponde a um contentor de menor dimensão – com diversas variantes, produção menos estandardizada e com menos hábito epigráfico – que substituiu a Dressel 20 no comércio do azeite bético em época Baixo Imperial, concretamente a partir da segunda metade do século III e até ao século VI d. C. A evidência hoje disponível (principalmente com base em dados de prospeção) demonstra que este tipo foi fabricado também em muitas das mesmas olarias localizadas no triângulo de Sevilha, Córdova e Écija, que produziram a forma precedente até ao terceiro quartel do século III d. C., mas apenas corroborada por escavação nas *figlinae* de El Tejarillo (Remesal Rodríguez, 1983) e Azanaque-Castillejos (Romo Salas, Vargas Jiménez, 2001).

O presente exemplar de Dressel 23 recolhido no mar de Vilamoura-Quarteira apresenta um bordo triangular de pequeno tamanho, sob o qual arrancam duas asas igualmente pequenas, com perfil em forma de quarto de círculo e secção sub-circular que se implantam no ombro do



recipiente; em suma, características compatíveis com a variante Keay XIII A – ou Dressel 23/Grupo I, segundo propostas mais recentes (Berni Millet, Moros Díaz, 2012) – a melhor conhecida e mais frequente nos contextos do Império Romano, sobretudo em contextos datados do século V d. C.

A identificação sistemática de fragmentos pertencentes a este tipo que se tem realizado nos últimos anos no atual território português, com particular profusão no espaço algarvio em sítios como *Balsa* (Fabião, 1993-94; Fabião, 1994; Viegas, 2011), *Faro* (Viegas, 2011; Almeida et al., 2014) ou *Lagos* (Filipe, Brazuna, Fabião, 2010), certifica a continuidade/manutenção dos eixos de

abastecimento do azeite bético para paragens ocidentais em momentos tardios; por outro lado, a esses numerosos fragmentos de sítios terrestres, que são prova irrefutável da receção e consumo, junta-se agora este achado marítimo, o primeiro dado a conhecer, e testemunho da circulação/trânsito do mesmo por via marítima (embora neste caso não bem sucedido...).

RRA

Bibliografia:

Remesal Rodríguez, 1983; Berni Millet, 1998; Romo Salas, Vargas Jiménez, 2001; Berni Millet, Moros Díaz, 2012; Viegas, 2011; Almeida et al., 2014.

191. Ânfora Africana IIC2

Loulé Velho, Quarteira
Final do século III-meados do IV d. C.
20,2 x 18 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0365

Fragmento superior de ânfora africana do tipo Africana IIC, variante 2, uma das variantes mais tardias. Foi produzida principalmente na área da antiga província romana da *Zeugitana* (onde se localiza a atual Tunísia), com especial profusão na região de Neabeul/Néapolis. Considera-se atualmente, com base numa diversidade considerável de vestígios, designadamente resíduos de peixe, interiores resinados e etiquetas de chumbo em alguns exemplares, bem como uma forte presença nas oficinas de salga dessa região, que se

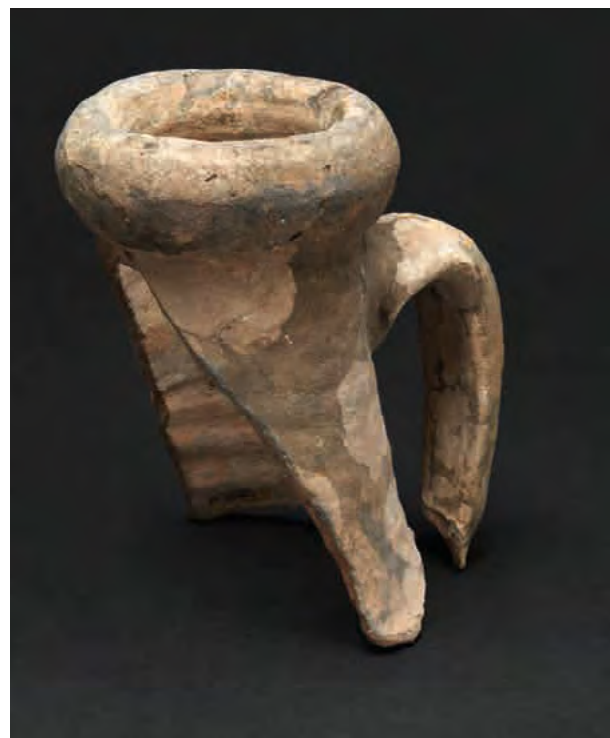
destinavam possivelmente ao transporte dos preparados piscícolas (*salsamenta*) aí elaborados. Os contextos de fabrico conhecidos, mas sobretudo os naufrágios e o grande número de sítios de consumo onde está documentado, apontam a primeira metade do século IV d. C. como o período da sua máxima produção e difusão.

Trata-se de um tipo de ânfora já conhecido no Algarve, concretamente nas vizinhas cidades de *Ossonoba* (Faro) e *Balsa* (Luz de Tavira), sendo um dos tipos africanos melhor representados.

RRA

Bibliografia:

Panella, 1973, p. 586-587; Bonifay, 2004a, p. 113-115; Bonifay, 2004b, p. 36 e 115; Viegas, 2011, p. 235, 377.



192. Ânfora Africana IIIB

Loulé Velho, Quarteira
Século IV d. C.
18 x 16 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0367

Fragmento superior de ânfora africana do tipo Africana IIIB, sucessora das Africanas II, também designada como Ostia IV, 149-153/154-156 ou Keay XXV, variantes K-V. Caracteriza-se por ter um corpo cilíndrico de «média dimensão» rematado por um fundo apontado e maciço, um colo troncocónico comprido e um típico bordo que, surgindo na continuação e sem se diferenciar do colo, se apresenta espessado e marcadamente voltado para o exterior.

A ânfora Africana IIIB foi igualmente produzida na área da antiga província romana da *Zeugitana* (atual Tunísia), especialmente na região de Neabeul/Néapolis,

apontando-se o vinho como sendo o possível conteúdo transportado. Os contextos de fabrico conhecidos, bem como naufrágios e inúmeros sítios de consumo, destacando a Gália e a Itália, onde numerosos exemplares puderam ser bem datados contextualmente, pela sua associação a outras classes cerâmicas, permitem apontar o século IV, com particular incidência na segunda metade, como o momento preferencial da sua produção e difusão.

Trata-se de um tipo de ânfora também já conhecido no Algarve, embora bastante menos que o anterior, e mais uma vez na cidade de *Ossonoba* (Faro).

RRA

Bibliografia:

Manacorda, 1977, p. 177 e 258; Keay, 1984, Bonifay, 2004a, p. 119-120; Almeida et al., 2014, p. 156.



193. Ânfora bética

Loulé Velho, Quarteira

Séculos IV-V d. C. (?)

15,8 x 16,5 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0361

Fragmento superior de ânfora ao qual foram intencionalmente retiradas ambas as asas e corpo, tendo estes elementos sido recortados na zona de ligação com o bordo e com o colo, respetivamente. Representa um episódio inequívoco de reaproveitamento de parte do recipiente cerâmico, para um fim desconhecido, mas certamente diferente do original (talvez como base/suporte, como funil, ou ainda outros...), realizado no momento de descarte da ânfora, após a sua receção e consumo do conteúdo.

Trata-se de uma peça de classificação problemática, pertencente a um tipo pouco conhecido. Entre os escassos exemplares documentados que podemos apontar como prováveis paralelos, conta-se o conjunto composto por quase uma centena de peças recuperadas no naufrágio de Sud-Lavezzi 1 (Estreito de Bonifácio, Córsega), datado da segunda metade do século IV/inícios do V d. C., bem como outro recolhido na vizinha cidade romana de *Orippe* (Dos Hermanas, Sevilha), depositado no Museu de Sevilha. As características da pasta cerâmica permitem, com relativa segurança, atribuir o seu fabrico e origem à área sudoeste da província romana da Bética, numa região imprecisa entre as atuais províncias de Cádiz e Sevilha.

RRA

Bibliografia:

Liou, 1982, p. 437-440.



194. Ânfora lusitana Algarve 1

Cerro da Vila, Quarteira

Século IV-primeira metade do VI d. C.

16 x 19 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CVR/6/26

Fragmento de metade superior de ânfora lusitana de fabrico regional, tradicionalmente designada por Almagro 51a-b; contudo, descobertas e estudos recentes, principalmente na área da cidade de Lagos e em outros pontos do Algarve ocidental, permitiram reconhecer aspetos morfológicos e tecnológicos próprios e exclusivos da produção algarvia, tendo-se proposto a sua individualização da restante produção lusitana e a sua classificação como Algarve 1.

A presença deste exemplar no sítio do Cerro da Vila deve ser entendida no âmbito da receção e consumo local de produtos piscícolas, cuja origem, no entanto, pode estar nas fábricas de salga da região, como por exemplo Quinta do Lago ou Loulé Velho, por sua vez abastecidas por centros oleiros também da região como o da própria Quinta do Lago ou São João da Venda.

RRA

Bibliografia:

Fabião, Filipe, Brazuna, 2010; Bernardes

et al., 2013; Bernardes, Viegas, 2016;

Fabião et al., 2017.



195. Ânfora lusitana Almagro 51C

Loulé Velho, Quarteira
Meados do século III-meados do V d. C.
12 x 21 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0369

Terço superior de ânfora lusitana do tipo Almagro 51C, destinada ao transporte e comércio de produtos piscícolas. Esta forma foi abundantemente fabricada nos centros produtores dos Vales do Tejo/Sado e da área mais meridional da Lusitânia romana, correspondente ao atual Algarve. Esta peça pode ser oriunda de uma das inúmeras olarias algarvias que se encontram em número muito significativo disseminadas entre os Olhos de São Bartolomeu de Castro Marim, no limite oriental, e o grande centro oleiro do Martinhal, no seu extremo mais ocidental, mas com maior probabilidade deve ser proveniente das localizadas em torno à área da cidade de *Ossonoba* (Faro), como por exemplo Quinta do Lago ou Salgados.

RRA

Bibliografia:

Alarcão, Mayet, 1990; Fabião, 2004;
Bernardes, Viegas, 2016.



196. Fragmento de talha de cerâmica (*dolium*)

Loulé Velho, Quarteira
Época romana, Alto Império
28 x 27,2 x 6 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA2251

Talha de cerâmica (*dolium*). Bordo de perfil horizontal e asa de um grande recipiente cerâmico de armazenamento. As características da sua pasta apontam para que tenha sido produzida no vale do Guadalquivir (atual Andaluzia), local de onde também são originárias outras formas de cerâmica comum assim como ânforas que transportaram vinho e azeite para o território algarvio, em época romana.

CV



197. Taça de cerâmica (*sigillata* sudgálica marmoreada) Drag. 29 decorada

Cerro da Vila, Quarteira

Período cláudio-neroniano e neroniano (41-68 d. C.)

7,1 x 9,8 x 2 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila CV/98/140(6)/1

Taça de terra *sigillata* sudgálica marmoreada, decorada, da forma Drag. 29. Decoração difícil de determinar formada por uma composição com grinalda ondulada onde se observam, no registo superior, medallhões simples que incluem, alternadamente, rosetas de oito pétalas ou aves. Linha horizontal simples enquadrada por duas linhas com duas linhas de pérolas que estabelece o limite entre os dois registos. O registo inferior é formado por outra grinalda de que muito pouco se conservou. Pelas características da composição decorativa pensamos poder atribuir esta peça ao período cláudio-neroniano e neroniano.

CV

Bibliografia:

Tilhard, 2004, p. 420, est. 142.



198. Taça de cerâmica (*sigillata* sudgálica) Drag. 37 decorada

Cerro da Vila, Quarteira

Final do século I d. C.

8,5 x 14,5 x 0,5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila CVR/2/17

Decoração impossível de reconstituir integralmente. Corresponde a uma forma Drag. 37 com a característica composição de métopas (painéis quadrangulares onde se desenvolvem os diferentes motivos). Sob a linha de óvulos duplos com lingueta de extremidade tripartida encontra-se uma linha ondulada podendo observar-se no interior de uma métopa uma cena de um combate de touros. Noutra métopa observa-se um canídeo. Pelo tipo de composição pode atribuir-se esta peça ao final do século I, o que corresponde às últimas fases de produção de La Graufesenque (Sul da Gália). As características da moldagem, pouco nítida e empastelada, confirmam esta cronologia.

CV

Bibliografia:

Samian research – RGZM.



199. Taça de cerâmica (*sigillata* sudgálica) Drag. 37 decorada

Cerro da Vila, Quarteira

Início do século II d. C.

8 x 10,5 x 3 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVR/2/21

Fragmento de bordo de taça de *terra sigillata* sudgálica decorada a molde. Composição impossível de determinar na totalidade formada por linha de óvulos duplos com linguetas bífidas, seguida por linha ondulada. Deve corresponder a uma composição metopada cuja decoração se encontra incompleta sendo os motivos difíceis de determinar. Acima, possivelmente uma lebre de que apenas se conservou a cabeça e os membros inferiores. O motivo que melhor se identifica corresponde a um painel vertical que inclui Diana caçadora, envergando arco e segurando uma lebre. O motivo habitualmente designado de cruz de Santo André, formado por elementos vegetais estilizados, encontra-se igualmente presente. Do personagem que ocuparia a métopa à direita pouco se conservou sendo impossível de identificar.

Esta composição, assim como os motivos que a compõem, foi utilizada por diversos oleiros de La Graufesenque, como por exemplo Albanus, que terá produzido na primeira década do século II d. C. (Mees, 1995, p. 68, Est. 1.8).

A peça possui as características típicas desta fase de declínio da produção, nomeadamente a moldagem algo deficiente e pouco nítida.

CV



Bibliografia:
Mees, 1995.

200. Taça de cerâmica (*sigillata* sudgálica) Drag. 37 decorada

Loulé Velho, Quarteira

Época Flávia (69-96 d. C.)

8,1 x 15,7 cm

Museu Municipal de Loulé
MLA0454

Taça de cerâmica *terra sigillata* sudgálica com decoração a molde, da forma Drag. 37. Apresenta linha de óvulos simples com lingueta de extremidade tripla. Sob a linha ondulada desenvolve-se um esquema formado por festões duplos denteados que alternam com elementos vegetais. No interior dos festões encontra-se o motivo flor de «mystica» e na base, a composição ostenta uma faixa elementos vegetais.

Pelas suas características e semelhança com outros exemplares que se encontravam em utilização à data da erupção do Vesúvio, esta peça poderá ser de época flávia.

CV



Bibliografia:
Dzwiza, 20004, Est. 106, Pl.17;
Gomes e Serra, 2004, p. 11.

201. Taça de cerâmica (*sigillata* sudgálica) decorada, com grafito

Loulé Velho, Quarteira
Início do século I d. C.
9,5 x 6,4 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA2248

Fragmento de taça de *terra sigillata* decorada proveniente do Sul da Gália, com grafito.

Na composição decorativa, impossível de reconstituir, observa-se (numa das métopas) os membros inferiores e parte do tronco de uma figura humana que enverga uma lança, possivelmente um *bestiarii*, que luta com um animal. Noutra métopa está um cupido (*putti*), sendo impossível saber qual seria o personagem representado na métopa à direita. No entanto, não é impossível que corresponda a um outro *bestiarii*, em posição idêntica à do anterior, mas desta vez voltado à direita. Junto à base a decoração é rematada por grinalda

de folhagens. Pela composição metopada e pelas características específicas dos motivos representados atribuímos a este exemplar uma cronologia de finais do século I. O grafito que foi marcado na peça encontra-se incompleto e corresponde a um sinal de posse. Nele pode ler-se HERMAN ou HERM[E?], muito possivelmente o nome do seu proprietário.

CV

Bibliografia:
Mees, 2014; Luzia, 2004, p. 105.



202. Taça de cerâmica (*sigillata* sudgálica) Drag. 35

Loulé Velho, Quarteira
Época Flávia (69-96 d. C.)
3,5 x 10,1 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0447

Taça de cerâmica *terra sigillata* sudgálica da forma Drag. 35. Na aba possui decoração de barbotina de folhas de água. Tal como sucede nos exemplares anteriores decorados, esta peça foi produzida no período flávio, o momento em que a cerâmica de mesa importada da Gália teve maior difusão no Algarve.

CV

Bibliografia:
Viegas, 2011; Luzia, 2004, p. 107.



203. Taça de cerâmica (*sigillata* hispânica) Hisp. 37 decorada

Loulé Velho, Quarteira
Final do século I-início do II d. C.
6,5 x 12,5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0439

Exemplar completo de taça de *terra sigillata* hispânica decorada proveniente das olarias de *Tritium Magallum* (Tricio, La Rioja, Espanha).

Tipologicamente, esta peça insere-se nas taças denominadas Hisp. 37A. Apresenta o bordo arredondado, corpo com perfil hemisférico e pé anelar. Na sua parte central ostenta duas bandas decoradas. O repertório decorativo superior consiste numa linha contínua de círculos concêntricos triplos. Na extremidade inferior possui círculos concêntricos triplos separados por barras verticais.

A *terra sigillata* foi uma das categorias cerâmicas mais consumidas no território hispânico e, especificamente, esta forma foi uma das mais procuradas. O seu fácil transporte e a presença de motivos decorativos podem ter sido os elementos que chamaram a atenção dos consumidores. A função desta peça seria a ingestão de alimentos líquidos e semilíquidos.

MB

Bibliografia:
Mezquiriz de Catalán, 1961; Gomes e Serra, 2004, p. 11.



204. Taça de cerâmica (*sigillata* hispânica) Hisp. 27, com marca do oleiro Nasde

Loulé Velho, Quarteira
Sobretudo finais do século I até meados do II d. C.
7 x 12,4 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0440

Exemplar de perfil completo reconstituído de taça de *terra sigillata* hispânica lisa proveniente das olarias de *Tritium Magallum* (Tricio, La Rioja, Espanha).

Esta peça, da forma Hisp. 27 tem o bordo apontado para o exterior e um sulco no interior. Apresenta um perfil duplo globular e o pé é anelar e detém marca do oleiro Nasde de Tricio, datado do final do século I-século II d. C. Pode ler-se NASII (NA em nexo e II como E arcaico) retrógrada.

O interesse desta peça é que, junto com os pratos Hisp. 15/17, formaram o serviço de *sigillata* mais utilizado na mesa dos romanos. Além de ser uma forma funcionalmente

útil, a sua morfologia permitiu o empilhamento que ajudou o seu transporte tanto por mar – como podemos ver nas pilhas dos naufrágios – como por terra. A sua função é a ingestão de alimentos e bebidas.

MB

Bibliografia:
Mezquiriz de Catalán, 1961; Luzia, 2004, p. 101.



205. Prato de cerâmica (*sigillata* africana A) Hayes 6C

Loulé Velho, Quarteira
Meados do século II d. C.
2,5 x 11,2 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0434

Pequeno prato de *sigillata* africana A da forma Hayes 6C (Hayes 1972, p. 29-30) proveniente da atual Tunísia.

CV

Bibliografia:

Hayes, 1972, p. 29-30; Bonifay, 2004a;
Gomes e Serra, 1996, p. 41, fig. 6B.



206. Taça de cerâmica (*sigillata* africana A) Hayes 16

Loulé Velho, Quarteira
Final do século II-início do III d. C.
4 x 15,4 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0435

Taça de cerâmica *sigillata* africana A, originária da atual Tunísia. Integra-se na forma 16 de Hayes.

CV

Bibliografia:

Hayes, 1972, p. 41-42; Bonifay, 2004a, p. 159.



**207. Prato de cerâmica
(*sigillata* sudgálica) Drag. 18,
com marca do oleiro Patricius**

Loulé Velho, Quarteira
Segunda metade do século I d. C.
4,5 x 17 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0448

Prato de cerâmica *terra sigillata* da forma Drag. 18, com marca do oleiro Patricius (OF PATRC), que terá sido produzido em La Graufesenque, no Sul da Gália, entre 65 e 90 d. C.

CV

Bibliografia:

Samian research – RGZM.; Polak, 2000,
p. 285-288; Luzia, 2004, p. 112.



**208. Tacho de cerâmica de cozinha
africana Hayes 197**

Loulé Velho, Quarteira
Final do século II-III d. C.
13 x 23,2 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0532

Tacho de cerâmica de cozinha africana da forma Hayes 197 produzido no norte da Tunísia. A partir de finais do século I-inícios do século seguinte, assistimos a uma importação muito significativa de um conjunto de cerâmicas de mesa oriundas do Norte de África (*sigillata* clara), a que se junta também cerâmica de cozinha (tachos, caçoilas e pratos/tampa). O consumo destes produtos, a par de outras importações e da produção local, teve lugar até ao século v.

CV

Bibliografia:

Bonifay, 2004a, p. 225.



**209. Prato de cerâmica
(*sigillata africana D*)**

Loulé Velho, Quarteira

c. 410-470 d. C.

10 x 18,5 x 1 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0425

Fundo de prato de *sigillata africana D*, originário do Norte da atual Tunísia. O fundo, reentrante, apresenta, no interior, decoração estampada, do Estilo A (iii) de Hayes (1972, p. 219), num friso afastado do centro do fundo e delimitado por dois pares de caneluras, em que se repete o punção Hayes 32 (três círculos concêntricos rodeados por uma roda dentada), de grandes dimensões. Esta peça terá sido produzida durante a vigência do Estilo A (iii), entre c. 410 e c. 470 d. C.

EF

Bibliografia:

Hayes, 1972, p. 219 e 236.



**210. Prato de cerâmica
(*sigillata africana D*) El Mahrine 4.3 /
Hayes 61A/B1**

Cerro da Vila, Quarteira

Início do século V d. C.

39,5 x 6,5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVR/3/606

Prato de *sigillata africana D*1, da forma El Mahrine 4.3/Hayes 61A/B1, com origem no Norte da atual Tunísia. Apresenta uma canelura junto ao bordo. No fundo, possui decoração estampada, do Estilo A (ii) de Hayes (1972, p. 218), num friso delimitado por dois pares de caneluras, em que alternam o punção Hayes 27 (quatro círculos concêntricos) e um punção intermédio entre Hayes 61 e 62 (flor com centro e quatro pétalas, com pequenos círculos entre as pétalas). Pela conjugação da forma com a decoração, terá sido produzido nos inícios do século V. As perfurações que a peça apresenta indicam que foi objeto de reparação.

EF

Bibliografia:

Hayes, 1972, p. 218-219, 235-236, 240;
Mackensen, 1993, p. 318; Bonifay, 2004a,
p. 167, 171.





211. Tigela de cerâmica (*sigillata africana D*) Hayes 67B

Cerro da Vila, Quarteira

Final do século IV d. C.

40 x 8 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVR/3/959

Tigela de *sigillata* africana D1, da forma Hayes 67B, oriunda do Norte da atual Tunísia. Apresenta uma canelura junto ao lábio. No fundo, possui decoração estampada, do Estilo A (ii) de Hayes. No interior de cinco caneluras concêntricas, observam-se três pequenos círculos concêntricos, no centro do fundo, dos quais irradiam ramos de palma, correspondentes ao punção Hayes 1. Estes ramos de palma, por seu turno, estão rodeados por

um friso não delimitado em que alternam os punções Hayes 28 (cinco círculos concêntricos) e Hayes 69 (grelhas quadradas com trama diagonal). Pela conjugação da forma com a decoração, a peça terá sido produzida nos finais do século IV d. C.

EF

Bibliografia:

Hayes, 1972, p. 218-219, 229, 236, 241;
Bonifay, 2004a, p. 1171, 173.



212. Almofariz itálico Dramont D2

Loulé Velho, Quarteira

Meados do século I-inícios do II d. C.

12 x 39,3 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0531

Almofariz com origem na Península itálica (forma Dramont D2), datado de meados do século I a inícios do século II. Peça essencial na cozinha romana, o seu interior possui pequenas pedras incrustadas que serviam de atrito na mistura de alimentos e temperos. Estes recipientes caracterizam-se ainda pela sua dimensão, bordo em aba e bico vertedor. No bordo, quase imperceptível, podem observar-se alguns caracteres da marca de oleiro que

ostentava. Pelo desgaste que apresenta não foi possível propor a sua leitura.

CV

Bibliografia:

Aguarod, 1991, p. 140.



213. – 218. Ânforas Almagro 51C de produção local, para preparados piscícolas

Quinta do Lago, Almancil
Séculos III-IV d. C.

Alt. 9,8 x diâm. de bordo 9,7 cm; Alt. 7,9 x diâm. de bordo 10,1 cm; Alt. 12,5 x diâm. de bordo 10 cm; Alt. 18 x diâm. de bordo 10,2 cm; Alt. 12,5 x diâm. de bordo 8,5 cm; Alt. 13 x diâm. de bordo 10,2 cm.

Museu Municipal de Loulé
QL334, QL333, QL2106, QL35, QL16, QL215

Conjunto composto por seis fragmentos de bordo, colo e asas de ânforas Almagro 51C. As ânforas Almagro 51C da Quinta do Lago correspondem a uma produção local. Não tendo sido identificado o respetivo forno, as evidências do seu fabrico no sítio são muito abundantes, nomeadamente peças deformadas por acidentes de cozedura (cat. 219-221) e suportes cilíndricos que as seguravam ou no interior do forno durante a cocção, separando-as umas das outras, ou durante o processo de secagem. São muito homogêneas do ponto de vista morfológico (lábios baixos, semicirculares, asas curtas e ombro elevado)

e, como é evidente, do ponto de vista do fabrico. Registe-se ainda o facto de nos trabalhos de campo terem sido recolhidos mais de cinco mil fragmentos deste tipo anfórico, entre bordos, fundos, asas e paredes. Estas ânforas destinavam-se ao envase dos preparados de peixe igualmente produzidos no sítio, produção esta atestada pela «fábrica» aí identificada.

AMA

Bibliografia:
Arruda, Fabião, 1990, p. 212-213, Fig. 60-61.

219. – 221. Blocos e fragmentos de ânforas sobrecozidas

Quinta do Lago, Almancil

Séculos III-IV d. C.

5,5 x 4,4 x 3,5 cm; 22 x 23 x 20 cm;

4,2 x 11,4 x 5,1 cm

Museu Municipal de Loulé

QL 2102, QL2100, QL2105

Vários fragmentos de ânforas (paredes e fundo) deformados e vitrificados por sobrecozedura. A produção de ânforas Almagro 51C na Quinta do Lago ficou atestada pela recolha de abundantes fragmentos de bordos, de fundos e de paredes deformados, que trazem acidentes de cozedura. Muitos estavam mesmo vitrificados. Alguns destes, concretamente a peça cat. 220, encontravam-se colados por refusão. São peças que, tendo sido expostas a cozedura excessiva, evidenciam o fabrico local destes recipientes bem como várias fornadas sem êxito.

AMA

Bibliografia:

Inédito.



222. – 224. Suportes cilíndricos para cozedura de cerâmica

Quinta do Lago, Almancil

Séculos III-IV d. C.

Alt. 11,6 x diâm. de bordo 14 e 16 cm;

Alt. 7,5 x diâm. de bordo 13 cm;

Alt. 6,5 x diâm. de bordo 12,8 cm

Museu Municipal de Loulé

QL290, QL279, QL339

Os suportes «cilíndroides» encontrados na Quinta do Lago evidenciam igualmente a produção local de ânforas, funcionando ou como isoladores ou separadores no interior do forno durante a cozedura, ou como suportes das ânforas no momento da secagem. Qualquer uma das duas funcionalidades possíveis atesta também o fabrico destes recipientes no local.

AMA

Bibliografia:

Inédito.





**225. – 233. Ânforas Algarve 1
de produção local, para preparados
piscícolas**

São João da Venda, Almancil

Séculos IV-V d. C.

17,7 x 17,9 cm; 38 x 22 cm; 16 x 20 cm;

17 x 20 cm; 25,3 x 24 cm; 16 x 19,5 cm;

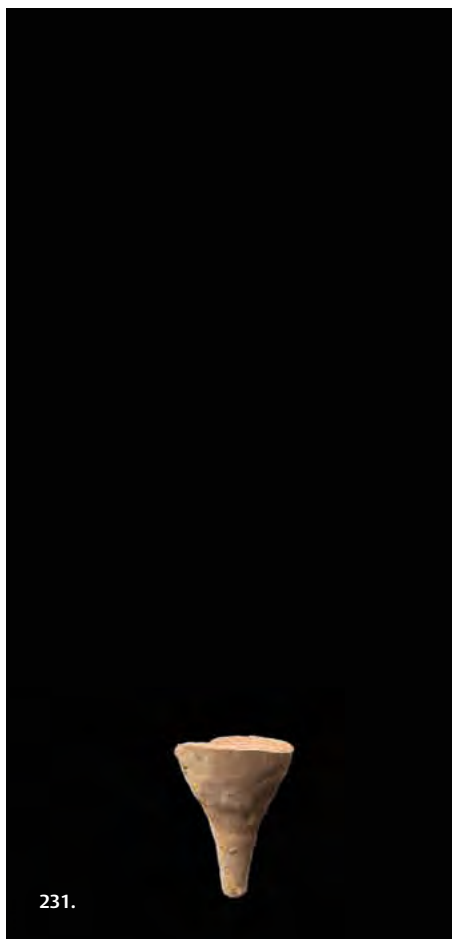
18 x 11,4 cm; 65 x 23 cm; 78 x 23 cm

Museu Municipal Dr. Santos Rocha,

Figueira da Foz

4506, 4340, 4512, 4508, 4338, 4509,

4339, 4375(2), 4523



Conjunto de ânforas produzidas em S. João da Venda, com alguns exemplares distorcidos e outros com claros sinais de sobre-exposição ao fogo.

Estas ânforas integram-se na forma Almagro 51A-B. Recentemente, as ânforas algarvias do tipo Almagro 51 A-B foram objeto de revisão tendo-se proposto a designação como Algarve 1. No essencial, esta forma corresponde a uma «interpretação» local de um modelo bem conhecido no Vale do Sado, mas que conheceu no sul características que a diferenciam, sobretudo no que diz respeito ao bordo, à implantação, ao perfil e à secção das asas. Assim, as ânforas desta forma apresentam bordos moldurados, as asas iniciam-se na moldura do colo

e assentam no ombro, apresentando um perfil de tendência retilínea. Os colos são altos e os corpos apresentam um perfil fusiforme alongado, rematados por um fundo cónico em bico (cat. 232 e 233).

Estas ânforas foram recolhidas, ainda no século XIX por Santos Rocha, para o Museu da Figueira da Foz, desconhecendo-se o local exato da implantação deste centro produtor e quais as características das estruturas anexas.

CF

Bibliografia:

Fabião, Arruda, 1990, p. 215-244;

Fabião et al., 2010, 2017.

234. Mó circular de granito

Espargal, Querença, Tôr e Benafim

Época romana

40 x 11 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2678

Elemento de mó circular de granito.

CV



235. Almofariz de mármore

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos I-II d. C.

19,5 x 15 x 6 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/796

Fragmento de almofariz de mármore. Conservou-se sensivelmente metade do recipiente de forma semicircular com bordo aplanado e elemento de preensão retangular. O emprego do almofariz na cozinha romana seria muito frequente, não sendo de descartar a possibilidade de utilização igualmente no contexto da produção de cosméticos ou medicamentos, como referem alguns autores antigos, como Ovídio e Plínio-o-Velho. O almofariz de mármore branco, pela sua raridade deverá considerar-se um objeto excepcional, de luxo. O facto de este e de outros exemplares conhecidos apresentarem um bico vertedor não perfurado pode remeter-nos ainda para uma utilização decorativa, não funcional, deste tipo de objetos.

CV

Bibliografia:

Bertrand, Tendron, 2012.



236. – 238. Pesos de tear

Cerro da Vila (236) e Loulé Velho (237-238),

Quarteira

Época romana

11,8 x 7,9 x 5 cm; 10,1 x 7,5 x 3 cm;

11,4 x 7,8 x 5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

(236) e Museu Municipal de Loulé (237-238)

CV/98/107/1; MLA0535; MLA0536

Pesos de tear de cerâmica de forma paralelepédica com perfuração para suspensão. A presença destas peças em Cerro da Vila ou Loulé Velho testemunha a existência de atividades artesanais relacionadas com a tecelagem.

CV



239. Alvião de ferro

Mortórios/Monte Júlia, Alte

Época romana

33,5 x 6,5 x 7 cm

Museu Nacional de Arqueologia

983.1033.1

Alvião ou machado de ferro, de duplo gume, de um lado vertical e do outro horizontal, com orifício e cabeamento circular. O gume do lado do machado apresenta um considerável desgaste.

CP





240. Lingote de bronze

Atalaia de Alte, Alte

Época romana

27,2 x 12,2 x 4,8 cm

Museu Nacional de Arqueologia

983.1044.1

Lingote doméstico de bronze paralelepípedo disforme. Ostenta rebarbas de grandes dimensões nas arestas.

CP

Bibliografia:

Vasconcelos, 1910.

Do mar...



241. Peso de rede de pesca de cerâmica

Loulé Velho, Quarteira
Época romana
10,7 x 3,5 cm; 353,40 g
Museu Municipal de Loulé
MLA0354

Pesa de cerâmica de tipo discoidal simple con un orificio central de 4,4 cm de diámetro. Se conserva la pieza completa aunque presenta algunas fracturas en su borde exterior como resultado del rodamiento. Sus dos caras han sufrido un tratamiento de alisado postcocción, pudiéndose observar un gran número de desgrasantes, algunos de los cuales son especialmente visibles debido a sus dimensiones. Presenta buen estado de conservación.

JMVG



242. Peso de rede de pesca de chumbo

Loulé Velho, Quarteira
Época romana
9,5 x 1,5 x 1 cm; 61,75 g
Museu Municipal de Loulé
MLA0352

Pesa de plomo de tipo laminar rectangular. Se conserva la pieza completa. La pesa está fabricada a través de una lámina de plomo de 0,2 cm de grosor que ha sido plegada, generándose una oquedad interna de forma ovalada de 0,7 x 0,3 cm. La pieza aparece totalmente plegada en ambos extremos generándose una sección cerrada, aunque podemos observar como en su parte central la lámina aparece parcialmente abierta. Se aprecian marcas de la adhesión de la pesa al cabo de la red justo donde se produce el plegamiento de la lámina. Resulta interesante observar la forma que presentan estas improntas ya que nos permite plantear el uso de herramientas de tipo cincel para la fabricación de estas pesas, con cuyos golpes de martillos quedarían adheridas al cabo de la red. Presenta buen estado de conservación.

JMVG

243. Peso de rede de pesca de chumbo

Loulé Velho, Quarteira
Época romana
9,5 x 1,5 x 1,2 cm; 56,84 g
Museu Municipal de Loulé
MLA0353

Pesa de plomo laminar enrollada de tipo rectangular. Se conserva la pieza completa. La pesa ha sido fabricada a través de una lámina de plomo de 0,2 cm de grosor que ha sido enrollada sobre sí misma generándose una oquedad interna de forma aproximadamente ovalada (0,9 x 0,6 cm). La lámina aparece perfectamente enrollada, generándose una sección cerrada que no es uniforme a lo largo de toda la pieza, ya que su orificio interno va decreciendo de tamaño desde uno de sus extremos hasta su extremo contrario, cuyo remate es apuntado, dejando imperceptible el interior del lastre. Presenta buen estado de conservación.

JMVG

244. Agulha de bronze para redes (lançadeira)

Cerro da Vila, Quarteira

Época Romana

Comprimento 16,3 cm; espessura da haste

0,25 cm; abertura interna dos olhais

1,4 x 0,8 cm / 1,3 x 0,75 cm, peso 9,07 g

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/643



245. Agulha de bronze para redes (lançadeira)

Loulé Velho, Quarteira

Época Romana

Comprimento 16 cm; espessura da haste

0,3 cm; abertura interna dos olhais

1 x 0,45 cm / 2,4 x 0,6 cm, peso 13,23 g

Museu Municipal de Loulé

MLA0357



246. Agulha de bronze

Loulé Velho, Quarteira

Época Romana

10,4 x 0,4 x 0,2 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0358



247. Agulha de bronze

Cerro da Vila, Quarteira

Época Romana

12,6 x 1 x 0,2 cm / 0,45 x 0,2 cm; peso 9,31 g

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/98/77/1

Conjunto de artefactos relacionados com as artes de pesca composto por dos lanzaderas y dos agujas, todas en bronce.

La primera de estas piezas (cat. 244) es una lanzadera de bronce con vástago de sección cilíndrica. Se conserva la pieza completa. Los extremos ahorquillados aparecen abiertos (por oposición a aquellos ejemplares de lanzaderas cuyas horquillas aparecen cerradas) y no presentan la misma orientación, disponiéndose de manera perpendicular uno con respecto al otro (o formando ángulo recto). Las puntas que conforman

sendas horquillas presentan secciones planas o rectangulares con sus bordes redondeados. Buen estado de conservación.

La segunda (cat. 245) es otra lanzadera de bronce, también con vástago de sección cilíndrica. Las horquillas aparecen abiertas (por oposición a aquellos ejemplares de lanzaderas cuyas horquillas aparecen cerradas). Sus puntas, que aparecen fragmentadas en todos los casos, presentan secciones planas. Las horquillas se disponen siguiendo la misma orientación. La pieza aparece doblada por su parte central, tal y como viene siendo frecuente en este tipo de artefactos. Buen estado de conservación.

La tercera pieza (cat. 246) se trata de una aguja de bronce con un ojal rectangular cuyas dimensiones son de 0,3 x 0,1 cm. Se conserva la pieza completa. El vástago presenta sección cilíndrica mientras que la

cabeza, de remate ojival o apuntado, presenta una sección plana o rectangular. La punta se caracteriza por presentar un carácter muy afilado. La pieza aparece doblada por su parte central aunque su estado de conservación es óptimo.

Por último, la cat. 247 es una aguja de bronce con dos ojales circulares de 0,2 cm de diámetro cada uno. Se conserva la pieza completa. El vástago presenta una sección rectangular. Por su parte, la cabeza de la aguja, cuyo remate es plano, presenta igualmente una sección aplanada de forma rectangular, hundida en una de sus caras. La pieza aparece doblada en su tercio inferior, aunque su estado de conservación es bueno.

JMVG

Bibliografía:

Teichner, 2008, p. 100, 172, tafel 172, B 8.

248. Anzol de bronze

Loulé Velho, Quarteira

Época romana

3,4 x 2,1 x 0,25 cm, «garganta» 0,95 cm; peso 2,24 g

Museu Municipal de Loulé

MLA0359

Anzuelo simple de bronze de pequeno tamaño. No se conserva el arpon de la pieza. Presenta el extremo distal del vástago martilleado. El vástago de la pieza es recto. Se combinan diferentes tipos de secciones:

249. Anzol de bronze

Loulé Velho, Quarteira

Época romana

4,5 x 1,1 x 0,5 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0360

Anzuelo simple de bronze de mediano tamaño. Se conserva la pieza completa. Presenta el extremo distal del vástago

el extremo superior del vástago presenta una sección rectangular como resultado del golpe de martillo efectuado para generar el sistema de sujeción del sedal; el resto del vástago presenta una sección circular; la curvatura, por su parte, es de sección plana con sus bordes redondeados. Esta variedad de secciones en una misma pieza nos informa acerca del tratamiento que han sufrido los anzuelos en su proceso de fabricación. Buen estado de conservación.

JMVG

martilleado. La pieza presenta algunas irregularidades tanto en el vástago como en la curvatura. En relación al vástago, presenta un pequeño estrangulamiento en su parte inferior, en la zona de contacto con la curvatura. Por lo que respecta a la curvatura, aparece casi totalmente abierta debido bien a su reiterado uso bien a procesos postdeposicionales.

JMVG

Componen la muestra un total de nueve piezas correspondientes a instrumentos de pesca procedentes de dos yacimientos del Algarve portugués, y más concretamente de Quarteira: Loulé Velho y Cerro da Vila. Los materiales se caracterizan por su variedad y por su buen estado de conservación, habiéndose inventariado dos anzuelos, tres pesas, dos agujas y dos lanzaderas. Por lo que respecta a los anzuelos, constituyen modelos simples fabricados en bronze de pequeno y mediano tamaño, caracterizados por presentar el extremo superior de sus vástagos martilleado, generándose superficies planas que constituyen el sistema de sujeción del sedal más frecuentemente utilizado en los anzuelos de época romana. Las pesas estudiadas pueden clasificarse en dos tipos atendiendo a sus materiales de fabricación. En lo que se refiere a la única pesa de cerámica inventariada, constituye un modelo de lastre de tipo discoidal simple bien conocido

en otras regiones de la Península Ibérica en contextos antiguos. Tanto las dimensiones totales de la pieza como su elevado peso, incitan a pensar que su uso pudo haber estado destinado a lastrar artes de gran envergadura, como pueden ser por ejemplo redes de cerco y arrastre. En relación a las pesas laminares de plomo con formas rectangulares, no suelen presentar más de 7 cm de longitud, al menos en lo que a la Península Ibérica se refiere, conociéndose muy pocos ejemplares que superen los 9 cm de longitud. En este sentido, las dos piezas que traemos a colación constituyen modelos excepcionales de gran tamaño, similares a los hallazgos subacuáticos documentados en Puerto de Mazarrón, Murcia. Las pesas laminares de plomo, cuya difusión geográfica alcanzó en la Antigüedad toda la cuenca del Mediterráneo, pueden relacionarse con redes de mano de carácter individual de tipo atarraya/esparavel, cuya utilización está bien atestiguada

tanto en el registro iconográfico antiguo como en las numerosas citas literarias de los autores grecorromanos (bajo la denominación de ἀμφίβληστρον y *fundajaculum*). El resto de la muestra la componen una serie de evidencias que pueden ser integradas dentro de una categoría que hemos denominado «material pesquero complementario». Nos referimos a las agujas y a las lanzaderas. En relación a las agujas, los dos ejemplares documentados responden a modelos bien diferenciados. Las dos últimas piezas de este conjunto están constituidas por dos lanzaderas de bronze para la confección de redes de pesca, cuyas dimensiones se asemejan a las de otros ejemplares hispanorromanos.

Bibliografía:

Silva, Soares, Coelho-Soares, 1992, p. 353-354, fig. 11; Vargas, 2011, p. 216-217, 2014, p. 141, fig. 5, 3, p. 142, 2017; Bernal et al., 2011; Bernal, Vargas, 2011; Bernal, Vargas y Lara, 2011.



**250. Búzios (*Hexaplex trunculus*),
canilhas (*Bolinus brandaris*) e
púrpura (*Stramonita haemastoma*)**

Cerro da Vila, Quarteira
Séculos I-II d. C.

Búzios: 7,7 cm; 4,6 cm; 5,5 cm; 5,2 cm;
6,2 cm; 6,2 cm; 7 cm / canilhas: 6,2 cm;
6,9 cm; 7 cm / púrpura: 7,4 cm.

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
Búzios: CV/98/34/4, CV/98/98/2,
CV/98/139/1, CV/98/139/2, CV/98/140/8,
CV/98/160/8- CV/98/160/9 | canilhas:
CV/98/14/4, CV/98/14/5, CV/98/51/2 |
púrpura: CV/98/106/2.

Conjunto composto por sete exemplares
de búzios (*Hexaplex trunculus*), três exem-
plares de canilhas (*Bolinus brandaris*) e um
de púrpura (*Stramonita haemastoma*).

Os primeiros, os búzios, apresentam uni-
valvas sólidas em espiral de seis voltas com
espinhos mais ou menos salientes, que aca-
bam num canal sifonal curto, apresentam
abertura grande e ovalada. São indivíduos
de média a grande dimensão, capturam-se
no Atlântico e Mediterrâneo, em fundos
móveis de estuários abertos até 200 m de
profundidade (médio, infra e circalitoral).
As canilhas têm univalvas sólidas em espiral
de seis a sete voltas com espinhos longos e
canaliculados. A última volta termina num



longo canal sifonal. Apresentam também
abertura grande e ovalada. São indivíduos
de média a grande dimensão, capturam-se
no Atlântico e Mediterrâneo, em fundos
móveis de estuários abertos até 200 m de
profundidade (infra e circalitoral).

Por último, o espécime de púrpura apre-
senta univalva com tubérculos mais ou
menos salientes, abertura bucal e final de
columela conservados. Capturam-se no
Mediterrâneo e Atlântico até ao norte de

Espanha em substratos rochosos e móveis
de zonas intermarés, médio e infralitoral.
A fratura de origem antrópica, para extra-
ção do animal, operou-se com um objeto
metálico aguçado ou percutor pétreo de
aresta aguçada.

AP/FH

Bibliografia:
Saldanha, 1995.

**251. Berbigão burro
(*Acanthocardia tuberculata*)**

Cerro da Vila, Quarteira
Séculos I-II d. C.

7 x 6,4 cm; 6,7 x 6 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/98/92/1, CV/98/40/8

Dois exemplares de berbigão burro (*Acan-
thocardia tuberculata* – Linnaeus, 1758).
Valva arqueada robusta de média dimensão,
geralmente com 20-22 caneluras radiais
arredondadas bem definidas, que se esten-
dem ao interior da concha e estrias con-
cêntricas irregulares mais espessas junto
ao bordo. Capturam-se na costa atlântica

até às ilhas britânicas e no Mediterrâneo,
em fundos de areia e lodo de estuários e
rias, intermarés até 100 m de profundidade
(médio e infralitoral).

AP/FH

Bibliografia:
Saldanha, 1995.



252. Castanhola
(*Glycymeris glycymeris*)

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos I-II d. C.

9,4 x 9,2 cm; 7,9 x 8 cm x 10,4 x 9,2 cm;

9,1 x 8,9 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/98/140/3, CV/98/82/1, CV/98/90/2, CV/98/159/1

Conjunto de quatro espécimes de castanhola (*Glycymeris glycymeris* – Linnaeus, 1758). Valvas arredondadas e sólidas de média a grande dimensão com elementos radiais espaçados. Capturam-se no Atlântico e Mediterrâneo, em fundos areno-lodosos, intermarés até 73 m de profundidade (infra e circalitoral). Verificam-se orifícios de origem antrópica nos vértices dos bordos dorsais das conchas, provocados por instrumento metálico pontiagudo, para a desarticulação das valvas e extração do animal.

AP/FH

Bibliografia:

Saldanha, 1995.



253. Ostra fêmea (*Ostrea edulis*)

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos I-II d. C.

14,8 x 12,3 cm; 12,4 x 10,3 cm; 13 x 12,4 cm;

10,3 x 8,6 cm; 10,7 x 8 cm; 10,1 x 10,7 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/98/160/22, CV/98/160/12, CV/98/160/1,

CV/98/160/25, CV/98/160/14, CV/98/160/23

Conjunto de seis exemplares de ostra fêmea (*Ostrea edulis* – Linnaeus, 1758). Valvas inferiores arredondadas irregulares de média a grande dimensão, com lâminas estriadas e onduladas. A valva superior é plana, pequena, e assenta dentro da valva inferior. Capturam-se no Atlântico e Mediterrâneo em quase todo o tipo de substratos estuarinos e rias, intermarés até 90 m de profundidade (médiolitoral).

AP/FH

Bibliografia:

Saldanha, 1995.



254. Vieira (*Pecten maximus*)

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos I-II d. C.

10,8x11 cm; 12,8x12,7 cm; 11,3x13,5 cm; 10,6x11,8 cm; 8,8x9,4 cm; 13,1x13,3 cm; 9,8x11,2 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/98/140/2, CV/98/5/35, CV/98/90/1, CV/98/68/2,

CV/98/155/1, CV/98/33/2, CV/98/123/1

Conjunto composto por sete espécimes de (*Pecten maximus* – Linnaeus, 1758) As valvas inferiores convexas apresentam 17 costelas salientes arredondadas. As conchas superiores, também circulares, são planas e ostentam costelas achatadas com quatro a cinco estrias radiais. A grande «vieira» das águas europeias captura-se no Atlântico em fundos de areia, cascalho, algas com mexilhões, nas zonas batimétricas infralitorais até 250 m de profundidade.

AP/FH

Bibliografia:

Saldanha, 1995.



255. Amêijoa cristã (*Tapes decussatus*)

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos I-II d. C.

5x6,8 cm; 4,7x6,4 cm; 5,3x6,4 cm; 5,4x6,8 cm;

5,9x6,1 cm; 4,4x5,2 cm; 5,2x6,5 cm; 5,3x6,3 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/98/77/2, CV/98/77/3, CV/98/77/4, CV/98/77/5,

CV/98/77/6, CV/98/77/7, CV/98/77/8, CV/98/77/9

Conjunto composto por oito espécimes de amêijoa cristã (*Tapes decussatus* – Linnaeus, 1758). Valvas ovais de pequena a média dimensão, com estrias radiais finas salientes cruzadas por caneluras concêntricas, conferindo à concha um reticulado de aspeto rugoso. Capturam-se na costa atlântica até à Mancha e Mediterrâneo, em fundos de areia e lodo de estuários abertos, rias e lagoas com águas calmas durante a baixa maré e nas zonas batimétricas médio e infralitorais.

AP/FH

Bibliografia:

Saldanha, 1995.





256. Cepo de âncora em chumbo

Parede, Quarteira

Época romana

60 x 6 x 11 cm

Museu de Loulé

MLA2701

Cepo de âncora em chumbo do tipo Kapitán 3C; Haldane IIIB. O cepo é um dos elementos metálicos constituintes de uma âncora de madeira da época romana. É transversal à parte superior da haste ou cana em madeira, e nesta tipologia fixa-se de forma sólida na abertura central em forma de caixa, reforçada por uma lingeta mediana. É em chumbo para dar peso à âncora, que pelas dimensões, seria de uma embarcação de pequena tonelagem que não deveria exceder os 12 metros.

Na costa portuguesa já foram identificados numerosos cepos, com tipologias e dimensões variáveis, alguns com símbolos decorados, predominantemente nas águas do arquipélago das Berlengas, cabo Espichel e costa algarvia. Achado avulso de Felizardo Pinto, no ano de 2014.

AS

Bibliografia:

Alves et al., 1988-89, p. 109-185; Kapitán, 1984, p. 37, 38; Haldane, 1990, p. 3, 4.

257. Ânfora bética Haltern 70

Mar de Vilamoura-Quarteira, Quarteira
Último quartel do século I a. C.-primeira
metade do I d. C.

30 x 27 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVD/2

Metade superior de ânfora do tipo Haltern 70, proveniente de uma recolha subaquática, constituindo-se como um vestígio direto do comércio marítimo e como evidência direta de um provável naufrágio. O presente exemplar apresenta bordo, colo, ambas as asas e o terço superior do corpo intactos e com a pasta em muito bom estado de conservação, embora notoriamente escurecida e com abundantes conchas e cracas aderidas, como resultado da sua longa permanência em meio marinho.

A partir do estudo do naufrágio de Port-Vendres II, nos inícios da década de 70 do século XX, o tipo Haltern 70 tem-se assumido como o principal contentor produzido na província romana da Bética (atual Andaluzia espanhola) destinado a transportar conteúdos vitivinícolas ou outros produtos conservados em derivados vínicos, e o segundo contentor em importância produzido no Vale do Guadalquivir, concretamente em vários centros oleiros conhecidos entre Sevilha e Córdova, olarias que também produziram a Dressel 20, o único tipo que as supera em exportação.

A sua bem estudada e tipificada evolução morfológica, patente nas várias propostas tipológicas avançadas nas últimas décadas, permite equiparar esta peça a muitas outras genericamente compreendidas entre o principado de Augusto e os meados do século I d. C., que se caracterizam por um bordo relativamente curto (5 cm de altura) e maciço com perfil sub-retangular, dito «em fita», que se apresenta sob a forma de «colarinho» devido ao ressalto que o separa do colo, comprido e de tendência cilíndrica.

Relativamente à distribuição deste tipo na fachada atlântica peninsular, especialmente no que se refere ao atual território português e ao Algarve em particular, o seu



estudo sistemático tem demonstrado uma forte presença e importância, com grande concentração de achados na maioria dos núcleos urbanos costeiros, com particular incidência nos localizados junto aos estuários dos rios principais e no curso das vias fluviais de penetração interior. As cronologias apontadas para praticamente todos os sítios reportam-se na sua maioria ao período Júlio-Claúdio, com preponderância nos reinados de Augusto-Tibério (Morais, Carreras Monfort, 2004; Almeida, 2008; Viegas, 2011). De momentos relativamente posteriores, aparentemente já do terceiro quartel do século I d. C., são conhecidos outros achados provenientes de meio aquático, com o melhor exemplo no de Tavira, que dão prova do tráfico e do comércio

destes contentores e dos seus produtos ao largo da costa algarvia.

RRA

Bibliografia:

Arruda, Frade, Travassos, 1987; Martin-Kilcher, 1994; Diogo, Cardoso, 2000; Carreras Monfort, 2003, 2004; Morais, Carreras Monfort, 2004; Almeida, 2008; Berni Millet, 2011; Viegas, 2011; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2012; Carreras Monfort, Berni Millet, 2016; Cardoso, 2013.

A circulação monetária

258. Moeda de chumbo de Ossonoba

Cerro da Vila, Quarteira

Século I a. C.

1,3 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/13

Pequeno divisor acuñado en plomo por la ciudad romana de Ossonoba (actual Faro) Aunque su reverso no ha podido ser identificado debido al desgaste que presenta la pieza, en el anverso se puede leer la leyenda OSO encima y debajo de un atún a derecha.

NCD

Bibliografia:

CNH n.º 4, p. 424.



259. Moeda de bronze de Tessalónica

Cerro da Vila, Quarteira

31 a. C.-269 d. C.

1,9 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/312

Unidad de bronze acuñada en la ciudad de Tesalónica (actual Salónica, Grecia) durante el Imperio Romano. En su anverso puede observarse una cabeza femenina con la leyenda ΘΕCΚΑΛΟΝΙΚΗ. En el reverso, la leyenda ΘΕC/ΚΑΛΟ/ΝΙΚΕ/[ΩΝ] dentro de una corona vegetal.

NCD

Bibliografia:

Waggoner, 1987, (SGN ANS) n.º 816-817.



260. Sestércio de Marco Aurélio

Cerro da Vila, Quarteira,
Dezembro de 174-Outubro 175 d. C.
3 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/324

Sestercio acuñado por Marco Aurelio en la ceca de Roma entre 174 – 175 d. C. La pieza, acuñada en bronce, presenta en el anverso la cabeza del emperador, laureada, mirando a derecha con la leyenda: M ANTONINVS AVG GERM TRP XXIX. En el reverso, se observa a la Libertad de pie a izquierda, portando un ábaco y una cornucopia. Se lee la leyenda: LIBERALITAS AVG VI IMP VII COS III. En el campo izquierdo S y en el derecho C.
NCD



Bibliografia:

RIC III n.º 1147, p. 303.

261. Sestércio de Gordiano III

Cerro da Vila, Quarteira
240 d. C.
3,1 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/321

Sestercio emitido por Gordiano III en la ceca de Roma durante el año 240 d. C. La pieza, acuñada en bronce, presenta en el anverso el busto del emperador, laureado, con manto y coraza mirando a derecha con la leyenda: IMP CAES M ANT GORDIANVS AVG. En el reverso, se observa la alegría de pie a izquierda portando una corona y apoyada en un ancla. Rodea todo la leyenda: LAETITIA AVG N S-C.
NCD



Bibliografia:

RIC IV-III n.º 300a, p. 48.

262. Antoniniano de Galiano

Cerro da Vila, Quarteira

266 d. C.

1,8 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/10

Antoniniano emitido por Galieno en la ceca de Roma durante el año 266 d. C. La pieza, acuñada en vellón, presenta en el anverso la cabeza del emperador radiada a derecha con la leyenda GALLIENVS AVG. En el reverso, se observa al dios Marte con traje militar, portando una rama de olivo, lanza y escudo. Rodea todo la leyenda MARTI PACIFERO. En campo izquierdo A.

NCD

Bibliografía:

RICV-I n.º 236, p. 151; Ruivo, 2008, n.º 10, p. 311.



263. Antoniniano em nome de Divo Claudio

Cerro da Vila, Quarteira

Posterior a 270 d. C.

1,9 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/350

Antoniniano emitido a nombre de Claudio II cuando este fue divinizado tras su muerte en el 270 d. C. La pieza, acuñada en vellón, presenta en el anverso la cabeza del emperador radiada a derecha con la leyenda DIVO CLAVDIO. En el reverso, se observa un altar y la leyenda CONSECRATIO. Debido a su irregularidad nos encontramos ante una pieza de imitación.

NCD

Bibliografía:

RICV-I n.º 261, p. 233; Ruivo, 2008, n.º 50, p. 313.



264. Nummus de Constantino I

Cerro da Vila, Quarteira

320 d. C.

1,9 cm.

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/38

Nummus emitido por Constantino I en la ceca de Ticinum (actual Pavia, Italia) tras la reforma monetaria del 318 d. C. La pieza, acuñada en bronce, presenta en el anverso la cabeza del emperador laureada a derecha con la leyenda CONSTAN-TINVS. En el reverso, se observa la leyenda:

DN CONSTANTINI MAX AVG rodeando una corona de laurel en cuyo interior se lee en dos líneas VOT XX. En medio punto, y debajo creciente. En la parte inferior de la corona las letras S T que hacen referencia a la segunda oficina emisora de la ceca de Ticinum.

NCD

Bibliografía:

RIC VII n.º 167, p. 381.



265. Nummus de Constâncio Galo

Cerro da Vila, Quarteira

351-355 d. C.

2,11 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/88

Nummus emitido por Constancio Gallo en la ceca de Alejandria (actual Alejandría, Egipto). La pieza, acuñada en bronce, presenta en el anverso el busto del tetrarca, con cabeza desnuda pero con manto y coraza a derecha con la leyenda:

DN CONSTAN-TIVS NOB CAES.

En el reverso, se observa la leyenda:

FEL TEMP REPARATIO donde se aprecia un soldado lanceando a un jinete caído. En el exergo la leyenda ALEI haciendo referencia a la tercera oficina emisora de la ceca de Alejandría.

NCD

Bibliografía:

RIC VIII n.º 81, p. 544.



266. Nummus de Constâncio II

Cerro da Vila, Quarteira

355-360 d. C.

1,6 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/314

Nummus emitido por Constancio II en la ceca de Arelate (actual Arlés, Francia) tras la reforma monetaria del 354 d. C. La pieza, acuñada en bronce, presenta en el anverso el busto del emperador diademado, con manto y coraza a derecha con la leyenda DN CONSTAN-TIVS PF AVG. En el reverso, se observa la leyenda FEL TEMP REPARATIO donde se aprecia un Soldado lanceando a un jinete caído. En el campo izquierdo superior aparece una M y en el exergo la leyenda SCON haciendo referencia a la segunda oficina emisora de la ceca de Arelate.
NCD



Bibliografía:

RIC VIII n.º 269, p. 224.

267. AE2 de Graciano

Cerro da Vila, Quarteira

379-383 d. C.

2,5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/69

AE2 emitido por Graciano en Arelate (actual Arlés, Francia) tras la reforma monetaria que el mismo impulsa a partir del 378 d. C. La moneda, acuñada en bronce, presenta en el anverso el busto diademado, con manto y coraza a derecha de Graciano, junto a la leyenda DN GRATIA-NVS PF AVG. En el reverso, con la leyenda REPARATIO REIPVB, se observa al emperador de pie a izquierda, sostiene una victoria en una mano y levanta a mujer arrodillada con corona torreada. En el exergo se lee TCON, lo cual hace referencia a la tercera oficina emisora de la ceca de Arelate.
NCD



Bibliografía:

RIC IX n.º 20(a)3, p. 67.

268. AE2 de Teodósio I

Cerro da Vila, Quarteira

392-395 d. C.

2,1 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/332

AE2 emitido por Graciano en Arelate (actual Arlés, Francia) tras la reforma monetaria que el mismo impulsa a partir del 378 d. C. La moneda, acuñada en bronce, presenta en el anverso el busto diademado, con manto y coraza a derecha de Graciano, junto a la leyenda DN GRATIA-NVS PF AVG. En el reverso, con la leyenda REPARATIO REIPVB, se observa al emperador de pie a izquierda, sostiene una victoria en una mano y levanta a mujer arrodillada con corona torreada. En el exergo se lee TCON, lo cual hace referencia a la tercera oficina emisora de la ceca de Arelate.

NCD

Bibliografía:

RIC IX n.º 20(a)3, p. 67.



BIBLIOGRAFIA

- AGUAROD OTAL, C. (1991) – *Cerámica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico».
- ALARCÃO, A.; MAYET, F. (1990) – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Actas das Jornadas de estudo, Conimbriga, 1988. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga; Paris: Mission archéologique française au Portugal.
- ALMEIDA, R. R. de (2008) – *Las Ânforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Aportación al Conocimiento de Los Tipos Minoritarios*. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona. (Leció Instrumenta; 8).
- ALMEIDA, R. R. de (2014) – *Ânfora Beltrán 72*. In SABIO GONZÁLEZ, R.; ALONSO LÓPEZ, J.; HIDALGO MARTÍN, L., ed. lit. – *Ars Scribendi. La cultura escrita en la antigua Mérida*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano de Mérida. p. 72-73. Catálogo.
- ALMEIDA, R. R. de (2016) – *On the way to Augusta Emerita. Historiographical Overview, Old and New Data on Fish-product Amphorae and Commerce within the Trade to the Capital of Lusitania*. In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R. de; MARTIN, A., ed. lit. – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress. p. 195-220. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10).
- ALMEIDA, R. R. de; VIEGAS, C.; BEJA, N.; TEIXEIRA, N. (2014) – *Ânforas do Mediterrâneo Oriental em Faro (Ossonoba). Novos dados para equacionar o comércio durante a Antiguidade Tardia*. In *Congresso Internacional de la SECAH*, 2, Braga, 2013. p. 683-692.
- ALONSO, J. (2013) – *Cápsulas de sellos de Hispania romana. Aproximación a una nueva clasificación formal*. *Sautuola*. Santander. XVIII, p. 213- 226.
- ALVES, F.; REINER, F., ALMEIDA, M.; VERISSÍMO, L. (1988-89) – *Os cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas – contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade*. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 6/7, p. 109-185.
- ARAGÃO, A. C. T. de (1868) – *Relatório sobre o cemitério romano descoberto próximo da cidade de Tavira em Maio de 1868*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ARRUDA, A. M.; FABIÃO, C. (1990) – *Ânforas da Quinta do Lago (Loulé)*. In ALARCÃO, A.; MAYET, F., ed. lit. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio local*. Actas das Jornadas de estudo, Conimbriga, 1988. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga; Paris. p. 199-213.
- ARRUDA, A. M.; FRADE, I.; TRAVASSOS, J. (1987) – *Duas ânforas romanas de Cacela (Vila Real de Santo António)*. *Conimbriga*. Coimbra. 26. p. 125-131.
- BAENA DEL ALCÁZAR, L. (2007) – *Los programas de decoración escultórica en las villae de la Bética*. *Mainake*. Malaga. 29, p. 203-213.
- BERNAL CASASOLA, D. (2000) – *La producción de ánforas en la Bética en el s. III y durante el bajo imperio romano*. In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*, Sevilla-Écija, 1998. Écija: Editorial Gráficas Sol. vol. 1.
- BERNAL CASASOLA, D. (2001) – *La producción de ánforas en la Bética en el siglo III y durante el Bajo Imperio Romano*. In *Ex Baetica Amphorae*, Écija, 2000. Écija: Editorial Gráficas Sol. vol. III, p. 239-372.
- BERNAL CASASOLA, D. (2016) – *Beltrán 72 (Costa Bética), Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. [Em linha]. Disponível em WWW:<URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/beltran-72-baetica-coast>>.
- BERNAL CASASOLA, D.; MUÑOZ, A.; VARGAS, J. M.; LARA, M. (2011) – 38. *Pesas discoidales de red, tardopónicas y pónicas*. In BERNAL, D., ed. lit. – *Pescar con arte. Fenicios y romanos en el origen de los aparejos andaluces*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz. p. 432-433. (Monografías del Proyecto Sagena; 3). Catálogo de la Exposición, Baelo Claudia.
- BERNAL CASASOLA, D.; VARGAS, J.M. (2011) – 50. *Atarrayas actuales*. In BERNAL, D., ed. lit. – *Pescar con arte. Fenicios y romanos en el origen de los aparejos andaluces*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz. p. 456-457. (Monografías del Proyecto Sagena; 3). Catálogo de la Exposición, Baelo Claudia.
- BERNAL CASASOLA, D.; VARGAS, J.M.; LARA, M. (2011) – 53. *Lanzaderas de red romanas*. In BERNAL, D., ed. lit. – *Pescar con arte. Fenicios y romanos en el origen de los aparejos andaluces*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz. p. 462-463. (Monografías del Proyecto Sagena; 3). Catálogo de la Exposición, Baelo Claudia.

- BERNAL CASASOLA, D.; GARCÍA VARGAS, E.; GENER BASALLOTE, J. M. (2014) – Un nuevo sello sobre ánfora salazonera (Keay XVI) en la Gades severiana. *Boletín de la SECAH*. 5. p. 31-34.
- BERNARDES, J. P.; MORAIS, R.; PINTO, I. V.; DIAS, R. (2013) – A olaria baixo-imperial do Martinhal, Sagres (Portugal). In BERNAL, D.; JUAN, L.C.; BUSTAMANTE, M.; DÍAZ, J. J.; SÁEZ, A. M., ed. lit. – *Hornos, Talleres y Focos de Producción Alfarera en Hispania*. Cádiz: SECAH. p. 317-329. tomo I (Monografías Ex Officina Hispana I).
- BERNARDES, J. P.; VIEGAS, C. (2016) – Roman Amphora Production in the Algarve (Southern Portugal). In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R de; MARTIN, A., ed. lit. – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress. p. 81-92. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10).
- BERNI MILLET, P. (1998) – *Las ánforas de aceite de la Bética y su presencia en la Cataluña romana*. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona. (Leció Instrumenta; 4).
- BERNI MILLET, P. (2008) – *Epigrafía anfórica de la Bética. Nuevas formas de análisis*. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona. (Leció Instrumenta; 29).
- BERNI MILLET, P. (2011) – Tipología de la Haltern 70 bética. In *Ánforas romanas de Lugo. Trabajos de Arqueología*. Lugo. 3, p. 80-107.
- BERNI MILLET, P.; GARCÍA VARGAS, E. (2016) – Dressel 20 (Valle del Guadalquivir). In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. [Em linha]. 23 noviembre, 2016. Disponível em WWW:<URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-20-guadalquivir-valley>>.
- BERNI MILLET, P.; MOROS DÍAZ, J. (2017) – Dressel 23 (Valle del Guadalquivir). In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. [Em linha]. 23 maio, 2017. Disponível em WWW:<URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-23-guadalquivir-valley>>.
- BERTRAND, I.; TENDRON, G. (2012) – Mortiers en pierre de l'Aquitaine romaine: matériaux, contextes et usages. In *SFECAG. Actes du Congrès de Poitiers*. p. 389-394.
- BONIFAY, M. (2004a) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: Archaeopress. (BAR International Series; 1301).
- BONIFAY, M. (2004b) – Amphores de tradition punique du golfe d'Hammamet. In BEN ABED, A.; GRIESHEIMER, M., dir. – *La nécropole romaine de Puppit*. Roma: École Française de Rome. 2004, p. 197-238 (Coll. de l'École Française de Rome; 323).
- BOST, J. P.; CAMPO, M.; COLLS, D.; GUERRERO, V.; MAYET, F. (1992) – *L'épave Cabrera III (Majorque)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- BUSTAMANTE, M. (2013) – Terra sigillata hispánica en Augusta Emerita. *Estudio tipocronológico a partir de los vertederos del suburbio norte*. Madrid: CSIC. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 65).
- CARDOSO, J. P. (2013) – Ânforas romanas recuperadas em meio subaquático em Portugal. *Sine loco*.
- CARANDINI, A., ed. lit. (1981) – *Atlante delle forme ceramiche, I. Ceramica fine romana nel bacino Mediterraneo (medio e tardo impero)*. Roma: Instituto dell'Enciclopedia Italiana. (Enciclopedia dell'arte antica classica e orientale).
- CARRERAS MONFORT, C. (2001) – Producción de Haltern 70 y Dressel 7-11 en las inmediaciones del lacus Ligustinus (Las Marismas, Bajo Guadalquivir). In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*, Sevilla-Écija, 1998. Écija: Editorial Gráficas Sol. p. 419-426.
- CARRERAS MONFORT, C. (2003) – Haltern 70: a review. *Journal of Roman Pottery Studies*. Oxford. 10. p. 85-91.
- CARRERAS MONFORT, C. (2004) – Tipología d'Haltern 70 del Culip VIII. In *Culip VIII i les Àmfors Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya. p. 139-147. (Monografies del Casc.; 5).
- CARRERAS MONFORT, C.; BERNI MILLET, P. (2016) – Haltern 70 (Valle del Guadalquivir). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. [Em linha]. [Consult. 08 julio 2016]. Disponível em WWW:<URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-guadalquivir-valley>>.
- CASAS I GENOVER, J.; SOLER-FUSTÉ, V. (2006) – *Lucernas romanas en el extremo nordeste de la Península Ibérica*. Oxford: Archeopress. (BAR International Series; 1567).
- CNH = VILLARONGA, L. (1994) – *Corpus Nummorum Hispaniae ante Augusti Aetatem*. Madrid: José Herrero.
- CORRALES AGUILAR, P.; CAMPAÑA PRIETO, J. M.; CORRALES AGUILAR, M.I.; SUÁREZ PADILLA, J. (2011) – Salsamenta malacitano: avances de un proyecto de investigación. *Itálica, Revista de Arqueología Clásica de Andalucía*. Sevilla. 1, p. 29-49.
- CRUZ, M. da (2015) – Espólio funerário de Ammaia. Os vidros. In QUARESMA, J. C., coord. – *Ad Aeternitatem. Os espólios funerários de Ammaia a partir da coleção Maças do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Marvão: Fundação Cidade de Ammaia. p. 161-218. Catálogo.
- DELGADO, M. (1970) – Elementos de símulas de bronze de Conimbriga. *Conimbriga*. Coimbra. IX, p. 15-45.
- DENEAUVE, J. (1969) – *Lampes de Carthage*. Paris: CNRS.
- DIOGO, A. M. D.; CARDOSO, J. P. (2000) – Ânforas béticas provenientes de um achado marítimo, ao largo de Tavira, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 2, p. 67-7.
- DRESSEL, H. (1899) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berlin: Brandenburg Academy of Sciences and Humanities. vol. 15 – Inscriptiones urbis Romae Latinae. Instrumentum domesticum.
- DZWIZA, K. (2004) – Ein Depotfund reliefversierter südgallischer Terra Sigillata. Schusseln aus Pompei. *Jahrbuch des Römisch-germanischen Zentralmuseums*. Mainz. 51.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2015) – *Retalhos*. S. Brás de Alportel: edição da Casa da Cultura António Bentes. 124 p.
- ENCARNAÇÃO, J. d'; GONÇALVES, M. J. (2008) – Ara funerária da Quinta do Freixo (Benafrim, Loulé). [Em linha]. *Xelb*. Silves. 8, vol. II, p. 109-115. Disponível em WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10316/10508>>.

- FABIÃO, C. (1993-1994) – O Azeite da Baetica na Lusitania. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 219-245.
- FABIÃO, C. (1994) – As Ânforas. In NOLEN, J. U. S. – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 17-34.
- FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da Lusitânia. Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L., ed. lit. – *Figlinae baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la bética romana*. In *Actas del Congreso Internacional, Cádiz, 2003*. Oxford: John and Erica Hedges. vol. 1, p. 379-410. (BAR International Series; 1266).
- FABIÃO, C.; ARRUDA, A. M. (1990) – Ânforas de S. João da Venda. In ALARCÃO, A.; MAYET, F. (1990) – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Actas das Jornadas de estudo, Conimbriga, 1988. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga; Paris: Mission archéologique française au Portugal. p. 215-224.
- FABIÃO, C.; FILIPE, I.; BRAZUNA, S. (2010) – Produção de ânforas romanas em Lagos: os dados resultantes das intervenções de contrato realizadas no âmbito do Projecto URBCOM. *Xelb*. Silves, 10. p. 323-336.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A.; ALMEIDA, J.; ALMEIDA, R. R.; PIMENTA, J.; FILIPE, V. (2016) – *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museu Nacional de Arte Romano de Mérida)*. Lisboa: Union Académique International; Academia das Ciências de Lisboa; Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- FABIÃO, C.; ALMEIDA, R. R.; BRAZUNA, S. e FILIPE, I. (2017) – Produção de Ânforas em Lagos na Antiguidade Tardia. Ensaio de caracterização de um novo tipo: Algarve. In FABIÃO [et al.] – *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental = Roman Pottery Works: International Seminar and Experimental Archaeological Workshop*. Lisboa: UNIARQ, CMS, CAA. p. 175-194. Actas de seminário/ateliê | Proceedings of Seminar/Workshop, Seixal, 2010.
- FIGUEIREDO, A. C. Borges de (1889) – Inscricções latinas do Algarve. *Revista Archeologica e Historica*. Lisboa. III.
- FRANÇA, A. (1969) – Anéis, braceletes e brincos de Conimbriga. *Conimbriga*. Coimbra. VIII, p. 17-68.
- FRANÇA, A. (1971) – Objectos de toilette de Conimbriga. *Conimbriga*. Coimbra. X, p. 5-24.
- FERNÁNDEZ IBAÑEZ, C. (2007) – Sistemas mecânicos y otros ingenios de seguridad: llaves y cerraduras. *Sautuola*. Santander. XIII, p. 217-236.
- FILIPE, I.; BRAZUNA, S.; FABIÃO, C. (2010) – Ocupação romana da área urbana de Lagos: Novos dados resultantes do projecto URBCOM. *Xelb*. Silves, 10. p. 305-321.
- FREITAS, L. de (1995) – Cetárias de Loulé Velho. In *Al-'Ulyà*. Loulé. 4.
- FULFORD, M. G. (1984) – Chapter 4. The Red-Slipped Wares. In FULFORD, M. G.; PEACOCK, D. P. S. – *Excavations at Carthage: the British Mission*. Volume I, 2. The Avenue du Président Habib Bourguiba, Salammbô: the pottery and other ceramic objects from the site. Sheffield: University of Sheffield, Department of Prehistory and Archaeology. p. 48-115.
- GARCÍA VARGAS, E. (1998) – *La producción de ánforas en la Bahía de Cádiz en época romana (siglos II a.C. - IV d. C.)*. Écija: Gráficas Sol.
- GARCÍA VARGAS, E. (2000) – La producción de ánforas «romanas» en el sur de Hispania: república y Alto Imperio. In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*, Sevilla-Écija, 1998. Écija: Editorial Gráficas Sol. vol. 1, p. 57-174.
- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R. de; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2012) – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a. C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *Spal*. Sevilla. 20, p. 185-283.
- GARCIA VARGAS, E.; BERNAL CASASOLA, D.; DIAZ RODRÍGUEZ, J. J. (2016) – Beltrán IIB: Baetica coast. In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. [Em linha]. [Consult. 19 Fevereiro 2017]. Disponível em em WWW:<URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/beltran-iib-baetica-coast>>.
- GARCÍA VARGAS, E.; MARTÍN-ARROYO, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2016) – *Dressel 10 (Costa Bética)*. In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. [Em linha]. [Consult. 14 Janeiro 2017]. Disponível em WWW:<URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-10-baetica-coast>>.
- GOMES, M. V.; SERRA, M. P. (1996) – Loulé Velho (Quarteira, Loulé). Resultados da primeira campanha de escavações arqueológicas (1996). *Al-'Ulyà*. Loulé. 5.
- GONZÁLEZ CESTEROS, H.; ALMEIDA, R. R. de; CURBERA, J. (2016) – Special Fish Products for the Jewish Community? The Case of a New Inscription on Amphora from Emerita Augusta (Merida, Spain). *Herom. Journal on Hellenistic and Roman Material Culture*. Leuven. 5:2, p. 197-236.
- HALDANE, D. (1984) – *The Wooden Anchor*. Master's thesis, Dept. of Anthropology, Texas A&M University.
- HALDANE, D. (1990) – Anchors of Antiquity. *Biblical Archaeologist*. Virginia. 53:1, p. 19-24.
- HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman Pottery*. Londres: The British School at Rome.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 vol.
- ISINGS, C. (1957) – *Roman Glass from Dated Finds*. Jacarta: Archaeologica Traiectina.
- KAPITAN, G. (1984) – Ancient anchors - technology and classification. *International Journal of Nautical Archaeology*. London. 13: 1, p. 33-44.
- KEAY, S. J. (1984) – *Late Roman Amphorae in the Western Mediterranean. A Typology and Economic Study: the Catalan Evidence*. Oxford: Archeopress. (BAR International Series; 196).
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – *La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania romana (II a. C.-VI d. C.)*. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona. (Colección Instrumenta; 11).
- LAMBOGLIA, N. (1952) – *Per una classificazione preliminare della cerámica campana*. Bordighiera: Istituto Internazionale di Studi Liguri.

- LANCHA, J.; OLIVEIRA, C., ed. lit. (2013) – *Corpus dos mosaicos romanos de Portugal, II Conventus Pacencis, 2, Algarve este*. Faro: Universidade do Algarve.
- LINNAEUS, C. (1758) – *Syst. nat.* ed. 10. Holmiae: Laurentii Salvii. Tomus I.
- LIU, B. (1982) – Archéologie sous-marine. *Gallia*. Paris. XL, p. 437-444.
- LIU, B. (2000) – Las ânforas béticas en el mar. In *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*, Sevilla-Écija, 1998. Écija: Editorial Gráficas Sol. vol. 3, p. 1061-1110.
- LUZÓN NOGUÉ, J. M. (1967) – Lucernas mineras de Riotinto. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 40
- MACHADO, J. L. S. (1970) – Documentos de Estácio da Veiga, para o estudo da Arqueologia do Algarve. I Catálogo de Plantas, Desenhos e mosaicos. In *Jornadas Arqueológicas*, 1, Lisboa, 1969. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. vol. 1, p. 333-385.
- MACKENSEN, M. (1993) – *Die spätantiken Sigillata- und Lampentöpfereien von El Mahrine (Nordtunesien): Studien zur nordafrikanischen Feinkeramik des 4. Bis 7. Jahrhunderts (mit einem Beitrag von Sebastian Storz)*. Munique: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung; Veröffentlichung der Kommission zur Archäologischen Erforschung des Spätromischen Raetien der Bayerischen Akademie der Wissenschaften. (Münchner Beiträge zur Vor- und Frühgeschichte; 50).
- MANACORDA, D. (1977) – Anfore. In CARANDINI, A.; PANELLA, C., ed. Lit. – *Ostia IV*. Rome: Erma di Bretschneider. p. 115-285. (Studi Miscellanei; 23).
- MARTINS, I. M. P. (1988) – *Arqueologia do Concelho de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.
- MARTIN-KILCHER, S. (1987) – Die römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst 1. Ein Beitrag zur römischen Handels- und Kulturgeschichte, 1. Die südspanischen Ölamphoren (Gruppe 1). *Forschungen in Augst*. Augst. 7:1.
- MARTIN-KILCHER, S. (1994) – *Die römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst. 2. Die Amphoren für Wein, Fischsauce, Südfrüchte (Gruppen 2-24) und Gesamtauswertung*. Augst: Römermuseum Augst.
- MATEO CORREDOR, D. (2015) – Producción anfórica en la costa malacitana desde la época punica hasta el periodo julioclaudio. *Lucentum*. Alicante. 34, p. 183-20.
- MATOS, J. L. M. de (1972) – Cerro da Vila. Campanha de trabalhos de 1972. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3. 6.
- MATOS, J. L. M. de (1994a) – Cerro da Vila. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 9.
- MATOS, J. L. M. de (1994b) – Cerro da Vila. In *Arqueologia en el Entorno del Bajo Guadiana*. Actas del Encuentro Internacional de Arqueologia del Suroeste. Huelva: Grupo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste.
- MATOS, J. L. M. de (1996) – Cerro da Vila. *Al-'Ulyà*. Loulé. 5.
- MEES, A. (1995) – *Modellsignierte dekorationen auf sudgallischer terra sigillata*. Stuttgart: Theiss.
- MEES, A. (2014) – *Punzen gestempelter südgallischer Reliefsigillata aus den Werkstätten von La Graufesenque: Teil 1 Menschen – Götter – mythologische Figuren*. Mainz.
- MEZQUIRIZ DE CATALÁN, M. A. (1961) – *Terra Sigillata Hispánica*. Valencia.
- MONTEAGUDO GARCÍA, L. (2000) – La cirugía en el Imperio Romano. *Anuario Brigantino*. Betanzos. 23, p. 85-150.
- MORAIS, R. (2004) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no período Alto Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*. Tese de Doutoramento em Arqueologia. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
- Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, vol. 1.
- MORAIS, R.; CARRERAS MONFORT, C. (2004) – Geografia del Consum de les Haltern 70, Zona Atlàntica. In *Culip VIII i les Àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya; Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya. p. 93-111. (Monografies del Casc 5).
- MORILLO CERDÁN, A.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2008) – Lucernas hispanorromanas. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A., ed. lit. – *Cerâmicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad. p. 407-427.
- NOGALES, T. (2007) – Culto imperial en *Augusta Emerita*: imágenes y programas urbanos. In NOGALES, T.; GONZÁLEZ, J., ed. lit. – *Culto imperial: política y poder*, Mérida, 2006. Roma: L'Erma di Bretschneider. p. 447-539.
- NOLEN, J. (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- NUNES, R. (2013) – As pinturas murais. In LANCHA, J.; OLIVEIRA, C., ed. lit. – *Corpus dos mosaicos romanos de Portugal, II, Conventus Pacencis, 2, Algarve este*. Faro: Universidade do Algarve. p. 165-167.
- PAÇO, A. do; FARRAJOTA, J. (1966) – Subsídios para uma carta arqueológica do concelho de Loulé. *Arqueologia e História*. Lisboa. 8.ª série. 12.
- PAJUELO PANDO, A.; LÓPEZ ALDANA, P. (2008) – Huesos en el cabello... Objetos de adorno en la Lacôbriga romana. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 5, Albufeira, 1990. Faro. *Xelb*. Silves. vol. II, p. 99-108.
- PANELLA, C. (1973) – Le Anfore. In CARANDINI, A.; PANELLA, C., ed. Lit. – *Ostia III*. Rome: Erma di Bretschneider. p. 460-633. (Studi Miscellanei; 21).
- PEACOCK, D. P. S.; WILLIAMS, D. F. (1986) – *Amphorae and the Roman Economy: An Introductory Guide*. Londres; Nova Iorque: Longman.
- PEREIRA, C. (2012) – As Lucernas romanas de Ossonoba. Um contexto ambíguo. *Habis*. Sevilla. 43, p. 119-147.
- PEREIRA, C. (2012) – O sítio romano do Vidigal, Aljezur. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 15, p. 155-179.
- PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R de; MARTIN, A., ed. lit. – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10).
- POLAK, M. (2000) – South Gaulish Terra sigillata with potter's stamps from Vechten. *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta – Supplementum* 9. Nijmegen.
- PONTE, S. (2006) – *Corpus signorum das fibulas proto-*

- históricas e romanas de Portugal. Lisboa: Caleidoscópio.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1983) – Transformaciones en la exportación del aceite bético a mediados del siglo III d. C. In *Congreso Internacional Producción y comercio del aceite en la Antigüedad*, 2, Sevilla, 1982. Madrid: Universidad Complutense. p. 115-132.
- RIBEIRO, J. Cardim (2015) – Algumas considerações sobre *L. Iulius Reburinus olisiponensis* (CIL I 38) e sobre as lucernas «mineiras» com a marca L.I.R. *Cadernos do Museu da Lucerna*. Castro Verde. 1, p. 145-184. Actas da Mesa Redonda sobre lucernas ditas mineiras.
- RIC III = MATTINGLY, H.; SYDENHAM, E. (1930) – *The Roman Imperial Coinage*. London: Spink and Son. vol. III: *Antoninus Pius to Commodus*.
- RIC IV-III = MATTINGLY, H.; SYDENHAM, E.; SUTHERLAND, C. H. V. (1949) – *The Roman Imperial Coinage, Gordian III – Uranius Antoninus*. London: Spink and Son.
- RIC V-1 = WEBB, P. H. (1933) – *Roman Imperial Coinage, from Valerian to Florian*. London: Spink and Son.
- RIC VII = BRUUN, P. M. (1966) – *Roman Imperial Coinage, from Constantine I to Licinius*. London: Spink and Son.
- RIC VIII = KENT, J. P. C. (1981) – *Roman Imperial Coinage: The Family of Constantine I*. London: Spink and Son.
- RIC IX = MATTINGLY, H.; SUTHERLAND, C. H. V.; LITT, D.; CARSON, R. A. G. (1951) – *Roman Imperial Coinage, from Valentinian I to Theodosius I*. London: Spink and Son.
- ROMO SALAS, A. S.; VARGAS JIMÉNEZ, J. M. (2001) – Azanaque. Evidencias arqueológicas de un centro de producción anfórica. In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*, Sevilla-Écija, 1998. Écija: Editorial Gráficas Sol.
- RUIVO, J. da S. (2008) – *Circulação monetária na Lusitânia do século III*. Dissertação de Doutoramento defendida na Universidade do Porto. Texto Inédito.
- RUIZ MONTES, P.; SERRANO ARNÁEZ, B. (2009) – La Cañada de Vargas (Torrenueva, Granada): un nuevo centro productor de ánforas en la costa oriental de Andalucía. *Antiquitas*. Priego de Cordova. 21, p. 115-124.
- SÁEZ ROMERO, A; GONZÁLEZ CESTEROS, H; HIGUERAS-MILENA CASTELLANO, A. (2016) – Una aportación al estudio del comercio marítimo antiguo gaditano a partir de un conjunto de ánforas halladas en aguas del área de La Caleta (Cádiz). *Onoba. Revista de Arqueología y Antigüedad*. Huelva. 4, p. 69-103.
- SALDANHA, L. (1995) – *Fauna submarina atlántica*. Mem Martins: Publicações Europa América. Verbo.
- SAMIAN Research - RGZM [Em linha]. [Consult. jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <https://www1.rgzm.de/samian/home/frames.htm>>.
- SILVA, C. T. da; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A. (1992) – Estabelecimento de produção de salga da Época Romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988-89. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 335-374.
- TEICHNER, F. (2005) – Cerro da Vila – aglomeração secundária e centro de produção de tinturaria no sul da Província Lusitânia. *Xelb*. Silves. 5, p. 82-96.
- TEICHNER, F. (2008) – *Zwischen Land und Meer – Entre tierra y mar. Studien zur Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungen im Süden der römischen Provinz Lusitanien*. Merida: Museo Nacional d'Arte Romano. vol. 2, p. 100, 172: tafel 172; B 8. (Studia Lvsitana; 3).
- TILHARD, J.-L. (2004) – *Les céramiques sigillées du Haut-Empire à Poitiers d'après les estampilles e les décors moulés*. Marseille: SFECAG. (Suppl.; 2).
- VARGAS GIRÓN, J.M. (2011) – La pesca con caña y sedal en el Círculo del Estrecho. In BERNAL, D. ed. lit. – *Pescar con arte. Fenicios y romanos en el origen de los aparejos andaluces*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad. p. 199-230. (Monografías del Proyecto Sagena; 3). Catálogo de la Exposición, Baelo Claudia.
- VARGAS GIRÓN, J. M. (2014) – La pesca a bordo en la Antigüedad. Aproximación a través del instrumental pesquero de ARQUA (Cartagena, Murcia). In NIETO, X.; BETHENCOURT, M., coord. – *Arqueología subacuática española. Congreso de Arqueología Náutica y Subacuática Española*, 1, Cartagena, 2013. Actas. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz. vol. 1, p. 133-145.
- VARGAS GIRÓN, J. M. (2017) – *El instrumental de pesca en Hispania. Origen, desarrollo y contextualización atlántico-mediterránea*. Tesis Doctoral inédita. Cádiz: Universidad de Cádiz.
- VASCONCELOS, J. L. de (1898) – Olaria luso-romana em S. Bartolomeu de Castro Marim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 4, p. 329-336.
- VASCONCELOS, J. L. de (1910) – *Acquisições do Museu Ethnológico Português*.
- O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 15.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1877-1878) – *Catálogo dos productos archeologicos obtidos desde o concelho de Alcoutim até o de Tavira, e acondicionados em 26 caixotes e tres canastrões em 30 de Junho de 1877*. Continuação deste catálogo, compreendendo os productos dos concelhos de Olhão, Faro e Loulé até 20 de Novembro de 1877 – E. da V. Continuação – concelho de Albufeira, Lagôa e Silves até 20 de janeiro de 1878 [Manuscrito] 1877/1878a. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.
- VIEGAS, C. (2011) – A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano. *Estudos & Memórias*. Lisboa. 3.
- VILLARONGA GARRIGA, L. (1994) – *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem*. Madrid: J. A. Herrero.
- WAGGONER, N. M. (1987) – *Sylloge nummorum graecorum United States of America. The collection of the American Numismatic Society. Part 7 Macedonia I: cities, Thraco-Macedonian tribes, Paeonian kings*. New York: American Numismatic Society.

V. ANTIGUIDADE TARDIA DA AFIRMAÇÃO DO CRISTIANISMO À UNIFICAÇÃO VISIGODA

O triunfo do Cristianismo abriu uma nova era, a Antiguidade tardia (século v-v d. C.), coincidente com o fim do mundo antigo. Nesta época, de transformações e influências tardo-romanas, bizantinas e visigodas, surgem novos modelos religiosos, políticos, culturais e económicos e novas concepções da vida e da morte, que se refletem nos espaços urbanos e rurais.

No território de Loulé estão patentes sobretudo nas *villae* tardo-romanas, que sofrem transformações. São exemplo Cerro da Vila, cuja casa principal (*domus*) foi dotada de torres e cujos armazéns e edifícios artesanais foram modificados; os cemitérios cristãos de Cerro da Vila, Loulé Velho, Torre de Apra e Retorta; as igrejas rurais, de que subsiste a mesa de altar de Torre de Apra, e a possível basílica de Loulé Velho.

Nos séculos v-vii mantiveram-se as relações comerciais com o Oriente e o Norte de África. Os objetos mais representativos do período entre o fim do Império Romano e o início da época islâmica provêm de sepulturas.



LOULÉ NA ANTIGUIDADE TARDIA: A CRISTIANIZAÇÃO E O MUNDO RURAL ROMANO EM TRANSFORMAÇÃO

JOÃO PEDRO BERNARDES

A partir da segunda década do século V acentuam-se os sinais das alterações mais ou menos profundas que se faziam sentir no Império Romano e, particularmente, na sua província mais ocidental. A desagregação paulatina das estruturas políticas e administrativas centrais, regionais ou locais, tornam-se uma realidade efetiva e permanente com a chegada das hordas vândalas e de outros grupos armados que tradicionalmente a historiografia identifica como «invasões bárbaras». Por outro lado, as influências orientais e africanas cada vez mais visíveis desde, pelo menos, inícios do século III, consolidam-se, nomeadamente ao nível religioso onde o cristianismo se afirma inelutavelmente como uma religião triunfante face aos cultos oficiais e a outras religiões orientais. As estruturas bem organizadas das comunidades cristãs, que se traduzem numa rede episcopal com uma forte influência no sul da Lusitânia, como que ameniza e substitui a completa falência e ausência dos órgãos do poder até aí instituído, contribuindo decisivamente para uma assimilação rápida dos povos recém-chegados. É um mundo em completa transformação, por vezes de difícil perceção na curta duração, mas cujos vetores de mudança são claros e decisivos quando vistos no tempo longo. Por ser este um período de conturbações

políticas drásticas, descritas por inflamadas ou mesmo apocalípticas visões desse tempo, como as de Idácio de Chaves (Tranoy, 1974), mas também de transformação na continuidade, particularmente ao nível económico e da cultura material, a historiografia, e particularmente a arqueologia, não soube compreendê-lo cabalmente ou sequer identificá-lo no registo arqueológico. Paradoxalmente, a investigação focada na descoberta do mundo clássico ou, marginalmente e como contraponto, na afirmação do Islão peninsular, descartava, pura e simplesmente, tudo o que não se enquadrava nestes pilares da construção do Ocidente, ao mesmo tempo que afirmava uma gritante falta de dados que impossibilitava o conhecimento do período de transição daqueles dois mundos, que classificava de «Idade das Trevas». As duas últimas décadas têm resgatado muita informação para o conhecimento deste período que se segue imediatamente ao colapso do Império Romano e que designamos aqui de Antiguidade Tardia. Evidentemente que esse resgate se vai fazendo ao ritmo da investigação recente, pelo que do Algarve, e particularmente do território de Loulé, onde escasseiam trabalhos que incidam neste período de transição, pouco se conhece. Porém, a investigação dos últimos anos, mais desperta para a presença no

registro arqueológico de testemunhos deste período em sítios tardo-romanos, tem conseguido alguma, pouca, informação quer nos sítios do litoral como nos do interior do território. Se esses avanços no conhecimento se têm registado ao nível do trabalho de campo, é no estudo dos materiais, a mais das vezes resgatados em escavações antigas, que os avanços têm sido mais significativos.

Poucos anos depois da entrada das hordas bárbaras na Península Ibérica, em 409, o sul da Lusitânia era alvo de saques e pilhagens constantes que nem o acordo de partilha do território Ibérico por Suevos, Vândalos e Alanos, em 411 (Idácio, 1974, p. 117-119), conseguiu evitar. As devastações e o período de instabilidade que então se vivia não acalmou com a vinda dos visigodos, o que afetará os circuitos de abastecimento económicos e todo o modo de vida de um mundo romano já de si muito conturbado (Mattoso, 1992, p. 306-308). A crescente destruturação da rede de centros urbanos, redistribuidora e abastecedora do território, irá afetar esses circuitos a nível regional; as rotas de abastecimento do Mediterrâneo central e oriental, ainda que abaladas, continuam a existir e, por vezes, até a mostrar alguma vitalidade, como testemunha a constante presença de cerâmicas oriundas daquelas paragens.

Esta mesma realidade está bem presente no território de Loulé, nomeadamente nos sítios litorais da praia de Loulé Velho ou no Cerro da Vila (Vilamoura). Ainda que com características distintas, são sítios que, durante a época imperial romana, atingiram grande relevância. Loulé Velho pode classificar-se como uma *villa* marítima, onde as atividades agrícolas eram complementadas com uma vigorosa indústria de preparados piscícolas, de que se conhecem mais de uma vintena de tanques para o processamento de peixe (*cetariae*) com capacidade para uma produção não inferior aos 165 m³ (Bernardes, 2008, p. 20). O Cerro da Vila inscreve-se mais na tipologia dos aglomerados secundários onde a diversidade de atividades, nomeadamente as industriais, são bem marcantes (Teichner, 2005). Ao contrário de Loulé Velho, provavelmente abandonado por volta do século vi, Cerro da Vila teve continuidade de ocupação até ao século xii, registando-se uma importante ocupação islâmica (*vide*, neste volume, o artigo de F. Teichner). Para entender estes sítios, marcantes na definição do território costeiro de Loulé na Antiguidade, temos que ter bem presente que o litoral era muito diferente do que é hoje, com o mar a entrar nos pauis onde correm hoje as ribeiras de Quarteira, de Almargem e de Carcavai e com ilhas barreiras em frente à atual linha de costa, à semelhança das que existem hoje na ria Formosa. Será a destruição destas ilhas barreiras, e a consequente migração da costa e recuo das praias, que justifica o afundamento e destruição das ruínas romanas que se encontram submersas em frente a Quarteira e a Loulé Velho (Teixeira, 2005). No século xix, Teixeira de Aragão (1868, p. 12) ainda testemunhou nesta última praia a presença de um edifício termal, já em processo de destruição pelas marés; mas nas últimas décadas do século passado já só restava a parte industrial e funerária que se situaria por trás da parte residencial e termal voltada ao mar. Uma escavação efetuada por Mário Varela Gomes e Manuel Pedro Serra, em 1996, num esporão onde até há alguns anos eram visíveis restos de tanques destinados a preparados piscícolas (*cetariae*), colocou à vista um conjunto de estruturas interpretadas como um edifício basilical do século v-vi a que se encontravam associadas sepulturas. A ocorrência de sepulturas nesta área é recorrente e, em 2006, o autor destas linhas dirigiu uma escavação de emergência neste mesmo local identificando cetárias e uma sepultura, não anterior ao século v (Bernardes, 2008). Posteriormente apareceram na área outros enterramentos tardios de inumação, confirmando a presença de uma necrópole de inumação datada pelo menos dos séculos iv e v. De difícil explicação é a

sepultura que identificámos em 2006 que, sendo conformada por uma cova simples aberta no solo argiloso, apresentava no seu interior cinzas e as paredes da cova queimadas pelo fogo que ali se terá feito. Sendo datável de um período não inferior ao século v, pelo seu posicionamento estratigráfico e por alguns fragmentos cerâmicos, nomeadamente de cerâmica estampada derivada da *sigillata* paleocristã, resulta difícil explicar esta ocorrência numa altura em que já se tinha abandonado a incineração *in situ* (*bustum*). Tratando-se de um local marítimo visitado por mareantes de diversas origens, talvez se possa explicar tal ocorrência atribuindo-a a uma prática de inumação exógena à área mediterrânica ou, quiçá, à destruição pela queima de qualquer corpo não quisto ou tomado pela doença. Esta, bem como as sepulturas e estruturas escavadas por Mário Varela Gomes, nomeadamente a que interpretou como uma basílica paleocristã, foram implantadas sobre a anterior fábrica de preparados piscícolas. Verifica-se aqui, tal como no Cerro da Vila, uma refuncionalização dos espaços com a área funerária a dispersar-se por áreas anteriormente produtivas ou residenciais, o que é bastante frequente na Hispânia durante a Antiguidade Tardia (Broguiolo e Chavarria, 2008). Terá sido a presença de sepulturas tardias em Loulé Velho, associadas a uma estrutura absidal que encostava à parte superior do que resta de um robusto muro retilíneo com cerca de 10 metros de comprimento por 70 cm de largura, que terá levado os seus escavadores a verem aqui um edifício basilical (Gomes e Serra, 1996).

Todavia, esta interpretação é muito discutível. A presença de sepulturas no local parece corresponder a uma extensão durante a Antiguidade tardia da necrópole baixo-imperial que existia por trás da *officina* de preparados piscícolas e da qual várias sepulturas têm sido detetadas, nomeadamente quando recentemente se construiu o atual e único restaurante da praia do Trafal. O arco de círculo conformando uma abside, que teria sido o outro elemento a sugerir aquela interpretação, não parece ser muro estruturalmente capaz de suportar as forças exercidas por uma construção absidada. Com 56 cm de largura, situa-se a uma cota superior ao muro atrás referido e apresenta-se praticamente sem fundações que permitissem suportar o peso de uma estrutura daquele tipo. Construída com materiais reaproveitados, de pedra ou de cerâmica, possuía quase ao nível da base alguns *lateres* ou mesmo *tegulae* invertidas que formariam um pavimento. Parece, pois, tratar-se de uma edificação típica da Antiguidade Tardia que, como muitas outras dos sítios

romanos, reaproveita materiais de estruturas abandonadas ou preexistentes para formar construções de carácter tosco e improvisado. A funcionalidade desta abside, com 6 metros de diâmetro externo, que pelas cerâmicas associadas pode ser datada dos séculos v ou vi, não é fácil determinar. No sítio igualmente litoral de Cerro del Trigo (Almonte, Huelva), situado a cerca de 100 quilómetros para oriente, uma estrutura similar, ainda que com 9 metros de diâmetro, também foi escavada igualmente associada a um complexo piscícola onde a partir do século v se implantaram vários enteramentos em fossa (Campos et al., 2002, p. 330; Campos, Vidal e Gómez, 2014). Em ambos os sítios talvez se trate de construções de abrigos arrumadas a muros, então ainda sólidos, das fases anteriores, tal como o muro retilíneo e robusto que, em Loulé Velho, corria perpendicular à abside. Este pode corresponder a uma das paredes perimetrais do edifício que incorporava algumas das *cetariae* que ainda se viam nos anos 70 do século passado (Luzia, 2004). A presença frequente das cerâmicas típicas dos séculos v e vi, como algumas formas de *terra sigillata* africana, de cerâmica estampada «Derivada da *Sigillata* Paleocristã», Foceense, ou ainda os jarros ou bilhas tão típicos dos contextos funerários desta época, são, em conjunto com algumas estruturas e sepulturas que se sobrepõem à área piscícola da época imperial, claros indicadores de que o sítio de Loulé Velho se manteve bem ativo após o colapso do Império Romano. É provável que tenha sido abandonado no século seguinte, uma vez que as cerâmicas islâmicas que aqui se encontram são tão escassas que não suportam qualquer tese de ocupação efetiva posterior ao século vii. Essa continuidade de ocupação entre o mundo romano e praticamente o final da ocupação islâmica está bem presente no Cerro da Vila, com uma importante ocupação da Antiguidade Tardia que justifica tratamento à parte neste volume. Também a *villa* da Retorta, de que se conhece razoavelmente bem a necrópole desta época e de onde se exumaram vários objetos cerâmicos e metálicos, parece estender-se até ao século vii (Arezes, 2014, p. 433-436; vol. II, p. 237-242; Martins, 1988, p. 149-154).

Nos séculos v a vi o litoral do território de Loulé manteve-se bem ativo a partir das *villae* de Loulé Velho ou da Retorta e do aglomerado secundário do Cerro da Vila, a que acresce um ou outro foco ocupacional nas margens do estuário da ribeira de S. Lourenço, de que a ocupação romana na Quinta do Lago e do sítio islâmico anexo do Tejo do Praio constituem apenas um dos testemunhos. Se as cerâmicas importadas continuam a atestar uma

continuidade dos contactos e do comércio a longa distância, nomeadamente com o Mediterrâneo Oriental que a expansão do Império de Justiniano para Ocidente em pleno século VI promove, a economia e o modo de vida das comunidades tem agora um carácter mais local e regional. Esses localismos exprimem-se, em grande medida, por uma cultura material mais fruste, que tem sido bem acentuada por alguns autores enquanto argumento de defesa da tese de decadência deste período (Wickham, 2005; Ward-Perkins, 2005). A este propósito pode referir-se o mosaico da *villa* da Retorta existente no museu de Albufeira, datável do século V, de qualidade técnica claramente inferior à produção musivária do século anterior (Lancha e Oliveira, 2013, p. 522-523).

A continuidade dos sítios romanos no território de Loulé verifica-se também no interior, onde várias *villae* e outros assentamentos rurais continuam a ter ocupação. Para além de alguns contextos de necrópoles tardias, como a de Morgado de Alte onde uma lacónica informação regista uma sepultura do século VI com a tal bilha tão característica (Arezes, 2014, p. 433; vol II, p. 237-242; Martins, 1988, p. 172), a Antiguidade Tardia está bem documentada em sítios como Torre de Apra, Torrinha (Salir) ou Cerro do Espargal (Benafim). Neste último, que pode corresponder a uma *villa* rural de que foi escavada uma pequena área que integrava a *pars rustica*, observa-se que algumas dependências com tanques, ativas desde o século II e dedicadas à produção de azeite e de vinho, são cortadas e reocupadas, sem qualquer respeito pelas preexistências, a partir das primeiras décadas do século V (Graen et al., 2014). A pequenez da área escavada não permite avançar muito na sua interpretação, mas é clara a característica refuncionalização dos espaços típica desta altura, bem como a construção de estruturas frustes reaproveitando materiais. Ainda assim, atesta-se, mesmo sendo uma parte produtiva, um prato de cerâmica de mesa, concretamente de *terra sigillata* norte-africana datável do século V, que demonstra que os produtos de importação continuam a chegar ao interior do território. Aliás, tal está ainda testemunhado na *villa* da Torrinha pela presença das produções características da segunda metade do século V e primeira do século seguinte, importadas da Fócia (atual Turquia) (Catarino, 1997/98, p. 262 e 1225, est. cxiii). Apesar do sistema produtivo e de o próprio modo de vida já não se inscrever numa articulação dinâmica entre campo, cidade e Império, pautando-se agora por um maior isolacionismo, ainda vão chegando, de tempos a tempos, influxos de um comércio longínquo como que a perpetuar a realidade destas *villae* dos tempos imperiais. Todavia, as

mudanças, ainda que paulatinas, são marcantes, com as atividades agropecuárias, em particular a pastorícia, a assumirem cada vez mais uma posição dominante num quotidiano simples e voltado para novos valores simbólicos e religiosos.

Torre de Apra, de que pouco se conhece, parecem ser um bom exemplo dessa mudança paulatina. A classificação taxonómica deste sítio é difícil, mas a sua implantação e sobretudo a enorme área de vestígios parece configurar um aldeamento da Antiguidade Tardia, que terá evoluído, eventualmente, a partir de uma *villa* romana, de que o topónimo «torre» – evolução do étimo *turris* frequentemente aplicado a este tipo de sítio durante o baixo-império romano – poderá ser indício. Um fragmento de pedra de altar visigótica daqui proveniente remete para a existência de um edifício de culto cristão no interior do território de Loulé, ainda no século V ou no seguinte, o que acentua a importância do sítio, bem como a sua ligação ao bispado Ossonobense, ativo e influente nos primeiros concílios da Hispânia cristã desde, pelo menos, inícios do século IV (Jorge, 2002). A ausência de investigação não permite conhecer as características do sítio nem determinar quando terá sido abandonado, ainda que outros testemunhos oriundos de contextos funerários atestam uma ocupação que vai até ao século VII (Arezes, 2014, p. 439-440; vol II, p. 234-236; Martins, 1988, p. 127; Santos, 1972, p. 155-157). Um edifício de culto neste lugar, de que pouco se conhece, desempenhou, certamente, um importante papel na cristianização das populações da serra e do barrocal central algarvio durante a Antiguidade Tardia.

Os tempos que se seguem ao colapso político administrativo do mundo romano, são, como vimos, de continuidade, ainda que perante alterações do contexto sociopolítico e económico as mudanças são inevitáveis, não apenas decorrentes de novos valores e formas de vida introduzidas pelas elites bárbaras e pelo cristianismo, como da desagregação das estruturas económicas ao nível da extração, transformação e distribuição de produtos. Ajustando-se aos novos tempos, os habitantes dos antigos sítios romanos acabam por formular uma maneira de viver mais austera e autárquica que tanto reflete carências, como outras prioridades e atitudes, determinadas, em grande parte, pela instabilidade que então se vivia, por um crescente isolacionismo, mas também pela nova fé cristã. E se uma nova mentalidade e um novo modo de vida, cada vez mais afastados da romanidade pagã, se vão impondo, germinam novas maneiras de encarar e viver o mundo que terão a sua afirmação plena no período medieval.

BIBLIOGRAFIA

- ARAGÃO, A. C. T. de (1868) – *Relatorio sobre o Cemiterio Romano descoberto proximo da cidade de Tavira em Maio de 1868*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- AREZES, A. (2014) – *Ocupação germânica na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles do século v a viii*. Tese de Doutoramento em Arqueologia. Porto. FLUP.
- BERNARDES, J. P. (2008) – Intervenção arqueológica de emergência no sítio romano de Loulé-Velho (Quarteira). *Al-'Ulyâ*. Loulé. 12, p. 9-22.
- BROGIOLO, G. P.; CHAVARRÍA, A. (2008) – El final de las villas y las transformaciones del territorio rural en el Occidente (siglos v-viii). In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA-ENTERO, V. y GIL SENDINO, F., ed. lit. – *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función. Coloquio Internacional de Arqueología*, 4, Gijón, 2006. Gijón: Trea. p. 193-213.
- CAMPOS, J. M.; GÓMEZ, Á.; VIDAL, N.; PÉREZ, J. A. y GÓMEZ, C. (2002) – La factoría romana de El Cerro del Trigo (Doñana, Almonte, Huelva). *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 1999. II, p. 330-348.
- CAMPOS, J. M.; VIDAL, N. y GÓMEZ, Á. (2014) – *La cetaria de El Cerro del Trigo (Doñana, Almonte, Huelva) en el contexto de la producción romana de salazones del sur peninsular*. Huelva: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva.
- CATARINO, H. (1997-98) – O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados. *Al-'Ulyâ*. Loulé. 6, vol. I, II e III.
- FREITAS, L. de (1995) – Cetárias de Loulé-Velho. *Al-'Ulyâ*. Loulé. 4, p. 45-50.
- GOMES, M. V. e SERRA, M. P. (1996) – Loulé-Velho (Quarteira, Loulé). Resultado da primeira campanha de escavações arqueológicas. *Al-'Ulyâ*. Loulé. 5, p. 29-49.
- GRAEN, D. [et al.] (2014) – Assentamentos rurais romanos no Barrocal; os primeiros trabalhos no sítio romano do Espargal (Benafim-Loulé). *Al-'Ulyâ*. Loulé. 14, p. 25-32.
- IDÁCIO (1974) = TRANOY, 1974.
- JORGE, A. M. (2002) – *L'Épiscopat de Lusitanie Pendant l'Antiquité Tardive (III^e - VII^e Siècles)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- LANCHA, J.; OLIVEIRA, C. (2013) – *Corpus dos Mosaicos romanos de Portugal (Conventus Pacensis 2, Algarve este)*. Faro: Universidade do Algarve.
- LUZIA, I. (2004) – O Sítio Arqueológico de Loulé-Velho. *Al-'Ulyâ*. Loulé. 10, p. 43-131.
- MARTINS, I. M. P. (1988) – *Arqueologia do Concelho de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.
- MATTOSO, José (1992) – A época sueva e visigótica. In MATTOSO, J., coord. – *História de Portugal. Antes de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 302-359. vol. I.
- SANTOS, M. L. E. V. (1971/1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. vol. I/II.
- TEICHNER, F. (2005) – Cerro da Vila: Aglomeração secundária e centro de produção de tinta no sul da província Lusitânia. *Xelb. Silves*. 5. Actas do 2.º Encontro de Arqueologia do Algarve. p. 81-96.
- TEIXEIRA, S. B. (2005) – Evolução holocénica do litoral em regime transgressivo: o caso da costa de Quarteira (Algarve, Portugal) (talk). In *Proceedings Iberian Coastal Holocene Paleoenvironmental Evolution. Coastal Hope 2005*. Lisboa. p. 121-124.
- TRANOY, A. (1974) – *Hydace, Chronique*. Paris: éditions du Cerf. (Sources Chrésiennes; 218 y 219).
- WARD-PERKINS, B. (2005) – *The Fall of Rome and the End of Civilization*. Oxford: Oxford Univ. Press.
- WICKHAM, C. (2005) – *Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400-800*. Oxford; New York: Oxford University Press.



281

273

276

O MUNDO FUNERÁRIO VISIGÓTICO NO TERRITÓRIO LOULETANO: SÍTIOS, PRÁTICAS E MATERIAIS

ANDREIA AREZES

1. INTRODUÇÃO

A abordagem aos vestígios funerários correlacionáveis com a presença visigótica no território atualmente abarcado pelo concelho de Loulé assenta na análise de quatro sítios: Morgado de Alte, Torres de Apra, Cerro da Vila e Retorta. Em cada um dos espaços de enterramento tardios neles identificados foram rastreados indícios reveladores de uma «identidade» dissonante da hispano-romana. Tais indícios surgem plasmados na delineação das áreas a ocupar, na reconversão de estruturas e materiais para a preparação de sepulcros, na recorrente inumação de mais do que um indivíduo num mesmo dispositivo, ou nas combinações de artefactos que acompanham os defuntos, passíveis de se afirmar, ainda que não de modo linear, como instrumentos de expressão da etnicidade. Neste ponto, impõe-se sublinhar que as materialidades relacionadas com o adorno do corpo e, sobretudo, da indumentária, constituem um dos veículos privilegiados para a manifestar e tornar visível. Pela constância do seu uso, em público ou privado, enformam uma via de identificação, conferem uma noção de pertença aos membros do grupo e, em paralelo, funcionam como elementos de diferenciação (Hodder, 1982, p. 55-56).

2. SÍTIOS, PRÁTICAS E MATERIAIS

Entre os sítios evocados, o mais omissos em informações é o de Morgado de Alte. Ali, no interior de um sepulcro que se supõe isolado, figurava uma interessante associação de artefactos: um anel brônzeo, entretanto desaparecido, e um recipiente de contenção de líquidos classificado como *lagoena* (Martins, 1988, p. 172). Trata-se, na verdade, de um jarro completo que apresenta analogias com peças cerâmicas detetadas noutros contextos funerários do sul da *Lusitania*, designadamente, com o vaso da sepultura 7 da basílica de Gerena (Sevilha). A cronologia proposta para tais formas, integráveis na variante A do tipo 4 definido por A. Flörchinger, estende-se sensivelmente entre os últimos decénios do século VI e a primeira metade do VII (Flörchinger, 1998, p. 11, lâm. 9, n.º 3), no que configura um balizamento potencialmente compatível com o do túmulo de Morgado de Alte.

A sudeste, mas ainda no território interior do atual concelho, destaque-se o sítio de Torres de Apra. O conhecimento da existência de vestígios no local recua ao século XIX, coincidindo com o desenvolvimento das investigações protagonizadas por Estácio da Veiga

no Algarve. É por essa altura que o arqueólogo identifica, inserida na parede de uma habitação, uma inscrição votiva romana. É também nessa altura que, na necrópole localizada na mesma propriedade, recupera fragmentos de vidros, moedas romanas, a par de uma série de artefactos metálicos, presentemente conservados no Museu Nacional de Arqueologia (Santos, 1972, p. 155-156; Martins, 1988, p. 127-131). Contudo, e salvo apontamento relativo à procedência funerária de alguns dos materiais (Martins, 1988, p. 128, 130), são escassas as indicações a respeito do contexto preciso de exumação da generalidade das peças. É certo, porém, que as especificidades que denotam sugerem a possibilidade de a área funerária em causa possuir mais do que uma fase de enterramentos. Com efeito, os objetos recolhidos não corporizam um conjunto uniforme do ponto de vista cronológico. Alguns são declaradamente romanos; outros, por seu turno, constam de elementos de atavio do corpo comumente utilizados pelas comunidades hispano-visigóticas. Entre os adereços arrolados sinalizamos um brinco, um bracelete incompleto com remate serpentina e dois anéis. Produzidos em liga de cobre (exceção feita a um dos anéis, de prata), foram fundidos

em molde (Arezes, 2015 vol. II, p. 234-236), técnica recorrentemente utilizada no fabrico dos mais variados objetos, especialmente quando elaborados em ligas metálicas (Ager, 2010, p. 75-76).

À semelhança de outros adornos congêneres, também os de Torres de Apra, datáveis dos séculos VI-VII, encontram paralelos em diferentes estações da *Lusitania* ou, a uma escala mais ampla, peninsulares. O brinco (fig. 1) assemelha-se a um dos exemplares recuperados na necrópole da Abuxarda; já o bracelete apresenta afinidades com uma série de peças cuja haste termina em forma de cabeça de ofídio, como as de Talaíde, outro dos espaços de enterramento de filiação visigótica do atual concelho de Cascais (Arezes, 2014 vol. II, p. 87, 234-235). Relativamente aos anéis, detetados numa sepultura, junto de dois búzios perfurados, eventualmente pertencentes a um colar (Martins, 1988, p. 130), convém notar que o de prata prima por singularidades que não encontram analogias suficientemente próximas noutros exemplares aneliformes conhecidos. Situação distinta é a enformada pelo segundo anel (cat. 298). Apesar de mutilado, conserva a mesa retangular provida de uma espécie de moldura projetada com orla puncionada e uma sequência de quatro caracteres alfabéticos no campo central: *A D C A* (Arezes, 2015, vol. II, p. 235-236), compondo um esquema reproduzido noutros artefactos. Cotejando as publicações da especialidade, constata-se que é idêntico ao anel recolhido no sepulcro 16 da necrópole dos Afligidos, em Alcalá de Henares (Méndez Madariaga; Rascón Marqués, 1989, p. 227), situada na Meseta Castelhana, onde é notável a densidade de espaços funerários visigóticos mapeados e escavados.



Fig. 1 – Brinco anelar de liga de cobre, fundido em molde, com aro liso. Encontra-se incompleto e destituído do apêndice decorativo. Recuperado na necrópole de Torres de Apra. Depósito: MNA (n.º de inv. 15.132 / 983.1047.2).

Retornando ao sul peninsular e avançando até à linha da costa do território de Loulé, atente-se no Cerro da Vila. Lugar emblemático e com implantação privilegiada, beneficia de excelentes condições naturais, propícias à fixação humana. E, na verdade, a ocupação foi longa e fértil naquele espaço, tendo começado há muito a ser documentada. O conhecimento da existência de vestígios no Cerro da Vila remonta, pelo menos, à segunda metade do século XIX. É por essa altura que Vilhena Barbosa dá conta da subsistência de restos de estruturas no sítio (Martins, 1988, p. 122) e Estácio da Veiga o classifica como «... povoação extinta ou arrazada» (Santos, 1971, p. 142).

Do Cerro da Vila provinham profusos materiais: elementos arquitetónicos, fragmentos musivos e de construção, a par de cerâmicas variadas, algumas de importação. Paulatinamente, acumulavam-se os indícios que apontavam no sentido da existência de uma importante *villa* no local, sendo que as explorações ali levadas a cabo por José Farrajota e Afonso do Paço, na década de 60 do século XX (Paço e Farrajota, 1966, p. 71-74), acabaram por lhes conferir consistência. Todavia, o sítio não foi palco de uma ocupação estanque. O complexo habitacional e produtivo romano, que integrava tanques destinados à produção de preparados de peixe, foi sendo sujeito, ao longo do tempo, a reformulações e reutilizações, que se prolongaram pelo menos até ao século XI, já em pleno período islâmico (Santos, 1971, p. 143-144; Alarcão, 1998, p. 206). Ora, à semelhança do que se verifica noutras *villae* romanas, também a do Cerro da Vila possuía uma necrópole associada. Contudo, há que ressaltar que, em resultado da conjugação de uma série de fatores, a integridade da área sepulcral foi sendo afetada (Santos, 1997, p. 396) e a plena aferição da realidade do terreno comprometida. Há, no entanto, alguns dados seguros, recuperados no âmbito de escavações sistemáticas, que se impõe explorar.

Os testemunhos detetados no Cerro da Vila refletem a implementação de formas de inumar e práticas funerárias diferenciadas. Com efeito, foram identificados enterramentos em mausoléus, assim como em sepulturas, sendo precisamente nestes últimos dispositivos que recai o foco deste texto. Do universo de 60 estruturas que se estima subsistirem no local, 13 foram intervencionadas nas campanhas realizadas nas décadas de 80 e 90. Não primavam propriamente pela homogeneidade: divergiam a nível da arquitetura, do tipo de materiais utilizados (xisto, tijolos ou *tegulae*) e das variáveis de combinações entre elas preconizadas

para a composição das coberturas, fundos e delimitações laterais. Em paralelo, também a orientação que patenteavam no terreno corroborava o cenário de diversidade, uma vez que os enterramentos apresentavam distintos alinhamentos. Ainda assim, registou-se a preponderância de inumações em que a cabeça surgia colocada a poente e os pés a nascente (Santos, 1997, p. 400-404), no que corporiza uma realidade atestada noutras necrópoles coevas (Barroca, 1987, p. 81). Já o modo de deposição afigurava-se mais constante: salvo uma ocorrência em que o esqueleto repousava em decúbito lateral direito (denunciando um enterramento islâmico?), as restantes inumações foram efetuadas em decúbito dorsal. Importa ainda sublinhar que cada túmulo albergava um ou dois enterramentos, sendo que no universo das 13 sepulturas intervencionadas, foram exumados restos pertencentes a 18 indivíduos (Santos et al., 1992, p. 14). Tal evidência traduz, de modo inequívoco, o costume da reutilização, igualmente documentado na necrópole da Retorta (Martins, 1988, p. 154).

Refletindo em torno da componente material recuperada registre-se, por um lado, que se encontrava restrita aos túmulos de adultos e, por outro, que incluía elementos com diferentes ascendentes. Numa sepultura dupla, um dos indivíduos depositados conservava na boca uma moeda do século IV (Santos, 1997, p. 400), no que traduz a persistência de um costume bem enraizado: a integração no sepulcro de um ou mais numismas, destinados à concretização do pagamento a Caronte (Young, 1977, p. 41-42, 51). Outro dos mortos, por seu turno, exibia no pulso esquerdo dez contas vítreas, procedentes de uma pulseira (Santos, 1997, p. 400), adorno recorrente em necrópoles de filiação visigótica. Já na zona dos pés de uma outra sepultura, figuravam 90 cravos, testemunho de que o defunto foi inumado calçado e, decerto, vestido. Aos cravos somava-se um vaso cerâmico. Porém, o posicionamento do recipiente, na base do túmulo, divergia do revelado noutras estruturas. Numa delas (a 3), a vasilha (concretamente, um jarro de bocal trilobado) aparecia ao lado do crânio de um indivíduo de sexo masculino, a par de um machado e de outros materiais metálicos (Santos, 1997, p. 400-401). Na verdade, e apesar de as possibilidades de disposição serem, em última instância, extensíveis a toda a área útil do sepulcro, é comum encontrar-se materiais votivos junto da cabeça (Barroca, 1987, p. 78), centro nevrálgico por excelência, até porque é no rosto que convergem os traços mais marcantes da identidade (González Villaescusa, 2001, p. 70) e, neste sentido,

também a singularidade de cada indivíduo e da memória que lhe está associada.

Por último, considere-se o sítio da Retorta. Nos finais do século XIX, Estácio da Veiga recolheu ali uma série de materiais (Martins, 1988, p. 145-146), dos quais destacamos um elemento de indumentária que atesta a prática da inumação vestida: uma placa de cinturo rígida (cat. 302), datável da segunda metade do século VI ou primeiros decénios do VII (Arezes, 2015, vol. II, p. 237).

Posteriormente, Ataíde de Oliveira aludia aos vestígios de sepulturas, materiais cerâmicos e moedas romanas que se espalhavam pelo terreno da «Arretorta». Acrescentava ainda uma informação perpetuada pela «tradição», referente à existência de uma «cidade» romana no local (Oliveira, 1998, p. 148). Esta indicação manter-se-á presente no pensamento do padre Semedo de Azevedo, figura de menção obrigatória no delineamento da «história» do sítio, uma vez que, a par de José Formosinho, foi responsável por explorações ali conduzidas. E, note-se, não só considerou que os testemunhos observáveis permitiam corroborar a hipótese de subsistência de uma urbe na Retorta como, em paralelo, alimentou a hipótese de a mesma corresponder a uma das várias *Carteias* dispersas pelo litoral peninsular (Azevedo, 1970, p. 114-119). Ora, a articulação entre sítios com ocupação datável do período romano (caso de casais e *villae*) e áreas funerárias tardias, configura uma evidência documentada em diversos pontos da *Lusitania* rural. No Mascarro (Castelo de Vide), na Herdade dos Pombais (Marvão) ou, mais a sul, no Algarve Oriental, em Milreu (Faro) ou Marim (Olhão), encontram-se plasmadas conexões congêneres.

São várias as motivações na raiz deste tipo de associação, mas uma das mais sintomáticas concerne à presença de materiais passíveis de reutilização. Originalmente usados na composição de estruturas que acabaram por ser abandonadas, desmanteladas e, conseqüentemente, desvirtuadas da vocação para a qual foram concebidas, surgem disponíveis para a reconversão. Neste sentido, parece lícito afirmar que as relações de proximidade física entre espaços com cronologias díspares e dinâmicas internas diferenciadas decorrem, não raro, de uma série de circunstancialismos a que não são alheias as questões práticas.

De acordo com Semedo de Azevedo, a necrópole não se achava integralmente visível nem preservada aquando da intervenção que levou a cabo. Com efeito, o plantio de árvores havia motivado a aniquilação de algumas das sepulturas; outras, por seu turno, permaneceriam ocultas no terreno. Não obstante,

e apesar da visão truncada oferecida pela área funerária, o pároco considerou a possibilidade de nem todas as estruturas serem coevas, uma vez que a necrópole integrava diversas arquiteturas sepulcrais e que nem todos os túmulos conservavam objetos no seu interior (Azevedo, 1970, p. 119). Traduzindo, a variabilidade de critérios adotados na preparação das sepulturas, a par do facto de as mesmas incluírem (ou não) componente artefactual, foram interpretados como reflexo de faseamentos distintos. Todavia, a correlação apontada poderá não ser tão válida como à primeira vista se poderia supor. Na verdade, a convivência no espaço de opções construtivas pouco consonantes não tem que ser necessariamente interpretada como sinónimo de ausência de sincronia entre os dispositivos que materializam essas opções. De igual modo, também a introdução de objetos de uso pessoal ou votivo nos túmulos pode não constituir somente uma variável cronológica, antes sugerir outras matizes, como as que decorrem do posicionamento socioeconómico, político, religioso ou étnico do indivíduo inumado.

Na Retorta foram, pois, identificados diversos tipos de estruturas: covachos simples, sem delimitação lateral, mas munidos de cobertura; sepulcros ladeados por elementos pétreos combinados com tijolos, estes últimos utilizados também na composição da tampa; túmulos com cobertura de lajes e paredes exclusivamente feitas em tijolo, cuja dimensão se presume ajustada à do corpo inumado.

Semedo de Azevedo fornece alguns dados a respeito da componente artefactual neles recuperada. Ainda que parcos, permitiram aferir que na sepultura 2, uma das que se apresentava destituída de esteios delimitadores, foi detetado um bracelete e uma argola (mais precisamente, um brinco anelar), idêntica às que figuravam no interior dos sepulcros 1 e 7 (Azevedo, 1970, p. 119-120). Porém, não faz referência à arquitetura destes dois dispositivos. Vazios de informação como os apontados não são propriamente incomuns nas publicações da época; ressalve-se, todavia, que no caso da Retorta se esperava virem a ser supridos, uma vez que havia a intenção de dar à estampa um texto mais detalhado (Azevedo, 1970, p. 121), objetivo que não chegou a cumprir-se. Não obstante, Isilda Martins acabaria por colmatar parte das falhas elencadas, ao publicar o manuscrito elaborado por Semedo de Azevedo aquando das escavações na necrópole. É através deste documento que acedemos ao esboço da planta, pontuado por 17 sepulcros com configurações variadas. A maioria

Fig. 2 – Anel de fita de liga de cobre. Possui contorno circular irregular e aro de secção sub-retangular. Recolhido pelo Padre Semedo de Azevedo na necrópole da Retorta, provavelmente na sepultura 1, onde permaneceria colocado no dedo do indivíduo inumado. Depósito: Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira (n.º de inv. - M.A. 80/02).

Fig. 3 – Brinco anelar de liga de cobre, fundido em molde, com apêndice decorativo cilíndrico, provido de molduras sequenciais. É possível que corresponda a um dos brincos do par identificado na sepultura 1 da Retorta. Depósito: M.M.A.A. (n.º de inv. - M.A. 31/02).

Fig. 4 – Bracelete de ferro fragmentado e aparentemente destituído de ornatos. Não é possível clarificar se terá sido recuperado na sepultura 1, na 2 ou na 13: o manuscrito do Padre Semedo assinala a presença de um bracelete no interior de cada uma das estruturas. Depósito: M.M.A.A. (n.º de inv. - M.A. 76/02).

surge orientada a noroeste. Contudo, os alinhamentos não se coadunam com um cenário de regularidade absoluta, sendo notória a ausência de uma «norma» única ou inflexível.

Em paralelo, o manuscrito encerra outras potencialidades dignas de nota. Com efeito, congrega informações razoavelmente pormenorizadas acerca das especificidades construtivas da quase totalidade das sepulturas arroladas. Mas, especialmente relevante é o facto de elencar as associações de materiais identificadas em cada um dos sepulcros descritos. Veja-se o exemplo enformado pelo túmulo 1, já mencionado, onde foi detetado um indivíduo que exibia adornos *in situ*: um anel (fig. 2), dois brincos anelares (fig. 3) e um bracelete. Já no 2 figurava uma argola, a par de um bracelete de ferro (fig. 4), colocado na perna esquerda.



Atente-se ainda na sepultura 5, onde repousavam duas lâminas: uma procedente de uma suposta espada e outra, de um punhal (fig. 5 e 6) (Martins, 1988, p. 150). Ora, esta exposição serve de mote para a reflexão em torno da presença e modalidades de combinação de artefactos em contexto sepulcral. Com efeito, são vários os autores a defender que as composições de materiais integradas nos túmulos consubstanciam a resposta «visível» à conjugação de uma série de variáveis. Guy Halsall, apoiando-se no exemplo proporcionado pela necrópole merovíngia de Ennery, no norte de França, aponta a idade e o género como fatores de primordial importância no provimento de objetos, exceção feita às situações em que os enterramentos albergam indivíduos infantis, por norma, pouco favorecidos. Igualmente escassa é a presença de artefactos junto dos mais idosos; no entanto, e a este nível, é evidente que o tipo de elemento depositado diverge claramente em função do sexo do inumado: os homens recebem peças relacionadas com o universo militar e as mulheres, adornos do corpo e do vestuário. Quando jovens, a distinção mantém-se, mas a profusão de objetos colocados nos sepulcros é claramente mais elevada (Halsall, 2010, p. 315-322). Já no âmbito peninsular, considere-se o exemplo prodigalizado por uma necrópole visigótica. Com base na realidade estudada em Herrera de Pisuerga (Palência), Morillo Cerdán sugeriu a possibilidade de os brincos configurarem apanágio dos enterramentos femininos



e, preferencialmente, correlacionados com os estratos mais privilegiados da comunidade; por oposição, os braceletes seriam destinados a acompanhar as inumações masculinas ou, em alternativa, os conjuntos artefactuais mais pobres e menos exuberantes (Morillo Cerdán, 1989, p. 242-244).

Face ao elencado, poderia talvez considerar-se que no sepulcro 5 da Retorta, provido de elementos ofensivos, repousava um indivíduo masculino. Mas que dizer da sepultura 1, onde o esqueleto inumado apresentava adornos que, em Herrera de Pisuerga, seriam tidos como diferenciadores de género? Na ausência de dados antropológicos que permitam aferir se os restos osteológicos identificados pertenceriam a homens ou mulheres, a jovens, adultos ou idosos, assume-se não

ser possível fornecer resposta cabal a esta e outras interrogações que se colocam. Em contrapartida, é incontestável que a Retorta constitui exemplo sólido de uma evidência crescentemente reiterada, e que se prende com o facto de o panorama funerário nos tempos de domínio político dos visigodos na Península ser pouco consonante com a vigência de padrões rígidos e normalizados. Não cremos que os particularismos da necrópole da Retorta coloquem em causa a viabilidade da existência de conexões entre género e determinado leque de peças. Todavia, afigura-se fulcral equacionar a possibilidade de outros fatores, designadamente, a inserção num território concreto ou as especificidades do grupo, granjearem peso substancial, obstando à exequibilidade de generalizações.



Fig. 5 – Lâmina de ferro detetada na sepultura 5 da necrópole de Retorta. Apesar da indicação fornecida por Semedo de Azevedo, no sentido de uma das lâminas proceder de uma espada e outra, de um punhal, não é claro a qual dos elementos se reportaria a classificação aventada, de resto, pouco apropriada. Depósito: M.M.A.A. (n.º de inv. - MA. 29/02).



Fig. 6 – Segunda «arma» de ferro identificada no sepulcro 5 da Retorta, incompleta e fragmentada. Depósito: M.M.A.A. (n.º de inv. - MA. 78/02).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na abertura do texto é feita alusão à questão da «identidade». Ora, essa «identidade» permite, por um lado, estabelecer um contraponto e uma linha de diferenciação entre áreas funerárias «hispano-romanas» e «hispano-visigóticas»; por outro, identificar linhas de contacto entre as que surgem congregadas em cada uma destas grandes «categorias». A questão artefactual é, neste ponto, incontornável: a presença de adornos do corpo e, sobretudo, de vestuário, por vezes em conexão com cerâmicas, vidros, elementos ofensivos ou mesmo do quotidiano, remete para práticas mortuárias implementadas pelos grupos que a bibliografia cristalizou como «bárbaros» ou «germânicos». No entanto, é importante sublinhar que a conexão entre a deposição de um dado *corpus* de materiais e a filiação étnica dos inumados não tem, necessariamente, que corresponder a um binómio direto e estanque, até porque os referidos grupos não constituem unidades biologicamente fechadas, antes entidades eminentemente políticas, que germinaram no quadro das migrações (James, 1989, p. 25). E, na verdade, a investigação desenvolvida em espaços funerários espalhados por diversos pontos da Europa, do sul de Inglaterra ao País Basco, tem demonstrado sobejamente que a análise das áreas necropolizadas e a natureza das associações de artefactos canalizadas para os sepulcros deve trazer à colação múltiplas possibilidades de interpretação (Quirós Castillo et al., 2013, p. 227-229). A explicação étnica constitui uma

das hipóteses de trabalho, uma das vias a trilhar, desde que, naturalmente, entendida em articulação com o contexto, as circunstâncias históricas que lhe servem de pano de fundo e as práticas sociais implementadas (Jones, 1994, p. 124-125). Estas, por seu turno, poderão encontrar-se correlacionadas com a idade, o género (Halsall, 2010, p. 318, 322) ou com as eventuais relações de parentesco vigentes entre os inumados. Variáveis como as elencadas são fulcrais, mas só passíveis de aferir mediante a implementação de escavações com metodologia rigorosa, coadjuvadas de estudos antropológicos que comportem a avaliação dos caracteres epigenéticos dos indivíduos exumados. De qualquer modo, há outros fatores que se impõe equacionar. Com efeito, também a celebração de alianças (de âmbito matrimonial ou bélico, por exemplo), a par da orientação religiosa e política do grupo (Quirós Castillo et al., 2013, p. 227), são igualmente suscetíveis de condicionar as especificidades de uma dada necrópole.

No quadro dos espaços de enterramento tardios abordados neste texto, há que recordar que as circunstâncias em que foram detetados e explorados coartaram as possibilidades de apreciação plena das suas particularidades. Não deixam, ainda assim, de consubstanciar uma parte relevante da complexa realidade funerária do Algarve Oriental, repleta de cambiantes e ainda insuficientemente estudada. Há que abrir terreno para que renovadas investigações possam complementá-la, quer através do aprofundamento e destriça dos dados conhecidos, quer através do mapeamento de novos sítios.

BIBLIOGRAFIA

- AGER, B. (2010) – Byzantine influences on Visigothic Jewellery. In *The Trustees of the British Museum*. London: British Museum. p. 72-82. (British Museum Research Publication; 178).
- ALARCÃO, J. de (1988) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips. vol. II, fasc. III: Évora, Faro e Lagos.
- AREZES, A. (2015) – *Ocupação «Germânica» na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Porto: FLUP.
- AZEVEDO, J. M. S. (1970) – Retorta. Antiga Carteira?. In *Congresso Nacional de Arqueologia*, I, Lisboa, 1958: Actas e Memórias. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. vol. II, p. 113-124.
- BARROCA, M. J. (1987) – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (século V a XV)*. Porto: FLUP.
- FLÖRCHINGER, A. (1998) – *Romanische Gräber in Südspanien: Beigaben und Bestattungssitte in westgotenzeitlichen Kirchenkropolen*. Marburg: Marburger Studien zur und vor Frühgeschichte.
- JAMES, E. (1989) – Burial and Status in the Early Medieval West. *Transactions of the Royal Historical Society*. London. 39, p. 23-40.
- JONES, S. (1997) – *The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present*. London and New York: Routledge.
- HALSALL, G. (2010) – *Cemeteries and society in Merovingian Gaul. Selected Studies in History and Archaeology, 1992-2009*. Leiden and Boston: Brill.
- HODDER, I. (1982) – *Symbols in action. Ethnoarchaeological studies of material culture*. Cambridge: University Press.
- MARTINS, I. (1988) – *Arqueologia do Concelho de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal.
- MÉNDEZ MADARIAGA, A.; RASCÓN MARQUÉS, S. (1989) – *Los Visigodos en Alcalá de Henares*. Alcalá de Henares: Banco del Comercio. (Cuadernos del Juncal; 1).
- MORILLO CERDÁN, A. (1989) – Nueva aproximación a los ajuares metálicos de la necrópolis visigoda de Herrera de Pisuegra (Palencia). In *Curso de Cultura Medieval*, I, Aguilar de Campo, 1989: Actas. Fundación Santa María La Real: Centro de Estudios del Románico. p. 233-251.
- OLIVEIRA, F. A. de (1998 [1905]) – *Monografia do concelho de Loulé*. 4.ª ed. Faro: Algarve em foco.
- PAÇO, A.; FARRAJOTA, J. (1966) – Subsídios para uma carta arqueológica do concelho de Loulé. *Arqueologia e História*. Lisboa. 8, p. 67-91.
- QUIRÓS CASTILLO, J. A., [et al.] (2013) – Identidades y ajuares en las necrópolis altomedievales. Estudios isotópicos del cementerio de San Martín de Dulantzi, Álava (siglos VI-X). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 86, p. 215-232.
- SANTOS, A. L. (1997) – Antropologia de campo e paleodemografia em necrópoles romanas algarvias. In *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR. p. 394-405.
- SANTOS, A. L., [et al.] (1992) – Os habitantes do Cerro da Vila (séculos I-XI). *Congresso do Algarve*, 7, Vilamoura, 1992: Actas. Silves: Racial Clube. p. 11-17.
- SANTOS, M. L. E. da Veiga (1971-1972) – *Arqueologia Romana do Algarve. Subsídios*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2 vol.
- YOUNG, B. (1977) – Paganisme, christianisation et rites funéraires mérovingiens. *Archéologie Médiévale*. Caen. VII, p. 5-81.

DA AFIRMAÇÃO DO CRISTIANISMO À UNIFICAÇÃO VISIGODA FROM THE AFFIRMATION OF CHRISTIANITY TO THE VISIGOTH UNIFICATION DE L'AFFIRMATION DU CHRISTIANISME À L'UNIFICATION DU ROYAUME VISIGOTH

O triunfo do Cristianismo abriu uma nova era, a Antiguidade tardia (séc. V-VIII d. C.), coincidente com o fim do mundo antigo. Nesta época, de transformações e influências tardo-romanas, bizantinas e visigodas, surgem novos modelos religiosos, políticos, culturais e económicos e novas concepções da vida e da morte, que se refletem nos espaços urbanos e rurais.

No território de Loulé estão patentes sobretudo nas *villae* tardo-romanas, que sofrem transformações. São exemplo Cerro da Vila, cuja casa principal (*domus*) foi dotada de torres e cujos armazéns e edifícios artesanais foram modificados; os cemitérios cristãos de Cerro da Vila, Loulé Velho, Torre de Apra e Retorta; as igrejas rurais, de que subsiste a mesa de altar de Torre de Apra, e a possível basílica de Loulé Velho.

Nos séculos V-VII mantiveram-se as relações comerciais com o Oriente e o Norte de África. Os objetos mais representativos do período entre o fim do Império romano e o início da época islâmica provêm de sepulturas.

The triumph of Christianity heralded a new era – Late Antiquity (from the fifth to the eighth century AD) – that coincided with the end of ancient world. During this period, the late Roman, Byzantine and Visigoth influences and transformations gave rise to new religious political, cultural and economic models and new conceptions of life and death, which were reflected in urban and rural spaces.

In Loulé, these were particularly visible in the late Roman *villae*, which underwent transformations. Examples of this include the Cerro da Vila, where towers were added to the main house (*domus*) and modifications were made to the storerooms and artisanal buildings; the Christian cemeteries in Cerro da Vila, Loulé Velho, Torre de Apra and Retorta; the rural churches, of which the altar table from Torre de Apra has survived; and the possible basilica of Loulé Velho.

From the fifth to the seventh century, trading continued with the East and North Africa. The most representative objects from the period between the end of the Roman Empire and the start of the Islamic period come from burial places.

Le triomphe du christianisme a marqué le début d'une nouvelle ère, l'Antiquité tardive (V^e-VIII^e siècle apr. J.-C.), qui coïncide avec la fin du monde ancien. Cette époque, rythmée par les transformations et influences tardo-romaines, byzantines et wisigothes, voit surgir de nouveaux modèles religieux, politiques culturels et économiques et de nouvelles conceptions de la vie et de la mort, qui se reflètent dans les espaces urbains et ruraux.

Sur le territoire de Loulé, ces transformations se font principalement sentir dans les *villae* tardo-romaines. Citons comme exemple Cerro da Vila, dont la maison principale (*domus*) a été agrémentée de tours et dont les entrepôts et fabriques artisanales ont été modifiés; les cimetières chrétiens de Cerro da Vila, Loulé Velho, Torre de Apra et Retorta; les églises rurales, parmi lesquelles subsiste la table d'autel de Torre de Apra et l'hypothétique basilique de Loulé Velho.

Les relations commerciales avec l'Orient et l'Afrique du Nord ont été maintenues du V^e au VII^e siècle. Les objets les plus représentatifs de la période allant de la fin de l'Empire romain au début de l'époque islamique proviennent de sépultures.





DO GHARB FROM GHAR DU GHARB À

Organizar o território

A ocupação islâmica no Aljez (1248-1250) passou por difíceis e vivências políticas, administrativas e culturais.

O território organizava-se em geográficas, como o Gharb al-Occidental, divididos em distritos (Faro e depois Silve); comunitários com cidades como Loulé, e com vilas como Saliz e uma deslocação (aljaras), como Cerri (da Vila) que significavam de brancos os

Cidades amuralhadas e castelos (pilares e alvenaria) ou de terra de terra misturada com cal e são marcos constantes no cenário urbano elevado. São assim Loulé e Loulé (Madinat al-Yahud) que o seu máximo desenvolvimento atingido (séc. XII-XIII). Em Loulé os banhos da cidade, para fazer do corpo estigados na poesia



269. Mensa de Altar de mármore

Apra/Torres de Apra, São Clemente

Séculos V/VI-VII d. C.

50 x 43 x 9 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0555

Fragmento de mesa de altar, achado sem contexto estratigráfico, produzido em mármore branco, correspondendo a um dos ângulos (menos de metade do campo litúrgico). As partes laterais apresentam molduras retas, duas na parte externa e uma interna/superior a rodear o tampo, aparentemente liso. O friso mostra, entre as molduras, de contorno biselado, decoração de tipo geométrico-vegetalista, num dos lados em meandros sinuosos, que aparentam esses de pontas enroladas e, no outro lado, motivos foliáceos serpenteantes, que deviam cobrir todo o perímetro da mesa, certamente retangular. Contudo, é possível que no centro da bordadura vegetalista (face mais longa?) houvesse um motivo decorativo simbólico inerente à função litúrgica da peça.

Este tipo de mesas de altares cristãos enquadra-se na tradição romana hispânica sendo dos mais difundidos na Antiguidade

tardia e Alta Idade Média. Os tampos, ou campos litúrgicos, são habitualmente retangulares e assentam numa ara central, podendo ser complementada por quatro colunelos ou pilastras colocadas nos cantos. O exemplar de Torres de Apra deveria pertencer a uma mesa de altar do mesmo tipo da de Casa Herrera (Mérida) e o fragmento encontrado no concelho de Loulé, com analogias no da mensa de Nuestra Señora del Buen Suceso, em Aznalcóllar (Sevilha), integra-se no Grupo 4. Tipo T 3c, variante 1, definido por Sastre de Diego.

HC

Bibliografia:

Gomes, 2002; Hunt Ortiz, Sastre de Diego, 2008; Sastre de Diego, 2009, vol. 1, p. 207 e vol. 2, p. 393; Inácio, 2009-2010.

Cerâmicas importadas de grande circulação

270. Lucerna africana de cerâmica, tipo Atlante X, Bonifay 66-D3

Cerro da Vila, Quarteira
Final do século V-VI d. C.

14 x 8,6 x 3,5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVR/5/5

Lucerna tardo-antiga de produção africana (tipo Atlante X, Bonifay 66, grupo D3), de disco pequeno e pouco profundo, orla plana e alargada, bico alongado e aplanado de canal largo e aberto e corpo baixo. Na orla ostenta circunferências de diferentes tamanhos, triângulos e palmetas. No disco está representado um leão em atitude de corrida. Na base apresenta uma marca em forma de losango.

A pasta é de tonalidade avermelhada com características técnicas e inclusões que permitem intuir tratar-se de uma produção da Tunísia setentrional, concretamente de Oudhna.

CP

Bibliografia:

Anselmino, Pavolini, 1981; Bonifay, 2004.



271. Lucerna africana de cerâmica, tipo Atlante X, Bonifay 54-C2

Cerro da Vila, Quarteira
Segunda metade do século V/primeira
metade do VI d. C.

11,4 x 6,6 x 3,3 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CVR/5/4

Lucerna tardo-antiga de produção africana de pequena dimensão (tipo Atlante X, Bonifay 54, grupo C2), disco pequeno e pouco profundo, orla plana e alargada, bico alongado e aplanado de canal largo e aberto e corpo baixo. Na orla ostenta corações preenchidos por pontos em relevo (perolado). No disco está representado um galináceo preenchido mediante a mesma técnica. Na base apresenta duas molduras em circunferência.

A pasta é de tonalidade avermelhada com características técnicas e inclusões que permitem intuir tratar-se de uma produção da Tunísia central.

CP

Bibliografia:

Anselmino, Pavolini, 1981; Bonifay, 2004.



272. Ânfora LRA 1 do Mediterrâneo Oriental

Loulé Velho, Quarteira
Século V d. C.
15,5 x 12,5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA2197

Fragmento superior de ânfora com o bordo incompleto, colo com o arranque superior de uma das asas e com a parte superior do corpo. Trata-se de uma ânfora importada da metade oriental do Mar Mediterrâneo, do tipo *Late Roman Amphora 1*, considerada um contentor vinícola.

As ânforas LRA 1 foram fabricadas em larga escala a partir da segunda metade do século IV d. C., especialmente a partir do seu final, e perdurando até ao início do VII d. C., aspeto que se manifesta na existência de diversas variantes formais ao longo desse período de tempo. A sua produção está atestada numa área relativamente ampla da Ásia Menor, centrando-se sobretudo na antiga província romana da *Cilícia* (o território oriental da atual Turquia compreendido entre Alanya e o Golfo de Alexandreta), mas sendo também conhecida em Chipre, bem como imitações locais na ilha de Cós e no Egípto, entre outros lugares. A partir do século VII d. C. surgem novas «versões» deste tipo de ânfora, generalizando-se a sua manufatura no âmbito do Mediterrâneo Oriental, principalmente na ilha de Creta e no Egeu.

As características da pasta cerâmica do exemplar de Loulé Velho – cor alaranjada no cerne e cinzento esverdeado claro no exterior, grosseira e com a superfície rugosa, com abundantes inclusões heterogêneas, mas sobretudo calcárias de pequeno tamanho – permitem atribuí-lo ao fabrico conhecido para as olarias da metade oriental da *Cilícia* (a Cilícia Traqueia); ao mesmo tempo, os seus principais detalhes morfológicos – bordo com diâmetro reduzido em torno aos 5-6 cm, definido por um lábio pouco proeminente, apenas ligeiramente espessado na sua parte externa, e um colo alto e estreito – são os característicos da variante LRA 1A / Egloff 169, típica



dos contextos do século V d. C. É justamente a partir deste momento quando se assiste à grande comercialização deste tipo para os contextos do Ocidente, chegando não só praticamente a todos os recantos do Mediterrâneo (como Cartago, Marselha ou Tarragona), mas também ultrapassando as suas fronteiras geográficas, como o demonstram os achados que se vão conhecendo em vários pontos do Atlântico, tornando-se a ânfora oriental de maior difusão na Antiguidade Tardia.

No caso concreto do atual território algarvio, o presente exemplar soma-se a outros recentemente identificados em Faro, confirmando-se o seu comércio/receção em momentos anteriores à segunda metade do século V d. C., permitindo, em grande medida, matizar as leituras mais tradicionais, que só enquadravam a sua presença no Atlântico e na *Britannia* numa etapa posterior.

HGC/RRA

Bibliografia:

Egloff, 1977; Riley, 1979; Pacetti, 1995; Remollà Vallverdú, 2000; Pieri, 2005; Reynolds, 2005; González Cesteros, 2011; Fernández Fernández, 2014; Almeida et al., 2014; Pimenta, Fabião, no prelo.

273. Ânfora tipo *spatheion* (?)

Loulé Velho, Quarteira

Século V d. C. (?)

27 cm x 11,8 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2199

Fragmento de metade inferior de ânfora de pequeno tamanho, muito provavelmente atribuível às formas de reduzida dimensão do tipo Keay XXVI, tradicionalmente denominadas *spatheia*. Mais do que um tipo de ânfora completamente independente, as diversas formas de *spatheia* africanos conhecidos têm vindo a ser entendidos como uma modulação mais pequena das ânforas *Africana III C* (= tipo Keay XXV, sub-tipo 2), pelo menos no que compreende a sua origem e período inicial de produção e difusão, chegando a documentar-se de maneira conjunta, quer em centros de produção como El-Ariana (Cartago) ou Sidi Zahruni (Nabeul), ambos na atual Tunísia, quer em naufrágios como os Dramont E ou F. Este fenómeno imbrica no

das bem conhecidas formas pequenas (*parvae*) existentes, pelo menos, já desde o século I d. C., mas que em momentos tardo-antigos, sobretudo os atribuíveis ao séculos V-VII d. C., têm especial diversidade e profusão.

O presente exemplar detém um interesse e uma problemática particulares acrescidos, na medida em que a sua pasta cerâmica não se coaduna com nenhuma das conhecidas nas províncias norte-africanas. Embora tão-pouco se possa determinar a sua origem concreta, considera-se a possibilidade de se tratar de uma produção hispânica, de que se conhecem já alguns focos e centros oleiros, particularmente os concentrados no litoral da atual província de Murcia (Espanha), que produziram «reinterpretações» dos tipos africanos, concretamente o tipo Mojón 1.

RRA

Bibliografia:

Manacorda, 1977, p. 177 e 258; Keay, 1984, p. 212-218; Bonifay, 2004, p. 125-129; Berrocal Caparrós, 2012; Berrocal Caparrós, 2016.



274. Ânfora *La Orden* da Bética

Loulé Velho, Quarteira

Final do século V/meados do VI d. C.

8 x 10 x 4 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2735

Fragmento de bordo de ânfora do tipo *La Orden*, produzida em época tardo-antiga no centro oleiro epónimo, localizado nos arredores da antiga cidade de *Onvba* (atual Huelva). Embora denominado inicialmente como ânfora de «Tipo Huelva», a designação de «Tipo *La Orden*» foi a que acabou por se consolidar na bibliografia arqueológica internacional. Trata-se de um tipo pouco conhecido e relativamente escasso, dado que a sua caracterização e sistematização são resultado da investigação apenas dos últimos anos.

A sua identificação e difusão comercial limitam-se atualmente a contextos arqueológicos da primeira metade do século VI d. C. do Mediterrâneo Ocidental, e da Península Ibérica em particular, com especial incidência

na área de *Hispalis* (Sevilha) e na cidade atlântica de Vigo. A estas duas áreas (que poder-se-iam considerar extremas) há que somar um exemplar recolhido no abandono da fábrica de salga da Rua Silva Lopes (Lagos), em contexto com idêntica cronologia, o atual achado de Loulé Velho, bem como outros achados dispersos de que há notícia, também recente, na vizinha cidade de Faro. Os sítios localizados no atual Algarve português, e em particular na área de influência da cidade de *Ossonoba* (Faro), surgem, assim, como um dos principais focos de distribuição destes contentores, sendo ao mesmo tempo evidência da continuidade da trama comercial e do comércio de «produtos do mar» transportados em ânforas, entre o sul da Lusitânia e a província vizinha da Bética, em época tardia.

RRA

Bibliografia:

Amores, García y González, 2007; Almeida et al., 2014; O'Kelly Sendrós, 2012; 2016.



275. – 277. Cerâmica fina DSP da Gália

275. Fragmento de prato Rigoir 1 (DSP da Gália)

Loulé Velho, Quarteira
Final do século V/século VI d. C.
8 x 10 x 5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0442



276. Fragmento de prato Rigoir 1 (DSP da Gália)

Loulé Velho, Quarteira
Final do século V/século VI d. C.
4 x 5 x 1 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0443



277. Fragmento de taça Rigoir 18 (DSP da Gália)

Loulé Velho, Quarteira
Final do século V/século VI d. C.
8,1 x 9 x 0,7 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0441

Conjunto formado por três fragmentos de cerâmica cinzenta habitualmente designada por derivada da *sigillata* paleocristã (DSP), com as seguintes formas: bordo e parede de taça carenada da forma Rigoir 18 (cat. 277); bordo de um prato Rigoir 1 (cat. 275) e fundo de um prato possivelmente da mesma forma (cat. 276). Todos os exemplares apresentam a característica decoração estampada com motivos que são frequentes nas produções da Narbonense (atual região de Marselha). A cronologia geral desta produção situa-se entre a segunda metade do século V até ao século VI d. C.

CV

Bibliografia:

Rigoir 1968, p. 227; Gomes e Serra, 1996, Fig. 9-10, p. 43-44. Coer-Mezzoud, 1998, p. 148, Fig. 114, n.º 94.



**278. Prato de cerâmica Hayes 76
(*sigillata africana D*)**

Loulé Velho, Quarteira
c. 425-475 d. C.
10 x 10 x 2 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0438

Prato de *sigillata* africana D, da forma Hayes 76, produzido no Norte da atual Tunísia. Apresenta duas caneluras concêntricas na superfície superior da aba. Terá sido produzido durante o segundo e o terceiro quartéis do século V d. C.

EF

Bibliografia:

Hayes, 1972, p. 124-125; Gomes e Serra, 1996, p. 41, Fig. 6G; Luzia, 2004, p. 117.



**279. Tigela de cerâmica Hayes 3C
(*sigillata foceense tardia*)**

Loulé Velho, Quarteira
Terceiro quartel do século V d. C.
4,5 x 17 x 3 cm
Museu Municipal de Loulé
ML. A3047

Tigela de *sigillata* foceense, da forma Hayes 3C, originária da Fócea, no Ocidente da atual Turquia. No exterior do bordo, apresenta decoração de duas linhas de *guilloché* oblíquo, que descem da direita para a esquerda, bastante desgastadas. A peça terá sido produzida no terceiro quartel do século V d. C.

EF

Bibliografia:

Hayes, 1972, p. 329, 337.



**280. Tigela de cerâmica Hayes 91.28/
Fulford 47.4-6 (*sigillata africana D*)**

Loulé Velho, Quarteira
c. 500-550/575 d. C.
14 x 7 x 6 cm
Museu Nacional de Arqueologia
MNA.15054

Tigela de *sigillata* africana D2, da forma Hayes 91.28/Fulford 47.4-6, originária do Norte da atual Tunísia. É uma peça de grandes dimensões, no contexto da forma Hayes 91. Apresenta três caneluras horizontais fundas no interior, ao nível da aba, e um outro sulco acima delas, que poderá ter sido accidental. Observam-se igualmente caneluras na junção externa entre o bordo e a aba e também junto ao lábio da aba, na superfície superior. A cronologia desta peça é difícil de determinar, com base na pouca informação disponível. Fulford (1984, p. 65) propõe uma datação de c. 500 a. C. a 550/575 d. C., considerando possível que o início da produção seja anterior a c. 500 d. C.

EF

Bibliografia:

Hayes, 1972, p. 143; Atlante I, 1981, p. 107; Fulford, 1984, p. 65.





**281. Prato de cerâmica Hayes 61B3
(*sigillata africana D*)**

Loulé Velho, Quarteira
Meados do século V d. C.
32,8 x 5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0395

Prato de *sigillata* africana D, da forma Hayes 61B3, originário do Norte da atual Tunísia. No fundo, apresenta decoração estampada, do Estilo A (iii) de Hayes, num friso um pouco afastado do centro, delimitado por dois pares de caneluras, em que se repete o punção Hayes 73 (crescente formado por linhas radiais). A morfologia deste prato parece ser de transição entre as variantes Hayes 61B2 e 61B3, pendendo mais para esta última. Pela associação da forma com a decoração, terá sido produzido em meados do século V. A peça apresenta perfurações que evidenciam que foi objeto de reparação.

EF

Bibliografia:

Hayes, 1972, p. 219, 243; Bonifay, 2004, p. 170, 171; Luzia, 2004, p. 117.

Cerâmica comum local/regional

282. – 287. Cerâmicas de contenção de líquidos

282. Jarro incompleto

Proveniência desconhecida, Ameixial

Séculos VI-VII d. C.

15,7 x 10,7 cm

Museu Municipal de Faro

Arq-00142

283. Bilha incompleta

Loulé Velho, Quarteira

Séculos VI-VII d. C.

22,6 x 16,9 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2196

284. Jarro de bocal trilobado

Loulé Velho, Quarteira

Séculos VI-VII d. C.

26,5 x 16,5 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0382



285. Jarro de bocal alto, delimitado por incisão horizontal

Loulé Velho, Quarteira
Séculos VI-VII d. C.
19,4 x 16,3 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0383

286. Jarro de bocal alto, delimitado por incisão horizontal

Loulé Velho, Quarteira
Séculos VI-VII d. C.
15 x 10 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0544

287. Jarro de bordo esvasado e lábio arredondado

Santa Margarida, Alte
Séculos VI-VII d. C.
12,3 x 7,4 cm
Casa do Povo de Alte/Museu Municipal de Loulé
Dep.A0025



Conjunto de recipientes cerâmicos de contenção de líquidos. As formas, maioritariamente completas, concernem a jarros ou, num único caso (cat. 283), a uma bilha, que na aproximação ao colo apresenta uma pequena perfuração de contorno circular, intencional. Exibem pança tendencialmente bojuda e colo reentrante, sendo o bordo (quando preservado) de configuração variável. Em dois dos recipientes encontra-se ausente (cat. 282 e 283); nos restantes, está conservado, sendo possível observar o seu perfil esvasado e, em dois dos casos, trilobado (cat. 286 e 284). Nas peças inteiras, as asas, de fita, arrancam do bordo e/ou do colo, prolongando-se até à parte superior ou média do bojo.

Produzidas em cerâmica comum, mais ou menos depurada, são na generalidade fruto de cozedura oxidante. Ainda que podendo apresentar vestígios de fuligem, denotam coloração rosada clara ou rosada avermelhada.

Apesar de o contexto de recolha preciso de cada um destes recipientes não ser conhecido, é provável que parte, ou mesmo a totalidade do conjunto, proceda do mundo funerário. No território peninsular são já muitos os sítios da Antiguidade Tardia onde foi documentada a presença de material cerâmico congénere associado a enterramentos. E apesar de dispersos um pouco por toda a geografia da Península, a cartografia dos achados parece indiciar uma ocorrência mais frequente nas áreas onde a presença romana se fez sentir de modo especialmente intenso, como na *Lusitania* e na *Baetica*. Este tipo de forma pode surgir isolada no interior da sepultura; nalguns casos, porém, aparece em articulação com outros recipientes ou, em alternativa, com algum adereço do corpo, seja uma fivela ou placa de cinturão. As hipóteses aventadas no sentido de explicar as motivações subjacentes à



deposição de cerâmicas de contenção de líquidos em meio sepulcral são diversas. Todavia, podem ser apontadas duas tendências fundamentais: a que defende a correlação da prática com reminiscências de costumes «pagãos» enraizados, como o de ungir o defunto com bálsamos e unguentos ou o de celebrar refeições fúnebres; ou, numa linha interpretativa oposta, a que pugna a articulação deste tipo de deposição, não raro, concretizada em solo «sagrado», com uma vertente propiciatória cristã.

AA

Bibliografia:

Martins, 1988, p. 125; Gomes e Serra, 1996, p. 41-42; Flörchinger, 1998; Gomes e Serra, 2004, p. 11; Luzia, 2004, p. 55; Arezes, 2015b.



288. Machado duplo de ferro

Retorta, Boliqeime

Séculos VI-VII d. C.

23 x 5,8 x 3,2 cm

Museu Nacional de Arqueologia

2011.20.1

Machado de ferro, consolidado, em bom estado de conservação. Trata-se de um objeto bipene, com dois braços opostos, de configuração diferenciada: o mais largo é aplanado; o oposto, com tendência descendente, pontiagudo. Na zona que medeia entre o arranque de cada um dos braços figura uma abertura de contorno circular, destinada à colocação da haste de apoio, provavelmente, um cabo de madeira entretanto desaparecido, dada a sua condição perecível. Corresponde a referida abertura ao ponto de maior diâmetro da peça, dotado, na superfície exterior, de ligeira saliência longitudinal, observável em ambas as faces.

À semelhança do que se verifica com as facas, também os machados levantam problemas de classificação, na medida em que tanto podem ter sido utilizados em combate como em tarefas do quotidiano. É certo, porém, que o machado da Retorta não reúne as características que permitiriam identificá-lo como um machado de guerra e, especificamente, como uma arma de arremesso similar às vulgarmente designadas «franciscas», elementos de vocação ofensiva que francos e visigodos integravam no seu equipamento militar. Todavia, e ainda que naturalmente se revele complexo aferir qual a função para a qual terá sido concebido, coloca-se a hipótese de ter sido usado na agricultura ou no trabalho das

madeiras. Note-se, por outro lado, que num dos pergaminhos do chamado *Pentateuco de Ashburnham* ou de *Tours*, surge ilustrado o recurso a objetos bipenes para proceder ao corte da palha, aparentemente empregue na preparação de tijolos de construção. Neste sentido, considera-se possível uma gama de utilização diversificada para artefactos dotados de morfologia e tamanho equiparáveis. Obviamente digno de nota é o facto de a peça em análise ter sido recolhida por Estácio da Veiga numa necrópole com ocupação datável dos séculos VI e VII. E, a propósito, convém sublinhar que, em território peninsular, há referências a outras áreas funerárias coevas (caso da do Cerro da Vila) onde a presença de machados em contexto sepulcral se encontra documentada. Em paralelo, registre-se que outros instrumentos de uso quotidiano foram já recuperados em espaços de enterramento. A agulha procedente da necrópole de Casais Velhos ou a foicinha de Talaíde, sítios localizados no atual concelho de Cascais, constituem exemplos a ser evocados.

AA

Bibliografia:

Martins, 1988; Cardoso et al. 1995, p. 322; Santos, 1997, p. 400-401; García Jiménez, Vivó i Codina, 2003; Figueiredo e Paço, 2007, [1950], p. 310; Biblia, 1889.

289. – 299. Peças metálicas de adorno do corpo

289. Brinco anelar de bronze

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos VI-VII d. C.

3,9 x 3,9 x 0,2 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/786



290. – 291. Brincos anelares de bronze

Retorta, Boliqeime

Séculos VI-VII d. C.

3,5 x 3,3 x 0,5 cm; 3,5 x 3,5 x 0,5 cm

Museu Municipal de Arqueologia de

Albufeira

M.A.3872/02, M.A.31/02/1997/RE/00031



292. – 295. Brincos de bronze

Apra/Torres de Apra, São Clemente

Séculos VI-VII d. C.

2,4 x 2,4 x 0,3 cm; 2,4 x 2,4 x 0,3 cm;

2,4 x 2,4 x 0,3 cm; 2,8 x 2,8 x 0,4 cm

Museu Nacional de Arqueologia

983.1047.1, 983.1047.5, 983.1047.6,

983.1047.7



296. Brinco de bronze

Cerro da Vila, Quarteira
Séculos VI-VII d. C.
5,8 x 5 x 0,4 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/793



297. Anel de mesa arredondada e configuração elíptica, de prata

Apra/Torres de Apra, São Clemente
Séculos VI-VII d. C.
2,4 x 2,7 x 1,1 cm
Museu Nacional de Arqueologia
Au 856



298. Anel de mesa retangular de bronze

Apra/Torres de Apra, São Clemente
Séculos VI-VII d. C.
1,8 x 0,9 x 0,2 cm
Museu Nacional de Arqueologia
983.1048.3



299. Anel de fita de bronze

Cerro da Vila, Quarteira
Séculos VI-VII d. C.
1,8 x 1,8 x 0,3 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/787



Conjunto de objetos metálicos de adorno do corpo. Produzidos maioritariamente em liga de cobre, exceção feita ao anel de prata (cat. 297), enformam um tipo de elemento que, com alguma regularidade, ocorre em contextos funerários enquadráveis nos séculos VI e VII d. C.

Os anéis de fita podem denotar maior ou menor regularidade de contorno, apresentar aro fechado (cat. 299) ou, em alternativa, aberto, modalidade que favorece o ajustamento ao diâmetro do dedo. Nalguns casos, o aro exibe decoração, predominantemente incisa ou, por vezes, combinada com punção, excisão e modelação de caneluras. As mesmas técnicas são igualmente aplicadas nos anéis providos de mesa central, campo privilegiado de ornamentação; registre-se, todavia, que também as zonas de arranque dos aros, tendencialmente mais largos junto da mesa, configuram espaço passível de receber decoração. Nos anéis de Torres de Apra, ambos fundidos em molde, identificam-se duas soluções diferenciadas: no caso da peça de prata (cat. 297), uma concentração exclusiva na dimensão ornamental, com presença de uma moldura incisa sub-triangular, preenchido por um elemento floral; já no do objeto de liga de cobre (cat. 298), a mesa projetada exibe uma sequência de caracteres alfabéticos delimitada por duas bandas horizontais de elementos punçoados.

Os brincos apresentados podem, em termos globais, ser divididos em dois grupos. Os de Apra/Torres de Apra (cat. 292 a 295), de pequena dimensão, possuem fechos cilíndricos bem definidos, de extremidades levemente alteadas e com encaixe funcional, sendo invariavelmente decorados com uma ou mais incisões. Os aros, por seu turno, tendem a engrossar à medida que se aproximam do ponto oposto ao de colocação dos fechos. Distinguem-se dos da Retorta (cat. 290 e 291), correlacionáveis com o amplo conjunto dos brincos anelares, mais comuns, pese embora a heterogeneidade verificada ao nível de certos pormenores, especialmente no

que concerne ao contorno dos remates ou apêndices: cilíndricos, cúbicos e facetados. Ainda que alguns destes apêndices surjam destituídos de ornatos, a maioria exibe decoração estriada, incisa ou oculada. Em paralelo, os aros, lisos, são mais espessos na zona de arranque, junto do apêndice, estreitando depois progressivamente ao longo do contorno, até culminar numa extremidade apontada. Já o brinco procedente do Cerro da Vila (cat. 296) não encaixa propriamente em nenhum dos grupos previamente descritos, correspondendo a uma variável com menos incidência, mas ainda assim com exemplos documentados em distintas necrópoles, entre as quais cabe destacar a do Camino de los Afligidos (Alcalá de Henares, Madrid) ou a de Segobriga (*Saelices*, Cuenca). Neste caso, os apêndices não funcionam como base de apoio, a encostar ao lóbulo da orelha, mas como elementos decorativos independentes.

De acordo com os dados proporcionados pela antropologia, e no que concerne especificamente aos brincos, parece registar-se uma prevalência da associação destas peças com enterramentos femininos. Note-se, porém, que os estudos antropológicos disponíveis não são ainda suficientes para permitir estabelecer, de modo assertivo, a vinculação de anéis ou mesmo de pulseiras/braceletes a um ou a ambos os géneros. Em paralelo, acresce referir a possibilidade de as particularidades inerentes a um dado grupo ou mesmo a variabilidade regional serem suscetíveis de condicionar a natureza das deposições, obstando, neste sentido, à formulação de generalizações válidas.

AA

Bibliografia:

Santos, 1972, p. 156-157, fig. 238 e 239; Martins, 1988, p. 128; 130-131; 149; Méndez Madariaga, Ráscón Marqués, 1989, p. 143-145; Morillo Cerdán, 1989, p. 242-244; Abascal et al., 2004: 430-431; Arezes, 2011, p. 125-126; Pereira, 2014, vol. I, p. 330; vol. II, estampa 78 e 79; Arezes, 2015a, vol. I, p. 467-473; vol. II, p. 235-236; p. 238-239.



300. Conta de colar em vidro

Cerro da Vila, Quarteira

Final do século V-inícios do VII d. C.

3,6 x 1 x 1 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/789

Conta de colar de vidro, em excelente estado de conservação. É cilíndrica e alongada. O corpo exibe ligeiro abaulamento, enquanto as extremidades, onde figuram os orifícios destinados à passagem do fio, denotam espessura mais reduzida. Sobre a base, de cor castanha, destaca-se uma sequência de semicírculos reentrantes de tonalidade esbranquiçada, que arrancam de um tronco comum.

Entre os materiais mais utilizados para a preparação de contas de colar, passíveis de exibir as mais variadas formas, com destaque para as gomadas ou circulares simples, há que destacar o âmbar, em razão das qualidades mágicas e propiciatórias que lhe eram atribuídas e, naturalmente, o vidro, colorido, maleável e, consequentemente, facilitador da moldagem.

Ainda que a ocorrência deste tipo de elemento seja regularmente documentada em contextos funerários tardios e, ao que tudo indica, femininos, as características específicas desta peça permitem diferenciá-la da generalidade dos adornos conhecidos, em regra de menor dimensão e destituídas de investimento decorativo comparável. Distinguindo-se, pois, pelo tamanho, pela configuração e pela natureza dos ornatos apresentados, são escassos os paralelos a apontar-lhe. Não obstante, está sinalizada a ocorrência de um exemplar rigorosamente idêntico num enterramento da necrópole de Aneirão, em Abrantes, onde figurava em associação com uma fivela de bronze de aro ovalado e fuzilhão escutiforme, adereço de vestuário com uma cronologia bem definida.

AA

Bibliografia:

Ripoll López, 1985, p. 32; Maczynska, 1992, p. 182-183; Gaspar, Batista, 2003, p. 35; Vizcaíno Sánchez, 2009, p. 568; Arezes, 2015a, vol. I, p. 485-487.



301. Botão em bronze

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos VI-VII d. C.

1,2 x 1,2 x 0,8 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/785

Entre os objetos de adereço e indumentária, o Cerro da Vila forneceu um botão, em liga de bronze, de corpo circular, sem decoração, tendo no reverso um apêndice perfurado para coser ao vestuário.

HC



302. Placa de cinturão de tipo rígido, em bronze

Retorta, Boliquiteiro
 Segunda metade do século VI/primeiras décadas do VII d. C.
 12 x 4 x 2,2 cm
 Museu Nacional de Arqueologia
 16.844/983.1223.1

Placa de cinturão de bronze, de tipo rígido, fundida em molde, com fivela incorporada, não articulada. A fivela apresenta configuração retangular, enquanto o corpo da placa evidencia ligeiro estrangulamento central, alargando depois até ao extremo distal, de contorno arredondado. Conserva o fuzilhão escutiforme, decorado com duas caneluras paralelas e dispostas na horizontal, na zona que precede o arranque da agulha, provida de espinha dorsal. O gancho, completo, encaixa numa abertura regular, patente na zona de transição entre a fivela e a placa.

A superfície frontal da peça é decorada, fundamentalmente, com motivos geométricos incisos, entre os quais se destacam os semicírculos, organizados em diferentes combinações. Já em cada um dos cantos da fivela é observável um elemento circular, em dois casos, oculado, ladeado por punccionamentos sequenciais. No verso mantêm-se os três apêndices de sujeição: um, isolado, na zona distal; os dois restantes, na área proximal, em posição paralela.

As placas de cinturão rígidas estão documentadas em diferentes pontos da geografia europeia e mesmo nos territórios mais ocidentais do norte de África. Na Península Ibérica ocorrem não apenas em zonas próximas do litoral, mas igualmente em necrópoles interiores, como as da Meseta Castelhana, onde incorporam os conjuntos associados aos enterramentos mais tardios. Os exemplares hispânicos, os únicos com fivela e placa fundidas numa só peça e extremo distal semicircular, são sintomáticos do dinamismo das novas oficinas de produção, progressivamente abertas às influências mediterrânicas e menos tendentes a reproduzir traços marcadamente «visigóticos». Todavia, é importante sublinhar que as necrópoles enformam contexto privilegiado de recolha destas placas, atestando a manutenção da inumação vestida, prática iminente correlacionada com os costumes de enterramento dos grupos de origem «germânica», documentada em território peninsular sobretudo a partir do século v. **AA**

Bibliografia:

Cardozo, 1942, p. 254-255; Martins, 1988, p. 146; 181; Ripoll López, 1998; Catarino, 2007, p. 186, fig. 4; Arezes, 2011, p. 91, 99, 179-180; Pereira, 2014, vol. I, p. 340; vol. II, estampa 81; Arezes, 2015a, vol. I, p. 454-455; vol. II, p. 237-238.



303. Aplique com corpo decorado, em bronze

Proveniência desconhecida, Ameixial
 Séculos VI-VII d. C. (?)
 4,2 x 2,4 x 0,5 cm
 Museu Municipal de Faro
 Arq-00167

Ainda entre os objetos de adereço e indumentária, da área do Ameixial (de localização exata desconhecida) provém um aplique de corpo decorado e com possível apêndice no reverso.

HC



304. Fragmento de placa de cinturão em bronze com decoração policroma

Alcarias/Monte dos Besteiros, Boliqueime
Segunda metade do século VI d. C.
Placa: 3,4 x 2,7 cm x 0,5 cm / Cabuchão
central: 1,6 x 1,3 x 0,11 cm
Museu Nacional de Arqueologia
983.1235.1 e 2011.53.1

Placa de cinturão fragmentada e incompleta, originalmente com incrustações, perfazendo um exemplar com decoração policroma, comumente designada *cloisonné*. Apresenta uma base metálica, em bronze, com alvéolos recortados. O de maior dimensão, de contorno circular, surge colocado em posição central. Ladeando-o, numa composição simétrica, as restantes cavidades: quatro (uma das quais se inscreveria no campo metálico atualmente desaparecido) com configuração aproximadamente trapezoidal, a par de duas outras, circulares. Conforme sugerido pelos restos conservados, ainda que deteriorados e/ou deslocados, o preenchimento das células terá sido efetuado com vidros coloridos.

Este tipo de placa distingue-se precisamente pelas particularidades da estrutura metálica, pautada pela presença de divisórias destinadas a receber o engaste saliente de outros materiais, de modo a perfazer uma espécie de mosaico colorido. As raízes da aplicação desta técnica, que combina diversas influências, entroncam na geografia oriental e recuam ao século II e III d. C. Nas duas centúrias subsequentes, as peças com

incrustações disseminaram-se por diversos pontos da Europa, provavelmente em articulação com os movimentos migratórios protagonizados por populações de origem «germânica». No entanto, e com o avanço da cronologia, registaram-se alterações nas modalidades de produção dos objetos providos de engastes, os quais, note-se, não se restringem a adereços de vestuário, como as placas de cinturão e as fíbulas. Também outros adornos, caso de anéis ou colares, ou mesmo peças de armamento, como as espadas, podem exibir esta mesma decoração. Todavia, e se até ao século V (inclusive) a base metálica era, por vezes, elaborada em metal nobre, enquanto os engastes privilegiavam as pedras semipreciosas, como as granadas, ou em alternativa, o âmbar, no século VI torna-se evidente a renovação das opções implementadas. Nos exemplares peninsulares datáveis da segunda metade da centúria, e à semelhança do que se verifica na placa de Alcarias, a base metálica foi produzida em bronze e as incrustações, por seu turno, em vidro, material mais dúctil e acessível. Tal não invalidou, porém, que a produção de peças de exceção na centúria subsequente recuperasse o ouro para a preparação da estrutura de base. A coroa de Recesvinto e demais elementos votivos do conjunto de Guarrazar (Toledo), com os seus cabuchões de granadas, safiras, pérolas e madrepérolas, constituem excelente exemplo da persistência da utilização da incrustação, ainda que então já combinada com outras técnicas, nitidamente captadas no mundo bizantino.

AA

Bibliografia:

Lebedynsky, 1991, p. 81-83; Ripoll López, 1998; Arezes, 2011; García-Vuelta, Perea, 2014.



305. Placa de cinturão cruciforme em bronze

Cerro da Vila, Quarteira

Século VII-início do VIII d. C.

2 x 2,2 x 0,3 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila CV/791

Fragmento de um adereço de vestuário, provável placa de cinturão de bronze, fundida em molde. Apesar de incompleta, tudo indica tratar-se de um elemento cruciforme que, pelas suas características e morfologia, possuirá uma cronologia alinhada com a dos adornos liriformes. A parte conservada corresponde à zona distal (de extremos convexos) e medial (pautada por evidente estrangulamento). Apresenta decoração no anverso: uma primeira moldura que acompanha todo o perímetro exterior, seguida de uma segunda, interior e em relevo. Esta funciona como fronteira delimitadora de um campo interno, também ele decorado, por um conjunto de sete protuberâncias, organizadas em função da área útil disponível. No verso figura um único apêndice. A placa, idêntica à de Herrera de Pisuerga, poderá originalmente ter possuído uma saliência em cada uma das extremidades distais. Todavia, o seu carácter fragmentário não permite asseverá-lo com total certeza.

A partir das últimas décadas do século VI, e fruto do forte dinamismo comercial e cultural que então grassava por todo o Mediterrâneo e territórios adjacentes, a torêutica

peninsular começa a incorporar influências bizantinas, notavelmente incrementadas na centúria subsequente. Por essa altura já os protótipos liriformes e variantes correlacionadas afluíam à *Hispania*, onde viriam a ser imitados e reproduzidos, se bem que com um cunho próprio. Supõe-se que a produção e ampla distribuição das peças liriformes tenha sido promovida a partir de núcleos urbanos com alguma dimensão. E muito embora a geografia e número dos centros produtores continue por aferir na plenitude, é sabido que um dos mais prolixos se localizaria nas proximidades de *Hispalis*. Ainda que parcialmente coevos, os exemplares cruciformes peninsulares são, porém, consideravelmente mais raros que os liriformes e encontram-se insuficientemente estudados, até em razão da escassez de achados contextualizados. Como o próprio nome indica, estas placas exibem forma de cruz, podendo ter sido fundidas numa só peça com a fivela ou, em alternativa, articular-se com uma fivela independente, através do passador encaixado no eixo da charneira. Tudo indica que a primeira das modalidades produtivas evocadas possa recuar aos derradeiros decênios do século VI, prolongando-se até cerca de 600/640, em conformidade com a cronologia proposta para as placas rígidas. Já a segunda (com a qual haverá que relacionar o fragmento do Cerro da Vila) é mais tardia e plenamente contemporânea das peças liriformes: iniciando-se por volta de 600, persiste provavelmente até às primeiras décadas do século VIII. Note-se, contudo, que apesar de as placas cruciformes hispânicas exibirem paralelos morfológicos e decorativos com objetos recuperados não apenas em torno do Mediterrâneo, mas inclusivamente do Mar Negro, possuem uma particularidade: privilegiam o desenho da cruz latina, em detrimento da grega, preponderante noutros territórios. AA

Bibliografia:

Ripoll López, 1998, p. 192-201; Gutiérrez Cuenca, Hierro Gárate, 2013.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL, J. M., [et al.] (2004) – Tumbas singulares de la necrópolis tardo-romana de Segobriga (*Saelices*, Cuenca). *Antigüedad y Cristianismo: Monografías Históricas sobre la Antigüedad Tardía*. Murcia. 24, p. 415-433.
- ALMEIDA, R. R.; VIEGAS, C.; BEJA, N.; TEIXEIRA, N. (2014) – Ânforas do Mediterrâneo Oriental em Faro (Ossonoba). Novos dados para equacionar o comércio durante a Antigüedad Tardía. In *Congreso Internacional de la SECAH – EX OFFICINA HISPANA*, 2, Braga, 2013. p. 683-692.
- AMORES CARREDANO, F.; GARCIA VARGAS, E.; GONZALEZ ACUÑA, D. (2007) – Ânforas tardo antiguas en *Hispalis* (Sevilla, España) y el comercio mediterráneo. In BONIFAY, M.; TRÉGLIA, J.-C., ed. lit. – *LRCW 2. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry*. International Conference, 2, Aix en Provence, 2005. Oxford: Archaeopress. p. 133-146. (BAR International Series; 1662).
- ANSELMINO, L.; PAVOLINI, C. (1981) – *Ceramica Africana Terra Sigillata*: Lucerne. In *Atlante delle forme ceramiche. I – Ceramica fine romana nel bacino mediterraneo (medio e tardo imperio)*. Roma: Ist. Enciclopedia Italiana p. 184-207.
- AREZES, A. (2011) – *Elementos de adorno Altomedievicos em Portugal (Séculos V a VIII)*. Noia: Editorial Toxosoutos.
- AREZES, A. (2015a) – *Ocupação «Germânica» na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Porto: FLUP.
- AREZES, A. (2015b) – Formas cerâmicas e o seu significado simbólico na Alta Idade Média. In *Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, 10, Silves, 2012: Actas. Silves: Câmara Municipal. Mértola: Campo Arqueológico. p. 236-241.
- ATLANTE I = CARANDINI, A., coord. (1981) – *Atlante delle forme ceramiche. I. Ceramica fine romana nel bacino mediterraneo (medio e tardo imperio)*. In *Enciclopedia dell'arte Antica Classica e Orientale*. Roma: Istituto dell'Enciclopedia Italiana.
- BERROCAL CAPARRÓS, M. C. (2012) – Producciones anfóricas en la costa meridional de Carthago Spartaria. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBAA, A., ed. lit. – *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz: Universidad.
- BERROCAL CAPARRÓS, M. C. (2016) – Mojón I (Área costera sudeste tarraconense). In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. [Em linha]. [Consult. em 21 julho, 2016]. Disponível em WWW:<URL: http://amphorae.icac.cat/amphora/mojon-i-tarraconensis-southern-coastal-area>.
- BIBLIA. *Pentateuque [dit d'Ashburnham ou de Tours]*. Gallica. Bibliothèque Nationale de France, 1889.
- BONIFAY, M. (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: Archaeopress. (BAR International Series; 1301).
- CARDOSO, J. L., [et al.] (1995) – A necrópole tardo-romana e medieval de Talaíde (Cascais). Caracterização e integração cultural. Análises não destrutivas do espólio metálico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 315-339.
- CARDOZO, M. (1942) – Uma estação visigótica (?) no concelho de Chaves (S. Caetano – Freguesia de Couto de Ervededo). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 52, p. 237-256.
- CATARINO, H. (2007) – Arqueologia da Antigüedad Tardía e do período islâmico do Algarve na época de Estácio da Veiga. *Xelb*. Silves. 7, p. 179-194.
- COEUR-MEZZOUD, Fl. (1998) – 4.3. La vaisselle du sondage 10. In BONIFAY, M.; CARRE, M.-B.; RIGOIR, Y., dir. – *Fouilles à Marseille. Les mobiliers I^{er}-V^e s. ap. J.-C.*. Études Massaliètes. Paris. 5.
- EGLOFF, K. M. (1977) – *Kellia. La poterie copte. Quatre siècles d'artisanat et d'échanges en Basse-Égypte*. Geneve. (Recherches suisses d'Archéologie Copte; III).
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2014) – *El comercio tardoantiguo (ss.IV-VII) en el Noroeste peninsular a través del registro cerámico de la Ria de Vigo*. Oxford. (RLAMP 5).
- FIGUEIREDO, F. J. A. de; PAÇO, A. do (2007) [1950] – Vestígios Romanos dos Casais Velhos (Areia – Cascais). In *Crónica del Congreso Arqueológico del Sudeste Español*, 5, Murcia, 1949 y del *Congreso Nacional de Arqueología*, 1, Murcia, 1949. Murcia: Museo Arqueológico. p. 306-312. (Monografías del Museo Arqueológico de Murcia; I).
- FLÖRCHINGER, A. (1998) – *Romanische Gräber in Südspeanien: Beigaben und Bestattungssitte in westgotenzeitlichen Kirchenkropolen*. Marburg: Universität. (Marburger Studien zur und Vor-Frühgeschichte; 19).
- FULFORD, M. G. (1984) – The red-slipped wares. In FULFORD, M. G.; PEACOCK, D. P. S. – *Excavations at Carthage: the British Mission*. Sheffield: University of Sheffield, Department of Prehistory and Archaeology; The British Academy. Vol. I, 2: The Avenue du Président Habib Bourguiba, Salammbô: the pottery and other ceramic objects from the site, p. 48-115.
- GARCÍA JIMÉNEZ, G.; VIVÓ I CODINA, D. (2003) – Sant Julià de Ramis y Puig Rom: dos ejemplos de yacimientos con armamento y equipamiento militar y visigodo en el noreste peninsular. *Gladius*. Madrid. xxxiii, p. 161-190.
- GARCÍA-VUELTA, Ó.; PEREA, A. (2014) – Guarrazar: el taller orfebre visigodo. *Anales del Historia del Arte*. Madrid. 24, p. 245-271.
- GASPAR, F.; BATISTA, Á. (2003) – O sítio arqueológico do Aneirão, Alvega. *Zahara*. Abrantes. 2, p. 33-36.
- GOMES, M. V. (2002) – A necrópole visigótica do Poço dos Mouros (Silves). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5: 2, p. 339-397.
- GOMES, M. V.; SERRA, M. P. (1996) – Loulé Velho (Quarteira, Loulé). Resultados da primeira campanha de escavações arqueológicas (1996). *Al-'Ulyà*. Loulé. 5, p. 29-49.
- GOMES, M. V.; SERRA, M. P. (2004) – *Museu Municipal de Arqueologia*. Loulé: Câmara Municipal.

- GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2011) – Las ánforas orientales de *Lucus Augusti*. In CARRERAS MONFORT, C. e MORAIS, R., ed. lit. – *Ánforas romanas de Lugo. Comercio romano en el Finis Terrae*. Lugo, p. 108-127. (Trabajos de Arqueología; 3).
- GUTIÉRREZ CUENCA, E.; HIERRO GÁRATE, J. Á. (2013) – Broches cruciformes de los siglos VII e VIII en la Península Ibérica: caracterización tipocronológica. *Pyrenae*. Barcelona. 44, vol. 2, p. 109-136.
- HUNT ORTIZ, M. A.; SASTRE DE DIEGO, I. (2008) – Tablero de altar y elementos constructivos tardo antiguos del yacimiento de Nuestra Señora del Buen Suceso, Término Municipal de Aznalcóllar (Sevilla). *SPAL*. Sevilla. 17, p. 349-357.
- INÁCIO, I. (2009 / 2010) – Vale dos Condes, Alcoutim: um sítio tardo-antigo da Diocese de Ossonoba. *Promontoria*. Faro. A. 7/8: 7-8. p. 99-133.
- KEAY, S. J. (1984) – *Late Roman amphorae in the western Mediterranean. A typology and economic study: the Catalan evidence*. Oxford: Archeopress. (BAR International Series; 196).
- LEBEDYNSKY, L. (2001) – *Armes et guerriers barbares au temps des grandes invasions. IV au VI siècle après J.-C.* Paris: Éditions Errance.
- LUZIA, I. (2004) – O sítio arqueológico de «Loulé Velho». *Al-Ulyâ*. Loulé. 10, p. 43-131.
- MACZYNSKA, M. (1992) – Westgotische perlen: funde vom gräberfeld Carpio de Tajo und aus den sammlungen in Barcelona und Nürnberg. *Madri der Mitteilungen*. Madrid. 33, p. 145-183.
- MANACORDA, D. (1977) – Le anfore. In *Ostia IV*. Roma: De Luca. p. 117-285.
- MARTINS, I. M. P. (1988) – *Arqueologia do Concelho de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal.
- MÉNDEZ MADARIAGA, A.; RASCÓN MARQUÉS, S. (1989) – Los Visigodos en Alcalá de Henares. *Cuadernos del Juncal*. Alcalá de Henares. 1.
- MORILLO CERDÁN, A. (1989) – Nueva aproximación a los ajuares metálicos de la necrópolis visigoda de Herrera de Pisuerga (Palencia). In *Curso de Cultura Medieval*, 1, Aguilar de Campoo, 1989: Actas. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real; Centro de Estudios del Románico. p. 233-251.
- O'KELLY SENDRÓS, J. (2012) – Las ánforas onubenses de época tardorromana. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A., ed. lit. – *Cerâmicas Hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz: Universidad. p. 279-295.
- O'KELLY SENDRÓS, J. (2016) – La Orden (Costa Bética). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. [Em linha]. 20 Julho 2016 [Consult. 15 setembro 2016]. Disponível em WWW:<URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/la-orden-baetica-coast>>.
- PACETTI, F. (1995) – Appunti su alcuni tipi di anfore orientali della prima età bizantina. Centri di produzione, contenuti, cronologia e distribuzione. In *Agricoltura e commerci nell'Italia antica. Atalante tematico di topografia antica I*. Roma: «L'Erma» di Bretschneider. p. 273-294.
- PEREIRA, C. (2014) – *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo sul da Lusitânia*. Lisboa: FLUL.
- PIERI, D. (2005) – *Le commerce du vin oriental à l'époque byzantine (V^e-VII^e siècles). Le témoignage des amphores en Gaule*. Beyrouth: Institut Français du Proche-Orient. (Bibliothèque archéologique et historique; 174).
- REMOLÀ VALLVERDÚ, J. A. (2000) – *Las ánforas tardo-antiguas en Tarraco (Hispania Tarraconensis). Siglos IV-VII d. C.* Barcelona: Universitat. (Colección Instrumentaria; 7).
- REYNOLDS, P. (2005) – Levantine Amphorae from Cilicia to Gaza: A Typology and analysis of regional production trends from the 1st to 7th centuries. In GURT ESPARRAGUERA, J. M.; BUXEDA I GARRIGÓS J.; CAU ONTIVEROS, M. Á., ed. lit. – *LRCW I. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean. Archaeology and Archaeometry*, Oxford: Archeopress. p. 563-611. (BAR International Series ; 1340).
- RIGOIR, J. (1968) – Les sigillées Paléochrétiennes grises et orangées. *Gallia*. Paris. 26: 1, p. 177-244.
- RILEY, J. A. (1979) – The coarse pottery from Berenice. In LLOYD, J. A., ed. lit. – *Excavations at Sidi Khrebish Benghazi (Berenice) II, Libya Antiqua*. Tripoli: Department of Antiquities. p. 91-467. (Annual of the Department of Antiquities of Libya; Suppl. 5).
- RIPOLL LÓPEZ, G. (1985) – La Necrópolis Visigoda de El Carpio de Tajo (Toledo). Madrid: Ministerio de Cultura. p. 1-225. (*Excavaciones Arqueológicas en España*; 142).
- RIPOLL LÓPEZ, G. (1998) – *Toréutica de la Bética (siglos VI y VII D.C.)*. Barcelona: Real Academia de Buenas Letras.
- SANTOS, A. L. (1997) – Antropologia de campo e paleodemografia em necrópoles romanas algarvias. In *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. p. 494-405.
- SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve. Subsídios*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- SASTRE DE DIEGO, I. (2009) – *El altar en la arquitectura cristiana hispánica. Siglos V-X. Estudio Arqueológico*. Tesis doctoral, Universidad Autónoma de Madrid.
- VIZCAÍNO SÁNCHEZ, J. (2009) – La presencia bizantina en Hispania (siglos VI-VII). La documentación arqueológica. *Antigüedad y Cristianismo. Monografías Históricas sobre la Antigüedad Tardía*. Murcia. 24.

VI. ÉPOCA ISLÂMICA DO *GHARB* AO ALGARVE: CINCO SÉCULOS DE ISLÃO

ORGANIZAR O TERRITÓRIO

A ocupação islâmica no Algarve (712/713-1248/1250) passou por diferentes períodos e vivências políticas, administrativas, sociais, económicas e culturais.

O território organizava-se em amplas áreas geográficas, como o *Gharb al-Andalus* (região ocidental), divididas em distritos militares (Faro e depois Silves); comarcas civis e rurais, com cidades como Loulé, e castelos-território, como Salir; e uma densa rede de casais e aldeias (alcarias), como Cerro da Vila e Quinta do Lago, que salpicavam de branco os campos de cultivo.

Cidades amuralhadas e castelos, de pedra (silhares e alvenaria) ou de taipa (argamassa de terra misturada com cal e outros elementos), são marcos constantes no cimo de colinas e cabeços elevados. São assim Salir (*hisn Burtalla?*) e Loulé (*Madînat Al-'Ulyâ*), que conheceram o seu máximo desenvolvimento na época almóada (século XI/XII). Em Loulé destacam-se os banhos da cidade, para lazer e purificação do corpo, elogiados na poesia árabe.



VIVER E CONVIVER: SINAIS DO QUOTIDIANO

Numa sociedade agrária e multicultural, onde conviviam muçulmanos, cristãos e judeus, a islamização evidencia-se nos espaços religiosos: mesquitas, como a aljama, e cemitérios, como em Loulé, na Quinta do Lago e, indiretamente, na inscrição funerária de Pontes, Salir.

Os vestígios materiais destes sítios, como em Cerro da Vila, são objetos quotidianos (de cerâmica, metal e osso) e moedas. Destacam-se as cerâmicas utilitárias (de cozinha, mesa, armazenamento, iluminação e outras funções), pintadas ou vidradas e provenientes do comércio com diversas regiões do *al-Andalus*.

As atividades domésticas e artesanais complementam-se com objetos de fiação e tecelagem (cossoiros, fusos e cabos de roca), bem como de lazer (malhas de jogos) e de brincar (miniaturas cerâmicas).

No período da conquista cristã, marcado por destruições, estão também presentes as armas (pontas de lança, virotes de besta e projéteis de funda).

O ATUAL TERRITÓRIO DE LOULÉ NO PERÍODO ISLÂMICO

HELENA CATARINO

1. INTRODUÇÃO

Numa sumária análise sobre o território louletano na época islâmica, o século VIII e seguintes, se bem que não cortem de forma abrupta com as identidades sócio-religiosas e culturais advindas da Antiguidade tardia, marcam uma paulatina transformação, à medida que novas populações (árabes e berberes) se instalam no que é hoje o Algarve e as pessoas locais se vão arabizando (moçárabes) e islamizando (muladis), adquirindo novos hábitos de falar, pensar, agir, viver e habitar os espaços herdados da Antiguidade. Se o triunfo do Cristianismo e a ocupação visigótica marcaram mudança religiosa e identitária, os cinco séculos do período islâmico revelaram-se cruciais para o nascimento de uma nova matriz representada no legado histórico, cultural e arqueológico que nos deixaram. É, pois, sobre aspetos dessa herança histórico-arqueológica que me debruçarei neste texto introdutório ao período islâmico no atual concelho de Loulé.

A conquista da Hispânia visigótica – que os muçulmanos passam a designar *al-Andalus* – dá-se num contexto de crise provocada pela eleição de Rodrigo (709-711), Dux Provincial da Bética, em detrimento dos filhos de Vitiza. São estes, com sectores descontentes da aristocracia goda toledana, a estimular a vinda de berberes, sob comando de Tárique (711), seguindo-se a chegada do exército árabe de Musa Ibn Noçair (712), governador de Ifríquia (Tunísia) e do Magrebe Ocidental. O seu filho Abdalaziz (713-715) conquista a Andaluzia Ocidental e Lusitânia; pactua com algumas regiões e recompensou os filhos de Vitiza: Alamundo na Andaluzia Ocidental; Ardabasto

em Córdova; Áquila no Ebro. No entanto, apesar de muitas cidades e regiões terem pactuado com o invasor, os territórios de Sevilha, Niebla, Beja e atual Algarve reagiram e foram conquistados pelas armas por aí se concentrarem forças apoiantes do rei Rodrigo. Portanto, é a Abdalaziz que se deve a conquista da Diocese Ossonobense, que havia estado, até 624, na esfera de influência do império bizantino, só ficando integrada no reino visigodo no século VII.

Na sequência da conquista, o território de Ossonoba, certamente plasmando os limites anteriores, passa a ter um governador militar árabe, de origem iemenita. Na sequência das revoltas berberes da Galiza (740/741), chegam e instalam-se (741/743) os *junde/s* – contingentes militares sírios –, sendo a agora designada *Ocsonoba* uma das províncias que aparecem na primeira divisão administrativa, com a qualificação de *kura* (província militar), tendo a primeira capital em Faro – Santa Maria de *Ocsonoba* ou do *Gharb* (Ocidente) – e, posteriormente, em Silves. Surge, assim, como bem realçaram Manuel Acién e Eduardo Manzano (2009, p. 331-349), um complexo processo de transformações sociopolíticas, reordenamento administrativo e novos poderes árabe-berberes, bem como novas dinâmicas espaciais, decorrentes da instalação dos *jundes*, neste caso o do Egito, que também se aloja na *Kura* de *Bayya* (Beja).

Entre velhas e novas dinâmicas territoriais e apesar da mudança da sede regional para Silves, decerto no califado, o nome e limites desta província devem ter-se mantido, considerando informações que nos

período conturbado que, no Cerro da Vila (Vilamoura, Quarteira) parece refletir-se no entesouramento de 239 *dirhams* de prata, escondidos no fundo de um silo (ver texto de Teichner neste catálogo).

No século x, eliminadas as revoltas com *Abd al-Rahmân III*, que se desloca em campanha militar a *Ocsonoba*, em 929, onde mantém no poder o apaziguado rebelde *Jalaf b. bakr* (Ibn Hayyan, p. 163, 164, 167), voltamos a ver mencionados novos governadores para esta província, a partir de 935/936, enviados pelo califa (Ibid., p. 265, 291, 319, 330). Contudo, nos inícios do século xi, a guerra civil que se instala em Córdova leva a uma nova fase de autonomias, ficando *Ocsonoba* dividida em dois reinos de taifas: o de Santa Maria de *Ocsonoba* ou do *Gharb* / Faro, sob governo dos *Banu Harun*, com jurisdição sobre o Algarve Central e Oriental (1016-1051/52), incluindo naturalmente o atual concelho de Loulé; o reino de Silves, sob domínio dos *Banu Muzaine*, agregando o Barlavento (1013/14-1052/53). Estes efêmeros reinos acabam por ser integrados na taifa de Sevilha, sendo esta época de grande prosperidade e dinâmica urbana e rural, como pode verificar-se, por exemplo, na capacidade econômica dos habitantes do Cerro da Vila que, nos séculos x e xi, podiam adquirir cerâmicas de grande qualidade técnica e estilísticas (Matos, 1991, p. 429-456).

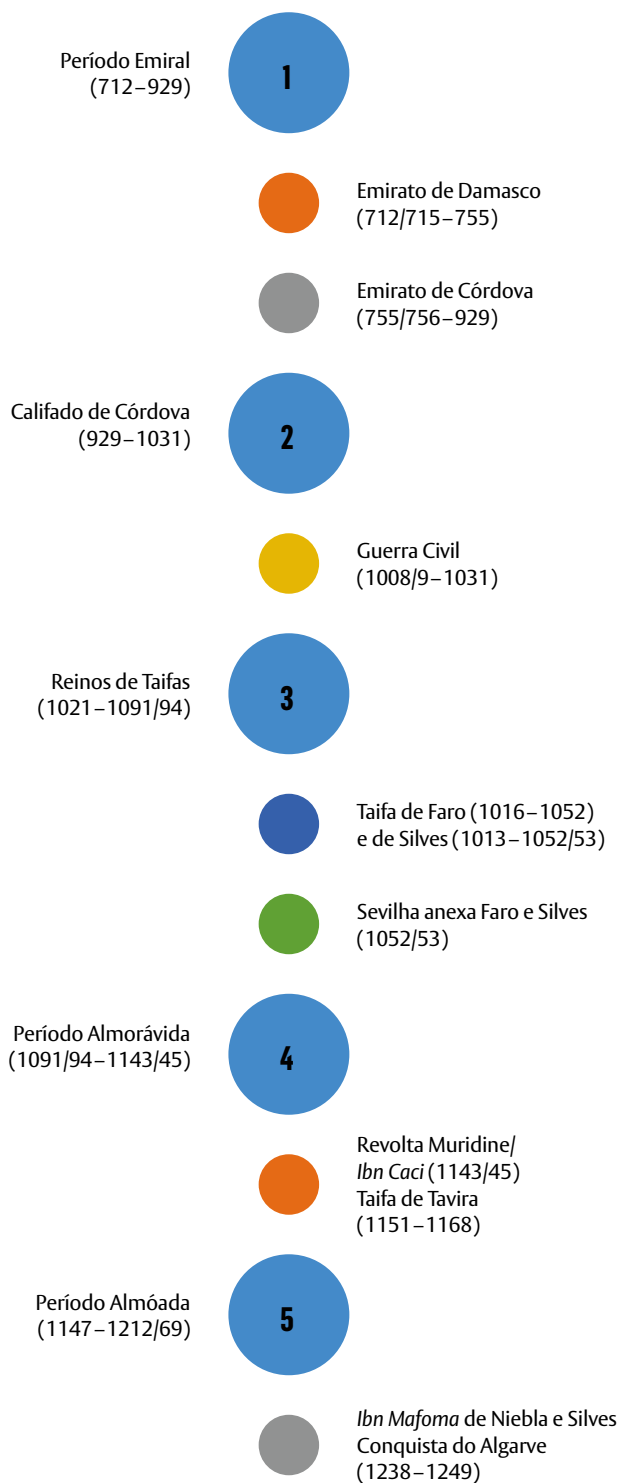
Após o sucesso da Batalha de Zalaca (1086) com a intervenção almorávida, uma nova etapa se segue: os reinos de taifas são sucessivamente conquistados pelos Almorávidas, a partir de 1090/1091; o rei de Sevilha *Almutamid* é deportado para Agmat (onde morre, em 1095) e *al-Andalus* passa a integrar-se no vasto império magrebino. Surgem, porém, novos

Fig. 1 – A Cora (*Kura*) de *Ocsonoba*, com algumas das suas cidades e castelos, limitada a leste pela de *Labla* (Niebla) e a norte pela de *Bayya* (Beja).

chegaram das crônicas, anais cordoveses e geógrafos árabes. Assim, banhada a sul e poente pelo mar, o rio Guadiana fazia estrema com a *Kura* de *Labla* (Niebla), situada a leste, tendo a norte a *Kura* de *Bayya* (Macias, 2005, vol. II, p. 18, fig. 1.1), cuja separação se fazia pela ribeira do Vascão, a oriente, e pelo rio Mira, a ocidente, incluindo na sua jurisdição aldeias/alcarias, castelos e cidades hoje localizadas no extremo sul do Baixo Alentejo (fig. 1), como o *hisn Murjîq* (Marachique – Castro da Cola), *Wadhra* (Odemira), *Targhalla* (Castelo de Vale da Gaios, junto à ribeira de Torgal) e outras povoações hoje de nome e localização mais problemática, como pode constatar-se, entre outros, na obra de *Yaqut* ('*Abd Al-Karim*, 1974).

Ao longo dos cinco séculos de ocupação (712/713-1248/49), foram muitas as transformações ocorridas neste território, desde abandonos e alterações topográficas do povoamento prévio à conquista, aparecimento de novas entidades rurais, castelos e cidades, assim como conjunturas políticas que resultaram em fases de autonomia perante o poder central, a partir da segunda metade do século ix. Precisamente neste período, designado por 1.ª Fitna, também o *Gharb* (Ocidente de *al-Andalus*) entra numa fase de insurreições, protagonizadas por *Ibn Marwân* e outros dissidentes, passando a província de *Ocsonoba* a ser controlada pelo rebelde *Ibn Bacre*. Apesar de ter procedido a obras na cidade, que passa a designar-se de Santa Maria de *Ocsonoba*, e ter sido um régulo atento ao controlo e bom governo da região, este foi um





movimentos independentistas, encabeçados no sul do *Gharb* por *Ibn Caci* e os Muridines (1143-1145), que se sublevam em Mértola, Silves e Beja, precipitando a intervenção dos Almóadas, que conquistam Sevilha (1147) e submetem os principados independentes (segundas taifas), mantendo-se a autonomia de Tavira até 1167/68. É, pois, com Almorávidas e Almóadas que surgem novas mudanças, não só administrativas (agora com a capital de *al-Andalus* em Sevilha), mas também urbanas e rurais, sendo estes períodos os melhor conhecidos, mormente para o território que hoje faz parte do concelho de Loulé. É durante os impérios magrebinos que se verifica grande incremento nas cidades pré-existentes, como Silves, nas de nova fundação, como Tavira e Loulé, na reconstrução e edificação de castelos e torres, no desenvolvimento das aldeias/alcarias, na construção de mesquitas e outros edifícios públicos (o *hamman* de Loulé). É a época das fortificações construídas em taipa militar, também representadas no concelho de Loulé, quer na cidade quer no castelo de Salir, bem como do desenvolvimento do povoamento rural. E cada cidade, castelo e lugar portador de vestígios destes cinco séculos de ocupação islâmica é dotado de uma história e possuidor de uma identidade que, de uma forma ou outra, lhe é herdeira (fig. 2).

2. O TERRITÓRIO: ALDEIAS/ALCARIAS, CASTELOS E CIDADES

A origem dos seus antepassados vem de uma alcaria/aldeia (qarya) de Munt Lisûm (Montijar), na comarca (iqlim) de az-Zâwiya, do distrito ('amal) de Unuba (Huelva), da cora (Kura) de Labla (Niebla) no ocidente (Garb) de al-Andalus.

Sa'îd al-Andalusî, p. 32-33 (século xi)

Fig. 2 – Tabela das fases de ocupação do período islâmico no Algarve.

A origem familiar de *Ibn Hazn* ilustra bem o ordenamento administrativo e fiscal/tributário de *al-Andalus*, cujo regime tem por base as reformas levadas a cabo na época califal e, apesar das diferentes conjunturas políticas seguintes, parecem manter-se como base da organização territorial. O enquadramento administrativo baseava-se em *qarya – iqlim – kura*, que servem para identificar a origem das pessoas. A *al-qaria/qura* (aldeia/aldeias) era a principal unidade de povoamento rural. O *iqlim/aqalim* correspondia a distritos rurais ou pequenas comarcas (climas/sub-regiões). A *Kura/Kuwar* era a circunscrição administrativa e militar, província governada por um vali, com poder civil e militar, nomeado pelo governo central. Uma *Kura* (Cora) incluía, assim, «subdistritos» com uma cidade, ou um castelo, e várias alcarias na sua dependência, que pagavam os impostos em géneros (produtos agrícolas, gado, caça, minerais...) e numerário, entregues na capital provincial sendo que uma parte desses tributos revertia para o Estado.

Mas esta citação de *Ibn Sa'îd*, respeitante ao século XI, está longe daquilo que os muçulmanos encontraram nos primeiros tempos após a conquista. No século VIII, salvo as principais sedes episcopais, se considerarmos a maior parte das cidades, mormente na Hispânia meridional «eran, a la llegada del ejército bereber, artefactos muy decrepitos, auténticos campos de ruinas, mal defendidos y peor comunicados» (Jiménez Martín, 2000, p. 549). Também em Faro, apesar de sede episcopal visigoda, a identificação dos vestígios arqueológicos dos inícios do período islâmico continua problemática, sendo poucos os de época emiral reconhecidos para o amplo território que abrange o Algarve Central e Oriental. Na realidade, apesar das múltiplas intervenções urbanas dos últimos anos, continuamos a ter um hiato de conhecimento sobre Santa Maria do *Gharb* entre os séculos VIII e X.

Será, pois, a partir de época califal e, sobretudo, nos reinos taifas e períodos subsequentes que podemos ver a nova configuração dos espaços urbanos com características islâmicas básicas: pequeno e grande comércio, o *suq* (equivalente a mercado) e feiras periódicas; capacidade de produção (bairros artesanais) e importação de objetos vindos de outras paragens de *al-Andalus* (por exemplo, cerâmicas decoradas a verde e manganés e corda seca...); urbanismo onde a casa de pátio começa a impor-se; formação urbana a partir de um grupo de alcarias, numa evolução natural e autónoma das próprias populações; cidades de formação e/ou refundação estatal ou regional, com planificação urbana tripartida

(alcáçova, medina e arrabaldes); presença de mesquitas, que evidenciam o processo de islamização; banhos públicos e saneamento básico; cemitérios nos arrabaldes das cidades. Além destes componentes mais vinculados às cidades e principais castelos, sedes de distritos urbanos e rurais, é também desde os séculos XI/XII que se estruturam as alcarias, de casas dispersas ou concentradas, que atingem maior visibilidade na época almóada.

Esta análise simplificada não é, porém, tão linear quanto parece. Como explicou de forma exemplar Christine Mazzoli-Guintard (2011, p. 15-41) no seu estudo sobre territórios e cidades de *al-Andalus*, é grande a complexidade do «mosaico de territórios», «de limites flutuantes» e «origens distintas», de «espaços justapostos» e diferenciados «públicos/privados»/ «sagrados/profanos», «centros/periferias»; enfim, de relações «espaço urbano» e «espaços peri-urbanos ou rurais», que resultam num entramado de conceitos e multiplicidade de realidades, evidenciando que «sobre los territorios urbanos de las ciudades de *al-Andalus*, es preciso preguntar tanto a los archivos del suelo como a las fuentes textuales» (Ibid., p. 21). O nosso objetivo não é desenvolver estas problemáticas, num texto introdutório sobre o atual concelho de Loulé (fig. 3) durante o período de ocupação islâmica; contudo, a verdade é que, também nesta região, consoante os diferentes tempos e conjunturas sociopolíticas, as cidades vão redefinindo os seus espaços internos e territórios, à medida que surgem novas urbes e castelos (neste caso Loulé e Salir), que agregam as comunidades rurais do respetivo alfoz, de que passaremos a exemplificar com os dados atualmente disponíveis.

Fig. 3 – O atual concelho de Loulé inserido na *kura* de *Ocsonoba*.



2.1. ALDEIAS/ALCARIAS: O POVOAMENTO RURAL

Numa sociedade sobretudo agrícola, *al-Andalus* tem na aldeia/alcaria a unidade básica do povoamento rural, formada por comunidades de camponeses livres e com forte coesão de grupo. Estas povoações, normalmente não fortificadas, mas, por vezes, com torre de atalaia, salpicavam de branco os campos de cultivo, podendo ter as suas casas dispersas ou organizadas em bairros. Podiam, ainda, ser dotadas de mesquita rural, mercado, banhos e, naturalmente, de cemitério.

Mas este tipo clássico de aldeia/alcaria só está, do ponto de vista arqueológico, documentada no concelho de Loulé a partir dos séculos XI/XII (escavações na Quinta do Lago/Tejo do Praio), sendo que, nos inícios do período islâmico, continuam a ocupar-se sítios rurais dispersos, distribuídos pelas propriedades de antigas *villae* tardo-romanas ou assentes nas «aldeias» de época visigótica (como será o caso do Cerro da Vila). Alguns sítios romanos terão sido abandonados no século V; mas outros foram, posteriormente, reocupados, a partir dos séculos VII/VIII. Contudo, a arqueologia foi, durante muito tempo, omissa em relação a este período de transição e, no Algarve, salvo no Cerro da Vila (Matos, 1971, p. 201-214), só nas últimas décadas se tem vindo a alterar, pontualmente, o panorama dos hiatos entre o fim do período romano e a fase plena e final da ocupação islâmica, continuando a faltar prospeções extensivas e sistemáticas, numa análise na perspetiva da «longa duração». A arqueologia dos espaços rurais e agrários (até agora pouco considerados no nosso território) só é compreensível na longa diacronia, acrescentando a necessidade de se escavar em área para melhor entendimento das transformações e evolução de estruturas habitacionais e funcionais, como construções artesanais, de armazenamento e outros, nomeadamente espaços religiosos e funerários.

No estado atual da investigação é, pois, ainda difícil, no concelho de Loulé, perceber as diferentes formas de habitar o «mundo rural» da época em análise, sobretudo na área da Serra, onde devem ter existido povoados de altura (fortificados ou não), núcleos de habitações dispersas (casais) e/ou mais ou menos agrupadas (alcarias/aldeias), onde conviviam comunidades pastoris e campesinas autónomas e de diferentes origens: árabe-berberes e autóctones (moçárabes e/ou muladis). Esses vestígios, nem sempre fáceis de detetar para época anterior aos séculos XI/XII, são certamente construções frustes, com alicerces de pedra, bem como cabanas com distintas formas e funções, com muitos

silos, fornos e poços, a que podem associar-se conjuntos funerários (incluindo sepulturas escavadas na rocha). Nesta região, apesar da existência de toponímia sugestiva, de origem árabe-berbere, a distribuição do povoamento rural islâmico é bastante desigual, sendo que, para algumas das freguesias rurais, se reduz a achados isolados e pontuais, de que apresentamos aqui os principais testemunhos (fig. 4).

Na Serra, a freguesia de Alte, sem estudo e com o sugestivo topónimo Atalaia, e a de Ameixial, com poucos vestígios representados, refletem o facto de nunca aí ter havido programas de investigação direcionados para o período em análise. No entanto, apontam-se, a título de exemplo, o Azinhal dos Mouros (Ameixial) indicado nas *Memórias Parochiais*: «Azinhal dos Mouros, porque nesta aldeia habitavam e assistiam os mouros, e o sítio do Alagar da Serra, também assistiam os mouros, e ali tinham seu lagar de sera que hoje não há vestígios, e so dizem que no mesmo lugar estão humas cazas, em que vive um morador» (Azevedo, 1896, p. 254). Os vestígios de superfície revelaram aí fragmentos de telhas decoradas e cerâmicas com superfícies vidradas e não vidradas (Catarino, 1997/98, p. 259). Também o sítio de Estouriz (Ameixial) é exemplo de pequena povoação serrana de que restam alicerces de paredes, fragmentos de telhas decoradas e cerâmicas vidradas e não vidradas (Ibid., p. 261-262). Desta mesma freguesia provém ainda, de local indeterminado, um dedal islâmico cónico, em liga de cobre/bronze e profusamente decorado (cat. 409).

Na recente união das freguesias de Querença, Tôr e Benafim são também poucos os vestígios arqueológicos, sendo que a investigação de campo está por fazer. Para Querença é sugestiva a sua posição topográfica, num cabeço destacado na paisagem, no topo do qual poderá ter existido uma torre de atalaia, desenvolvendo-se uma alcaria pela encosta. Dos poucos achados, registou-se duas moedas árabes de prata (Martins, 1988, p. 191) e, em terrenos de encosta, poucos fragmentos de telhas decoradas e cerâmica vidrada e não vidrada (Catarino, 2002, p. 135). Quanto a Benafim, topónimo que induz relação a grupo berbere que aí se tenha estabelecido, os sinais deste período, já muito destruídos, constam de fragmentos cerâmicos e materiais de construção, que se estendem por dois cabeços – Almargem e Almedas –, de um lado e outro da atual estrada, à saída de Benafim para Salir (Ibid., 1999/2000, p. 106).

Na transição da Serra para o Barrocal, a freguesia de Salir enquadra-se no esquema definido, entre outros, por André Bazzana (1992, p. 42) em que «o *hisn*



Fig. 4 – Distribuição dos sítios arqueológicos do período islâmico no concelho de Loulé (DGPC):

1. Azinhal dos Mouros
2. Estouriz
3. Azinhal dos Mouros
4. Ameixial
5. Cortiçadas
6. Cerro do Espargal
7. Almarge/Almarjão
8. Benafim
9. Castelo de Salir
10. Fonte da Rata 2
11. Pontes
12. Fonte da Rata 1
13. Monte do Carrascal
14. Milhanes
15. Quinta da Passagem 1
16. Gruta da Areia/Farjota
17. Alcarias
18. Alcaria
19. Maritenda
20. Piedade 1
21. Loulé
22. Fazenda do Cotovio
23. Cerro da Vila
24. Quinta do Ludo 1
25. Quinta do Lago/Tejo do Praio

e a alcaria constituem a base da organização social de época islâmica», pois cada comarca rural (*iqlim*) está enquadrada num castelo-território (*hisn*, atalaia ou mera cerca-refúgio) e suas alcarias, depreendendo-se que, dada a grande extensão territorial do concelho de Loulé, possam existir outros recintos fortificados islâmicos ainda por identificar, sobretudo nos espaços rurais serranos. Para além do castelo, os vestígios na área envolvente à sede de freguesia revelam deslocamentos topográficos entre a Antiguidade tardia e a época islâmica, num povoamento disperso que acaba por concentrar-se na fortificação em época almóada (v. Catarino, *O castelo de Salir*, neste catálogo).

Na freguesia de Boliqueime, situada no Barrocal, são sobejamente conhecidas as ruínas romanas e tardo-antigas/visigóticas da Retorta (nunca devidamente escavadas); mas são nulas as informações sobre a época islâmica, embora esta povoação e zona envolvente marquem os limites naturais e equidistantes dos distritos islâmicos de Loulé, Paderne e Albufeira. O topónimo

Boliqueime, de origem incerta, poderá derivar do antropónimo (*a*)*bû al-qâim*, (*a*)*bû al-Kâim* (Machado, 1993, p. 264), sendo de conjecturar que, na área em torno da freguesia, tenham existido pequenos casais agrícolas e, pelo menos, uma alcaria, por exemplo no Povo Velho (local da antiga paróquia), em Poço de Boliqueime (atual Fonte de Boliqueime), ou na área de Alfontes e/ou Alcaria (Catarino, 2002, p. 134).

Para as freguesias do litoral destaca-se a de Quarteira, com um achado de jarrinha islâmica (cat. 326) no sítio de Loulé Velho e, principalmente, os resultados das escavações no Cerro da Vila, em Vilamoura, iniciadas nos anos 70 do século passado (Matos, 1997, p. 459-467), que mostram ocupação prolongada, de épocas romana, tardo-antiga/visigótica e islâmica (v. Teichner neste catálogo). Além de um acervo de materiais arqueológicos rico e diversificado (v. fichas do catálogo), também as estruturas habitacionais e silos nos dão importantes esclarecimentos sobre os modos de aí se viver e habitar (Teichner e Schierl, 2005, p. 124-127 e fig. 2). As construções deste arqueossítio apresentam casas de planta retangular, monocelulares e sem pátio (fig. 5), ou com a área edificada colocada no ângulo de um amplo pátio (fig. 6). Estes modelos simples, de tradição precedente, estão bem representados e estudados para época emiral (Orihuela, 2007, p. 299-335; Bazzana, 2011, p. 51-66; Gutiérrez Lloret, 2013, p. 245-264), demonstrando que a casa de pátio não foi imposta, mantendo-se, nos séculos VIII/IX, o modelo monocelular de substrato indígena (visigodo-moçárabe) e a casa berbere de diversos tipos, incluindo habitações escavadas na rocha. Contudo, desde o século IX que começam a surgir casas de pátio, porém ainda sem o módulo uniforme, que se impõem a partir dos séculos XI e XII.

Igualmente no litoral, a freguesia de Almancil tem no sítio da Quinta do Lago/Tejo do Praio o melhor exemplo de povoação rural islâmica com respetivo cemitério (v. Arruda neste catálogo). Este sítio arqueológico terá correspondido a uma aldeia/alcaria que se distribui por cinco núcleos, próximos mas distintos, com silos, lixeiras e habitações, cujos alicerces tinham base de pedra, argamassada de argila, e paredes que se elevavam em taipa ou adobes. Os solos aproveitavam o substrato geológico ou eram de terra batida e, nas coberturas, predominavam as telhas de meia cana (vulgo telha árabe), se bem que, em algumas construções, pudessem ser de materiais perecíveis (Arruda, Almeida e Freitas, 2003, p. 253-256). Os núcleos habitacionais apresentam o modelo de casa rural com os compartimentos a abrir para um pátio central, numa

Fig. 5 – Casa rural monocelular. Reconstituição 3D a partir de um exemplo do Cerro da Vila.

Fig. 6 – Casa rural de grande pátio. Reconstituição 3D a partir de um exemplo do Cerro da Vila.





organização interna diferente das casas identificadas no Cerro da Vila, aproximando-se das tipologias que, como referimos acima, começam a vulgarizar-se nos meios rurais a partir do século XI e se tornam protótipo nas épocas almorávida e almóada (fig. 7)

2.1. CASTELOS E CIDADES

Uma paisagem de castelos é a imagem que temos da Idade Média, seja em territórios cristãos ou muçulmanos. Mas, o castelo associado ao nosso imaginário de guerras e batalhas é também, em *al-Andalus*, o centro de distritos ou comarcas regionais (cidade-castelo; castelo-território) e, como estruturador do território, o *hisn*/castelo organiza a rede de povoamento, não se dissociando das aldeias/alcarias que estavam sob sua jurisdição.

Construídos de pedra (silhares e alvenaria) ou de taipa (argamassa de terra misturada com cal e outros elementos), são marcas constantes que se distribuem numa rede de povoamento mais ou menos regular e se destacam pela posição topográfica no cimo de cabeços, que nem sempre são os mais elevados. É assim o castelo de Salir (*hisn Burtalla?*), centro de distrito rural com suas alcarias. Com muralhas de pedra sobre as quais se elevam acrescentos e torres de taipa, na época almóada passa a ter o seu interior densamente ocupado, com casas de pátio e silos, onde se armazenavam os haveres de quem aí habitava (v. Catarino, *O Castelo de Salir*, neste catálogo).

Oscilantes no tempo, o nascimento ou o ocaso de um castelo ou de uma cidade podia estar condicionado pela política centralizadora do Estado ou pela própria dinâmica das populações locais, a partir de um agrupamento de alcarias. Neste sentido, podemos dar

Fig. 7 – Casa rural de pátio central. Reconstituição 3D com o modelo hipotético das casas mais comuns nos espaços rurais a partir dos séculos XI/XII.

como exemplo a evolução de Bezmiliana (Málaga) que surge no *fundus* (propriedade) de uma *villa* romana, com abandono da *pars urbana* (casa senhorial) nos séculos v/vi, surgindo daí pequenos sítios dispersos e, no século ix, começa a aparecer casario concentrado – a alcaria de Bezmiliana – que, no período califal, passa a estar integrada num distrito rural, com *hisn*/castelo, mesquita e cemitério. O desenvolvimento da povoação, com novos bairros e áreas artesanais levam a que, no século xii, Edrici a mencione de alcaria como cidade/medina (*qarya ka-l-madina*), com um *hamman* (banhos), *funduq/s* (alfândega) e pescarias, e *Ibn Sa'îd* a descreva já como cidade: *madînat Bizilyana... min husun Malaqa* (Acién e Salado, 2009, p. 141-154).

Loulé, de fundação islâmica, parece ter uma génese espontânea semelhante a Bezmiliana, tornando-se, em data incerta, espaço agregador de comunidades rurais dispersas. Será a partir de casais e comunidades aldeãs, instaladas nos espaços de antigas *villae* tardo-romanas (como Torres de Apra, dada a sua proximidade), que se terá formado uma alcaria que evolui, a partir dos séculos xi/xii, como centro económico rural, em estreita relação com eixos viários do interior e de ligação a Faro e a Silves. Contudo, só terá obtido estatuto de cidade com os Almôadas, sendo deste período a maior parte dos vestígios aí identificados (v. Luzia e Pires, *Al-'Ulyà, a cidade islâmica* neste catálogo). As parcas e tardias informações dadas pelas fontes árabes levam a considerar a sua antecedência em relação a este último período, podendo pensar-se que já aí existia uma alcaria e assim a terá mencionado *Yaqut* (séculos xii/xiii): «Ulia é uma grande alcaria (*iqlim*) dos distritos rurais (*nawahi*) de Sevilha...» (*Yaqut*, p. 355, in *'Abd Al-Karim*, 1974). Embora o tradutor identifique Ulia em Montemayor (Córdova) e os topónimos possam repetir-se, não é descabido tratar-se de Loulé, como já antes aludi (Catarino, 2002, p. 137-138), pois no século xi todo o território algarvio pertencia ao reino taifa de Sevilha. Também *Ibn Sa'îd* (século xiii) se refere a Loulé, nesta época já *Madînat Al-'Ulyà* (Cidade de Loulé), tornando-se mais conhecida por nela ter nascido *Abû I-Jaffâr al-Oriani*, mestre de *Ibn Arabî* (natural de Múrcia), um dos místicos do *Gharb* na época de *Ibn Caci* (século xii).

Cidade de colina, a sua topografia está definida pela cerca urbana, cujas muralhas de taipa se enquadram no programa construtivo almôada, presente em cidades e castelos de *al-Andalus*, sendo umas vezes construídos de raiz, como no caso do Castelo de Paderne (Catarino, 2005, p. 138-142; Catarino

e Inácio, 2006, p. 281-298), e em outros casos, como o castelo de Salir, resultarem de remodelações e acrescentos em anteriores fortificações que, neste período, se tornam praças-fortes perante o avanço da (re)conquista, conforme podemos ver nos exemplos analisados por Rafael Azuar Ruíz e Isabel Cristina Fernandes (2014, p. 395-420). O caso de Loulé representa bem a cidade almôada: muralhas reforçadas, generalizando-se o uso da taipa militar; existência de arrabaldes; aumento demográfico que resulta numa cidade com densa ocupação urbana, cujas portas, em cotovelo, estruturavam as ruas e bairros residenciais. Na zona mais elevada estava a mesquita (atual Igreja Matriz, com orago a São Clemente) e entre os seus edifícios destaca-se o *hamman* (banhos árabes). Nos arrabaldes, junto da via que seguia para Salir, a norte, e para Faro, a sudeste, ficavam os dois cemitérios até agora identificados (v. Luzia e Pires, *Al-'Ulyà, a cidade islâmica*, neste catálogo).

Com a (re)conquista, como em outras cidades, também se verificam transformações em Loulé: parte dos muçulmanos foge e os que ficam são relegados para bairros exteriores (Mouraria); houve decréscimo demográfico e arrabaldes que terão desaparecido; criam-se as paróquias (São Clemente e São Sebastião), colegiadas e conventos urbanos e suburbanos; a mesquita aljama é substituída pela Igreja Matriz e os cemitérios passam para o interior da cidade; a trama urbana altera-se, pois as muralhas de taipa degradam-se, o saneamento é obliterado, muitas casas são abandonadas e tornam-se pocilgas e pardieiros. E, assim, surge uma nova cidade, com castelo e alcaidaria, e diferente modalidade de habitação, com casas que crescem em altura e se apropriam de espaços públicos e edifícios anteriores. Por fim, também cresce o território que fica sob jurisdição da cidade: muitas povoações rurais ficam abandonadas e, hoje, nem sempre é fácil identificar no terreno onde se localizavam; alguns dos *husun*/castelos-territórios, centros de distritos rurais, perdem protagonismo por destruição e depauperamento populacional, ou por estarem afastados dos renovados centros urbanos, acabando por ser aglutinados no recém-formado território concelhio e, pouco a pouco, são criadas paróquias rurais, algumas das quais situadas perto ou assentes no local de anteriores alcarias e castelos, como aconteceu no caso de Salir.

3. O QUOTIDIANO E A CULTURA MATERIAL

*As suas casas caiadas de branco, por dentro e por fora,
dá gosto vê-las ao lado das árvores verdes.
Ibn Sa'îd*

Sempre caiadas de branco, as casas construía-se de pedra, de taipa ou de adobes e as coberturas eram de telha ou em terraço (açoteia). Inicialmente simples (uma ou duas divisões), as suas plantas tornam-se, como vimos antes, mais complexas, com as divisões em volta de um pátio central, onde se desenrolava a maior parte da vida doméstica. É, portanto, do espaço da casa que vieram até nós as materialidades do quotidiano, parte das quais se encontravam nos pátios ou nas cozinhas, onde o fogo das lareiras e a culinária nos são revelados pelos restos alimentares (ossos de animais, espinhas de peixes, sementes...) e pelas estruturas de combustão, lareiras assentes sobre o solo, o *tannur* (forno fixo ou portátil) ou o *farayan* (fogareiro). As carnes ou peixes podiam cozinhar-se diretamente nas brasas, no espeto (*saffûd*), que não devia colocar-se muito perto do fogo, ou sobre uma grelha (*mifrâs*). Contudo, o mais usual era cozinhar-se em panelas e marmitas (*qidr*, *burma*), ou em caçoilas (*qasûla*) e frigideiras ou sertãs (*miqlâ*), onde se preparavam sopas, cozidos, ensopados e outras comidas típicas da culinária de *al-Andalus*.

A confeção dos alimentos está, inevitavelmente, relacionada com os recipientes cerâmicos de uso culinário, sendo mais comuns os seguintes: a panela de forma fechada e corpo globular, com uma ou duas asas, boca de tamanho médio que podia ser facilmente tapada; a caçoila de forma aberta e corpo mais largo do que alto, de tendência cilíndrica, em tronco de cone invertido ou ainda de paredes carenadas, vidradas ou não. Entre os recipientes de serviço de mesa, os mais utilizados eram a *sahfa/tayfûr*, correspondente a tigelas, vidradas ou não e de dimensões variadas, onde se serviam os alimentos; a *yafna*, pequena taça onde podiam servir-se acepipes; *al-kûz*, onde o azeite era levado à mesa (assim como o vinagre), pequenas birlhas ou galhetas (*alcuza*) com superfícies vidradas; a *yarra/surayba/barrada* condizendo com jarras/jarros, jarrinhas e púcaros para serviço de mesa, podendo os últimos ser utilizados também para ir ao fogo. Além destes, uma panóplia de utensílios domésticos de múltiplos usos, como o *gidar*, de onde advém o nosso termo alguidar, não podendo esquecer-se os objetos de iluminação, como o candil (*qandîl*), a candeia

(*candela*) e outros tipos de luminárias. As cerâmicas são, portanto, o registo arqueológico mais representativo podendo a partir delas e dos seus contextos de proveniência fazer-se uma apreciação da evolução das formas, técnicas e motivos ornamentais, aferir fases cronológicas – culturais coincidentes com as diferentes épocas vivenciais da ocupação islâmica, relacionar importações com produções locais/regionais (no Cerro da Vila foi escavado um forno de produção cerâmica) e, ainda, podermos conjeturar capacidades económicas e comparar ocorrências e distribuições em meios urbanos e rurais (Gomez Martínez et al., 2015, p. 19-50).

Entre as atividades domésticas estão ainda as práticas artesanais, sobretudo de costura e tecelagem. Tesouras, agulhas e dedais são alguns dos objetos que podem encontrar-se em sítios urbanos e rurais, dando-se aqui o exemplo de dois tipos de dedais (cat. 408-410), os mais pequenos e de topo plano serviam para proteção do dedo nas tarefas da costura de tecidos, enquanto os de maiores dimensões e forma cilíndrico-cônica eram usados por mestres artesãos, por exemplo sapateiros, albardeiros e em outros labores artesanais, do mesmo modo que a agulha (cat. 407) de grandes dimensões, serviria para coser peças de couro, esparto, vime e outras fibras vegetais. Diretamente relacionados com a tecelagem, de linho ou de lã, estão os cabos ou mangas de roca (cat. 395-396) e cossoiros (cat. 404-406), fabricados em osso trabalhado, e as pontas de fusos (cat. 397-403), de liga de cobre-bronze, de base oca, onde encabava a haste de madeira, tendo ponta terminal afiada e com incisões helicoidais, onde se enrolava o fio.

Entre outros objetos de metal, os contextos arqueológicos podem também fornecer-nos facas, habitualmente com cabo de osso trabalhado (cat. 386), espevitadores de candis (cat. 395-361), adornos pessoais e, naturalmente, restos de alfaias agrícolas, por exemplo foices, relhas de arado, enxadas e podões (cat. 385). Por fim, os vestígios de armamento estão representados em pontas de lança e/ou virotos de besta e em projéteis de funda, presentes maioritariamente nos contextos almôadas, de que se mostram alguns exemplares do castelo de Salir (cat. 388-394).

4. EM SÍNTESE

A arqueologia tem um papel importante na reconstrução histórica de cada região e, no atual concelho de Loulé, o período islâmico representa um passado identitário que deve ser preservado e valorizado. E se destruir um artefacto/objeto é destruímos uma parte da nossa cultura, destruir ou menosprezar um monumento ou sítio arqueológico, por mais exíguo que seja, é perdermos parte da nossa própria identidade. Nesta pequena introdução expôs-se uma amostra desse passado a partir dos vestígios até agora identificados e há, no entanto, ainda muito por investigar por estas terras que abrangem o Litoral, o Barrocal e a Serra.

Pelo exposto, podemos verificar que os vestígios arqueológicos dos cinco períodos de ocupação islâmica no concelho apresentam desigualdades no tempo e no espaço. Afiguram-se ausentes os sítios de transição visigótica para a época emiral, sendo que, para este período, o achado mais significativo, embora já do século IX, se encontra no Cerro da Vila e corresponde a um entesouramento monetário, porém ainda sem estudo monográfico. É também deste arqueossítio que a época califal está melhor representada, seja em silos, estruturas de armazenamento, e em espaços habitacionais, que mantêm modelos de construção vindos das fases anteriores, seja nos materiais cerâmicos que, pela sua riqueza técnica e ornamental parecem destoar da aparente pobreza habitacional. O panorama de escassez de vestígios mostra só mudar a partir do século XI, com os reinos de taifa, e nos períodos seguintes, quando as evidências materiais passam

a estar bem representadas em povoações rurais, como a Quinta do Lago/Tejo do Praio e alguns dos sítios prospectados. O mesmo acontece para o castelo de Salir e para Loulé, cujas materialidades estão melhor representadas nas épocas almorávida e almóada.

Por fim, também nesta região se pode concluir que o Islão não foi imposto, até pela proximidade e dependência direta da cidade de *Ocsonoba*/Faro, que mantém uma forte comunidade moçárabe e passa a designar-se, no século IX, por Santa Maria do *Gharb*/Ocidente. Nos campos terão continuado a conviver comunidades cristãs e muçulmanas, que habitam povoações herdeiras das de época visigótica e, no lento processo de islamização, podemos observar a criação de novas povoações (as alcarias) e fortificações, algumas das quais se elevam a centros urbanos. E, naturalmente, a islamização está em sintonia com a gradual presença de espaços religiosos, sejam as mesquitas e os cemitérios. No primeiro caso pode apontar-se a Igreja Matriz de Loulé, que terá resultado na conversão da mesquita aljama (principal); quanto aos cemitérios temos informações indiretas na lápide funerária de Pontes, Salir, datada do século XI, e provas diretas, representadas nas duas necrópoles de Loulé e na da Quinta do Lago/Tejo do Praio, cujas sepulturas e deposição dos defuntos apresentam orientação em conformidade com os preceitos corânicos: «Volta o teu rosto em direção à Mesquita Sagrada de Meca. Onde quer que estejais, voltai para ali o vosso rosto» (Alcorão, Sura II (A Vaca), versículo 144).

FONTES IMPRESSAS

ALCORÃO – 3.^a ed. Tradução de Américo Carvalho, introdução e notas de Suleiman Valy Mamede. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002.

AL-ANDALUSÍ, Sa'îd – *Libro de las Categoría de las Naciones (Kitab Tabaqat al-Umam)*. Estudo e Tradução de Felipe Maíllo Salgado. Madrid: Ed. Akal Universitária, 1999.

IBN HAYYAN – *Cronica del Califa 'Abderrahman III An-Nasir entre los años 912 y 942 (Al-Muqtabis V)*. Tradução, notas e índices de M.^a Jesús Viguera e Federico Corriente. Zaragoza: Anubar Ediciones, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1981. (Textos Medievales; 64).

BIBLIOGRAFIA

'ABD AL-KARIM, G. (1974) – *La España Musulmana en la Obra de Yaqt (s. xii/xiii)*. Cuadernos de Historia del Islam. Granada. 6.

ACIÉN ALMANSA, M. e SALADO ESCAÑO, J. B. (2009) – Del fundos a la qarya. Bezmiliana: origen y evolución de una alquería. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 6, Silves, 2008. *O Gharb no al-Andalus: síntese e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos. Xelb*. Silves. 9. p. 141-154.

ACIÉN ALMANSA, M.; MANZANO MORENO, E. (2009) – Organización social y administración política en *Al-Andalus* bajo el emirato. In *Symposium Internacional: Poder y simbología en Europa. Siglos VIII-X. Territorio, Sociedad y Poder*. Revista de Estudios Medievales. Anejo 2, p. 331-348.

ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R.; FREITAS, V. T. de (2003) – O Sítio Islâmico do Tejo do Praio, Quinta do Lago, Loulé: uma primeira análise e caracterização. *Xelb*. Silves. 4, p. 247-264.

AZEVEDO, P. A. de (1896) – Extractos arqueologicos das Memórias Parocheas de 1758. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 2, p. 252-264.

AZUAR, R.; FERNANDES, I. C. F. (2014) – La fortificación del califato almohade. In CRESSIER, P.; SALVATIERRA, V., ed. lit. – *Las Navas de Tolosa (1212-2012)*. *Miradas cruzadas*. Jaén: Universidad. p. 395-420.

BAZZANA, A. (1992) – *Maisons d'al-Andalus. Habitat médiéval et structures du peuplement dans l'Espagne Orientale*. Madrid: Casa Velázquez. 2 vol. (Collection de la Casa Velázquez; 37).

BAZZANA, A. (2011) – Quelques réflexions sur les caractères de l'espace domestique dans *al-Andalus*, et son évolution des musulmans aux chrétiens. In GOMES, R. V.; GOMES, M. V.; TENTE, C., coord. – *Cristãos e muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencantos*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociência das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, p. 50-66.

CATARINO, H. (1997/98) – O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento e recintos fortificados. *Al-'Ulyà*. Loulé. 6. 3 vols.

CATARINO, H. (1999/2000) – O Castelo de Salir: escavações da campanha de 1998. *Al-'Ulyà*. Loulé. 7, p. 77-128.

CATARINO, H. (2002) – Herança islâmica na *Madînat Al-'Ulyà* (Loulé). Arqueologia e território. In *Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Ação-Piloto de cooperação Portugal – Espanha – Marrocos. Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve. p. 130-142.

CATARINO, H. (2005) – Arquitectura de taipa no Algarve islâmico. As escavações nos castelos de Salir (Loulé) e de Paderne (Albufeira). In *Earth Architecture in Portugal. Arquitectura de terra em Portugal*. Lisboa: Ed. Argumentum. p. 138-142.

CATARINO, H. e INÁCIO, I. (2006) – Vestígios do urbanismo islâmico no Castelo de Paderne: uma primeira abordagem. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 3, Silves, 2005: Actas. *Xelb*. Silves. 6, vol. 1, p. 281-298.

- GÓMEZ MARTÍNEZ, S.; GONÇALVES, M. J.; INÁCIO, I.; SANTOS, C. dos; COELHO, C.; LIBERATO, M.; GOMES, A. S.; BUGALHÃO, J.; CATARINO, H.; CAVACO, S.; COVANEIRO, J.; FERNANDES, I. C. (2015) – A cidade e o seu território no *Gharb al-Andalus* através da cerâmica. In *Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, 10, Silves, Mértola, 2012. Silves: Câmara Municipal; Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p. 19-50.
- GUTIÉRREZ LLORET, S. (2013) – Coming Back to Grammar of the House: Social Meaning of Medieval Households. In GUTIÉRREZ LLORET, S.; GRAU MIRA, I., ed. lit. – *De la Estructura Doméstica al Espacio Social. Lecturas Arqueológicas del Uso Social del Espacio*. Alicante: Publicaciones de la Universidad. p. 245-264.
- JIMÉNEZ MARTÍN, A. (2000) – La primera cantería andalusí. In *Congreso Nacional de Historia de la Construcción*, 3, Sevilha, 2000. Madrid: Instituto Juan Herrera. T. 2, p. 549-556.
- MACIAS, S. (2005) – Mértola. *O último porto do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. 3 vol.
- MACHADO, J. P. (1993) – *Dicionário onomástico etimológico de língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte. 3 vol. 1.ª ed. 1984.
- MARTINS, I. M. P. (1988) – *Arqueologia do Concelho de Loulé*. 2.ª ed. Loulé: Câmara Municipal.
- MATOS, J. L. de (1971) – Cerro da Vila. Escavações em 1971. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 5, p. 201-214.
- MATOS, J. L. de (1991) – Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental. Colóquio Internacional*, 4, Lisboa, 1987. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p. 429-456.
- MATOS, J. L. de (1997) – O período islâmico no Cerro da Vila. In *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR. p. 459-467.
- MAZZOLI-GUINTARD, C. (2011) – Los territorios urbanos de las ciudades andalúsies: perspectivas de estudio. In MARTÍNEZ ENAMORADO, V., ed. lit. – *Congreso Internacional Escenarios urbanos de al-Andalus y el Occidente musulmán*, 1, Vélez-Málaga, 2010. Málaga. p. 15-41.
- ORIHUELA, A. (2007) – La Casa andalusí: un recorrido a través de su evolución *Artigrama*. *Artigrama*. 22. p. 299-335.
- PORTUGAL ISLÂMICO. *Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998.
- TEICHNER, F. e SCHIERL, Th. M. A. (2005) – Cerro da Vila (Algarve, Portugal). Aldeia do mar na época islâmica. In *Al-Ándalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola. p. 123-139.



AL-'ULYÀ, A CIDADE ISLÂMICA

ISABEL LUZIA E ALEXANDRA PIRES

1. INTRODUÇÃO

A escolha de um espaço propício à fixação de uma comunidade obedece a imperativos básicos de sobrevivência observáveis no registo arqueológico desde a Pré-História. O primeiro fator decisivo é o fácil acesso à água, elemento essencial à vida e facilitador da abundância de alimento. A segurança e boas hipóteses de defesa em caso de necessidade serão os valores a considerar em seguida. A cidade de *Al-'Ulyâ* surge, assim, na vertente sul de uma colina a cerca de 12 quilómetros da costa, sensivelmente a meio do território que mais tarde herdará o nome de Algarve. Esta cidade do *Gharb* vem preencher um espaço, até então aparentemente desocupado, no centro de uma rede complexa de cidades de tamanhos variados, vilas, aldeias, lugares, castelos e torres. Pelo menos é esta a descrição que *Ibn Sa'îd* faz do *al-Andalus* no século XIII: «...um país cercado pelo mar, abundante em frutos e produções de todo o género, com muitas cidades e vilas, e de tal modo povoadas que, se um viajante percorre uma certa distância, encontra a cada passo no seu caminho aldeias, cidades, vilas rústicas e campos cultivados e nunca deparará, como é geralmente o caso noutros países, com grandes porções de terra não cultivada ou deserto.» (Coelho, 1972, p. 85-86). E continua: «...é o único país no mundo onde o viajante depara com três, quatro ou mesmo mais cidades no decurso de um dia de cavalo, encontrando, além disso, em cada duas parasangas, fontes de água límpida e aldeias com mercados e lojas bem providas...» (*idem*, p. 88-89).

Esta obsessão pela água e a riqueza que ela produz pode parecer estranha para quem conhece o *Gharb*, mas plenamente justificada aos olhos de quem desce de uma cultura nascida no meio do deserto. E, tal como se escolhe o sítio mais apropriado para montar acampamento no deserto, uma cidade construída

de raiz tira partido do território que pode e prefere ocupar. A cidade organiza-se espacialmente, hierarquizando os lugares dentro e fora das suas muralhas, disseminando equipamentos de acordo com a sua função, sempre com o derradeiro propósito de tirar o máximo proveito de todos os recursos que o sítio possa proporcionar. No entanto, numa região sob influência islâmica desde o início do século VIII, a cidade de *Al-'Ulyâ* não surge por acaso. *Ibn Sa'îd* salienta os modos de viver dos habitantes do *al-Andalus* «... que, em vez de viverem todos juntos, agrupados em cidades e aldeias, como fazem os Egípcios, preferem residir em casas pequenas e habitações no meio dos campos, à beira de regatos e no declive das montanhas, o que dá ao país um aspeto de conforto e prosperidade que o viajante procurará em vão noutras partes.» (*idem*, p. 86).

Com o correr do tempo e com as transformações político-económicas, as sociedades acabam necessariamente por ter de se adaptar também, reconstruindo ligações regionais, redistribuindo poderes e por vezes criando novas realidades em resposta a novos desafios. *Al-'Ulyâ* nasce cidade numa época em que o sul do atual território português, além da instabilidade política local, se vê a braços com recorrentes tentativas de conquista por parte dos cristãos. Assim, é já no final da ocupação muçulmana do nosso território que surge esta cidade, reorganizando esse povoamento disperso de que *Ibn Sa'îd* fala, provavelmente fortificada durante o século XII, no âmbito do cenário de insegurança que então se vivia.

O perímetro amuralhado, cujo percurso se encontra, de um modo geral, bem delimitado na malha urbana, tem vindo a ser conhecido com mais detalhe na última década, definindo uma área intramuros com cerca de 5 ha. A zona de implantação das portas da cidade

é genericamente conhecida, sendo que a única que ainda hoje se mantém fisicamente de pé, apesar de entaipada, é a Porta de Faro. A esta veio juntar-se, em 2007, a descoberta dos restos da Porta da Vila, objeto de trabalhos recentes de musealização (Luzia, 2010). No que respeita aos edifícios públicos, à mesquita cristianizada, da qual o imponente minarete ainda hoje se ergue a considerável altura, veio juntar-se a descoberta do *hammam* (Luzia, 2009, e Pires; Luzia, 2014). Parte do sistema hidráulico da cidade tinha sido já posto a descoberto em 2005 (Luzia, 2006). À necrópole da Quinta da Boavista, localizada a norte da cidade (Luzia, 1999/2000) veio acrescentar-se a necrópole oriental da cidade (Pires e Benisse, 2010). Pouco a pouco, o mapa da cidade medieval islâmica emerge aos nossos olhos, remetendo-nos para uma cidade notável, que aparece mencionada nas fontes árabes tardias como *Madīnat Al-'Ulyà* (fig. 1).

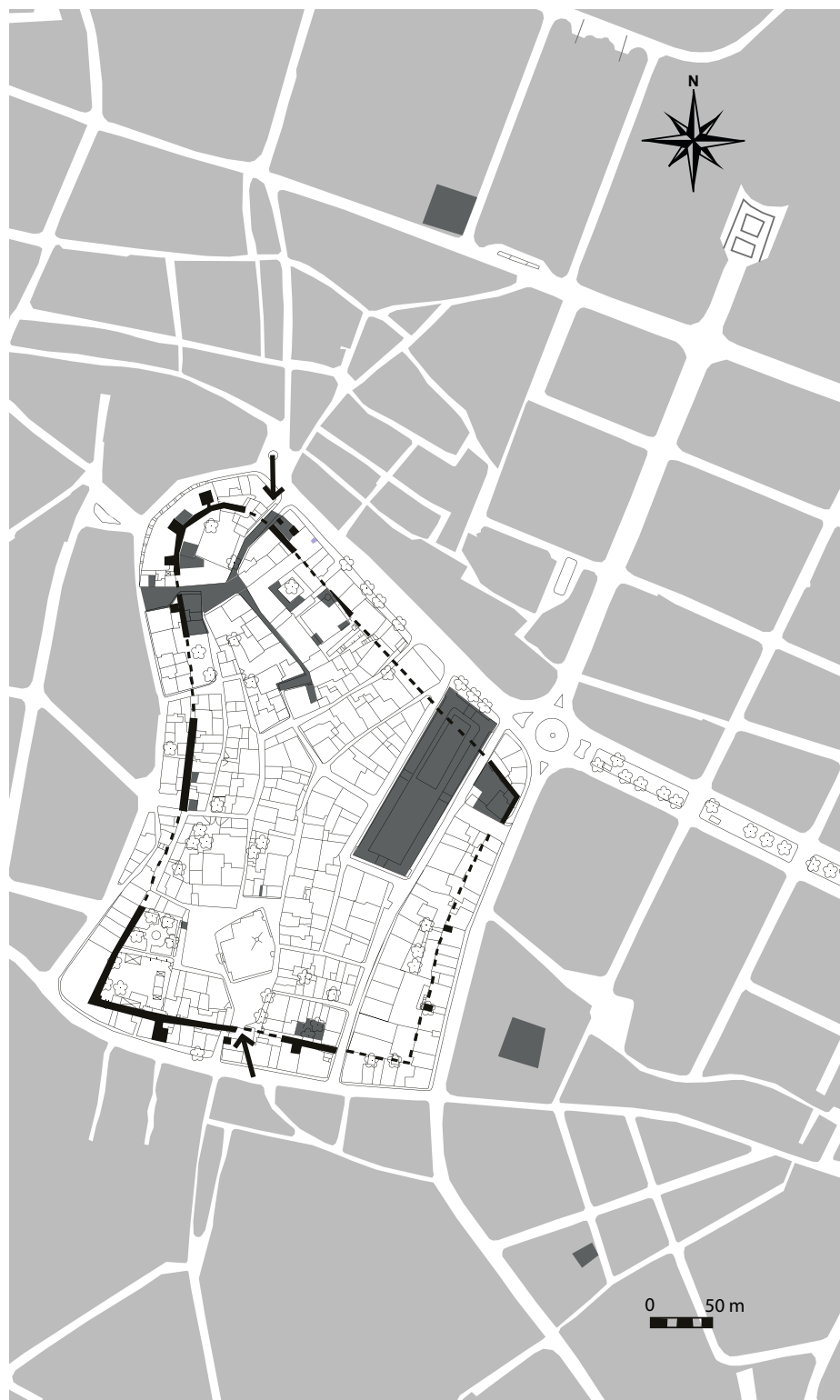


Fig. 1 – Planta da cidade de Loulé com a implantação das muralhas, portas e áreas alvo de intervenção arqueológica.

2. AS MURALHAS E PORTAS DA CIDADE

Para efeitos de defesa há que escolher um local que por si só ofereça garantias. *Al-'Ulyà*, a Alta, não carece de um cerro grandioso para se instalar, mas antes uma encosta que lhe permita abarcar visualmente e, portanto, controlar, a paisagem em seu redor. Estrategicamente posicionada, facilmente tem acesso aos aglomerados populacionais mais próximos, sejam eles, Paderne, Salir, São Brás ou Ossónoba ou mesmo ao território desde a cidade até ao mar, a uma distância que oscila entre os 12 e os 17 quilómetros. Com a construção das muralhas, que seguem muitas vezes o ondulado das curvas de nível, a cidade está pronta a dar a segurança necessária ao quotidiano das suas gentes. Como salienta *Ibn Sa'îd*: «Muitas destas cidades estão solidamente fortificadas e rodeadas por muros como proteção contra as incursões do inimigo; outras, precisamente pelo mesmo motivo, são tão fortes por natureza ou tão bem fortificadas por arte como para serem sitiadas pelos cristãos durante vinte anos sem cair nas suas mãos.» (Coelho, 1972, p. 86-87). A fortificação e as suas portas tornam-se, aliás, um fator incontornável no ordenamento da cidade e do espaço à sua volta, até à atualidade. A porta sul, que ainda hoje

se conserva de pé, mantém-se até ao século xvii como o principal acesso para quem vinha de Faro. É neste século que, com a construção da Ermida de Nossa Senhora do Pilar, a porta é anulada, abrindo-se mais tarde um rasgão na muralha, ao lado da porta entaipada, para permitir que se continue a aceder à cidade pelo lado sul. Junto a esta porta existia uma torre, cuja base se encontra atualmente dentro do edificado urbano. A ermida encontra-se construída entre o pano de muralha e a torre, o que aponta para que se tratasse originalmente de uma albarrã. Perto deste local, para oeste, localiza-se uma outra torre albarrã, construída em taipa, conhecida por Torre da Vela, a única que chegou praticamente intacta aos nossos dias. Do lado sul da fortificação conserva-se mais outra torre, a este da primeira, adossada ao pano de muralha, que sobressai ainda hoje por entre os telhados do casario. A muralha inflete para norte junto à atual Avenida Marçal Pacheco, onde sabemos igualmente da existência de duas torres (fig. 2). Na zona da atual Rua Pedro de Freitas ficaria localizada uma porta, cujos restos teriam sido destruídos no final do século xix ou início do século xx aquando da construção de alguns edifícios no local (Palma, 2009, p. 150-151).



Fig. 2 – Planta das expropriações realizadas para a construção do mercado municipal de Loulé onde é visível parte da muralha, hoje destruída (Câmara Municipal de Loulé).

Neste local existiria a Ermida de Nossa Senhora do Carmo, destruída provavelmente em momento cronologicamente próximo, mas que, ao contrário da porta, aparece ainda registada num mapa do início do século xx (fig. 3). Escavações recentes (realizadas pela arqueóloga Ana Resende, a quem agradecemos as informações prestadas), num edifício particular situado neste local, vieram lançar alguma luz sobre o traçado exato da muralha nesta zona. É precisamente dentro do atual edifício localizado na Rua Pedro de Freitas que a muralha inflete para oeste, passando pela zona do mercado e câmara municipal onde, apesar dos acompanhamentos de obra aí realizados, não é possível indicar com exatidão o seu traçado. A muralha volta a estar visível na zona da Cerca do Convento do Espírito Santo onde, em março de 1990, se realizaram trabalhos arqueológicos no âmbito do projeto de remodelação do local. Trabalhos recentes no edifício do Café Calcinha (realizados pelo arqueólogo Marco Fernandes, ao serviço da Era Arqueologia SA) puseram a descoberto mais um pouco da muralha, embora um grande troço da mesma tenha sido destruído precisamente pela construção deste edifício. Os resultados obtidos numa pequena sondagem realizada dentro do mesmo edifício, mas no que foi zona extramuros da cidade, apontam para que tenha aí existido uma estrutura de fosso que ajudaria na proteção daquele flanco da fortificação. Nesta zona mantém-se ainda de pé uma torre, localizada junto da Ermida de Nossa Senhora da Conceição, onde tinha sido já igualmente

identificado um tramo de muralha e os restos da porta norte da cidade medieval. Mais uma vez, como no caso da porta sul, verifica-se que a construção da Ermida de Nossa Senhora da Conceição das Portas da Vila, no século xvii, vai anular a porta, neste último caso com a destruição total da mesma, tendo os seus alicerces sido descobertos somente em 2007 aquando das obras de restauro do templo. A configuração exata do sistema defensivo desta entrada na cidade não é clara, mas é possível aferir que se tratava de uma entrada em cotovelo, dada a orientação da soleira da porta. Junto a esta porta, a principal da cidade medieval, encontra-se a alcaidaria cristã que provavelmente veio ocupar o antigo espaço da alcáçova islâmica. Restos de habitações postas a descoberto nos anos 80 do século xx dentro do atual Museu Municipal de Loulé parecem apontar essa hipótese. Nesta zona encontram-se ainda conservadas três torres, uma delas albarrã. O topónimo Rua da Barbacã, na zona exterior às torres, parece sugerir um sistema defensivo hoje desaparecido. Nesta zona exterior, entre a muralha e a Rua da Barbacã, aquando da demolição de alguns edifícios no início do século xxi, foi identificado parte do sistema hidráulico da cidade. É aqui que a muralha inflete para sul, e que, junto a uma torre que até há pouco tempo passava despercebida entre o casario, se encontra o edifício dos banhos islâmicos, dentro do perímetro amuralhado. A partir daqui são ainda visíveis alguns troços do limite oeste da fortificação, onde não são observáveis quaisquer torres.

Fig. 3 – Plano de reconfiguração da futura Av. Marçal Pacheco, onde é visível a implantação da Ermida de Nossa Senhora do Carmo (Câmara Municipal de Loulé).



3. A VIDA QUOTIDIANA NA CIDADE

As escavações arqueológicas realizadas na área urbana de Loulé têm revelado um pouco da vida quotidiana em época islâmica. Alguns vestígios de habitações, silos, e diversos artefactos são indicadores do tipo de ocupação existente no núcleo urbano. No entanto, como se pode observar na figura 1, a maior parte das intervenções realizadas até hoje são quase sempre limitadas por troços da muralha que contornam a cidade. Este facto faz com que, numa cidade construída de raiz, o espaço imediatamente adjacente aos muros fortificados seja o último a ser ocupado por habitações, que à partida se preferem longe de possíveis destruições provocadas por ataques e cercos inimigos. Assim sendo, salvo raríssimas exceções, os materiais exumados nestas intervenções dão testemunho dos últimos momentos da ocupação da cidade, ou seja, a época almôada. *Ibn Sa'îd* (século XIII) descreve cidades brilhantes e bem equipadas de infraestruturas: «Nunca vi no Oriente ou no Ocidente qualquer cidade que possa competir com as do Andaluz no tamanho e solidez dos seus edifícios, pois em parte alguma encontrei construções tão magníficas e trabalhos públicos como vi em quase todas as cidades do Andaluz...» (Coelho, 1972, p. 87). Se é certo que sabemos a localização de alguns edifícios públicos, não foi possível até hoje fazer o levantamento da planta completa de uma única habitação. Nas escavações realizadas no âmbito do arranjo urbanístico da Cerca do Convento do Espírito Santo, a arqueóloga Ana Gonçalves identificou estruturas pertencentes a duas habitações (Gonçalves, 1995), mas nenhuma delas foi escavada integralmente. Uma das casas parece desenvolver-se em torno de um pátio central que terá sido remodelado posteriormente, ainda em época almôada. A casa teria quatro compartimentos, com paredes paralelas e perpendiculares à muralha, da qual se distanciava por um estreito adarve. Este espaço, já fortemente revolido aquando da intervenção arqueológica, teria por certo mais para revelar, uma vez que se tratava de uma área não urbanizada e que não apresentava, na altura, os constrangimentos da existência de construções modernas contíguas ou mesmo arruamentos. É precisamente deste sítio que nos chega uma jarra decorada, raro exemplar de cerâmica de época almorávida (Luzia, 2003a, p. 59, cat. 330). Trata-se de uma peça para a qual não se conhecem paralelos formais, ainda que a pasta apresente cor e consistência idênticas à da floreira de Tavira (Maia et al., 2003, p. 300, n.º 173) e

decoreção pintada a branco, com traços finos e padrão estilístico semelhante ao vaso de Tavira (*idem*, n.º 172). Outros sítios houve donde se recolheram cerâmicas de características almorávidas, como na «antiga entrada da Alcaidaria» (Luzia, 2006b), desta vez associado a um derrube de taipa, perto de uma das torres da chamada barbacã. Foram escavados vestígios de outra habitação no n.º 10 da Travessa Martim Farto, hoje Travessa da Calçada (Luzia, 2003b e 2003c). Aqui foram identificados dois compartimentos de uma habitação, tendo um deles um vão que daria acesso a uma outra dependência. A casa era limitada a oeste por um adarve que a separava do caminho de ronda adossado à muralha. Dado que a escavação se circunscreveu à área da casa atual, não foi possível obter a planta completa deste edifício. Tal como em outras escavações realizadas na cidade, os muros eram feitos de blocos calcários, por vezes misturados com caliço (calcário tufoso). Em certos pontos da estrutura habitacional as paredes conservaram-se até um metro de altura e assentavam na rocha de base, exibindo roços de fundação, visíveis após a remoção do pavimento de cal argamassada. Exibiam ainda restos de revestimento de cal com pinturas em bandas de cor vermelha. Não foi possível, até ao momento, aferir se as habitações encontradas no interior da cidade tinham somente os alicerces em pedra, recorrendo depois à taipa para conseguir a altura desejada dos edifícios, como sucede em Salir (Catarino, 1999), ou se seriam edificadas na sua totalidade com o mesmo tipo de aparelho construtivo dos alicerces. É provável que recorressem à taipa, à semelhança de Salir e um pouco por todo o *Gharb* mas os dados existentes até ao momento não confirmam nem desmentem tal hipótese. Nesta escavação da Travessa Martim Farto, a quase totalidade do espólio recolhido estava depositado entre a parede oeste da casa e o caminho de ronda da muralha (à exceção de uma pequena panela, uma tampa e duas pontas de besta). As cerâmicas recolhidas apontam para cronologias almôadas e são demonstrativas das tipologias largamente conhecidas noutros locais como Salir (Catarino, 1997-1998), Silves (Gomes, 1988), Tavira (Maia et al., 2003) ou Mértola (Macias, 1996). A loiça de cozinha predomina, seguindo-se as vasilhas de armazenamento e a loiça de mesa (Luzia, 2003b). De entre todas elas destaca-se um pequeno pote com vidrado integral, com seis asas para suspensão (Luzia, 2003c, p. 231, fig. 5.3, cat. 423), um bordo de talha estampilhada vidrada a verde (cat. 418) e um bico vertedor, com forma zoomórfica e decoreção a

branco. Este último apresenta semelhanças evidentes com as figuras do já mencionado vaso de Tavira, quer a nível da pasta, da técnica de fabrico e da decoração a branco (Luzia, 2003c, p. 231, fig. 5.4). Foram ainda encontrados restos de estruturas habitacionais na terceira sala do que é hoje o núcleo sede do Museu Municipal de Loulé, onde foram recuperados materiais desde a época almóada (p. ex. cat. 419) à época moderna (p. ex. a malga 446 ou as candeias 444 e 445), mas a estratigrafia é desconhecida (*ibidem*, p. 223).

As grandes obras de demolição, aterro e terraplanagens do Mercado Municipal, no início do século xx, trouxeram a público alguns materiais cerâmicos significativos. São provenientes desta obra as duas bases de talha (cat. 420 e 421), estampilhadas e cobertas com vidro verde (Luzia, 2015, p. 68, fig. 20 e Macias et al., 1998, p. 152, n.º 82), típicas da época almóada e os candis (Luzia, 2015, p. 70, fig. 26 e 27, cat. 358 e 357), que apresentam cronologias mais antigas.

3.1. OS SILOS

Os silos, estruturas subterrâneas escavadas na rocha, são os vestígios melhor conhecidos em época islâmica. Na página 285 da sua *Monografia do Concelho de Loulé*, Ataíde de Oliveira, um amador da História e da Arqueologia, faz referência a estes «celeiros», referindo que «... em alguns dos que tenho explorado são frequentes os fragmentos de louças arabes.» (Oliveira, 1998, p. 285). *Ibn Sa'îd* salienta a importância dos silos elogiando a destreza dos seus construtores pela «...facilidade que têm em guardar os cereais, durante vários anos, em celeiros subterrâneos, devido ao que qualquer cidade pode, se necessário, suportar um cerco de uma centena de anos.» (Coelho, 1972, p. 87). Em Loulé foram já identificadas dez destas estruturas, embora apenas nove tenham sido intervencionadas. Os silos têm, por norma, uma abertura circular de diâmetro reduzido (máximo 50 cm), alargando progressivamente até à base. Em alguns silos a base é plana e confere-lhes forma de cúpula, enquanto noutros a base côncava lhes dá forma de saco. Escavados na rocha macia, as suas paredes alisadas são normalmente revestidas com uma argamassa argilosa, que tem como função impermeabilizá-los, permitindo a correta conservação dos cereais e/ou frutos secos. Quatro destas estruturas localizavam-se na Cerca do Convento do Espírito Santo mas, durante a intervenção de 1990 (Gonçalves, 1995), não foi possível associar qualquer destes silos

a espaços habitacionais. Dois deles foram integrados no projeto de requalificação do espaço. No claustro do Convento do Espírito Santo foi identificado outro silo, também parcialmente destruído, a apenas alguns metros dos anteriores. A oeste, durante as obras de remodelação do Mercado Municipal, em 2005, constatou-se a existência de um silo aquando da abertura de uma das novas sapatas (Luzia, 2015, p. 59-60). Parcialmente destruído, deverá ter sido usado como lixeira em época moderna. Do que restava do seu interior foi retirado um conjunto de cerâmicas com cronologias que se balizavam entre a época almóada e a época moderna (cat. 448). Em 1906, à data das primeiras demolições e terraplanagens, Bernardo de Sá desloca-se a Loulé para recolher achados dispersos pelo local e menciona a existência de «poços, empedrados [...], silos, vestígios alicerces, etc.» (Sá, 1906, p. 199). Infelizmente não há qualquer registo destas estruturas que permita saber a sua forma concreta ou localização exata. No largo da igreja Matriz foi descoberta outra estrutura deste tipo no seguimento da escavação para a colocação de um ecoponto. Mais uma vez, o silo não estava completo, não sendo possível aferir a sua profundidade original.

Foi no n.º 10 da Travessa Martim Farto que se confirmou a existência dos três silos remanescentes. O primeiro localizava-se no compartimento sul da casa, perto da porta que dava acesso ao cómodo seguinte. Tinha uma boca com 47 cm de diâmetro, estruturada por pedras, e media 1,67 m de altura. A sua forma era a de uma cúpula quase perfeita, que terminava numa base plana, com 1,67 m de diâmetro. O seu interior continha apenas terra. Durante a escavação verificou-se que, a sul do mesmo, existia uma outra estrutura escavada na rocha, cuja curvatura da parede tocava tangencialmente o primeiro silo. Tratava-se de uma obra inacabada, tapada com uma laje de calcário, apenas perceptível quando se desmontou o pavimento da habitação. Aparentemente, a descoberta de um afloramento de calcário mais compacto alterou a intenção dos construtores que optaram por desistir deste silo e abrir um outro, desta vez totalmente escavado no calço macio. No compartimento contíguo constatou-se a existência de mais um silo mas, dada a sua localização, sob a casa vizinha, só foi possível recolher alguns materiais aí depositados. Finalmente, cabe dizer que os silos islâmicos são quase sempre usados como lixeiras ou locais de despejo em épocas posteriores. A afirmação de Ataíde acima mencionada (Oliveira, 1998, p. 285) não é portanto desprovida de verdade.

3.2. LIXEIRAS

A necessidade de se desfazer do lixo é um problema que merece atenção de qualquer comunidade. Na Loulé islâmica conhecemos apenas a existência de fossas que eram utilizadas como espaços de cariz privado para despejo do lixo doméstico. A «Oficina do Sr. Carrilho» revelou duas fossas escavadas na rocha, de forma circular (Luzia, 2003b e 2003c). Diferenciavam-se dos silos por apresentarem a face interior grosseiramente talhada, sem qualquer tipo de revestimento. O seu conteúdo era quase exclusivamente composto por materiais arqueológicos de época almóada e restos de fauna, estando completamente envolto em cinza. Nas camadas junto à base das fossas foi possível recolher carvões de dimensão razoável que, devido à falta de oxigénio, não se chegaram a desfazer. Este processo de incendiar periodicamente as lixeiras tem a função prática de impedir a propagação de doenças e ao mesmo tempo reduzir o volume do lixo acumulado. Neste local foi recuperado um conjunto de materiais exclusivamente almóadas. As cerâmicas eram obviamente em maior número e nelas se reconhece facilmente o espólio de uma habitação islâmica: a loiça de cozinha composta por painéis (p. ex., cat. 346), púcaros, caçoilas com e sem vidro; a loiça de mesa com as taças, jarras, bules, jarras de pasta branca (cat. 324); vasilhas de armazenamento como o cântaro n.º 425 deste catálogo, potes de vários tamanhos; objetos de iluminação como as candelas de pé; ou os brinquedos, miniaturas das peças reais do quotidiano, destinadas ao entretenimento das crianças enquanto preenchiam uma função educativa ao permitir encenar recriações do dia-a-dia (v. bule cat. 376 e jarrinha 377). Os objetos em metal estavam representados por dois fusos, um deles ainda com o cossoiro em osso (cat. 397), uma tesoura, duas lâminas de faca e cerca de uma dúzia de tachas decorativas pertencentes a uma pequena peça de mobiliário. Das peças em osso, além do cossoiro, destacavam-se ainda duas pequenas lâminas retangulares, polidas numa das faces, normalmente usadas como revestimento de uma pequena caixa ou arquinha. Recuperaram-se ainda fragmentos de pequenos recipientes de vidro. A fauna recolhida neste sítio, bem como outros conjuntos da área urbana de Loulé, tem vindo a ser estudada pela equipa coordenada por Maria João Valente, do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, no âmbito de teses de licenciatura

e mestrado. O estudo destes restos constitui um contributo importante não só para caracterizar as paisagens arcaicas, mas também para, por exemplo, aferir a importância dos recursos naturais para a economia local numa dada época.

3.3. O SISTEMA HIDRÁULICO

Al-'Ulyà nunca foi conhecida pela abundância dos seus ribeiros que correm a céu aberto. Existem alguns, a montante da cidade, na sua maioria sazonais que descem até ao Cadoiço e nele se diluem sem deixar grande memória. Há cerca de 30 anos ainda era tradição, pelos inícios da primavera, ir espreitar ao Olho de Água se o «olheiro» já tinha rebentado e, caso tivesse chovido muito, talvez se mantivesse até ao início do próximo inverno. Mas, quando falamos de lençóis freáticos e aquíferos, o panorama muda drasticamente: «É voz geral que a praça de Loulé, no meio para cima, compreendendo o Largo dos Inocentes, está assente sobre um grande lençol d'água. Effectivamente em todo aquele espaço existem mais de cem poços de excelente água.» (Oliveira, 1998, p. 82). Instalada em terrenos calcários formados sobre a halite (sal-gema), a cidade beneficia da capacidade que estas formações têm em acumular e conservar a água especialmente em climas mais áridos. A escolha deste sítio não é, portanto, inocente, é antes fruto do imperativo de colmatar um requisito incontornável para a sobrevivência da espécie humana. Nesta zona o lençol freático encontra-se a pouca profundidade e os mais de 100 poços de que Ataíde fala, nem sequer são no interior do perímetro amuralhado. Quando *Ibn Sa'īd* falava de «trabalhos públicos» (v. Coelho, 1972, p. 87), podia referir-se a inúmeros equipamentos, infraestruturas de uso público que beneficiassem a cidade e elevassem a qualidade de vida dos seus moradores. O sistema hidráulico (Luzia, 2006a) que abastecia de água a cidade de *Al-'Ulyà* inscrever-se-ia sem dúvida na lista desse tipo de «trabalhos». Dada a maciez da rocha caliça do subsolo, foi possível, em época islâmica, escavar uma série de túneis que, ligando um ou mais lençóis subterrâneos existentes, redistribuíam a sua água, canalizando-a para as casas particulares e para os edifícios públicos. Em 2004, após a demolição de alguns edifícios adossados à muralha na Rua da Barbacã, foi detetada uma entrada subterrânea que, uma vez escavada, revelou um túnel principal e o início de mais outros dois (v. Luzia, 2006a, p. 86, fig. 2 e 3). Este tipo

de estruturas, mais do que permitir o acesso à água à superfície, como acontece por exemplo com os *qanats* um pouco por todo o Médio Oriente, Norte de África e, na mesma época nas regiões sul europeias que bordejam o Mediterrâneo, redirecionava o fluxo do curso de água segundo as necessidades da população, criando uma rede de poços. Nestes, a água não estaria a mais de 1,5/2,5 m de profundidade, visto que, como já se salientou, os aquíferos são muitíssimo superficiais. Numa cidade construída de raiz, poder levar um recurso natural desta importância para onde fosse desejado constituía uma mais-valia inestimável. Esta técnica de encaminhamento da água através de túneis abertos no calíço é observável ainda hoje em aldeias do interior da Península Arábica, nomeadamente na Arábia Saudita, onde o encarregado de zelar pelo bom estado e funcionalidade das estruturas – profissão que, pela sua importância, é normalmente bem remunerada e passada de pai para filho – munido de simples escopro e martelo assegura afinal a sobrevivência da comunidade.

Desta intervenção arqueológica resultou significativo espólio, maioritariamente cerâmico, compatível com o encerramento propositado de pelo menos parte do sistema à época da conquista cristã. Destacam-se as panelas, potes, fragmentos de bules e de alcatruzes, malgas vidradas ou o fogareiro com o n.º 351 deste catálogo, dignos representantes do espólio doméstico almóada. Este não será um facto excepcional, uma vez que está largamente documentado o desprezo a que foram votadas, em épocas cristãs, por razões várias, diversas infraestruturas relacionadas com a saúde e higiene das populações: desde as simples canalizações de drenagem de águas sujas do interior das casas (esgotos), passando pelos edifícios dos banhos públicos, ou mesmo os algerozes de escoamento de águas pluviais das muralhas.

3.4. OS ARRUAMENTOS

No que diz respeito aos arruamentos, as informações de que dispomos do ponto de vista arqueológico para a cidade islâmica são muitas escassas. Este fenómeno prender-se-á essencialmente com dois aspetos: o reduzido número de intervenções efetuadas e as alterações do perfil topográfico que a cidade sofreu ao longo dos tempos, quer por ação humana quer como consequência de catástrofes naturais. As escavações levadas a cabo até agora centraram-se, na sua maioria, em áreas ocupadas por edifícios, tendo sido menos as

vezes em que se atuou de forma sistemática no espaço público. Na verdade, os únicos sítios onde podemos assegurar perentoriamente a existência de pequenos troços de rua são, por exemplo junto das Portas da Vila e de Faro, uma vez que são conhecidas as suas soleiras. Mas note-se que os antigos acessos à Porta da Vila e à Porta de Faro correspondem, pelo menos desde 1656 ao espaço interior das ermidas de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Pilar, respetivamente. Um outro troço de rua foi identificado indiretamente, através dos vestígios deixados pelo incêndio à época da conquista cristã no interior da habitação parcialmente escavada no n.º 10 da Travessa Martim Farto. De facto, a habitação referida foi destruída por um grande fogo que deixou as telhas de meia cana ainda imbricadas umas nas outras junto ao pavimento da casa. No seu interior quase nada foi deixado. As paredes, que nalguns pontos ainda conservavam reboco, apresentavam blocos de rocha completamente desfeita, com consistência idêntica às que resultam da manufatura da cal de pedra. No interior da casa a potência da camada de queimado estéril chegava a atingir 50 cm junto da parede sul, diminuindo gradualmente de espessura à medida que progredia para norte. A parede sul desta casa estava exatamente por baixo da fachada sul da casa atual, embora entre o topo da primeira e a base da última existissem cerca de 1,20/1,50 m de terra. Deste modo, a artéria de *Al-'Ulyà* encontrar-se-ia cerca de 2,5 m abaixo da que hoje pisamos: o pavimento desta casa estava 2,47 m abaixo da cota da soleira da casa atual.

Outro fator que contribui de sobremaneira para o desconhecimento do traçado dos arruamentos de época islâmica, de acordo com os dados arqueológicos disponíveis, é o facto de a cidade ter sofrido grandes terraplanagens que deixaram a rocha de base à vista e cortaram muitas vezes estruturas negativas: veja-se o exemplo dos silos intervencionados um pouco por toda a cidade – exceção feita aos da Travessa Martim Farto – ou mesmo das fossas encontradas na «Oficina do Sr. Carrilho». A construção do mercado no início do século xx transforma aquele espaço (fig. 2) e a sua envolvente não só em área mas também em altura (Luzia, 2015, p. 63). A requalificação da Avenida Marçal Pacheco levada a cabo alguns anos pela mesma época, volta a afetar esse espaço (fig. 3). No final da década de 1980 a demolição da Escola Conde Ferreira oblitera parte do substrato rochoso na Cerca do Convento. Os trabalhos de remodelação de infraestruturas que abrangem a Rua Vice-Almirante Cândido dos Reis,

o Largo D. Pedro I, a Rua D. Paio Peres Correia, a Rua das Bicas Velhas, o Largo Afonso III e a Rua da Barbacã, em finais de 2013/meados de 2014 (Simão e Pinto, 2014), mostraram o subsolo de uma cidade cortado na rocha, onde se despontavam mais ou menos arbitrariamente alicerces muitíssimo mal conservados e de altura irrisória, de épocas variadas.

Será também de ter em conta o facto de Loulé se localizar numa área de atividade sísmica. Os testemunhos dos terremotos estão bem patentes no registo arqueológico e documental, com especial destaque para o de 1755. Um episódio desta natureza tem consequências graves para as habitações de menor qualidade construtiva. Se pensarmos que, em época islâmica, as casas intramuros tinham roços de fundação mas que só voltam a ter alicerces dignos desse nome no final do século XX, à medida que vão sendo remodeladas, o cenário torna-se catastrófico. Após estes abalos os destroços seriam aplanados e as casas reedificadas sobre os mesmos. Raras vezes, aproveitando o declive da encosta e com a ajuda da gravidade, era possível desimpedir uma dada área formando um aterro mais adiante. Malgradadamente, as plantas da cidade que chegaram até nós remontam apenas ao final do século XIX. Parece certo, portanto, que associar as ruas estreitas e de traçado irregular hoje existentes ao cenário autêntico da *Al-Ulyà* medieval será um exercício no mínimo ingénuo.

4. O HAMMAM

O *hammam* de Loulé encontra-se localizado em zona próxima à alcáçova, adossado ao interior da muralha. Foi construído parcialmente enterrado aproveitando a inclinação natural do terreno. Os trabalhos arqueológicos encontram-se ainda a decorrer, pelo que alguma informação é ainda parcial.

Os edifícios balneares islâmicos dividem-se em áreas distintas (fig. 4). A sala quente, localizada mais longe da entrada, de modo a preservar o calor, dispõe de um sistema de aquecimento subterrâneo em que o pavimento é assente em pilares que formam condutas para circulação de ar quente, produzido por uma fornalha, alimentada através de uma sala anexa. As paredes da sala quente apresentam uma grande espessura pois no seu interior existem chaminés que permitem a exaustão dos fumos resultantes do processo de combustão. Junto à sala quente encontra-se a sala temperada, também com o seu pavimento

suspensão, recebendo ainda algum calor proveniente da fornalha, o que faz com que a temperatura neste local seja agradável ao corpo. A sala fria localiza-se mais perto da entrada e normalmente a entrada faz-se por um vestíbulo (ou receção). O banho inicia-se na sala quente, com um banho de vapor, que se obtém vertendo água no chão (extremamente quente devido às condutas de ar quente localizadas sob o pavimento), criando uma atmosfera densa e húmida. Finalizado o banho de vapor, passa-se à sala temperada, terminando a visita ao *hammam* na sala fria.

Fig. 4 – Planta dos Banhos Islâmicos de Loulé.

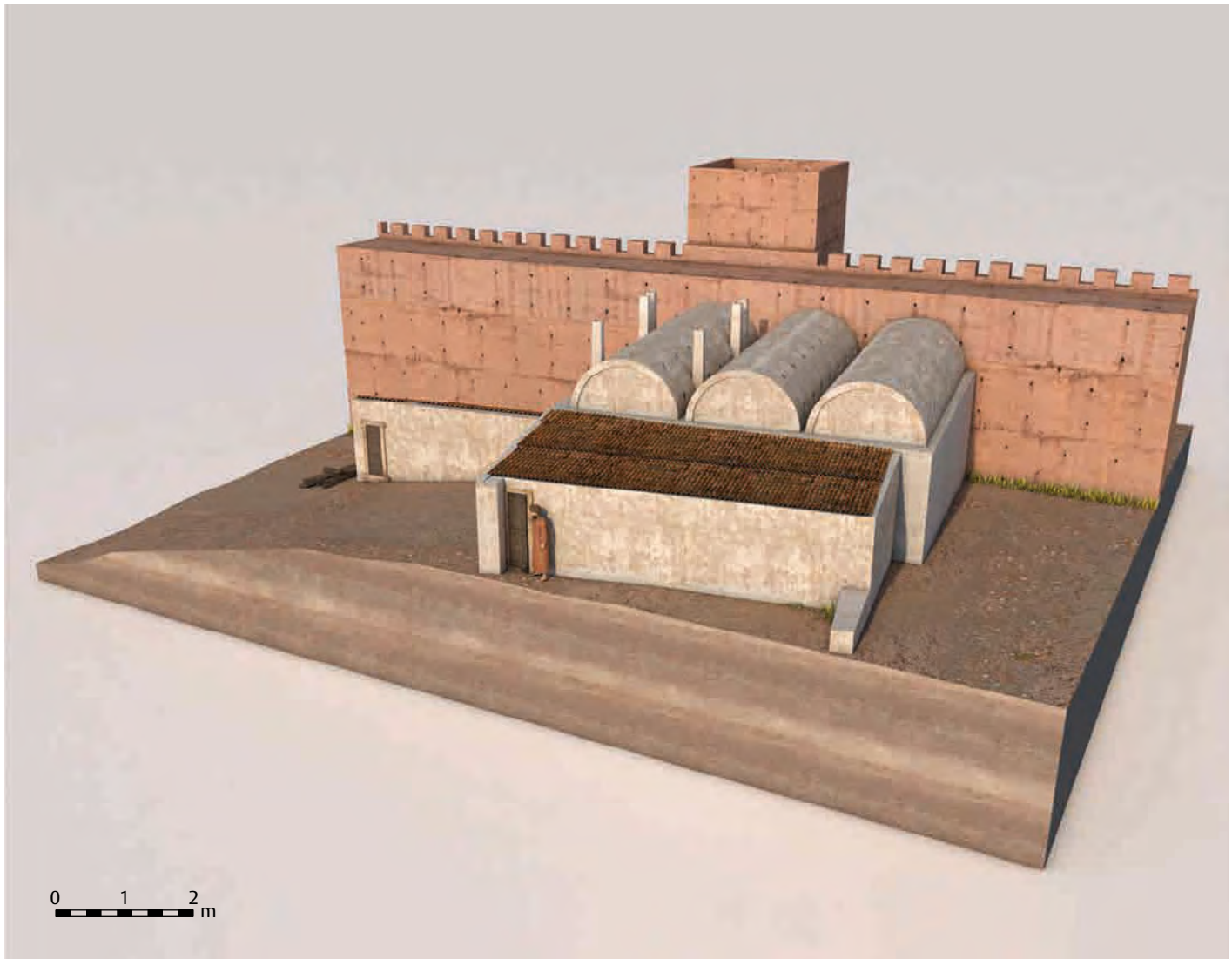


Os trabalhos arqueológicos até agora desenvolvidos puseram já a descoberto algumas estruturas deste complexo balnear. Atualmente é visível a quase totalidade da sala quente e grande parte da sala temperada, com os seus pavimentos suspensos sobre as condutas de ar quente, bem como os pequenos compartimentos que serviam de apoio às salas. É igualmente possível observar as chaminés, construídas no interior dos muros, que permitiam a exaustão dos fumos. Quanto à sala fria, apenas uma pequena parte se encontra presentemente exposta, estando o resto do compartimento ainda por escavar. Trabalhos recentes no Largo D. Pedro I, no âmbito da substituição de infraestruturas no Centro Histórico, permitiram identificar a zona do vestíbulo (Simão; Pinto, 2014). O manancial de água que abasteceria este complexo balnear ficaria localizado na zona de cota

mais alta, a leste do edifício, sendo provavelmente o mesmo que ainda hoje abastece as «Bicas Velhas».

Com os elementos de que dispomos presentemente é já possível delinear as linhas estruturais principais desta construção. Ocupando uma área de cerca de 120 m², trata-se de um edifício com três naves paralelas de planta tendencialmente retangular, orientadas Este-Oeste, as quais apresentam dimensões semelhantes entre si. A estas junta-se, a sul, a zona da fornalha e a este o vestíbulo, de planta acentuadamente trapezoidal, com entrada em cotovelo. Nas extremidades de cada uma das naves principais encontram-se pequenos compartimentos de apoio às salas principais, cujo acesso se faz através de um vão onde se pode ver o arranque do que parece ser um arco em ferradura. Na zona do vestíbulo foi identificada uma latrina (fig. 5).

Fig. 5 – Reconstituição hipotética do edifício dos Banhos Islâmicos de Loulé (Campo Arqueológico de Mértola / Câmara Municipal de Loulé).



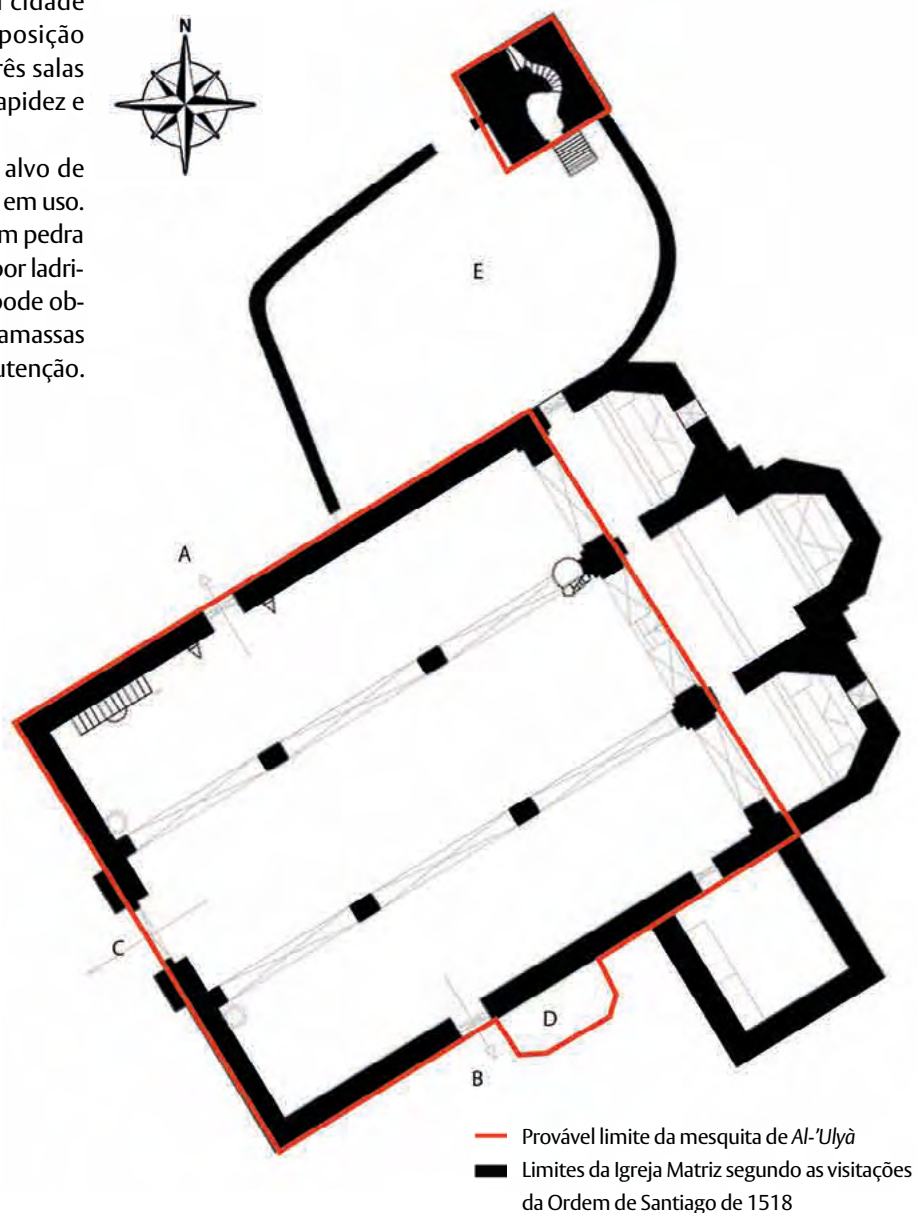
Provavelmente o tecto do edifício seria em abóbada de berço com aberturas para permitir a entrada de luz, tal como se pode observar ainda hoje em alguns edifícios semelhantes existentes em Espanha (Rodríguez Lopez, Cara Barrionuevo, 1982; Passini, 2006; Garcia-Sauco Belendez, Santamaria Conde, 1984; Lopez Osório, Torres Carbonell, 2008). A cronologia mais recuada para banhos de três naves paralelas pode ver-se em Toledo. Aí, o Baño del Cenizal e o Baño del Caballero (Passini, 2006), datados dos séculos x-xi, apresentam plantas semelhantes em que as três salas se adossam umas às outras pelos seus lados maiores e são cobertas por abóbadas de berço rasgadas por luminárias. Outros edifícios de banhos mais tardios, na cidade de Toledo, acabam por apresentar uma disposição das salas muito semelhante. A planta com três salas de configuração semelhante permite maior rapidez e simplicidade no processo construtivo.

O edifício do *hammam* de Loulé terá sido alvo de reparações ao longo do tempo que se manteve em uso. Estas reparações podem ver-se no pavimento em pedra (que se encontra substituído em grande parte por ladrilhos de barro) e no reboco das paredes onde pode observar-se uma sobreposição de diferentes argamassas que documentam ações de reparação e manutenção.

5. A MESQUITA

Junto à entrada sul da cidade fica localizada a Igreja Matriz de Loulé, dedicada a S. Clemente. Embora nunca tenham sido realizados trabalhos arqueológicos neste local, a planta do templo e a sua orientação apontam para a cristianização de uma estrutura religiosa islâmica (fig. 6). Numa descrição encontrada nas *Visitações da Ordem de Santiago* datada de 1518 (Viegas, 1996) podemos verificar que não existiam ainda as capelas laterais, existiria uma porta virada para sul no local onde hoje se localiza a capela de Nossa Senhora da Consolação e a sua torre estaria localizada num adro cercado.

Fig. 6 – Reconstituição hipotética da planta da antiga mesquita de Al-'Ulyâ a partir da planta da Igreja Matriz em 1518 (adaptado de Viegas, 1996).



A partir dessa descrição podemos tentar inferir qual a planta original do templo islâmico, com o *mirhab* localizado na zona da atual capela do Sagrado Coração de Jesus e entrada pela fachada oposta, talvez numa localização próxima à porta gótica que hoje ainda se pode ver no local. É ainda bastante evidente a sua planta quadrangular, orientada de acordo com os preceitos religiosos muçulmanos. O minarete, transformado em

torre sineira, impõe-se ainda hoje na paisagem urbana como uma das mais impressionantes estruturas deste tipo. Esta estrutura foi grandemente afetada por diferentes terremotos e diversas vezes reconstruída (Varela, 1993), remodelações que ainda hoje são visíveis na sua alvenaria. A entrada na torre, que dá acesso a uma escadaria em caracol, encontra-se marcada no lintel com uma estrela de seis pontas.

Fig. 7 – Torre da Igreja Matriz.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a conquista cristã em 1249, reza a lenda, a 23 de novembro, dia de S. Clemente, futuro orago da principal igreja da cidade, os «mouros» são exilados para o exterior dos muros protetores da cidade. Assim nasce o primeiro bairro fora do perímetro amuralhado, onde ainda é possível encontrar ruas com topónimos evocativos dessa realidade, sendo o da Rua da Mouraria o mais significativo (Palma, 2009, p. 244). A Mouraria recebe foral do rei Afonso III em 1269 e a sua população inicia uma nova fase da sua vida, aparentemente de coexistência pacífica mas provavelmente desprovida dos confortos a que a cidade os tinha habituado. Os testemunhos fornecidos pelas *Actas de Vereação de Loulé* do século XIV e XV (Serra, 1999/2000 e 2004) parecem ser prova disso. Certo é que os muçulmanos não terão o mesmo estatuto que os cristãos, donos e senhores da cidade, mas, quanto mais não seja pelo seu número, aparecem em segundo lugar quando se lista a população da cidade. Por exemplo, aquando das obras da ponte sobre a ribeira da Tôr, na reunião de 3 de novembro de 1492, a ordem do corregedor é que «todollos moradores desta villa e seu termo comvem a saber cristãos mouros e judeus se façom prestes pera de manha irem fazer ho caminho daqui atee Ponte d'Ator e pera se correger a dicta ponte.» (Serra, 2004, p. 59). Maria Filomena Barros (2009) enumera uma série de situações em que muçulmanos e cristãos têm os mesmos privilégios, participando em reuniões plenárias do concelho, ocupando cargos de escrivão da comuna, almotacé, ou mesmo de alcaide, eleição confirmada por documento do rei a 20 de janeiro de 1468 (*idem*, 2009, p. 129). Confirma-se inclusivamente, se dúvidas houvesse, a existência de um espaço de culto fora das muralhas da cidade, uma vez que Azmete é o «capelão» da comunidade mourisca (Serra, 1999/2000, p. 249). Em 1496 D. Manuel emite o édito de expulsão dos mouros e judeus. Oficialmente as mourarias cessam de existir e os beneficiários das suas rendas devem ser indemnizados. A atestar a sua importância e tamanho, o total pago por Loulé, ascende aos 197.700 réis, enquanto por Faro é pago 44.000 réis e por Lisboa 33.518 (Barros, 2009, p. 125). Nas *Actas* do século XVI não seria suposto falar-se de mouros, pelo menos oficialmente. Porém a realidade é outra. Aparecem listados como criados, ainda

que essa designação não lhes seja atribuída: «Mafomede mouro de Joham Dias filho de Briatiz Symaez» na Acta de 30 de agosto de 1522 (Duarte, 2014, p. 59), «Mancere moura de Pedro Alvarez», na Acta de 9 de julho de 1524, (num rol onde também consta um escravo índio) (Duarte, 2014, p. 103), a 16 de julho do mesmo ano surge «o mouro de Bartolomeu Vicente Rijo» (Duarte, 2014, p. 109) e por fim, a 23 de julho ainda de 1524, de novo «Mafamude mouro de Joam Diaz Cimoez» e «hua mourinha de Joam Miguez da Goncinha». Resumindo, «mouros de trabalho» ao serviço de cristãos. Henrique Fernandes Sarrão, geógrafo e monografista algarvio do século XVII, na sua *História do Reino do Algarve*, comenta a propósito de Loulé que «Estes nomes mouriscos estão tão vivos nesta vila porque há pouco tempo que nela estiveram os últimos mouros que houve no Algarve (...)» (Barros, 2009, p. 121). Em 1898 Francisco Xavier d'Ataíde Oliveira dá à estampa em Tavira a coletânea *As Mouras Encantadas e os Encantamentos no Algarve*. Nesta obra reúne as lendas, versos e relatos sobre mouros e mouras encantadas de todo o Algarve. Um terço do livro é dedicado à cidade de Loulé e ao território do seu concelho. Parecem ser estas as últimas memórias que a cidade guarda sobre o seu passado islâmico, ainda repetidas aos serões até ao último quartel do século XX. Os encantados, esses, segundo rezam as lendas, continuam à espera que alguém lhes quebre o fado, daí resultando grandes recompensas para quem o conseguir. Mas é necessário cumprir uma série de requisitos, incluindo respeito absoluto pela data em que isso deve ser feito. Será lá pela altura do dia de S. João, o Baptista, que morreu decapitado e cuja cabeça conservada como relíquia estará guardada na *Umayyad* em Damasco, uma das mais antigas mesquitas do Islão, construída sobre uma basílica cristã, onde o próprio *Mahomet* se recusou a entrar para não ser tentado pela beleza do edifício.

Hoje, cabe ao Museu Municipal de Loulé, através da investigação, divulgação e das atividades proporcionadas pelos Serviços Educativos a tarefa de fazer reviver a realidade das memórias da cidade de *Al-'Ulyà*, para que continue a entrar pelas suas portas alguém que ainda reconheça na peça com o n.º 313 deste catálogo, a caçoila das favas.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, M. F. L. de (2009) – Os últimos mouros de Loulé: percurso de uma minoria. *Al-'Ulyà*. Loulé. 15, p. 119-130.
- CATARINO, H. (1997-1998) – *O Algarve oriental durante a ocupação islâmica*. Povoamento e recintos fortificados. *Al-'Ulyà*. Loulé. 6. 3 vol.
- CATARINO, H. (1999-2000) – O castelo de Salir: escavações na campanha de 1998. *Al-'Ulyà*. Loulé. 7, p. 77-128.
- COELHO, A. B. (1972) – *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Seara Nova. vol. 1.
- DUARTE, L. M., coord. (2014) – *Actas de Vereação de Loulé – Século XVI*. Loulé: Arquivo Municipal de Loulé; Câmara Municipal de Loulé. Suplemento da revista *Al-'Ulyà* n.º 14.
- GARCIA-SAUICO BELENDEZ, L. G.; SANTAMARIA CONDE, A. (1984) – Unos banhos árabes en Chinchila. In *Congresso de Historia de Albacete*, 1, 1983. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses «Don Juan Manuel». vol. 1.
- GOMES, R. V. (1988) – *Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves*. *Xelb*. Silves. 1.
- GONÇALVES, A. (1995) – Intervenção arqueológica no convento Espírito Santo. *Al-'Ulyà*. Loulé. 4, p. 51-61.
- LOPEZ OSÓRIO, J. M.; TORRES CARBONELL, J. M. (2008) – El análisis estratigráfico del baño árabe de Churriana de la Veja (Granada): síntesis del conocimiento como base del proyecto de restauración. *Arqueologia de la Arquitectura*. Madrid. 5, p. 187-206.
- LUZIA, I. (1996) – O espólio cerâmico da «Cerca do Convento». *Al-'Ulyà*. Loulé, 5. p. 51-73.
- LUZIA, I. (1999-2000) – A escavação arqueológica de emergência do cemitério muçulmano da «Quinta da Boavista». Loulé. *Al-'Ulyà*. Loulé. 7, p. 129-185.
- LUZIA, I. (2003a) – *Cerâmicas islâmicas da Cerca do Convento, Loulé*. Loulé: Museu Municipal de Arqueologia.
- LUZIA, I. (2003b) – O contributo da investigação arqueológica para o conhecimento do passado histórico da cidade de Loulé. In *Encontro de Arqueologia Urbana*, 4, Amadora, 2000. Amadora: Câmara Municipal, Museu Municipal de Arqueologia da Amadora, p. 11-21.
- LUZIA, I. (2003c) – Testemunhos da ocupação islâmica em *Al-'Ulyà*: estruturas e cerâmicas. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 1, Silves, 2001. *Xelb*. Silves. 4. p. 219-234.
- LUZIA, I. (2006a) – Primeiros dados para o estudo do sistema hidráulico islâmico de Loulé. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 3, Silves, 2005. *Xelb*. Silves. 6, p. 83-92. vol. 1: Comunicações e conferências.
- LUZIA, I. (2006b) – 2003-2006: breve notícia sobre a investigação arqueológica em Loulé. *Al-'Ulyà*. Loulé. 11, p. 235-242.
- LUZIA, I. (2008a) – A investigação arqueológica na cidade de Loulé durante o ano de 2007. *Al-'Ulyà*. Loulé. 12, p. 89-95.
- LUZIA, I. (2008b) – A Primeira campanha de escavação da «Casa das Bicas» – Loulé. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 5, Silves, 2007. *Xelb*. Silves. 8, p. 263-274. vol. 1: Comunicações e Conferências.
- LUZIA, I. (2009) – Loulé: 10 anos de arqueologia islâmica. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 6, Silves, 2008. *Xelb*. Silves. 8, p. 465-476.
- LUZIA, I. (2010) – A Ermida de Nossa Senhora da Conceição: evolução de um espaço. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 7, Silves, 2009. *Xelb*. Silves. 10, p. 421-436.
- LUZIA, I. (2015) – Antes do Mercado. *Al-'Ulyà*. Loulé. 15, p. 49-75.
- MACIAS, S. (1996) – *Mértola islâmica – estudo histórico-arqueológico do bairro da alcáçova (séculos XII-XIII)*. Mértola: *Campo Arqueológico de Mértola*.
- MACIAS, S.; TORRES, C., coord. (1998) – *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- MAIA, M., [et al.], coord. (2003) – *Tavira, território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Tavira: Câmara Municipal.
- MARTINS, I.; MATOS, J. L. (1985) – *As Muralhas de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal.
- OLIVEIRA, F. X. d'A. (1996) – *As mouras encantadas e os encantamentos do Algarve*. 2.ª ed. Loulé: «Notícias de Loulé».
- OLIVEIRA, F. X. d'A. (1998) – *Monografia do Concelho de Loulé*. 4.ª ed. Faro: Algarve Em Foco Editora.

- PALMA, J. F. M. da (2009) – *Dicionário Toponímico. Cidade de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal.
- PASSINI, J. (2006) – Los baños y el agua en Toledo. In *Baños árabes en Toledo*, Toledo, 2005. Toledo: Consorcio de Toledo. p. 31-46. (Los Monográficos del Consorcio; 2).
- PIRES, A.; BENISSE, V. (2010) – A intervenção no Hospital da Misericórdia de Loulé – contributo para a percepção da organização espacial da cidade medieval. *Xelb*. Silves. 10, p. 437-454.
- PIRES, A.; LUZIA, I. (2014) – A escavação arqueológica da «Casa das Bicas» e o edifício do *hammam* de Loulé. *Al-'Ulyà*. Loulé. 14. p. 34-40.
- RODRIGUEZ LOPEZ, J. M.; CARA BARRIONUEVO, L. (1982) – *Los «Banos de la Reina» de Celín (Dálias, Almería)*. Almeria: Diputación Provincial, Instituto de Estudios Almerienses.
- SÁ, B. de (1906) – Relatório de uma excursão arqueológica ao Alentejo e Algarve. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1. 11, p. 197-201.
- SERRA, P., coord. (1999/2000) – *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV/XV*. Separata da revista *Al-'Ulyà* n.º 7. Loulé.
- SERRA, P., coord. (2004) – *Actas de Vereação de Loulé. Século XV*. Suplemento da revista *Al-'Ulyà* n.º 10. Loulé.
- SIMÃO, I.; PINTO, M. (2014) – *Projecto de requalificação das infraestruturas e arranjo urbanístico do centro histórico de Loulé – Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Era Arqueologia SA. Policopiado.
- TORRES, C. (1987) – *Cerâmica islâmica portuguesa*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- VARELA, H. M. [et al.] (1993) – A Igreja Matriz de Loulé: um templo pré-gótico ou uma mistura de vários estilos. *Al-'Ulyà*. Loulé. 2, p. 155-189.
- VIEGAS, A. J. G. (1996) – Visitação da Ordem de Santiago no Padroado de Loulé em Janeiro de 1518. *Al-'Ulyà*. Loulé. 5, p. 135-174.

O CASTELO DE SALIR: UM DISTRITO RURAL (*HISN* E *QARYA*) ISLÂMICO DE *OCSONOBA*

HELENA CATARINO

1. INTRODUÇÃO

Fig. 1 – Hipótese de reconstituição do território/alfoz da comarca rural (*iqlim* ou *nâhya*) do *hisn*/castelo de Salir (tratamento de imagem de José Luís Madeira).

A organização administrativa de *al-Andalus* assentava na alcaria (aldeia), unidade básica de povoamento, e no *hisn* (castelo com respetivo território/alfoz), umas vezes edificado sob a égide do poder central, em outras ocasiões pelas próprias comunidades rurais congregadas em torno da fortificação que, inicialmente, podia ser uma mera cerca defensiva (castelo-celeiro) para armazenar os haveres provenientes da atividade agro-pastoril dessas mesmas comunidades. Assim

se poderá explicar a localização e características do Castelo de Salir, uma das fortificações islâmicas do território de *Ocsonoba*, centro de comarca rural (*iqlim* ou *nâhya*) que abrangia terras férteis propícias à agricultura e regadio, bem como áreas de mato e serranias favoráveis ao pastoreio, na transição do Barrocal para a Serra do Caldeirão, talvez desde a ribeira de Algibre/Tôr, a sul, até ao Cerro do Malhão, a norte. Considerando os 12/13 quilómetros (em linha reta) que distam até Loulé (*Al-'Ulyà*), a sul, e os 16 quilómetros até ao Castelo de Paderne (*hisn Batarna*), a sudoeste, o distrito rural de Salir confinava com estes (fig. 1), sendo mais difícil estimar a sua extensão para leste, dada a inexistência, no estado atual dos conhecimentos, de uma fortificação islâmica no atual concelho de São Brás de Alportel.

O nome Salir/Sellir é atestado nas fontes que relatam a reconquista do Algarve desconhecendo-se a designação no período islâmico. É sugestiva a hipótese, colocada por João Pedro Bernardes e Luís Filipe Oliveira (2002, p. 40), de o *hisn Burtalla/Portella* (?) mencionado por Edrici, poder corresponder ao castelo de Salir, distante cerca de 30 quilómetros de Faro e pouco mais de 43 quilómetros de Silves. Esta proposta foi, porém, refutada, não só pela mudança de topónimo de *Portella* para *Sellir*, mas porque a obra de Edrici é «anterior a 1165 e o castelo de Salir fazer parte do programa de fortificações almôadas, a partir de 1189» (Fernandes, Khawli e Fraga, 2006, p. 13-14). Contudo, independentemente do nome islâmico (*hisn Burtalla*



contextos habitacionais islâmicos correspondem a casas de pátio, densamente ocupadas na fase almóada; por fim, os silos (alguns sob paredes das habitações) foram transformados em lixeiras, uns na época almóada e na fase pós reconquista, outros muito mais tarde, já em época moderna (Catarino, 1995, p. 9-30; 1997/98, p. 452-517; 1999/2000, p. 77-128; 2001, p. 693-705).

2.1. O CASTELO

O que resta do castelo de Salir situa-se na zona poente da sede de freguesia do mesmo nome. Foi definitivamente reconquistado no reinado de D. Afonso III, sabendo-se que, em 1248/1249, aqui acamparam os cavaleiros da Ordem de Santiago e esperaram a chegada de reforços do exército real, sendo a partir de Salir que avançou a reconquista para Loulé e Faro. Perdida a sua função, o castelo estava arruinado, nos séculos XVI/XVII, conforme descrevem Frei João de S. José (1577) e Fernandes Sarrão (circa 1600), o primeiro dizendo que «Tem inda alguns pedaços de muro com seus cubelos, mas já tudo arruinado»; e o segundo indica «um castelo muito antigo, situado no alto de um serro, despovoado, e quasi derribado» (Guerreiro et al., 1983, p. 57-58, 92 e 162). Hoje, quase nada é visível e apenas intuímos panos de muralhas integrados em edifícios que se encostam e sobrepõem às construções islâmicas. Os restos mais evidentes correspondem a quatro torres de taipa, localizadas a sul (torre A), a norte (torre C), a nascente (torre D) e a poente (torre B), neste caso claramente uma torre albarrã (fig. 2).

Fig. 2 – Traçado hipotético das muralhas, as torres de taipa e a área poente onde decorreram as escavações (tratamento de imagem de José Luís Madeira).

ou *hisn Sellir*), neste último aspeto, como veremos pelos resultados das escavações e a existência da lápide funerária árabe, de inícios do século XI, a aldeia/alcaria e a fortificação são anteriores aos Almóadas, que reforçaram as muralhas, acrescentaram torres de taipa, sendo desta época a densa apropriação do espaço interno do castelo, com habitações, algumas sobre silos anteriores.

2. RESULTADOS DAS ESCAVAÇÕES

As escavações no castelo de Salir foram totalmente financiadas pela Câmara Municipal de Loulé, que adquiriu uma casa em ruínas e respetivo quintal, onde se realizaram os trabalhos arqueológicos. Paralelamente, procedeu-se a prospeções pontuais nas encostas e cabeços adjacentes e em torno de Salir. Retirados os escombros e camadas relacionadas com as ruínas da casa de época moderna e as terras aradas do quintal, seguiram-se estratos de derrubes (épocas moderna, tardo-medieval e islâmica), sob os quais se identificaram construções almóadas (algumas com transformações pós-reconquista), e o tramo poente do castelo, frente ao qual está uma torre albarrã (torre afastada das muralhas, cujo acesso se fazia por um passadiço superior entre o topo da muralha e da torre). O sector escavado permitiu reconhecer diversas realidades estratigráficas (islâmicas e posteriores) e o tramo de muralha identificado reporta o castelo para dois momentos; os

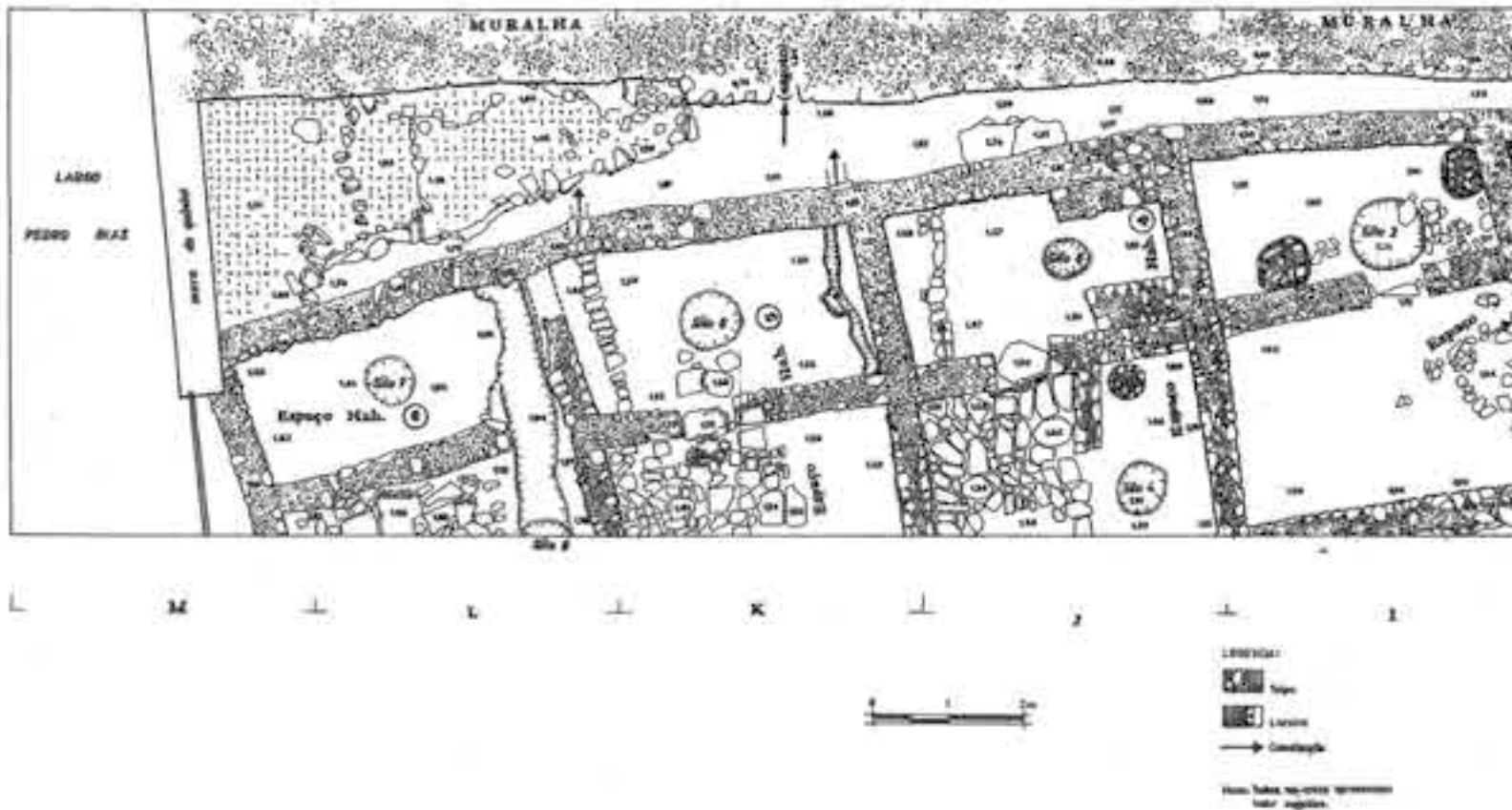


Um tramo da muralha (limite poente do castelo) descobriu-se, em parte, sob o quintal onde decorreram as escavações. Tem 30 m de comprimento e revela técnica construtiva grosseira: dois muros paralelos (60 cm de largura) e «miolo» interno de 60 cm, perfazendo 1,80 m de espessura. A base é compactada, sobre a qual se eleva a muralha, em formigão de pedras mal aparelhadas, argamassadas com terra e cal; portanto, duplo paramento de fiadas pétreas laterais e enchimento de terra e pedras, que sofreram derrocadas em algumas partes. O setor melhor conservado está junto da torre albarrã, onde se observam dois momentos construtivos: as muralhas, anteriores à época almóada, de duplo paramento com enchimento heterogêneo, são interrompidas por uma porta estreita, voltada para a encosta poente. Na época almóada terá sido entaipada e reforçam-se as defesas com a construção das torres, em taipa, uma delas localizada quase em frente da antiga porta e notando-se, na muralha, o que resta do arco.

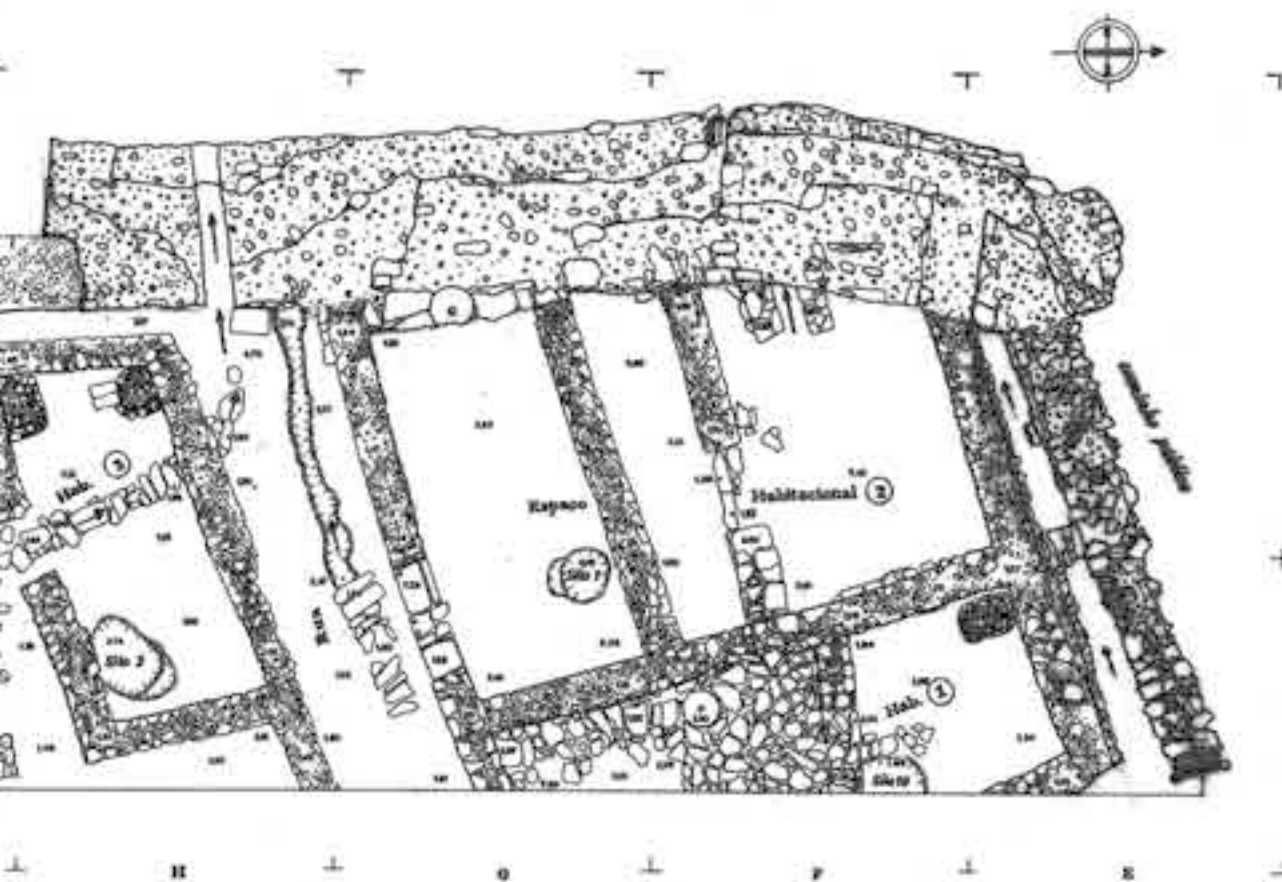
No interior, ao longo deste tramo (fig. 3), só o espaço habitacional 2 (remodelado pós-reconquista) está encostado à muralha. As restantes casas estão afastadas, deixando um adarve, que começa por ter 35 cm

de largura (no ângulo com uma rua), alargando até 1,37 m. Como é habitual, a muralha possui aberturas conectadas com canalizações, para escoamento de águas pluviais e esgotos, de que se identificaram três: a primeira (na casa 2), protegida por dois muretes, tem 30 cm de lado e uma laje de lintel superior; a segunda, a 6,70 m da primeira, tem 40/44 cm de lado, também é encimada por uma laje plana e abre-se onde termina uma ruela, de sentido este/oeste, e começa o adarve. Nesta rua passam duas canalizações: uma, com 35/40 cm de lado, segue ao longo da rua e conserva lajes de cobertura; a outra partia do pátio da casa 3, ia sob a fachada da casa e escoava na canalização da rua; por fim, a terceira abertura, a 12 m da segunda, tem 45 cm de lado e o topo tem «telhado de duas águas». Esta abertura, bem estruturada (ca 20 x 20 cm de lado), também se relaciona com canalizações, detetadas nos espaços habitacionais 5 e 6. Uma (15/20 cm de largura) no espaço habitacional 5, não conserva lajes de cobertura, acompanha a parede norte da casa e segue para o adarve. As outras definem-se ao longo da parede sul das cozinhas das casas 4 e 5, tendo estruturas semelhantes, com lajes de cobertura (ca 18/20 cm de largura) sobre as quais havia lareiras.

Fig. 3 – Castelo de Salir, Loulé, planta final da área escavada: tramo oeste da muralha, estruturas habitacionais e silos (Instituto de Arqueologia tratamento de imagem de José Luís Madeira, Isabel Luzia, e Antonieta Canteiro).



Em síntese, podemos considerar que o castelo tem dois momentos de construção: o primeiro, de data incerta, com muralhas pétreas em duplo paramento; o segundo correspondendo aos reforços almôadas. Ao longo da muralha, o adarve tinha infraestruturas de esgotos e/ou escoamento de águas pluviais, que se dirigiam para aberturas relacionadas com canalizações, bem visíveis na ruela e nas casas 3, 4 e 5. Não se procedeu à limpeza dessas aberturas e a escavação do adarve não foi terminada por existirem casas adossadas à muralha, o que provocaria infiltrações para o seu interior.



2.2. AS ESTRUTURAS HABITACIONAIS

Embora na área escavada existam construções posteriores ao período islâmico, mormente transformações no espaço habitacional/casa 2 e, já em época moderna, a construção da moradia (e quintal) onde decorreram as escavações, descrevem-se aqui, sumariamente, as evidências registadas no conjunto das habitações (fig. 3). Têm o tipo de arquitetura que se configura como padrão, seja em sítios urbanos, como Mértola (Macias, 1996), ou rurais, por exemplo nos Alcariaais de Odeleite (Santos, 2007). O modelo é o de casas de pátio em torno do qual estavam os compartimentos: as paredes (espessura externa de 47/50 cm e interna de 45/47 cm) eram elevadas de taipa sobre alicerces de pedra argamassada com terra; os abundantes derrubes de telhas de meia cana (algumas decoradas com digitações) denunciavam telhados de uma água, a inclinar para o pátio; as telhas seriam assentes sobre barrotes (em telhado de telha vã) podendo ter forro de caniços. Pela restrição do espaço escavado, nenhuma casa ficou totalmente visível, por se prolongarem para o quintal vizinho, sendo o espaço habitacional 3 o mais completo.

Espaço habitacional/casa 1: identificaram-se dois compartimentos de que resta parte do pátio, que abria para a ruela que termina na muralha. O piso do pátio era de barro e lajes de xisto, tendo uma mó integrada no pavimento. Sobre este, as terras estavam muito queimadas, deixando fina película aderente nos rebocos das paredes. Do pátio abria-se um vão (80 cm de largura) para a cozinha, cujo espaço (2,30 x 2,20 m de lado) teria pouco mais de 5 m² de área coberta. As paredes atingiam 70/80 cm de altura e eram de taipa assente sobre base de pedra e terra. No canto noroeste estava uma lareira (ca 50 x 75 cm de lado), de base estruturada com telhas e argila compactada e ruborescida pelo fogo. Sobre a lareira, entre cinzas e carvões, estavam restos alimentares (ossos e caroços de azeitonas) e uma panela, assim como outros fragmentos de louça de cozinha. Sobre o chão, de argila compactada com cal, estavam alinhamentos de madeira carbonizada (ca 8/10 cm de espessura e 0,5/1 m de comprimento), associada a pregos de hastes curvas. Pela disposição poderiam ter pertencido a barrotes do telhado que caiu sob efeito de incêndio que afetou violentamente esta casa.

Espaço habitacional/casa 2: localizada no canto interno da muralha, restam três compartimentos que coincidem com o entaipar da porta que existia na muralha (quase em frente da torre albarrã). Trata-se de uma casa retangular, resultante de alterações pós-reconquista; mas conservou a primitiva fachada (ca 7 m de comprimento), com acesso à rua, num vão de 1,10 m de largura, estruturado com lajes e degrau para o interior, tendo no exterior duas lajes colocadas na vertical, para proteção de infiltrações de água, pois a canalização da rua passava em frente da porta. As paredes internas assentam diretamente no piso de circulação de época islâmica, sobre uma camada de cinzas que atravessa os compartimentos. Além do silo 1, que ainda conservava sementes carbonizadas no interior, o espólio recolhido foi escasso e misturava materiais tardo-almôadas e posteriores à reconquista.

Espaço habitacional/casa 3: é o edifício mais completo (ca 37 m² de área); mas a parede norte não está totalmente visível, sendo aí que estaria a porta principal (fig. 3 e reconstituição fig. 4). As paredes confinam com o adarve (6,50 m de comprimento), a rua (5,80 m de comprimento) e o espaço habitacional 4. Organiza-se em três divisões: O pátio (4,20/4,50 x 2,60 m de lado) com piso de terra batida e restos do lajeado tem vão de entrada com 90 cm de largura; a cozinha (3,80/4 x 1,60/2 m de lado), no lado do adarve, mostra vão (75/80 cm de largura) com a laje de soleira, tem duas lareiras, de planta subcircular, e um silo (S. 2) em frente da «porta»; uma sala (4,5 x 2/2,20 m de lado), teria função polivalente, pois também aí havia 2 lareiras (de momentos diferentes, a mais antiga retangular e a mais recente subcircular), tem o vão danificado (ca 80 cm de largura) e a parede limite com o pátio assentava parcialmente sobre o silo 3 (fig. 5), pelo que estava mais destruída por ter abatido. As lareiras eram elevadas sobre o solo, de terra batida, tinham camada argilosa com fragmentos de telhas, sobre o qual assentava barro amassado que servia de lar para o fogo. Sobre o lar e espaço envolvente, manchas de cinzas, carvões, restos alimentares e fragmentos de cerâmica almôada, vidrada e não vidrada (sobretudo louça de cozinha). De salientar, na lareira retangular, a ocorrência de cerâmica manual (fragmentos e uma caçoila-alguidar) do mesmo tipo de fragmentos encontrados em Loulé (Luzia, 1996), bem como uma peça «corniforme» que pode ter servido de base-suporte para algum tipo de «grelha» que se colocava sobre as brasas da lareira (fig. 8). Por fim, o abandono/destruição desta casa mostra, nos derrubes do telhado, uma fogueira rudimentar (ca 1,30 m de diâmetro) limitada por pedras, contendo cinzas e carvões, restos alimentares e cerâmicas pós-reconquista misturadas com fragmentos tardo-almôadas.



Fig. 4 – Reconstituição 3D (José Luís Madeira) do espaço habitacional/casa 3, a partir dos vestígios descobertos, incompletos porque a porta de entrada (sob o perfil da escavação) estaria na fachada voltada para a rua.

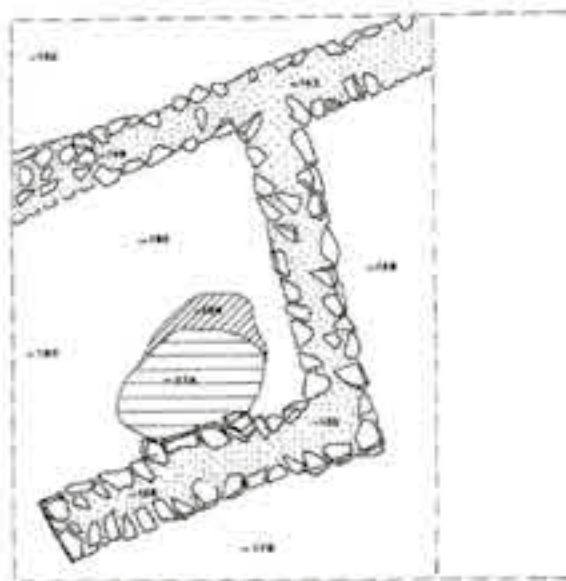
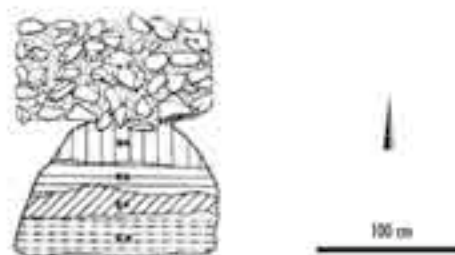


Fig. 5 – Detalhe do espaço habitacional/casa 3 com silo parcialmente sobreposto pela parede que divide o pátio com a sala/alcova.



Espaço habitacional/casa 4: está muito incompleta (ca 27/30 m² de área visível), denunciando distribuição em L, de que restam duas divisões a abrir para o pátio, de piso lajeado, com paredes mal conservadas (2,10 x 2,60 m de lado), numa superfície que pouco ultrapassaria os 5,46 m². Na parede poente do pátio, um vão (75/76 cm de largura), com laje de soleira, abria para a cozinha, com parede exterior voltada para o adarve. Esta, com 3,60 x 2 m de lado, tinha 7,20 m² de área interna e as paredes mostram restos do reboco de cal, sendo o solo de terra batida (argiloso). As estruturas relacionadas com a confeção de alimentos são: uma lareira, que ocupava quase toda a parede sul, assentava sobre camada de argila (2 x 0,60 m) sobreposta à canalização que seguia do pátio para o adarve; um forno (tardo-almóada/reconquista), na parede oposta, estruturado por dois muretes laterais a definir um espaço com ca 1,20 m². No interior e zona envolvente recolheram-se cinzas, restos de amêndoas, bolotas (?) e dois figos carbonizados. Num nível inferior ao forno e ao piso da cozinha foi identificado o silo 8. No lado norte do pátio havia outro compartimento, sendo visíveis restos de paredes (2,70 x 1,20 m de lado) numa área de 3,20 m². Apesar da exiguidade conservada pode ter sido uma sala/alcova, com pequena lareira (50 cm de diâmetro) escavada no solo e base de lajes, contendo apenas cinzas. O vão de entrada está destruído, pois parte da parede limite com o pátio ruiu por assentar sobre o silo 4.

Espaço habitacional/casa 5: igualmente incompleta, devia ter distribuição idêntica à anterior, cuja área posta a descoberto tem 27/30 m². Vislumbram-se três divisões: o pátio, definido pelas lajes do pavimento, tinha o silo 5 (ainda com tampa), que não chegou a ser entulhado e se optou por não escavar; do lado norte haveria a sala/alcova, já sem parede de separação com o pátio, perceptível pelo piso de terra batida e restos de pedras dos alicerces; a cozinha, com parede externa para o adarve é o compartimento melhor conservado. É uma divisão cujas paredes (3,80 x 2 m de lado) mostram 7,60 m² de área interna, tendo vão (70/75 cm) com laje de soleira e outras duas, em degrau para o interior, de terra batida e a nível inferior ao pátio. No centro estava o silo 5 (entulhado na época moderna) e a lareira acha-se no canto sudeste, sobre lajes e camada argilosa (ca 80 x 50 cm de lado), cujas cinzas se estendiam ao longo da parede sul, sobre a canalização que, como na casa anterior, desaguava no adarve. Sobre o pavimento do pátio e o solo da cozinha identificou-se abundante espólio de época almóada, misturado com derrubes de

telhas, destacando-se cerâmicas de cozinha (panelas e caçoilas) e de mesa (sobretudo tigelas carenadas, algumas vidradas), assim como fragmentos de caçoilas-alguidares de fabrico manual.

Espaço habitacional/casa 6: muito destruído pelas valas de fundação, paredes e pavimentos da casa de época moderna, esta habitação é apenas perceptível pelos alicerces de paredes (12/15 cm a 25/30 cm de altura), vislumbrando-se restos do pátio lajeado e da cozinha (ca 4 x 2 m de lado), de que já não existem lareiras, nem quaisquer outros vestígios em conexão. Os raros fragmentos cerâmicos encontravam-se triturados e misturados com telhas, para preparação do solo da casa moderna. Os dois silos identificados foram colmatados em épocas distintas: o silo 7 foi selado pela casa almóada e continha cerâmica centrada no século XII, incluindo uma caçoila-alguidar de fabrico manual e uma peça «corniforme» mais completa do que a identificada na lareira retangular da casa 3; o silo 9 estava na vala da casa de época moderna, que cortou parte das estruturas almóadas, e só foi entulhado no século XVII, antes da construção da casa.

2.3. OS SILOS

Ibn Luyun recomendava: «os grãos devem guardar-se da humidade e do sol (...). Também é necessário colocar palha nos lados e fundo dos silos (*matamir*), para se evitar o perigo da humidade, e é muito melhor, em vez de palha, colocar esteiras de junco» (*apud* García, 1994, p. 274).

Os silos, também chamados «covas de pão», eram uma espécie de «despensas subterrâneas», escavadas na rocha, que serviam para guardar cereais e outros alimentos. Na sua configuração ovoide (em forma de saco) tinham abertura ou boca circular estreita, corpo alargado e fundo plano, ou ligeiramente abaulado, mais largo do que a abertura, que se encontrava ao nível do piso de circulação e era coberta com tampa, normalmente monolítica (por exemplo laje de xisto). Estes sistemas de armazenamento, quando já não serviam para guardar alimentos, eram transformados em lixeiras para onde se lançavam restos alimentares e utensílios (de cerâmica e outros materiais), que haviam perdido a sua função primária.

Foram identificados dez silos (Catarino, 1995, p. 9-30; 1999/2000, p. 77-128); porém nem todos transformados em lixeiras, nem deixaram de funcionar ao mesmo tempo. Além da quadrícula a que pertenciam, a

numeração de cada um foi atribuída consoante o momento em que foram desentulhados, seguindo-se a sequência da sua identificação.

Silo 1 (Q. G.10): estava quase em frente do vão de porta do espaço habitacional/casa 2, encostado à parede que divide dois compartimentos. Apresenta 70 cm de diâmetro de abertura, alarga para 1,60 m e termina a 1,70 m de profundidade, numa base plana com 1,50 m de diâmetro. Ainda conservava, embora partida, a laje de xisto que servia para o tapar. Do interior retiraram-se baldes de terra misturada com sementes de trigo carbonizadas.

Silo 2 (Q. I.11): foi identificado no espaço habitacional/casa 3, junto da porta de acesso ao pátio. A abertura coincidia com a implantação de uma amendoeira, pelo que estava muito destruído. O topo conservado tinha 90 cm de diâmetro, alargava para cerca de 1,50 m e o fundo era plano, com 1,20 m de diâmetro. Desde a rocha até à base tinha 2,20 m de profundidade. A parte superior era colmatada de pedras, seguindo-se uma camada com restos cerâmicos, que incluía escudelas vidradas tardo-medievais. Recolheu-se também uma moeda de cobre ilegível. Por fim, a camada junto do fundo forneceu restos alimentares com escassos e minúsculos fragmentos de cerâmica muçulmana, de que se destacam caçoilas-alguidares de fabrico manual.

Silo 3 (Q. H.10): Também no espaço habitacional/casa 3, verificando-se que foi cortado (fig. 5) e entulhado quando se edificou esta casa, estando parcialmente sob o muro que separa o pátio de um dos compartimentos. O que restava, de configuração irregular, tinha 1 m de diâmetro e 1 m de profundidade. No topo, para além do abatimento da parede, a colmatação era de pedras, encaixadas umas nas outras, de modo a selar a abertura. Na camada inferior apareceram restos alimentares (ossos e conchas), fragmentos de cerâmica comum, incluindo fabricos manuais, e um cabo de roca em osso, de perfil quadrangular e profusamente decorado. O espólio cerâmico destes sedimentos colava entre si, possibilitando a reconstituição de 42 peças.

Silo 4 (Q. J10): estava no espaço habitacional/casa 4 e verificou-se que a parede de separação do pátio com um dos compartimentos desta casa ruiu completamente pelo abatimento do silo. A abertura inicial tinha 90 cm de diâmetro, alargando em forma de saco, de 1 m para 1,20 m e 1,30 m de bojo e fundo

respetivamente. A profundidade era de 1,45 m. Sob a camada de pedras (resultantes da derrocada da parede e da colmatação do silo), seguiam-se outras de terra compactada e, por fim, só nas últimas camadas, a partir de 1,20 m de profundidade, revelaram algum espólio (restos alimentares, cerâmicas e um tempereiro de tear, de três dentes), entre as lajes que teriam pertencido à cobertura.

Silo 5 (Q. K10): encontrava-se no espaço habitacional/casa 5 e não chegou a ser entulhado. Porque se situava no pátio lajeado, junto do vão de porta para a cozinha, estava selado com as lajes, argamassadas com terra e telhas trituradas, o que permitiu compactar o pavimento do pátio sem que o silo fosse afetado. Foi identificado porque se partiu uma das lajes que o cobria, não chegou a ser escavado, mas foi medido introduzindo-se a mira ótica, que revelou baixar até 1,72 m de profundidade, evidenciando estar vazio.

Silo 6 (Q. K10/K11): encontrava-se praticamente no centro da cozinha do espaço habitacional/casa 5. A abertura, com 85 cm de diâmetro, configurava uma depressão circular no centro. O perfil, em tronco de cone, alargava na base até 1,10 m, tendo 1,5 m de profundidade. Só foi entulhado muito depois da reconquista, talvez quando se abriam caboucos para a casa de época moderna. A abertura estava colmatada com pedras, até cerca de 40 cm de profundidade. Seguia-se uma camada de pedras, carvões, restos alimentares (conchas e ossos) e cerâmicas tardo-medievais e modernas. O espólio cerâmico é balizado entre os séculos xv/xvi e inícios do século xvii (incluindo peças brunidas e modeladas barrocas). No fundo estava, porém, um pote de duas asas, com séries de traços pintados a branco. A totalidade das peças cerâmicas recolhidas é de trinta e quatro.

Silo 7 (Q. L10): estava no espaço habitacional/casa 6, destruída pela construção da casa de época moderna. O silo apresenta 90 cm de diâmetro, a abertura foi cortada verticalmente na rocha, até cerca de 35 cm de profundidade, começando a alargar, em forma de saco, com 1,60 m de largura, aproximadamente a meio, atingindo 1,60 m de profundidade. A escavação permitiu identificar duas fases de lixeira, separadas por espessa camada argilosa e blocos de barro. A camada superior tinha carvões, restos alimentares, um botão de osso polido e raros fragmentos cerâmicos. A partir de 1,20/1,30 m de profundidade, recolheram-se cerâmicas, entre as quais

Fig. 6 – Cerâmica manual do Castelo de Salir (peças «corniformes» e caçoilas-alguidares)



um bordo decorado a corda seca total (de filiação almorávida). Destaque para uma caçoila-alguidar de fabrico manual, com paralelos em Loulé (Luzia, 1996) que estava acompanhado de uma peça de perfil «corniforme», cuja função seria base/suporte usado sobre lareiras (fig. 6). A maioria das peças deu reconstituição integral e contaram-se dezanove registos.

Silo 8 (Q. J11): identificado no espaço habitacional/casa 4 em frente do forno, sob camada de argila/solo da cozinha. A abertura (50/60 cm de diâmetro) alarga aos 40 cm, atingindo uma largura máxima de 1,70 m, no fundo, tendo altura de 1,50 m. No topo, uma laje de xisto (45 x 42 cm de lado e 2/5 cm de espessura) servia de cobertura, rodeada de pequenas pedras. Até aos 80 cm de profundidade apenas se retiraram pedras, blocos de argila do revestimento, raros fragmentos cerâmicos, carvões e restos alimentares. A partir de 1,10/1,40 m de profundidade começavam a aparecer cerâmicas misturadas com cinzas, carvões, ossos e conchas, resultantes da deposição de lixos domésticos. Para além de um pequeno cossoiro de osso, destacam-se cerâmicas almôadas e um fragmento vidrado a verde irisado com estampilha (de filiação almorávida), que totalizam cinquenta registos cerâmicos.

Silo 9 (Q. L10): encontrava-se no espaço habitacional/casa 6, no perfil leste da quadrícula, na área onde existia a vala de fundação para a construção da casa moderna. Foi identificado pela concentração de pedras, a formar círculo, que seguia sob o perfil. A abertura tinha 70 cm de diâmetro, 1,50 m de largura máxima e

1,20/1,30 m de profundidade conservada. A primeira camada, até cerca de 80/90 cm de profundidade, apresentava grande quantidade de pedras, algumas de grandes dimensões, onde se misturavam telhas e raros fragmentos de cerâmicas islâmicas e tardo-medievais/modernas. A seguinte, com cerca de 40 cm de espessura, revelou cerâmicas pós-islâmicas, de cronologia moderna (séculos XVI/XVII), sendo selado pela construção da casa.

Silo 10 (Q. F10): foi descoberto no espaço habitacional/casa 1, no final da escavação. Estava entre o perfil e a parede que separa a cozinha do pátio, sendo identificado ao proceder-se à limpeza do perfil e da parede, que ruíra parcialmente. A abertura conservada é muito irregular (cerca de 1,10 m de diâmetro), a largura máxima é de 1,30/1,35 m e tem cerca de 1,60/1,70 m de profundidade. A camada de colmatação continha, até aos 50 cm, telhas e pedras, seguindo-se camadas heterogêneas de derrubes e lixos (recolheu-se um fragmento vidrado a verde, decorado com estampilha, de tipo almorávida), sendo a partir dos 1,40/1,50 m de profundidade que se concentrava cerâmica almôada, incluindo um cantil, totalizando dezasseis registos de peças que possibilitaram reconstituição parcial e integral.

3. EM SÍNTESE

Desconhece-se a origem do castelo de Salir, bem como o nome que lhe era dado na época islâmica (*hisn Burtalla* ou *hisn Sellir?*). Contudo, as escavações (bem como prospeções pontuais) permitem retirar algumas conclusões e sugerir hipóteses de trabalho sobre as dinâmicas de ocupação do espaço onde hoje está a sede de freguesia de Salir (ainda que necessitem de melhor aferição no terreno). Na época romana, para além de outros sítios conhecidos, a *villa* da Torrinha situa-se a menos de um quilómetro, para poente, no sopé do cerro onde se edificou o castelo (fig. 7), e os vestígios aí identificados permitem reconhecer ocupação tardo-antiga, que inclui *sigillata* tardia da Fócia (na atual Turquia). Além dos vestígios materiais, que atingem os séculos VI/VII, o próprio topónimo Torrinha aponta para a existência de uma *turris* tardia, para vigiar os caminhos (cruzamento de vias secundárias) e os pequenos aglomerados que foram surgindo em torno da *villa*. Neste sentido, as prospeções reconheceram pequenos sítios que parecem ter ocupação de época visigótica e de inícios do período islâmico, por exemplo Boavista e

Fonte da Rata 1 e 2, podendo considerar-se que até ao califado (século x/xi) o povoamento aparece disperso, em pequenos casais de comunidades campesinas, talvez já com uma agricultura hidráulica subsidiária da ribeira das Pontes / Mercês. Por outro lado, o Cerro do Carrascal (na saída de Salir para Palmeiros e Fonte do Ouro) sugere uma alcaria (aldeia), cujos vestígios apontam para ocupação entre os séculos x/xi a xii, portanto contemporânea do castelo (Catarino, 1999/2000, p. 103-105).

Pelo acima exposto, pode sugerir-se que a origem do castelo está nos núcleos rurais comunitários dispersos, herdeiros dos sítios romanos de Torrinha, Palmeiros e Fonte do Ouro, tendo essas comunidades procedido à edificação de uma cerca-refugio, ou castelo-celeiro, que evoluiu para a formação do *hisn*/castelo-território, centro de comarca rural com jurisdição sobre as alcarias (aldeias) do seu alfoz. Mas que ritmo de islamização se conhece, se a maioria dos povoados é herdeiro do anterior? Neste caso, os espaços funerários podem dar-nos algumas pistas e, no caso de Salir, apesar de nunca se ter escavado o cemitério, a islamização está patente, na transição do califado para os reinos de taifa (taifa de Santa Maria al-Harun, Faro), pela inscrição funerária com epitáfio a *Ibn Sa'īd*, (cat. 378) falecido em 1016/1017 (Borges, 1998, p. 236). Portanto, considerando que o uso dos epitáfios só foi incrementado a partir do século x e «constituye un indicador inequívoco del proceso de arabización y, casi siempre también, del de islamización» (Martínez Núñez, 2011, p. 181), a lápide de Pontes, Salir tem relevância na comprovação da existência de uma povoação (alcaria = aldeia) com cemitério, anterior à época almôada e à fase de «encastelamento» da população no interior da fortificação.

As escavações no castelo permitiram reconhecer um tramo da muralha, de duplo paramento pétreo, possivelmente ainda sem torres, uma porta estreita sobre a encosta poente, relacionada com antiga vereda, assim como presença de silos anteriores ao século xii (fig. 8).



Fig. 7 – Villa romana da Torrinha (visita de campo em 1993) e sua relação de proximidade com o castelo de Salir, sobre fotografia aérea: Google Earth (image digital Globe de 19/9/2010).

Contudo, será neste século que começam a construir-se casas no interior, filiando-se na época almorávida as cerâmicas mais antigas (fragmentos de candil, decorações a corda seca total e tigelas vidradas com estampilhas no fundo) e, possivelmente, as de fabrico manual: caçoilas-arguidares e peças corniformes (fig. 6). A maior visibilidade de ocupação é, porém, de época almôada, conforme se descreveu acima o conjunto habitacional, com algumas paredes sobre silos pré-existentes. É, portanto, para este período (entre meados da segunda metade do século xii e a primeira metade do século xiii) que remetemos também uma das marcas da arquitetura militar almôada, ou seja o acrescento das torres, com técnica construtiva de taipa, uma das quais albarrã. E é também neste período que contextualizamos a homogeneidade dos módulos das casas, em torno do pátio central, e a maioria dos objetos do quotidiano, sejam as cerâmicas (fig. 9), que incluem fabricos tardo-almôadas, como sejam as caçoilas de «costillas», comuns a Loulé (Luzia, 1996 e 2003) e a todo o Algarve, bem representativos também em Mértola (Gómez Martínez, 1014), sejam os artefactos de osso (alguns relacionados com a tecelagem) e de metal (entre os quais armamento). Por fim, não podemos deixar de mencionar as transformações ocorridas durante e após a reconquista, até porque o castelo de Salir serviu de acampamento militar para os exércitos conjuntos da Ordem de Santiago e de D. Afonso III que aqui planificaram a estratégia de reconquista de Loulé e Faro.

Fig. 8 – Planta do castelo de Salir, torres e perspectivas parciais das escavações

1. Torre albarrã (B)
2. Porta entaipada
3. Tramo poente da muralha
4. detalhe das escavações
5. Torre (A) integrada no casario
6. Torre (D) na muralha nascente
7. Torre (C) no lado norte do castelo



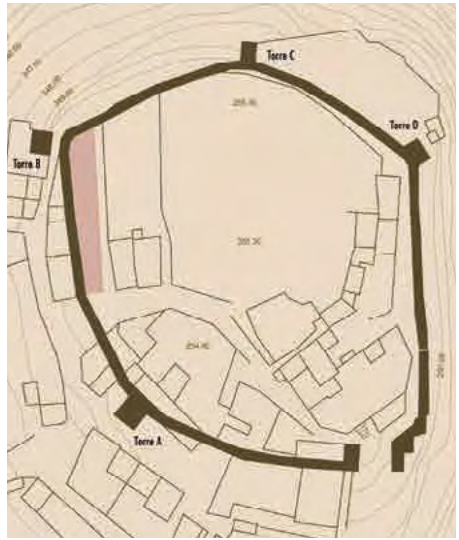
1.



2.



3.



4.



7.



6.



5.



Fig. 9 – Conjunto de cerâmicas almôadas (Pólo Museológico de Salir).

BIBLIOGRAFIA

- BERNANDES, J. P.; OLIVEIRA, L. F. (2002) – A «Calçadinha» de S. Brás de Alportel e a antiga rede viária do Algarve Central. S. Brás de Alportel: Câmara Municipal.
- BORGES, A. G. de M. (1998) – Epigrafia árabe do Gharb. In *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 227-255.
- CATARINO, H. (1992) – *Catálogo de cerâmicas islâmicas do Castelo de Salir*. Loulé: Museu Municipal.
- CATARINO, H. (1993) – Objectos de osso e de metal recolhidos nas escavações do Castelo de Salir (Loulé). *Al-'Ulyâ*. Loulé. 2, p. 17-31.
- CATARINO, H. (1995) – O Castelo de Salir: resultados das escavações dos silos». *Al-'Ulyâ*. Loulé. 4, p. 9-30.
- CATARINO, H. (1997/98) – *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica – povoamento e recintos fortificados*. *Al-'Ulyâ*. Loulé. 6. 3 vol.
- CATARINO, H. (1999/2000) – O Castelo de Salir: escavações da campanha de 1998. *Al-'Ulyâ*. Loulé. 7, p. 77-128.
- CATARINO, H. (2001) – Castelos e território do Algarve em vésperas da reconquista: a fortificação de Salir no alfoz de Loulé. In *Congreso de Arqueología Medieval Española*, 5, Valladolid, 1999. Valladolid: Junta de Castilla y León. vol. II, p. 693-705.
- FERNANDES, A.; KHAWLI, A.; FRAGA, L. (2006) – *A viagem de Ibn Ammâr, de São Brás a Silves*. [Em linha]. Disponível em WWW:<URL:www.arqueotavira.com>.
- GARCÍA, E. (1994) – La conservación de los productos vegetales en las fuentes agronómicas andalúsies. In *La Alimentación en las Culturas Islámicas*, Madrid: Cultura Hispanica. p. 252-293.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2014) – *Cerâmica Islâmica de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- GUERREIRO, M. V.; MAGALHÃES, J. R. (1983) – Duas descrições do Algarve do século XVI. In *Cadernos da Revista de História Económica e Social*. Lisboa. 3.
- LUZIA, I. (1996) – O espólio cerâmico da Cerca do Convento. *Al-'Ulyâ*. Loulé. 5, p. 51-73.
- LUZIA, I. (2003) – *Cerâmicas islâmicas da Cerca do Convento / Loulé*. Loulé: Museu Municipal de Arqueologia.
- MACIAS, S. (1996) – *Mértola Islâmica. Estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova*. Mértola: Campo Arqueológico.
- MARTÍNEZ NÚÑEZ, M.^a A. (2011) – Epigrafía funeraria en *al-Andalus* (siglos IX-XII). *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid. *Nouvelle série*, 41:1, p. 181-209.
- SANTOS, F. J. C. dos (2007) – O povoado rural (*Qarya*) dos Alcaiais de Odeleite. *Vipasca. Arqueologia e História* [CD-ROM]. Aljustrel. 2.^a Série. 2, p. 571-589.



AS NECRÓPOLES ISLÂMICAS DE LOULÉ

ALEXANDRA PIRES E ISABEL LUZIA

1. INTRODUÇÃO

Poucos gestos serão tão intencionais e revestidos de significado como um enterramento de um ser humano. O aparecimento de um cemitério obedece a regras que oscilam entre princípios básicos de saúde e higiene e convicções e práticas religiosas próprias. Na época islâmica as necrópoles localizam-se para além dos limites das cidades, longe das suas muralhas em sítios que se queriam acessíveis e arejados. Se a isto juntarmos a norma que especifica que um corpo deve ser enterrado num espaço de 24 horas após a sua morte, é natural que os cemitérios tenham crescido nos arredores das cidades mas junto das principais vias de comunicação. Aliás, este facto serve um outro propósito religioso: ao entrar ou sair da «cidade dos vivos», o visitante é obrigado a encarar «a(s) cidade(s) dos mortos», lembrando que para o Islão todos nascem e morrem iguais. Seguindo este princípio, os indivíduos são embrulhados numa simples mortalha, normalmente de linho, depostos diretamente numa cova com a face orientada para a cidade santa de Meca, onde devem permanecer imperturbados até ao final dos tempos, numa sepultura sem qualquer sinalização exterior. O conjunto destes preceitos religiosos faz necessariamente com que as necrópoles islâmicas ocupem vastos terrenos nos arrabaldes das cidades coexistindo, por vezes, mais do que um espaço dedicado aos mortos.

A urbe medieval de Loulé apresenta uma área intramuros de cerca de 5 ha protegidos por uma fortificação, da qual restam ainda hoje importantes

vestígios, que acabou por condicionar o crescimento da cidade até à contemporaneidade. A fortificação seria rasgada por pelo menos três portas cuja localização é conhecida. Para sul encontrava-se o caminho para Faro, seguindo o traçado da atual Rua São João de Brito, que manteve o topónimo de Rua de Faro até ao século XVIII (Palma, 2009, p. 187)¹. Para norte encontra-se ainda hoje a Rua de Portugal, estando os restos da respetiva porta, a Porta da Vila, arqueologicamente documentados (Luzia, 2009). É precisamente junto deste eixo viário que se encontra o cemitério islâmico da Quinta da Boavista, escavado em 1999 (Luzia, 1999/2000). Para oriente saíria o caminho em direção a São Brás e Tavira tendo, em época medieval, aí existido uma das portas da cidade, hoje desaparecida, no local da também desaparecida Ermida de Nossa Senhora do Carmo. Da pequena ermida perdura a memória, materializada nos topónimos Travessa do Carmo e Largo do Carmo, este último mantendo-se em uso até 1978 (Palma, 2009, p. 150 e 263). Junto a este eixo viário foi edificado o Mosteiro de São Francisco, segundo João Miguel Simões (Simões, 2008), na segunda metade do século XIII². Deste mosteiro, mais tarde Convento da Graça, restam hoje a igreja muito arruinada³ e um edifício de traça barroca alienado a particulares aquando da extinção das ordens religiosas. É nesta zona que se localiza o Hospital da Misericórdia, onde, durante as obras de requalificação do edifício, foi identificado um segundo cemitério islâmico.

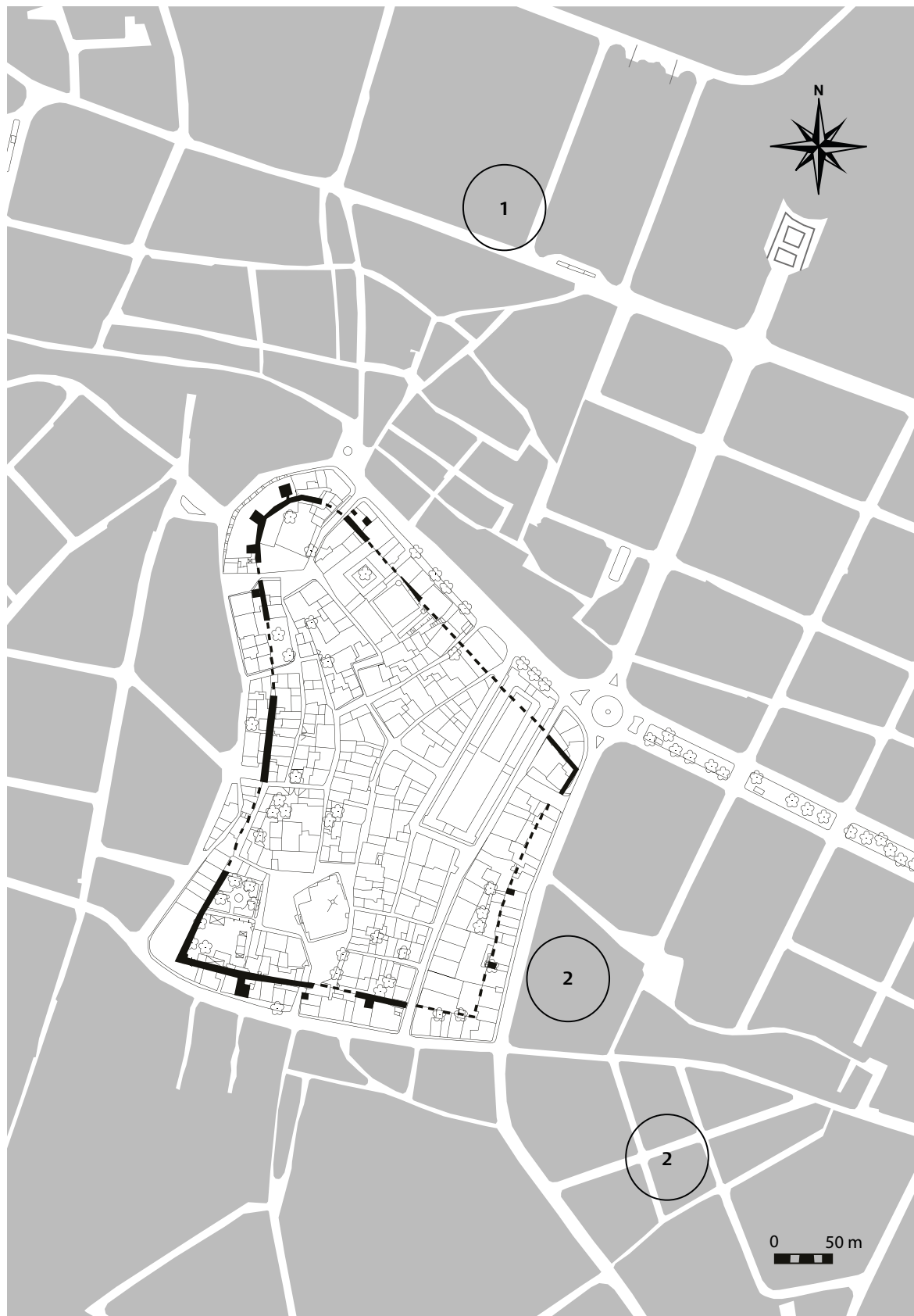


Fig. 1 – Planta da cidade de Loulé com a implantação dos dois cemitérios identificados:
1 – Cemitério Norte da Quinta da Boavista
2 – Cemitério Oriental

2. O CEMITÉRIO NORTE DA QUINTA DA BOAVISTA

O cemitério islâmico da Quinta da Boavista foi escavado durante o mês de fevereiro de 1999 após ter sido identificado através de restos de um crânio visíveis no topo do corte que o delimitava a sudeste. Localizava-se numa encosta suave sobranceira à cidade, tendo como principal acesso a Rua de Portugal. Pela posição do crânio tornou-se imediatamente óbvio que se tratava de uma necrópole islâmica. Até à data nada se sabia sobre os espaços de enterramentos dos «mouros», mas a intervenção arqueológica desencadeou uma série de reações na população, que rapidamente se interessou pelo achado, contribuindo inclusive com informações importantes sobre o sítio (Luzia, 1999/2000). A Quinta da Boavista era, à altura, um terreno agrícola há muito abandonado onde subsistiam ainda amendoeiras de grande porte. O corte sudeste, onde foram identificados os primeiros vestígios osteológicos, resultou da construção do terminal rodoviário da cidade, iniciado nos finais dos anos 80 do século xx. O limite noroeste do espaço escavado em fevereiro de 1999 foi consequência das terraplanagens, nivelamentos e remoção de terras destinados à construção da urbanização que então se iniciava.

A escavação contou com o apoio da equipa liderada por Eugénia Cunha, do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, que viria a realizar o posterior estudo antropológico, bem como alguns trabalhos de campo, realizados por três dos seus alunos finalistas.

Apesar dos inúmeros constrangimentos que afetaram a intervenção arqueológica, que decorreu simultaneamente aos trabalhos de terraplanagem da dita urbanização, foi exumado da Quinta da Boavista espólio osteológico humano de 41 sepulturas (fig. 2). As sepulturas escavadas na rocha caliça tinham forma retangular ovalada e apresentavam uma orientação sudoeste-nordeste. No seu interior, os indivíduos foram inumados em decúbito lateral direito, com a face voltada a sudeste, para Meca. Ainda que a maioria dos enterramentos apresentasse aquando da escavação o torso em decúbito dorsal, este facto decorre do movimento de rotação *post mortem* do corpo provocado pela decomposição, ao que acresceu a ação destrutiva das raízes de grandes dimensões das amendoeiras supra citadas, como ficou bem patente nas sepulturas 7, 14 e 19 (op. cit.). Das 41 sepulturas escavadas recuperaram-se testemunhos pertencentes a 43 indivíduos, sendo 36 deles adultos, seis não adultos e um recém-nascido (Cunha et al., 2001/2002).

No que se refere à diagnose sexual recorreu-se à análise da morfologia dos ossos da bacia, concluindo-se que existia uma pequena superioridade feminina (45 % sexo feminino, 39 % sexo masculino) sendo que em 16 % do total dos indivíduos não foi possível determinar o género (op. cit.). À exceção da sepultura 20, que continha restos de um indivíduo e albergava no centro uma depressão retangular usada como ossário, todas as outras, deposições primárias, eram enterramentos individuais. A sepultura 31 era a única que apresentava vestígios de dois enterramentos: além do esqueleto de uma mulher adulta foram detetados ossos pertencentes a um recém-nascido ou feto em final de gestação. Torna-se evidente a preocupação com o aproveitamento do espaço disponível no interior do cemitério, sendo que algumas das sepulturas distavam entre si apenas 20 cm. Esta falta de espaço parece ser também responsável pelas sobreposições das sepulturas 22 e 23 e das sepulturas 31 e 37. A 22 e a 31 encontravam-se a cotas ligeiramente mais baixas e o facto de não existir sinalização exterior à superfície parece contribuir para o aparecimento desta situação. Do total dos enterramentos identificados, apenas 15 apresentavam restos de cobertura com lajes de pedra calcária, sendo a sua distribuição espacial aparentemente aleatória. Também aleatória é a distribuição dos enterramentos dos indivíduos, quer do sexo feminino quer do sexo masculino.

De acordo com o ritual de inumação muçulmano e em cumprimento desse preceito, cabe salientar que não foi encontrado qualquer espólio de cariz pessoal associado aos enterramentos. Mais uma vez as exceções, os pregos encontrados nas sepulturas 12 (um exemplar), 25 (três exemplares), 32 (14 exemplares) e 34 (cinco exemplares) podem ser explicados pela existência de uma cobertura em madeira ou restos de uma padiola utilizada para transportar os corpos até ao cemitério. Foram ainda recuperadas uma ponta de faca na sepultura 8, duas pontas de besta na sepultura 32 e três na sepultura 38. Estes objetos, encontrados associados à metade superior dos esqueletos, aparentam estar relacionados com a possível causa da morte dos indivíduos em questão, ainda que o mau estado de conservação das costelas não permita fazer uma ligação inequívoca.

Durante o mês de trabalhos tornou-se ponto assente que a porção escavada da necrópole não seria demonstrativa da área total da mesma. Os sucessivos cortes e terraplanagens que o espaço sofreu davam a entender que o cemitério se espalharia para norte e este e talvez até para sul, truncado pela abertura da

Rua Nossa Senhora de Fátima, em 1928, ou mesmo a construção do Solar dos Gama Lobo, em 1775, bem como as vias de acesso, perpendiculares à Rua de Portugal, que lhe davam desde essa data serventia (Palma, 2009, p. 252). O anteriormente mencionado entusiasmo popular por esta escavação colheu os seus frutos. Para o leigo que se depara pela primeira vez com uma inumação muçulmana é difícil esquecer as características pouco usuais do enterramento, nomeadamente a pouca profundidade da sepultura e a posição desusada dos restos humanos no seu interior. De facto, alguns antigos trabalhadores autárquicos, encarregues

da obra de construção dos campos de ténis em 1978, confirmaram a existência de sepulturas muçulmanas nesse local. A extensão da necrópole vê-se assim drasticamente alargada (Luzia, 1999/2000, p. 158), apresentando uma dimensão mais compatível com uma cidade com um perímetro amuralhado equivalente ao da cidade de Faro. Investigações posteriores atestaram a presença de enterramentos aquando da construção do monumento de homenagem ao Eng. Duarte Pacheco, em 1953, obra esta que remodelou toda a área adjacente e que terá destruído os vestígios que ainda pudessem aí subsistir do Cemitério Norte da cidade de Al-'Ulyã.

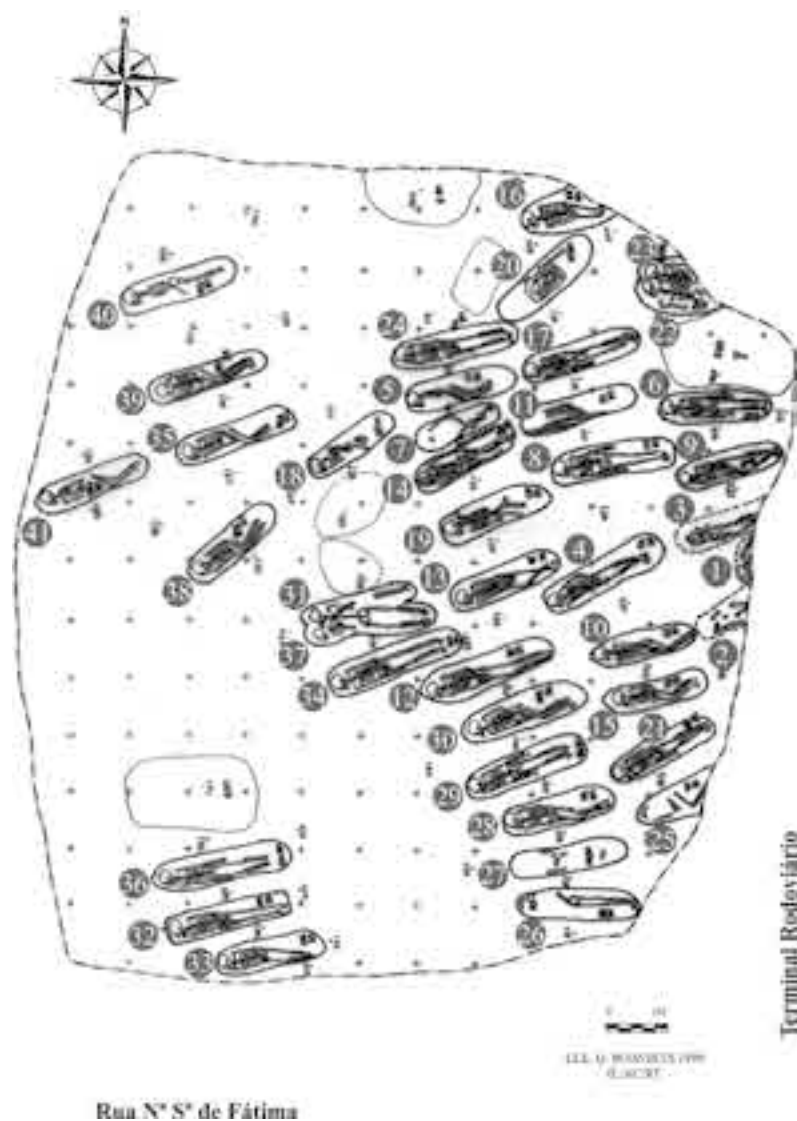


Fig. 2 – Planta geral das sepulturas identificadas no Cemitério Norte da Quinta da Boavista.

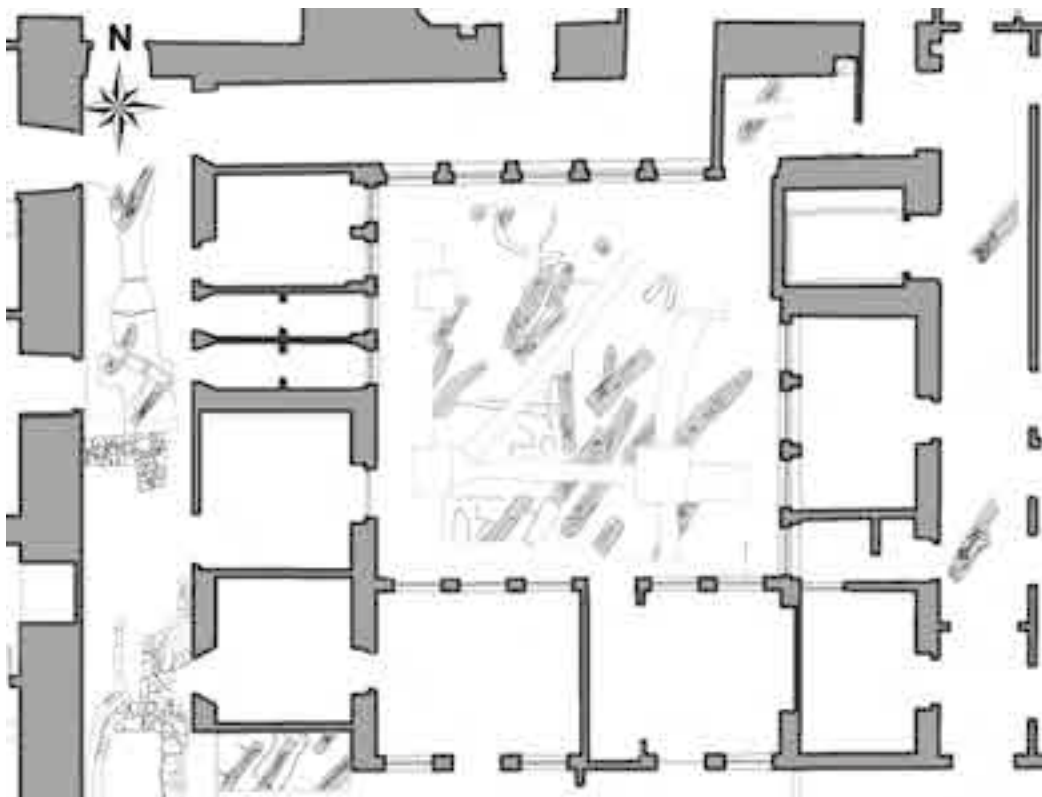
3. O CEMITÉRIO DA ZONA ORIENTAL DA CIDADE

Com as obras de requalificação do antigo Hospital de Loulé/Hospital da Misericórdia foi identificada mais uma zona de necrópole na cidade. Aquando da chegada ao local da equipa de arqueologia (novembro de 2008), já os trabalhos de revolvimento do subsolo estavam bastante adiantados, estando inclusivamente concluídos quer em todo o corpo norte do edifício principal, quer no edifício a leste do mesmo, onde funcionava a antiga morgue do Hospital⁴. Numa deslocação à obra, a equipa do serviço de arqueologia do município de Loulé verificou que, na abertura de vala para implantação de esgotos, localizada junto do corpo sul do edifício, tinha sido detetado material osteológico humano. Ao proceder à limpeza dos perfis da referida vala, verificou-se a existência de dois cortes no estrato rochoso, correspondentes a sepulturas. Com o prosseguir dos trabalhos foram detetados mais enterramentos. De ressaltar que só as zonas afetadas por infraestruturas para o novo Hospital foram alvo de intervenção arqueológica, pelo que poderão existir mais enterramentos no local que não terão sido alvo de intervenção por não se encontrarem em áreas a ser afetadas.

Inicialmente pensou-se que os enterramentos identificados em corte estivessem relacionados com o antigo convento agostinho, que terá funcionado neste local. Contudo, com a prossecução dos trabalhos, verificou-se que as sepulturas se encontravam orientadas sudoeste/nordeste e que os indivíduos se encontravam depositados em decúbito lateral direito. A orientação das sepulturas e o tipo de deposição indicavam claramente que nos encontrávamos em presença de uma necrópole de inumação segundo o ritual islâmico (Pires e Benisse, 2009).

Os trabalhos de escavação dos contextos pertencentes à necrópole decorreram em duas fases distintas. Na primeira etapa foram identificadas 12 sepulturas, contendo vestígios de 11 esqueletos articulados e de duas deposições secundárias. Numa segunda fase, a escavação do pátio interior do edifício permitiu identificar 25 sepulturas com vestígios de inumações primárias e três ossários. Os trabalhos de antropologia biológica foram realizados pela antropóloga Vanda Benisse. A diagnose sexual apresentada para os indivíduos adultos foi realizada com base na observação macroscópica da morfologia coxal e/ou craniana. Para a estimativa da idade à morte nos indivíduos não adultos foram tiradas

Fig. 3 – Planta geral das sepulturas identificadas no Cemitério Oriental.



medidas a algumas peças ósseas e observado o estado de fusão epifisária (Scheuer e Black, 2000).

As sepulturas encontravam-se escavadas na rocha e apresentavam forma ovalada ou retangular, estando maioritariamente orientadas com a cabeceira para sudoeste e o extremo oposto para nordeste. As exceções verificaram-se com pequenas sepulturas (que continham vestígios de crianças com menos de um ano) e apenas um caso contendo um indivíduo adulto (fig. 3). Todos os indivíduos foram inumados em decúbito lateral direito, apresentando, salvo nas exceções atrás referidas, o rosto voltado para sudeste, cumprindo o preceito islâmico de orientar o rosto do morto para Meca. A posição de decúbito dorsal apresentada por alguns dos enterramentos resulta de um movimento de rotação *post mortem* do corpo, atestado pela posição dos ossos. Os indivíduos terão sido depositados diretamente no chão da sepultura.

A maior parte das sepulturas havia sido alvo de perturbações de origem antrópica originadas quer por esta obra quer por intervenções anteriores. A maioria das perturbações identificadas na zona interior do edifício deveu-se à abertura de valas para fundações de paredes e também para colocação de canalizações de esgoto. Na área do pátio interior, a estes dois tipos de perturbação acresce ainda a terraplanagem efetuada para ajardinamento da área, em fase de utilização do Hospital Velho. Nalguns casos, apenas se encontrou uma pequena parte da sepultura, tendo o resto sido alvo de diversas afetações. De um modo geral, as peças ósseas encontravam-se mal preservadas e muito suscetíveis ao toque e manuseamento, para o que terá contribuído a composição argilosa do solo. A exposição à humidade intensa resultante da chuva que se fez sentir durante a primeira fase da intervenção terá agravado o processo de degradação dos vestígios então exumados.

Foi possível identificar 37 sepulturas, contendo vestígios de 36 inumações primárias e cinco deposições secundárias. Vinte e cinco inumações primárias revelaram indivíduos adultos e 11 continham indivíduos não adultos de diferentes idades, desde o período perinatal até à adolescência. Entre os adultos, foi possível atribuir o sexo feminino a cinco e o sexo masculino a oito dos indivíduos, tendo ficado por determinar o sexo dos restantes 12. Uma observação preliminar da patologia degenerativa presente nos esqueletos sugere a existência de indivíduos pertencentes a diversos grupos etários.

Relativamente às deposições secundárias, apenas um dos ossários se encontrava isolado, estando os restantes associados a inumações primárias. Com exceção de alguns pregos encontrados na sepultura 34, não foi en-

contrado qualquer espólio associado aos enterramentos.

Apenas a sepultura 1 apresentava cobertura, constituída por lajes de xisto talhadas de forma irregular, que encaixavam num entalhe, na rocha calcária, recortado aquando da abertura da vala da sepultura. No entanto, em outras duas sepulturas foi identificado o entalhe na rocha onde encaixariam as lajes de cobertura, já desaparecidas quando se realizou a intervenção arqueológica.

Numa intervenção posterior (2013), realizada numa habitação da Rua António da Costa Ascensão, onde por desconhecimento do dono da obra não se realizou intervenção arqueológica adequada, os serviços de arqueologia do município identificaram seis sepulturas em corte, estando o terreno na área de implantação do edifício já completamente rebaixado. Após a suspensão da obra, o arqueólogo Marco Fernandes e a antropóloga Vanda Benisse, ao serviço da empresa Era Arqueologia SA (a quem agradecemos esta informação), realizaram a escavação do que restava de uma destas sepulturas, localizada já em quintal vizinho, uma vez que a destruição tinha sido levada a efeito até ao limite da propriedade. A sepultura, escavada no calcário de base, apresentava forma quadrangular com a cabeceira arredondada. Encontrava-se orientada sudoeste/nordeste e estava cortada na zona das pernas do indivíduo, conservando-se cerca de um terço do esqueleto. O indivíduo adulto encontrava-se depositado em decúbito lateral direito com a cabeça para sudoeste.

Estes trabalhos permitiram aferir que o cemitério oriental da cidade teria uma expressão maior do que previamente se pensava, atingindo uma área bastante mais a sul que a inicialmente prevista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escavação de uma segunda necrópole de inumação segundo o ritual islâmico em Loulé, num local diferente, junto à saída oriental da cidade medieval, levantou algumas questões, pois sendo já conhecido o cemitério da Quinta da Boavista, nada fazia supor a existência de um segundo cemitério islâmico na mesma cidade. Além deste facto, a edificação do Mosteiro de São Francisco, na segunda metade do século XIII (Simões, 2008), em local contíguo àquele espaço, não deixava prever esta situação.

A existência de duas necrópoles islâmicas em Loulé, cidade de dimensão razoável em época almôada, mas da qual não se conhece ocupação anterior ao

Quadro 1 – Datas de radiocarbono obtidas para o Hospital da Misericórdia de Loulé e Quinta da Boavista. [Calibradas pelo laboratório através do programa CALIB. 5.0.1 (Stuiver e Reimer, 1993, «Radiocarbon». Arizona. 35, p. 213-230) e com base na curva de Reimer et al. («Radiocarbon». 46, 2004, p. 1029-1058) – INTCAL.04.14C].

período almorávida, levantou a questão da cronologia de ambas. Uma vez que a necrópole da Quinta da Boavista, identificada em 1999, tinha sido datada do período almôada por alguns materiais aí encontrados (Luzia, 1999), colocou-se a hipótese de a necrópole identificada junto à saída oriental da antiga *Al-'Ulyà* se tratar da necrópole da Mouraria, estabelecida após a conquista cristã da cidade, uma vez que não faria sentido que os «mouros», relegados para os arrabaldes a sul da Porta de Faro, fossem enterrar os seus mortos no lado oposto da cidade, a norte do perímetro amuralhado. Assim, este espaço, localizado bastante mais próximo da zona da Mouraria, pareceria mais lógico para estabelecer o correspondente cemitério. No entanto, a proximidade ao Mosteiro de São Francisco parecia invalidar essa hipótese.

Poderia também colocar-se a hipótese de estas necrópoles serem sequenciais, sendo a última a ser identificada a mais antiga, uma vez que a necrópole da Quinta da Boavista tinha já sido datada do período almôada (Luzia, 1999). Teria o espaço sepulcral

mudado de sítio em virtude de algum acontecimento que constrangeria a sua expansão?

Deste modo, com o objetivo de tentar esclarecer a questão cronológica, optou-se por mandar datar, por meio de radiocarbono, três amostras de cada uma das necrópoles, esperando assim esclarecer a sequência de utilização destes locais de enterramento. Os resultados obtidos são mostrados na figura 4.

Observando as datas obtidas para ambas as necrópoles, estas parecem apontar para uma utilização simultânea de ambos os espaços sepulcrais. Esta informação invalidou as hipóteses inicialmente levantadas e veio impor a proposta de novas interpretações que possam explicar o porquê da existência de duas necrópoles, aparentemente coevas, em Loulé. Terá a Loulé islâmica tido uma maior dimensão do que inicialmente se pensava, justificando assim a existência de duas necrópoles? Seria a sua população de diferentes grupos étnicos, justificando assim a existência de espaços sepulcrais separados? São questões que se mantêm em aberto até que novos trabalhos permitam lançar outras luzes sobre este assunto.

	Ref. Laboratório	Ossos	$\Delta^{13}\text{C}$ (‰)	Idade (Anos BP)	1 sigma Cal AD	2 sigma Cal AD
Misericórdia	Sac-2502	Fémur	-19,60	940±40	1033-1054 (0,213435) 1078-1153(0,786565)	1019-1185 (1,)
	Sac-2503	Tíbia	-20,62	1000±40	989-1045 (0,756495) 1097-1119 (0,203398) 1142-1147 (0,040107)	975-1115 (1,)
	Sac-2504	Fémur	-19,03	820±40	1187-1199 (0,146346) 1206-1261 (0,853654)	1058-1072 (0,013395) 1155-1277(0,986605)
Quinta da Boavista	Sac-2505	Fémur	-17,83	870±45	1051-1082 (0,224987) 1126-1135 (0,056522) 1152-1220 (0,71849)	1041-1109 (0,267541) 1116-1257 (0,732459)
	Sac-2506	Fémur	-19,70	810±40	1193-1195 (0,01928) 1208-1267 (0,98072)	1160-1277 (1,)
	Sac-2507	Fémur Costelas	-19,78	930±40	1041-1058 (0,177307) 1064-1107 (0,432833) 1116-1155 (0,38986)	1023-1187 (0,98824) 1199-1206 (0,01176)

NOTAS

1. O topónimo Rua de Faro, ainda existente, deslocou-se para leste provavelmente em meados do século XIX, como mostra a cartografia da época.
2. A fundação deste mosteiro tem sido tradicionalmente atribuída ao século XIV (Carrusca, 2001).
3. A igreja do Convento da Graça é Monumento Nacional desde 20-06-1924.
4. A obra não recebeu condicionantes arqueológicas por parte da Direção Regional de Cultura (ofício n.º 394 datado de 20 de outubro de 2008). No entanto, em ofício dirigido à Câmara Municipal de Loulé, a Extensão de Silves do ex-IPA alertou para a necessidade de acompanhamento arqueológico dos trabalhos.

BIBLIOGRAFIA

- CARRUSCA, S. (2001) – *Loulé, o Património Artístico*. Loulé: Câmara Municipal.
- CUNHA, E.; MARQUES, C.; SILVA, A. M. (2001/2002) – O passado em *Al-'Ulyâ*: estudo antropológico de uma população muçulmana. *Al-'Ulyâ*. Loulé 8, p. 35-49.
- LUZIA, I. (1999/2000) – A escavação arqueológica de emergência do cemitério muçulmano da Quinta da Boavista, Loulé *Al-'Ulyâ*. Loulé. 7, p. 129-185.
- LUZIA, I. (2009) – Loulé: 10 anos de Arqueologia Islâmica. *Xelb. Silves*. 9, p. 465-476. *Actas do Encontro de Arqueologia do Algarve*, 6, Silves, 2008. Actas.
- PALMA, J. F. M. da (2009) – *Dicionário Toponímico. Cidade de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal.
- PIRES, A.; BENISSE, V. (2010) – A Intervenção no Hospital da Misericórdia de Loulé – contributo para a percepção da organização espacial da cidade medieval. *Xelb. Silves*. 10. Encontro de Arqueologia do Algarve, 7, Silves, 2009. Actas.
- SCHEUER, L.; BLACK, S. (2000) – *Developmental Juvenile Osteology*. San Diego: Academic Press.
- SIMÕES, J. M. (2008) – *O Convento da Graça. Antigo Mosteiro de São Francisco de Loulé*. Lisboa: Edições Colibri; Loulé: Câmara Municipal.

DO GHARB AO ALGARVE: CINCO SÉCULOS DE ISLÃO

FROM GHARB TO ALGARVE: FIVE CENTURIES OF ISLAM

DU GHARB À L'ALGARVE : CINQ SIECLES D'ISLAM

Organizar o território

A ocupação islâmica no Algarve (712/713-1248/1250) passou por diferentes períodos e vivências políticas, administrativas, sociais económicas e culturais.

O território organizava-se em amplas áreas geográficas, como o Gharb al-Andalus (região ocidental), divididas em distritos militares (Faro e depois Silves); comarcas civis e rurais, com cidades como Loulé, e castelos-território, como Salir; e uma densa rede de casais e aldeias (alcarias), como Cerro da Vila e Quinta do Lago, que salpicavam de branco os campos de cultivo.

Cidades amuralhadas e castelos, de pedra (silhares e alvenaria) ou de taipa (argamassa de terra misturada com cal e outros elementos), são marcos constantes no cimo de colinas e cabeços elevados. São assim Salir (hisn Burtalla?) e Loulé (Madinat al-'Ulya), que conheceram o seu máximo desenvolvimento na época almôada (séc. XII/XIII). Em Loulé destacam-se os banhos da cidade, para lazer e purificação do corpo, elogiados na poesia árabe.

Organising the territory

During the Moorish occupation of the Algarve (712/713-1248/1250) the region went through a series of political, administrative, social economic and cultural transformations.

The territory was organised into large geographical areas such as Gharb al-Andalus (the western region), divided into military districts (Faro and then Silves); civil and rural counties, with cities such as Loulé and castle-territories such as Salir; and a dense network of small farms and villages, such as Cerro da Vila and Quinta do Lago, which dotted the farmland with specks of white.

Walled cities and castles, built of stone (blocks and bricks) or of taipa (a mixture of mud and limestone or other ingredients), are constant sights atop hills and other high ground. Examples of this are Salir (hisn Burtalla?) and Loulé (Madinat al-'Ulya), which reached the peak of their development during the Almohad period (12th/13th centuries). Of particular note here were the city's baths, used for leisure and purification of the body, and which were praised in Arab poetry.

Organiser le territoire

L'occupation islamique en Algarve (712/713-1248/1250) a connu diverses phases et des expériences politiques, administratives, sociales, économiques et culturelles différentes.

Le territoire était organisé en plusieurs zones géographiques d'une vaste étendue, comme le Gharb al-Andalus (région occidentale), divisées en districts militaires (Faro et ensuite Silves); en communes civiles et rurales avec des villes comme Loulé et des villes-château comme Salir; et un vaste réseau de domaines et de villages comme Cerro da Vila et Quinta do Lago, qui ponctuaient de blanc les champs de culture.

Les villes fortifiées et les châteaux, construits en pierre (moellons ou pierres de taille) ou en pisé (mortier de terre mélangé à de la chaux et d'autres matériaux), sont une constante sur les sommets des collines et des buttes en hauteur. C'est le cas de Salir (hisn Burtalla?) et de Loulé (Madinat al-'Ulya), qui ont connu l'apogée de leur développement pendant la période almohade (XIIe/XIIIe siècle). A Loulé, les bains islamiques attirent l'attention: ils sont utilisés pour le loisir et pour la purification du corps et la poésie arabe les couvrent d'éloges.



306. – 351. Cerâmicas de mesa e cozinha

306. – 308. Caçoilas vidradas

306. Caçoila vidrada de «costillas»

Loulé, Mercado Municipal, S. Clemente

Século XIII d. C.

4,7 x 14,9 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0476



307. Caçoila vidrada de «costillas»

Castelo de Salir, Salir

Finais do século XII e 1.ª metade do século XIII

6,1 x 23 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0618



308. Caçoila vidrada

Castelo de Salir, Salir

Finais do século XII e 1.ª metade do século XIII

7,9 x 24 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0665



Conjunto de três caçoilas vidradas. A primeira (cat. 306) é uma pequena caçoila de pasta castanha avermelhada e superfícies vidradas, de tom melado escuro. Bordo direito de lábio arredondado, corpo com duas carenas, uma abaixo do bordo e outra na ligação ao fundo, ligeiramente convexo. Apresenta, entre as carenas, aplicação de cordões plásticos em motivos retilíneos verticais. Trata-se de um exemplar das caçoilas ditas de «costillas», pela particularidade da sua forma e decoração, muito frequentes em contextos tardo-almóadas, cujo fabrico se prolonga nos séculos XIII/XIV.

O segundo exemplar (cat. 307) representa outro exemplar de caçoila de «costillas».

Apresenta corpo troncocónico invertido e duas carenas, uma na ligação com o fundo, ligeiramente convexo, e outra na união com o bordo, de lábio boleado. A pasta, castanha avermelhada, é coberta de vidrado castanho (melado escuro) e a superfície externa apresenta múltiplas aplicações de cordões plásticos verticais entre as duas carenas.

O terceiro exemplar (cat. 308) possui pasta de cor castanha avermelhada e superfícies vidradas de tom castanho claro (melado). Morfologicamente, apresenta bordo de lábio biselado, corpo de paredes abauladas (curvo-convexas) e fundo levemente convexo. No exterior, abaixo do bordo, aplicaram-se duas pseudo-asas horizontais.

Este tipo de caçoilas, de ampla difusão no extremo sul do *Gharb*, torna-se bastante comum na época tardo-almóada (fins do século XII e primeira metade do século XIII), em formas de corpo carenado, abaulado e retilíneo divergente, com vidrados mais ou menos escuros, por vezes com manchas de queimado. Continuam a fabricar-se, nos séculos XIII/XIV, nos reinos nazari (Granada) e merinida (Marrocos).

HC

Bibliografia:

Catarino, 1992, Fig. 9.5; Catarino, 1996, p. 23-24; Catarino, 1997/98, p. 1205, Est. CXXI.4 e p. 1208, Est. CXXIV.2; Luzia, 2015, p. 62, 67 e Fig. 17.1.

309. – 312. Caçoilas não vidradas

309. Caçoila/tigela

Castelo de Salir, Salir

Séculos XII-XIII d. C.

7 x 27,2 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0662



310. Caçoila

Castelo de Salir, Salir

Séculos XII-XIII d. C.

10,2 x 28,5 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0664



311. Caçoila

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
7 X 25,9 cm
Museu Municipal de Loulé
ML.A0635

312. Caçoila

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
9,2 x 33,5 cm
Museu Municipal de Loulé
ML.A0636



Conjunto de recipientes de cozinha, representado por quatro caçoilas não vidradas que ilustram a época almóada no território de Loulé.

A primeira (cat. 309) é uma caçoila/tigela de pasta compacta, bem cozida, de cor castanha avermelhada e superfícies de tom vermelho alaranjado, alisadas no exterior e com brunido espatulado interno. Bordo espessado de lábio quase triangular, corpo carenado e fundo plano. Esta peça, embora idêntica às caçoilas, pode ter servido também como louça de mesa pois não tem vestígios de queimado e possui tratamento interno de engobe e brunido.

A segunda (cat. 310) é uma caçoila que possui pasta compacta, bem cozida, de cor castanha avermelhada e núcleo cinzento. Bordo direito de lábio plano, corpo carenado e fundo ligeiramente convexo. Este tipo de caçoilas carenadas, normalmente com vestígios de queimado pelo uso prolongado ao fogo, são representativas da época almóada tendo grande difusão por todo o território de *al-Andalus*.

A terceira (cat. 311) apresenta pasta compacta castanha de núcleo cinzento; superfícies castanhas avermelhadas, de brunido espatulado no interior e, no exterior, alisadas e com manchas de queimado pelo uso ao fogo. Bordo direito de lábio plano, sulco abaixo do bordo, corpo ligeiramente carenado e fundo convexo. Proveniente de um contexto almóada (primeira



metade do século XIII), foi recolhida na cozinha do espaço habitacional 4 (Q.J11-3-356) e exemplifica um dos grupos de cerâmicas de uso culinário mais representados no Castelo de Salir, bem como em outros arqueossítios deste período localizados no sul do *Gharb* «português» (Gonçalves et al., 2015).

A última (cat. 312) é uma caçoila de fabrico manual, pasta castanha escura e avermelhada, com muitos elementos não plásticos, minerais e vegetais. Tem superfícies grosseiramente alisadas, de cor castanha avermelhada, com manchas de queimado. O bordo é direito de lábio arredondado, com uma depressão; as paredes são quase retas, de corpo com tendência em tronco de cone invertido e o fundo é plano irregular. Este tipo de caçoilas aparece, no Castelo de Salir,

em diversos contextos arqueológicos, seja nos níveis habitacionais, junto a lareiras, seja em silos transformados em lixeiras, como no caso deste exemplar, proveniente do fundo do silo 7, localizado no espaço habitacional 6. Trata-se de uma produção local/regional, com paralelos num fragmento recolhido em Loulé, nas escavações da Cerca do antigo Convento do Espírito Santo (Luzia, 2003, p. 53, n.º 34).

HC

Bibliografia:

Catarino, 1997/98, p. 1206, Est. CXXII. 4; Catarino, 1999/2000, p. 100-102, Fig. 5, p. 119, Est. 12. 4; Gonçalves et al., 2015, Fig. 1 e Fig. 3; Luzia, 1996, p. 65, Foto 3; Luzia, 2003, p. 38, n.º 19 e 53, n.º 34.

313. – 314. Caçoilas não vidradas com asas

313. Caçoila

Loulé – Cerca do Convento, São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
6,8 x 29,2 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0467



314. Caçoila

Loulé – «Oficina do Sr. Carrilho»,
São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
8,5 x 20 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0416



Conjunto de recipientes de cozinha, representado por duas caçoilas não vidradas, com asas. A primeira caçoila (cat. 313) tem pasta compacta de cor alaranjada, superfície interna laranja, com tratamento bruido, e externa castanha, com queimado aderente. Bordo triangular, corpo carenado, fundo plano e duas asas verticais que partem do bordo e terminam abaixo da carena. Provém das escavações realizadas na cerca do antigo Convento do Espírito Santo, numa área anexa à muralha da cidade de Loulé, onde se identificaram estruturas habitacionais e quatro silos, relacionados com um conjunto de materiais arqueológicos balizados entre os séculos XI/XII e primeira metade do século XIII (Luzia, 1996; 2003). Este exemplar de caçoila de

asas é muito comum na época almóada (Gonçalves et al., 2015).

A segunda (cat. 314) é uma caçoila de pasta compacta, bem cozida, de cor castanha avermelhada, superfícies avermelhadas, alisadas no exterior e polidas no interior. Bordo direito de lábio boleado, corpo de paredes retilíneas convergentes para carena baixa, na ligação ao fundo, de perfil convexo. Duas asas verticais que saem do bordo e terminam na carena.

HC

Bibliografia:

Catarino, 1999/2000, p. 100-102, Fig. 5, p. 119, Est. 12. 4; Gonçalves et al., 2015, Fig. 1 e Fig 3; Luzia, 1996, p. 65, Foto 3; Luzia, 2003, p. 38, n.º 19 e 53, n.º 34.

315. – 341. Serviço de mesa

315. Prato pintado a branco

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos X-XI d. C.

16 x 25 x 4,1 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/70-91/39



Prato de pasta bem cozida, porosa, de cor castanha avermelhada, superfícies cobertas de engobe acastanhado com polimento. Bordo de lábio plano largo, corpo baixo de paredes curvo-convexas e fundo plano. A superfície interna apresenta profusa pintura a branco: no lábio, motivos em «dente de serra» e pequenos ponteados; no centro do corpo, motivos fitomórficos e vegetalistas, de que se destacam hastes

espiraladas, folhagens e estilização da flor de lótus. As características do corpo, com lábio desenvolvido, bem como os motivos ornamentais remetem esta peça para uma importação de época califal.

HC

Bibliografia:

Matos, 1983, p. 388, n.º 9; Matos, 1986, p. 150, 152; Matos, 1998, p. 164, n.º 166.

316. – 317. Tigelas com decoração verde e manganés

316. Tigela verde e manganés

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos X-XI d. C.

8,6 x 34 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/70-91/41



317. Tigela verde e manganés

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos X-XI d. C.

12 x 17,5 x 5,5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/70-91/44



A primeira das tigelas que constituem o presente conjunto (cat. 316) é uma peça com pasta bem cozida e depurada, de cor rosada clara/esbranquiçada. Bordo direito de lábio arredondado, corpo de paredes curvo-convexas e fundo plano com o centro levemente convexo. Superfícies vidradas, de tom esverdeado no exterior e transparente sobre engobe branco no interior. Técnica decorativa verde e manganés sobre o fundo branco do interior, representada em quatro sectores. No centro do fundo, duas linhas a formar quadrado, tendo no interior círculos concêntricos; daí saem quatro faixas cruzadas (representação dos quatro elementos – fogo, ar, água e terra – e dos rios para o Paraíso), no interior das quais se veem pontos negros. Entre cada faixa, os motivos ornamentais são caules entrelaçados com flor-de-lis ou de lótus no centro e, junto do bordo, mostra ainda o motivo epigráfico *Al-Mulk* em cúfico estilizado.

A segunda tigela (cat. 317) apresenta uma pasta bem cozida e depurada, de cor rosada clara/esbranquiçada. Bordo direito de lábio arredondado, corpo de paredes curvo-convexas e início de fundo plano. Superfícies vidradas, de tom melado esverdeado no exterior e transparente sobre engobe

branco no interior. Técnica decorativa verde e manganés sobre o fundo branco do interior, representada por meandro de arcos de círculo no bordo e no centro mostra restos de motivo estilizado do cordão da eternidade e a possível inscrição *Al-Mulk* que ocuparia o fundo da peça.

Estas tigelas, de fundo sem pé anelar, vidrado interno transparente sobre engobe (cat. 316) ou vidrado opaco estanífero (cat. 317) apresentam uma técnica decorativa – verde e manganés – que tem origem oriental e começa a produzir-se em *al-Andalus* no califado (século X/XI). Estes exemplares, com motivos ornamentais que incluem a epígrafe *Al-Mulk*, símbolo do califa *Abd al-Rahman III*, representam bem a ocupação califal no Cerro da Vila e a capacidade económica dos seus habitantes, que importavam recipientes de serviço de mesa de grande qualidade técnica e estilística, certamente provenientes de Córdova ou da cidade palatina de Medina Azahara.

HC

Bibliografia:

Matos, 1983, p. 385-386, n.º 7; Matos, 1991b, p. 81, Fig. 6. Torres, 1987, n.º 78.

318. – 321. Tigelas vidradas meladas

318. Tigela vidrada melada, decorada com manganés

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos XI-XII d. C.

8,3 x 27,2 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/70-91/42



319. Tigela vidrada melada

Loulé – Cerca do Convento, São Clemente

Cerca do Convento, São Clemente

Séculos XII-XIII d. C.

7,5 x 22,7 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA1992



320. Tigela carenada melada com decoração a manganés

Loulé – Cerca do Convento, São Clemente

Séculos XII-XIII d. C.

12,5 x 39 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0424



321. Tigela carenada melada com decoração a manganês

Quinta do Lago/Tejo do Praio, Almancil
Séculos XII-XIII d. C.

10 x 31 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3182



Conjunto de quatro tigelas vidradas meladas. A primeira destas tigelas (cat. 318) apresenta pasta compacta bem cozida, de cor avermelhada e superfícies vidradas de tom melado. Bordo levemente espessado de lábio semicircular, corpo de paredes curvo-convexas, base de pé anelar retangular, pouco saliente, e fundo ligeiramente convexo. Apresenta decoração na superfície interna, a negro de óxido de manganês, com motivos geométrico-vegetalistas, organizados em três secções a partir de círculos concêntricos do fundo, de onde saem linhas radiantes que terminam em flores de lótus estilizadas, na parte superior do corpo até ao bordo. No centro de cada sector aparecem linhas concêntricas que representam bolbos de lótus também estilizados.

A segunda tigela (cat. 319) apresenta uma pasta muito compacta, bem cozida, de cor rosada escura/alaranjada; superfícies vidradas de tom melado médio. Bordo direito, de lábio biselado, com moldura incisa; corpo de paredes curvo-convexas, ligeiramente carenado, fundo de pé anelar, diferenciado por fina moldura excisa.

A terceira tigela (cat. 320) possui pasta muito compacta, bem cozida, de cor rosada; superfícies vidradas de cor melada. Bordo ligeiramente triangular de lábio quase plano, corpo carenado e fundo convexo e pé anelar. Apresenta decoração interna a negro de manganês com motivos de traços geométricos.

A última (cat. 321) possui pasta compacta bem cozida, de cor castanha avermelhada e superfícies vidradas de cor melada. Bordo triangular, corpo carenado e fundo levemente convexo, mostrando pé anelar alto e moldurado. Técnica decorativa a óxido de manganês de motivos geométricos que exibem arcos de círculo entrecruzados.

Estas peças são representativas de uma prática de fabricos vidrados com motivos ornamentais a negro de manganês, que surge nos finais da época califal e atinge grande divulgação nos reinos de taifas, como será o caso do primeiro exemplar, ainda de pé pouco saliente e corpo curvo-convexo. A segunda fase destes fabricos, já de época almorávida e sobretudo almóada, diferencia-se, como é mostrado no segundo exemplar, pelo perfil do corpo carenado, mais ou menos acentuado, e pelos fundos, mais espessos no centro, e rematados por pés anelares salientes, de perfil retangular com moldura, ou de perfil trapezoidal.

HC

Bibliografia:

Matos, 1983, p. 378-379; Matos, 1986, p. 149. 2, 151, Lám I. 2; Matos, 1991a, p. 451, n.º 0045; Matos, 1991b, p. 80, Fig. 5; Torres, 1987, n.º 39; Luzia, 1996, p. 68, Est. III. 2; Luzia, 2003, p. 65, n.º 46, p. 66, n.º 47; Arruda, Almeida, Freitas, 2003, p. 258, Fig. 5. 11.

322. Taça com pintura a negro de manganês

Loulé – Cerca do Convento, São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
3,5 x 12,3 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0469



Taça de pasta compacta bem cozida, de cor creme acinzentada e superfícies pouco alisadas, de cor creme acinzentada mais escura do que a pasta. Bordo de lábio arredondado, corpo troncocónico invertido e fundo plano. Apresenta decoração na superfície interna, com pintura a negro de manganês, em motivos de dois traços

concêntricos na parte superior, abaixo dos quais se notam cinco pontos, que se repetem, na parede externa, em três grupos de três pontos.

HC

Bibliografia:
Luzia, 2003, p. 64.

323. – 324. Jarras



323. Jarra de pasta fina e quatro asas

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
10,4 x 16 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0673

324. Jarra de pasta fina e duas asas

Loulé – «Oficina do Sr. Carrilho»,
São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
14,2 x 14 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0480

A jarra 323 tem pasta fina muito depurada, de cor creme, e superfícies alisadas de cor esbranquiçada. O bordo é direito, de lábio adelgaçante, colo troncocónico invertido, com ressalto em moldura na ligação com o ombro, corpo globular, de caneluras na parte superior, fundo de pé anelar e quatro asas verticais entre o colo e o bojo.

A jarra 324, de pasta e superfícies creme rosada, fina e bem depurada, possui superfícies muito lisas, com polimento. O bordo é direito de lábio arredondado, colo alto cilíndrico, moldurado na ligação com o corpo, de bojo globular, fundo de pé anelar e duas asas com remate cónico na parte superior.

Este tipo de jarras, por vezes com filtro no interior do colo, na ligação para o corpo, caracterizam-se pelas pastas muito depuradas, superfícies alisadas ou polidas e paredes muito finas (designadas «casca de ovo») e difundem-se em época almôada (século XII-XIII), seja em contextos urbanos

(«Oficina do Sr. Carrilho», em Loulé) ou rurais (silo 3 do Castelo de Salir). Apresentam amplos paralelos por todo o *al-Andalus* e no *Gharb* destacam-se exemplares provenientes de Beja, de Mértola, de Silves, do Castelo de Paderne, entre outros.

HC

Bibliografia:

Luzia, 2003b, p. 230, Fig. 4. 4; Catarino, 1995: Est. IV; Catarino, 1996, p. 19; Catarino, 1997/98, p. 1217, Est. CXXXIII.

325. – 329. Jarrinhas





327.



329.



328.

325. Jarrinha

Cerro da Vila, Quarteira
Século XI d. C.
13,5 x 16,2 cm
Museu e Estação Arqueológica
Cerro da Vila
CV/82/10

326. Jarrinha

Loulé Velho, Quarteira
Séculos XI-XII d. C.
13,7 x 16,3 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA1996

327. Jarrinha

Loulé – Travessa de Martim Farto,
n.º 10,
São Clemente
Séculos XI-XII(?) d. C.
13,9 x 16,5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0595

328. Jarrinha

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
12,6 x 17,5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0611

329. Jarrinha

Loulé – Cerca do Convento,
São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
13,4 x 16 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0465

Conjunto de recipientes usados no serviço de mesa – pequenas jarras ou jarrinhas – que também podiam ir ao lume, para aquecer água ou outros líquidos, como o chá e infusões tão apreciadas na época islâmica.

O primeiro exemplar (cat. 325) é uma jarrinha de pasta compacta acastanhada e superfícies castanhas. Bordo com leve inflexão interna, de lábio adelgaçado, colo alto cilíndrico, sulco na ligação do colo com o corpo, de perfil ovoide, fundo ligeiramente convexo, duas asas verticais de secção circular, que partem abaixo do bordo e terminam a meio do bojo.

Segue-se uma jarrinha de pasta compacta alaranjada e superfície alisada de tom laranja claro (cat. 326). Bordo direito de lábio adelgaçante, colo alto cilíndrico, corpo ovoide, fundo ligeiramente convexo e asas verticais de secção circular, que saem abaixo do bordo e terminam na parte superior do corpo. Não apresenta decoração, mas notam-se leves estrias de torno irregular na parte inferior do corpo e na ligação com o fundo.

Esta peça, inicialmente identificada como púcaro e verificando-se no restauro pertencer a jarrinha, é proveniente das escavações de Loulé Velho, realizadas em 1996 (Gomes e Serra, p. 43, Fig. 11 A). O seu achado reveste-se de particular interesse por ser, de momento, o único recipiente cerâmico de época islâmica registado neste arqueossítio romano e da Antiguidade tardia, podendo tratar-se de um objeto isolado ou levar a pensar que houve reocupação, possivelmente por uma comunidade piscatória, sazonal ou permanente, que aqui viveu no período muçulmano.

A seguir, uma jarrinha de pasta compacta castanha avermelhada e superfícies alisadas de cor avermelhada (cat. 327). Bordo de leve inflexão interna e lábio adelgaçante, colo alto de paredes curvo-convexas, corpo ovoide, fundo plano e duas asas verticais, da zona inferior do bordo a terminar no bojo. Apresenta decoração pintada a branco, de motivos em bandas horizontais no colo e parte superior do bojo.

A quarta (cat. 328) é uma jarrinha bem cozida, de pasta compacta avermelhada e

superfícies alisadas da cor da pasta e com vestígios de queimado. Bordo direito de lábio adelgaçante, colo cilíndrico, corpo globular baixo, fundo plano e duas asas verticais que saem da zona inferior do bordo e terminam no bojo. Possui decoração pintada a branco, de motivos em bandas horizontais no colo e no bojo.

A última jarrinha (cat. 329) é de pasta compacta castanha avermelhada e superfícies alisadas de cor alaranjada. Bordo com leve inflexão interna e lábio adelgaçante, colo alto de paredes curvo-convexas, corpo ovoide, fundo plano e duas asas verticais a partir da zona inferior do bordo e a terminar no bojo. Mostra decoração pintada a branco, de motivos em bandas horizontais no colo e horizontais e verticais na parte superior do corpo.

Este tipo de jarrinhas de colo alto e normalmente de motivos pintados (a branco, a vermelho ou a negro) encontra-se entre as inovações introduzidas pelos muçulmanos, aparecendo no registo arqueológico desde o período emiral, mas abrangendo as épocas seguintes com poucas variantes formais. O primeiro exemplar provém das escavações do forno cerâmico do Cerro da Vila (U/15), sendo encontrado no seu exterior e atribuído ao século XI. Contudo, não se diferencia dos exemplares seguintes, provenientes de Loulé e do Castelo de Salir, exceto no detalhe do sulco mais acentuado da ligação do colo com o corpo, no fundo ligeiramente convexo e na ausência de decoração, presente nos outros exemplares, em motivos pintados a branco, técnica ornamental frequente no território do *Gharb*. O último foi recolhido num contexto de lixeira no interior de um silo almóada (Q. H10-silo 3-6.a-31), que terá sido entulhado na primeira metade do século XIII.

HC

Bibliografia:

Matos, 1991a, p. 432, p. 444, n.º 0037, p. 455, n.º 37; Gomes, Serra, 1996, p. 43, Fig. 11 A; Teichner, Schierl, 2006, p. 130, CdV-XXXI. K5; Catarino, 1997/98, p. 1214, Est. CXXX. 4; Luzia, 2003b, p. 231, Fig. 5. 2; Luzia, 2003a, p. 54, n.º 35.

330. Jarra de colo alto pintada a branco

Loulé – Cerca do Convento, São Clemente

Séculos XI-XII d. C.

30 x 17,6 cm

Museu Municipal de Loulé

ML.A0468

Jarra de pasta compacta, bem cozida, decor castanha vinácea e núcleo laranja escura. Bordo triangular, colo alto incompleto, de paredes curvo-convexas na parte superior e estrangulamento, com duas caneluras, na parte inferior. Corpo globular baixo de tendência ovoide, falta do fundo e duas asas verticais que saíam na zona inferior do colo e a terminar no bojo. Apresenta superfície alisada, com engobe escuro castanho vináceo, e motivos ornamentais de pintura a branco, em traços finos, no colo e parte superior do corpo, combinando traços horizontais, motivos foliáceos, pequenos ponteados e linhas em ziguezague.

HC

Bibliografia:

Luzia, 2003a, p. 59, Fig. 40.





331. Pequena bilha ou galheta (alcuza), para azeite ou vinagre

Castelo de Salir, Salir

Séculos XII-XIII d. C.

20,4 x 11 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0615

Pequena bilha (*alcuza*) proveniente de um silo do Castelo de Salir (Q. J.11-silo 8-6.c-8). Pasta compacta castanha alaranjada, superfície interna e externa vidrada de tom melado. Bordo direito, de lábio boleado, com leve bico vertedor, colo alto com ressaltado moldurado a meio, corpo ovoide alongado, fundo plano em disco saliente e uma asa vertical que sai do colo e termina a meio do bojo. Este tipo de pequenas bilhas são usadas no serviço de mesa, para azeite ou vinagre, equiparando-se a elementos de galheteiro.

HC

Bibliografia:

Catarino, 1999/2000, p. 112, Fig. 5. 3;

Catarino, 2001, p. 701, Fig. 5.11.



332. Bilha pintada

Cerro da Vila, Quarteira
Séculos X-XI d. C.

26 x 22,5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/70-91/21

333. Bilha de colo alto estreito

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.

23,6 x 15,7 cm

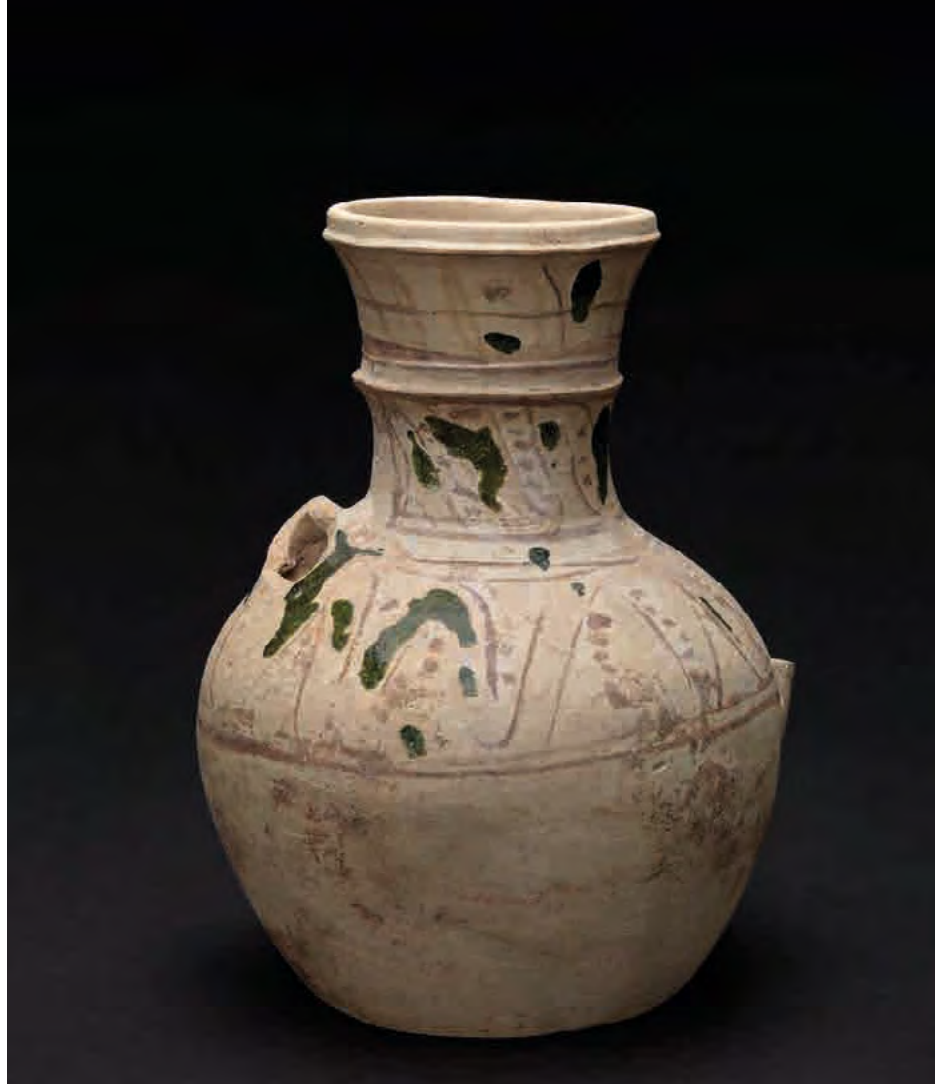
Museu Municipal de Loulé
MLA0674

A bilha 332 é uma peça que possui pasta compacta creme rosada e superfícies polidas, de cor creme esbranquiçada. Bordo direito de lábio arredondado e leve repuxamento de bico vertedor. Colo estreito e pouco elevado, com moldura a meio, corpo globular, fundo plano e asa vertical sobrelevada, que parte da moldura do colo e termina a meio do bojo. Decoração pintada a óxido de ferruginoso, de tom castanho avermelhado, com traços horizontais no colo e asa, mostrando, na parte superior do corpo, uma larga banda horizontal no ombro seguida de motivos geométricos em ziguezague no interior dos quais se notam elementos vegetalistas/foliáceos. Esta peça apresenta forma e decoração que se enquadra na época califal (séculos X/XI) podendo prolongar-se em fabricos congêneres no período dos reinos taifas.

A segunda bilha, 333, apresenta pasta compacta cinzenta escura e superfícies alisadas cinzentas. Bordo levemente espessado de lábio arredondado, colo alto e estreito, corpo bojudo quase globular, fundo plano e asa vertical sobrelevada, colocada entre o colo e meio do bojo. Decoração de caneluras no colo e parte superior do corpo. Foi exumada no fundo de um silo (Q.F10-silo 10-6.c-9) que se encontrava no espaço habitacional 1, parcialmente sob uma das paredes da cozinha. O contexto e materiais associados remetem esta peça para a época almóada (séculos XII/XIII), embora existam formas semelhantes na fase de transição almorávida/almóada, de meados do século XII. HC

Bibliografia:

Matos, 1998, p. 162-163, n.º 163; Catarino, 1999/2000, p. 112, Est. 5. 2.



334. Jarro de uma asa e bico tubular (aguamanil), decorado a corda seca parcial

Cerro da Vila, Quarteira
Século XI d. C.
23 x 17,4 cm
Museu Municipal de Loulé
CV/70-91/40

Jarro também designado aquamanil, de pasta compacta esbranquiçada e superfícies alisadas da cor da pasta. Bordo moldurado de lábio arredondado, colo alto tendencialmente cilíndrico, com moldura a meio, corpo piriforme quase ovoide, fundo plano, arranque de asa a meio do bojo e, no lado oposto, arranque do bico tubular, elemento típico nos aquamanis. Decoração a corda seca parcial, de motivos geométrico-vegetalistas pintados a óxido de manganês, preenchidos parcialmente de vidrado verde. Esta peça apresenta uma técnica ornamental que tem

início na época califal, enquadrando-se no final deste período. Contudo, a corda seca parcial torna-se uma marca técnico-decorativa de grande difusão durante os reinos de taifas, estando presente em muitos arqueossítios de *al-Andalus*, incluindo no *Gharb* «português» (Fernandes et al., 2015).
HC

Bibliografia:

Matos, 1991a, p. 435, 449; Fernandes et al., 2015, p. 650, Fig. 1. 4; Teichner, Schierl, 2006, p. 129 k1, 134.



335.

335. Jarro/púcaro

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.

16,7 x 19 cm

Museu Municipal de Loulé
MLA0613



336.

336. Púcaro

Cerro da Vila, Quarteira
Séculos XI-XII d. C. (?)

14 x 16 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/82/9 (Forno)

Jarro/púcaro de pasta compacta bem cozida, de cor castanha avermelhada com núcleo cinzento. Superfícies alisadas, castanhas avermelhadas no interior e castanhas avermelhadas com manchas cinzentas no exterior. Bordo levemente espessado de lábio boleado, com bico pinçado; colo tendencialmente cilíndrico, em curva contínua para o ombro; corpo globular alongado; fundo plano, ligeiramente convexo na ligação ao corpo; uma asa, oposta ao bico, de secção oval, que parte do bordo e termina a meio do bojo.

Este exemplar, proveniente de um silo (Q. J11-silo 8-6.c-3), pode ter sido usado no serviço de mesa como no de cozinha, para aquecer água ou outros alimentos, mostrando manchas de queimado aderentes às paredes externas.

HC

Bibliografia:

Inédito.



Púcaro de pasta compacta bem cozida, de cor castanha avermelhada e superfícies alisadas de cor castanha avermelhada e vestígios de queimado. Bordo direito de lábio adelgaçante, colo alto cilíndrico, corpo ovoide, fundo plano ligeiramente curvo na ligação à parte inferior do corpo, e uma asa vertical que parte abaixo do bordo e termina a meio do bojo. Mostra decoração pintada a branco, em motivos de três traços horizontais no corpo, um na ligação colo-ombro e, na parte superior do colo mostra séries de traços enegrecidos. Esta peça, proveniente das escavações do forno cerâmico do Cerro da Vila, poderá enquadrar-se na época dos reinos de taifa ou nos inícios do período almorávida.

HC

Bibliografia:
Inédito (?).

337. Púcaro/panela

Cerro da Vila, Quarteira
Século XI d. C.
16,2 x 17,5 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/70-91/37

Púcaro, ou pequena panela, de pasta compacta avermelhada e superfícies rugosas de cor acastanhada e avermelhada. Bordo espessado de lábio arredondado, colo cilíndrico de paredes ligeiramente curvas, corpo globular, fundo levemente convexo e uma asa a partir do bordo e a terminar a meio do bojo. Mostra estrias de torno irregular e depressão na zona onde foi colada a asa. Este tipo de púcaros pode ter também função de pequena panela, para aquecer ou cozinhar alimentos, sendo este exemplar proveniente de um silo.

HC

Bibliografia:

Matos, 1991a, p. 430, 439 n.º 0050; Teichner, Schierl, 2006, p. 130, CdV-XXX. K 3.

338. – 341. Púcaros



338. Púcaro

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos X-XI d. C.

11,5 x 15,5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/82/8

339. Púcaro com caneluras no colo

Castelo de Salir, Salir

Séculos XI-XII d. C.

11,7 x 13 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0671

340. Púcaro

Castelo de Salir, Salir

Séculos XII-XIII d. C.

13,2 x 15,3 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0670

341. Púcaro

Loulé – Mercado Municipal, S. Clemente

Séculos XII-XIII d. C.

8,5 x 10,5 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2063

Conjunto de quatro púcaros que mostram algumas particularidades passíveis de relacionar-se com distintas fases do período islâmico.

O primeiro (cat. 338) é um púcaro de pasta compacta de cor avermelhada e cinzenta; superfícies de cor castanha alaranjada, com manchas de queimado. Bordo levemente espessado de lábio arredondado, colo alto de paredes curvo-côncavas, corpo globular quase ovoide e fundo espesso ligeiramente convexo; uma asa vertical que sai do bordo e termina no bojo. Superfícies rugosas e irregulares, mostrando estrias, que não chegam a ser caneluras, e dois sulcos horizontais paralelos a moldurar a ligação do colo com o ombro.

O segundo (cat. 339) foi fabricado a torno, notando-se estrias de rotação irregular no interior, pasta compacta de cor cinzenta e superfícies alisadas cinzentas, com vestígios de queimado aderente. Bordo direito de lábio arredondado, colo cilíndrico canelado, corpo globular baixo, fundo ligeiramente convexo e uma asa vertical, de secção sub-circular, que sai do bordo e lábio e termina no bojo, onde se nota uma leve dedada da pressão da colagem. Decoração estriada, de caneluras no colo, e traço vertical de pintura a branco no bojo.

O terceiro (cat. 340) apresenta pasta compacta e bem cozida, de cor avermelhada e núcleo cinzento, superfícies alisadas de cor castanha avermelhada. Bordo espessado de lábio quase triangular, colo alto cilíndrico, corpo globular quase ovoide, fundo plano e uma asa vertical que sai do bordo e termina no bojo. Restos muito tênues de pintura a branco no colo e corpo em traços horizontais.

O último (cat. 341) é um púcaro de pasta compacta castanha avermelhada e superfícies alisadas de cor alaranjada. Bordo com

leve inflexão interna e lábio arredondado, colo alto cilíndrico, com leve curvatura, sulco a marcar a ligação do colo ao corpo, de perfil ovoide baixo, fundo plano, uma asa vertical que sai do bordo e termina no bojo.

Este tipo de recipientes, usados no serviço de cozinha e de mesa, são habituais na panóplia cerâmica de época islâmica, desde época emiral, evoluindo de formas anteriores de perfil em S. O primeiro exemplar (cat. 338), proveniente do Cerro da Vila (área da escavação do forno – U/15), mostra fabrico a torno alto irregular e colo ligeiramente curvo que representam evolução dos púcaros e panelas (de uma asa) de perfil em S, porém com colo mais alto. Já o segundo (cat. 339), igualmente de fabrico rudimentar, revela colo canelado, particularidade muito presente no *Gharb al-Andalus* desde época emiral/califal (Gómez Martínez et al., 2015). Este exemplar do Castelo de Salir (Q. H10-5-40) pode inserir-se nos séculos XI/XII, pois provém de um contexto estratigráfico de derrubes, sob as paredes das casas que pertencem à ocupação almôada, sendo, portanto, anterior à construção dessas casas. Os dois exemplares seguintes, um (cat. 340) recolhido no interior de um silo transformado em lixeira (Q. J11-silo 4-6.b-2) e o outro (cat. 341) proveniente das escavações realizadas no Mercado Municipal de Loulé, são representativos da fase almôada.

HC

Bibliografia:

Matos, 1991a, p. 431, 441 n.º 0044; Teichner, Schierl, 2006, p. 130, CdV-XXXI. K3; Catarino, 1996, p. 14; Catarino, 1997/98, p. 1212, Est. CXXVIII. 2; Catarino, 1999/2000, p. 117, Est. 10. 1; Luzia, 2015, p. 66, Fig. 9.

342. – 351. Serviço de cozinha



342. Panela de uma asa

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos X-XI d. C.

18,5 x 19 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/70-91/36

Panela de pasta castanha avermelhada, mal cozida, e superfície externa acinzentada. Bordo levemente espessado de lábio arredondado, colo curvo-convexo, corpo globular alto e fundo ligeiramente convexo. Uma asa vertical, a partir do bordo e a terminar a meio do bojo. Caneluras no colo e estrias da rotação do torno visíveis na parte inferior do corpo. Proveniente de um silo das escavações do Cerro da Vila, esta forma remete para protótipos visigótico-emirais de perfil em S, sem asas ou com uma asa. Sendo esta de colo mais elevado pode enquadrar-se em época califal e reinos de taifas.

HC

Bibliografia:

Matos, 1991a, p. 430-431, 442, n.º 0020;

Teichner, Schierl, 2006, p. 127, 129, CdV-XXVII.

343. Panela

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos X/XI-XII d. C.

13,3 x 16,8 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/81/8

Panela de pasta compacta, de cor acastanhada. Superfícies alisadas de cor castanha avermelhada, com vestígios de queimado nas paredes. Bordo levemente espessado de lábio arredondado, colo curvo-côncavo com sulco na ligação ao ombro; corpo globular, fundo plano e duas asas verticais a partir do bordo e a terminar a meio do bojo. Estrias de caneluras no colo e parte superior e média do corpo.

HC

Bibliografia:

Matos, 1991a; Teichner, Schierl, 2006,

p. 127, 129, CdV-XXVI.



344. Panela

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos X-XI d. C.

16,5 x 21,5 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/70-91/38

Apresenta pasta compacta, de cor castanha e cinzenta, e superfícies cinzentas com manchas castanhas. Bordo espessado de lábio arredondado, colo curvo-convexo, corpo globular, fundo ligeiramente convexo e duas asas, do bordo à parte superior do bojo. Apresenta estrias e duas caneluras na parte superior do corpo ao nível das asas. Foi exumada num contexto de lixeira, no interior de um silo e corresponde a uma forma com ampla difusão nos séculos X e XI.
HC

Bibliografia:

Matos, 1991a, p. 430-431, 440; Teichner, Schierl, 2006, p. 127, 129, CdV-XXVI.



345. Panela decorada com caneluras e pintura branca

Loulé – Cerca do Convento, São Clemente

Séculos XI-XII d. C.

18,5 x 22 cm

Museu Municipal de Loulé
MLA0466

Panela de pasta compacta e cor cinzenta, superfícies acinzentadas com manchas alaranjadas e vestígios de queimado aderente. Bordo direito com sulco externo e lábio arredondado, colo ligeiramente cónico, com fina moldura na ligação com o ombro. Corpo globular, fundo levemente convexo e duas asas que partem abaixo do bordo e terminam na parte superior do corpo. Decoração com caneluras no bojo e traços de pintura a branco em traços duplos que mostram motivos em arco de círculo e retos horizontais e verticais. Provém das escavações realizadas na cerca do antigo Convento do Espírito Santo e enquadra-se nos séculos XI e XII.
HC

Bibliografia:

Luzia, 1996, p. 63, Foto 1; Luzia, 2003, p. 28;

Luzia, 2003a, p. 229, Fig. 3.



346. Panela de fundo carenado

Loulé – «Oficina do Sr. Carrilho»,
São Clemente
Século XIII d. C.
15,1 x 26 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0550

Panela de pasta compacta castanha acinzentada, superfícies alisadas de cor castanha avermelhada com manchas de queimado aderente. Bordo espessado, de lábio arredondado, com sulco na ligação direta com o ombro. Corpo quase cilíndrico, marcado por acentuada carena na ligação com o fundo, muito convexo. Duas asas verticais que arrancam do ombro e terminam na parte inferior do corpo. Procede de escavações urbanas de Loulé, realizadas na «Oficina do Sr. Carrilho» e contextualiza-se na fase final almóada, na primeira metade do século XIII.

HC

Bibliografia:

Luzia, 2003b, p. 230, Fig. 4. 1.



347. Panela de asas a partir do ombro, com pintura branca

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
22 x 26,5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0645

Panela de pasta compacta de cor castanha alaranjada com núcleo cinzento, superfícies alisadas, de cor alaranjada com manchas de queimado aderente. Bordo direito de lábio arredondado, colo curto em «gola», corpo globular, fundo levemente convexo e duas asas verticais na parte superior do bojo. Decoração com séries de três finos traços, na vertical, de pintura a branco, colocados no ombro e bojo, bem como estrias de caneluras na parte média do corpo. Foi recolhida num contexto de lixeira, no interior de um silo (Q.F10-silo 10-6.c-4) e pertence a um tipo de panela muito comum na época

almóada (meados/finais do século XII e primeira metade do século XIII), continuando, porém, a produzir-se formas idênticas na primeira fase nazari (séculos XIII/XIV).

HC

Bibliografia:

Catarino, 1999/2000, p. 113, Est. 6. 1;
Catarino, 2001, p. 700-701, Fig. 5, n.º 4.



348. Panela com pintura a branco

Loulé – Cerca do Convento, São Clemente
Séculos XI-XII d. C.

22,5 x 26 cm

Museu Municipal de Loulé
MLA2000

Panela de pasta porosa, mal cozida, cor alaranjada e núcleo de tom creme alaranjado. Superfícies alisadas de cor alaranjada, com manchas mais claras e vestígios de queimado no fundo. Bordo triangular, colo curto levemente curvo-côncavo, com sulco a moldurar a ligação ao ombro; corpo globular, fundo ligeiramente convexo e duas asas verticais a partir do bordo e a terminar na parte superior do bojo. Vestígios de pintura a branco no corpo, em motivos de três dedadas horizontais e uma vertical, e três traços horizontais na parte superior das asas.
HC

Bibliografia:

Luzia, 2003, p. 27, n.º 8.



349. Panela

Loulé – Cerca do Convento, São Clemente
Séculos XI-XII d. C.

25 x 25 cm

Museu Municipal de Loulé
MLA2064

Panela de pasta compacta, bem cozida, de cor alaranjada e núcleo cinzento. Superfícies alisadas de cor alaranjada, com manchas mais escuras e vestígios de queimado nas paredes. Bordo triangular, colo curto levemente curvo-côncavo; corpo globular; fundo ligeiramente convexo e duas asas verticais a partir do bordo e a terminar na parte superior do bojo. Estrias de caneluras no colo e parte superior do corpo, traços de pintura a branco no colo e parte superior do corpo, em motivos de três traços horizontais intercalados por traços verticais.
HC

Bibliografia:

Luzia, 2003, p. 27, n.º 8.



350. Panela

Loulé – Antiga Entrada da Alcaidaria,
São Sebastião
Século XI d. C. (?)
17,6 x 18,5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA1988

Panela de pasta pouco compacta, de cor ocre castanho acinzentado. Superfícies alisadas de cor acinzentada, com vestígios de queimado nas paredes. Bordo triangular, colo curto levemente curvo-côncavo; corpo globular, fundo plano e duas asas verticais a partir do bordo e a terminar na parte superior do bojo. Sulco a moldurar a ligação do colo com o ombro e estrias de caneluras na parte superior e média do corpo.

HC

Bibliografia:
Inédita.



351. Fogareiro

Loulé – Rua da Barbacã, n.º 31, São Sebastião
Séculos XII-XIII d. C.
11,5 x 18 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0410

Fogareiro incompleto. Corpo inferior de base plana, paredes de perfil levemente troncocónico e abertura recortada, que seria dupla. Vestígios da grelha de separação para o corpo superior. Este apresenta o arranque das paredes, de perfil divergente em tronco de cone invertido. As cinzas depositadas no corpo inferior eram retiradas pela abertura lateral, a grelha servia de separação, para as brasas se manterem no corpo superior, aberto, onde assentavam os recipientes para cozinhar os alimentos (panelas ou caçoilas). Este tipo de recipientes atinge grande divulgação em época almóada e, sobretudo, a partir do século XIII.

HC

Bibliografia:
Luzia, 2006, p. 88, Fig. 4. 3.

352. – 354. Restos alimentares

352. Grãos de trigo

Castelo de Salir, Salir
Século XIII d. C.
10 x 5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0642



353. Bolotas

Castelo de Salir, Salir
Século XIII d. C.
10 x 5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0643



Restos alimentares provenientes de contextos habitacionais tardo-almóadas do Castelo de Salir. O primeiro exemplo (cat. 352) é uma amostra de trigo recuperado do interior do silo 1 (espaço habitacional 2). O segundo (cat. 353) corresponde a uma amostra de bolotas que se encontravam junto ao forno do espaço habitacional 4, de onde também se recolheram figos carbonizados.
HC

Bibliografia:
Inéditos.

354. Vértebra de baleia com marcas de corte

Quinta do Lago/Tejo do Praio, Almansil
Séculos XI-XII d. C.
18 x 12,7 x 11,5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA2745



Peça correspondente a uma vértebra de cetáceo, recolhida num nível estratigráfico que integrava uma potente sequência de acumulação de detritos domésticos. Embora não tenha sido possível identificar a espécie a que terá pertencido, trata-se de um achado de grande importância, uma vez que não há muitos sítios no território português onde tenha aparecido este tipo de vestígios ósseos. Apesar de não ser dado inédito a captura de animais deste porte (desde a Antiguidade, pelo menos), acredita-se que esta vértebra tenha sido recolhida de uma carcaça de cetáceo que

terá dado à costa já morto. As evidentes e profundas marcas de corte, realizadas em sentido longitudinal na sua área mesial, não deixam dúvida de que terá sido manipulada antropicamente, tendo sido posteriormente utilizada, com grande probabilidade, como ceppo de corte ou instrumento de trabalho em contexto doméstico.

RB/RRA

Bibliografia:
Arruda, Almeida, Freitas, 2003, p. 257, Fig. 4.6.

355. – 361. Objetos de iluminação



357.



358.



355.



356.

355. – 358. Candis

355. Candil de corda seca parcial

Cerro da Vila, Quarteira
Século XI d. C.
17 x 7,4 x 7 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/60/4

356. Candil não vidrado

Cerro da Vila, Quarteira
Séculos XI-XII d. C.
16 x 6,6 x 6,7 cm
Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/60/3

357. Candil não vidrado

Proveniência desconhecida, Loulé
Séculos X-XII d. C.
12,9 x 5,6 x 5,8 cm
Museu Nacional de Arqueologia
17067

358. Candil vidrado castanho melado

Proveniência desconhecida, Loulé
Séculos XI-XII d. C.
9 x 5,4 x 6,5 cm
Museu Nacional de Arqueologia
17071

Conjunto de objetos destinados à iluminação, composto por quatro candis. O primeiro (cat. 355) é um candil de pasta compacta esbranquiçada e superfícies da mesma cor, com vestígios de queimado. Bordo direito de lábio plano, colo troncocónico invertido, depósito bitroncocónico com carena, base levemente convexa, asa vertical do colo à carena e bico de canal alongado e paredes retas. Apresenta técnica ornamental em corda seca parcial.

O segundo (cat. 356) mostra pasta e superfícies de cor creme esbranquiçada. Tem bordo direito de lábio arredondado, colo alto quase cilíndrico, depósito discoide com acentuada carena na parte superior, base plana irregular, asa vertical do colo à carena, bico de canal largo e paredes ligeiramente facetadas.

O terceiro (cat. 357) tem pasta creme e superfícies com engobe esbranquiçado e restos de queimado sobretudo no bico. Bordo espessado de lábio quase triangular, colo troncocónico invertido, depósito discoide com acentuada carena, base plana irregular, asa vertical do colo à carena, bico de canal largo e paredes facetadas.

O último candil (cat. 358) apresenta pasta castanha alaranjada e superfícies vidradas de tom castanho melado. O bordo é espessado de lábio triangular, tem colo troncocónico invertido, depósito globular,

base plana, asa vertical do colo a meio do depósito, e bico de canal largo, paredes retas e ponta sobrelevada.

O primeiro exemplar provém de uma antiga coleção de objetos do Cerro da Vila e a sua forma e decoração são enquadráveis nos finais do califado e sobretudo nos reinos de taifas (século XI), estando bem representados os candis de corda seca parcial no território do *Gharb al-Andalus*. O segundo, também do Cerro da Vila, pode enquadrar-se nos reinos de taifa e transição para período almorávida. O terceiro exemplar, proveniente de Loulé (local indeterminado), pertenceu à «coleção de Júdice dos Santos», foi oferecido ao Museu Nacional de Arqueologia e inscreve-se, como o anterior, num tipo de candis muito comum a partir dos reinos de taifas e de grande difusão no período almorávida (século XI/XII). O seguinte, também de Loulé e oferecido ao Museu Nacional de Arqueologia, nos inícios do século XX, é uma forma evolucionada dos anteriores, mais representativa na época almorávida, podendo atingir os inícios da época almóada.

HC

Bibliografia:

Matos, 1991a, p. 436, 450, n.º 0068;
Catarino, 1996, p. 28; 1997/98, p. 1187,
Est. CIII. 2; Kemnitz, 1993-94, p. 451, Fig. 15.

359. – 361. Espevitadores de candil

359. Espevitador de candil em bronze

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos XI-XII d. C. (?)

5,8 x 1 x 0,1 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/636

360. Espevitador de candil em bronze

Quinta do Lago/Tejo do Praio, Almancil

Séculos XII-XIII d. C.

8,7 x 1,5 x 0,4 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3177

361. Espevitador de candil em bronze

Quinta do Lago/Tejo do Praio, Almancil

Séculos XII-XIII d. C.

9,7 x 1,5 x 0,6 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA3178



Espevitadores, fabricados em bronze, de lâminas pouco espessas e de corpo triangular, que terminam em ponta afilada e, na base, mais larga, possuem uma haste curta, com simples orifício, ou motivo ornamental. Apresentam aberturas no corpo, de motivos vazados circulares e alongados, podendo ainda conter ornamentação incisa. No orifício terminal da haste, ou nas aberturas laterais do corpo (cat. 360) acoplavam-se aros que enganchavam a uma pequena corrente que era presa à asa do candil.

Como o nome indica, trata-se de objetos de uso complementar, que serviam

para puxar o pavio ou torcida, colocada no interior dos depósitos, que continham azeite, com o objetivo de avivar a iluminação. Eram usados em candis de bronze ou de cerâmica, encontrando-se exemplares desde a época emiral e califal (por exemplo em Medina Elvira e Medina Azahara) até ao período almóada, com ampla distribuição por todo o território de *al-Andalus*.

HC

Bibliografia:

359. Inédito; 360. – 361. Arruda, Almeida, Freitas, 2003, p. 257, Fig. 4. 2.

362. – 369. Objetos de adorno e adereços

362. Alfinete de cabelo em osso, com decoração acanalada

Loulé – Casa das Bicas, São Clemente

Séculos XII-XIII d. C. (?)

7,9 x 0,7 x 0,7 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2226

Alfinete de osso para encoifado de cabelo. Expõe corpo fusiforme, mais estreito e afilado na ponta que se encaitava no penteado ou toucado e lado oposto mais largo e decorado, com pomo esférico e cinco molduras excisas, duas individuais e quatro em grupos de duas no centro. Toda a superfície se apresenta muito polida.

HC

Bibliografia:

Inédito.

363. Botão ou applique, em liga de bronze (?)

Castelo de Salir, Salir

Século XIII d. C.

1,8 x 1,8 x 0,4 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0308

Botão ou applique de cobre proveniente do Castelo de Salir, num contexto de derrubes de telhas e paredes das casas islâmicas, que poderá enquadrar-se na primeira metade do século XIII. Trata-se de um objeto com corpo circular, de paredes ligeiramente curvas, decorado na parte superior com motivos canelados radiais a partir de moldura central em círculo. No anverso nota-se o arranque de espigão que podia curvar num apêndice circular para pregar em couro ou vestuário, ou ser direito para pregar numa peça de mobiliário.

HC

Bibliografia:

Inédito.



364. – 365. Brincos

364. Brinco de bronze

Castelo de Salir, Salir

Séculos XII-XIII d. C.

2 x 2 x 0,2 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0318

365. Brinco de ouro, incompleto

Loulé – Casa das Bicas, São Clemente

Séculos XII-XIII d. C.

2,9 x 1 x 0,2 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2276



Os brincos estão entre as peças mais frequentes da joalheria islâmica, podendo ser fabricados em cobre e liga de bronze, assim como em prata e ouro.

O primeiro espécime (cat. 364) é de bronze e representa uma das formas mais acessíveis de argolas, de aro circular mais estreito na ponta que encaixava no remate, também circular. Este tipo de brincos podia ser usado simples ou levar uma conta, da mesma matéria-prima ou de pasta vítrea.

O segundo é de ouro (cat. 365) e mostra aro de tendência oval, partido numa ponta e tendo, na outra, um remate espiralado que fazia parte do fecho. Por estar incompleto não saberemos se era uma argola do mesmo tipo do exemplar anterior ou se teria decoração aplicada (tipo arrecada de filigrana) na parte que falta.

HC

Bibliografia:
Inéditos.

366. – 367. Contas

366. Conta de colar de pasta vítrea decorada

Castelo de Salir, Salir
Séculos XI-XII d. C. (?)
1,3 x 1,3 x 0,8 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0338

367. Conta de colar em osso

Loulé – Casa das Bicas, São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
1,2 x 1,2 x 0,6 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA2230



Entre os objetos de adorno, as contas de colar, em pasta de vidro, osso polido e, em alguns casos, feitas de vértebras de peixe recortadas, polidas e perfuradas (podendo ser usadas como contas de colar ou de rosários), ocorrem com frequência em contextos arqueológicos islâmicos, que ilustramos com dois exemplos.

A primeira peça (cat. 366) é uma conta de colar em pasta de vidro irizado, com aplicações de motivos ornamentais a negro, formado por meandros em arcos, escorrimentos vítreos e uma linha a circundar o corpo, de configuração ovoide, com orifício central. Foi recolhida nas escavações do Castelo de Salir, num contexto de nivelamento do solo (Q. H 11-4-s/n.º) que antecede a construção das casas de época almôada (Catarino, 1997/98, p. 1222, Est. CXXXVIII.6).

O segundo modelo (cat. 367), proveniente das escavações dos banhos árabes de Loulé, é uma conta de colar de osso muito polido e enegrecido, que apresenta corpo cilíndrico baixo, com duas excisões caneladas a facetar os topos, de configuração plana, com perfuração central.

HC

Bibliografia:

Catarino, 1997/98, p. 1222, Est. CXXXVIII.6.



368. – 369. Fivelas

368. Fivela de aro circular, em bronze

Loulé – Casa das Bicas, São Clemente

Séculos XII-XIII d. C. (?)

1,7 x 1,7 x 0,4 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2227



369. Fivela de placa retangular, de bronze, decorada com dragão

Loulé – Casa das Bicas, São Clemente

Séculos XII-XIII d. C. (?)

6,9 x 2 x 0,6 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2315

Fivelas fabricadas em liga de bronze. A primeira (cat. 368) é de forma aberta, com aro circular e conserva o fusilhão preso à fivela por meio de ponta retorcida. A segunda (cat. 369) mostra placa retangular e fecho de aro ovalado, com fusilhão, ambos presos à placa. Esta apresenta-se decorada, com técnica de repuxado e cinzelado, num motivo zoomórfico que exhibe um dragão de corpo quadrúpede, pequenas asas no dorso, pescoço alongado, cauda serpentiforme e cabeça onde se veem as duas orelhas, olho e bico.

HC

Bibliografia:

Luzia, 2008, 270, Fig. 6.



370. – 377. Objetos utilitários e lúdicos

370. – 372. Vidros

370. Asas de recipiente de vidro

Loulé – Casa das Bicas, São Clemente

Séculos XII-XIII d. C

6 x 7 x 1,1 cm

Museu Municipal de Loulé

Conj.A0051

371. Frasco de vidro

Loulé – Casa das Bicas, São Clemente

Séculos XII-XIII d. C

4,4 x 3,2 x 0,2 cm

Museu Municipal de Loulé

ML.A2381

372. Frasco de vidro

Loulé – Casa das Bicas, São Clemente

Séculos XII-XIII d. C

7,3 x 6,6 x 0,1 cm

Museu Municipal de Loulé

ML.A2384

Conjunto de fragmentos de peças de vidro. Os primeiros espécimes são as asas (cat. 370) de possível jarra e mostram secção circular, perfil sobrelevado, bem como o remate de ligação ao corpo em falta. O segundo exemplar (cat. 371) é o bordo e colo de um pequeno frasco (ou funil de perfumista?), com bordo introvertido, lábio boleado e colo campanulado na parte superior e cilíndrico estreito na parte inferior. O último (cat. 372) pertence a um frasco de que resta apenas o colo, alto e cilíndrico, e uma asa vertical, de secção oval, que parte a meio do colo. Este mostra aplicação de cordão de vidro que também envolve a união da asa à peça.

HC

Bibliografia:

Luzia, 2008, 270, Fig. 7.



373. – 374. Fichas de jogo

373. Ficha de jogo

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
5,4 x 5,4 x 1,3 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0326

374. Ficha de jogo

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
4,6 x 4,6 x 1,7 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0503

De pedra ou de cerâmica, as fichas ou malhas de jogo, de corpo circular, são objetos frequentes em contextos islâmicos, que patenteiam atividades lúdicas e/ou de lazer. Representam-se aqui dois exemplares que foram reaproveitados de bojos de recipientes cerâmicos, como acontece na maior parte deste tipo de objetos.

HC

Bibliografia:
Inéditas.



373.

374.

375. – 377. Brinquedos

375. Miniatura de jarra com restos de corda seca parcial

Loulé – Novo Mercado Municipal,
São Clemente
Séculos XI-XII d. C.
6,3 x 9,2 cm
Museu Nacional de Arqueologia
17084

376. Miniatura de bule

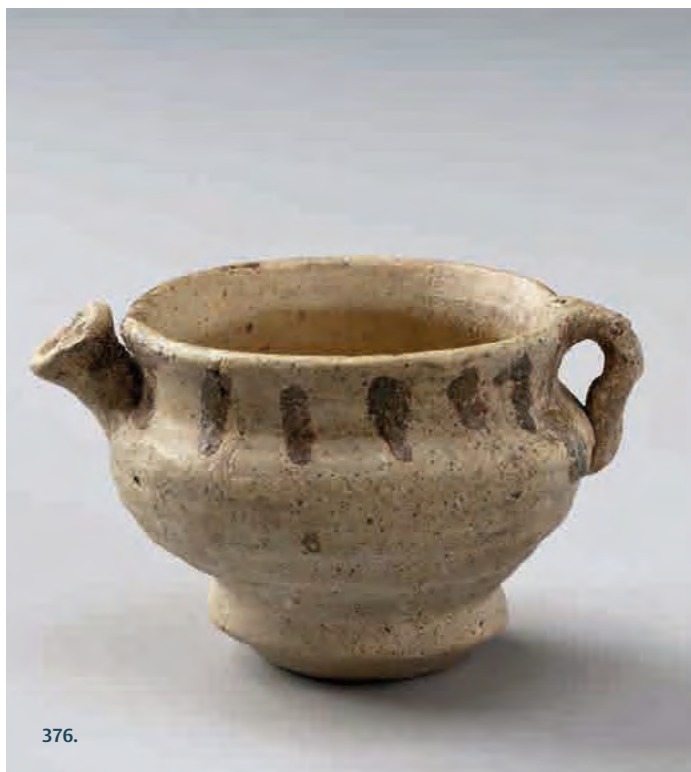
Loulé – «Oficina do Sr. Carrilho»,
São Clemente
Século XIII d. C.
6,9 x 11,2 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0479

377. Miniatura de jarrinha com pintura a branco

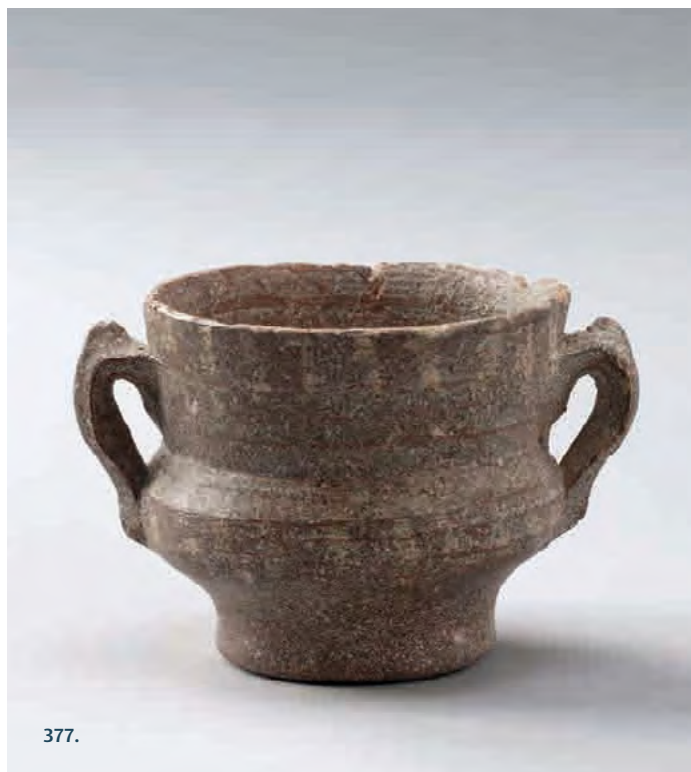
Loulé – «Oficina do Sr. Carrilho»,
São Clemente
Século XIII d. C.
5,2 x 8,4 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0470



375.



376.



377.

Conjunto de peças cerâmicas em miniatura interpretadas como brinquedos. A primeira (cat. 375) é uma jarra de pasta e superfície branca, coberta de engobe. Tem bordo direito de lábio biselado, colo cilíndrico, corpo bitruncocônico, de carena acentuada, fundo de pé anelar com base côncava, e duas asas verticais do colo à parte superior do bojo. Mostra caneluras no colo e no bojo e, ainda, restos de decoração a corda seca parcial, com traços de escurimentos de vidro verde.

A segunda (cat. 376) pertence a um bule, de pasta e superfícies creme rosadas. Possui bordo arredondado, colo curto côncavo, corpo globular com caneluras, fundo plano

espesso e moldurado, bico tubular e asa oposta ao bico. Expõe técnica decorativa de corda seca, em cordões verticais verdes, entre o bordo e início do ombro.

Por último (cat. 377), uma jarrinha de pasta e superfícies castanhas avermelhadas. Tem bordo direito de lábio arredondado, colo cilíndrico corpo ovoide achatado, fundo plano e duas asas verticais entre o colo e meio do bojo. Mostra decoração pintada a branco, em motivos de traços verticais na parte superior do colo e a meio do bojo.

HC

Bibliografia:
Luzia, 2015, p. 71, Fig. 29.

378. – 379. Mundo Funerário

378. Lápide

Sítio das Pontes, Salir

Século XI

36 x 28 x 14,5 cm

Museu Municipal de Faro

Arq-00500

*Em nome de Deus, o Clemente, o
Misericordioso. Morreu [...] Ibn Sa'íd na
Sexta-feira do mês de Rajab do ano 407.
Deus tenha compaixão dele. Dava
Testemunho de que não há outro deus
Senão Allah, o único, que não tem
Associado, e que Muhammad é o Seu
Servo e Seu enviado.*

Martin Velho, 1970, p. 63-64



Lápide ou estela funerária – matéria-prima em grés – fragmentada num dos ângulos, com inscrição árabe em cúfico inciso, que foi encontrada em Salir, sem contexto estratigráfico, mas que estaria próxima do local onde se situaria o cemitério islâmico.

O achado desta epígrafe revela-se de triplo interesse. Por um lado, porque este tipo de estelas com epitáfios, raro na época emiral, foi incrementado no califado (século X) e, sobretudo, a partir dos reinos de taifas, denunciando o paulatino processo de arabização e islamização da população, nos meios urbanos e rurais, como seria, nos inícios do século XI, o caso da alcaria de Salir. Por outro lado, a data aí mencionada (1016/1017)

situa-se na época de transição califal/taifas, coincidindo com a guerra civil em Córdova e a nomeação, pelo califa Suleimão, de *Said Ibne Harun*, que foi o primeiro régulo da taifa de Santa Maria do *Gharb* (1016-1041/42), posteriormente conquistada pela taifa de Sevilha, em 1052/53. Por fim, torna-se evidente que população árabe/berbere, ou arabizada, já residia em Salir, muito antes de os almôadas terem reforçado o seu castelo com acréscimos nas muralhas e torres de taipa.

HC

Bibliografia:

Velho, 1970, p. 63-64; Borges, 1998, p. 236; Labarta, 2015.

379. Esqueleto de indivíduo adulto provavelmente do sexo masculino em posição anatômica

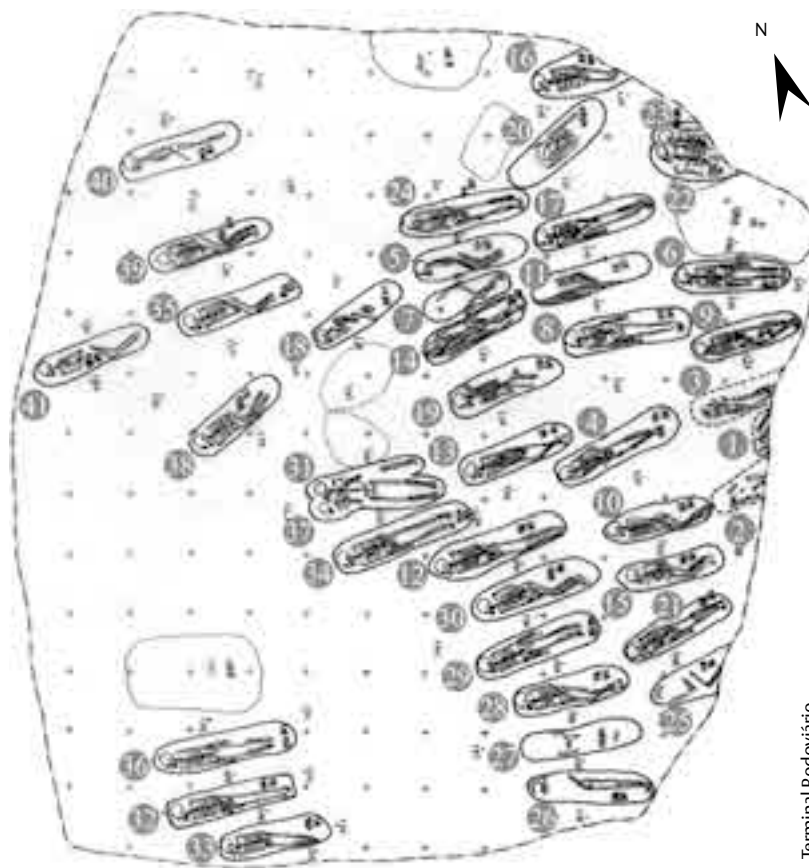
Loulé – Quinta da Boavista (sepultura n.º 29),
São Clemente
Século XII-XIII d. C.
175 x 42 x 25 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA2751

Esqueleto exumado no cemitério islâmico da Quinta da Boavista, em Loulé. Trata-se de um indivíduo adulto do sexo masculino com idade à morte entre os 30 e 40 anos, do qual foi possível recuperar quase a totalidade dos ossos. Estava na sepultura n.º 29, cuja cova tinha comprimento máximo de 2 m, 45 cm de largura e profundidade máxima de 26 cm, com orientação sudoeste/nordeste. O indivíduo, ainda que aquando da escavação se apresentasse em decúbito supino, com os braços ao longo do corpo, tinha a cabeça colocada sobre o lado direito e orientada para Meca e os ossos dos pés também virados para sudeste, o que pode indicar uma deposição original em decúbito lateral direito que, por razões tafonómicas várias, nomeadamente a ação das raízes, provocaram a alteração da posição dos ossos.

II

Bibliografia:

Cunha et al., 2001/2002, p. 129-185;
Luzia, 1999/2000, p. 129-185.



Rua N.ª S.ª de Fátima



380. – 387. Objetos utilitários e metálicos

380. Púcaro em bronze

Loulé – Novo Mercado Municipal,
São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
7,8 x 12,8 x 9,1 cm
Museu Nacional de Arqueologia
983.1251.2

Púcaro de bronze, com deformações. Bordo direito de lábio arredondado, colo alto de tendência cilíndrica, corpo ovoide de carena na parte inferior, de ligação ao fundo, plano e com pequeno ônfalo central. Asa de secção fitiforme, que parte abaixo do bordo e termina junto da carena, notando-se os rebites de união com a peça.

Foi encontrada, nos inícios do século xx, durante as obras de construção do mercado de Loulé, sendo oferecida ao Museu Nacional de Arqueologia, com outro espólio daí proveniente. O contexto de proveniência e a forma, congénere a púcaros de cerâmica, inserem esta peça na época almóada.

HC

Bibliografia:

Aquisições, 1911, p. 109; Luzia, 2015 p. 67, Fig. 16; Martins, Matos, 1971, p. 238; Sá, 1906, p. 199-200; Gomes, 1988, p. 220, 236, 237.



381. Candeia de ferro

Loulé – Travessa de Martim Farto, n.º 10,
São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
8,8 x 6,6 x 2,6 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA2311

Candeia fabricada em ferro, de depósito aberto, bordo direito de lábio arredondado, paredes curvo-convexas e base ligeiramente convexa. Bico de canal curto quase retangular, que teria uma asa no lado oposto. Apresenta concreções e marcas de fuligem aderente às paredes.

HC

Bibliografia:

Luzia, 2003a.



382. Ave decorativa de bronze

Proveniência desconhecida, Loulé
Séculos XI-XII d. C.
6,8 x 2,5 x 5,2 cm
Museu Nacional de Arqueologia
17029

Peça ornamental, de bronze, de proveniência indeterminada, que pertenceu à coleção do Padre de Salir, podendo ter sido encontrada nesta sede de freguesia. Foi oferecida ao Museu Nacional de Arqueologia nos inícios do século xx.

Representa uma ave produzida por vazamento em molde, de execução simples, asas descidas, moldura/gola no pescoço e bico grosseiro. Possui orifício inferior que deduz pensar fazer parte da decoração de um objeto mais complexo, provavelmente contentor de fogo.

Este tipo de ornamentos zoomórficos é frequente em candis de bronze, sobretudo nas asas, como acontece em exemplares da coleção do Museu Nacional de Arqueologia e de outras proveniências. Contudo, também pode ter pertencido a um braseiro ou incensário, como acontece no exemplar do Instituto Valencia de Don Juan.

HC

Bibliografia:

Azuar Ruíz, 2012, p. 107, Fig. IV. 21; Kemnitz, 1993-94, p. 462, 463 Fig. 27; Zozaya, 2010, p. 242-257.



383. Puxador de móvel ou arqueta em liga de bronze (?)

Quinta do Lago/Tejo do Praio, Almancil
Séculos XII-XIII d. C. (?)
6,4 x 2,3 x 1 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA3181

Pequeno puxador fabricado em liga de cobre/bronze. Apresenta pega de configuração retangular unida a dois apliques circulares, com quatro perfurações, assinalando o local onde encaixavam pregos, ou tachas, para pregar ao objeto a que pertencia, provável móvel ou arqueta de madeira.

HC

Bibliografia:

Arruda, Almeida, Freitas, 2003, p. 257, Fig. 4.7.



384. Corrente de bronze

Loulé – Casa das Bicas, São Clemente

Séculos XII-XIII d. C.

14 x 1,3 x 0,3 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2286

Corrente de bronze, de função indeterminada, composta por 22 elos/argolas circulares de secção retangular e fecho em «colchete» rematado por cadeia de contas esféricas. Foi recolhida num contexto com materiais maioritariamente de época almóada nas escavações dos banhos islâmicos de Loulé, numa unidade estratigráfica onde foram encontrados numerosos objetos de uso pessoal, nomeadamente contas de colar de diferentes materiais, fragmentos de brinco e alfinetes de cabelo em metal. Pode ter sido utilizada como pulseira.

HC

Bibliografia:

Inédita.



385. Podão em ferro

Loulé – «Oficina do Sr. Carrilho»,

São Clemente

Séculos XII-XIII d. C.

17,3 x 5,4 x 2,1 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2309

Podão fabricado em ferro. Utensílio agrícola, para podar ou cortar lenha, de lâmina curva mais fina na zona de corte, secção triangular, que estreita na ponta e é mais larga na zona próxima da haste. Esta apresenta-se oca e com marcas de rebites para encabar numa pega de madeira.

HC

Bibliografia:

Inédito.



386. Faca com cabo de osso

Loulé – Casa das Bicas, São Clemente

Séculos XII-XIII d. C.

27,7 x 3,8 x 2,8 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2388

Faca com cabo de osso. Estrutura lamelar de ferro, lâmina de secção triangular, ponta aguçada e espigão mais estreito e curto do que a lâmina, ainda encabado, por meio de pequenos pregos, na pega elaborada em osso polido e perfurado para receber os rebites de fixação.

HC

Bibliografia:

Inédita.



387. Cabo (?) em osso

Séculos XI-XII d. C. (?)

Cerro da Vila, Quarteira

10,3 x 2,4 x 0,6 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/779

Cabo (?) de osso trabalhado, corpo retangular e face decorada com motivos incisos, dois mais simples, de um ou dois círculos concêntricos e punção central; dois mais elaborados, de círculos concêntricos, depressão central e, entre os círculos rebaiamentos subcirculares, sendo que o da ponta se apresenta inscrito num quadrado. Esta peça de osso pode ter pertencido a um cabo inacabado ou, eventualmente, corresponder ao início do lavor inciso nesta matéria-prima, a partir da qual se fabricariam outros objetos.

HC

Bibliografia:

Inédito.



388. – 394. Objetos bélicos



388. Projétil de funda

Castelo de Salir
Séculos XII-XIII d. C.
4,7 x 4,1 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0329

389. Projétil de funda

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
3,5 x 3,5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0623

390. Projétil de funda

Castelo de Salir
Séculos XII-XIII d. C.
2,2 x 2,2cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0331

391. Virote de besta

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
7,8 x 1,2 x 1,2 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0334



392. Ponta de lança ou virote de besta

Castelo de Salir
Séculos XII-XIII d. C.
8,6 x 0,8 x 0,8 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0685

393. Ponta de lança/virote

Castelo de Salir
Séculos XII-XIII d. C.
12,2 x 1,2 x 1,2 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0683

394. Ponta de lança/virote

Castelo de Salir
Séculos XII-XIII d. C.
8 x 0,9 x 0,9 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0682

Conjunto bélico composto por dois tipos/grupos de artefactos.

O primeiro grupo é de projéteis de funda (cat. 388, 389 e 390), em pedra, de corpo esférico com acabamento bem picotado/alisado (cat. 390); por vezes, mal afeiçoado (cat. 388) e em outros exemplares (cat. 389) com acabamento muito alisado, quase aparentando configuração de berlindes.

O segundo é de armamento de metal (cat. 391, 392, 393, 394) que pertence a pontas de lança e/ou virote de besta, fabricadas em ferro. Possuem corpo alongado, perfil de secção quadrangular, base oca e fendida, por vezes até cerca de um terço do corpo, por onde se fazia o encabamento à haste de madeira (algumas com restos desta matéria no interior). A parte superior do corpo pode ser um pouco mais espessa e termina numa ponta de perfil cónico ou muito pontiagudo (cat. 392).

Estes tipos de artefactos bélicos são comuns em quase todos os sítios arqueológicos islâmicos, da reconquista e posteriores (Barroca, Monteiro, 2000). O conjunto aqui ilustrado é proveniente do Castelo de Salir, de contextos habitacionais, derrubes e incêndios, de onde se recolheram vários exemplares deste tipo de armas. Representam a fase final almôada e o conflito de guerra que o castelo sofreu na reconquista cristã, pois foi nele que acamparam as hostes da Ordem de Santiago enquanto esperavam pelos reforços do exército português, comandado por D. Afonso III, para daí procederem à conquista de Loulé, de Faro e outras praças-fortes islâmicas do atual Algarve.

HC

Bibliografia:

Barroca, Monteiro, 2000; Catarino, 1993, p. 20, Fig. 2, p. 24, Est. I. 2; Catarino, 1997/98, p. 1218-1219, Est. CXXXIV e CXXXV; Catarino, 2000.

395. – 406. Objetos da tecelagem e utilitários

395. Manga ou torre de roca

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
10 x 2 x 2 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0343

396. Manga ou torre de roca

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII
10,2 x 1,8 x 1,8 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0699



**397. Fuso em bronze com
cossoiro em osso**

Loulé – «Oficina do Sr. Carrilho»,
São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
19,8 x 1,7 x 1,7 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0350

398. Fuso em bronze

Quinta do Lago/Tejo do Praio, Almancil
Séculos XII-XIII d. C.
15 x 0,5 x 0,3 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA3180

399. Fuso em bronze

Quinta do Lago/Tejo do Praio, Almancil
Séculos XII-XIII d. C.
14 x 0,5 x 0,3 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA3179



397.

398.

399.

400.

401.

402.

403.

400. Fuso em bronze

Loulé – «Oficina do Sr. Carrilho»,
São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
18,7 x 0,5 x 0,5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0349

401. Fuso em bronze

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
19,4 x 0,6 x 0,6 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0694

402. Fuso em bronze

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
13,4 x 1 x 0,6 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0346

403. Fuso em bronze

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
13,3 x 0,5 x 0,5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0346



404. Cossoiro em osso

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
1,7 x 0,7 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0340

405. Cossoiro em osso

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
1,9 x 0,7 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0341

406. Cossoiro em osso

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
2,2 x 0,7 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0631

Entre os utensílios usados na tecelagem, os que aparecem com mais frequência em escavações arqueológicas são os fusos de metal, em liga de cobre ou de bronze, bem como os cossoiros e as mangas ou torres de roca fabricados em osso.

As mangas ou torres de roca são fabricadas em osso polido, de corpo alongado totalmente cilíndrico (cat. 395), ou conjugando a parte superior cilíndrica com a inferior quadrangular (cat. 396). Trata-se de peças bem torneadas e que podem apresentar as paredes lisas, apenas ornamentadas por sulcos incisos em linhas agrupadas, ou ainda motivos em arco de círculo no copo (cat. 395), bem como pequenos círculos incisos com punção central (cat. 395 e 396).

Os fusos aqui representados, em liga de bronze, são peças alongadas/fusiformes, de ponta afilada e incisa em espiral, para melhor enrolar o fio, possuindo base oca para encaixar a haste. Por vezes, conservam restos de madeira no interior e os orifícios dos rebites de ligação. Na base do fuso podem

ainda conservar o cossoiro, como demonstra o primeiro exemplar (cat. 397).

Os cossoiros são peças fabricadas em osso polido (cat. 404, 405 e 406), tal como as mangas ou torres de roca, e apresentam corpo esférico achatado, ou ligeiramente cônico, e orifício central para encaixar na base de ligação à haste do fuso. Podem apresentar-se simples, apenas com motivo inciso em volta do orifício, ou ter no corpo linhas incisas intervaladas de pequenos motivos circulares com punção central.

Estes utensílios têm ampla distribuição por todo o território de *al-Andalus*, desde os séculos XI-XII e sobretudo na época almóada, fazendo parte de uma das atividades artesanais caseiras mais expressivas, seja em meios urbanos, seja em sítios rurais.

HC

Bibliografia:

Arruda, Almeida, Freitas, 2003, p. 257, Fig. 4.1; Catarino, 1993, p. 22, Fig. 3.5, 6, 8, Est. II, Est. III; Catarino, 1997/98, p. 1221, Est. CXXXVII. 1, 2, 8.

407. – 410. Costura e atividades artesanais



407. Agulha em ferro

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
6,8 x 0,9 x 0,9 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0344

408. Dedal em bronze

Proveniência desconhecida, Loulé
Séculos XI-XIII d. C.
4,2 x 2,2 cm
Museu Nacional de Arqueologia
17098

409. Dedal em bronze

Proveniência desconhecida, Ameixial
Séculos XI-XIII d. C.
4,4 x 2,2 cm
Museu de Faro
Arq-00153

410. Dedal em bronze

Loulé – Casa das Bicas, S. Clemente
Séculos XII-XIII d. C. (?)
1,8 x 1,5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA2228



408.



409.



410.

A agulha (cat. 407) tem corpo fusiforme alongado, de secção circular, ponta romboidal e base aplanada, mais larga e com perfuração central arredondada.

Os dedais, fabricados em liga de bronze, e as agulhas, de bronze, de cobre e até de ferro, são utensílios metálicos que ocorrem com frequência em contextos arqueológicos islâmicos e estão relacionados, respetivamente, com a costura e atividades artesanais. Os primeiros, de proveniência incerta (cat. 408 – pertenceu à coleção do Prior de Salir; cat. 409 – recolhido na Freguesia de Ameixial), são de maiores dimensões e apresentam corpo cilíndrico – cónico, ou em forma de bolota,

mostrando os motivos puncionados e, ainda, traços ornamentais incisos. O terceiro dedal (cat. 410) é de costura e tem corpo em tronco de cone, bordo boleado, topo achatado e paredes externas que apresentam os característicos puncionados para que a agulha não resvale.

Os dois primeiros dedais eram usados por artesãos, como sapateiros, albardeiros e em outros trabalhos manuais, bem como a agulha que serviria para coser peças de couro, esparto, verga e outras fibras vegetais.

HC

Bibliografia:
Inéditos.



411. Almofariz de mármore

Loulé – Novo Mercado Municipal,
São Clemente
Séculos XII-XIII d. C. (?)
20 x 20 x 7,2 cm
Museu Nacional de Arqueologia
17114

Almofariz em calcário branco bem afeiçoado e polido. Bordo direito de lábio plano, corpo de paredes curvo-convexas e fundo plano. Apresenta quatro saliências verticais, a partir do bordo, dispostas em lados cruzados e equidistante. Foi recolhido, em 1905, proveniente de um poço/silo, durante as obras de construção do novo

mercado de Loulé e oferecido a Leite de Vasconcelos, passando a fazer parte do acervo do Museu Nacional de Arqueologia.

HC

Bibliografia:
Luzia, 2015, p. 68, Fig. 18.



412. Candeia

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
11 x 6,7 x 6 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0672

A candeia é um objeto destinado à iluminação, pertencendo ao grupo das luminárias de forma aberta. O presente exemplar, proveniente de um contexto habitacional do Castelo de Salir (Q. H10-3-245), representa o fim dos candis e o início das produções de candeias de depósito aberto, bem como das candeias de pé alto, que começam em

meados do século XII tornando-se o tipo de luminárias que mais caracterizam a época almóada.

HC

Bibliografia:

Catarino, 1997/98, p. 1187, Est. CIII. 2.

413. – 415. Testos/tampas

413. Testo/tampa

Loulé – Cerca do Convento, São Clemente
Séculos XI-XIII d. C.

11 x 10,4 x 2 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2072

414. Testo/tampa

Loulé – Cerca do Convento, São Clemente
Séculos XI-XIII d. C.

12,5 x 3 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0596

415. Testo/tampa

Loulé – Cerca do Convento, São Clemente
Séculos XI-XIII d. C.

14 x 3 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0474

Os testos ou tampas são peças cerâmicas auxiliares que, como o nome indica, servem para tapar recipientes de cozinha (panelas) e outros, como bilhas ou cântaros. Os exemplares aqui representados, provenientes das escavações da Cerca do Convento apresentam pastas e superfícies alaranjadas (cat. 414 e 415) ou de pasta rosada e superfícies creme amareladas (cat. 413), com as seguintes características morfológicas: bordo de lábio boleado (cat. 413), corpo troncocônico invertido, pega central em botão e fundo plano; bordo reto de lábio arredondado (cat. 414), corpo troncocônico invertido, base curvo-côncava e pega central pedunculada, mostrando na superfície interna motivos pintados a branco, em quatro séries de três traços radiais, da pega para o bordo; bordo em aba vertical moldurada (cat. 415), de lábio arredondado, corpo troncocônico invertido, base plana e pega central bitroncocônica, à volta da qual mostra dois círculos concêntricos pintados a branco.

HC

Bibliografia:

Luzia, 2003, p. 46, Fig. 27; 48, Fig. 29; 50, Fig. 31.



416. – 417. Cerâmicas de armazenamento e transporte: cantis



416. Cantil

Loulé – Novo Mercado Municipal,
São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
17,5 x 17,5 x 12 cm
Museu Nacional de Arqueologia
17110

417. Cantil

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
22 x 19 cm x 12 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0675

O cantil 416 apresenta pasta castanha avermelhada e a superfície externa engobada, cor de almagre. O corpo é circular, de secção discoide, conserva o orifício da boca e vestígios de duas asas verticais colocadas simetricamente.

O exemplar 417 possui pasta castanha avermelhada e superfícies alisadas de tom avermelhado, com traços de pintura a branco e manchas de queimado. Morfologicamente apresenta abertura estreita de bordo direito e gargalo curto. O corpo é circular, de secção lenticular, sendo uma face plana e a outra com ônfalo central. As asas, de secção oval e sobrelevadas, partem do ombro e terminam na parte superior do corpo.

O primeiro provém de Loulé, tendo sido encontrado durante os trabalhos de desaterro para a construção do novo mercado

e oferecido, em 1906, ao Museu Nacional de Arqueologia, e o segundo foi recolhido nas escavações do castelo de Salir (Q.F10-silo 10-6c-7).

Este tipo de cantil, de tradição que vem da Antiguidade, tem grande difusão no território de *al-Andalus*, sobretudo no período almôada, estando também representado em sítios arqueológicos do sul do *Gharb*.

HC

Bibliografia:

Carvalhais, 1911, p. 109; Luzia, 2015, p. 69, Fig. 22; Martins, Matos, 1971, p. 238; Sá, 1906, p. 199-200; Catarino, 1999/2000, Est. 6. 2; Catarino, 2001, Fig. 5.12, Fig. 6. 2.

418. – 421. Cerâmicas de armazenamento: talhas e seus suportes



418.



419.

418. Bordo de talha com decoração estampilhada

Castelo de Loulé, São Sebastião
Séculos XII-XIII d. C.
27 x 5,5 x 2,6 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0473

419. Bordo de talha com decoração estampilhada

Loulé – Travessa de Martim Farto, n.º 10,
São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
13 x 17,5 x 4,3 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0423



420.

420. Suporte de talha

Loulé – Novo Mercado Municipal,
São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
19,5 x 19,5 x 9,5 cm
Museu Nacional de Arqueologia
17090

421. Suporte de talha

Loulé – Novo Mercado Municipal,
São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
25 x 25 x 14 cm
Museu Nacional de Arqueologia
17091

Conjunto constituído por dois fragmentos de grandes recipientes de armazenamento – talhas estampilhadas – e de dois suportes ou bases de talhas, que utilizam a mesma técnica decorativa.

O primeiro (cat. 418) é um bordo de uma grande talha, de pasta clara e superfícies vidradas de cor verde. Bordo quadrangular, de lábio plano, e colo troncocónico invertido. Possui decoração estampilhada no lábio e colo, de motivos fitomórficos e epigráficos.

O segundo (cat. 419) trata-se de outro bordo de talha, de pasta clara e superfícies

vidradas de cor verde. Bordo quadrangular de lábio plano e colo tendencialmente cilíndrico, com moldura a meio. Decoração estampilhada de motivos pseudo-epigráficos na parte externa do bordo e vegetabilistas no colo.

No que se refere aos suportes, o primeiro destes (cat. 420) é um suporte de talha incompleto, de pasta creme e superfície com restos de vidro verde e amarelado. O corpo é cilíndrico, ligeiramente extravertido, e a base, em plataforma plana, termina em aba saliente de bordo reto. Por baixo da aba existe uma canelura saliente. Possui decoração estampilhada na superfície externa, de motivos fitomórficos repetidos e delimitados, na parte superior, por canelura saliente.

Por último, o fragmento 421 é outro suporte de talha, de pasta creme e superfície externa vidrada de cor verde. Base de pé anelar e corpo troncocónico covo de bordo extrovertido. Possui plataforma interior convexa e uma incisão para canalizar água ao canal do bico vertedor, localizado a meio do corpo e ladeado por dois motivos arquitetónicos de arcos ultrapassados, rematados por linha picotada. Além dos motivos arquitetónicos, apresenta decoração estampilhada, de motivo epigráfico, em friso na parte superior do corpo, separado



421.

por canelura, seguindo-se outro friso de motivos geométricos, de entrelaçado, rematado por outra canelura.

Os dois primeiros exemplares provêm de escavações urbanas, respetivamente do castelo e da Travessa de Martim Farto. Quanto aos suportes, doados ao Museu Nacional de Arqueologia nos inícios do século xx, o primeiro foi recolhido no fundo de um poço, durante os trabalhos que antecederam a construção do novo mercado e para o segundo desconhece-se a data e circunstâncias do achado.

Este tipo de talhas e respetivos suportes, decorados com motivos estampilhados, têm ampla divulgação no sul do *Gharb*, na época almôada, seja em contextos urbanos, seja rurais (Santos et al., 2016).

HC

Bibliografia:

Carvalhais, 1911, p. 109; Gomes, 2009, p. 56, Fig. 3. 2; Luzia, 2003a, p. 226, Fig. 2. 4; Luzia, 2015, p. 68, Fig. 20, p. 68, Fig. 20; Macias, Torres, coord., 1998, p. 152, n.º 82; Sá, 1906, p. 197-201; Santos et al., 2016.

422.– 427. Recipientes de armazenamento e transporte: potes, cântaros e bilhas

422. Pequeno pote

Castelo de Salir, Salir

Século XIII d. C.

12 x 14 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0653

Pote de pasta compacta castanha avermelhada e superfícies alisadas de cor avermelhada. Bordo espessado de lábio plano, colo curto levemente côncavo e com sulco na ligação ao ombro, corpo globular, fundo plano e duas asas a partir do ombro e a terminar na parte superior do bojo. Vestígios de pintura a branco em séries de três finas linhas verticais e horizontais. Foi exumado de um silo (Q.K11-silo 6-3.c-34) e o seu contexto estratigráfico, no fundo do mesmo e separado por camada de derrubes que antecedem o depósito superior de lixeira (já de época moderna), enquadra esta peça na fase final almôada da primeira metade do século XIII, embora este tipo de potes (asados) continue a fabricar-se na Baixa Idade Média e inícios de época moderna.

HC

Bibliografia:

Inédito.



**423. Pote vidrado,
castanho esverdeado**

Loulé – Travessa de Martim Farto, n.º 10,
São Clemente

Séculos XII-XIII d. C.

14,8 x 18,4 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0418

Pote de pasta compacta castanha avermelhada e superfícies vidradas de coloração castanha (melado escuro). Bordo direito de lábio arredondado, colo curto de paredes convexas e moldura na ligação ao ombro, corpo ovoide, fundo convexo saliente, a formar ressalto na ligação com a base do corpo, e seis asas de suspensão, que saem do ombro e terminam a meio do bojo. Foi recolhido nas escavações realizadas no n.º 10 da Travessa Martim Farto e enquadra-se na fase plenamente almôada de finais do século XII e primeira metade do seguinte.

HC

Bibliografia:

Luzia, 2003b, p. 228, 231, Fig. 5.3.



424. Pote de asas a partir do ombro

Castelo de Salir, Salir

Séculos XII-XIII d. C.

27 x 35 cm

Museu Municipal de Loulé

ML.A0649

Pequeno pote de pasta compacta e cor creme acinzentada, de superfícies alisadas, com engobe creme amarelado. Bordo extrovertido de lábio arredondado, ausência de colo, apenas marcado por carena na ligação ao corpo, alto e tendencialmente biconcônico, mostrando carena na parte inferior e a terminar em fundo levemente convexo e saliente. Duas pequenas asas verticais que partem da carena superior e terminam no bojo. Decoração estriada em caneluras no corpo. Esta peça, proveniente de um contexto habitacional almóada do castelo de Salir (Q. E11-3-197), representa um modelo de pequenos potes frequente neste arqueossítio, mas que também tem grande difusão no extremo sul do *Gharb*, tanto em espaços urbanos, como Mértola, Silves ou Loulé, como em sítios rurais, como o Castelo de Paderne.

HC

Bibliografia:

Catarino, 1996, p. 25; Catarino, 1997/98, p. 1195, Est. CXI. 2; Catarino, 2001, p. 701, Fig. 5.2.



425. Cântaro com pintura a vermelho

Loulé – «Oficina do Sr. Carrilho»,

São Clemente

Séculos XII-XIII d. C.

46,2 x 32 cm

Museu Municipal de Loulé

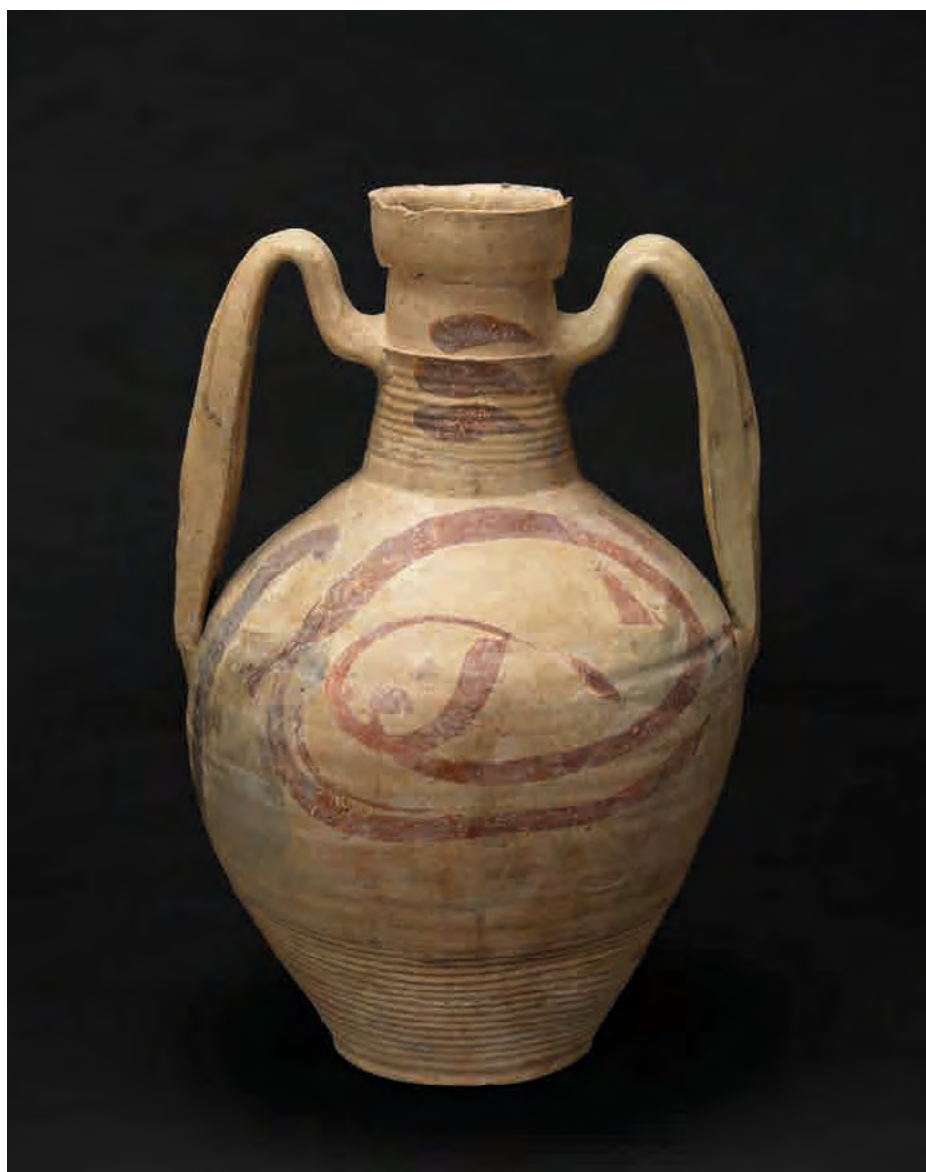
MLA0406

Cântaro de pasta compacta e bem cozida, de cor branca, e superfícies alisadas, de tom creme esbranquiçado. Bordo retangular, de lábio afilado, colo alto cilíndrico, corpo piriforme, fundo plano, com ônfalo no centro, e duas asas sobrelevadas, que partem do meio do colo e terminam na parte superior do corpo. Motivos decorativos pintados a óxido de ferro, de cor castanha avermelhada, mostrando séries de traços horizontais no colo e meandros ovalados e em arco de círculo no corpo, cuja parte inferior também apresenta estrias de caneluras. Este modelo de cântaro, proveniente das escavações urbanas de Loulé – «Oficina do Sr. Carrilho» – representa fabrico (pastas brancas certamente de barreiros locais/regionais), morfologia (com a particularidade dos fundos com ônfalo central) e decoração que são comuns em contextos almóadas no sul do *Gharb*, particularmente no atual Algarve.

HC

Bibliografia:

Luzia, 2003b, p. 230, Fig. 4.5.



426. Cântaro com pintura a branco

Castelo de Salir, Salir

Séculos XII-XIII d. C.

36,5 x 29 cm

Museu Municipal de Loulé

ML.A0667

Cântaro de pasta compacta e bem cozida, de cor castanha e núcleo cinzento, superfícies alisadas castanhas e acinzentadas, com engobe externo. Bordo triangular, colo alto cilíndrico, corpo piriforme, fundo plano e duas asas verticais sobrelevadas que arrancam da base do colo e terminam no bojo. Motivos decorativos pintados a branco, dispostos em traços finos no bordo, linhas horizontais paralelas no colo meandros em ziguezague no ombro e séries de três linhas horizontais e verticais, respetivamente no ombro e no corpo. Foi recolhida em contexto de lixeira, a entulhar um silo (Q.F10-silo 10-6.c-6) do espaço habitacional 1. O contexto e materiais associados remetem esta peça para época almóada.

HC

Bibliografia:

Catarino, 1999/2000, p. 115, Est. 8; Catarino,

2001, p. 701, Est. 5. 5.



427. Bilha, incompleta

Loulé – Novo Mercado Municipal,
São Clemente
Séculos XII-XIII d. C. (?)
24 x 17,8 cm
Museu Nacional de Arqueologia
17081

Bilha de pasta compacta de cor vermelha alaranjada e superfícies castanhas claras com manchas de queimado. Colo alto a que falta a parte superior e o bordo, corpo piriforme, com vestígios do arranque da asa a meio do bojo, e fundo plano. Apresenta três caneluras na separação do colo com o ombro e uma incisão/canelura a rodear o perímetro do corpo. Provém de um poço/silo desentulhado durante os trabalhos conducentes à construção do novo mercado de Loulé, foi oferecido a Bernardo de Sá e faz parte do acervo do Museu Nacional de Arqueologia.

HC

Bibliografia:

Sá, 1906, p. 200.



428. – 429. Materiais de construção: telhas



428. Telha de meia-cana

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos XI-XII d. C.

46 x 22 x 12 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/374

429. Telha de meia-cana

Cerro da Vila, Quarteira

Séculos XI-XII d. C.

36,6 x 17,5 x 10

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila
CV/375

As telhas de meia-cana são dos materiais de construção mais frequentes nos sítios arqueológicos islâmicos, caracterizando-se por fabricos manuais grosseiros, de pastas muito heterogêneas, superfície interna rugosa e externa/ superior alisada. O corpo, de perfil curvo-convexo alongado, apresenta um lado mais largo do que o outro, para encaixe alternado. É frequente apresentarem a face superior decorada, desde

simples dedadas nos bordos até toda a superfície externa preenchida de motivos incisos ondulados, em ziguezague, feitos com os dedos ou com estilete, podendo ainda apresentar inscrições e grafitos.

HC

Bibliografia:

Inéditas.

430. – 431. Recipientes de uso múltiplo: alguidares



430. Alguidar

Castelo de Salir, Salir
Séculos XII-XIII d. C.
12,5 x 49 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0659

431. Alguidar

Loulé – Cerca do Convento, São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
12,5 x 44 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA1981





432. Grande alguidar/tina

Loulé – Novo Mercado Municipal,
São Clemente
Séculos XII-XIII d. C.
47,1 x 56 cm
Museu Nacional de Arqueologia
16967

O primeiro deste conjunto de recipientes é um alguidar, cat. 430, de pasta grosseira e granulosa, de cor castanha e acinzentada, com superfícies alisadas, de tom amarelado no exterior e acinzentado no interior. Bordo triangular de lábio arredondado, corpo troncocónico invertido e fundo plano. Apresenta decoração cordada no bordo, a formar depressão e moldura na ligação com o corpo.

O segundo exemplar, cat. 431, trata-se de outro alguidar, mas de pasta clara, com núcleo cinzento, e superfícies alisadas, no exterior com marcas de «engobe» branco. Bordo de lábio triangular, corpo troncocónico invertido e fundo plano.

O terceiro recipiente, cat. 432, consiste de um alguidar/tina de pasta depurada e superfícies alisadas, ambas de cor creme. Bordo espessado de lábio extrovertido, corpo alto, troncocónico invertido, de perfil ligeiramente convexo, fundo plano. Possui os seguintes motivos ornamentais: moldura, abaixo do bordo, de aplicação plástica com séries de traços ungulados; cordão plástico digitado na parte superior

do corpo e duas faixas de incisões em linhas duplas de ziguezage.

Os dois primeiros exemplares, provenientes de contextos estratigráficos urbanos (Loulé) e rurais (Castelo de Salir), têm ampla difusão geográfica e cronológica por todo *al-Andalus*, podendo ser utilizados como recipientes auxiliares às atividades de cozinha e domésticas em geral. O terceiro, proveniente dos trabalhos de desaterro, terraplanagem e caboucos para o novo mercado de Loulé, foi doado, em 1906, ao Museu Nacional de Arqueologia. Quanto à funcionalidade desta peça, podemos pensar numa tina para banhos ou, provavelmente, para atividades artesanais, pois a sua forma lembra tinas de tinturarias e tratamento de curtumes.

HC

Bibliografia:

Catarino, 1996, p. 17; Catarino, 1997/98, p. 1210, Est. CXXVI. 3; Luzia, 2003, p. 51; Sá, 1906, p. 199-200.

433. – 436. Numismas

433. *Dirham* de prata de época emiral

Cerro da Vila, Quarteira

Século IX d. C.

2,3 x 2,8 x 0,2 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/02/395/18

434. *Dirham* de prata de época emiral

Cerro da Vila, Quarteira

Século IX d. C.

2,8 x 2,8 cm x 0,2 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/02/395/15



435. *Dirham* de prata de época emiral

Cerro da Vila, Quarteira

Século IX d. C.

2,6 x 2,6 x 0,2 cm

Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila

CV/02/395/2

436. *Dirham* de prata de época almóada

Castelo de Salir, Salir

Séculos XII-XIII d. C.

1,9 x 1,9 x 0,2 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0679



Conjunto de numismas árabes, em que os três primeiros são provenientes do Cerro da Vila. Pertencem a um tesouro, inédito, encontrado no fundo de um silo, que continha 239 *dirhams* de prata, de época emiral (v. Teichner neste catálogo). Este entesouramento corresponderá à época das revoltas da 1.^a Fitna (iniciadas no final do reinado de *Abd al-Rahmân II* e, sobretudo, nos dos emires *Muhammad I*, *al-Mundir* e *Abdallah*), encabeçadas no *Gharb* por *Ibn Marwân* e outros dissidentes, que fazem incursões até ao litoral de *Ocsonoba/Faro*.

Esta *kura* mantém-se em autonomia, sob domínio de *Ibn Bacre*, até *Abd al-Rahmân III* que, em 919, se desloca a *Ocsonoba* e pactua a paz com o dissidente.

O último exemplar é um *dirham* de prata quadrado, inédito, proveniente das escavações do Castelo de Salir, de um contexto de derrubes das casas almóadas, destruídas no contexto de guerras da reconquista.

HC

Bibliografia:

Indéditos.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. de; FREITAS, V. T. de (2003) – O sítio islâmico do Tejo do Praio, Quinta do Lago, Loulé: uma primeira análise e caracterização. *Xelb. Silves*. 4, p. 247-264.
- AZUAR RUÍZ, R. (2012) – *Los Bronces Islámicos de Denia* (s. V HG/XI d. C.). Alicante. Museu Arqueológico. (Série Mayor; 10).
- BARROCA, M. J.; MONTEIRO, J. G. (2000) – *Exposição. Pêra Guerreiar. Armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal.
- BORGES, A. G. de M. (1998) – Epigrafia árabe do *Gharb*. In *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: MNA. p. 236.
- CARVALHAIS, J. A. (1911) – *Aquisições Atrasadas. O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 16, p. 109-125.
- CATARINO, H. (1992) – A fortificação muçulmana de Salir (Loulé): primeiros resultados arqueológicos. *Al-'Ulyà*. Loulé. 1, p. 9-51.
- CATARINO, H. (1993) – Objectos de osso e de metal recolhidos nas escavações do Castelo de Salir (Loulé). *Al-'Ulyà*. Loulé. 2, p. 17-31.
- CATARINO, H. (1995) – O Castelo de Salir: resultados das escavações dos silos. *Al-'Ulyà*. Loulé. 4, p. 9-30.
- CATARINO, H. (1996) – *Catálogo de cerâmicas islâmicas do Castelo de Salir*. Loulé: Museu Municipal de Arqueologia.
- CATARINO, H. (1997/98) – O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados. *Al-'Ulyà*. Loulé. 6. 3 vols.
- CATARINO, H. (1999/2000) – O Castelo de Salir: escavações da campanha de 1998. *Al-'Ulyà*. Loulé. 7, p. 77-128.
- CATARINO, H. (2000) – Fichas n.º 130, 131, 132. In *Pêra Guerreiar. Armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal. p. 393-394. Catálogo.
- CATARINO, H. (2001) – Castelos e território do Algarve em vésperas da reconquista: a fortificação de Salir no alfoz de Loulé. In *Congresso de Arqueologia Medieval Española*, 5, Valladolid, 1999. Valladolid: Junta de Castilla y León. vol. II, p. 693-705.
- FERNANDES, I. C.; DELERY, Cl.; GÓMEZ, S.; GONÇALVES, M. J.; INÁCIO, I.; SANTOS, C. dos; COELHO, C.; LIBERATO, M.; GOMES, A. S.; BUGALHÃO, J.; CATARINO, H.; CAVACO, S.; COVANEIRO, J. (2015) – O comércio da Corda Seca (Total e Parcial) no *Gharb al-Ândalus*. In *Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, 10, Silves, 2012, p. 649-666.
- GOMES, M. V.; SERRA, M. P. (1996) – Loulé Velho (Quarteira- Loulé). Resultados da primeira campanha de escavações arqueológicas (1996). *Al-'Ulyà*. Loulé. 5, p. 29-49.
- GOMES, M. V. (2009) – Cerâmicas e outros artefactos, medievais, do Castelo de Loulé. *Al-'Ulyà*. Loulé. 13, p. 51-78.
- GOMES, R. V. (1988) – Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves. *Xelb. Silves*. 1, p. 220, 236, 237.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, S.; GONÇALVES, M. J.; INÁCIO, I.; SANTOS, C. dos; COELHO, C.; LIBERATO, M.; GOMES, A. S.; BUGALHÃO, J.; CATARINO, H.; CAVACO, S.; COVANEIRO, J.; FERNANDES, I. C. (2015) – A cidade e o seu território no *Gharb al-Andalus* através da cerâmica. In *Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, 10, Silves, 2012. Silves: Câmara Municipal; Mértola: Campo Arqueológico. p. 19-50.
- GONÇALVES, M. J.; INÁCIO, I.; SANTOS, C. dos; LIBERATO, M.; GOMES, A. S.; BUGALHÃO, J.; CATARINO, H.; CAVACO, S.; FERNANDES, I. C.; GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2015) – Vinte anos de Cerâmica Islâmica do *Garb al-Andalus*: ensaio cronotipológico das formas abertas (I). In *Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, 7, Aroche-Serpa, 2013. Aroche: Ayuntamiento. p. 1025-1041.
- KEMNITZ, E.-M. Von (1993-94) – Candis da colecção do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 11-12, p. 427-472.
- LABARTA, A. (2015) – Epigrafia árabe sobre piedra en el *Garb al-Andalus*. In MALPICA CUELLO, A.; SARR MARROCO, B., ed. lit. – *Epigrafía Árabe y Arqueología Medieval*. Jornadas de Arqueología Medieval, 11, Granada, 2010. Granada: S. L. ALHULIA. p. 205-238.
- LUZIA, I. (1996) – O espólio cerâmico da cerca do convento. *Al-'Ulyà*. Loulé. 5, p. 51-73.

- LUZIA, I. (2003a) – *Cerâmicas islâmicas da Cerca do Convento / Loulé*. Loulé. Museu Municipal de Arqueologia de Loulé.
- LUZIA, I. (2003b) – Testemunhos da Ocupação Islâmica em Al-'Ulyà: Estruturas e Cerâmicas. *Xelb. Silves*. 4, p. 219-234.
- LUZIA, I. (2006) – Primeiros dados para o estudo do sistema hidráulico islâmico de Loulé. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 3, Silves, 2005: *Actas. Xelb. Silves*. 6. Vol. 1: Comunicações e conferências, p. 83-92.
- LUZIA, I. (2008) – A primeira campanha de escavação da «Casa das Bicas» – Loulé. In *Encontro de Arqueologia do Algarve*, 5, Silves, 2007: *Actas. Xelb. Silves*. 8. vol. 1: Comunicações e Conferências. p. 263-274.
- LUZIA, I. (2015) – Antes do Mercado. *Al-'Ulyà*. Loulé. 15, p. 49-75.
- MACIAS, S.; TORRES, C., coord. (1998) – *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: IPM; MNA. Catálogo.
- MARTINS, I. P.; MATOS, J. L. de (1971) – Muralhas de Loulé. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. III, 5, p. 238.
- MATOS, J. L. de (1983) – Malgas árabes do Cerro da Vila. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 1, p. 375-389.
- MATOS, J. L. de (1986) – Céramique musulmane du Sud de Portugal. In *Congreso de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, 2. Madrid: Ministerio de Cultura. p. 149-154.
- MATOS, J. L. de (1991a) – Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Occidental. Congreso de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, 4, Lisboa, 1987. Mértola: Campo Arqueológico. p. 429-456.
- MATOS, J. L. de (1991b) – Influências orientais na cerâmica muçulmana do Sul de Portugal. *Estudos Orientais II. O legado cultural de Judeus e Mouros*. Lisboa. p. 75-83.
- MATOS, J. L. de (1998) – 163. Bilha. Cerâmica. In *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: IPM; MNA. p. 162-163. Entrada no Catálogo da Exposição.
- SÁ, B. de (1906) – Relatório de uma Excursão Archeologica ao Alentejo e Algarve. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 11, p. 199-200.
- SANTOS, C. dos; COELHO, C.; LIBERATO, M.; GOMES, A. S.; BUGALHÃO, J.; CATARINO, H.; CAVACO, S.; COVANEIRO, J.; FERNANDES, I. C.; GÓMEZ, S.; GONÇALVES, M. J.; INÁCIO, I. (2016) – Acerca de las cerámicas de almacenamiento: las tinajas (al-hawābī) en el *Garb al-Andalus*. In *Congrès International Thématique de l'AIECM3*, 1, Montpellier-Lattes, 2014. *Jarres et grands contenants entre Moyen Âge et Époque Moderne*. Nîmes: Lucie Editions. p. 185-198.
- TEICHNER, F.; SCHIERL, Th. (2006) – Cerro da Vila (Algarve, Portugal). Aldeia do mar na época islâmica. In *Al-Ándalus espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais, Seminário de Homenagem a Juan Zozaya Stabel – Hansen*, Mértola, 2005. Mértola: Campo Arqueológico. p. 123-139.
- TORRES, C., coord. (1987) – *Cerâmica Islâmica Portuguesa*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. Catálogo.
- VELHO, M. (1970) – A inscrição árabe de Salir. *Anais do Município de Faro*. Faro. 2, p. 63-64.
- ZOZAYA STABEL-HANSEN, J. (2010) – Candiles metálicos andalusíes. *Boletín de Arqueología Medieval*. Ciudad Real. 14, p. 197-258.

VII. ÉPOCA MEDIEVAL DO ISLÃO À CRISTANDADE

Com a conquista cristã (século XIII), mudaram os senhores e as vontades no Algarve. Os homens do norte tomaram o lugar das antigas autoridades muçulmanas na direção das vilas e dos castelos, enquanto se convertiam as mesquitas em igrejas e o latim, e, depois, o português iam substituindo o árabe nas orações, nas cerimónias públicas e nos documentos oficiais.

A mudança foi brusca e, por vezes, traumática, como em Tavira, em Silves, ou em Paderne, cujos defensores foram passados a fio de espada. Noutros casos, a violência limitou-se a uma exibição de força e a um cerco em condições. Foi o caso de Faro e de Loulé, havendo para ambas indícios seguros de uma rendição negociada com Afonso III.

Após a conquista cristã, as elites e as populações muçulmanas mantiveram-se ao abrigo dos pactos estabelecidos com o monarca e sob a proteção dos forais outorgados aos mouros livres. Com elas, conservou-se boa parte do que definira a velha civilização islâmica, que só a espaços se alterou, por influência dos usos e dos costumes dos homens do norte, mas que criaria uma identidade própria. Assim em Loulé, como por toda a parte.



A CONQUISTA E A SOBERANIA DO ALGARVE

LUÍS FILIPE OLIVEIRA

Os cercos, as batalhas e as conquistas são normalmente dos acontecimentos mais conhecidos do passado. São testemunhos da guerra, uma das atividades mais importantes das sociedades antigas, ao menos até que a tecnologia militar do século xx abolisse os méritos da violência, valorizando o pacifismo. De uma guerra que envolvia toda a sociedade, ou quase, sem que o coletivo anulasse as proezas dos heróis e as façanhas individuais, mas que tinha consequências muitas vezes decisivas na vida das gentes e no destino das instituições políticas e religiosas. Pelos ganhos e pela glória, ou pela desonra e pelas perdas, as batalhas e as conquistas sempre ativaram a atenção de todos, sobretudo de quem estava interessado em fazer delas memória, com que se revelasse o favor divino e a capacidade política e militar dos guerreiros, e, em particular, dos monarcas. O olhar dos cronistas deu a algumas proporções fabulosas, como as batalhas de Covadonga e de Ourique, ou as investidas alentejanas de Gonçalo Mendes da Maia, o *Lidador*. Umas outras, porém, foram servidas por um relato vivo e detalhado, essencial para recuperar as circunstâncias do tempo e dos lugares. Foi o caso das conquistas de Santarém, de Lisboa, de Alcácer e de Silves, ou mesmo das campanhas de Geraldo Sem Pavor no século xii (Pereira, 2008) e daquele outro perito nas andanças da fronteira da centúria seguinte, Afonso Peres Farinha, freire da Ordem do Hospital (Martins, 2013).

As conquistas dos territórios meridionais não partilham, infelizmente, de muitas destas particularidades. Delas não se conservou, na realidade, grande memória documental. Apenas um punhado de diplomas

sobre as operações que levaram, nos anos 30 e 40 do século xiii, às tomadas de Aljustrel, de Mértola, de Alfajar de Pena, de Aiamonte, de Cacela e de Tavira. Alguns outros, poucos, sobre a conquista de Faro, mas nada sobre as restantes vilas algarvias, desde Loulé a Salir, a Albufeira e a Silves. Testemunhos mais circunstanciados só num texto bem mais tardio, a *Crónica da Conquista do Algarve*, descoberta em Tavira e hoje reconhecida como um extrato da *Crónica de Portugal de 1419* (Moreira, 2013, p. 277-302). Desde que foi tornada pública (Agostinho, 1792), a narrativa suscitou enormes reservas e o seu testemunho ora tem sido afastado como inverosímil, como fez Herculano (1980, III, p. 531), ora resgatado com cautela pelos investigadores mais recentes (Mattoso, 1993; Henriques, 2003). Apesar de apoiada em textos anteriores, hoje desaparecidos, como a *Crónica do Mestre Paio Peres Correia* (Krus, 1993), a *Crónica* baralhou, na verdade, a cronologia e a geografia dos sucessos. Não só omitiu a progressão pela margem esquerda do Guadiana e a conquista de Aiamonte e de Cacela, atestadas por documentos de arquivo, como afastou os combates da fronteira do reino, amarrando-os a um itinerário pelo interior, de Aljustrel até às vilas de Estômbar e Alvor. A autoridade e as notícias que o cronista foi buscar aos textos anteriores – reveladas pela riqueza de pormenores e por um bom conhecimento do terreno –, não foram, portanto, reproduzidas na íntegra, mas sujeitas a uma reelaboração, que se fez em moldes ainda pouco claros, mas melhor adaptada à época de redação da *Crónica de Portugal de 1419* (C1419) e muito mais preocupada em recriar uma memória régia do reino e do passado.

A ausência dos monarcas foi, ao que parece, a característica mais relevante das conquistas dos territórios meridionais. Em 1217, Afonso II já não tomara parte nas manobras de cerco e de tomada de Alcácer (Vilar, 2005, p. 133-149), ainda que seguisse os acontecimentos à distância, em Coimbra, ou em Guimarães. De Sancho II, só se conhece o controlo de Elvas, depois de um cerco frustrado em 1226 (Fernandes, 2006, p. 148, 177, 178), embora o monarca tivesse contado com o apoio da Santa Sé para as campanhas que planeou (1232-1234, 1241) e se ateste a sua presença e da sua hoste na conquista de Aiamonte (Herculano, 1980, II, p. 444, 553). Também de Afonso III pouco mais se documenta que o cerco de Faro, em 1249. Os protagonistas principais destas ações militares, para lá dos cruzados de Alcácer, estrangeiros e naturais, foram as milícias concelhias e, sobretudo, os cavaleiros das ordens militares. A estes se deveram os novos avanços territoriais, em particular a partir de meados dos 20, quando a desagregação almóada colocou as cidades do sul à mercê dos guerreiros cristãos. Foi o que então fizeram os freires de Avis e os do Hospital no vale superior do Guadiana, submetendo o território a leste de Évora e conquistando as vilas de Moura e de Serpa, ou o que viriam a fazer os cavaleiros de Santiago nas décadas seguintes, quando sujeitaram as planícies do Sul e boa parte das terras algarvias (Oliveira, 2014, p. 93-96). Todas elas, ou quase, foram assim conquistadas sem rei, circunstância por certo decisiva para compreender o silêncio que sobre elas se abateu na chancelaria régia e nos registos do reino. Mutismo sem dúvida perturbante, mas muito significativo.

Tudo indica, portanto, que o domínio do Algarve foi obra dos freires de Santiago, realizada a partir do vale do Guadiana. Posto que lhes atribua tal mérito, não foi esta a história acolhida pela *Crónica da Conquista do Algarve*. Como já se viu, o cronista fê-los progredir pelo interior do reino, facto que o obrigou a invocar uma troca com os mouros – estes cederam Cacela, recebendo as vilas de Estômbar e do Alvor –, para repositonar os freires em Cacela e no Guadiana. Muito mais verosímeis são as operações desencadeadas a partir daquela vila, sobretudo o ataque a Paderne e as batalhas do Desbarato e do Almargem, dado o colorido e os pormenores da narrativa. Mas estes feitos não estão datados e a sequência posterior dos acontecimentos narrados pela *Crónica* não se adapta melhor aos factos conhecidos. A conquista de Tavira não pode ter sido comandada por Paio Peres Correia se estiver correta a data (1242) que a *Crónica* registou, pois ele estava em Castela desde novembro de 1241 e por aí ficou até finais de 1242, quando foi eleito mestre da Ordem de Santiago (Lomax, 1965, p. 13, 286). Outro tanto com as conquistas de Silves, de Loulé e de Aljezur, também sem data. Ou até com a participação de Paio Peres no cerco e na rendição de Faro, ainda que se deva reconsiderar a hipótese de uma presença do mestre em Faro, em 1249 – em março desse ano estava ele em Alcácer do Sal (David e Pizarro, 1989, p. 121, 122). Havia, pois, certo fundamento por detrás da desconfiança de Alexandre Herculano, mesmo se ele estava mais interessado em mostrar a valia militar de Sancho II e ignorava então que aquela narrativa tinha a autoridade de uma crónica do reino do século xv.

Mas o testemunho da *Crónica* não pode ser esquecido. Presta dados essenciais sobre a organização política do território, os caminhos que o serviam, as táticas militares, ou as produções e os costumes locais, por vezes com um detalhe que não é comum (Magalhães, 1987). Mais importante, o sentido geral da narrativa não pode ser posto em causa. Os diplomas de arquivo atestam, com efeito, o papel dos freires de Santiago na conquista dos vales inferiores do Sado e do Guadiana, e, também, do Sotavento algarvio. Por vezes em recompensa do serviço prestado, Sancho II entregou-lhes-ia, aliás, as vilas e os castelos dessas zonas: Aljustrel em 1235, Mértola e Alfajar de Pena em 1239, Aiamonte e Cacela em 1240, e, por fim, Tavira em 1244 (Cunha, 1991, p. 70-78). Sem esquecer os itinerários e as datas, ou a sequência dos episódios, questões já atrás evocadas, o principal problema da *Crónica* está no facto de esta reivindicar, para o mestre

e os seus cavaleiros, a conquista de todo o Algarve. Se há bom motivo para suspeitar, como se viu, da sua participação no cerco de Faro, em 1249, nada comprova as conquistas anteriores de Salir, de Estômbar, de Silves e de Paderne, nem depois as de Loulé e de Aljezur, todas atribuídas pela *Crónica* ao mestre e aos freires de Santiago. Nenhuma delas foi então doada à Ordem de Santiago, nem por Sancho II, nem por Afonso III. Os direitos e as jurisdições da milícia em Loulé e em Aljezur só lhe seriam entregues muito depois (Cunha, 1991, p. 128), já pelo rei Dinis e em finais do século XIII.

Seja como for, parece evidente que, em 1244, à data da doação régia de Tavira, os freires de Santiago não dominavam todo o Algarve. Mesmo aceitando que já controlavam Silves, Estômbar e Paderne, e, portanto, todo o Barlavento, como por vezes se sugere (Henriques, 2003, p. 72-79), fugia-lhes a região central, com as vilas de Faro, Loulé e Albufeira, e também, por certo, a costa ocidental, onde pontificava Aljezur. A capacidade de resistência destas vilas islâmicas, que só cairiam em 1249, após o cerco de Faro, como quer o cronista, é muito significativa. Mais que a proximidade geográfica entre as primeiras, unia-as o acesso direto ao mar, com a oportunidade de receberem homens e recursos do exterior, em caso de necessidade. A observação é importante, mas exigia, por certo, o interesse e o apoio de um poder externo à região, condição que faltara no caso de Tavira, pelo menos. Nada consta, com efeito, para Loulé e Albufeira, mas, para Faro, a *Crónica* registou a submissão da cidade ao soberano almóada (o *miramolim*), tal como a existência de uma fusta no alcácer, lançada na água sempre que precisavam de socorros do Norte de África. À imagem de Faro, cuja subordinação à autoridade almóada foi aceite como provável (Barros, 2007, p. 95-99), Loulé e Albufeira podem ter-se mantido fiéis, também, ao califa norte-africano.

Não são infelizmente mais sólidos os dados sobre os responsáveis por estas últimas conquistas. Sabe-se que Faro terá caído entre janeiro e março de 1249, após o cerco e a rendição da cidade a Afonso III (Ventura, 2006, p. 89-90), mas, para as restantes, apenas se conhece o testemunho da *Crónica*. Como já se indicou, não há motivos para acreditar nele no que respeita a Aljezur, mas é possível que tenha sido o mestre de Avis a apoderar-se de Albufeira, uma vez que o monarca lhe doaria essa vila no ano seguinte (ChAIII, I, n.º 206). Quanto a Loulé, o assunto é mais complicado. Menos pela intervenção eventual do mestre de Santiago e dos

seus freires, que se aceita como provável, mas pela data (23 de novembro) que lhe anda há muito associada (Magalhães, 1987, p. 131), por ser o dia consagrado a S. Clemente, o patrono da única paróquia da vila e do termo. Data que não é discutida com frequência, nem avaliada, mas que nem por isso deixa de receber o favor dos investigadores mais recentes (Botão, 2009, p. 99-100, Palma, 2015, p. 39).

Nada comprova, contudo, uma resistência encarniçada da vila, nem um cerco prolongado. Não só a *Crónica* insiste num assédio breve – «não teve muyto çerquo nele que o logo não tomou» –, como a capitulação de Faro, sem que lhe fosse enviada uma força de socorro, desaconselhava uma defesa mais dinâmica e eficaz. Os itinerários de Afonso III e do mestre de Santiago mostram, por outro lado, que eles pouco se demoraram pelo Algarve depois da queda de Faro: em março de 1249, o mestre deu foral a Setúbal (David e Pizarro, 1987, p. 122), e, em maio desse ano, o rei já estava no Crato, seguindo depois para Coimbra (Ventura, 2006, p. 92). Se foi violento, como aqui e ali se vai sugerindo (Botão 2009, p. 99; Palma, 2015, p. 46, 54; Martins, 2016, p. 29), o cerco de Loulé foi de igual modo rápido, sendo provável, de resto, que a vila tivesse negociado a rendição, como era normal em tais circunstâncias. Ao contrário de Faro, o foral é omissivo a esse respeito, mas num diploma posterior, já de 1431, recordou-se, na verdade, o pacto celebrado entre os muçulmanos e o «primeiro Rey que a terra tomou aos Mouros» (Botão, 2009, p. 113). Graças a ele, mantiveram aqueles a posse do quarto dos herdamentos de Loulé, sem outro foro, ou tributo, apenas contra a satisfação da dízima ao monarca. Em condições vantajosas, portanto, somente admissíveis em caso de rendição e acordadas por certo à data da conquista. Por tudo isto, a dedicação da igreja de Loulé a S. Clemente terá que ter outro contexto e outra explicação. Talvez menos presa a um acontecimento militar.

O domínio português sobre o Algarve, já definitivo, ao que parece, na Primavera de 1249, suscitaria, no entanto, um confronto com Castela sobre a jurisdição respetiva. Parte do problema vinha de trás, das opções políticas de Sancho II, que confiara a conquista dos territórios meridionais e os castelos que neles se erguiam à Ordem de Santiago, fundada pelos reis de Leão e com sede em Castela (Oliveira, 2005). Desde 1242, é certo, a milícia estava dirigida por um português, Paio Peres Correia, mas a maior parte das concessões era anterior àquela data e o mestre, quer por opção, quer por conveniência, era homem da confiança de

Fernando III e do seu filho herdeiro, Afonso X de Castela (Lomax, 1965, p. 31-35; Lopez Fernandez, 2001, p. 99 e ss.). Em rigor, a dificuldade não se punha com Sancho II, mas com o seu irmão, Afonso III, que lhe disputou o trono entre 1245 e 1248, numa guerra civil que levou o primeiro ao exílio e à morte em Toledo. Para o novo monarca, a fidelidade da Ordem de Santiago não era de todo segura (Oliveira, 2017). Não só o mestre requerera, em 1245, no concílio de Lyon, a confirmação apostólica das doações mais recentes à milícia, como solicitou a Fernando III de Castela que ratificasse parte das doações feitas por Sancho II – Mértola, Alfajar de Pena e Aiamonte – depois da morte deste em Toledo. Não admira, por tudo isso, que Afonso III se apressasse a conquistar Faro e a garantir o domínio do Algarve, nem que a *Crónica* insistisse, já noutra plano, na proximidade entre o mestre e o rei, dizendo-o seu «compadre» e «natural», como se o parentesco e a naturalidade suprissem outras máculas, bem mais preocupantes.

A origem do conflito com Castela não está devidamente esclarecida. Nenhuma das explicações avançadas – uma doação de Sancho II, o sonho imperial de Afonso X ou a cessão de direitos por parte do rei de Niebla, que se dissera senhor do Algarve – tem merecido o consenso dos investigadores. Há muito abandonada, a hipótese de uma doação de Sancho II foi de novo considerada, com base na referência que Juan Gil de Zamora deixou na biografia incompleta de Afonso X ao facto de este ter sido perfilhado pelo rei português deposto (Ventura, 2006, pp. 138-148). Como filho e herdeiro de Sancho II, Afonso X tinha toda a legitimidade para contestar o domínio português sobre o Algarve, ou para forçar Afonso III a um acordo ambíguo (Mattoso, 1987, p. 86), mas que lhe deu a soberania partilhada da região e que seria sancionado, em 1253, pela união do rei português com a sua filha Beatriz. De certa forma, os direitos de Afonso X foram admitidos pela *Crónica*, que dizia o Algarve conquista de Castela – e opunha-lhe a Lusitânia, conquista de Portugal. Com desprezo pela cronologia, o cronista faria daquele casamento, e, em particular, de um pedido da rainha ao seu pai, a origem do direito português à tomada de Faro e do Algarve. Aceitava que Afonso III ficasse, pois, numa posição dependente e inferior, desde que isso trouxesse um ganho territorial, porque, dizia, «ele tinha a tera muy pequena».

No diferendo entre os dois reinos, havia outros argumentos em jogo. O antigo rei de Niebla, *Ibn Mafhot*, também foi chamado à colação. Numa das cantigas

de Santa Maria (CSM, n.º 183), Afonso X faria dele, como se sabe, rei de Faro e do Algarve no tempo dos mouros, assim recriando, em proveito próprio, um milagre mais antigo da Virgem (Ferrero Alemparte, 1999, p. 186-7). A *Crónica* refutaria essa reivindicação (Barros, 2007, p. 97) e lidaria a seu modo com aquela importante personagem. Sem o nomear como rei do Algarve, converteu-o num rei de Silves, mas deu-lhe uma morte sem honra, afogando-o nas águas de um pego dos arredores da cidade. Com essa morte simbólica, eclipsavam-se de igual modo, para o cronista, quaisquer direitos que ele pudesse ter sobre o Algarve, quer os exercesse pessoalmente, quer os houvesse cedido a outrem. Do lado português, uma tradução interpolada da descrição geográfica de *al-Râzî* – a *Crónica do Mouro Rasis* –, quiçá feita entre 1263 e 1267 e depois copiada para a *Crónica Geral de 1344*, de Pedro de Barcelos (Rei, 2008, p. 78-85, 157-161), também restringiria o Algarve reclamado por Afonso III às terras a ocidente do Guadiana. Dessa forma, inventava-se um outro Algarve, mais pequeno do que era descrito pelos geógrafos árabes, mas disponível para ser apropriado pelo monarca português.

Por início dos anos 60, tudo se encaminhava para resolver o conflito. Em outubro de 1261, nascia o príncipe Dinis, o futuro herdeiro da Coroa, a quem os acordos de 1253 previam, ao que parece, que Afonso X devolvesse o senhorio do Algarve (Ventura, 2006, p. 142). Do lado castelhano, o monarca procurou assegurar o controlo do Guadiana. Tomou Niebla em fevereiro de 1262, capital de um reino dirigido por *Ibn Mafhot*, seu vassalo desde 1253 (Garcia Sanjuan, 2000; O'Callaghan, 30), alcançando por esses anos o controlo dos castelos de Alfajar de Pena e de Aiamonte, por troca das vilas de Reina e de Estepa, num acordo negociado com a Ordem de Santiago (Oliveira, 2014, p. 98). Foi então que se iniciaram os contactos para decidir a questão do Algarve e da fronteira entre os reinos, com Afonso X a nomear os seus procuradores em abril de 1263, entre os quais havia alguns portugueses, como o mestre de Santiago (Ventura, 2006, p. 143). No ano seguinte, em setembro, mas no contexto criado pela revolta mudéjar, e, também, talvez, pela ajuda militar enviada por Afonso III (O'Callaghan, 2011, p. 36-38), o monarca castelhano renunciaria à jurisdição sobre o Algarve. O problema da fronteira só se resolveria, contudo, através do tratado de Badajoz, assinado a 16 de fevereiro de 1267. Através dele, estabelecia-se o Guadiana como a fronteira entre os dois reinos, desde a foz do Caia, junto a Elvas, até ao mar.

Apesar da perda dos territórios situados para lá do Guadiana – Alfajar de Pena, Aiamonte, Aroche e Aracena, ou Serpa e Moura –, Afonso III via finalmente reconhecida a soberania portuguesa sobre o Algarve, título que usará desde então.

Mesmo se a preocupação com a fronteira e com a lealdade das ordens militares não desapareceu – por meados de 1271, Afonso III organizou o povoamento de Castro Marim, forçando a Ordem de Santiago a renunciar às doações de Cacela e de Tavira (Oliveira, 2014, p. 98-99) –, o monarca podia concentrar-se na ordenação do novo reino. Antes do tratado de Badajoz, mas após a renúncia de Afonso X, já ele havia outorgado o foral de Lisboa àqueles que eram, por certo, os principais centros urbanos – Silves, Loulé, Faro e Tavira (ChAIII, I, n.º 359-362). Distingue-as, assim, com o foro da principal cidade do reino, mas deu-lhes, por acréscimo, um regime fiscal de excepção, ao isentar os vizinhos do pagamento da jugada do pão, por certo para atrair novos povoadores. Dois anos depois, em fevereiro de 1268, também seriam dispensados da jugada do vinho e do linho, privilégio que ora se estendia aos moradores de Paderne e de Aljezur (ChAIII, I, n.º 376-377). No ano seguinte, fomentaria a concentração da população muçulmana nos núcleos urbanos de maior importância, facultando carta de foral e a proteção do monarca aos mouros livres de Silves, de Loulé, de Faro e de Tavira (ChAIII, I, n.º 423). Apesar de se encontrarem na chancelaria régia menções a outros lugares, caso de Paderne e Aljezur (ChAIII, I, n.º 525, 377), as intervenções do monarca dirigiam-se sobretudo para aquelas vilas, todas com acesso ao litoral e às quais se juntaria Castro Marim a partir de 1271 (ChAIII, I, n.º 671, 720, 726), por causa da sua posição na fronteira do reino. Tal como haveria de apurar Frei João de S. José séculos mais tarde (Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 26), já então o principal do Algarve estava na orela do mar.

Os poderes criados pelas cartas de foral previam um espaço, um termo em que cada comunidade, cada concelho, exercesse a jurisdição respetiva. Aqui e ali, os forais tinham-no designado, em regra para localizar os reguengos, as terras que ficavam ao rei. Assim em Silves, com o Arade, Rogel e Lagoa, assim em Loulé, com Quarteira, tal como em Faro (Marim), ou Tavira (Asseca). Nenhum deles definiu, porém, tal território, ao contrário do que era comum noutros forais, como o de Odemira, por exemplo, no qual se mencionou o limite imposto pela ribeira de Odeceixe (ChAIII, I, n.º 85). Não eram concelhos sem território, mas o facto revela que este estava muito polarizado

pelo centro urbano respetivo, ou pelos vales férteis da orla marítima, como foi possível observar no caso de Loulé (Botão, 2009, p. 112), ainda que seja escassa a informação sobre o povoamento rural muçulmano. A arqueologia poderá proporcionar uma ajuda preciosa nesta matéria, ajudando a identificar e a datar, com segurança, algumas das alcarias do barrocal, ou até mesmo da serra.

Como é normal em casos semelhantes, as primeiras delimitações foram ditadas por preocupações fiscais. Foi o que sucedeu com a área doravante sujeita ao relego, o monopólio régio de venda de vinho durante os três primeiros meses do ano, a qual foi divisada nos termos de Faro, de Loulé e de Tavira, em 1291 (Botão, 2009, p. 103). Ao contrário do que era habitual nas terras do norte, sobretudo desde finais do século XIII (DHRP, II, p. 375-376), nada se conhece sobre a demarcação das paróquias, todas, ou quase, com sede nos centros urbanos e para as quais se acarretavam os dízimos de todo o termo concelhio. Só nos séculos finais da Idade Média é que as visitas da Ordem de Santiago permitem observar a extensão da área das freguesias, onde já iam aparecendo, também, as primeiras capelas rurais (Fontes, 2006, p. 52), como Alte, Salir e Boliqueime, atestadas pelas atas de 1518 respeitantes a S. Clemente de Loulé. Tudo indica, portanto, que foi lenta e tardia a definição dos territórios concelhios (Botão, 2009, p. 106), nos quais se mantinham algumas zonas de indefinição, ou de dupla pertença, como Nexe e o Alportel, divididos entre os termos de Faro e de Loulé. Mesmo se o assunto não está devidamente esclarecido e merece maior atenção, os factos conhecidos parecem indiciar a existência de territórios partilhados, talvez para pastagens, ou outros usos da mesma ordem, entre duas ou mais comunidades concelhias.

Também não são mais abundantes os dados disponíveis sobre o dinamismo da vida litoral, ou sobre o modo como os portos da região se inseriam nos circuitos de troca do Mediterrâneo e do Atlântico. Os portos de ria e de estuário, ou as enseadas naturais, eram em bom número e parte deles – Aljezur, Lagos, Silves, Porches, Faro, Tavira, Cacela e Aiamonte – já surge num diploma de Afonso III de finais de 1254, sobre a saída de prata do reino (DP, I-Supl., n.º 4). Ainda que a conquista cristã, e, depois, a conversão do Guadiana numa fronteira, possam ter reduzido os anteriores contactos com o Norte de África e com a Andaluzia, a atividade daqueles portos não desapareceu. Prova-o uma carta régia de 1250, de doação de

Albufeira à Ordem de Avis (ChAIII, I, n.º 206), na qual se atesta a presença habitual nesse porto de navios com mercadorias de França e doutros lugares, ou a regularidade com que nele se armavam navios contra os mouros de além-mar. Outros indícios, posteriores, comprovam a frequência das trocas com a Andaluzia e com o norte da Europa (Fonseca, 1987; Fonseca e Pizarro, 1987), motivadas pelo intercâmbio de fruta e vinho por cereais, embora também seguisse peixe para o mercado de Sevilha, segundo notícia de inícios do século XIV (González-Jiménez, 1995, p. 47). Mantinham-se, pois, sob outros moldes, as antigas ligações do Algarve, facto que talvez possa explicar a presença de vários homens e mulheres – saídos de Porches, de Loulé, de Faro e de Tavira – entre os povoadores de Jerez de la Frontera, em 1264 (David, 1987, p. 283-285), posto que a iniciativa possa ter sido promovida por Afonso X, que à data exercia poderes soberanos na região.

Talvez mais escassas, ou apenas pior documentadas, eram as relações com os portos e as cidades do Mediterrâneo Oriental, ocasionadas pelas andanças dos homens do mar, dos mercadores, dos cruzados e dos peregrinos. Os dados que se conhecem não são muitos, mas uma cantiga de Martim Soares, composta por meados do século XIII (CMED, n.º 284), associa, pelo menos, vários lugares da Europa e da Hispânia – Marselha, Somportes, Santarém e Loulé – à geografia da Terra Santa: a Acre, a Jerusalém e ao Santo Sepulcro. Trata-se, sem dúvida, de uma paródia feita a um falso peregrino, que alegava conhecer bem a terra do Ultramar, mas a conexão entre eles, por negativa que seja, demonstra que todos pertenciam, pelo menos, a um espaço comum. Ainda mais importante, porque mais significativo, é o apodo de um dos moradores de Loulé em 1410 – Vasco Esteves de *Gersalem* (Machado, 2016, p. 37) –, claramente evocativo de uma passagem por Jerusalém, ou de qualquer outra relação com tal cidade. Sinal de contactos eventualmente mais regulares, mas hoje mal conhecidos, capazes de explicar, quem sabe, a presença de duas moedas portuguesas, uma de Sancho I, a outra de Sancho II, em coleções numismáticas provenientes da cidade de Acre (Metcalf, 1975, p. 149) e hoje conservadas em Israel.

BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINHO, J. de Santo, Frei (1792) – Sobre huma Chronica inedita da Conquista do Algarve. *Memórias de Litteratura Portugueza*. Lisboa: Academia das Ciências. t. I, p. 74-97.
- BARROS, M. F. L. de (2007) – *Tempos e espaços de mouros. A minoria muçulmana no reino português (séculos XII a XV)*. Lisboa: FCG-FCT.
- BOTÃO, M. de F. (2009) – *A Construção de uma identidade urbana no Algarve medieval*. Lisboa: Caleidoscópio.
- C1419 = *Crónica de Portugal de 1419*. Ed. crítica de Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.
- ChAIII = *Chancelaria de D. Afonso III*. Ed. de Leontina Ventura, A. Resende de Oliveira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006-2011. 3 vol.
- CMED = *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego portuguesas*. Ed. de Manuel Rodrigues Lapa. 2.ª ed. Vigo: Editorial Galaxia, 1970.
- CSM = *Afonso X, O Sábio. Cantigas de Santa Maria*. Ed. de Walter Mettmann. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1959-1972. 4 vol.
- CUNHA, M. S. (1991) – *A ordem militar de Santiago: das origens a 1327*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras Porto. Policopiada.
- DAVID, H. (1987) – Os portugueses nos livros de «Repartimiento» da Andaluzia (século XIII). In *Jornadas de História Medieval do Algarve e da Andaluzia*, 1, Loulé: Actas. Loulé: C. Municipal. p. 271-296.
- DAVID, H.; PIZARRO, J. A. (1989) – A conquista de Faro. O reavivar de uma questão. In *Jornadas de História Medieval do Algarve e da Andaluzia*, 3, Loulé: Actas. Loulé: C. Municipal, p. 119-125.
- DHRP = *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores. 4 vol.
- FERNANDES, H. (2006) – *D. Sancho II. Tragédia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- FERRERO ALEMPARTE, J. (1999) – *Arribadas de normandos y cruzados en las costas de la Península Ibérica*. Madrid: SEEM.
- FONTES, J. L. I. (2006) – Entre Faro e Loulé: a terra da «Senhora Santa Bárbara» (séculos XIII-XVI). In BERNARDES, J. P. e OLIVEIRA, L. F., coord. – *Santa Bárbara de Nexe. A História, a Igreja e a Memória*. Nexe: Junta de Freguesia de Nexe. p. 35-71.
- FONSECA, L. A. da (1987) – As relações comerciais entre Portugal e os reinos peninsulares nos séculos XIV e XV. In *Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 2, Porto: Centro de História da U. do Porto. vol. II, p. 541-561.
- FONSECA, L. A. da; PIZARRO, J. A. (1987) – Algumas considerações sobre o comércio externo algarvio na época medieval. *Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, 1, Loulé. Loulé: C. M. p. 61-89.
- GARCIA SANJUAN, A. (2000) – La Conquista de Niebla por Alfonso X. *Historia, Instituciones, Documentos*. Sevilla. 27, p. 89-111.
- GONZÁLEZ-JIMÉNEZ, M. (1995) – La Pesca en Andalucia (siglos XIII-XV). *Cadernos Históricos*. Lagos. 6, p. 45-48.
- GUERREIRO, M. V., MAGALHÃES, J. R. de, ed. lit. (1983) – Duas descrições do Algarve do século XVI: Frei João de S. José. Corografia do Reino do Algarve (1577). Henriques Fernandes Sarrão, História do Reino do Algarve (circa 1600). *Cadernos da Revista de História Económica e Social*. Lisboa. 3.
- HENRIQUES, A. C. (2003) – *Conquista do Algarve (1189-1249). O Segundo Reino*. Lisboa: Tribuna da História.
- HERCULANO, A. (1980) – *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*. Ed. de José Mattoso. Lisboa: Bertrand. 4 tomos.
- KRUS, L. (1993) – Crónica da Conquista do Algarve. In *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Ed. de G. Lancini e G. Tavani. Lisboa: Caminho.
- LOMAX, D. (1965) – *La Orden de Santiago (1170-1275)*. Madrid: CSIC.
- LÓPEZ FERNÁNDEZ, M. (2001) – *La Orden de Santiago y el Maestre Pelay Pérez Correa*. Ciudad Real: Instituto de Estudios Manchegos.
- MACHADO, M. de F. (2016) – *Fundo dos órfãos de Loulé (séculos XV e XVI)*. Loulé: Arquivo Municipal de Loulé.
- MAGALHÃES, J. R. (1987) – Uma interpretação da Crónica da Conquista do Algarve. In *Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 2, Porto: Centro de História da U. do Porto. vol. I, p. 123-133.

- MARTINS, L. (2016) – *Contributos para a história da alimentação algarvia a partir das atas de vereação do concelho de Loulé*. Faro: Direção Regional da Cultura do Algarve.
- MARTINS, M. G. (2013) – Afonso Peres Farinha. In *Guerreiros Medievais Portugueses: De Geraldo, o Sem-Pavor, ao conde de Avranches. Treze biografias de grandes senhores da guerra (séculos XII-XV)*. Lisboa: Esfera dos Livros. p. 129-147.
- MATTOSO, J. (1987) – As relações de Portugal com Castela no reinado de Afonso X, o Sábio. In *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Ed. Estampa. p. 73-94.
- MATTOSO, J. (1993) – Sessenta anos de crise (1190-1250). In *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. II, p. 95-133.
- METCALF, D. M. (1975) – Some Hoards and Stray Finds From the Latin East. *American Numismatic Society Museum Notes*. New York. 20, p. 139-152, pl. 17-21.
- MOREIRA, F. A. (2013) – *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, estratégias e posteridade*. Lisboa: FCG-FCT.
- OLIVEIRA, L. F. (2005) – Ordem Militar de Santiago. In SOUSA, B. V. e, dir. – *Ordens religiosas em Portugal: Das origens a Trento. Guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte. p. 475-480.
- OLIVEIRA, L. F. (2014) – A ordem de Santiago e a conquista das terras do Sul. *Cuadernos de Estepa*. Estepa. 3, p. 89-102.
- OLIVEIRA, L. F. (2017) – Da defesa da fronteira à guerra no mar: A coroa e as ordens militares. In AYALA MARTÍNEZ, C. de; PALACIOS ONTALVA, S.; RIOS SALOMA, M., ed. lit. – *Guerra Santa Y Cruzada en el Estrecho. El Occidente Peninsular en la primera mitad del S. XIV*. Madrid; Sílex.
- PALMA, J. F. (2015) – *O desenvolvimento urbano de Loulé. Do período medieval ao fim da época moderna*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Algarve. Policopiada.
- PEREIRA, A. S. (2008) – *Geraldo Sem Pavor: Um guerreiro de fronteira entre cristãos e muçulmanos, c. 1162-1176*. Porto: Fronteira do Caos.
- VENTURA, L. (2006) – *D. Afonso III*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VILAR, H. (2005) – *D. Afonso II. Um rei sem tempo*. Lisboa: Círculo de Leitores.

UM ESPAÇO ENTRE PODERES: O REI, O CONCELHO, A IGREJA

JOÃO LUÍS FONTES E GONÇALO MELO DA SILVA

1. O REI

Em 1266, o rei Afonso III outorga foral a Silves e às vilas de Loulé, Faro e Tavira, às quais juntaria, em 1277, a vila de Castro Marim, fundada *ex-nihil*. Fâ-lo quase duas décadas volvidas sobre a definitiva conquista do Algarve, em 1249-1250, e num quadro de clara afirmação da sua autoridade sobre um território que disputava desde então com o rei Afonso X de Leão e Castela e que lhe seria plenamente reconhecido apenas a 16 de fevereiro de 1267, no tratado de Badajoz (Mattoso, 1993, p. 136-139; ChAIII, liv. 1, n.º 381-383, p. 435-440). Com efeito, o foral, promovendo o povoamento das principais vilas portuárias do Algarve, definindo direitos e deveres e estabelecendo um enquadramento legal para o exercício do poder sobre pessoas e bens, reconhecia simultaneamente a soberania do monarca sobre todo esse território e, com ela, o sucesso da política diplomática pela qual Afonso III procurara afirmar a sua autoridade face ao seu congénere castelhano e a quaisquer outros poderes com ele relacionados. A gestão dos direitos de padroado das igrejas já existentes ou a fundar ou a partilha da defesa do território com a entrega de diversos castelos às ordens militares viam-se assim completadas pela outorga de forais às principais vilas algarvias e, como veremos, pela distribuição de terras dos seus termos com vista à sua exploração e povoamento (Marques, 1994, p. 105-152).

Afonso III optou, em todos os forais outorgados às vilas do Algarve, incluindo o de Loulé, por seguir o modelo de Lisboa, certamente por haver sido aplicado com

sucesso no passado a núcleos urbanos portuários recém-conquistados, com populações heterogêneas e que passaram a localizar-se na linha de fronteira contra o poderio muçulmano. Além disso, o foral de Lisboa era o que mais valorizava as «gentes do mar», conferindo, por exemplo, ao alcaide, a dois escudeiros e a um petintal por navio o estatuto de cavaleiro (Barbosa, 1989, p. 152-155; Reis, 2007, p. 378-382, 389). O monarca aliava, no seu texto, o fomento de uma efetiva rede de vilas e cidades portuárias, cuja organização, defesa e povoamento lhe cabia promover e assegurar, com a salvaguarda, para si, de importantes réditos fiscais e patrimoniais, muitos deles associados a atividades marítimo-fluviais.

Na verdade, os forais reservavam para a Coroa as dízimas sobre o pescado ou o monopólio da pesca da baleia, das estruturas de abastecimento dos centros urbanos, como os açougues, as fangas ou a venda do sal (Barbosa, 1989, p. 156-160), e do domínio de vários instrumentos de produção, como as azenhas, os fornos de pão e os moinhos, a que acrescia a posse das propriedades agrícolas ou urbanas mais rendosas, tendo algumas pertencido aos antigos reis sarracenos. Em Loulé, Afonso III tomava ainda para si os moinhos, pisões e azenhas e todas as herdades localizadas em Quarteira, na área mais fértil do concelho, quarenta *arençadas* de vinha, que a documentação posterior situa em Betunes (Fontes, 2006b, p. 31) e a horta que fora de D. Martim Gil, que passaria a ser designada como Horta d'El Rei (Martins, 1985, p. 34),

2. O CONCELHO

Os textos foralengos outorgados aos concelhos algarvios revelam-se mais omissos sobre a jurisdição, a hierarquia ou, até mesmo, o funcionamento das estruturas administrativas dos concelhos (Botão, 2009, p. 122). No entanto, a leitura do foral (1179) e dos costumes de Lisboa, que Loulé herdara, oferece-nos uma visão mais completa. À cabeça, vinham dois juizes ou alvazis eleitos anualmente pelo *concilium* (assembleia de vizinhos), que se celebrava num espaço aberto, como os adros das igrejas. Eram responsáveis por julgar os pleitos e presidir à atividade administrativa do concelho, sendo auxiliados no cumprimento das suas funções por porteiros. Aos juizes seguiam-se os almotacés, eleitos mensalmente pelo concelho, com o consentimento do alcaide, que supervisionavam os mercados e fiscalizavam os preços e outras matérias económicas (Reis, 2007, p. 74-77; Botão, 2009, p. 122-123).

No entanto, a autoridade dos oficiais concelhios seria muitas vezes disputada pelos oficiais régios, uma vez que nem sempre existia uma delimitação clara das competências de ambos e, principalmente, por o foral, concedido então a localidades que viviam permanentemente em guerra contra os sarracenos, alargar as funções de alguns oficiais régios. Deste modo, encontramos o alcaide a juntar frequentemente às suas funções militares e de policiamento uma multiplicidade de outras competências, sendo ajudado no seu labor por alcaides-pequenos, porteiros e adaís (Reis, 2007, p. 74-77; Botão, 2009, p. 122-123; Martins, 2007, 514-517). É nesse sentido que encontramos, em 1291, Aires Fernandes, alcaide de Loulé, a confirmar juntamente com Mateus Fernandes, alvazil, Marcos Peres, tabelião, e outros vizinhos do concelho a delimitação do termo do relego com Faro (ChDD, liv. 2, n.º 53, p. 101-105).

Ainda entre os homens do rei, contava-se o mordomo, encarregue de recolher os foros, rendas e tributos da Coroa, da cobrança de coimas e da resolução dos pleitos judiciais relativos a esses assuntos. Podia mesmo entrar na casa dos devedores e executar a penhora e apreensão dos seus bens mas, no caso dos cavaleiros, só o poderia fazer na companhia do porteiro do alcaide. Encontramo-lo igualmente a desempenhar funções de policiamento, como prender toda a mulher que fosse encontrada «vergonhosamente» com um clérigo, ou a exercer poderes judiciais, se fosse solicitado pelos peões para fazer justiça. O mordomo era auxiliado nas suas funções por saíões e porteiros (Reis, 2007, p. 74-77). Contudo, em Loulé, a figura do mordomo parece desaparecer na documentação a partir de 1402 (Botão, 2009, p. 124).

próxima da vila. Juntava-lhes ainda as casas, adega, lagar e figueiral que um certo Domingues Rodrigues tinha possuído, bem como a adega que havia pertencido ao deão de Braga, além dos banhos existentes na urbe (ChAIII, liv. 1, n.º p. 419-420).

Mas o foral procurava já atrair povoadores para Loulé, ao isentar os seus habitantes do pagamento da jugada de pão (ChAIII, liv. 1, n.º 419-420), privilégio que o monarca, dois anos volvidos, estenderia às jugadas do vinho e do linho (ChAIII, liv. 1, n.º 376-377, p. 432-433). Em 1269, Afonso III outorgava a sua proteção e concedia foral aos mouros-forros da vila, ao mesmo tempo que os vinculava ao trabalho das suas vinhas (ChAIII, liv. 1, n.º 423, p. 20-21). D. Dinis seguiria esta estratégia de promoção do povoamento da vila e do seu termo, concedendo aforamentos coletivos para assegurar o devido cultivo das suas terras. Assim o fez, em 1281, na referida Horta d'El-Rei, e no reguengo de Quarteira, no ano seguinte, com o mesmo foro dos povoadores do reguengo de Lisboa (Botão, 2009, p. 110, 113). Em 1291, ordenava a demarcação da área do relego da vila, na sequência do que se fizera para as suas congéneres de Faro e Tavira (Fontes, 2006b, p. 37-38). O corolário desta estratégia seria a instituição na vila, em 1291, da primeira e única feira do Algarve, até aos finais do século xv (Botão, 2009, p. 118-119). D. Dinis reconhecia, assim, o importante papel que Loulé, muitas vezes em parceria com Faro, viria a assumir na articulação entre o oriente e o ocidente algarvios e entre a região e o Alentejo.

A partir dos finais do século XIII, o quadro administrativo dos concelhos passou por profundas alterações, que não foram uniformes nem lineares no tempo e no espaço, uma vez que a necessidade de reformular ou ampliar os cargos municipais dependeu, grosso modo, da dimensão, importância e dinamismo de cada concelho (Marques, 1987b, p. 198-203; Coelho, 1996, p. 582-584). Na segunda metade do século XIV, tornam-se cada vez mais evidentes as dificuldades sentidas pelos antigos oficiais e a assembleia de vizinhos de Loulé em governar o concelho, administrar o seu património e satisfazer os interesses dos moradores, à medida que o crescimento populacional e económico transformava a vila num centro importante a nível local, regional, e até mesmo nacional. A solução encontrada, tal como noutros núcleos urbanos, passaria inevitavelmente pela transição de uma forma de governo mais alargada ou coletiva, como as assembleias de homens-bons, para uma mais restrita e especializada, as reuniões da vereação, com a governação da vida local a ser confiada a um pequeno grupo mais especializado e diversificado de magistrados (Marques, 1987b, p. 198-203; Coelho, 1996, p. 582-584).

Os antigos juizes ou alvazis louletanos, tal como noutros núcleos urbanos (Beirante, 1980, p. 230; Sousa, 1994, p. 242; Farelo, 2008, p. 39), passariam provavelmente a repartir entre si a justiça crime e a cível. A eles, juntar-se-ia um juiz dos órfãos (1385), necessário num tempo em que a morte estava tão presente, para impedir a exploração e empobrecimento das crianças que perdiam os seus pais, e um juiz dos ovençais (1385), para julgar os feitos relacionados com os oficiais régios e, provavelmente, as comunidades muçulmana e judaica (AVL, 1999-2000, p. 44; Marques, 1987b, p. 199). A criação, no século XV, do juiz dos mouros e judeus terá, como em outros concelhos, uma difícil receção, por se tratar de um oficial de nomeação régia. Em Loulé, só o encontramos documentado em 1496 (AVL, 2004, p. 222-223; Barros, 2007, p. 314-315).

Por uma ordenação régia, promulgada entre 1337 e 1338 (Farelo, 2008, p. 55), os juizes ficariam mais confinados ao múnus da justiça e aliviados das tarefas administrativas, doravante confiadas aos vereadores, nomeados pela primeira vez na documentação louletana em 1376 (Botão, 2009, p. 414, 421), que constituíam um colégio de três elementos (Fernandes e Bastos, 1996, p. 86, Coelho e Magalhães, 2008, p. 16-17). Haveria ainda lugar, no núcleo duro da governação, para um procurador do concelho, a quem caberia cuidar das finanças concelhias e representar os interesses da edilidade junto de outros poderes. O cargo de almotacé passou

a ser desempenhado rotativamente por 24 homens, servindo dois cada mês (AVL, 2004, p. 19-20). Nos finais do século XV, as reuniões da vereação integram também um procurador em representação do povo miúdo (AVL, 2004, p. 45, 46, 54, 93, 96, 117, 194, 195, 196, 197, 198, 212, 214, 220).

Nos séculos XIV e XV, os principais oficiais concelhios de Loulé, tal como noutros núcleos urbanos (Coelho, 2009, p. 168), continuavam a solicitar aos tabeliães para lavrar os documentos, sobretudo os mais solenes. Contudo, dispunham doravante de um corpo cada vez mais especializado de profissionais associados à escrita e ajustados aos diferentes domínios da administração. Entre estes figuravam o chanceler (1402) (AVL, 1999-2000, p. 80), guardião do selo concelhio (Coelho, 2009, p. 170-171), e uma grande variedade de escrivães: do concelho (1385) (AVL, 1999-2000, p. 32), responsáveis por acompanhar o procurador e anotar os registos financeiros e contabilísticos (Coelho, 2009, p. 168-169); do *veremento* (1385) (AVL, 1999-2000, p. 48) ou da câmara (1444) (Botão, 2009, p. 423), presentes nas reuniões das vereações e mais vocacionados para a escrita da administração (Coelho, 2009, p. 168-169); da almotacaria (AVL, 1999-2000, p. 38), que coadjuvavam o almotacé na resolução dos pleitos que resultavam das atividades comerciais; dos órfãos (Botão, 2009, p. 430), que trabalhavam sob a supervisão do respetivo juiz.

O quadro administrativo do concelho poderia ser sempre alargado caso fosse necessário cumprir uma tarefa específica. Em 1404, por exemplo, a vereação louletana nomeou Martim Peres, escudeiro, para o cargo de juiz das obras da igreja de São Clemente, e Gonçalo Gonçalves por seu escrivão (AVL, 1999-2000, p. 153).

A partir dos anos 30 do século XIV, os concelhos ordenariam a construção do seu «paço do concelho, casa do concelho ou casa da fala» (Trindade, 2013, p. 613-631), acompanhando as alterações na sua própria estrutura governativa. Os concelhos passavam assim a dispor de um edifício próprio, reservado e tranquilo, onde a vereação se podia doravante reunir para discutir e debater os assuntos que interessavam à terra e depositar e guardar, ainda, os tesouros e símbolos do concelho, como a bandeira ou selo, para lá dos documentos essenciais à salvaguarda da sua autonomia, direitos e privilégios, garantes da sua própria memória e identidade.

Os paços eram construídos normalmente nos lugares de maior centralidade do espaço urbano, muitas vezes próximos dos antigos locais onde a assembleia de vizinhos se reunia e, se possível, próximo de estruturas de abastecimento, como as fangas ou os açougues,

para permitir aos oficiais concelhios seguir de perto e manter um controlo apertado sobre as atividades comerciais e, principalmente, combater as práticas ilícitas (Trindade, 2013, p. 637).

O paço do concelho de Loulé aparece referido pela primeira vez na documentação em 1376. Resguardado pelas muralhas da vila, ficava próximo da igreja de São Clemente, confrontando, desde 1493, com a cadeia (Botão, 2009, p. 140, 158; Palma, 2015, p. 65-66). A edibilidade reservou e despendeu algumas somas, em diversas ocasiões (1376, 1423, 1450, 1483), a fim de garantir a conservação e o melhoramento do edifício (Botão, 2009, p. 158-159). De acordo com o *Livro de Receitas e Despesas de 1482-1483*, sabemos que a reparação do paço, incluindo o seu alpendre, o poço e o sótão, implicou gastos avultados, quer na compra e transporte dos materiais, como madeira, pedra, cal e areia, quer nos trabalhos de carpintaria, na aquisição de chaves para a porta e, por fim, na limpeza da sujidade que ficara no edifício depois de concluídas as obras (Botão, 2009, p. 159).

Sobre o seu interior, a documentação disponível é menos generosa. Sabemos que o seu pavimento era, muito possivelmente, em terra batida, pois uma determinação concelhia de 1450 ordena que seja juncado para se poder receber diversos magistrados que vinham de fora para uma reunião entre vários concelhos (Botão, 2009, p. 158). O mobiliário incluiria uma escrevaninha, utilizada pelo escrivão da câmara, mas também bancos ou cadeiras, a que se juntava a arca do concelho, o móvel que mais se destacava e assumia maior importância (Botão, 2009, p. 159).

Era nessa arca que os oficiais concelhios guardavam dinheiro (AVL, 1999-2000, p. 206, 211; AVL, 2004, p. 91, 117, 200), o selo do concelho (AVL, 1999-2000, p. 80-81), o cofre onde arrumavam «o saco de pano de linho ou d'estopa dos pelouros» (AVL, 2004, p. 200) e as escrituras do concelho, como «o livro de vereamento» (AVL, 1999-2000, p. 34) que continha as atas de cada reunião, «livro em que se os ditos figos puseram em recadação», «o livro das obras», anotado com as receitas e despesas despendidas, os «livros da ouvença [da renda da almotaçaria]», os livros de inventário dos bens dos órfãos» e os livros de receita e despesa do concelho» (PT/AMLE/AL/CMLLE/E/A/01/liv. 001, Livro de receita e despesa (1375-1376), fl. 12v, 14, 29v; PT/AMLE/AL/CMLLE/E/A/01/liv. 007, Livro de receita e despesa (1423-1425), fl. 38). Muitos deles chegaram até aos nossos dias, atestando a excecionalidade e a riqueza do atual acervo do Arquivo Municipal, em quantidade e qualidade (Marques 1982; Marques,

1987a, Marques, 1989; AVL, 1999-2000, p. 9-16; AVL, 2004, p. 9-11; Andrade e Costa, 2011; Coelho, 2011).

Nos séculos XIV e XV, seria no paço do concelho que o núcleo duro da governação – os juizes, os vereadores, os procuradores e o escrivão do concelho e da câmara – e alguns homens-bons de Loulé se reuniam normalmente todas as semanas, ao sábado, para «verear e olhar nas cousas que a seos officios pertencem por prol e bom regimento da vila» (AVL, 1999-2000, p. 93) e do seu vasto termo (Fontes, 2006a, p. 37-38; Botão, 2009, p. 181-184). Ao contrário do resto do reino, nas reuniões da vereação de Loulé não era raro que alguns dos homens-bons presentes fossem membros da comunidade judaica ou muçulmana da vila (Botão, 2009, p. 190).

Alguns oficiais régios, como o corregedor, poderiam também comparecer sempre que a natureza do assunto ou a vontade régia o justificasse. É disso exemplo, entre 1402-1403, a presença de Gonçalo Mendes, sobrejuiz e corregedor do Algarve, para impor e supervisionar o cumprimento das normas da *Ordenação dos Pelouros* (1391) sobre as eleições municipais, ou impedir o concelho de despendar as suas rendas, salvo na reparação nas estruturas defensivas da vila como a cerca, as portas e as torres (Duarte, 1987; AVL, 1999-2000, p. 79, 140-141).

As atas de vereação medievais conservadas, relativas a um período que se estende entre 1384 e 1497, revelam uma grande variedade de assuntos tratados, embora com uma predominância muito clara dos alusivos à vida económica, face às mais esporádicas preocupações com a defesa da vila – sobretudo ultrapassados os primeiros anos do século XV –, com o saneamento, o abastecimento de água ou os locais de culto (Botão, 2009, p. 206-207).

Na esfera económica, avultam as determinações alusivas à criação de gado ou à produção do vinho e da fruta, tão centrais na economia louletana e algarvia. Seguem-se as que respeitam ao controle e fiscalização de salários, preços, pesos e medidas a utilizar, ou ao abastecimento urbano, desde o cereal à carne, passando pelo pescado. Era ainda preocupação dos vereadores garantir a gestão eficiente dos recursos e do património concelhios, assegurar a contratação de serviços e a remuneração dos homens que tinham a seu cargo, custear os encargos com os equipamentos e estruturas defensivas da vila ou ainda, com menos incidência, responder aos pedidos do rei (Botão, 2009, p. 206-207).

No entanto, os oficiais concelhios nem sempre conseguiam impor aos moradores a sua vontade, ou solucionar sozinhos os problemas que ameaçavam a vila, como parece sugerir, ao longo do século XV, a recorrente promulgação de posturas a proibir a presença do gado

nas áreas de cultivo (Botão, 2009, p. 228). Não raras vezes, a edilidade de Loulé preocupou-se em concertar esforços com os vários concelhos da região para resolver problemas, ou prosseguir objetivos comuns, como o abastecimento urbano, a exportação de fruta, a criação de áreas de pastagem comuns, ou a definição de um posicionamento político comum face às pretensões dos monarcas (Botão, 2009, p. 288-291; Sousa, 2014).

3. A IGREJA

No século XIII, no Algarve, os novos senhores cristãos seguiram e adotaram as mesmas propostas de enquadramento e controlo religioso que desenvolviam noutras áreas do centro e sul do reino, marcadas igualmente pelo predomínio do *habitat* concentrado e por núcleos urbanos com grande dinamismo desde a época islâmica, ou mesmo desde tempos mais recuados (Mattoso, 2001, p. 247-249, 253-255). Os novos poderes preferiram reconverter as antigas mesquitas ao culto cristão, como foi o caso de São Clemente de Loulé (Torres, 1997, p. 436), ou erigir novas igrejas paroquiais ao abrigo dos núcleos muralhados, dividindo entre si os vastos termos rurais, o que levaria a um menor número de paróquias fundadas do que na região norte, mas, em contrapartida, com áreas de influência mais vastas (Fernandes, 1991, p. 43, 44, 89; Gomes, 1992, p. 177-188; Rodrigues, 1995, p. 127-130; Gomes, 1996, p. 389-390; Silva, 1996, p. 151-158; Conde, 2000, vol. 1, p. 283).

A definição dos direitos de padroado revelar-se-ia, no Algarve, particularmente atribulada, no âmbito da luta travada pelo domínio sobre o território entre Afonso III de Portugal e Afonso X de Leão e Castela, e a evolução do posicionamento do monarca português face à restaurada diocese de Silves e às ordens militares de Avis e Santiago (Fontes, 2006a, p. 39-41). Aquando da concessão do foral a Loulé (1266), a Coroa senhoreava Silves, Loulé, Faro e, provavelmente Tavira, enquanto a Ordem de Avis controlava, desde 1250, o castelo e a futura vila de Albufeira, e a Ordem de Santiago, a vila de Cacela. Em fevereiro de 1270, o monarca doa ao bispo e cabido de Silves o padroado de Santiago de Tavira, renunciando um entendimento que se viria a consubstanciar um mês depois, com o pleno reconhecimento, por parte do prelado algarvio e do seu cabido, da autoridade do Bolo-nhês sobre a região e o padroado das igrejas da diocese, invalidando assim as doações efetuadas anteriormente por Afonso X (Vilar, 2015, p. 85). Procurando assegurar o controlo dos territórios mais próximos da fronteira cas-

telhana, Afonso III consegue, em 1272, um acordo com a Ordem de Santiago, que renuncia à pretensão sobre Tavira e à jurisdição sobre Cacela e Castro Marim, em troca da herdade da Gomeira (Cabanas, Tavira) (Oliveira, 2014, p. 100), do direito de padroado sobre as igrejas de Santa Maria de Tavira, Faro e Cacela e da que se viesse a construir em Castro Marim, acrescido da paroquial de Aveiras, na Estremadura (ChAIII, liv. 3, n.º 54, p. 300-305).

São Clemente de Loulé passaria para o padroado da Ordem de Santiago apenas em 1297, por doação do rei D. Dinis (Fontes, 2006a, p. 41), consolidando o domínio da milícia sobre a maioria das igrejas algarvias, nomeadamente as que detinham maiores rendimentos. Tal é o quadro que se colhe em 1320-1321 (Sá-Nogueira, 2001, p. 192), quando S. Clemente surge como o templo mais rico de todo o Algarve, logo após a Sé de Silves (Fontes, 2006a, p. 39-40).

Dois anos após obter o seu padroado, em 1299, em Mérida, D. João Osorez, mestre da Ordem de Santiago, celebrou uma composição com D. João, bispo de Silves, e o cabido sobre a apresentação de clérigos e as visitas à igreja de Loulé (LCopos, 2006, n.º 243, p. 429). A milícia e o bispo optaram por repartir entre si, em partes iguais, as dízimas e rendimentos do templo e por reservar à Ordem a apresentação do prior, sujeito à confirmação episcopal, dividindo entre a milícia e o bispo e cabido a apresentação dos raçoeiros, em número de quatro.

Contudo, os termos do acordo parecem ter sido postos em causa logo nos anos seguintes, num braço de força entre a Ordem e o bispo da diocese, que se estenderia às restantes igrejas algarvias pertencentes à milícia (ANTT, *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Documentos Particulares, maço 1, n.º 11, 13; LCopos, 2006, n.º 233-236, p. 405-415; PPontif, 2013, vol. I, n.º 1182, p. 524-526, vol. II, n.º 1013, p. 619). Em 1315, D. Lourenço Eanes queixava-se à Sé Metropolitana de Sevilha que D. Afonso, bispo de Silves, entre outras ofensas à Ordem, excomungara Afonso Eanes, prior de São Clemente de Loulé, por razões que considerava inválidas e confiscara-lhe vários bens, entre os quais um cavalo e uma lança curta, uma ascuma (LCopos, 2006, n.º 236, p. 412). Em 1320, seria provavelmente a este prior que o papa João XXII mandava que o bispo de Silves devolvesse as propriedades que lhe tinha tomado (Vilar, 2015, p. 82). Seja como for, é certo que a questão parece ter ficado resolvida, dado que ainda no século XVI se mantinha, quanto à igreja de Loulé, o acordado entre as partes em 1299 (Fontes, 2006a, p. 41).

A Igreja de São Clemente de Loulé localizava-se no interior do recinto amuralhado e seria a principal igreja da

vila no período medieval (Botão, 2009, p. 160-163). Durante o século xv, o concelho preocupou-se em preservar a matriz e em obviar aos danos infligidos pelo tempo e pelas forças da natureza, destinando quantias monetárias, ou adquirindo materiais de construção para o efeito, ou preocupando-se em eleger um vedor e um escrivão que recolhessem as ofertas destinadas às obras da igreja (Botão, 2009, p. 161-162). Nem sempre o resultado era o que se esperava. Com efeito, em 1491, nas cortes de Lisboa, o concelho queixava-se do vedor das obras ao rei, pois, apesar de desempenhar tal cargo há 20 anos, o oficial não aplicava os rendimentos que recolhia na reparação da igreja, continuando o templo muito danificado, ao ponto de chover lá dentro (CDM, 2002, p. 444, 446-447).

Todavia, em 1518, os visitantes viriam a encontrar uma igreja com a sua torre sineira, três naves e sacristia já devidamente reparadas e pintadas. No seu interior, poderiam observar-se três capelas abobadadas: a capela-mor, onde estava o altar-mor com uma imagem antiga do padroeiro da igreja, do lado do evangelho a Capela de Nossa Senhora, com um altar de alvenaria e uma imagem antiga de Nossa Senhora, de vulto, administrada pela Confraria do Hospital dos Pobres e, por fim, do lado da Epístola, a Capela de Santo António, instituída por João Mendes de Ribaneira, com retábulo do santo, pequeno, de portas, com Nossa Senhora (Visitação 1517-1518, 1996, p. 78-79). Os mais poderosos da terra agraciaram a igreja com vários ornamentos e vestes litúrgicas, algumas mesmo provenientes da Índia, para enriquecer e enobrecer o cerimonial religioso, mas pareciam preferir o convento de São Francisco como destino final para acolher os seus corpos, instituir as suas capelas e perpetuar a sua memória (Botão, 2009, p. 163, 164). Provavelmente por este garantir um acompanhamento espiritual mais exemplar e prestigiante, mais capaz de ajudar a construir uma imagem igualmente nobilitante dessas famílias.

Este convento encontrava-se edificado fora das muralhas, no arrabalde oriental (Botão, 2009, p. 128, 163, 164), constituindo uma das raras casas religiosas na diocese. De acordo com Frei Manuel da Esperança, o convento transitou, já no século xvi, para a Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, tomando a invocação de Nossa Senhora da Graça (Esperança, 1666, parte II, liv. 12, cap. VIII, p. 244, 245). Em 1722, os Agostinhos informavam a Academia Real da História que o convento franciscano tinha sido fundado provavelmente em 1272 (ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 673, fl. 229, 229v). Contudo, já Frei Manuel da Esperança chamara a atenção, um século antes, para o facto de não constar nenhum cenóbio algarvio da lista de conventos franciscanos à data da

divisão da custódia portuguesa nas custódias de Lisboa e do Porto (1272), mas apenas em 1330, quando se criou a custódia de Évora (Esperança, 1666, parte II, liv. 12, cap. VIII, p. 243). É precisamente neste intervalo de tempo que encontramos a primeira referência documental àquele convento, num testamento redigido em 1318 (Testamenta, 2010, n.º 8.2, p. 587). Parece ser estreita a relação desta casa conventual com o concelho, que, em 1408, não hesita em oferecer aos frades mil ladrilhos e 20 cargas de cal para ajudar a reparar «o alpendre da crasta primeira» (AVL, 1999-2000, p. 196); é também neste mosteiro que se reúnem todos os concelhos do Algarve, em 1496, para decidirem uma resposta comum a dar ao monarca sobre a cobrança das sisas (AVL, 2004, p. 203).

É igualmente conhecida a prodigalidade de D. Duarte e, sobretudo, de D. Afonso V, talvez influenciados por Frei Gil Lobo de Tavira, Ministro dos Franciscanos em Portugal, confessor e conselheiro régio (Lopes, 1997, vol. 2, p. 427-429), para com as comunidades franciscanas de Loulé e Tavira, salvaguardando-as da ingerência episcopal e doando-lhes esmolas diversas em ordem à sua subsistência (ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 142; Simões, 2008, p. 103-104, 105).

Nos séculos xv e xvi, existiam várias ermidas localizadas à volta da vila e, sobretudo, nas aldeias espalhadas pelo termo, como Boliqueime, Saliir, Querença, Gorjões, Santana e Alte (Botão, 2009, p. 164-165). Em 1518, os visitantes da Ordem de Santiago não conseguiam já apurar a origem da maioria dos templos, mas sabiam que tinham sido erguidos e reparados, em muitos casos recentemente, à custa dos seus moradores, que asseguravam também o pagamento dos seus clérigos. Os templos podiam ser de uma ou três naves, com uma capela-mor onde pontuava a imagem do padroeiro. Podiam ter ainda um campanário e até umas casas onde o ermitão ou capelão residiam. A modéstia e pobreza das ermidas eram também corroboradas pelas suas alfaias litúrgicas e paramentos (Visitação 1517-1518, 1996, p. 86-97), pouco numerosos e sem materiais mais ricos.

No entanto, em 1518, algumas das ermidas deveriam já officiar alguns sacramentos para além da eucaristia, como parece revelar a presença de pias batismais e as referências a enterramentos realizados nos seus adros. Ao longo do século xvi (Fontes, 2006a, p. 51-55), as ermidas rurais continuaram a assumir gradualmente as funções da antiga igreja matriz e foram elevadas ao estatuto paroquial, à medida que o crescimento populacional do termo tornava as antigas estruturas paroquiais herdadas do período medieval incapazes de satisfazer as necessidades espirituais dos fiéis de Cristo.

FONTES MANUSCRITAS

A.N.T.T. – *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11.

A.N.T.T. – *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1.

A.N.T.T. – *Manuscritos da Livraria*, n.º 673.

A.N.T.T. – *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Documentos Particulares, maço 1, n.º 11, 13.

FONTES PUBLICADAS

AVL,1999-2000= *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*. Sep. Al-'Ulyà. Loulé: Arquivo Histórico Municipal,1999-2000.

AVL, 2004= *Actas de Vereação de Loulé. Século XV*. Sep. Al-'Ulyà. Loulé: Arquivo Histórico Municipal.

ChAIII= *Chancelaria de D. Afonso III*. Ed. Leontina Ventura e António Resende de Oliveira. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006-2011. Livro 1, tomos 1 e 2; Livros 2 e 3.

ChDD= *Chancelaria de D. Dinis*. Ed. Rosa Marreiros. Coimbra: Palimage, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2012. Livro 2.

CDM= *Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*. Ed. João José Alves Dias. Lisboa: CEH-UNL, 2002.

ESPERANÇA, M. da, Frei (1666) – *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal. Primeira parte, que contem seu principio, & augmentos no estado primeiro de Custodia*. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana. Parte II.

PPont= *Portugalia Pontificia: Materials for the History of Portugal and the Papacy 1198-1417*. Ed. Peter Linehan. Lisboa: FCG, 2013. 2 vols.

LCopos= *Livro dos Copos*. Ed. Paula Pinto Costa. In *Militarium Ordinum Analecta*. Porto. 7 (2006). vol. 1.

MARTINS, I. M. P. (1985) – *O Foral de Loulé de 1266*. Faro: UAIG.

Testamenta (2010) – *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*. Ed. Maria do Rosário Morujão. Lisboa: CEHR-UCP.

Visitação 1517-1517= *Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve, 1517-1518*. Ed. Fernando Calapêz, António Viegas e Manuel Pedro Serra. Loulé: Arquivo Histórico Municipal Suplemento de Al-'Ulyà. Loulé. 5 (1996).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, A. A. (2008) – A importância da linha costeira na estruturação do Reino medieval português. Algumas reflexões. *Historia, Instituciones. Documentos*. Sevilla. 35, p. 9-24.

ANDRADE, A. A.; COSTA, A. M. da (2011) – Medieval Portuguese Towns: The Difficult Affirmation of a Historiographical Topic. In ROSA, M. de L. et al., ed. lit. – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: IEM. p. 283-301.

BARBOSA, I. M. L. (1989) – D. Afonso III, forais algarvios e fortalecimento do poder. In *Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, 3, Loulé. Actas. Loulé: CML, p. 151-162.

BARROS, M. F. L. de (2007) – *Tempos e espaços de mouros. A minoria muçulmana no reino português (séculos XII a XV)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, FCT.

BEIRANTE, M. Â. (1980) – *Santarém medieval*. Lisboa: FCSH-UNL.

BOTÃO, M. de F. (2009) – *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval. O caso de Loulé*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

COELHO, M. H. da C. (1996) – Concelhos. In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de O., dir. – *Nova história de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. 1: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do condado Portucalense à crise do século XIV*. Coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, p. 554-584.

COELHO, M. H. da C. (2009) – Considerações em torno das chancelarias municipais. In BARATA, M. do R. Th.; KRUS, L., ed. lit. – *Olhares sobre a história. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, p. 165-172.

COELHO, M. H. da C. (2011) – Municipal power. In ROSA, M. de L., ed. lit. – *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: IEM. p. 209-230.

COELHO, M. H. da C.; MAGALHÃES, J. R. de (2008) – *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas da história social*. 2.ª ed. Coimbra: CEFA.

CONDE, M. S. (2000) – *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*. Cascais: Patrimonia. 2 vol.

- DUARTE, L. M. (1987) – Eleições municipais no Algarve no início do séc. xv. In *Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, 1, Loulé, 1984. Actas. Loulé: UAlg, CML, p. 297-304.
- FARELO, M. (2008) – A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433). Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à FLUL, policopiada.
- FERNANDES, H. (1991) – *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo. O caso de Beja*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH/UNL, policopiado.
- FERNANDES, P. G. de C.; BASTOS, M. do R. da C. – Oficiais da Câmara de Loulé em 1384-1385. *Al-Ulyà*. Loulé. 5, p. 75-106.
- FONTES, J. L. I. (2006a) – Entre Faro e Loulé: a terra da «Senhora Santa Bárbara» (séc. XIII a XVI). In OLIVEIRA, L. F.; BERNARDES, J. P., coord. – *Santa Bárbara de Nexe, a história, a igreja e a memória*. Nexe: Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe, p. 35-71.
- FONTES, J. L. I. (2006b) – A Expansão Medieval. In OLIVEIRA, L. F.; BERNARDES, J. P., coord. – *A vinha e o vinho no Algarve. O renascer de uma velha tradição*. Nexe: CCDRALg, p. 25-53.
- GOMES, S. A. (1992) – Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV. *Lusitânia Sacra*. Lisboa. 2.^a Série, 4, p. 163-309.
- GOMES, S. A. (1996) – Mundo rural e mundo urbano. In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de O., dir. – *Nova história de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. 1: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do condado Portucalense à crise do século XIV*. Coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. p. 388-399.
- LOPES, F. F. (1997) – Franciscanos portugueses pretridentinos. Escritores, mestres e leitores. In *Colectânea de estudos de História e Literatura (1902-1990)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. Vol. 2: *A Ordem Franciscana na história e cultura portuguesa*. p. 407-460.
- MARQUES, A. H. de O. (1982) – Cidades medievais portuguesas (algumas bases metodológicas gerais). *Revista de História Económica e Social*. Lisboa. 9, p. 1-16.
- MARQUES, A. H. de O. (1987a) – Para a história do Algarve Medieval. In *Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, 1, Loulé 1984. Actas. Loulé: CML, p. 55-60.
- MARQUES, A. H. de O. (1987b) – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de O., dir. – *Nova história de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. 4: *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*.
- MARQUES, A. H. de O. (1989) – Para a História do concelho de Loulé na Idade Média. In *Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, 3, Loulé, 1989. Actas. Loulé: CML. p. 17-33.
- MARQUES, J. (1994) – *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, JNICT.
- MARTINS, M. G. (2007) – *PARA BELLUM. Organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*. Dissertação de Doutoramento em Letras, na área de História, na especialidade de História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MATTOSO, J. (1993) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. II: *A Monarquia Feudal (1096-1480)*.
- MATTOSO, J. (2001) – *A identificação de um país: oposição*. Mem Martins, Círculo de Leitores.
- OLIVEIRA, L. F. (2014) – A Ordem de Santiago em Portugal: a conquista das terras do sul (séc. XII-XIII). *Cuadernos de Estepa*. Estepa. 3, p. 89-102.
- PALMA, J. F. M. da (2015) – *O desenvolvimento urbano de Loulé: Do período medieval ao fim da época moderna*. Dissertação de Mestrado em História do Algarve apresentada à FCHS-UAlg, policopiada.
- REIS, A. M. (2007) – *História dos municípios (1050-1383)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- RODRIGUES, A. M. S. A. (1995) – *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: FCG, JNICT.
- SÁ-NOGUEIRA, B. de (2001) – O Espaço Eclesiástico em Território Português (1096-1415). In AZEVEDO, C. M., dir. – *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo dos Leitores. Vol. 1: *Formação e limites da Cristandade*. Coord. Ana Maria Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues. p. 142-195.
- SILVA, M. S. (1996) – *Óbidos e a sua região na baixa Idade Média*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à FLUL, policopiada.
- SIMÕES, J. M. (2008) – *O Convento da Graça: antigo mosteiro de São Francisco de Loulé: monografia histórico-artística*. Lisboa: Edições Colibri, CML.
- SOUSA, A. de (1994) – Tempos medievais. In RAMOS, L. A. de O., dir. – *História do Porto*. Porto: Porto Editora. p. 119-253.
- SOUSA, A. de (2014) – O Discurso do Algarve nas Cortes do Século XV. In *O Parlamento Medieval Português e outros estudos*. Porto: Fio da Palavra. p. 281-296.
- SOUSA, B. V. e, dir. – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TORRES, C. (1997) – *Al Gharb*. In BARATA, M. F., ed. lit. – *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. p. 431-447.
- TRINDADE, L. (2013) – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VILAR, H. V. (2015) – Entre o rei, o bispo e a ordem de Santiago: Loulé e o reino do Algarve (séc. XIII-XIV). *Al-Ulyà*. Loulé. 15, p. 77-87.

ORDENAR O POVOAMENTO E A VIZINHANÇA: MUÇULMANOS, CRISTÃOS E JUDEUS¹

MARIA FILOMENA LOPES DE BARROS

1. COLONIZAR O TERRITÓRIO

Os primeiros colonizadores cristãos de Loulé e do seu vasto termo são os muçulmanos. Paradoxo que assenta num pressuposto, o da imposição de um novo poder, o cristão, exercido sobre uma maioria populacional islâmica, que se pretende manter e, sobretudo, congregar nos centros urbanos, sob direta jurisdição e controlo régio. O Foral dos Mouros Forros outorgado por D. Afonso III a Silves, Tavira, Loulé e Santa Maria de Faro, em 7 de julho de 1269, incorpora e legalmente enquadra esta nova moldura institucional no reino algarvio. A ação da monarquia complementa-se, necessariamente, na anterioridade de uma doação foralenga que convoca uma população cristã, advinda do norte – pelo menos, em teoria. De facto, não é despiciendo considerar que nesses contingentes populacionais cristãos estivessem integrados também grupos ou indivíduos muçulmanos convertidos à religião do emergente poder em presença. Em qualquer caso, as fronteiras nunca são estanques.

Em Loulé, já no século XIII, a população islâmica e a sua relação direta com o monarca português (que parece inexistente sob Afonso X), consubstanciam um processo que se começa a delinear como distinto do demais reino algarvio e que divergirá, notoriamente, nas centúrias subsequentes. As condições de conquista desse centro urbano são, ainda hoje, objeto de discussão (Botão, 2009, p. 99-199), havendo, no entanto,

testemunhos arqueológicos que parecem comprovar alguma resistência do poder islâmico (Botão 2009, p. 99; Martins, 2016, p. 29). Não obstante, os procuradores da comuna muçulmana de Loulé alegam, em 1431, sem qualquer contestação do monarca, que detinham o quarto de Celheiros e os figueirais das Bilhas, que pelo «primeiro rei que a terra tomou aos mouros lhes foi leixado», sob condição de que esse «quarto dos herdamientos» da vila de Loulé, fosse isento de qualquer tributo e foro e apenas onerado na dízima ao soberano. Um acordo, pois, que consubstancia uma prévia negociação com Afonso III, na definição de uma «reserva islâmica» de propriedade, em condições extremamente favoráveis de exploração. De resto, esta alegação, inserta numa queixa entregue ao rei, contra o prior de S. Clemente, Martim Eanes (que justamente lhes pretendia exigir o pagamento da dízima também à Igreja), é de tal maneira premente para os interesses régios que as decisões políticas tomadas para Loulé se transformam em normas gerais do Reino, sendo consignadas nas *Ordenações Afonsinas*: os cristãos que comprassem propriedades aos muçulmanos teriam que pagar dízima ao rei; os muçulmanos que as comprassem aos cristãos, dízima à Igreja².

A ordenação gerou uma contestação prolongada e constante por parte dos representantes populares, mas manteve-se até finais da centúria quatrocentista. De resto, esta propriedade de Loulé onerada com o dízimo ao rei refere-se em 1433, 1485 e em junho

de 1496, como «certa terra em modo de reguengo» adscrita aos muçulmanos. Uma progressiva ocupação cristã marca, contudo esse espaço, justificada pela fuga dessa população para além-mar. No entanto, insiste-se sobre a redízima paga por esses novos enfiteutas, à Igreja como ao rei (Barros, 2007, p. 341), que irá subsistir, ainda no século xvi, mesmo depois do édito de expulsão das minorias. Em 1511, o monarca ordena ao almoxarife, que procedesse ao levantamento de um tomo das «propriedades que os mouros soíam de trazer em a dita vila de que pagam a dízima», doadas pelo rei a Diogo Fernandes, cavaleiro de sua casa, o que é realizado em fevereiro do ano seguinte³ – apesar de estarem já em mãos cristãs, o monarca não abdica do seu pretérito direito.

A excecionalidade desta realidade radica não tanto na adscrição de património rural a uma comunidade muçulmana, mas na sua dimensão (um quarto dos herdamentos, segundo é referido) e, sobretudo, na sua permanência ao longo das centúrias⁴, que marca ainda a memória e agrava a exploração de parcelas agrícolas, no século xvi. Para além dela, e ainda no termo de Loulé, os muçulmanos estão também ligados a um outro património régio, em Betunes, cujas vinhas são obrigados a explorar coletivamente, entregando a produção ao monarca. Esta medida coerciva, que se exara no Foral dos Mouros Forros do Algarve (como nos demais do reino), será resgatada pela comunidade a D. Fernando, em

março de 1374, pela quantia de 300 libras, paga em três parcelas anuais (Barros, 2007, p. 391-392).

Parece, assim, que a premência de uma continuidade islâmica marca a ação política e legislativa de D. Afonso III no vasto termo de Loulé, registando-se apenas, no reinado seguinte a necessária complementaridade de uma colonização cristã. Em 1281, realizam-se dois aforamentos coletivos de casarias, na Horta d'El-Rei, zona periurbana circunscrita entre o talvegue homónimo e a muralha da vila (Palma, 2015, p. 84). O primeiro deles, de 4 de setembro, contempla 14 casais alocados a uma casaria cada («singulas casarias»), e mais outros três e um indivíduo isolado, referenciados em função do maior número de lotes aforados. O pagamento anual correspondia a uma libra anual por casaria, podendo os foreiros fazerem o que quisessem nessas propriedades⁵. O segundo documento (datado de 14 de setembro), envolve nove casais no aforamento, na mesma zona, de uma casaria a cada e de outras três a João Peres e sua mulher, sob a mesma cláusula de liberdade de aproveitamento das mesmas. Contudo, neste caso concreto, o pagamento sobe de uma para duas libras anuais por casaria⁶. Nos dois diplomas coincide um nome, o de João Eanes Mealha e mulher, consignando-se, pois, um total de 53 indivíduos.

O termo «casaria» é, contudo, problemático e ainda não devidamente clarificado pela historiografia medieval. Deve, contudo, referir-se, neste caso concreto do Sul de Portugal, a um lote de terreno, passível ou não de construção, mas onde, possivelmente, houvera já edificado. Em Faro, por exemplo, as casarias do rei, mencionadas na Chancelaria de D. Dinis, reportam-se a um terreno previamente dividido para a construção da Mouraria da cidade, que havia sido cercado de muros («o meu [do rei] terreno, que jaz em cerco, que foi dividido para mouraria»), onde existiam construções efémeras anteriores, no caso concreto, cabanas «de palayos». Contudo, no mesmo ano dos contratos de Loulé, em 1281, a ideia da transferência da população muçulmana para aquela zona da cidade teria sido abandonada, aforando D. Dinis, a 1 de abril, uma casaria a Sancho Martins e, no dia seguinte, duas outras, respetivamente a D. Catarina, viúva de Pelágio Peres Pelaio, e a João Martins. Em todos os casos, estabelece-se a condição de aí fazerem uma casa às suas próprias custas, e um mesmo foro, cinco maravedis, pagos em S. Miguel de setembro⁷.

Os objetivos do monarca para Loulé e para Faro são, portanto, distintos. No último caso, trata-se de urbanizar uma zona previamente definida e delimitada para tal, mas em função de uma população muçulmana

que, por razões não especificadas, a não vai, de facto, ocupar – a sua rentabilização centrar-se-á, pois, nos cristãos. No primeiro, parece tratar-se de uma necessidade de atrair povoadores cristãos para um terreno do rei, com características similares a Faro, numa posição imediatamente exterior à cerca urbana. Zona que poderá remeter para a existência de um prévio arrabalde muçulmano, destruído ao tempo da conquista da cidade ou, ainda, mais verosivelmente, para uma zona efetiva de hortas, com algum edificado de apoio, correspondendo em pleno à denominação de Horta d’El Rei, já assim mencionada no foral de Loulé.

Como quer que seja, a presença de uma colonização cristã adscrita ao património régio parece particularmente presente neste centro urbano, como o demonstra a liberdade dada aos colonizadores no aproveitamento daquele espaço, em contraste com a obrigação de edificar casas, que se regista em Faro.

Um outro documento, datado do ano seguinte, remete para uma realidade similar, se bem que numa zona bastante mais afastada do centro urbano, e com condições e objetivos distintos. A 4 de setembro de 1282, D. Dinis afora o reguengo da Quarteira, no termo de Loulé, a um conjunto de 18 casais (enunciando-se, neste caso concreto, o nome dos homens e das respetivas mulheres) e a quatro indivíduos do sexo masculino, todos cristãos, contra a entrega de um quarto da produção agrícola, mencionando-se a aplicabilidade das mesmas condições do reguengo de Lisboa⁸. Diferentemente da Horta d’El Rei, trata-se de um espaço no termo de Loulé, por um lado, da procura de uma exploração e rentabilização agrícola, por outro. Os três documentos complementam-se, porém, com a referência a alguns indivíduos que, participando no aforamento coletivo de casarias, também o fazem em Quarteira – como é o caso de Pedro de Anofrica e sua mulher, e, possivelmente, de Martim e de Domingos Eanes. Como quer que seja, as listagens dos diplomas consagram mais de 80 indivíduos, cujos dados onomásticos apenas consignam um antropónimo de origem, um indivíduo de Santarém, e duas menções a atividades profissionais, respetivamente um sapateiro e um alfaiate, (referências, de resto, circunscritas tão somente aos documentos referentes à Horta d’El-Rei).

Os elementos consignados permitem aferir do esforço de gestão do património régio claramente direcionado para uma colonização cristã, complementando uma presença islâmica, já enquadrada e legislada no reinado anterior. Neste sentido, de resto, se entende que o reguengo da Quarteira seja adscrito apenas a

cristãos, quando, em 1277, D. Afonso III determinara que os reguengos de Silves fossem aforados metade a muçulmanos e metade a cristãos e, em 2 de abril de 1281 (apenas alguns meses antes dos aforamentos na Horta d’El Rei), D. Dinis contrate o aforamento coletivo do reguengo do Almargem, no termo de Faro, a cristãos em parceria com uma maioria de muçulmanos (Barros, 2007, p. 485-486).

O século XIII consigna, pois, uma partilha de espaços periurbanos e no termo da vila entre muçulmanos e cristãos. Complementaridade que parece resultar em pleno sob o ponto de vista económico, sendo Loulé o único centro urbano do Algarve que recebe, em 1281, carta franca de feira. Menos visíveis nesta colonização, encontram-se os judeus, cuja primeira referência parece datar apenas de 1293, quando Moysen, filho de Vidal, e sua mulher, Oura, aforam ao monarca um moinho, por eles edificado, em Quarteira de Cima (Botão, p. 351). O silêncio documental sobre a vila é, contudo, total durante o período considerado.

2. TRANSFORMAR E ORGANIZAR: A VILA E O CONCELHO

A vila sofre, necessariamente uma transmutação progressiva da sua original estrutura urbana islâmica, numa efetiva materialidade do novo contexto político, ideológico, simbólico e cultural. Se a alcáçova se mantém, como centro do poder monárquico, assim como o perímetro amuralhado, já a mesquita aljama é transformada na Igreja de S. Clemente, os banhos públicos refuncionalizados e, na primeira metade do século XIV, são edificados os Paços do Concelho. (Palma, 2016, p. 56-57).

Indubitavelmente os representantes do rei estabeleceram-se na antiga alcáçova. Não obstante, problemático é o ritmo de ocupação do espaço urbano que, numa primeira fase, deveria congrega também muçulmanos, progressivamente afastados da zona intramuros em função de uma gradual ocupação cristã e, em menor grau, judaica. De resto, o período de recessão do século XIV (Botão, 2009, p. 112), agravado por fenómenos naturais como secas, invernos rigorosos, sismos (em 1309, 1347, 1353 e 1356) e surtos de peste (em 1348 e 1386), parece ter levado a uma degradação e gradual desertificação do espaço intramuros (Palma, 2015, p. 57-58). Do facto dá conta, em fevereiro de 1385, o representante do mestre de Avis e seu camareiro-mor, João Afonso, entretanto a viver na vila, que refere como a cerca estava erma e despovoada,

enquanto os arrabaldes eram «grandes». Para corrigir esta assimetria, manda que todos os pardieiros que jazessem «em terra em casaria», quer os pertencentes à Coroa, quer a qualquer morador, fossem confiscados e entregues em sesmária aos habitantes dos arrabaldes e termo, os quais se deveriam recolher a esta zona e aí construir casas de morada (Simões, 2012, p. 23; Duarte, 1999/2000, p. 33). Quer devido a esta medida, quer a outros fatores, nomeadamente a recuperação demográfica e económica, no século xv, assiste-se a uma evidente renovação do espaço urbano, com a fixação das elites no interior da cerca velha e com uma progressiva expansão, também nas zonas extramuros (Palma, 2015, p. 58; Botão 2009, p. 146 e ss.).

O silêncio documental não permite elucidar sobre a origem dos dois bairros confessionais que se estruturam em Loulé, referenciados a partir do século xiv: a judiaria, na zona intramuros, um pouco a norte da Câmara (Palma, 2015, p. 67) e a mouraria, que se constitui como um arrabalde, situado a sul, e contíguo à Porta de Faro. Uma urbanística planeada marca este último espaço, com quarteirões retangulares, estreitos e compridos, dispostos de forma regular e paralela e separados por ruas retilíneas e fluidas (Palma, 2015, p. 74). Sabe-se, contudo, por um tombo do concelho, relativo aos anos de 1451-1452, que o bairro se encontrava em terrenos do município (Botão, 2009, p. 327). É, pois, plausível que fossem as próprias autoridades concelhias a delimitar, edificar e, posteriormente, alugar as casas aos muçulmanos, assim controlando quer a ocupação do espaço, quer a sua rentabilização. A concretizar-se esta perspectiva, a mouraria só se terá organizado num período relativamente tardio, já que todas as iniciativas imediatamente decorrentes do processo de conquista, o foram por iniciativa régia – como é o caso do bairro mouro de Elvas (Barros, 2007, p. 214-218) ou o de Faro, já referido, ambos, de resto, não concretizados. A Mouraria, como arrabalde de Loulé, poderia, pois, ter sido edificada depois das Cortes de Elvas de 1361, nas quais o monarca ordenou a obrigatoriedade dos bairros confessionais, por solicitação dos representantes populares. Estamos, no entanto, no campo das hipóteses, que, quer as fontes escritas, quer as materiais, não permitem ainda esclarecer.

Uma gradual concentração de população judaica é documentada a partir de inícios do século xv (podendo, contudo, advir de um período anterior, como reação à recessão), suscitada pelas necessidades imediatas do concelho, que outorga privilégios e estabelece contratos com mesteiros judeus, num processo de atração de

mão-de-obra especializada. Refira-se, por exemplo, o caso de Belhamin Cachado, que, por decisão do concelho, que o designa como «bom ferrador», é autorizado, em 2 de abril de 1403, a morar na vila, com isenção do pagamento das taxas municipais aplicadas a esse ofício (Duarte, 2001/2002, p. 117). A 20 de abril do mesmo ano, é ele contratado, de resto, pelo município por quatro mil libras anuais, justificando-se essa decisão por ser «bom ferrador e ferreiro» e por não existir na vila esse mester, «o qual fazia muita mengua ao dicto logo» (Duarte, 1999/2000, p. 136-137). Outros casos se detetam na documentação⁹, revelando uma profunda imbricação entre a comunidade judaica e o município, nomeadamente na questão de contratação de físicos¹⁰. Não surpreende, pois, que a judiaria da vila seja aumentada, em novembro de 1492, a pedido da própria comuna dos judeus, definindo o concelho uma nova via, a que partia da Judiaria Velha e ia até à casa de João Rodrigues Boto – aquela em que «mais honestamente» os judeus podiam estar, por ser «mais despejada de cristãos» (Duarte, 2001/2002, p. 162; Palma, 2015, p. 69).

A esta especialização económica urbana dos judeus, que não exclui igualmente a participação, embora residual, na produção agrícola (cf. Tavares, II, 1984, p. 261-263), contrapõe-se a demograficamente mais significativa minoria muçulmana vocacionada, desde o século xiii, para a exploração do *agros*. Como com os judeus, contudo, a sua participação não se circunscreve apenas a esta atividade, complementada, de resto, pela criação de gado, nomeadamente de cabras e vacas, e pela sua concorrência a nível dos ofícios mecânicos, nomeadamente como sapateiros, cordeiros, oleiros, ferradores, albardeiros ou carvoeiros.

Não obstante, é na expressividade da exploração agrícola que se destaca esta minoria. Em 10 de agosto de 1394 as autoridades municipais proíbem a corretagem privada da compra e venda de figos e passas, doravante da responsabilidade do concelho (Duarte, 1999/2000, p. 59 e 60; Barros, 2009, p. 128). De um código de receita e despesa do concelho, da segunda metade do século xv, com um total de vinte fólhos, integralmente preenchidos pelos registos de recebimento e pagamento de passas e figos, ressalta claramente a importância da população islâmica no contexto agrícola e demográfico de Loulé. Assim, de entre um total de 67 % de cristãos referenciados, confronta-se uma percentagem de 31 % de muçulmanos, contra apenas 2 % de judeus, representados somente por cinco indivíduos, quatro dos quais do sexo masculino (Barros, 2007, p. 330-331)¹¹. Esta participação particularmente

relevante, num contexto de significativa quebra demográfica da minoria islâmica no reino, baseia-se num património agrário outorgado pela Coroa, como foi referido, mas que também se expressa para além dele. Refira-se o exemplo do reguengo da Quarteira, que, em 1413, a Coroa escamba com o fidalgo, Gonçalo Nunes Barreto, pela vila de Cernache (Moreno, 1995, p. 129). No arrolamento para os três pedidos e meio realizados em 1460, estando essa propriedade em posse do filho, também chamado Gonçalo Nunes Barreto, registam-se aí 16 cristãos e nove muçulmanos, cujos réditos se situavam no escalão superior de rendimento (na «mor contia de mil iijc»). Em 1493, o muçulmano Adela Baboso e o cristão Estevão Vaz, amo de Nuno Barreto, filho do anterior usufrutuário, são os responsáveis pelo levantamento dos lavradores que, na mesma propriedade, nesse período na posse de Rui Barreto, lavravam de «um móio de pão para cima», em cuja categoria se inseriam treze cristãos e quatro muçulmanos (Barros, 2007, p. 331, 332; Botão, 2008, p. 194). Mais ainda, na questão dos arrendamentos de propriedades do concelho, os mudéjares louletanos revelam uma vitalidade que os coloca em plano de igualdade com os seus congéneres cristãos, por vezes mesmo em parceria com estes (Barros, 2007, p. 332, 333).

Esta excecionalidade da presença e riqueza dos mouros de Loulé afere-se em dados quantitativos, pelo pagamento das indemnizações por D. Manuel aos respetivos usufrutuários das rendas das minorias, depois do édito da expulsão de judeus e muçulmanos, publicada em dezembro de 1496. Os réditos da comuna de Loulé eram, em finais de 1496, partilhados pela infanta D. Beatriz, viúva de D. Fernando, duque de Viseu e Beja e mãe de D. Manuel¹², e por D. Beatriz de Meneses, condessa de Loulé, por morte do pai, D. Henrique de Meneses, primeiro conde de Loulé, e também de Marialva, pelo seu casamento com D. Francisco Coutinho, quarto conde de Marialva. À primeira competiam as rendas e direitos régios dos muçulmanos da vila, cuja indemnização foi calculada em 178.000 réis, representando 56 % do cômputo total das comunas muçulmanas do reino. À última, os foros que pagavam os mouros pelas vinhas e pelo sal, avaliados respetivamente em 16.200 réis e 3.500 réis, o que aumenta a percentagem para 59 % do total (Barros, 2007, p. 610; Barros, 2009, p. 125). A condessa de Loulé era igualmente usufrutuária da renda da judiaria, pela qual foi indemnizada no valor de 32.000 réis (Tavares, II, 1984, p. 751), o que corresponde apenas a 14 % do rendimento dos muçulmanos.

Em tal contexto de complementaridade das três comunidades em presença, a própria noção de concelho se singulariza e se transmuta em Loulé. De facto, a excecionalidade e amplitude das *Atas de Vereação* que chegaram aos nossos dias (se bem que muito longe de cobrirem a cronologia total dos séculos XIV e XV) permitem uma perspetiva alargada do quotidiano municipal, transmissor de uma perceção política única, no contexto da Península Ibérica. Desde logo, o discurso centra-se e é centrado no concelho, numa assimetria documental que, conscientemente, ignora a existência de instituições paralelas, com uma organização administrativa própria, as comunas de judeus e de muçulmanos, cujos magistrados máximos são, respetivamente, o rabi e o alcaide. Em nenhum caso, contudo, as comunas são invocadas ou, sequer, referidas como tal. São-no, sim, os judeus e muçulmanos, mas numa perspetiva homogeneizadora, enquanto grupos que, como os demais, se subordinam ao poder extensivo do concelho e das respetivas autoridades – e apenas a ele.

Neste sentido, de resto, esta noção de poder abrangente projeta-se, nos concelhos abertos, em que a presença de representantes das minorias é também solicitada, numa congregação do conjunto dos moradores, «juntos e chamados e requeridos per concelho apregoado». Participações que, contudo, se revelam irregulares ao longo das duas centúrias consideradas, sendo expressamente referenciados nas sessões de 7 de abril e 14 de julho de 1402, em 10 de junho de 1403, em 10 de setembro, 14 e 28 de outubro de 1487, e, finalmente, em 9 de setembro de 1492. (Barros, 2007, p. 324-325). No seu conjunto, trata-se de resolver questões de conflitualidade interna ou externa do concelho, ou de tomadas de posição face ao corregedor do Algarve. Neste último caso, procura-se a corresponsabilização de todos os moradores da vila, através dos resultados de uma votação que justifique, perante esse oficial régio, decisões que de certa forma se afastam das prescrições normativas exaradas pelo monarca. As questões de conflitualidade implicam, ainda, para além de uma decisão política comum (que é votada contra o bispo de Silves e o fidalgo Nuno Barreto), medidas económicas extraordinárias para concretizar as ações judiciais, nomeadamente na despesa que implica a ida do procurador do concelho junto aos tribunais centrais.

O bem comum coletivo (ou, como é enunciado num desses diplomas, o «proveito do dicto Concelho») perspetiva, pois, uma perceção partilhada de vizinhança e, como tal, interpretada por todos os atores sociais, independentemente do seu credo religioso – pelo menos quando tal interessa às elites concelhias.

De resto, a ascensão social destas elites – sobretudo evidente depois da subida ao poder de D. João I, pelo apoio que este, como regente do reino, recebeu das autoridades de Loulé – consubstancia na estrutura municipal, a presença de uma camada social superior que, ao longo do século xv, se vai estratificando progressivamente, numa mais complexa taxonomia social. Relativamente aos concelhos abertos, tomem-se dois exemplos, particularmente reveladores desta realidade. Na sessão de 14 de julho de 1402, convocada e presidida pelo corregedor da comarca, os agentes sociais de Loulé são hierarquicamente interrogados por esse oficial, sendo os primeiros os cavaleiros Lopo Esteves de Sárria e João Gonçalves, a que se seguem os homens-bons e oficiais do concelho (Duarte, 1999/2000, p. 101). Em 14 de abril de 1468, a composição social é já outra: depois de enunciados os magistrados municipais (em que se conta Álvaro Neto, cavaleiro e juiz ordinário), enuncia-se a presença de Gonçalo Nunes Barreto, cavaleiro, do conselho do rei, seguido de vários fidalgos (um dos quais, João Teles, seu irmão), cavaleiros, escudeiros e, finalmente, homens-bons (Duarte, 1999/2000, p. 201)¹³. O panorama social do concelho entretanto alterara-se.

De qualquer forma, o concelho integra tanto os diferentes grupos sociais, nomeadamente da nobreza local, como os distintos grupos confessionais – exceção, reitera-se, absolutamente única no que às minorias se refere. Os concelhos abertos poderão contribuir para o apaziguamento de tensões sociais. Mas não deixam, sobretudo, de constituir um cenário onde, espaçadamente, atuam os diferentes atores sociais, encenando e materializando no espaço cívico, uma hierarquização progressivamente mais complexa da sociedade local – em alguns momentos possivelmente num discurso também dirigido às próprias autoridades concelhias. Encenação, que de resto, no século xv, se confrontará com a intervenção de grandes senhores do reino (como é o caso de D. Henrique de Meneses, 1.º duque de Loulé, de Francisco Coutinho, que casou com a sua filha, Beatriz de Meneses, ou, ainda, da infanta D. Isabel, mãe de D. Manuel I) que, nela não participando, porque ademais não se fixam na vila, representam, contudo, uma ingerência ativa no devir do próprio concelho, com a senhorialização de direitos, rendas e espaços (Botão, 2009, p. 208-209).

De resto, as conflitualidades dentro da vila e do seu termo não serão logicamente, completamente sanadas por este processo original de reuniões alargadas, como também o não serão alguns desacordos

interconfessionais. A tendência de horizontalidade percecionada pelo concelho gera paralelamente um alargamento das suas competências institucionais sobre a das comunas, como é, por exemplo, o caso do tabelionato dos muçulmanos, subordinado ao da vila, a partir de 1433, ou de os seus juizes ordinários se sobreponem aos alcaides e rabis das minorias, nos seus processos judiciais (Barros, 2007, p. 363 e p. 353, 354). Um exemplo desta noção abusiva de autoridade municipal regista-se em 1409, com a entrada do porteiro do concelho, por ordem do juiz ordinário da vila, na casa da judia Ester, exigindo-lhe a entrega de alguns bens aos tutores dos filhos do falecido rabi Moom (dois almadraques, «velhos e rotos», um candeeiro de ferro grande e um alguidar fendido). A recusa da mulher em ceder esses objetos, invocando a proibição do rabi da comuna, não obstou a que o oficial os tomasse à força e os entregasse aos respetivos tutores (Machado, 2016, p. 70).

No entanto, o sentido de uma comunidade e a sua identidade própria estruturam-se também no tipo de alimentação que partilham (ou não). Curiosamente, em Loulé a carne mais consumida pela população era a de carneiro, constituindo-se, ainda, o peixe de escama como mais caro do que o de couro, distinção que se revela importante para os preceitos rituais dos judeus (Martins, 2006, p. 76 e p. 83). As minorias parecem, pois, deixar a sua herança gastronómica na população louletana, herança que se deve ter prolongado para além do édito de expulsão / conversão forçada de judeus e muçulmanos, publicado por D. Manuel, em 5 de dezembro de 1496. Do levantamento da população de Loulé, para o pedido de 1505, referem-se 15 fogos de cristãos-novos (7 dentro dos muros e 8 no arrabalde) e tão-somente três de mouriscos, um deles chefiado por uma mulher (Dias, 1987, p. 207). O êxodo, sobretudo dos muçulmanos, foi, pois extensivo, pelo menos numa primeira fase, o que não obsta, contudo, a posteriores tentativas de regresso. Na sua *História do Reino do Algarve*, Henrique Fernandes Sarrão refere que, em Loulé, «estiveram os últimos mouros que houve no Algarve» tendo falecido o último «há poucos anos, que se foi para os mouros a África, e não podendo lá viver, se tornou ele e os outros, e se fizeram cristãos» (Sarrão, 1983, p. 161). A identidade destes muçulmanos, matricialmente portuguesa, não se compaginou com a diferente cultura e expressão linguística do Magrebe, pese a prática de uma religião comum. O regresso negocea-se, mesmo que implique a conversão ao cristianismo; a morte consubstancia a última reivindicação sobre uma terra que também era a sua e a dos seus antepassados.

NOTAS

1. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e PT2020, no âmbito do projeto UID/HIS/00057 – POCI-01-0145-FEDER-007702.
2. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Gaveta 12, maço 1, doc. 11; Livro 1 de Direitos Reais, fl. 242. O diploma será posteriormente incluído nas *Ordenações Afonsinas* (vol. II, tit. CXI, p. 548-552) sem, contudo, incluir o escatocolo do diploma primitivo e, conseqüentemente, a respetiva datação, referindo apenas que o mesmo se deveria a D. Duarte «*em seendo Iffante*».
3. ANTT, Gaveta XX, maço 10, doc. 34.
4. Com efeito, também no termo de Silves se refere uma «reserva islâmica», no lugar de Loubite. Mas a pressão da população cristã consegue que, em 1361, o monarca transforme a exploração dessa propriedade em regime de enfiteuse, abrangendo membros das três comunidades em presença. A dízima paga ao rei, não será, contudo, obliterada nestas transações, incidindo, ainda no século XV, mesmo sobre a propriedade explorada por cristãos ou judeus (Barros, 2007, p. 483).
5. ANTT, Chancelaria de D. Dinis. Livro 1, fls. 35-35 v.
6. ANTT, Chancelaria de D. Dinis. Livro 1, fl. 35.
7. ANTT, Chancelaria de D. Dinis. Livro 1, fls. 32-32 v.
8. ANTT, Chancelaria de D. Dinis. Livro 1, fl. 54 v.
9. Em 8 de junho de 1408, o alfaiate Levi Gagim é igualmente eximido das taxas que impendiam sobre o seu ofício, justificando-se pelo facto de seu pai, Samuel, ferreiro, ter sido «dos mais ricos e onrados do lugar (...) e moy boo servidor dos boos prestando a moitos em grandes mesteres dos dinheiros que entom avia», sendo o referido Levi «em bondade semelhavei [...] ao dicto seu padre» – Duarte, 1999/2000, p. 195-196. Outro ferreiro judeu, desta feita Isaque Dono, morador em Odemira, foi autorizado em 15 de junho de 1408, a residir na vila, (*Idem*, p. 198).
10. A 30 de abril de 1468, o concelho outorga uma tença de dois mil reais, por três anos, ao físico e cirurgião Mestre Samuel, que servia a vila havia muitos anos e ensinara o seu ofício a seu filho, Salomão Ençol (Duarte, 2004, p. 206). Este último, de resto, irá tornar-se o cirurgião e físico do conde de Faro (Tavares, II, 1984, p. 263). A mesma tença é concedida, em 24 de fevereiro de 1492, mas por um período de um ano, a Mestre Rabi Jacob, judeu castelhano (Duarte, 2004, p. 91). Em 2 de julho de 1493, o concelho outorga a quantia de 500 réis para que se enviasse um homem à Corte, que lhe fosse buscar a licença régia de prática do seu ofício, que até aí tinha exercido sem autorização do físico-mor do Reino (Duarte, 2003, p. 116-117).
11. Para comparar os níveis de produção ver Barros, 2009, p. 130.
12. Este património advinha de sua mãe, D. Isabel, filha do 1.º duque de Bragança, por doação expressa de seu avô, Nuno Álvares Pereira.
13. Cf. sobre esta problemática Botão, 2009, p. 202-210.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, M. F. (2007) – *Tempos e espaços de mouros. A minoria muçulmana no reino português (Séculos XII a XV)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BARROS, M. F. (2009) – Os últimos mouros de Loulé: percurso de uma minoria. *Al-'Ulyâ*. Loulé. 13. p. 119-130.
- BOTÃO, M. F. (2009) – *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval: O caso de Loulé*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- DIAS, J. J. (1987) – Estratificação económico-demográfica do concelho de Loulé nos finais da Idade Média. In *Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, 1, Loulé, 1984. Actas. Loulé: Câmara Municipal. p. 205-218.
- DUARTE, L. M., ed. lit. (1999-2000) – *Actas da Vereação de Loulé (Séculos XIV-XV)*. Loulé: Câmara Municipal. Separata da revista *Al-'Ulyâ*; 7.
- DUARTE, L. M. (2001-2002) – Loulé há quinhentos anos. A Rua Nova e a Judiaria Velha. *Al-'Ulyâ*. Loulé. 8, p. 159-166.
- DUARTE, L. M., ed. lit. (2004) – *Actas da Vereação de Loulé (Século XV)*. Loulé: Câmara Municipal. Separata da revista *Al-'Ulyâ*; 10.
- MACHADO, M. F. (2016) – *Fundo dos órfãos de Loulé (Séculos XV e XVI)*. Loulé: Arquivo Municipal de Loulé.
- MARTINS, L. (2016) – *Contributos para a história da alimentação algarvia a partir das atas de vereação do concelho de Loulé*. Faro: Direção Regional da Cultura do Algarve.
- MORENO, H. B. (1987) – Abusos e violências do Reino do Algarve durante o Reinado de D. Afonso V. In *Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, 1, Loulé, 1984. Actas. Loulé: Câmara Municipal. p. 37-53.
- MORENO, H. B. (1995) – Conflitos em Loulé entre os Barretos e os seus opositores no século xv. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto. 2.ª série. 12, p. 125-133.
- PALMA, J. F. (2016) – *O desenvolvimento urbano de Loulé do período medieval ao fim da época moderna*. [Em linha]. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Algarve. Disponível em WWW: <URL: <http://hdl.handle.net/10400.1/8056>>.
- SARRÃO, H. F. (1983) – História do Reino do Algarve (circa 1600). In *Duas descrições do Algarve do Século XVI*, apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Sá da Costa.
- SIMÕES, J. M. (2012) – *História económica, social e urbana de Loulé*. Loulé: Arquivo Municipal.
- TAVARES, M. J. (1982-1984) – *Os Judeus em Portugal no século xv*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. vol. II.

FIGOS DA TERRA E TRIGO DO MAR

LUÍS MIGUEL DUARTE

Olhando o Algarve de há sete a cinco séculos atrás, entre D. Dinis e D. Manuel, facilmente nos apercebemos de um ponto forte e de um ponto fraco de Loulé: o forte é a sua invejável centralidade longitudinal, entre Alcoutim ou Castro Marim, Tavira e Faro, por um lado, e Albufeira, Vila Nova (de Portimão), Silves e Lagos, por outro. Também alguma centralidade vertical, a uma dezena de quilómetros do Atlântico e outro tanto da serra, com Querença ali bem próxima. Ponto fraco: a ausência de um porto de mar. A relativa interioridade protegia a população das frequentes e devastadoras razias dos piratas muçulmanos e de quaisquer corsários, que não só martirizaram as povoações que listei acima, como dificultavam em alguma medida a importação e a exportação de produtos. Mais chãmente, o simples abastecimento diário da vila ressentia-se da falta de um acesso direto ao oceano. Loulé serviu-se, a espaços, de um pequeno porto próximo, o de Pereira, no lugar do Ludo (cujos direitos partilhava e disputava com Faro), mas utilizava essencialmente Faro para as suas carregações e para receber o que mandava vir de fora. Tinha até um vizinho encarregado de garantir todos os dias, em Faro, a compra de peixe fresco e o seu transporte para Loulé. Albufeira, como ancoradouro, não tinha escala para o volume de trocas louletano.

Tem-se discutido – na verdade, já se discutiu mais – se em Portugal houve ou não a tradição de regiões. Pessoalmente estou certo de que o «Reino do Algarve» constituiu uma região, bastante bem demarcada, que se via a si própria e atuava como tal, cuidando de defender o melhor que podia os seus interesses em colaboração / competição com o outro reino que estava a norte da serra: o de Portugal. A participação em cortes é quase sempre coordenada, frequentes vezes coletiva, e mesmo quando aparentemente não o é, percebemos que os procuradores de um concelho – os de Loulé e os de Faro, à cabeça – falam em nome

de todos eles (Sousa, 1992, p. 9-27)¹. A região tem uma costa amiga, de navegação fácil, algumas boas enseadas, uma divisão longitudinal harmoniosa entre a costa, o barrocal e a serra, um clima excelente para determinadas produções – e uma serra que dificulta muitíssimo as comunicações com o Alentejo vizinho, tão abundante em pão e tão falho de peixe e de sal. O mar é bem mais frio perto do Cabo de S. Vicente do que na foz do Guadiana, os ventos e as correntes são outros, mas as produções são as mesmas, as mesmas «indústrias», as mesmas carências. A mesma dificuldade em passar do e para o Alentejo. Quase a mesma facilidade em comunicar com a Andaluzia e o Norte de África, em passar o Estreito.

O Algarve destes séculos não tem muita gente; e essa está razoavelmente distribuída, espécie de meio-termo entre a população concentrada do Alentejo e a disseminada do Entre-Douro-e-Minho: um punhado de vilas médias (Lagos, Silves, Loulé, Faro e Tavira), com ligações regulares entre si, sem que se possa falar claramente de uma rede²; depois terras mais pequenas, como Portimão, Vila Nova, Alvor, Estômbar, Salir, Paderne, Albufeira, Cacela, e as do Guadiana: Mértola, Castro Marim, Alcoutim. As comunicações entre todas estas povoações são relativamente fáceis – mais as marítimas do que as terrestres, claro. Bons portos? Faro e Lagos; Tavira pode ser excelente, recebe incontáveis navios à carregação e será porto de passagem para Marrocos, mas tem um problema: águas baixas e acessos facilmente assoreáveis, só indicados para barcos de pouco calado e fundo quase chato. Mais de uma embarcação do Porto carregada de fruta se perdeu lá por essa razão, queixam-se os nortenhos. Pelo que sabemos, em nenhum local existiram estruturas portuárias específicas; apenas a pequena baía ou a praia como ancoradouro, mais alguns postes de amarração. A carga e descarga dos navios faziam-se

por batéis ou por tábuas. Não temos notícia de cais ou de guindastes, ainda que toscos, o que não significa que não tenham existido. Sabemos, isso sim, que no Ludo havia rossios para os animais de tiro e os carros manobram, e espaços utilizados em Faro e em Tavira como armazéns (as «logeas»).

Como mostrou Joaquim Romero Magalhães no seu notável trabalho sobre o *Algarve Económico no Século XVI* (1970), numa síntese válida, com uma ou outra ressalva, para a Idade Média tardia, a base da economia algarvia são as suas produções da terra e do mar. A fruta (muitíssima fruta), vinho, azeite, peixe, mel, sal, plantas fibrosas e seus derivados (esparto, junco, palma) e alguns – poucos – produtos manufaturados de que já falarei. A fruta são as laranjas, com frequência carregadas para Inglaterra, as uvas e os figos frescos, que apenas aguentavam deslocamentos curtos e rápidos, mas sobretudo os figos secos e as uvas passas. Um investigador amigo costuma dizer que a matriz de Torre de Moncorvo foi feita de sumagre; do mesmo modo, o Algarve foi construído por passas e figos secos: é a exportação de figos e de passas que, por estes anos, confere uma marca distintiva à economia e à sociedade algarvias. Também o vinho, de cuja produção (volume, qualidade, castas) pouco sabemos.

Pior: nada sabemos daquela que era talvez a segunda marca distintiva desta economia: uma poderosa indústria de produtos de fibras – o esparto que viceja por toda a parte (atas de vereações incluídas), sem necessitar praticamente de trabalho humano, o junco e as folhas de palma. Produziam-se anualmente muitos milhares de seiras e seirões, de alcofas, de cestas, de esteiras, de canastras, muitos quilómetros de empreita. Não havia exportação de passas e de figos sem estes seirões nem estas esteiras, tal como não saía peixe e vinho sem pipas. Produtos feitos a partir de matéria-prima abundante, com procura constante no

mercado, fabricados em série e sempre com as mesmas características, a começar pelo volume, usado nas transações: indústria, portanto, como bem a definiu Philippe Braunstein. Indústria seguramente decisiva na economia e no quotidiano dos algarvios, e da qual, ao presente, apenas sabemos que existiu com toda a certeza. Quem fabricava estas alcofas e estas esteiras?³ Fazia-o em exclusividade ou como atividade complementar de outra, principal? As duas coisas? Retomemos a síntese de Romero Magalhães: a região produz muita e boa fruta, vinho, azeite, peixe, algum sal, cera e mel, muito esparto. Não produz, e como precisa importa, pão (trigo, mas também centeio e cevada), metais, todo o tipo de panos (incluindo o treu, para as velas dos navios) e outros produtos manufaturados.

Aquilo que se podia resumir num organograma simples (os barcos que vêm carregar fruta trazem trigo, panos e ferro) era, na verdade, bem mais complicado. Por vezes, havia necessidade de movimentos intrarregionais para a carrega da fruta: os barcos saem sempre sem problemas de Faro e de Lagos; mas a produção da zona de Silves e de Portimão terá cada vez mais que ser escoada por Vila Nova; a de Loulé, além de Faro, pelo pequeno porto de Pereira; a de Tavira por outro porto qualquer, quando os bancos de areia ameaçam barcos de maior calado. A geografia facilita mas também complica: sendo a falta de pão endémica, no extremo sul do país, o Alentejo, tão perto, podia resolver o problema de forma fácil, rápida, e com benefícios mútuos. Acontece que pelo meio havia a serra, atravessada por várias estradas. Mas eram mais caminhos do que estradas; uma carroça muito carregada não passava; apenas a rédua de bestas muars dos almocreves que, por extensa e aproveitada que fosse, nunca consentia o transporte de grandes volumes.

Se os fatores geográficos são bastante estáveis, não há nada mais volátil do que as conjunturas económica e financeira. Com uma economia excepcionalmente aberta, que vive das «carregações», o Algarve fica por isso muito vulnerável às variações da conjuntura; ou melhor, das conjunturas: do reino de Portugal, da Andaluzia, da Sicília, de Valência ou de Barcelona, de Génova, de Veneza e de Piacenza; da Bretanha, da Inglaterra, da Flandres, das cidades hanseáticas; dos arquipélagos atlânticos, do reino de Fez, da costa ocidental africana. Enquanto verificam e acompanham, diariamente, a evolução das uvas nas latadas ou dos figos nas árvores, os produtores algarvios ignoram se, nesse ano, a Sicília exportará pão, se a situação política da Bretanha dificultará que venham de lá panos, se o

curso francês se assanhará contra tudo o que mexa no mar, em represália a um qualquer ataque que desconhecemos, se Génova já está a apostar fortemente no açúcar madeirense e nos escravos, tentando saber onde podem ser comprados em maior quantidade e por melhor preço, o primeiro e os últimos. Se em quase todos os estudos de história económica o conhecimento da conjuntura é essencial, no caso do Algarve ele é-o por maioria de razão. A informação o mais atualizada possível torna-se por isso vital. Há expedientes e técnicas, económicas e financeiras, para amortecer os efeitos de eventuais choques; e os algarvios (ou os mercadores estrangeiros ou de outros pontos de Portugal) aprendem a servir-se deles como podem, embora nunca seja possível eliminar totalmente o risco – longe disso: desde o grande barco cheio de fruta que é capturado por piratas (e os fretadores sem seguro!), até à inesperada carestia na vizinha Castela, que suga praticamente todos os produtos alimentares e manufaturados, passando pela perda súbita de uma colheita que se anunciara promettedora...

2. TRANSPORTES GRATUITOS PARA O NORTE?

Em mais do que um trabalho Luís Adão da Fonseca refletiu sobre todo o comércio marítimo medieval português, em especial sobre o algarvio. Podemos resumir as suas hipóteses, sempre estimulantes, desta maneira: as galés italianas ou outras embarcações da Coroa de Aragão celebravam contratos de importação do Norte da Europa. Para lá se dirigiam, fazendo as escalas mais cómodas e oportunas: Cádiz, Faro ou Lagos, Setúbal, Alcácer, Lisboa ou Porto, Galiza... iam vazias. Por isso, se carregassem, no Algarve, figos secos e uvas passas, mais algum «aver de peso» (azeite, mel, cera), produtos que, não sendo preciosos nem tendo um alto valor acrescentado, se vendiam sempre e muito bem nos mercados do Norte da Europa, esses produtos beneficiariam de um frete tendencialmente gratuito – as palavras são estas, e são dele. À vinda, os barcos regressariam repletos de tecidos de todo o tipo, de ferro, de madeiras para a construção naval. A ideia, sedutora, precisa de ser sustentada pelo estudo de um número suficiente de casos, de barcos e de viagens, porque é pouco crível que as cidades italianas ou as costas valencianas ou andaluzes não tivessem nenhum produto para exportar para o Norte da Europa: basta ver a enorme quantidade de objetos de louça de Málaga que aparecem nos inventários

orfanológicos de Loulé (Machado, 2016)⁴. Precisamos de conhecer melhor as condições dos fretes e os diferentes protagonistas deste trato.

3. OS ENIGMÁTICOS «LIVROS DA FRUTA»

Começamos pelos produtores agrícolas algarvios. Para isso regressaremos, pela enésima vez, a dois dos documentos mais complexos da história da economia medieval portuguesa: o chamado «Livro da Repartição da Fruta», de 11 de fevereiro de 1412, publicado por Alberto Iria (DP, II-2, p. 437-449); e um segundo, publicado em sequência pelo mesmo autor (Id., p. 449-476), que não tem título nem data. Além deste devotado investigador algarvio, outros historiadores experientes se debateram – é o termo – com tais livros: Iria Gonçalves, Fátima Botão, Manuela Santos Silva, Luís Adão da Fonseca, e o autor destas linhas, há muito interessado pela história da região.

Começamos pelo primeiro livro, que tem data e título. De que trata? Sabemos que um tal Rui Vieira entregou «dinheiros» ao concelho de Loulé. Este encarregou o escudeiro João Serôdio de «repartir a fruta» que se haveria de pagar pelo dia de S. Cipriano (16 de setembro). Aqui vai a minha (muito insegura) interpretação: o concelho de Loulé, por estes anos, compra a fruta na árvore, como hoje se diria, a uma série de pequenos produtores e/ou a alguns intermediários. João Serôdio paga antecipadamente uma quantia a cada um deles conforme a quantidade que estes prometerem fornecer pelo S. Cipriano; nessa altura, presumo, ele ou alguém por ele recebe a fruta e efetua uma segunda paga. Portanto o que este documento nos daria era uma primeira lista de produtores de fruta ou intermediários do concelho de Loulé, e das quantidades que cada um calculava estar em condições de fornecer. Fiz um tratamento rudimentar desses dados e cheguei a ordens de grandeza, não a números exatos. Em 1412, a fruta apalavrada é medida em cobros; raramente se especifica se se trata de figos secos ou de uvas passas, apenas se recordando que ela deve ser «boa e de receber». Segundo o meu apuramento, João Serôdio contrata com 67 cristãos, que no total se comprometem a fornecer-lhe, no devido tempo, 237,5 cobros de fruta boa (3,5 cobros por cabeça, numa média simples). Outros seis cristãos garantem 107,5 quintais de figo (17,9 quintais de média); por último, sete cristãos deixam apalavradas 44 seiras de passas. Não sei responder à primeira pergunta: porque são utilizadas

três medidas diferentes? O cobro é pago a 80 reais, a seira e o quintal a 40, o que nos permite concluir que um cobro equivale a dois quintais, ou a 116 kg. Quinze judeus garantem 50 cobros; três mouros, nove cobros, e por último duas mulheres, três cobros.

Comentários possíveis ao rol: não se destaca nenhum grande proprietário. A produção dos quinze judeus é pequena, a dos mouros e das mulheres residual. As conclusões que proponho não correm grandes riscos: o sistema está já suficientemente rotinado e há confiança das duas partes; aliás, ele reforça essa confiança, garantindo um pagamento antecipado ao agricultor, e assegurando a tempo ao comércio uma parte da produção. Deste modo entra bastante dinheiro nos campos; esse capital pode ser utilizado pelos produtores e reinvestido na produção, por pequena que seja. Também não sei responder a outra pergunta central: quem é Rui Vieira? Mais importante do que isso, de onde lhe veio o dinheiro? Qual é exatamente o papel do concelho em todo o processo? Por esta altura, onde andam os mercadores, nacionais ou estrangeiros? Estávamos em 1412; já estaria D. João I a fazer operações para financiar a armada a Ceuta, como se fará depois para a de Tânger? Atenção: há outra documentação algarvia que nos informa de que, em anos maus para os camponeses, o concelho procurava ajudá-los, ou dando-lhes trigo «ou comprando antecipadamente a produção de fruta». Estaremos perante um desses casos? Talvez a investigação em curso de Paulo Cunha, um aluno do Porto, o possa esclarecer.

O segundo documento é um osso duríssimo de roer. Incompleto, sem título nem data, como reconhece o seu editor (DP, II-2, p. 449), o que nos diz ele? Que um certo Vasco Afonso, do qual nada sabemos, recebeu e continua a receber figos secos e uvas passas de um número elevado de produtores e intermediários, e anota as quantidades, o que já pagou e o que vai pagar. Podemos ficar por um raciocínio cómodo e intuitivo: esta é a segunda parte da paga, já depois da fruta pesada e entregue; a primeira foi a que vimos no documento anterior, feita em fevereiro⁵. Se esse outro, datado e classificado, apenas tem onze fólios, o segundo, sem data nem título, tem quase o dobro, 20, e muito mais informações. Vamos a contas: desta vez, a unidade de paga não é o cobro, nem o quintal, nem a seira. É a peça: com variações minúsculas, uma peça de uvas passas vale 23 reais e três (ou quatro) pretos; uma peça de figos vale 26 reais e dois pretos. Contabilizei 135 cristãos, que entregaram 1082 peças de passas (média simples de sete peças por produtor) e 484

de figos (média de 3,5). Quase nenhuns judeus; muitas mulheres – 23, que vendem 119 peças de passas e 48 de figos; mas sobretudo muitíssimos mouros: 71, que no conjunto entregam 713 peças de passas e 134 peças de figos. No total, Vasco Afonso pagou 1923 peças de figos e 668 peças de fruta. Se o caderno é apenas relativo ao concelho de Loulé, como suponho, a produção parece-me fortíssima. E, volto a lembrar, significa que foram produzidas pelo menos 2700 seiras de esparto, fora as esteiras, as canastras e a empreita. Outra novidade: os maiores produtores podem ser pagos em ferro⁶.

Temos assim cristãos, muitos mouros e poucos judeus, homens e mulheres, sozinhos ou em associações simples, agricultores a tempo inteiro ou mesterais que também trabalhavam no campo. Encontramos escrivães e tabeliães, almocreves, porteiros, procuradores e advogados, ferreiros e sapateiros, oleiros, fidalgos (os Barreto, claro), cavaleiros que não sabemos se são do povo, hortelões e tecelões, albardeiros, torneiros, a mulher de um pedreiro, estalajadeiros e donos de albergarias, o deão de Silves, carvoeiros, carpinteiros – e, confesso que com alguma surpresa minha, apenas dois mercadores. As questões que não sei resolver aqui são várias: estes tabeliães, por exemplo, que têm somas avultadas de fruta para vender, são eles próprios cultivadores, ou investidores agrícolas, que recolhem a produção de figos e de passas de uma meia-dúzia de pequenos camponeses? Em todo este processo, da primeira cavadela da terra até à última venda em Bremen ou em Kiel, de quem são os capitais? De italianos? De catalães? De andaluzes? De flamengos? De comerciantes de Lisboa ou do Porto? Da Coroa de Portugal? Dos concelhos, organizados numa espécie de cooperativa antes do tempo para centralizar a produção e a comercialização? Não enxergo mercadores algarvios de grande bojo, embora alguns existissem com certeza⁷; e o engenho destes homens era por certo muito superior à nossa imaginação. Tomemos, por exemplo, o celeiro do cabido de Silves: o deão do cabido tem uma parte desse celeiro, que lhe permite vender, num ano, 14,5 peças de figo e 23 de passas, o que é muito. Um mercador, Afonso Gonçalves (DP, II-2, p. 472), «da sua parte do celeiro que pertence ao bispo», entrega 14,5 peças de figo. Um terceiro homem (Id., p. 471), da fruta do celeiro⁸, vende 29 peças de figo e 46 peças de passas – literalmente, é muita fruta. Outra interrogação: de quem é o dinheiro que Vasco Afonso utiliza para esta segunda paga? Insisto: por onde andam os mercadores no meio disto tudo?

Depois de muito ter pensado sobre estes documentos e de pedir toda a ajuda disponível⁹, proponho as seguintes conclusões, que serão forçosamente provisórias: ao publicar os dois documentos em sequência, dando ao segundo o mesmo título do primeiro, Alberto Iria condicionou todos os investigadores que se debruçaram sobre estes livros. Primeira nota: estamos perante dois documentos completamente diferentes, os quais, embora ligados à compra e venda de fruta fresca, de figos e de uvas passas, representam transações bem distintas, e que podem estar cronologicamente separados entre si por várias décadas¹⁰. No primeiro, alguém, através de um intermediário, compra quantidades razoáveis de fruta na árvore. No segundo, conhecemos o motivo do negócio: «Senhores, vós sabeis que eu recebi para pagamento da segunda paga da fruta que nos El Rey nosso Senhor tomou LXXX mil e duzentos reais»¹¹. Terá pago, nesse momento ou logo depois, uma parte da fruta que foi requisitada a cada produtor (ou à maior parte deles). Neste documento o que teríamos seria um oficial régio, ou alguém mandatado pela Coroa, a arrumar as contas, pagando a uns a metade em dívida, a outros toda a fruta fornecida. Fica por explicar por que razão o rei «tomou» esta fruta aos produtores, e de que forma a utilizou: exportou-a para o Norte da Europa a partir de Lisboa? Vendeu-a logo no Algarve? A italianos? A flamengos? Contratou mestres e barcos portugueses para a transportar até ao seu destino final? Pagou alguma letra de câmbio a genoveses?

Mas há tantas características a afastar os dois documentos! O número de fornecedores e a sua qualidade (cristãos, mouros, judeus, mulheres); os nomes da esmagadora maioria dos fornecedores; as unidades de peso e de volume em que a fruta é avaliada, o diferente peso específico de cada um daqueles grupos étnicos ou de género... Felizmente que as fontes que temos, mesmo incompletas, mesmo sem data, nos dão riquíssimas informações: sobre os investimentos totais nas duas vezes – aos cerca de 80.000 reais gastos no segundo documento contrapõem-se os 29.020 entregues no primeiro (Silva, 1989, p. 260) – sobre o volume de fruta vendido (e a quantidade de seiras requerida), sobre o número e o nome dos produtores, sobre os preços e as formas de pagamento.

Quem conhece bem toda a documentação algarvia – dos diplomas das chancelarias régias aos capítulos gerais e especiais de cortes, passando pelas atas de vereação, pelos inventários orfanológicos, pelos róis fiscais, pelos livros de receitas e despesas das câmaras,

pelos tombo das ordens militares, pelos livros de demarcação da fronteira ou pelos fundos mais antigos das misericórdias – facilmente se dá conta de uma realidade: nesta região do país produz-se muito e muito variado, fabrica-se outro tanto, mas a riqueza da terra está na carregaçã do vinho e da fruta. É esta que obriga os navios a virem ao Algarve, trazendo o que lhe faz falta, é ela que proporciona alguma riqueza à terra, pela exportação. E por isso me arriscaria a dizer que há um nível concelhio na organização da produção, do armazenamento, da venda, do transporte e do embarque. Isto é, as vereações podem ser uma instância local decisiva, desempenhando o papel que mais tarde viria a caber, entre nós, às cooperativas ou aos grêmios da lavoura, e substituindo claramente qualquer tipo de associação de produtores ou de mercadores, que não vislumbro. Por isso os problemas mais graves relacionados com a produção de fruta são tratados em reuniões camarárias, em capítulos especiais ou gerais do Algarve – do(s) concelho(s) para a Coroa; por isso Loulé tem as mais exaustivas posturas do verde que chegaram até nós, em defesa das suas videiras e árvores de fruta. Por isso, também, se conservaram os livros da fruta no arquivo do concelho.

Essa espécie de consciência (ia chamar-lhe consenso) municipal e dos vários concelhos sobre a importância da exportação da fruta e do vinho significava que nunca havia conflitos internos ou entre concelhos? Não, como o atesta a relação entre Faro e Loulé. Significa que as elites concelhias do Algarve, apostadas neste comércio, tinham a perfeita noção de todos os fatores e interesses envolvidos, e de como uns e outros podiam alterar-se radicalmente em pouco tempo? Muito menos. Tinham ao menos essas elites uma política produtiva e comercial clara, estável e previsível – algo que os mercadores muito apreciam? Não tinham. Funcionam com frequência por ensaio e erro. Num ano, vem ao de cima o velho complexo protecionista de toda a burguesia mercantil portuguesa, que a leva a pedir (quase a exigir ao rei) medidas drásticas contra os mercadores estrangeiros. Que não possam constituir companhias com os nacionais; que não possam vender a retalho o que para cá trouxeram. Que só possam comprar e vender os seus produtos em Lisboa (adivinha-se de quem o interesse nesta medida, que foi mesmo adotada pelo rei de Portugal e chegou a vigorar por largas temporadas), que só se possa exportar certos produtos (o mel e a cera, por exemplo) pelos portos onde desembarcarem panos franceses. Ou que eles não possam comprar diretamente aos produtores

nacionais, mas sim aos mercadores portugueses, introduzindo assim mais um nível de intermediação (e de encarecimento; e de demora – ou seja, aumentando os custos de transação). Foi também considerando estes reflexos protecionistas que Armindo de Sousa afirmou que a burguesia portuguesa entrou na Modernidade de costas e empurrada, embora a relação entre protecionismo e crescimento seja complexa e esteja em reavaliação. Não é invulgar – nem depreciativo – vermos os que falam ao rei em nome dos algarvios reclamarem uma reivindicação para, passado um ano, voltarem atrás. Isso aconteceu, por exemplo, quando pediram que os mercadores da Andaluzia fossem impedidos de vir comprar e vender ao Algarve, através de um regime fiscal hostil, para no ano seguinte solicitarem a anulação da medida, uma vez que os portos algarvios sem os navios gaditanos ou sevilhanos se tornaram numa apagada e vil tristeza.

4. O ESTRANHO CASO DOS FIGOS « CHOUCHOS »

A história é conhecida e, quase como anedota, converteu-se num *must* de qualquer digressão historiográfica por esta região e esta cronologia. Relembremo-la em poucas palavras: em 1394, os homens-bons de Bruges escrevem uma duríssima carta em latim com três destinatários: D. João I, os seus homólogos do Porto e os de Lisboa. Queixavam-se de que os figos que eles compraram e lá lhes chegaram, não estavam em condições. A camada à vista, nas seiras, parecia bem; mas por baixo todos os figos vinham «chouchos». Ora, os flamengos vendiam diretamente a fruta aos alemães: Bruges era o centro nevrálgico dos negócios da Liga Hanseática, que depois distribuía os produtos aí comprados – entre os quais os figos mediterrânicos – quer por cidades alemãs (Lübeck, Hamburg e Köln) quer por outros portos do Norte (Kiev, Riga, Novgorod). Foram estes, os alemães, que deram conta da fraude, e meteram os flamengos em tribunal, provocando-lhes avultados prejuízos. Compreendemos por isso o teor da carta de Bruges (que foi rapidamente traduzida do latim, para chegar a quem devia), assinada por baixo e muito reforçada, entre conselhos paternalistas e ameaças, pelos mercadores de Lisboa e do Porto. O comércio assenta na confiança mútua; esta leva décadas a construir, e destrói-se num minuto. Os algarvios que não brincassem com o fogo. As medidas ordenadas são simples: primeiro, os figos deviam ser enseirados à vista do mercador, para

ele poder garantir, no próprio momento, a respetiva qualidade; depois, as seiras teriam de levar marcas, pois caso se repetisse o embuste, os culpados seriam facilmente identificados e duramente punidos.

Quanto mais regresso aos documentos que tratam deste caso mais me convenço de que ele tem sido mal interpretado, até porque se presta a algum humor fácil sobre a esperteza saloia dos portugueses em contraste com a seriedade e a dureza teutónicas. Vamos por partes: figos «chouchos» não são figos podres; é fruta que amadureceu mal, e ficou «pêca». Depois de apanhados do chão ou de colhidos da figueira, os figos eram postos a secar, em esteiras ou, de preferência, em canastras de palma. Vinda a noite eram cobertos e resguardados do orvalho. O que aconteceu muito provavelmente em 1393 é que a maturação e a secagem de muitos produtores algarvios não correu como eles esperavam, ou que a fruta não teve a evolução desejada, já depois de enseirada. Daí a desagradável surpresa alemã (e depois belga) e o princípio de conflito que se seguiu. Mas pensemos um pouco no assunto: mesmo perante um ano mau, seria do interesse dos produtores algarvios mandar para o Norte da Europa fruta apodrecida ou visivelmente em mau estado, disfarçada sob uma camada de apetitosos figos? Eles, mais do que ninguém, tinham perfeita consciência de que, se o fizessem, podiam estar a matar a galinha dos ovos de ouro e a comprometer, por muitas décadas, uma reputação e um comércio que lhes dera muito trabalho a erguer e impor, e sem o qual o Algarve não sobreviveria. Mais: foi praticamente a única vez em que isto se passou; só mais uma vez a documentação volta a referir casos iguais ou afins, num trato que já vinha do tempo do domínio muçulmano e se prolongaria pela Idade Moderna dentro. Por isso julgo que se tratou tão-só de um ano que correu mal, sem exemplo e até possivelmente sem dolo da parte dos produtores algarvios¹².

5. A CONSTRUÇÃO NAVAL

A construção naval é sem dúvida, juntamente com o trabalho das fibras, outra fileira industrial que não é muito conhecida mas que constituía parte essencial do comércio algarvio. Não tenho ainda um levantamento seguro da quantidade, qualidade e tonelagem dos barcos dos vários portos algarvios. Posso fazer o que se faz nestes casos: reproduzir duas listas publicadas por Romero Magalhães (1970, p. 200-201), para outra cronologia e respondendo a outros objetivos.

No século XVI, o Algarve leva ao conhecimento do rei, por duas vezes, listas de barcos seus que foram apreendidos por corsários franceses: a primeira, de Faro, em 1538, não nos dá o tipo de barcos, só o destino ou a proveniência: um navio que vinha das Canárias; um vindo da Flandres; um que ia de Castela para as Canárias; um que levava sal para a Flandres; outro que ia buscar mel a Azamor; um sexto que levava fruta para as ilhas e um último que vinha da Flandres; a segunda, de Lagos, em 1552, identifica dez barcos: um vindo da Sicília, com trigo; outro carregado com o mesmo cereal nos Açores; outro, ainda em S. Miguel, com azeite; outro com o mesmo produto, capturado junto ao cabo Espichel; um à vista de Odemira (levava pastel); um vinha de Setúbal, com sal; outro tomado ao largo do cabo da Roca; uma caravela vinda de Sevilha com vinho; por fim, dois navios tomados em Portimão (um com azeite, o outro vazio). Dezassete barcos capturados pelos franceses e pertencentes a dois portos. Que regra de três possível para estimar o total de embarcações algarvias, digamos, em meados do século XV? Nenhuma. Mas reforço a ideia: nos principais portos da região construíam-se muitos barcos; muitos e bons. Grande parte da madeira vinha de fora, como o pano de treu para o velame, o ferro para todo o tipo de aprestos, o breu para isolar o casco. Não só me cruzei com inúmeras cartas de perdão de algarvios acusados de levarem barcos para a Andaluzia e os venderem lá, como há denúncias concretas de contrabando de embarcações novas para leste do Guadiana. A razão é simples: em Castela pagavam muito mais pelo gado, pelos cavalos, pelos metais preciosos, por quase tudo. E pelos barcos. Então passava-se o mais que se pudesse passar pelo simpático e fácil de transpor Guadiana, ou levava-se o que se quisesse por mar. Insisto: atenção à construção naval, às pessoas que ocupou, à riqueza que trouxe para o Algarve, devido ao seu potencialmente grande valor acrescentado¹³. Já agora, e para fechar o tema do contrabando, conta-nos Romero Magalhães que quando começaram a passar pelo Algarve as grandes naus vindas das Índias de Castela uma parte substancial da respetiva carga vai ser deixada nos portos algarvios, com a conivência dos mestres dos barcos, dos algarvios propriamente ditos e até da Coroa portuguesa.

E com tudo isto, ficou outro tanto por dizer. Por exemplo, que o aumento aparentemente rápido da produção de azeite, no concelho de Tavira, parece ter ameaçado a produção de fruta, muito mais compensadora, facto que só complica, sem explicar, a opção pelo azeite; ou que a produção e distribuição do sal no Algarve coloca problemas vários e complexos. A acreditarmos na argumentação de alguns procuradores do povo, o facto de ter sido permitido a um barco ir carregado de sal provocou automaticamente uma baixa de tomo na exportação de fruta, muito mais interessante para a Coroa do ponto de vista fiscal; mas eu não acredito, dados os volumes brutais de produção de fruta que estimámos para um ano. Enfim, o Algarve tinha mais para vender: gado, casca de árvores (não como cortiça, mas para os curtidores); tinha produção têxtil local de linho e de lã¹⁴; tinha mel e cera. E teve escravos, muitos dos quais foram contrabandeados para Castela, como o gado. «Mercadoria humana», lhes chamou Romero Magalhães. Loulé teve que pagar o resgate de um vereador cativo dos muçulmanos. Deu por ele 1.000 reais. Quanto vale um homem?

Muito boa após a abertura do Estreito à navegação cristã no século XIII, melhor ainda, talvez, depois da conquista de Ceuta pelos portugueses em 1415, a localização geoestratégica do Algarve não vai ser sempre um trunfo. A atlantização do grande trato marítimo vai remeter a região a um papel secundário, até quase a tornar insignificante. Ficarão longe os tempos em que o porto de Lisboa, conta Zurara na *Crónica da Tomada de Ceuta*, fervilhava de embarcações estrangeiras, porque vinha aí o tempo da carregação no Algarve. Que o grande comércio de importação e exportação não nos faça esquecer outro trato, de escala muito mais reduzida mas nem por isso menos preciosa para os algarvios da Idade Média tardia: em meados do século XIV, almoceves desciam o território pelas margens do Guadiana, trazendo possivelmente trigo alentejano, e levando para o Alentejo, no regresso, postas de baleia. A frase é de Peter Laslett: o mundo que nós perdemos.

NOTAS

1. Paulo Cunha (FLUP) tem entre mãos a elaboração de um trabalho sobre este tema, procurando completar o que Armindo de Sousa escreveu.
2. Silves será a única cidade pelo facto de ser sede de bispado. Mas o assoreamento do Arade, a estagnação das suas águas e as epidemias de malária quase matarão a terra, tornando inevitável a transferência da sede do bispado do Algarve para Faro, em 1577. Por outro lado, a existência de uma rede urbana é assunto a aprofundar. Faro e Loulé funcionam com frequência em rede (e os conflitos regulares entre elas só o comprovam).
3. Mulheres, crianças, idosos? Toda a gente? Foi a minha primeira hipótese, e não a descarto. Mas familiares do meu amigo e colega João Carlos Garcia, da FLUP, lembram-se de que eram os homens que faziam as canastras, há poucas gerações. É apenas mais uma informação.
4. Creio que a proposta de Luís Fonseca pode fazer mais sentido para barcos de portos situados bastante mais a norte, como é o caso do Porto: num contrato que incluísse ir ao Norte da Europa por tecidos, metais, madeiras e outros produtos, que depois seriam transportados para destinos mediterrânicos, trazendo no regresso fruta ou sal, já não me surpreende tanto que na primeira etapa – Porto/Sul da Inglaterra, Middelburg ou Bruges, o mestre pudesse carregar, no Porto, o que quisesse (desde fruta do Algarve a sal, passando por peixe, couros, azeite, sumagre ou cortiça).
5. Também aqui perguntei a quem sabia; e explicaram-me que se só em julho ou agosto é possível prever a produção de castanhas, por exemplo (e mesmo assim ela pode alterar-se com fenómenos climáticos de última hora), já o ano de fruta que se colhe mais cedo pode ser estimado meses antes. Agradeço as informações à minha amiga Laura Gil, da Biblioteca Central da Faculdade de Letras do Porto.
6. Pesado em quintais ou arrobas. Insisto no carácter meramente indicativo destes cálculos. Deixei de fora uma meia-dúzia cuja nacionalidade ou etnia não consegui determinar com segurança.
7. Gonçalo Rodrigues, mercador (de onde?), vende num ano 144 seiras de passa, quando a média dos produtores cristãos era de sete seiras.
8. Temos portanto pelo menos três celeiros? Um do bispo de Silves, outro do cabido e um outro de um particular? Ou um único celeiro, em que pelo menos dois privados têm uma percentagem significativa? Sem outros elementos de prova, inclino-me para esta última possibilidade.
9. Agradeço ao Luís Amaral, responsável comigo pelo Seminário de História Medieval da FLUP, no qual este problema foi colocado, e a todos os alunos desse seminário, com uma contribuição particular do Paulo Cunha. Agradeço à Prof.^a Iria Gonçalves, a pessoa que mais sabe sobre o assunto e que passou tempos sem fim, ao telefone, comigo, para partilhar as suas certezas e as suas dúvidas.
10. Manuela Santos Silva (1989) fez um estudo cuidadoso do problema e sugeriu uma geração de intervalo entre os dois documentos. Mas penso que, em 309 nomes do mesmo concelho, apanhar apenas nove repetidos ou relacionados, mais ainda com a praga das homónimias medievais, deve aconselhar alguma reserva em relação à sua proposta.
11. Feitas as contas, variadas e não muito claras, o que fala (Vasco Afonso?) informa que dessa verba gastou apenas 76.220 reais.
12. Não quero dizer que os produtores e mercadores fossem sempre exemplares. Vizinhos de Tavira são acusados de venderem antecipadamente as produções; e quando os mercadores estrangeiros vêm reclamar o que é deles, eles, por não poderem dar aquilo a que se comprometeram, ausentam-se de casa e andam escondidos. E desse modo ficam a dever durante dez, quinze, vinte anos.
13. Diz Romero Magalhães (1970, p. 192) que seriam barcos de baixa tonelagem, rápidos e económicos, ocupando oito ou nove marinheiros.
14. Há ainda tanto por saber mesmo acerca das produções algarvias! Conhecemos a pesca da baleia até tarde, mas durante o período muçulmano do Algarve, nos séculos x e xi, saía âmbar cinzento e, muito mais surpreendente, «boa lâ para Itália». Esta informação, que Alberto Iria colhe em bibliografia estrangeira (DP, II-2, p. 411), terá evidentemente de ser melhor analisada e confirmada.

BIBLIOGRAFIA

- BOTÃO, M. de F. (2009) – *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval. O caso de Loulé*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- D.P. = IRIA, A. (1988) – *O Algarve e os descobrimentos*. In MARQUES, J. M. da S., ed. lit. – *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua história*. Lisboa: I.N.I.C. vol. II, tomo 2. Reprodução fac-similada da edição original de 1944.
- DUARTE, L. M. (2012) – Tomar o pão dos coitados. Para repensar a crise do século XIV em Portugal. In GARRIDO, Á.; COSTA, L. F.; DUARTE, L. M., coord. – *Economia, Instituições e Império. Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães*. Coimbra: Almedina. p. 241-261.
- FONSECA, L. A. da (1978) – *Navegación y Corso en el Mediterraneo Occidental. Los Portugueses a mediados del Siglo XV*. Pamplona: Universidad de Navarra.
- FONSECA, L. A.; PIZARRO, J. A. (1987) – Algumas considerações sobre o comércio externo algarvio durante a Idade Média. In *Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, 1, Loulé, 1984: Actas. Loulé: Câmara Municipal. p. 61-89.
- GONÇALVES, I. (1987) – Despesas da Câmara Municipal de Loulé em meados do século XIV. In *Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, 1, Loulé, 1984: Actas. Loulé: Câmara Municipal. p. 185-204.
- GONÇALVES, I. (1989) – Um começo de vida: O património de jovens casais louletanos de Quatrocentos. *Penélope: fazer e desfazer a História*. Lisboa, 3, p. 7-19.
- GUERREIRO, M. V.; MAGALHÃES, J. R., ed. lit. (1983) – *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*. Lisboa: Sá da Costa.
- MACHADO, M. de F. (2016) – *Fundo dos órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI*. Loulé: Arquivo Municipal.
- MAGALHÃES, J. R. de (1970) – *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos.
- MARQUES, A. H. de O. (1989) – Para a história do Concelho de Loulé na Idade Média. In *Jornadas de História Medieval do Algarve e da Andaluzia*, 3, Loulé. Actas. Loulé: Câmara Municipal. p. 17-33.
- SILVA, M. S. (1989) – Para o estudo da produção frutícola do concelho de Loulé. Os «Livros de Repartição da Fruta» do século XV. In *Jornadas de História Medieval do Algarve e da Andaluzia*, 3, Loulé. Actas. Loulé: Câmara Municipal. p. 255-264.
- SOUSA, A. de (1992) – O Discurso do Algarve nas cortes do século XV. *Cadernos Históricos*. Lagos, III, p. 9-27. Reeditado em *O Parlamento Medieval Português e outros estudos*. Porto: Fio da Palavra, 2014. p. 281-296.
- SOUSA, A. de (1994) – Tempos medievais. In RAMOS, L. A. de O., dir. – *História do Porto*. Porto: Porto Editora. p. 119-253.

CRISTANDADE TO CHRISTIANITY A CHRÉTIENTÉ

... mudaram os
... Os homens
... das autoridades
... dos castelos,
... em igrejas,
... substituindo
... públicas

The Christian conquest (13th century) brought new rulers and desires to the Algarve. The men from the north took over from the former Muslim authorities in running the towns and castles, while the mosques were converted to churches. Latin, and then Portuguese, gradually replaced Arabic as the language of prayer, public ceremonies and official documents.

The change was brusque and, at times, traumatic, as was the case in Tavira, Silves and Faro, whose defenders were indiscriminately slaughtered. In other cases, the violence was limited to a show of strength and a rule-abiding siege. This was what happened in Faro and Loulé: there are reliable indications in both cases of a surrender negotiated with Afonso III.

After the Christian conquest, the elite and the Muslim populations were safeguarded by the pacts established with the monarch and under the protection of the privileges granted to the free Moors. Due to these communities, a good part of what defined the old Islamic civilisation was preserved, with only a few sporadic changes under the influence and customs of the men from the north, giving birth to a new identity. This was the case in Loulé and everywhere else.

Lors de la conquête chrétienne (XIII^e siècle), les seigneurs et les vassaux ont changé dans la région de l'Algarve. Les hommes du Nord ont remplacé les anciennes autorités musulmanes et ont commencé à diriger les cités et les châteaux, tout en convertissant les mosquées en églises. Le latin, et plus tard le portugais, ont peu à peu remplacé l'arabe dans les prières, les cérémonies publiques et dans les documents officiels.

Le changement, brusque, a quelques fois été traumatisant. Tel fut le cas à Tavira, à Silves et à Faro, par exemple, où les défenseurs ont été passés au fil de l'épée. Dans d'autres cas, la violence s'est limitée à une démonstration de force et à un siège en bonne et due forme. Cela a été le cas à Faro et à Loulé, villes pour lesquelles il existe des indices crédibles d'une reddition négociée avec Afonso III de Portugal.

À la suite de la conquête chrétienne, les élites et les populations musulmanes ont vécu à l'abri, grâce aux pactes établis avec le roi et à la protection que leur accordaient les edicts visant les Maures libres. Grâce à ces communautés, une bonne partie de ce qui correspondait à l'ancienne civilisation islamique a été conservée, avec que quelques changements sporadiques liés à l'influence des us et coutumes des hommes du Nord, donnant lieu à la création d'une nouvelle identité. Cela s'est produit à Loulé comme partout ailleurs.



... mudaram os
... Os homens
... das autoridades
... dos castelos,
... em igrejas,
... substituindo
... públicas

... mudaram os
... Os homens
... das autoridades
... dos castelos,
... em igrejas,
... substituindo
... públicas

... mudaram os
... Os homens
... das autoridades
... dos castelos,
... em igrejas,
... substituindo
... públicas

437. – 442. Aprestos de guerra

437. Ponta de bainha de punhal ou de espada, em bronze

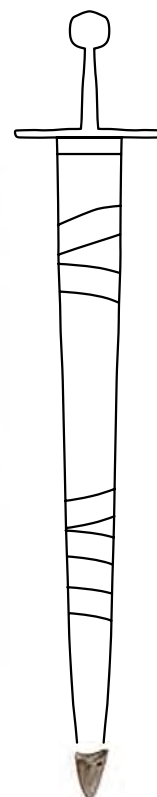
Salir, Salir

Séculos XII-XIII d. C.

3,1 x 2,2 x 0,8 cm

Museu Nacional de Arqueologia

983.1214.1



440.



439.



438.

438. – 440. Pelouros de pedra (projéteis)

Castelo de Loulé, São Sebastião;

Castelo de Salir, Salir

Época medieval

4,7 x 4,7 cm, 150 g; 6 x 6 cm,

219 g; 6 x 6 cm, 250 g

Museu Municipal de Loulé

MLA0483, MLA0484, MLA0624

441. Espora de ferro

Proveniência desconhecida, Ameixial

Final do século XIII-início do XIV d. C.

25,3 x 8,1 x 3 cm

Museu Municipal de Faro

Arq-00148



442. Arreios de cavalo em ferro e bronze

Apra/Torres de Apra, São Clemente

Séculos XIV-XV d. C.

8 x 8 x 1,5 cm

Museu Nacional de Arqueologia

983.1048.1



Todos estes objetos serviam para praticar a violência e fazer a guerra. Dão testemunho da importância que elas tinham nas sociedades antigas, organizadas para a guerra. Todo o homem livre possuía uma arma, apenas um cutelo, ou um punhal, uma adaga, uma espada, uma lança. Com elas combatiam, se necessário, servindo-se delas para se defenderem e se protegerem no campo, ou em viagem. As peças que melhor evocam essa presença da guerra são os pelouros de pedra, com pesos entre os 150 e os 250 g (cat. 438 a 440), usados em fundas, durante as batalhas e os cercos, e, sobretudo, a ponteira de bainha em bronze, de forma triangular (cat. 437), provavelmente de um punhal, dadas as suas dimensões. Os outros artefactos são aprestos de um cavaleiro e da sua montada, a arma de guerra mais eficaz e prestigiada na época

medieval. A espora em ferro (cat. 441) é de roldana, mas esta está na extremidade de um longo espeto, comum às esporas de espeto mais antigas. O último artefacto, em ferro e bronze, pertence aos arreios de um cavalo (cat. 442) e tem paralelo numa peça da época nazarí, proveniente do Alhambra. À exceção dos pelouros de pedra, de cronologia menos segura, todas pertencem a contextos de transição: a bainha aos séculos XII-XIII, a espora a finais do século XIII, ou a inícios do XIV, sendo a peça de arreo desta centúria, ou já da seguinte. Sinal dos contactos que a Loulé cristã mantinha com o reino de Granada.

LFO

Bibliografia:

Soler del Campo, 1993; Monteiro, 1998; Barroca, Monteiro, 2000; Marinetto, 2013.

443. – 460. Alfaias domésticas (cerâmica)

443. Candeia vidrada

Loulé – Casa das Bicas, São Clemente

Séculos XIII-XIV d. C.

9,4 x 7,2 x 5 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2180

444. – 445. Candeias

Castelo de Loulé, São Sebastião

Séculos XIV-XV d. C.

8,6 x 8,1 x 3,3 cm; 8,9 x 7,1 x 3,6 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0487, MLA0489



446. Malga vidrada

Castelo de Loulé, São Sebastião

Séculos XV-XVI d. C. (?)

6,7 x 13,7 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2065



447. Taça

Castelo de Loulé, São Sebastião

Séculos XIII-XV d. C.

7,4 x 20,5 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA0492



448. Prato vidrado melado com decoração em manganês

Loulé – Novo Mercado Municipal, São Clemente

Séculos XIII-XIV d. C.

5 x 24,5 cm

Museu Municipal de Loulé

MLA2083



449. – 451. Panelas

Castelo de Loulé, São Sebastião;
Cerro da Vila, Quarteira;
Mar de Vilamoura-Quarteira, Quarteira
Séculos XIII-XIV d. C.; Séculos XIV-XV d. C.;
Séculos XIV-XV d. C. (?)

17 x 21,4 cm; 15,8 x 18 cm; 11,7 x 17 cm
Museu Municipal de Loulé; Museu e Estação
Arqueológica Cerro da Vila
MLA0498; CV/80/5, CVD/5

452. Cantarinha

Castelo de Loulé, São Sebastião
Séculos XIV-XV d. C.
23 x 19,6 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0490



453. Jarro

Castelo de Loulé, São Sebastião
Século XV d. C.
24,2 x 15,5 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0493



454. Bilha

Loulé – Novo Mercado Municipal,
São Clemente
Séculos XIII-XV d. C. (?)
16,5 x 13,8 cm
Museu Nacional de Arqueologia
17080



455. Jarro

Loulé – Novo Mercado Municipal,
São Clemente
Séculos XIII-XV d. C. (?)
15,4 x 9,4 cm
Museu Nacional de Arqueologia
17083



456. Pote vidrado

Loulé – Travessa de Martim Farto, n.º 10,
São Clemente
Séculos XIV-XV d. C.(?)
12,6 x 12,7 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA1976



457. – 458. Púcaros

Castelo de Loulé, São Sebastião
Séculos XIV-XV d. C.(?); Séculos XV-XVI d. C.(?)
8,8 x 8,5 cm; 8,7 x 9,2 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0494, MLA0495



459. – 460. Púcaros

Loulé – Novo Mercado Municipal,
São Clemente; Cerro da Vila, Quarteira
Séculos XV-XVI d. C.(?)
11,4 x 13,8 cm; 17,7 x 15,8 cm
Museu Municipal de Loulé; Museu e Estação
Arqueológica Cerro da Vila
MLA2178; CV/60/9

Era de cerâmica a maior parte dos utensílios domésticos usados na Loulé da Baixa Idade Média. Com um repertório variado, bem adaptados às especificidades das funções que deviam cumprir, tais utensílios seguiam os modelos do período anterior. A conquista cristã não interrompeu a tradição cerâmica de época islâmica e os oleiros mudéjares terão mantido a sua atividade artesanal, dando continuidade a técnicas e formas dos tempos almóadas, adaptando-as ao gosto cristão. É nas candeias (cat. 443, 444 e 445), nas panelas (cat. 449, 450 e 451), nas caçoilas (cat. 447) e nos púcaros e jarros (cat. 457, 458 e 459 e 453) onde é mais visível a herança islâmica nas formas. No que respeita às técnicas, a continuidade fica patente no domínio da cerâmica vidrada, na loiça de mesa, sendo frequente a combinação de traços de manganês sobre fundo melado (cat. 448). Mantinham-se, assim, os temas ornamentais mais esquemáticos, com uma simbologia islâmica menos evidente. Este processo não é novo – a tecnologia da cerâmica islâmica já tinha sido assumida pelos conquistadores desde a ocupação do vale do Tejo –, mas o contacto com a cerâmica almóada veio renovar o

repertório de técnicas ornamentais e de formas. Com uma preferência pelos vidrados verdes (cat. 456), pelas matrizes estampilhadas nas peças grandes (cat. 462, infra) e pelos fundos estreitos para os recipientes fechados (cat. 460, 463 ou 458). Também se adaptaram ao português alguns dos nomes originais destes objetos. Foi esse o caso da palavra ALGUIDAR, procedente do árabe GUDĪĀR, que está documentada de forma abundante nos textos portugueses desde finais do século XIV, tal como ocorre, por exemplo, nas *Actas da Vereação* de Loulé. Nesta tradição islâmica foram incorporadas, ainda, formas e temas ornamentais ao gosto das gentes do Norte. Novos tipos de tigela (cat. 446), ou de jarro (cat. 455), semelhantes aos pichéis, ou temas cristãos como a flor-de-lis (cat. 462, infra), os brasões e as inscrições religiosas, dominam a iconografia dos objectos usados pela nova sociedade saída da conquista cristã.

SGM

Bibliografia:

Roselló Bordoy, 1994; Luzia, 2003; Luzia, 2009.



461. Gárgula vidrada, decorada com serpentes

Proveniência desconhecida, Loulé?

Séculos XIV-XVI d. C.

78,5 x 9 cm (topo) / 23,5 cm (base)

Museu Nacional de Arqueologia

2016.119.1



462. Bocal de poço

Loulé – Novo Mercado Municipal,
São Clemente

Séculos XII-XIV d. C.

75 x 59 cm

Museu Nacional de Arqueologia

17088

Diz um provérbio berbere que a água não dorme. De forma simples, o adágio atesta o valor da água nas sociedades antigas do Mediterrâneo e evoca, em particular, os saberes associados ao governo desse bem indispensável. Recorda o cuidado que ela exige para ser usada, conduzida, ou armazenada, e para assim poder ser fecunda, sob pena de se escoar, ou ganhar outras proporções como nas enxurradas. Como herdeiro da civilização romana, o mundo muçulmano guardou as técnicas de captação e de condução de água e usou-as para criar sistemas de rega de pequena dimensão, bem adaptados à produção hortícola, animada pela revolução agrícola dos séculos XI e XII. Na ribeira do Cadoiço, junto ao bairro da Mouraria, desenvolveu-se uma estrutura hidráulica deste tipo, com mais de 800 metros de extensão, incluindo uma comporta e uma canha (levada subterrânea) com 115 m, além de cinco tanques. Irrigava várias parcelas e movia quatro moinhos, propriedade de cristãos e de muçulmanos. Era certamente esse o caso do hortelão Azmete Lousseiro em Março de 1408, que à data se lamentava do desvio da água para os moinhos, em prejuízo das hortas.

Dessa cultura da água e da sua continuidade na sociedade louletana dos séculos XIV e XV falam dois dos objetos expostos. Um deles é um bocal de poço em cerâmica (cat. 462), recolhido incompleto e em fragmentos (19) de um poço entulhado no interior das muralhas, defronte da porta de N. Sr.^a do Carmo. De tradição islâmica, a peça tem forma de prisma octogonal, com motivos incisos de estrelas e estampilhados, entre os quais se reconhece uma flor-de-lis, símbolo comum nas produções de época cristã. Na aba do bocal, num dos cantos do octógono, ostenta uma estampa gasta, com o desenho de uma ave alada, talvez com a função de carimbo. São conhecidos outros bocais de poço em cerâmica, de características semelhantes

e com uma cronologia baixo-medieval, quer em Espanha, quer em Portugal como o exemplar que se conserva *in situ* na Mouraria da cidade alentejana de Moura. Em contrapartida, na arquitectura medieval são mais raras as gárgulas em cerâmica (cat. 461), posto que elas já surjam, em época islâmica, sob a forma de tubos vidrados, como neste caso. Apresenta esta um bordo em forma de cordão, com três caneluras, e está decorada com outro cordão enrolado em hélice, que se divide em quatro no topo, terminando cada um deles numa cabeça de serpente, duas delas já desaparecidas. As cabeças de serpente deste exemplar são um elemento iconográfico claramente conotado com a água. Em contexto cristão, podem encontrar-se paralelos para gárgulas deste tipo em Cáceres, na *Casa de las Veletas* do século XVI.

Apesar de estar registada como proveniente do centro histórico de Loulé, há dúvidas quanto à origem desta peça. Num registo mais antigo, o Livro 1 de Tombo do Museu, conserva-se a referência a um bem cultural, com uma morfologia muito semelhante, que deu entrada no Museu em «Julho de 1910», e que foi inventariado com o número «3043». A este número de inventário corresponde a seguinte descrição: «Biqueira cónica de barro vidrado ornamentado com quatro cobras». Foi comprado a «Manuel J. Duro» e, segundo o vendedor, foi «achada em Beja nas ruínas do Palácio dos Infantes», confinante com o Convento de Nossa Senhora da Conceição.

A existência de dois registos ativos – Loulé e Beja – não permite determinar, de momento e de forma indubitável, se eles dizem respeito a peças distintas, mas semelhantes, ou se ambos são relativos ao mesmo bem cultural.

LFO/SGM

Bibliografia:

Barceló et al., 1986; Macias, 1993; Bolens, 1994; Barão, 2014; Herrero Ferrio, 2016.





463. Fecho de abóbada

Loulé – Convento da Graça, São Clemente
Séculos XV-XVI d. C.
33 x 59 x 54 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0562

Proveniente do convento da Graça, apresenta como motivo central uma figura coroada que segura na mão direita uma espada nua, voltada para baixo; a base desta figura está recortada de maneira a formar perpendicularmente uma roda dentada, dentro da qual se inscreve um escudo com uma cruz pátea grega, encimada por duas bilhetas com decoração em ziguezague. Tal figura tem sido identificada como D. Afonso V, com base em dois atributos régios (coroa e espada) e na presença da roda de azenha, sua empresa. A espada encontra-se em posição inusual para emblema de poder soberano, uma vez que costuma figurar voltada para cima; neste caso, porém, ela poderia associar-se à iconografia específica de D. Afonso V, como expressão da lenda da torre e espada, patente no *espadim* cunhado por este soberano. Contudo, a identificação positiva da figura exigiria a presença das armas reais, ausência tanto mais inexplicável quanto foi de facto incluído um escudo no sopé da escultura. Por outro lado, os atributos

presentes ligam-se todos à iconografia de St.^a Catarina de Alexandria, cujo culto está documentado no Portugal tardo-medieval: a coroa do martírio (também alusiva à condição principesca a que ela renunciava ao recusar-se a casar com o imperador Maximiano), a roda de navalhas do seu suplício e a espada da sua degolação, figurada aqui na posição habitual. Além da inteira coincidência iconográfica, ficaria assim explicada a cruz do escudo, alusiva à vitória da fé. A plausibilidade desta identificação vê-se acrescida pela maior coerência com a sua representação num fecho de abóbada, onde a presença de figuras devocionais é habitual, ao contrário do que sucede com os retratos régios. Raciocínio similar ao aqui exposto aplica-se outrossim a uma pedra de fecho de abóbada conservada no Museu de Évora, relacionável com a presente.

MMS

Bibliografia:
Gomes e Serra, 2001-2002.



464. Cabeceira de sepultura

Loulé – Igreja de São Clemente,
São Clemente
Época medieval
35,2 x 8,8 cm
Museu Municipal de Loulé
MLA0556

O fragmento de cabeceira de sepultura (ou estela discóide) é um das nove que se conhecem em Loulé, já objeto de estudo anterior. Como as restantes, é peça de cronologia medieval, talhada em calcário da região e vinda de São Clemente, onde foram alegadamente encontradas, durante as obras de 1971. Tais estelas marcavam o local da sepultura, sendo compostas por uma parte circular, normalmente decorada, e outra retangular ou em espigão, que se enterrava para sustentar a peça, mas que se quebra com facilidade, não se conservando como neste caso. Mais vulgares que os túmulos em pedra, salvaguardavam algo da memória social dos defuntos, quando nelas se esculpiam símbolos ou objetos típicos das atividades que eles

exerciam. As que se restringem à figuração de cruces são as mais comuns. Numa das faces, o fragmento exposto tem uma cruz pátea, com as extremidades em bisel e um ponto ao centro da intercessão dos braços. A cruz insere-se numa moldura circular, incompleta. Na outra face, o centro ostenta uma flor-de-lis. A presença deste símbolo é comum em estelas francesas, mas também em Espanha e em Portugal, por ser um dos elementos mais presentes na heráldica dos séculos XIII e XIV, embora também se associe à Virgem Maria, protetora dos defuntos.

CVF

Bibliografia:

Correia, 1918; Moreira, 1984; Gomes, 1995; Moreira, 2005.



465. Suporte de túmulo

Loulé – Horta d'El Rei/Rossio, São Sebastião
Finais do século XIV-século XV d. C.

81,8 x 38 x 25 cm

Museu Municipal de Loulé

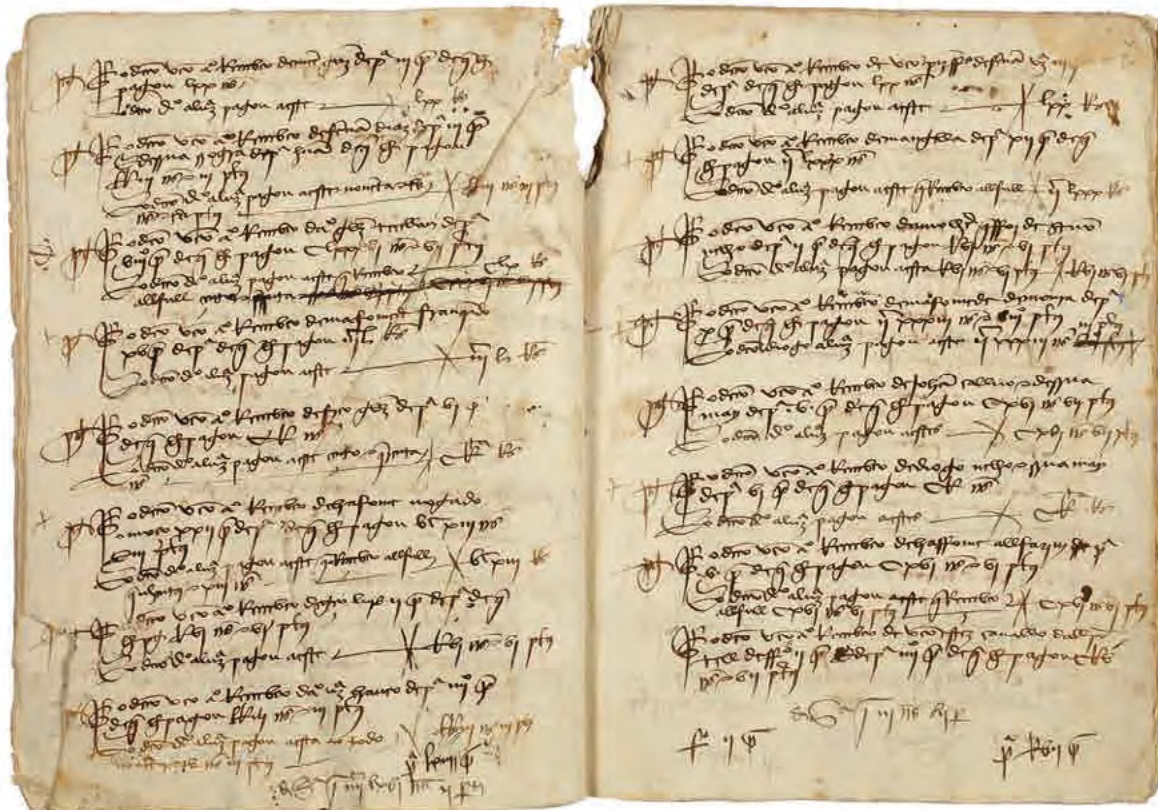
MLA0565

Talhada em pedra calcária, a escultura representa um leão sentado sobre as quatro patas, parte do suporte (quatro, ou seis leões) de um conjunto tumular, formado por arca sepulcral e respetiva tampa (lisa, decorada, ou com figura jacente). O animal tem o dorso desbastado para nela assentar a pedra plana da parte inferior da arca, e apresenta uma cabeça de grande formato, imponente, com olhar frontal e com a boca semiaberta para revelar os dentes, assim dissuadindo quem quisesse profanar o túmulo. Não se conhece a fortuna histórica da peça porque o túmulo original foi desmantelado, mas supõe-se que provinha da igreja de S. Clemente, ou do convento de S. Francisco, já que estas peças têm uma

cronologia ampla e variável, de finais do século XIII ao século XV. As arcas sepulcrais assentes sobre leões constituíram o modelo mais comum na tumulária medieval portuguesa, embora se usassem peças com outras formas, como colunas, ursos, figuras híbridas e antropomórficas em cenas de luta ou de subjugação. De esculturação algo fruste, este leão sugere uma autoria local/regional, de um artífice sem grande perícia ou conhecimento de modelos estilísticos mais naturalistas.

CVF

Bibliografia:
Catarino, 2002.



**466. Livro de Receita e Despesa/
Repartição da fruta**

Loulé

Segunda metade do século XV d. C.

30,3 x 22,7 cm (fechado) / 44,5 cm (aberto)

Arquivo Histórico Municipal de Loulé

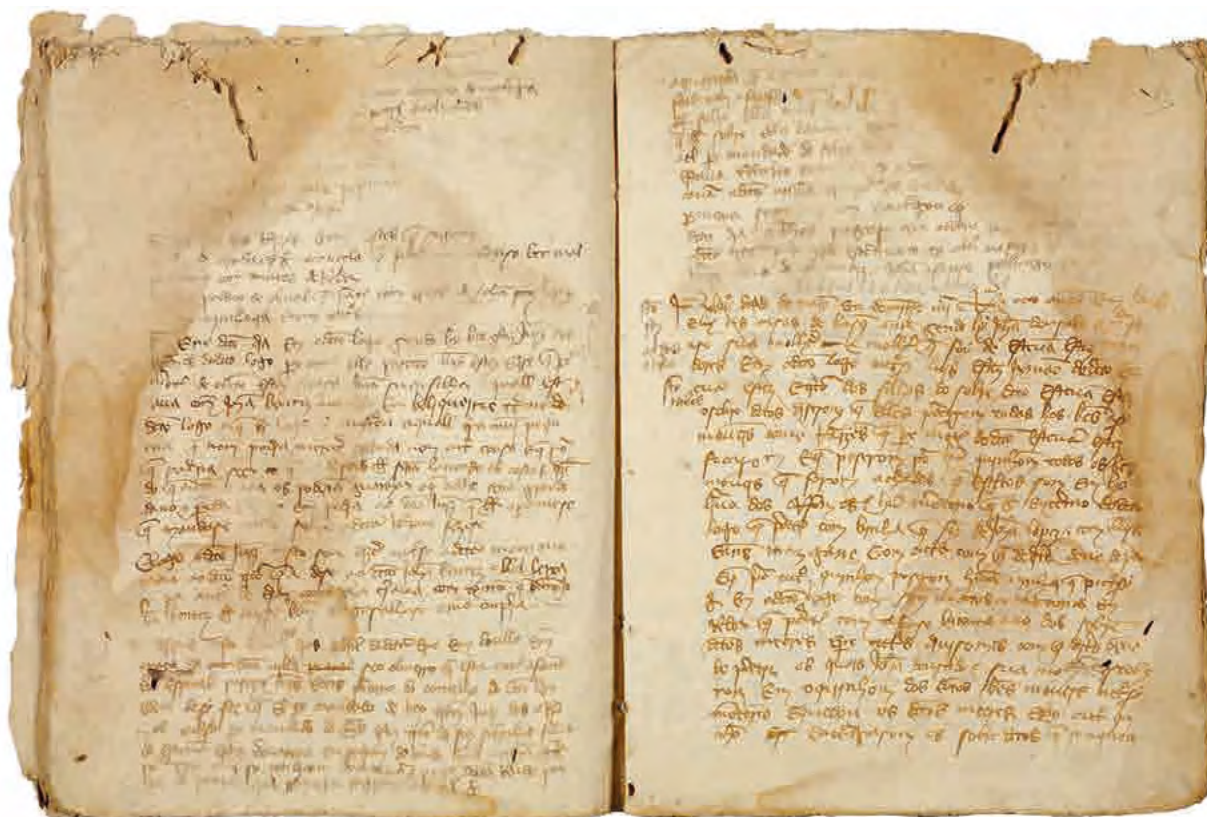
PT/AMLE/AL/CMLLE/E/A/01/liv.003

Em 10 de agosto de 1394, as autoridades municipais proibiram a corretagem privada da compra e venda de figos e passas, a principal produção agrícola de Loulé, daí em diante monopolizada pelo concelho. O *Livro de Receita e Despesa* resulta desta realidade. Embora incompleto, por faltar a parte inicial, os seus vinte fólios transmitem o nome de 243 indivíduos, que entregaram a sua produção a Vasco Afonso e foram pagos, em conformidade, por Diogo Álvares, ambos oficiais municipais. Entre estes, contam-se homens e mulheres, cristãos, muçulmanos e judeus. No seu conjunto, o documento atesta a complementaridade desta produção agrícola entre os cristãos (67 %), e os muçulmanos,

que cobrem praticamente a restante percentagem, com a participação de apenas 5 judeus (2 %), quatro dos quais homens. De resto, na questão de género, atesta-se sobretudo a presença de 24 mulheres cristãs, todas produtoras de figos e passas (15% contra um total de 85% de homens), mas apenas duas muçulmanas (2% do total). Ainda que não haja dados para datar o livro com precisão, alguns nomes nele mencionados permitem remetê-lo para a segunda metade do séc. xv.

MFB

Bibliografia:
Iria, 1956.



467. Inventários orfanológicos

Loulé

1406-1411 d. C.

31 x 23,8 cm (fechado) / 44 cm (aberto)

Arquivo Histórico Municipal de Loulé

PT/AMLLE/JUD/JOLLE/02/liv.001

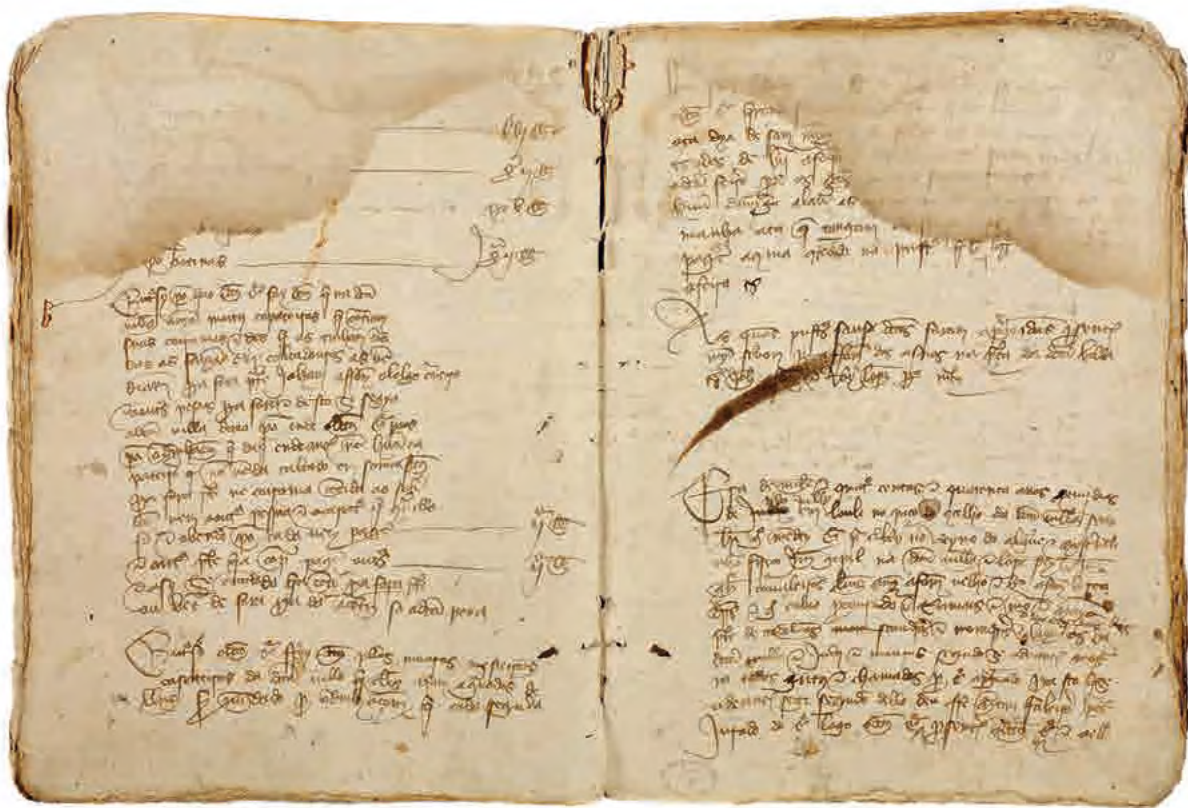
Entre os documentos do Arquivo de Loulé, encontram-se os únicos livros e processos orfanológicos medievais que se conhecem no país. No princípio do século xv, os juizes dos órfãos de Loulé mandavam registar em livro – e aqui se mostra o primeiro deles –, os actos judiciais relacionados com os órfãos, a fim de acautelar os direitos dos menores e impedir a prevaricação ou descuido de tutores menos honestos. Aí se anotava a nomeação de tutores, o inventário dos bens herdados, a execução de partilhas, o exame periódico, quando possível, das contas apresentadas pelos tutores, ou a emancipação das crianças, mas também outros actos relativos ao funcionamento da própria magistratura, como a entrada de um

novo juiz. Após meados do século xv, tais procedimentos parecem dar lugar à organização de um processo por órfão, no qual podiam ser depositados vários diplomas, por vezes produzidos por outros juizes da região, ou fora dela. Todos eles, livros e processos, possibilitam um olhar muito raro, senão único, quer sobre aquelas crianças, da sua infância e do seu quotidiano, às suas relações familiares, quer sobre os bens móveis e imóveis por eles herdados e os valores destes a preços de mercado.

GMS

Bibliografia:

Machado, 2016; Machado 2016a.



468. Ata de Vereação de Loulé, de 1402

Loulé

14 de julho de 1402 d. C.

32 x 23,8 cm (fechado) / 44,7 cm (aberto)

Arquivo Histórico Municipal de Loulé

PT/AMLLE/AL/CMLLE/B/A/01

As Atas de Vereação de Loulé consignam o pulsar da vida municipal, ao longo dos séculos XIV e XV, projetando o discurso de múltiplos atores sociais sob a tutela política do concelho, o qual se desdobra em múltiplas realidades: das reuniões fechadas, reservadas aos oficiais concelhios, às assembleias abertas, em que participam todos os estratos populacionais, incluindo os representantes das minorias étnico-religiosas, situação única em todo o universo político peninsular. A ata de 14 de julho de 1402 testemunha um destes concelhos abertos, que é dirigido pelo corregedor

da comarca do Algarve, Gonçalo Mendes. De resto, ele é enunciado em primeiro lugar, seguindo-se, depois, a referência aos oficiais municipais, o juiz, vereadores e procurador, concluindo com a menção à presença da «mais e mor e maior parte de todos escudeiros, moradores e vizinhos», homens-bons, judeus e mouros da dita vila, todos «juntos e chamados e requeridos per concelho apregoado».

MFB

Bibliografia:

Duarte, 1999-2000, p. 99-104.



469. Livro de Repartição da Fruta

Loulé

1412? / 1450? d. C.

30,5 x 22,4 cm (fechado) / 44,2 cm (aberto)

Arquivo Histórico Municipal de Loulé

PT/AMLLE/AL/CMLEL/F/C/02/liv.001

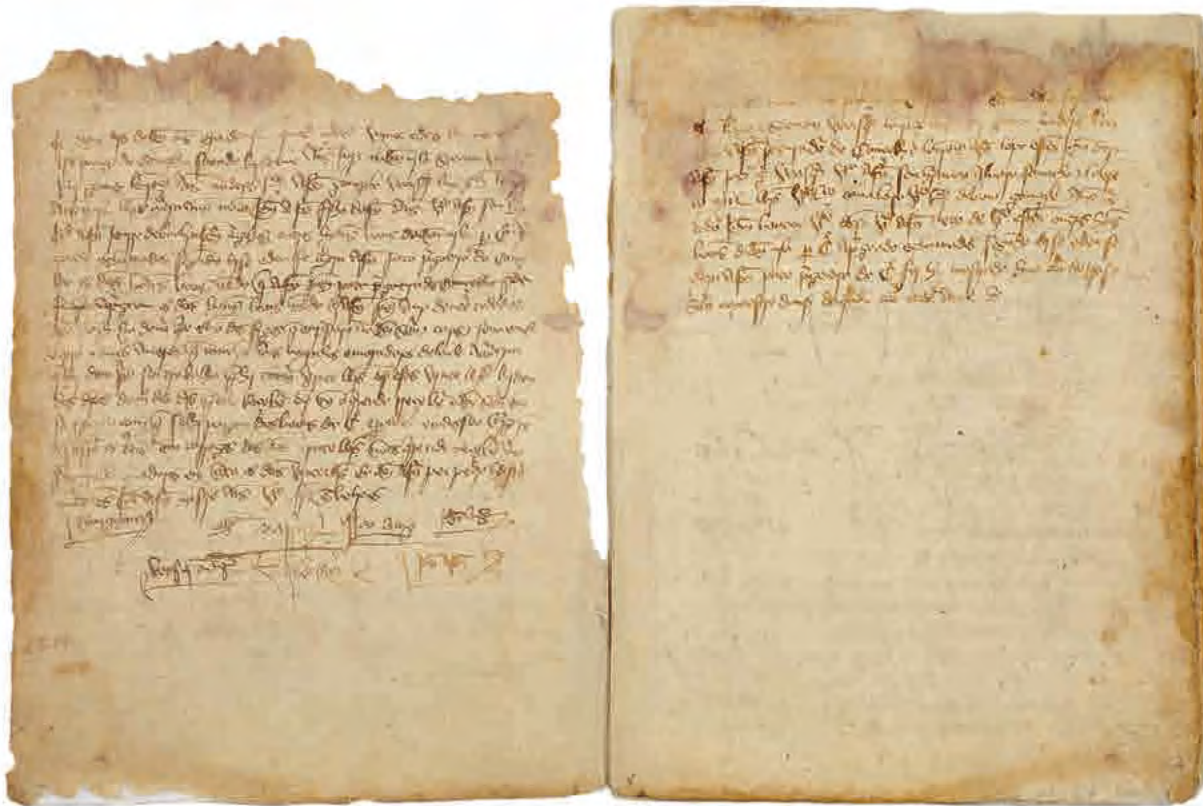
Dado a conhecer por Alberto Iria, este livro é bom testemunho da importância que a produção de fruta tinha na economia algarvia e de como ela suportou, com o vinho, o azeite, o sal e o peixe, uma atividade comercial que ligou a região aos mercados do norte da Europa. Servia para que o escrivão da Câmara registasse os nomes de produtores e quantias de passas e figos prometidas por cada um, de forma a que o concelho satisfizesse as encomendas de mercadores estrangeiros e doutra gente de negócios. Fazendo-o no fim do inverno, esperava-se pelo colher e secar da fruta, por finais de setembro, para reunir os frutos prometidos, que resistiam com facilidade a viagens mais longas, só então concluindo os pagamentos aos produtores. A lista destes atesta a dispersão de vinhas e figueirais por todo o concelho, em prédios de pequena ou média dimensão,

detidos por cristãos, muçulmanos e judeus. O valor desta produção e dos negócios a ela associados justificava as medidas de proteção das culturas emitidas pelas vereações locais, as alianças e conflitos entre os concelhos para controlar o seu escoamento, ou a ação concertada entre municípios para fazerem valer os seus interesses em Cortes. Testemunho da difusão de uma mentalidade contabilística, o próprio livro é prova daqueles contatos. A filigrana do seu papel mostra que este foi importado de Itália, o que revela a integração de Loulé e do Algarve no comércio que ligava o Mediterrâneo aos pontos mais longínquos da Europa.

JLF

Bibliografia:

Iria, 1956; Ferreira, 1985; Silva, 1989; Sousa, 1992; Ferreira, 2003.



470. Ata de Vereação de Loulé, de 1384

Loulé

12 de dezembro de 1384 d. C.

30,5 x 23 cm (fechado) / 45,4 cm (aberto)

[Caderno de 16 fólhos em papel]

Arquivo Histórico Municipal de Loulé

PT/AMLE/AL/CMLLE/B/A/01/liv.001

A meio do século XIV, o governo das povoações começava a estabilizar. Às aberturas, tumultuosas e participadas assembleias de todos os moradores da terra (do sexo masculino, é claro), sucediam pequenas reuniões dos «melhores», das elites, que, bem-entendido, se escolhiam a si próprias: reuniões duas vezes por semana, em local *apartado*, ao abrigo dos olhos e dos ouvidos do povo comum. A estrutura dos governos camarários era simples: 2 juizes, 3 ou 4 vereadores e 1 procurador, sorteados anualmente entre os membros dessas mesmas elites; os nomes rodavam, mas eram sempre os mesmos «na governança», como protestam os humildes. Essencial era o *escrivão da câmara*, que não falava nem votava, mas «secretariava» as reuniões e redigia as atas. Homem poderoso, não pelo que decidia (nada) mas pelo que sabia (tudo). Já havia atas de

vereações por 1353, no Porto, mas desapareceram, aliás como quase *todas* as atas camarárias medievais, exceto as de Loulé e do Porto e poucas mais. Esta Ata de Loulé é duplamente preciosa: por ser a mais antiga que se conhece entre nós (as que sobreviveram no Porto começam em 1390) e porque testemunha um momento único da nossa História. Veja-se a data: 12 de dezembro de 1384. D. Fernando morreu em outubro de 1383, e quando estava previsto que o reino aceitasse como regente a viúva Leonor Teles e aclamasse como sucessora a sua filha Dona Beatriz, casada com o rei de Castela Juan I, o país começou a arder, nessa gigantesca fogueira que o rei D. Pedro vira, em sonhos. Uma parte da nobreza não se revia nesta solução sucessória; e sobretudo o povo miúdo («ventres ao sol»), lhes chamou Fernão Lopes, liderado pela classe «média/baixa» dos

mesteirais – sapateiros, tanoeiros, alfaiates, carpinteiros – revoltou-se abertamente e obrigou os burgueses ricos do comércio e do serviço régio a tomarem partido contra Juan I. No Porto foi mesmo necessário cortar a cabeça ao primeiro para o segundo aceitar a liderança da revolta. No princípio havia dois partidos: o de Beatriz e Juan I, e o de D. João de Castro (filho do rei D. Pedro e de Inês de Castro, ou seja, meio-irmão de D. Fernando). Entretanto nos motins de Lisboa despontou um terceiro e improvável candidato, D. João, Mestre de Avis, filho bastardo do rei D. Pedro (portanto também ele meio irmão de D. João de Castro e de D. Fernando). O jovem Nuno Álvares Pereira já havia vencido o exército castelhano na batalha dos «Atoleiros» – a primeira vez, em Portugal, que um chefe mandou os cavaleiros desmontarem e

combaterem a pé e ganhou o combate. Em outubro de 1384, o Mestre dera um passo indispensável para se tornar rei de Portugal: convocar Cortes para Coimbra, e tentar que elas lhe dessem a legitimidade que claramente lhe faltava. Esta ata é de uma reunião realizada na Casa da Câmara, com 1 juiz, 3 vereadores e uma dezena de homens-bons: Loulé tomara abertamente o partido mais arriscado, o do Mestre de Avis, e já contribuíra para a sua causa oferecendo-lhe figos, couros, feno, mel e cera. Na sessão decide-se um pagamento (20 libras) ao louletano que se encarregou de reunir esses produtos.

LMD

Bibliografia:

Arnaut, 1960; Duarte, 2007.

BIBLIOGRAFIA

- ARNAUT, S. D. (1960) – *A crise nacional de finais do século XIV*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- BARÃO, M. A. (2014) – *Linhas de Água (Re)construídas no Barrocal Algarvio: Sistemas de reaproveitamento de água de nascente para rega e moagem*. Dissertação de mestrado policopiada apresentada na Universidade do Algarve.
- BARCELÓ, M. [et al.] (1986) – *Les aigües cercades. Els quanats de l'illa de Mallorca*. Palma de Maiorca: Institut d'Estudis Baleàrics.
- BARROCA, M.; MONTEIRO, J. G., coord. (2000) – *Pera Guerreiar. Armamento medieval no espaço português*. Palmela: C. M. Palmela. Catálogo.
- BOLENS, L. (1994) – *Agrónomos andaluces de la Edad Media*. Granada: Universidade.
- CAETANO, J. (2010) – Chave de abóbada com efígie régia. In HENRIQUES, A. C., coord. – *A Invenção da Glória. D. Afonso V e as tapeçarias de Pastrana*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga. p. 45-47.
- CATARINO, H. (2002) – *O Algarve Islâmico. Roteiro por Faro, Loulé, Silves e Tavira*. Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve.
- CORREIA, V. (1918) – Cabeceiras de sepultura. *Terra Portuguesa*. Lisboa. 25-26, p. 20-24.
- DUARTE, L. M., ed. lit. (1999-2000) – *Actas da Vereação de Loulé (Séculos XIV-XV)*. Loulé: Câmara Municipal. Separata da revista *Al-'Ulyà*. Loulé. 7, p. 99-104.
- DUARTE, L. M. (2007) – *Aljubarrota: crónica dos anos de brasa*. Porto: Quidnovi.
- FERREIRA, M. V. G. (1985) – *O «Livro de Repartição da Fruta»: Edição diplomática e estudo linguístico*. Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FERREIRA, M. V. G. (2003) – *A fruta de Loulé na Europa medieval. Análise de manuscritos do século XV*. *Al-'Ulyà*. Loulé. 9, p. 215-239.
- GOMES, M. V. (1995) – Estelas Discoides do Museu de Loulé. *Al-'Ulyà*. Loulé. 4, p. 31-43.
- GOMES, M. V.; SERRA, M. P. (2001-2002) – Representação de D. Afonso V, conservada em Loulé. *Al-'Ulyà*. Loulé. 8, p. 147-158.
- GOMES, M. V.; SERRA, M. P. (2000) – Representação de D. Afonso V, coroado e armado com longa espada. In *Pera Guerreiar. Armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal. p. 338-339.
- MONTEIRO, J. G. (1998) – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Ed. Notícias.
- HERRERO FERRIO, D. (2016) – La gárgola en el mundo hispano bajomedieval. *Revista Digital de Iconografía Medieval*. VIII: 16, p. 67-99.
- IRIA, A. (1956) – *O Algarve e os descobrimentos*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Tomo II: *Descobrimientos Portugueses*, vol. II, doc. 13, p. 449-476.
- LUZIA, I. (2003) – *Cerâmicas islâmicas da Cerca do Convento, Loulé*. Loulé: Museu Municipal de Arqueologia de Loulé. 93 p.
- LUZIA, I. (2009) – *Importa-se de escavar a minha casa? O n.º 5 do Largo D. Pedro I, em Loulé*. *Al-'Ulyà*. Loulé. 13, p. 79-105.
- MACHADO, M. de F. (2016a) – *Fundo dos Órfãos de Loulé – Séculos XV e XVI*. Loulé: Câmara Municipal.
- MACHADO, M. de F. (2016b) – *Retalhos da vida privada no século XV (Os inventários orfanológicos de Loulé)*. In *Ao tempo de Vasco Fernandes*, Viseu, 2015. Lisboa: DGPC; Viseu: Projeto Património. p. 84-100.
- MACIAS, S. (1993) – *Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico-arqueológico*. *Arqueologia Medieval*. Porto. 2, p. 127-157.
- MARINETTO, P., coord. (2013) – *Armas y enseres para la defensa nazarí*. Granada: Museo de Alhambra.
- MOREIRA, J. B. (1984) – *Typologie des stèles discoïdales du Portugal*. In *Colloque International sur la Stèle Discoïdale*, Bayonne, 1982. Bayonne: Société des amis du Musée Basque. p. 319-345.
- MOREIRA, J. B. (2005) – *Cabeceiras de sepultura medievais*. In ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V., coord. – *Construindo a Memória. As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: AAP. p. 357-36.
- ROSSELLÓ BORDOY, G. (1994) – *Arqueología e información textual: el utillaje en la cocina andalusí*. In *La alimentación en las culturas islámicas*. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional. p. 37-87.
- SEIXAS, M. M. de (2015) – *Héraldique et inscriptions dans les monnaies portugaises de la dynastie d'Avis de Jean 1^{er} à Manuel 1^{er} (1385-1521)*. In LOSKOUTOFF, Y., ed. lit. – *Héraldique et Numismatique III – Moyen Âge – Temps Modernes*. Le Havre: Presses Universitaires de Rouen et du Havre. p. 89-103.
- SILVA, M. S. (1989) – *Para o estudo da produção frutícola do concelho de Loulé (Os «Livros de Repartição da Fruta» do século XV)*. In *Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, 3, Loulé, 1987. Loulé: Câmara Municipal. p. 255-263.
- SOLER DEL CAMPO, A. (1993) – *La Evolucion del Armamento Medieval en el Reino Castellano-Leones y Al-Andalus (siglos XII-XIV)*. Madrid: Servicio de publicaciones del EME.
- SOUSA, A. de (1992) – *O discurso do Algarve nas Cortes do século XV*. *Cadernos Históricos*. Lagos. 3, p. 9-27.

IDENTIDADES

Instalação de homenagem aos guardiões das memórias do território de Loulé. As 32 fotografias são os rostos dos doadores de peças arqueológicas e dos que protegeram sítios arqueológicos.

São pessoas com a sensibilidade de atribuir aos fragmentos arqueológicos o valor da nossa memória coletiva; das que partilham generosamente parte de si com os outros doando centenas se não milhares desses objetos; das que reconhecem nesses pedaços o contributo para o futuro ao contribuir para criar conhecimento científico sobre o passado. São também pessoas que zelam pelos mais de 150 sítios arqueológicos conhecidos do concelho de Loulé, cápsulas do tempo da história de Loulé onde existem mais fragmentos dessa nossa memória.

Nas *Identidades* pretende-se homenagear, valorizar, estimar e respeitar estes bons exemplos de cidadania. De todos recebemos pedaços da história local, regional, nacional e todos, todos são a identidade de Loulé.



A FELICIDADE DE CONHECER OS GUARDIÕES DA IDENTIDADE DE LOULÉ

PEDRO BARROS

O Museu guarda a sua e a nossa memória. A sua é composta por um sem número de peças arqueológicas, de espaços e edifícios, de arqueólogos e investigadores, de funcionários e colaboradores. Contudo, hoje o Museu guarda nesses fragmentos o que fomos e o que somos. É feito destes, mas também das pessoas que têm a sensibilidade de lhes atribuir o valor da nossa memória coletiva, dos que revelam a generosidade de partilhar parte de si com os outros, dos que precisam de um lugar onde guardar a sua e a nossa identidade, dos que reconhecem nesses pedaços a criação do nosso futuro. O Museu é o espaço da excelência da cidadania.

São mais de vinte os «louletanos» singulares, cidadãos anónimos, que têm no seu nome, como sinónimo, o Museu. Alguns já são memória, ou porque nos deixaram ou porque algures apenas ficou registado o seu nome¹, muitos outros ainda nos continuam a surpreender pela singularidade² e sensibilidade. Porquê? Porque foram eles que doaram benemeritamente centenas, se não milhares, de peças arqueológicas que hoje fazem parte do Museu Municipal de Loulé. Deste modo, o conjunto de objetos pode agora ser visto e admirado por todos nós, e ao mesmo tempo estas peças

também contribuíram para criar conhecimento científico. Sem esta informação e sem este contributo, parte da história de Loulé estaria irremediavelmente perdida.

A este mundo juntamos um outro, o dos que zelam pelos locais onde ainda existem ainda mais fragmentos da nossa memória futura: os proprietários³ de alguns dos mais de 150 sítios arqueológicos conhecidos no concelho de Loulé, verdadeiras reservas de conhecimento. Pessoas que distinguem uma concentração de telhas numa parte das suas terras, ou que sabem da «pedra com letras que não se dá conta de ler» que foi para o Museu, ou que partilham a casa com a muralha do castelo, ou que deixaram arqueólogos «abrir buracos» no seu terreno, ou que revelaram os sabores da sua terra a quem a escavava, ou que partilham antigas sepulturas nas pedras ao alto, ou que sentem nas pernas cansadas as tortuosas ruas marcadas pelo tempo, ou que afetuosamente se recordam das histórias contadas que afinal fazem a História de Loulé.

Nas *Identidades*, somos convidados a conhecer os rostos dos que são os verdadeiros guardiões das memórias inscritas no território de Loulé. Pretende-se criar uma memória visual, dando rosto ao que era apenas uma lista de nomes num livro de registos ou o que



eram desconhecidos «donos» de cápsulas do tempo e assim homenagear, valorizar, estimar e respeitá-los pelos seus atos que são exemplo para outros.

Durante quatro meses foi realizada uma intensa pesquisa para saber onde hoje vive quem doou as peças arqueológicas ao Museu e de quem eram as parcelas de terra cheias de conhecimento arqueológico. Num périplo que se enriquecia todos os dias, foram mais de cinquenta as gratificantes conversas, mais de uma centena os lugares visitados e mais de três mil os quilómetros percorridos entre a Serra, o Barrocal e o Litoral de Loulé. O resultado é a personificação dos nomes neste conjunto de trinta e duas fotografias.

A instalação reconhece a importância dos exemplares atos, mas também os quer promover como bons exemplos de cidadania. Durante a viagem pela história de Loulé pretende-se motivar o visitante a querer juntar o seu rosto aos dos outros que estão expostos. Pretende-se que haja uma empatia dos visitantes com os achadores e os proprietários, que os primeiros aprendam a ser como os segundos. Este diálogo através da fotografia, como ferramenta de memória, é um meio de inspiração, de diferenciação e de formação de «novos guardiões» das identidades

a que pertencemos e também da identidade do concelho de Loulé.

Todos: umas Marias e outros Manuéis, uns Guerreiros e outros Martins, uns de cá e outros que cá ficaram, uns com bigode serrano e outros com ar gingão, uns conhecidos de todos, outros conhecidos entre eles, uns mais novos outros com mais memórias, uns mais receosos, outros mais disponíveis, uns sorrindo, outros transbordando felicidade. De todos recebemos pedaços da história local, regional, nacional e todos, todos são Loulé.

«Nuvem» de nomes dos guardiões (doadores e proprietários) da identidade de Loulé.

NOTAS

1. Diana Twist, Eduardo Arsénio, Francisco Fabião, Isidoro Martins, Joaquim Martim Carrilho, José Gregório, Lopes Serra, Manuel João Leitão de Freitas, Manuel B. Mendes, Pedro Ruivo, Vítor Borges, entre outros.

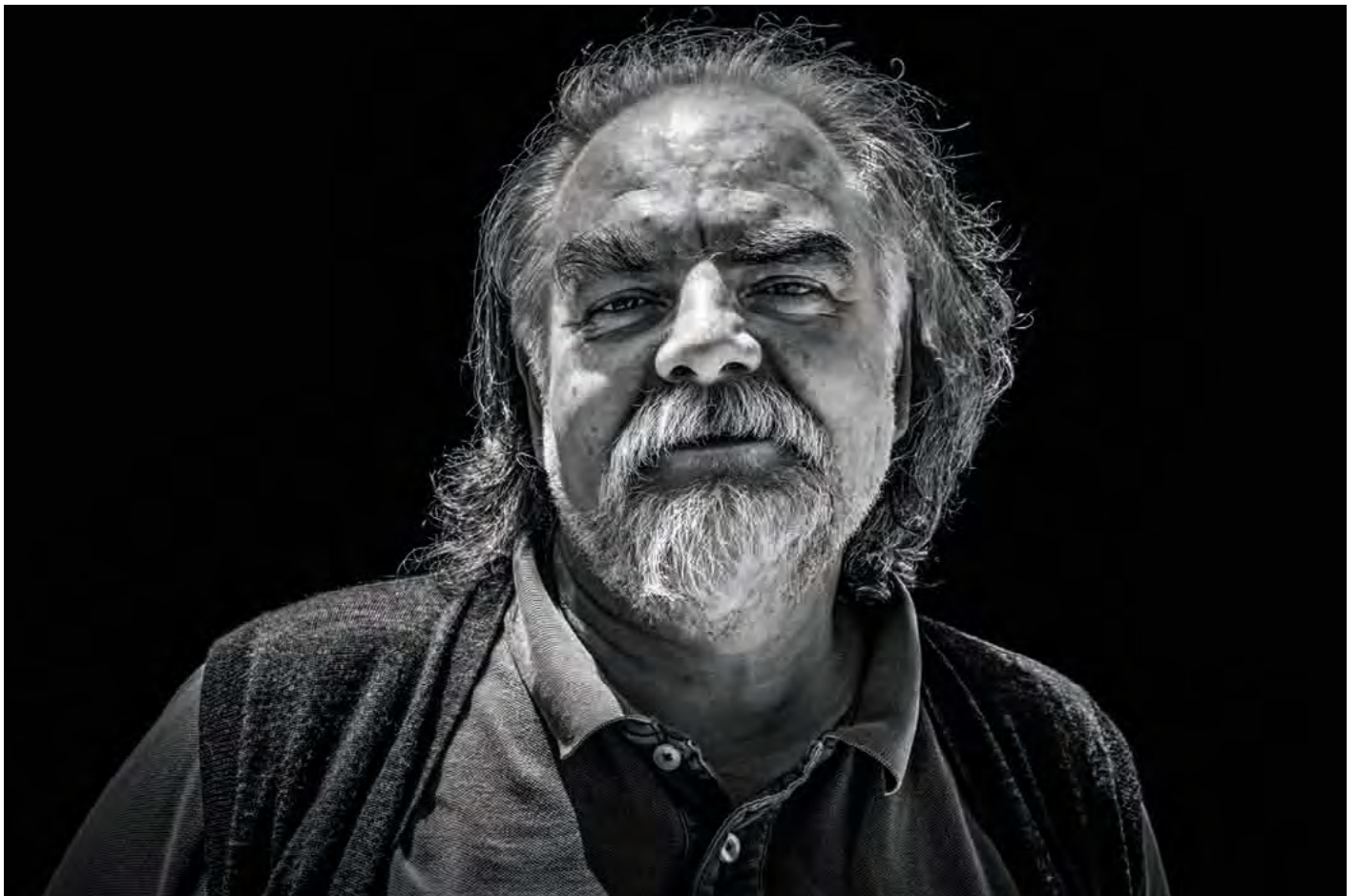
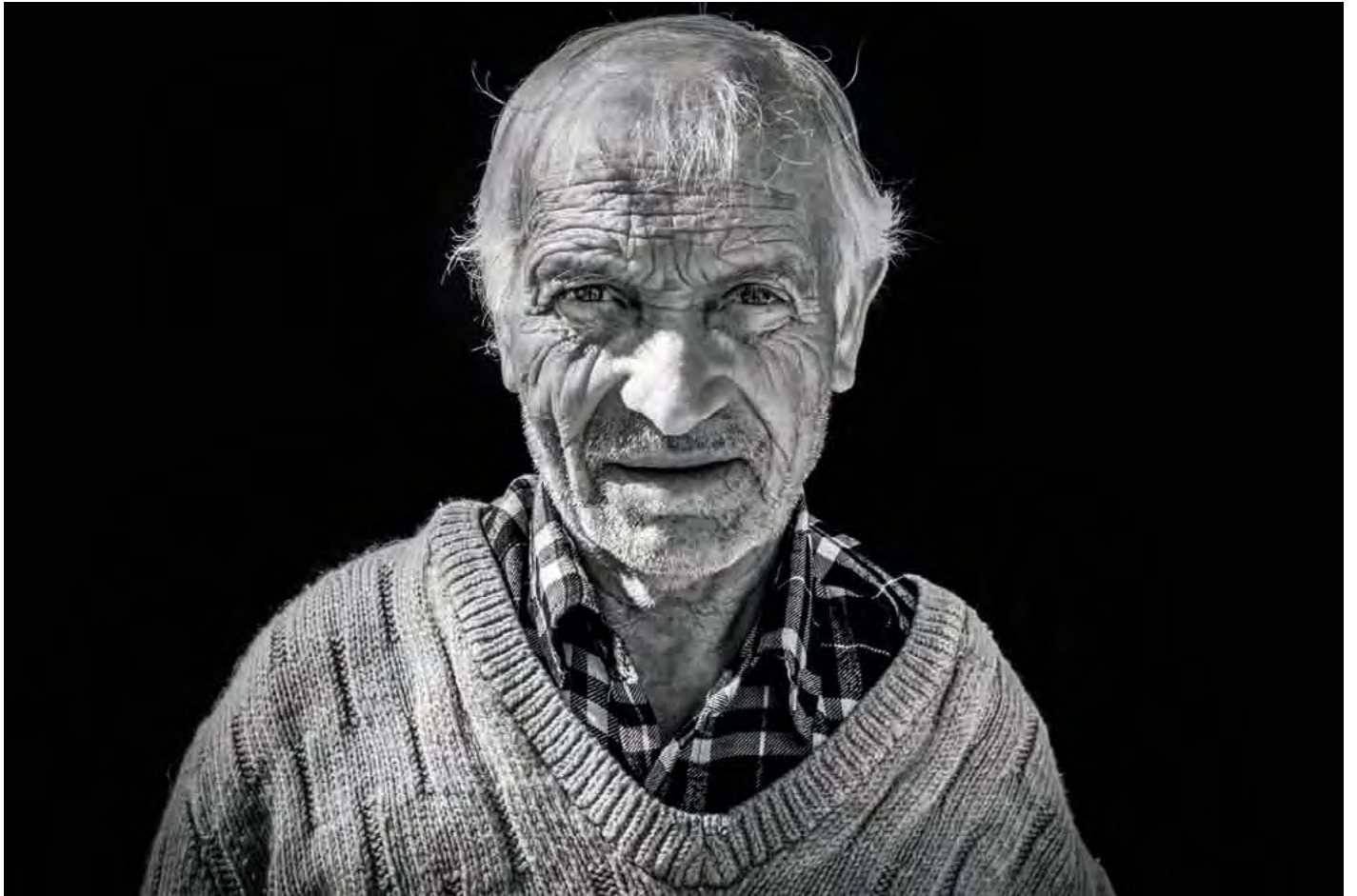
2. Armando Afonso, Artur Tomás, Felizardo Pinto, Fernando Arne de, Fernando Mendes, Gisela Brito, Júlio Fantasia Fernandes, Luís Costa, Luís João Guerreiro, Manuel da Silva Costa, Paulo Bota, Rogério Espada.

3. Amândio José Viegas, Christopher Whitewood, Francisco Custódio Tereso, Jerónimo Chaveiro, Joaquim Manuel Guerreiro, José Manel Cabeçadas, José Martins Isabel, Ludgero Dias, Luna Giovannangelo, Manuel David, Maria Bárbara Gonçalves, Maria Catarina, Maria Coelho de Jesus Guerreiro, Maria do Carmo Revez, Maria Guerreiro da Silva, Maria José Narciso, Maria Luísa Ramos Nogueira, Orlanda Baioa, Otília Maria, Vítor Manuel Guerreiro Mascarenhas.

DOADORES

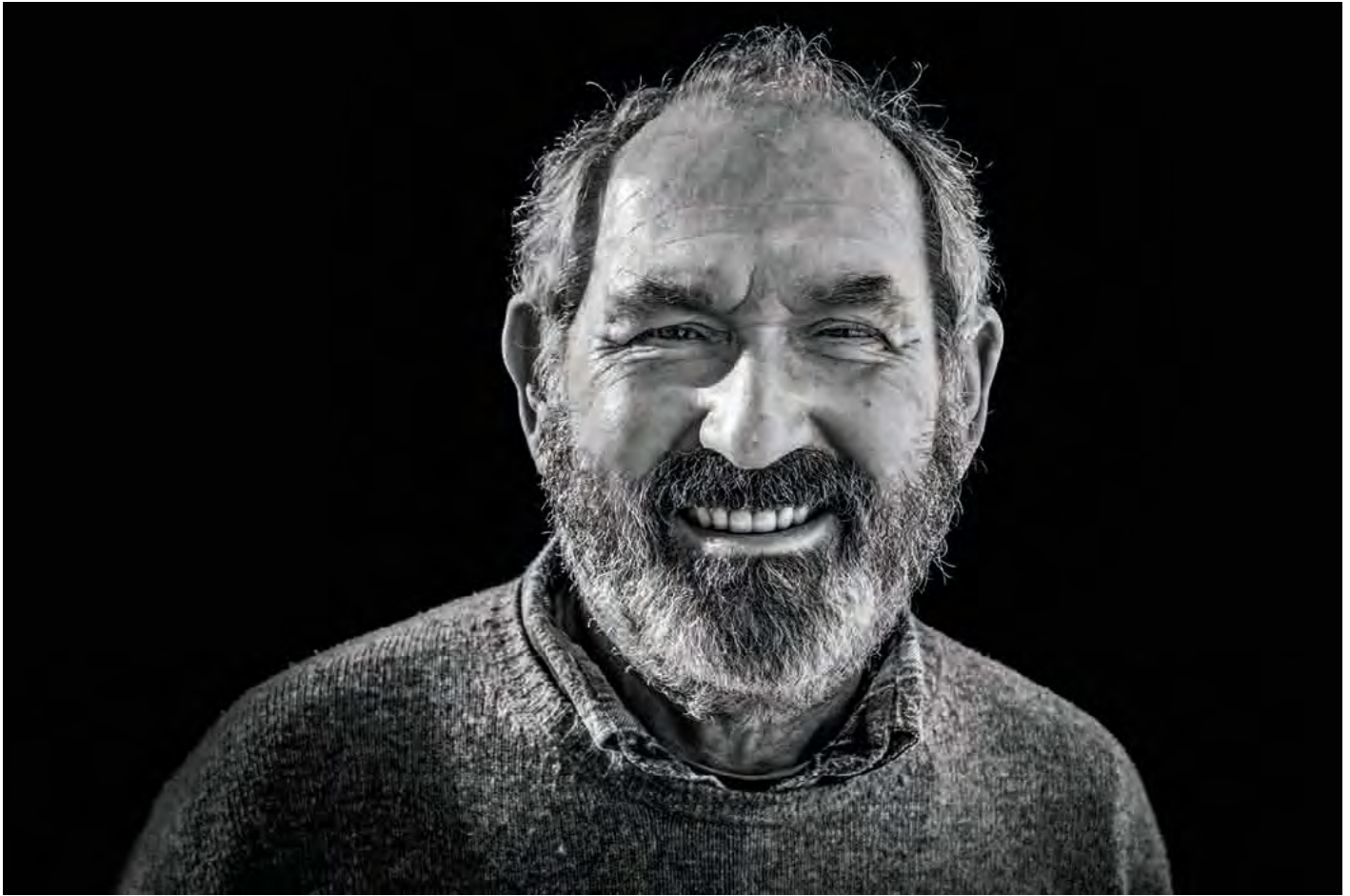








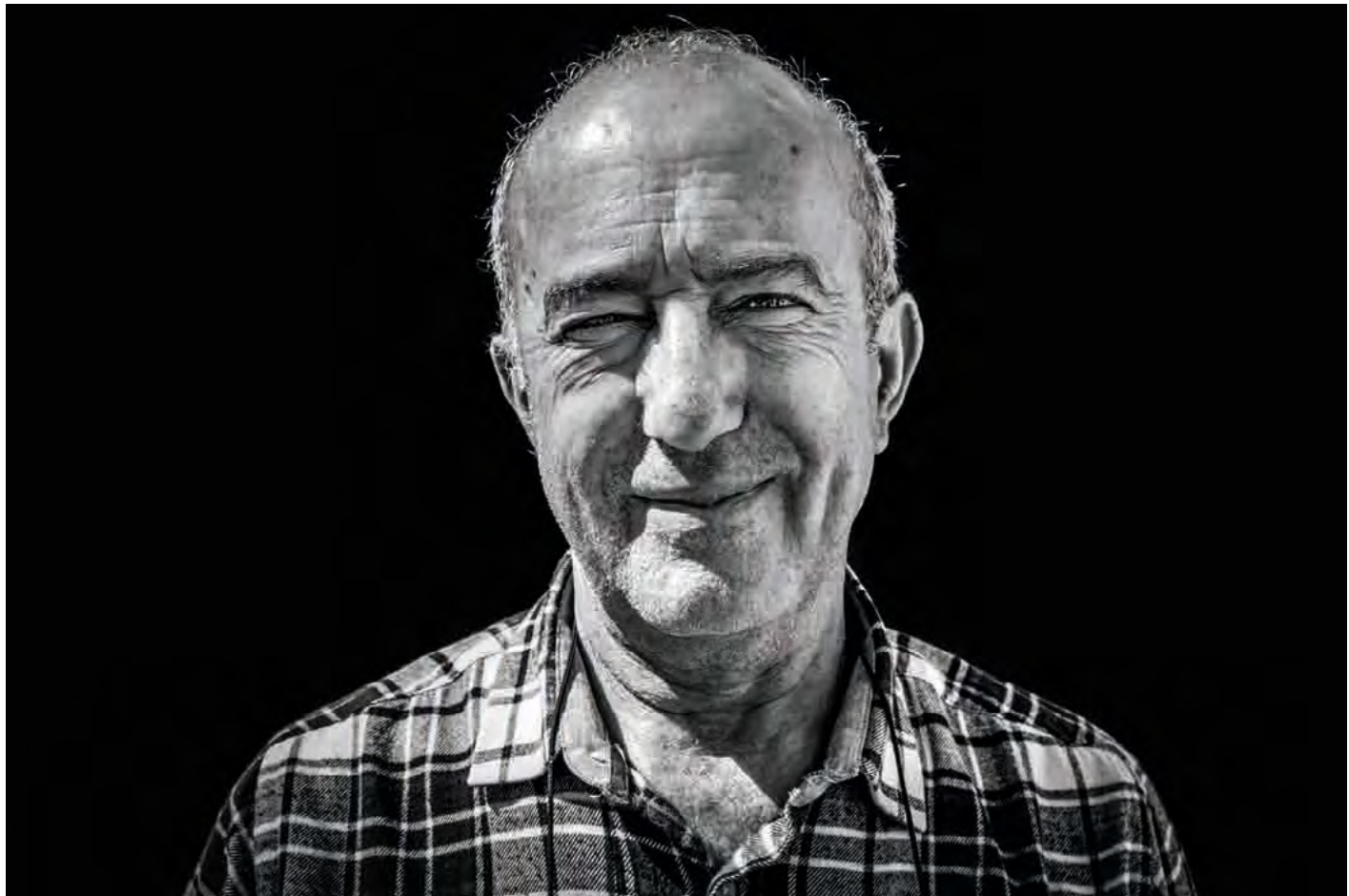




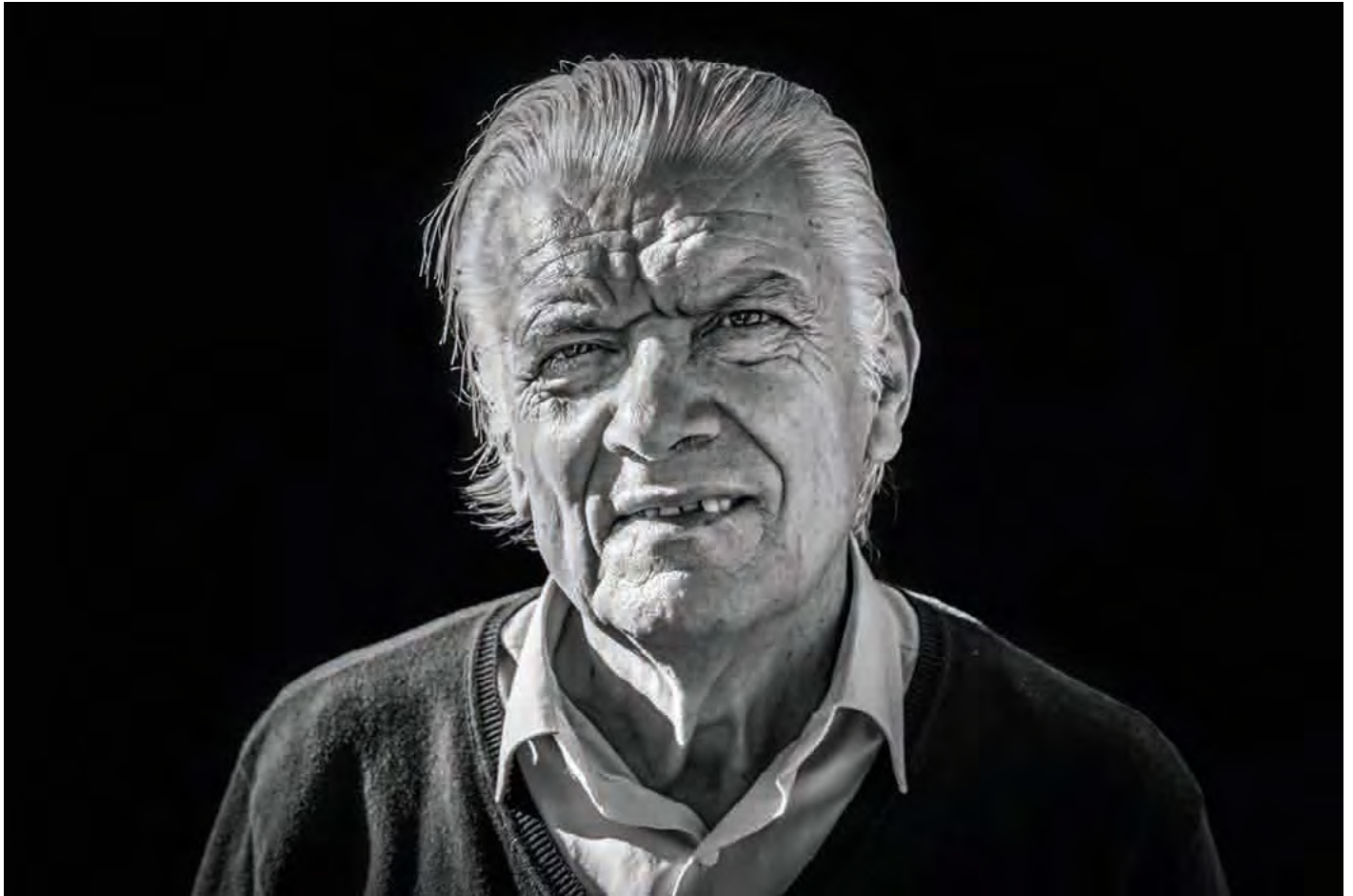
PROPRIETÁRIOS









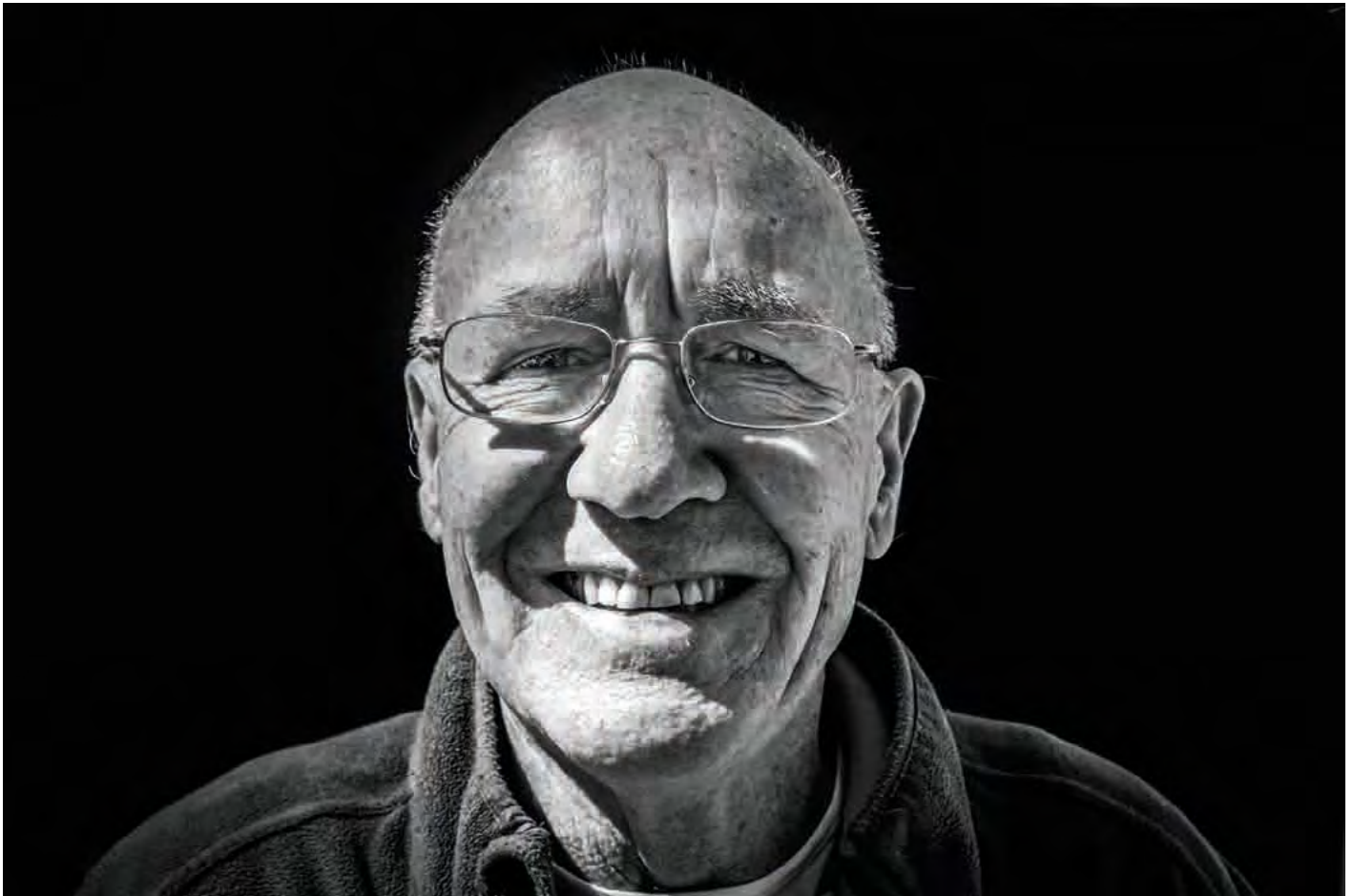


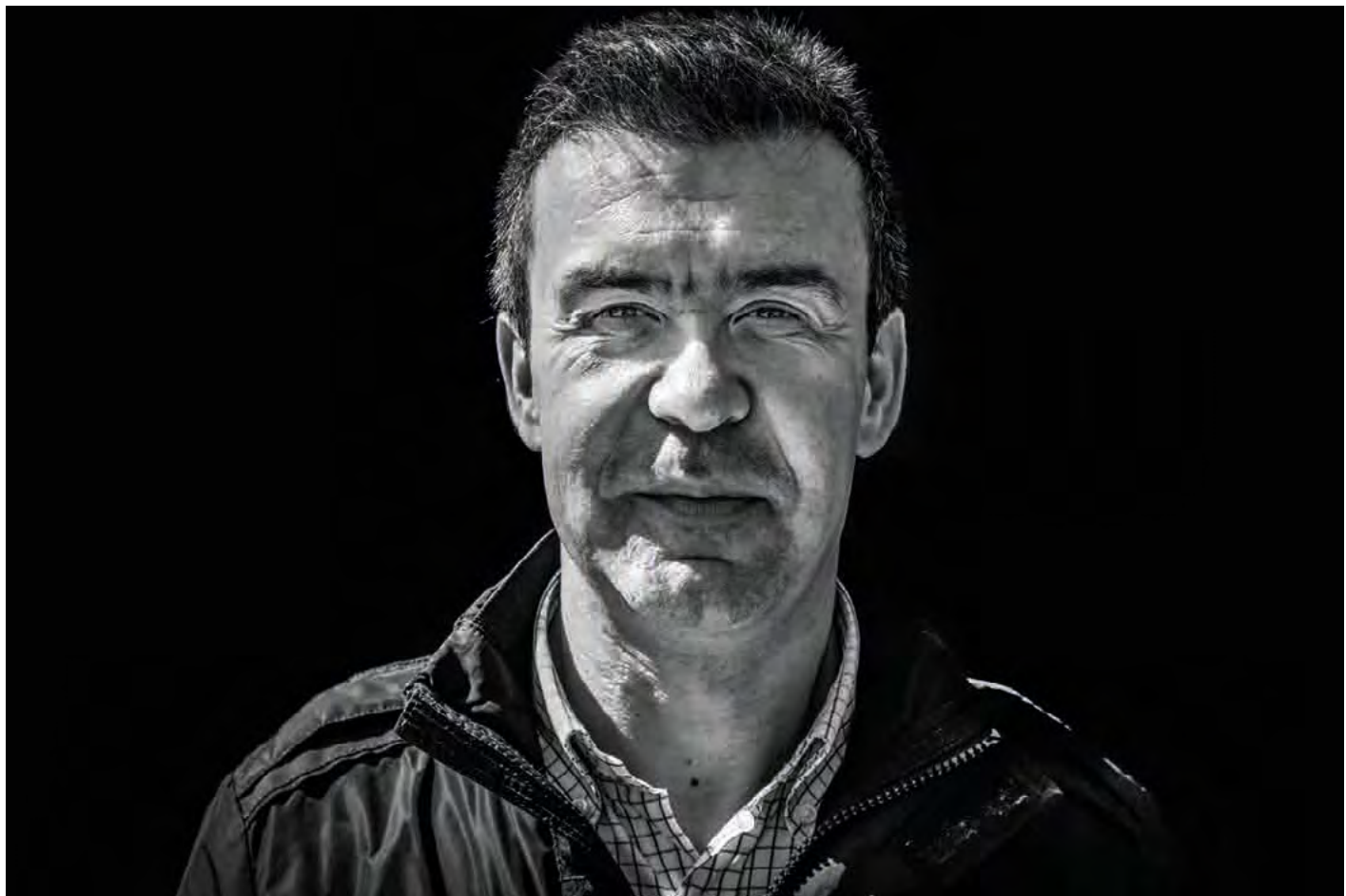












ANTES DO HOMEM

Nesse período a Terra era muito diferente; os continentes estavam juntos num único supercontinente chamado Pangeia rodeado pelo grande oceano Pantalassa. O clima global era quente e árido, sobretudo na parte central desta massa continental. Estas condições favoreceram a oxidação de ferro que dá a cor avermelhada típica do Grés de Silves. Foi precisamente em camadas desse grés, existentes no concelho de Loulé, onde se recolheram os fósseis de vários animais, especialmente de fitossauro e de *Metoposaurus algarvensis*.

METOPOSAURUS ALGARVENSIS

Os ossos deste anfíbio foram escavados em rochas do Triásico, com aproximadamente 227 milhões de anos, no concelho de Loulé, sendo o único local do mundo onde se conhece esta espécie.

Na jazida foram descobertos mais de dez indivíduos no que se pensa que era o último reduto de um corpo de água que foi secando. O nome deste anfíbio primitivo é dedicado ao Algarve.

FITOSSAURO

O corpo destes répteis era parecido com o dos crocodilos, mas a sua narina ficava perto dos olhos o que lhes permitia respirar com quase todo o corpo submerso. Os fitossauros extinguiram-se há 200 milhões de anos e esta mandíbula e dentes são os únicos vestígios conhecidos na Península Ibérica.





LOULÉ HÁ MAIS DE 220 MILHÕES DE ANOS: OS VERTEBRADOS FÓSSEIS DO ALGARVE TRIÁSICO

OCTÁVIO MATEUS E HUGO CAMPOS

1. OS TESOUROS ESCONDIDOS NO GRÉS DE SILVES

O famoso Grés de Silves é um tipo peculiar de arenito e argilito avermelhados com o qual o Castelo de Silves e muitas outras construções históricas do barrocal algarvio foram construídas. O termo grés provém do francês *grès*, um sinónimo de arenito, uma rocha sedimentar composta por areia consolidada, compactada e naturalmente cimentada. Este arenito é mais resistente que os arenitos miocénicos amarelados típicos das arribas figuradas em todos os postais turísticos do Algarve, e mais fácil de escavar e construir do que os xistos das serras do Caldeirão e Espinhaço de Cão. O Grés de Silves foi por isso o material de eleição do Castelo de Silves, construído ao longo de vários séculos.

O termo Grés de Silves é criado em 1887 pelo geólogo suíço Paul Choffat para uma formação geológica do Triásico de Portugal, composta sobretudo por estes argilitos e arenitos avermelhados. Pela sua composição de fósseis e posição relativa a outras camadas, desde cedo se propôs que o Grés de Silves seria de idade triásica. São os fósseis recolhidos neste Grés de Silves que são alvo deste texto.

1.1. TRIÁSICO

O Triásico é um período da história da Terra que começou há cerca de 252 milhões de anos e terminou há 201. Este é o primeiro período da Era Mesozóica, conhecida por ser aquela durante a qual os dinossauros surgiram e se espalharam pelo globo, seguindo o período Pérmico e sendo seguido pelo Jurássico.

Foi no período Triásico que vários grupos de animais vertebrados bem-sucedidos surgiram e se diversificaram, alguns deles sobrevivendo até aos dias atuais. Entre eles estavam não só os dinossauros, como pterossauros (répteis voadores aparentados com os dinossauros), ictiossauros (répteis marinhos com corpos semelhantes aos dos golfinhos), lepidossauros (grupo que inclui cobras, lagartos e anfisbenas), tartarugas, os antepassados dos crocodilos e mamíferos.

A Terra era muito diferente do que é atualmente. Os continentes estavam juntos num único supercontinente chamado Pangeia rodeado pelo grande oceano Pantalassa. O clima global era quente e árido sobretudo na parte central desta massa continental. Estas condições favoreceram a oxidação de ferro que dá a cor avermelhada típica do Grés de Silves.

O Triásico começa aos 252 M.a. após a maior extinção em massa da história da Terra, que marcou o final da Era Paleozóica, e termina com outro grande evento de extinção na passagem para o período Jurássico, aos 201 M.a. Esta extinção teve um grande impacto na vida marinha e continental, extinguindo vários grupos de organismos, alguns dos quais subsistiam desde o Paleozóico.

Em Portugal, os únicos fósseis de vertebrados que se conhecem deste período foram achados nos concelhos de Loulé e de Silves.

1.2. OS PRIMEIROS PASSOS NA HISTÓRIA DA PALEONTOLOGIA NO ALGARVE

A história da paleontologia do Algarve data desde os trabalhos do naturalista Charles Bonnet (1816-1867), fundador da Comissão Geológica e que viveu em Loulé. Em 1846 e 1847, Bonnet percorre o Algarve, procedendo a numerosas observações de caráter topográfico, geográfico e geológico e recolhendo fósseis e amostras de minerais. Bonnet refere a existência de amonites e belemnites na Serra de Alfeição, Nexe, perto de Loulé, e conchas miocénicas em Lagos, Vila Nova de Portimão,

Ferragudo, Mexilhoeirinha e Albufeira. Cita ainda a existência de fósseis *Cardium edule* e *Mytilus* em Albufeira e entre Lagos e Porto de Mós (Bonnet, 1850, p. 142).

O primeiro trabalho de fundo sobre a paleontologia do Algarve chega de Jorge Cotter (1845-1919) que em 1877 estudou a fauna miocénica.

O primeiro trabalho de paleontologia de vertebrados do Algarve vem pelo punho de um dos grandes nomes da geologia portuguesa, o geólogo suíço Paul Choffat, que numa memória de 1885 relatou a ocorrência de alguns géneros de peixes e uma tartaruga fóssil da Mexilhoeira e parte do rostró de um *Machimosaurus hugii* de Malhão, uma espécie de crocodilomorfo marinho de grandes dimensões que viveu durante o Jurássico (Choffat, 1885). Choffat também trata a geologia do Grés de Silves.

A partir dos anos 60, Miguel Telles Antunes descreve uma série de fósseis miocénicos, como dentes de *Tomistoma cf. lusitanica* (género do falso gavial) de Cerro das Mós, Lagos, em 1961; em 1979, vários vertebrados, incluindo um sirénio (possivelmente um dugongo) e baleias de Olhos de Água; em 1981, peixes e mais dentes de *Tomistoma cf. lusitanica* na Praia Grande (Albufeira); e em 1986, descreveu vários mamíferos pliocénicos de Goldra (Loulé), Algoz (Silves) e Morgadinho (Tavira), entre os quais se incluem um javali, um equídeo, um hipopótamo, cervos, lagomorfos (grupo das lebres e coelhos), soricídeos (grupo dos musaranhos), talpídeos (grupo das toupeiras) e vários roedores (Antunes, 1961; Antunes, 1979; Antunes et al., 1986a; Antunes et al., 1986b; Antunes et al., 1986c). Os dentes de tubarões, peixes ósseos e crocodilos do Miocénico (15 a 20 M.a.) das Praias de Sesmarias, Praia Grande e Arrifão indicam águas mais quentes que as atuais.

Ainda em matéria de paleontologia de vertebrados é de destacar a ocorrência de pegadas e raros ossos de dinossauros do Cretácico Inferior de Porto de Mós (Lagos), Praia da Salema e Praia Santa (Santos et al., 2013).

1.3. ESTUDO DOS VERTEBRADOS DO TRIÁSICO DO CONCELHO DE LOULÉ

Desde os trabalhos dos paleontólogos franceses Denise Russell e Donald Russell, em 1977, por indicação do paleontólogo Miguel Telles Antunes, e da tese de M. Christian Palain, em 1975, que se conhece a existência de material de anfíbios no Triásico do Algarve, sobretudo em São Bartolomeu de Messines, que foi atribuído

a anfíbios estegocéfalos, sem nenhuma atribuição a nível genérico ou específico.

Em 1979 e 1980, o alemão Thomas Schröter fez estudos de geologia da Rocha da Pena no centro do Algarve, no concelho de Loulé, e recolheu alguns ossos, o que permitiu Florian Witzmann e Thomas Gassner, da Universidade de Humboldt de Berlim, publicar em 2008 a ocorrência de metopossaurídeos e mastodontossaurídeos, os primeiros em Portugal. As nossas visitas e trabalho de campo da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa ocorreram em dezembro de 2008, setembro de 2009, junho de 2010, junho de 2011, junho de 2016 e maio e junho de 2017.

1.4. AS JAZIDAS

A jazida principal de vertebrados do Triásico Superior de Portugal encontra-se perto da aldeia de Penina, no

sopé da Rocha da Pena, concelho de Loulé, e no centro geográfico do Algarve. Daí provêm numerosos fósseis numa jazida quase monoespecífica, dominada por *Metoposaurus algarvensis*. A concentração de ossos é muito elevada, cerca de dois crânios por cada metro quadrado, e já foram identificados pelo menos dez indivíduos distintos, embora se reconheça que o número poderá facilmente ascender a duas dezenas, fazendo desta jazida a única *bonebed* em Portugal, anglicismo usado para referir uma camada repleta de ossos fósseis. Além do *Metoposaurus*, ocorrem raros bivalves e escamas de peixe ganóides, e uns metros acima, ossos de fitossauros e placodontes (fig. 1).

Além da jazida da Penina, a mais relevante cientificamente, reportamos ainda a ocorrência de vertebrados fósseis do Triásico em São Bartolomeu de Messines, Vale Vinagre, Berbeleja e Barragem de Fuzeiros.

Fig. 1 – Aspeto da escavação da jazida da Penina em 2010.



2. OS VERTEBRADOS DO TRIÁSICO DO ALGARVE

2.1. O *METOPOSAURUS ALGARVENSIS*

O *Metoposaurus algarvensis* é um anfíbio do grupo dos temnospôndilos, predadores extintos com aparência semelhante à de uma salamandra, mas com comprimentos que podiam atingir mais de dois metros. Os temnospôndilos, que teriam um estilo de vida semelhante ao dos crocodilos e eram comuns em ambientes aquáticos, surgiram ainda antes do período Triásico, na Era Paleozóica, e extinguiram-se quase todos no final deste período, exceto um pequeno grupo que conseguiu sobreviver até finalmente desaparecer no Cretáceo Inferior, mais de cem milhões de anos mais tarde.

Os fósseis da Penina são claramente do género *Metoposaurus*, mas distintos dos conhecidos na Polónia, Marrocos, França e Alemanha, o que permitiu erigir

uma nova espécie para a ciência, em 2015. Recebeu o nome *Metoposaurus algarvensis*, encontrada apenas no concelho de Loulé e nomeada em homenagem ao Algarve (fig. 2). Esta espécie de crânio achatado vivia em corpos de água como charcos e lagos, os quais eram amiúde severamente afetados por grandes períodos de seca que os reduziam gradualmente, confinando os *Metoposaurus* que se concentravam e onde acabavam por morrer em massa. Esta situação resultou numa grande e excepcional concentração de ossos, com mais de dez indivíduos, que foi encontrada na Penina.

Sendo anfíbios, os *Metoposaurus* eram muito dependentes de corpos de água e porventura não teriam uma musculatura devidamente preparada para deambular e procurar alternativas de sobrevivência durante as épocas de seca, o que poderá explicar as concentrações de animais que morreram nas jazidas da Penina mas também da Polónia, Estados Unidos e Marrocos.

Fig. 2 – Reconstrução artística do anfíbio do Triásico do Algarve, *Metoposaurus algarvensis*. Ilustração de Joana Bruno.



2.2. O FITOSSAURO

Os fitossauros eram répteis semiaquáticos, dos maiores predadores do Triásico, e que possivelmente se alimentavam de animais como o *Metoposaurus algarvensis*. Com crânios e rostros alongados e corpo couraçado, os fitossauros eram fisicamente muito semelhantes a crocodilos e teriam estilos de vida parecidos. No entanto, os fitossauros não são aparentados aos crocodilos, sendo que a diferença mais notável é a posição retraída das narinas: os crocodilos têm as narinas na parte anterior do rosto enquanto os fitossauros tinham-nas numa posição recuada, quase acima dos olhos, o que lhes permitia respirar com quase todo o corpo submerso (fig. 3).

Os fitossauros viveram apenas durante o Triásico, em várias regiões do globo, mas na Península Ibérica o único

fóssil de fitossauro que se conhece é uma mandíbula e um conjunto de dentes encontrados no concelho de Loulé, perto da concentração de *Metoposaurus*. Até à data não se sabe a espécie de fitossauro deste exemplar, mas parece próxima de *Nicrosaurus*.

O nome fitossauro significa «lagarto planta», pois inicialmente pensava-se que seriam animais herbívoros, o que rapidamente se provou errado pois seriam carnívoros e piscívoros. O exemplar de Loulé possui inclusive alguns dentes serrilhados semelhantes aos de dinossauros predadores.

O fóssil foi descoberto durante as escavações em 2010 e publicado na revista científica de paleontologia de vertebrados, *Journal of Vertebrate Paleontology* (Mateus et al., 2012).

Fig. 3 – Reconstrução artística de fitossauro do Algarve. Ilustração de Joana Bruno.



2.3. O PLACODONTE

Os placodontes são um grupo de répteis aquáticos extintos, pertencentes ao grupo *Sauropterygia*, que viveram durante o Triásico. A maioria dos placodontes vivia no mar, em águas pouco profundas, alimentando-se de moluscos que esmagavam com seus grandes dentes planos. Estes animais são tipicamente divididos entre placodontes sem carapaça e com carapaça. Esta era constituída por placas ósseas, ou osteodermes, que lhes dava uma aparência semelhante à das tartarugas mas com as quais não são aparentados, embora seja um caso curioso de evolução convergente. Ao contrário das tartarugas, as carapaças dos placodontes tinham osteodermes muito mais numerosas, na ordem das centenas, de menor tamanho, em múltiplas fiadas (e apenas três nas tartarugas), não estando fundidas às costelas. Nos concelhos de Loulé e de Silves foi recolhido um grande número destas osteodermes. A sua configuração é única, pensando-se que pertençam ao género *Henodus* devido à forma hexagonal, plana, alongada e sem ornamentação. Além disso, o *Henodus* não tinha os enormes dentes típicos dos demais placodontes e, de facto, não foram descobertos nenhuns dentes, o que seria de esperar caso se tratasse de outra espécie de placodonte. O *Henodus* é o único placodonte que vivia em águas salobras, ao invés de viver no mar, e que se alimentava por filtragem de pequenos organismos que se encontram na água e substrato lodoso, tal como fazem os flamingos hoje.

2.4. IMPLICAÇÕES PARA A DETERMINAÇÃO DA IDADE GEOLÓGICA

A idade geológica do Grés de Silves tem sido debatida desde os tempos de Paul Choffat, assumindo-se uma idade triásica, por contexto geológico e ocorrência de fósseis do Jurássico Inferior estratigraficamente acima.

Os fósseis de vertebrados são porventura os que poderão indicar a idade de forma mais precisa. O género *Metoposaurus* está restrito ao Carniano e Noriano (237 a 208 M.a.). A transição do Carniano superior e Noriano inferior está aos 227 M.a. Outra ocorrência útil

para datação é a do réptil sauropterígio *Henodus*, que tem uma distribuição cronológica restrita ao Carniano inferior, 235 a 228.4 milhões de anos. Os fósseis de *Henodus* ocorrem na maioria do Grés de Silves, indicando que a maioria da deposição desta formação é relativamente restrita no tempo e possivelmente Carniana.

3. DO ESTUDO À EXPOSIÇÃO

A equipa de paleontólogos que estudam os vertebrados do Triásico do Algarve é internacional, liderada por um de nós (Octávio Mateus), da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL) e colaborador do Museu da Lourinhã, Stephen Brusatte da Universidade de Edimburgo (Reino Unido) que liderou o estudo do *Metoposaurus*, Richard Butler, da Universidade de Birmingham (Reino Unido), Sebastien Steyer do Museu de História Natural de Paris, Hugo Campos, estudante de Mestrado em Paleontologia da Universidade Nova de Lisboa e em associação com a Universidade de Évora, Miguel Moreno-Azanza da Universidade Nova de Lisboa, e Jessica Whiteside da Universidade de Southampton.

Os estudos foram financiados pela National Science Foundation, Fundação Alemã de Investigação, Jurassic Foundation, CNRS, Columbia University Climate Center e Chevron Student Initiative Fund e com grande apoio da Câmara Municipal de Loulé. Apoio adicional foi fornecido pela Câmara Municipal de Silves e pela Junta de Freguesia de Salir. A escavação decorreu com estudantes de paleontologia da Universidade Nova de Lisboa.

A excelente conservação e articulação dos espécimes, a novidade científica com descrição de uma espécie única, o elevado potencial para a recolha de novos vestígios, a quantidade dos achados e a sua idade triásica fazem desta jazida uma das mais importantes na paleontologia de vertebrados de Portugal. Os estudos paleontológicos prosseguem com a coordenação científica da Universidade Nova de Lisboa e o entusiástico apoio pelo executivo e equipa da Câmara Municipal de Loulé.



Após a preparação laboratorial no Museu da Lourinhã (fig. 4) e na FCT-UNL, o *Metoposaurus algarvensis* e o fitossauro estão em exposição no Museu Nacional de Arqueologia, patente desde o passado dia 21 de junho de 2017 na galeria poente do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, como parte da exposição monográfica «Loulé. Territórios, Memórias e Identidades» (fig. 5). O ponto de partida da exposição é dedicado ao apontamento «Loulé há mais de 220 milhões de anos», onde se destacam os achados paleontológicos. Acompanhados por ilustrações de Joana Bruno, apresentam-se alguns dos resultados de seis anos de escavações paleontológicas: dois crânios (27 e 45 cm de comprimento, sendo um deles o espécime holótipo, isto é, o exemplar com o qual se estabeleceu uma nova espécie e que recebeu o código FCT-UNL 600), e uma mandíbula (52,5 cm) de *Metoposaurus algarvensis* e uma mandíbula (45 cm) e dentes de fitossauro.

Fig. 4 – Processo de preparação do crânio de *Metoposaurus algarvensis*. Fotografia de Nury Lopez.

Fig. 5 – Núcleo expositivo dedicado aos achados paleontológicos da região de Loulé. Fotografia de Nathaly Rodrigues.



BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, M. T. (1961) – *Tomistoma lusitanica*, Crocodilien du Miocène du Portugal. *Revista da Faculdade de Ciências de Lisboa*. Lisboa. 9, p. 5-88.
- ANTUNES, M. T. (1979) – Vertebrados miocénicos de Olhos de Água (Algarve), interesse estratigráfico. *Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências*. Lisboa. 16:1, p. 343-352.
- ANTUNES, M. T. ; JONET, S. ; NASCIMENTO, A. (1981) – Vertébrés (crocodiliens, poissons) du Miocène marin de l'Algarve occidentale. *Ciências da Terra*. Lisboa. 6, p. 9-38.
- ANTUNES, M. T.; MEIN, P.; NASCIMENTO, A.; PAIS, J. (1986a) – Le gisement pleistocène de Morgadinho, en Algarve. *Ciências da Terra*. Lisboa. 8, p. 9-22.
- ANTUNES, M. T. ; MANUPPELLA, G. ; MEIN, P. ; ZBYSZEWSKI, G. (1986b) – Goldra: premier gisement karstique en Algarve, faune et industries. *Ciências da Terra*. Lisboa. 8, p. 31-42
- ANTUNES, M. T.; AZZAROLI, A.; FAURA, M.; GUERIN, C.; MEIN, P. (1986c) – Mammifères pleistocènes de Algoz, en Algarve: une révision. *Ciências da Terra*. Lisboa. 8, p. 73-86.
- BRUSATTE, S. L.; BUTLER, R. J.; MATEUS, O.; D STEYER, J. S. (2015) – A New Species of *Metoposaurus* from the Late Triassic of Portugal and Comments on the Systematics and Biogeography of *Metoposaurid Temnospondyls*. *Journal of Vertebrate Paleontology*. Oklahoma. 35:3, e912988.
- CHOFFAT, P. (1885) – Recueil de monographies stratigraphiques sur le système crétacique du Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. Tomo 1, p. 335-336.
- DELGADO, J. F. N. (1908) – *Système silurique du Portugal: étude de stratigraphie paléontologique*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- MATEUS, O.; BUTLER, R. J.; BRUSATTE, S. L.; WHITESIDE, J. H.; STEYER, J. S. (2014) – The first phytosaur (Diapsida, Archosauriformes) from the Late Triassic of the Iberian Peninsula. *Journal of Vertebrate Paleontology*. Oklahoma. 34:4, p. 970-975.
- PAIS, J.; LEGOINHA, P.; ELDERFIELD, H.; SOUSA, L.; ESTEVENS, M. (2000) – The Neogene of Algarve (Portugal). *Ciências da Terra*. Lisboa. 14, p. 277-288.
- SANTOS, V. F.; CALLAPEZ, P. M.; RODRIGUES, N. P. (2013) – Dinosaur Footprints from the Lower Cretaceous of the Algarve Basin (Portugal): New Data on the Ornithopod Palaeoecology and Palaeobiogeography of the Iberian Peninsula. *Cretaceous Research*. 40, p. 158-169.
- WITZMANN, F.; GASSNER, T. (2008) – Metoposaurid and Mastodontosaurid Stereospondyls from the Triassic-Jurassic Boundary of Portugal. *Alcheringa*. 32, p. 37-51.



O MUNDO PRÓTO-HISTÓRICO E O ADVENTO DA ESCRITA
THE PROTO-HISTORIC WORLD AND THE ADVENT OF WRITING
LE MONDE PROTOSTORIQUE ET LA NAISSANCE DE L'ÉCRITURE

Uma viagem ao mundo da escrita
A descoberta dos primeiros vestígios de escrita, desde as pinturas rupestres até as primeiras inscrições em pedra e metal, revela a complexidade da comunicação humana e o processo de desenvolvimento da escrita.

Os primeiros vestígios de escrita
A escrita surge como uma necessidade de registrar informações, desde as primeiras pinturas rupestres até as primeiras inscrições em pedra e metal.

Os primeiros vestígios de escrita
A escrita surge como uma necessidade de registrar informações, desde as primeiras pinturas rupestres até as primeiras inscrições em pedra e metal.

PRÓTO-HISTÓRICO
O período proto-histórico é caracterizado pela ausência de escrita, mas pela presença de vestígios materiais que permitem a reconstrução da sociedade e da cultura.





DO ISLÃO À CRISTANDADE FROM ISLAM TO CHRISTIANITY DE L'ISLAM À CHRETIENTE

As peças aqui expostas são de origem islâmica e cristã, mostrando a evolução da arte e da cultura durante o período de transição entre as duas religiões. Os objetos são feitos de materiais nobres, como ouro, prata e vidro, e refletem a influência mútua entre as duas civilizações.

Os objetos aqui expostos são de origem islâmica e cristã, mostrando a evolução da arte e da cultura durante o período de transição entre as duas religiões. Os objetos são feitos de materiais nobres, como ouro, prata e vidro, e refletem a influência mútua entre as duas civilizações.



FICHA TÉCNICA

EXPOSIÇÃO

Organização

Museu Nacional de Arqueologia /
Direção-Geral do Património Cultural
Museu Municipal de Loulé /
Câmara Municipal de Loulé

Coordenação geral

António Carvalho, MNA
Dália Paulo, MML/MC-SEC
Rui Roberto de Almeida, MML

Comissão científica

Victor S. Gonçalves, FLUL/UNIARQ
Amílcar Guerra, FLUL/UNIARQ
Catarina Viegas, FLUL/UNIARQ
Helena Catarino, FLUC
Luís Filipe Oliveira, UALG

Comissão executiva

António Carvalho, MNA
Dália Paulo, MML/MC-SEC
Isabel Luzia, MML
Maria Amélia Fernandes, MNA
Patrícia Batista, MML
Pedro Barros, DGPC/DBC
Rui Roberto de Almeida, MML

Projeto museográfico

Maria Manuela Fernandes, DGPC
Mónica Cruz, MML

Projeto de acessibilidades

Clara Mineiro, DGPC/DEPOF

Fotografias Território

Pedro Barros

Maquete Território

Scenerybubble

Réplicas e maquetes paleontológicas

Marco Marzola
Blue Line

Instalação Identidades

Pedro Barros, DGPC/DBC

Montagem e instalação Identidades

Balacava Noir
Edigma, S. A.

Proprietários e doadores retratados em Identidades

Amândio José Viegas
Armando Afonso
Artur Tomás
Christopher Whitewood
Felizardo Pinto
Fernando Arnedo
Fernando Mendes
Francisco Custódio Tereso
Gisela Brito
Jerónimo Chaveiro
Joaquim Manuel Guerreiro
José Manel Cabeçadas
José Martins Isabel
Júlio Fantasia Fernandes
Ludgero Dias
Luna Giovannangelo
Luís Costa
Luís João Guerreiro
Manuel David
Manuel da Silva Costa
Maria Bárbara Gonçalves
Maria Catarina
Maria Coelho de Jesus Guerreiro
Maria do Carmo Revez
Maria Guerreiro da Silva
Maria José Narciso
Maria Luísa Ramos Nogueira
Orlanda Baioa
Otilia Maria
Paulo Bota
Rogério Espada
Vitor Manuel Guerreiro Mascarenhas

Produção e montagem da exposição

Construções Sampaio, L.^{da}

Coordenação da montagem da exposição

Maria Manuela Fernandes, DGPC

Inventário e catalogação

Isabel Luzia, MML
Luísa Guerreiro, MNA
Rui Roberto de Almeida, MML
Soraia Martins, MML

SIG e base cartográfica

Ana Matos Lima, CML
Ana Sofia Gomes, DGPC/DBC
Catarina Martins, CML
Pedro Barros, DGPC/DBC

Conservação e restauro

Alejandra Villarreal, México
Alina Amoiridou, Grécia
Antonietta Canteiro
Beatriz Aguilera Bermúdez, Espanha
Carolina Fontes
Cláudia Pinto
Helena Nunes, Mão de Papel
Karina Drapeau
Manuel Lemos, Archeofactu
Margarida Santos, MNA
Maria João Catarino
Maria Zafeiriadou, Grécia
Mathias Tissot, Archeofactu
Paula Guerreiro
Regina Rodrigues
Ricardina Inácio
Rita Matos, MNA
Sara Ferreira
Zélia Ponte

Vídeos, conceção e montagem

FBA, Beatriz Correia
Martino Correia
Nathaly Rodrigues

Apoio técnico

Adília Antunes, MNA
Ana Isabel Martins, MML
Ana Isabel Santos, MNA
Ana Margarida Ferreira, MMSR
Ana Pratas, MEACV/VW
Ana Rosa Sousa, MML
André Pereira, UNIARQ
Antonietta Canteiro, MML
Carla Barroso, MNA
Cleia Detry, UNIARQ/FLUL
David Gonçalves, DGPC/LARC e CIBIO/InBIO
Emanuel Sancho, MTSBA
Filipe Henriques, MEACV/VW
Hugo Campos, FCT/UNL
José Branco, MML
Lígia Laginha, MML
Luísa Guerreiro, MNA
Luísa Mogo, MMAS
Luís Antunes, MNA
Luís Campos Paulo, MMAA
Maria João Catarino, MML
Maria José Gonçalves, MMAS
Mónica Cruz, MML
Nelson Vaquinhas, AMLLE

Nuno Beja, MMF
Nuno Teixeira, MMF
Paula Guerreiro, MML
Paulo Alves, MNA
Pedro Barros, DGPC/DBC
Rita Moreira, CML
Rita Tomás, MML
Rita Vaza, MML
Rui de Almeida, MML
Salvador Batista, MNA
Soraia Martins, MML
Tatiana Bina, UAL

Fotografia

Alexandra Pires, MML
Ana Margarida Arruda, FLUL/UNIARQ
Antonietta Canteiro, MML
Catarina Viegas, FLUL/UNIARQ
Cristina Oliveira, CMP
Dennis Graen, UJ
Eastern Atlas GmbH & Co.
Felix Teichner, UM
Helena Catarino, FLUC
Helga Seródio, MML
Hugo Pires, CEUAU/UP
Isabel Luzia, MML
Janine Lancha, CMP
José Pessoa, DGPC
José Paulo Ruas, DGPC/ADF
Luísa Oliveira, DGPC/ADF
Martino Correia, CEAAP/FLUC
Paulo Alves, MNA
Pedro Barros, DGPC/DBC
Rui Roberto de Almeida, MML
Victor S. Gonçalves, FLUL/UNIARQ

Ilustração

André Pereira
Eastern Atlas GmbH & Co.
Guida Casella
Joana Bruno
José Luís Madeira, IA/FLUC
Martino Correia, CEAAP/FLUC
Rui Roberto de Almeida, MML

Revisão de textos

Jean-Yves Blot
Maria Amélia Fernandes, MNA
Rui Roberto de Almeida, MML

Tradução INPOKULIS Jean-Yves Blot Linda Pereira Victor S. Gonçalves, FLUL/UNIARQ	Audioguias YourPodcast	Lubélia Gonçalves, ML Luís Romão, CML Marco Fernandes Margarida Luzia Maria Catarina Coelho, DGPC/DBC Miguel Guerreiro, CML Olimpio Almeida, CML	[LMD] Luís Miguel Duarte, FLUP e CITCEM [MB] Macarena Bustamante, UG [MFB] Maria Filomena Lopes de Barros, UE/CIDEHUS [MJM] Maria José Merchán García [MMS] Miguel Metelo de Seixas, IEM e CHAM, FCSH/UNL [NCD] Noé Conejo Delgado, US [OM] Octávio Mateus, FCT/UNL [PB] Pedro Barros, DGPC/DBC [RRA] Rui Roberto de Almeida, MML e UNIARQ [RB] Rute Branco, UALG [SM] Samuel Melro, DRC Alentejo e UNIARQ [SE] Susana Estrela, FCT e UNIARQ [SGM] Susana Gomez Martínez, CAM e CEAACP/FLUC [VSG] Victor S. Gonçalves, FLUL/UNIARQ	
Entidades emprestadoras Arquivo Municipal de Loulé Casa do Povo de Alte Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa Museu da Lourinhã Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila, Vilamoura World Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira Museu Municipal de Arqueologia de Silves Museu Municipal de Faro Museu Municipal de Loulé Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz UNIARQ – Faculdade de Letras/ Universidade de Lisboa Universidade do Algarve	Iluminação OmniceL, Técnicas de Iluminação, S. A.	CATÁLOGO		
	Comunicação Helena Marteleira, Wake Up! Comunicação Nadia Sales Grade, Wake Up! Comunicação Rita Torcato, Wake Up! Comunicação	Coordenação editorial António Carvalho, MNA Lívia Cristina Coito, MNA Rui Roberto de Almeida, MML Susana Toureiro, INCM		
	Serviço educativo Alexandra Pires, MML Bruno Lopes, MNA Carlos Diniz, MNA Carolina Coelho, MML Maria Filomena Barata, MNA Maria José Albuquerque, MNA Mário Antas, MNA Ricardina Inácio, MML	Autores [AS] Adolfo Silveira, MNA [AP] Alexandra Pires, MML [AG] Amílcar Guerra, FLUL/UNIARQ [ACS] Ana Catarina Sousa, FLUL/UNIARQ [AMA] Ana Margarida Arruda, FLUL/UNIARQ [APP] Ana Pajuelo Pando, US [APr] Ana Pratas, MEACV/VW [AR-P] Ana Ramos-Pereira, IGOT-UL [AA] Andreia Arezes, FLUP, CITCEM [CVF] Carla Varela Fernandes, IHA/ FCSH-UNL e FCT [CF] Carlos Fabião, FLUL/UNIARQ [CO] Carlos Oliveira, UNIARQ [CP] Carlos Pereira, UNIARQ, MC e FCT [CV] Catarina Viegas, FLUL/UNIARQ [EF] Edgar Fernandes, FCT e UB [FT] Felix Teichner, UM [FH] Filipe Henriques, MEACV/VW [GMS] Gonçalo Melo da Silva, IEM/UALG [HC] Helena Catarino, FLUC [HGC] Horacio González Cesteros, ÖAI [HC] Hugo Campos, ML [IL] Isabel Luzia, MML [JLF] João Luís Fontes, IEM/UALG [JPB] João Pedro Bernardes, UA e CEAACP/FL/UC [JRM] Joaquim Romero Magalhães, FLUC [Jd'E] José d'Encarnação, FLUC [JMVG] José Manuel Vargas Girón, UCA [LJ] Lídia Jorge [LFO] Luís Filipe Oliveira, IEM/UALG		
Seguradora Lusitania, Companhia de Seguros, S. A. Seguradora oficial e mecenas institucional da Direção-Geral do Património Cultural	Secretariado e gestão financeira Adília Antunes, MNA Diogo Fonseca, CML Maria do Céu Araújo, MNA Paula Nunes, CML Teresa Estima, CML		Revisão de textos Lívia Cristina Coito, MNA Maria José Godinho	
Transporte de bens culturais ARTSHUTTLE Câmara Municipal de Loulé JG Benedito	AGRADECIMENTOS Adília Alarcão Ana Matos Lima, CML Ana Resende Associação dos Arqueólogos Portugueses/Museu Arqueológico do Carmo Carla Tomás Catarina Martins, CML Cristina Oliveira, CMP David Floro, CML Dennis Graen, UJ Eduardo Rosário, CML Janine Lancha, CMP João Piedade, CML José Carlos Kullberg, FCT-UNL José Lores, CML Júlio Sousa, CML		Revisão bibliográfica Lívia Cristina Coito, MNA	
Projeto de comunicação e design gráfico FBA./António Silva			Revisão da paginação Rui Roberto de Almeida, MML	
Produção gráfica Gráfica Comercial – Arnaldo Matos Pereira, L. ^{da} Demetro a Metro, L. ^{da}			Fotografias e imagens Catarina Viegas, FLUL/UNIARQ Dennis Graen, UJ Felix Teichner, UM Guida Casella Helena Catarino, FLUC Helga Serôdio, MML Hugo Pires, UP Isabel Luzia, MML José Paulo Ruas, DGPC/ADF José Pessoa, DGPC Luísa Oliveira, DGPC/ADF Maria Bicker Martino Correia, FLUC Paula Bivar Pedro Barros, DGPC/DBC Pedro Saraiva Raquel Costa Rui Roberto de Almeida, MML Susana Leal, MML Victor S. Gonçalves, UNIARQ/FLUL	
Animação digital FBA.				
QR Codes Adolfo Silveira, MNA Carlos Diniz, MNA Mário Antas, MNA Rui Roberto de Almeida, MML				

Design gráfico

FBA./António Silva

Pré-impressão e impressão

Imprensa Nacional-Casa da Moeda
(INCM)

ISBN

978-972-27-2572-9 (INCM)

978-972-776-514-0 (DGPC)

Depósito legal

427670/17

Edição n.º 1021854

Impresso em dezembro 2017

Todos os direitos reservados
ao abrigo do código dos direitos
de autor e direitos conexos.

Lista de abreviaturas

AMLE: Arquivo Municipal de Loulé
CML: Câmara Municipal de Loulé
CAM: Campo Arqueológico de Mértola
CEUAU: Centro de Estudos da Arquitectura e Urbanismo
CEAAP: Centro de Estudos em Arqueologia Artes e Património
CHAM: Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar – Centro de Humanidades
CIDEHUS: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades
CIBIO/InBIO: Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos
CITCEM: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»
CMP: Corpus Mosaicos de Portugal
DGPC: Direção-Geral do Património Cultural
DGPC/ADF: Direção-Geral do Património Cultural, Arquivo de Documentação Fotográfica
DGPC/DBC: Direção-Geral do Património Cultural, Departamento de Bens Culturais
DGPC/DEPOF: Direção-Geral do Património Cultural, Departamento de Estudos, Projetos, Obras e Fiscalização
DGPC/LARC: Direção-Geral do Património Cultural, Laboratório de Arqueociências
FCSH/UNL: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
FCT/UNL: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa
FLUC: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
FLUL: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
FLUP: Faculdade de Letras, Universidade do Porto
FCT: Fundação para a Ciência e Tecnologia
IA: Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra
IEM: Instituto de Estudos Medievais
IGOT: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
IHA: Instituto de História de Arte
MC-SEC: Ministério da Cultura, Secretaria de Estado da Cultura
MC: Museu de Cáceres
ML: Museu da Lourinhã
MEACV/VW: Museu e Estação Arqueológica Cerro da Vila / Vilamoura World
MMAA: Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira
MMAS: Museu Municipal de Arqueologia de Silves
MML: Museu Municipal de Loulé
MMSR: Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz
MNA: Museu Nacional de Arqueologia
MTSBA: Museu do Trajo de São Brás de Alportel
ÖAI: Österreichisches Archäologisches Institut
UB: Universidad de Barcelona
UCA: Universidad de Cadiz
UG: Universidad de Granada
US: Universidad de Sevilla
UAL: Universidade Autónoma de Lisboa
UE: Universidade de Évora
UALG: Universidade do Algarve
UP: Universidade do Porto
UJ: Universität Jena
UM: Universität de Marburg
UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa



 **REPÚBLICA
PORTUGUESA**
CULTURA

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**
Direção-Geral do Património Cultural


MUSEU
NACIONAL DE
ARQUEOLOGIA



 **loulé**
concelho

**MUSEU
MUNICIPAL
LOULÉ**

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

MECENAS INSTITUCIONAL


LUSITANIA
Grupo Montepio

APOIO

355
ALGARVE
every day counts